

**Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação  
Avançada**

**Programa de Doutoramento em História**

Tese de Doutoramento

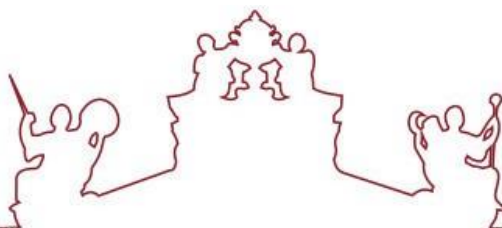
**A Casa Real portuguesa no reinado de D. Manuel I**

**Mário Soares Fatela**

Orientador | Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga

Évora 2022





**Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação  
Avançada**

**Programa de Doutoramento em História**

Tese de Doutoramento

**A Casa Real portuguesa no reinado de D. Manuel I**

**Mário Soares Fatela**

Orientador | Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga

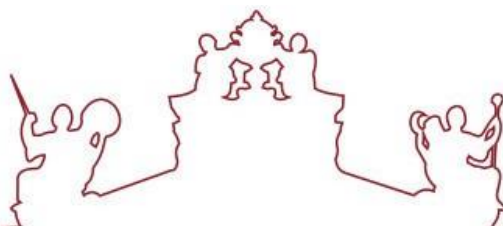
Évora 2022

---

---

---

---



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora)

Vogais | Ana Isabel Buescu (Universidade Nova de Lisboa)  
Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga (Universidade de Lisboa -  
Faculdade de Letras) (Orientador)  
José Martínez Millán (Universidad Autónoma de Madrid)  
Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora)  
Maria José Azevedo Santos (Universidade de Coimbra)

## RESUMO

A Casa Real é um tema menos estudado na historiografia portuguesa, em especial para os períodos mais recuados. No entanto, mesmo com a pouca documentação disponível, é possível tentar desenhar um modelo das atribuições e amplitude de influência da mesma. Tendo por âmbito temporal o reinado de D. Manuel I, pretende-se saber, num primeiro momento, a evolução, quais são e como se organizaram os cargos e funções da Casa Real. Num segundo momento, identificar quem são, e o que são, os personagens que assistem o rei, quais as redes familiares onde estão inseridos e quais os ganhos obtidos na escala de progressão social.

Palavras chave: D. Manuel I; Casa Real; Servidores; Cargos; Milícia

## The Portuguese Royal House in the reign of King Manuel I

### ABSTRACT

The Household is a less studied topic in Portuguese historiography, especially for more distant periods. However, even with the little documentation available, it is possible to try to design a model of its attributions and range of influence. Having as a temporal scope the reign of King Manuel I, it is intended, at first, to know the evolution, which are and how the positions and functions of the Household were organized. In a second moment, to identify who are, and what they are, the characters who served the king, which family networks they are inserted in and what gains are obtained in the social progression scale.

Keywords: King Manuel I; Royal Household; Domestic courtiers; Household offices; Militia

Ao meu Pai e à memória da minha Mãe  
Para a Maria José

## AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutoramento, pela sua importância a nível pessoal, final de um percurso que se inicia na licenciatura, não deixa de ser uma prova solitária, de resistência, da qual nunca desanimei. Demorou tempo, roubado ao convívio familiar, gerido em simultâneo com o desempenho de uma profissão numa área de atividade exigente, que obrigava a períodos passados no estrangeiro. Por tudo isto, é com satisfação que a dou como um dever cumprido, mesmo nas difíceis condições em que foi terminada, em período de pandemia, que obrigou ao encerramento de arquivos e bibliotecas por um dilatado período e nos obrigou a ficar reféns nas nossas residências.

Na hora de agradecer, um louvor à tecnologia, que nos permitiu, em confinamento, o acesso remoto a documentos, publicações, conferências e apresentações, independentemente do local e da forma como se realizavam. À minha orientadora, Professora Doutora Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga, por ter sempre acreditado que eu chegaria ao fim, e esperado, todos estes anos, que fossem aparecendo capítulos para ler e debater, mesmo quando eu desaparecia durante meses por imperativos profissionais. À minha irmã, que sempre me motivou para seguir em frente, às minhas filhas, que «aturaram» as minhas «secas» sobre os «homens de D. Manuel I», à minha mulher, Maria José, que foi «aguentando o barco», comigo umas vezes agarrado ao computador, outras entretido com os livros, no pouco tempo disponível em casa.

## ÍNDICE

Resumo.....	4
Abstract.....	5
Agradecimentos.....	7
Índice dos gráficos e quadros.,,,.....	14
Abreviaturas.....	15
Introdução.....	16
1. Estado da questão.....	18
2. Objeto da tese.....	32
3. Enquadramento do tema.....	33
4. Estrutura da tese.....	41
<b>I. Velar o corpo e o espírito do rei: o serviço doméstico da casa real.....</b>	<b>44</b>
1. Os cargos transversais da casa.....	45
1.1. Mordomo-mor.....	50
1.2. Aposentador-mor.....	58
1.3. Reposteiro-mor.....	62
1.4. Porteiro-mor.....	65
1.5. Meirinho-mor.....	71
1.6. Tesoureiro-mor.....	73
1.7. Meirinho do paço.....	79
2. Capela real.....	82
2.1. Liturgia.....	95
2.2. Procissão.....	108
2.3. Oficiais da capela.....	111
2.3.1. Capelão mor.....	112
2.3.2. Capelães.....	117
2.3.3. Deão.....	124
2.3.4. Outros ofícios da capela.....	125
2.4. Esmoler-mor.....	126
2.5. Pregador.....	129



2.6.	Confessor.....	130
2.7.	Cantores.....	133
2.8.	Músicos.....	145
2.9.	Moços da capela.....	147
2.10.	Alfaias.....	150
2.11.	Devoção privada.....	152
2.11.1.	O Livro de Horas.....	154
3.	A câmara real: o vestir e o deitar do rei.....	165
3.1.	Camareiro-mor.....	169
3.2.	Guarda-roupa.....	177
3.3.	Porteiro da câmara e reposteiro.....	179
4.	A mesa real: comprar, cozinhar e apresentar.....	181
4.1.	Comprar, cozinhar e apresentar.....	183
4.1.1.	As dependências adstritas à cozinha.....	183
4.1.2.	Os ingredientes.....	185
4.1.3.	As receitas e os livros de cozinha.....	189
4.1.4.	A confeitaria.....	193
4.1.5.	As alfaias da cozinha.....	193
4.1.6.	O pessoal afeto à cozinha.....	195
4.1.6.1.	Vedor da casa.....	195
4.1.6.2.	Uchão.....	198
4.1.6.3.	Escrivão da cozinha e escrivão das compras.....	199
4.1.6.4.	Cozinheiro-mor.....	199
4.1.6.5.	Cozinheiros menores.....	200
4.1.6.6.	Galinheiro.....	200
4.1.6.7.	Outros intervenientes.....	201
4.1.6.8.	Carniceiro do rei.....	201
4.1.6.9.	Regatão do rei.....	202
4.1.7.	O serviço de sala.....	203
4.1.7.1.	Quando e onde se comia.....	203
4.1.7.2.	Os objetos da mantearia.....	207
4.1.7.3.	O cerimonial do serviço à mesa.....	217

4.1.7.4.	O pessoal afeto ao serviço à mesa.....	223
4.1.7.4.1.	Trinchante.....	224
4.1.7.4.2.	Copeiro-mor.....	226
4.1.7.4.3.	Servidor da toalha.....	229
4.1.7.4.4.	Mestre-sala.....	229
4.1.7.4.5.	Manteeiro.....	233
5.	A Guarda Real.....	232
<b>II.</b>	<b>A casa real e o serviço ao rei e aos súbditos.....</b>	<b>254</b>
1.	O rei diverte-se.....	255
1.1.	Casamentos e batizados.....	256
1.2.	Música e teatro dentro de casa.....	261
1.3.	Atividades lúdicas fora de portas.....	267
1.3.1.	Festas públicas.....	267
1.3.1.1.	Entradas régias.....	267
1.3.1.2.	Touros, canas e justas.....	268
1.3.2.	Atividades cinegéticas.....	272
1.3.3.	Passeios fluviais.....	274
1.4.	Livraria.....	275
2.	A saúde do rei e do reino.....	278
2.1.	A saúde do rei e dos seus próximos.....	278
2.2.	A saúde como um bem comum.....	283
2.3.	As doenças.....	284
2.3.1.	Doenças infecto contagiosas.....	286
2.3.1.1.	Peste bubónica.....	286
2.3.1.2.	Lepra.....	288
2.3.2.	Feridas e queimaduras.....	289
2.3.3.	Doenças oculares.....	289
2.3.4.	Outras doenças.....	290
2.4.	Ofícios.....	292
2.4.1.	Físico.....	296

2.4.2.	Cirurgião.....	299
2.4.3.	Boticário.....	301
2.4.4.	Barbeiro sangrador.....	305
2.4.5.	Outros ofícios de curar.....	306
2.4.6.	Físico-mor.....	307
2.4.7.	Cirurgião-mor.....	308
2.4.8.	Boticário do rei.....	309
2.5.	A cura e o hospital.....	310
2.5.1.	Mezinhas.....	310
2.5.2.	A assistência hospitalar.....	316
3.	A puridade.....	320
3.1.	Escrivão da puridade.....	323
3.2.	Secretário.....	330
4.	O prestígio e a sua gestão.....	345
4.1.	Fidalguia, privilégios e abusos.....	345
4.2.	Rei de Armas.....	355
4.3.	Livro de Armas.....	362
4.4.	Armeiro mor.....	364
5.	Ofícios mecânicos, outros ofícios e ofícios invisíveis.....	366
5.1.	Trajo, calçado e outros atavios.....	369
5.2.	Iluminação.....	375
5.3.	Pedras e metais preciosos.....	376
5.4.	A estrebaria.....	382
5.5.	Higiene, manutenção e conforto.....	386
5.6.	Registrar, controlar, pagar.....	387
<b>III.</b>	<b>A Milícia.....</b>	<b>391</b>
1.	A milícia.....	392
2.	Condestável.....	394
3.	Marechal.....	397
4.	Alferes mor.....	403

5.	Almirante.....	406
6.	Anadel mor.....	420
7.	Coudel mor.....	435
8.	Adail-mor.....	437
9.	Fumo e estrondo: a pólvora no teatro de guerra .....	443
	Conclusão.....	453
	ANEXO.....	457
	<b>Anexo I:</b> Detentores dos cargos, reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I.....	458
	<b>Anexo II:</b> Quadros genealógicos dos cargos maiores da casa real de D. Manuel I.....	463
1.	Mordomo-mor: D. João de Menezes, 1.º conde de Tarouca.....	464
2.	Alferes-mor: D. João de Menezes, 1.º conde de Tarouca.....	464
3.	Aposentador-mor: Manuel da Silva, alcaide-mor de Soure.....	470
4.	Reposteiro-mor: Febo Moniz.....	473
5.	Porteiro-mor: Jorge de Melo.....	477
6.	Meirinho-mor: D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva.....	483
7.	Camareiro-mor: D. Bernardo Manoel, alcaide-mor de Santarém.....	490
8.	Monteiro-mor: D. João de Lima.....	499
9.	Manteeiro-mor: Rui de Figueiredo, comendador da Ordem de Cristo.....	506
10.	Guarda-mor: D. Nuno Manoel, senhor de Salvaterra de Magos.....	509
11.	Copeiro-mor: Artur de Brito.....	512
12.	Capitão-mor dos ginetes: D. João Mascarenhas, 2.º senhor de Lavre e Estepa.....	516
13.	Estribeiro-mor: Francisco Homem.....	521
14.	Escrivão da puridade: D. Diogo da Silva, 1.º conde de Portalegre.....	525
15.	Armeiro mor: D. Álvaro da Costa.....	530
16.	Condestável: D. Afonso, 8.º condestável de Portugal.....	534
17.	Marechal: D. Fernando Coutinho, 6.º marechal de Portugal.....	539
18.	Almirante: António de Azevedo, 12.º almirante de Portugal.....	545
19.	Coudel mor: Francisco da Silveira, 2.º senhor de Sarzedas.....	550

<b>Anexo III:</b> Livro das Matrículas dos Moradores da Casa delRei D. Manuel, do primeiro quartel do ano de 1518.....	556
Fontes e bibliografia.....	592

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS E QUADROS

### Índice dos quadros

<b>Quadro n.º 1:</b> Organograma governativo.....	35
<b>Quadro n.º 2:</b> Ofícios da casa real com privilégio em questões de justiça presentes nas ordenações.....	49
<b>Quadro n.º 3:</b> Valores atribuídos antes de 1532.....	93
<b>Quadro n.º 4:</b> Valores atribuídos depois de 1532.....	94
<b>Quadro n.º 5:</b> Outros valores e dádivas.....	95
<b>Quadro n.º 6:</b> Produtos do mar entrado na ucharia régia no mês de novembro de 1524.....	188
<b>Quadro n.º 7:</b> Inventário da mantearia de D. João II.....	208
<b>Quadro n.º 8:</b> Inventário de D. Beatriz, duquesa de Beja – Artigos em prata.....	210
<b>Quadro n.º 9:</b> Inventário de D. Beatriz, duquesa de Beja – Panos de armar.....	211
<b>Quadro n.º 10:</b> Inventário de D. Beatriz, duquesa de Saboia – Panos de armar.....	212
<b>Quadro n.º 11:</b> Inventário de D. Beatriz, duquesa de Beja – Vidros.....	215

### Índice dos gráficos

<b>Gráfico n.º 1:</b> Cartas de físico.....	297
<b>Gráfico n.º 2:</b> Cartas de cirurgião.....	301
<b>Gráfico n.º 3:</b> Documentos assinados por ou dirigidos a António Carneiro.....	337

### Índice das figuras

<b>Figura n.º 1:</b> Ordem dos assentos.....	89
--	----

## ABREVIATURAS

A.N.T.T. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

mç. maço

fl. fólho

liv. livro

p. página

pp. páginas

vol. volume

vols. volumes

## INTRODUÇÃO

D. Manuel I foi um rei que sempre nos fascinou, por várias ordens de razão. A forma fortuita como se tornou rei, o impulso dado à organização e gestão do reino, mandando publicar um vasto conjunto de legislação, e com isso reforçando o poder do rei, o ter terminado o grande projeto de D. João II de chegar à Índia, o mecenato que exerceu mandando construir ou modificar um grande número de edifícios religiosos e civis, adornando-os com obras de arte e objetos de culto, a visão urbanística no desenvolvimento da cidade de Lisboa, mudando o centro político da alcáçova para a beira rio, construindo o paço da Ribeira, tudo são fatores que abonam a ação de um homem a quem a fortuna sorriu. O seu reinado é um período de magnificência, pese o facto de ter sido herdado e não de continuidade de pai para filho, fator que poderá ter influenciado algumas decisões que tomou, ao rodear-se de conselheiros escolhidos por si, e ao peso que tem sido atribuído à influência familiar da mãe, D. Beatriz (1430-1506), da irmã rainha, D. Leonor (1458-1525) e da irmã, D. Isabel, viúva do duque de Bragança (1459-1521).

Este interesse por D. Manuel I advém, principalmente, do facto de este ser um reinado de fratura, mas mantendo uma linha de ação, iniciado por D. João II, mais moderada com D. Manuel I, no que à nobreza dizia respeito, mas conservando o intuito de subordinação desta à coroa. Embora possamos dizer que existe uma contaminação da ação régia, com a passagem de reinado, e prova disso foi o finalizar de algumas ações iniciadas por D. João II, fosse na reforma e robustecimentos do reino e das instituições, fosse na navegação e comércio com a Índia, ou na manutenção das praças no Norte de África. Mesmo a criação de grandes casas, com a atribuição de títulos nobiliárquicos, segue de perto a metodologia seguida por D. João II. No entanto, D. Manuel I não era uma cópia do primo e cunhado. Foi também fruto do ambiente que o rodeava, e das pessoas com as quais se aconselhava. Alguns dos homens da sua casa foram nomeados por D. João II, mas importa não esquecer que a casa do duque D. Fernando se manteve, à qual estiveram subordinadas as Ordens de Santiago e de Cristo, mantendo-se esta na casa após a morte do duque de Viseu. Com a subida ao trono, D. Manuel I está rodeado de homens da casa de Beja, de homens nomeados por D. João II e de homens das ordens militares. Alguns deles manter-se-ão nos respetivos cargos, mas os que o acompanham na casa real serão aqueles a quem confia a sua vida e a sua alma nas rotinas do dia a dia.



O frade que o confessa, o capelão que oficia a liturgia, o porteiro que fecha e abre a porta da câmara onde dorme, o camareiro, o primeiro a entrar e o último a sair da câmara, que o despe e veste, com a roupa e o calçado que o guarda-roupa lhe trás, o copeiro e o trinchante que o servem à mesa e provam a comida e a bebida antes de o servir, a guarda que o protege, dentro e fora do paço, o estribeiro que trata das cavalgadas e o monteiro que lhe proporciona a segurança necessária na caça ao javali, ou o físico que lhe proporciona a cura do corpo. Estes são os homens mais próximos de si, aqueles a quem o rei confia a sua segurança e a sua vida, e são eles que garantem que nada de mal lhe aconteça. A D. Manuel I foi a doença que o derrubou<sup>1</sup>, sinal de uma corte apaziguada e, sabemos hoje, criadora de alicerces que se mantiveram até tarde na monarquia portuguesa<sup>2</sup>, pesem as vicissitudes pelas quais o reino passou durante 60 anos, mas governado de acordo com as determinações de um rei que fez aprovar em cortes as linhas orientadoras de como deveria ser regido em caso de união ibérica.

D. Manuel I foi um rei do, e no seu tempo, inovador, respondendo a novos desafios, porque muito do que se passou durante o seu reinado, não tinha acontecido antes, um homem de corte que gostava de debater ideias, especialmente com visitantes estrangeiros, talvez um pouco inseguro nas decisões a tomar, mas em terreno inexplorado quem não tem dúvidas sobre o que fazer? Nas páginas que se seguem, não é tanto D. Manuel I que estará em destaque, mas os homens que lhe prestavam serviço no paço, as tarefas que desempenhavam, os núcleos familiares onde estavam inseridos e as benesses com que foram agraciados. O facto de o tema em estudo se reportar à estrutura orgânica da casa real, como modelo de serviço ao rei, e que se divide em áreas que vão adquirindo uma maior relevância na atividade e bem estar do monarca, e das pessoas que nela exerciam os ofícios, coloca fora do seu âmbito a importância de todos os outros que, também, mereciam ser referidos enquanto moradores da casa real, assim como o papel que esta exercia atraindo as mais importantes famílias para cargos de confiança régia, e com isso criando uma relação de fidelidade e confiança com o monarca, ao mesmo tempo que padronizava os comportamentos daqueles que conviviam com o rei.

Sendo a casa real uma instituição predominantemente masculina, cujo recrutamento era feito maioritariamente dentro das famílias fidalgas ou das suas redes clientelares, temos, no entanto, um leque alargado de servidores indiferenciados que

---

<sup>1</sup> Em oposição às suspeitas de envenenamento do seu primo e cunhado.

<sup>2</sup> *História de Portugal*, direção de Rui Ramos, Nuno Gonçalo Monteiro e Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 228.

executavam todo um conjunto de serviços auxiliares, para os quais, cotejando com informação para outras instituições, se presume, também, a presença de mulheres e de escravos. Para esses, como para todos aqueles de cuja existência não ficou rasto, fica a noção da sua atividade quer em prol do rei quer ao seu serviço.

## 1. ESTADO DA QUESTÃO

A casa real portuguesa, como objeto historiográfico, não tem tido entre nós a relevância na produção de trabalhos monográficos equivalente à sua importância como local onde se formavam as elites que iriam influenciar o rumo pelo qual singrava Portugal. O estudo da casa real, alicerçado nesse polo civilizador e elemento essencial na construção da monarquia, que é a corte, centro criador de cerimoniais e gerador de uma determinada ética, aplainando comportamentos e gerindo expectativas dos seus frequentadores, com uma complexidade institucional e humana, com uma rede de interesses e política de influências, que o rei gere numa busca de equilíbrios entre as diferentes linhagens e os seus jogos de poder, vai permitir conhecer os seus membros, as suas relações familiares e redes clientelares, bem assim como os mecanismos de transmissão de cargos.

Dada a escassez de estudos, numa longa duração que começa nos primórdios da monarquia, onde se deteta a criação dos primeiros cargos, ainda que de forma incipiente, com alguma ancoragem na tradição e na regulamentação ditada por Afonso X, até ao regimento publicado por D. João IV, alargando o âmbito dessa pesquisa bibliográfica não só à casa real, mas também à corte e às casas aristocráticas, são, como *supra* escrito, poucos os trabalhos nesta área de investigação.

Com a publicação, na década de 80 do século passado, do livro de José Mattoso, *Identificação de um país*<sup>3</sup>, obra seminal que permitiu romper novos caminhos de investigação, até aí pouco ou nada desenvolvidos, como o autor escreveu no prefácio, que se transcreve:

«Este livro nasce de uma insatisfação: a de não encontrar na historiografia portuguesa respostas para muitas interrogações que a moderna ciência histórica não pode deixar de colocar. Tentei dar as minhas e coordená-las num conjunto que constituísse uma visão

---

<sup>3</sup> José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1985-86.

global da História de Portugal durante os seus dois primeiros séculos. A minha curiosidade orientou-se especialmente para os homens concretos, a sua maneira de viver e de pensar. As instituições, as estruturas, as formações sociais e económicas interessaram-me sobretudo na medida em que os podem revelar. Mas o que mais me atrai no passado medieval é a mentalidade: como é que os homens viam o mundo e se organizavam para tentarem dominar a realidade, nessa época tão diferente da nossa? A mentalidade parece-me, por sua vez, uma das chaves mais decisivas para a compreensão das estruturas»<sup>4</sup>.

A partir daqui assistiu-se, não só ao levantamento das trajetórias das diferentes linhagens e o seu envolvimento no governo do reino, como foram sendo divulgados estudos e teses abrangendo a corte, a iconografia e rituais ou a alimentação e a habitação.

Para o período medieval, temos as obras de Leontina Ventura sobre *A nobreza de Corte de D. Afonso III*<sup>5</sup>, o trabalho de Rita Costa Gomes sobre *A Corte dos Reis de Portugal na Idade Média*<sup>6</sup>, o livro de Humberto Baquero Moreno e de Isabel Vaz de Freitas para a *Corte ao tempo de D. Afonso V*<sup>7</sup>, o de Margarida Garcez Ventura sobre *A Corte de D. Duarte*<sup>8</sup> e o de Maria Alegria Marques e de João Soalheiro que trata *A Corte dos primeiros reis de Portugal*<sup>9</sup>. Com o seu estudo, Leontina Ventura procurou verificar a pertinência dos diferentes fatores que levaram à emergência de uma nobreza de corte, num processo em que a curialização dos guerreiros transforma uma sociedade militar numa sociedade de corte, e como esta se torna o modelo por excelência, do conjunto das relações sociais, na qual a afirmação do poder do rei alterou o quadro de intervenção do poder público das famílias outrora dominantes e, ao mesmo tempo, como o rei, concedendo poderes que asseguravam dignidade e posição social aos seus detentores (*milites* sobretudo), provocou uma distinção entre a situação social do indivíduo e o seu poder pessoal, situação que era vista negativamente e, por isso, criticada pelos grandes senhores descendentes das velhas famílias<sup>10</sup>. Rita Costa Gomes, alia o espaço, local onde

---

<sup>4</sup> José Mattoso, *Identificação de um país. I – Oposição* [...], p. 19.

<sup>5</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

<sup>6</sup> Rita Costa Gomes, *A corte dos reis portugueses no final da Idade Média*, 2 vols., tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994, publicado com o título *A Corte dos Reis de Portugal na Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

<sup>7</sup> Humberto Baquero Moreno e Isabel Vaz de Freitas, *A Corte de Afonso V: o tempo e os homens*, Gijón, Ediciones Trea, 2006.

<sup>8</sup> Margarida Garcez Ventura, *A Corte de D. Duarte. Política, cultura e afectos*, Vila do Conde, Verso da História, 2013.

<sup>9</sup> Maria Alegria Marques e João Soalheiro, *A Corte dos primeiros reis de Portugal: Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II*, Gijón, Ediciones Trea, 2009.

<sup>10</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III* [...], vol. I, p. 8.

se encontra o rei, ao conjunto de homens que o acompanham, detendo-se na criação dos diferentes cargos, sua atribuição, e nos cerimoniais da corte. No livro de Baquero Moreno e Isabel Freitas, dá-se ênfase aos conflitos do início do reinado, e ao espírito guerreiro do monarca, suportado pelas mesmas famílias que, ao princípio desavindas, superaram essa desunião, e gravitando na corte foram sendo alimentadas por D. Afonso V, através de doações e tenças, que o rei concede, por entender remunerar alguns serviços e cargos àqueles que o auxiliavam<sup>11</sup>. Margarida Garcez Ventura dá-nos enfoque na figura do rei D. Duarte, na sua personalidade e espiritualidade. Na obra *A Corte dos primeiros reis de Portugal* de Maria Alegria Marques e João Soalheiro, a perspetiva é feita na ação de formação do reino, através de um processo de conquista de território, a ser acompanhado pela institucionalização das estruturas necessárias para o administrar. Na corte, ainda incipiente, detetam-se os primeiros indícios de rituais diários, e assiste-se a um princípio de especialização entre os servidores da casa real.

Para a época moderna, temos que destacar a obra *La monarquia de Filipe II: la Casa del Rey*<sup>12</sup>, coordenada por José Martinez Millán e Santiago Fernández Conti, com um capítulo dedicado à casa real portuguesa da autoria de Félix Labrador Arroyo<sup>13</sup>, e tema para a sua tese de doutoramento<sup>14</sup>. De Fernando Bouza-Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*<sup>15</sup>, sobre a luta política em Portugal nesse período, e o de Joana Troni sobre *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668-1706)*<sup>16</sup>, em que procura investigar as dinâmicas e redes de poder e de que modo os oficiais da casa fizeram parte do processo governativo.

Vários trabalhos de investigação e teses de doutoramento têm incidido sobre a criação e manutenção de casas senhoriais ou de personagens da família real, de que destacamos os estudos de Ivo Carneiro de Sousa sobre o património, a casa e a corte da

---

<sup>11</sup> Humberto Baquero Moreno e Isabel Vaz de Freitas, *A Corte de Afonso V: o tempo e os homens* [...], p. 280.

<sup>12</sup> *La monarquia de Filipe II: la Casa del Rey*, coordenação de José Martinez Millán e Santiago Fernández Conti, 2 vols., Madrid, Mapfre/Tavera, 2005.

<sup>13</sup> Félix Labrador Arroyo, «La Casa Real Portuguesa en tempos de Felipe I (1580-1598)», *La monarquia de Filipe II: la Casa del Rey*, coordenação de José Martinez Millán e Santiago Fernández Conti, vol I, Madrid, Mapfre/Tavera, 2005, pp. 820-946.

<sup>14</sup> Félix Labrador Arroyo, *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)*, 2 vols., tese de doutoramento em história apresentada na Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autónoma De Madrid, 2006.

<sup>15</sup> Fernando Bouza-Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, prefácio de António Manuel Hespanha, tradução de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

<sup>16</sup> Joana Leandro Pinheiro de Almeida Troni, *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668-1706)*, tese de doutoramento em História, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

rainha D. Leonor<sup>17</sup>, em que traça um longo panorama sobre a vida de D. Leonor de Lencastre, focando-se na religiosidade e espiritualidade que marcaram a sua vida. Como complemento, inventaria elementos relacionados com os funcionários, servidores e personagens que, de alguma forma, estiveram ao serviço da rainha. Vanda Menino, na sua tese de doutoramento<sup>18</sup>sobre a rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso IV, na qual descreve o provável património que garantia uma certa autonomia financeira, e realça, entre os vassallos que constituíam a sua casa, a ascensão dos Avelares e o papel desempenhado por Lopo Fernandes Pacheco. Paula Lourenço estudou, para os séculos XVII e XVIII, a casa dos infantes<sup>19</sup> e a casa das rainhas<sup>20</sup>, guardando-se Nuno Gonçalo Monteiro, para o estudo da aristocracia no Antigo Regime, entre 1750 e 1832<sup>21</sup>, e dos poderes e das elites durante a dinastia de Bragança<sup>22</sup>. Nos últimos anos, várias casas senhoriais têm despertado interesse. João Silva de Sousa publicou sobre a casa senhorial do infante D. Henrique<sup>23</sup>, duque de Viseu, senhor da Covilhã, governador da Ordem de Cristo, com vários bens de raiz e jurisdição, que o tornavam um dos maiores potentados do reino. O seu herdeiro, D. Fernando, foi objeto de estudo por Sebastiana Lopes<sup>24</sup>, que fez incidir o seu trabalho sobre o percurso guerreiro do infante aliado ao conhecimento da organização dos senhorios de Serpa e Moura. Sua mulher, a infanta Beatriz, duquesa de Viseu e de Beja, foi uma personagem com intervenção direta na política da época, gerindo e administrando, em nome de seus filhos, o vasto património da casa senhorial e o das ordens militares de que eram mestres ou governadores. Sobre ela escreveu Maria

---

<sup>17</sup> Ivo Carneiro de Sousa, «Introdução ao Estudo do Património, da Casa e da Corte de D. Leonor», *Revista da Faculdade de Letras*, série Línguas e literaturas, anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993, pp. 23-52. Cf. Ivo Carneiro de Sousa, *A Rainha D. Leonor (1458-1525): poder, misericórdia e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

<sup>18</sup> Vanda Lisa Lourenço Menino, *A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)*, tese de doutoramento em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

<sup>19</sup> Maria Paula Marçal Lourenço, *A Casa e o Estado do Infantado (1654-1706). Formas e práticas administrativas de um património senhorial*, Lisboa, JNICT/Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

<sup>20</sup> Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, 2 vols., tese de doutoramento em História, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999. Veja-se também Maria Paula Marçal Lourenço, *Rainhas no Portugal Moderno. Casa, Corte e Património*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

<sup>21</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*, 2.ª edição revista, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

<sup>22</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2003.

<sup>23</sup> João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

<sup>24</sup> Sebastiana Alves Pereira Lopes, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 2003.

Odete Martins, uma biografia<sup>25</sup>, para mais tarde escolher para tema da sua tese de doutoramento, a casa senhorial<sup>26</sup>. O papel desempenhado pela infanta na administração ultramarina do seu senhorio, foi o tema estudado por Maria Barreto Dávila, na sua tese de doutoramento<sup>27</sup>. A neta, a infanta Beatriz,<sup>28</sup> mereceu a atenção de Ana Isabel Buescu, dando especial relevo ao dote e às festas dos esponsais realizados, com partida da infanta, de Lisboa para a corte de Saboia, a 10 de agosto de 1521, poucos meses antes do falecimento do pai. Hélder Carvalho, por seu lado, estudou a casa senhorial de seu irmão, o infante D. Luís<sup>29</sup>. As dissertações de mestrado de Ana Cristina Pereira, sobre as princesas e infantas de Portugal, desde o reinado de D. João IV a D. João V<sup>30</sup>, e de Joana Troni, sobre Catarina de Bragança<sup>31</sup>, contêm elementos sobre a casa, as clientelas domésticas e as redes de poder desenvolvidas. Continuando na casa de Bragança, Mafalda Soares da Cunha investigou dois momentos dessa família. Um primeiro, desde a doação a Nuno Álvares Pereira dos primeiros bens que serão património da casa, até à morte de D. Fernando II<sup>32</sup>, e supressão da mesma, por D. João II. Um segundo momento, entre 1560 e o ano de início da dinastia de Bragança<sup>33</sup>.

No campo dos estudos sobre casas senhoriais, de referir o de Cristóvão José Silva da Mata, sobre a Casa de Aveiro<sup>34</sup>, enquanto Nuno Silva Campos investigou a construção da casa de Vila Real e a sua ligação à capitania de Ceuta<sup>35</sup>, tema escolhido igualmente

---

<sup>25</sup> Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira Martins, *Dona Brites. Uma mulher da Casa de Avis*, Lisboa, Quidnovi, 2009.

<sup>26</sup> Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira Martins, *Poder e Sociedade, A Duquesa de Beja*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

<sup>27</sup> Maria Barreto Dávila, *Governar o Atlântico: a Infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017, publicada com o título *A mulher dos Descobrimentos: D. Beatriz, Infanta de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2019.

<sup>28</sup> Ana Isabel Buescu, *D. Beatriz de Portugal. A infanta esquecida (1504-1538)*, Barcarena, Manuscrito, 2019.

<sup>29</sup> Hélder Carvalho, «A casa senhorial do infante D. Luís (1506-1555): dinâmicas de construção e consolidação de um senhorio quinhentista», disponível em: [http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/15742/1/Artigo%20final\\_7%20Mares.pdf](http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/15742/1/Artigo%20final_7%20Mares.pdf), pp. 33-48.

<sup>30</sup> Ana Cristina Duarte Pereira, *Princesas e Infantas de Portugal (1640-1736)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

<sup>31</sup> Joana Leandro Pinheiro de Almeida Troni, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

<sup>32</sup> Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

<sup>33</sup> Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

<sup>34</sup> Cristóvão José Silva da Mata, *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*, tese de doutoramento em História Moderna, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019.

<sup>35</sup> Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS, 2004.

para a tese de doutoramento de Carlos Manuel da Silva Moura<sup>36</sup>. Luís Filipe Oliveira explorou a significativa ascensão social dos Coutinhos, a forma como os seus domínios patrimoniais estavam organizados, e a composição da casa senhorial<sup>37</sup>, temática também seguida por Bernardo Vasconcelos e Sousa, ao estudar a trajetória familiar dos Pimentéis<sup>38</sup>. Esta linha de investigação foi também seguida para Martim Afonso de Sousa, apurada por Alexandra Pelúcia<sup>39</sup>, para D. Álvaro da Costa, num trabalho coordenado por Maria de Lurdes Rosa<sup>40</sup>, e para as origens e trajetórias familiares dos Melos, apuradas por José Pavia Cumbre<sup>41</sup>. A formação de casas tituladas por D. Manuel I, e respetivas linhagens, foram estudadas por Nuno Campos Inácio para a formação do condado de Portimão e a linhagem dos Castelo Branco<sup>42</sup>, por Ivone Correia Alves, para a criação do condado da Vidigueira<sup>43</sup>, a que podemos adicionar a análise da consolidação da linhagem dos Lobos e a baronia de Alvito, pesquisada por André Madruga Coelho<sup>44</sup>.

Para o estudo da evolução e estrutura das linhagens e seu património, encontramos os trabalhos de José Carlos L. Soares Machado, para os Braganções<sup>45</sup>, os de José Augusto de Sottomayor Pizarro, para dos descendentes, identificados como *naturais* do mosteiro de S. Salvador de Grijó, de um casal que, em finais do século XI, tinha protegido aquele cenóbio<sup>46</sup>, ou na reconstituição da nobreza do reinado de D. Dinis, e as suas estratégias quanto ao património, às relações com o poder régio, e às alianças matrimoniais<sup>47</sup>, e em

---

<sup>36</sup> Carlos Manuel da Silva Moura, *A Casa Senhorial dos condes e marqueses de Vila Real, (séculos XV-XVI)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2016.

<sup>37</sup> Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

<sup>38</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

<sup>39</sup> Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem. Trajetórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2009.

<sup>40</sup> D. Álvaro da Costa e a sua descendência, *séculos XV-XVII: Poder, Arte e Devoção*, coordenação de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM-FCSH-UNL, 2013. Ver também da mesma autora: Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995; Maria de Lurdes Rosa, *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*, Redondo, Patrimonia, 1995.

<sup>41</sup> João Pavia Cumbre, *Os Melo. Origens, trajetórias familiares e percursos políticos (séculos XII - XV)*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

<sup>42</sup> Nuno Campos Inácio, *História do Condado de Vila Nova de Portimão*, Albufeira, Arandis, 2017.

<sup>43</sup> Ivone Correia Alves, *Gamas e Condes da Vidigueira. Percursos e genealogias*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.

<sup>44</sup> André Madruga Coelho, *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*, Lisboa, Edições Colibri, 2017.

<sup>45</sup> José Carlos L. Soares Machado, *Os Braganções. História genealógica de uma linhagem medieval (séculos XI a XIII)*, Lisboa, Edição do autor, 2004.

<sup>46</sup> José Augusto de Sottomayor Pizarro, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó. Evolução e estrutura da família nobre séculos XI a XIV*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1995.

<sup>47</sup> José Augusto de Sottomayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Universidade Moderna, 1999.

Luis Krus, a partir dos livros de linhagens<sup>48</sup>. Mas também a publicações centradas nas temáticas: corte, casa e serviço ao rei, com a realização de conferências e a publicação de estudos onde estas temáticas foram sendo abordadas, de que podemos destacar os organizados por Mafalda Soares da Cunha e Juan Hernández Franco<sup>49</sup>, onde se conclui pela similitude das trajetórias familiares nos dois reinos ibéricos, Hermínia Vasconcelos Vilar, Mafalda Soares da Cunha e Fátima Farrica<sup>50</sup>, sobre redes e poder político das periferias no espaço ibérico, Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha<sup>51</sup>, em que se estudaram as elites e grupos de poder nas monarquias peninsulares e espaços coloniais e Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo e Roberta Stumpf<sup>52</sup>, com o levantamento dos vários modelos de administração, civil, eclesiástica e militar, que se entrecruzam entre as colónias e a península. João Paulo Oliveira e Costa publicou<sup>53</sup> e coordenou a publicação de atas<sup>54</sup> e ensaios<sup>55</sup> dedicados a biografar os membros da nobreza com participação na fundação do Estado da Índia e no descobrimento do Brasil, e de que modo esse envolvimento se consubstanciou no engrandecimento e enriquecimento das suas linhagens e casas.

Vários artigos foram sendo publicados ao longo dos anos, permitindo ter uma visão sobre a forma como a nobreza de corte se articulava entre o serviço ao rei e os interesses próprios, e a distribuição de influência entre os diferentes órgãos de poder. De forma não exaustiva, podemos mencionar os de Mafalda Soares da Cunha sobre cortes e

---

<sup>48</sup> Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280/1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1994.

<sup>49</sup> *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma história comparativa*, organizado por Mafalda Soares da Cunha e Juan Hernández Franco, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS – Universidade de Évora, Universidad de Murcia, 2010.

<sup>50</sup> *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (Séculos XII-XVIII)*, coordenação de Hermínia Vasconcelos Vilar, Mafalda Soares da Cunha e Fátima Farrica, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2013.

<sup>51</sup> *Optima Pars. Elites ibero-Americanas do Antigo Regime*, organizado por Nuno G.F. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005.

<sup>52</sup> *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (Sécs. XVI-XVIII). Dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos*, organizado por Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo, Roberta Stumpf, Lisboa, ICS/Universidade de Lisboa, 2018.

<sup>53</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *Mare Nostrum. Em busca da honra e riqueza*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

<sup>54</sup> *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, actas do colóquio internacional, Lisboa, 16 a 20 outubro de 2001, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

<sup>55</sup> *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimonia, 2000. Cf. *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.



clientelismo<sup>56</sup> e estratégias senhoriais<sup>57</sup>, de Nuno Gonçalo Monteiro para as relações interfamiliares e circulação das elites<sup>58</sup>, de Rita Costa Gomes na interação entre corte e cortesãos<sup>59</sup>, e de António Manuel Hespanha<sup>60</sup>, que definiu a corte como um espaço de disciplina social, produtor de uma cultura específica. Ainda sobre as dinâmicas da corte, devemos referir o capítulo de António Filipe Pimentel sobre a «invenção da corte»<sup>61</sup>, a função integradora da casa real no estudo de Felix Labrador Arroyo<sup>62</sup>, ou os processos de estruturação da nobreza, sobre que escreveram Miguel Jasmins Rodrigues<sup>63</sup> e Jean

---

<sup>56</sup> Mafalda Soares da Cunha, «Cortes señoriales, corte regia y clientelismo. El caso de la corte de los duques de Braganza», *Espacios de Poder: Cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*, actas del congreso, Madrid, octubre de 2001, vol. I, Madrid, Universidad Autónoma, 2002, pp. 51-68. Cf. Mafalda Soares da Cunha, «Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI», *Penélope*, n.º 29, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 33-48.

<sup>57</sup> Mafalda Soares da Cunha, «Estratégias de distinção e poder social: a Casa de Bragança (1496-1640)», *Revista de História das Ideias*, vol. 19, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 1998, pp. 309-337. Cf. Mafalda Soares da Cunha, «Estratégias matrimoniais da Casa de Bragança e o casamento do Duque D. João II», disponível em: <https://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/196>, pp. 39-62. Cf. Mafalda Soares da Cunha, «Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparativa dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640)», *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, CEH - UNL, 2009, pp. 741-756. Cf. Mafalda Soares da Cunha, «Aristocracia e cortes senhoriais. Patrocínio, mecenato e clientelismo com práticas de reputação, séculos XV-XVI», *Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos. Duas décadas de Cátedra (1984-2006). Homenagem a Luís Adão da Fonseca*, Porto, CEPESE, 2009, pp. 181-208. Cf. Mafalda Soares da Cunha, «A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade», *Revista Portuguesa de História*, n.º 31, vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996, pp. 219-252.

<sup>58</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, «Nobleza de corte y noblezas provinciales: poder, relaciones interfamiliares y circulación de las elites en Portugal (1640-1820)», *Espacios de Poder: Cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)* [...], pp. 1-28. Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, «Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime», *Análise Social*, vol. XXXII, (n.º 141), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997, pp. 335-368. Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, «Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII», *Análise Social*, vol. XXVIII (n.º 123-124), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993, pp. 921-950.

<sup>59</sup> Rita Costa Gomes, «La Cour de Bourgogne et la Cour du Portugal au XVe siècle», *La Cour de Bourgogne et l'Europe. Le rayonnement et les limites d'un modèle culturel*, Werner Paravicini editeur, Stuttgart: Thorbecke Verlag, 2012, pp. 629-647.

Rita Costa Gomes, «Para uma história do silêncio: o mundo do cortesão entre a Idade Média e o Renascimento», *A Arte da Cultura - Homenagem a Yvette Centeno*, edição de Alda Correia, Gabriela Fragoso, Fernando Ribeiros e Manuel Canaveira, Lisboa, Edições Colibri, 2010, pp. 487-496.

Rita Costa Gomes, «The Court Galaxy», *Finding Europe. Discourses on Margins, Communities, Images (Thirteenth to Eighteenth Centuries)*, edição de Anthony Molho, Diogo Ramada Curto, Oxford-New York: Berghahn Books, 2007, pp. 185-203.

<sup>60</sup> António Manuel Hespanha, «Un autre paradigme d'administration: la Cour en Europe du Sud à l'époque moderne», *Annuaire d'Histoire Administrative Européenne*, n.º 4, Baden Baden, 1992, pp. 1-21.

<sup>61</sup> António Filipe Pimentel, *Arquitectura e poder. O real edifício de Mafra*, Coimbra, IHA/FL/Universidade de Coimbra, 1992. Veja-se também, António Filipe Pimentel, «Absolutismo, Corte e palácio. Em torno dos palácios de D. João V», *Arqueologia do Estado. Comunicações*, 2.º tomo, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 685-710.

<sup>62</sup> Félix Labrador Arroyo, «A função integradora da Casa Real Portuguesa de D. João I a D. Filipe I (1385-1598)», *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos seus territórios ultramarinos (1581-1640)*, direção de Santiago Martínez Hernández, tradução de Joana Troni, pp. 21-44, Lisboa, CHAM, 2011, pp. 21-44.

<sup>63</sup> Miguel Jasmins Rodrigues, «As monarquias centradas: redes de poder nos séculos XV/XVI», *Nobreza e poderes: da Baixa Idade Média ao Império*, Cascais, Patrimonia, 2005, pp. 59-85. Cf. Miguel Jasmins Rodrigues e Luís Filipe Oliveira, «A titulação na 2.ª dinastia», *actas das primeiras jornadas de História*

Aubin<sup>64</sup>, ou relativamente à ligação entre as linhagens e as ordens militares como fator de ascensão social e de serviço, como foram os casos de Álvaro Vaz, estudado por Maria de Lurdes Rosa<sup>65</sup>, dos Vasconcelos e dos Pimentéis no século XIV, que mereceram a atenção de António Pestana de Vasconcelos<sup>66</sup> e de Bernardo Vasconcelos e Sousa<sup>67</sup>, respetivamente. Sobre a temática do poder, não devemos olvidar o artigo de Maria do Rosário Themudo Barata, relativo ao poder e às redes de poder<sup>68</sup>. Os percursos familiares de linhagens concelhias, foram objeto de estudo, entre outros, o dos Avelares<sup>69</sup> e o dos Nogueiras<sup>70</sup>, por Vanda Lourenço e Mário Farelo, respetivamente. Para a organização e serviço na corte, vejam-se os trabalhos de José Augusto de Sottomayor Pizarro<sup>71</sup>, L. Barbosa Rodrigues<sup>72</sup>, Félix Labrador Arroyo<sup>73</sup>, M. Ángel Ladero Quesada<sup>74</sup> ou o de Maria Paula Marçal Lourenço, sobre os serviços da Casa de D. Catarina de Áustria<sup>75</sup>.

---

*Moderna*. Lisboa, 16-17-18-19 de outubro de 1986, vol. II, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1989, pp. 725-763.

<sup>64</sup> Jean Aubin, «La Noblesse titrée sous D. João III: inflation ou fermeture?», Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1989, separata *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, pp. 417-432.

<sup>65</sup> Maria de Lurdes Rosa, «Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais “intermédias...», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o ocidente e o oriente*, actas do V encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 2006, coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2009, pp. 187-245.

<sup>66</sup> António Pestana de Vasconcelos, «Os Vasconcelos e as Ordens Militares, algumas considerações em torno de uma linhagem», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o ocidente e o oriente* [...], pp. 247-321.

<sup>67</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, «Memória familiar e ordens militares. Os Pimentéis no séc. XIV», *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. II encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 1992, coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, e Paulo Pacheco, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 37-49.

<sup>68</sup> Maria do Rosário Themudo Barata, «Poder-redes de poder no Portugal moderno – Séculos XV a XVIII», *Rumos e escrita da história. Estudos de homenagem a A. A. Marques de Almeida*, coordenação de Maria de Fátima Reis, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 531-540.

<sup>69</sup> Vanda Lourenço, «Os Avelar. Percurso de uma linhagem de Lisboa (1325-1367)», *A Nova Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, actas do II Congresso, Lisboa, 9-11 de Dezembro de 2004, coordenação de Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 169-181.

<sup>70</sup> Mário Farelo, «Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»», *A Nova Lisboa Medieval. Os rostos da cidade* [...], pp. 145-168.

<sup>71</sup> José Augusto de Sottomayor Pizarro, «A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?», *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media*, actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarrza. 21 al 24 de julio de 2015), Pamplona, Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 2016, pp. 141-176.

<sup>72</sup> L. Barbosa Rodrigues, «A organização político-administrativa palatina portuguesa: uma perspectiva constitucional», *Revista Lusitana. Direito. Porto*, n.º 3, Porto, Universidade Lusitana, 2011, pp. 134-154.

<sup>73</sup> Félix Labrador Arroyo, «La nobleza y servicio en la Casa Real portuguesa durante Felipe II», disponível em:

[https://www.academia.edu/19669675/\\_Nobleza\\_y\\_servicio\\_en\\_la\\_Casa\\_Real\\_portuguesa\\_durante\\_Felipe\\_II\\_en\\_La\\_cultura\\_nobiliaria\\_de\\_corte\\_en\\_la\\_edad\\_Moderna\\_Madrid\\_UAM\\_25\\_26\\_octubre\\_de\\_2012\\_](https://www.academia.edu/19669675/_Nobleza_y_servicio_en_la_Casa_Real_portuguesa_durante_Felipe_II_en_La_cultura_nobiliaria_de_corte_en_la_edad_Moderna_Madrid_UAM_25_26_octubre_de_2012_), pp. 182-189.

<sup>74</sup> M. Ángel Ladero Quesada, «La Casa Real en la Baja Edad Media», *Historia. Instituciones. Documentos*, disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/HID/article/view/4402>, pp. 327-350.

<sup>75</sup> Maria Paula Marçal Lourenço, «Mulheres e Homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria: estatuto, prestígio e poder (1525-1578)», *Revista Portuguesa de História. Homenagem aos professores Luís*

Da produção historiográfica no reino vizinho, porque abundante, destaco, além dos já mencionados, os livros sobre as casas reais de Borgonha<sup>76</sup>, de Castela<sup>77</sup> e da câmara real do príncipe João II<sup>78</sup>, a coletânea em que se estudam os âmbitos de poder na casa e corte dos reinos hispânicos<sup>79</sup>, e algumas obras que abrangem os reinados dos Reis Católicos<sup>80</sup>, de Carlos V<sup>81</sup>, e os dos Filipes<sup>82</sup>. A obra dirigida por José Martínez Millán, sobre a casa real de Filipe II, é importante pelo enquadramento teórico e pela bibliografia para que remete, em cuja introdução<sup>83</sup>, Martínez Millán, traça as linhas orientadoras de uma metodologia para o estudo das casas reais, que passa pela importância da casa como elemento de articulação do poder, e da corte como nivelador de comportamentos, definindo a estrutura do serviço doméstico, dos espaços onde ele era desempenhado, quais os critérios de recrutamento para esses ofícios e como se procedeu à integração das elites através da casa real.

Se os estudos sobre a casa real são, já de si, escassos, aqueles que incidem sobre cargos, espaços reais, estrutura e atividade do serviço palatino são em número mais reduzido. Começamos pelos oficiais da casa, quem são e quais as suas atribuições. O principal estudo que se fez, embora de forma indireta, sobre as funções de alguns dos ofícios do paço, suas origens e deveres, deve-se a Gama Barros, na sua monumental *História da Administração Pública em Portugal*<sup>84</sup>. Sobre as suas competências e

---

Ferrand de Almeida e António de Oliveira, n.º 36, vol. 1, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – FLUC, 2002/2003, pp. 367-390.

<sup>76</sup> *La Casa de Borgoña. La Casa del rey de España*, direção de José Eloy Hortal Muñoz e Félix Labrador Arroyo, Leuven, Leuven University, 2014.

<sup>77</sup> *Evolución y Estructura de la Casa Real de Castilla*, coordenação de Andrés Gamba Guriérrez e Félix Labrador Arroyo, Madrid, Ediciones Polifemo, 2010.

<sup>78</sup> Francisco de Paula Canas Gálvez, *La Cámara Real de Juan II de Castilla. Cargos, descargos, cuentas e inventarios (1428-1454)*, Madrid, La Ergástula, 2016. Ver José Damián González Arce, *La casa y corte del príncipe don Juan (1478-1497) economía y etiqueta en el palacio del hijo de los reyes católicos*, Sevilla, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2016.

<sup>79</sup> *Casa y Corte. Ámbitos de poder en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media (1230-1516)*, coordenação de Francisco de Paula Canas Gálvez e José Manuel Nieto Soria, Madrid, La Ergástula, 2019.

<sup>80</sup> *El mundo social de Isabel la Católica. La sociedad castellana a finales del siglo XV*, coordenação de Miguel Ángel Ladero Quesada, Madrid, Dykinson, 2004. Ver também *Isabel la Católica, reina de Castilla*, edição de Pedro Navascués Palacio, Barcelona, Lunwerg, 2002 e, Luis Suarez Fernandez, *Los Reyes Católicos*, Barcelona, Editorial Ariel, 2004.

<sup>81</sup> *La Corte de Carlos V*, coordenação de José Martínez Millán, 5 vols., Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000.

<sup>82</sup> José Antonio Guillén Berrendero, *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*, tese de doutoramento apresentada à Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2009. Cf. *La monarquía de Felipe II: La Casa del Rey*, direção de José Martínez Millán e Santiago Fernandez Conti, 2 vols., Madrid, Fundación MAPFRE TAVERA, 2005.

<sup>83</sup> José Martínez Millán, «Introducción», *La monarquía de Felipe II: La Casa del Rey* [...], vol. I, pp. 17-51.

<sup>84</sup> Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séc. XII a XV*, 2.ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1954.

detentores dos cargos, poucos têm sido os estudos realizados, com mais especificidade os feitos sobre as figuras do secretário<sup>85</sup>, escrivão da puridade<sup>86</sup>, armeiro mor<sup>87</sup>, entre as mais de duas dezenas de servidores de topo do paço. Dos vários locais de residência real, para além do muito estudado paço de Sintra<sup>88</sup>, nos últimos anos foram publicados livros e artigos sobre o paço da Ribeira<sup>89</sup>, de S. Francisco em Évora<sup>90</sup>, alguns paços menores em Lisboa, como o de Santos<sup>91</sup>, o de Xabregas<sup>92</sup> ou o da Alcáçova<sup>93</sup>, acompanhados por coletâneas de artigos dedicados à história da construção e evolução da paisagem urbana<sup>94</sup>, mas pouco ou nada se sabe sobre o paço de Almeirim ou o de Muge, este reservado à montaria, onde o rei e a corte estanciavam por temporadas.

António Henrique de Oliveira Marques, ao descrever os aspetos quotidianos da sociedade medieval portuguesa<sup>95</sup>, fez um primeiro esboço sobre diversas facetas do viver na idade média, com grandes pinceladas sobre o comer e o lazer, o vestir e habitar, o corpo e a alma, a cultura. A partir dos anos 80 do século XX, com uma nova geração de

---

<sup>85</sup> Francisco Manoel Trigoso d'Aragão Morato, "Memórias sobre os Secretários dos reis portugueses", *História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.ª série, tomo I, parte I, Lisboa, na tipografia da mesma Academia, 1843.

<sup>86</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricos*, vol. 6, Tomo III, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1961.

<sup>87</sup> D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: *Poder, Arte e Devoção* [...], 2013.

<sup>88</sup> Raul Lino, *Os paços reais da Vila de Sintra*, Lisboa, Valentim de Carvalho, 1948. Cf. José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995.

<sup>89</sup> Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002. Cf. Bruno A. Martinho, *O Paço da Ribeira nas vésperas do terramoto*, dissertação de mestrado em história de arte, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

<sup>90</sup> Gustavo Silva Val-Flores, *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*, dissertação de mestrado em recuperação do património arquitectónico e paisagístico apresentada na Universidade de Évora, 2009. Cf. Francisco Bilou, *A Igreja de São Francisco e o Paço Real de Évora. A obra e os protagonistas 500 anos depois*, Lisboa, Edições Colibri, 2014.

<sup>91</sup> Helder Carita, *Le Palais de Santos. L'Ambassade de France à Lisbonne*, Paris/Lisboa, Editions Chandeigne/Quetzal, 1995.

<sup>92</sup> Ferreira de Andrade, *Palácios Reais de Lisboa (os Dois Paços de Xabregas, paço de S. Bartolomeu e o de Alcáçova)*, apresentação e índices de Maria Abel e Carlos Consiglieri, 2.ª edição, Lisboa, Veja, [s.d.].

<sup>93</sup> Diana Neves Martins, *O Paço da Alcáçova de Lisboa: uma intervenção manuelina*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

<sup>94</sup> *História da Construção: Arquiteturas e Técnicas Construtivas*, coordenação de Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro, Braga: CITCEM/LAMOP, 2013. Cf. *Evolução da Paisagem Urbana [medieval]: Cidade e Periferia*, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2014. Cf. *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*, 2.ª tiragem, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2014. Cf. *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*, 2.ª tiragem, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2014. Cf. *História da Construção: Os Construtores*, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2011. Cf. *História da Construção: Os Materiais*, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2012. Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *Construir, habitar – A casa medieval*, Braga, CITCEM - Universidade do Minho, 2011.

<sup>95</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 5.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987, a primeira edição é de 1964.

historiadores, assistiu-se a um interesse renovado por estas matérias, tendo-se assistido à realização de encontros em que estas temáticas estavam subjacentes, ou à edição de obras cujos conteúdos elegiam um tema único. No mesmo período, foram publicadas seis novas histórias de Portugal<sup>96</sup>, uma nova história militar<sup>97</sup>, uma história da igreja<sup>98</sup>, sendo relevantes para o tema em estudo o capítulo de Diogo Ramada Curto, sobre práticas rituais, espaços de representação, clientelas e dádivas e mercês<sup>99</sup>, o de João Cordeiro Pereira, respeitante à mobilidade social, corpos sociais, clientelas e fidelidades<sup>100</sup>, o de Isabel M. R. M. Drumond Braga, João Carlos Oliveira e Maria João Pereira, onde são abordados os campos da alimentação, vestuário, saúde e divertimentos<sup>101</sup>, e o capítulo relativo a D. Manuel I<sup>102</sup>, tema que Joaquim Romero Magalhães também aborda<sup>103</sup>. Veríssimo Serrão, escreveu sobre a estratificação da nobreza, resultante das políticas seguidas por D. Manuel I, com a promulgação de legislação regulamentadora dos privilégios e ocupações, que teve por consequência o surgimento de quatro grandes categorias da nobreza: a cortesã, a ultramarina, a de magistratura e a solarenga<sup>104</sup>, dedicando um capítulo aos mesteres<sup>105</sup>.

Dos encontros há a destacar o realizado em Guimarães em 2001, intitulado D. Manuel I e a sua época<sup>106</sup>, com a apresentação de uma centena de comunicações subordinadas aos temas: administração, justiça e direito, igreja e assistência, população, sociedade e economia, arte e cultura, os encontros sobre ordens militares realizados em

---

<sup>96</sup> *História de Portugal*, direção José Mattoso, 8 vols. [...]. Cf. *Nova história de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 12 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1987-2004 (os volumes 6 e 8 ainda não publicados). Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, 18 vols., Lisboa, Verbo, 1977-2010. Cf. *História de Portugal*, direção João Medina, 18 vols., Ediclube, 1993. Cf. *História de Portugal*, direção de José Hermano Saraiva, 3 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1988. Cf. *História de Portugal*, direção de Rui Ramos, Nuno Gonçalo Monteiro e Bernardo Vasconcelos e Sousa [...].

<sup>97</sup> *Nova história militar de Portugal*, direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004.

<sup>98</sup> *História religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira Azevedo, 3 vols. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2002.

<sup>99</sup> Diogo Ramada Curto, «A cultura política», *História de Portugal*, direção José Mattoso [...], vol. 3, pp. 115-147.

<sup>100</sup> João Cordeiro Pereira, «A estrutura social e o seu devir», *Nova história de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação do volume de João José Alves Dias [...], vol. 6, pp. 277-336.

<sup>101</sup> Isabel M. R. M. Drumond Braga, João Carlos Oliveira e Maria João Pereira, «A vida quotidiana», *Nova história de Portugal* [...], vol. 6, pp. 619-688.

<sup>102</sup> João José Alves Dias, Isabel M. R. M. Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, «D. Manuel I», *Nova história de Portugal* [...], vol. 6, pp. 712-724.

<sup>103</sup> Joaquim Romero Magalhães, «D. Manuel I», *História de Portugal*, direção José Mattoso [...], vol. 3, pp. 521-530.

<sup>104</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* [...], vol. III, pp. 246-250.

<sup>105</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* [...], vol. III, pp. 250-260.

<sup>106</sup> *D. Manuel e a sua época*, actas do III Congresso Histórico de Guimarães, 24 a 27 de Outubro 2001, 4 vols., Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001.

Palmela, de que estão publicadas as atas de sete encontros, e os realizados em Torres Vedras, sendo em número de 22, as atas conhecidas. Fruto da iniciativa de uma editora, que publicou as biografias dos reis e rainhas de Portugal, entre elas a de D. Manuel I, por João Paulo Oliveira e Costa<sup>107</sup>, e a das rainhas consorte, da autoria de Isabel dos Guimarães Sá e Michel Combet<sup>108</sup>, viram a luz do dia, uma história da vida privada em Portugal<sup>109</sup>, com direção de José Mattoso, com destaque para os artigos de José Custódio Vieira da Silva, sobre os paços régios<sup>110</sup>, Iria Gonçalves, sobre a alimentação<sup>111</sup>, José Mattoso, relativamente ao corpo, saúde e doença<sup>112</sup>, Maria de Lurdes Rosa, sobre o sagrado, devoções e religiosidade<sup>113</sup>, Pedro Cardim, analisando a corte régia e o alargamento da esfera privada<sup>114</sup>, e Mafalda Soares da Cunha com Nuno Gonçalo Monteiro, sobre as grandes casas<sup>115</sup>. Da mesma editora foram publicados trabalhos sob a coordenação de Ana Maria Rodrigues, de Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria, tendo por tema os casamentos da família real portuguesa, divididos entre diplomacia e cerimonial, e êxitos e fracassos<sup>116</sup>, um outro sobre o estar à mesa e o serviço ao rei nas refeições, com coordenação de Ana Isabel Buescu<sup>117</sup>, e um sobre os animais coordenado

---

<sup>107</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005. No ano em que se assinalaram os 500 anos da morte D. Manuel I, foi editada uma biografia da autoria de Paulo Drumond Braga, que inclui a emissão homónima composta por 2 selos e 1 bloco, cf. Paulo Drumond Braga, *D. Manuel I (1469-1521) Venturas e Desventuras de um Rei de Portugal*, Lisboa, CTT, 2021.

<sup>108</sup> Isabel dos Guimarães Sá e Michel Combet, *Rainhas-Consortes de D. Manuel I: Isabel de Castela, Maria de Castela e Leonor da Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

<sup>109</sup> *História da Vida Privada em Portugal*, direção de José Mattoso, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2010-2011.

<sup>110</sup> José Custódio Vieira da Silva, «O paço», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, direção de José Mattoso, coordenação de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 78-97.

<sup>111</sup> Iria Gonçalves, «A alimentação», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média* [...], pp. 226-259.

<sup>112</sup> José Mattoso, «O corpo, saúde e a doença», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média* [...], pp. 348-374.

<sup>113</sup> Maria de Lurdes Rosa, «Sagrado, devoções e religiosidade», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média* [...], pp. 379-401.

<sup>114</sup> Pedro Cardim, «A corte régia e o alargamento da esfera privada», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*, direção de José Mattoso, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 160-201.

<sup>115</sup> Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, «As grandes casas», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna* [...], pp. 202-243.

<sup>116</sup> *Casamentos da Família Real Portuguesa*, coordenação de Ana Maria S. A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2017-2018.

<sup>117</sup> *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coordenação de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.

por Isabel e Paulo Drumond Braga<sup>118</sup>, que insere trabalhos sobre a caça<sup>119</sup> e sobre as touradas<sup>120</sup>.

Por último, temos que nos referir a algumas das exposições que se realizaram em Portugal, e com participação portuguesa, que nos possibilitam a visão de conjunto de objetos que adornavam o paço, para fruição real e marca simbólica de majestade, e outros que eram usados no dia a dia. De entre os vários catálogos, destaco os da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, em 1983<sup>121</sup>, que descrevem peças expostas de porcelana, ourivesaria e têxteis asiáticos<sup>122</sup>, a difusão dos simples e drogas<sup>123</sup>, armaria<sup>124</sup> e instrumentos musicais<sup>125</sup>, os da Europália (1992)<sup>126</sup>, com elementos de pintura, escultura e ourivesaria do século XVI, e o recente catálogo da exposição comemorativa dos 500 anos do falecimento de D. Manuel I<sup>127</sup>, que com o título *Vi o reino renovar*, reuniu um conjunto de obras que vão desde a pintura, a escultura, a iluminura e objetos do quotidiano, sagrado e profano, acompanhado de textos de Hélder Carita<sup>128</sup>, Isabel Almeida<sup>129</sup>, Sylvie Deswarte-Rosa<sup>130</sup>, Maria José Azevedo Santos<sup>131</sup>, Joaquim de Oliveira Caetano<sup>132</sup>, Alice Sedgwick Wohl<sup>133</sup>, Miguel Metelo Seixas<sup>134</sup>, Maria de Lurdes

---

<sup>118</sup> *Animais e companhia*, coordenação de Isabel M. R. M. Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015.

<sup>119</sup> Paulo Drumond Braga, «Divertimento, utilitarismo e barbárie: a caça», *Animais e companhia* [...], pp. 185-215.

<sup>120</sup> Paulo Drumond Braga, «Um espetáculo de morte», *Animais e companhia* [...], pp. 218-245.

<sup>121</sup> *XVII Exposição de arte, ciência e cultura*, 7 vols., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983.

<sup>122</sup> *XVII Exposição de arte, ciência e cultura - Jerónimos II. Cumpriu-se o mar: as navegações portuguesas e as suas consequências no Renascimento* [...].

<sup>123</sup> *XVII Exposição de arte, ciência e cultura - Jerónimos I. Cumpriu-se o mar: as navegações portuguesas e as suas consequências no Renascimento* [...].

<sup>124</sup> *XVII Exposição de arte, ciência e cultura - Torre de Belém. A mão que ao ocidente o véu rasgou: armaria* [...].

<sup>125</sup> *XVII Exposição de arte, ciência e cultura - Arte Antiga II. Abre-se a terra em sons e cores: as descobertas e o Renascimento, formas de coincidência e de cultura* [...].

<sup>126</sup> *No tempo das feitorias. A arte portuguesa na época dos Descobrimentos*, 2 vols., exposição realizada no MNAA, Lisboa, junho a dezembro 1992, Lisboa, Instituto Português de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

<sup>127</sup> *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021.

<sup>128</sup> Hélder Carita, «Regras para a cidade. A regulamentação urbana no tempo de D. Manuel I», *Vi o Reino Renovar* [...], pp. 52-59.

<sup>129</sup> Isabel Almeida, «A cultura literária na corte de D. Manuel I», *Vi o Reino Renovar* [...], pp. 238-249

<sup>130</sup> Sylvie Deswarte-Rosa, «A Leitura Nova de D. Manuel I, um grande monumento na história da iluminura europeia», *Vi o Reino Renovar* [...], pp. 194- 207.

<sup>131</sup> Maria José Azevedo Santos, «A escrita nas reformas manuelinas», *Vi o Reino Renovar* [...], pp. 160-171.

<sup>132</sup> Joaquim de Oliveira Caetano, ««Guardando a nós nosso serviço, e ao povo seu direito»: D. Manuel e os pintores», *Vi o Reino Renovar* [...], pp. 112-127.

<sup>133</sup> Alice Sedgwick Wohl, «Uma Bíblia, um mosteiro e um rei», *Vi o Reino Renovar* [...], pp. 76-85.

<sup>134</sup> Miguel Metelo Seixas, «A emblemática manuelina, instrumento de comunicação política», *Vi o Reino Renovar* [...], pp. 62-75.

Rosa e Diogo Ramada Curto<sup>135</sup>, entre outros. De uma coleção particular, saiu um catálogo com objetos de serviço à mesa utilizados entre 1500 e 1700, com textos de Annemarie Jordan Gschwend<sup>136</sup> sobre o ritual das refeições na corte da rainha D. Catarina, de Hugo Miguel Crespo<sup>137</sup>, que nos descreve o jantar e cear na corte, Sasha Assis Lima<sup>138</sup>, com um artigo sobre o vinho, bebida de que D. Manuel I, não era consumidor, e Letizia Arbeteta Mira<sup>139</sup>, com um interessante texto sobre cálices de cristal de rocha.

## 2. OBJETO DA TESE

Visto o estado da questão, pretende-se contribuir para o aumento do conhecimento histórico sobre um tema em particular. Com efeito, o objetivo da presente tese é o estudo de um tópico, a casa real, que tem tido menor relevância na historiografia portuguesa, em especial para os períodos mais recuados. Mesmo com a pouca documentação disponível, foi possível apresentar um modelo de como estavam organizados os cargos e funções da casa real e suas atribuições, tendo por âmbito temporal o reinado de D. Manuel I, identificando quem foram as pessoas a quem esses ofícios foram entregues, relacionando-os com as redes familiares de onde eram oriundos, e a forma de ascensão social como razão direta do cargo que exerciam. Mais difícil foi reconstruir o ambiente de corte, dada a carência de objetos da cultura material que chegaram até aos nossos dias, valendo-nos dos róis de inventário que o tempo preservou, de algumas descrições encontradas nas crónicas, e que permitiram elaborar uma descrição dos rituais que regiam o dia a dia do soberano, trazendo ao conhecimento como seria essa corte do século XVI, a que o exótico dava cor, mas que nos é difícil imaginar, tendo em consideração o número elevado de pessoas que circulavam diariamente pelas imediações do paço<sup>140</sup>, e que, em algum momento do dia, estavam em contacto com a pessoa régia.

---

<sup>135</sup> Lurdes Rosa e Diogo Ramada Curto, «Entre reformas e serviço ao rei», *Vi o Reino Renovar* [...], pp. 18-37.

<sup>136</sup> Annemarie Jordan Gschwend, «Rainha d’Aquém e d’Além-Mar. Jantar e Cear à Mesa de D. Catarina de Áustria na Corte de Lisboa», *Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700): prata, madrepérola, cristal de rocha e porcelana*, Lisboa, Pedro Aguiar-Branco, [s.d.], pp. 10-48.

<sup>137</sup> Hugo Miguel Crespo, «Mesa do Príncipe. Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700)», *Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700)* [...], pp. 50-114.

<sup>138</sup> Sasha Assis Lima, «Sobre o Vinho em Portugal (1500-1700)», *Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700)* [...], pp. 208-235.

<sup>139</sup> Letizia Arbeteta Mira, «Dois vasos de cristal de rocha para a mesa principesca», *Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700)* [...], pp. 247-248.

<sup>140</sup> De notar que aos moradores da casa real, era registada a presença diária, o mesmo acontecendo aos demais servidores, o que somado, dava mais de um milhar de pessoas que diariamente se encontravam nas imediações do local onde o rei se encontrava.



### 3. ENQUADRAMENTO DO TEMA

Existem vários vetores na formalização do poder da coroa. Um dos fundamentais é o da estratificação social resultante da distribuição do monopólio do poder político. Um reino que quer ser legítimo deve distribuir esse poder pelos níveis das elites políticas, permitindo a outros que falem em seu nome. Esta capacidade distributiva está cada vez mais centrada no rei, que reclama para si a concentração desses poderes. Alicerça-se nessa base, com origem nos laços senhoriais e feudais, um reforço dos laços pessoais que vão organizar a relação entre o monarca e os seus dependentes num eixo de fidelidade concorrencial, em que existe uma necessidade de se mostrar para se ter uma presença forte junto do poder. Outro tipo de relação se vai criando, emanando do seio de corpos burocráticos, onde, lentamente, estruturas vão tendo cada vez mais poderes resultantes da sua ligação ao rei, o qual estabelece o seu poder recorrendo a essa mesma burocracia, conjugando esforços que irão conduzir a uma centralização administrativa cada vez maior<sup>141</sup>. Lentamente o rei chama a si a legitimidade do poder político. Isto acarreta duas consequências que o distanciam da monarquia feudal: o estabelecimento de uma relação diferente com a justiça e com o direito; a associação entre território (espaço), povo, reino, com vista à construção da identificação entre espaço, rei, num binómio que articula o reino com o rei e que leva a uma territorialização do poder, com a demarcação de fronteiras externas. Esta construção de limites cada vez mais sólidos, vai implicar um novo sentido político, fiscal e militar, reforçando o poder do príncipe que impõe progressivamente a sua justiça e o seu sistema de arrecadação de impostos, graças a uma rede de agentes cada vez mais numerosos, dirigidos e controlados da capital do reino por órgãos cada vez mais ampliados<sup>142</sup>.

É, no entanto, um poder que tem por base um conjunto de dependência e redes de clientelas. Ao longo do período moderno são as relações pessoais e familiares que alicerçam as relações de poder. Os reis vão escolher os seus auxiliares não de acordo com a capacidade, mas de acordo com os laços de dependência. Há uma íntima relação entre a estrutura política e a estrutura administrativa burocrática, dependente de funcionários a tempo inteiro, utilizando registos escritos, com um *cursus honorum* e funcionando em áreas de jurisdição fixa, onde, lentamente, se vai desenvolvendo uma estrutura

---

<sup>141</sup> Bernard Guenée, *O Ocidente nos séculos XIV e XV (os estados)*, tradução de Luiza Maria F. Rodrigues, S. Paulo, Pioneira, 1981, p. 65.

<sup>142</sup> Bernard Guenée, *O Ocidente nos séculos XIV e XV [...]*, p. 65.

burocrática. O facto de existir um corpo de juristas, de letrados, em maior número, é fundamental para o fortalecimento da coroa. Essa contribuição faz com que haja uma lenta autonomia do corpo jurídico e o governo do reino passa a funcionar na base de um corpo independente da parte produtiva. Dominavam o latim, os direitos, as técnicas de despacho. O facto de possuírem um saber superior confere-lhes legitimidade técnico-racional, que os habilita a poderem arbitrar conflitos. O crescimento deste grupo social, que servindo a coisa pública, dela se vai servindo com a obtenção de bens patrimoniais e com o grande objetivo de chegarem à titulação, vai criar um corpo estável, hierarquizado, que possui instrução, riqueza, poder, que sabe servir a coroa sem perder de vista os seus próprios interesses<sup>143</sup>, dominando o topo da estrutura burocrática que rege o território.

A regulamentação da atividade dos diferentes órgãos governativos está, de uma forma geral, estipulada nas ordenações. De uma forma mais abrangente nas afonsinas, sendo as manuelinas complementadas por regimentos específicos de alguns órgãos que se autonomizaram do ponto de vista da regulação. Aí se encontrava esboçada a matriz governativa, as atribuições das diferentes instituições e dos cargos que as faziam funcionar. Ao estabelecermos o organograma governativo, podemos compartimentar em quatro grandes áreas a especialização e a esfera de competência de cada sector que, ao longo de dois séculos, se diferenciou e autonomizou da matriz que foi a cúria régia. Esses sectores são a justiça, a fazenda, a milícia e a casa real. Estas entidades independentes, constituindo um corpo maior, que podemos considerar como a governação<sup>144</sup>, concentram um cada vez maior poder de decisão, em virtude do alargamento do poder decisório em que não é necessário o «passe real» conjugado com a aquisição de importantes faculdades de autorregulamentação através do carácter vinculativo da própria praxe de funcionamento<sup>145</sup>, sendo o braço visível do poder régio.

Não são em grande número os indivíduos que constituem o núcleo dos servidores régios pertencentes à alta estrutura administrativa do reino, sendo a sua base de recrutamento a nobreza, o clero e os letrados, neste caso com uma maior preponderância para os juristas. Diogo Lopes Rebelo, caracteriza, na sua obra *Do governo da República pelo Rei*, as qualidades que devem possuir aqueles que pretendem prestar serviço ao rei:

---

<sup>143</sup> Bernard Guenée, *O Ocidente nos séculos XIV e XV* [...], p. 236.

<sup>144</sup> Usando-se este termo para este período por comodidade da expressão.

<sup>145</sup> António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna* [...], p.350.

«Deve contudo, advertir-se que, embora a república seja mais bem governada por um rei, do que pelo poder de muitos ou pelo clamor popular, todavia, o rei deve ter varões sábios e doutos, militares graves, e barões, em cujas sentenças e autoridade se apoie. Pode preferi-los e aproveitá-los para ouvirem as causas e as questões, dirimirem os litígios, proferirem a decisão definitiva, e referirem à Real Majestade as coisas que forem necessárias e especialmente oportunas, para que o rei saiba o que se passa no reino, e não ignore o que necessita da sua presença e conhecimento. Não pode, com efeito, o rei, que tem o cuidado universal de todo o reino, por si ouvir as causas e os negócios de todos, e dirimi-los, destecê-los, soluciona-los.

[...] devem diligentemente pensar os que são escolhidos para juízes, oficiais e governadores, em possuir as quatro seguintes qualidades: primeira, serem poderosos, isto é, sábios; segunda, serem tementes a Deus, isto é, da justiça de Deus, e terem diante dos olhos, os bens do paraíso que Ele somente aos bons concede, e as penas do inferno com que os maus são castigados; terceira, neles residir a verdade da justiça, da doutrina, e dos bons costumes; e quarta, odiarem a riqueza e não aceitarem dádivas»<sup>146</sup>.

Esquemáticamente, podemos representar a estrutura governativa durante o reinado de D. Manuel I, da seguinte forma:

### Quadro n.º 1 Organograma governativo

CHANCELARIA	JUSTIÇA	FAZENDA	MILÍCIA	CASA REAL
Chanceler-mor	Regedor da corte Juiz dos feitos Procurador dos feitos Regedor da Casa da Suplicação Desembargador do agravo Desembargador do peço Regedor da casa do civil Chanceler da casa do civil Desembargadores Sobrejuizes Ouvidores	Vedor-mor Vedor da Fazenda Almotacé-mor Contador	Condestável Marechal Alferes-mor Almirante Anadél-mor Coudel mor Adel-mor	Mordomo-mor Aposentador mor Reposeteiro mor Porteiro mor Meirinho-mor Tesozeiro-mor Meirinho do peço Capelão mor Esmolero-mor Confessor Camareiro-mor Dispenseiro mor Cozinheiro-mor Manteiro-mor Monteiro-mor Caçador-mor Físico-mor Cirurgião-mor Boticário do rei Guarda-mor Capitão dos Gimetas Escrivão da puridade Secretário Armeiro mor

Esta representação gráfica permite-nos visualizar o agrupamento dos cargos que são eminentemente técnicos, dos que provêm de influência familiar, aqueles que se

<sup>146</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei. De Republica gubernanda per regem. Tratado das produções das pessoas (divinas). Tractatus de productionibus personarum (in divinis)*, com um estudo de Manuel Cadafaz de Matos, Lisboa, Távola Redonda, 2000, pp. 64-65.

tornaram honoríficos e os que se têm uma carga simbólica de serviço à casa real. Associado a esta estrutura, encontramos uma organização social representativa do poder, juntando as várias componentes desse poder em entidades coletivas, orientadas «para a resolução de um conflito entre esferas de interesses, conflito que o poder resolve “fazendo justiça”, ou seja, atribuindo a cada um o que lhe compete»<sup>147</sup>, em que temos indivíduos portadores da mesma função e titulares do mesmo estatuto, definidos pela tradição, numa rotina de que cada um ocupa o lugar social que por ele, ou seus ascendentes, foi tradicionalmente ocupado<sup>148</sup>. Por outro lado, temos funções com acesso à titulação, sem que os seus titulares sejam forçosamente membros da nobreza, ou desempenhem funções militares<sup>149</sup>, em que o serviço régio pode corresponder a uma estratégia familiar de patrimonialização dos ofícios palatinos ou, para outros de condição social inferior, esse serviço pode ser a única via de nobilitação ou o alcance de privilégios pessoais e para a família por bons serviços prestados. Ao lado da função guerreira, a «pena» passa a ser uma atividade nobilitante, à qual o grupo social dos letrados pode ascender, como corolário de uma doutrina elitista assente no princípio de que são os nobres quem deve dirigir a sociedade, mas, para as funções em que os conhecimentos académicos fossem necessários, estes sobrelevassem em relação aos primeiros<sup>150</sup>.

As situações mais frequentes que justificam o provimento num determinado cargo são a morte do anterior titular, a resignação em favor de outrem, a vacatura no ofício ou a destituição do cargo do anterior titular. Os períodos de maior instabilidade política ou mudança de reinado não acarretavam necessariamente a exclusão ou afastamento dos oficiais. O provimento podia ser perpétuo e hereditário, o que explica a monopolização de determinados ofícios por certas famílias. Neste caso, o ofício passava a integrar o património do titular, sendo-lhe mesmo reconhecida capacidade de o transmitir. Esta ideia foi já expressa por António Manuel Hespanha quando afirma que «a concepção patrimonial dos ofícios exprime-se no regime quanto à venalidade, penhorabilidade e transmissibilidade dos ofícios por morte do seu titular»<sup>151</sup>. As vias de acesso aos diversos cargos do poder régio não são similares. Se em determinados sectores da administração, nomeadamente a fazenda, a casa real e a milícia é condição suficiente a pertença a famílias

---

<sup>147</sup> António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Século XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 301.

<sup>148</sup> António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan* [...], p. 308.

<sup>149</sup> O desempenho de ofícios palatinos, ou outros cargos associados ao serviço da casa real, ver António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan* [...], p. 309, nota 14.

<sup>150</sup> António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan* [...], p. 317.

<sup>151</sup> António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Época Medieval e Moderna* [...], p. 388.

influentes, nas quais os ofícios podem transitar de forma hereditária para a geração seguinte, o mesmo não se verifica na justiça, área em que a frequência da universidade e a formação académica podem ser determinantes no acesso ao ofício. Também aqui, a tradição familiar não pode ser negligenciada. Na verdade, muitos destes letrados são descendentes de homens que desempenharam essas ou outras tarefas na burocracia régia e que de acordo com a tradição deveriam ser continuadas pelos seus filhos. Se a entrada nos meandros da burocracia régia podia eventualmente resultar da mediação da geração precedente, a afirmação dos novos elementos fazia-se pelo estudo das leis, garante de uma futura promoção profissional e social<sup>152</sup>. Esta patrimonialização dos cargos vai gerar a ideia de continuidade da administração pública, em que treinados numa tradição familiar de serviço público, os oficiais puderam consolidar a sua própria autoridade e a autoridade do cargo, desenvolvendo um conjunto de regras técnicas e deontológicas que racionalizavam o exercício de cada cargo<sup>153</sup>.

A teoria do «cargo público» como função, foi explanada por António Manuel Hespanha, no livro *História das Instituições. Época Medieval e Moderna*<sup>154</sup>. As quatro principais componentes são, de um modo sucinto:

- a) A ideia de que cada cargo público está votado à realização de uma função, para o que deve ser dotado de uma jurisdição própria e indisponível pelo soberano; jurisdição que se há-de manifestar na constituição natural-tradicional do cargo;
- b) A ideia de que o funcionário está adstrito ao cumprimento de uma missão; devendo, portanto, ter as qualidades necessárias ao desempenho dessa missão;
- c) A ideia de que o funcionário é responsável pelo desempenho da sua missão perante a sociedade (ou perante os seus órgãos políticos) e que, prevaricando, pode ser afastado do cargo;

---

<sup>152</sup> Maria Manuela da Silva Durão, *1471 - Um ano "Africano" no Desembargo de D. Afonso V*, vol. I, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 139.

<sup>153</sup> António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Época Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 393.

<sup>154</sup> António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Época Medieval e Moderna* [...], pp. 394-400.

- d) Finalmente, a ideia de que competia ao soberano, como «cabeça» do corpo social, criar e prover os ofícios, embora com respeito das suas funções «naturais» e dos seus regimentos tradicionais.

Estas componentes são reforçadas com a prática da consolidação familiar dos ofícios, que combinada com a estabilidade social conferida pela segurança da posse familiar dos cargos, se traduz numa situação de poder social, com os inerentes mecanismos de acesso ao poder económico e político<sup>155</sup>, em que todos procuram garantir privilégios de índole diversa para as famílias, estabelecendo, desta forma, redes de solidariedade verticais. Para além destas redes verticais, a titularidade de alguns cargos vai permitir o fortalecimento de redes horizontais de dependentes clientelares. Nesse sentido, o principal objeto desta tese é proceder ao levantamento e identificação dos oficiais que asseguravam o funcionamento quotidiano da casa real de D. Manuel I, que com o rei se relacionavam diariamente, topo de uma estrutura mais vasta e mais complexa que integra muitos indivíduos que executam atividades menos relevantes, mas nem por isso menos importantes no suporte a todo o edifício que garante o bem-estar do rei, dos seus familiares e de todos aqueles que frequentam o paço.

Afonso X, na sua partida segunda, título IX, lei I e lei XXVII, definiu uma série de conceitos, como sejam corte, casa real e ofícios que a integravam, que irão ter influência e continuidade, constituindo a base da administração do serviço ao rei, nas várias monarquias ibéricas. Na opinião de Félix Labrador Arroyo, o termo corte apresentava um duplo significado, servindo tanto para designar um espaço físico, como um grupo de pessoas<sup>156</sup>, que por sua vez podia, ainda, ser dividido em três grandes núcleos: os aparelhos administrativos da fazenda e da justiça, o governo da casa real, e os cortesãos que gravitavam pelo paço. Com este enfoque, torna-se necessário delimitar o que representava a casa real, dentro deste conceito, e a evolução a que foi submetida desde os reinados da primeira dinastia até ao reinado de D. Manuel I.

Numa primeira fase, o séquito que acompanhava o rei era constituído por familiares, vassallos e servidores. Os vassallos estavam investidos em cargos permanentes auxiliando e aconselhando o rei, recebendo deste pagamento, as chamadas *contias*. É uma

---

<sup>155</sup> António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan* [...], p. 513.

<sup>156</sup> Félix Labrador Arroyo, «A função integradora da Casa Real Portuguesa de D. João I a D. Filipe I (1385-1598)», *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos seus territórios ultramarinos (1581-1640)* [...], p. 21.

constante que quem governa deve aconselhar-se sobre os atos que vai praticar. Escreveu Diogo Lopes Rebelo que «por prudência, tenha também o rei frequentes conselhos com os seus; e, visto que esta virtude mais reluz nos velhos, pela muita experiência das coisas que viram, tenha conselheiros velhos, em cujos conselhos e sentenças se apoie»<sup>157</sup>. A estes vassallos que andavam na corte, juntavam-se os ricos-homens e os prelados dos lugares do reino onde o rei estanciava, os quais também participavam no aconselhamento do monarca nos atos judiciais ou testemunhavam decisões administrativas. Este alargar de funções vai dar origem a uma nova entidade, o conselho régio, que começa por ser um grupo informal de conselheiros que integrava membros da família real, vassallos régios, ricos-homens e prelados, que se reuniam a pedido do rei. Não há, de início, distinção entre ofícios públicos e domésticos. A especialização vem com a necessidade de intervir em processos cada vez mais complexos; de a jurisdição régia abarcar cada vez mais território, com necessidades diferentes dos vários concelhos; na forma como a justiça deve ser administrada, com regras, procedimentos uniformes e âmbito nacional. Esta especialização dá origem a um corpo que congrega as funções da justiça: o desembargo.

Com esta especialização, a que se irá seguir a criação de outros órgãos específicos fora da ação da casa real, o caso da fazenda e da casa da Guiné, chegamos ao reinado de D. Manuel I, com uma casa real dedicada aos assuntos do foro doméstico-privado do rei, que servirá de modelo às diversas casas senhoriais.

Enquadrado que está o tema na sua evolução histórica, a sua fronteira temporal irá cingir-se ao reinado de D. Manuel I, pese embora o facto de se procurar indagar percursos nos dois reinados anteriores. Sanchez-Albornoz justifica a existência do modelo português da casa real como resultado da separação de estruturas idênticas no reino leonês, influência que irá perdurar durante o primeiro século da dinastia de Borgonha<sup>158</sup>. Certo é que o primeiro regimento da casa real de que se tem conhecimento, foi publicado por D. Afonso III, pese embora o facto de referências a cargos de ofício constarem já na chancelaria de D. Afonso II. O regimento publicado é um documento muito elementar, mas que regista a enumeração de cargos domésticos e curiais. Consta de vinte seis decretos mais dois adicionais, e nele se tipificam alguns ofícios e a forma de funcionamento da casa real. Os reis seguintes irão regulamentar os cargos que se vão

---

<sup>157</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei. De Republica gubernanda per regem* [...], p. 83.

<sup>158</sup> Cláudio Sanchez-Albornoz, «La curia regia portuguesa. Siglos XII e XIII», *Investigaciones y documentos sobre las instituciones hispanas*, introducción por Alamiro de Ávila Martel, pp. 381-459, Santiago de Chile, Editorial Jurídica de Chile, 1970, p. 381.

especializando ou que precisam de uma norma escrita. Com D. Manuel I temos um rei reformador. Pouco tempo depois de ser legitimado em cortes, iniciou um conjunto de reformas que visaram vários sectores: a reforma dos forais, que vai perdurar até ao século XIX; e a publicação de um conjunto de regimentos no intuito de melhor organizar a administração do reino. Deste espírito reformista, a única alteração conhecida com impacto no conhecimento da definição dos ofícios da casa real, foi ter saído das ordenações qualquer referência aos cargos que não tivessem a ver diretamente com o exercício da justiça, sendo publicado o regimento da fazenda para os cargos da fazenda.

No que à casa real diz respeito, num primeiro momento esta estava dividida em três áreas, a aula, a câmara e a capela, sofrendo, com o decorrer do tempo, uma especialização que se foi aprimorando, levando à criação de áreas relacionadas com o transporte, dada a itinerância da corte, com o divertimento, no qual as caçadas tinham uma importante quota parte, e a relacionada com a segurança do corpo do rei. Este processo de crescimento das diferentes dependências da casa real, levou à criação de vários cargos de oficial-mor, que foram sendo distribuídos ao longo dos reinados por linhagens com influência no monarca, e com o agrado deste. Esta linha de conduta, teve por finalidade integrar as diferentes casas debaixo da influência real, fortalecendo-a, ao mesmo tempo que as sujeitava à atribuição de benesses por um poder com uma ação cada vez mais centralizadora<sup>159</sup>. A corte tornava-se mais cortesã, centro de titulação em detrimento dos feitos de armas, como se pode constatar verificando a origem de alguns dos novos titulados durante o reinado de D. Manuel I. Das nove novas titulações feitas durante o reinado, três corresponderam a parentes do rei: D. Jorge, filho bastardo de D. João II, duque de Coimbra, D. Rodrigo de Melo, conde de Tentúgal, filho de D. Álvaro e sobrinho do rei, D. Francisco, conde de Vimioso, primo do rei e filho do bispo de Évora. Duas corresponderam à criação de títulos para os primogénitos das casas de Vila Real e de Coimbra e quatro irão premiar trajetórias de serviço ao rei. Essas titulações foram dadas a D. Diogo da Silva de Meneses, aio e escrivão da puridade, feito conde de Portalegre, a D. João de Meneses, mordomo-mor, a quem foi dado o título de conde de Tarouca, ambos a exercerem cargos na casa real. Com as restantes titulações a serem

---

<sup>159</sup> No livro de matrícula, registado no primeiro quartel de 1518, constavam 33 capelães, 400 cavaleiros do conselho, 109 escudeiros fidalgos, 201 moços fidalgos, 8 moços, 6 físicos, 43 escudeiros e 140 moços de câmara, num total de 940 moradores da casa, cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, Lisboa Ocidental, Oficina Silviana da Academia Real, 1739-1748, pp. 352-373. Ver anexo III.



atribuídas ao vedor da fazenda<sup>160</sup>, D. Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão, e a D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira, pelos serviços prestados no descobrimento do caminho, por via marítima, para a Índia.

Como se pode constatar, para além dos laços de sangue e da continuidade das linhagens, a proximidade física ao rei trazia vantagens, que se podiam traduzir na ascensão social e no acesso a rendas significativas. Diretas, umas, através de senhorios, ou indiretas, com o acesso a cargos, tenças e outras benesses, com o próprio título a constituir um fator importante de consolidação, contribuindo para fixar rendimentos e reforçar o sistema linhagístico<sup>161</sup>.

#### 4. ESTRUTURA DA TESE

Para o tratamento deste tema, seguimos a metodologia que encontramos na bibliografia espanhola, tomando como referência a lição de Félix Labrador Arroyo na sua tese de doutoramento<sup>162</sup>, e nos livros que coordenou<sup>163</sup>, dividindo a tese em três grandes capítulos: os ofícios domésticos, os ofícios periféricos da casa real e os ofícios da milícia. Alguns destes ofícios têm um papel simbólico e honorífico, e enquadrados nos ofícios periféricos aqueles que, para além do serviço diário ao rei, têm atividade de chancelaria.

Os ofícios domésticos foram agrupados em quatro grandes blocos, capela, câmara, mesa e guarda, tratando cada um deles de um sector de atividade específico do dia a dia do monarca, a que se adicionou um outro reservado aos chamados cargos mores. O segundo capítulo, agrupa os ofícios cujos servidores têm uma atividade que conjuga o serviço direto ao monarca e em quem este confia o exercício de tarefas relacionadas com o bem comum dos seus súbditos. A integração da milícia num capítulo próprio, fica a dever-se ao facto de ser um corpo na estrutura de governo do reino, que não desempenha funções executivas, sejam de justiça, sejam de fazenda, nem funções na casa real, mas está presente na corte, como lembrança da importância dos cavaleiros na origem, e

---

<sup>160</sup> O outro vedor da fazenda, D. Diogo Lobo, era já barão de Alvito, por descendência, e o meirinho-mor, D. Francisco Coutinho, conde de Marialva e conde de Loulé, por casamento.

<sup>161</sup> Miguel Jasmins Rodrigues, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2.ª dinastia», *Nobreza e poderes: da Baixa Idade Média ao Império*, pp. 87-126, Cascais, Patrimonia, 2005, p. 103.

<sup>162</sup> Félix Labrador Arroyo, *La Casa Real Portuguesa De Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)* [...].

<sup>163</sup> *La Casa de Borgoña. La Casa del rey de España*, direção de José Eloy Hortal Muñoz e Félix Labrador Arroyo, Leuven, Leuven University, 2014. *Evolución y Estructura de la Casa Real de Castilla*, coordenação de Andrés Gamba Guriérrez e Félix Labrador Arroyo, Madrid, Ediciones Polifemo, 2010.

manutenção, da monarquia. A linha condutora para cada um destes blocos passou pela descrição do tipo de serviço que ao rei era prestado, o conhecimento de quem estava indigitado para desempenhar o cargo, a sua relação familiar, o seu percurso, como agente de confiança do rei, a influência que exerceu, e as contrapartidas retiradas da prestação desse serviço.

Para o período em estudo, temos como fontes disponíveis os livros de chancelaria, de que saliento a base de dados existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com os sumários de toda a documentação das chancelarias de D. Afonso V e D. Manuel I, resultado de um projeto realizado pelo Centro Damião de Góis, sob a direção de Artur Teodoro de Matos. No mesmo arquivo a disponibilização, em linha, da documentação digitalizada do núcleo documental Corpo Cronológico, e a edição em suporte digital das gavetas da Torre do Tombo<sup>164</sup>. As crónicas contemporâneas de Damião de Góis, Gaspar Correia e Garcia de Resende, dão-nos alguma informação sobre os personagens, mas muito pouco sobre a vida na corte e na casa real. Damião de Góis, que mais tempo privou com o rei, como moço da câmara, dedica, na sua crónica, 80, dos 313 capítulos que a constituem, a coisas do reino, guardando a maioria para os feitos da Ásia<sup>165</sup>, o que, diga-se de passagem, é manifestamente insuficiente para se compreender como seria a vida no paço. Na elaboração das referências bibliográficas, abarcando os estudos ou artigos relacionados com a temática objeto da tese, alargando o âmbito, dado o pouco volume existente de produção escrita, aos temas corte, administração régia, casas senhoriais e biografias sobre personagens coetâneos do rei D. Manuel I, e partindo do princípio que as instituições evoluem, incorporando mais especialização, ou renomeando funções que adquirem mais atributos, tendo em mente que a realidade cultural também se altera, acrescido do facto de ter de permeio uma influência externa, a dinastia castelhana, o fator escassez bibliográfica levou-nos a alargar o intervalo temporal no que à bibliografia diz respeito, para reinados além do estudado. Para a componente genealógica, temos impressas quatro obras de referência<sup>166</sup>, com discrepâncias entre si, que procurámos

---

<sup>164</sup> Edição em CD da publicação: *As gavetas da Torre do Tombo*, introdução de A. da Silva Rego. 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, cf. *As gavetas da Torre do Tombo*, edição digital de Miguel Jasmim Rodrigues, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, [2009].

<sup>165</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. 1469-1521. Um príncipe do Renascimento* [...], p. 264.

<sup>166</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, edição diplomática do original manuscrito existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, tomo XXI, Braga, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, 1938-1942. Cf. Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, 12 vols., Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948. Cf. *Livro de Linhagens do século XVI*, introdução pelo académico correspondente António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956. Cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, edição crítica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014.

colmatar recorrendo à base de dados em linha Geneall<sup>167</sup>, fruto do trabalho voluntário de um grupo de genealogistas, sem qualquer tipo de apoio e poucos recursos, e que, infelizmente, deixou de ser acrescentada.

---

<sup>167</sup> <http://www.geneall.net>

**I. VELAR O CORPO E O ESPÍRITO DO REI: O SERVIÇO  
DOMÉSTICO DA CASA REAL**

## 1. OS CARGOS TRANSVERSAIS DA CASA

Foi prática corrente dos reis portugueses instalar casa aos seus filhos varões, com especial incidência para a do príncipe herdeiro. A escolha dos servidores para ocupar os vários ofícios da casa era feita com especial cuidado, uma vez que seriam eles os que iriam cuidar da formação do futuro monarca nas matérias relacionadas com os negócios do reino e na arte de governar. Oriundos da nobreza, com carreira na corte, seriam estes nobres aqueles que mais tarde ocupariam os lugares de maior preeminência na administração do reino e na casa real. Foi este o procedimento seguido por D. João II ao instalar casa separada para seu filho, o príncipe D. Afonso. Esta disposição régia é feita algum tempo antes do casamento de D. Afonso com a princesa castelhana, D. Isabel. A instalação da casa, para além dos ativos que garantissem a subsistência da mesma, espaços habitacionais, terras, rendas e direitos, implicava também servidores, dos quais se destacam aqueles que desempenhavam os chamados ofícios maiores. A 9 de junho de 1489, D. João II nomeou D. João de Meneses para governador da casa e terras do filho<sup>168</sup>, o qual acumulava os ofícios de mordomo-mor, vedor da fazenda e escrivão da puridade, ou seja, os principais cargos de gestão da casa e de aconselhamento do príncipe. Com a data do casamento a aproximar-se, foram ainda nomeados durante o ano de 1490, para os ofícios religiosos, um capelão mor e um confessor. Para completar o quadro de ofícios, um guarda-mor, um cevadeiro-mor, um armador-mor, um vedor, um provedor da fazenda, um tesoureiro, um almoxarife, um camareiro que era também guarda-roupa e vários moços da câmara<sup>169</sup>.

D. Manuel I fora bafejado por uma sequência de acontecimentos que lhe permitiram ser rei. Participante nas Terçarias de Moura, e por ser de pouca idade (teria treze anos quando se deslocou para a corte castelhana), D. João II nomeou vários oficiais de sua casa para o acompanhar, delegando as funções de aio em Diogo da Silva de Meneses «homem de nobre sangue, e de muyto bom siso, e saber, e de bom conselho»<sup>170</sup>, que sendo da confiança régia<sup>171</sup>, fora homem da corte de D. Afonso V. Com a capitulação das Terçarias em maio de 1483, em consequência do regresso ao reino, D. João II acolheu-

---

<sup>168</sup> Paulo Drumond Braga, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 87.

<sup>169</sup> Paulo Drumond Braga, *O príncipe D. Afonso* [...], pp. 88-89.

<sup>170</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, seguida de Miscelânea conforme a edição de 1798, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, cap. XLVII, p. 70.

<sup>171</sup> Participou no júri que condenou à morte D. Fernando, duque de Bragança, cf. Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 72.

o na sua corte e aos homens que o acompanhavam, criando-o, como escreve Garcia de Resende, «em sua cama, mesa, e nos conselhos, e boas doutrinas com mostranças, e obras de verdadeiro amor de filho»<sup>172</sup>. Como consequência da morte do seu malgrado irmão, D. Diogo, duque de Viseu, às mãos do rei, chamado à presença deste<sup>173</sup>, logo D. João II o tranquilizou, dizendo que lhe matara o irmão, porque o duque e outros o quiseram matar, garantindo-lhe a sucessão em tudo aquilo que, até aí, estava em posse do duque, mudando no entanto o título de duque de Viseu para duque de Beja, dada a carga negativa que tal título ganhara, guardando para a coroa as vilas de Serpa e Moura, dando em troca os direitos que a coroa detinha na ilha da Madeira<sup>174</sup>. A substituição no detentor do título e responsável por uma das maiores casas patrimoniais, em nada alterou o quadro do oficialato que a servia. Os alcaides, os capitães das capitânicas insulares, os comendadores e cavaleiros da Ordem de Cristo, todos mantiveram cargos e privilégios<sup>175</sup>. A seu lado manteve-se Diogo da Silva de Meneses, governador da sua casa de Beja e seu vedor da fazenda<sup>176</sup>.

O ser jurado como novo rei, herdando o trono como sucessor de D. João II, fez com que o novo monarca se rodeasse de novos personagens, oficiais régios e homens de sua casa enquanto duque, alargando o número de pessoas que o serviam. Essa situação mereceu críticas dos representantes do povo nas cortes que tiveram lugar em Lisboa, em 1498. Queixavam-se os povos, no capítulo segundo<sup>177</sup> apresentado às cortes, terem sido informados que além da grande corte que ficou por falecimento de D. João II, D. Manuel I recrutava todos os dias muita gente e de pequena condição, enchendo os paços e ao mesmo tempo fazendo com que os campos ficassem incultos por falta de mão-de-obra, porque todos preferiam viver na corte. No capítulo terceiro<sup>178</sup>, era o elevado número de fidalgos, alguns sem o serem, que merecia as críticas. A tipificação elaborada nesse

---

<sup>172</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. XLVII, p. 71.

<sup>173</sup> D. Manuel I encontrava-se doente quando foi chamado, mas mesmo nesse estado e atemorizado por aquilo que lhe podia suceder, dado o historial da primeira tentativa de rebelião que cauterizou os vários ramos da casa de Bragança, apresentou-se perante o rei, acompanhado pelo seu aio Diogo da Silva de Meneses, cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIV, p. 81.

<sup>174</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIV, p. 81.

<sup>175</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. 1469-1521. Um príncipe do Renascimento* [...], p. 60.

<sup>176</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 58v (Lisboa, 13/03/1498), que confirma uma carta da infanta D. Beatriz, dada em Beja, a 17 de maio de 1486, com a mercê da alcaidaria da vila de Almada.

<sup>177</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias, preparação de João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques, João Cordeiro Pereira e Fernando Portugal, transcrições de João José Alves Dias, Pedro Pinto, Maria João Pereira, revisão de A. H. de Oliveira Marques e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 66.

<sup>178</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 66.

capítulo de cortes, dividia os fidalgos em três grupos: aqueles que o eram, por nascimento e sangue, aqueles que eram «feitos por bemfeitoria» régia, aqueles que tomavam o «estado» de fidalgos, sem que para isso tenha existido iniciativa régia. Nas respostas régias a estes capítulos garantia o rei que no caso do excesso de oficiais e moradores, dado o elevado número de criados que serviam D. João II, considerava que deveria mantê-los, porque embora representassem encargos, «lançallos fora serya crueza o que noso Coraçam mal poderya ssofrer»<sup>179</sup>. Acrescia a este grande número, os criados que trazia de sua casa de Beja. Resultante do excessivo número de moradores e oficiais originado pela junção destes dois contingentes, só recrutara alguns poucos oficiais, que considerava imprescindíveis, e não todos os que julgava necessários<sup>180</sup>. Relativamente ao capítulo terceiro, se na reconstituição anterior às emendas<sup>181</sup> se dava a indicação que existiria alguma desordem vinda de tempos passados, mas seria vontade régia ir corrigindo com o tempo essa situação, fazendo mercê e honra segundo os serviços, virtudes e merecimentos demonstrados, na versão definitiva<sup>182</sup> é feita tábua rasa do terceiro ponto do capítulo, aquele que se referia aqueles que tomavam o «estado» de fidalgos, respondendo o rei que ele, tal como os reis seus antecessores, servir-se-ia dos tais fidalgos que de antiguidade o eram, como faria novos fidalgos e colocaria ao seu serviço aqueles que por seus antecessores foram feitos.

Muitas queixas dos povos relativa ao exagerado número de servidores, de pousadias, de tenças e dotes dados pelo rei que faziam perigar o erário régio, foram adicionalmente apresentadas nesta reunião de cortes. De entre elas, o tema do capítulo quinto<sup>183</sup>, que se prendia com o facto de aqueles que acompanhavam a corte se fazerem acompanhar pelas suas mulheres e outra criadagem do seu séquito, não existindo, muitas vezes, alojamento para alojar tanta gente, nas vilas e cidades onde a corte pousava. No pedido nomeavam as ocupações que se lhes afiguravam importantes para poderem ser acompanhados pelas respetivas esposas. A resposta régia foi ao encontro do pedido com a *nuance* de ter acrescentado mais alguns ofícios aos indicados pelos representantes do povo. Indicava o sobredito capítulo que a vedores da fazenda, escrivães da fazenda, físicos, alguns cirurgiões e o cozinheiro, fazia sentido serem acompanhados pelas

---

<sup>179</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 302.

<sup>180</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 302.

<sup>181</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], pp. 182-183.

<sup>182</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 303.

<sup>183</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 69.

mulheres. Nessa resposta<sup>184</sup> foi acrescentado o mordomo-mor, o camareiro-mor, o escrivão da puridade, os desembargadores e procuradores, escrivães e meirinhos. Ou seja, para além daqueles que se deslocavam esporadicamente à corte, desembargadores, procuradores, meirinhos, eram adicionados os cargos de maior importância na casa real, o mordomo-mor, o camareiro-mor e o escrivão da puridade, gente que acompanhava quase permanentemente o rei.

Entre os oficiais da casa real «sempre foi contado por primeiro o mordomo-mor, como o mesmo nome indica, e o lugar em que assigna nas Escripturas [e nos primeiros anos da monarquia] se designava ora pela palavra *Maiordomus*, ora pela de *Dapifer*, e ainda pelas de *Dispensator Domus Regiæ*, *Princeps Curia*, *Comes Palatii*, as quaes bem denotão a grandeza deste officio. Alem deste primeiro officio do serviço do paço, se vêm já estabelecidos nesta época muitos outros»<sup>185</sup>. Determinava D. Afonso III que na casa do rei não andassem outros homens senão os oficiais ou aqueles que tivessem ração (moradia)<sup>186</sup>. Mandava ainda que os ricos-homens só se deveriam dirigir à casa em duas situações: quando o rei os chamasse ou quando tivessem algo a tratar com o rei<sup>187</sup>. António Caetano do Amaral enumera vários ofícios, seguindo, talvez, uma lógica de maior proximidade ao monarca: capelão mor, esmoler-mor, reposteiro-mor, porteiro-mor, monteiro-mor, copeiro-mor, cevadeiro-mor, escrivão da puridade.

Em questões de justiça, os oficiais maiores da casa estavam em igualdade de privilégios com a estrutura de topo da casa da suplicação, vedoria e chancelaria, podendo apresentar casos de litigância em que eram autores, na corte. A lista dos privilegiados está patente no livro III, título IV, em ambas as ordenações, com ligeiras alterações entre as afonsinas e as manuelinas<sup>188</sup>. Esses privilégios só eram válidos enquanto andassem ao serviço do rei, uma vez que essa ocupação continuada nos ofícios respetivos não lhes permitia serem suspensos das funções que desempenhavam.

---

<sup>184</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 303.

<sup>185</sup> António Caetano do Amaral, *Memórias V, para a história da legislação e costumes em Portugal*, Porto, Livraria Civilização, [1945], pp. 191-192.

<sup>186</sup> *Ordenações del-Rei D. Duarte*, edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 55.

<sup>187</sup> «se algũa cousa ouuerem d'adubar com el Rej», cf. *Ordenações del-Rei D. Duarte* [...], p. 55.

<sup>188</sup> Ver, nas Ordenações Afonsinas e Manuelinas, o livro 3, título IV «Dos que podem trazer seus contendores aa Corte per razam de seus priuilegios», cf. *Ordenações Afonsinas*, reprodução facsimilada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Cf. *Ordenações Manuelinas*, reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513), Lisboa, CEH - UNL, 2002. Cf. *Ordenações Manuelinas*, reprodução facsimilada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.



Quadro n.º 2

Ofícios da casa real com privilégio em questões de justiça presentes nas ordenações

Ofícios	Afonsinas	Manuelinas	Manuelinas
		1512	1516
Escrivão da puridade		X	X
Mordomo-mor	X	X	X
Camareiro-mor	X	X	X
Alferes-mor	X	X	X
Guarda-mor		X	X
Meirinho-mor	X	X	X
Manteeiro-mor	X		
Reposteiro-mor	X	X	X
Anadel-mor	X	X	X
Monteiro-mor	X	X	X
Copeiro-mor	X	X	X
Aposentador-mor	X	X	X
Coudel mor		X	X
Porteiro-mor		X	X
Caçador-mor		X	X
Almotacé mor		X	X
Vedor da casa	X		X
Falcoeiro-mor	X		

Fonte: Ordenações Afonsinas e Manuelinas de 1512 e 1516.

Embora se conheçam compilações anteriores<sup>189</sup>, a mais sistematizada e organizada surgiu em 1448, as *Ordenações Afonsinas*, que vai reunir em vários volumes<sup>190</sup> toda a legislação precedente, adicionando-lhe artigos que mais não eram que a passagem a escrito do que era praticado. Nessas ordenações não há distinção entre governo do reino e governo da casa real. Vários anos volvidos, já no reinado de D. Manuel I, são feitas novas recompilações com a novidade de os títulos não diretamente relacionados com a administração do reino, no que à justiça e fazenda dissessem respeito, não serem transpostos para a nova edição. Foi o que sucedeu com os ofícios da casa real, alguns

<sup>189</sup> Casos das *Ordenações del-Rei D. Duarte* e do *Livro das Posturas Antigas*, cf. *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, entre outros.

<sup>190</sup> As ordenações encontram-se divididas em cinco livros, talvez à imitação dos *Decretais* de Gregório IX.

deles com um cariz mais honorífico que funcional, quando comparado com o que estabeleciam as *Ordenações Afonsinas*, outros mantendo a sua proeminência e importância, que ao longo dos vários reinados serão objeto de regimento próprio.

### 1.1. MORDOMO-MOR

Figura incontornável no séquito régio, o mordomo-mor teve na corte portuguesa um papel de relevo, fazendo parte do pequeno grupo de privados que, nos primeiros tempos da monarquia, aconselhavam o rei no governo do reino e do qual faziam também parte o alferes-mor e o chanceler<sup>191</sup>. Com o decorrer dos séculos, aliada a uma cada vez maior especialização decorrente do desenvolvimento de uma monarquia que partindo de um sistema em que a diferença era o facto de não existir distinção entre os oficiais públicos e aqueles ao serviço direto do rei, com uma organização muito informal baseada nos laços de dependência, autonomizou estruturas administrativas burocráticas, administradas por funcionários treinados para os diferentes cargos exercidos, baseando esta estrutura em registos escritos com fórmulas específicas sem margem a que pudessem ser mal interpretadas, a figura do mordomo-mor foi aquela, de entre as três mencionadas *supra*, que menos desgaste sofreu nos níveis de poder e de reconhecimento desse poder. A importância do cargo de alferes-mor foi-se esbatendo pelo tempo e pelas circunstâncias da evolução militar, passando a ser um cargo eminentemente honorífico. O chanceler viu parte da sua influência ser usufruída pelo secretário.

O «Moordomo Moor nosso quer tanto dizer como maior homem da Casa d'ElRey»<sup>192</sup>. É desta forma que as *Ordenações Afonsinas* iniciam o título cinquenta e sete do seu livro primeiro, definindo os deveres e as características pessoais de quem desempenhava esse cargo. É nas *Ordenações Afonsinas* que encontramos pela primeira vez o elenco desses deveres, condensando em três subtítulos e um preâmbulo as linhas mestras de ação do mordomo-mor. Com o desaparecimento deste título das *Ordenações Manuelinas*, seria de supor, dado o afã legislativo de D. Manuel I, que o mesmo fosse objeto de regimento próprio. No entanto nada disso aconteceu, e só no reinado de D. Sebastião, foi o ofício sujeito a revisão, com novo clausulado que se irá espalhar por vinte

---

<sup>191</sup> No primeiro registo de que há memória histórica sobre a casa real, no qual D. Afonso III, rei de Portugal e conde de Bolonha, «mandou temperar sa casa E toda sa companhia aproueitada de seu Regno» indica como fatores dessa ordenação D. Gil Martins, mordomo da corte; Estevão Eanes, chanceler; D. João de Aboim; D. Egas Lourenço e Rui Peres, sobrejuiz, cf. *Ordenações del-Rei D. Duarte* [...], p. 54.

<sup>192</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LVII.

capítulos<sup>193</sup>. Logo no preâmbulo determina que o anterior regimento que se usava na casa real, fosse no que se referia aos filhamentos, acrescentamentos ou vencimentos de moradias, ser muito antigo, e que com o decorrer do tempo se tornava necessário alterar algumas coisas e acrescentar outras, mandou fazer um novo regimento no qual procurava esclarecer algumas situações que causavam dúvidas assim como os casos que era necessário prover<sup>194</sup>.

No geral, quais as grandes diferenças entre as ordenações e o *Regimento do Mordomo-mor*? O título das *Ordenações Afonsinas* marca, em traços largos, as atribuições do mordomo-mor. Logo no preâmbulo, liga a figura do mordomo-mor àquele que em outras cortes detém o título de senescal<sup>195</sup>. Por outro lado, ao afirmar que todos os oficiais da corte deviam obediência ao mordomo-mor, executando o que por este fosse pedido e, não o fazendo, poderem ser sancionados por ele de acordo com o grau de culpa, ressaltando, no entanto, que para pessoas de estatuto social mais elevado esse castigo deveria ter o acordo do rei, sendo examinado caso a caso. Passemos ao primeiro artigo, onde é estabelecido que a substituição do mordomo-mor nos seus impedimentos será feita pelo vedor da casa. Neste artigo, estabelece-se que o pagamento de moradias e alvarás aos oficiais da corte assim como aos moradores da casa, será da responsabilidade do mordomo-mor. É sobre o pagamento ou não pagamento, aquando da ausência física do beneficiário, que versa o artigo segundo. O terceiro e último artigo tem a ver com as qualidades morais e sociais do mordomo-mor. Define logo de início qual o alcance e fronteiras deste cargo, que abrange uma versatilidade de assuntos relacionados com a corte e com a casa real. De seguida estabelece quatro princípios que o mordomo-mor deve ter: o primeiro, ser de boa linhagem, o que o levará a não cometer erros que possam afetar a sua família e os que de si descenderem; em segundo lugar, ser cuidadoso e atento a todas as despesas e rigoroso na forma como as mesmas eram registadas; em terceiro, ser instruído na forma como as contas eram feitas, para as validar e propor melhorias, se fosse caso disso. Por último, em quarto lugar, a qualidade que não devia faltar a nenhum cortesão, ser leal. Não só ao rei como à sua família e descendência. Como o lugar que ocupava, dado por ele passarem todos os pagamentos aos oficiais da casa e gente da corte,

---

<sup>193</sup> *Regimento do Mordomo Mor*, [s.l.], [s.n.], 1572.

<sup>194</sup> *Regimento do Mordomo Mor* [...], p. 2.

<sup>195</sup> A explicação, dada no preâmbulo, conjuga a palavra latina *Senex*, com o sentido de idoso, razão pela qual tem um ofício honrado, com a palavra *Calculus*, que significa pedra, material no qual os antigos faziam as suas contas. Juntando as duas palavras, a conclusão é que Senescal tem por significado oficial honrado sobre as contas.

era sujeito a invejas e rancores, recomendava o rei que fizesse dos homens amigos, o que lhe permitiria resguardar-se e ao mesmo tempo ajudar aqueles que se desviavam do bem. Por fim, corolário para todos estes predicados, o rei deveria recompensá-lo com estima e mercês, para manter viva a razão de o servir lealmente.

Decorridos pouco mais de um século, D. Sebastião publica novo *Regimento do mordomo-mor* com os direitos e deveres que lhe competiam. Logo no primeiro artigo são definidas as competências do mordomo-mor: é o primeiro oficial da casa real ao qual pertence todo o governo e superintendência da mesma. Ordenava, sob determinação do rei, os atos públicos e acompanhamentos, sendo nisso obedecido pelos oficiais que compunham o governo da casa. A presença diária no paço era obrigatória, para controlar se a criadagem cumpria as suas obrigações e no caso de falha, os castigar de forma correspondente. Outra das suas obrigações passava pela nomeação de servidores para os vários ofícios da casa, dos quais se excluía a câmara e a mesa. A lista é longa, mas podemos destacar o guarda-reposte, o meirinho do paço, o cevadeiro-mor, o manteeiro, servidores de toalha, os quais eram propostos pelo mordomo-mor e aprovados pelo rei. Com nomeação direta do mordomo-mor eram apresentados o mestre de ensinar a dançar as damas, os porteiros e reposteiros da câmara, os reis de armas, arautos e passavantes, músicos, físicos e cirurgiões.

Uma das responsabilidades maiores do mordomo-mor, neste regimento, era a questão dos filhamentos, acrescentamentos e moradias. Assunto tão importante para a sociedade da época, objeto de um regimento próprio impresso na mesma data do *Regimento do mordomo-mor*, estabelecia um articulado determinando, entre outras rubricas, a época do ano em que eram feitos os filhamentos; onde e como eram registados; as precedências inerentes à sua atribuição. O despacho destes pedidos passava obrigatoriamente pelo mordomo-mor, antes de serem presentes ao rei para autorização, passando por um processo de análise ao merecimento, ou não, do pedido. Por último, o controlo das contas da casa, que incluía o pagamento aos oficiais da casa, o pagamento das moradias, o pagamento das vestiarias dos que a ela tinham direito, o inventário da capela real, a verificação das necessidades das cavalariaças no que tocava às necessidades de palha e cevada para os animais, o mesmo acontecendo perante as necessidades do guarda reposte no que às conservas e açúcar respeitasse.

As instituições têm um pulsar próprio. A sua evolução e área de intervenção dependem em muito do elemento humano que as compõe, ajustando o seu estatuto, lentamente é certo, às formas de intervenção régia e em consonância com uma sociedade

com vários poderes, numa relação em que a prática quotidiana define por antecipação o que será mais tarde vertido para a forma escrita. O facto de D. Manuel I não ter mandado elaborar nenhum regimento sobre o ofício de mordomo-mor, pode significar que o que estava em uso na casa se coadunava com o regimento elaborado no reinado de D. Afonso V. É no meio deste período temporal, balizado pelos dois regimentos, que decorre o reinado de D. Manuel I e o ofício de mordomo-mor é desempenhado por D. João de Meneses.

Como quarto filho de D. Duarte de Meneses<sup>196</sup>, 3.º conde de Viana do Alentejo e 2.º conde de Viana da Foz do Lima, capitão de Alcácer Ceguer e de Arzila, e de D. Isabel de Castro, embora proveniente de uma das mais influentes famílias portuguesas, estava arredado de herdar património por morte de seu pai, uma vez que a lei instituída por D. Duarte, *Lei Mental*<sup>197</sup>, obrigava a que todas as mercês, doações e títulos passassem para o filho lídimo. Fidalgo educado na corte, sabemos, pelas listas de moradores do reinado de D. Afonso V, que, em 1462, recebia 2.000 reais, assentado como moço fidalgo<sup>198</sup>, recebendo 3.500 reais em 1477, já com o foro de cavaleiro fidalgo<sup>199</sup>. As crónicas só mencionam detalhes da sua vida adulta, sendo de supor que a sua estada na corte lhe proporcionasse o saber estar e o saber falar que associado à instrução humanística foi apanágio da dinastia de Avis. Passo importante na sua vida foi o casamento, em 1478, com D. Joana de Vilhena, filha de Fernão Teles de Meneses, mordomo-mor de D. Leonor e de Maria de Vilhena, camareira-mor da mesma. Esta união deu a D. João de Meneses acesso mais fácil ao marido de D. Leonor, o rei D. João II e ao irmão da mesma, o futuro rei D. Manuel I. A nomeação para capitão e regedor da vila de Arzila e dos termos do reino do Algarve e além-mar em África, em 1481<sup>200</sup> e confirmado por D. João II<sup>201</sup>, com posterior transferência para Tânger em 1486<sup>202</sup>, mantendo-o ausente da corte, permitiu-lhe escapar ileso às conspirações que se desenvolveram inspiradas pelos duques de Bragança e de Viseu e nas quais participaram os seus irmãos D. Garcia, bispo de Évora e D. Fernando de Meneses, o *Narizes*, ambos executados. Susannah Humble sugere que como D. João II não tinha forma de saber para que lado pendiam as simpatias de D. João

---

<sup>196</sup> Os outros filhos foram D. Henrique de Menezes, 4.º conde de Viana do Alentejo, 3.º conde de Viana da Foz, 1.º conde de Loulé; D. Garcia de Menezes, bispo de Évora; D. Fernando de Menezes.

<sup>197</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XVII.

<sup>198</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 41.

<sup>199</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 34.

<sup>200</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 103v (Torres Novas, 27/04/1481).

<sup>201</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 2, fl. 48 (Montemor-o-Novo, 27/02/1482).

<sup>202</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 91v (Lisboa, 06/10/1486).

de Meneses, o irá manter por mais alguns anos em África, até 1489<sup>203</sup>. Nesse espaço de tempo foi criando renome, participando em algumas batalhas contra os mouros, de que a mais notória foi aquela em que participou o conde de Borba, capitão de Arzila, e Fernando Mascarenhas, capitão dos ginetes do rei. Regressado à corte, o monarca nomeou-o governador da casa e terras do filho, D. Afonso, bem como seu mordomo-mor, vedor da fazenda e escrivão da puridade<sup>204</sup>. Em 1490, nomeia-o camareiro-mor<sup>205</sup>. Após a morte do príncipe no fatídico acidente no Alfange, em Santarém<sup>206</sup>, falecendo pouco tempo depois D. Pedro de Noronha, mordomo-mor, o rei nomeou-o para este cargo<sup>207</sup>, cargo que manteve na mudança de reinado.

Ao analisarmos o seu percurso ao longo do reinado manuelino, cruzando o que as crónicas nos reportam com os elementos existentes na chancelaria régia, verificamos que D. Manuel I lhe manteve todos os privilégios e doações dos reis que o antecederam. Logo no ano de 1496, é confirmada uma carta de privilégio de vizinho da cidade de Lisboa, que lhe fora outorgada por D. João II<sup>208</sup>. Durante todo o ano de 1497, a ele e a sua mulher, foi feita confirmação de várias tenças e doações: tença anual de 40.000 reais<sup>209</sup>; tença de 109.000 reais, por sua vida, em compensação do cargo de governador da casa do príncipe, D. Afonso, que perdeu à morte deste<sup>210</sup>; 3.500 coroas e enquanto estas não fossem pagas teria uma tença anual de 34.000 reais brancos, a qual herdou de sua mãe D. Isabel de Castro, condessa de Viana<sup>211</sup>; outra tença de 40.000 reais que lhe tinha sido outorgada por D. Afonso V<sup>212</sup>. D. Joana de Vilhena pede confirmação da tença anual de 20.000 reais até que lhe fossem pagas as 2.000 dobras<sup>213</sup> e de uma tença anual de 23.000 reais brancos<sup>214</sup>. A carta de confirmação do ofício é passada em abril de 1497<sup>215</sup>, mantendo

---

<sup>203</sup> Susannah Charlton Humble, «O fardo do patrocínio real: o caso do Conde de Tarouca, mordomo-mor da Casa Real», *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, pp. 101-108, [...], p. 203.

<sup>204</sup> Paulo Drumond Braga, *O príncipe D. Afonso* [...], p.87.

<sup>205</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 9, fl. 123 (Viana a par de Alvito, 29/10/1490).

<sup>206</sup> Como nota Paulo Drumond Braga, o D. João de Meneses que acompanhava o príncipe D. Afonso de mão dada na cavalgada, foi aquele que, como refere Garcia de Resende, morreu em Azamor, tendo sido o primeiro capitão dessa praça, cf. Paulo Drumond Braga, *O príncipe D. Afonso* [...], p. 87, nota 119.

<sup>207</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXLII, p. 210. É de inegável interesse verificar a resposta que D. João II deu a alguns dos seus mais próximos, quando lhe demonstraram surpresa por ter dado o ofício a D. João de Meneses e não a outro, respondeu o rei que lhe o tinha dado porque sempre lhe falara com verdade, ainda que não falasse à vontade, e se os ofícios se dessem por esse motivo, poucos seriam os escolhidos e os reis estariam melhores servidos.

<sup>208</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 72v/73 (Évora, 28/04/1496).

<sup>209</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 62v (Évora, 30/03/1497).

<sup>210</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 97 (Évora, 06/04/1497).

<sup>211</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 97/97v (Évora, 06/04/1497).

<sup>212</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 75 (Évora, 06/04/1497).

<sup>213</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 74v/75 (Évora, 01/04/1497).

<sup>214</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 54 (Évora, 05/04/1497).

<sup>215</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 75 (Évora, 08/04/1497).

desde o início do reinado assento no conselho régio. Em novembro de 1497, D. João acompanha D. Manuel I na viagem de Castelo de Vide até Valença de Alcântara, para ir buscar a sua noiva, a infanta D. Isabel<sup>216</sup>. Em janeiro de 1498, vê confirmada mais uma tença de 50.000 reais atribuída por D. João II<sup>217</sup>. Em março de 1498, acompanha o rei D. Manuel I e a rainha D. Isabel a Castela<sup>218</sup>, para serem jurados herdeiros das coroas de Castela e Aragão devido ao falecimento do príncipe herdeiro, D. João. A rainha encontrava-se grávida e virá a falecer em Zaragoza a 23 de agosto de 1498, ao dar à luz o príncipe D. Miguel. Regressados ao reino, D. João de Meneses continuou a receber do rei várias mercês e doações. A doação em sua vida do reguengo da Tojosa com as jugadas de Casével, com todas as rendas, foros e direitos reais, em satisfação do reguengo de Alviela, no termo de Santarém, que tinha de D. João II. O rei escambou este reguengo para o dar e confirmar ao seu sobrinho, o duque de Bragança<sup>219</sup>; uma tença de 80.000 reais, como tivera da rainha D. Isabel, em consideração aos serviços prestados<sup>220</sup>; a doação de uma horta do lugar de Alcanhões, com seu assentamento de oliveiras, chão e vinha<sup>221</sup>; também em Alcanhões, o aforamento perpétuo dos paços velhos, com todas as suas casas, pelo foro anual de dois frangos, pagos no dia de Natal<sup>222</sup> e da quinta de Alcanhões<sup>223</sup>.

Presume Braamcamp Freire que já estivesse viúvo quando em 24 de abril de 1499, o rei lhe concedeu o título de conde da vila de Tarouca, em consideração à sua linhagem e aos serviços prestados<sup>224</sup>. Essa ilação é demonstrada conjugando o facto de em 16 de fevereiro de 1498, sua mulher ainda estar viva, quando obteve licença régia para trespassar uma tença na sua filha D. Maria de Meneses, casada com D. Lopo de Almeida, 3.º conde de Abrantes, e com o facto de no epitáfio de seu neto, o 4.º conde da Feira, aparecer o seu nome sem o título<sup>225</sup>. Com a concessão deste título são-lhe doadas as terras

---

<sup>216</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, parte I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949-1955, cap. XXIV, p. 51.

<sup>217</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 76 (Lisboa, 22/01/1498).

<sup>218</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVI, p.58. Sobre a viagem de D. Manuel I e D. Isabel a Castela e Aragão ver Isabel M.R. Mendes Drumond Braga, «A governação de Portugal durante a viagem de D. Manuel I a Castela e Aragão em 1498», *Cooperação e conflito. Portugal, Castela e Aragão. Séculos XV e XVII*, pp. 13-34, Lisboa, Universitária Editora, 2002.

<sup>219</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 77v (Lisboa, 22/01/1498).

<sup>220</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 75 (Almeirim, 28/01/1499).

<sup>221</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 114v (Lisboa, 28/11/1499).

<sup>222</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 10v/11 (Lisboa, 26/02/1499).

<sup>223</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 21v/22 (Lisboa, 15/03/1499).

<sup>224</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 93v/94 (Lisboa, 24/04/1499).

<sup>225</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, reimpressão fac-similada da 2.ª edição 1921-30, vol. III., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 352.

de Tarouca, Lalim, Lazarim, Penalva e Gulfar, na comarca da Beira, com todos os seus termos, julgados, rendas direitos, foros e tributos e com toda a jurisdição cível e crime<sup>226</sup>, com o privilégio de nessas terras não entrasse nenhum corregedor do rei a fazer correição, salvo por especial mandado<sup>227</sup> e é-lhe atribuída uma tença anual de 100.000 reais<sup>228</sup>. 1499, foi o ano em que foi prestada homenagem e jurado como herdeiro ao trono de Portugal, o príncipe D. Miguel. O mordomo-mor foi um dos que participaram nessa cerimónia, representando também Rui Teles de Meneses, seu cunhado, de que levava procuração<sup>229</sup>. No ano de 1501, em resposta ao pedido veneziano de ajuda contra os turcos<sup>230</sup>, D. Manuel I mandou preparar uma armada de trinta navios e caravelas, bem equipados e artilhados, da qual deu o comando a D. João, dada a sua experiência de comando quando foi capitão de Arzila e de Tânger<sup>231</sup>. Esta escolha não foi bem aceite por D. Diogo de Almeida, prior do Crato, que considerava que o comando lhe deveria ser atribuído, uma vez que era a ordem a que pertencia, a dos Hospitalários, que mantinha a luta contra os turcos. Fruto dessa insatisfação, mudou-se o prior do Crato para Rodes onde durante quatro anos combateu vitoriosamente os turcos<sup>232</sup>. Este comportamento, vindo de alguém a quem D. Manuel I poderia ter algum antagonismo, por ter sido aio de D. Jorge e de alguma forma comprometido na tentativa de levar D. Jorge ao trono português, marcou a retirada do priorado da casa de Almeida tendo o mesmo sido entregue a D. João de Meneses após a morte de D. Diogo de Almeida, por bula de 15 de junho de 1508<sup>233</sup>, que acumulou com a comenda de Sesimbra da Ordem de Santiago de que era titular.

A viagem não correu de acordo com as expectativas. A tentativa de conquistar o castelo de Mazalquibir, perto do porto de Orão, saldou-se num fracasso, perdido que foi o fator surpresa por causa de ventos contrários que não permitiram o desembarque por três dias, o que permitiu aos moradores prepararem a defesa desbaratando a força de

---

<sup>226</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 107v/108v (Lisboa, 30/04/1499).

<sup>227</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 39 (Lisboa, 14/08/1500).

<sup>228</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 94 (Lisboa, 24/04/1499).

<sup>229</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias, preparação de João José Alves Dias e A. H. de Oliveira Marques, transcrições de João José Alves Dias, revisão de Pedro Pinto e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001, p. 20.

<sup>230</sup> Sobre a armada ver Vasco Resende, «A armada de socorro aos Venezianos (1501) e o interesse português pelo Mediterrâneo no princípio do século XVI», *Clio 10. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa*, 2004, pp. 65-79.

<sup>231</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LI, p. 120.

<sup>232</sup> Tendo regressado ao reino, manteve-se junto da corte e o monarca incumbindo-o, juntamente com o barão de Alvito, de pôr termo aos distúrbios e carnificina dos cristãos novos, ocorridos em Lisboa em 1506, cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. CII, p. 255.

<sup>233</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 351.



ataque portuguesa quando esta se aproximava dos muros do castelo, que em fuga desordenada para os batéis perdeu vinte homens, entre eles alguns fidalgos. O caráter pragmático de D. João, por muito que o rei lhe tivesse recomendado a conquista da fortaleza, impeliu-o a prosseguir viagem, o que fez de acordo com os outros capitães da frota, rumando à ilha de Corfu, local onde se reuniram frotas de várias proveniências. Uma vez mais os acontecimentos não correram de feição aos portugueses. Tendo a armada turca regressado aos seus portos de acolhimento, dada a dimensão da frota cristã, tornava-se desnecessária a presença portuguesa, pelo que o governador veneziano pediu a D. João que regressasse ao reino. Antes, porém, numa briga entre marinheiros e soldados portugueses e marinheiros venezianos e gente local, «como a gente de guerra e do mar é naturalmente soberba e brigosa»<sup>234</sup>, morreram mais de setenta portugueses e um número indeterminado de venezianos.

Regressado ao reino, continua a desenvolver a sua atividade de mordomo-mor e também de capitão, regedor e governador da cidade de Tânger, cargo para que tinha sido nomeado no início de 1501<sup>235</sup>, por a mesma se encontrar vaga e por já ter exercido tal cargo, e onde irá com alguma frequência. Na sua atividade de mordomo-mor tem papel de relevo nos preparativos da cerimónia de batismo do príncipe D. João<sup>236</sup>, a que se associam deveres próprios do mordomo-mor, como a receção de novos servidores, casos de João Fernandes, escudeiro, que passou a desempenhar o ofício de contador da casa do rei<sup>237</sup>; de Jorge de Brito, fidalgo do rei, a quem fora dada a mercê do ofício de copeiro-mor, substituindo nesse ofício Lourenço de Brito, seu irmão, falecido<sup>238</sup>. Dos seus feitos em África realce para as várias saídas feitas de que nos dá notícia Damião de Góis<sup>239</sup>, e alguns registos de chancelaria, atribuindo a condição de cavaleiro por feitos cometidos em África, por proposta do conde de Tarouca<sup>240</sup>. Na sua capitania de Tânger, acordou com o rei a existência de dez cavaleiros moradores em Tânger com uma tença anual e

---

<sup>234</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LII, p. 123.

<sup>235</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 2 (Lisboa, 18/01/1501).

<sup>236</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias, preparação de A. H. de Oliveira Marques, João Cordeiro Pereira, Fernando Portugal e Saul António Gomes, transcrições de Saul António Gomes e João José Alves Dias, revisão de Pedro Pinto e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 11-13.

<sup>237</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 8v (Lisboa, 01/03/1501).

<sup>238</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 15v (Almeirim, 24/01/1511). Jorge de Brito receberia o que era atribuído ao cargo, exceto vestimenta, porque já teria essa mercê com o hábito de Cristo, de que era cavaleiro.

<sup>239</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, caps. LXX-LXXIV, pp. 169-174.

<sup>240</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 66v (Lisboa, 16/10/1511).

individual de 4.000 reais; em contrapartida à tença anual de 10.000 reais para obras pias da Misericórdia da cidade de Tânger. Metade do valor das tenças relativas aos cavaleiros e o da Misericórdia eram pagos pelo rei. O restante valor ficava a cargo do conde de Tarouca. Os cavaleiros escolhidos e residentes em Tânger foram Rui Mendes, Martim de Freitas que fora adail de Alcácer, Martim Afonso de Oliva, Rui Velho, João Meirinho, Fernão de Alcalá, Brás Soares, João Preto de Ávila, Estevão Nunes e João de Évora<sup>241</sup>. Alguns desses cavaleiros serão substituídos por outros ao longo dos anos. Em 1503, Francisco Velho substitui Rui Mendes por falecimento deste<sup>242</sup>. Em 1516, Afonso Gonçalves substitui André da Capela pelo mesmo motivo<sup>243</sup>.

A sua participação nos destinos do priorado do Crato, conjugou-se com a política régia relativa às ordens monásticas militares. Uma intervenção cada vez maior nas mesmas, trazendo-as para a órbita da coroa, colocando no seu comando membros da família real ou aristocratas da sua confiança. Não esquecer que ao tempo, D. Manuel I era governador da Ordem de Cristo, e que as ordens de Avis e Santiago tinham à sua frente D. Jorge, filho bastardo de D. João II. Em troca desta «ingerência» régia na orientação da ordem de S. João, pedindo ao papa a nomeação de alguém que lhe estava próximo, D. Manuel I vai ao longo do reinado privilegiando e isentando os comendadores e cavaleiros da ordem<sup>244</sup>.

Nos últimos anos de sua vida ainda foi feito alferes-mor e participou na cerimónia do auto de levantamento de D. João III em dezembro de 1521. Terá morrido antes de julho de 1522, data de uma carta do rei ao papa pedindo a nomeação de um dos infantes para o lugar de prior do Crato, vago pela morte do conde<sup>245</sup>.

## 1.2. APOSENTADOR-MOR

Função das mais importantes, numa época marcada pela itinerância do rei e do seu séquito, que comportava muitas vezes algumas centenas de pessoas, não é de estranhar que para este ofício existisse um regimento publicado nas *Ordenações*

---

<sup>241</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 31v (Lisboa, 12/08/1502).

<sup>242</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 8v (Lisboa, 20/02/1503).

<sup>243</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 88v (Almeirim, 30/04/1516).

<sup>244</sup> Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, «A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da idade média à modernidade», *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 3/4, Porto, pp. 5-592, Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000, p. 230.

<sup>245</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões [...]*, vol. III, p. 351.

*Afonsinas*. Título composto por cinco artigos e um preâmbulo<sup>246</sup>, é um título onde perpassa uma ideia do que se não deve fazer, limitando por isso todo um trabalho que podia ser menos criterioso por parte do aposentador-mor, fazendo tábua rasa de algumas prerrogativas e privilégios dos moradores e proprietários dos locais que reservava para alojar o rei e a sua comitiva.

Ao contrário do que é habitual nestes regimentos, não é feita menção ao estrato social de origem do aposentador-mor, exigindo-lhe, isso sim, que seja discreto, conhecedor do ofício e das características daqueles que irá alojar, atribuindo alojamento de acordo com o perfil de cada um e o grau de intimidade em relação ao rei. Da conjugação destes dois fatores, seria então atribuída pousada. A questão dos alojamentos, pese embora os itinerários régios se concentrarem quase sempre entre as mesmas localidades<sup>247</sup>, obrigava a que o aposentador-mor se deslocasse para o próximo local de alojamento, com um ou mais dias de antecedência, dependendo da distância, para reunir com o procurador do concelho e escolher os lugares onde os acompanhantes do rei, e o próprio rei, iriam residir, enquanto vontade deste fosse. Um dos papéis mais ingratos que tinha era o de dirimir as queixas que recebia provenientes daqueles que alojavam a comitiva régia, e daqueles que eram alojados. No primeiro caso as participações eram relativas a roubos<sup>248</sup>, danos no alojamento ou denegação de privilégios<sup>249</sup>. No segundo tipo de queixas, as que partiam de quem pousava, dominavam as que se relacionavam com o binómio pretensão de estatuto com a atribuição de pousada. Estas seriam situações mais difíceis de resolver porque subjetivas, no entanto, para obviar a uma má interpretação a que essas queixas poderiam levar, determinava o regimento que depois da pousada dada pelo aposentador-mor, não a deveria tirar a quem a tivesse dado para a dar a outrem «por rogo, nem peita, nem por outro oferecimento, ou por outra algũa razom, salvo havendo per ello nosso especial mandado»<sup>250</sup>, encontrando-se assim salvaguardada a decisão do aposentador-mor. Como anteriormente dito, um dos requisitos para desempenhar esta função era ser bom conhecedor dos locais onde iriam ser alojados os

---

<sup>246</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXI.

<sup>247</sup> De acordo com os registos de chancelaria, D. Manuel I estanciava muito nos locais onde tinha paços: Lisboa, Évora, Almeirim, Sintra, Tomar e Beja, demorando-se nos locais de passagem onde existia estrutura para receber a comitiva, como Palmela (sede da Ordem de Santiago, de que era mestre o seu primo, D. Jorge), Setúbal, Montemor-o-Novo, Abrantes ou Alenquer (terra da rainha).

<sup>248</sup> Em especial roupa de cama.

<sup>249</sup> A insatisfação também se manifestava em cortes, onde eram apresentados artigos sobre a questão das aposentadorias, veja-se a queixa do povo num dos artigos apresentados nas cortes de 1498, cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 133.

<sup>250</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXI, §5.

membros do séquito real, para que tudo corresse de feição e não fosse alvo de críticas junto ao rei. A ida com antecedência aos locais onde a corte iria estacionar servia para, conjuntamente com o procurador do concelho, escolher os locais onde iria ser dado o alojamento tendo em consideração o estatuto de cada um. Para isso eram normalmente escolhidas as casas dos «boons» de cada lugar, de forma gradativa. Existiam, no entanto, exceções, e elas ficaram tipificadas nas ordenações. Não podiam ser usadas as casas dos vassallos do rei, nem das suas viúvas, nem dos que tivessem privilégio régio para não serem sujeitos a alojar nas suas honras. Contudo, mesmo estes privilégios, caso as circunstâncias o pedissem, podiam ser ignorados. Essas circunstâncias passavam pela exiguidade do local, em quantidade de alojamento, nos casos em que a localidade fosse pequena ou, sendo grande, a comitiva ter elevado número de elementos a alojar. Nesses casos o rei podia, discricionariamente, decidir da aposentadoria independentemente dos privilégios que podiam existir.

Dada a experiência adquirida, precavendo possíveis abusos, de que os povos por norma se queixavam em cortes, era determinada a proibição de alojamento em adegas de azeite ou de vinho, celeiros de trigo, lojas de panos ou de outras mercadorias, hospitais e albergarias que tivessem residentes. Outra restrição, dado ser vulgar a ocorrência dessa situação, não permitia que fosse retirado de sua casa o dono da mesma, no caso em que tivesse só uma câmara de dormir. Caso tivesse mais que uma divisão, ou a dignidade a alojar fosse um prelado ou um cavaleiro de alta condição, já tal podia ser feito, resguardando sempre a relação entre morador e hospedeiro, de que saía beneficiado aquele que tivesse maior condição social.

D. Henrique Henriques, 3.º senhor das Alcáçovas e aposentador-mor de D. João II, continuou a exercer o ofício no novo reinado. Em agosto de 1499, é-lhe confirmada a irrevogável doação, em dias de sua vida, da vila das Alcáçovas com toda a jurisdição cível e crime, alta e baixa, mero e misto império, ressaltando a correição e alçada. E os tabeliães da vila seriam propostos por ele<sup>251</sup>. A 10 de fevereiro de 1504, fica registado o negócio de compra do ofício de caçador-mor a António de Brito, fidalgo da casa, pela quantia de 60.000 reais<sup>252</sup>, alguns dias depois da confirmação régia e nomeação para tal cargo, por renúncia de António de Brito<sup>253</sup>. A sua ação estendia-se a todos os caçadores e moços de caça, os quais lhe deviam obedecer como seu superior, e a quem podia punir.

---

<sup>251</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 20, fl. 31v (Lisboa, 19/08/1499).

<sup>252</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 4 (Lisboa, 10/02/1504).

<sup>253</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 2 (Lisboa, 06/02/1504).

Na chancelaria ficaram registos de alvarás para caçadores com negaças, o que lhes dava alguns privilégios de serem escusados dos habituais encargos do concelho como fossem o não pagar peitas, fintas, talhas, pedidos, não ir com presos, nem com dinheiros, não ser tutor nem curador, não servir em cargos ou serviços de concelho<sup>254</sup>, o último dos quais foi registado a 27 de junho de 1505<sup>255</sup>.

Casou D. Henrique Henriques por duas vezes. A primeira, com D. Filipa de Noronha, donzela da casa da rainha D. Leonor, e filha de João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão do Funchal, e de D. Mécia de Noronha. Da segunda vez, casou com D. Leonor da Silva, viúva de Cristóvão de Melo, alcaide-mor de Évora, falecido em África no ano de 1488. Do casamento com D. Filipa de Noronha, nasceu D. Fernando Henriques, filho primogénito que casou com a filha única do primeiro casamento de sua madrastra, D. Isabel de Melo, e por esse matrimónio teve a alcaidaria-mor de Évora<sup>256</sup>, que já estava na sua posse quando, em 5 de novembro de 1505, por respeito aos continuados serviços de D. Henrique Henriques, seu pai, o rei lhe fazia pura e irrevogável doação da vila das Alcáçovas e seu termo, com toda a jurisdição cível e crime, rendas, foros, direitos, entradas e saídas, ressaltando a correição e alçada, que eram da competência real<sup>257</sup>.

O ofício de aposentador-mor foi entregue a Manuel da Silva<sup>258</sup>, fidalgo da casa do rei, em 11 de janeiro de 1505, que receberia em cada ano 3.000 reais de vestiaria, assim como teria todos os privilégios inerentes ao cargo. No mesmo registo, para esclarecer dúvidas entre Manuel da Silva e o aposentador-pequeno, e dúvidas com o juiz da imposição de Lisboa, a quem pertencia a aposentadoria e agravos da cidade, declarava-se que visto o regimento do aposentador-mor, pelo qual ao aposentador-mor pertencia aposentar por si quando quer que lhe aprouvesse, o aposentador-pequeno andaria com ele pela vila, não dando pousada quando o aposentador-mor estivesse no lugar, senão àqueles que ele, por sua pessoa não quisesse dar. Em 8 de outubro de 1520, foi-lhe concedida a mercê de ser membro do conselho régio<sup>259</sup>.

---

<sup>254</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 89v (Lisboa, 27/02/1504). Neste ato, foram nomeados quarenta e dois homens para caçarem com anegaças os falcões e açores na vila de Santarém (seis), na Azinhaga (oito), na Golegã (dois), na Chamusca (dois), em Ulme (um), em Benavente (dois), em Coimbra e sua comarca (cinco), em Évora e sua comarca (10), em Beja (três), em Campo de Ourique (três).

<sup>255</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 9 (Lisboa, 27/06/1505).

<sup>256</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 156.

<sup>257</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 20, fl. 25 (Almeirim, 05/11/1505).

<sup>258</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 47/47v (Lisboa, 11/01/1505).

<sup>259</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 80 (Évora, 08/10/1520).

### 1.3. REPOSTEIRO-MOR

Considerado um dos grandes ofícios da casa real, a sua função inicial correspondia ao *Comes Castrensis* romano<sup>260</sup> que presidia aos que punham a mesa ao imperador, aos que tratavam das luzes que se acendiam no paço e aos que tinham a responsabilidade na dispensa, além de outros em outras funções menores. Sobre o início da existência deste cargo na monarquia portuguesa, que nos primórdios desempenhava as tarefas que mais tarde ficaram na órbita do camareiro-mor<sup>261</sup>, escreve Viterbo<sup>262</sup> que frei António Brandão, propõe a data de 1217, como o ano do documento mais antigo que encontrou a fazer referência a tal cargo, numa doação feita a Pedro Garcia *Repositario maiori*<sup>263</sup>. Estabelece este autor analogia, no esvaziamento do cargo em benefício do camareiro-mor, com o que sucedeu ao cargo de alferes-mor, cujas funções passaram a ser desempenhadas, na sua maioria, pelo condestável, cargo criado no reinado de D. Fernando e que paulatinamente foi retirando importância operacional ao alferes-mor, remetendo a ação deste para situações mais honoríficas que práticas. É bem provável que a função, mais tarde apelidada de reposteiro-mor, existisse desde o início da monarquia, uma vez que era de primordial importância a tarefa de acautelar e fazer transportar as peças de roupa, de cama, de mesa e de decoração, assim como as alfaias que se usavam diariamente ou aquelas que se usavam em ocasiões especiais. Tal tarefa devia ter encarregue alguém responsável pelo seu controlo, transporte e apresentação, o qual assumiria continuamente esse desempenho. Na vertente do ofício de quem superintendia na disposição da câmara do rei, seria alguém de confiança régia, como será tipificado mais tarde nas *Ordenações Afonsinas*, que executava em permanência essa função. A partir do reinado de D. Dinis, supervisionava a disposição da mesa do rei e do serviço da comida<sup>264</sup>, função que mais tarde passou a ser desempenhada pelo copeiro-mor. Tanto Viterbo como Caetano de Lima, referem que um dos privilégios do reposteiro-mor era, equiparando-se com outros

---

<sup>260</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, tomo I, parte I e II, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luis Ameno, 1762-1763, p. 426.

<sup>261</sup> Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, «Reposteiro mor», *Esboço de hum dicionário, jurídico, theoretico e práctico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*, tomo III, Lisboa, Impressão Régia, 1827.

<sup>262</sup> Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, edição fac-similada, vol. II, Porto, Civilização, 1983-1984, p. 531.

<sup>263</sup> António Brandão, *Quarta parte da Monarchia Lusitana*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1632, p. 96.

<sup>264</sup> Maria Fernanda Maurício, «Para a história do quotidiano na idade média. Usos e costumes da nobreza ao tempo de D. Dinis», *Revista Clio* 5, pp. 9-19, Lisboa, INIC/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1985, p.10.

cargos da casa real, mordomo-mor, camareiro-mor, alferes-mor, em poder trazer à corte os seus contendores, e aí litigar<sup>265</sup>. Com o aumento do número de moradores na corte associado ao aumento do número de dependências da residência régia, incrementou a quantidade de reposteiros necessários à garantia do bom desempenho da função, sendo da responsabilidade do reposteiro-mor a sua nomeação. D. Luís Caetano de Lima, na sua *Geografia Histórica*<sup>266</sup>, enumera os vários reposteiros-mores que, no seu entender, desempenharam tal cargo durante o reinado de D. Manuel I. Foram eles: Manuel de Melo, reposteiro-mor de D. João II, que seguiu com o cargo; Pedro Moniz da Silva e Jerónimo Moniz, que irá prosseguir com o cargo no reinado de D. João III. Fazendo uma análise à chancelaria de D. Manuel I, verificamos que, embora não estivesse errado nos nomes indicados, Caetano de Lima estava aquém da realidade, uma vez que encontramos um número mais alargado de indivíduos a desempenhar o cargo.

Dos nomes apontados, Manuel de Melo, alcaide-mor de Olivença, reposteiro-mor de D. João II, filho de Martim Afonso de Melo e de D. Margarida de Vilhena, casado com D. Beatriz da Silva, filha de João da Silva, 4.º senhor de Vagos e camareiro-mor do príncipe D. João, e de sua mulher D. Branca Coutinho, faleceu em 26 de setembro de 1493, como consta de uma lápide exposta na parede do convento dos Loios em Évora<sup>267</sup>. Seu irmão mais velho, Rodrigo de Melo, foi o primeiro conde de Olivença por mercê de D. Afonso V, sendo seu aio e guarda-mor, tendo-o acompanhado na conquista de Tânger, onde ficou como capitão. O mais novo, D. João de Melo, foi bispo de Silves e arcebispo de Braga. Manuel de Melo seguiu as pisadas do irmão mais velho, ficando também por capitão em Tânger alguns anos, sucedendo-o na alcaidaria de Olivença quando este morreu<sup>268</sup>. A 18 de maio de 1496, foi confirmada tença aos herdeiros de Manuel de Melo<sup>269</sup> e a seu filho Rui de Melo, em 25 de maio de 1496, a renda das boticas, do gado

---

<sup>265</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. III, tít. IV.

<sup>266</sup> D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica de todos os Estados soberanos da Europa*, tomo I, Lisboa Ocidental, Oficina de José Antonio da Silva, 1734, pp. 502-507.

<sup>267</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. I, p. 433.

<sup>268</sup> É necessário esclarecer que D. Afonso V, aquando da expedição a Tânger, assinou um alvará no qual garantia a D. Rodrigo de Melo, que o castelo de Olivença seria entregue ao genro que mais lhe aprovesse. Esse genro, casado com D. Filipa de Melo, foi D. Álvaro de Bragança, que esteve envolvido na conspiração do duque de Bragança, tendo sido condenado à morte, salvando-se porque se expatriou, perdendo por isso todos os seus bens, entre eles a alcaidaria de Olivença, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. I, p. 429. Com a subida ao trono de D. Manuel I, e o retorno ao reino de D. Álvaro e de outros exilados, o rei fez por lhes restituir todos os bens confiscados, elaborando para isso uma engenharia de doações e mercês, com a qual satisfazia a nobreza recetora dessas mercês, e mantendo o equilíbrio entre os vários níveis, por forma a que não se sentissem prejudicados com os escambos. D. Álvaro e sua mulher encontraram-se enterrados no convento dos Loios, que funcionou como panteão dos senhores de Olivença.

<sup>269</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 101 (Setúbal, 18/05/1496).

de vento e da açougagem da cidade de Évora, que lhe tinha sido outorgada, pelos muitos serviços prestados, pelo prazo de duas vidas, a sua e a de um seu filho ou, não o havendo à data de seu falecimento, a uma sua filha<sup>270</sup>. Não deve ter exercido o cargo, uma vez que Gonçalo da Silva passou a receber uma tença anual de 30.000 reais, desde o início do ano de 1496, com o cargo de reposteiro-mor<sup>271</sup>. O mesmo Gonçalo da Silva, o irá substituir como alcaide-mor de Olivença<sup>272</sup>, nomeação essa que irá obrigar o monarca a uma séria de trocas e doações para satisfazer o direito que Rui de Melo detinha de várias rendas atribuídas a seu pai<sup>273</sup>: a portagem, a renda da alcaidaria, constituída pela carceragem e armas perdidas, o celaião<sup>274</sup>, os serviços, novo e real dos judeus, a açougagem, a aduana<sup>275</sup> e a renda das miunças<sup>276</sup>, o terçoilo<sup>277</sup>, o pé do altar<sup>278</sup> e a dízima do pão e resíduos. E as doava, com declaração que sua mãe, D. Beatriz da Silva, usufruísse do direito e renda do terçoilo. Como D. Beatriz e Rui de Melo, a pedido do rei, deixaram à coroa as ditas rendas, foros, direitos e o castelo da vila de Olivença, receberam em troca 300.000 reais em vida de Rui de Melo e de um filho, e a alcaidaria de Elvas, que valia 100.000 reais, tantos quanto valia a alcaidaria de Olivença. Dos 300.000 reais, D. Beatriz receberia 90.000 que seriam pagos pela troca feita com D. Martinho de Castelo Branco, vedor da Fazenda, dos direitos reais de Elvas com os direitos reais de Torres Vedras<sup>279</sup>.

Em 1504, encontramos Pedro Moniz da Silva<sup>280</sup> a exercer o cargo de reposteiro-mor<sup>281</sup>, que o irá trespassar a Febo Moniz, fidalgo da casa do rei, no final do ano de

---

<sup>270</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 53v/54 (Setúbal, 25/05/1496).

<sup>271</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 53v (Montemor-o-Novo, 24/02/1496).

<sup>272</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 1 (Lisboa, 02/09/1499). Iremos encontrar Gonçalo da Silva, em 1513, como vedor-mor das éguas dos arcediagos de Vouga e Penela, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 178 (Lisboa, 15/07/1513), e das éguas da cidade de Lisboa, e seu termo, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 92v (Lisboa, 30/10/1514). Faleceu antes de 6 de agosto de 1521, quando são atribuídas tenças a sua mulher, D. Joana da Silva, no valor de 18.000 reais, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 3v (Lisboa, 06/08/1521), e a seus filhos, André da Silva, moço fidalgo do rei, no valor de 100.000 reais, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 3 (Lisboa, 20/08/1521), e a João da Silva, no valor de 40.000 reais, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 3v (Lisboa, 06/08/1521).

<sup>273</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 1/1v (Lisboa, 02/09/1499).

<sup>274</sup> Imposto sobre o pão que se cozia, cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 6, Lisboa, Editorial Enciclopédia, [s.d.], p. 339.

<sup>275</sup> Direitos pagos na alfândega, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino [...]*, vol. I, p. 137.

<sup>276</sup> Dízima das coisas miúdas que se pagavam nos arcebispados, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino [...]*, vol. V, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728, p. 520.

<sup>277</sup> Contribuição correspondente à entrega do porco mais novo de cada ninhada, cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira [...]*, vol. 31, p. 339.

<sup>278</sup> Correspondia aos emolumentos recebidos pelos párcos para a realização de cerimónias religiosas: casamentos, batizados, enterramentos, responsos, ofertório, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino [...]*, vol. VI, p. 334.

<sup>279</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 1 (Lisboa, 02/09/1499).

<sup>280</sup> Pedro Moniz era primo direito de Febo Moniz, filho de Diogo Gil Moniz.

<sup>281</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 1 (Lisboa, 31/01/1504).



1506<sup>282</sup>. Com o trespasse, Febo Moniz recebeu uma tença com o valor anual de 10.000 reais brancos, tença essa que andava associada ao cargo. Febo Moniz casou com uma donzela da duquesa de Bragança, irmã de D. Manuel I, tendo pedido ao rei carta de segurança das 5.333 coroas, valor respeitante a um terço das arras recebidas em dote de casamento<sup>283</sup>. Em 8 de julho de 1497, foi-lhe feita doação para todo o sempre, para ele e para seus herdeiros, de certas casas dentro da vila de Arraiolos, de que era alcaide-mor<sup>284</sup>, sendo considerados bens patrimoniais para os poder dar e doar vender trocar escambar juntos e em partes assim como lhe aprouver sem embargo da lei Mental ou de quaisquer outras leis e ordenações presentes e futuras que pudessem ser em contrário<sup>285</sup>. A duquesa de Bragança, no mesmo mês, dará de dote à sua donzela, 6.000 coroas e enquanto lhas não pagasse dava-lhe 60.000 reais por ano<sup>286</sup>. Movendo-se bem na corte, recebe Febo Moniz desde janeiro de 1499, 40.000 reais em consideração aos serviços prestados, tal como recebia da falecida rainha, D. Isabel<sup>287</sup>. Febo Moniz foi um dos que participou na comitiva que se deslocou a Castela e a Aragão para que os reis de Portugal fossem jurados herdeiros dos reinos vizinhos<sup>288</sup>. Com o seu falecimento, ocorrido antes de 21 de junho de 1514, o cargo irá passar para o filho Jerónimo Moniz. O teor da carta de mercê de ofício é vago quanto às atribuições do reposteiro-mor «com a tença ordenada, foros e honras, preeminências, liberdades, graças e franquezas, próis, interesses e percalços que sempre tiveram os reposteiros-mores»<sup>289</sup>. O valor da tença, 10.000 reais brancos, é confirmada em 19 de setembro do mesmo ano<sup>290</sup>. D. Jerónimo Moniz, casou com D. Violante da Silva, filha de João de Saldanha, vedor da Imperatriz D. Isabel, neto de D. Diogo de Saldanha, e de D. Joana de Lima<sup>291</sup>.

#### 1.4. PORTEIRO-MOR

Ofício criado no reinado de D. Sancho II, como atesta um documento datado de 1225<sup>292</sup>, desempenhava funções a nível da superintendência da cobrança de direitos

<sup>282</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 15 (Tomar, 02/11/1506).

<sup>283</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 9, fl. 2 (Torres Vedras, 03/10/1496).

<sup>284</sup> O alcaide-mor de Arraiolos era de apresentação do duque de Bragança.

<sup>285</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 27v (Évora, 08/07/1497).

<sup>286</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 27 (Évora, 14/07/1497).

<sup>287</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 72 (Lisboa, 10/01/1499).

<sup>288</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVI, p. 58.

<sup>289</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 136v (Lisboa, 21/06/1514).

<sup>290</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 137v (Lisboa, 19/09/1514).

<sup>291</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXI, p. 23.

<sup>292</sup> D. Luiz Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, p. 491.

fiscais<sup>293</sup>. A partir do reinado de D. Afonso IV, as atribuições do porteiro-mor deixam de ser exercidas na cobrança dos direitos, função que passa para a competência dos ouvidores da portaria, aos quais sucedem mais tarde os vedores da fazenda<sup>294</sup>. Esta mudança, ao nível da área de intervenção do ofício, refletiu-se também na cisão da função do porteiro, que mantendo por um lado os atributos ligados à fazenda, de que encontramos inúmeras referências na chancelaria<sup>295</sup>, desenvolveu uma nova especificidade ligada ao serviço ao rei: o ofício de porteiro da câmara, de que o responsável superior será o porteiro-mor, que foi ganhando competências cada vez mais ligadas ao cerimonial de representação do rei. Durante as audiências régias o porteiro-mor encontrava-se no interior da câmara onde esta tivesse lugar e assistia às cerimónias e banquetes realizados no paço. Acompanhava o rei quando este se ausentava do paço, tendo um lugar atribuído na disposição do espaço em que decorriam as cortes, que era de pé, no primeiro degrau do cadafalso onde se encontrava o rei, entre este e os representantes dos concelhos<sup>296</sup>.

Foram vários os personagens que ao longo do reinado de D. Manuel I, desempenharam este cargo. O primeiro de entre eles de que temos referência foi Gomes Ferreira, porteiro-mor de D. João II. Com a morte deste, ocorrida no Alvor, é de presumir que se mantivesse no exercício da função no início do reinado seguinte. Gomes Ferreira foi casado com D. Maria de Sotomayor, filha do primeiro casamento de D. Pedro Álvares Sotomayor, 1.º conde de Caminha, por mercê de D. Afonso V, com D. Teresa de Távora<sup>297</sup>. Deste casamento nasceu Joana Ferreira de Sotomayor, que foi por sua vez casada com Martim Vaz de Gouveia, filho do licenciado Pedro de Gouveia<sup>298</sup> e de D. Joana de Almeida. Do seu percurso de vida, pouco sabemos. Filho segundo de Aires Ferreira, o *Velho*<sup>299</sup>, nascido no primeiro casamento deste com Genebra Pereira de

---

<sup>293</sup> Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário* [...], vol. II, p. 498.

<sup>294</sup> Rui de Abreu Torres, «Porteiro-mor», *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 123.

<sup>295</sup> Porteiro dos contos da comarca dos almoxarifados de Évora, Estremoz e Portalegre, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 107 (Setúbal, 21/03/1496). Porteiro das sisas e portagem da vila de Faro e termo, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 34, fl. 28/28v (Setúbal, 13/04/1496). Porteiro da porta da Ribeira da cidade do Porto, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 100 (Setúbal, 16/04/1496). Porteiro da contadoria de Évora e lugares que lhe eram apartados, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 135v (Lisboa, 05/09/1514).

<sup>296</sup> Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, códice 443 da colecção pombalina da B.N.L., introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 113.

<sup>297</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXVII, pp. 121-122.

<sup>298</sup> Pedro de Gouveia teve um vasto percurso na burocracia régia: pertenceu ao conselho do rei, foi desembargador dos agravos da Casa da Suplicação e juiz dos feitos reais, exercendo também, em regime de substituição, o cargo de chanceler-mor.

<sup>299</sup> Na chancelaria de D. Afonso V é referido como sendo fidalgo da casa do duque de Bragança, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 41v (Évora, 22/11/1449).

Sampaio, filha de Vasco Pires de Sampaio, senhor de Chacim e Vila Flor e de Maria Pereira, filha do Mariscal Álvaro Pereira. Seu pai, Aires Ferreira, foi senhor do Casal de Cavaleiros<sup>300</sup>, e sobrinho ou irmão<sup>301</sup> do bispo de Coimbra, D. Álvaro Ferreira (1431/1432-1444)<sup>302</sup>. O seu irmão mais velho, Martim Ferreira, serviu algum tempo com o infante D. Fernando<sup>303</sup>, e já era falecido em 1511, aquando de um escambo de certos casais na Beira entre Diogo de Almeida, capelão do rei e Martim Vaz de Gouveia, fidalgo da casa real, genro de D. Maria, em que um dos elementos de troca foram 1.000 coroas entregues por Martim Vaz, que as recebera de sua sogra pelo casamento com sua filha. Esta recebera-as de seu marido, Gomes Ferreira, a quem tinham sido trespassadas por falecimento de seu irmão Martim Ferreira, que também as recebera por casamento<sup>304</sup>. Martim Ferreira encontra-se referenciado no *Livros das Moradias de D. João II*, como cavaleiro-fidalgo e porteiro-mor, privilégio de fidalgo que lhe foi dado por D. João II<sup>305</sup>. O mesmo rei lhe fez doação das rendas e direitos do almoxarifado de Barcelos, Guimarães<sup>306</sup>, e doação do couto de Belver e da quintã de Ferreira e lugares do Vimieiro, de uma casa junto de Sampaio e da quinta de Moire, que era em terra de Gestaço, com todas as rendas e direitos delas<sup>307</sup>. Em 28 de março de 1498, ainda Gomes Ferreira exercia o cargo de porteiro-mor, como se deduz da atribuição de uma tença de 20.000 reais em satisfação do dito ofício<sup>308</sup>. A sua substituição por Miguel Corte Real ocorre após essa data.

Família oriunda de Tavira, o primeiro com o apelido Corte Real foi Vasco Anes Corte Real, filho de Vasco Anes da Costa, cavaleiro que acompanhou D. João I na hoste que combateu os castelhanos<sup>309</sup>. Vasco Anes Corte Real, foi também um valoroso

---

<sup>300</sup> O Paço de Casal de Cavaleiros fica situado no atual concelho de Vila do Conde.

<sup>301</sup> Os genealogistas dividem-se. Seguimos a que é proposta por Felgueiras Gayo: ser sobrinho do bispo D. Álvaro, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XIV, p. 38, por ser a que faz sentido do ponto de vista cronológico. Se Aires Ferreira tivesse participado na tomada de Ceuta, a geração seguinte, Gomes Ferreira de quem estamos a tratar, dificilmente chegaria ao reinado de D. Manuel I ou de D. João II, no vigor das suas capacidades para exercer um cargo que exigia algum esforço físico e de representação.

<sup>302</sup> D. Álvaro Ferreira participou na tomada de Ceuta conjuntamente com seus irmãos.

<sup>303</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XIV, p. 38.

<sup>304</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 50 (Lisboa, 10/04/1511).

<sup>305</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 37 (Évora, 07/08/1490), o qual foi confirmado por D. Manuel I, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 96v (Évora, 30/03/1497).

<sup>306</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 110v (Viana a par de Alvito, 27/10/1490). Esta doação foi substituída no reinado de D. Manuel I por um padrão de 100.000 reais brancos, que D. Maior vendeu a D. Martinho de Castelo Branco em 3 de novembro de 1513, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 16v/17 (sem local e data).

<sup>307</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 38v/39 (Lisboa, 05/07/1499).

<sup>308</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 33 (Lisboa, 28/03/1498).

<sup>309</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, segundo o códice n.º 352 do ANTT, vol. I, [s.l.], Livraria Civilização, [s.d.], cap. CLIX, p. 340.

cavaleiro que integrou a frota que rumou a Ceuta para a sua conquista, participando com D. Duarte na escaramuça que forçou a entrada na porta de Almina<sup>310</sup>. Fronteiro-mor do Algarve, alcaide-mor de Silves e Tavira, atribuem os genealogistas a criação do seu apelido a D. Duarte, que, dizem, comentava que a corte não era real sem a presença de Vasco Anes<sup>311</sup>. Da sua descendência, relevo para João Vaz Corte Real, porteiro-mor do infante D. Fernando<sup>312</sup>, pai de D. Manuel I, a quem D. Beatriz, viúva de D. Fernando, como «tutora e curadora do duque» seu filho, entregou a capitania da ilha Terceira de Jesus Cristo, em substituição de Jacome de Bruges, que foi dado como falecido<sup>313</sup>. Decidiu D. Beatriz separar a capitania em duas, uma com sede na Praia e outra com sede em Angra, dando a primazia da escolha a João Vaz<sup>314</sup>, que escolheu aquela que correspondia a Angra, ficando a da Praia, onde Jacome de Bruges se estabelecera, para António Martins Homem, ocorrendo esta doação no ano de 1474. No ano anterior, já D. Diogo, entregara a capitania da ilha de S. Jorge a João Vaz de Corte Real, doação essa que produzia efeitos para os seus descendentes em linha direita masculina, para o filho varão ou segundo. A doação abrangia a jurisdição cível e crime, ressaltando morte ou talhamento de membros<sup>315</sup>, que seriam da responsabilidade régia, por apelação. Foi João Vaz um dos navegadores que demandaram outras paragens para engrandecer a coroa. Escreveu Gaspar Frutuoso, nas suas *Saudades de Terra*, que João Vaz Corte Real aportou à ilha vindo da Terra do Bacalhau, que fora descobrir por mandado do rei D. Afonso V<sup>316</sup>. Do seu casamento com Maria Abarca, senhora galega, nasceram Vasco Anes Corte Real, vedor de D. Manuel I; Miguel Corte Real, porteiro-mor de D. Manuel I e Gaspar Corte Real. Vasco Anes Corte Real nunca se deslocou aos Açores, sendo aí substituído por seu irmão mais novo, Gaspar, que tendo estado ao serviço do duque D. Manuel I, se deslocou para Angra onde em contacto com o pai, que lhe concedeu vastas terras da sua capitania, adquiriu o espírito aventureiro e desejoso de ganhar fama, que era apanágio de seu pai<sup>317</sup>. Os anos de convívio com este, e o facto de as terras a norte e a oeste da ilha Terceira serem do conhecimento dos pescadores que nela habitavam, levou Gaspar Corte Real a

---

<sup>310</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa América, 1992, cap. LXXII, p. 225.

<sup>311</sup> Eduardo Brazão, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1965, p. 38.

<sup>312</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XII, p. 235.

<sup>313</sup> *Arquivo dos Açores*, vol. IV, Ponta Delgada, Arquivo dos Açores, 1882, p. 158.

<sup>314</sup> *Arquivo dos Açores* [...], vol. IV, p. 159.

<sup>315</sup> *Arquivo dos Açores*, vol. III, Ponta Delgada, Arquivo dos Açores, 1881, p. 14.

<sup>316</sup> Gaspar Frutuoso, *Livro sexto das Saudades da Terra*, 2.<sup>a</sup> edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978, cap. VI, p. 67.

<sup>317</sup> Francisco Fernandes Lopes, *Os irmãos Corte Real*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957, p. 14.

aparelhar uns navios e navegar para noroeste no intuito de descobrir terra, sendo a autorização régia dada a 12 de maio de 1500, a qual incluía a doação de em quaisquer ilhas ou terra firme que assim novamente achasse as houvesse de juro e herdade para todo o sempre, com a capitania e a jurisdição cível e crime, com toda a alçada. E que eles e seus sucessores governassem e regessem a terra ou ilhas, sem limitação, reservando-se o rei, quando necessário lhe parecesse, de mandar alguém para trazer recado de como Gaspar Corte Real as governava. E o rei lhes concedia o quarto de tudo o que em tais terras pudesse haver. Gaspar Corte Real haveria a capitania das ditas ilhas e terras com todas as jurisdições cíveis e crimes, rendas, direitos e isenções, para ele e seus herdeiros e sucessores, por linha direita e masculina, segundo normas de sucessão definidas. E ele e seus herdeiros haveriam o direito das moendas, sal, fornos, engenhos e serras de água que os capitães das outras ilhas usavam com as alcaidarias-mores e direitos delas, e com todas as honras, liberdades e preeminências que lhes eram outorgadas, sendo merecedor de toda a honra e acrescentamento por, à sua custa, ir com navios e homens em buscar e descobrir ilhas e terra firme<sup>318</sup>. Alguns autores consideram que tanto a Groenlândia como as terras a ocidente desta eram já conhecidas de João Fernandes e Pedro de Barcelos que aí deviam ter hibernado por duas vezes entre 1491 e 1495<sup>319</sup>.

Gaspar Corte-Real partiu de Lisboa no início do verão de 1500, bem equipado de gente e mantimentos<sup>320</sup>, juntando-se-lhe outro navio na Terceira, onde primeiramente aportou<sup>321</sup>. Rumou a norte e encontrou terra a que chamou de Terra Verde<sup>322</sup>. Regressado ao reino, no ano seguinte, desejoso de conhecer melhor as terras que tinha descoberto, partiu novamente com três naus. Fazendo rumo à Gronelândia, foram forçados em direção ao Labrador, onde levantaram padrão e capturaram sessenta homens e uma mulher. Separaram-se os navios, seguindo dois para o reino, com os indígenas capturados, seguindo Gaspar Corte Real em direção a sul, não mais regressando ao reino. O infortúnio

---

<sup>318</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 26/26v (Sintra, 12/03/1500), transcrito por Ernesto do Canto, *Os Corte-Reais*, Ponta Delgada, Archivo dos Açores, 1883, pp. 121-126.

<sup>319</sup> Eduardo Brazão, *Os Corte Reais e o Novo Mundo* [...], p. 107. Pedro Magalhães e Manuel Artur Norton defendem que pertenceu a João Álvares Fagundes, a descoberta da Terra Nova antes de 1500, cf. Pedro Magalhães e Manuel Artur Norton, «Fagundes e a descoberta do Canadá», *Bartolomeu Dias e a sua época*, Actas do Congresso Internacional, vol. II, pp. 403-482, Porto, Universidade do Porto, 1989.

<sup>320</sup> Carregou biscoito resultante da transformação de dez moios de trigo, que se traduziram em setenta e dois quintais e meio de biscoito, cf. Henry Harrisse, *Gaspar Corte Real*, Paris, Ernest Leroux, editeur, 1883, pp. 6-7.

<sup>321</sup> Francisco Fernandes Lopes, *Os irmãos Corte-Real* [...], p. 15.

<sup>322</sup> Como escreveu Damião de Góis, «...nesta viagem descobriu aquela banda do Norte uma terra que por ser muito fresca e de grandes arvoredos, como o são todas as que jazem por aquela banda, lhe pôs nome de terra verde», cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXVI, p. 160.

causado a seu irmão Miguel, porteiro-mor de D. Manuel I, e a este, foi de tal ordem, que Miguel se propôs ir busca-lo, não sem que antes D. Manuel I lhe tenha doado o que anteriormente doara a Gaspar. Esta doação ocorreu em 15 de janeiro de 1502<sup>323</sup> e Miguel Corte Real zarpou aos 10 dias de maio de 1502, com duas naus, «sem nunca dele se mais haver nova»<sup>324</sup>. A perda destes dois irmãos calou fundo no rei, que por eles nutria bastante estima, ao ponto de enviar no ano seguinte duas naus, armadas à sua custa, à sua procura, com insucesso, não permitindo que o primogénito, vedor da sua Casa, do seu conselho, capitão e governador das ilhas de S. Jorge e da Terceira, da parte de Angra, alcaide-mor da cidade de Tavira, fizesse o mesmo, valendo-se do facto de ser um completo desperdício de recursos. A Miguel Corte Real fora atribuída, em novembro de 1501, uma tença de 30.000 reais<sup>325</sup>. Mais tarde, em 1508, foram outorgados a D. Isabel de Castro, sua viúva, filha de D. Garcia de Castro e de D. Catarina da Costa, os habituais privilégios e isenções inerentes ao estatuto dos fidalgos<sup>326</sup>.

Com a morte de Miguel Corte Real, D. Manuel I escolheu para o lugar de porteiro-mor Jorge de Melo, que encontramos com esse cargo nas folhas do «Livro de Matrícula dos Moradores da Casa delRey D. Manoel do primeiro quartel do anno de 1518»<sup>327</sup>. Filho de Garcia de Melo, alcaide-mor de Serpa e comendador de Longroiva, e de Filipa da Silva, filha de Henrique Pereira, comendador-mor de Santiago e vedor da Fazenda do infante D. Fernando, e de D. Isabel Pereira, foi casado com Madalena de Mendonça, filha de Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão<sup>328</sup>. De Jorge de Melo encontramos na chancelaria várias entradas. Em abril de 1516, foi-lhe confirmada uma tença anual de 10.000 reais, tença essa comprada por ele a Afonso de Salazar, escudeiro da casa real, a quem tinha sido dada em março de 1501 por D. Leonor, de que era servidor<sup>329</sup>. Nesta carta de mercê, Jorge de Melo é referido com o cargo de porteiro-mor. Alguns anos mais tarde, 18 de dezembro de 1521, foi-lhe confirmado o do ofício de monteiro-mor dado por alvará em junho de 1507<sup>330</sup>. No documento «Livro das Tenças del Rei», Jorge de Melo recebia pela chancelaria da corte 60.000 reais com o hábito, a que se juntavam 31.852

---

<sup>323</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 3v (Lisboa, 15/01/1502).

<sup>324</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXVI, p. 161, documento transcrito por Ernesto do Canto, *Os Corte-Reais* [...], pp. 121-126.

<sup>325</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 95 (Lisboa, 04/11/1501).

<sup>326</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 22 (Sintra, 08/09/1508).

<sup>327</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 352.

<sup>328</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVIII, p. 147.

<sup>329</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 58 (Almeirim, 15/04/1516).

<sup>330</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 118/118v (Lisboa, 18/12/1521).

reais de tenças que comprara<sup>331</sup>. É também por este documento que sabemos que no ano de 1521, quem ocupava o cargo de porteiro-mor era seu irmão, Diogo de Melo da Silva, que recebia com o hábito: na Alfândega de Lisboa 50.000 reais, 25.000 reais em Beja e na vintena 15.000<sup>332</sup>. Diogo de Melo foi comendador da Ordem de Cristo de S. Justa de Lisboa e das Caldas. Casou com D. Catarina de Castro, filha de Miguel Corte Real e D. Isabel de Castro. Após a morte de D. Manuel I ocupou o cargo de vedor na casa da rainha D. Catarina, mulher de D. João III<sup>333</sup>.

### 1.5. MEIRINHO-MOR

O cargo de Meirinho-Mor, desde cedo tem lugar na estrutura funcional que auxilia o rei no despacho e gestão dos assuntos do Reino. Associado à justiça régia, as suas responsabilidades vão sendo partilhadas e assacadas por organismos cada vez mais especializados, que se traduzem, para a época, na Casa da Suplicação, no Tribunal do Cível e no Tribunal da Relação. A especificidade das suas funções começa por ser registada nas *Ordenações Afonsinas*:

«Especialmente pertence a seu officio prender algũs fidalgos, e homees de grande estado, ou alevantar forças, e desaguisados feitos por homees de semelhante maneira, quando pelo dito Senhor, ou seu Conselho especialmente he mandado, ou for requerido per alguũ official de justiça nos casos, onde el per sy nom for poderoso de o fazer: e ainda a seu officio pertence mandar prender quaeesquer pessoas, que aos outros Meirinhos,e Alcaides pequenos convem, de fazer»<sup>334</sup>.

E reforçadas nas *Ordenações Manuelinas*, na edição de 1516-1521:

«A seu Officio pertence prender pessoas d’Estado, quando lhe por Nós for mandado, e assi grandes Fidalguos, e taees, que as outras Justiças os nom possam bem prender. E isso mesmo alevantar forças, que por homens de semelhante maneira, convem a saber, Senhores de Terra, e grandes Fidalguos, sejam feitas quando por Nós lhe for Mandado»<sup>335</sup>.

---

<sup>331</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez*, 2.ª edição, vol. II, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, p. 104.

<sup>332</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 104.

<sup>333</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVIII, p. 149.

<sup>334</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LX, § 1.º.

<sup>335</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. I, tít. XIV, § 1.º.

Se não se sentiu, no tempo de D. Afonso V, a necessidade de indicar o grupo social de origem, para quem desempenhava esta função, já no que ao reinado de D. Manuel I diz respeito, é estabelecido em ordenação que:

«O Meirinho Moor deve seer homem de grande sangue, e mui principal, que as cousas de muita importancia, quando lhe por Nós forem mandadas, / ou por Nossas Justiças requeridas, possa bem fazer»<sup>336</sup>.

Um cargo que irá ser desempenhado por um titulado, numa lógica de corpo, em que ninguém proveniente de um *status* inferior, pode ter ascendente sobre alguém com *status* mais elevado. O titular do cargo era coadjuvado por um meirinho da corte, com funções especificadas nas ordenações<sup>337</sup>, que para além das situações judiciais, passavam também por arrecadar direitos de mercadorias vendidas na corte. Este meirinho da corte, que deveria ser um escudeiro de boa linhagem, e conhecido por bom, era proposto pelo meirinho-mor e aprovado e nomeado pelo rei.

No início do reinado de D. Manuel I o cargo é ocupado por Estevão de Brito, fidalgo da casa do rei e alcaide-mor de Beja, a quem é atribuída uma tença anual de 30.000 reais, a partir do primeiro de janeiro de 1496, como satisfação do desempenho do ofício de meirinho-mor<sup>338</sup>. Este Estêvão de Brito, era filho de Artur de Brito, fronteiro e alcaide-mor de Beja<sup>339</sup> e fidalgo da casa do infante D. Fernando<sup>340</sup>, pai de D. Manuel I. Com a morte do pai, herda o cargo de alcaide-mor de Beja, e é um dos criados de D. Manuel I, enquanto duque de Beja, que lhe concede 2.000 coroas de casamento<sup>341</sup>. Do seu casamento com D. Joana Freire de Andrade, nasceu D. Margarida de Brito, casada com D. Pedro de Sousa, que ficou com a alcaidaria de Beja por morte do sogro, que ocorreu

---

<sup>336</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. I, tít. XIV, prólogo.

<sup>337</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. XI e *Ordenações Manuelinas* [...], liv. I, tít. XVI.

<sup>338</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 95 (Setúbal, 18/04/1496), e liv. 34, fl. 22v (Setúbal, 07/05/1496).

<sup>339</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 102 (Setúbal, 17/08/1484).

<sup>340</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 100v (Lisboa, 03/02/1455), doação a Artur de Brito, fidalgo da casa do infante D. Fernando, a seu pedido, de uma tença anual de 15.000 reais brancos, enquanto não lhe fossem pagas as 1.500 dobras pelo seu casamento com Violantes de Meira, donzela da casa da rainha D. Isabel.

<sup>341</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 34, fl. 37v (Setúbal, 04/05/1496). O diploma original estava datado de 4 de fevereiro de 1485.



antes de 25 de setembro de 1505<sup>342</sup>. No ofício de meirinho da corte, há referência a um Nuno Vaz, num documento datado de janeiro de 1496<sup>343</sup>.

Em novembro de 1497, já o cargo estava novamente a ser servido<sup>344</sup> por D. Francisco Coutinho, conde de Marialva e Loulé, que anteriormente o desempenhara durante o reinado de D. João II, tendo sido nomeado por este em 15 de março de 1483<sup>345</sup>. Em agosto de 1498, é nomeado para novo meirinho da corte, Afonso Botelho<sup>346</sup>, escudeiro da casa do conde de Marialva e de Loulé dando continuidade ao estipulado pelas ordenações. Ficaram registados na chancelaria vários atos em que Afonso Botelho participa no desempenho das suas funções. Em novembro de 1501, é referido numa carta de perdão, como tendo denunciado Afonso Dias, tosador, morador em Lisboa, procurador dos 24 dos mesteres, porque dissera um dia que «não cria em Deus nosso Senhor»<sup>347</sup>. A sua ascensão a cavaleiro da casa real dá-se antes de 26 de agosto de 1504<sup>348</sup>, como é patente num registo em que participa num ato de renúncia de cargo. Entre as suas funções, o meirinho da corte garantia a pousada dos carneiros do rei, caso o aposentador, que lhes deveria dar pousada onde o rei estivesse, não a desse<sup>349</sup>. Atos de recebimento de valores devidos à chancelaria<sup>350</sup>, como sejam pagamentos por atribuição de ofício, arrematação de bens perdidos para a coroa, ou de despesas da relação a serem pagas em certos casos de perdão régio, são outros dos atos em que participa<sup>351</sup>.

## 1.6. TESOUREIRO MOR

Corria o ano de 1480, quando foi publicado por D. Afonso V um *Regimento*<sup>352</sup>, datado de 5 de junho, entregue ao tesoureiro e recebedor do tesouro da casa real, assim

---

<sup>342</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 20, fl. 25v (Lisboa, 25/09/1505).

<sup>343</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 42 (Montemor-o-Novo, 04/01/1496).

<sup>344</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 6v (Évora, 17/11/1497).

<sup>345</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 24, fl. 30 (Viana a par de Alvito, 15/03/1483).

<sup>346</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 136/136v (Lisboa, 29/08/1498).

<sup>347</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 116v (Lisboa, 03/11/1501).

<sup>348</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 26/26v (Lisboa, 26/08/1504).

<sup>349</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 75/76 (Coimbra, 20/08/1506), e liv. 46, fl. 129 (Coimbra, 22/07/1507).

<sup>350</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 88 (Beja, 09/01/1518), e liv. 44, fl. 84v (Sintra, 02/09/1518).

<sup>351</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 96 (Almeirim, 17/12/1515) e liv. 44, fl. 88/88v (Beja, 09/01/1518).

<sup>352</sup> «Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V», *Collecção de Livros inéditos de História Portuguesa, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II.*, publicados por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa, por José Corrêa da Serra, tomo III, Lisboa, Oficina da Academia Real das Ciências, 1793, pp. 533-534.

como ao escrivão que o auxiliava, cujo intuito era o de esclarecer a forma como se deveriam «assentar os desembargos e conhecimentos» no livro da tesouraria, corrigindo, assim, a forma como até então se procedia. O regimento, constituído por um preâmbulo justificativo e quatro artigos, esclarecia logo no seu início o motivo subjacente à elaboração do mesmo. Dizia o rei que tal se devia à forma como o anterior tesoureiro, Fernão de Montarroio<sup>353</sup>, não cumprira corretamente o seu ofício, nas situações detalhadas: não assentando a despesa no tempo devido; não informando os recipiendários sobre os respetivos pagamentos, originando assim algum mal-estar que teria chegado ao conhecimento do rei. Por todos estes motivos determinava ao tesoureiro-mor: que sempre que fosse paga a quantia que estava atribuída a alguém, essa importância fosse descarregada no livro do tesouro no próprio dia do pagamento, ao que se devia juntar o documento justificativo de receção assinado por quem recebia essa quantia. Nos casos em que o valor era pago a alguém em nome do beneficiário, era obrigatório que ficasse registado o nome de quem recebia e em nome de quem, assim como o documento justificativo de receção teria que ter a assinatura daquele a quem fora entregue o valor. Este pagamento era devido a quem fora atribuída uma mercê, tença, moradia, vestiaria ou cevada, e no registo deveria ficar discriminada a forma com ele fora entregue. O registo no livro era feito pelo escrivão do tesouro, sob a supervisão do tesoureiro, ao qual também competia garantir, de acordo com este regimento, que os alvarás das moradias atribuídas fossem feitos em pergaminho, uma vez que os que até aí foram emitidos em papel, deram problemas. O não cumprimento dos itens deste regimento, teria como pena a perda de ofício.

Afonso Fernandes de Montarroio, filho de Fernão Gil de Montarroio, foi tesoureiro de D. João II, sendo nomeado para o cargo em 6 de fevereiro de 1482<sup>354</sup>, por bons serviços prestados. Antes tomara posse de certos bens móveis e de raiz que

---

<sup>353</sup> Felgueiras Gayo dá-o como tendo vivido no reinado de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, de quem foi tesoureiro. Este rei deu-lhe novas armas em 1450, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXI, p. 11. Aparece exercendo o cargo de tesoureiro num documento existente na chancelaria de D. Duarte, emitido durante a regência do infante D. Pedro, exercida em nome do seu sobrinho, cf. *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. II, Livro da Casa dos Contos, edição preparada e revista por João José Alves Dias, transcrições de Ângela Vieira Domingues e Pedro Pinto, revisão de Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 96. Felgueiras Gayo não lhe atribui descendência nem casamento. É em Alão de Morais que iremos encontrar essa relação, onde se diz que casou com uma filha ou neta de Gil Fernandes, alcaide-mor de Elvas no tempo de D. João I. Deste casamento nasceu Afonso Fernandes de Montarroio, Jorge de Montarroio e Catarina de Montarroio, cf. Alão de Morais, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, tomo VI, vol. II, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948, p. 315.

<sup>354</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 23, fl. 26v (Montemor-o-Novo, 06/02/1482).

pertenceram a Faim Cossem, que os perdera para a coroa por contrabando de tecidos fabricados em Bristol<sup>355</sup>. Casou duas vezes. A primeira com D. Margarida de Mello, filha de Martim Afonso de Mello, senhor de Mello, desconhecendo-se o nome da segunda esposa. De acordo com Alão de Morais, não teve geração de ambos os casamentos<sup>356</sup>, o que contradita o documento da chancelaria de D. João III, que lhe atribui a paternidade de Isabel de Montarroio e de Leonor de Montarroio<sup>357</sup>. Foi um dos que acompanhou D. João II, na sua viagem às termas das Caldas de Monchique, e um dos que se encontrava na câmara quando o rei faleceu<sup>358</sup>. Na véspera desse fatídico dia 25 de outubro de 1495, foi passada uma carta de quitação a Afonso Fernandes de Montarroio do que recebeu em ouro, prata, joias, panos de seda e brocado por altura do casamento do príncipe D. Afonso, bem como das despesas que fez<sup>359</sup>:

«A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber, que nós demos o officio de nosso thesoureiro a Affonso Fernandes de Montarroio, o qual elle serviu, e recebeu e despendeo certos anos, que lhe Rui Fragoso tem tomado sua conta sem se acabar nem haver quitação; e em quanto lhe assim foi tomada, o receberam outras pessoas, e depois mandámos tornar ao dito officio o dito Affonso Fernandes, o qual recebeu e despendeo as cousas que pera ello compriam, em que entrou o anno em que foram as festas do Principe meu filho, que Deos haja, em que recebeu ouro, prata, joias, muitos pannos de seda, brocado, e outras cousas, de que João Freire, nosso contador, tomou sua conta»<sup>360</sup>.

Insurgiu-se Garcia de Resende contra aqueles que se aproveitavam do estado debilitado do rei, para lhe pedirem tenças e mercês, ganhando «muyto mais louuor na temperança que teue em as não dar, do que ganhara em as dando. Porque assi repartia as satisfações e merces com tal tento, e ygualdade, como se estivera para viuer outros corenta anos»<sup>361</sup>. Foi o caso do vedor da fazenda, D. Martinho de Castelo-Branco, que pediu a vila de Vila Nova de Portimão para seu filho, ao que o rei D. João II respondeu «Eu verdadeiramente estou já tal, e de maneira, que dandouos agora isso pareceria que daua o

---

<sup>355</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 127v (Montemor-o-Novo, 01/09/1481).

<sup>356</sup> Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo VI, vol. II, p. 315.

<sup>357</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, ementas, liv. 1, fl. 120 (Alcochete, 23/12/1526), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. I, p. 164.

<sup>358</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCXIII, pp. 285-286.

<sup>359</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 76/76v (Alvor, 23/10/1495).

<sup>360</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 76/76v (Alvor, 23/10/1495), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. I, pp. 163-164.

<sup>361</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCXII, p. 283.

alheo, porem vos soys tal que não virá nenhum apos mim que vos não faça muyta honra, e muyta merce»<sup>362</sup>. Tal não foi o caso da carta de quitação passada a Afonso Fernandes de Montarroio, que foi incluída no último despacho régio, que o rei assinou por sua mão, como assinou mercês de tenças, ofícios e benefícios, satisfações em dinheiro, segundo cada um o merecia, pedindo ao duque seu primo que as «comprisse inteiramente, segundo nellas continha»<sup>363</sup>, e tudo o que dava com tanto peso, medida e justeza, a ninguém suscitou dúvida. D. Manuel I seguiu este último pedido do seu predecessor, ignorando o facto do tesoureiro real não ter podido dar conta dos muitos objetos e valores do erário régio, que teve em seu poder.

Atitude diferente teve D. João III, que 31 anos volvidos sobre a emissão da carta de quitação, faz tábua rasa da recomendação de D. João II e da anuência a essa determinação por parte de D. Manuel I, e como Afonso Fernandes Montarroio falecera entretanto<sup>364</sup>, são os herdeiros o alvo:

«Se assi é que Affonso Fernandes de Montarroio, thesoureiro que foi del rei D. João, emprestou a algumas pessoas ouro, prata, panos de brocado, seda e de lan e de linho de muita valia, e assi outras cousas muitas no tempo que era thesoureiro, e assi fazer outras cousas, que per direito e ordenaçam eram defesas ao official de tal officio, per bem das quais perdia sua fazenda, faz vossa alteza mercê a Mem Pegado, casado com Isabel de Montarroio, filha do sobredito, da parte e quinham que elle houve com a dita sua mulher na partilha que se fez per morte do dito seu sogro, que é uma erdade e uma casas em a cidade de Évora e um olival no termo de Lixboa, e assi de uma quinta que está junto ao porto de Muja, que na dita partilha coube a Lianor de Montarroio sua cunhada, de que ella fez doaçam quando fez profissam no mosteiro de Odivellas, de que pagou de setimo 60.000 reaes que disse que valia»<sup>365</sup>.

A carta de quitação dada por D. João II, abrangia exclusivamente os bens móveis, uma vez que temos uma outra carta de quitação, esta de abril de 1496, que confirma a entrega a João Álvares Rangel, cavaleiro da casa e recebedor das «cousas extraordinárias»

---

<sup>362</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCXII, p. 283. A D. Martinho de Castelo-Branco será atribuído o título de conde de Vila Nova de Portimão, por D. Manuel I.

<sup>363</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCXII, p. 282.

<sup>364</sup> Afonso Fernandes Montarroio ainda era vivo em julho de 1515 quando foi confirmado o contrato estabelecido entre ele e Pedro Rodrigues de Castro, em que este dá a quinta das Ancas e recebe em troca certos bens no termos de Lisboa, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 173v-175v (Lisboa, 23/07/1515).

<sup>365</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, ementas, liv. 1, fl. 120 (Alcochete, 23/12/1526), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. I, p. 164.

da corte, de 100.000 reais por parte de Afonso Fernandes<sup>366</sup>, fechando-se assim o seu ciclo como tesoureiro.

Continuando a analisar a chancelaria deparamo-nos com o facto de aparecer documentação onde se afirma que D. João II acabara com o cargo de tesoureiro-mor, mantendo-se este ativo enquanto vivesse João Pestana<sup>367</sup>. O cargo fora prometido a seu filho varão, por alvará, que pelo facto de não o poder exercer, porque extinto, recebia uma tença de 24.814 reais brancos<sup>368</sup>. A extinção do cargo não invalidou a necessidade da existência de alguém responsável pelos dinheiros e valores da casa real. Entre eles o recebedor do tesouro e o pagador das moradias, coadjuvados por escrivães. Entre o primeiro temos João Lopes Perestrelo, sobrinho do povoador da ilha de Porto Santo e da Madeira e primo direito da mulher de Cristóvão Colombo. Nos anos de 1495 e 1496, anos de transição entre reinados, é quem está encarregue do tesouro real, recebendo quitação do ofício em 1501<sup>369</sup>. Entre os artigos à sua guarda, podemos destacar muitos em prata: escalfadores, escudelas, galhetas, jarras, oeiros, piches, perfumadores, bacias, salsinhas, braseiros e muita chaparia. Em ouro: cruces, colares, campainhas, relicários, sinetes e anéis. Pedras preciosas e semipreciosas: diamantes, esmeraldas, pérolas, topázios, rubis e pepitas de ouro. Panos e tecidos de brocado, seda, lã, linho e entretecidos com ouro, para além de uma avultada quantia em dinheiro no valor de 13.600.722 reais. Entre o que recebeu e o que gastou o saldo foi negativo para ele, pelo que o rei lhe fez mercê do dito valor em paga do tempo em que esteve ao serviço régio sem ter moradia atribuída nem estando registado no livro da cozinha. João Lopes Perestrelo foi servidor da toalha de D. Afonso V que lhe deu tença de 10.000 reais em janeiro de 1480<sup>370</sup>, confirmada por D.

---

<sup>366</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 80/80v (Setúbal, 19/04/1496), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. III, p. 316.

<sup>367</sup> Carta de confirmação de ofício de escrivão das fianças das rendas dada a João Alves Portocarreiro, cavaleiro da casa real, que insere outra escrita por António Carneiro a 28 de abril de 1483, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 90/90v (Estremoz, 19/01/1497). Em 1490 D. João II fez-lhe mercê dos ofícios de cevadeiro-mor e armador-mor do príncipe, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 9, fl. 124 (Viana a par de Alvito, 03/11/1490), e fl. 46v (Évora, 03/11/1490). É destes ofícios que pede a confirmação das tenças respetivas, que lhe foi dada em fevereiro de 1496.

<sup>368</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 101v (Évora, 13/09/1497). Henrique Pestana morre antes de 11 de agosto de 1519, data em as tenças de que era detentor passam para o seu irmão Francisco, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 19/19v (Évora, 11/08/1519).

<sup>369</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 58 (Lisboa, 30/06/1501), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. III, pp. 399-400. Numa outra carta de quitação, esta em favor de Martim Afonso, é declarado que recebeu de João Lopes Perestrelo a quantia de 1.215.000 reais, cf. Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IV, pp. 442-443.

<sup>370</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 1v (Viana a par de Alvito, 03/01/1480).

João II em agosto de 1488, tendo em conta os serviços prestados<sup>371</sup>, que já o fizera cavaleiro em junho de 1488<sup>372</sup>. Morador em Torres Vedras, onde foi sepultado na igreja de S. Pedro, com sua mulher, Filipa Lourenço, filha de Filipe Esteves. Da sua geração nasceram Rafael Perestrelo, que andou pela China e auxiliou António Saldanha a levantar o cerco de Goa, Bartolomeu Perestrelo, que foi feitor em Malaca e António Perestrelo que foi contador mor<sup>373</sup>.

Vasco Queimado, escudeiro fidalgo, foi o recebedor do tesouro nos anos de 1500, 1501 e 1502. Das jóias, prata, pedraria, tapeçaria, vestidos e outras «cousas meudas», recebeu dinheiro no valor de 8.126.024 reais, tendo despendido tudo o que recebera sem ficar a dever ou a receber<sup>374</sup>, pelo que lhe foi dada quitação. Filho bastardo<sup>375</sup> de Vasco Queimado de Vilalobos, guarda-mor do infante D. Pedro, a quem seguiu na batalha de Alfarrobeira, e que por esse motivo foi preso e viu os seus bens confiscados. Não querendo ficar no reino, onde o seu amo fora tão maltratado, seguiu para Inglaterra onde se juntou às forças de Henrique IV contra os franceses de Carlos VII. D. Afonso V perdoou-lhe a «pena corporal e infâmia» mandando que lhe fosse restituída a sua honra e fidalguia<sup>376</sup>. Ao tempo da sua legitimação, Vasco Queimado era escudeiro na casa do duque de Viseu, D. Diogo, tendo passado para a casa de Beja aquando da infaustosa morte de D. Diogo. D. Manuel I, enquanto duque, atribuiu-lhe tença no valor de 10.000 reais anuais, que são confirmados quando já ocupa o trono<sup>377</sup> bem como os privilégios que D. Afonso V concedera a seu pai<sup>378</sup>. Vasco Queimado tem um percurso enquanto homem ligado à casa real, que o leva de recebedor do tesouro, nos anos iniciais do reinado de D. Manuel I, a pagador das moradias nos anos de 1503 e 1504<sup>379</sup>. Entre setembro de 1504 e maio de 1505, desempenhou o cargo de tesoureiro da casa da Índia, de que ficou quite

---

<sup>371</sup> *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, prefácio, compilação e notas de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993, p. 318.

<sup>372</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 14, fl. 108 (Almada, 06/06/1488).

<sup>373</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXIII, p. 15.

<sup>374</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 41v/42 (Lisboa, 20/02/1504).

<sup>375</sup> Legitimado em abril de 1473 por carta de D. Afonso V, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 97v (Évora, 29/04/1473). A mãe chamava-se Helena Fernandes, mulher solteira ao tempo da sua nascença.

<sup>376</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 7 (Santarém, 19/03/1451), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. III, p. 95.

<sup>377</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 91v (Estremoz, 11/02/1497).

<sup>378</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 91v/92 (Estremoz, 16/02/1497).

<sup>379</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 121 (Lisboa, 14/02/1505), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IV, pp. 443-444.

por boas contas em 1510<sup>380</sup>, cargo para que é nomeado novamente em 1517, com mantimento anual de 30.000 reais, um escravo de preço de 9.000 reais e 3.600 reais para pagar a um homem<sup>381</sup>. Casou Vasco Queimado com Maria Jaques, filha de Pedro Jaques, comendador de Bouças<sup>382</sup> de quem teve filhos, entre eles Vicente Queimado e Pedro Jaques de Vilalobos, que serviram na Índia. Ainda era vivo em 1523, ano em que consta no livro das tenças del rei, com uma tença de 10.000 reais<sup>383</sup>.

Miguel Nunes, cavaleiro da casa, foi recebedor do tesouro por três ocasiões: de 27 de setembro de 1507 a 9 de fevereiro de 1509<sup>384</sup>; de 22 de agosto de 1510 a 27 de março de 1515<sup>385</sup> e por fim, no último semestre de 1516 a 24 de setembro de 1519<sup>386</sup>. Desta confiança sempre deu boa conta, recebendo cartas de quitação dos valores que lhe foram entregues, e que de exercício para exercício aumentam de valor e quantidade de peças constituintes do tesouro real. Em julho de 1512, um seu criado é nomeado para o ofício de almoxarife da Ilha de Ano Bom<sup>387</sup>. Era vivo em setembro de 1522, quando lhe foi passada carta de quitação<sup>388</sup>.

## 1.7. MEIRINHO DO PAÇO

Com um estatuto elevado, cuja missão correspondia a prender fidalgos e homens de grande estado<sup>389</sup> em todo o reino, o meirinho-mor, «por usança antiga», indicava um meirinho que fazia o acompanhamento permanente da corte, intervindo nas áreas que eram da sua competência. Esse personagem seria escolhido entre os escudeiros, oriundo de boa linhagem, sendo a sua escolha sancionada pelo monarca. Entre as funções descritas no regimento, contavam vários tipos de atribuições: taxar os produtos que os regatões e

---

<sup>380</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 42 (Almeirim, 22/08/1510), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. VI, p. 80.

<sup>381</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 58 (Lisboa, 09/02/1517).

<sup>382</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXV, p. 24.

<sup>383</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 118.

<sup>384</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 40/40v (Almeirim, 03/08/1510), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IV, p. 474.

<sup>385</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IV, pp. 475-476.

<sup>386</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. VIII, pp. 402-403.

<sup>387</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 50v (Lisboa, 16/07/1512).

<sup>388</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. VIII, p. 403.

<sup>389</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LX.

os carniceiros traziam para vender na corte, prender os excomungados e os barregueiros que encontrasse, apreender as armas que encontrasse na posse de membros ou servidores da corte, prender os que cometessem danos físicos ou outros, ou os que participassem em altercações no espaço de influência da corte, quando a corte pousasse. As pousadas para si e para os seus homens, assim como para os regatões e carniceiros da corte, eram por si determinados. Tinha também um papel determinante na defesa física de pessoas e bens daqueles que abasteciam a corte, podendo exercer a justiça direta sobre quem prevaricasse ou sobre os seus bens, exceto se esse alguém fosse de posição privilegiada, para o que recorria ao corregedor da corte. O último artigo do regimento deixava o aviso de que não ultrapassasse as suas competências, levando mais de taxas do que seria devido, fosse obediente aos que mandassem fazer, sob pena de perca de ofício.

Em agosto de 1498, o conde de Marialva e de Loulé, meirinho-mor, indica Afonso Botelho, escudeiro da sua casa como meirinho da corte<sup>390</sup>. Cargo desempenhado ao longo de vários anos, da ação de Afonso Botelho vamos tendo notícia nos registos de chancelaria até ao ano de 1518. Em abril de 1500, age na qualidade de procurador de Manuel da Fonseca, tabelião do cível e crime do concelho de Santa Cruz e couto de Linhares, quando este renunciou ao cargo<sup>391</sup>. É o acusador de Afonso Dias, tosador, morador em Lisboa, procurador dos 24 dos mesteres da cidade de Lisboa, porquanto este dissera um dia «que não cria em Deus nosso Senhor se havia de pagar certo dinheiro a Pedro Dias, escrivão de Brás Afonso Correia, do conselho, do desembargo e corregedor em Lisboa», razão porque este fora preso e pedia perdão ao rei<sup>392</sup>. Também em agosto, mas de 1506, na carta de privilégio passada a Domingas Alvares, carniceira do rei, mulher de Fernão Vaz, carniceiro que fora do rei, mandava ao meirinho da corte que lhe desse pousada onde o rei estivesse, no caso do aposentador lha não querer dar<sup>393</sup>. O mesmo para Pedro Corchado, carniceiro real<sup>394</sup>. Em dezembro de 1515, é recebedor da coima de 300 reais para a relação, paga por Adrião Dias, tabelião em Lousa, perdoado por graça régia, pela fuga da cadeia, onde estivera preso<sup>395</sup>. Pelo mesmo motivo, fuga da prisão, perdoava o rei a Diogo Fernandes, morador em Almoester, desde este que pagasse 400 reais para as despesas da relação, recebidos por Aires Botelho, que então substituíra na função de

---

<sup>390</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 136/136v (Lisboa, 29/08/1498).

<sup>391</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 16 (Lisboa, 29/04/1500).

<sup>392</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 116v (Lisboa, 03/11/1501).

<sup>393</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 75/76 (Coimbra, 20/08/1506).

<sup>394</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 129 (Coimbra, 22/07/1507).

<sup>395</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 93v (Almeirim, 17/12/1515).



meirinho Afonso Botelho<sup>396</sup>. O último registo que temos em seu nome é relativo ao recebimento de 800 reais, pagos por Simão Fernandes, criado de Nuno Martins da Silveira, nomeado novamente recebedor das sisas do concelho de S. João de Areias, o que fez por Jorge de Oliveira, que os costumava receber<sup>397</sup>.

Aires Botelho, cavaleiro do rei, que exerceu temporariamente o cargo de meirinho da corte em 1515, é mencionado na chancelaria, como meirinho do paço<sup>398</sup>, num registo que foi efetuado em maio de 1504, no entanto a sua trajetória no aparelho da governação régia, inclui o exercício do cargo de feitor no resgate de Axem, na Guiné, durante os anos de 1505 e 1506<sup>399</sup>, de que fez quitação da quantia de setecentos e vinte e sete marcos e duas onças, três oitavas e quinze grãos em ouro dos artigos que vendeu. Como procurador de D. Rodrigo de Castro, vendeu 2.000 coroas aos filhos de D. Martinho da Silveira<sup>400</sup>. Em 1514, detêm o cargo de provedor das capelas, hospitais e órfãos, e de juiz e contador dos resíduos da comarca da Beira e Riba Coa<sup>401</sup>, lugar que ainda ocupará no final do reinado de D. Manuel I<sup>402</sup>, quando lhe é participado, que aos moradores da vila de Melo fora confirmada a isenção do terço que deveriam pagar pelo forno do pão. A mercê fora concedida a pedido dos próprios moradores, que alegaram ter esse privilégio por a vila não ter termo, nem rendas do concelho, ter menos de cem vizinhos e despesas como vila de 1.000 vizinhos. A isenção permitia-lhes arrendar o forno em favor da vila. Álvaro Rafael, cavaleiro da casa do rei, morador em Lisboa, é quem desempenha o ofício de meirinho do paço em 8 de março de 1513<sup>403</sup>, sendo substituído por Henrique Fernandes<sup>404</sup>, quando deixa o cargo pelo de alcaide-mor de Azamor<sup>405</sup>. Henrique Fernandes irá receber 1.000 reais mensais pelo desempenho, além de moradia, um alqueire de cevada da cevadaria e em cada ano um vestido da contia que ao rei bem parecesse.

---

<sup>396</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 96 (Almeirim, 17/12/1515).

<sup>397</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 88/88v (Beja, 09/01/1518).

<sup>398</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 45 (Almeirim, 04/05/1504).

<sup>399</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 93 (Almeirim, 17/12/1515).

<sup>400</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 50v (Lisboa, 10/05/1511).

<sup>401</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 173/173v (Lisboa, 25/02/1514).

<sup>402</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 78 8 (Lisboa, 15/11/1521).

<sup>403</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 54/54v (Évora, 08/03/1513).

<sup>404</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 183v (Lisboa, 17/03/1514).

<sup>405</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 53 (Lisboa, 30/09/1513).

## 2. CAPELA REAL

De entre os muitos temas que não têm tido a análise e interesse adequado pela historiografia portuguesa, a capela régia é um deles. Os poucos estudos publicados podem ser segmentados entre aqueles provenientes do memorialismo setecentista<sup>406</sup>, e aqueles que, mais recentemente, estudam a capela real na sua vertente musical, com maior incidência após o reinado de D. João V<sup>407</sup>, e alguns artigos publicados em revistas estrangeiras cujo foco é a capela real dos reis de Portugal, tomando como ponto de partida o início da segunda dinastia<sup>408</sup>, uma vez que muito pouco se sabe sobre a sua composição e modo de funcionamento durante a primeira dinastia. As fontes são parcas e só de forma indireta nos podemos permitir construir uma narrativa que traga alguma luz sobre esta temática, enquanto fator de prestígio religioso, social e de representação político-simbólica. Sendo o rei o representante de Deus na terra, «a casa do rei David era como a casa de Deus»<sup>409</sup>, o engrandecimento do seu poder passava pela solenização cada vez

---

<sup>406</sup> A grande maioria ainda se encontra em forma de manuscrito, cf. *Breve noticia dos privilegios da capella real e das honrarias que teem os ecclesiasticos que a ella pertencem*, Porto, Tipografia Ocidental, 1891, cf. Antonio Pereira de Figueiredo, *Memoria sobre a antiga origem da Capela Real dos Senhores Reis de Portugal até ser elevada em Cathedral Metropolitana e Patrearcado Pela Bulla. Anno da Santidade de Clemente XI em 1716*, [s.l.], [s.n.], 1801-1850, cf. *Origem da Capela Real, Patriarchal, e Sé de Lisboa*, [manuscrito], 1796.

<sup>407</sup> Cristina Fernandes, *O sistema produtivo da Música Sacra em Portugal no final do Antigo Regime: a Capela Real e a Patriarcal entre 1750 e 1807*, 2 vols., tese de doutoramento em Música e Musicologia, Universidade de Évora, 2010. Cf. Cristina Fernandes, *Patronos da arte dos sons: a actividade musical na Patriarcal e na Capela Real de Lisboa entre 1750 e 1807*, [s.l.], [s.n.], 2012, sep. da Revista *Invenire*, n.º 5 (2012). Cf. Maria Adriana de Matos Fernandes Latino, *Francisco Garro, mestre da Capela Real de Lisboa (ca. 1590-1623). O livro de antífonas, missas e motetes publicado em Lisboa em 1609*, 2 vols., dissertação de mestrado em Ciências Musicais, Universidade de Coimbra, 1992. Cf. Jorge de Oliveira Marques, *A Capela Real portuguesa e a música religiosa que nela foi cantada*, [s.l.], [s.n.], [s.d.]. Cf. Rui Miguel Cabral Lopes, *O vilancico na Capela Real portuguesa (1640-1716). O testemunho das fontes textuais*, 2 vols., tese de doutoramento em Música e Musicologia, Universidade de Évora, 2006. Sousa Viterbo escreveu uma série de opúsculos relacionados com os mestres da capela, desde o reinado de D. João II até ao reinado de D. José. Para o período em causa, Manuel Pedro Ferreira, «A música religiosa em Portugal por volta de 1500», *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 2.ª sessão, pp. 201-216 e *Antologia da Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*, vol. I – *Textos e ilustrações*, introdução, coordenação e direcção musical de Manuel Pedro Ferreira, Lisboa, Arte das Musas, 2008, em especial os capítulos relativos à nova trova palaciana, a música teatral e as polifonias simples e o repertório latino nos círculos cortesões na época manuelina.

<sup>408</sup> Diogo Ramada Curto, «A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII)», *Revista da Faculdade de Letras*, série Línguas e literaturas, anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII [...], pp. 143-154. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, «The Royal Chapel during the reign of King João I (1385-1433): the role of its clergymen», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. LXII, Núm. 128 (enero-diciembre 2015), pp. 83-105, Santiago de Compostela, Consejo Superior De Investigaciones Científicas, 2015. Cf. Rita Costa-Gomes, «The Royal Chapel in Iberia: Models, Contacts, and Influences», *The Medieval History Journal*, 12, 1 (2009), pp. 77-111, Los Angeles, Sage Publications, 2009, que também aborda o tema no seu livro *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média* [...].

<sup>409</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei. De Republica gubernanda per regem* [...], p. 67.

maior do serviço litúrgico do paço. Ana Maria Alves deu-nos conta da forma como o rei é beneficiado com o paralelismo que existia, na prática, entre «regras e imagens que ligam indissolavelmente o Rei a Deus e Deus à monarquia [...] porém, quando o Rei penetra no recinto sacro, esse paralelismo revela os seus limites»<sup>410</sup>. Esta ligação da capela real como local privilegiado, simultaneamente, do culto divino e do culto do monarca, reforça a reverência que os nossos reis tiveram para com a igreja, mas ao mesmo tempo eleva-o, aos olhos dos que com ele partilham o espaço sagrado, a essa mesma divindade. Num ambiente social e mental em que a devoção religiosa imperava, os monarcas portugueses foram escolhendo locais específicos para a prática das suas rotinas cultuais, cuja ascendência sobre outros era o facto de serem designados servirem como capela real, a qual teve por incumbência organizar as celebrações religiosas a que assistia o rei, a família real, e os nobres e eclesiásticos que se encontrassem de momento na corte, notabilizando-se, séculos mais tarde, pela qualidade da música e das pregações apresentadas nessas ocasiões.

É plausível que, nos primórdios da primeira dinastia, a capela real fosse considerada como o local onde se rezava missa e se cantavam responsos, por alma do doador ou da sua família, em certo número e determinado tempo, sendo a mesma dotada de bens próprios que supriam os encargos com o número de religiosos que nela serviam<sup>411</sup>. D. Afonso Henriques instituiu a sua capela real na igreja de Santa Maria de Guimarães<sup>412</sup>, mais tarde chamada de Santa Maria da Oliveira, templo que já fora capela real dos condes portucalenses<sup>413</sup>, local que lhe era de especial devoção, onde, segundo rezam as crónicas, assistiu a uma missa dita no seu altar, onde estavam postas as suas armas, antes de partir além Tejo a fazer guerra aos mouros e ser alevantado como rei. Conta-se que, acabada a missa, pediu as suas armas e, invocando a Virgem, rogou-lhe que o guiasse à vitória «para ganhar nome de rei e reino»<sup>414</sup>. A colegiada de Santa Maria

---

<sup>410</sup> Ana Maria Alves, *Iconografia do poder Real no Período Manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 71.

<sup>411</sup> A constituição de capelas e morgados por várias famílias levou a que se instalasse alguma confusão sobre o fim último dos mesmos, e sobre a utilização dos rendimentos que lhes estavam associados. Os morgados tinham um destino puramente profano e as capelas deviam manter um cunho essencialmente eclesiástico, o que levou a que no reinado de D. Manuel I se colocasse em letra de lei, a distinção entre elas, cf. *Ordenações Manuelinas* [...], livro II, tít. XXXV, §50.

<sup>412</sup> José Marques, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 517.

<sup>413</sup> Maria Adelaide Pereira de Moraes, *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, edição da autora, 1998, p. 16.

<sup>414</sup> Maria Adelaide Pereira de Moraes, *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira* [...], p. 17.

da Oliveira, com a primazia das colegiadas, e com data de criação entre 1107 e 1110<sup>415</sup>, foi sempre acarinhada pelos monarcas portugueses, que a proveram de doações e deixando em testamento verbas para que fossem rezadas missas por suas almas, tendo sido visitada por muitos<sup>416</sup>, ou não fosse o local centro de milagres e peregrinações. D. João I deslocou-se a Santa Maria da Oliveira, a pé<sup>417</sup>, após vencer a batalha de Aljubarrota, em ação de graça e de júbilo, pela proteção que lhe fora concedida pela Senhora, tendo mandado reconstruir a igreja e oferecido à colegiada o pelote usado na supradita batalha<sup>418</sup>. Embora a tradição oral mantenha como «verdade indiscutível» que D. Afonso Henriques nasceu em Guimarães e foi batizado na igreja de S. Miguel, próxima do castelo, onde hipoteticamente viveriam os seus pais, investigação recente<sup>419</sup> propõe que o conde D. Henrique teve paço na zona baixa de Guimarães, próximo da igreja de Santa Maria, sendo esse o motivo da instituição nessa igreja da sua capela real. Fazendo fé em frei Bernardo de Brito, o local religioso adstrito ao paço fora introduzido pelos reis suevos, cujos capelães mores do reino eram os bispos de Dume, no que é secundado por João Bautista de Castro que refere que esse costume foi introduzido pela monarquia sueva, dando conta que no Concílio de Lugo, que teve lugar em 569, o rei Teodomiro teria por capelão mor o bispo de Dume, cujos fregueses se compunham pela família do paço e respetiva criadagem<sup>420</sup>. No entanto, prossegue frei Bernardo, como os reis passaram a ter residência fora dos muros da cidade onde residia o bispo, o capelão mor deslocava-se à corte e fazia as missas pontifícias na capela real. Com a mudança da corte para Coimbra, servia de capela real o mosteiro de Santa Cruz e depois a igreja de S. Miguel, situada no paço da cidade. Rumando a corte mais para sul, assumia funções de capela real quando a corte estanciava em Santarém, a colegiada de Santa Maria da Alcáçova, as de S. Bartolomeu e S. Martinho, quando residia na alcáçova do Castelo em

---

<sup>415</sup> José Marques, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV* [...], p. 517. A segunda colegiada a ser criada foi a de Santa Maria da Alcáçova, em Santarém, que foi também a primeira igreja construída pela Ordem do Templo em Portugal.

<sup>416</sup> Maria Adelaide Pereira de Moraes, *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira* [...], p. 22.

<sup>417</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*. Segundo o códice inédito CIII/I-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontado com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica existentes nas bibliotecas da U. de Coimbra e Municipal do Porto, vol. II, [s.l.], Livraria Civilização, imp. 1990, cap. LXI, p. 161.

<sup>418</sup> Na comemoração da batalha de Aljubarrota, a 14 de agosto, era feita procissão seguida de missa, durante a qual se expunha o pelote, cf. Manuel Alves de Oliveira, «A insigne e real colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades», *I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978), 19 a 23 de junho de 1979. Actas, vol. II, pp. 423-437, Guimarães, Comissão organizadora do congresso, 1982, p. 429.

<sup>419</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de Elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989, pp. 14-15.

<sup>420</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* [...], tomo I, parte I e II, p. 164.

Lisboa, ou a de Nossa Senhora de Escada, junto ao mosteiro de S. Domingos<sup>421</sup>. D. Sancho I, no seu testamento refere-se à sua capela ao fazer uma doação ao mosteiro de Santa Cruz «em que mando sepultar meu corpo, dou dez mil [maravedis], com mais a minha capella, e minha copa de ouro, para que façam dela uma cruz e um cálice»<sup>422</sup>, sem situar o local. Rita Costa Gomes, baseando-se no trabalho de Josef Fleckenstein sobre a corte imperial alemã, refere três realidades que o conceito «capela real», pode tomar: a) a coleta de relíquias e objetos litúrgicos colecionados pelo monarcas e utilizados no culto, b) o grupo de clérigos que se dedicam à prática do culto religioso integrando o séquito real, e finalmente, c) o espaço físico que lhe está circunscrito no paço real<sup>423</sup>, o que nos pode levar a inferir que a capela referida no testamento pode ser circunscrita aos objetos de culto, passíveis de ser transformados (derretidos) em outros objetos de culto, no caso, uma cruz e um cálice.

António Caetano do Amaral remonta a D. Dinis a criação no paço da Alcáçova, sito em Lisboa, no castelo, de uma capela real dedicada a S. Miguel<sup>424</sup>, onde diariamente se rezassem as horas canónicas e houvesse missa, mesmo na ausência do rei<sup>425</sup>, regulamentando a instituição, obrigações e ordenado que devia receber o capelão da capela real<sup>426</sup>. Ato idêntico produziu seu filho quando instituiu uma capela na Sé de Lisboa para si e sua mulher, D. Beatriz, publicando um regimento e uma ordenação para ela<sup>427</sup>, pedindo ao Papa dispensa para dez capelães que o servissem no que foi seguido por seu filho, D. Pedro, com o pedido para doze clérigos que estivessem ao seu serviço e por ele escolhidos, não necessitando de residir nos locais onde tivessem os benefícios<sup>428</sup>. Mas não só no paço do castelo existia capela. Noutros locais, onde o rei estanciava de forma mais permanente, também existia capela associada. Nos paços que D. Dinis mandou construir perto de Frielas, foi instituída uma capela em honra de Santa

---

<sup>421</sup> Cláudio da Conceição, O.F.M., *Gabinete Histórico. Desde 1745 a 1750*, tomo X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1823, p. 128.

<sup>422</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo I, p. 18.

<sup>423</sup> Rita Costa-Gomes, «The Royal Chapel in Iberia: Models, Contacts, and Influences» [...], p. 81.

<sup>424</sup> Carta de D. Dinis, pela qual ordenava que houvesse um capelão na sua capela real de S. Miguel, nos paços do Castelo, cf. Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta I, mç. 6, n.º 9 (Lisboa, 10/01/1299).

<sup>425</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, reimpressão da nova edição revista, vol. I, Lisboa, Quid Novis/Público/Academia Portuguesa de História, 2007, p. 133.

<sup>426</sup> «Instituição e obrigação e ordenado que devia receber o capelão de S. Miguel dos Paços do Castelo», cf. Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XIX, mç. 7, n.º 27 (Lisboa, 10/01/1299).

<sup>427</sup> Instituição de uma capela na Sé de Lisboa por D. Afonso IV e sua mulher, D. Beatriz, cf. Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta I, mç. 3, n.º 18 (Porto, 25/06/1342). Regimento e ordenação das capelas de D. Afonso IV, cf. Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta I, mç. 6, n.º 16 (Porto, 25/06/1342).

<sup>428</sup> Rita Costa-Gomes, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média* [...], p. 110.

Catarina<sup>429</sup>. Nos de Sintra também existiu uma capela integrada na mole edificada<sup>430</sup> dedicada a S. Miguel. Nestes paços indica D. Duarte, no seu *Livro dos Conselhos*, a existência de vários espaços de oração. O primeiro, «a casinha de rezar que tem o mijatório»<sup>431</sup> de três por três côvados<sup>432</sup>, junto ao quarto onde dormia D. João I, «uma casa de rezar» de quatro por três côvados, «uma casa de rezar onde antes estava a privada» de nove por três côvados, «uma casa de meos onde se dizia a missa» de dez por oito côvados, a capela real, de desenho cruciforme, com vinte por dez côvados no corpo principal, a capela-mor medindo sete por oito côvados, o coro de idêntica dimensão à capela-mor, o cruzeiro acrescentando mais dois côvados para cada lado e o tesouro com dez por oito côvados.

Será com D. Duarte que teremos o que pode ser considerado como o primeiro regimento da capela real<sup>433</sup>. Homem extremamente religioso<sup>434</sup> e metódico, escreveu uma «Ordenação dos tempos que avia de despachar e como»<sup>435</sup>, em que subordina toda a atividade relacionada com os assuntos do reino ao cumprimento da componente litúrgica: missa cantada ao romper da manhã, confissão às terças e quintas, o domingo e dias santos dedicados ao sagrado, vários jejuns que limitavam a atividade diária do despacho, rezar

---

<sup>429</sup> Carta pela qual D. Dinis mandou fazer nas suas casas de Frielas uma capela de invocação de Santa Catarina, cf. Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta I, mç. 4, n.º 7 (Frielas, 06/07/1313).

<sup>430</sup> António Caetano do Amaral, *Memórias V, para a história da legislação e costumes em Portugal [...]*, p. 192, nota b).

<sup>431</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, transcrição de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 166. Destinado à oração individual e intimista, o oratório, é um local indicado por D. Duarte para ler bons livros e elevar a mente para pensamentos virtuosos, daí se compreende esta junção de espaços de aparente contradição, mas ligados pelo sentido da intimidade absoluta, cf. D. Duarte, *Leal Conselheiro*, actualização ortográfica, introdução e notas de João Morais Barbosa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 356 e José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses [...]*, p. 30.

<sup>432</sup> A medida utilizada, o «côvado de medir pano», teria 66cm, cf. Mário Jorge Barroca, «Medidas-padrão medievais portuguesas», *Revista da Faculdade de Letras, História*, 2.ª série, vol. IX, pp. 53-85, Porto, 1992, p. 55.

<sup>433</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro [...]*, pp. 409-412. Em 2011 foi publicada uma edição electrónica com o estabelecimento crítico do texto dirigida por João Dionísio, cf. D. Duarte, *Leal Conselheiro*, edição electrónica do texto, João Dionísio (edição), University of Wisconsin-Madison/CLUL-FLUL, 2012, disponível em: <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt.LealConsel>.

<sup>434</sup> Como escreveu Luís Miguel Duarte, «todos os filhos de D. João I e D. Filipa de Lencastre exibem uma sólida cultura religiosa», cf. Luís Miguel Duarte, *D. Duarte. Requiem para um rei triste*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p. 80. D. Filipa de Lencastre trouxe consigo a prática do rito de Salisbúria, mais complexo que o ritual romano, em uso em terras portuguesas, que ela e seu filho Fernando, seguiram até ao momento da sua morte, ver Manuela Santos Silva, *Filipa de Lencastre. A rainha inglesa de Portugal*, [Rio de Mouro], Círculo de Leitores, 2012, pp. 164-168, e Manuela Santos Silva, «Tendências e agentes espirituais da capela régia de D. Filipa de Lencastre» *Raízes medievais do Brasil Moderno. Ordens religiosas entre Portugal e o Brasil*, coordenação de João Marinho dos Santos e Manuela Mendonça, pp. 70-81, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2012.

<sup>435</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos [...]*, pp. 11-20, que se julga ter sido escrita no ano em que D. Duarte ascendeu ao trono.

ou fazer leituras espirituais a sós algumas vezes ao dia<sup>436</sup>. Não é por isso de estranhar que emanem dele vários documentos relacionados com a capela real e com a sua postura perante a fé. Dois dos documentos, «Do rregimento que se deve teer na capeella pera seer bem regida»<sup>437</sup> e «Do tempo que se deteem nos officios da capeella»<sup>438</sup> dirigem-se ao bom funcionamento da capela real. Um terceiro, «Ordenança que o Ifante manda ter aos seus capelões em os tempos que cada hũr há de servir»<sup>439</sup> regulamenta a atividade anual dos capelães. Deixou também várias listas de esmolas que o rei costumava dar em várias festas do ano<sup>440</sup> e versões anotadas do Padre Nosso<sup>441</sup>.

O primeiro dos documentos citados regulamenta, em trinta artigos, a atitude a ser seguida pelos vários intervenientes no decorrer do ofício na capela e a ação e atuação do coro. O facto de dois terços dos itens versarem sobre a temática musical, dá-nos a noção da importância que o uso do canto exercia no decorrer do ofício divino. O segundo documento, qualifica temporalmente a prática litúrgica, estabelecendo vinte e sete tipos de cerimónia, atribuindo a cada um deles, um tempo razoável de execução<sup>442</sup>, tipificando os ofícios pela sua natureza e duração. Os mais longos, que decorriam por um espaço de cinco horas, eram os ofícios da noite de Natal e o do sábado véspera da Páscoa. O Domingo de Ramos compreendia a mesma extensão de tempo, mas incluía procissão. Com três horas são várias as solenidades: ofício da Purificação, ofícios de Trevas, ofício da sexta-feira de Endoenças. Nas missas, a mais curta, meia hora, era só rezada. Caso fosse cantada, o tempo duplicava, alongando-se para hora e meia caso fosse dita por um bispo.

Quatro personagens eram imprescindíveis para que a capela funcionasse: o capelão mor, o mestre da capela, o tenor e o mestre dos moços. Quando o rei se deslocava à capela, todos deveriam ser avisados para estarem presentes com alguma antecedência, para que o senhor não esperasse por eles, e nos seus lugares, de forma a desempenharem corretamente o papel a cada um atribuído, fosse na leitura, fosse no canto. O silêncio em toda a igreja devia ser a norma, não sendo permitido rir ou escarnecer enquanto durasse o ofício, o que era de todo inadmissível aos capelães e aos moços da capela. Nas festas

---

<sup>436</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], p. 356.

<sup>437</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], pp. 209-212, também publicado no *Leal Conselheiro* [...], pp. 409-412.

<sup>438</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], pp. 215-217, também publicado no *Leal Conselheiro* [...], pp. 413-415.

<sup>439</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], pp. 213-214.

<sup>440</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], pp. 218-219 e pp. 230-231.

<sup>441</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], pp. 220-221 e p. 245.

<sup>442</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], pp. 413-415.

especiais, o capelão mor ou alguém em seu lugar, devia perguntar ao rei «onde e como quer ouvir o ofício, e os corregimentos de que se haverá em eles de servir»<sup>443</sup> A capela devia estar provida de bons ornamentos para a prática religiosa, e quando o rei se apercebesse que algo não estava no seu lugar, deveria mandar corrigir de imediato. Deste regimento elaborado por D. Duarte, percebe-se que se procura organizar a liturgia e o canto, fixando as funções de um conjunto especializado de clérigos, enquadrando o espaço religioso numa estrutura para uso do rei e da corte<sup>444</sup>. Durante a regência do infante D. Pedro, foi pedido ao deão da capela régia inglesa para compor um regulamento «Liber Regie Capelle» para a capela, o qual para além da descrição dos vários rituais praticados em Inglaterra, incluía a organização e hierarquia interna<sup>445</sup>, e que aumentava para quarenta e nove o número de indivíduos adstritos ao funcionamento da capela. Com D. Afonso V, é pedido ao Papa Eugénio IV, que a capela real tivesse um número fixo de capelães que pudessem rezar em coro, institucionalizando canonicamente a capela real. É também de D. Afonso V a «Detriminação do Conselho d'ElRey acerca da maneira que se aja de ter com os Embaixadores dos Rex e Principes estramjeiros, que a sua Corte vierem, asy acerca do assentamento em sua Capela como das outras cerimonias»<sup>446</sup> de que nos ficou um diagrama da disposição dos assentos na capela real, datada de 1471.

---

<sup>443</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], p. 412.

<sup>444</sup> Ivo Carneiro de Sousa, «Capela Real», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira Azevedo, vol. A-C, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p. 286.

<sup>445</sup> Rita Costa-Gomes, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média* [...], p. 111.

<sup>446</sup> «Livro Vermelho do Senhor rey D. Affonso V» [...], tomo III, pp. 420-421.



Figura n.º 1

Ordem dos assentos



Ordem dos Assentos na Capella Real segundo as Dignidades.  
1. Tribuna d'El Rey. 3. Assento dos Pelados. 5. Assento dos Duques.  
2. Assento dos Príncipes Infantes. 4. Assento dos Embaixadores. 6. Assento dos Condes e de Conselho.

Fonte: *Livro Vermelho*, extra-texto, pp. 424-425.

Esta representação gráfica regista o aparato e a dimensão áulica, hierarquizando as funções de representação de soberania e da estrutura de precedência na sociedade estamental portuguesa<sup>447</sup>. O rei encontrava-se sentado na tribuna, rodeado por elementos da família real ou aqueles a que tinha sido dado o privilégio de o acompanhar<sup>448</sup>. Na tribuna existia uma cortina, que consoante a qualidade das pessoas que aí se encontravam, se encontrava corrida, isolando do contacto visual o rei e os seus acompanhantes, ou alçada, situação usada quando o rei era acompanhado da rainha<sup>449</sup>. Da parte de fora da cortina encontrava-se um pajem a segurar o livro<sup>450</sup> pelo qual o rei seguia o ofício. A

<sup>447</sup> Ivo Carneiro de Sousa, «Capela Real» [...], p. 287.

<sup>448</sup> Nas cortes de 1499, na cerimónia de obediência e juramento do príncipe D. Miguel, encontravam-se dentro da cortina, acompanhando o rei, o Conde de Alcoutim, primo do rei, o duque de Bragança, sobrinho do rei, o mestre de Avis e de Santiago, o filho do duque de Viseu, sobrinho do rei e o marquês de Vila Real, primo do rei, cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)* [...], pp. 18-19.

<sup>449</sup> João Bautista de Castro, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno* [...], tomo III, parte V, p. 167.

<sup>450</sup> Durante o século XV, tornaram-se vulgares os livros manuscritos que reproduziam partes do breviário eclesiástico, ao qual se juntaram, a pedido de quem encomendava a obra, orações, ladainhas, rezas, que não pertenciam à reza oficial da Igreja, cf. Mário Martins, S. J., *Guia geral das Horas del-rei D. Duarte*, Lisboa, Editorial Brotéria, 1971, p. 31. Alguns destes livros manuscritos, chamados *Livros de Horas*, constituem monumentos de elevada qualidade artística no campo da iluminura e por eles podemos compreender a matriz devocional de quem o encomendou.

distribuição espacial, dos outros assistentes dentro da capela, era determinada pela tribuna, a qual se posicionava do lado do evangelho. Do lado a epístola ficava o banco dos prelados, o mais perto possível do altar. O banco dos embaixadores seria colocado na continuação, mas de forma a que não vissem para o interior da tribuna, quando a cortina estivesse levantada. Os bancos dos duques e condes ficariam atrás da tribuna, entre esta e o coro.

D. João II obteve licença pontifícia de Alexandre VI, para que na capela régia se rezassem quotidianamente as horas canónicas<sup>451</sup>, como nos transmitiu Garcia de Resende:

«De cómo el-rey ordenou que em sua capella se rezassem as oras canonicas come ygreja cathedral, e do que se passou com a dayam. Porque todos reys passados, assi el-rey atee este tempo em suas capelas nam se fazia mais do que dizerem-lhe missas e besporas quando as ahí queriam ouvir, e os capelaes diziam missas nas ygrejas onde queriam, e as oras rezavam em suas pousadas, e aas vezes nas estribarias vendo curar sus mulas e el-rey como era Catolico e muito devoto e amigo de Deos, por se os officios divinos fazerem com mais perfeiçam, estando aquí em Evora neste anno ordenou e faz que todos suas capelaes, cantores e moços da capela rezassem as oras solenemente em sua capella cantadas como ygreja cathedral. E assi mandou logo pera ysso fazer seus coros e assentos e muytos ornamentos e todas has cousas necessárias muy perfeitas e em grande avondança. E por que ouvessem cotidianas distribuyçoes e pos na ordem e regimento em que ora está que he a melhor servida capella que rey Christao tem»<sup>452</sup>.

O programa urbanístico manuelino, que requalificou a beira rio e o espaço central lisboeta, fomentou a edificação de novas construções, entre elas o paço da Ribeira, cuja construção arrancou no início do século XVI<sup>453</sup>. Integrado nesse novo paço, foi construída a capela real, que de acordo com relatos da época era a vários títulos excepcional<sup>454</sup>. Era marcada por um portal esculpido de grandes dimensões, que seria lateral à disposição da capela, a qual estaria orientada nascente poente. Era da invocação do apóstolo S. Tomé<sup>455</sup>, partilhada com os funcionários da casa da Índia, que usavam uma entrada própria para aceder ao templo e contribuía para a sua manutenção, existindo uma divisão no paço

---

<sup>451</sup> As horas canónicas são: matinas, laudes, prima, terça, sexta, noa, vésperas, completas.

<sup>452</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXCI, p. 262-263.

<sup>453</sup> Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581* [...], p. 54.

<sup>454</sup> Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581* [...], p. 160.

<sup>455</sup> Nuno Senos chama a atenção para o facto de ser tradição nas capelas reais serem da evocação de S. Miguel (o arcanjo que recebe as almas dos santos e as conduz ao paraíso), o que implicitamente o leva a deduzir que a escolha do apóstolo das Índias não foi acidental nem inocente, cf. Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581* [...], p. 160.

real que se abria em tribuna sobre a nave, onde o rei assistia à missa. Na senda dos seus antecessores, D. Manuel I rogou, e obteve, do papado vários privilégios para a capela real. Em dezembro de 1514, o Papa Leão X, por bula, concedeu ao capelão mor a jurisdição cível e crime, sobre todos os capelães e clérigos que pertencessem ao serviço real, e a nomeação de todos os benefícios e igrejas do padroado real<sup>456</sup>. Em julho de 1515, um breve do mesmo Papa concedeu ser o capelão mor juiz nas causas tocantes às igrejas de apresentação régia, e nas dos clérigos que recebessem moradia ou servissem em algum cargo por mandado real<sup>457</sup>. Outro breve do mesmo pontífice, datado de 1518, dá poder ao capelão mor para absolver os governadores e corregedores das comarcas, das excomunhões impostas pelo clero regular<sup>458</sup>. Neste campo, o das excomunhões, o mesmo Papa emitiu um breve, mais tarde confirmado por Júlio III, para que nenhum prelado pusesse interdito no reino, sem que a causa dele fosse examinada primeiro pelo capelão mor, e caso fosse aprovada, ficasse sobre a sua consciência<sup>459</sup>. Num âmbito de intervenção da justiça régia, ficava consignado, por breve de 1519, ao capelão mor, agir contra os clérigos que fossem apanhados a caçar nas coutadas reais<sup>460</sup>. Estes documentos papais privilegiavam o facto de os clérigos da capela estarem ao serviço dos monarcas, ou seja, servirem a pessoa do governante não estando vinculados a um espaço particular<sup>461</sup>. As suas funções foram acima de tudo, de natureza religiosa, apesar do aspeto «pessoal» do seu serviço, bem expressa pela liberdade de escolha dos monarcas de quais os clérigos que se tornariam parte de suas capelas. Assim, as práticas religiosas dos capelães reais eram, às vezes, realizadas em outras igrejas, como igrejas monásticas ou mesmo catedrais, assim como em outros espaços das residências reais, além das capelas palatinas, atestando a natureza não residente do seu serviço<sup>462</sup>.

Homem muito religioso, D. Manuel I para além de utilizar amiúde a capela do paço da Ribeira, também chamada capela de S. Tomé<sup>463</sup>, em alguns domingos e dias

---

<sup>456</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 245.

<sup>457</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 247.

<sup>458</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 249.

<sup>459</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 251.

<sup>460</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 250.

<sup>461</sup> Em documento do reinado de D. João III, escreve-se que «*A cappella del Rey amda sempre com el Rey a qual estaa nos paços avemdo ygreja nelles, E não avemdo determina el Rey com ho capellão moor aomde seia temdo sempre respeito com a ygreja que estaa mais perto pera nella Rezarem as oras os capellães asi del Rey como da Raynha e iffantes*», cf. José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real. Um manual litúrgico de D. Maria de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 52.

<sup>462</sup> Rita Costa-Gomes, «The Royal Chapel in Iberia: Models, Contacts, and Influences» [...], p. 83.

<sup>463</sup> A capela real era frequentemente de evocação de S. Miguel, veja-se a dos paços de Guimarães, Coimbra ou Lisboa. A inovação no nome da capela no paço da Ribeira, pode dever-se ao facto de ser uma capela

santos, ouvia missa nas igrejas ou mosteiros das cidades e vilas onde se encontrava. Cumpria os jejuns todas as sextas feiras do ano a pão e água<sup>464</sup> e participava em todas as solenidades e festas da igreja. Nos três dias antes da Ressurreição, altura em que o Santíssimo Sacramento estava encerrado, dormia aos pés do altar, no chão, sem se despir durante esse período<sup>465</sup>. Esta atitude devocional do rei, de humildade perante Deus, não invalida que a capela, como todos os espaços do paço, não fosse um local de hierarquia, onde o rei, na tribuna, se colocava numa posição superior em relação aos demais intervenientes na cerimónia de culto, ou quando distinguia alguém, privilegiando-o a participar na missa no interior da cortina, que também o isola, diferenciando-o dos demais<sup>466</sup>.

Do seu reinado não nos chegou qualquer regimento da capela real, mas num documento pertencente ao espólio levado para Parma pela infanta D. Maria<sup>467</sup>, sua neta, filha do infante D. Duarte, encontramos um manuscrito com o cerimonial da capela real, junto com outros documentos, alguns impressos, caso da missa e ofício de Nossa Senhora, música de alguns ritos ancestrais e uma carta padrão datada de 1534, mandada fazer por D. João III determinando as quantias de acrescentamento ao ordenado que recebiam os membros da sua capela para «terem com que melhor» o servissem<sup>468</sup>. Podemos dividir a temática abordado no documento em seis grandes blocos: a carta de D. João III<sup>469</sup> que trata dos valores devidos à capela real por cada tipo de cerimónia nela realizada, um calendário litúrgico onde se assinalam as datas consagradas mais importantes, as

---

partilhada pela família real e a Casa da Índia, e S. Tomé ser o apóstolo que demandou a Índia para a evangelizar, cf. Nuno Senos, «A coroa e a igreja de quinhentos», *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, tomo XV, pp. 97-117, Lisboa, 2003, p. 107. Ver também Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz, «A lenda de S. Tomé apóstolo e a expansão portuguesa», *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, tomo III, Lisboa, 1991, pp. 349-418.

<sup>464</sup> Diz o cronista que a pão e água só até aos quarenta anos. Depois dessa idade só não comia «conduto», cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 227.

<sup>465</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p.230.

<sup>466</sup> Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581* [...], p. 162. No auto de juramento do príncipe D. Miguel, o rei encontrava-se sentado, dentro da cortina, numa cadeira baixa. De pé, à sua frente, o conde de Alcoutim com o estoque real, do lado direito, o duque de Bragança, o futuro duque de Coimbra, o filho do duque de Viseu e o marquês de Vila Real, cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)* [...], p. 18. Outro exemplo é a partida de Cabral para a Índia. Dita missa pontifical no mosteiro de Belém, a que o rei assistiu dentro da cortina tendo junto a si Pedro Alvares Cabral, foi feita pregação pelo bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz, que no final da missa benzeu uma bandeira onde estavam pintadas as armas reais do reino, que o rei entregou a Alvares Cabral, cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LIV, p. 127.

<sup>467</sup> O mesmo espólio que integrava o *Livro de Cozinha* da infanta D. Maria.

<sup>468</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 37.

<sup>469</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 19, fl. 90v (Évora, 17/01/1533), transcrito por Sousa Viterbo, «Os mestres da Capela Real nos reinados de D. João III e D. Sebastião», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. V, pp. 57-59.

cerimónias diárias e festivas, a disposição da capela nessas cerimónias, os oficiais da capela e suas competências e no fim, as composições musicais que nela se ouviam.

Quadro n.º 3

Valores das contribuições atribuídas antes de 1532

Por dia	1000 rs.
Matinas cantadas nos seguintes dias: primeiro de janeiro, Nossa Senhora das Candeias, Nossa Senhora de Março, Ascensão, Santa Cruz de maio, Trindade, Santo António (caso o rei esteja presente), S. Vicente, S. João Batista, S. Pedro e S. Paulo, S. Tiago, Nossa Senhora de setembro, Todos os Santos, Senhora da Conceição, Senhora antes do Natal	600 rs.
Para a consoada de todos os dias da Quaresma, de todos os sábados do ano, das vésperas cantadas a pedido do rei	100 rs.
Para a consoada de Natal	4000 rs.
Missa Nova (o capelão que disser a missa terá 2000 <sup>470</sup> , à parte, para si, do rei, outro tanto da rainha e do príncipe, caso estivessem presentes)	12000 rs.
No dia de Natal, Páscoa e Pentecostes	2000 rs.
No dia de Reis	1 cruzado <sup>471</sup>
Nossa Senhora de Agosto (o valor dobrava caso a rainha estivesse presente e triplicava caso estivesse também o príncipe)	600 rs.
Dia de Reis	6000 rs. <sup>472</sup>
No dia de nascimento do rei, da rainha e do príncipe	Cruzados iguais aos aniversários, mais um
Dia de Finados	1000 rs

Fonte: José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 37-40.

<sup>470</sup> Recebia também um «vestido do tesouro», no valor que o rei decidisse. O pagamento em géneros era trocado por uma verba pecuniária.

<sup>471</sup> Os cruzados valiam 400 reais cada um, cf. Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, introdução, actualização e notas de Francisco Lourenço Vaz, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 165.

<sup>472</sup> Nesse dia o rei era pesado e peso idêntico em cera era entregue à capela real. O monarca substitui esse ritual simbólico por um valor em dinheiro.

Quadro n.º 4

Valores das contribuições atribuídas depois de 1532

Dia de Reis (o valor dobrava caso a rainha estivesse presente e triplicava caso estivesse também o príncipe)	2000 rs. <sup>473</sup>
Nossa Senhora de Agosto (o valor dobrava caso a rainha estivesse presente e triplicava caso estivesse também o príncipe)	2000 rs. <sup>474</sup>
Sexta Feira de Endoenças, recordando as trinta moedas de Judas	30 cruzados
Todos os dias de Nosso Senhor, Nossa Senhora, da Cruz e dia de Todos os Santos	3 cruzados
Dia pontifical de Santos, com missa pontifical	2 cruzados
Domingos e dias santos, com missa cantada	1 cruzado
Quintas e sábados, entre a Páscoa e a Ascensão	200 rs.
Os três dias de Endoenças, Domingo de Páscoa, Pentecostes, Nossa Senhora de Agosto, Natal e dia de Reis	1000 rs
Todos os dias de Nosso Senhor, Nossa Senhora, da Cruz e dia de Todos os Santos, com missa pontifical	500 rs
Dia de Finados	1000 rs.
Dia de batismo dos infantes	100 cruzados
Exéquias por falecimento de infante	50 cruzados
Cada dia, desde o dia de Todos os Santos até quarta feira de Trevas, para as matinas	4 contos <sup>475</sup>
Nos três dias de Endoenças e no dia de Natal, para as matinas	48 contos <sup>476</sup>

Fonte: José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 37-40.

<sup>473</sup> Inclui o cruzado já atribuído.

<sup>474</sup> Inclui os 700 reais atribuídos.

<sup>475</sup> Entregues pelo guarda reposte.

<sup>476</sup> Entregues pelo guarda reposte.

Quadro n.º 5  
Outros valores e dádivas

Valor mensal para pagamento dos oficiais: chantre, apontador, contador, recebedor	1200 rs
Valor anual para gastos da madeira dos estrados e altares, do cruzeiro das Endoenças e do castiçal para o círio da Páscoa	2000 rs.
Valor mensal para hóstias e vinho	300 rs
Ficaria com a cera ardida que se derretia na capela e em todo o ano, tudo o que sobrasse dos círios grandes das Endoenças, dos dois círios da cruz, do círio pascal, da mão de Judas e da serpentina	
No dia da Senhora das Candeias e no dia de Páscoa, o rei daria velas a todas as pessoas que participassem nas procissões que saíssem da capela, de acordo com as suas qualidades	

Fonte: José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 37-40.

## 2.1. LITURGIA

«A cappella del Rey amda sempre com el Rey a qual estaa nos pacos auendo egreja nelles»<sup>477</sup>. A celebração da liturgia era feita ao longo do dia por um corpo de capelães, moços da capela, músicos e cantores no espaço consagrado escolhido, que podia ser a igreja do paço ou, não existindo esta, o rei e o capelão mor, selecionavam aquela que estivesse mais próxima do local onde o rei residia. A exceção a estes locais ocorria sempre que o rei determinava que a missa tivesse lugar na sala e não no espaço sagrado<sup>478</sup>. Rezavam-se na capela, todos os dias, várias missas<sup>479</sup>, e as horas canónicas, iniciando-se os ofícios com o rezar das matinas<sup>480</sup>. Rezadas eram também a sexta e a noa e as

<sup>477</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 52.

<sup>478</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 60.

<sup>479</sup> No caso da capela real de D. João III, rezavam-se duas dos Anjos, uma por D. Manuel I, outra da rainha D. Maria, uma de S. Sebastião, duas dos fiéis defuntos e finalmente outra em honra de D. João III, cf. José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 52. As missas, caso fossem presididas por um bispo, adquiriam o estatuto de missa pontifical.

<sup>480</sup> Desde a Páscoa até ao primeiro de outubro as matinas rezavam-se às seis horas da manhã. Daí até à Páscoa eram rezadas às sete horas. As vésperas eram cantadas às quinze horas, cf. José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 57.



completas. As horas prima, terça e vésperas eram cantadas. Para rezar as horas do dia e as horas de Nossa Senhora, os capelães e os cantores guiavam-se pelo breviário das nove lições<sup>481</sup> e envergavam um sobrepeliz, não sendo permitido ao capelão ou capelães cantores estarem na capela com «loba»<sup>482</sup> aberta ou com «manteo»<sup>483</sup>, serem portadores de anéis nos dedos ou com as mãos enluvadas, sendo também interditado aos cantores leigos, moços da capela ou da estante, terem sombreros na cabeça<sup>484</sup>. Os capelães presentes nas horas da capela seguiam um procedimento que constava no seguinte: nas horas de Nossa Senhora estavam de pé e de igual forma nas horas do dia, nos hinos, em todos os *Gloria Patri* de todos os salmos, nas antífonas, orações e capítulos, no *Magnificat*, *Benedictus* e *Te Deum laudamus*, ajoelhando-se durante o *Te ergo famulis tuis*, do *Te Deum*, e ao *Deposuit potentes*. Aos domingos e dias santos a missa cantada era acompanhada por órgão<sup>485</sup>, tocando os tangedores em todas as missas celebradas na capela, no *Te Deus laudamus* das matinas cantadas, nas antífonas dos laudes, nos hinos, no *Benedictus* e nas vésperas dos «santos duplex de guarda»<sup>486</sup>. O ritual seguido, aquando da presença do rei na capela para assistir à liturgia, era marcado por três momentos de que nos ficou uma sumária descrição tardia<sup>487</sup>, de que encontramos detalhes no documento, que temos vindo a seguir.

No momento de receção ao rei, encontrando-se este no estrado com a cortina aberta, o bispo mais antigo, conduzido pelo capelão tesoureiro, acompanhados pelo domário<sup>488</sup> e pelo moço da capela, que transportava a caldeira da água benta, juntavam-se ao porteiro da capela que levava o setial<sup>489</sup>. Este, ao colocar o setial no estrado, fazia uma mesura até ao chão, diante do rei, momento escolhido para o capelão tesoureiro passar o hissope ao domário, que por sua vez o dava ao bispo, beijando-lhe a mão<sup>490</sup>. Este,

---

<sup>481</sup> O breviário das nove lições utilizava formas litúrgicas que foram reformadas por ordem do Papa Clemente VII, passando o breviário, a partir dessa data, a conter somente três lições, cf. José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 29.

<sup>482</sup> A loba era um traje de uso eclesiástico e universitário que chegava ao chão, cortada de forma a que nela entravam os braços. Tem semelhança à atual beca portuguesa, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. V, p. 168.

<sup>483</sup> O mesmo que capa, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. V, p. 300.

<sup>484</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 60-61.

<sup>485</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 56.

<sup>486</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 63.

<sup>487</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* [...], tomo III, parte V, pp. 167-169.

<sup>488</sup> Todas as semanas eram escalados dois moços da capela que tinham a seu cargo preparar a ornamentação do altar e as vestimentas, tanto para as missas cantadas como para as rezadas, cf. José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 52.

<sup>489</sup> Banco ou genuflexório ornamentado onde o rei se ajoelhava, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VII, p. 665.

<sup>490</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 72.

fazendo reverência ao rei, aspergia-o com o hissope e fazia nova reverência, no que era secundado pelo capelão tesoureiro e domário. Fazendo-lhe mesura, aspergia a rainha. O príncipe e os infantes presentes deslocavam-se para perto do bispo para também receberem água benta. Findo este cerimonial, o bispo retornava o hissope para o domário, que o passava para o capelão tesoureiro que por sua vez aspergia os duques, os senhores de título e todos os outros presentes na capela. Não se começava a missa até o rei fazer sinal ao deão, e ele (sendo missa pontifical) o fazia ao bispo, e sendo missa cantada, ao mestre da capela, e nas rezadas ao capelão tesoureiro. Principiada a missa, dizia o capelão mor a confissão, a glória e o credo com o monarca dentro da cortina e querendo o rei rezar o ofício divino, fazia-o com o capelão mor e, na ausência deste, com o deão. O evangelho era levado até ao rei pelo bispo celebrante da missa, acompanhado pelo diácono e pelo capelão tesoureiro, com o porteiro da capela a encabeçar o cortejo. Chegados perto do rei, o porteiro fazia reverência até ao chão, o bispo por sua vez inclinava-se perante o rei, que estava sentado, e colocando os joelhos no chão dava-lhe o livro a beijar<sup>491</sup>, após o ato, tanto o bispo, como o diácono, como o capelão tesoureiro, faziam nova inclinação ao rei, a que se seguia dar o livro a beijar à rainha, ao príncipe e aos infantes presentes. Retornando ao altar-mor, o bispo entregava o livro ao diácono fazendo reverência até ao chão à cruz. O incensar do Santíssimo Sacramento e o «dar da paz»<sup>492</sup> eram realizados na cortina, deslocando-se o bispo, ou o deão, que celebrava a missa, acompanhado do capelão tesoureiro, do diácono e do porteiro da capela. Faziam reverência aos reis e príncipe somente, incensando-os três vezes nos seus assentos, e eles faziam inclinação ao altar. Aos infantes só incensava duas vezes, estando fora das cadeiras. Pedindo o pano com a hóstia ao diácono, pegando nela com a mão direita, o bispo colocando-se de joelhos perante o rei, que estava assentado, dava-lhe a comunhão, fazendo o mesmo com a rainha. O príncipe e os infantes tomavam a comunhão de pé<sup>493</sup>. Todos os domingos, dias santos e sábados, era feito um contributo monetário pelo rei. Terminada a missa, o porteiro clamava em voz alta «em pé», dando uma palmada e todos se levantavam. O monarca, saindo fora da cortina, acompanhado à mão direita pela rainha, caso esta estivesse presente, segurando o barrete na mão, quando não o deixava no setial, cumprimentava os infantes, que faziam uma mesura até ao chão, olhava para os duques, embaixadores,

---

<sup>491</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 73.

<sup>492</sup> Peça que se dá a beijar em certas cerimónias litúrgicas, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VI, p. 632.

<sup>493</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 74.

marqueses, bispos, condes e fidalgos<sup>494</sup>, os quais retribuía fazendo também mesura, dirigia-se ao altar onde estava o celebrante. Entretanto, um reposteiro entregava, beijando-a, uma almofada de veludo ao reposteiro-mor que, tomando-a com ambas as mãos, a beijava por sua vez e a colocava aos pés do capelão que celebrava a missa, o mesmo fazendo o reposteiro da rainha. Chegado ao altar, o rei fazia uma reverência perante a cruz, colocando-se de joelhos na almofada, gesto que era repetido pela rainha. O celebrante dava-lhes o manto a beijar<sup>495</sup>, abençoando-os dizendo «benedictio Dei Patris omnipotentis descendat super vos et maneat sempre»<sup>496</sup>. De joelhos ofertava primeiro a rainha, dando-lhe o monarca nisso o primeiro lugar, e depois o rei. Se a oferta fosse de missa nova, lançava o esmoler a oferta no prato, pelo rei, pela rainha e pelo príncipe. No dia de Reis, a oferta era feita sempre pelo monarca, consistindo em trinta moedas de ouro, de cruzado, mirra e incenso. Isso feito, levantavam-se o rei e a rainha, faziam uma mesura à cruz do altar e retornavam para o estrado com a mesma ordem, fazendo-lhes os fidalgos e grandes suas cortesias, que só nesses dias se permitia, porque aos reis de Portugal ninguém fazia mesura, senão os senhores que eles mandavam cobrir. Caso o rei se encontrasse ausente, era o esmoler encarregue de fazer a oferta.

Todo o cerimonial da capela real requeria um conjunto de tarefas que se conjugavam para obter o seu auge no ato litúrgico. O rei podia assistir à missa numa tribuna, como era o caso da igreja de S. Domingos em Lisboa, onde o rei assistia à missa instalado numa ampla e alta janela, que se abria entre a capela de Nossa Senhora da Escada e os altares (capelas) de Jesus e do Rosário na igreja de S. Domingos<sup>497</sup>, ou o exemplo da igreja de S. Francisco, em Évora, onde a tribuna estava em comunicação com o paço real por meio de um corredor, como se deduz das palavras de Garcia de Resende «vindo el Rey hum dia da Missa da capella Deuora polla varanda, vinha fallando com elle dom Martinho veador da fazenda em hũa cousa sua del Rey, e em chegando a falla, estando muytos fidalgos, e caualleiros juntos de hũa parte e da outra»<sup>498</sup>. Habitualmente, em especial na capela real situada nos paços reais, a missa era acompanhada a partir de um estrado onde o rei e os seus mais próximos se sentavam, nos outros locais, o estrado era montado de propósito para que o rei assistisse à missa. Do lado do evangelho era

---

<sup>494</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 74.

<sup>495</sup> Caso o celebrante fosse um bispo, daria o anel pontifical a beijar.

<sup>496</sup> «A bênção de Deus omnipotente, desça sobre vós e permaneça para sempre», cf. José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 74.

<sup>497</sup> M. M. de Brée, *A Igreja e o Convento de S. Domingos de Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1964, p. 20.

<sup>498</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXCI, p. 262.

colocada uma alcatifa grande, por debaixo da qual se colocava um pau de secção quadrada, junto ao qual o reposteiro colocava a cadeira onde o rei se encostava<sup>499</sup>, que estava coberta com uma almofada de veludo carmesim. Do lado direito da alcatifa era colocada uma cortina, que se enrolava, a cortina do lado esquerdo ficava sempre descida, e a da retaguarda era corrediça. No lado esquerdo, junto à cortina, era colocado um banco com um bancal<sup>500</sup> para o rei se sentar, caso quisesse. Ligeiramente atrás, sentava-se o príncipe, numa cadeira, um pouco mais afastados, os infantes sentavam-se em cadeiras mais baixas. Ainda dentro do espaço reservado ao rei, mas junto à retaguarda, sentavam-se os duques. Fora, sentados em coxins, ouviam missa os marqueses, em bancos, os condes. Os lugares para os bispos ficavam defronte do rei e o assento para os embaixadores ficava situado na retaguarda do lado direito de onde o rei estava. Perto do rei, encontrava-se um pajem que segurava o livro das horas por onde o rei rezava. Muitas vezes vinham falar com o rei, estando este na cortina, religiosos, fidalgos e senhores, sendo para isso autorizados por sinal do rei ao deão que por sua vez o transmitia ao porteiro, que dava permissão.

O ornamento do altar era feito de acordo com a cerimónia, com o praticante e com o dia do calendário litúrgico que se cumpria. Tomemos alguns exemplos que constam no «Modo de como se concerta ho altar da capella del Rey»<sup>501</sup>. No dia de Reis, a missa era celebrada por um bispo e o altar estava ornamentado de brocado e a cruz grande, com seis castiçais grandes e quatro tocheiras. No dia de S. João Baptista usava-se cetim branco aveludado, quatro castiçais e duas tocheiras. Nas vésperas do dia de Nossa Senhora das Neves, cobria-se o altar com damasco apedrado com as capas brancas. No dia de Santo André, veludo carmesim e as capas vermelhas. Nas vésperas do Natal ornamentava-se com veludo roxo. Nos sábados usava-se o ornamento branco, o mesmo que se usava todos os domingos entre a Páscoa e o dia de Ascensão. Da Ascensão até ao Advento, o verde. Todas as quintas feiras da *domenica in albis* até à Ascensão, o ornamento era vermelho e era missa cantada do *Spiritu Sancto*. Algumas das celebrações, pela sua importância e solenidade, recorriam a uma liturgia própria. Estavam neste caso o ofício da Senhora das Candeias, o Domingo de Ramos, a solenidade da Semana Santa, o Natal, Corpo de Deus, Vésperas de Todos os Santos, Ascensão, Pentecostes e Santo António. A liturgia

---

<sup>499</sup> A utilidade do pau servia para que a cadeira não escorregasse quando o rei se encostasse a ela, cf. José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 71.

<sup>500</sup> Pano que se coloca por cima do banco, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 28.

<sup>501</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 66-71.

praticada nas igrejas do reino seguia o chamado rito romano, que substituíra em toda a cristandade as diferentes liturgias locais, caso de Portugal onde se usava o rito visigótico ou moçárabe, o qual deveria ser chamado por rito hispânico, na opinião de Joaquim Oliveira Bragança<sup>502</sup>, tendo sido determinada a sua aplicação pelo Papa Gregório VII. Para a boa execução da liturgia, era seguido um guião que se encontrava disperso por três livros litúrgicos: a) o sacramentário, que continha as fórmulas necessárias para a celebração da missa e para os sacramentos, b) os lecionários, que continham os textos a ser proclamados na liturgia da Palavra, c) o ordinário, que fornecia a estrutura das diversas celebrações (missa, batismo, ofício divino, os vários sacramentos e sacramentais, celebrações especiais ao longo do ano litúrgico...) <sup>503</sup>. Os ordinários não são livros litúrgicos, mas sim guias que contêm instruções de como deve ser feita a celebração da missa e demais cerimónias litúrgicas<sup>504</sup>. Na capela real seguia-se o mesmo ritual seguido nas outras igrejas, tomando em atenção, sempre, a presença do monarca, o que obrigava a uma exceção ao guião em vigor, colocando-a como parte integrante do ritual seguido na capela real e celebrado pelos capelães da mesma.

O ofício da Senhora das Candeias<sup>505</sup>, que se celebra no dia 2 de fevereiro, consistia na bênção das candeias, acompanhada por cânticos dos salmos, a que se seguia uma procissão. O bispo celebrante era acompanhado pelos seus assistentes. Do seu lado direito o ministro do livro, o que transportava a água benta e o que levava o turíbulo, do lado esquerdo o que segurava o báculo, o do gremial<sup>506</sup> e o da mitra, este colocando-se atrás do bispo. Iniciada a celebração, passados os momentos de oração, o bispo aspergia por três vezes as candeias, e por três vezes as incensava. Retirada a mesa onde estavam as candeias, o coro cantava *lumen ad revelationem* com o salmo *nunc dimitis* repetidamente

---

<sup>502</sup> Joaquim Oliveira Bragança, «Preces galicanas no missal de Braga», *Lusitania Sacra*, 1.ª série, tomo VII, pp. 217-236, Lisboa, 1964-1966, p. 217.

<sup>503</sup> João da Silva Peixoto, «Liturgia», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira, Azevedo, vol. III, pp. 138-144, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 140-141.

<sup>504</sup> Os primeiros ordinários surgiram no século XI, e relacionam-se diretamente com o seu local de criação e com a ordem religiosa a que pertenciam, permanecendo quase sem mudança alguma até o Concílio de Trento, com a reforma dos livros litúrgicos da Igreja Romana, e a uniformidade litúrgica obrigatória para os ritos da Igreja, exceto para aqueles que tivessem uma antiguidade superior a duzentos anos, caso do rito bracarense, cf. Catarina Fernandes Barreira, «Questão em torno dos *Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça*», *Imagens e liturgia na Idade Média*, coordenação de Carla Varela Fernandes, pp. 131-152, Lisboa, SNBCI, 2015, p. 132.

<sup>505</sup> O ofício da Senhora das Candeias, também conhecida por Nossa Senhora da Candelária, Nossa Senhora da Purificação ou Nossa Senhora da Luz. A Festa da Purificação foi introduzida no Ritual Romano, por influência bizantina, no século VII, substituindo a festa de Apresentação de Jesus Cristo no Templo, cf. Joaquim Oliveira Bragança, «Um prefácio da liturgia bracarense», *Lusitania Sacra*, 1.ª série, tomo VI, pp. 275-284, Lisboa, 1962-1963, p. 275.

<sup>506</sup> Pano de seda que nas missas pontificais cobre os joelhos do prelado oficiante quando está sentado, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. IV, p. 130.

até que as candeias se apagassem. Eram distribuídas velas pelos presentes. Ao rei era entregue um círio com uma vara e duas terças de comprido<sup>507</sup> e com cinco arráteis de peso<sup>508</sup>, trazido aceso pelo capelão tesoureiro e que lhe era entregue pelo mordomo-mor. Com tamanhos e pesos menores eram distribuídos, pelos mordomos do rei e da rainha, círios pela rainha, príncipes e infantes. A cargo do capelão tesoureiro eram entregues, com pesos e tamanhos decrescentes consoante a importância do personagem, círios aos duques, embaixadores marqueses, condes, homens do concelho, fidalgos, damas e desembargadores. Para os outros participantes eram entregues velas pelo guarda reposte e seu escrivão, em número superior a duas mil. Saía a procissão precedida pela cruz ladeada por tochas, seguiam-se os cantores, o subdiácono e o diácono, o bispo com os seus assistentes, o rei e seus comendadores, vestidos com o hábito, os fidalgos e no couce<sup>509</sup> da procissão, os prelados e capelães:

«Acabada a procissão o Bispo se vai ao altar e tanto que Sua Alteza estaa no estrado o Bispo lamca a bemção ao povo porque não aa de celebrar e se vai com seus ministros a despir aa sacristia e tudo recolhido ho pregador vai tomar a bemção, e se vai para o púlpito o qual esta com um pano branco e acabado o sermão o Adayão diz a missa como he costume e ho capelão tesoureiro põe no altar quatro casticais grandes e a cruz dos trocos e em baixo, duas tocheiras e ho altar com os ornamentos ricos»<sup>510</sup>.

Todo o ciclo pascal era, e continua a ser, uma demonstração de fé, solenidade e espiritualidade, que fala da presença consoladora do Espírito que semeia nos corações a esperança do Reino de Deus. O ciclo pascal compreende a Quaresma, a Semana Santa e encerra-se com o Pentecostes. A Quaresma é o período no qual se enfatiza a importância da contrição, do preparo e da conversão. Inicia-se no quadragésimo dia antes da Páscoa, não se contando os domingos. O início da Quaresma, na Quarta-feira de Cinzas, retoma a tradição bíblica do arrependimento com cinzas e vestes de serapilheira<sup>511</sup>. A Semana Santa tem início no Domingo de Ramos, celebração de Cristo como o Messias, salvador dos pobres, o rei dos humildes. Reflete-se, nessa semana, passo a passo, os momentos

---

<sup>507</sup> Equivalente a 1,83 m (1,10 m+0,73 m). A *vara* correspondia a cinco palmos, com o palmo a valer cerca de 22 cm.

<sup>508</sup> Equivalente a 2,295 kg. O arrátel equivale a 459 gramas.

<sup>509</sup> Fim do grupo de dignatários que encabeçam a procissão.

<sup>510</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 75-77.

<sup>511</sup> *Bíblia Sagrada*, tradução do Novo Mundo, New York, Watchtower Bible and Track Society of Pennsylvania, 2016, Jonas (3:5-6). Outras traduções mencionam «vestes de saco», cf. *Bíblia Sagrada*, 8.ª edição Lisboa, Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), 1978, Jonas (3:5-6).

finais de Jesus até o ápice de sua paixão e ressurreição. Ao Domingo de Ramos seguem-se a Segunda, Terça e Quarta feira de Trevas. No entardecer da Quinta feira de Endoenças começa o Tríduo Pascal que é o momento de preparação para a ressurreição, cuja celebração se inicia com uma vigília na noite de sábado, encontrando a sua plenitude no romper da aurora do Domingo de Páscoa, quando Cristo é lembrado como o sol da justiça que traz a luz da nova vida, na ressurreição. O Domingo de Páscoa, é a festa da ressurreição e da libertação. Um novo Êxodo ocorre, e a humanidade passa do cativo da morte para a vida plena e abundante. O Pentecostes tornou-se o último dia do ciclo pascal, quando se celebra a chegada do Espírito Santo como aquele que atualiza a presença do ressuscitado entre os cristãos. Abrangendo todo este ciclo, a celebração eucarística regia-se por um ritual que variava, consoante o dia, nos objetos litúrgicos, na cor dos paramentos e na forma como, ritualisticamente, decorria o ofício.

Na Quarta Feira de Cinzas, o bispo benzia as cinzas, feitas com os ramos de oliveira benzidos no ano anterior, que se encontravam numa bandeja, incensava-as e aspergia-as com água benta, três vezes. Lavadas as mãos, sem mitra, de pé no derradeiro degrau do altar, impunha as cinzas na testa do monarca e da rainha, ajoelhados numa almofada. Colocada a mitra, dava cinzas aos embaixadores, duques, marqueses, condes e senhores de título. Sentando-se, impunha-a aos fidalgos e mais gente de condição, todos vindo, como de costume, dois a dois e de joelhos. Dois capelães davam as cinzas pela capela à gente comum, que se ajoelhava para a receber.

Para o Domingo de Ramos<sup>512</sup>, o altar-mor estava ornamentado com os ornamentos dos pombinhos e coberto de uma cortina de damasco roxo, sobre o qual estão quatro castiçais grandes e a cruz grande, coberta com um véu branco. Perto, numa mesa, o capelão tesoureiro dispõe os ramos para serem distribuídos. Entrando o bispo, é-lhe retirada a capa de lã e cingem-lhe o amito, alva, cingulo, estola, capa, mitra, báculo simples e anel. Executada a missa, o bispo incensa e lança água benta por três vezes nos ramos que são depois distribuídos pelos presentes. O deão da capela oferece o ramo ao bispo celebrante. O rei recebia a palma do mordomo-mor, a quem fora entregue pelo capelão tesoureiro, que lha passou, beijando-a, depois de a retirar de uma bandeja onde era transportada por um moço da capela. As restantes palmas são distribuídas pela rainha, príncipe e infantes, núncio e embaixadores leigos, capelães e prelados, duques, marqueses, condes e senhores de título, e demais gente que vai na procissão. Entretanto,

---

<sup>512</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 79-87.

são dadas capas aos capelães por sua ordem e antiguidade, ficando tudo pronto para que se inicie a procissão. Com a cruz na dianteira, a procissão toma forma, de acordo com o estatuto e a antiguidade de cada um, dirigindo-se para a porta principal da igreja, por onde saem os participantes, mantendo-se dentro a cruz com as tochas e os cantores. Cerradas as portas, ditos alguns versos pelos cantores, que são respondidos por *gloria laus* por aqueles que se encontram fora portas, o bispo, erguendo a cruz que veio na procissão, bate com o pé dela na porta, cantando *Atolite porta principes vestras et elevamini portae aeternales et introibit Rex gloriae*<sup>513</sup>, ao que respondem os cantores, cantando por sua vez *quis est iste rex gloriae iste etc.*<sup>514</sup>. O bispo bate novamente e elevando a voz repete *Atolite porta principes etc.* Respondem os cantores *quis est iste rex gloriae iste etc.* Mais uma vez bate e elevando ainda mais a voz canta *Atolite porta principes etc.* Respondem os cantores *quis est iste rex gloriae iste etc.* É quando o bispo, dizendo em voz muito alta *Dominus virtutum ipse es Rex gloriae*<sup>515</sup>, abre as portas enquanto os cantores prosseguem cantando o responsório *Ingrediente domino in sanctam civitatem etc.*<sup>516</sup>. Entretanto, enquanto decorria a procissão, o capelão tesoureiro retirou os ornamentos ricos do altar e da cortina, ficando com panos roxos no altar e no púlpito e pretos na cortina. No altar eram colocados dois castiçais grandes e dois pequenos e uma cruz pequena coberta com um pano roxo. Entrando a multidão na igreja, dirigiam-se para o altar, com a cruz e as tochas colocadas no altar do lado do evangelho. O bispo retira-se e a cerimónia prossegue com pregação e missa da Paixão. Vindos da sacristia, três cantores com dalmáticas pretas, precedidos por moços da capela que transportam os livros por onde hão-de ler os cantores, aproximam-se do altar. São o Evangelista, o Judeu e Cristo, que após uma inclinação à cruz, se dirigem, cada um com seu pajem, para o seu lugar para cantar a Paixão. Acabado o canto, retiram-se o Judeu e Cristo, ficando o Evangelista que incensa o evangelho que é depois levado ao rei. O capelão rezava o credo, era feita a oferta e dada a paz, e terminava a missa.

Para o cerimonial da Quinta Feira Santa<sup>517</sup> eram colocados no altar seis castiçais grandes, uma cruz coberta com um pano, e em baixo quatro tocheiras. Eram trazidas três

---

<sup>513</sup> «Levantai, ó pórticos, os vossos dintéis, levantai-vos ó pórticos eternos, para que entre o Rei da glória!», cf. *Bíblia Sagrada* [...], Salmos (24:7).

<sup>514</sup> «Quem é este Rei glorioso? O Senhor forte e poderoso, o Senhor herói nas batalhas.», cf. *Bíblia Sagrada* [...], Salmos (24:8).

<sup>515</sup> «Quem é este Rei glorioso? O Senhor dos exércitos, ele é o Rei glorioso.», cf. *Bíblia Sagrada* [...], Salmos (24:10).

<sup>516</sup> «O Senhor entrou na cidade santa».

<sup>517</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 89-91.



hóstias ao bispo, que eram colocadas numa mesa à parte<sup>518</sup>. Uma delas para colocar na custódia para a Ressurreição. Outra para a cerimónia do dia e finalmente uma outra, não consagrada, para a cerimónia de Sexta Feira Santa. Estas duas eram colocadas num cálice coberto com um véu de ouro rico, que o bispo, de joelhos, incensava três vezes. Isto feito, dirigia-se com o sacramento para um altar ara preparado numa capela devidamente ornada, em procissão, acompanhado pelo rei e fidalgos presentes que levam tochas na mão, ficando os capelães no coro. Durante a procissão, cantava-se *Pange língua*<sup>519</sup>. Quando a procissão chegava ao local do «sepulcro», o bispo depositava o cibório no tabernáculo e o diácono entregava-lhe o turíbulo de joelhos e repetia-se o incensar do Santíssimo Sacramento. Após alguns momentos de adoração silenciosa, o bispo voltava à sacristia para despir os paramentos. Eram retirados do altar os ornamentos ricos, ficando os roxos, enquanto se rezavam as vésperas. Findas estas, saindo o rei da capela, também os ornamentos roxos eram retirados, ficando o altar nu. Duas horas depois da meia-noite começava-se a pregar a Paixão, só com duas velas acesas no altar onde fora depositado o sacramento.

Sexta Feira Santa, é o dia da Paixão e Morte de Jesus Cristo<sup>520</sup>. O ritual deste dia compunha-se de três partes: a liturgia da palavra, a adoração da cruz, a comunhão. No altar colocava o capelão tesoureiro uma toalha sem frontal, a cruz grande tapada com um pano preto e dois castiçais pequenos com velas apagadas, que só se acendiam quando o bispo fosse buscar o sacramento. Antes de começar o ofício, o bispo acompanhado pelos outros capelães prostrava-se nos degraus do altar, onde dizia um *Pai Nosso* e uma *Ave Maria*. Levantando-se, inicia-se a recitação das profecias, intervindo também os personagens que intervieram na Paixão. Quando finda a representação, o bispo ergue a cruz, desce do altar e deposita-a num tapete onde se encontra um travesseiro de veludo preto, recua e faz três reverências com os joelhos em terra. Aproximando-se, com os joelhos e as mãos no chão, beija a cruz, após o que se dirige para o altar onde se senta numa cadeira de madeira simples, onde lhe colocam a mitra e o gremial. Em fila de dois, os outros prelados, assistentes, diácono, subdiácono, ministros, outros eclesiásticos com seus sobrepelizes, o esmoler, pregador, capelão tesoureiro, demais clérigos por ordem de antiguidade, os comendadores nos seus hábitos brancos, cantores e moços da capela,

---

<sup>518</sup> Este é o dia da última ceia, em que Jesus Cristo instituiu o Santo Sacrifício (a eucaristia da hóstia consagrada).

<sup>519</sup> «Vamos todos».

<sup>520</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 91-101.

repetem a mesma cerimónia perante a cruz deitada. Quando o rei se levanta do estrado e se dirige para a cruz, o bispo levanta-se também. O monarca ajoelha-se e reverencia a cruz, como os outros, tendo ao lado, de joelhos, o esmoler. Quando a beija, o esmoler lança a esmola e a oferta no prato e o rei retorna ao estrado. Seguem-se o príncipe, os infantes e os embaixadores, e é quando terminam que o bispo se volta a sentar. Logo vêm os duques, marqueses, condes, senhores de título, fidalgos e moços fidalgos, cumprindo o ritual e deixando a oferta. Tendo terminado, a cruz é colocada descoberta no altar, as duas velas do altar do sacramento são apagadas, os véus afastados e os turíbulo cheios com brasas. Prepara-se a procissão com a distribuição de tochas acesas pelos comendadores e os outros senhores, sendo a do rei entregue pelo capelão mor. O bispo vai em procissão buscar o sacramento ao altar próprio, e quando vem, debaixo de um pálio sustido por quatro clérigos, todos se ajoelham empunhando as tochas acesas. Retornando ao altar, o bispo retira a hóstia consagrada do cálice e coloca-a numa patena, parte-a em três partes, e comunga. Terminada esta parte da cerimónia, coloca a outra hóstia que está no cálice numa custódia e vai guardá-la no altar do sacramento, onde ficará até à Ressurreição.

Para o ofício de Sábado Santo<sup>521</sup> o capelão tesoureiro ornamentava o altar principal com ornamentos brancos, ricos, sobre os quais colocava a cruz grande descoberta e dois castiçais com as velas apagadas que só seriam acesas aquando da missa. Ajudado pelos reposteiros, junto à porta principal, punha uma mesa com um bancal e uma toalha, na qual dispunha uma estante com um missal encadernado em roxo, um turíbulo, a naveta com colher<sup>522</sup>, a caldeira da água benta, um pote com brasas. Fora da capela, guardava-se o fuzil<sup>523</sup>, isca, pederneira e mechas, e uma vela para acender a serpentina<sup>524</sup>. Dois moços da capela transportam cada um seu círio enramado e um terceiro a serpentina, que entrega ao subdiácono para, por seu lado, segurar a cruz que está enfiada numa vara. A procissão organiza-se, todas as velas e lume que estivesse aceso era apagado. A cruz com os círios a ladearem-na na frente, os capelães e ministros da igreja, o bispo entre os seus assistentes. Em ordem, segue-se o rei e os prelados. Aceso o fogo novo, o bispo

---

<sup>521</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], pp. 101-108.

<sup>522</sup> Pequeno recipiente que contém o incenso e tem forma de nave pequena, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. V, p. 690.

<sup>523</sup> Peça metálica que percutida pela pederneira produzia a faísca que incendiava a isca usada para acender a mecha, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. IV, p. 243.

<sup>524</sup> Era uma vela de três «lumes» com que se celebrava o Sábado Santo. Por estarem as extremidades enroscadas umas nas outras se chamava serpentina, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VII, p. 608.

benze-o assim como o incenso e lança água benta sobre tudo. Colocadas brasas no turbúlo e incenso, o bispo incensa por três vezes o lume. Isto feito, o capelão tesoureiro acendia com a mecha a vela do lume novo e com ela acende uma das pontas da serpentina e canta *Lumen Chriti*<sup>525</sup> ao que o coro responde *Deo gratias*. No meio da igreja é acesa nova ponta e novamente cantado *Lumen Christi* respondendo o coro *Deo gratias*. Chegado ao fim da procissão, acende a última ponta e canta mais uma vez e mais alto *Lumen Christi* e o coro mais uma vez responde *Deo gratias*. Junto do púlpito é aceso o círio da Páscoa, seguindo-se o acender das velas no altar do sacramento e acabada a oração são acesas as lâmpadas, círios e restantes velas do altar do sacramento. São retirados os ornamentos roxos ficando o altar e o estrado do rei todo de branco. Feita a oração pelo bispo, que a termina cantando a aleluia, é levado o evangelho ao rei, que é incensado, terminando a cerimónia com a bênção dada pelo bispo.

No Dia de Páscoa, o altar-mor estava ornamentado com brocados ricos, seis castiçais altos, a cruz grande, rodeada de flores em que as rosas sobressaíam. O pálido, com seis varas, que seria levado pelos comendadores, estava preparado para quando o bispo saísse em procissão. Três moços da capela estavam a postos para levar o sudário e a cruz que se encontravam no altar do sepulcro. Às quatro horas, o rei, acompanhado da rainha, do príncipe e dos infantes, chegava e colocava-se no estrado. Era feito sinal ao bispo que retirava a custódia do cofre e a colocava no altar, e pondo-se de joelhos a incensava dizendo *Cruxifixus surrexit alleluia*<sup>526</sup>. O capelão tesoureiro colocava o sudário sobre os braços de dois capelães e a cruz por cima, o bispo tomava a custódia com o sacramento nas suas mãos e dirigia-se para o pálido, onde era rodeado por doze moços da capela que seguravam tochas acesas nas mãos, dando-se assim início à procissão. O pálido com o bispo, os capelães com o sudário e a cruz, o rei, a rainha e os comendadores a seguir. Todos transportavam velas acesas, vestindo o rei o mesmo fato das Endoenças. Enquanto a procissão prosseguia, o capelão tesoureiro colocava no altar do sepulcro dois anjos e os instrumentos do martírio. Chegada a procissão ao topo da igreja, retirava o sudário dos braços dos capelães e colocava-o no altar do sepulcro. A cruz e o sacramento eram colocados no altar-mor e o bispo lançava a bênção ao povo. O rei conduzia a rainha a casa e quando regressava ao estrado era o momento para o bispo dar início à missa rezada. No momento de dar o sacramento ao rei, este aproxima-se do altar, onde estão dois capelães com tochas acesas, dois bispos ou capelães mais antigos seguram a toalha

---

<sup>525</sup> «A luz de Cristo». O ritual das velas celebra a permanência da luz de Cristo mesmo após a morte física.

<sup>526</sup> «O crucificado ressuscitou, aleluia».

e a bacia com água para que o arcebispo ou bispo mais honrado lhe dê o lavatório, e ajoelha-se numa almofada, onde toma o sacramento da mão do capelão mor, retirando-se para o estrado. Finda o dar da comunhão aos presentes, o rei retira-se para casa para se vestir para assistir à missa do dia e a roupa que despe é dada ao porteiro da capela. Quando termina a missa do dia, o bispo vai benzer a mesa onde o monarca faz a sua refeição.

O Domingo de Páscoa era dia de grandes festas. Garcia de Resende dá-nos conta disso em vários capítulos da sua *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Estava o rei em Santarém, com a rainha D. Leonor, depois de visitar sua irmã no mosteiro de Jesus em Aveiro, quando passada a festa da Páscoa da Ressurreição, lhe veio notícia que o prior do Prado, confessor dos reis de Castela, vinha por embaixador tratar da anulação das Terçarias e já se encontrava no reino<sup>527</sup>. Numa outra ocasião, viajou por Lamego, Vila Real, Bragança, Porto e parou em Aveiro, onde tentou convencer sua irmã, a infanta Joana, a casar com o irmão da rainha, o duque de Viseu, não tendo esta aceite o casamento, morrendo algum tempo depois sob uma aura de santidade<sup>528</sup>. De Aveiro passou o casal real e o príncipe a Santarém, onde passada a Páscoa se fizeram de dia e de noite muitas festas de toiros, canas e danças, com grande perfeição<sup>529</sup>. Mais à frente, volta o autor a descrever que estando o rei e a corte em Évora, no ano do casamento do príncipe, por lá esteve durante a Quaresma, a Páscoa e as Oitavas<sup>530</sup> «com momos, festas e grandes prazeres»<sup>531</sup>.

O ciclo pascal terminava com o *Pentecostes*<sup>532</sup> que era festejado com uma vigília e uma missa. Sobre o altar, uma cruz pequena ladeada por quatro castiçais com as velas apagadas. Chegada a hora, o rei instalava-se no estrado, o capelão, o diácono e o subdiácono dirigiam-se ao altar e faziam uma vénia, após o que se sentavam nos seus lugares de onde liam as profecias num missal que estava exposto numa estante. Terminadas as profecias e terminadas as orações que se seguiam, os três colocavam-se de bruços no mais baixo dos degraus do altar, enquanto o coro cantava uma ladainha. Acendiam-se as velas. Era dita missa e a hóstia ia ao estrado onde se encontrava o rei e era incensada antes de ser consagrada. Pouco antes do final da missa o rei dirigia-se ao

---

<sup>527</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. XLI, p. 53.

<sup>528</sup> Faleceu no convento de Aveiro a 12 de maio de 1490. Foi beatificada a 4 de abril de 1693, por Inocência XII.

<sup>529</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. L, p. 74.

<sup>530</sup> Semana a seguir à Páscoa.

<sup>531</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXXX, p. 189.

<sup>532</sup> Quinquagésimo dia a seguir ao Domingo da Ressurreição, dia da vinda do Espírito Santo sobre os seguidores de Jesus Cristo.

altar para a oferenda. A véspera de Natal<sup>533</sup> era celebrada por um bispo. O altar ricamente ornamentado de brocados ricos, assim como o estrado. Sobre o altar seis castiçais grandes, a cruz grande e quatro tocheiras. Seguia-se a missa de acordo com o missal, era dada a comunhão ao rei e incenso e levavam-lhe o evangelho, indo o rei por sua vez, ao altar, à oferta.

## 2.2. PROCISSÃO

Forma pública mais ou menos solene de louvor, súplica ou agradecimento, o rito da procissão tem um significado litúrgico, lembrando, entre outras situações reportadas no Antigo Testamento, a subida de Cristo a Jerusalém. Se numa primeira fase, as procissões se confinavam ao espaço sacro da igreja podendo, de acordo com o ritual seguido, utilizar o espaço claustral, depressa saíram para o espaço público misturando-se, em certas festividades elementos profanos com elementos religiosos. As procissões podiam ser motivadas pelo calendário religioso ou por uma situação excepcional que se realçava com este feito. Veja-se a procissão comemorativa da batalha de Toro, cuja vitória se comemorava a 2 de março, que devia repetir o percurso e a solenidade da procissão do Corpo de Deus, exceto a «arca» onde era transportado o Santíssimo Sacramento<sup>534</sup>, ou a recomendação à câmara de Lisboa, feita por D. João II nos anos de 1492 e 1493, para que esta fizesse com solenidade a procissão comemorativa da conquista de Lisboa aos mouros<sup>535</sup>, cuja data era 25 de outubro. Alguns anos mais tarde, provavelmente em período de seca severa, D. Manuel I recomenda que se fizessem procissões gerais na cidade, como já fora feito no ano anterior, em que se pedisse a Deus «que queira dar agoa, e niso se leembrar do seu pouo»<sup>536</sup>. Ao longo do ano, eram muito expressivas as procissões de 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias, rememorando a Purificação da Virgem, pondo em relevo o simbolismo da luz para os cristãos, a do Domingo de Ramos, celebrando a entrada de Jesus em Jerusalém, a de Quinta-Feira

---

<sup>533</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 118.

<sup>534</sup> Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, edição facsimilada da edição de 1885, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 369. Por carta régia datada de 1 de março de 1491, D. João II determina que não se fizesse mais esta procissão, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 9, fl. 69 (Évora, 01/03/1491), publicado por Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, 1.ª parte, tomo I, Lisboa, Tipografia Universal, 1882, p. 364.

<sup>535</sup> Cartas régias de 23 de outubro de 1492 e 21 de outubro de 1493, respetivamente, publicadas por Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa* [...], 1.ª parte, tomo I, p. 366.

<sup>536</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa* [...], 1.ª parte, tomo I, p. 448.

Santa, levando solenemente o Santíssimo para o seu altar para a comunhão de Sexta-Feira Santa, a de Sexta-Feira Santa para adoração da cruz e a da vigília pascal, seguindo o círio aceso no fogo novo, símbolo de Cristo ressuscitado, Luz que guia os fiéis. De entre elas, a mais importante e concorrida, era a procissão do Corpo de Deus, em que ao luxo do cortejo se adicionava um aparato cénico muito elaborado e um rigor hierárquico na proximidade ao objeto adorado, o Santíssimo Sacramento. Decretada a sua celebração em meados do século XIII por Urbano IV<sup>537</sup>, a sua liturgia terá sido fixada pouco tempo depois por Tomás de Aquino, baseando-se na Bíblia e em outros textos evangélicos. No início, esta festa não teve muita repercussão no interior da Igreja, mas com o decorrer dos séculos, foi, de todas as procissões que se realizavam em Lisboa, a de maior pompa e ostentação. Dia de cortejo processional era dia de verdadeiro júbilo, de alegria, de espetáculo e divertimento público<sup>538</sup>. Refere Eduardo Freire de Oliveira que esta solenidade teve o seu começo, em Portugal, num dos últimos anos do reinado de D. Afonso III, foi-lhe, no entanto, dado um maior aparato no tempo de D. Manuel I, como refere o senado de Lisboa na sua consulta de 2 de junho de 1667:

«O senhor rei D. Afonso 3º predecessor de Vossa Majestade, deu princípio n'este reino à procissão de Corpo de Deus, que em seu tempo instituiu o Pontífice que governava a Egreja. Não deu lugar o estado do reino n'aquelle tempo, e muitos annos depois com a perturbação das guerras e pouca opulencia d'elle, a que esta solemnidade se fizesse com a decência e grandeza que convinha, mas a piedade dos senhores reis D. Manuel e D. João 3º, gloriosos avós de Vossa Majestade, com o socego que lograram da paz e riquezas das conquistas, que em seu tempo o reino já possuía, attenderam com tão particular cuidado à solemnidade d'este triumpho do Santíssimo Sacramento, que à sua real clemência e zello se deve a forma, que hoje se guarda em esta procissão, continuada sem diminuição alguma até o tempo presente»<sup>539</sup>.

A grande devoção que D. Manuel I nutria pela Festa do Corpo de Deus, podia estar ancorada no facto de, segundo a tradição que nos transmitiu Damião de Góis, D. Manuel I ter nascido na vila de Alcochete no Ribatejo, numa quinta feira, derradeiro dia

---

<sup>537</sup> Bula de 11 de agosto de 1264.

<sup>538</sup> Paula Leal Serafim, «Finanças e religiosidade na Procissão do Corpo de Deus de Lisboa», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1.ª Série, n.º 8, 2005, pp. 17-37, Lisboa, 2005, p. 22.

<sup>539</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa* [...], 1.ª parte, tomo I, nota da p. 420, que publica extrato do *Livro III de Consultas e Decretos d'el-rei D. Afonso VI*, fl. 89.

de maio do ano de 1469, dia em que então «caiho ha solemne festa do corpo de Deos»<sup>540</sup>. Continua o cronista, que no seu nascimento houve mistério, porque sua mãe, D. Beatriz, andava com dores de parto, mas não conseguia parir, e naquele dia, da invocação do Santíssimo Sacramento, quando a procissão passava à porta da sua casa, deu-se o nascimento desse varão a que deram o nome de Emanuel «ho qual nome he hum dos grandes do senhor Deos»<sup>541</sup>.

A solenidade da procissão exigia um aparato que a tornava excepcional, incorporando as irmandades, as delegações das diversas ordens religiosas, os representantes dos ofícios, as autoridades municipais e no final do cortejo vinha o pálio, ou baldaquino, a cujas varas pegavam os mais altos dignitários da corte e da câmara, sempre representada por toda a vereação, e sob o pálio o andor onde se colocava a «gaiola» ostentando a custódia com o Santíssimo Sacramento, ladeado pelo Rei e outros dignitários. Em Lisboa, a procissão iniciava-se na Sé, onde o rei ouvia missa pela manhã, e dirigia-se à igreja de S. Domingos onde era feita a pregação, que o monarca ouvia no estrado que fora, entretanto, transportado da Sé para esta igreja<sup>542</sup>. As ruas por onde passava a procissão eram engalanadas com colchas de seda, brocado, alcatifas ricas e tapeçarias de rás e outras armações e ornamentos dourados numa demonstração de devoção. A hierarquia do desfile era cumprida de acordo com o regimento de cada cidade ou vila onde a procissão se realizava<sup>543</sup>. Os mais antigos que se conhecem são os relativos a Évora e Coimbra, publicados, respetivamente, por Gabriel Pereira nos seus *Documentos Históricos da Cidade de Évora*<sup>544</sup>, que é atribuído aos primeiros anos do reinado de D. João II, e por João Pedro Ribeiro nas *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*<sup>545</sup> atribuído ao ano de 1517. João Pedro Ribeiro publicou um outro regimento, este da cidade do Porto, datado de 5 de

---

<sup>540</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. IV, p. 11. António Cruz corrige o dia do mês em que se celebrou o Corpo de Deus nesse longínquo ano de 1469, para quinta feira, primeiro dia do mês de junho, cf. António Cruz, «No quinto centenário de D. Manuel I», *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, I série, vol. 1, 1970, pp. 1-76, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1970, p. 2. Só a necessidade de dar um cunho profético ao monarca, cujo nome Emanuel é já de si premonitório, terá feito o cronista fazer coincidir a data de nascimento com o evento religioso.

<sup>541</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. IV, p. 11.

<sup>542</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 114.

<sup>543</sup> Escreveu Eduardo Freire de Oliveira que em Lisboa a procissão do Corpo de Deus nunca teve regimento, no entanto, quer por parte do poder real, quer por iniciativa camarária, foram tomadas várias providências que tentavam regular o funcionamento da mesma, cf. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa* [...], 1.ª parte, tomo I, nota da p. 421.

<sup>544</sup> Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora* [...], pp. 371-373.

<sup>545</sup> João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, tomo IV, parte II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1829, pp. 226-230.

julho de 1621<sup>546</sup>. Ao analisar as descrições da procissão constatamos que esta estava organizada em módulos, cada um deles correspondendo a um estrato social num «cortejo processional hierarquizado e hierático, onde todos têm lugares rigorosamente estabelecidos», como escreveu Maria João Branco<sup>547</sup>. A abrir o cortejo, os ofícios, com as suas bandeiras, representando alegorias que identificavam o seu mester, as quais eram acompanhadas com música e danças. Seguiam-se os vários corpos de besteiros e os espingardeiros, a bandeira da cidade e os seus oficiais e vereadores, a clerezia, a bandeira real transportada pelo alferes e no final o pódio sob o qual «preside o Corpo de Deus, que do alto da sua arca assiste ao perfeito ordenamento dos seus súbditos segundo uma divisão espacial que lhes modela a própria visão da sociedade terreal e da sociedade celeste»<sup>548</sup>. O povo, esse «assistia com devotíssima e annual pasmaceira áquelle santo espectáculo, para adorar, também mui devotamente, o corpo, sangue, alma e divindade de Nosso Senhor Jesus Christo, levado em tão alegre e luzida companhia pelas tortuosas ruas da velha Lisboa nesse dia mui garridas e desencascadas»<sup>549</sup>.

### 2.3. OFICIAIS DA CAPELA

Eram vários os oficiais que desempenhavam os ofícios necessários ao bom funcionamento da capela real, os quais podemos dividir em três grandes conjuntos que se intercetam entre si: os ofícios do culto, os músicos e cantores e os ofícios de administração da capela. O *Livro de Matrículas dos Moradores da Casa delRey D. Manuel*, do primeiro quartel do ano de 1518, extraído do original por Manuel Severim de Faria e publicado por Caetano de Sousa como prova 65<sup>550</sup> dá-nos conta que na capela real prestavam serviço um capelão mor, um deão, vinte e sete capelães e um número não determinado de moços da capela<sup>551</sup>, não contando com os porteiros, mestre de cerimónias, músicos, esmoler e confessor.

---

<sup>546</sup> João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas* [...], tomo IV, parte II, pp. 201-207.

<sup>547</sup> Maria João Violante Branco Marques da Silva, «A Procissão na Cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa», *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, actas I, pp. 196-217, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 206.

<sup>548</sup> Maria João Violante Branco Marques da Silva, «A Procissão na Cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa», *A Cidade* [...], p. 206.

<sup>549</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa* [...], 1.<sup>a</sup> parte, tomo I, nota da p. 427.

<sup>550</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 352-353.

<sup>551</sup> Na casa da rainha D. Maria, ao tempo em que faleceu, serviam na capela doze capelães e dezasseis moços da capela, cf. António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 374.



### 2.3.1. CAPELÃO MOR

O capelão mor rezava a missa com o rei, confessava-o e dizia a glória e o credo em voz alta com ele. Despachava com o monarca todas as mercês por este feitas à capela, assim como as dádivas das igrejas. O seu poder abrangia todos os capelães do rei, e os da rainha e infantes que assistissem às cerimónias religiosas na capela, os moços da capela e os cantores de estante, poder esse que lhe dava a autoridade para os mandar prender e soltar, por todo o tempo que fosse requerido por aqueles que se queixassem ao seu ouvidor.

D. Pedro Vaz Gavião<sup>552</sup>, a quem não se conhecem pais, data e local de nascimento, terá nascido em Évora ou Montemor-o-Novo<sup>553</sup> e falecido em Coimbra a 13 de agosto de 1516. D. Manuel I indicou-o para capelão mor pouco depois do início do seu reinado, substituindo D. Fernando de Miranda, bispo de Viseu, que desempenhara o cargo durante o reinado de D. João II<sup>554</sup>. Pessoa de muita afeição e confiança por parte de D. Manuel I, foi nomeado bispo da Guarda no final do ano de 1496, confirmado por Alexandre VI no início do ano seguinte, tendo dele tomado posse em 14 de maio do mesmo ano com sagração feita em Évora. Deslocou-se ao bispado ainda nesse ano, mas depressa retornou à corte. Diga-se, em abono da verdade, que a diocese da Guarda raramente contou com o seu bispo entre os residentes, pese o facto de ter impulsionado grande parte da construção da sua catedral. A corte régia era o local onde se poderia facilmente localizar Pedro Vaz Gavião, desempenhando cargos de decisiva importância ao mais alto nível da governação do reino e nessa qualidade intervindo diretamente, ou influenciando com os seus pareceres, o sentido das políticas seguidas<sup>555</sup>. Membro do conselho régio, ocupava o cargo de desembargador no desembargo do paço, onde eram tomadas decisões de justiça

---

<sup>552</sup> O bispo D. Francisco de Castro no prólogo das Constituições dá-lhe o apelido Meneses, cf. «Catálogo dos Bispos da Idanha e Guarda composto pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza*, que neste anno de 1722 se computzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores dedicada a ElRey nosso Senhor, seu augustíssimo protector, e ordenada pelo Marquez do Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma academia, Lisboa Occidental, Oficina de Pascoal da Silva, 1722, (sem numeração).

<sup>553</sup> «Catálogo dos Bispos da Idanha e Guarda composto pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza* que neste anno de 1722 [...], (sem numeração).

<sup>554</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 104v (Lisboa, 20/03/1498). O mesmo cargo é atribuído a D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu em 1494, cf. «Catálogo dos Prelados da Igreja de Viseu, composto pelo Padre João Colt», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza* que neste anno de 1722 [...], (sem numeração).

<sup>555</sup> José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 185.

e graça do rei. Da sua trajetória pessoal, sabemos que foi vigário-geral<sup>556</sup>, ou prelado *nullius dioceses* de Tomar, da Ordem de Cristo, sucedendo a D. Pedro de Abreu, tendo permanecido no cargo até 1496, data em que foi nomeado bispo da Guarda, sendo substituído na prelazia por D. Diogo Pinheiro. A 29 de março de 1498, acompanhou D. Manuel I e a rainha D. Isabel a Castela e Aragão para serem jurados sucessores daqueles reinos, numa comitiva onde também se encontrava presente D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu<sup>557</sup>. No ano de 1499, assistiu a 25 de outubro com outros prelados, na Batalha, ao sepultamento do corpo de D. João II, que se trasladara do Algarve para o grande templo daquela vila<sup>558</sup>. No ano de 1500, residia no bispado, como se comprova pelo reduzido número de registos lançados na chancelaria régia, nesse ano, celebrando sínodo a 12 de maio, de que saíram as constituições e estatutos do bispado da Guarda «feytos e ordenados agora nouamente», impressas em Salamanca aos 12 de setembro de 1500. Em 1502, acompanhou D. Manuel I na deslocação que fez a Santiago de Compostela, afim de visitar o túmulo do apóstolo Santiago<sup>559</sup>. Partindo de Lisboa no mês de outubro, o rei dirigiu-se a Coimbra, onde visitou o mosteiro de Santa Cruz, e vendo que a sepultura de D. Afonso Henriques «fundador daquela rica, e sumptuosa casa requeria outra mais digna ahos mereçimentos de hum tão magnanimo Rei, logo presopos de ha mandar fazer de nouo»<sup>560</sup>. Manteve-se D. Pedro Vaz na corte por alguns anos, continuando a exercer o cargo de desembargador do paço e de capelão mor, e em 1507, foi nomeado vigésimo quinto prior de Santa Cruz de Coimbra, lugar que vagara por morte de D. João de Noronha. Com a morte de D. João de Noronha, ocorrida a 2 de junho de 1506, último prior-mor, cónego professo de Santa Cruz, a ser eleito canonicamente pelos cónegos de Santa Cruz de Coimbra, os que se sucederam foram nomeados por D. Manuel I e D. João III. O Papa

---

<sup>556</sup> Ao vigário geral, que deveria ser um freire clérigo, cabia a jurisdição eclesiástica e espiritual da Ordem, numa jurisdição semelhante à que possuíam os bispos na sua diocese. Ao superintender ao espiritual de Tomar, devia zelar pelo cumprimento dos ofícios religiosos e dos sacramentos. A sua manutenção e a dos seus clérigos, em número de quinze capelães que davam os sacramentos e rezavam os ofícios divinos nas diversas freguesias da vigairaria, era sustentada pela rendas e bens eclesiásticos de Tomar, cf. Maria José Ferro, «A vigairaria de Tomar, nos finais do séc. XV», *Las Ordenes Militares en la Peninsula durante la Edad Media*. Actas del congreso internacional hispano-portugues (Madrid-Uclés-Valladolid-León-Salamanca-Cáceres-Tomar-Lisboa, 29 de marzo-9 de abril de 1971), pp. 859-868, Madrid-Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1981, p. 859, nota 1.

<sup>557</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVI, p. 57.

<sup>558</sup> «Catálogo dos Prelados da Igreja de Viseu, composto pelo Padre João Colt», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza* que neste anno de 1722 [...], (sem numeração). Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XLV, pp. 107-108.

<sup>559</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXIV, pp. 158-159. Ver também Manuel Cadafaz de Matos, «A peregrinação de D. Manuel a Santiago de Compostela (em 1502) vista à luz de alguns documentos inéditos», *I Congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, actas, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1992, pp. 215-238.

<sup>560</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXIV, p. 158.

Júlio II nomeou para o seu lugar o cardeal nepote<sup>561</sup> como administrador, elegendo os cónegos um prior claustral a cada três anos, que seria confirmado no lugar por Roma. D. Manuel I, no prosseguimento da sua política centralizadora, não aceitou bem esta nomeação, por duas ordens de razão: não lhe ter sido pedida opinião e o nomeado ser de fora do reino. Dessa insatisfação resultou ter dado ordem ao prior eleito para derrubar a igreja, claustro e sala do capítulo do dito mosteiro, alegando estarem muito danificadas e a ameaçar ruína, mandando edificar nova igreja, claustro e capítulo com as rendas do priorado, informando o Papa e, subsequentemente o sobrinho deste, que não tentassem cobrar as rendas enquanto as obras decorressem<sup>562</sup>. Em paralelo, contactou o cardeal *Alpedrinha*, grande amigo e valido do Papa em funções, para que obtivesse deste o padroado do dito priorado para ele o poder apresentar. Por um breve de 1507, Júlio II concede a D. Manuel I a nomeação do prior de Santa Cruz ao mesmo tempo que o cardeal nepote desistia da comenda. Esta conjugação de fatores levou à nomeação de um clérigo da privança real, o bispo da Guarda, D. Pedro Vaz, para prior-mor, tendo tomado posse do priorado no final de 1507, com a incumbência de continuar as obras já iniciadas, o que foi feito, com grande zelo e despesa, tendo decorrido mais nove anos até ao seu término, conservando esta prelazia, onde permaneceu bastante tempo<sup>563</sup>, conjuntamente com o bispado e os ofícios de capelão mor e desembargador do paço. Dos rendimentos dela fez a igreja nova, claustro, capítulo e algumas capelas, e outras obras magnificas, para as quais solicitou os serviços de mestre Boytac. Também acabou inteiramente a capela-mor e o mais que faltava na nova Sé, que ornou com grandeza. Com a conclusão da construção, o bispo enriqueceu a igreja com livros grandes de cantochão para o coro, deu visibilidade às relíquias dos Cinco Mártires de Marrocos, mandando fazer dois meios corpos em prata para acolher duas das cabeças de santos, e a pedido de D. Manuel I, construiu duas novas sepulturas para acolher, na capela-mor, as ossadas dos primeiros reis da monarquia: D. Afonso Henriques e D. Sancho I<sup>564</sup>. A 25 de outubro de 1515, dia comemorativo da entrada de D. Afonso Henriques em Lisboa, na presença de D. Manuel I, de outros membros da corte e de dignatários da igreja, trasladaram-se para elas os corpos daqueles

---

<sup>561</sup> Os cardeais nepote eram sobrinhos do Papa que ascendiam na Cúria, por motivos de favorecimento familiar, sendo usados para contrabalançar o poder do Colégio dos Cardeais, dando origem a um cargo da própria Cúria. O nepotismo começou a ser reformado por Inocêncio XI (1676–1689) e banido o cargo por Inocêncio XII (1691–1700).

<sup>562</sup> Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, primeira [segunda] parte dividida em VI livros, 2.ª parte, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1668, p. 274.

<sup>563</sup> José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777* [...], pp. 117-118.

<sup>564</sup> Ver também Maria de Lurdes Rosa, «A abertura do túmulo de Afonso Henriques», *O Tempo de Vasco da Gama*, direção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998, pp. 347-351.

reis e as cinzas de alguns seus filhos<sup>565</sup>. Relata Frei Nicolau de Santa Maria<sup>566</sup>, que no dia anterior ao da trasladação, pousando o rei no mosteiro, almoçou com o prior-mor de Santa Cruz, o bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, com o duque de Coimbra, D. Jorge e com D. Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real. Na tarde desse dia, depois de cerradas as portas do mosteiro, presenciaram a abertura dos túmulos. Na sepultura de D. Afonso Henriques, encontraram dois ataúdes. No maior encontrava-se o corpo do rei, que estava inteiro e do qual exalava um cheiro muito suave. No segundo ataúde estava o corpo da rainha Mafalda, com mais duas caveiras pequenas e alguns ossos pequeninos, que o cronista atribui a seus dois filhos, o primogénito Henrique e o terceiro chamado João, que morreram na infância. Na segunda sepultura, estavam quatro caixões. No primeiro, estava o corpo do rei D. Sancho, incorrupto. No segundo, o corpo da rainha D. Dulce, com o cadáver já muito desfeito, junto ao qual se encontravam ossos mais pequenos que o autor atribui aos dois filhos que morreram pequenos, D. Henrique e D. Raimundo. No terceiro ataúde estavam depositados os corpos das infantas D. Branca e D. Berengela, inteiros, mas com a carne ressequida. No quarto caixão estava o corpo de D. Constança Sanches, religiosa no mosteiro das Donas de Santa Cruz, filha natural de D. Sancho I, que faleceu com a aureola de santa, e cujo corpo estava também incorrupto. No dia seguinte, finda a missa pontifical dita por D. Pedro Vaz, procedeu-se à trasladação dos corpos para os novos jazigos, não sem que antes fosse mostrado, àqueles que assistiam à cerimónia, o corpo de D. Afonso Henriques. Finda a cerimónia, os corpos foram colocados nos sepulcros e estes fechados de maneira «que em nenhum tempo se abrissem», sobre os quais D. Manuel I lançou água benta.

Morreu D. Pedro Vaz no ano seguinte, a 13 de agosto, sendo sepultado na capela de Jesus, no claustro do mosteiro que ajudou a reerguer, do lado do evangelho, onde foi colocada uma lápide com o seu epitáfio e sobre a sepultura o escudo das suas armas, com cinco gaviões em aspa, com chapéu e cordões de bispo. Foi um grande reformador moral e material, e de uma atividade e zelo incansáveis, deixando indelevelmente impressa a sua individualidade em tudo quanto pôs mão generosa e benéfica<sup>567</sup>. O Papa Leão X cometeu-lhe a execução de muitas bulas apostólicas, fazendo-lhe menção numa, a bula

---

<sup>565</sup> «Catálogo dos Prelados da Igreja de Viseu, composto pelo Padre João Colt», *Collecção dos documentos e memórias da academia real da historia portugueza* que neste anno de 1722 [...], (sem numeração).

<sup>566</sup> Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho* [...], pp. 277-278.

<sup>567</sup> José Osório da Gama e Castro, *Diocese e districto da Guarda*, Porto, Tipografia Universal (a vapor), 1902, p. 432.

*Honestus Petentium*, dada em Roma a 8 de dezembro de 1514, concedida a D. Manuel I e a seus sucessores para que o seu capelão mor pudesse conhecer e advogar a si as causas civis e crimes que existissem e se movessem sobre igrejas, benefícios do padroado real e de seus capelães<sup>568</sup>. Foi bispo da Guarda quase vinte anos e a ele se deve a construção da maior parte da sé nova, começada a construir por pedido de D. Frei Vasco de Lamego, em 1390, porque a anterior catedral, mandada construir por D. Sancho II, fora derrubada por imposição de D. Fernando<sup>569</sup>. É de crer que quando D. Pedro Vaz entrou na diocese, em todo o corpo do templo as paredes apenas estavam levantadas, fora dos alicerces, a uma altura muito limitada, a ele se devendo a elevação de todo o edifício, o remate das abobadas tanto das naves como da capela-mor e seu coroamento, e quando faleceu em 1516 apenas lhe faltava o lajeamento superior para subtrair essas abobadas à ação destruidora dos temporais, regularizando ao mesmo tempo os terraços ou plataformas do monumento<sup>570</sup>. A obra ficou terminada cerca de 1540, durante o reinado de D. João III.

Com a morte de D. Pedro Vaz, quem sucedeu no cargo foi D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos<sup>571</sup>. Nascido em Lisboa no ano de 1480, era filho secundogénito de D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º conde de Penela e de Isabel da Silva, filha de D. Lopo de Almeida, 1.º conde de Abrantes e de sua mulher D. Brites da Silva. Do conselho do rei, foi eleito bispo de Lamego em 1513, por resignação de D. João Camelo de Madureira, com aprovação de Leão X em novembro do mesmo ano<sup>572</sup>, acumulando com o cargo de deão da capela real que exerceu desde 1507, sendo substituído neste cargo no ano de 1516 por Diogo Fernandes Cabral<sup>573</sup>, quando lhe foi feita mercê do ofício de capelão mor da capela real, em substituição do bispo da Guarda, que falecera<sup>574</sup>. Com uma educação feita no mosteiro agostiniano de S. Vicente de Fora, de que será mais tarde D. prior-mor, cargo mais de prestígio, mas com importante retorno monetário por via do usufruto das rendas<sup>575</sup>, o seu percurso e a forma como se movimenta

---

<sup>568</sup> Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XVIII, mç. 12, n.º 30 (Roma, 08/12/1514).

<sup>569</sup> José Osório da Gama e Castro, *Diocese e districto da Guarda* [...], p. 317.

<sup>570</sup> José Osório da Gama e Castro, *Diocese e districto da Guarda* [...], p. 334.

<sup>571</sup> Ana Isabel Buescu, «Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos», *Dicionário dos Bispos e Arcebispos de Lisboa*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, direção de João Luís Inglês Fontes, coordenação de António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade, Mário Farello, Lisboa, Livros Horizonte, 2018, pp. 575-584.

<sup>572</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno* [...], tomo III, parte V, p. 139.

<sup>573</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 103/103v (Lisboa, 1516).

<sup>574</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 118v (Lisboa, 01/09/1516).

<sup>575</sup> Vítor Serrão, «O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego», *Propaganda e Poder. Congresso Peninsular de História da Arte*, 5 a 8 de maio de 1999, pp. 259-283, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 260.

na corte, que frequenta, leva-o a ocupar vários lugares de destaque na administração e diplomacia do reino. Em 1525, preside ao processo de preparação do casamento da infanta D. Isabel com o imperador Carlo V. No período de 1528-29, foi reitor da Universidade de Coimbra a que se seguiu ser nomeado primeiro presidente do Tribunal de Consciência e Ordens e, em 1536, o de inquisidor-mor do reino, com a introdução da Inquisição em Portugal. Grande cultor da arte, enriqueceu a capela do paço da Ribeira com diversas obras artísticas de esmero, tendo encomendado, na qualidade de abade das igrejas de Santa Maria de Moreiras e de Santa Leocádia, um notável ciclo de frescos para esta última igreja<sup>576</sup>. À frente do bispado de Lamego, começou por dotar o cabido com novos estatutos e pouco depois de iniciar o seu bispado, ultimou a construção do frontispício tardo-gótico da sé<sup>577</sup>, e vários retábulos com que a adornou. A ele se deve, também, a construção do paço episcopal, para cuja decoração comprou na feira de Medina del Campo, seis tapeçarias flamengas, que hoje podem ser admiradas no Museu de Lamego, representando a *Justiça desarmada pela Clemência*, e a série constituída por o *Templo de Latona*, *Laio consultando o Oráculo de Delfos*, a *Procissão de Políbio e Periboea em Corinto*, *Édipo em Tebas* e *Édipo e Jocasta*<sup>578</sup>. Com um tempo de vida longo, viveu oitenta e três anos, ascendeu ao arcebispado de Lisboa durante o reinado de D. João III, acumulando-o com a capelania-mor da capela real, tendo o bispado de Lamego sido entregue a D. Agostinho Ribeiro.

Teve de sua manceba D. Maria de Brito<sup>579</sup>, filha de Nuno Gonçalves Alão e de Joana de Brito, neta paterna de Nuno Gonçalves Alão, alcaide-mor das Alcáçovas, vários filhos e filhas que se distinguiram. Foram eles, D. Luiz Fernandes de Vasconcelos, do conselho de D. Sebastião e governador do Brasil, D. João António de Vasconcelos, cónego de Lisboa e arcebispo de Braga e D. António de Vasconcelos, comendador da Ordem de Cristo, que morreu em Alcácer Quibir. Faleceu D. Fernando de Meneses em Lisboa, a 7 de janeiro de 1564, sendo sepultado na capela-mor da sé desta cidade.

---

<sup>576</sup> Vítor Serrão, «O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego» [...], p. 262.

<sup>577</sup> Vítor Serrão, «O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego» [...], p. 266.

<sup>578</sup> *Tapeçarias Flamengas do Museu de Lamego*, [s.l.], Museu de Lamego, 1986.

<sup>579</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXVII, pp. 118-119.

### 2.3.2. CAPELÃES

Os capelães estavam colocados na precedência mais baixa dos ofícios da capela. Esta é indicada no título *As antiguidades da capella de Sua Alteza*<sup>580</sup>, pela seguinte ordem: capelão mor, deão, confessor, esmoler, pregador, capelão tesoureiro, mestre da capela, se for clérigo, doutores e capelães. Era de sua incumbência rezar as horas, serem assistentes ou ministros dos bispos quando estes celebravam a missa, apoiarem os que iam dizer a epístola e o evangelho e participavam no coro. De entre os capelães eram selecionados dois por semana para dizer missa. Vários foram aqueles que estavam assentes no livro de moradias recebendo um quantitativo monetário mensal. Alguns de entre eles distinguiram-se na carreira eclesiástica, mas a pertença à capela real dava sempre prestígio acrescido.

No topo da lista transcrita por Caetano de Sousa<sup>581</sup>, encontramos D. Diogo Ortiz de Vilhegas. Nascido em Calzadilla, Cáceres, no reino de Castela, no ano de 1457, filho de Alfonso Ortiz de Villegas e de sua mulher Maria de Silva, veio para Portugal integrando o séquito da Excelente Senhora, da qual era confessor. Com a entrada de D. Joana para o convento de Santa Clara de Santarém, onde professou, D. Diogo Ortiz depressa se integrou na vida portuguesa da época, mercê dos dotes intelectuais que demonstrava alicerçados numa ascendência nobre. Apelidado de licenciado Calçadilha<sup>582</sup>, foi astrólogo de D. João II<sup>583</sup>, e por este encarregue de analisar as propostas de navegação de Cristóvão Colombo, conjuntamente com mestre Rodrigo e mestre Josepe, a quem o rei «cometia estas cousas de cosmographia e seus descobrimentos»<sup>584</sup>, julgando essas propostas fantasiosas, colaborando mais tarde na elaboração do mapa-múndi que foi entregue a Pedro da Covilhã e a Afonso de Paiva, quando partiram na demanda do Preste João das Índias<sup>585</sup>. Confessor de D. João II, de quem dizia que era pecador e singular

---

<sup>580</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 65.

<sup>581</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo. II, pp. 352-353.

<sup>582</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 176 (Santarém, 08/11/1487).

<sup>583</sup> Atividade que já exercera como mestre de astrologia na Universidade de Salamanca, cf. Diogo Ortiz, *O catecismo pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu*, edição crítica e introdução de Elsa Maria Branco da Silva, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 78, nota 1.

<sup>584</sup> João de Barros, *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, 1.<sup>a</sup> Década, reedição facsímilada da 4.<sup>a</sup> edição, revisão e prefácio por António Baião conforme a edição Princeps, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 113.

<sup>585</sup> Alexandre de Lucena e Vale, *O Bispo de Viseu, D. Diogo Ortiz de Vilhegas. O cosmógrafo de D. João II. 1476-1519*, Gaia, [s.n.], 1934, p. 69.

penitente<sup>586</sup>, foi nomeado capelão mor, quando D. João II reorganizou a capela real, foielevado à dignidade de bispo de Tânger em 1490, participando em várias cerimónias ao lado do monarca, que acompanha nos seus últimos dias, na viagem desde as Alcáçovas até às Caldas de Monchique e daí ao Alvor, onde morreu. Conta Garcia de Resende que perto do seu fim, o rei teve uma convulsão e ficou imóvel. D. Diogo Ortiz, julgando ser o último estertor, fechou-lhe os olhos e a boca, mas o rei sentindo-o, disse-lhe que ainda não era a hora, morrendo poucos dias depois, indicando o bispo como um dos seus testamenteiros. Após o falecimento, como constasse, por certas línguas maldosas, que D. João II guardava a peçonha com que mandara matar o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, num pequeno cofre, o bispo de Tânger e o Prior do Crato, D. Diogo Fernandes de Almeida, sendo dos mais leais e fiéis ao rei, utilizaram uma pequena chave que o rei consigo sempre trazia e abriram o cofre com o propósito de lançarem ao mar o veneno. Mas para sua surpresa, o que encontraram foi um confessionário, umas disciplinas e um áspero cilício, algo bem diferente do que procuravam<sup>587</sup>. Membro do conselho de D. João II, provedor-mor da redenção dos cativos<sup>588</sup>, no reinado seguinte, o apreço de D. Manuel I demonstra-se com a sua eleição em 1500 para o bispado de Ceuta, mantendo a representação no conselho régio, de prior no mosteiro de S. Vicente de Fora e a de provedor-mor da rendição dos cativos<sup>589</sup>. Em 1505, por morte de D. Fernando de Miranda, foi nomeado bispo de Viseu, «por os merecimentos de sua leteradura vertude e boom enxemplo de vida e por seus muytos seruiços, pellas quaaes calidades, e por lhe termos booa vomtade e folgarmos de o acrecentar e lhe fazer merce, ouuemos por bem lhe dar o dito bispado, pello qual nos leixou todos seus benéficos», como escreveu D. Manuel I ao cardeal D. Jorge da Costa, ao informá-lo da sua decisão<sup>590</sup>. Homem da corte, da confiança régia, integrou a comitiva manuelina na jornada ao reino de Castela, quando o casal real

---

<sup>586</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], p. XXII.

<sup>587</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCXV, pp. 287-288.

<sup>588</sup> Cargo pela primeira vez provido no reinado de D. Afonso V, cuja principal missão era o supervisionamento do funcionamento do Tribunal da Rendição dos Cativos, com uma estrutura e cargos próprios, respondendo perante o rei sobre a sua eficácia, cf. Edite Maria da Conceição Martins Alberto, *As instituições de resgate de cativos em Portugal - sua estruturação e evolução no século XV*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 80. Lugar de prestígio, competia à remissão dos cativos a arrecadar todas as rendas e dádivas, para o que existia uma rede de pregadores cuja função era anunciar as indulgências associadas, complementada por mamposteiros, nomeados pelo provedor-mor, que em todo o reino que recolhiam as esmolas.

<sup>589</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 42v (Lisboa, 07/09/1501).

<sup>590</sup> Luis A. Rebello da Silva, *Corpo Diplomático Português*, tomo I, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1862, p. 46, que transcreve carta de D. Manuel I para o cardeal e para o bispo do Porto sobre o provimento do bispado de Viseu e de algumas igrejas, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 5, n.º 15 (15/03/1505).



aí se deslocou para ser jurado herdeiro das duas coroas<sup>591</sup>. Possuidor de dotes de grande teólogo e orador, a sua eloquência levou os contemporâneos a considera-lo como o grande pregador da corte de D. Manuel I<sup>592</sup>, que lhe confiou a redação do *Cathecismo Pequeno*, destinado a servir toda a clerezia. Das suas pregações só chegaram até nós algumas referências. Uma foi pronunciada na trasladação e sepultamento do corpo de D. João II, do Alvor até ao mosteiro da Batalha<sup>593</sup>. A chegada de Vasco da Gama em 1499<sup>594</sup>, a missa de despedida na partida da armada de Pedro Alvares Cabral, de Belém<sup>595</sup> e a ação de graças feita para comemorar as vitórias de Duarte Pacheco Pereira na Índia<sup>596</sup>, foram solenidades em que a palavra de D. Diogo Ortiz foi ouvida. Perto do final da vida ainda recebeu a incumbência de ser capelão mor da infanta D. Isabel<sup>597</sup> e, no seu testamento, feito em 1517, D. Manuel I nomeou o bispo de Viseu entre aqueles que deveriam auxiliar D. João, quando o rei morresse<sup>598</sup>. Durante o seu percurso eclesiástico, como bispo de Tânger, de Ceuta ou de Viseu, pouco tempo terá passado nas suas dioceses, permanecendo em Lisboa ou acompanhando a corte, das suas deslocações. Faleceu em Almeirim, em 1519<sup>599</sup>, numa das ocasiões em que D. Manuel I se deslocara ao seu paço naquela localidade, tendo sido sepultado no mosteiro de Nossa Senhora da Serra, nessa mesma vila, pertença da Ordem de São Domingos<sup>600</sup>.

Dos vários capelães registados no livro de matrículas, muitos dos quais irão ter uma carreira eclesiástica importante, encontramos D. João do Porto, bispo de Targa, nomeado em 1514, com o nuncio António Puccio, juiz das igrejas e mosteiros que foram atribuídos às comendas novas<sup>601</sup>. Ainda vivia em 1528<sup>602</sup>. D. Manuel de Sousa, outro dos capelães, é aquele que, provavelmente, virá a ser nomeado arcebispo de Braga em 1544. Era filho de D. Rui de Sousa, 1.º senhor de Beringel e de Sagres com a sua segunda

---

<sup>591</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVI, p. 57.

<sup>592</sup> Diogo Ortiz, *O thecismo pequeno* [...], pp. 79-80.

<sup>593</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], pp. 294-295.

<sup>594</sup> Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, livro primeiro, tomo I, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1858, p. 143.

<sup>595</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LIV, p. 127.

<sup>596</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. C, p. 245.

<sup>597</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 33/33v (Lisboa, 30/05/1517).

<sup>598</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 342.

<sup>599</sup> Os registos da chancelaria régia, mostram que a corte se manteve em Almeirim durante os três primeiros meses de 1519, período provável para o falecimento do bispo de Viseu.

<sup>600</sup> Alexandre de Lucena e Vale, *O Bispo de Viseu* [...], p. 215.

<sup>601</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. LVI, pp- 210-213.

<sup>602</sup> *Collecção dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza, que neste anno de 1725 se computeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores dedicada a ElRey nosso Senhor, seu augustíssimo protector, e ordenada pelo Marquez do Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma academia, Lisboa Occidental, Oficina de Pascoal da Silva, 1725, p. 174.*

esposa, Branca de Vilhena, filha de Martim Afonso de Melo, 3.º senhor de Ferreira de Aves, 2.º senhor de Arega, 2.º alcaide-mor de Olivença, e guarda-mor do rei Duarte I de Portugal, e de Margarida de Vilhena, 3.ª senhora de Ferreira de Aves. Sendo abade de São Salvador do Taboado no bispado do Porto, foi eleito bispo de Silves em 1538, donde passou a arcebispo primaz por morte de D. Duarte<sup>603</sup>, filho natural do rei Piedoso. Futuro bispo de Portalegre com D. João III, D. Cristóvão, filho natural de D. Rodrigo de Castro, senhor de Valhelhas e Almendras, alcaide-mor da Covilhã, por sua vez filho natural de D. Álvaro Pires de Castro, 1.º conde de Monsanto, foi capelão de D. Manuel I, deão da capela de D. João III, teve a mercê, em 1510, da apresentação da igreja de S. João da Aldeia do Mato e Refegas, no termo da vila da Covilhã, bispado da Guarda<sup>604</sup>. Em 1520, ocupava o lugar e vaga de João Rodrigues, capelão real, falecido, como prior da Igreja de Santa Maria da Covilhã e de suas anexas, como indicado a D. Jorge de Melo, bispo da Guarda e do conselho real e esmoler-mor do rei<sup>605</sup>. De Cristóvão Afonso de Bobadilha, filho de Diogo de Saldanha e de Maria de Bobadilha, fidalgo da casa do rei e capelão da capela real, temos a menção de ter sido privilegiado<sup>606</sup> por servir na guerra com suas bestas e armas<sup>607</sup>. António de Menezes<sup>608</sup>, outro capelão do rei, era filho de Rui Mendes de Vasconcelos, 4.º senhor de Figueiró e de Isabel Galvão, com dois dos seus parentes a terem altos cargos na estrutura eclesiástica, uma vez que era sobrinho paterno de D. Diogo de Sousa, bispo do Porto e materno de D. João Galvão, bispo de Coimbra, 1.º conde de Arganil. O capelão Rui Pires de Távora, filho de Pedro Lourenço de Távora, 3.º senhor de Mogadouro e de Inês de Sousa, era irmão de António de Távora, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro fidalgo do conselho do rei D. Manuel I. Por troca com Gaspar Carvalho, capelão real, nomeado para outra igreja, João Álvares Pereira, filho de Álvaro Pereira, foi nomeado em 1513 para a igreja de S. Pedro de Deão, na arquidiocese de Braga<sup>609</sup>, que era de apresentação real, sendo disso informado o arcebispo D. Diogo de Sousa. Gaspar Carvalho, não constando no rol de capelães de 1518, tem um percurso como capelão régio, que nos é transmitido nos registos da chancelaria. Em 1509, renuncia nas mãos do rei à igreja de Misarela, na diocese da Guarda<sup>610</sup>, mudando para a

---

<sup>603</sup> *Serie chronologica dos prelados conhecidos da Igreja de Braga, desde a fundação da mesma igreja até o presente tempo*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1830, pp. 64-65.

<sup>604</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 30 (Santarém, 08/08/1510).

<sup>605</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 118v (Lisboa, 17/05/1521).

<sup>606</sup> Por norma, nestas situações, eram atribuídos os privilégios dos fidalgos.

<sup>607</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 27v (Évora, 16/05/1509).

<sup>608</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXVII, p. 144.

<sup>609</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 118v (Lisboa, 26/07/1513).

<sup>610</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 62v (Évora, 30/04/1509).

igreja de S. Pedro de Deão, na arquidiocese de Braga. Em 1520, encontra-se na igreja de S. Gião de Tavares<sup>611</sup> e, em 1521, é apresentado ao arcebispo de Braga, como abade da igreja de Santa Olaia de Cabanelas, fazendo o registo menção de que, para além de ser capelão régio, ser também cantor<sup>612</sup>. Pedro de Góis, filho de Estevão de Góis, alcaide-mor de Mértola, e de Isabel de Ataíde, filha de Nuno Mascarenhas, comendador de Almodôvar, que era neto e bisneto de priores do Crato, com tios ligados às ordens militares de Cristo, Crato e Santiago, foi capelão mor do infante Cardeal e deão de Évora<sup>613</sup>. D. António Lobo, filho do 2.º barão de Alvito, D. Diogo Lobo da Silveira, fruto do seu primeiro casamento com D. Joana de Noronha, filha de D. João de Almeida, 2.º conde de Abrantes, é um dos capelães indicado na lista. Bartolomeu de Mendanha, filho de Pedro de Mendanha, castelhano, casado com D. Inês de Benevides, que foi alcaide de Castronuño, seguiu o partido de D. Afonso V, e com a entrega desta praça às forças de D. Fernando de Aragão, veio com o rei para Portugal, sendo mais tarde alcaide de Barcelos<sup>614</sup>.

Outro capelão real, integrando o núcleo da capela desde o tempo de D. João II, foi António de Benevides, filho de Pedro de Paredinhas Mendanha e de D. Brizida de Benevides, sua prima e irmã do capelão Bartolomeu de Mendanha. Era sobrinho de D. Isabel de Mendanha, casada com D. João de Meneses, alcaide-mor do Cartaxo, que não tiveram descendentes. António de Benevides foi abade de Trancoso<sup>615</sup>.

Álvaro Botelho, filho de Rui Gago<sup>616</sup>, residente em Alcácer do Sal, que em sua casa recebeu D. Manuel I e a sua segunda mulher, D. Maria. Casou Rui Gago com D. Guiomar Botelho e deste casamento nasceram vários filhos que estiveram ligados à administração régia, entre eles André Gago, cavaleiro da casa real e almoxarife de Setúbal e da alfândega de Sesimbra, desde o ano de 1494<sup>617</sup> com atividade registada até ao ano de 1517<sup>618</sup>, João Gago, cavaleiro da casa real, servindo vários ofícios: recebedor do dinheiro extraordinário da corte<sup>619</sup>, capelão tesoureiro da casa da Guiné<sup>620</sup>, Diogo Botelho, guarda

---

<sup>611</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 83/ 83v (Évora, 07/12/1520).

<sup>612</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 109v (Lisboa, 29/04/1521).

<sup>613</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XV, p. 104.

<sup>614</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XX, p. 41.

<sup>615</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XX, p.11.

<sup>616</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XIII, p. 12. Cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo III, vol. II, p. 226.

<sup>617</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 55 (Lisboa, 08/02/1498).

<sup>618</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 9, fl. 9 (Lisboa, 03/04/1517).

<sup>619</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 106v (Évora, 24/07/1497).

<sup>620</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 4 (Lisboa, 17/02/1517).

roupa e camareiro do infante D. Luís<sup>621</sup>, não constando, no entanto, nas várias genealogias consultadas, o capelão real Álvaro Botelho.

Outro capelão, Bartolomeu Moniz, foi filho de Vasco Martins Moniz, comendador de Panóias e Gravão da Ordem de Santiago, casado com D. Aldonça Cabral, filha de Fernão Álvares Cabral, alcaide-mor de Belmonte e tia de Pedro Álvares Cabral. Entre os vários irmãos de Bartolomeu Moniz destaca-se Jorge Moniz, alcaide-mor de Mourão, guarda-mor de D. Manuel I, senhor de Angeja, Figueiredo e Pinheiro, João Moniz, que foi comendador de Panóias como seu pai. Uma sua irmã casou com D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia<sup>622</sup>.

Pedro de Lemos, capelão, filho de Fernão de Lemos, fidalgo da casa real, foi capitão no reinado de D. Manuel I e D. João III e abade de S. Martinho de Ranhados, no bispado de Lamego. Foi visitador do convento de Santa Cruz de Coimbra por incumbência de D. Manuel I, assim como das igrejas de Leiria. Foi sepultado no convento de S. Domingos de Benfica<sup>623</sup>.

Aires de Melo, capelão real, era filho de Martins Mendes de Oliveira, senhor do morgado de Oliveira, casado com D. Brites de Melo, filha de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Évora e Castelo de Vide e de sua mulher D. Isabel de Oliveira<sup>624</sup>.

Do capelão Rodrigo Afonso Correia<sup>625</sup>, sabemos que foi filho de Cristóvão Correia, comendador dos Coutos de Alvalade da Ordem de Santiago, do conselho régio e vedor da casa da rainha D. Maria<sup>626</sup> e de D. Catarina de Ataíde, filha de Estevão de Góis, alcaide-mor de Mértola.

Com ligação a detentores de altos cargos na corte encontramos Damião de Faria, filho de mestre Gil, físico e cirurgião-mor, e Simão da Costa, filho do físico-mor mestre Afonso. Manuel de Sousa Chichorro, filho de Garcia de Sousa Chichorro, fidalgo da casa real e do conselho régio, para onde foi nomeado em março de 1509<sup>627</sup>, descendente de linhagem com origem bastarda em D. Afonso III, é um dos vários descendentes de pais com carreiras de serviço, como são os casos de João Corte-Real, de António de Sousa,

---

<sup>621</sup> Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo III, vol. II, p. 228.

<sup>622</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXI, p. 19. Cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo I, vol. II, p. 712.

<sup>623</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVII, p. 100.

<sup>624</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVII, p. 171.

<sup>625</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XI, p. 67.

<sup>626</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 6v/7 (Almeirim, 03/01/1511).

<sup>627</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 12/12v (Évora, 11/03/1509).

filho de Fernão de Sousa, de Simão da Fonseca, filho de João da Fonseca, de João Fogaça ou de Heitor Homem de Sousa, que ingressaram na carreira eclesiástica.

### 2.3.3. DEÃO

Segunda figura na estrutura da capela real, o deão geria o dia a dia da capela. De manhã deslocava-se ao local onde eram rezadas as horas, dando início às mesmas e saindo após estas terem começado. Na missa, onde o rei estava presente, esta só começava após um seu sinal, que era dado por indicação do monarca. A escolha do pregador do dia, era também opção régia, que o indicava ao deão que por sua vez, enviava recado ao escolhido por um moço da capela. A si competia escolher os dois capelães que durante a semana se encarregariam de dizer a missa, na falta do capelão mor ou do bispo. Mandava o porteiro expulsar dos lugares dos capelães e dos cantores os que abusivamente lá se sentassem. Por sua ordem, o apontador colocava os capelães por antiguidade, os doutores-teólogos primeiro, seguidos dos canonistas e dos legistas, estes por antiguidade das cartas de doutoramento, e por fim os capelães por antiguidade no ofício. Nos casos em que alguns dos capelães não doutorados fossem fidalgos, era com este estatuto que se enquadravam nas procissões. Diogo Fernandes Cabral era o deão da capela real em 1518. Filho de Fernão Cabral<sup>628</sup>, que foi senhor de Belmonte e adiantado da Beira, e de D. Isabel de Gouveia, filha herdeira de João de Gouveia, senhor de Almendra e alcaide-mor de Castelo Rodrigo, casado com D. Leonor Coutinho. Irmão de Pedro Álvares Cabral, encontramos na sua rede familiar ligações a várias casas nobres, caso dos Castros, dos Cunhas ou Noronha. Foi Diogo Fernandes Cabral, um dos que acompanhou D. João II ao Alvor, fazendo parte do grupo restrito presente no momento do falecimento do rei<sup>629</sup>.

Prior de Povos, exercia em 1506 o ofício de escrivão da arca da piedade<sup>630</sup> e a partir de 1509, o de receber e distribuir o um por cento e três quartos do «dinheiro da

---

<sup>628</sup> Segundo algumas fontes genealógicas seria filho bastardo de Fernão Cabral, cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, [...], p. 187. Cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo III, vol. I, p. 86. Tese que não é defendida por Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo VIII, p. 11, que concedendo a hipótese de ser filho legítimo de Fernão Cabral, propõe que seja neto deste e filho de D. Brites Cabral, casada com D. Pedro de Noronha, filho natural de D. Pedro de Noronha, marquês de Vila Real.

<sup>629</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCXIII, p. 286. Escreveu Resende, que assistiu ao desfecho, que estavam presentes o bispo de Coimbra com a cruz na mão, o bispo de Tanger com o vulto de Nosso Senhor, o bispo do Algarve com a água benta e Diogo Fernandes Cabral, entre os poucos que estavam, todos rezando com o rei, verso por verso.

<sup>630</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 67 (Coruche, 18/11/1506).

clerezia»<sup>631</sup>, que manteve até pelo menos 1519<sup>632</sup>. Em 1514, encontramos-lo como deão da capela do futuro rei D. João III<sup>633</sup>, para dois anos depois ser nomeado deão da capela real, substituindo o bispo de Lamego que passou a desempenhar o ofício de capelão real<sup>634</sup>. No lugar deixado vago, foi substituído por Diogo Ortiz<sup>635</sup>. Presume-se que tenha morrido antes de 1524, de acordo com uma referência que lhe é feita na carta de quitação do que recebeu e despendeu nos anos de 1513 a 1519<sup>636</sup>.

É possível estabelecer alguma confusão entre o capelão Diogo Ortiz de Vilhegas e D. Diogo Ortiz de Vilhegas, bispo de Viseu. Ambos elementos integrantes da capela real de D. Manuel I, inscritos na lista de moradores de 1518, um bispo de Viseu, o outro fidalgo da casa real e deão da capela do príncipe D. João, a quem foi dada a mercê de apresentação para a igreja de S. Salvador de Infesta e suas anexas, como comunicado a D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga e primaz das Espanhas<sup>637</sup>, mestre do infante D. Fernando<sup>638</sup>, no ano de 1521, consta como bispo deão da capela real, na lista de moradores do rei D. João III, sendo feita a menção de pertencer ao conselho régio<sup>639</sup>.

#### 2.3.4. OUTROS OFÍCIOS DA CAPELA

Para o bom funcionamento da capela, a qual era possuidora de um regimento próprio, contribuíam vários personagens, cada um desempenhando uma função diferente, mas contribuindo todas para que o conjunto funcionasse harmoniosamente, de forma a que o monarca não tivesse razão de queixa e, concomitantemente, dispensasse algum dos que faziam parte da capela. O apontador da capela registava a presença dos capelães que participavam nos ofícios das horas, acompanhava o deão na escolha dos que semanalmente diziam a missa, na ausência do capelão mor ou do bispo. Era sua obrigação a aplicação do regimento da capela e fazer com que fosse cumprido, informando o deão

---

<sup>631</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 72/72v (Lisboa, 25/10/1514).

<sup>632</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 4, fl. 46v (Évora, 28/05/1524), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. VIII, p. 412.

<sup>633</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 72/72v (Lisboa, 25/10/1514).

<sup>634</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 103/103v (Lisboa, 1516).

<sup>635</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 106 (Lisboa, 20/08/1516).

<sup>636</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 4, fl. 46v (Évora, 28/05/1524), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. VIII, p. 412.

<sup>637</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 150 (Lisboa, 05/01/1517).

<sup>638</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 96, n.º 107 (23/03/1521).

<sup>639</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 786.

das situações irregulares que acontecessem na capela. O contador da capela conferia a relação mensal elaborada pelo apontador e fazia a conta de qual o valor que cada capelão iria receber. No último dia do mês entregava a lista com o nome e os valores ao recebedor. Sob juramento, não podia mostrar a lista a ninguém, exceto ao recebedor, para evitar discussões<sup>640</sup> entre os capelães, e este deveria cingir-se ao que constava nas listas apresentadas pelo apontador. O recebedor da capela recebia no início de cada mês o dinheiro da distribuição do esmoler, e auxiliado pela lista que lhe era facultada pelo contador da capela, fazia o pagamento, publicamente, não podendo exceder em três dias após a entrega da lista pelo contador, o período para que todos os pagamentos fossem efetuados. Ao chantre da capela cabia informar, diariamente, quais os santos cultuados no dia, fazendo um calendário litúrgico para cada mês. Competia-lhe também indicar, no ciclo horário, ou liturgia das horas, quais as que eram cantadas, de entregar aos capelães quais as antífonas, versos e lições para serem cantados nas matinas. Caso os capelães não acatassem, fazia queixa ao apontador, que retirava o capelão prevaricador do registo diário da hora. Uma outra figura era o capelão tesoureiro da capela, que para além de ter um papel auxiliar no culto, era o responsável pelos objetos litúrgicos usados na capela. Durante todo o reinado de D. Manuel I, quem ocupou este cargo foi Simão Vaz, a quem foi dado em abril de 1521, o lugar de chantre da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém<sup>641</sup>.

#### 2.4. ESMOLER-MOR

Desde que D. Afonso Henriques mandou erguer o mosteiro de Alcobaça que o cargo de esmoler-mor do reino estava cometido ao Dom abade da Ordem Cisterciense. Uma das referências mais antigas ao ofício remonta a 1298<sup>642</sup>. No entanto, como os abades não podiam abandonar de forma permanente o seu mosteiro para acompanhar o rei, nomeavam um esmoler pequeno<sup>643</sup>, que em seu nome exercia a função de arrecadar e distribuir as esmolas. Rita Costa Gomes considera que esta influência cisterciense pode estar relacionada com o facto da rede que os monges cistercienses dispunham inserida no

---

<sup>640</sup> «Evitar escândalos», diz o documento, cf. José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...], p. 64.

<sup>641</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 113v (Lisboa, 26/04/1521).

<sup>642</sup> D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, p. 422.

<sup>643</sup> Paulo Drumond Braga, *Esmoler-mor e esmoler menor do reino: nótulas sobre funções de corte (séculos XIII-XVII)*, pp. 491-504, [s. l.], [s.n.], [1995], sep. de *Itinerarium*, XLI (1995), p. 493.

mercado agrícola, de que eram grandes produtores e dispo de grandes reservas de alimentos, determinasse essa preferência, uma vez que as esmolas régias se deveriam fazer em determinadas épocas do ano e em diversos locais, o que implicava uma estrutura organizada para o fazer<sup>644</sup>. Por desentendimentos com o abade comendatário de Alcobaça, o «Alpedrinha», D. João II retirou a comenda a D. Jorge da Costa, que residia em Roma, e substituiu-o por um esmoler por ele apresentado, Lopo Gonçalves, capelão do seu filho, D. Jorge. A este sucedeu frei Fernando, abade do mosteiro cisterciense de Santa Maria dos Tamarães, que exerceu entre maio de 1493 e março de 1497, como consta de uma carta de quitação registada em maio de 1497<sup>645</sup>. Nesse ano, D. Manuel I designou D. Francisco Fernandes, bispo de Fez, para o cargo<sup>646</sup>, cortando assim a prática de ser o Dom frei de Alcobaça a fazê-lo. D. Francisco foi prior da igreja de S. Pedro em Évora, cujo bispo o fez mestre-escola daquela cidade e seu bispo do anel. Mestre de D. Manuel I, que o enviou a Roma para se reunir com o cardeal D. Jorge da Costa, e dar obediência ao Papa Alexandre VI<sup>647</sup>. Morreu em Évora ficando sepultado na igreja de que foi prior. Tem atividade como esmoler até meados de 1504, como se depreende de uma carta de quitação dada em julho de 1509, que o dá quite do que recebeu e despendeu nos anos de 1502, 1503 e os primeiros seis meses de 1504<sup>648</sup>. Diogo de Almeida foi nomeado seguidamente, com atividade registada em 1506<sup>649</sup>. Tal situação não agradou a D. Frei Jorge de Melo, nomeado para dirigir a abadia, que procurou junto de D. Manuel I recuperar o direito perdido. Nomeada uma comissão para analisar o caso, constituída por Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, Rui Boto, chanceler-mor e Rui da Grã, desembargador da relação, deram razão ao demandante, uma vez que o ofício de esmoler menor, sempre fora de nomeação do Dom abade, e este nunca perdera o ofício de esmoler-mor<sup>650</sup>. Em

---

<sup>644</sup> Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* [...], p. 117.

<sup>645</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 93 (Évora, 09/05/1497), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 78.

<sup>646</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 358.

<sup>647</sup> «Catálogo histórico dos summos pontífices, cardeaes, arcebispos e bispos portugueses que tiveram dioceses ou títulos de igrejas, fora de Portugal e suas conquistas, por Manoel Caetano de Sousa», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza*, que neste anno de 1725 se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores dedicada a ElRey nosso Senhor, seu augustíssimo protector, e ordenada pelo Marquez do Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma academia, Lisboa Ocidental, Oficina de Pascoal da Silva, 1725, p. 148.

<sup>648</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 37 (Évora, 18/07/1509). Já no ano de 1502 recebera quitação dos anos de 1500 e 1501, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 7v (Lisboa, 04/02/1502).

<sup>649</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 15 (Tomar, 11/12/1506).

<sup>650</sup> Paulo Drumond Braga, *Esmoler-mor e esmoler menor do reino: nótulas sobre funções de corte (séculos XIII-XVII)* [...], p. 495.



1514, o esmoler real é frei Luís da Costa, abade do mosteiro de Ceira<sup>651</sup>, com atividade até 1517<sup>652</sup>. Em 1521, o esmoler é o capelão Marcos Esteves<sup>653</sup>. Fruto da decisão da comissão constituída para analisar a quem pertencia o cargo de esmoler-mor, que funcionou como sentença da relação, o cargo foi entregue a D. Jorge de Melo, que com esse título é mencionado num registo de março de 1520, onde também se menciona ser o titular da mitra da Guarda, conseguindo manter o cargo de esmoler-mor, por concordância entre D. Manuel I e seus filhos D. João e D. Afonso. A sua anuência para a troca entre o priorado de Alcobaça e o bispado da Guarda, onde era bispo D. Afonso, tornou-o protegido da família real. Em 1514, Leão X nomeia-o protonotário apostólico e concede-lhe, entre outras mercês, a permissão para dizer missas pontificais na capela real<sup>654</sup>.

O cargo detinha uma elevada carga simbólica. Por um lado, o dinheiro destinado às esmolos provinha em grande parte da arca da piedade, onde entravam valores entregues por aqueles que cometiam crimes e a quem era outorgado perdão régio. Neste processo, como temos também envolvida, como parte prejudicada pelo delito, a justiça do rei, o perdão ou comutação da pena envolvia habitualmente o pagamento de verbas para a arca da piedade, que o beneficiário do perdão pagava ao esmoler, o escrivão lançava no livro de receita e eram passados justificativos, assinado por ambos, em como o beneficiário tinha pago o valor estipulado para o tipo de crime cometido, contra o qual lhe era passada carta de perdão registada nos livros de chancelaria. Por outro, o grosso dos quantitativos servia para resgatar os cativos portugueses aprisionados no norte de África<sup>655</sup>, socorrer as necessidades das igrejas em ornamentos e outros objetos de culto e todas aquelas determinadas pelo rei. Quando a coroa começou a pretender interferir em todos os setores da vida do reino, incluindo a assistência, fenómeno que se traduziu na criação de hospitais centrais e nas misericórdias, aqui por interposta vontade, o mesmo sucedeu com a função de esmoler, que se manteve ligada à casa real, e caso não fosse de nomeação régia, seria pelo menos com a confirmação do rei<sup>656</sup>.

---

<sup>651</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 8v (Almeirim, 14/12/1514).

<sup>652</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 25v (Lisboa, 04/02/1517).

<sup>653</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 90 (Lisboa, 21/06/1521).

<sup>654</sup> «Catálogo dos Bispos da Idanha e Guarda composto pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza* que neste anno de 1722 [...], (sem numeração).

<sup>655</sup> Paulo Drumond Braga, *Esmoler-mor e esmoler menor do reino: nótulas sobre funções de corte (séculos XIII-XVII)* [...], p. 502.

<sup>656</sup> Paulo Drumond Braga, *Esmoler-mor e esmoler menor do reino: nótulas sobre funções de corte (séculos XIII-XVII)* [...], p. 503.

Todas as verbas eram assentes no livro respetivo pelo escrivão do ofício de esmoler. Álvaro Fernandes, capelão, foi nomeado para o desempenhar em novembro de 1498<sup>657</sup>. Administrador da capela chamada do Corpo de Deus, na igreja de Santa Maria do Castelo, da vila de Estremoz<sup>658</sup>, apresentado como prior da igreja da vila de Manteigas, no bispado da Guarda<sup>659</sup>, faleceu antes de 14 de maio de 1510, com se atesta no registo de chancelaria, em que o rei faz mercê da administração da capela chamada do Corpo de Deus, na igreja de Santa Maria do Castelo, da vila de Estremoz, a Rodrigo Aires, escudeiro, irmão de Álvaro Fernandes, com renda de 2.000 reais e 30 alqueires de trigo<sup>660</sup>. Este foi substituído no cargo por Marcos Esteves, que já o desempenhava nos seus impedimentos, e a quem fora dada a apresentação da igreja de Santa Eulália, do concelho de Besteiros, no bispado de Viseu<sup>661</sup>.

## 2.5. PREGADOR

Escrevia D. Duarte no seu *Livro dos Conselhos*, que o primeiro tempo do dia seria ocupado a ouvir missa, acompanhado do seu confessor, do pregador, do bispo que diria a missa, do esmoler e dos restantes capelães<sup>662</sup>. Opinião idêntica à de Diogo Lopes Rebelo, que aconselhava o rei a ser solícito nos ofícios divinos, para que com muita devoção e reverência os ouvisse. E acrescentava mais: que devia ouvi-la todos os dias com muita devoção e durante a sua celebração meditar e firmemente crer, defender e proteger a santa fé católica<sup>663</sup>. A pregação adquire, por isso, um valor escatológico, pois é dela que dimana a mensagem que salva, uma vez aceite e vivida. É pela pregação que se dá unidade à comunidade espiritual que a ela assiste, unida à missão de Cristo. A dinâmica da pregação assenta em dois vetores: um apontado à intimidade do homem, à sua mente, o outro relacionado com o mundo que o rodeia. Era entre as ordens mendicantes, dominicanos e franciscanos, que se encontravam os melhores oradores, aqueles que dominavam a técnica da pregação, utilizando as práticas da retórica. Iniciavam a pregação com a indicação do assunto, para conseguir a atenção e a predisposição do auditório. Seguia-se a narração ou exposição do assunto, apresentada na medida justa e necessária e por fim a

---

<sup>657</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 131 (Montemor-o-Novo, 21/11/1498).

<sup>658</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 2, fl. 34 (Lisboa, 04/06/1502).

<sup>659</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 36 (Lisboa, 28/04/1504).

<sup>660</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 17v/18 (Santarém, 14/05/1510).

<sup>661</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 1 (Santarém, 25/01/1511).

<sup>662</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 11.

<sup>663</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], p. 75.

peroração, que implicava dispor o ouvinte a favor do orador, amplificar ou atenuar o exposto, excitar as paixões de quem ouvia e recapitular a mensagem, mas sempre na persecução de fortalecer os laços da sociedade cristã em torno da mensagem de Cristo. Como se pode verificar na descrição das várias cerimónias da capela real<sup>664</sup>, cabia ao rei escolher qual o pregador que naquele dia iria pregar.

Na chancelaria só encontramos como pregador do rei, Fernão Vaz, bacharel, a quem foi feita mercê da apresentação da igreja de S. Miguel de Fornos de Algodres, no bispado de Viseu, em setembro de 1510<sup>665</sup>. Em outubro de 1514, recebeu de vestimenta 2.376 reais<sup>666</sup> e, em fevereiro de 1516, recebeu um pelote, um capelo e um manto<sup>667</sup>. Em janeiro de 1517, já era Fernão Vaz mestre, seu irmão Afonso Vaz, porteiro da câmara, foi promovido a guarda das casas da Guiné e Índia<sup>668</sup>, ofício melhor remunerado. A apresentação da vigairaria da Igreja de S. Pedro de Folgosinhos, no arcebispado de Braga foi-lhe entregue em dezembro de 1520<sup>669</sup>.

## 2.6. CONFESSOR

Figura pouco estudada na historiografia portuguesa, o papel do confessor régio revela-se importante no dia a dia do monarca. Conselheiro e confidente, era o mais próximo da intimidade física e espiritual do rei. Ponte entre o profano e o espiritual, com ele o rei partilhava os seus pensamentos mais íntimos, as dúvidas mais intensas, as práticas mais cruéis. Até D. Manuel I, os confessores régios foram escolhidos entre os membros das chamadas ordens mendicantes, franciscanos e dominicanos, com evidente prevalência que estas obtinham sobre as ordens religiosas existentes no reino, pela frugalidade, humildade e despreendimento dos bens materiais, que pregavam como exemplo de vida, à semelhança da de Jesus Cristo. Eram eles que dominavam a oratória da pregação, eram eles que viviam no século e por isso compreendiam e julgavam de acordo com o que ao século dizia respeito, para além de terem uma sólida formação canónica e teológica. Este binómio, conhecedores da realidade social, política e económica e ao mesmo tempo senhores de uma sólida formação religiosa permitia-lhes o

---

<sup>664</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, *O Cerimonial da Capela Real* [...].

<sup>665</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 37v (Santarém, 07/09/1510).

<sup>666</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 52, n.º 3 (02/10/1514).

<sup>667</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 63, n.º 97 (07/02/1516).

<sup>668</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 159 (Lisboa, 16/01/1517).

<sup>669</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 129 (Évora, 01/12/1520).

exercício do múnus de diretores de consciência<sup>670</sup>, em que o peso da sua palavra, avisada e responsável, permitia ao rei manter o equilíbrio entre o fazer o bem comum e o não sofrer as penas do purgatório.

Quando D. João II faleceu, D. Manuel I pediu a frei João da Póvoa<sup>671</sup>, frade observante da Ordem de S. Francisco e vigário provincial da mesma, homem virtuoso e de santa vida<sup>672</sup> que fosse seu confessor, como já o fora de seu primo, D. João II, ao que o frade anuiu. Passado algum tempo, acabando de confessar o monarca<sup>673</sup>, pediu-lhe escusa de continuar a ser seu confessor. Perguntando-lhe o rei a razão, respondeu o frade que:

«Quando confessava a elRey D. Joaõ q está em gloria vosso primo, tinha com elle esta maneira, e elle comigo, depois q elle se acuzava de todas as culpas q lhe lembravaõ me dizia estas palavras: Padre eu me tenho acuzado de tudo o q sabia, e me lembrou, agora vos peço e rogo, q me acuzeis do q sabeis, para q eu trate de o emmendar e remediar, entaõ lhe deria eu, e o advertia das queixas q me faziaõ cá por fora, e elle ou me dava logo aly satisfação dellas, de modo q me dava eu por contente, ou me prometia de as remedear, e as remedeava de sorte q nunca mais me chegavaõ as mesmas queixas. Eu neste pouco tempo q há q vos confesso vos tenho advertido de algumas couzas malfeitas q se fazem, para q ponhaes remedio nellas, e com tudo naõ as vejo remedeadas cá por fóra, q he só o interesse q eu podia tirar do trabalho q tenho em vos confessar, sinal he q pondes pouco cobro nisso: confessaivos com quem quizeres q eu quero tratar de me recolher e aparelharme para a morte q naõ deve andar já muito longe de my»<sup>674</sup>.

Retorquiu D. Manuel I, sentindo a resolução inabalável nas palavras do franciscano, que morreria daí a alguns anos em 1506, que uma vez que o não queria confessar, se não lhe podia indicar algum outro irmão, letrado, uma vez que tinha muita

---

<sup>670</sup> João Francisco Marques, «Franciscanos e dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias. Espiritualidade e política», *Revista da Faculdade de Letras*, série Línguas e literaturas, anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, pp. 53-60 [...], p. 60.

<sup>671</sup> Sobre frei João da Póvoa ver Vítor Gomes Teixeira, «Fr. João da Póvoa e o movimento da observância franciscana portuguesa entre 1447 e 1517», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo XVII, Lisboa, 2005, pp. 227-254.

<sup>672</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCVIII, p. 275. Relata Garcia de Resende que tendo o rei acabado de se confessar, ficando a sós com o confessor, ditou o testamento que nomeava como herdeiro do trono o duque de Beja, D. Manuel I. Cf. Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. LXXVI, p. 186.

<sup>673</sup> Embora acompanhasse o rei nas suas deslocações, estava com ele apenas o tempo necessário para as confissões e nada mais, logo depois delas se recolhendo às casas da Ordem mais próxima, cf. Vítor Gomes Teixeira, «Fr. João da Póvoa e o movimento da observância franciscana portuguesa entre 1447 e 1517» [...], p. 247.

<sup>674</sup> *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*, leitura do texto, introdução, notas e índices de Christopher L. Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, pp. 161-162.

devoção em continuar a ser confessado por frades da Ordem de S. Francisco. Na resposta, cheia de subtileza, frei João da Póvoa retorquiou que duvidava muito de quem estivesse disposto a confessar o rei, no entanto podia sugerir um, fidalgo, letrado antes de ingressar na ordem, a quem iria propor o pedido do rei<sup>675</sup>. Esse frade, escolhido para confessor de D. Manuel I, que no mundo se chamava Diogo Gomes da Silva, ficou conhecido como D. Diogo da Silva, foi nomeado arcebispo de Braga em 1540, depois de ser bispo de Ceuta entre 1534 e 1539.

Num período em que a Ordem dos Frades Menores se encontrava dividida entre os que pretendiam impor a claustra (conventuais) e os que pretendiam, «em traços gerais, uma observância mais estreita e presente não apenas da Regra como do espírito e sentimento religioso do fundador dos franciscanos, na senda da vivência plena dos preceitos de vida evangélica e em autêntica pobreza, numa dimensão eremítica e afastada da conventualidade e das cidades e dos poderes»<sup>676</sup> (observantes), com a promoção de D. Diogo a Arcebispo de Braga, D. Manuel I escolheu um dominicano para seu confessor, frei Jorge Vogado. Escreveu frei Luís de Sousa que Jorge Vogado era moço da câmara de D. João II, e ouvindo-o tecer grandes encómios aos frades do convento de Azeitão, do que praticavam em matéria de religião, conjuntamente com outros dois moços da câmara presentes, «todos três abrasados do mesmo fogo do Espírito Sancto: porque a obra era toda sua, pera bem d'elles, tomando Deus por Orgão, e instrumento a boca d'el-Rei»<sup>677</sup>, logo decidiram demandar Azeitão e receber o hábito. Frei Jorge foi mestre em teologia e abalizado pregador. Depois de prior de muitos conventos, foi vigário dos observantes e duas vezes provincial de toda a província unida<sup>678</sup>. Mestre em teologia, aconselhou D. Manuel I a expulsar os mouros e judeus do reino<sup>679</sup>, na linha de um espírito anti-judaico iniciado em Castela, sendo D. Manuel I obrigado a segui-lo mercê do contrato de casamento com a sua primeira mulher, D. Isabel<sup>680</sup>. Como a D. Manuel I não interessava

---

<sup>675</sup> *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista* [...], p. 162.

<sup>676</sup> Vítor Gomes Teixeira, «Fr. João da Póvoa e o movimento da observância franciscana portuguesa entre 1447 e 1517» [...], p. 227.

<sup>677</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 994-995.

<sup>678</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos* [...], p. 996.

<sup>679</sup> Pedro Monteiro, *Claustro Dominicano*, vol. I, Lisboa Occidental, Antonio Pedrozo Galram, 1729, p. 268.

<sup>680</sup> No documento «Capitulaciones para el matrimonio del rey don Manuel de Portugal y la infanta Ysabel, hija de los Reyes Catolicos. Confirmadas por los Reyes Catolicos y el principe Juan en igual fecha», datada de Burgos a trinta de novembro de 1496, sendo uma das partes os reis de Castela e Aragão e o seu príncipe herdeiro e a outra o rei de Portugal, representado por D. Álvaro de Portugal não consta a exigência da saída dos judeus doo reino de Portugal. É num documento mais tardio, registado em Medina del Campo a 21 de junho de 1497, que os reis Catolicos transmitem a D. Álvaro a exigência da princesa, que colocava como

de todo a expulsão dos judeus, numa época em que se relançavam as explorações das rotas marítimas, foi encontrada uma solução de recurso em que os judeus presentes em Lisboa, que aguardavam transporte para fora do reino, foram convertidos à força, os chamados batizados em pé<sup>681</sup>, em março de 1497. Não era prática nova, já em 1493, D. João II, enviara para S. Tomé, com Álvaro de Caminha, perto de 2.000 crianças judias, com idades inferiores a oito anos, depois de devidamente batizadas<sup>682</sup>. Se a prática não era nova, D. Manuel I inovou no facto de decretar em 30 de maio do mesmo ano, que num espaço de vinte e cinco anos as autoridades eclesiásticas não teriam ação sobre eles. Decreto que seu filho estenderia por um período de mais dez anos. Esta ação de batizar os judeus terá tido em D. Jorge Vogado um dos defensores, prática que os dominicanos também prosseguiram, a da conversão dos não-cristãos, que infelizmente caiu por terra em 19 de abril de 1506, quando os frades dominicanos do convento de S. Domingos, em Lisboa, instigaram o que foi um dos grandes, e último, massacre de judeus em Lisboa, no qual pereceram mais de 1.000 pessoas só no primeiro dia de desacatos<sup>683</sup>. Já anteriormente, em 24 de maio de 1504, ocorrera uma altercação entre cristãos novos e cristãos velhos, com quarenta jovens cristãos velhos a serem degredados para a ilha de S. Tomé, o que foi considerado um vexame<sup>684</sup>. Frei Jorge Vogado, tido por pessoa grave e digno de toda a honra, confessor de D. Manuel I, junto de quem se encontrava no momento em que expirou<sup>685</sup>, ainda era vivo em 1537, quando D. João III o mandou visitar a duquesa de Saboia sua irmã, que se encontrava de luto pela perda de um filho<sup>686</sup>

## 2.7. CANTORES

A expansão do cristianismo por todo o império romano impôs a música, sobretudo a vocal, na celebração litúrgica, fazendo do canto uma oração que unisse os cristãos numa

---

condição para que o esposório se realizasse, a saída de todos os hereges do reino de que ela seria rainha, antes da sua entrada em território português, cf. *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los reyes católicos*, edicion preparada e anotado por Antonio de la Torre y Luis Suarez Fernandez, vol. III, Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1958, documentos 467 e 470.

<sup>681</sup> Ver Elias Lipiner, *Os batizados em pé. Estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal*, Lisboa, VEGA, 1998.

<sup>682</sup> Elias Lipiner, *Os batizados em pé* [...], p. 20.

<sup>683</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. CII, p. 254.

<sup>684</sup> Susana Bastos Mateus e Paulo Mendes Pinto, *O massacre dos judeus, Lisboa, 19 de abril de 1506*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Alêtheia Editores, 2012, p. 68. Não cumpriram pena por interceção da rainha D. Isabel.

<sup>685</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIII, p. 222.

<sup>686</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos* [...], p. 996.

maior participação em louvor de Deus<sup>687</sup>. Com a criação da capela real, as práticas musicais associadas ao culto são acarinhadas pelos diferentes monarcas, encontrando o seu ponto supremo no reinado de D. João V, quando para a sumptuosa capela real são contratados compositores e executantes de vulto, como Domenico Scarlatti, participando o próprio rei com a elaboração de diversas partituras<sup>688</sup>. A primeira referência a tais práticas, indicam que foi no reinado de D. Dinis que se começou a cantar na capela do paço de Lisboa, de invocação a S. Miguel, o ofício divino nas vésperas solenes<sup>689</sup>, mas será com D. Duarte e o seu *Do Regimento que se deve ter na Capela para ser bem regida*<sup>690</sup>, que se tem, de forma escrita, as primeiras determinações sobre o comportamento e ação dos cantores durante o culto. Composto por trinta itens, correspondentes ao capítulo LRVI do dito regimento, dedicou o monarca vinte e cinco ao canto e aos cantores da capela real, estabelecendo regras e aconselhando o que lhe parecia ser o certo. Podemos agrupá-los em três grandes áreas, que podem corresponder a outras tantas preocupações de D. Duarte no bem servir a Deus, quando ao serviço da capela. Homem de rigor e disciplina que exigia fossem de imediato corrigidas as imperfeições encontradas, não pactuando com o aligeirar de responsabilidades, pretendia o monarca que o espaço da capela real fosse de contemplação e devoção, determinando para isso que se devia manter silêncio na igreja e no coro, devendo cada um dos intervenientes estar sossegado no seu lugar, não se consentindo risos ou ruídos e muito menos falas. Mais escrevia, que era avisado que preparassem com antecedência as cerimónias, selecionando aqueles que teriam uma maior participação na liturgia, o que seria cantado e por quem, mas, acima de tudo, exigia pontualidade, para não terem que fazer esperar o senhor, que de véspera os informara a que horas queria ouvir missa.

Não intervindo diretamente na liturgia, mas não se coibindo o monarca de determinar a duração das diferentes cerimónias que se praticavam na capela, como se constata no capítulo LRVII, «Do tempo que se detêm nos ofícios da capela», do *Leal Conselheiro*<sup>691</sup>, uma das suas preocupações recaía sobre a escolha dos cantores e a forma como o canto devia ser executado. Aconselhava que o que se cantasse estivesse

---

<sup>687</sup> *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira Azevedo, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 293.

<sup>688</sup> João de Freitas Branco, *História da Música Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada, organização, fixação do texto, prefácio e notas de João Maria de Freitas Branco, Mem Martins, Publicações Europa América, 1995, pp. 194-195.

<sup>689</sup> George Cardoso, *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illvstres em virtvde do reyno de Portvgal e svas conquistas*, tomo I, Lisboa, Oficina Craesbeekiana, 1657, p. 400.

<sup>690</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], pp. 409-412.

<sup>691</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], pp. 413-415.

relacionado com as cerimónias do dia, triste ou mais alegre, consoante o tempo litúrgico. Recomendava que antes de se iniciar o culto, os que nele participavam deviam ser informados do papel que cada um iria desempenhar e o que fosse cantado devia ser por todos conhecido, num tom que todos pudessem acompanhar sem desafinar «porque uma corda destemperada é bastante para destemperar um instrumento». Por isso se deviam escolher as vozes dos capelães: um para cantar alto, outro contra e um para tenor<sup>692</sup>, devendo todos ensaiar com assiduidade para não cantarem desacertadamente. Sobre o local onde se cantava, este não devia ser perto de nenhuma janela, uma vez que o vento fazia diminuir o som da voz, som esse que devia ser cantado de «papo»<sup>693</sup> e não de «língua ou de desvairamento da boca». Para a boa compreensão do que era cantado, e porque era hábito de alguns cantores não articular bem as palavras, pede que as letras sejam bem pronunciadas e de acordo com o que estava escrito, quer fosse na melodia de base, fosse no improvisado que sobre ela era cantado «salvo se ela for desonesta pera se dizer», o que segundo João de Freitas Branco se pode relacionar com o facto de no tipo de composição musical para a igreja mais usado, o motete a três vozes (*tenor, motetus e triplum*), se utilizar a sobreposição de letras diferentes, que podiam ser profanas e mesmo escabrosas<sup>694</sup>.

Finalmente, a preocupação com a escolha de cantores e sua formação. Escrevia D. Duarte, para que a capela funcionasse eram necessários quatro elementos: o capelão mor, o mestre da capela, o tenor e o mestre dos moços. Era entre os moços da capela que se escolhiam daqueles que iriam participar no coro da igreja. Seleccionava-se para moço da capela os que tivessem sete ou oito anos, boa voz e boa aprendizagem, e que fossem sossegados, pois eram aqueles com estas características que se tornariam bom clérigos e bons cantores. Como a mudança de voz ocorria perto dos doze anos de idade, recomendava o monarca que se tivesse esse facto em atenção, recrutando-se sempre tendo em atenção a homogeneidade do grupo, entre aqueles que abandonavam e os que ficavam doentes, devendo ser mantido o número de quatro cantores moços nas cerimónias, de uma reserva de seis treinados para cantar. Quando os cantores perdiam a voz, devia ser-lhes ensinado a ler latim por um período de dois ou três anos, o que lhes traria benefício quando

---

<sup>692</sup> Os que cantavam de alto eram os de voz mais aguda, baixando na tessitura os contra e por fim os tenores que cantavam em tom mais grave. O tenor era quem cantava a linha fundamental da melodia litúrgica, cf. João de Freitas Branco, *História da Música Portuguesa* [...], p. 75. O papel do tenor era de tal forma importante na estrutura da capela, que D. Duarte o menciona entre as quatro entidades necessárias para o funcionamento desta.

<sup>693</sup> Era um tipo de colocação de voz a que se deu o nome de cantar de garganta.

<sup>694</sup> João de Freitas Branco, *História da Música Portuguesa* [...], p. 76.



ajudassem à missa, nas vésperas e nos outros ofícios. Era do mestre da capela a incumbência de ensinar os moços a cantar. Requeria-se que fosse versado no saber e jeito de cantar, de bons costumes e compreensivo, mas castigando-os quando errassem, fosse no canto ou noutra situação, guiando-os para que adquirissem bons costumes e forma de viver. Devia treinar os moços no canto, ensinando-lhes cantigas logo pela manhã, após os moços terem paramentado o altar e antes que o senhor chegasse para o ofício, treinando não só a voz e as canções litúrgicas, mas a própria liturgia. Para tal, deviam os cantores saber cantar e ler as missas que celebrassem e aprender o saltério<sup>695</sup>, porque, escrevia o rei D. Duarte, «não pode ser bom clérigo se não souber o salteiro»<sup>696</sup>.

D. Afonso V prosseguiu o desenvolvimento da capela real e da música nela ouvida. Não sendo um purista como seu pai, gostava de ouvir música, como nos deixou escrito Rui de Pina<sup>697</sup>. Na sua capela brilharam dois músicos, um dos quais, Álvaro Afonso, escreveu um canto litúrgico em louvor das vitórias na tomada de Arzila e Tânger e foi enviado a Inglaterra para ali se inteirar do cerimonial litúrgico, principalmente as da coroação do rei e da rainha, e as exéquias reais, celebrado na capela da catedral de Salisbúria e dele trazer uma cópia<sup>698</sup>. Nessa cópia também ficaram indicadas várias antífonas e uma missa de requiem<sup>699</sup>.

D. Afonso V aumentou, com autorização papal, o número de cantores da sua capela, o que foi mantido por seu filho na capela real que funcionava no convento de S. Francisco em Évora. Com construção da igreja de S. Tomé, adossada ao paço da Ribeira, D. Manuel I vai promover a capela real a um estatuto mais elevado, dada a proximidade ao novo paço régio da Ribeira, onde se movimentava a corte e onde estavam instalados diversos serviços de administração do reino, entre eles a casa da Índia, dotando-a de um sumptuoso cerimonial e de uma riqueza de alfaias, reforçando a estratégia de representação simbólica do poder régio. Damião de Góis descreveu que o monarca «foi musico de vontade»<sup>700</sup>, contratando cantores de muita qualidade e músicos, tangedores, que vinham de toda a parte da Europa, a quem dava boas condições e oferecia altos

---

<sup>695</sup> O saltério era o livro de salmos e não o instrumento musical.

<sup>696</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], p. 412.

<sup>697</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina. S. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, cap. CCXIII, p. 881.

<sup>698</sup> Sousa Viterbo, «A musica no tempo de D. Afonso V», *A Arte Musical*, anno VI, numero 121, Lisboa, 15 de janeiro de 1904, p. 4.

<sup>699</sup> Ernesto Vieira, *Diccionario Biographico de Musicos portugueses*, vol. 1, Lisboa, Tipografia Mattos Moreira e Pinheiro, 1900, p. 4.

<sup>700</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 224.

salários para que vivessem honradamente, gratificando-os com outras mercês, no que resultava, nas palavras do cronista, em ter uma das melhores capelas de quantos reis e príncipes então reinavam. Como o acompanhamento musical do cerimonial litúrgico, fossem ofícios ou missas, podia ser executado pelo coro, caso se cantasse em cantochoão, ou pela capela, para tudo o que fosse polifonia, dois elementos eram imprescindíveis para o bom governo do coro e da capela. Para o primeiro temos o cantor-mor ou tenor, e para a polífona o mestre da capela, que deveria ter competência e experiência para reger o grupo de cantores que cantava à estante alta<sup>701</sup>, ensinar os moços, ensaiar o que se cantava e, dependendo da sua qualidade, criar composições para serem cantadas pela capela. Para o reinado de D. Manuel I, conhecem-se dois mestres da capela. Foram eles João de Coimbra e Mateus de Fontes<sup>702</sup>.

João de Coimbra já seria mestre da capela no reinado de D. João II, onde substituíra Nuno Álvares, como se depreende da carta de mercê dada em janeiro de 1496, na qual D. Manuel I lhe faz mercê da tença anual de três moios de trigo, como os tivera o anterior mestre da capela<sup>703</sup>, para no mesmo mês lhe carregar outra tença, esta de 5.000 reais em consideração pelos serviços prestados, pelo beneficiado e por seu filho Estevão de Sá, também cantor da capela real de D. João II<sup>704</sup>. A tença, em consideração por serviços prestados, será aumentada para 10.000 reais em setembro de 1504<sup>705</sup>, com efetividade a partir de janeiro de 1505. Já era falecido, João de Coimbra, em junho de 1506, quando D. Manuel I trespassou a tença de três moios de trigo, a serem pagas nas jugadas de Santarém, para sua mulher, Beatriz de Sá<sup>706</sup>. No Corpo Cronológico conservam-se alguns documentos que lançam um pouco mais de luz sobre esta mercê. Em 1510, são passados mandados de pagamento dos moios de trigo desta tença respeitantes aos anos de 1506 e 1507<sup>707</sup>, e 1509<sup>708</sup> os quais são recebidos por Simão de

---

<sup>701</sup> Cristina Maria de Carvalho Cota, *A Música no Convento de Cristo em Tomar, desde finais do século XV até finais do século XVIII*, Lisboa, Edições Colibri, 2017, p. 182.

<sup>702</sup> Hugo Filipe Teles Porto, *Os cantores na administração nos reinados de D. Manuel I e D. João III*, dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 103.

<sup>703</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 80v (Montemor-o-Novo, 07/01/1496).

<sup>704</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 80v (Montemor-o-Novo, 12/01/1496).

<sup>705</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 31 (Sintra, 02/09/1504).

<sup>706</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 11v (Tomar, 08/06/1506).

<sup>707</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 22, n.º 97 (19/07/1510), transcrito por Sousa Viterbo, «Mestres da capella real nos reinados de D. João II e D. Manuel», *A Arte Musical*, ano VIII, número 176, Lisboa, 30 de abril de 1906, p. 98.

<sup>708</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 23, n.º 44 (16/08/1510), transcrito por Sousa Viterbo, «Mestres da capella real nos reinados de D. João II e D. Manuel» [...], número 176, pp. 98-99.

Miranda, fidalgo da casa do rei, procurador dos herdeiros de Beatriz de Sá, no mês de agosto do ano de 1510.

Mateus de Fontes foi quem se seguiu a João de Coimbra no cargo de mestre da capela real, como se depreende de um mandado de D. Manuel I, em que manda entregar, corria o mês de setembro de 1513, uma peça de escravo, dos vindos do Manicongo<sup>709</sup>, no valor de 8.000 reais, ao mestre da capela Mateus de Fontes, o qual só foi entregue no mês de abril de 1514<sup>710</sup>. Foreiro do hospital dos Peliteiros, arrematado e aforado em vida de três pessoas, pelo preço de 17.250 reais em cada ano, que deviam ser pagos ao Hospital Real de Todos-os-Santos, fora a arrematação feita em 1502, tendo o monarca determinado que ele nada pagasse enquanto fosse vivo, por doação régia, entregando o rei, em contrapartida, casas e terrenos ao dito hospital, equivalentes ao dinheiro a pagar por Mateus de Fontes. Como se extraviara o documento original, foi passada uma segunda via, esta datada de 1518, cujo registo se encontra integrado na Chancelaria de D. João III<sup>711</sup>. Em fevereiro de 1516, mandou D. Manuel I entregar a diversos elementos da sua capela, peças de vestuário, que foram distribuídas da seguinte forma: o bispo da Guarda, o capelão mor, Simão Vaz, o capelão tesoureiro da capela, Álvaro Rodrigues, mestre das infantas, D. Diogo Ortiz, mestre dos infantes, Diogo Fernandes Cabral, deão da capela do príncipe e ao mestre da capela, Mateus de Fontes, receberam mantões, pelotes e capelos, o porteiro da capela, Diogo Fernandes, loba, pelote carapuça e beca, os moços da capela, António Lopes, Jorge de Oliveira, Rodrigo, João Fernandes e João Vaz, receberam pelotes e carapuças, para os cantores Vila Castim e Badajoz, lobas, pelotes e carapuças<sup>712</sup>. Do mestre da capela Mateus de Fontes, deixou-nos memória Garcia de Resende, na sua *Miscelânea*, na décima consagrada aos músicos:

«Musica vimos chegar  
a mais alta perfeiçam,  
Sarzedo, Fonte cantar,  
Francisquilho assi juntar  
tanger, cantar, sem razam:  
Arriaga que tanger!  
ho cego que gram saber

---

<sup>709</sup> Região que ocupava o sul da atual República Democrática do Congo e o norte de Angola.

<sup>710</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mc. 13, n.º 58 (19/09/1513).

<sup>711</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 3, fl. 32v (Lisboa, 20/05/1518), transcrito por Sousa Viterbo, «Mestres da capella real nos reinados de D. João II e D. Manuel» [...], número 176, p. 100.

<sup>712</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 63, n.º 91 (06/02/1516).

nos órgãos! E o Vaena!  
Badajoz! Outros que a penna  
Deixa agora descrever»<sup>713</sup>.

Encontrando-se no *Cancioneiro Geral* uma trova que lhe faz alusão:

«Quizera ver a de Fonte  
Que. ante conte,  
Lhe houvera de responder:  
Porque há tanto que dizer,  
Que fôra de monte a monte.  
Ele cuida que é capaz,  
E n'isto jaz;  
Mandem-a e responderei,  
Por ela lhe amostrarei.  
Se é assim ou o contrafaz»<sup>714</sup>.

Frei João de Vila Castim<sup>715</sup>, foi um cantor da capela real de D. Manuel I que se tornará mestre da capela de D. João III. Em setembro de 1513, D. Manuel I manda entregar-lhe um escravo no valor de 8.000 reais<sup>716</sup>, para, em junho de 1514, lhe fazer mercê de uma tença de 20.000 reais<sup>717</sup>. Em fevereiro de 1516, foi um dos beneficiados com a distribuição de peças de vestuário do guarda roupa régio<sup>718</sup> e, em abril de 1518, foi-lhe feita mercê do foro de 18.500 reais em sua vida, confirmado por D. João III em agosto de 1524<sup>719</sup>. Gil Vicente também fez uma referência ao cantor na *Farsa de Inês Pereira*. Falando de músicos notáveis no seu tempo diz:

«Fomos a Vila Castim  
E falou-nos em latim:

---

<sup>713</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], p. 363.

<sup>714</sup> Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, Stuttgart, Literarischer Verein, 1852, p. 270.

<sup>715</sup> Sousa Viterbo propõe que o epíteto de frei se relacionasse com a integração de João de Vila Castim em alguma ordem militar, dando como exemplo a de Cristo. Certo é que teve filhos. Em outubro de 1543, D. João III trespassa o foro de 18.500 reais, que lhe foram atribuídos em 1518, para o seu filho Francisco de Vila Castim, escudeiro fidalgo da casa real, que iria casar com Ana Urenha, moça da câmara da rainha D. Catarina, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 5, fl. 22v (Évora, 02/08/1524), transcrito por Sousa Viterbo, «Mestres da capella real nos reinados de D. João II e D. Manuel», *A Arte Musical*, ano VIII, numero 177, Lisboa, 15 de maio de 1906, p. 106.

<sup>716</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 13, n.º 59 (19/09/1513).

<sup>717</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 48, n.º 7 (04/06/1514).

<sup>718</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 63, n.º 91 (06/02/1516).

<sup>719</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III, Doações*, liv. 14, fl. 12v (Évora, 02/08/1524).

Vinde cá daqui a uma hora,  
E trazei me essa senhora»<sup>720</sup>.

Foram vários os cantores favorecidos com mercês régias, tendo alguns deles seguido percurso nos cargos de administração do reino. Marcos Afonso desempenhou o ofício de escrivão da câmara e almotaçaria da vila da Covilhã, para o qual fora indicado por carta dada por D. Manuel I, enquanto duque de Beja, em janeiro de 1485, que lhe confirmou o ofício, já como rei, em abril de 1496<sup>721</sup>. Em maio de 1499, é-lhe feita mercê do ofício de escrivão dos selos que se punham nos panos meirinhos<sup>722</sup> da vila da Covilhã e do seu termo, no lugar de outro a quem o contador da dita comarca dera o lugar<sup>723</sup>, e, em setembro do mesmo ano, acumulou o ofício de escrivão do selo da Covilhã e seu termo<sup>724</sup>. A sua progressão pessoal é notória quando é nomeado tabelião perante os juízes da cidade de Lisboa<sup>725</sup>, registando o seu sinal de tabelião no livro da chancelaria<sup>726</sup>, em janeiro de 1503, renunciando, em mão do rei, aos cargos que exercia de escrivão dos selos da Covilhã e de escrivão da câmara e almotaçaria da mesma vila. Corria o mês de janeiro de 1505, quando o rei nomeou Pedro Homem, escudeiro da casa real, para esses cargos<sup>727</sup>. A trajetória do cantor João Lourenço no reinado de D. Manuel I começa com a sua nomeação, em janeiro de 1496, para selador na alfândega de Lisboa<sup>728</sup>, recebendo para além salário mais um real por cada selo que colocasse, para, em novembro de 1498, ser chamado a substituir o falecido Tomás Dias no cargo de escrivão dos foros das sisas de Lisboa<sup>729</sup>. Em virtude de outro falecimento, desta feita o de João Afonso, que ocorrera antes de 27 de abril de 1501, foi nomeado escrivão do desembargo e petições perante os desembargadores do paço na corte e casa da suplicação, e bem assim de escrivão dos feitos dos agravos que iam à casa do cível<sup>730</sup>. Com esta nomeação deixou o ofício de

---

<sup>720</sup> Gil Vicente, «Farsa de Inês Pereira», *Obras completas*, com prefácio e notas do prof. Marques Braga, vol. V, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1944, p. 242. Ver também, Gil Vicente, *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente*, introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

<sup>721</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 95/95v (Palmela, 18/04/1496).

<sup>722</sup> O pano meirinho era feito de lã de carneiro merino, que é uma lã mais fina e de maior valor, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. V, p. 6.

<sup>723</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 37v (Lisboa, 17/05/1499).

<sup>724</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 63 (Setúbal, 13/09/1499).

<sup>725</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 1v (Lisboa, 13/01/1503).

<sup>726</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 1v.

<sup>727</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 46 (Lisboa, 04/01/1505). Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 47v/48 (Lisboa, 14/01/1505).

<sup>728</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 79v (Montemor-o-Novo, 07/01/1496).

<sup>729</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 12 (Sintra, 10/11/1498).

<sup>730</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 19v (Lisboa, 27/04/1501).

escrivão dos feitos das sisas da cidade de Lisboa, que o rei entregou a outro cantor, de seu nome Duarte Fernandes<sup>731</sup>. No mesmo ano, mas em julho, no exercício do ofício de selador na alfândega de Lisboa fica com a aposição dos selos nas coisas que pertencessem à sisa da marçaria e das herdades, o que lhe renderia por cada selo que pusesse, um ceitel e meio<sup>732</sup>. Exerceu durante pouco tempo neste ofício, vendendo-o, em maio de 1504, a António Rodrigues, escudeiro, morador em Lisboa, com autorização régia<sup>733</sup>. Em setembro de 1516, cavaleiro da casa real, é-lhe feita mercê do arrendamento de uma terra situada na lezíria, em Vila Franca de Xira, com a obrigação de pagar o terço do que produzisse<sup>734</sup>. No último ano do reinado, em fevereiro de 1521, por falecimento de Fernão Rodrigues, é nomeado mestre de capela do príncipe, com 2.000 reais de moradia por mês, quantia idêntica à auferida pelo mestre da capela real, além da diária de cevada<sup>735</sup>. Recebia com o hábito da Ordem de Cristo 10.000 reais<sup>736</sup>. Fernão Rodrigues, mestre da capela do príncipe D. João, escudeiro e cantor da capela real fora nomeado escrivão dos desembargadores do paço, dos agravos e capelas da casa da suplicação e dos agravos das terras do Infantado, substituindo nos cargos, em abril de 1511, João Álvares exonerado por erros cometidos<sup>737</sup>. Em agosto de 1513, acumula com o de escrivão junto dos ouvidores da casa da suplicação<sup>738</sup>. Com a sua morte, ocorrida antes de 13 de fevereiro de 1521, o doutor Diogo Pires, do desembargo do rei e corregedor dos feitos crimes na corte e casa da suplicação, é nomeado para o cargo de escrivão dos ouvidores da casa da suplicação. Como o cargo que desempenhava não lhe permitia acumulação, foi-lhe permitido nomear alguém para o lugar, desempenhando o cargo por si<sup>739</sup>. O outro ofício, de escrivão dos agravos e desembargo do paço, foi entregue a Pedro do Porto, mestre da capela do cardeal, o infante D. Afonso<sup>740</sup>.

Diogo de Belmonte foi outro cantor a quem foi dada a mercê do ofício de escrivão dos corregedores da corte, ficando registada no último dia do mês de dezembro de 1500<sup>741</sup>, cargo que exerceu até pelo menos o último dia do ano de 1515, quando são

---

<sup>731</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 21v (Lisboa, 29/04/1501).

<sup>732</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 46 (Lisboa, 10/07/1501).

<sup>733</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 19 (Lisboa, 31/05/1504).

<sup>734</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 109 (Lisboa, 27/09/1516).

<sup>735</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 20 (Lisboa, 13/02/1521).

<sup>736</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 103.

<sup>737</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 86v/87 (Lisboa, 03/04/1511).

<sup>738</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 95v (Lisboa, 25/08/1513).

<sup>739</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 108 (Lisboa, 08/02/1521).

<sup>740</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 10v (Lisboa, 04/03/1521).

<sup>741</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 64/64v (Lisboa, 31/12/1500).

registadas várias certidões por ele escritas<sup>742</sup>. Em novembro de 1517, foi nomeado mestre da capela da infanta D. Isabel<sup>743</sup>. Em fevereiro de 1513, Diogo Lopes, escudeiro do rei e cantor, foi nomeado escrivão das malfeitorias da corte<sup>744</sup>, sendo nomeado para novo cargo em janeiro de 1515, desta feita para escrivão de execução das sentenças na corte e casa da suplicação, que o rei ordenava houvesse oficial responsável para essas execuções, porque algumas vezes estava em falta a justiça e com esta nomeação notificava o regedor da justiça da casa da suplicação<sup>745</sup>, para no mesmo ano, no mês de outubro, receber 2.376 reais de vestimenta<sup>746</sup>. Em janeiro de 1517, pediu e foi-lhe concedida, a confirmação de um aforamento, feito em enfiteuse por 700 reais, de um pinhal no Samouco, termo de Alcochete<sup>747</sup>. O pedido de autorização régia era feito por o proprietário não ter a maioria de vinte e cinco anos, embora estivesse emancipado por carta régia. Vários são os pedidos de confirmação de ofício. Em março de 1496, ao cantor Lopo Dias são confirmados os ofícios de inquiridor e contador dos feitos em cortes e casa da suplicação<sup>748</sup> e o de escrivão do cível e do crime<sup>749</sup>. A Pedro Nunes, foram confirmados os ofícios de cantor<sup>750</sup> e o de escrivão dos feitos das apelações<sup>751</sup>, em fevereiro de 1496. Em abril do mesmo ano, João de Guimarães, cantor e escudeiro, com um percurso, como cantor, desde o reinado de D. Afonso V e de D. João II, obtém a confirmação do ofício de escrivão do almoxarifado do paço da madeira da cidade de Lisboa, com salário anual de 1.800 reais<sup>752</sup> e, em novembro de 1497, a de uma tença de 5.400 reais brancos que lhe fora atribuída, desde janeiro de 1476, por D. Afonso V, em satisfação do seu serviço e casamento<sup>753</sup>. As confirmações de ofícios aos cantores da capela continuam durante o ano de 1496. Em fevereiro, Bartolomeu Rodrigues, tem a confirmação de escrivão dos corregedores da corte<sup>754</sup> e João Garção, criado da casa real e cantor, recebe confirmação do cargo de escrivão da câmara e dos órfãos, cargo que pertencera ao sogro Afonso Leal, no mês de abril<sup>755</sup>. Com um percurso de cantor na capela de D. João II, a João do Porto

---

<sup>742</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 99v (Almeirim, 31/12/1515).

<sup>743</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 174v (Almeirim, 28/11/1517).

<sup>744</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 18 (Évora, 10/02/1513).

<sup>745</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 191/191v (Santarém, 10/01/1515).

<sup>746</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 61, n.º 34 (08/10/1515).

<sup>747</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 164 (Lisboa, 09/01/1517).

<sup>748</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 20v (Montemor-o-Novo, 01/03/1496).

<sup>749</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 20v (Montemor-o-Novo, 01/03/1496).

<sup>750</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 9 (Montemor-o-Novo, 14/02/1495).

<sup>751</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 9 (Montemor-o-Novo, 14/02/1495).

<sup>752</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 64v (Setúbal, 10/04/1496).

<sup>753</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 44v (Évora, 22/11/1497).

<sup>754</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 92v (Montemor-o-Novo, 06/02/1496).

<sup>755</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 65v (Palmela, 29/04/1496).

foi feita mercê, em agosto de 1484, de uma tença de quatro moios de trigo, com início a janeiro do mesmo ano<sup>756</sup>, confirmada em fevereiro de 1497<sup>757</sup>. Quatro anos depois, em novembro de 1488, o rei dá-lhe carta régia para exercer o cargo de escrivão junto dos juízes da casa do cível, como o fora Pedro Rebelo, que falecera<sup>758</sup>, vindo a ser nomeado escrivão da correição da corte, em março de 1490<sup>759</sup>, cargo a que renunciaria para ser dado a seu filho, o escudeiro Gomes Eanes, no mês de maio de 1504<sup>760</sup>.

Confirmação de ofícios, mercê de ofícios e renúncia aos cargos que desempenhavam, tudo ficava registado na chancelaria. Vários podem ser os motivos, para essa renúncia e em algumas situações até a outros réditos que obtinham de mercês régias, como foi o caso do cantor Álvaro Rodrigues de quem se sabe que, em janeiro de 1502, renunciou ao ofício de juiz dos órfãos da vila de Estremoz e seu termo<sup>761</sup>, do qual tomou posse Francisco de Sande, escudeiro da casa real e morador na dita vila. No mesmo ano e mês, trespassou para Diogo Fernandes de Meireles, reposteiro do rei e corretor na cidade de Lisboa, a tença de 17.616 reais que recebia por outorga concedida por alvará régio, destinada à sua «moradia e vestimenta»<sup>762</sup>. Em maio de 1513, Diogo Fernandes de Meireles, já cavaleiro da casa real, passou a receber, por mercê, um padrão de tença anual da quantia que houvera de Álvaro Rodrigues<sup>763</sup>. Em maio de 1521, António Sedevo, cantor real, renunciou aos cargos de contador dos feitos e custas e inquiridor das inquirições judiciais e distribuidor junto aos tabeliães de Vila do Conde, em favor de Francisco Álvares, criado do Bispo do Funchal<sup>764</sup>. O cantor Duarte Fernandes, recebeu, em abril de 1501, a mercê do ofício de escrivão dos feitos das sisas da cidade de Lisboa, tal como até então o tivera João Lourenço, também cantor, que a ele renunciara<sup>765</sup>. Em outubro de 1515, recebia de vestimenta 2.376 reais<sup>766</sup>. Desconhece-se o momento em que lhe foi entregue o ofício de tabelião do Cível de Lisboa, mercê de que ele abdica em maio de 1521, para ser entregue a Manuel Nunes, morador em Lisboa<sup>767</sup>.

---

<sup>756</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 68 (Setúbal, 16/08/1484).

<sup>757</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 59v (Évora, 28/02/1497).

<sup>758</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 14, fl. 94v (Setúbal, 06/11/1488).

<sup>759</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 23 (Évora, 15/03/1490).

<sup>760</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 14 (Lisboa, 09/05/1504).

<sup>761</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 67v (Lisboa, 16/01/1502).

<sup>762</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 6 (Lisboa, 02/01/1502).

<sup>763</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 65 (Lisboa, 25/08/1513).

<sup>764</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 73/73v (Lisboa, 06/05/1521).

<sup>765</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 21v (Lisboa, 29/04/1501).

<sup>766</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 52, n.º 13 (04/10/1514).

<sup>767</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 54v (Lisboa, 04/06/1521).



Ofícios, tenças e mercês, são distribuídos por outros cantores durante o reinado. Rui Gomes Souto, recebeu tença anual de três moios de trigo, com pagamento a partir de 1 de janeiro de 1511<sup>768</sup>, João Rodrigues foi nomeado administrador, em vida, dos bens da capela instituída por João Eanes, morador em Almofala, com a obrigação de cumprir com os encargos ordenados por este aquando do seu falecimento, a saber: que os bens não fossem alheados, registando-os em dois tombos e mandando dizer duas missas rezadas por alma do seu instituidor. Esta concessão foi feita em virtude de não existirem descendentes de João Eanes, tendo sido os bens da capela repartidos entre os irmãos de Afonso Anes, sem que se cumprissem as ordens do seu primeiro instituidor. Em consequência dessa má administração, os bens reverteram a favor da Coroa, que nomeou o cantor João Rodrigues em janeiro de 1502<sup>769</sup>. Ao mestre Matorim, foi feita mercê, em novembro de 1497, do ofício de cantor real da igreja de S. Miguel de Vila Boa, no lugar e vaga de Afonso Gonçalves que morreu. Sendo o lugar de apresentação real, notificava-se D. Fernando de Miranda, do conselho real e bispo de Viseu, dado estar na sua área de jurisdição<sup>770</sup>. Em abril de 1512, foi confirmada a apresentação na igreja de S. Mamede de Lisboa, de mestre Guilherme, em substituição de Álvaro Dias, que fora o último prior dessa igreja<sup>771</sup>. Gaspar Carvalho, capelão real e cantor, foi apresentado a D. Diogo de Sousa, do conselho real e arcebispo de Braga, como abade da igreja de Santa Olaia de Cabanelas, por vaga de João Afonso que se finara<sup>772</sup>. Em maio de 1514, a Simão Português, foi feita novamente mercê do ofício de inquiridor na corte e casa da suplicação, juntando-se aos dois inquiridores existentes, para tirar as inquirições, devassas e diligências, por bem da justiça, com o escrivão das malfeitorias<sup>773</sup>, e, em outubro de 1515, recebia 2.376 reais de vestimenta<sup>774</sup>. Tarefas diferentes das do exercício na administração do reino, foram entregues aos cantores João de Urminha, em fevereiro de 1515<sup>775</sup>, e a Diogo Fernandes, em março de 1521<sup>776</sup>, que consistiu em receber os escritos das confissões dos moradores e os fazer assentar num livro que levaria ao escrivão real, para que este pudesse apresentar a lista dos confessados. O motivo pendia-se com o facto de o deão da capela real, que não se encontra disposto para receber os moradores, por se

---

<sup>768</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 59 (Almeirim, 11/01/1511).

<sup>769</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 2/2v (Lisboa, 21/01/1502).

<sup>770</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 38v (Évora, 06/11/1497).

<sup>771</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 21v (Lisboa, 29/04/1512).

<sup>772</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 109v (Lisboa, 29/04/1521).

<sup>773</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 57 (Lisboa, 12/05/1514).

<sup>774</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 60, n.º 180 (01/10/1515).

<sup>775</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 15 (Almeirim, 30/02/1515).

<sup>776</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 41v (Lisboa, 30/03/1521).

encontrar muito fatigado, no primeiro caso, com D. Martinho de Portugal, no segundo com D. Fernando de Vasconcelos, bispo de Lamego e sobrinho do rei. Obrigados ao celibato, não invalidava que ocasionalmente não ocorressem situações mais ligadas ao mundo profano que os clérigos tentavam resolver através de uma autorização real. Foi o que aconteceu ao clérigo de missa e cantor do rei, Lopo Tinoco, morador em Beja, que pediu a legitimação do seu filho Francisco, tido em Branca Lopes, sua escrava e solteira ao tempo do nascimento, que o rei concedeu em abril de 1496<sup>777</sup>.

## 2.8. MÚSICOS

Na homilia, a música puramente vocal, peça importante no decorrer do cerimonial religioso, concedia espaço cada vez mais amplo ao acompanhamento instrumental, de que se salienta a utilização do órgão, que em muitas situações reproduzia a linha melódica do baixo contínuo, a que se adicionavam instrumentos de sopro, de percussão e de cordas, os quais eram também utilizados em espaços e situações de índole mais profana, como festas, saraus, banquetes e outros períodos de diversão do monarca. D. João II tinha na sua capela vinte e quatro músicos com os menestrais<sup>778</sup>, não se sabendo ao certo quantos mais haveria na capela real de D. Manuel I. Baseando-nos nos registos da chancelaria, encontramos vários músicos que serão premiados com a atribuição de tenças ou mercês de ofícios. Dos instrumentistas cujo nome chegou aos nossos dias, de referir Bento Solarzan, organista, que recebia 8.000 reais de seu ordenado, que lhe foram pagos em julho de 1506, pelo rendimento da alfândega de Lisboa<sup>779</sup>. Jacques, charamela do rei, a quem foi dada confirmação do emprazamento em vida de três pessoas, a partir de janeiro de 1507, de que ele era a primeira, de umas casas em Lisboa, na Rua das Fangas da Farinha, no cabo da Rua da Sapataria, de que era administrador Jorge Garcês, secretário real e provedor da capela da rainha D. Filipa, situada no Mosteiro de Odivelas, o qual lhe aforou com todo o assentamento e as habituais condições contratuais, pelo foro anual de 3.000 reais e um par de galinhas, pagos à dita capela<sup>780</sup>. Durante todo o reinado exerceu o seu ofício de charamela e, a partir de janeiro de 1522, passou a receber 12.000 reais por

---

<sup>777</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 78v (Setúbal, 25/04/1496).

<sup>778</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, «A herança musical de D. Manuel I: novos dados para o conhecimento da Capela Real no século XVI», *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 4.ª sessão, pp. 199-218, [...], p. 202.

<sup>779</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 11, n.º 63 (23/07/1506).

<sup>780</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 74/75 (Tomar, 08/01/1507).

trazer os instrumentos e apoiar os outros charamelas<sup>781</sup> por mercê de tença atribuída em novembro de 1521<sup>782</sup>. Nos instrumentos de metal, Pedro Prestes, trombeta, privilegiado «escusado e guardado» para que não pagasse peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços, corria o mês de janeiro de 1520<sup>783</sup>, Jorge Anes, trombeta do rei, morador em Santarém, mercê da isenção de jugada em algumas terras que possui, a partir de janeiro de 1517<sup>784</sup>. Em 1496, tomava novamente por «seus trombetas», Pedro Afonso, morador no Lumiar e João Vaz, trombeta e pedreiro, morador na cidade de Lisboa, em Valverde, em sua guarda e encomenda, não consentindo que se lhes fizesse agravo «e que os honrassem e tratassem como cousa sua»<sup>785</sup>. João de Évora fora trombeta de D. João II, cargo que manteria com D. Manuel I que lhe renovou o ofício de escrivão dos feitos das sisas em Montemor-o-Novo por carta de fevereiro de 1496<sup>786</sup>, cargo a que irá renunciar em maio de 1521 em favor de Diogo de Évora, também trombeta do rei<sup>787</sup>. Em março de 1502, recebeu João de Évora a doação de umas casas sitas em Évora e que pagavam foro ao rei<sup>788</sup>. Luís Martins, trombeta real, vendeu, em julho de 1513, a Francisco Lopes, escudeiro e morador em Lisboa, o ofício de inquiridor das inquirições judiciais perante os juízes do crime da cidade de Lisboa<sup>789</sup>, sendo nomeado inquiridor do corregedor de Lisboa, tal como o fora Fernão Vaz, a quem comprara o ofício em agosto do mesmo ano<sup>790</sup>. Morreu antes de maio de 1517, quando Pedro Lopes, monteiro de cavalo do rei, foi nomeado inquiridor dos feitos diante os corregedores do cível e crime da cidade de Lisboa<sup>791</sup>. Foram várias as mercês de ofício feitas aos trombetas reais ao longo do reinado. Em abril de 1496, a Gonçalo Fernandes foi dada confirmação do ofício de escrivão das sisas do julgado e terra da Maia, recebendo 55 reais e três pretos por milheiro de tudo o que as sisas rendessem até chegar à quantia de 1.000 reais<sup>792</sup>, e de porteiro das sisas da mesma localidade<sup>793</sup>. Em agosto de 1506, Álvaro Esteves foi nomeado tabelião das notas de Lisboa sucedendo a

---

<sup>781</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 105.

<sup>782</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 112v (Lisboa, 06/11/1521).

<sup>783</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 126v (Évora, 04/01/1520).

<sup>784</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 108 (Lisboa, 07/09/1516).

<sup>785</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 99v (Montemor-o-Novo, 28/01/1496). Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 102 (Setúbal, 30/04/1496).

<sup>786</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 132 (Montemor-o-Novo, 24/02/1496).

<sup>787</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 104 (Lisboa, 26/05/1521).

<sup>788</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 16 (Lisboa, 31/03/1502).

<sup>789</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 84/84v (Lisboa, 30/07/1513).

<sup>790</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 89 (Lisboa, 08/08/1513).

<sup>791</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 37v (Lisboa, 22/05/1517).

<sup>792</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 66 (Setúbal, 10/04/1496).

<sup>793</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 73v (Setúbal, 10/04/1496).

João André, já falecido<sup>794</sup>. Em setembro do mesmo ano, João de Final foi nomeado porteiro dos contos de Santarém e sua comarca da maneira que o fora Martim Vaz, falecido<sup>795</sup>. Sendo nomeado em maio de 1517, escrivão junto ao alcaide da moeda, substituindo o falecido Simão Luís<sup>796</sup>, Diogo Fernandes exerceu pouco tempo o ofício, tendo renunciado a ele, em dezembro do mesmo ano, por ter outro ofício<sup>797</sup>. Tangedor do rei, Afonso Valente recebeu uma tença anual de 17.616 reais, a partir do primeiro de janeiro de 1501<sup>798</sup>. A Luís de Santa Maria, foi feita mercê, em março de 1503, de umas casas em Lisboa, das quais devia pagar de foro anual 2.750 reais, podendo-as usar para seu usufruto ou alugá-las<sup>799</sup>, sofrendo o aforamento uma alteração para quatro vidas em fevereiro de 1504<sup>800</sup>. Em julho de 1513, foi-lhe confirmada uma tença anual de 25.000 reais, pagos aos meses, e cinco moios de trigo e um alqueire de cevada por dia<sup>801</sup>. Por fim, um instrumentista de percussão, o atabaleiro-mor Pedro Favela, a quem, em julho de 1505, foi dado o exclusivo do fabrico e venda da alfêloa, que é uma massa de açúcar branco, com o feitio de pãezinhos roliços, e que era vendida em Lisboa e na corte por pessoas a quem ele dava autorização, uma vez que por ordenação se proibia o seu fabrico e venda, quer a naturais como a estrangeiros, sob penas monetárias que reverteriam para ele. Os vendedores autorizados, num máximo de quatro, estavam inibidos de jogar cartas, dados ou outro jogo<sup>802</sup>.

## 2.9. MOÇOS DA CAPELA

Da lista de moradores registados no *Livro de Matrícula dos Moradores da Casa delRey D. Manuel no primeiro quartel do ano de 1518*, publicado por Caetano de Sousa nas suas *Provas*<sup>803</sup>, não consta um grupo separado de moços da capela, como encontramos para os moços da câmara, encontrando-se, outrossim, no *Livro dos Moradores da Casa da Rainha D. Maria*, essa discriminação, totalizando dezasseis nomes<sup>804</sup>. Sabendo-se que

---

<sup>794</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 16v (Coimbra, 21/08/1506).

<sup>795</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 14 (Coimbra, 28/09/1506).

<sup>796</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 48v (Lisboa, 09/05/1517).

<sup>797</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 106v (Lisboa, 30/12/1517).

<sup>798</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 1 (Lisboa, 04/02/1501).

<sup>799</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 10 (Lisboa, 23/03/1503).

<sup>800</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 4 (Lisboa, 25/02/1504).

<sup>801</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 79 (Lisboa, 10/07/1513).

<sup>802</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 20, fl. 17v (Lisboa, 14/07/1505).

<sup>803</sup> António Caetano de Sousa, *Provas [...]*, tomo II, pp. 352-373.

<sup>804</sup> António Caetano de Sousa, *Provas [...]*, tomo II, p. 374.

vinte e dois moços ajudavam na missa e no coro da capela de D. João II<sup>805</sup>, o número não deveria ser inferior na capela real de D. Manuel I. Pesquisando nos registos da chancelaria régia, conseguimos identificar onze personagens, aqueles a quem o rei, por algum motivo, agraciou. Em fevereiro de 1496, encontramos a nomeação de Duarte Serrão para inquiridor de Évora e seu termo<sup>806</sup> e para tabelião das notas de cidade de Évora<sup>807</sup>, cargo que ainda desempenhava em 1499<sup>808</sup>. Gaspar de Castro, que, por especial mandado, exercia o cargo de escrivão público dos hospitais, albergarias, confrarias e capelas na cidade de Lisboa e seus termos<sup>809</sup>, com atividade registada na chancelaria até junho de 1504, agora como escrivão público do Hospital Real de Todos-os-Santos<sup>810</sup>. Diogo de Borgonha, moço da capela, tem carreira feita na área da justiça. Em dezembro de 1511<sup>811</sup>, exercia o ofício de inquiridor junto dos juízes do crime da cidade de Lisboa e em março de 1513, foi nomeado tabelião do juiz do crime de Lisboa, por troca com Gil Pedro Fernandes, com quem acordara a substituição<sup>812</sup>, registando o sinal de tabelião no livro de chancelaria. Já como escudeiro, encontramos-lo como escrivão perante os ouvidores da casa do cível de Lisboa, em substituição de Rui de Mendanha, a quem comprara o ofício<sup>813</sup>, vendendo o de inquiridor junto dos juízes do crime da cidade de Lisboa a Cristóvão Vaz, escudeiro<sup>814</sup>. Em 1521, foi-lhe dado o ofício de inquiridor das inquirições das justificações, dos que se justificarem perante o doutor Fernando Álvares de Almeida do desembargo real e juiz dos feitos da Guiné<sup>815</sup>. Baltazar Fernandes foi indicado para escrivão da câmara de Tavira, em outubro de 1514, ocupando o lugar que pertencera a Álvaro Fernandes, que fora demitido por vários erros cometidos no exercício do cargo, um dos quais o de ter escondido e sonogado um privilégio concedido pelo monarca à cidade sobre os retornos não poderem ser demandados passados dois anos<sup>816</sup> e para tabelião das notas da mesma cidade foi nomeado Afonso Lopes, em abril de 1521<sup>817</sup>. No mesmo ano, mas em setembro, foi Francisco Correia nomeado distribuidor junto dos

---

<sup>805</sup> José Maria Pedrosa Cardoso, «A herança musical de D. Manuel I: novos dados para o conhecimento da Capela Real no século XVI» [...], p. 202.

<sup>806</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 43 (Montemor-o-Novo, 22/02/1496).

<sup>807</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 36/36v (Montemor-o-Novo, 22/02/1496).

<sup>808</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 145v (Lisboa, 05/01/1500).

<sup>809</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 115/116 (Lisboa, 16/02/1498).

<sup>810</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 63v/64v (Lisboa, 21/06/1504).

<sup>811</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 101 (Lisboa, 16/12/1511).

<sup>812</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 14 (Évora, 06/03/1513).

<sup>813</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 123 (Lisboa, 25/10/1516).

<sup>814</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 6 (Lisboa, 25/02/1517).

<sup>815</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 20v (Lisboa, 20/03/1521).

<sup>816</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 145v (Lisboa, 15/10/1514).

<sup>817</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 44v (Lisboa, 22/04/1521).

tabeliães dos concelhos de Sousa e Porto Carreiro, por renúncia ao ofício de Antão Garcês<sup>818</sup>. Afonso Vasques, foi apresentado no padroado das Igrejas de Santa Maria e Santiago, sua anexa, em Torre de Moncorvo, substituindo no cargo Pedro Anes, seu tio<sup>819</sup>, que renunciou a ela, em julho de 1499. Jorge de Oliveira, em outubro de 1511, foi nomeado administrador da capela do Corpo de Deus da igreja de Santa Maria, sita na vila de Estremoz, da qual fora administrador seu pai<sup>820</sup>. Nas doações encontramos doação a Diogo Dias da saboaria da Covilhã, em março de 1521, como a tinha Fernão Rodrigues que faleceu<sup>821</sup>, e a mercê de um lezirão, que é uma extensão de terreno inundável perto do rio Tejo, situado em Santa Maria de Palhais, Santarém, pagando de foro anual um quarto de trigo, feita a Francisco da Gama, filho de D. Diogo da Gama<sup>822</sup>, cavaleiro da casa real, mercê essa feita em outubro de 1501<sup>823</sup>. Diogo da Gama irá comprar em agosto de 1514, um padrão de tença, no valor de 14.286 reais, por 1.000 coroas para seu filho Francisco<sup>824</sup>.

Não são só motivos de mercês ou tenças que nos dão notícia daqueles que participam nas diferentes tarefas que fazem a casa real funcionar. Pelas cartas de perdão encontramos um retrato do que correu mal, infringindo o determinado pelas *Ordenações*. No caso do moço da capela Manuel da Veiga, não foi ele o infrator, mas a vítima, ficando ferido numa luta com João Gomes, morador em Lisboa, que pedindo graça e perdão real, juntava ao pedido um público instrumento feito e assinado por João Rodrigues, público tabelião na cidade de Lisboa, em 1 de abril de 1497, no qual o queixoso Manuel da Veiga lhe perdoava as sevícias infligidas. Foi perdoado pela justiça régia pagando 2.500 reais para a arca da piedade, o que fez<sup>825</sup>.

---

<sup>818</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 9v/10 (Lisboa, 02/09/1521).

<sup>819</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 100v (Lisboa, 22/07/1499).

<sup>820</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 69/69v (Lisboa, 31/10/1511).

<sup>821</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 72 (Lisboa, 22/03/1521).

<sup>822</sup> Consultando as genealogias disponíveis, o mais provável é ser D. Diogo da Gama filho de João da Gama, casado com Maria Sutil, filha de D. João Sutil, bispo de Safim, irmão de Estevão da Gama, pai de D. Vasco da Gama, 1.º conde da Vidigueira. Casou D. Diogo da Gama com Maria de Sequeira, filha de Estevão de Sequeira, de Arronches e de sua mulher Isabel Ferreira, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XV, p. 78.

<sup>823</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 94 (Lisboa, 23/10/1501).

<sup>824</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 144/154 (Lisboa, 22/08/1514).

<sup>825</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 114 (Évora, 16/09/1497).

## 2.10. ALFAIAS

A capela real não era, em exclusividade, um local só de culto. Associada à vertente religiosa existia uma vertente profana, tendo como centro o rei e o poder que dele dimanava, mesmo que este se revelasse e estivesse associado aos pequenos detalhes. Se nos lembrarmos do rigor exigido por D. Duarte na pontualidade, na solenidade e respeito que a presença na capela exigia, na gestão do tempo que cada tipo de cerimónia devia demorar, e na qualidade das vozes que deviam acompanhar o canto, vemos que estas preocupações se devem ao facto de se estar na presença transubstanciada de Cristo, mas também na presença do rei, ele também fonte imanente de poder. Não sendo a capela real um local público, mas nela se recebiam embaixadores estrangeiros e nela tinham presença membros da corte, veja-se a disposição dos assentos na capela de D. Afonso V, não deixava de ser, por isso, um local de ostentação. À magnificência das alfaias, juntava-se a posse de relíquias de santos, cujo culto remonta aos primórdios do cristianismo<sup>826</sup>. É nos inventários, régios ou de membros da nobreza, que encontramos a descrição dos objetos que remetem para as práticas litúrgicas e devocionais praticadas na capela real ou os que eram usados na componente privada da sua devoção. No inventário de bens de D. Manuel I<sup>827</sup>, não se encontraram as folhas relativas aos bens que existiam na capela real, mas temos a publicação de vários inventários coetâneos que nos permitem elaborar uma tentativa de reconstituição, não dos bens em si, mas dos testemunhos materiais que porventura lá existiriam. Utilizaremos para isso o inventário dos bens de D. Beatriz, mãe de D. Manuel I, falecida em 1506<sup>828</sup>, o rol do enxoval de D. Beatriz, duquesa de Saboia, filha de D. Manuel I<sup>829</sup>, feito em 1521, e o inventário dos objetos preciosos de D. João III, com data provável de 1558<sup>830</sup>. Podemos dividir os itens inventariados em três grandes grupos: os utilizados na liturgia, os que serviam para paramentar, e os livros.

O primeiro grupo, mais numeroso em quantidade e especificidade, era essencialmente constituído por objetos feitos em metal precioso, por vezes com esmaltes e com aplicações de pedraria. Os crucifixos, eram objeto central no altar e as cruzes

---

<sup>826</sup> Francisco Portugal Guimarães, «*Proprium sanctorum*: o culto a suas relíquias e a seus relicários», *Revista População e Sociedade*, vol. 20, 2012, pp. 53-67, Porto, CEPESE, 2012, p. 53.

<sup>827</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da guarda-roupa de D. Manuel», *Arquivo Historico Portuguez* [...], vol. II, pp. 381-417.

<sup>828</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Arquivo Historico Portuguez* [...], vol. IX, pp. 64-110.

<sup>829</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 445-487.

<sup>830</sup> D. João III faleceu em Lisboa, no paço da Ribeira, em 11 de junho de 1557. Cf. António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 761-786.

processionais, elemento primordial nas procissões. Os crucifixos podiam ser inteiramente de metal, ou uma mistura de vários materiais preciosos. Nos inventários encontramos cruces de pau preto, com a figura de Cristo crucificado em ouro ou em marfim<sup>831</sup>, cruces de prata dourada, com pregos de ouro no local das mãos e dos pés, e com as letras de Jesus Nazareno, com duas caveiras esculpidas no pé<sup>832</sup>, cruces simples, em prata dourada com o pé em «barroco»<sup>833</sup>. Cruces em coral, com uma cruz em ouro inserida nesta, outra em ouro com diamantes em cada braço, e um maior no centro<sup>834</sup>. Outro dos elementos necessários ao culto eram os castiçais, de altar, feitos em prata dourada e com figuras esculpidas, simples, em prata branca e as lâmpadas. No chão eram colocados castiçais de ferro, ou de madeira com as pontas em ferro, onde eram colocadas tochas. Com o início da celebração, o padre purificava-se utilizando um bacio para água às mãos, e um gomil. Durante a cerimónia, a caldeira de água benta, em prata lavrada, com seu hissope de prata trabalhada em feitiço de cordão, era utilizada para benzer os praticantes. Cálices, em prata simples ou dourada, com trabalho de cinzel, para o ofertório, com sua patena. Turíbulos, com as respetivas cadeias, ambos em metal precioso, e com caixa em couro para os acondicionar. Galhetas, com o formato de gomil. Navetas, com sua colher presa por uma cadeia, para guardar o incenso, com o pormenor de algumas terem uma cabeça de elefante na proa, e a cabeça de serpente na popa. As campainhas, utilizadas durante a celebração, com efeitos no local da pega. Obradeiras em prata, para fazer hóstias. Hostiários onde essas hóstias se guardavam e as bocetas, em metal precioso ou em marfim onde elas eram transportadas para a comunhão. Portapaz, que eram peças trabalhadas, com representações de quadros da vida de Cristo ou da Virgem Maria, de que temos a descrição dos incluídos no dote da duquesa D. Beatriz. Um, com o peso de cinco marcos, duas onças e três oitavas e meia<sup>835</sup>, ao meio com Nossa Senhora, com o filho ao colo, ladeada por dois anjos que têm uma coroa sobre a sua cabeça, e outro anjo, no pé, esmaltado de branco, com as cinco chagas, e um escudo azul pela borda. Outro, menos pesado<sup>836</sup>, na parte inferior com a representação do nascimento de Cristo, em cima com Deus Pai e o Espírito Santo, e um escudo das armas com sua asa atrás, com duas cabeças de serpente. O mencionado no inventário de D. João III, sem descrição, pesava sete

---

<sup>831</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 778.

<sup>832</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 453.

<sup>833</sup> Chato de um lado e arredondado do outro, cf. Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IX, p. 87.

<sup>834</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 460.

<sup>835</sup> Equivalente a 1,217 kg.

<sup>836</sup> Pesava dois marcos, seis onças e sete oitava e meia, equivalente a 0,658 kg.



marcos e duas onças<sup>837</sup>. O de sua avó, duquesa de Beja, com um crucifixo, a imagem de Nossa Senhora e de S. João, com o fundo esmaltado em verde e azul, pesava três marcos, cinco onças e seis oitavas.<sup>838</sup>

Outra área onde o esmero, a ostentação e a qualidade dos materiais mantinha elevados padrões, era na decoração da capela, onde os têxteis rivalizavam, entre o tipo de tecido, sua confecção e ornamentação e as cores recomendadas para cada celebração. A paramentação do altar consistia em toalhas, cortinas e frontais. A estante, o púlpito, os celebrantes, o pálio, a cortina onde se acompanhava a celebração e as figuras sagradas, eram todos paramentados com a riqueza que o benfeitor pretendia mostrar. Nos tecidos, os brocados de prata e ouro, o tafetá, o veludo, o damasco, o pano da Bretanha, o retrós e o bocaxim<sup>839</sup>. As cores tinham uma função simbólica de acordo com o tempo litúrgico. O branco, símbolo da luz, tipificando a inocência e a pureza, a alegria e a glória, o vermelho, simbolizando as línguas de fogo do Pentecostes e o sangue derramado por Cristo e pelos mártires, além de indicar a caridade, o verde, que simboliza a cor das plantas e árvores, prenunciando a esperança da vida eterna, o roxo, uma purificação da vida pela justiça e pela verdade que alimenta uma esperança, o preto, símbolo de luto, significando a tristeza da morte e a escuridão do sepulcro, o azul, associado às festas marianas, o dourado ou o prateado, que podiam substituir todas as outras cores, menos o preto e o roxo.

## 2.11. DEVOÇÃO PRIVADA

A devoção podia ser expressa por várias formas, de que destaco quatro. A praticada publicamente, assistindo a atos religiosos, fossem eles dentro de uma igreja ou capela, a participação numa procissão ou numa peregrinação, embora nesta se pudesse manter algum recato e anonimato. Outra forma era a esmola, que se podia dar direta ou anonimamente, em nome pessoal ou através de uma confraria. Finalmente, a devoção privada, que assumia várias formas: a confissão, o jejum, a leitura de textos sagrados, a oração e a penitência. Neste tipo de devoção tomava especial relevo a utilização de pequenos oratórios, destinados ao recolhimento e à oração, onde podiam ser colocados pequenos retábulos com diversos formatos, e cuja ornamentação recriava cenas da Vida

---

<sup>837</sup> Equivalente a 1,664 kg.

<sup>838</sup> Equivalente a 0,853 kg.

<sup>839</sup> Espécie de pano de linho, pisado com a técnica de pisão da lã, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 137.

e Paixão de Cristo, da Virgem Maria e dos Santos do hagiológico cristão. Estes retábulos podiam ser tripartidos, abrindo duas abas laterais, com representações nas três secções e quando fechados podiam ter também representações nas portadas, ou podiam ser de uma só peça. Em certas situações, podiam conter a relíquia de um santo e, nesse caso, tomavam o nome de relicários. Socorrendo-nos mais uma vez dos inventários em análise, sabemos que D. João III era possuidor de uma relíquia de Santo Eusébio, que consistia num osso, guarnecido de ouro, contido numa caixinha de prata, com pé e capitel. Dois retábulos de ouro, um com a Visitação de Santa Isabel, o outro com a imagem da Senhora da Graça, com pedraria e pérolas<sup>840</sup>. No inventário da duquesa de Saboia constavam vários retábulos<sup>841</sup>. Um esmaltado de cores, com peças em ouro, representando um dos lados Nossa Senhora, Maria Madalena, S. João e S. Longuinhos. Ao pé da cruz, e no outro lado, a visitação de Cristo a sua mãe depois da Ressurreição. Outro, tendo de um lado a cena do nascimento de Jesus, e do outro a imagem de Nossa Senhora, com a indicação, de quem inventariou, de ter dentro papéis, porventura uma oração devocional. Uma imagem com a visitação do anjo. Um relicário de ouro esmaltado, com duas portas, numa a saudação de Nossa Senhora, na outra um S. João de Nacar. Nos bens de D. Beatriz de Beja, existiam vários retábulos e imagens<sup>842</sup>. Um do Espírito Santo, bordado sobre veludo preto, outro, dourado, com a imagem de Nossa Senhora da Piedade, dois com a imagem de Cristo, dois com representações de Nossa Senhora, uma com Cristo ao colo, e outra a revelação do Anjo. Finalmente, uma peça, com duas portas com a devoção do Espírito Santo.

A utilização destes pequenos retábulos, em que se podia associar à oração, a prática de jejum, o que se fazia, nas palavras de D. Duarte, para «guardar virtude de temperança, por bem da alma, corpo e bom estado»<sup>843</sup>, estavam dispostos em locais que por si, impeliam ao silêncio e ao recolhimento. Na descrição que D. Duarte fez do paço de Sintra, no seu *Livro dos Conselhos*, refere a existência de vários espaços de oração<sup>844</sup>. O primeiro, «a casinha de rezar que tem o mijatório», «uma casa de rezar», «uma casa de rezar onde antes estava a privada», locais exíguos, com dimensões a variar entre quatro e os doze metros quadrados, espaços de recolhimento onde o justo se encontrava a sós com

---

<sup>840</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 778.

<sup>841</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 461-462.

<sup>842</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IX, p. 93.

<sup>843</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], p. 169.

<sup>844</sup> Já mencionados *supra*.

Deus, sem artifícios nem máscaras, para uma oração solitária que convidava à meditação, auxiliado por obras de pendor religioso, onde fazia leituras espirituais e a recitação privada de excertos do breviário romano, do saltério, ou do livro de horas, seguindo o que preconizava S. Mateus, «Tu, quando orares, entra no teu quarto, e, fechada a porta, reza em segredo a teu Pai, pois Ele, que vê o oculto, recompensar-te-á»<sup>845</sup>.

### 2.11.1. O LIVRO DE HORAS

Constituído por um conjunto diverso de ofícios, tendo por base a estrutura do breviário, tomando como orientação o Ofício Pequeno da Virgem Maria, ou Horas da Virgem, daí o seu nome, dado o incremento medieval à devoção mariana, fruto «dos tempos mistérios do encontro do Homem com Deus, através de uma comunhão de vida, de que Maria é a representante mais acabada e integra de união entre o Céu e a Terra»<sup>846</sup>, o livro de horas era uma encomenda para uso individual, manuseável pelo seu proprietário, com maior ou menor riqueza nas ilustrações que acompanhavam os textos, consoante as posses de quem fizera a encomenda, com um núcleo de textos padronizado<sup>847</sup>, mas não oficialmente regulamentado, porque pertencendo à esfera da piedade particular e sendo manuscrito, a hierarquia eclesiástica não fiscalizava a sua estruturação<sup>848</sup>, não se encontrando, por isso, sujeitos à sequência canonicamente definida da liturgia eclesiástica, mas sim às necessidades de tempo e meditação da vida secular. Ao núcleo de textos base, podiam ser acrescentados outros, de acordo com a devoção de cada um. Na livraria de D. Manuel I<sup>849</sup>, nos 96 livros referenciados por Sousa Viterbo, encontramos vários livros de cariz religioso, entre eles livros de orações e saltérios, uma Bíblia em sete volumes<sup>850</sup>, um missal, os dois volumes da *Vita Christi*, livro dos milagres de Nossa Senhora, livro dos feitos e martírios dos santos, breviários e livros de canto. Uns em pergaminho, manuscritos, por vezes iluminados, outros impressos, com textos em latim ou «linguagem». O chamado Livro de Horas dito de D. Manuel I, não se encontra

---

<sup>845</sup> *Bíblia Sagrada* [...], Mateus (6:6).

<sup>846</sup> Aires A. Nascimento, «Livro de Horas, para rezar em tempos certos: fonte de encantos, de piedade e de arte», *Livro de Horas. O imaginário da devoção privada: Manuscritos*, coordenação de Delmira Espada Custódio e Maria Adelaide Miranda, pp. 33-84, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, p. 39.

<sup>847</sup> Mário Martins, S. J., *Guia geral das Horas del-rei D. Duarte* [...], p. 13.

<sup>848</sup> Com os livros de horas impressos e o controle da sua difusão pela Inquisição, essa censura passou a existir.

<sup>849</sup> Sousa Viterbo, «A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, nova série, tomo IX, parte I, 1901, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1901.

<sup>850</sup> A chamada Bíblia dos Jerónimos, porque foi dada aos frades do mosteiro de Belém.

neste inventário, porque não estava finalizado quando do falecimento do monarca. Segundo estudos recentes<sup>851</sup>, a execução do livro ter-se-ia iniciado no ano de 1517, data visível no primeiro fólio, e estaria terminado em data muito posterior à sua morte<sup>852</sup>, sendo uma encomenda feita a António de Holanda, ilustrador flamengo residente em Lisboa<sup>853</sup>, e caracteriza-se por uma iconografia com elementos portugueses, o que lhe confere originalidade relativamente aos códices oriundos da Flandres, onde Holanda terá feito a sua aprendizagem<sup>854</sup>. O livro, constituído por 304 fólhos de pergaminho, está escrito em latim, com exceção do texto que acompanha as tábuas astronómicas e 58 páginas são iluminadas. O livro é composto pelas seguintes partes: Tábuas Astronómicas, Calendário, Evangelho segundo São João, Horas da Virgem, Ofício dos Mortos, Horas da Cruz, Santoral, Evangelho segundo São Marcos<sup>855</sup>.

As tábuas astronómicas ou notas de cômputo, as primeiras iluminuras do livro, eram compostas pelo ciclo lunar, correspondente a 19 anos solares, durante os quais as fases da lua têm um comportamento fixo, o ciclo solar e o ciclo dominical, num período de 28 anos, tendo em atenção os anos bissextos. Completavam a informação dos ciclos as colunas de calendário. Com a conjugação desta informação, sabia-se qual a situação dos domingos, determinava-se a Páscoa e, a partir dessa festa, quando ocorriam as festas móveis<sup>856</sup>. Seguia-se o calendário, indicando as festas do santoral e do temporal, com iluminuras alusivas a cada mês do ano, tendo como fio narrativo, a pintura de enquadramento central do fólio, cuja temática e estrutura de apresentação se encontram padronizados e se repetem em quase todos os livros de horas, manuscritos ou impressos. Os temas retratados são todos de ambientes profanos, relacionados com o mundo rural, em que a sucessão de meses se identifica com a cadência dos trabalhos agrícolas de que se extraía rendimento e subsistência. Estas iluminuras mostram o que se produzia e como se produzia em termos agrícolas e pecuários, meios de transporte, tecnologias utilizadas, as suas condições de vida e de lazer, dando força ao ditado de que uma imagem vale por

---

<sup>851</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

<sup>852</sup> Uma das iluminuras no ofício dos mortos, representa a câmara ardente e o enterro do monarca, cf. Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], p. 16.

<sup>853</sup> O grande incremento na elaboração dos livros de horas dá-se durante o século XV, criando-se autênticas indústrias, com polos na Flandres e em Itália, para satisfazer as encomendas provenientes de toda a cristandade, cf. Mário Martins, S. J., *Guia geral das Horas del-rei D. Duarte* [...], p. 16.

<sup>854</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], p. 47.

<sup>855</sup> As iluminuras estão publicadas em Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], pp. 213-276. Serão referidas com o número do fólio original e não com o número da página em que foram publicadas.

<sup>856</sup> *Horas de Nossa Senhora... & rezar em português*, fac-símile do exemplar da Biblioteca do Congresso, em Washington, com estudo de João José Alves Dias, 2 vols., 2.ª edição, Lisboa, BNP, 2010, pp. 153-164.

mil palavras<sup>857</sup>, estas figurações transportam-nos para o conhecimento de uma época que se pretende bucólica e em paz, realçando a ligação entre o homem, e a natureza. No caso do livro de horas dito de D. Manuel I, encontramos refletido, em alguns pormenores, um exotismo resultante do conhecimento de novos territórios<sup>858</sup>.

No mês de janeiro<sup>859</sup>, quatro cenas ilustram a folha. Ao alto, uma refeição em ambiente familiar, mostrando a sala, com lareira aquecendo o ambiente e com a família sentada à mesa. Ao lado, na cozinha, uma criada serve um escravo negro, que transporta a refeição para o seu senhor, que é também representado junto à mesa, sublinhando o que se via em muitas casas portuguesas. Nas tarjas que envolvem a iluminura podemos observar cenas campestres. Do lado direito, um camponês a cortar lenha, do lado esquerdo, várias figuras caçam rolas, outras roçam mato, e em baixo, um casal trata da horta, devidamente dividida em talhões e com as leiras com alfobre nascido. No mês de fevereiro<sup>860</sup>, a tónica fixa-se no tempo frio, com as casas e os campos cobertos de neve. No retângulo central, temos um grupo de três pastores, junto a uma fogueira onde se prepara uma refeição num caldeirão. Em redor, um rebanho de ovelhas e o cão de guarda, também se aproximam do fogo. Nas tarjas várias pessoas realizam tarefas, dar de comer às galinhas ou transportar grão para o moinho com características flamengas, seja a pé, seja transportando-se num burro. Vê-se um redil para o gado e um porco passeando pelas ruas da aldeia. Mês de março<sup>861</sup>, mês de tosquia, cena que ocupa o quadro principal da iluminura, onde dois homens cortam a lã às ovelhas, um outro guarda o rebanho, e mais longe, uma pastora fiando, guarda um outro rebanho. A rodear a cena, a poda das cepas e a preparação das colmeias. Junto ao poço, uma mulher retira água enquanto outra espera com um pote à cabeça. Temos a representação de uma cena campestre de amor cortesão como motivo principal do mês de abril<sup>862</sup>. Junto a uma fonte encontra-se um casal, com o homem encostado à dama, cantando e tocando alaúde. Um pouco recuado, outro homem ouve com atenção o cantor. Nas tarjas, duas azenhas, para onde se dirigem dois homens, um com a saca às costas, o outro transportando-se num burro. Um papagaio voa por entre as árvores onde um homem caça com arco e flecha. No quadro principal da folha de

---

<sup>857</sup> Teresa Botelho Serra, «Os Livros de Horas: uma fonte para a história do quotidiano», *Estudos Medievais. Quotidiano medieval: imaginário, representação e práticas*, coordenação de Amélia Aguiar Andrade e José Custódio Vieira da Silva, pp. 95-102, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 99.

<sup>858</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], p. 70.

<sup>859</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 5.

<sup>860</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 6v.

<sup>861</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 8.

<sup>862</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 9v.

maio<sup>863</sup>, presenciemos o passeio de um par de namorados num jardim, onde é visível num dos lados uma cerca feita com estacas cruzadas. O rapaz segura na mão esquerda um falcão e a rapariga segura também na sua mão esquerda, um ramo de flores e com a direita faz festas a um galgo. Atrás deste casal segue um rapaz que transporta várias peças de caça. À direita, estão duas raparigas, uma de joelhos parece colher flores enquanto a outra permanece sentada sobre a relva. Ao fundo, à esquerda, um caramanchão abriga um casal, sentado no chão. Quadro lúdico, nas laterais observamos cenas de caça com aves no seguimento do que fora indicado no quadro principal. Em baixo, no rio, dois barcos, engalanados com ramos de árvore, transportam vários personagens, entre eles músicos. No quadro central de junho<sup>864</sup>, em primeiro plano temos uma massa informe de uma fortaleza, onde sobressai uma chaminé, rodeada por um fosso onde nadam cisnes. Suspensa sobre o fosso, uma ponte dá acesso à construção. Num plano recuado, temos a silhueta de uma cidade onde se destaca a torre gótica da catedral. Na zona inferior da folha, representa-se a ceifa e do lado direito um homem a cavar um campo rodeado de aves que se pretendem aproveitar de algumas larvas que o cavador pôs a descoberto. Ceifado o trigo em junho e deixado a secar, é na eira que ele é debulhado. O mês de julho<sup>865</sup> tem duas representações dessa atividade. No centro, a debulha utilizando bois. Estes são controlados por dois homens: um está de pé com uma vara na mão, enquanto o outro está montado numa égua. Na tarja da esquerda, circulam dois carros de bois que transportam o cereal para a debulha e na tarja inferior, é a vez das éguas debulharem os cereais, voando várias aves, em seu redor, tentando debicar algum grão. À esquerda e sentado no chão, um homem, com uma vara na mão, fazendo um gesto de arremessar algo com o braço, não se sabendo se é para o que está sentado a dormir encostado aos molhos de cereais para debulhar, se para a égua que está a comer o cereal acabado de debulhar. Para Dagoberto Markl, este é um dos quadros com a temática mais portuguesa do conjunto, que é a da debulha a pés de gado<sup>866</sup>. O mês de agosto<sup>867</sup> encerra o ciclo do cereal. Depois de ceifado e debulhado, o grão é joeirado e transportado para o seu local de armazenamento, onde ficará até ser transformado em farinha e desta se fazer o pão. Na iluminura deste mês, três homens empilham os cereais com a ajuda de pás, enquanto um outro, joeira. Carroças de vários tipos, puxados por bois ou por mulas, transportam o grão.

---

<sup>863</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 11.

<sup>864</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 13.

<sup>865</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 14v.

<sup>866</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], p. 93.

<sup>867</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 16.

Setembro<sup>868</sup> é o mês das vindimas. Várias mulheres cortam cachos de uva para cestos, enquanto os homens os transportam. A rodear a cena, um tanoeiro ultima um tonel, outro, ao fundo, alinha, vários tonéis. Um carro puxado por bois transporta cachos de uvas, que serão depois levadas, por dois homens, em cestos, para o lagar, para serem prensadas, vendo-se o mosto a escorrer por bica aberta. Noutra imagem, um homem pisa uvas numa dorna. Na cena principal do mês de outubro<sup>869</sup>, duas mulheres colhem romãs num pomar. Inicia-se a lavra e a sementeira dos campos. Os tonéis com o vinho novo, transportados num carro de bois, estão alinhados para serem vendidos. É o mês em que a arte da falcoaria ainda se pode praticar aproveitando a migração das aves, como no-lo indica a figura do nobre a cavalo, com um falcão na mão, enquanto um galgo corre junto dele. O quadro central de novembro<sup>870</sup> é totalmente preenchido pela rama dos sobreiros que estão a ser varejados, como mostra a traja inferior, e as bolotas caídas no chão são alimento para a vara de porcos presente. Aos sobreiros já foi retirada cortiça. Continua o amanho das terras, com figuras camponesas que lavram, gradeiam e semeiam os campos, utilizando parselhas de animais e instrumentos, arados, charruas e grades, para o fazer. Em dezembro<sup>871</sup>, mata-se o porco. É que nos mostra a figura principal, em que dois homens matam o animal, e da faca espetada no pescoço sai sangue para uma tina, perto uma mulher mexe num alguidar e outra está perto da banca de esquarterjar, ao fundo, uma mulher aproxima-se com um molho de lenha à cabeça. Nas tarjas, cenas de caça, em que dois homens caçam montados a cavalo. No céu um falcão ataca uma garça e outro falcão em pleno voo dirige-se a este grupo de aves. Um homem toca a sua trompa anunciando o fim da caçada e chamando os outros companheiros, vendo-se uma matilha a atacar um javali já dominado por um dos batedores, perto de um grande sobreiro, ao qual já foi retirada a cortiça.

Os textos que se seguem ao calendário contém, por norma, fragmentos dos evangelhos, as horas da virgem, o ofício dos mortos, as horas da cruz e orações diversas, agrupadas no que se convencionou chamar de santoral<sup>872</sup>. Como muitos dos textos são retirados do breviário, e seguem um padrão comum aos livros de horas produzidos, a diferenciação é feita pelas iluminuras que ilustram as várias componentes do livro.

---

<sup>868</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 17v.

<sup>869</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 19.

<sup>870</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 20v.

<sup>871</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 22v.

<sup>872</sup> *Horas de Nossa Senhora... & rezar em português* [...], p. 125.

A seguir ao calendário temos um fragmento do Evangelho de S. João<sup>873</sup>, representado na inicial por um S. João na ilha de Patmos, com a sua simbólica, a águia e no céu, a virgem com o menino. Nas tarjas, o paço da Ribeira, vários navios ancorados ou sulcando o rio, em frente ao paço, navios em construção e do lado direito o casario de Lisboa, vendo-se o castelo ao alto, com a área amuralhada vazia de construções. As «Horas» da Virgem constituem o texto principal destes livros, que daí retiraram o nome. João José Alves Dias, considera que o nome mais correto deveria ser ofício menor da Virgem Maria<sup>874</sup>, para o diferenciar do outro, maior, rezado nas festas solenes de Nossa Senhora. Num programa que enfatiza a figura da Mãe de Deus Filho, evoca os momentos cruciais da sua vida, num ciclo que se distribui pelas oito horas do ofício pela seguinte ordem: *a matinas*<sup>875</sup>, Anunciação; *a laudes*<sup>876</sup>, Visitação; *a prima*<sup>877</sup>, Natividade; *a terciã*<sup>878</sup>, Anúncio do Anjo aos pastores; *a sexta*<sup>879</sup>, Epifânia; *a noa*<sup>880</sup>, Apresentação no Templo; *a vésperas*<sup>881</sup>, Fuga para o Egipto; *a completas*<sup>882</sup>, Matança dos Inocentes.

A Anunciação do Arcanjo Gabriel<sup>883</sup> desenrola-se na câmara da Virgem, quando esta lê um livro pousado num banco coberto com uma toalha. Sobre a sua cabeça, a pomba do Espírito Santo. Na tarja que envolve a iluminura está escrito em latim a resposta da Virgem ao arcanjo «*ecce ancilla domini fiat michi s(e)c(un)d(u)m verbu(m) tvv(m)*»<sup>884</sup>.

Segue-se a visita da Virgem Maria a sua prima, Santa Isabel<sup>885</sup>, mãe de S. João Baptista, que se ajoelha perante ela. Dois anjos seguram o manto da Virgem. Por detrás das duas primas, vemos um grande palácio senhorial e um recinto amuralhado. O acesso a este é feito através de uma ponte que se situa sobre um curso de água. Na tarja, um rio com duas azenhas, e várias casas rodeadas por densos bosques. Na Natividade de Jesus<sup>886</sup>, retratada no quadro principal num edifício em ruína, que faz de cenário a esta cena, observamos, num ambiente noturno, à direita, a Virgem a adorar o Menino que está deitado sobre o seu próprio manto e dela emana uma luz radiosa. Do lado esquerdo está

---

<sup>873</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 25.

<sup>874</sup> *Horas de Nossa Senhora... & rezar em português* [...], p. 63.

<sup>875</sup> Celebrava-se à meia-noite.

<sup>876</sup> Celebrava-se às três da manhã.

<sup>877</sup> Celebrava-se às seis horas da manhã (ao nascer do sol).

<sup>878</sup> Celebrava-se às nove horas da manhã.

<sup>879</sup> Celebrava-se ao meio-dia.

<sup>880</sup> Celebrava-se às três da tarde.

<sup>881</sup> Celebrava-se às seis da tarde.

<sup>882</sup> Celebrava-se às nove da noite ou depois do pôr do sol.

<sup>883</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 27v.

<sup>884</sup> «Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra», cf. *Bíblia Sagrada* [...], Lucas (1:38).

<sup>885</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 56v.

<sup>886</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 74v.



S. José que olhando para Jesus mostra um gesto de surpresa. Junto deles a vaca presencia o acontecimento, mantendo-se o burro um pouco mais afastado. São eles que nos dão a indicação de se tratar de um estábulo, vendo-se entre as portas os pastores a espreitar para ver o Menino. Na cena secundária, está pintado o momento que antecedeu o do quadro principal. Numa paisagem ao entardecer, S. José procura alojamento para Maria, que se apoia numa bengala, o que lhe é negado pela estalajadeira, que cruza os braços. À esquerda, o burro e a vaca aguardam. O anúncio do nascimento de Jesus é dado por um anjo que aparece por entre as nuvens<sup>887</sup>. Em primeiro plano, quatro pastores ouvem a notícia, que também é escutada por outros pastores que se encontram um pouco mais afastados, e até mesmo nos vários rebanhos, os animais se voltam em direção ao anjo. À esquerda e ao fundo, vários pastores já se dirigem ao edifício em ruínas, onde se desenrola a cena do presépio. O mais interessante, pelo inusitado da iluminura da adoração dos magos<sup>888</sup>, encontra-se nas tarjas que rodeiam o quadro principal, em cujo centro Maria está sentada junto do Menino, que dorme sobre o seu manto, enquanto José se mantém ao seu lado de joelhos. À direita, e um pouco recuados, vê-se a vaca e o burro. Em frente, de joelhos, os três Reis Magos. Um deles tem a pele mais escura e outro segura na mão uma peça de ourivesaria. No séquito um negro seminu segurando na mão um escudo, outro traz à sua cintura um sabre pendurado. Ao longe e do lado esquerdo, poderemos ver um grupo enorme de pessoas e de animais dos quais se poderão distinguir camelos e elefantes. Nas tarjas podem observar-se vários aglomerados de moedas portuguesas e espanholas, pérolas e pedras preciosas. As moedas representadas são em ouro, prata e cobre, e as portuguesas representam os reinados de D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I e D. João III. São ao todo 49 as moedas iluminadas na tarja deste fólio, das quais 12 só são visíveis por pequenos sectores do rebordo sem legendas e 19 por setores com legendas parciais, de difícil leitura. Das restantes 18 moedas, seis apresentam as cores trocadas em relação às moedas originais e, destas, uma única levanta problemas de identificação<sup>889</sup>. Reproduzindo, quase na perfeição, uma escala perfeitamente concordante com a sua dimensão real, permite datar uma delas como tendo sido cunhada até 1538, ano em que foi retirada da circulação<sup>890</sup>. Oito dias após o nascimento, foi dado o nome de Jesus à

---

<sup>887</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 81v.

<sup>888</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 87v.

<sup>889</sup> António Miguel Trigueiros, «Códices portugueses quinhentistas iluminados com moedas», sep. de *Moeda, Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística*, Vol. XXXIV, n.º 3 e 4 (Julho/Dezembro 2009), Lisboa, Publinummus, 2009, p. 10.

<sup>890</sup> António Miguel Trigueiros, «Códices portugueses quinhentistas iluminados com moedas» [...], p. 36.

criança e quando se cumpriram os dias de purificação dos pais, levaram-no a Jerusalém para o apresentar ao Senhor<sup>891</sup>. Em primeiro plano, uma criança segura na mão um pombo. Ao seu lado esquerdo, S. José, de joelhos, oferece também um pombo ao sacerdote<sup>892</sup>. Um pouco mais atrás, Maria segura Jesus nos seus braços. No canto direito, um sacerdote estende os braços para segurar na criança, enquanto do lado esquerdo várias pessoas assistem à cerimónia, entre elas duas mulheres que seguram na mão velas acesas. Na fuga da Sagrada Família para o Egipto<sup>893</sup>, o quadro central, retrata um momento de paz. No oásis, Maria recolhe água de uma fonte num pequeno recipiente para dar de beber ao Menino que está ao seu colo. Três anjos, de joelhos à direita, oferecem comida, do outro lado, S. José olha para cima, erguendo o saio para receber frutas (tâmaras) que três anjos colhem e atiram de cima de uma palmeira, perto da qual o burro pasta. Vê-se ao longe um grupo de perseguidores. Na tarja que envolve o quadro, temos um acampamento com várias tendas, onde se movimentam pessoas, camelos e elefantes, de onde parte uma caravana de camelos. O ciclo termina com a matança dos inocentes<sup>894</sup>. A cena, de um realismo brutal, desenrola-se num acampamento, onde apenas se encontram mulheres e crianças recém-nascidas. No primeiro plano, um guerreiro eleva a sua espada para matar a criança que segura pela perna. Perante esta situação, as mães apresentam nos seus rostos expressões de grande sofrimento. Ao fundo, à esquerda, José, Maria e Jesus fogem para o Egipto. Nas tarjas, a Torre de Babel, com Deus Pai impedindo a sua construção, e a Arca de Noé afastando-se nas águas revoltosas.

Segue-se no livro de horas o Ofício dos Mortos, decorado com duas iluminuras, uma de um velório no quadro principal e nas tarjas, um cortejo fúnebre<sup>895</sup>. A outra representando as exéquias do rei<sup>896</sup>. Os Salmos Penitenciais e as Litanias antecedem as Horas da Cruz<sup>897</sup>, composta por cenas da Paixão de Cristo, em que a iluminura se apresenta com uma composição tipo retábulo, com um painel central ladeado do lado esquerdo e inferior por sete pequenos quadros com cenas da paixão. Começando pelo topo esquerdo, vemos Jesus no horto, o beijo de Judas, Jesus conduzido ao Sinédrio, Jesus perante Pilatos, que lava as mãos, flagelação de Cristo, coroação de espinhos, os soldados mostram a cruz. No quadro principal, a cena da crucificação de Cristo. Jesus, ao centro,

---

<sup>891</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 92v.

<sup>892</sup> *Bíblia Sagrada* [...], Lucas, (2:24).

<sup>893</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 98v.

<sup>894</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 109.

<sup>895</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 129v.

<sup>896</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 130.

<sup>897</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 234v.

pregado na cruz, é ladeado pelos dois ladrões, também eles crucificados, mas atados nos pés e nas mãos. À direita, estão vários soldados que ostentam as suas armas. Maria Madalena, de joelhos, abraça a cruz de Cristo e à direita, S. João ampara a Virgem nos seus braços, permanecendo atrás de si duas santas mulheres. No canto inferior esquerdo, está representada uma caveira no chão. Ao fundo figuram vários palácios e castelos e no céu as nuvens são muito escuras, reforçando o dramatismo da cena. A genealogia de Jesus, é representada no livro de horas pela Árvore de Jessé<sup>898</sup>. Partindo do peito do corpo jacente de Jessé, nasce um tronco de uma árvore, em cujos ramos se assentam dezassete reis, que dada a exiguidade de espaço, não são os 42 propostos por S. Lucas<sup>899</sup> ou os 26 fixados por S. Mateus<sup>900</sup>. No topo da árvore, figura Nossa Senhora com o Menino ao colo, com uma auréola formada por várias cabeças de anjos. Na base da iluminura está inscrita a profecia de Isaías em latim.

A penúltima parte do livro é composta por orações diversas, a que se dá o nome de Santoral, e é por ela que se verifica a originalidade de cada livro, pois é nesta parte que se faz sentir a veneração do seu possuidor, uma vez que ao lado de orações padronizadas, existem as que são dedicadas aos seus santos de devoção<sup>901</sup>. O Livro de Horas dito de D. Manuel I, apresenta-nos 28 sufrágios ou orações, com estruturas, origens e finalidades diferentes, sempre acompanhados de uma iluminura que apresenta o santo e a simbologia associada ao mesmo no quadro principal, reservando as tarjas para cenas secundárias da vida da entidade santificada.

- 1 - S. Pedro e S. Paulo<sup>902</sup>; 2 - Santiago<sup>903</sup>; 3 - S. Bartolomeu<sup>904</sup>; 4 - S. João Evangelista<sup>905</sup>;
- 5 - S. Tomé<sup>906</sup>; 6 - S. João Baptista<sup>907</sup>; 7 - S. Sebastião<sup>908</sup>; 8 - S. Roque<sup>909</sup>; 9 - S. Cosme e S. Damião<sup>910</sup>; 10 - Santo António<sup>911</sup>; 11 - Reis Magos<sup>912</sup>; 12 - S. Miguel Arcanjo<sup>913</sup>; 13 -

---

<sup>898</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 246v.

<sup>899</sup> *Bíblia Sagrada* [...], Lucas (3:23-38).

<sup>900</sup> *Bíblia Sagrada* [...], Mateus (1:1-17).

<sup>901</sup> *Horas de Nossa Senhora... & rezar em português* [...], p. 125.

<sup>902</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 266.

<sup>903</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 267v.

<sup>904</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 268v.

<sup>905</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 269.

<sup>906</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 270.

<sup>907</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 271v.

<sup>908</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 272.

<sup>909</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 274.

<sup>910</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 275.

<sup>911</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 276.

<sup>912</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 277.

<sup>913</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 278.

Anjo Custódio do Reino de Portugal<sup>914</sup>; 14 - S. Rafael<sup>915</sup>; 15 - S. Julião de Brioude<sup>916</sup>; 16 - S. Cristóvão<sup>917</sup>; 17 - Santo Estevão<sup>918</sup>; 18 - S. Vicente<sup>919</sup>; 19 - Santa Ana<sup>920</sup>; 20 - Santa Maria Madalena<sup>921</sup>; 21 - Santa Catarina<sup>922</sup>; 22 - Santa Bárbara<sup>923</sup>; 23 - Santa Clara<sup>924</sup>; 24 - Santa Margarida<sup>925</sup>; 25 - Santa Apolónia<sup>926</sup>; 26 - S. Bento<sup>927</sup>; 27 - Santo António<sup>928</sup>; 28 - S. Jerónimo<sup>929</sup>.

Mário Martins escrevia que embora fosse cansativo para quem lesse a descrição das iluminuras, para quem as olhava não poderia cansar-se da «arte leve e quase imaterial, em que as flores parecem de luz e as próprias figuras humanas nos deixam, às vezes, a impressão de não terem peso»<sup>930</sup>.

Como muitas das orações são comuns aos vários livros de horas, comparámo-las com as que constam do Livro de Horas de Nossa Senhora, composto em português e impresso em Paris entre 1500 e 1501, procurando destacar aqueles santos a quem D. Manuel I prestaria maior devoção. Em ambos os livros as orações são em número de 28, encontramos correspondência em 16<sup>931</sup> e 12 diferentes<sup>932</sup>. Nestas orações sem correspondência encontramos S. Bartolomeu, um dos doze apóstolos, esconjurador do demónio, martirizado com o esfolamento. S. Tomé, o apóstolo da Índia, a quem foi dedicada a capela real do paço da Ribeira. Os Reis Magos, aparecem sozinhos na iluminura, mas a exuberância da tarja que os rodeia, em que uma custódia, ânforas e vasos em metal precioso, alternam com pregadeiras e pendentos decorados com pérolas,

---

<sup>914</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 279.

<sup>915</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 280v.

<sup>916</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 282.

<sup>917</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 282v.

<sup>918</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 283v.

<sup>919</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 284v.

<sup>920</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 285v.

<sup>921</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 286v.

<sup>922</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 287v.

<sup>923</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 288v.

<sup>924</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 289v.

<sup>925</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 290v.

<sup>926</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 291v.

<sup>927</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 292v.

<sup>928</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 293v.

<sup>929</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 294v.

<sup>930</sup> Mário Martins, *Estudos de Cultura medieval*, vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 1969, p. 198.

<sup>931</sup> S. Miguel; S. João Baptista; S. João Evangelista; S. Pedro e S. Paulo; Santiago; S. Vicente; Santo António Pádua; S. Roque; S. Cosme e S. Damião; S. Cristóvão; S. Sebastião; Santa Ana; Santa Maria Madalena; Santa Catarina; Santa Bárbara; Santa Margarida, cf. *Horas de Nossa Senhora... & rezar em português* [...], p. 126.

<sup>932</sup> Salmo; Justo Juiz; Bem-aventurada Virgem Santa Maria Mãe de Deus; Memorial da Santíssima Trindade; Todos os apóstolos; à Hóstia; ao Cálice; Anima Christi; a Jesus Cristo; Especial a Nossa Senhora; São Leão, Papa; Da emparedada, cf. *Horas de Nossa Senhora... & rezar em português* [...], p. 126.

diamantes, esmeraldas, safiras e rubis, fazem sobressair nesta imagem as riquezas da Índia. Anjo Custódio do Reino de Portugal, temática marcadamente portuguesa, com o anjo a segurar na mão direita uma espada e na esquerda o escudo com armas de Portugal. S. Rafael, anjo da guarda, que simboliza a luz que é trazida para iluminar os pagãos, na imagem guiando o jovem Tobias. S. Rafael foi o nome da nau de Paulo da Gama, na primeira viagem à Índia. Santo Estevão, foi um dos primeiros pregadores após a morte e ressurreição de Jesus Cristo, condenado por blasfémia, foi morto por apedrejamento, cujas pedras, simbolicamente, retêm nas próprias vestes. Santa Clara, veste o hábito da ordem que ajudou a criar e segura na mão direita uma custódia gótica, que contém a hóstia sagrada e onde é representado um Calvário, com que afasta os muçulmanos. Santa Apolónia, segura na mão esquerda o instrumento do seu martírio, uma tenaz com um dente, e um livro aberto apoiado nos braços. É a padroeira das dores de dentes e dos dentistas. S. Bento, vivendo uma vida de eremita e de frugalidade, é representado orando de joelhos de frente para um rochedo, onde está cravado um crucifixo. O demónio para o tentar, enviou um diabo-mulher, apenas coberta por um manto vermelho, que mostra o corpo nu ao santo. Santo António de Lisboa, decorado com a pregação aos peixes. S. Jerónimo é representado com as vestes cardinalícias, segurando a pata ferida do leão que apareceu no seu convento e prepara-se para lhe retirar o espinho. Foi aos frades desta ordem que D. Manuel I entregou o mosteiro que seria o seu mausoléu. S. Julião de Brioude, mártir inédito na iconografia portuguesa, a sua inclusão pode estar relacionada com a naturalidade do pintor, nas palavras de Dagoberto Markl<sup>933</sup>. O seu martírio está representado com o santo de joelhos e mãos postas olhando em direção ao raio de luz que está sobre a sua cabeça. Ao seu lado, um homem com uma espada levantada com as duas mãos prepara-se para desferir o golpe final. A finalizar o livro, o evangelho de S. Marcos<sup>934</sup>, sendo este representado num gabinete sombrio, escrevendo num livro à luz de uma vela. Atrás de São Marcos, espreita o leão simbólico.

---

<sup>933</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], pp. 182-183.

<sup>934</sup> Dagoberto Markl, *Livro de Horas de D. Manuel* [...], fl. 301v.

### 3. A CÂMARA REAL: O VESTIR E O DEITAR DO REI

Costuma afirmar-se que a capela é o espaço mais privado do monarca, sendo que, a esse, podemos adicionar a câmara de dormir como local de idêntica relevância. Se num dos locais, a capela, o rei se expõe, só, perante o divino, sem que ninguém intermedeie essa ligação, na câmara, o rei é colocado nu, perante aquele que o veste e despe, numa situação de fragilidade humana perante o outro, idêntica à fragilidade do espírito perante Deus. São os aposentos onde o rei dormia, se vestia e lavava, onde ouvia música e lia, onde, em algumas ocasiões, tomava a sua refeição, ou conversava com os seus familiares e ouvia os conselheiros. Mas para além de espaço físico, a câmara representava, também, a parte menos visível do poder régio, se a identificarmos como entidade formada por um conjunto de cortesãos, com maior ou menor privacidade com o rei, a que podemos juntar todos aqueles que nela prestavam serviço. O rei D. Duarte no *Leal Conselheiro* sintetizou, de forma magistral, a ligação entre estas duas entidades, uma real e a outra, imaterial, identificando cada uma das salas da sua câmara, com o grau de sentimentos e afetos que nutria por aqueles que a cada uma delas podia aceder:

«§2 Prymeira, salla, em que entram todollos do seu senhorio que omyzyados nom som e assy os estrangeiros que a ella querem vñir. Segunda, camara de paramento, ou antecamara, em que costumam estar seus moradores e algũs outros notavees do reyno. §3 Terceira, camara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde sse costumam vestir, que pera mais speciaaes pessoas pera ello perteecentes se devem apropriar. §4 Quinta, oratorio, em que os senhores soos algũs vezes cada dia he bem de sse apartarem pera rezar, leer per boos livros e pensar em virtuosos cuidados»<sup>935</sup>.

Este modelo, idealizado por D. Duarte, irá ser reproduzido no paço da Ribeira, cuja construção foi iniciada no ano de 1508, numa hierarquia que se vai desenvolvendo a partir dos espaços mais públicos, para os espaços mais privados, tendo presente a reconstituição que Nuno Senos propõe<sup>936</sup>. A documentação permite-nos perceber a existência destas dependências: a sala grande, espaço de dimensões consideráveis, que o

---

<sup>935</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro*, edição electrónica do texto, João Dionísio (edição), University of Wisconsin-Madison/CLUL-FLUL, 2012, disponível em: <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt.LealConsel>, cap. LXXXI. A edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, está incompleta, faltando o texto sobre a terceira sala, cf. D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], p. 356.

<sup>936</sup> Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581* [...], pp. 136-141.

monarca utiliza para cerimónias de grande aparato ou para as audiências públicas<sup>937</sup> e onde dormiam os moços do monte<sup>938</sup>. A antecâmara, local onde dava audiência e despachava<sup>939</sup>, mudando à noite de função, transformando-se no local onde dormiam os guardas da câmara e alguns moços fidalgos<sup>940</sup>. Seguia-se a câmara, onde tinha o leito, e onde nem sempre dormia sozinho. Desde que D. Jorge foi apresentado na corte, após a morte de D. João II, e até que D. Manuel I casou com D. Isabel, dormiram sempre no mesmo leito<sup>941</sup>, e desde que ficou viúvo da segunda esposa, D. Maria, até ao casamento com D. Leonor, o príncipe e o infante D. Luís, dormiram sempre na sua câmara, numa cama aos pés do seu leito<sup>942</sup>. Foi nesse aposento, pela hora da sesta, que recebeu D. Álvaro de Castro, governador da casa do cível, a quem retirara o ofício por ter feito justiça por suas próprias mãos ao mandar açoitar um criado<sup>943</sup>, e lhe perdoou, devolvendo-lhe o cargo. Na traseira, ou guarda roupa, dormiam os moços da câmara<sup>944</sup>. A guarda roupa era o local onde se guardavam, para além das peças de vestuário e respetivos atavios, os livros, joias, objetos preciosos e outros utensílios quotidianos de uso na câmara<sup>945</sup>. Por fim, a quinta e última divisão, o oratório, onde, como escrevia D. Duarte, se devia dedicar tempo à leitura e aos pensamentos virtuosos. Neste modelo, que se presume tenha sido seguido nos paços mais utilizados pelo monarca, e que receberam obras de beneficiação: Évora<sup>946</sup>, Almeirim, Sintra<sup>947</sup>, o rei nunca se encontra realmente sozinho, recebendo e convivendo, com maior ou menor intimidade, com os seus cortesãos ou visitantes, em todos os aposentos que lhe estavam adstritos, resguardando alguma privacidade quando se encontrava com a rainha. Vários são os exemplos que encontramos em Damião de Góis. A receção aos embaixadores abexins, que são recebidos pelo rei em pé, fora do

---

<sup>937</sup> Escreveu Damião de Góis que dava audiência pública muitas vezes, cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 228.

<sup>938</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 226.

<sup>939</sup> Despachava três vezes por semana, algumas vezes mais, em público, com o escrivão da puridade, os vedores da fazenda e os escrivães da fazenda e da câmara, cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 228.

<sup>940</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 227.

<sup>941</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. VII, p. 18.

<sup>942</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 229.

<sup>943</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. XL, p. 159.

<sup>944</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 226. Foi na guarda roupa que D. João II apunhalou o cunhado, D. Diogo, na presença de três testemunhas, cf. Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XVIII, p. 929 e Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIII, p. 80.

<sup>945</sup> Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581* [...], p. 140.

<sup>946</sup> Gustavo Silva Val-Flores, «O Paço Real de Évora. Da periferia à centralidade – percurso de um espaço simbólico», *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia* [...], pp. 247-270.

<sup>947</sup> José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses* [...], pp. 199-247.

estrado<sup>948</sup>. A receção ao embaixador de Veneza, feita no baluarte cuja frontaria dava para o rio<sup>949</sup>, ou quando recebeu D. Jaime, duque de Bragança, pela hora da sesta, nos seus aposentos, estando a ser penteado por Frutos de Góis, com Damião de Góis segurando o bacio do penteador<sup>950</sup>.

Mas a câmara, para além de espaço físico, onde se dormia ou recebia, é o local onde se guardavam, mais especificamente na trascâmara, as joias, as roupas e outros objetos de uso quotidiano. Do inventário dos bens de D. Manuel I, o rol que chegou até nós, é o relativo às existências da guarda roupa<sup>951</sup>. Pelas peças que o compõem, podemos antever o luxo com que o rei se vestia, e dessa forma marcava o poder que detinha, uma vez que as pragmáticas anteriores, que limitavam o luxo excessivo, já não vigoravam. Como todos tentavam imitar quem estava no nível superior, por vezes numa atitude de tentar passar por um estatuto que se não possuía, era natural que o rei, não precisando de imitar ninguém, era o padrão para os outros. Socorrendo-nos uma vez mais de Damião de Góis, escrevia este que o rei era galante e bem vestido e muito limpo da sua pessoa. Prezava tanto a elegância, que quase todos os dias vestia roupa nova, acumulando tanta roupa que, duas vezes por ano, a mandava distribuir pelos fidalgos, cavaleiros, escudeiros e moços da câmara que se encontravam na corte<sup>952</sup>, no entanto, em alguns casos, estipulava quem deveria receber vestuário e quais as peças que deveriam ser entregues a cada um<sup>953</sup>. Numa outra situação, ao meirinho do paço, era dado, para além do registo no livro das moradias, um soldo de 1.000 reais mensais, um alqueire de cevada e um vestido, em cada ano «da contia que a el-rei bem parecesse»<sup>954</sup>. De forma muito sucinta, enumeramos alguns dos trajés que se encontravam na guarda roupa, e por eles aduzir a riqueza e o conforto a que estas peças se prestavam.

O primeiro item que foi registado é a relação das peças que compunham o tesouro do monarca, as joias, os objetos de ouro ou prata, os ornamentos dos mesmos metais. As pedras preciosas: diamantes, rubis, pérolas, esmeraldas, ametistas e safiras, encastoadas ou soltas, lapidadas ou em bruto, constituem uma boa parte de tesouro, no qual também encontramos colares e cadeias de ouro, espadas, adagas, bastões e estoques do mesmo

---

<sup>948</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. LIX, p. 220.

<sup>949</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXI, p. 219.

<sup>950</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. XX, p. 57.

<sup>951</sup> Publicado por Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da guarda-roupa de D. Manuel», *Arquivo histórico português* [...], vol. II, pp. 381-417.

<sup>952</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 229.

<sup>953</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 63, n.º 91 (06/02/1516).

<sup>954</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 77 (Lisboa, 29/07/1513).



metal, com trabalhos simples ou esmaltados, bem como adagas e punhais em prata. Muitas destas riquezas resultavam de trabalhos feitos localmente<sup>955</sup>, mas outras eram provenientes dos territórios ligados pela expansão, como eram os vários exemplares de pedras preciosas<sup>956</sup>. Tecidos com bordados em ouro, ou guarnecidos de joias, fivelas, pontas e botões, do mesmo metal, expõem a riqueza de quem os utiliza. Na guarda-roupa, as peças de vestir estavam agrupadas por bolsas, barretes, sobreiros e chapéus, peças de trajar à mourisca, camisas, pelotes, lobs e capas, gibões e outras peças, entre calças, ceroulas, opas e roupa flamenga. No inventário são também incluídos livros, moedas e roupa de cama.

Do ponto de vista simbólico, a câmara era o local onde o rei estabelecia a majestade com os súbditos, numa hierarquia de acesso à pessoa real que, como relacionou D. Duarte, reservava os espaços mais íntimos para aqueles em quem depositava confiança plena, o que se traduzia que nas audiências públicas os assuntos abordados estavam relacionados com a justiça ou a fiscalidade do reino, resguardando as matérias de mercê e privilégio, para local mais recatado. Mas a escolha do local onde se era recebido, podia constranger quem se dirigia ao rei. Nos *Ditos Portugueses*, conta-se a história de um fidalgo pobre, que servira o reino em várias partes e se dirigiu ao paço para falar com o rei. Como o porteiro da câmara o conhecia, deu disso conhecimento, e o rei anuiu em o receber. De joelhos, começou a falar, quando chegou o guarda-roupa que começou a tirar as botas ao monarca, situação que fez com que o fidalgo, não se sentindo na condição de assistir a situação tão do foro íntimo, se esqueceu do que ali o levava, dizendo que sabia servir, mas não sabia pedir<sup>957</sup>.

Para a época, não temos um conhecimento direto do tipo de cerimonial que se desenrolava na câmara, nos atos de levantar e deitar do rei. Do que se sabe, o rei dormia em camisa e de manhã era vestido pelo camareiro-mor com as peças de roupa trazida da guarda-roupa pelos moços da câmara<sup>958</sup>, que seria ação morosa e trabalhosa, que originou que um dia, António da Silveira, que servia de camareiro-mor de D. João III, lhe pedisse por mercê, depois de o vestir, que este lhe desse licença para sair dos aposentos e sentar-se, porque estava cansado<sup>959</sup>. O sapateiro calçava os sapatos ou as botas, o rei era

---

<sup>955</sup> «Hũa cadea que fez mestre Joham», cf. Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da guarda-roupa de D. Manuel», *Arquivo Histórico Portuguez* [...], vol. II, p. 382.

<sup>956</sup> Caso da pérola enviada pelo rei de Ormuz, que pesava duas oitavas e meia (8,96 gramas).

<sup>957</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI*, anotações e comentários de José Hermano Saraiva, 3.<sup>a</sup> edição, Mem Martins, Publicações Europa América, 1997, p. 45.

<sup>958</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 378.

<sup>959</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 131.

penteados, e caso a barba fosse aparada era tarefa a ser desempenhada pelo barbeiro. Os físicos presentes examinavam a urina e questionavam o rei sobre como passara a noite<sup>960</sup>. No final do dia, quando o monarca regressava à sala do leito para se deitar, era despido e descalçado, o espaço era encerrado, ficando o rei sob vigilância do camareiro-mor, que dormia numa divisão contígua, para caso o rei por ele chamar<sup>961</sup>, dos porteiros e guardas da câmara e dos nobres que dormiam no paço. O compartimento de dormir era bem iluminado e o leito onde se deitava era de madeira esculpida<sup>962</sup>, com dossel<sup>963</sup>. Junto a ele podiam encontrar-se vários objetos necessários ao rei, para além dos vasos de noite<sup>964</sup>, livros, água para as abluções, papel para escrever<sup>965</sup>. Nas palavras de Damião de Góis, D. Manuel I era muito limpo da sua pessoa, o que denota alguns hábitos de higiene, que poderiam passar pela utilização do banho com alguma frequência, ou a mudança de roupa, mas que as fontes consultadas não referem.

Sendo a câmara real, o local onde se ocorria uma boa parte das decisões para a administração do reino, é nela que encontramos um leque variado de servidores cujas funções principais decorriam na manutenção do vestuário, seus adornos e armas, no mobiliário e decoração dos espaços, e na proteção do monarca, limitando quem a ele acedia. Todos estes criados estavam sob as ordens do camareiro-mor, que geria a câmara, os seus objetos e o pessoal a ela adstrito, de acordo com os rituais inerentes à vida quotidiana do rei, mas também nos momentos públicos ou solenes, com a preocupação que as frequentes mudanças de local de residência, traziam.

### 3.1. CAMAREIRO-MOR

As *Ordenações Afonsinas* têm devidamente estatuídas as atribuições relativas ao camareiro-mor. Estamos perante um cargo eminentemente doméstico em que o oficial

---

<sup>960</sup> Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* [...], p. 311.

<sup>961</sup> Só o camareiro podia entrar na câmara após o rei se deitar. De manhã, só depois de vestido pelo camareiro-mor, é que podiam entrar os fidalgos, que eram enunciados pelo reposteiro, cf. *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 281.

<sup>962</sup> Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581* [...], p. 139.

<sup>963</sup> Numa carta de quitação dada a Álvaro Rodrigues, guarda de D. João II, do que recebeu e despendeu nos anos de 1494 e 1495, faz-se menção a uma cama de pau com céu, costaneira e corrediças de tafetá, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 27v/28 (Évora, 1497), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Arquivo Historico Portuguez* [...], vol. I, p. 246.

<sup>964</sup> Camareiros, como eram conhecidos, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, 23/23v (Lisboa, 06/10/1503).

<sup>965</sup> Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* [...], p. 313.

titular privava de muito perto com o monarca. Este era um dos ofícios da casa com alguma autonomia em relação ao mordomo-mor. Como outros títulos, também este não foi portado das *Ordenações Afonsinas* para as várias versões das *Ordenações Manuelinas*. É um título com um articulado composto por um preâmbulo e seis artigos<sup>966</sup> que, de forma concisa, pretende transmitir qual o âmbito de atuação do camareiro-mor em meados do século XV. Estabelece, primeiramente, que coexistindo na câmara vários camareiros<sup>967</sup>, um deles teria ascendente sobre os restantes, que dele receberiam ordens, lhe deviam obediência e, no caso de prevaricarem, ele os poderia admoestar ou castigar fisicamente, desde que não provocasse sangue, porque esse tipo de castigo estava reservado ao rei. Os artigos seguintes operacionalizavam o serviço na câmara. Assim, competia ao camareiro-mor vestir, calçar e descalçar a pessoa real, em dois momentos importantes do dia, o levantar e o deitar, obrigando o camareiro-mor a estar sempre disponível quando o rei por ele chamasse, o que implicava que tivesse que dormir na câmara, onde o rei também dormia, ou, em determinadas situações, dormir na parte de fora da câmara, junto à porta, para acudir mal o rei o chamasse. Velar pelo sono do rei exigia, para além do dormir na câmara, resguardar o monarca da entrada de outras pessoas no local do leito, independentemente da sua qualidade, enquanto este dormia ou ainda não se acabara de vestir e calçar. Neste momento tão privado, em que o corpo do rei se encontrava indefeso ganhava importância quem garantia a proteção do rei. Era ao camareiro-mor que competia garantir a desocupação do local depois do rei se despedir para dormir, após o que só deixava entrar, nesse momento em que a pessoa régia se encontrava despojada das suas vestes e da sua majestade, aqueles a quem o rei mandasse chamar ou que ele, camareiro-mor, dada a urgência da audiência, permitisse, detendo a palavra suprema no acesso ao monarca, mesmo que fosse perante alguém de alta linhagem.

Para o bom funcionamento da câmara real eram necessários servidores que garantissem o guarda-roupa e o guarda-joias, a limpeza da câmara, da roupa e do calçado, a colocação de velas para a noite, servidores que eram nomeados pelo camareiro-mor e ao qual deviam obediência. Preocupação maior para com as peças de vestuário e adornos que pertenciam ao guarda-roupa real, o qual deveria ser inventariado todos os seis meses e confrontado com o livro de registo de saída e entrada das ditas peças, justificando-se o motivo de saída das mesmas se fosse caso disso. Os dois últimos artigos são, mais uma vez, uma prova das qualidades do camareiro-mor. Em primeiro lugar, deveria ser de boa

---

<sup>966</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LVIII.

<sup>967</sup> No reinado de D. Manuel I só temos conhecimento da existência do camareiro-mor.

linhagem, bom ouvinte e guardador de segredos, pois é escrito no regimento «ca pois com elle havemos de conversar aos tempos solitários, covinhavel cousa parece seer que algumas vezes lhe descobriremos, e falemos nossos segredos»<sup>968</sup>. Associada a essas qualidades, a que se juntavam as de fiel e leal ao rei, deveria o rei agraciá-lo com mercês e doações, de forma que fizesse crescer a vontade de melhor o servir, honrando-o dessa forma distinguia-o dando-lhe maior reputação e poder sobre aqueles que ele dirigia.

D. João Manuel, fidalgo do conselho régio, filho natural de D. João Manuel, bispo da Guarda<sup>969</sup> e de Justa Rodrigues, legitimado com seu irmão Nuno Manuel por carta régia de 15 de novembro de 1475<sup>970</sup> por D. Afonso V, sendo a legitimação feita a pedido de seus pais. Irmão colação de D. Manuel I, foi seu camareiro-mor enquanto duque, cargo que manteve aquando da subida ao trono deste, substituindo nesse cargo Aires da Silva, que o ocupara ao longo do reinado de D. João II. Pouco tempo depois de D. Manuel I ser alevantado como rei, em 22 de fevereiro de 1496, foi-lhe feita uma doação de uns pardieiros em Setúbal, que pertenciam às terras da coroa, para que D. João Manuel fizesse neles o que quisesse<sup>971</sup>. D. João Manuel foi casado com D. Isabel de Meneses, filha de D. Afonso Teles da Silva, 3.º alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela, capitão de Alcácer Ceguer, e de sua mulher Joana de Azevedo, filha de Luís Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda de D. Afonso V e embaixador em Roma a dar obediência ao papa Calisto III, e de Filipa de Azevedo, da qual teve um filho e uma filha: Bernardo Manuel, que foi alcaide-mor de Santarém e camareiro-mor como seu pai; Joana Manuel casada com Alonso Pacheco Portocarrero, senhor de las Sirgadas, do qual foi primeira mulher.

---

<sup>968</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LVIII, §5.

<sup>969</sup> Pretendem alguns linhagistas que teria sido filho bastardo de D. Duarte e de D. Joana Manoel da família dos Manoeis de Castela. Segundo Felgueiras Gaio, «foi criado incognitamente sem q seu Pay o declarasse e dipois ElRey D. Afonso 5.º seu irmão o estimou m.to e lhe deo grandes lugares. Foi seu Capelão-mor, Embaixador ao Papa Eugenio IV e era pessoa de grandes Talentos e Letras, tinha sido Caramelita em cuja religião se criou», cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVIII, p. 48. Esta filiação, seguida por muitos genealogistas a partir de uma carta de Gaspar Barreiros a Damião de Góis (1567), trinta anos depois da morte do rei, foi perentoriamente contestada por Anselmo Braamcamp Freire, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, pp. 10-16, sem, no entanto, conseguir identificar quem teriam sido os progenitores da família Manuel, de Portugal. Mais recentemente Luís Miguel Duarte na biografia que escreveu do rei D. Duarte, acrescenta um argumento definitivo que confirma a tese de Anselmo Braamcamp Freire: no seu testamento, a herança que o bispo da Guarda deixa a seu filho impõe a condição de este mandar rezar anualmente, pela Quaresma, uma missa por alma dele, bispo, e pelas de seu pai e mãe. No final dessas missas, os clérigos oficiantes saíam com responso e água benta «para rezar sobre a cova onde jaz o dito seu padre e madre», cf. Luís Miguel Duarte, *D. Duarte. Requiem por um rei triste* [...], pp. 260-261.

<sup>970</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 166v (Montemor-o-Novo, 15/11/1475).

<sup>971</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 62v (Montemor-o-Novo, 22/02/1496).

Embaixador a Castela, foi ele o procurador do rei no primeiro casamento de D. Manuel I com a infanta D. Isabel de Castela, viúva do príncipe D. Afonso<sup>972</sup>. Como camareiro-mor, acompanhou a comitiva quando os monarcas portugueses se deslocaram ao reino vizinho para serem jurados herdeiros das coroas de Castela e de Aragão<sup>973</sup>. Nessa viagem integrou a comitiva que se dirigiu a Toledo, para receber o rei D. Fernando, quando as duas comitivas se juntaram<sup>974</sup>. Voltou D. João Manuel a Castela, para tratar do segundo casamento do rei com a infanta D. Maria de Castela, não tendo acabado a missão, falecendo por doença, quando se encontrava na corte dos Reis Católicos<sup>975</sup>. D. Manuel I sentiu muito a sua morte «pela boa vontade que lhe tinha, e criação que nelle fezera<sup>976</sup>». Já era falecido em 4 de setembro de 1499, quando é passada carta de mercê de ofício de camareiro-mor ao seu filho primogénito D. Bernardo Manuel<sup>977</sup>. Com o ofício de camareiro-mor, receberia em cada ano cem dobras de banda<sup>978</sup>. Para além da mercê do ofício, foi-lhe entregue a alcaidaria-mor de Santarém e seu termo, recebendo mais tarde, para galardoar os muitos serviços e merecimentos de D. João Manuel, seu pai, o mordomado de Santarém, a alcaidaria e o mordomado de Almeirim<sup>979</sup>. Outra mercê foi a de poder nomear um escrivão na alcaidaria de Santarém ainda que essa nomeação sempre tivesse pertencido aos reis predecessores<sup>980</sup>.

D. Bernardo nenhuma coisa estimava mais que o espírito heroico e os merecimentos próprios, querendo por estes ser eternizado com glorioso nome conseguido nos duros trabalhos da guerra<sup>981</sup>. Conseguindo licença de D. Manuel I, passou a África em 1510, onde combateu ao lado de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim e senhor de Penacova. No ano seguinte, acompanhou o capitão de Safim numa entrada que se fez aos aduares de Almedina, onde foi ferido com alguma gravidade, tendo lutado com tanto

---

<sup>972</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXII, p. 46.

<sup>973</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVI, p. 58.

<sup>974</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVIII, p.60.

<sup>975</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XLVI, p. 111.

<sup>976</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XLVI, p.111.

<sup>977</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 19v (Lisboa, 04/09/1499). António Caetano de Sousa, dá-o como morto em 1500, o que é contraditório com o registo de chancelaria, cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XII, p. 236.

<sup>978</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 12 v (Lisboa, 07/03/1503). As dobras de banda eram castelhanas e chamavam-se assim porque de um lado tinham as armas de Leão e Castela, quarteadas em cruz, e da outra um escudo com uma banda que o atravessava do canto direito para o esquerdo, que foi a empresa de D. Afonso XI de Castela. Esta moeda valia então 120 reais brancos, que faziam 216 reais na moeda em circulação em território português, cf. Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p. 178.

<sup>979</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 12 (Lisboa, 07/03/1503).

<sup>980</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 12 (Lisboa, 07/03/1503).

<sup>981</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XII, p. 238.

ardor e risco que ganhou reputação e louvores perante os demais combatentes. Dessa estada em Safim vai ser recebedor de 2.630 reais dos soldos que vencera em Safim, mais 31.5000 reais de sua tença<sup>982</sup>. Foi um dos que participou na tomada de Azamor quando, querendo prestigiar o seu sobrinho, D. Manuel I entregou o comando da expedição para conquistar a cidade de Azamor, ao duque D. Jaime<sup>983</sup>. Para esta expedição<sup>984</sup>, foi organizada<sup>985</sup> uma grande armada com mais de quatrocentas velas<sup>986</sup>, para transportar um exército cujo número rondou os dezoito mil homens a pé e dois mil e quinhentos a cavalo. Destes, o duque armou à sua conta quatro mil infantes, quinhentas lanças e quinhentos e cinquenta cavaleiros<sup>987</sup>. Para eles, mandou fazer túnicas brancas com a cruz vermelha no peito e nas costas<sup>988</sup>. Muitos foram os grandes de terra, fidalgos e outra gente de renome<sup>989</sup>, que participou nesta armada, cuja capitania-mor e geral foi entregue a D. Jaime<sup>990</sup>, atribuindo-lhe o poder e alçada sobre toda a gente da armada e exército, de

---

<sup>982</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 52, n.º 25 (06/10/1514).

<sup>983</sup> D. Jaime já anteriormente manifestara o seu interesse por África, no seguimento da participação de seu pai, D. Fernando, em várias praças africanas, tendo estado o seu comando planeado para anteriores tentativas de assalto a Azamor, pelo menos desde 1509, cf. Maria de Lurdes Rosa, «D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça», *O Tempo de Vasco da Gama*, direção de Diogo Ramada Curto, pp. 319-332, Lisboa, Difel, 1998, p. 328.

<sup>984</sup> Já antes D. Manuel I acarinhara o projeto de conquistar Azamor. Como nos anos de 1502 e 1503, os mouros não pagaram o tributo devido, retomando embora esse pagamento em 1504, fez com que o monarca não perdesse de vista a conquista da cidade. Em 1507 enviou uma força de sessenta navios e dois mil e quinhentos homens, comandada por D. João de Meneses, conde de Tarouca, prior do Crato e mordomo-mor da casa real, expedição sem sucesso uma vez que os aliados mouros falharam na garantia do acesso à cidade. Gorado novo projeto a realizar em 1509, só três anos decorridos foi organizada nova expedição, cf. Damiano Peres, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1951, pp. 8-9.

<sup>985</sup> D. Manuel I escreveu cartas de igual teor a 29 de março de 1513, ao arcebispo de Braga, ao bispo de Évora, três cartas a bispos e outra a D. Jorge, mestre de Santiago, comunicando que enviava o duque numa expedição a Marrocos e determinava que preparassem gente com cavalo para coadjuvarem militarmente a expedição. A carta ao arcebispo de Braga foi publicada em *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos, (1488 a 1514)*, publicados por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, coordenação, revisão e prefácio por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 54-55.

<sup>986</sup> Damiano de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. XLVI, p. 180. Para abastecer a armada, são carregados vários moios de trigo, de que nos dão conta os registos existentes no Corpo Cronológico, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 40, n.º 54 (28/07/1513), cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 40, n.º 36 (26/07/1513), cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 40, n.º 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100 (Lisboa, 02/08/1513).

<sup>987</sup> Fosse por uma questão de opulência, fosse por se querer redimir, os seus vastos rendimentos permitiram-lhe equipar à sua custa a quinta parte das forças expedicionárias, cf. Damiano Peres, *Conquista de Azamor* [...], p. 9.

<sup>988</sup> «...ahos quaes todos o duque mandou dar á sua custa, calças, gibões, & gorras de panno branco, cõ cruces vermelhas nos peitos, & nas costas, & aos coronéis, alferez, cabos descoadra, & sargentos do campo, deu vestidos de seda: hos quaes capitães vinha por gyros, cada dia com hos seus mil homens, dar mostra a elRei, no terreiro dos paços da ribeira, onde faziam seus caracoes, cunhas, quadras, & coroaas, em tão boa ordem quomo se ho vsarão per todo ho discurso de suas vidas.», cf. Damiano de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. XLVI, p. 181.

<sup>989</sup> Damiano de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. XLVI, p. 181-183, e António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. V, pp. 294-296.

<sup>990</sup> Caso o duque falecesse nesta viagem, seria D. João de Meneses quem o substituiria.

qualquer estado e condição, com a jurisdição cível e crime até morte natural, sem dele haver outra apelação ou agravo, nas matérias de guerra, de mar ou de terra<sup>991</sup>. De destacar que as principais famílias nobres se encontravam representadas por alguns dos seus membros, entre eles o camareiro-mor.

Zarpou a esquadra de Lisboa três dias depois da bênção, apontando ao Algarve onde se juntaram mais navios e gente que estava aguardando, partindo para Azamor na segunda-feira, 23, avistando costa no sábado 28 de agosto, tendo a esquadra aportado junto a Mazagão, distante duas léguas do objetivo, dada a impossibilidade de subir o Oum er Rbia, rio que banha a cidade a conquistar. Feito o desembarque<sup>992</sup>, seguiram as forças para Azamor, entretanto esvaziada daqueles que a não podiam defender e que foram colocados a salvo<sup>993</sup>. No caminho, algumas escaramuças, em que ficou ferido D. Bernardo Coutinho. Feita a aproximação à cidade, instalada a artilharia, iniciam-se as hostilidades. Os disparos sucedem-se, tentou-se a escalada das muralhas, que os sitiados defenderam, lançando pez a ferver sobre os assaltantes. O governador e capitão da cidade, Cide Mançor, incitou os seus a defender a cidade, na esperança dos reforços que o iriam ajudar a escorraçar os portugueses. Foi um dos que estavam no cimo das muralhas, combatendo, expondo-se. De súbito caiu, trespassado por uma bala que lhe atravessou o peito. Foi o suficiente para que o alento dos defensores esmorecesse. Abandonaram num tropel a cidade, esmagando nessa correria pelo menos oitenta habitantes, na confusão de corpos que se comprimem contra as portas da cidade. A cidade caiu a 1 de setembro. Foi uma conquista sem luta e sem sangue derramado pelos portugueses. A conquista de tão importante bastião sem perda de vidas, foi uma vitória, a todos os níveis, importante para o duque de Bragança. A comemoração teve logo lugar na mesquita maior, entretanto purificada e onde foi erigido um altar<sup>994</sup>. O saque foi pouco significativo. Algumas peças

---

<sup>991</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 87v (Lisboa, 03/08/1513). Transcrito por António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. V, pp. 291-293.

<sup>992</sup> Conquanto a gestão de tão vastos recursos em homens e material, fosse um desafio superado, trouxe também alguns momentos de desalento e dissabores ao duque, queixas essas colocadas por escrito ao rei D. Manuel I. Escreveu o duque que «haja vossa Alteza por certo que ordenar isto foi o maior trabalho e afronta que em toda minha vida vi, porque deles não queriam que lhe tomassem os homens de pé, deles não queriam ajuntar-se com ninguém, deles buscavam todas as destemperas do mundo, que não havia gota de sangue em mim que não fosse peçonha», cf. Damião Peres, *Conquista de Azamor* [...], p. 10.

<sup>993</sup> Os espíões enviados pelos mouros, deram conta da formidável força que tinha desembarcado. A cidade preparou-se para uma situação de cerco, mantendo no seu interior somente os que podiam contribuir para sustentar os Portugueses.

<sup>994</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. XLVII, p. 188. Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. V, p. 302.

de artilharia, trigo ensilado e muitos sáveis escalados<sup>995</sup>. Fraco despojo, sinal da reduzida expressão económica da comunidade conquistada. O sucesso da conquista foi logo comunicado ao reino, tendo D. Manuel I recebido a notícia em Sintra, onde a corte estava sedada, com muita alegria, partilhada por todos os que com ele estavam. Em todo o reino se celebraram grandes festas e procissões, dando graças por esta vitória sobre os inimigos da fé em Cristo<sup>996</sup>. Entregue o governo da cidade a D. João de Meneses e a Rui Barreto, regressando o duque ao reino, impossibilitado que estava de andar a cavalo, por via de um achaque que o acometera, encontra-se com a corte em Almeirim, onde foi recebido com todas as honras pelo rei. Nesta conquista, D. Bernardo Manuel armou cavaleiro, por delegação do duque de Bragança, vários dos combatentes da conquista de Azamor, os quais vieram mais tarde reclamar junto do rei esses privilégios, com os direitos e privilégios inerentes ao título. Foram os casos de Lopo Tolosa, criado do conde de Faro, morador em Torres Novas<sup>997</sup>; Pedro de Sousa, morador na vila de Santarém<sup>998</sup>; Agostinho Fernandes, morador na Roda<sup>999</sup>. Depois dessa conquista Bernardo Manuel acompanhou Nuno Fernandes em outras incursões em território marroquino, entre elas a conquista de Tednest, algumas vezes revelando mais valentia que prudência, como escreveu Caetano de Sousa<sup>1000</sup>. Com D. António de Noronha foi ao rio Mamora, em que não foi menor o perigo «satisfazendo desta sorte com as obrigações do seu nascimento, e a expectativa, que os demais soldados tinham do seu valor, de que deu constantes provas em diversas fações que sucederam no tempo, que assistiu naquele teatro de guerra<sup>1001</sup>». Por esses feitos recebeu de moradia, como cavaleiro, 6.500 reais mensais<sup>1002</sup>. Devido aos serviços recebidos e a receber foi-lhe outorgada uma tença de 50.000 reais<sup>1003</sup>. Em 1516, D. Bernardo irá vender a alcaidaria de Santarém ao conde do Redondo, capitão e governador da vila de Arzila<sup>1004</sup>. O motivo para esta venda pode estar associado a um pouco de

---

<sup>995</sup> Azamor era conhecida pela abundância piscatória nas suas costas. O sável, o cação, uma espécie de atum, rendiam em cada ano entre sete e oito mil cruzados, cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. XLVII, p. 184. Em 1481, Azamor pagava a D. João II, um tributo anual de dez mil sáveis.

<sup>996</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. XLVII, p. 189. Ver carta enviada à cidade de Lisboa, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 13, n.º 56 (Sintra, 19/09/1513), comunicando a conquista de Azamor e determinando que fossem dadas graças pelo sucesso.

<sup>997</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 39v (Lisboa, 07/04/1514).

<sup>998</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 38v (Lisboa, 13/06/1514).

<sup>999</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 40v (Lisboa, 30/04/1518).

<sup>1000</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XII, p. 239.

<sup>1001</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XII, p. 239.

<sup>1002</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XII, p. 239.

<sup>1003</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 15v (Almeirim, 26/11/1515).

<sup>1004</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 122v (Lisboa, 06/10/1516).



romantismo cavaleiresco. Narra-nos Caetano de Sousa que pretendeu D. Bernardo levar a *Excelente Senhora* por mar, até França, onde a poderia casar com um príncipe de sangue real daquele país, assegurando assim meios para que esta pudesse entrar em Castela e reclamar o trono que era seu. Vendo D. Bernardo frustradas estas ideias, logo quis ou foi levado a abandonar Portugal e servir na guerra em vários países, entre eles a Itália, que colocava em guerra castelhanos, italianos e franceses, sobre a defesa e ocupação do estado de Milão, de onde passou depois à guerra de Nápoles, nela morrendo de uma bala de arcabuz no assalto a um castelo<sup>1005</sup>. De parte do seu percurso no exterior, nos dá conta uma carta de frei Carlos São Brás informando D. Manuel I que o seu camareiro-mor, chegara da Flandres e ficara em Madrid onde recebera de Sua Majestade Católica, grandes elogios<sup>1006</sup>.

Casou D. Bernardo pela primeira vez com D. Francisca de Noronha, filha de D. Martinho de Castel-Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão e de D. Mécia de Noronha, filha de D. João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão do Funchal e de D. Maria de Noronha, sua mulher, filha de D. João Henriques, neto do conde de Gijon e Noronha, D. Afonso. D. Francisca já era falecida em 1517, quando o rei autoriza que a tença de 40.000 reais, que sua mãe detinha, nela tendo sido trespassada pelo conde de Vila Nova, lhes seja dada em pagamento<sup>1007</sup>. Casou D. Bernardo, segunda vez, com D. Maria de Bobadilha, filha de Afonso de Bobadilha, do conselho régio e comendador de Horta Lagoa, que teve direito a tença real no valor de 40.000 reais, em janeiro de 1520<sup>1008</sup>.

Com D. Bernardo ausente do reino, D. Manuel I nomeou para o desempenho do ofício de camareiro, o armador-mor e guarda roupa, D. Álvaro da Costa, com uma já longa carreira ao serviço do rei e da casa real. Moço da guarda roupa<sup>1009</sup>, acompanhou o casal real a Castela e Aragão em 1498<sup>1010</sup>, sendo mencionado com o título de cavaleiro. Em 1507, comprou o ofício de guarda roupa ao cunhado, Fernão Lopes Correia, que lhe o cedera em 1499, quando partiu como capitão da Mina<sup>1011</sup>, e que exercerá entre essa data e 1502<sup>1012</sup>. No ano seguinte, 1508, foi D. Álvaro da Costa nomeado armador-mor do rei,

---

<sup>1005</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XII, p. 240.

<sup>1006</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 21, n.º 114 (Madrid, 31/05/1517).

<sup>1007</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 22 (Lisboa, 14/03/1517).

<sup>1008</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 55 (Évora, 06/01/1520).

<sup>1009</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl.46/47 (Lisboa, 23/04/1499), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, pp. 238-239.

<sup>1010</sup> Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XX, mç. 2, n.º 11 (Saragoça, 18/06/1498).

<sup>1011</sup> Margarida Leme, «D. Álvaro da Costa: o fiel servidor do rei, o fundador da família», *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: Poder, Arte e Devoção* [...], p. 37.

<sup>1012</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 6v (Lisboa, 29/12/1503).

com vários atos registados na chancelaria com autorizações para armeiro em várias localidades reino<sup>1013</sup>, até que no ano de 1513, acumulou funções com o de camareiro<sup>1014</sup>, coincidindo a nomeação com a partida de D. Bernardo para o Norte de África, integrando a expedição a Azamor, comandada pelo duque de Bragança, cargo que manteve até ao fim do reinado de D. Manuel I, sendo uma das testemunhas que validaram o codicilo ao testamento do rei<sup>1015</sup>.

### 3.2. GUARDA-ROUPA

Competia ao camareiro-mor indicar uma pessoa que se responsabilizasse pela guarda roupa, tomando conta das joias, roupa e todos os objetos guardados no local, tomando nota das entradas e saídas de forma a ter controlo das existências e poder responder ao inventário semestral que o rei mandava um escrivão fazer<sup>1016</sup>, quando confrontado com o inventário anterior. O guarda roupa, «homem de bem», era quem substituíva o camareiro-mor nas suas ausências<sup>1017</sup>, estando assim explicada a importância do cargo de guarda roupa, e a razão da substituição interina de D. Bernardo por D. Álvaro. Na chancelaria encontramos os já mencionados Fernão Lopes Correia e D. Álvaro da Costa.

Fernão Lopes Correia, cavaleiro, recebeu, no ano de 1498, uma tença anual de 3.200 reais, pelos bons serviços<sup>1018</sup>, e, no ano seguinte, terá carta de quitação dos vários artigos que entraram na guarda roupa, entre joias, ouro, prata, dinheiro, objetos preciosos e tecidos, que recebeu dos oficiais da fazenda e de outras pessoas, no valor de 14.319.593 reais<sup>1019</sup>, recebendo, em junho de 1502, o conteúdo da guarda roupa do anterior detentor do cargo, Antão de Faria, camareiro e guarda roupa de D. Joao II<sup>1020</sup>. Em 1503, teve a confirmação do privilégio do coutamento de uma quinta no termo de Santarém, junto da

---

<sup>1013</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 4/4v (Almeirim, 13/01/1508).

<sup>1014</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 53/55v (Lisboa, 06/06/1513).

<sup>1015</sup> António Caetano de Sousa, *Provas [...]*, tomo II, p. 351.

<sup>1016</sup> *Ordenações Afonsinas [...]*, liv. I, tit. LVIV, §4.

<sup>1017</sup> *Ordenações Afonsinas [...]*, liv. I, tit. LVIV, §3.

<sup>1018</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 26v (Lisboa, 27/03/1498).

<sup>1019</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 46/47 (Lisboa, 23/04/1499), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez [...]*, vol. II, pp. 238-239.

<sup>1020</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 73v (Lisboa, 30/06/1502), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez [...]*, vol. I, p. 287

ponte de Alviela<sup>1021</sup>. Capitão e governador de S. Jorge da Mina desde 1499<sup>1022</sup>, ainda ocupava esse cargo em abril de 1523<sup>1023</sup>. Cavaleiro da Ordem de Cristo recebia com o hábito 40.000 reais, tendo uma tença em vida no valor de 15.000 reais, a que adicionava 80.000 de D. Álvaro da Costa<sup>1024</sup> e 8.400 do sogro, Gil Eanes<sup>1025</sup>.

Para auxiliar o guarda roupa, eram nomeados moços da guarda roupa, sendo Frutos de Góis aquele que se manteve no cargo praticamente durante todo o reinado. Filho de Rui Dias e de Filipa de Góis, era irmão de Damião de Góis. Por falecimento do pai, D. Manuel I deu-lhe as saboarias pretas na sua posse, Alenquer, Arruda, Azambuja, Aldeia Galega a par da Merceana, Óbidos, Atouguia e seus termos<sup>1026</sup>, a que juntou mais tarde as de Viseu e Lamego<sup>1027</sup>. Em 1504, ainda moço da câmara, teve a mercê de juiz das sisas da vila de Alenquer e seu termo<sup>1028</sup>, recebendo novas doações ao longo do reinado de D. Manuel I. Em 1515, uma courela de sementeira de trigo<sup>1029</sup>, no ano seguinte, uma fazenda, situada na Ilha do Fogo, valendo 315.000 reais<sup>1030</sup>, que mais tarde doou a sua prima, Ana de Góis<sup>1031</sup>. Fidalgo da casa real, casou com Isabel Perdigoa, senhora do morgado de Perdigão, no Alentejo, filha de Heitor Nunes Perdigão, feitor da casa da Índia, e de Catarina Rodrigues<sup>1032</sup>. Quando foi acordado o casamento foi-lhe prometida tença de 20.000 reais, que lhe seriam pagos quando a prometida mulher fosse maior de 12 anos, o que ocorreu no ano de 1521<sup>1033</sup>. Comendador da Ordem de Cristo, recebia 20.000 reais com o hábito<sup>1034</sup>. No final do reinado, encontramos Pedro de Carvalho como moço da guarda roupa, a quem foi dada a mercê do ofício de tabelião junto dos juizes do cível da cidade de Lisboa<sup>1035</sup>, e a confirmação como escrivão do juízo dos feitos da Guiné e Índia<sup>1036</sup>.

---

<sup>1021</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 6/7 (Lisboa, 29/12/1503).

<sup>1022</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Contos do Reino e Casa*, Núcleo Antigo, n.º 867.

<sup>1023</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 107, n.º 113 (23/04/1523).

<sup>1024</sup> Provavelmente o valor da compra do ofício.

<sup>1025</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 95.

<sup>1026</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 46 (Almeirim, 15/12/1513).

<sup>1027</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 70v (Lisboa, 24/09/1515).

<sup>1028</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 6 (Lisboa, 05/03/1504).

<sup>1029</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 17/17v (Almeirim, 09/11/1515).

<sup>1030</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 7 (Lisboa, 28/11/1516).

<sup>1031</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 111/111v (Lisboa, 14/06/1521).

<sup>1032</sup> Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], p. 560.

<sup>1033</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 84v (Lisboa, 19/06/1521).

<sup>1034</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 95.

<sup>1035</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 91v (Évora, 21/11/1520).

<sup>1036</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 33/33v (Lisboa, 02/10/1521).

### 3.3. PORTEIRO DA CÂMARA e REPOSTEIRO

A entrada no local onde o rei se encontrava, era definida por um conjunto de regras que teriam obrigatoriamente que ser cumpridas por quem a ele quisesse aceder. Quem pretendia entrar, declinava o seu nome e o motivo que o levava à fala do rei, e o porteiro ou o reposteiro, que também fazia guarda à câmara, entrava e anunciava ao monarca que tal pessoa se encontrava à porta e o motivo pelo qual queria audiência. Caso o rei concedesse autorização, era deixado passar. É certo que esta regra teria as suas exceções, que seriam aqueles que pelo seu estatuto teriam sempre as portas franqueadas, mas mesmo a esses, por vezes, poderia ser negado o acesso, caso o rei ordenasse que não entrasse ninguém, independentemente da sua qualidade<sup>1037</sup>. Estas eram situações que causavam atritos entre quem guardava a entrada da câmara e aqueles que nela queriam entrar, tanto mais que, numa sociedade de privilégios e estratificada, os guardiães da porta eram vistos como seres desprezíveis, como nos é+ dado conhecimento por uma situação reportada nos *Ditos Portugueses*, em que sabendo que um fidalgo mandara espancar um reposteiro por este não o ter deixado entrar, D. Francisco de Noronha, mais tarde conde de Linhares, exclamou que «ao vilão há-se-de tirar sangue, porque pancadas não as sente»<sup>1038</sup>. Estas situações de espancamento seriam recorrentes, e o rei quando delas tem conhecimento faz mercê à vítima, quando não encontra os culpados<sup>1039</sup>, ou obriga o agressor a indemnizar o agredido. Foi o que aconteceu a D. Garcia de Castro, que vendo barrada a entrada, mandou espancar o reposteiro da porta, e D. Manuel I ao sabê-lo deu-lhe ordem de prisão e mandou-o entregar 200 cruzados para compensar a agressão<sup>1040</sup>.

Os ofícios de porteiro da câmara ou reposteiro, dada a proximidade ao rei, eram um ponto de partida para outros cargos na administração do reino, como se comprova na análise da chancelaria régia. Nuns casos, o ofício era ocupado pelo próprio, noutros, o contemplado podia ter licença para nomear alguém que o substituísse. João Rodrigues foi nomeado escrivão do corregedor da ilha de São Tomé, recebendo 12.000 reais anuais<sup>1041</sup>. Passado um ano, obteve licença para ter uma pessoa por ele, no cargo<sup>1042</sup>, o mesmo se

---

<sup>1037</sup> Caso do barão de Alvito, que viu barrada a entrada quando D. Manuel I estava com embaixadores, cf. *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 135.

<sup>1038</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 316.

<sup>1039</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 368.

<sup>1040</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 207.

<sup>1041</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 107 (Évora, 25/10/1520).

<sup>1042</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 85/85v (Lisboa, 09/11/1521).

repetindo com a nomeação para distribuidor dos feitos da vila de Abrantes, onde também pediu, e obteve, licença para apresentar uma pessoa para o lugar<sup>1043</sup>.

---

<sup>1043</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 112 (Lisboa, 09/12/1521).

#### 4. A MESA REAL

Tendo a alimentação um papel importante no dia a dia do soberano, desempenhando em simultâneo um imperativo fisiológico e cultural, em que por um lado a nutrição se regia pela utilização da produção sazonal, tirando proveito e cozinhando as provisões que se sucediam ao longo do ano, para o que também contribuía aquelas sujeitas a técnicas de conservação; por outro, apresentando um comportamento e uma sociabilidade à mesa em que se aplicavam as regras de etiqueta e as maneiras da Corte em que se notava uma certa teatralidade que tornava o simples ato de comer numa encenação de gestos e movimentos, numa cerimónia em que o oficiante era o rei. No entanto, sob o ato do homem se alimentar espreitava o pecado da gula, sobre o qual vários foram os letrados e homens da igreja que sobre ele teorizaram, e dos quais, para o período que nos interessa, se salientam o rei D. Duarte e Diogo Lopes de Rebelo. No seu *Leal Conselheiro*, D. Duarte divide o pecado da gula em quatro partes. A primeira correspondia à necessidade sôfrega de comer, seguindo a prática de «viver para comer e beber», ao contrário do que era desejável em que o comer e o beber asseguram a manutenção da vida. Esta necessidade de comer era também perniciosa pois desregulava o são convívio entre as pessoas, uma vez que não se comia a horas certas, implicando com isso que não se guardassem os dias de jejum, pois o corpo era compelido a comer sem olhar às limitações que os bons costumes e as regras de convivência social impunham. Em segundo lugar, a destemperança no ato de comer, com o único fito de ficar com o estômago cheio e saciado. O terceiro item, sobre a ostentação na comida e bebida, apresentando caras e requintadas iguarias e vinhos, que se relaciona diretamente com o quarto item, isto é, a vanglória da quantidade e qualidade do que se comia e do que se bebia. Termina D. Duarte o seu conselho com uma recomendação aos reis que se seguissem, exortando-os ao exemplo e fugindo das tentações:

«E porque moramos em terra de viandas e beberes muito abundosa, contra este pecado da gargantoíce nos convém haver maior avisamento, e muito mais grande aos que são postos em real estado, por serem sobejamente para comer e beber requeridos, e ligeiramente poderem falecer, desi por seu bom exemplo podem prestar a muitos, e por contrário empecer»<sup>1044</sup>.

---

<sup>1044</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], p. 167.

Diogo Lopes Rebelo, por seu lado, no capítulo oitavo da sua obra *Do governo da República pelo Rei*, em que trata da «virtude da temperança, necessária ao rei, e dos vícios, sumamente evitáveis, da gula e da luxúria»<sup>1045</sup>, considera que o meio termo entre o destemperado, aquele que se excede na comida e na bebida, mastigando o que come e bebe vorazmente, e o insensível, que é o que come parca e fracamente, deve ser o lugar da virtude da temperança do rei. Mais uma vez a máxima de que não é da natureza do homem viver para comer e beber, mas que se come e bebe para viver. Diogo Lopes Rebelo pontua esta máxima citando Cícero, dizendo que «o comer e o vestir dizem respeito à saúde e ao vigor físico, e não ao prazer»<sup>1046</sup>. Mas, e esta é a grande distinção entre os reis e príncipes e os plebeus, os reis e príncipes podem usar na sua alimentação de iguarias muito preciosas, sem vício de serem consideradas gula, para se diferenciarem dos que se alimentam de couves e ervilhacas, comidas com sofreguidão e avidez<sup>1047</sup>. Aos que estão num estrato superior avisa que a liberalidade dos banquetes e a ociosidade quebram a alma e o corpo, enquanto que os jejuns curam e a abstinência sara muitas enfermidades. Do pecado da gula se devia ter cuidado, porque ela era o caminho rápido para a luxúria. Este argumento é reforçado com o facto de o vício da luxúria dever ser evitado pelo rei, pela sua dignidade real, pois o rei deve ser casto e somente conhecer a sua esposa<sup>1048</sup>, «visto que o rei é pai, tutor e guarda de todas as donas e donzelas do seu reino, grande vício é divagar por entre elas, conhecendo as primeiras e desflorando as virgens»<sup>1049</sup>. Outra das recomendações de Diogo Lopes Rebelo incidia sobre o consumo de vinho, que considerava um veneno<sup>1050</sup>, salientando que não podia haver segredo onde reinasse a embriaguez, e que não se poderia aplicar a justiça onde se bebesse demasiado<sup>1051</sup>. Todas estas recomendações tendiam para um mesmo objetivo: limitar o consumo e a ostentação na alimentação e no vestuário, objetivo esse que os vários monarcas, desde D. Afonso II, foram mantendo, produzindo legislação avulsa, ou compilada sob a forma de *Pragmáticas*, as quais iam, consoante a época, definindo as regras sobre o luxo e a ostentação.

---

<sup>1045</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], pp. 101-111.

<sup>1046</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], p. 101.

<sup>1047</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], p. 103. Trás também à colação a frase de Santo Agostinho que no livro *Das palavras do Senhor* diz «Não sejam os ricos obrigados a usar da comida dos pobres», cf. Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], p. 103.

<sup>1048</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], p. 103.

<sup>1049</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], p. 105.

<sup>1050</sup> D. João II assim como D. Manuel I só bebiam água, de acordo com as fontes consultadas. Seguiriam os conselhos dos seus tutores?

<sup>1051</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], p. 109.

Em oposição a uma cozinha familiar, cotidiana e privada, comer no Paço era um ritual, muitas vezes público, em que quem se sentava à mesa do rei, ou assistia à sua refeição, era merecedor de confiança ou favor. Tanto as refeições privadas como os banquetes, eram organizados seguindo um guião que requeria a participação de vários servidores com funções diretamente relacionadas com o serviço de mesa, com a confeção da refeição e com o abastecimento da própria cozinha. Com uma corte itinerante, como era a de D. Manuel I, o número de servidores que tratavam da logística das refeições seria enorme, uma vez que nos paços onde o rei, e os que o acompanhavam, estanciava, existiria um quadro de pessoal fixo e outro que circulava entre os vários locais. Da informação disponível não nos é possível validar, daqueles em que podemos identificar o ofício que desempenhavam, quais os que eram locais e quais os que acompanhavam a corte. É de todo lógico que acompanhassem o rei em permanência o vedor, o copeiro-mor, o manteeiro, o trinchante-mor, servidores de toalha, o cozinheiro e o uchão, entre outros.

A abordagem que fazemos ao ritual da refeição, um entre os vários a que o monarca se sujeitava diariamente, está organizada em torno de dois momentos: o da confeção dos alimentos e o do serviço à mesa.

#### 4.1. COMPRAR, COZINHAR E APRESENTAR

##### 4.1.1. AS DEPENDÊNCIAS ADSTRITAS À COZINHA

Tendo em consideração a itinerância real e do seu séquito, os locais de alojamento do rei, isto é, paços reais, senhoriais ou instituições religiosas, teriam que ter, para além das zonas residenciais e locais de culto, fossem capelas ou salas com oratório, espaços de suporte à atividade diária de tão vasto grupo de pessoas, entre eles a cozinha e seus anexos: celeiros, dispensas, adegas, carvoaria, em que se incluem também, locais próprios para guardar os utensílios de cozinha e de copa. É natural que parte da baixela e das tapeçarias e panos de armar, acompanhassem o rei nas suas deslocações, mas nos paços régios<sup>1052</sup> deviam estar guardados utensílios que pelas suas características não faria sentido serem transportados, como aqueles de maior uso e dimensões, ou aqueles de maior fragilidade, como os barros, os vidros ou as cerâmicas. Situadas no piso térreo, numa das

---

<sup>1052</sup> Nos outros locais seria utilizada a utensilagem lá existente.



extremidades do paço, como precaução de possíveis incêndios, as cozinhas<sup>1053</sup> eram um local de muita atividade e, provavelmente, muito calor, com os fornos, fornalhas e lareiras acesas, com gente atarefada na confecção de vários pratos a serem servidos. Não esquecer que para além do rei, seriam dezenas os comensais servidos pela cozinha real, mas com refeições diferenciadas. Sabe-se que fidalgos, cavaleiros e escudeiros, ao serem registados no Livro das Moradias, muitos eram também registados no Livro da Cozinha. Para além desses, alguns ofícios recebiam, para além da soldada e cevada, acesso às iguarias, como os casos que temos registados do contador da casa do rei<sup>1054</sup>, do uchão<sup>1055</sup>, do trinchante<sup>1056</sup> e de vários servidores de toalha<sup>1057</sup>.

Dos vários paços régios mais utilizados por D. Manuel I nas suas deambulações pelo reino, só subsiste o paço de Sintra. Dos paços da Ribeira ou de Xabregas em Lisboa, Évora, Santarém, Almeirim, Salvaterra ou Muge<sup>1058</sup>, pouco ou nada se conservou até aos nossos dias, e esta escassez de vestígios materiais ou de documentação escrita, não nos permite ter uma noção, ainda que aproximada, da estrutura e distribuição das várias áreas. Do paço de Sintra, que ainda mantém a grandiosidade da sua cozinha, que podemos comparar com a do mosteiro de Alcobaça, deixou-nos D. Duarte referência, no seu *Livro dos Conselhos*<sup>1059</sup>, a existência de uma cozinha<sup>1060</sup> e de um espaço que funcionava como saquitaria, o qual media 3 por 3 côvados<sup>1061</sup>. Na área exterior do paço podíamos encontrar espaços ajardinados, com seus pomares e hortas. Estes hortos, embrião para os futuros jardins palacianos, eram locais de deleite e meditação. Sabe-se que entre 1507 e 1510, se plantaram no pomar da rainha em Sintra, 28 laranjeiras, 41 pessegueiros durázios, 14 cidreiras e 3 pereiras pardas. José Custódio Vieira da Silva escreve que nestes espaços

---

<sup>1053</sup> No paço poderiam coexistir mais do que uma cozinha. Uma destinada à preparação das iguarias destinadas ao rei e aos seus convidados, outra destinada à confecção das refeições para a criadagem e àqueles que tomavam na cozinha as suas refeições. Veja-se que em Alcobaça existia uma cozinha do abade e outra para os freires e conversos, cf. Iria Gonçalves, *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*, Lisboa, DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2017, p. 429.

<sup>1054</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 8v (Lisboa, 01/03/1501).

<sup>1055</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 7 (Lisboa, 17/03/1504).

<sup>1056</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 7v (Sintra, 20/09/1502).

<sup>1057</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 103v (Lisboa, 22/12/1498). Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 8v (Lisboa, 01/03/1501). Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 42 (Lisboa, 09/09/1501).

<sup>1058</sup> Rita Costa Gomes, «Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI», *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*, coordenação de Rita Costa Gomes e Gérard Sabatier, pp. 85-102, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 92.

<sup>1059</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 168.

<sup>1060</sup> É visível a estrutura exterior e as características chaminés no Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, cf. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 1997, fls. 118, 119, 120.

<sup>1061</sup> Um côvado equivale a 0.678 m, logo, o espaço media 2,034 por 2,034 metros ou seja 4,137 metros quadrados.

«está-se ainda no horto medieval, utilitário mas também simbólico e organizando-se em odorífero jardim de recreio, como a caniçada e os archetes que nele se dispunham deixam a perceber»<sup>1062</sup>. Dos pomares colhiam-se frutos que podiam ser apresentados ao natural, cozinhados ou em compotas. Da horta, retiravam-se as ervas para aromatizar os pratos e os legumes para manjares menos requintados. É provável que existissem capoeiras onde se criavam galinhas e capões e num dos desenhos de Sintra, de Duarte de Armas, está representado um espaço mencionado como cercado dos coelhos<sup>1063</sup>.

Deixando a cozinha e seus anexos, estrutura física onde se laborava, a preocupação era a de garantir o abastecimento regular das mercadorias e viveres para se confeccionar o que no dia a dia seria necessário, de acordo com as ementas determinadas pelo cozinheiro-mor.

#### 4.1.2. OS INGREDIENTES

O elemento que nunca podia faltar na mesa era o pão. O processo de abastecimento de pão ao paço, passava pela aquisição do cereal, sua moagem e acondicionamento da farinha, gestão dos fornos onde o mesmo era confeccionado, cozedura do pão e sua guarda. Dado o elevado número de pessoas na corte e com a condicionante de capacidade dos fornos para cozer todos os pães em simultâneo, é de supor que o mesmo fosse produzido diariamente em várias fornadas. Garantido o abastecimento e acondicionamento da farinha que seria utilizada durante o tempo de permanência da Corte naquele lugar, todos os dias era retirada uma poção para a feitura do pão. A farinha, depois de peneirada, era amassada, em alguidares ou num utensílio próprio, a masseira, usando-se como fermento pedaços retirados da amassadela do dia anterior. Depois de bem amassada, era deixada a faltar, num lugar quente, sem correntes de ar e bem coberta, para acelerar o processo de fermentação. Levedada a massa, esta era tendida, dando-se formato aos pães que seriam colocados num forno previamente aquecido à temperatura necessária para a cozedura, limpo de cinzas e carvões. Terminada a cozedura, o pão era retirado, deixado a arrefecer e depois entregue ao saquiteiro que o guardava na saquitaria. O trigo era o cereal por excelência e o mais nobre, ou não fosse de trigo que se fabricavam as hóstias com que se comungava. Da sua moagem, sujeita a uma segunda peneiração, obtinha-se uma farinha mais fina com que se produzia um pão alvo, fosse no formato de pão grande, fosse em

---

<sup>1062</sup> José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses* [...], p. 218.

<sup>1063</sup> Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas* [...], fol. 119.

forma de regueifa, sendo aquele que se comia nos estratos mais abastados. É natural que fossem cozidos outros tipos de pão, para alimentação dos diferentes serviçais e moradores do paço. Um pão ligeiramente mais escuro, o pão de rolão, mistura de farinha e farelo, e o pão meado, mistura de farinha de trigo com farinha de centeio. A fogaça, feita de farinha de trigo fracamente fermentada de que resultavam pães delgados e moles<sup>1064</sup>, também iria à mesa do rei. Iria Gonçalves escreve que a lista não se ficava por aqui, em que ao pão feito com farinha, água e sal, se misturava ou substituíam os ingredientes. O pão de leite, no qual, como o próprio nome indica, se substituíam a água por leite, e aqueles onde se juntavam novos ingredientes: ovos, manteiga, azeite, dando ao pão uma textura mais fofa e mais apaladada<sup>1065</sup>.

Dos três ofícios que mantinham as linhas de abastecimento da cozinha do paço, um dedicado aos alimentos de origem animal, outro aos alimentos de origem vegetal e pescado e um terceiro especializado nos animais de pequeno porte e seus derivados, o mais importante era, sem dúvida, o que se dedicava ao provimento da carne. O comportamento alimentar dos grupos superiores era marcado por um abundante e variado consumo de carne só interrompido pelos preceitos de abstinência a que a igreja obrigava todos os fiéis. No mês de novembro de 1524, os repastos distribuía-se por 20 dias gordos e 10 magros. Jejuava-se ao longo do ano todas as sextas-feiras e sábados<sup>1066</sup> e em épocas específicas, como a quaresma<sup>1067</sup>. Fresca ou em conserva, comiam-se as mesmas carnes que hoje em dia se utilizam. Era a carne que dava força para lutar, trabalhar ou caçar<sup>1068</sup> e a sua abundância na mesa era sinal de opulência. Em 1450, na mesa de Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha, eram apresentados diariamente quatro costados, seis quartos dianteiros e seis peças de carneiro, meio bezerro e um redenho<sup>1069</sup>, uma rabadilha de vaca, um capão, dezassete galinhas, cinco casais de pombos, uma perdiz, cinquenta

---

<sup>1064</sup> Iria Gonçalves, «Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das Inquirições de 1258», *Arqueologia Medieval*, n.º 6, pp. 225-243, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999, p. 234.

<sup>1065</sup> Iria Gonçalves, *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média* [...], pp. 153-154.

<sup>1066</sup> Maria José Azevedo Santos, *Jantar e Cear na Corte de D. João III*, leitura, transcrição e estudo de dois livros da cozinha do rei (1524 e 1532), Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002, p. 42.

<sup>1067</sup> Além dos períodos de jejum determinados pela igreja, jejuava-se por penitência.

<sup>1068</sup> Salvador Dias Arnaut, *A arte de comer em Portugal na Idade Média* [...], p. 14. Em contraponto, escreve Iria Gonçalves, «a cultura monástica, fazendo questão de afirmar e privilegiar as virtudes contrárias – modéstia, a mansidão, a humildade – arvorava, como símbolo alimentar a rejeição da carne e a sua substituição pelo peixe e pelos vegetais», cf. Iria Gonçalves, *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média* [...], p. 426

<sup>1069</sup> Gordura que cobre o fígado do carneiro, em forma de rede, tem conotações bíblicas «Extrairás a gordura do carneiro, a cauda, a gordura que cobre as entranhas, a membrana do fígado, os dois rins e a gordura que os rodeia, e a coxa direita, porque é um carneiro de consagração», Êxodo (29:22), cf. *Bíblia Sagrada* [...].

ovos, aumentado para cem nos dias magros em que se trocava a carne por peixe<sup>1070</sup>. Na carta de quitação dada ao uchão do rei D. João II<sup>1071</sup>, em novembro de 1497, de que se desconhece o período temporal em questão, são mencionados os seguintes quantitativos<sup>1072</sup>: 6742 arrobas e 10 arráteis de vaca, 2652 arrobas e 12 arráteis de carneiro, 995 arrobas e 12 arráteis de porco e 93 «adeês»<sup>1073</sup>, de que sobressai que o gasto maior foi com carne de vaca. Já no reinado de D. João III, de que se conhece o livro de receita e despesa da ucharia relativo ao mês de novembro do ano de 1524<sup>1074</sup>, ano em que o rei ainda se mantinha solteiro, os consumos foram de 3285 quilos de carne de vaca, 180 quilos de carneiro, 385,5 quilos de porco e 66 quilos de assados de porco<sup>1075</sup>, notando-se uma redução substancial do gasto em carne de carneiro e um maior consumo de carne de porco. Leitões, cabritos e borregos faziam parte dos recursos. A caça fornecia também carne para a mesa. Espécies miúdas, como o coelho, a lebre, a rola ou a perdiz, patos e pombos, a que se podia juntar caça mais grossa, como o veado ou o javali, todos abasteciam a despensa régia. No livro da ucharia já mencionado, são contabilizados os seguintes quantitativos<sup>1076</sup>: 258 perdizes, 242 pombos, 131 coelhos, 11 leitões, 10 patos e 6 lebres, onde sobressai o consumo de perdizes e pombos, que juntos são perto de 80% do total de peças consumidas.

As aves de capoeira eram também um manjar apetecido. Capões, galinhas, patos, gansos e frangões eram habitual repasto real. Os ovos eram também muito consumidos e apreciados. Na carta de quitação dada a Luís de Rosales faz-se um rol de tudo o que recebeu e gastou ao longo de cinco anos, entre 1493-1497. O galinheiro régio recebeu 13.237 galinhas, 608 capões, 4027 frangões, 23.442 ovos, 1170 cabritos e um quarto, 56 leitões, 25 cordeiros e um quarto, 200 patos, e 416 adens, e em dinheiro 350.237 reais e meio<sup>1077</sup>.

---

<sup>1070</sup> Bruno Laurioux, *A Idade Média à mesa*, tradução de Elsa Andringa, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, p. 21.

<sup>1071</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 41 (Évora, 23/11/1497).

<sup>1072</sup> Uma arroba correspondia a 32 arráteis, valendo cada arrátel 0,458921 kg, o que dá 14,685 kg cada arroba, assim consumiram-se 99.011 kg de vaca, 38.950 kg de carneiro e 24.617 kg de porco. Para os valores de conversão, cf. António Lobo Barbosa Ferreira Teixeira Girão, *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 52 e 60.

<sup>1073</sup> Pato real.

<sup>1074</sup> Maria José Azevedo Santos, *Jantar e Cear na Corte de D. João III* [...].

<sup>1075</sup> Maria José Azevedo Santos, *Jantar e Cear na Corte de D. João III* [...], p. 32.

<sup>1076</sup> Maria José Azevedo Santos, *Jantar e Cear na Corte de D. João III* [...], p. 33.

<sup>1077</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 55/55v (Lisboa, 01/11/1498), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IV, pp. 367-368.

O pescado, peixe, moluscos e crustáceos, também era consumido com abundância, em especial nos dias magros. Peixe do mar ou do rio, fresco, salgado, de salmoura ou fumado, sabemos que chegava à mesa régia, assim como marisco. As espécies mais apreciadas eram a pescada, a lampreia, o polvo, o atum, que se pescava nas almadras do Algarve<sup>1078</sup> e de Sesimbra<sup>1079</sup>. No livro de registo da ucharia de 1524, os peixes mais consumidos e registados foram a sardinha, para os oficiais do rei, mas que também podia fazer parte da ementa régia, notando-se a falta do bacalhau e da lampreia.

#### Quadro n.º 6

Produtos do mar entrados na ucharia régia no mês de novembro de 1524

Espécie	N.º
Sardinha	4578
Choupinhas	1550
Choupas <sup>1080</sup>	-
Azevias <sup>1081</sup>	1183
Muges <sup>1082</sup> ,	780
Cavalinhas	700
Pescadas secas	562
Linguados	369
Salmonetes	348
Bordalos	194
Gorazes	190
Paros	64
Besugos	230
Besuguinhos	-
Linguadas	48
Litões <sup>1083</sup>	24
Sáveis	16

<sup>1078</sup> No ano de 1520 foram pescados 6.739 dúzias e quatro atuns na almadra de Lagos, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 39 (Lisboa, 18/02/1521).

<sup>1079</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 13v (Lisboa, 13/04/1503).

<sup>1080</sup> Peixe do mar que tem carne muito branca, que se coze facilmente e faz bom nutrimento, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 300.

<sup>1081</sup> Peixe parecido com um pequeno linguado, que se encontra nas praias do Tejo perto de Lisboa, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. I, p. 587.

<sup>1082</sup> Peixe de escama que se encontra no mar e no rio. Tem o corpo comprido, o focinho grosso e curto e a cabeça grande, onde se encontra uma pedra cercada de bicos, que serve para quebrar a pedra dos rins ou da bexiga, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. V, p. 620.

<sup>1083</sup> Cação pequeno seco, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. V, p. 157.

Congros	1
Santolas	8
Ostras	400

Fonte: *Jantar e Cear na Corte de D. João III* [...], p. 45.

O peixe era frito em azeite. cozido ou assado na brasa. Para conteúdo das empadas, feitas habitualmente de carne, utilizavam-se os salmonetes<sup>1084</sup>.

Comia-se fruta, verde, seca ou em compota. Os legumes não eram muito apreciados entre os grupos superiores<sup>1085</sup>, mas utilizava-se bastante a cebola na confeção de alguns pratos. O consumo de queijo era vulgar, mas para outros produtos lácteos, como por exemplo a nata, guardava-se o conselho de D. Duarte, «pouco ou nada»<sup>1086</sup>. As leguminosas, favas, ervilhas, lentilhas, feijões, deveriam ter uma utilização limitada. Do arroz, cultivado nas bacias hidrográficas do Tejo, desde o século XVI, e nas do Mondego e Sado, em séculos posteriores<sup>1087</sup>, encontramos a sua utilização em receitas do século XVI, seja como farinha no manjar branco<sup>1088</sup>, seja em grão na doçaria<sup>1089</sup>. O século XVI foi o século da vulgarização do consumo das especiarias, os «adubos» como aparecem mencionados em várias receitas. Lisboa, como cidade charneira no comércio das mesmas, com um porto repleto de navios que demandavam as costas de África ou do Índico, teve acesso em quantidade, não só às especiarias que até aí se usavam, mas também a outras ervas e substâncias que passaram a fazer parte do leque de temperos e da botica. O açúcar, com grande produção na Madeira, já era comum na alimentação e muito utilizado na doçaria, onde substituíra o mel. Um elemento essencial que não podia faltar em qualquer cozinha, era o sal, utilizando-se como gordura, o azeite, a manteiga e o toucinho.

#### 4.1.3. AS RECEITAS E OS LIVROS DE COZINHA

Tido como o mais antigo livro de receitas portuguesas existente, o *Livro de cozinha da infanta D. Maria de Portugal* é um caderno de receitas manuscrito de que se

<sup>1084</sup> Maria José Azevedo Santos, *Jantar e Cear na Corte de D. João III* [...], p. 41.

<sup>1085</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana* [...], p. 11.

<sup>1086</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], p. 437.

<sup>1087</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «O arroz em Santarém e a globalização dos produtos alimentícios», *História global de Portugal*, direção de Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva, Lisboa, Círculo de Leitores, 2020, pp. 347-351.

<sup>1088</sup> *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, códice português I.E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, prólogo, leitura, notas aos textos, glossários e índice de Giacinto Manuppella, introdução de Salvador Dias Arnaut, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1967, p. 66.

<sup>1089</sup> *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], p. 71 e 73.

desconhece a autoria, que pertenceu à neta do rei D. Manuel I, a infanta D. Maria de Portugal, que levou o livro para a Itália ao casar-se com o nobre italiano Alexandre Farnésio, duque de Parma, encontrando-se arquivado na Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele III, de Nápoles. O livro é composto de sessenta e sete receitas distribuídas em quatro cadernos e mais seis receitas avulsas que não tratam especificamente de culinária, mas de receitas diversas de uso doméstico<sup>1090</sup>. O primeiro caderno é o «Caderno dos manjares de carne» com vinte e seis receitas (numeradas de 4 a 29); o segundo, «Caderno dos manjares de ovos», com quatro receitas (numeradas de 30 a 33); em seguida encontra-se o «Caderno dos manjares de leite» com sete receitas (numeradas de 34 a 40); e, finalmente, o «Caderno das cousas de conserva» com vinte e quatro receitas (numeradas de 41 a 64). Apesar dos problemas paleográficos e cronológicos que apresenta<sup>1091</sup> é um contributo valioso, porque mostra um lado importante da vida social que é a arte de cozinhar e bem comer, numa época com bastantes novidades gastronómicas e com algum fulgor económico. Portugal, no capítulo de publicação de livros de receitas esteve bastante atrasado relativamente ao que se passava além-fronteiras. No reino vizinho publicou-se em 1520 a primeira edição, em catalão, do *Lybre de doctrina pera ben servir: de tallar: y del art de coch* o *Lo Llibre de Coch*, de Robert de Noia, com tradução para castelhano impressa em Toledo em 1525 com o título de *Libro de Guisados, manjares y potajes intitulado Libro de cocina*. O primeiro livro de receitas culinárias publicado em Portugal, *A Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues<sup>1092</sup>, teve a sua primeira edição, de

---

<sup>1090</sup> Receita para os dentes, receita para a esquinência (amigdalite), receita para engordar frangos a leite, receita para fazer 60 varas de veludo de pelo miúdo, receita para fazer vinho de açúcar.

<sup>1091</sup> Os autores propõem que o manuscrito é um códice preparado antes da deslocação da infanta para Bruxelas, onde casou em 1565, ou seja, meados do século XVI, em que a grande maioria dos textos fora redigida, com dois tipos de caligrafia, nos finais do século XV ou princípios do século XVI, cf. *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], p. IX, tese rebatida por Eduardo Nunes, que argumenta que a evidência paleográfica mostra três tipos de escrita, pelo menos; o conteúdo das receitas, pelo uso em quantidade de especiarias, aponta para abundância desse tipo de produtos; as referências biográfica e cronológicas sobre os autores das receitas mencionadas apontam para um período que se situaria entre a 4.<sup>a</sup> e a 6.<sup>a</sup> décadas de quinhentos, datas prováveis para a produção do manuscrito, cf. Eduardo Nunes, ««Livro de cozinha» da Infanta D. Maria», *Do Tempo e da História*, vol. II, pp. 151-159, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, pp. 155-156. Para Maria José Azevedo Santos, foram seis as mãos que redigiram o manuscrito, para o qual, sem data cronológica ou tópica, se torna difícil estabelecer uma data de produção, tanto mais que, não existindo conhecimento de receitas anteriores, mesmo que dispersas, não se torna fácil estabelecer uma relação, pese o facto de se poderem considerar referências a nível das receitas que apontam tanto para finais do século XV, umas, como para inícios do século XVI, outras. A presença das especiarias, ou do açúcar, não pode ser usada como argumento para afirmar que uma receita é medieval ou não, cf. Maria José Azevedo Santos, «O mais antigo livro de cozinha português: receitas e sabores», *Revista Portuguesa de História*, n.º 27, pp. 63-101, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 66-67.

<sup>1092</sup> Edição contemporânea na coleção Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa, *Primeiro livro de cozinha: Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues*, coordenação de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017.

que não se conhece exemplar físico<sup>1093</sup>, em 1680, a qual se encontra dividida em duas partes: uma primeira em que trata de cozinhar várias partes de todo o género de carnes; uma segunda dedicada ao peixe, marisco, frutas, ervas, ovos, laticínios, doces e conservas, com um total de duzentas e sessenta e seis receitas. Esta falta de edição tipográfica não significa que a produção de receitas manuscritas não tivesse o seu universo. José Quitério, na sua introdução aos *Livros portugueses de cozinha*, propõe que parte da explicação para a falta de manuscritos se pode dever ao facto de os livros estarem presentes nas cozinhas, para serem consultados quando necessário, e que com o uso, as nódoas e a sujidade se tornavam imprestáveis pelo que teria como destino a fornalha mais próxima<sup>1094</sup>, para além de muitas das receitas serem transmitidas verbalmente, numa tentativa de guardar o segredo da confeção. Mesmo com estas condicionantes, foram preservados manuscritos, em uso de grande casas e espaços conventuais<sup>1095</sup>, que modernamente se têm publicado, com especial incidência nos provenientes dos conventos, com alguma preponderância na área da doçaria<sup>1096</sup>, casos do *O livro de receitas da última freira de Odivelas*<sup>1097</sup>, *Viúvas de Braga e outros doces do Convento dos Remédios*<sup>1098</sup>, *Mesa, doces e amores no séc. XVII português*<sup>1099</sup> e *Sabores e Segredos. Receituários Conventuais Portugueses da Época Moderna*<sup>1100</sup>.

As receitas contidas no *Livro de Cozinha da Infanta* não apresentam qualquer rigor na indicação das quantidades envolvidas. Como nota Isabel Drumond Braga na introdução ao livro *Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues*, «não só os ingredientes vão aparecendo à medida que se indica o modo de preparação, como, na maioria dos pratos, não há qualquer indicação acerca de quantidades, ou seja, a redação é pouco precisa, pouco cuidada e nem sempre clara. [...] As expressões vagas, e nem sempre apenas para

---

<sup>1093</sup> *Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues* [...], p. 9.

<sup>1094</sup> *Livros portugueses de cozinha*, coordenação e pesquisa bibliográfica de Manuela Rego, apresentação de José Quitério, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 12.

<sup>1095</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «Introdução», *Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues* [...], p. 7.

<sup>1096</sup> O primeiro livro impresso sobre doçaria aparece em 1788, cf. *Arte nova e curiosa para conserveiros confeiteiros e copeiros*, estudo e actualização do texto de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Lisboa, Colares Editora, 2004.

<sup>1097</sup> *O livro de receitas da última freira de Odivelas*, introdução, actualização do texto e notas de Maria Isabel de Vasconcelos Cabral, Lisboa, Verbo, 1999.

<sup>1098</sup> Anabela Ramos, *Viúvas de Braga e outros doces do Convento dos Remédios*, [s.l.], Ficta Editora, 2019.

<sup>1099</sup> Paulino Mota Tavares, *Mesa, doces e amores no séc. XVII português*, prefácio Maria José Azevedo Santos, Sintra, Colares Editores, 1999.

<sup>1100</sup> Isabel Drumond Braga, *Sabores e Segredos. Receituários Conventuais Portugueses da Época Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 2015.



os temperos, são extremamente comuns»<sup>1101</sup>. As unidades de medida, nas receitas em que aparecem essas referências, são as mais das vezes vagas. Por exemplo: «meterão em cada pelouro tamanho como péla de jogar de carne picada e uma gema de ovo»<sup>1102</sup> ou «uma talhada de toucinho tamanho como meio ovo»<sup>1103</sup>. Em contrapartida, outra receita indica quantidades específicas: «uma arroba de carne de porco, dos lombos e das pernas [...] vinte e cinco onças de sal moído e cinco onças e meia de pimenta misturada com o sal moído»<sup>1104</sup>. Uma outra indica o tempo de execução:

#### Receita de abóbora:

«Tomarão abóbora no começo do mês de Outubro, que seja dura e que se corte com uma machadinha, e fá-la-ão em talhadas da feição que quiserem, e apará-las-ão tanto que não fique verde, e tirar-lhe-ão o miolo todo de dentro e todas as veias, que fique muito chã, e deitá-la-ão em água num alguidar. E primeiro que a deitem, lancem na água uma mão cheia de sal e provem-na com um ovo; e como o **ovo subir acima**, que descubra tamanho como um tostão, delirão o sal com uma colher de pau, e não lhe metam a mão. E depois coarão esta salmoura; e depois que for coada, deitem-lhe abóbora dentro, e estará nela **um dia e uma noite**. E depois a tirarão e pô-la-ão em água fria, e andarà nela **três dias**, e **cada dia** lhe mudarão a água **cinco ou seis vezes**. E depois desses três dias provem a abóbora, e, se não for ainda fora da salmoura, tornem a trazer na água fria outros **três dias**, mudando-lhe águas; e, nestes três dias derradeiros, cada dia lhe darão uma fervura boa na água com abóbora dentro; e ao derradeiro destes três dias acabarão de cozer de todo, que passe por elas o alfinete grosso, como por massa, e as duas fervuras, que são **dous dias**. Como a tirarem do tacho, a mandem deitar na água fria; e no derradeiro dia, como se acabar de cozer, a deitarão na vasilha donde há-de estar, e deitem-lhe a conserva, delgada mais que para as frutas. E, enquanto clarifiquem o açúcar, esteja a abóbora na água quente abafada, e quando lhe quiserem deitar a conserva escorram-na da água muito bem. E cada dia lhe hão-de deitar a conserva fervendo, e cada **dous dias** a alimparão com um ovo. E quantas vezes deitarem a conserva na abóbora há-de ser coada a conserva com um pano, e aos **quinze dias** será acabada; e se a quiserem mais formosa, escolham-na melhor e apartem-na, e deitem-lhe a conserva fresca»<sup>1105</sup>.

---

<sup>1101</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «Introdução», *Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues* [...], p. 17. Em certos componentes o autor parte do princípio que quem confeciona sabe de antemão como fazer, não se sentindo por isso na obrigação de descrever os ingredientes ou o método.

<sup>1102</sup> *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], p. 49.

<sup>1103</sup> *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], p. 15.

<sup>1104</sup> *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], p. 23.

<sup>1105</sup> *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], pp. 105-109. Negrito nosso.

#### 4.1.4. A CONFEÇÃO

Damos conta, pelas receitas, das várias formas de cozinhar a carne. A mais frequente, e ponto alto na refeição<sup>1106</sup>, era o assado. Picada, para confeção de pastéis, cozida, estufada, eram outras formas de a confeccionar. O peixe servia-se frito, cozido ou assado<sup>1107</sup>. Como base gorda, usava-se o azeite, a manteiga crua de vaca<sup>1108</sup> ou a banha. O azeite ocupava um lugar de relevo na culinária, quer por fruto da mancha de olival existente, quer por motivos de uso ancestral. O emprego da manteiga é também relevante. Escreveu Oliveira Marques que esse uso «parece ter correspondido a uma indústria local bastante desenvolvida. Talvez mais que até que a do queijo»<sup>1109</sup>. O toucinho cortado em tiras era usado para adicionar gordura, e gosto, aos pratos<sup>1110</sup>. O que não podia faltar nas receitas eram os «adubos»<sup>1111</sup>, constituídos à base de especiarias, mas a que não faltava o vinagre «destemperado com água»<sup>1112</sup>, o sumo de limão ou de agraço, a cebola ou os «cheiros»<sup>1113</sup>. Os ovos comiam-se escalfados, cozidos, mexidos ou adicionados crus à receita. Usavam-se as gemas para engrossar o molho. O açúcar, usado sem parcimónia, servia como ingrediente na confeitaria ou como tempero, por vezes juntamente com canela.

#### 4.1.5. AS ALFAIAS DA COZINHA

Cozinhar consistia na confeção de alimentos utilizando como fonte primária de energia, o fogo. Feito a partir de lenha ou carvão, este menos, com o fogo pode-se cozer, ferver, fritar, refogar, assar, derreter, queimar ou, simplesmente, aquecer. A paleta de utensílios utilizada para estes diferentes tipos de confeção era assaz reduzida. Pedro

---

<sup>1106</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Menus em Portugal. Para uma História das Artes de Servir à Mesa*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 2006, p. 18.

<sup>1107</sup> Diz-nos João Brandão (de Buarcos), que nas tavernas da cidade de Lisboa se vendia carne cozida e assada e pescado frito e cozido, cf. João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 31-32, e que junto à Ribeira, nas barracas do Mal Cozinhado, se vendia peixe assado em «braseiros de fogo», cf. João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552* [...], p. 107.

<sup>1108</sup> Importava-se manteiga salgada da Flandres, cf. João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552* [...], p. 35.

<sup>1109</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa* [...], p. 12.

<sup>1110</sup> «toucinho velho, porque põe sabor» sugere-se numa das receitas, cf. *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], p. 11.

<sup>1111</sup> Cravo, pimenta, açafão e por vezes gengibre.

<sup>1112</sup> *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], p. 13.

<sup>1113</sup> Salsa, coentros e hortelã. Ainda hoje se usa o «ramo de cheiros» quando se guisam favas.

Dordio Gomes no seu artigo «O livro de cozinha da Infanta D. Maria»<sup>1114</sup>, faz um levantamento dos que constam nas sessenta e sete receitas que constituem o manuscrito<sup>1115</sup>. Estas receitas constituam um registo da prática culinária do foro privado da nobreza portuguesa no virar do século XV para o XVI<sup>1116</sup>, elas são a imagem do que podia ser servido na mesa do rei, o seu método de cozinhar, e a panóplia instrumental utilizada para a sua confeção.

A utensilagem inventariada pode ser dividida em dois grandes blocos: os recipientes para ir ao fogo e os que manipulam os alimentos<sup>1117</sup>. No primeiro grupo temos as panelas, os tachos, a púcara, as tigelas de fogo, as sertãs. São de barro cozido ou de metal, podendo este ser ferro, cobre ou latão. A maior parte da confeção dos alimentos utilizava um destes recipientes. Para frigar usava-se a pela (frigideira). Para tapar a panela, o testo, o telhador para cobrir a tigela de fogo e a sapadeira para o tacho, que não era mais que um pano que se colocava no bocal do mesmo<sup>1118</sup>. Dos utensílios o mais usado era a colher, de madeira ou de metal, e tanto servia para mexer o que estava a ser confeccionado, como para desfazer, cortar, diluir, caso do sal quando se adicionava à comida. Outro objeto era a escumadeira. O rolo da massa, denominado nas receitas estudadas, de pau roliço ou canudo<sup>1119</sup>, servia para estender a massa, que se amassava em bacias ou tabuleiros. Para cortar a massa, um canivete ou uma carretilha. Outros instrumentos usados na cozinha eram o gral e a mão do gral, que se usava para pisar, esmagando, diversos ingredientes; a peneira, a joeira e o pano, que serviam para peneirar, joeirar ou coar. Para medir, utilizava-se uma colher, um púcaro ou escudelas. A estes utensílios temos que acrescentar as trempes, os espetos e as grelhas. Em duas cartas de quitação, dadas respetivamente ao uchão de D. João II, João Freire<sup>1120</sup>, e ao uchão da rainha D.

---

<sup>1114</sup> Pedro Dordio Gomes «O livro de cozinha da Infanta D. Maria», *Olaria*, estudos arqueológicos, históricos e etnológicos, n.º 1, Barcelos, 1996, pp. 93-104.

<sup>1115</sup> Editado em 1967, com uma introdução de Salvador Dias Arnaut, cf. *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...]. *A introdução de Salvador Dias Arnaut foi objeto de edição própria, cf. Salvador Dias Arnaut, A arte de comer em Portugal na Idade Média, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.*

<sup>1116</sup> Pedro Dordio Gomes «O livro de cozinha da Infanta D. Maria» [...], p. 95.

<sup>1117</sup> Sobre os objetos usados na cozinha, ver Joana Bento Torres e André Teixeira, «Com o lume acesso: as cozinhas do Paço Ducal no século XVI», *De todas as partes do mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, coordenação de Jessica Hallett e Nuno Senos, Lisboa, Tinta da China, 2018, pp. 318-329, que encontram registados no *Inventário de D. Teodósio* «145 objectos correspondentes a bens móveis» passíveis de serem associados às tarefas da confeção dos alimentos.

<sup>1118</sup> Pedro Dordio Gomes «O livro de cozinha da Infanta D. Maria» [...], p. 98.

<sup>1119</sup> Pedro Dordio Gomes «O livro de cozinha da Infanta D. Maria» [...], p. 99.

<sup>1120</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 41 (Évora, 23/11/1497), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. III, p. 394.

Leonor<sup>1121</sup>, encontramos mais alguns utensílios que existiam na cozinha, como sejam bacios de cozinha e escudelas de prata e cobre, talhas e caldeirões de cobre, caldeiras grandes de cobre para ter sempre água quente e fria na cozinha, cestos de verga e canastras, cutelos para cortar carne e balanças para pesar a mesma. Na relação dos bens de D. Beatriz, mãe de D. Manuel I, está inventariado um forno para pastéis, que seria transportável, uma vez que pesava 15,600 quilos<sup>1122</sup>, assadores de castanhas, trinchos de pão e alguidarinhos de pedra<sup>1123</sup>. Alguns dos utensílios tinham utilidade específica. No dote da infanta D. Beatriz, feito para o seu casamento com o duque de Saboia<sup>1124</sup>, nas coisas da cozinha, encontramos tachos de cozer pescado, tachos médios para o manjar branco, com cabos compridos, todos de cobre, ferros para bolos «bizuntados».

#### 4.1.6. O PESSOAL AFETO À COZINHA

A cozinha era o feudo do cozinheiro-mor, que dirigia um conjunto de serviços que, duas vezes por dia, produziam algo que obrigatoriamente teria que ser avaliado e degustado pelo rei. Não se confeccionava comida. Realizava-se a refeição para o rei e para os seus acompanhantes<sup>1125</sup>. Nesse sentido, o paladar e a apresentação eram sinónimos de algo que se queria único e invulgar, e para o qual toda a equipa teria que trabalhar em unísono. Vários eram os intervenientes que competiam para que esta realidade funcionasse na perfeição.

##### 4.1.6.1. VEDOR DA CASA

A função de vedor da casa incidia principalmente com tudo o que estava relacionado com o abastecimento, confeção e serviço da refeição régia. Em condições

---

<sup>1121</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 46, fl. 87v (Lisboa, 09/09/1533), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. X, pp. 13-14.

<sup>1122</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IX, p. 70.

<sup>1123</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IX, p. 99.

<sup>1124</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 485. Ver também Ana Isabel Buescu, *D. Beatriz de Portugal. A infanta esquecida (1504-1538)* [...], p. 86 e seguintes.

<sup>1125</sup> Na corte convivem duas cozinhas, a do rei e a da rainha. Raramente tomam refeições juntos, salvo em ocasiões especiais, como casamentos do príncipe ou dos infantes, cf. Guida Cândido, *Comer como uma rainha. O receituário real do século XVI ao século XX*, Lisboa, D. Quixote, 2018, p. 13. Ver também da mesma autora, *Comer como uma Rainha. Estudo de um livro da Casa de D. Catarina de Áustria*, dissertação de mestrado em Alimentação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014.

normais superintendia ao serviço de mesa do rei, da cozinha e da dispensa ou ucharia. O vedor tinha jurisdição sobre vários oficiais, dos quais se salientam os ligados à alimentação, como os oficiais de mesa, o manteeiro, o uchão, o servidor da toalha, o escrivão da cozinha, o comprador, o escrivão das compras, o cevadeiro, etc. Devia obedecer às ordens do mordomo-mor, competindo-lhe também substituí-lo na sua ausência. As funções de vedor estavam já bem estabelecidas no *Regimento dos Oficiais da Casa do Duque D. Teodósio I*<sup>1126</sup>, semelhante às funções desempenhadas pelo vedor da casa real. Pela manhã, o vedor mandava chamar o escrivão da cozinha, o comprador, o escrivão das compras e a pessoa responsável pela ucharia e, após rever as existências, determinava o que era necessário comprar e enviar à ucharia, devendo ficar registadas todas as aquisições, entradas e saídas. Analisava todas as despesas da ucharia, da cozinha e das compras, de acordo como os livros dos vários oficiais que estavam sobre a sua jurisdição, e assinava-os, uma vez que só assim aquelas ficavam validadas. Determinava, junto do cozinheiro-mor, quais as iguarias a serem confeccionadas. À hora aprazada para a refeição, verificava se a mesa estava posta e os utensílios dispostos, dando ordem para que se iniciasse o serviço, com a vinda das iguarias da cozinha. Aquando das jornadas, competia também ao vedor tomar conhecimento do local onde o rei ia ficar instalado e do número e identificação das pessoas que o acompanhavam. Esses dados eram depois confiados ao aposentador, que devia partir mais cedo transportando os objetos necessários à instalação, para preparar antecipadamente e em boas condições, a estada do seu senhor<sup>1127</sup>, sendo também da sua responsabilidade, controlar os gastos da estadia<sup>1128</sup>. No reinado de D. Afonso V foi feito um regimento, datado de 12 de novembro 1471, «Acerqua d'algũas cousas de boa Ordenança de sua casa e serviço sseu»<sup>1129</sup>, que entre outros itens, relacionados com o serviço do paço, estipulava a vigilância contínua do paço e regulava a iluminação das suas dependências, tarefa essa que devia ser supervisionada pelo vedor, atribuição que se manteve, pelo menos até ao século XVIII. Do «Regimento dos officios da casa del rey D. João IV» de 1643, também pode ler-se que competia ao vedor da semana mandar vir as iguarias «a tempo de que às onze estejam na copa».

---

<sup>1126</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo. IV, pp. 186-200.

<sup>1127</sup> Na viagem empreendida por D. Manuel I a terras de Castela e Aragão, durante parte do ano de 1498, para ser jurado herdeiro das respetivas coroas, Vasco Anes Corte Real integrou o séquito régio, cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVII, p. 58. Sobre a viagem de D. Manuel I e D. Isabel a Castela e Aragão ver Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «A governação de Portugal durante a viagem de D. Manuel a Castela e Aragão em 1498» [...].

<sup>1128</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno* [...], tomo I, parte I e II, pp. 427-428.

<sup>1129</sup> «Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V» [...], tomo III, pp. 440-443.

Competia-lhe, também, acompanhar as iguarias da cozinha para a copa, o que devia fazer sempre descoberto. A acompanhá-lo vinha o guarda-reposte, o servidor da toalha da semana e duas fileiras de soldados da guarda, que ladeavam os moços da câmara que transportavam as iguarias. Depois de sua majestade estar sentado, o vedor chegava à porta da casa onde ia ter lugar a refeição, antecedido por dois porteiros da cana e seguido pelo manteeiro, que transportava o prato de água à mãos. Ao entrar na sala, faziam os porteiros da cana e o vedor a sua mesura, passando a ocupar os lugares que lhes estavam destinados. Quando o rei estava doente era obrigado a assistir às juntas dos médicos para ver o que lhe mandavam comer e receitar<sup>1130</sup>.

D. Luiz Caetano de Lima, na sua *Geografia Histórica*, considera que o primeiro com o cargo de vedor da casa, surgiu no reinado de D. Fernando, na pessoa de Francisco Esteves<sup>1131</sup>, confundindo-se o ofício anteriormente com o de mordomo-mor, e tanto assim era que quem substituía o mordomo-mor nos seus impedimentos, era o vedor da casa. Cargo de confiança pessoal, no reinado de D. Manuel I esse cargo foi desempenhado durante todo o reinado por Vasco Anes Corte Real. Filho mais velho de João Vaz Corte Real, e irmão de Gaspar e de Miguel Corte Real, de que falámos anteriormente, cavaleiro, vedor da casa do rei D. Manuel I e do seu conselho, herdou a capitania e governança das ilhas de S. Jorge e da Terceira<sup>1132</sup>. Alcaide-mor da cidade de Tavira, «bom cristão, homem de singular exemplo de vida, e de muitas esmolas, publicas e secretas»<sup>1133</sup>, foi casado com D. Joana da Silva, filha de Garcia de Melo, fidalgo da casa do rei, comendador de Longroiva, da Ordem de Cristo, alcaide-mor de Serpa, e de sua mulher, Filipa Pereira da Silva. Em 5 de abril de 1497, foi confirmado o dote que Vasco Anes Corte Real constituía a sua mulher nos bens da capitania, e que falecendo ele primeiro que sua mulher, D. Joana da Silva, e não podendo ela haver o pagamento do dito dote e arras pelos bens que ao tempo de seu falecimento ficassem, ela usufruiria do que rendessem as rendas da ilha Terceira, de que ele era capitão, até lhe ser entregue, em satisfação do dito dote e arras, o valor de 3.000 dobras de ouro, que era a metade das 6.000 dobras de ouro, que lhe foram prometidas pelo casamento<sup>1134</sup>. D. Manuel I atribuiu-lhe várias mercês ao longo do reinado. Em maio de 1500, o monopólio da venda do sal na ilha Terceira<sup>1135</sup>. Em

---

<sup>1130</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno* [...], tomo I, parte I e II, p. 427.

<sup>1131</sup> D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, p. 515.

<sup>1132</sup> Carta de doação e confirmação dada a 1 de março de 1497, cf. *Arquivo dos Açores* [...], vol. III, pp. 13-18.

<sup>1133</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXVI, p. 161.

<sup>1134</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 2/2v (Évora, 05/04/1497).

<sup>1135</sup> Ernesto do Canto, *Os Corte-Reais* [...], p. 25.

dezembro de 1502, uma, tença anual de 30.000 reais brancos, com início de pagamento em 1 de janeiro do ano de 1503<sup>1136</sup>. Os rendimentos auferidos com as capitânias são usados para participar na equipagem dos navios utilizados por seus irmãos, e após o desaparecimento destes, querer partir, com naus equipadas à sua própria custa, para os ir buscar<sup>1137</sup>. Esses rendimentos permitiram-lhe comprar por 152.000 reais, o padrão de 1.266 coroas e dois terços de coroa, a D. Diogo de Lima, filho do visconde de Vila Nova de Cerveira<sup>1138</sup> e uma tença dada a Henrique Pereira, fidalgo da casa da rainha D. Leonor, no valor de 15.000 reais<sup>1139</sup>. Por carta de agosto de 1521, é-lhe doada a propriedade dos ofícios de almoxarife e seu escrivão, de juiz dos órfãos e de escrivão da câmara da ilha da Garça «que ele ora mandou descobrir», pela qual se vê que apesar dos trágicos resultados das viagens dos seus irmãos, que desapareceram no mar, Vasco Anes Corte Real persistiu no intento de realizar descobertas marítimas<sup>1140</sup>. Ernesto do Canto calcula que tenha morrido, pouco antes do mês de agosto de 1538, com perto de noventa anos, tendo sobrevivido vinte anos após o falecimento da mulher<sup>1141</sup>. No *Livro de Tenças del rei*, há quatro entradas no nome de Vasco Anes. Paga em Sintra, no valor de 20.000 reais, na alfândega de Lisboa, uma no valor de 30.000 reais, a que somava a que possuía sua mulher, no valor de 20.000 reais; do trespasse de Henrique Pereira, manteeiro da rainha, 15.000 reais; da que comprou por terços de 2.000 coroas, 10.666 reais<sup>1142</sup>. No *Livro de Moradias de 1518*, está-lhe atribuída a quantia de 4.286 reais mensais de moradia<sup>1143</sup>.

#### 4.1.6.2. UCHÃO

Como delineado *supra*, o abastecimento da ucharia da casa real assentava em três ofícios que garantiam o abastecimento da cozinha régia: o carnicheiro real, o regatão régio e o galinheiro, no entanto quem controlava, e geria, toda a «despensa», era o uchão. Sabemos que o responsável por ela no início do reinado foi Fernão de Castro, cavaleiro da casa real, que em 1504 trespasseou o cargo a Rui Cotrim de Castanheda, fidalgo da

---

<sup>1136</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 38/38v (Lisboa, 19/12/1502).

<sup>1137</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXVI, p. 161.

<sup>1138</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 67/67v (Lisboa, 05/07/1511).

<sup>1139</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 96v (Lisboa, 31/10/1514).

<sup>1140</sup> Ernesto do Canto, *Os Corte-Reais* [...], p. 26.

<sup>1141</sup> Ernesto do Canto, *Os Corte-Reais* [...], p. 25.

<sup>1142</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 117.

<sup>1143</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 353.

casa<sup>1144</sup>, passando a receber uma tença de 20.000 reais<sup>1145</sup> por ano e cinco moios de trigo<sup>1146</sup> por serviços prestados pelo desempenho do cargo. Recebendo o mantimento anual de 2.736 reais de vestiaria, 2.540 reais de certos foros do ofício, duas iguarias da mesa cada dia, e todas as escudelas<sup>1147</sup>, o uchão era coadjuvado por dois homens, que com ele serviam na ucharia e recebiam 300 reais mensais de ordenado.

#### 4.1.6.3. ESCRIVÃO DA COZINHA E ESCRIVÃO DAS COMPRAS

O que entrava e saía da ucharia era registado pelo escrivão das compras. Ao longo do reinado, são vários os que detêm tal função. O primeiro de que temos notícia é Rui Lourenço, que recebia 14.644 reais por ano, que lhe eram atribuídos como moradia, cevada e vestiaria<sup>1148</sup>, para pagamento do exercício do dito ofício. Será substituído, provavelmente em 1504, por Simão Rodrigues, quando deixa o cargo e é privilegiado como vassalo do rei, servindo-o em África com homens, armas e bestas<sup>1149</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1515, João Montes, escudeiro do rei e escrivão dos contos, é nomeado escrivão das compras do rei, substituindo Simão Rodrigues por renúncia deste<sup>1150</sup>. A manutenção do registo no «Livro da Cozinha» daqueles que recebiam, ou perdiam, o direito a refeição no Paço, era feito por um escrivão<sup>1151</sup>.

#### 4.1.6.4. COZINHEIRO-MOR

Entremos agora na cozinha e identifiquemos quais os personagens que nela laboravam para confeccionar a refeição do rei. No topo da estrutura temos o cozinheiro-mor, que superintendia o trabalho realizado pelos outros executantes, que compreendiam os cozinheiros pequenos, o assador, o braseiro, o pasteleiro e outro pessoal indiferenciado. Enquanto uns tratavam dos assados, dos guisados, dos empadões e empadas, dos ensopados e fritos, outros tratavam de confeccionar os doces, em que se distinguiam o

---

<sup>1144</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 7 (Lisboa, 17/03/1504).

<sup>1145</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 7 (Lisboa, 20/03/1504).

<sup>1146</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 7 (Lisboa, 20/03/1504).

<sup>1147</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 7 (Lisboa, 17/03/1504).

<sup>1148</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 34/34v (Lisboa, 19/12/1504). Rui Lourenço acumulou com o cargo de apontador dos moços da estribeira.

<sup>1149</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 29v (Lisboa, 28/03/1504).

<sup>1150</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 69 (Lisboa, 25/06/1515).

<sup>1151</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 51v (Lisboa, 15/10/1500).



manjar branco, os pasteis de leite, as filhós de arroz, as tigeladas e as almojávemas<sup>1152</sup>. Em janeiro de 1496, quem superintendia à criação de todos estes manjares era o cozinheiro-mor João de Borgonha, a quem foi concedida uma tença de 23.074 reais. Não se sabe ao certo por quanto tempo exerceu a função, mas, em julho de 1511, o cozinheiro-mor é Afonso Álvares, que nessa data obteve a mercê do ofício de inquiridor das inquirições judiciais e distribuidor diante do ouvidor da alfândega de Lisboa. Como não sabia ler nem escrever, o rei autorizava-o a arrendar os ofícios<sup>1153</sup>. De acordo com a documentação consultada, o cozinheiro estaria ativo desde antes de 1511, data em que os alvarás da mercê lhe foram concedidos em 1523, data do registo no livro de tenças, em que se lê que nas jugadas de Santarém lhe são pagos dois padrões e dois moios de trigo<sup>1154</sup>.

#### 4.1.6.5. COZINHEIRO MENORES

Dois outros «nossos cozinheiros» referidos na chancelaria, provavelmente, cozinheiros pequenos, são Vasco Eanes, a quem foi feita mercê de poder possuir uma atafona em Évora<sup>1155</sup>, e Fernão Vaz, marido traído, cuja mulher abandonara o lar, e a quem o rei autorizava a que pudesse ter, em sua casa, uma mulher como sua servidora<sup>1156</sup>.

#### 4.1.6.6. GALINHEIRO

O galinheiro era peça importante no abastecimento da cozinha. Era por ele que eram adquiridas, ou recebidas em paga, as aves de capoeira e as peças de pequeno porte (cabritos, leitões, cordeiro). Sabe-se por uma carta de quitação que, entre 1493 e 1497, o galinheiro da casa real foi Luís de Rosales<sup>1157</sup>, sendo substituído por Afonso Ferreira, que teve o cargo em 1505<sup>1158</sup>.

---

<sup>1152</sup> Receitas incluídas no *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* [...], pp. 65-83. As almojávemas são feitas com farinha e queijo ou requeijão.

<sup>1153</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 77v (Lisboa, 31/07/1511).

<sup>1154</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 83. Até janeiro de 1518 só tinha direito a um moio de trigo, data em que lhe foi atribuído outro, por tença, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 103, Lisboa, 29/07/1518.

<sup>1155</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 19v (Lisboa, 28/06/1498).

<sup>1156</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 4/4v (Lisboa, 10/10/1498).

<sup>1157</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 55/55v (Lisboa, 01/11/1498), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IV, pp. 367-368.

<sup>1158</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 121 (Lisboa, 14/02/1505).

#### 4.1.6.7. OUTROS INTERVENIENTES

Uma referência breve ao requeixeiro, responsável pelos queijos e laticínios, às amassadeiras e regueifeiras, que se ocupavam em amassar e tender o pão, às forneiras que o coziam, ao saquiteiro que o guardava e distribuía depois de cozido, e a outros personagens banais, que se ocupavam de tarefas menos nobres – lavar, amanhar, assar ou acender os fornos - mas necessárias para a preparação da refeição real e das várias refeições que diariamente eram servidas no paço.

#### 4.1.6.8. CARNICEIRO DO REI

Várias eram as atividades e os ofícios envolvidos na confeção da refeição, não se esgotando esse número no reduto que era a cozinha. Se olharmos a montante, temos aqueles que abatiam e transformavam os animais. Profissionais que garantiam o abate, a chacina, o esfolamento, o comércio e transporte. Eram o carniceiro, enxerqueiros, esfoladores, cortadores, chacineiros e outros, cujo estigma do sangue e do cheiro das carnes os lançava para a base da pirâmide social<sup>1159</sup>. Destes todos, era o carniceiro que teria alguma projeção, mercê das isenções e privilégios atribuídos e mantidos pelos vários soberanos.

Fernão Vaz é o carniceiro de rei em 1499, a quem é concedida carta de privilégio e liberdades de que usavam os carneiros<sup>1160</sup>, à semelhança das que sempre foram concedidas a todos os carneiros do reino, por seus trabalhos e mudanças por todo o reino, pelo que não pagaria portagens, usagens, costumagens nem passagem do gado que comprasse para a Corte. E que os gados adquiridos pudessem pastar nos campos, montes e lugares de coutadas e herdades, por onde os quisessem trazer os seus mancebos, sem fazerem dano nas searas, vinhas, olivais, hortas e pomares, pagando o dano feito segundo o estimado por dois homens bons do concelho. Outros privilégios: o direito a currais cerrados e bons para o gado, isenção do pagamento de açougagem, talhos ou barcagem das carnes que adquirisse nos açougues das vilas e lugares onde o rei estivesse, liberdade

---

<sup>1159</sup> Maria José Azevedo Santos, *Jantar e Cear na Corte de D. João III* [...], p. 33. Num ritual altamente hierarquizado como era a procissão do Corpo de Deus, eram os carneiros que abriam o cortejo, já que a maior ou menor proximidade em relação ao Santo Sacramento determinava a importância desse mester com os demais e com a oligarquia urbana, cf. Maria João Violante Branco Marques da Silva, «A Procissão na Cidade: Reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa», *A Cidade* [...], p. 200.

<sup>1160</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 7/8 (Lisboa, 17/02/1499).

na compra de carnes em qualquer lugar; isenção de varejo, liberdade do porte de armas, assim de dia como de noite, para ele e seus mancebos. E de cada vez que o carniceiro o requisitasse, lhe dariam os mancebos necessários que pedisse, pagando suas soldadas. Estava limitado à compra de 18 arrobas de carne por dia, para despesa da casa real. E por último o aposentador lhe deveria dar pousada onde o rei estivesse, e não lha querendo o aposentador dar, mandava ao meirinho da Corte que lha arranjasse. Estes privilégios voltam a ser confirmados em abril de 1501<sup>1161</sup>, no mesmo ano, mas em julho, em que lhe é concedida licença para que possa ter uma atafona<sup>1162</sup> na cidade de Évora<sup>1163</sup>. Os privilégios são novamente confirmados em 1504<sup>1164</sup>. Em 1506, é à sua viúva, Domingas Álvares, que é atribuída a mercê e os privilégios de carniceira régia<sup>1165</sup>, mantendo aqueles que seu marido já detinha, os mesmos que são também dados a Pedro Corchado, que de carniceiro da rainha<sup>1166</sup>, foi promovido a carniceiro régio<sup>1167</sup>. O cargo é detido em 1508 por São Martin<sup>1168</sup>, por Diogo Cabaço em 1512<sup>1169</sup>, que partilha o cargo com Francisco Álvares, que é carniceiro, em simultâneo, na Corte e na Casa da Suplicação<sup>1170</sup>. Os privilégios mantiveram-se os mesmos.

#### 4.1.6.9 REGATÃO DO REI

Outra figura que acompanhava em permanência a Corte era o regatão do rei. A sua função consistia em adquirir mantimentos e outras mercadorias para a casa real, tais como fruta, legumes e peixe. Aos regatões eram dados os privilégios habitualmente concedidos ao terceiro estado, a isenção dos habituais encargos dos concelhos: pagamento de fintas ou talhas, não serem obrigados a participar nos trabalhos realizados em muros, pontes, fontes, caminhos ou calçadas, no transporte de presos ou dinheiro, serem tutores ou curadores<sup>1171</sup>. E aqueles específicos da sua função: que nos portos de mar lhe fossem

---

<sup>1161</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 29v/30 (Lisboa, 20/04/1501).

<sup>1162</sup> Moinho de moer cereal, cuja força motriz era animal.

<sup>1163</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 65 (Sintra, 21/07/1501).

<sup>1164</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 78v (Lisboa, 17/06/1504).

<sup>1165</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 75/76 (Coimbra, 20/08/1506).

<sup>1166</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 89v (Lisboa, 04/10/1501).

<sup>1167</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 129 (Coimbra, 22/07/1507).

<sup>1168</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 12v (Santarém, 14/02/1508).

<sup>1169</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 12 (Lisboa, 22/02/1512).

<sup>1170</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 40v/41 (Lisboa, 01/09/1512).

<sup>1171</sup> Este era o leque de privilégios que a coroa concedia ao terceiro estado, quer a pessoas a título individual quer a grupos sócio profissionais, cf. Paulo Drumond Braga, «Bombardeiros alemães no Portugal de D. Manuel I», sep. *Portugal-Alemanha-Brasil: Actas do VI Encontro Luso-Alemão*, pp. 49-56, Braga,

dados os pescados em primeiro lugar, que não pagassem portagem, açougagem, dízima ou relego, que pudessem trazer armas ofensivas e defensivas fosse de dia ou de noite. Conjuntamente com os carneiros, aos regatões e às regateiras foi concedida carta de privilégio que os isentava dos serviços impostos pelo almotacé-mor<sup>1172</sup>. A Leonor Álvares<sup>1173</sup>, Pedro Luz<sup>1174</sup> e Tristão Vaz<sup>1175</sup>, todos residentes em Évora, concedeu D. Manuel I, entre 1510 e 1511, o habitual pacote de mercê de privilégios concedido aos regatões. Em 1520, concede essa mercê a Catarina Dias «nossa regatão»<sup>1176</sup> e confirma a a Nuno Vaz<sup>1177</sup>.

#### 4.1.7. O SERVIÇO DE SALA

##### 4.1.7.1. QUANDO E ONDE SE COMIA

Salvo ocasiões especiais, o número de refeições diárias limitava-se a duas: o jantar, tomado perto do meio dia, e a ceia, normalmente tomado entre as sete e as oito da noite. Uma outra refeição, mais ligeira, o almoço, podia ser tomada após o levantar<sup>1178</sup>. No *Leal Conselheiro*, recomenda D. Duarte que decorressem entre sete e oito horas entre refeições, e que, caso se jantasse muito, se ceasse pouco, e se se ceasse muito, se jantasse pouco no dia seguinte<sup>1179</sup>. O jantar era a refeição forte do dia. O número de pratos servidos, não contando com acompanhamentos, sopas, sobremesas, não é possível aferir para a época em estudo, mas seria sempre em número superior ao das iguarias apresentadas à ceia. Sempre foi preocupação régia refrear o excesso de despesas com o vestuário e com a alimentação, que um grupo alargado de privilegiados ostentava. Tal aconteceu durante o reinado de D. Afonso IV, com a elaboração de uma pragmática, composta por vinte e nove artigos e um preâmbulo, dos quais cinco relativos à

---

Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2003, p. 52. Publicado ainda em Paulo Drumond Braga, *Portugueses no estrangeiro estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Hugin, 2005, pp.237-246.

<sup>1172</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 22v (Lisboa, 09/03/1499).

<sup>1173</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 15v/16v (Almeirim, 26/08/1510).

<sup>1174</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 16v (Almeirim, 26/08/1510).

<sup>1175</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 16v (Lisboa, 11/03/1511).

<sup>1176</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 121v/122 (Évora, 29/12/1520).

<sup>1177</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 79/79v (Évora, 10/10/1520).

<sup>1178</sup> João Carlos Oliveira, «A alimentação», *Nova História de Portugal. Portugal, do renascimento à crise dinástica*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 624.

<sup>1179</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], p. 438. Sobre as refeições e as horas da refeição, ver Lima Reis, «Visita nova à história antiga das horas de comer», *Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação*, vol. 16, n.º 1, Porto, 2010, pp. 39-43.

alimentação, dezoito ao vestuário e sete a diversos. A classificação dos grupos sociais patentes na pragmática, é reveladora, por si, de quais os privilegiados sobre os quais se queria fazer incidir este conjunto de proibições. Ricos homens, filhos d'algo, cidadãos, no que se refere à alimentação. Para o vestuário, ia um pouco mais além, adicionando cavaleiros, escudeiros, peões, servidores e meretrizes<sup>1180</sup>. No que à alimentação dizia respeito, o objetivo da pragmática era o de limitar o número de iguarias, carne ou pescado, por refeição, deixando em aberto o número de «viandas de leite», frutos e outros pratos que não fossem elaborados à base de carne ou peixe. A pragmática deixava de fora o clero, e, implicitamente, a casa real, donde é perfeitamente natural que o número de pratos que serviam ao rei, não fosse pré-determinado.

Do pouco que nos foi transmitido por Damião de Góis sobre os hábitos alimentares de D. Manuel I, sabemos que não bebia vinho, acompanhando as refeições com água. Que jejuava todas as sextas feiras, até à idade de quarenta anos, a pão e água e daí em diante «a conduto»<sup>1181</sup>. Que todos os domingos e dias santos, jantava e ceava ao som de música, sendo o serviço de sua mesa esplêndido «como a um rei pertence»<sup>1182</sup>. Estando a vida no Paço regida por um conjunto de rituais, em que cada pessoa desempenhava um papel com regras de há muito estabelecidas, a refeição régia constituía uma verdadeira liturgia, com momentos diferentes, caso o rei comesse em privado ou em público. A analogia da refeição régia com a Última Ceia é-nos trazia pela iconografia onde «o trabalho do historiador, entre outros, será o da substituição das personagens; onde figuram personagens principais devem ver-se os homens que na Idade Moderna eram protagonistas; as figuras secundárias serão, inexoravelmente, os menos prestigiados. Desde logo, o lugar ocupado por Jesus Cristos é o lugar do rei, não poderia ser de outra forma»<sup>1183</sup>. O rei come sozinho, como cabeça do reino, numa posição elevada, rodeado por aqueles que o servem e por aqueles que assistem, embora nem sempre tal sucedesse<sup>1184</sup>.

---

<sup>1180</sup> A. H. de Oliveira Marques, «A Pragmática de 1340», *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, VEGA, 1980, p. 99.

<sup>1181</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXVIII, p. 227.

<sup>1182</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXVIII, p. 224.

<sup>1183</sup> Marco Daniel Duarte, «"Sacrum convivium". Formas e conteúdos da ceia do rei de Portugal na Idade Moderna a partir das figurações icónicas», *De Arte. Revista de Historia del Arte* (revista em linha), n.º 4, 2005, p. 107, disponível em: <http://revpubli.unileon.es/index.php/dearte/article/view/1572/1275>.

<sup>1184</sup> Caso do banquete dado em Évora, pelo casamento do príncipe herdeiro, D. Afonso, com a princesa castelhana, D. Isabel, em 1490, em que D. João II, foi acompanhado na mesa pela rainha D. Leonor, o príncipe, a princesa, D. Manuel I, duque de Beja, D. Jorge, filho natural de D. João II, e o embaixador castelhano Rodrigo de Ilhoa, cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXXIV, p. 173. Rui de Pina só refere como sentados na mesa do estrado o rei, a rainha, o príncipe e a princesa. D. Manuel I, D.

Jan Taccoen descreve-nos parte do ritual de refeição a que assistiu, aquando da sua passagem por Lisboa em 1514:

«O rei, ao jantar e à ceia, senta-se com as portas da sua sala abertas. Quem quiser pode vir vê-lo jantar e cear. Senta-se sozinho no meio da mesa. Depois de lavar as mãos, cinco padres dizem o *Benedicite* e dão graças. Há cinco criados que servem à mesa de trinchante e tarefas semelhantes. Há oito ou dez pagens que estão de pé junto dele, de cada lado, e um de cada lado também, com uma vareta de uma cana de comprimento, com uma bandeirola de seda na ponta, que lhe enxotam as moscas da mesa. O monarca dispõe de uma bacia de barro, com quatro asas, do tamanho de cerca de uma pinta, cheia de água. Não bebe à mesa outra coisa e não bebeu ao almoço mais que um gole. Há todo o tipo de pessoas à volta da mesa e nada fazem para as afastar. A carne é trazida toda coberta, antes do rei se sentar, e quando servem um prato destapam outro e colocam-no à frente dele, até que tudo é servido. Quando o rei quer uma refeição mais festiva, faz vir para a sala grandes aparadores cheios de ricas louças e manda vir raparigas para a frente da mesa, que dançam enquanto ele come.»<sup>1185</sup>.

Cerca de trinta anos antes, no ano de 1484, um outro estrangeiro, Nicolas de Popolievio<sup>1186</sup> passou por Portugal, tendo acesso à Corte portuguesa, sendo convidado de D. João II, para a sua mesa, câmara e capela real. Deste convívio deixou escritos algumas das situações que presenciou e viveu. Uma delas é a descrição de uma refeição régia para que foi convidado:

«El Rey, como um señor de alta inteligencia, se contenta con cuatro ó cinco platôs en su mesa; bebe únicamente agua sacada del pozo, sin azúcar ni especias, y se pasa sin outra cosa. El principe, su hijo, gasta vino mesclado con agua, come los mismos platôs que su padre, pero en separado servicio. La servidumbre de la mesa, que sirve al Rey y á su hijo, se compone generalmente de diez individuos, que están de pié, segun orden, delante de la mesa, apoyan sobre ella sus manos y vientres, y el Rey, como un humilde señor, sufre estas groserias. Bajo la mesa, y á los piés del Rey, están sentados seis ú ocho muchachos, y á cada lado uno, para apartar de él las moscas, com abanicos de seda. Entre ellos reparte

---

Jorge e o marquês de Vila Real, estariam sentados na primeira mesa à direita, cf. Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XLVII, p. 978.

<sup>1185</sup> Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke, coordenação de Jorge Fonseca, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2014, p. 129.

<sup>1186</sup> Nicolas von Popplau. Sabe-se que nasceu em Breslau, foi militar ao serviço do imperador Frederico III, de quem teve cartas de recomendação, vindo a morrer em Alexandria, no Egipto depois de uma vida de viajante curioso. Passou por Espanha e Portugal entre julho de 1484 e janeiro de 1485, residindo na Corte portuguesa durante alguns meses, cf. «Viaje de Nicolas de Popolievno por España e Portugal», *Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII*, colección Javier Liske, traducidos del original y anotados por F. R., Madrid, Casa Editorial de Medina, [1879], pp. 9-65.

el Rey su primer platô de fruta, cuando no puede comerlo él mismo. Si no hay huéspedes á la mesa convidados, no se sirve de cuchillos; muerde com sus dientes, ó rompe com sus manos el pan, como el Rey de Polonia (1), aunque tuviesse un cochillo entre sus manos. El hijo del Rey se sirve de un cochillo en la mesa. Se les sirve á ambos en platôs y vasos ordinários, como si fuesen príncipes de una corte de poca importância.

- 1) Poco pan se come en Polonia, y la antigua y evangélica costumbre de romperlo sempre existe, aunque sin rigor.»<sup>1187</sup>

Embora parcas de conteúdo, podemos inferir vários vetores sobre a forma como decorria a refeição régia neste início do século XVI a partir destas descrições. Em primeiro lugar, o tipo de serviço, que podemos considerar como sendo «à francesa», ainda que de forma incipiente<sup>1188</sup>. Os pratos não eram apresentados em sequência, sendo colocados todos de uma só vez na mesa, antes que o rei chegasse e ficavam tapados. Não existindo um lugar fixo para a tomada da refeição, a mesa tanto podia ser montada na antecâmara, como numa das salas do paço onde estava alojado. Por norma, a sala com maiores dimensões. No Paço da Ribeira a mesa era posta na Sala Grande<sup>1189</sup>. Para além das refeições quotidianas, públicas muitas vezes, porque «Eram as mesas dos nossos príncipes escola de sobriedade para seus vassallos. E por isso folgavam de comer de ordinário em público»<sup>1190</sup>, também aí tiveram lugar alguns banquetes especiais, caso das consoadas relatadas por Damião de Góis<sup>1191</sup> e por Frei Luís de Sousa<sup>1192</sup>, dada a dimensão do espaço<sup>1193</sup>. Cotejando as fontes coevas com o *Regimento dos Ofícios da Casa Real*

---

<sup>1187</sup> «Viaje de Nicolas de Popolievo por España e Portugal» [...], pp. 32-33. «O Rei, como um senhor de alta inteligência, contenta-se com uma refeição de quatro ou cinco pratos; bebe apenas água retirada do poço, sem açúcar ou especiarias, e não bebe outra coisa. O príncipe, seu filho, bebe vinho misturado com água, come os mesmos pratos que seu pai, mas em serviço separado. O grupo de servidores da mesa, que servem o Rei seu filho, é geralmente composto de dez indivíduos, que estão de pé, de acordo com a ordem, em frente à mesa, repousando sobre ela suas mãos e barrigas, e o Rei, como um humilde Senhor, sofre com essa grosseria. Debaixo da mesa, e aos pés do Rei, sentam-se seis ou oito garotos e, de cada lado, um para tirar as moscas, com os leques de seda. Entre eles o Rei distribui o seu primeiro prato de frutas, quando ele não pode comê-lo sozinho. Se não houver convidados na mesa, ele não usa a faca; morde com os dentes ou quebra o pão com as mãos, como o Rei da Polônia (1), mesmo que tenha uma faca nas mãos. O filho do Rei usa uma faca na mesa. Eles são servidos em pratos e vasos comuns, como se fossem príncipes de uma corte de pouca importância. (1) Pouco pão é comido na Polônia, e o costume antigo e evangélico de quebrá-lo sempre existe, embora sem rigor» [tradução nossa].

<sup>1188</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Menus em Portugal* [...], p. 10.

<sup>1189</sup> Nuno Senos, *O Paço da Ribeira* [...], p. 131.

<sup>1190</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, com prefácio e notas do prof. M. Rodrigues Lapa, vol. I, 2.<sup>a</sup> edição Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1951, vol. I, cap. III, p. 22.

<sup>1191</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, pp. 225-226.

<sup>1192</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* [...], vol. I, cap. III, pp. 20-22.

<sup>1193</sup> Sala de grandes dimensões cuja planta correspondia ao retângulo de ouro (27m x 17m), cf. Bruno A. Martinho, «Pôr a mesa no Paço da Ribeira. Espacialidades e encenações da refeição no interior do palácio régio», *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)* [...], p. 120.

*del-Rei D. João IV*<sup>1194</sup>, publicado no ano de 1643, embora neste se reflitam já as influências recebidas da corte filipina e um caminhar para uma sofisticação e teatralização cada vez maior no serviço do paço, personagens há que mantêm a mesma função ritualística, no período em estudo, quiçá de uma forma mais grosseira, mas que nem por isso não faça sentido criar pontes entre a prática do serviço da refeição no reinado de D. Manuel I e aquele que foi codificado cento e vinte anos depois<sup>1195</sup>.

#### 4.1.7.2. OS OBJETOS DA MANTEARIA

A qualidade e quantidade de objetos utilizados nas refeições reais, permitem-nos analisar da sua utilidade e função. Por uma questão de *status*, esses artefactos eram manufaturados em prata, ou de outra origem, mas rara e preciosa, algumas vezes com um banho dourado, podendo ser decorados em relevo, ou esmaltados, dependendo da sua função. Esta pode ser segmentada em objetos para servir alimentos sólidos e líquidos, os usados para consumir os alimentos, outro conjunto, mais variado, mas fundamental, compreendia os usados para iluminação, para as práticas da higiene à mesa e para a decoração<sup>1196</sup>. Por fim a roupa de mesa, que também era da responsabilidade da mantearia. De acordo com Rafael Bluteau, a «mantieiria» é a casa em que se recolhia a roupa, prata e demais coisas respeitantes ao ofício do manteeiro, que seria o responsável pelo serviço de roupa e objetos que serviam na mesa do rei<sup>1197</sup>, assunto este que, como escreveu Isabel Drumond Braga<sup>1198</sup>, menos interesse tem despertado nos investigadores portugueses que se têm dedicado à investigação das práticas alimentares e da sociabilidade à mesa. Se para épocas mais próximas ainda encontramos alguns estudos, fruto da existência de peças físicas que chegaram aos nossos dias, caso da baixela

---

<sup>1194</sup> Publicado na *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1640-1647)*, compilado e anotado por José Justino de Andrade e Silva, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1856, pp. 166-175. Ver também António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo IV, pp. 738-754.

<sup>1195</sup> Na Casa Ducal de Bragança, era D. Teodósio I o 5.º duque da mesma (1505-1563), existiu um documento que tipificava as obrigações dos oficiais de uma Casa «em tudo semelhante à Real, no modo como cada um se ocupava do seu emprego [...], que relatava o modo desde que se levantava o duque, como falava, como assistia à Missa, e a cerimónia, e aparato da mesa», cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. VI, p. 46.

<sup>1196</sup> Leila Mezan Algranti, «Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro joanino», *Anais do Museu Paulista*, nova série, vol. 25, n.º 1, pp. 13- 34, São Paulo, Museu Paulista da USP, 2017, p. 17.

<sup>1197</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. V, p. 301.

<sup>1198</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «Dos tachos e painelas aos açucareiros e bules. Recipientes para confeccionar e servir alimentos em Portugal na época moderna», *História: Questões & Debates*, n. 54, pp. 71-101, 01/jun. 2011 Curitiba, Editora UFPR, 2011, pp. 71-72.



Germain encomendada por D. José I, para épocas mais recuadas, em especial aquela que tratamos nesta tese, temos que nos cingir aos parcos inventários de bens ou dotes, cartas de quitação ou livros de cozinha, e a alguns, poucos, exemplares da ourivesaria dos séculos XV e XVI. Um dos documentos que podemos analisar é a carta de quitação<sup>1199</sup> dada à mulher e herdeiros de Estevão Pestana, manteeiro do rei D. João II durante o período compreendido entre 1488 e 25 de outubro de 1495<sup>1200</sup>. O interessante deste documento é as peças serem registadas com o respetivo peso, o que nos suscita a ideia de que o seu valor não estava propriamente na obra de ourivesaria, mas no peso material da prata que a compunha.

#### Quadro n.º 7

##### Inventário da mantearia de D. João II

<b>Artigo</b>	<b>N.º</b>
Pratos de prata de servir	44
Salsinhas de prata <sup>1201</sup>	21
Gomis de prata	6
Saleiros de prata	6
Colheres de prata	7
Colheres de marfim	3
Garfos de prata <sup>1202</sup>	3
Especieiro de prata	1
Bacios de prata de água às mãos	3
Escumadeira de prata <sup>1203</sup>	1
Cutelos com bainha	7
Guarnição de prata para abanos	7
Escudelas redondas de prata	6
Fonte de prata	1
Oveiro de prata	1
Caceta de prata <sup>1204</sup>	1

<sup>1199</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 118 (Évora, 25/05/1497), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, pp. 77-78.

<sup>1200</sup> Data da morte de D. João II.

<sup>1201</sup> Salseirinha, pequeno prato que se coloca na mesa com salsa pisada, ou molhos, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VII, p. 452.

<sup>1202</sup> É provável que fosse utilizado para trincar, uma vez que cada garfo pesava perto de 460 gramas.

<sup>1203</sup> Com um peso de 1,725 kg.

<sup>1204</sup> Copo alto, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 24.

Toalhas de Holanda para cobrir pão <sup>1205</sup>	62
Toalhas de Holanda para cobrir o peito	30
Toalhas de Holanda de boca	113
Toalhas de Holanda de servir de cozinha	94
Guardanapos de boca	579
Guardanapos de servir de cutelo	173
Panos de linho de limpar pratos	56
Toalhas de mesa	59
Cofres	4
Arcas encoiradas <sup>1206</sup>	7
Relógio de prata de área	1

Fonte: Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 118

Nos têxteis de mesa podemos distinguir entre as peças que serviam para cobrir a mesa, a qual, móvel, poderia ser montada com tabuas de pinho sobre cavaletes, tapada com toalhas escuras, com toalhas brancas por cima a bordejar o chão, e as destinadas à proteção e higiene dos comensais, como as usadas para cobrir o peito e as de boca. Para a ablução encontramos os bacios para água às mãos e os gomis e respetivos pratos. O saleiro e o especieiro, eram objetos que eram logos colocados em cima da mesa. Os pratos de servir da mantearia, eram aqueles onde se expunham os alimentos para escolha do rei. Os pratinhos pequenos aqueles onde se colocava a comida para degustação do monarca.

Da mantearia de D. Manuel I não nos chegou registo. Do inventário da guarda-roupa real e do tesouro, feito em 1522<sup>1207</sup>, cujo índice é constituído por oito itens, desapareceu a parte relativa às coisas da mantearia, mas socorremo-nos do inventário da infanta D. Beatriz<sup>1208</sup>, sua mãe, que possuía um recheio de casa que não seria inferior ao do próprio monarca. Por este inventário podemos encontrar outros objetos que integravam a mantearia ducal.

<sup>1205</sup> Com duas varas e meia cada (2,70 m).

<sup>1206</sup> Duas delas velhas.

<sup>1207</sup> Publicado por Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da guarda-roupa de D. Manuel», *Arquivo Histórico Português* [...], vol. II, pp. 381-417

<sup>1208</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Arquivo Histórico Português* [...], vol. IX, pp. 64-110.

Quadro n.º 8

Inventário de D. Beatriz, duquesa de Beja – Artigos em prata

<b>Artigo</b>	<b>N.º</b>
Pratos de prata de servir	16
Salsinhas de prata	1
Tigela de fogo de orelhas	1
Colheres prata de cabo vão	6
Salsinha de prata de orelhas	1
Castiçais dourados de meia cana	4
Caixa boceta redonda de prata para confeitos (doces)	1
Gomil de prata dourada <sup>1209</sup>	1
Bacio de água às mãos <sup>1210</sup>	1
Colher de cabo estreito <sup>1211</sup>	5
Almarraxa de prata, com cadeia e capa <sup>1212</sup>	1
Tacho com cabo de prata	1
Pratos de prata pequenos	4
Castiçal de candeeiro	1
Castiçal com formato de arandela <sup>1213</sup>	1
Bacia de urinar de prata	1
Tigela de água às mãos	1
Tigela de fogo	1
Bacia de asas	1
Bacios de cozinha	2
Garfo	1
Garfinhos <sup>1214</sup>	5
Copinho com cobertura	1
Candeeiro de lâmpada	1
Copinho com bico	1
Gobiletes <sup>1215</sup>	3
Copo de prata da França <sup>1216</sup>	1

<sup>1209</sup> Esmaltado na cobertura com a divisa da infanta.

<sup>1210</sup> Dourado por dentro e por fora, na base lavrado a cinzel com a divisa da infanta no esmalte.

<sup>1211</sup> Com feição de vaqueiro.

<sup>1212</sup> Borrifador, cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário* [...], vol. I, p. 392.

<sup>1213</sup> Em forma de funil, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. I, p. 465.

<sup>1214</sup> Os garfinhos seriam utilizados na refeição, tendo em consideração a diferença de peso entre o garfo, com perto de 0,460 kg e o do garfinho, que pesava 0,028 kg.

<sup>1215</sup> Copo com o bocal mais largo do que a base - gobelet.

<sup>1216</sup> Chão, dourado no pé e bordas.

Colher pequena de ovos	1
Braseiro de prata aberto com argolas	1
Jarrinha de prata branca com suas cadeias <sup>1217</sup>	1
Barril de prata com sua cadeia e sapas de parafuso	3
Caçoila de prata	1
Castões de prata para abanos	3
Açucareiros de prata <sup>1218</sup>	4
Lanterna de prata branca lavrada, com candeiro dentro e cadeia	1

Fonte: Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», pp.71-73.

Neste inventário já encontramos um número mais alargado de utensílios, entre eles os utilizados para iluminação, como os castiçais ou as lanternas, os que serviam para manter a refeição quente, como os braseiros, a novidade das colheres de cabo vão.

Os panos de armar eram tapeçarias que se colocavam revestindo as paredes, muitas vezes como pano de fundo ao lugar ocupado pelo monarca. Tendo por função principal a decoração, serviam também para tornar mais acolhedor o aposento onde eram colocados. Com cenas, por norma, retiradas da Bíblia, de episódios da história clássica ou da história portuguesa, de referir as célebres tapeçarias de D. Afonso V sobre a tomada de Arzila e Tânger, as mais valiosas eram as executadas em Arrás, tecidas com fio de ouro.

#### Quadro n.º 9

##### Inventário de D. Beatriz, duquesa de Beja – Panos de armar

Pano de Rás pequeno, com um rei no meio com um ceptro
Pano de armar, com um rei e uma rainha debaixo de um paramento vermelho
Pano de Rás pequeno, com um rei com um ceptro e um sombreiro de pidentes
Pano grande de Rás, com a história dos profetas, com dois letreiros em azul
Seis colchas da Bretanha

Fonte: Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», p. 67.

<sup>1217</sup> Aberta no meio com três caixõezinhos.

<sup>1218</sup> Com as coberturas lavradas a cinzel.

Se considerarmos de grande valor a existência de quatro panos de armar, pertença de uma das mais nobres, e ricas, figuras, na transição entre o século XV e o XVI, quinze anos depois, o dote da sua neta, homónima, era de uma riqueza indescritível e sinal da opulência que se acumulara com o trato das especiarias.

#### Quadro n.º 10

##### Inventário de D. Beatriz, duquesa de Saboia – Panos de armar

Cinco panos de armar de raz de lã e seda finos, da história de Auselão (Absalão), os quais têm de comprimento, cada um, dez côvados, e de alto têm seis côvados e meio;

Um deles tem o dito Auselão no meio de um letreiro em cima, que diz: Triunfos de Auselão; e ele vai em um carro triunfante que levam dois cavalos brancos; e diante dele vai um homem com uma lança vermelha, e mais diante trombetas com um tamboril.

Em outro está o dito Auselão armado em armas vermelhas, enforcado pelos cabelos em uma árvore; e da parte direita está um cavaleiro armado, que o atravessou com uma lança; e entre ambos estão homens de pé, de pequenos vultos, pelejando.

Em outro está o dito Auselão no meio, metido em um paramento vermelho, vestido de azul, e junto uma mulher vestida de verde; em cima do dito paramento está um letreiro, que diz: Absalon ingreditur ad concubinas Patris sui.

Em outro está no meio um rei velho vestido de azul, e uma rainha vestida de verde, com cetros nas mãos; e á parte direita duas mulheres, que levam uma um elmo com um penacho, e a outra uma espada; e detrás dela três trombetas.

No outro está o dito Auselão vestido de azul, com barrete vermelho, junto de uma mulher vestida de verde, que tem as mãos apertadas, com a que está anojada em cima. A parte esquerda está um homem vestido de azul, forçando uma mulher vestida de verde.

Oito panos de armar, da sorte e fineza dos cinco de Auselão, que tem de comprido, cada um, dez côvados, e de alto têm seis e meio; os quais são da historia de Meliazar (Eleasar);

Um deles tem o dito Meliazar, em baixo, da parte esquerda, vestido de azul e armado; e da outra parte uma rainha, vestida de verde, com duas damas que lhe levam o rabo; e entre elas, acima das suas cabeças, está um chafariz, que lança três canos de água; e detrás do dito Meliazar estão um galgo branco e um podengo.

Em outro está o dito Meliazar á parte esquerda, com uma espada na mão alta, pelejando com outro homem vestido de verde; e á parte direita está espantado, com as mãos levantadas, e tem ao colo uma buzina, e um letreiro do seu nome.

Em outro está o dito Meliazar no meio, montado em cima de um cavalo branco, e aos pés dele está um porco montês, a que uma mulher vestida de verde fere com um farpão.

Em outro está Meliazar a pé, com umas esporas calçadas, e a mão esquerda na sua espada, e aos seus pés estão dois galgos, um branco e outro pardo; e detrás o seu cavalo branco a destro.

Em outro está Meliazar a pé, e diante dele vai um homem vestido de verde com uma buzina, e leva nas mãos uma cabeça de porco, a qual vai apresentar a uma mulher, que está em cima, vestida de verde, com uma seta na mão.

Em outro está Meliazar a pé, á parte direita, com um barrete na mão esquerda, ao qual está casando um rei velho vestido de verde, com um cetro na mão, com uma rainha vestida de azul e capelo de arminhos; e junto do dito Meliazar está o seu cavalo branco.

Em outro destes oito panos está o dito Meliazar, em cima, á parte direita, em um cavalo branco, com um barrete vermelho; e diante dele vão duas tochas acesas; e da parte esquerda está um bugio, e diante dele dois galgos pequenos.

No outro pano está uma rainha vestida de verde; e vão à sua parte esquerda seis tochas, e três á direita; e em cima está um letreiro de letras vermelhas sobre amarelo.

Três panos de armar de lã e seda finos, da história de Alexandre; dos quais tem cada um vinte e sete côvados; a saber: seis côvados de comprido, e quatro e meio de alto; Testes sinais:

Num destes está á parte esquerda um rei velho com um cetro na mão direita, vestido de roupas verdes forradas de gatos debaixo dos paramentos verdes; e diante deles um homem muito velho, com um manto azul, e capelo forrado de peles, e outro homem assim velho vestido de vermelho, com o dedo da mão esquerda levantado; e detrás do dito rei estão duas rainhas, em baixo, uma com uma roupa azul, e a outra com roupa verde; e aos pés do dito rei uma mulher com um cachorrinho, vestida de vermelho.

Em outro estão á parte esquerda duas damas, em senhos cavalos ruços, e dois homens, um vestido de azul em uma mula parda, com garnimentos verdes; e está dando a mão a uma rainha, que tem um manto verde; e o outro homem está em uma faca melada; e na parte direita do dito pano, entre uns arvoredos estão dois homens a cavalo, um vestido de roxo, e outro de vermelho.

No outro, à parte esquerda, está uma rainha com um cetro na mão, com um manto vermelho e brial verde; e detrás dela dois homens velhos, falando, com trufas na cabeça; e em baixo do dito pano jaz um cachorro branco dormindo.

<p>Outros três panos de armar, finos, de lã e seda, da história de Soeiro (Assuero?), de vinte e sete côvados cada um; saber: sete de comprido, e quatro e meio de alto; destes sinais:</p> <p>Em um deles estão dois reis velhos, um á parte direita com um cetro na mão, o qual põe na cabeça a uma mulher vestida de verde, que está aos seus pés; e o outro rei, que está á parte esquerda, tem uma coroa nas mãos, que põe na cabeça a sua mulher, que está diante dele vestida de verde; e ambos os ditos reis estão vestidos de azul, com capelos de arminhos.</p> <p>Em outro está á parte direita um rei velho vestido de azul, que tem um cetro na mão; e diante dele quatro porteiros de maças, e uma dama tangendo um alaúde, e um homem uma harpa; e aos pés dele está uma mulher vestida de azul com uma coroa nas mãos; e da outra parte do dito pano está uma revestida de verde, com um cetro na mão levantado, para dar aos ditos porteiros; e detrás dela uma mulher tangendo uns órgãos.</p> <p>No outro está um rei velho vestido de azul, e capelo de arminhos, com seu cetro na mão; e está assentado em uma cadeira, debaixo de um paramento vermelho; e detrás dele três trombetas tangendo; e da parte direita, em cima, vai uma mulher vestida de azul com um cofre debaixo do braço, com um sombreiro vermelho; e detrás dela um homem com uma espada na mão e pelote roxo, e barrete vermelho com um penacho.</p>
<p>Mais um pano de raz de lã e seda, que tem uma rainha vestida de verde, assentada em uma cadeira, com um bago na mão; o qual tem vinte côvados; a saber: cinco de alto, e quatro de largo.</p>
<p>Outro pano de lã e seda, que tem uma rainha vestida de azul no meio, e um vulto de um rei diante dela, com uma carapuça verde; o qual pano tem trinta côvados; a saber: cinco de alto, e seis de largo.</p>
<p>Outro pano da sobredita medida, que tem no meio uma rainha, e da parte esquerda uns órgãos.</p>
<p>Outro pano, que tem uma mulher com um livro de canto na mão, e outra diante dela com um alaúde; o qual tem vinte e cinco côvados; a saber: cinco de alto, e cinco de largo.</p>
<p>Outro pano, que tem uma rainha assentada em uma cadeira, vestida de verde, com um cetro na mão, á parte esquerda; e detrás dela dois homens com alabardas; o qual pano tem cinco enta côvados; a saber: dez de largo, e seis de alto, desguarnecido.</p>
<p>Outro pano, que tem de cada parte uns reis velhos; o da mão esquerda com as mãos apertadas uma com a outra; e o da mão direita com um cetro na mão direita, e na esquerda uma carta com um sinete vermelho; o qual é desguarnecido; e tem de largo nove côvados e meio, e de alto cinco e meio.</p>

Outro pano do mesmo teor, que tem no meio uma mulher vestida de verde, que lava as mãos em um chafariz; e da parte esquerda tem um rei velho com um cetro na mão; o qual tem nove côvados e duas terças de largo, e de alto cinco côvados e meio.
Outro pano, que tem á parte direita um tamboril com uma fruta, e à parte esquerda uma rainha vestida de verde; o qual é de vinte e cinco côvados: cinco de largo e cinco de comprido.
Outro pano, que tem da parte esquerda um homem vestido de azul, com um cesto na mão e um pichei na outra; e á parte direita uma mulher com um esguicho ao pé de um chafariz.

Fonte: António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 468-471.

Na mantearia guardavam-se os objetos mais valiosos, de uso na copa e mesa régia, em especial aqueles de prata<sup>1219</sup>, os quais eram transportados em arcas próprias, como consta dos vários inventários estudados. Arranjos em âmbar e outros em coral, constam também deste rol. Mas algo que se destaca é a quantidade de artigos em vidro, que eram propriedade da infanta. Copos, gomis, jarros, caixas, castiçais, sejam de vidro transparente, sejam de massa opaca, alguns deles com efeitos dourados, de tudo um pouco existia nesta copa, o que nos sugere a existência de uma indústria de vidro em Portugal, com alguma importância e qualidade técnica, em paralelo com os objetos que se importavam da vizinha Castela ou de mais além na Europa.

#### Quadro n.º 11

##### Inventário de D. Beatriz, duquesa de Beja – Vidros

<b>Artigo</b>	<b>N.º</b>
Copas de vidros cristalinos brancos e de cores	6
Bacio de vidro pardo da cor da calcedónia	1
Gomil de vidro pardo da cor da calcedónia	1
Jarros de vidro pardo da cor da calcedónia	2
Infusas de vidro pardo da cor da calcedónia	3
Púcaros de pé com cobertura de vidro pardo da cor da calcedónia	4

<sup>1219</sup> Entre os objetos mencionados, encontramos bacios de mijar em prata.



Caldeira de vidro pardo da cor da calcedónia	1
Púcaros de pé de vidro pardo da cor da calcedónia	4
Púcaros maiores	2
Jarro branco de vidro pardo da cor da calcedónia	1
Jarrinhos de vidro pardo da cor da calcedónia dourado	2
Púcaro de vidro pardo da cor da calcedónia dourado	3
Castiçais brancos dourados de vidro pardo da cor da calcedónia	2
Escudelas brancas	2
Gomis e jarros brancos	30
Infusa de vidro branco	1
Jarro cristalino dourado com um escudo sobre a copa verde	1
Bocetas e pucarinhos de cristalino douradas	26
Peças de vidro cristalino pequenas	19
Caixa de vidro cristalino	1
Alguidares de vidro branco	6
Potes cristalinos brancos	13
Escudelas de bordas cristalinas douradas	8

Fonte: Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», pp. 67-68.

Como consequência da demanda de terras do oriente, não eram só especiarias que enchiam os porões das naus que chegavam a Lisboa. Com elas começaram a chegar porcelanas, que começaram a ombrear com os outros artigos da mantearia no requinte da apresentação da mesa. No inventário da infanta D. Beatriz que temos estado a seguir, temos informação da existência de porcelanas, das quais, duas, foram entregues a Violante Rodrigues<sup>1220</sup>

<sup>1220</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IX, p. 99.

#### 4.1.7.3. O CERIMONIAL DO SERVIÇO À MESA

Todos os dias, pela manhã, o vedor da casa dirigia-se à cozinha e indicava quais as iguarias que seriam servidas nas duas refeições principais, jantar e ceia, desse dia. A mesa era posta, pelos reposteiros, sobre uma alcatifa no inverno ou sobre uma esteira no verão, na sala que oferecesse garantias de albergar os servidores e os que assistiam ou participavam na refeição<sup>1221</sup>. Caso se tratasse de uma refeição mais cerimoniosa, a mesa era colocada sobre um estrado que sobrelevava o rei em relação aos demais comensais<sup>1222</sup>. Sobre a mesa era estendida a toalha, branca, sinal de pureza, de asseio, de sagrado<sup>1223</sup>, que assentava sobre os mantéis ou bancais<sup>1224</sup>. Entretanto, o manteeiro enviara para a cozinha a baixela a ser utilizada para transportar as diversas iguarias, bem como dispunha os artigos que seriam utilizados durante a refeição, como pratos e escudelas, saleiros e espedeiros, o gomil e o bacio de água às mãos, colheres e garfos, sendo todos estes objetos em prata. Era ele que fornecia as toalhas de Holanda para cobrir o pão, para serem usados como guardanapos e como panos de servir. Na copa, guardavam-se as louças, os talheres e as toalhas de mesa, a baixela; o copeiro dispunha os pichéis e os copos de prata e preparava os castiçais, caso fossem ser utilizados. Uma das grandes preocupações a uma mesa é a iluminação. Os banquetes, as refeições, precisavam de luz. Para isso utilizavam-se castiçais, de prata ou latão, que vamos encontrar nas cartas de quitação, tochas e archotes. Há a necessidade de expor os utensílios que servem à mesa num móvel de copa, com várias prateleiras, cujo número aumenta quanto se quer mostrar a prataria e a qualidade e quantidade da baixela. Dada como pronta, e posta a mesa com o saleiro, o pão, a faca e alguma fruta, permanecendo aí o manteeiro, era dado sinal ao rei, que

---

<sup>1221</sup> A itinerância da corte régia levantava problemas logísticos de alojamento e alimentação. Com D. Manuel I a utilização dos paços próprios foi recorrente. Lisboa, Sintra, Évora, Almeirim e Santarém, foram os locais a que o rei pousou com mais frequência e nos quais existiam as condições para que o seu dia a dia decorresse com alguma normalidade. Diferente situação se colocava quando eram utilizados locais não tão apropriados, como era o caso de conventos, casas senhoriais ou alcáçova dos castelos, com espaços que de alguma forma podiam limitar os rituais diários a que o rei se cingia.

<sup>1222</sup> Na consoada descrita por Frei Luís de Sousa, a mesa foi colocada sobre um estrado com dois degraus. No degrau superior consoou o rei, sozinho e antes de toda a gente. No primeiro degrau, sentou-se o príncipe e os duques, tendo o príncipe sido servido logo após o rei ter terminado. Quando o príncipe terminou, foram servidos os duques e os condes, estando estes ao nível do chão, cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* [...], vol. I, cap. III, pp. 20-21.

<sup>1223</sup> Marco Daniel Duarte, "Sacrum convivium" [...], p. 96.

<sup>1224</sup> Como a mesa era desmontável e, de certa forma, rudimentar, muitas vezes um conjunto de pranchas de madeira assentes em cavaletes, estes mantéis, que iam até ao chão, serviam para tapar a estrutura da mesa.

chegava acompanhado por vários capelães<sup>1225</sup>, entre eles o capelão mor, físicos e senhores que assistiam à refeição.

À medida que vão sendo confeccionadas, as iguarias eram colocadas, na cozinha, numa mesa à parte, onde aguardavam ser transportadas para a sala de refeição. Com a chegada do monarca, benzido que estava o local e a mesa onde a refeição vai ser tomada, numa simbólica de sacralização do espaço, onde o rei é o oficiante de uma cerimónia onde ele é a figura central de uma liturgia de comunhão<sup>1226</sup>, e onde cada elemento, humano ou material, tem um lugar e uma função previamente estudada e codificada. As iguarias vêm da cozinha para a sala de refeição em procissão. Nos dias de maior aparato<sup>1227</sup> o cortejo era formado pelos porteiros da câmara, reis de armas, arautos e passavantes, porteiro-mor, mestre-sala, vedor, mordomo-mor e servidor da toalha, com as iguarias a serem transportadas pelos moços da câmara e colocadas na copa, onde era feita a salva da comida<sup>1228</sup>, ou seja, a prova antes de ser servida ao rei. A salva<sup>1229</sup> era feita pelo vedor, e para ela o reposteiro da copa colocava «em hum prato piquenno á roda huas fatias de pão delgadas, e do tamanho de hum dedo e o chegará ao veador, tendo na mão, e não o pondo na copa; e elle com as fatias hirá tocando em cada hua das iguarias, e provandoas»<sup>1230</sup>. Após o ritual da bênção, o reposteiro-mor chegava a cadeira para o rei se sentar<sup>1231</sup>, a que se seguia o ritual da água nas mãos. O gomil e o prato eram entregues pelo manteeiro ao trinchante que deitava a água pelo gomil nas mãos do rei e que as limpava com a toalha que lhe era entregue pelo vedor<sup>1232</sup>. O servidor da toalha colocava as iguarias na mesa, com a ajuda do manteeiro, de forma a que coubessem todas na mesa que fora montada. O trinchante, que se colocava de pé, em frente ao rei, mas não tocando na mesa, preparava o prato a apresentar ao rei, com a iguaria escolhida por este, ou caso nada dissesse, com o que lhe parecesse melhor. O copeiro-mor, que também se encontrava defronte da mesa, servia a bebida, quando lhe fosse pedida, pelo que se deslocava à copa

---

<sup>1225</sup> Cinco padres que dizem o *Benedicite* e dão graças, nas palavras de Jan Taccoen.

<sup>1226</sup> Marco Daniel Duarte, "Sacrum convivium" [...], p. 108.

<sup>1227</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* [...], vol. I, cap. III, p. 21.

<sup>1228</sup> «ainda que a história prove que o veneno mata mais pela bebida do que pela comida e é mais frequente nas refeições públicas do que nas privadas», cf. Maria José Azevedo Santos, *Jantar e Cear na Corte de D. João III* [...], p. 50.

<sup>1229</sup> O prato pequeno que se usava para fazer a prova, passou a usar o nome de salva, porque «tomar a salva», significava que o rei estava salvo de toda a traição e veneno e daí nasceu o nome da peça onde essa prova se fazia, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VII, p. 456.

<sup>1230</sup> Paulino Mota Tavares, *Mesa, doces e amores no séc. XVII português* [...], p. 82.

<sup>1231</sup> «Regimento dos Offícios da Casa Real del-Rei D. João IV», António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo IV, pp. 738-754, § LVII.

<sup>1232</sup> «Regimento dos Offícios da Casa Real del-Rei D. João IV» [...], § LX.

onde o copeiro pequeno lhe dava um púcaro com uma salva tapando-o. O copeiro-mor destapava o púcaro, vertia algum líquido para cima da salva, provava-o e entregava o púcaro, por cima da salva, ao rei<sup>1233</sup>. Terminada a refeição com as iguarias, eram trazidos os doces e fruta que o rei repartia pelos moços fidalgos, que em número de seis a oito se encontravam de joelhos junto ao rei, e dois de pé, repartidos por ambos os lados, e que munidos de bandeirolas de seda, afugentavam as moscas. Finda a refeição repetia-se o ritual de lavagem das mãos. Antes, o trinchante recolhia num prato, a faca, o garfo, a colher, o guardanapo e o pão que sobrasse. Noutro prato colocava os utensílios que ele, trinchante, usara<sup>1234</sup> durante a refeição. O reposteiro-mor afastava a cadeira do rei, que se levantava. O capelão mor dava graças pela refeição. O séquito, que assistiu à refeição de pé, acompanhava o rei quando este se dirigia para a sua câmara<sup>1235</sup>.

Nas ocasiões em que o rei tomava a refeição acompanhado de outros convivas, como as ceias de consoada relatadas por frei Luís de Sousa, existia uma hierarquia no serviço, para além da hierarquia física no espaço da sala. Depois de ser servido o rei, e de este acabar a sua refeição, era servido o príncipe, e só após este acabar também a refeição, eram servidos os outros convivas, com a nuance da refeição do duque de Bragança vir dois passos à frente da dos condes, e ter sido preparada dentro da sala, como a do rei e a do príncipe, quando a dos condes foi preparada num compartimento exterior à sala. Outra diferença que o frade realça: ao duque foi servida bebida da copa, indo o seu copeiro à copa acompanhado de um porteiro com duas tochas. Aos demais, a bebida veio ao mesmo tempo que a comida<sup>1236</sup>. Quando a consoada, «que todo era de fructas verdes, & daçuquar, & de cõseruas que lhe trazião da ilha da madeira»<sup>1237</sup>, terminava na sala grande, D.

---

<sup>1233</sup> «Regimento dos Ofícios da Casa Real del-Rei D. João IV» [...], § LXV.

<sup>1234</sup> «Regimento dos Ofícios da Casa Real del-Rei D. João IV» [...], § LXVI.

<sup>1235</sup> Este cerimonial pouco difere daquele utilizado nas grandes casas senhoriais que mimetizavam nos seus paços a prática a que assistiam, ou tinham participação, no paço real. Nas *Provas da História genealógica da Casa Real Portuguesa*, ao descrever o cerimonial usado na Casa de Bragança, em tempo do 5.º duque, D. Teodósio I, Caetano de Sousa dá ênfase aos papéis desempenhados pelo vedor da casa, manteeiro e trinchante. Era o vedor, que de manhã e à tarde determinava quais as iguarias a serem confeccionadas para o duque. Era ele que conjuntamente com os reposteiros punha a mesa, e ajudava o manteeiro a deitar as toalhas. Dava as ordens ao servidor da toalha, moços da câmara e a dois porteiros, para que a comida fosse trazida da cozinha e velava por que todo o serviço de mesa corresse na perfeição. Era ele que, após chegar a cadeira ao duque, lhe deitava a água nas mãos. Este ritual era executado no início e no fim da refeição. O manteeiro colocava as toalhas na mesa, dispunha os objetos que iriam ser usados durante a refeição, colocava fruta na mesa e fazia a salva. O trinchante, executava o seu serviço, que era cortar as iguarias, dispostas na mesa pelo servidor da toalha, as quais lhe eram passadas pelo uchão, e apresentava-as ao duque, que se servia, findo o qual o manteeiro as retirava da mesa. Em termos comparativos, julgo que podemos afirmar que os cargos que participam no cerimonial no paço real, são de maior valia e mais especializados, o que não é de estranhar, dadas as dimensões do séquito e a dimensão áulica e simbólica de tudo em que o rei participava, cf. António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo IV, p. 192.

<sup>1236</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* [...], vol. I, cap. III, pp. 21-22

<sup>1237</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 225.

Manuel I mandava o seu vedor, Vasco Anes Corte Real, dar consoada às damas da rainha e a todos os oficiais do rei, nas suas casas, utilizando a guarda repostada para a consoada dos capelães, cantores, físicos, ministros, reposteiros, moços da estribeira e do monte, e moços da câmara<sup>1238</sup>. Nesta ocasião, de festa, era costume armar-se a copa com toda a baixela de prata e ouro, dando um cariz de magnificência à ocasião.

Na visita que o cardeal Alexandrino, legado papal, fez a Portugal em 1571, relatado por João Batista Venturini, um membro da sua comitiva, é digna de nota a receção que lhe foi feita pelo duque de Bragança, no seu paço de Vila Viçosa. Relata Venturini que na sala onde decorreu a refeição estava ornada com riquíssimos panos da Flandres, retratando aspetos das vitórias da Casa de Bragança contra os castelhanos, entre eles a que representava uma vencida por Nuno Álvares Pereira. E continua Venturini:

«Sobre um estrado da altura de dois palmos ou palmo e meio, coberto de tapetes de seda, havia um dossel de brocado de ouro, debaixo do qual havia de comer o Legado. Com outro de brocado de prata estava um aparador grandíssimo contendo peças de ouro, de prata e douradas, que avaliaram em cento e cinquenta mil escudo de ouro. Havia aí dois vasos, como urnas antigas; duas bacias, dois gomis, e duas copas grande, lavradas de figuras primorosamente. Os vasos dourados eram cinquenta e seis de diversos feitios, uns levantados, outros lisos, além de muitas taças, e de um número quase infinito de pratos. Aqui comeu o Legado no dia seguinte em publico, do modo seguinte: assentou-se em uma das cabeceiras da mesa, depois de ter lavado as mãos, só, porque o duque não quis lavar-se ao mesmo tempo por cortesia, apesar de rogado e quase constrangido para o fazer. À qual cortesia de sua alteza corresponderam os nossos prelados, os quais, apesar de convidados e rogados por ele, o deixaram lavar só. Assentou-se o duque ao pé do legado, mas não antes de este estar sentado. Junto ao duque ficou D. Jaime, seu irmão, de idade de dez anos, vestido como o duque, e após ele D. Francisco, de idade de vinte anos, e D. Henrique, de dezoito, de aprazível aspeto e bom porte, filhos do conde de Tentúgal, vestidos com tabardo e....<sup>1239</sup> de pano mesclado á moda soldadesca. Seguiu-se D. Constantino de Bragança, vestido de raxa preta com a cruz da ordem de Cristo ao peito. Do outro lado estavam os nossos prelados, e na extremidade d'uma e da outra parte estavam outros fidalgos e cavaleiros, segundo o grau de cada um. A mesa estava delicadamente ornada e coberta com toalhas de Bretanha.....<sup>1240</sup> e tela da Índia.....<sup>1241</sup>. Os

---

<sup>1238</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, pp. 225-226.

<sup>1239</sup> *Burrichy*, diz o original. O dicionário da Crusca não explica que parte seja do traje, diz só: especie de vestido. (nota de Herculano).

<sup>1240</sup> *Le piegature rare ed singolari*, diz o original. Não sabemos o que isto queira significar, salvo se as toalhas se usavam crespas a ferro, ou piegatura tinha alguma significação hoje obsoleta e esquecida. (nota de Herculano).

<sup>1241</sup> *Rensadi*. Rensa chamam em Itália ao pano de Rennes. (nota de Herculano).

manjares eram abundantíssimos e sumptuosíssimos, mas postos desordenadamente, pouco lautos ou esquisitos, e na maior parte pouco agradáveis ao paladar, porque lhes deitavam á toa e em todos grande quantidade de açúcar, canela, especiarias, e gemas d'ovos cozidos, ao mesmo tempo que lhes faltavam os molhos, temperos, etc. Todavia nenhum havia aí que fosse extravagante, ou desusado em Itália, constando de salvaginas, pavões, perdizes, e boas carnes, entre as quais o capado era excelente, e nada má a vitela. Vieram muitas frutas cobertas que tornaram a polvilhar de açúcar e cobriram com folhado de mel, cousa que parece não ser ordinariamente usada. As cobertas da mesa foram cinco, cada uma de cinco serviços, a fora o último da fruta, confeitos, e doces, com a galanteria de saírem voando perdizes e outros pássaros ao abrir os pastéis. Durou o jantar por espaço de mais de três horas. A cada coberta, que sempre era servida por fidalgos ou cavaleiros, tocavam os atabales, trombetas, e adufes, mais com ruído que com suavidade, posto que os pífaros que faziam acompanhamento tornassem suportável a bulha. Quando o duque bebia, o que fez só duas vezes durante toda a comida, sendo a bebida água pura segundo costumava, vinha esta em um jarro de cristal alto e largo, que ele despejou de todo. Neste ato vinha adiante o mordomo com o bastão na mão, e atrás o mestre-sala com a salva. Dos lados estavam dois criados vestidos de veludo preto e tabardos de pano, e canas nas mãos, chamados porteiros; seguiam-se outros dois do mesmo modo, chamados maceiros, com maças de prata maciça e as armas ducais; e além destes, dois vestidos com sobrevestes, a modo de túnicas de brocado de ouro, cobertas de armas do duque e dos seus, chamados reis d'armas; todos os quais, tendo no meio o escanção com a copa de ouro e com o dito jarro coberto, estavam de joelhos, como fazem sempre aqueles que falam com o duque, e do mesmo modo estava o escanção, tocando entretanto os instrumentos. Repetiu-se esta mesma cerimónia quando o Legado bebeu»<sup>1242</sup>.

Por esta descrição do banquete oferecido pelo mais importante membro da nobreza portuguesa, ao legado e à sua comitiva, e das outras observações que se seguem, nas várias paragens que a comitiva fez, na sua viagem para Lisboa, ficamos a saber que embora os manjares fossem abundantíssimos e sumptuosíssimos, mas um pouco esquisitos, porque tudo polvilhavam com açúcar, canela e outras especiarias, notava a falta de molhos e temperos. Criticava a disposição da comida na mesa, embora tivessem sido servidas cinco cobertas de cinco pratos cada, fora a fruta, os confeitos e os doces, dizendo que a mesa era mal ordenada, e não tão lauta, e abundante, como as que vira em Madrid, porque «esta gente tem pouco jeito para isso»<sup>1243</sup>, por não terem o hábito de se banquetear. Os portugueses tinham boa vontade, escrevia, eram abastados em peças de ouro e prata e servidos por muitos criados, mas as «comidas eram mais grosseiras que

---

<sup>1242</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos*, tomo 6, Lisboa, Viúva Bertrand, 1884, pp. 59-63.

<sup>1243</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos* [...], tomo 6, p. 75.

delicadas; os vinhos fortes; a fruta pouco singular. Quanto ao pão e carne, eram ótimos»<sup>1244</sup>. Dado o número de cobertas e de pratos por cada coberta, as refeições podiam demorar várias horas, como notou o acompanhante do legado, perante a refeição que lhes foi oferecida pelo arcebispo de Évora:

«Costumam estar á mesa duas ou três horas. Cada qual tem o seu copo: a meio jantar mudam-se os guardanapos: os guisados de carne põem-se na mesa já partidos em bocados e cobertos, e tanto n'estes como em outros deitam dentro ovos cosidos, muitas especiarias, e açúcar. Não são lautas as comidas; mas são abundantes, e dizem que a maior parte de elas são usadas pelos mouros. De cada vez não trazem á mesa mais que um manjar, e por isso os jantares duram tanto tempo, o qual entretêm conversando, fazendo saúdes, e oferecendo uns aos outros o que vem á mesa, mostrando-se todos muito alegres»<sup>1245</sup>.

Venturini ficou um pouco desiludido com o jantar público de D. Sebastião, a que assistiu, personagem que achou um pouco arrogante e altivo<sup>1246</sup>. No primeiro dia de estadia do legado em Lisboa, tendo ficado alojado no paço onde o rei D. Sebastião residia, no castelo de S. Jorge, o cardeal Alexandrino jantou só, nos seus aposentos e os prelados e gentis-homens de seu serviço em «publico, numa sala, e em outra maior os gentis-homens dos prelados. Assim os mais criados cada um segundo a sua hierarquia e classe»<sup>1247</sup>. No outro dia, jantou o cardeal em público, mas só na mesa, num estrado de cinco degraus, sentado numa cadeira de veludo carmesim, franjada de ouro, assistindo ao repasto os prelados e grande número de fidalgos portugueses. Em simultâneo, jantava o rei também em público, e sozinho na mesa, na sua sala principal debaixo do dossel, num estrado levantado, e sentado numa cadeira de brocado de ouro:

«Quatro padres jesuítas benzeram a mesa e depois deram graças. O serviço era de ouro: dez os criados que serviam, não mais! As comidas poucas, mal temperadas e grosseiras. Sobre a mesa estava sempre um grande vaso de prata cheio d'agua, do qual se deitava em um jarro, chamado na língua portuguesa, púcaro, do feitio de uma urna antiga, da altura da um palmo, e feito de certo barro vermelho, subtilíssimo e luzidio, que chamam de

---

<sup>1244</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos* [...], tomo 6, p. 84. Numa outra entrada escreveu que almoçaram numa estalagem antes de chegar a Évora, «doces, presunto do melhor que é possível comer-se, capões assados frios, queijo excelente, pão alvíssimo, e ótimos vinhos», o que contradiz um pouco o seu comentário, cf. Alexandre Herculano, *Opúsculos* [...], tomo 6, p. 67.

<sup>1245</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos* [...], tomo 6, p. 71.

<sup>1246</sup> «Mancebo de vinte e oito annos, de boa côr e muito parecido com D. Joanna, princeza de Portugal, sua mãe, e irman d'el-rei catholico. É de estatura mediocre, de olhar e sobreceño algum tanto carregado e altivo.», cf. Alexandre Herculano, *Opúsculos* [...], tomo 6, p. 81.

<sup>1247</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos* [...], tomo 6, p. 84.

barro de Estremoz, pelo qual el-rei bebeu seis vezes. Aí estava também sempre uma salva de prata cheia de guardanapos, que se renovavam cada vez que el-rei bebia ou mudava de prato. Comia depressa, e com a cabeça baixa, com pouca delicadeza. Um pajem posto atrás da cadeira lhe tinha entretanto a espada. Dez estavam de joelhos. Apesar de lhe assistirem muitos fidalgos, nunca disse palavra, nem olhou para nenhum, e levantando-se da mesa, retirou-se para a sua câmara com passos velozes»<sup>1248</sup>.

A refeição solitária do rei, acompanhado de pé por um variável número de cortesãos, enfatizando a majestade e singularidade do seu estado, «refletindo a importância da hierarquia da mesa, considerada desde a Idade Média como um dos mais relevantes da vida da corte, sujeito a uma regulação ritual e a códigos cada vez mais precisos»<sup>1249</sup>.

#### 4.1.7.4. O PESSOAL AFETO AO SERVIÇO À MESA

A seleção de pessoal cuja atividade as aproximava da pessoa régia, era cuidadosa. Fruto de uma rede de privilégios e honrarias que mantinham a nobreza sob controle, os nobres aspiravam à honra de servir, mantendo laços com a família real e com os outros nobres que frequentavam a Corte. Estas funções não eram remuneradas no sentido do recebimento de um salário, tipo de pagamento reservado àqueles que exerciam tarefas auxiliares na administração e nos serviços braçais ligados ao paço. Os oficiais de maior importância eram retribuídos pelos seus serviços com tenças ou mercês, as quais elevavam o estatuto dos seus detentores, tenças essas que muitas vezes se transformavam em objeto transmissível hereditariamente, quando não o próprio cargo. Nas várias funções relacionadas com o serviço da mesa do rei<sup>1250</sup>, o cuidado na escolha era redobrado. Várias podiam ser as situações em que a vida do rei podia ser colocada em perigo. O trinchante encontrava-se em frente ao rei, manipulando instrumentos de corte. O vedor, como provador da comida que seria servida ao rei, teria que se assegurar, provando, e fazer confiança que a comida estava «salva» de veneno ou peçonha. o mesmo para o copeiro-mor, ao provar a bebida. Todos estes cargos requeriam pessoas de qualidade e confiança,

---

<sup>1248</sup> Alexandre Herculano, *Opúsculos* [...], tomo 6, pp. 88-89.

<sup>1249</sup> Ana Isabel Buescu *Na Corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Estudos sobre o século XVI, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 109.

<sup>1250</sup> Os chamados «ofícios de boca», nominação pouco usada em Portugal, mas extensamente em França e Espanha, cf. Ana Marques Pereira, ««Ofícios de boca» na Casa Real Portuguesa (séculos XVII e XVIII)», *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)* [...], pp. 82-99, que desenvolve os vários ofícios de serviço à mesa.



pois o risco de envenenamento estava sempre presente. Por norma, eram oriundas de uma pequena fidalguia distinguida pelo rei, ou que já alcançara um estatuto em que o cargo era transmitido por via hereditária. Já nas *Siete Partidas*, Afonso X igualava aqueles que davam de comer e de beber ao rei com os que guardavam a sua vida e a sua saúde, pois estes não o poderiam guardar se aqueles que tratavam do comer não o quisessem fazer. Mais uma vez a questão do envenenamento. Definindo o tipo de oficiais que deviam servir as refeições ao rei, fá-lo caracterizando sete itens que estes oficiais deveriam possuir. Como primeiro item, que fossem de boa linhagem, porque se o fossem sempre se coibiriam de fazer coisas que pusessem em causa o bom nome da sua casa; em segundo lugar, que fossem leais, pois se o não fossem grandes perigos podiam correr os seus soberanos; terceiro, que fossem conhecedores do cargo que desempenhavam, para que soubessem fazer bem as coisas que pertenciam ao seu ofício; quarto item, que tivessem bom siso, para que soubessem reconhecer o bem que o rei lhes fizesse, e que o cargo «não lhes subisse à cabeça»; em quinto lugar, que não fossem cobiçosos, pois a cobiça é a raiz de todo o mal; sexto, que não fossem invejosos, de inveja ruim, porque se o fossem podia ser que se movessem por ela e perderiam importância; em sétimo e último lugar, que não fossem coléricos, pois a ira faz perder o siso ao homem, o que era de grande inconveniente para quem tais cargos tivesse<sup>1251</sup>.

#### 4.1.7.4.1. TRINCHANTE

O ofício de trinchante era de grande importância, tanto do ponto de vista prático como simbólico. Prático, porque a função essencial do trinchante era selecionar e cortar as carnes, peixe e a fruta que o rei escolhesse comer, ou aquelas que ele considerasse mais apropriados para o seu senhor, escolhendo os melhores pedaços, cortando-os de forma a que fosse facilmente manuseada e ingerida, numa época em que os garfos eram um objeto ainda pouco divulgado<sup>1252</sup>. Simbólico, porque o trinchante teria que ser alguém de confiança, garantindo a não adulteração do produto que servia ao rei, quando o risco de envenenamento era uma preocupação constante, e porque manipulava objetos cortantes na proximidade do monarca. Como dito *supra*, as iguarias eram colocadas ao alcance do

---

<sup>1251</sup> *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio*, cotejadas com vários códices antigos por La Real Academia de la historia, tomo II, partida segunda e tercera, Madrid, Imprenta Real, 1807, pp. 67-68.

<sup>1252</sup> Em Inglaterra o seu uso só se generaliza cerca de 1750, cf. Ana Isabel Buescu, *Na Corte dos reis de Portugal* [...], nota 140, p. 109.

trinchante, sem que este tocasse na mesa, que as cortava e as dispunha nos pratinhos, que o manteeiro colocava junto ao rei, conjuntamente com um guardanapo. A apresentação da fruta que estava sobre a mesa competia ao trinchante, ao passo que a fruta, trazida pelo servidor da toalha, era entregue ao vedor, que devia fazer a sua prova. Só depois este as entregava ao trinchante, que as trinchava e as apresentava ao rei. Além da exigente arte de trinchar, outras funções cabiam ao trinchante. Embora a apresentação da água às mãos do rei fosse feita pelo vedor, competia ao trinchante dar a água às mãos do rei, depois de ter recebido a salva e o gomil que lhe entregara o manteeiro. Após a refeição, repetia-se esta cerimónia. A posição do trinchante à mesa mostrava bem a sua importância. O seu lugar era em pé, à frente do assento do rei. À sua direita, situava-se o vedor, ou o uchão nos dias ordinários, e ao lado deste o servidor da toalha. Do lado esquerdo do trinchante ficava o manteeiro, que retirava os pratos depois do rei se servir.

O número de trinchantes, que até ao reinado de D. João III era de apenas um, subiu para dois, e no reinado de D. João IV para três<sup>1253</sup>. Luís Caetano de Lima, escreveu que a função de trinchar já existia desde o princípio da monarquia portuguesa, sendo desempenhada pelos vedores, que irão assumindo outras funções e vão sendo criados ofícios mais específicos à medida que o cerimonial se vai enriquecendo. Para reinados mais próximos do que estamos a tratar, tem-se conhecimento da existência de João de Sousa Falcão<sup>1254</sup>, que exerceu o cargo no reinado de D. Afonso V, com atividade em 1473, quando o rei lhe doa a metade dos bens e da armação da caravela, que foi para o Cabo de Gué, bem como do seu resgate que pertenciam a André Afonso, que os perdera por ter levado uma caravela e mercadorias para o dito cabo sem licença régia<sup>1255</sup> e, em 1475, com a doação de todas as rendas e direitos da cidade da Guarda, e que à sua morte o «seu filho mais velho as possa receber»<sup>1256</sup>. Lopo da Cunha foi o trinchante de D. João II<sup>1257</sup>, e comendador de Santiago<sup>1258</sup>. D. Manuel I irá manter o trinchante que já o acompanhava desde que ele era duque, recebendo uma tença no valor de 25.000 reais, que lhe foi confirmada em 1497<sup>1259</sup>. Este trinchante, João Lopes de Sequeira<sup>1260</sup>, fidalgo da casa real, irá receber no mesmo ano, outra tença, esta no valor de 5.000 reais

---

<sup>1253</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno* [...], tomo I, parte I e II, p. 428.

<sup>1254</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XIII, p. 78.

<sup>1255</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 218 (Óbidos, 20/10/1473).

<sup>1256</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 2 (Toro, 15/01/1475).

<sup>1257</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo IX, p. 157.

<sup>1258</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCXIII, p. 285.

<sup>1259</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 91v (Évora, 05/05/1497).

<sup>1260</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXV, p. 163.

brancos<sup>1261</sup>. O seu percurso ao serviço régio irá continuar depois de ter trespasado o cargo de trinchante, «por aprazer a el-rei», a João da Silveira e a Pedro de Mendonça<sup>1262</sup>. Em 1504, é vereador da câmara de Lisboa<sup>1263</sup>, e em 1505, começa a erguer a fortaleza de Santa Cruz do Cabo do Gué, que irá vender ao próprio rei em 1513<sup>1264</sup>. João da Silveira, receberia com o vencimento anual de 6.000 reais de vestiaria e as iguarias pertencentes ao ofício. Em 1511, passou a receber a tença anual de 20.000 reais que nele trespasou João de Faria, que foi alcaide-mor de Portel, que os tinha em satisfação da judiaria dessa vila<sup>1265</sup>. Ainda exercia o cargo em 1521, como se comprova por um registo da chancelaria em seu nome, no qual lhe foi atribuída a soma de 200.250 reais cada ano<sup>1266</sup>. Um outro registo da chancelaria dá-nos conta da existência um outro cargo de apoio à refeição régia, o de um servidor do cutelo, para que foi nomeado Fernão de Miranda, fidalgo da casa do rei<sup>1267</sup>.

#### 4.1.7.4.2. COPEIRO-MOR

O ofício de copeiro-mor era um dos que maior importância tinha no cerimonial régio da refeição, garantindo a inviolabilidade do líquido que o rei ingeria, que nos exemplos analisados se resume a água. Viterbo, no seu *Elucidário*, refere que o que deitava vinho na copa e a oferecia ao príncipe, era chamado de escanção, sendo este um nome com origem na baixa latinidade, *scancio*, *scancius* e *scancionarius*, tendo por significado o que lança o vinho no copo e que a *scançaria* seria a casa em que se distribuía vinho no palácio do príncipe<sup>1268</sup>. João Bautista de Castro no *Mapa de Portugal*<sup>1269</sup>, sumariza o indicado no artigo LXV, do *Regimento dos Ofícios da Casa real del-Rei D. João IV*, que é um ritual bastante elaborado, onde se reflete já uma absorção do que era praticado noutras cortes. Quando o rei fazia sinal ao copeiro-mor, este ia buscar o púcaro à sala onde estava colocada a copa, este era-lhe entregue pelo copeiro pequeno, que lhe entregava também a salva, retornava à mesa, com o púcaro na mão direita e a salva na esquerda, precedido pelo copeiro pequeno e dois porteiros da casa transportando as suas

<sup>1261</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 65v (Estremoz, 27/09/1497).

<sup>1262</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 7v (Sintra, 20/09/1502).

<sup>1263</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 23v (Lisboa, 01/08/1504).

<sup>1264</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 11v (Évora, 25/01/1513).

<sup>1265</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 21v/22 (Almeirim, 07/02/1511).

<sup>1266</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 81, Lisboa (08/05/1521).

<sup>1267</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 86/86v (Lisboa, 12/03/1496).

<sup>1268</sup> Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário* [...], vol. II, p. 228.

<sup>1269</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno* [...], tomo I, parte I e II, p. 429.

canas. O porteiro pequeno, de joelhos, tirava a tampa do púcaro e mostrava-a com o braço estendido, o copeiro-mor, também de joelhos, deitava algum líquido na salva e provava-o, após o que dava o púcaro ao rei, com a salva por baixo, que dele bebia. Terminando, o copeiro pequeno tapava o púcaro e levava-o para a copa, e o copeiro-mor, fazendo vénia e dando três passos atrás, retornava ao seu lugar, na mão esquerda da sala, juntamente com os oficiais, mas em lugar que pudesse ver quando o rei lhe pedisse de beber. Se compararmos com a forma como D. João II ou D. Sebastião eram servidos, somos levados a admitir uma maior elaboração na ritualização do ato de servir a bebida.

D. Luís Caetano de Lima, na sua *Geografia Histórica*<sup>1270</sup>, defende que o primeiro copeiro-mor com essa função, remonta ao reinado de D. Afonso IV, na pessoa de Fernão Gonçalves Cogominho, que teria o cargo de escanção. Para épocas mais chegadas, no reinado de D. Afonso V temos vários a exercer o cargo de copeiro-mor: João de Melo, que o exerce entre 1444<sup>1271</sup> e 1463<sup>1272</sup>, data em que é nomeado Martim Afonso de Melo, do qual ainda se tem notícia no cargo em 1472<sup>1273</sup>. No reinado de D. João II, é Fernão de Lima, senhor de Castro Daire e alcaide-mor de Guimarães que passa a exercer a função em junho de 1484<sup>1274</sup>. Ainda seria vivo em março de 1490<sup>1275</sup>, sendo posteriormente substituído por Lourenço de Brito<sup>1276</sup>, fidalgo da casa real e comendador de Castelo Novo, que irá manter o lugar, os foros e direitos dos copeiros mor e a tença de 6.000 reais<sup>1277</sup>. Filho de Artur de Brito, alcaide-mor de Beja, e da sua segunda mulher, D. Catarina de Almada, filha de João Vaz de Almada, vedor da casa de D. Afonso V, foi comendador da Ordem de Cristo<sup>1278</sup> em Segura e Salvaterra, tendo acompanhado D. Manuel I na comitiva que se deslocou a Castela e Aragão para o jurar príncipe herdeiro<sup>1279</sup>. Foi como capitão

---

<sup>1270</sup> D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, pp. 402-407.

<sup>1271</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 82v (Sintra, 10/07/1444).

<sup>1272</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 31v (Sacavém, 01/03/1463).

<sup>1273</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 16 (Santarém, 01/05/1472).

<sup>1274</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 23, fl. 139v (Santarém, 09/06/1484).

<sup>1275</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 28v (Évora, 09/03/1490). Braamcamp Freire lança a hipótese de ter sido envenenado com a mesma peçonha que D. João II, morrendo pouco tempo antes dele, «inchado e soluto» como o rei. Na mesma altura morreram o copeiro pequeno, Estevão de Sequeira, e um homem da copa, Afonso Fidalgo, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, nota 2, p. 94, hipótese já antes defendida por Garcia de Resende, cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXXVIV, p. 188.

<sup>1276</sup> Dados genealógicos baseados em Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo VII, pp. 73-74. Cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo IV, vol. I, p. 249. Cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], p.137.

<sup>1277</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 19v (Évora, 08/11/1497).

<sup>1278</sup> Dos que não casavam, frisou Alão de Morais, cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo IV, vol. I, p. 249.

<sup>1279</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVI, p. 58.

de uma nau, na armada que partiu de Lisboa a 25 de março de 1505<sup>1280</sup>, cujo capitania-mor foi entregue a D. Francisco de Almeida primeiro governador da Índia. Feita em pedra a fortaleza de Cananor, a que se deu o nome de São Ângelo<sup>1281</sup>, foi o copeiro-mor o seu primeiro capitão. Voltando ao reino em 1510, morreu chacinado na aguada de Saldanha, como no-lo descreveu Damião de Góis<sup>1282</sup>. Para o substituir no ofício de copeiro-mor, foi feita mercê a Jorge de Brito, fidalgo do rei e seu irmão, com todos os «próis e percalços e interesses a ele ordenados», menos o da vestiaria, os quais lhe seriam dados com o hábito de Cristo<sup>1283</sup>. Com este hábito teve as comendas antes dadas a seu irmão. Foi casado com D. Violante Pereira, filha de Martim Vaz Pacheco de Castelo Branco. Partiu para a Índia a 9 de abril de 1514, ao comando de uma armada com cinco naus<sup>1284</sup>, e morreu na Índia, sendo capitão de Malaca<sup>1285</sup>. D. Luís Caetano de Lima, na sua *Geografia Histórica*, afirma que o filho, Artur de Brito, casado com D. Francisca Henriques, união de que não houve descendência, teve o ofício de copeiro-mor de D. Manuel I e o manteve no início do reinado de D. João III, até à sua morte<sup>1286</sup>, tendo o ofício passado para D. Garcia de Albuquerque, ofício que exercera na casa do príncipe D. João<sup>1287</sup>.

Para além deste cargo de grande confiança, temos registo de um copeiro pequeno, que é nomeado em 1500, para ocupar o cargo vago pela morte do pai, Pedro Lobão, com direito à «vestiaria, próis e interesses que respeitantes ao ofício»<sup>1288</sup>, que era escolhido pelo copeiro-mor para ocupar o seu lugar, como era da sua competência escolher os homens da copa.

---

<sup>1280</sup> *Memórias das Armadas das Índias. 1487-1650*, organização, introdução e notas de João C. Reis, Macau, Edições Mar-Oceano, 1990, p. 110.

<sup>1281</sup> Sobre a construção da fortaleza de Cananor, ver, André Teixeira, *Fortalezas do Estado Português da Índia. Arquitectura militar na construção do império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, pp. 82-91.

<sup>1282</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte II cap. XLIV, pp. 148-153.

<sup>1283</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 15v (Almeirim, 24/01/1511).

<sup>1284</sup> *Memórias das Armadas das Índias. 1487-1650* [...], p. 134. Existe uma discrepância entre o nome do capitão-mor citado nestas Memórias – Cristóvão de Brito, e aquele referido por Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. LXVI, p. 246.

<sup>1285</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXVII, pp.178-179.

<sup>1286</sup> D. Francisca Henriques irá casar, em segundas núpcias de ambos, com D. Manuel Pereira, 2.º conde da Feira, e por morte deste com Pedro Barreto.

<sup>1287</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 48 (Lisboa, 29/04/1511).

<sup>1288</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 35 (Lisboa, 16/07/1500).

#### 4.1.7.4.3. SERVIDOR DA TOALHA

Tendo por função principal acompanhar as iguarias provenientes da cozinha, dispondo-as na mesa e servir o trinchante com os pratos onde este colocava a comida que seria servida ao rei, vários foram os servidores da toalha que entraram ao serviço da casa real. Logo no início do reinado é nomeado o escudeiro Diogo Neto para esse ofício<sup>1289</sup>. Álvaro de Matos, cavaleiro da casa real, é reconduzido no cargo, com as iguarias e os foros de que já usufruía e uma vestimenta de 6.000 reais<sup>1290</sup>. A Gil Moreira<sup>1291</sup>, escudeiro, e a Rui Lourenço<sup>1292</sup>, moço da câmara do rei, foi feita mercê do cargo, em 1501, recebendo o que a tal ofício respeitava. Tomás de Barros<sup>1293</sup>, cavaleiro da casa real, foi nomeado, em 1506, servidor da toalha, substituindo Gonçalo Rodrigues, que falecera. Dois anos mais tarde, entrou para o cargo Diogo Dias<sup>1294</sup>, escudeiro. Nos anos de 1515, 1516 e 1517, encontramos novas nomeações. As de Pedro Lopes<sup>1295</sup>, Henrique Fernandes de Azevedo<sup>1296</sup>, e Paio Rodrigues<sup>1297</sup>, todos cavaleiros da casa real. As regalias e o ordenado mantiveram-se ao longo do reinado. Pode ter sido esse o motivo para Francisco Dias, cavaleiro da casa real e servidor da toalha, ter mudado de ofício e ser nomeado escrivão da casa da Guiné, com mantimento anual de 30.000 reais e um escravo<sup>1298</sup>.

#### 4.1.7.4.4. MESTRE-SALA

Entre as suas atribuições de dirigir o cerimonial na corte, a ação do mestre-sala nas refeições régias era notada quando eram realizadas grandes festas reais. Nessas, participava no cortejo das iguarias proveniente da cozinha<sup>1299</sup>, e competia-lhe orientar os titulares, os oficiais da casa e os fidalgos com direito a estarem presentes, zelando para que estivessem nas posições correspondentes ao seu estatuto<sup>1300</sup>.

---

<sup>1289</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 85v (Montemor-o-Novo, 02/12/1495).

<sup>1290</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 103v (Lisboa, 22/12/1498).

<sup>1291</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 65 (Lisboa, 10/12/1501).

<sup>1292</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 42 (Lisboa, 09/09/1501).

<sup>1293</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 15v (Coimbra, 20/07/1506).

<sup>1294</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 36v/37 (Sintra, 13/07/1508).

<sup>1295</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 73v (Lisboa, 09/06/1515).

<sup>1296</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 120v (Lisboa, 28/09/1516).

<sup>1297</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 138v (Lisboa, 04/12/1517).

<sup>1298</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 25v (Lisboa, 02/04/1517).

<sup>1299</sup> João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, tomo I, parte I e II [...], p. 428.

<sup>1300</sup> Ana Marques Pereira, ««Ofícios de boca» na Casa Real Portuguesa (séculos XVII e XVIII)», *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)* [...], p. 93.

É na segunda dinastia que se tem notícia dos primeiros mestre-sala em Portugal, fruto da criação de alguns cargos na corte por influência inglesa. No reinado de D. João I, Diogo Álvares Pais<sup>1301</sup>, que esteve com o rei na tomada de Ceuta, é o primeiro a desempenhar o ofício, que continua no reinado seguinte. Do seu casamento com Inês Álvares nasceu Luís Álvares Pais, que manteve o ofício de seu pai, exercendo-o no reinado de D. Afonso V, com atividade entre 1439<sup>1302</sup> e 1475<sup>1303</sup>, data em que D. Afonso V doa a D. Teresa Albuquerque, sua viúva, uma tença anual de 10.000 reais brancos. Esta senhora foi filha de Gonçalo Vaz de Melo, senhor da Castanheira e Povos, e de Isabel de Albuquerque. Do casamento de Luís Álvares nasceu Gonçalo Vaz de Melo, que manteve o ofício do pai, exercendo-o nos reinados de D. Afonso V e D. João II<sup>1304</sup>, tendo casado com Inês de Brito, filha de Mem de Brito, senhor dos morgados de S. Lourenço e Santo Estevão, e Guiomar de Melo. Seu filho, Jorge de Melo, o *Bochechas*, foi mestre-sala de D. João II, da rainha D. Leonor, como está registado no Livro de Tenças de 1522<sup>1305</sup>, e de D. Manuel I, que confirmou o padrão de 80.000 reais que D. João II lhe concedera, em satisfação da renda de serviço velho e novo da judiaria de Setúbal<sup>1306</sup>. Em 1504, recebeu uma tença de 30.000 reais em consideração dos muitos serviços prestados a D. João II<sup>1307</sup>, que irá vender em 1521 a D. Violante Jácome, viúva de D. Afonso de Noronha<sup>1308</sup>. Em 1518, está registado no *Livro de Moradias* de D. Manuel I, mas já não exerce o cargo<sup>1309</sup>, sendo este exercido por seu genro, D. Álvaro de Abranches, desde, pelo menos, 1513<sup>1310</sup>, neto de D. Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches, morto na batalha de Alfarrobeira, combatendo ao lado do infante D. Pedro. Filho de D. João de Abranches, o primeiro a usar este apelido para fugir ao opróbrio do nome Vaz de Almada, e de D. Mécia da Cunha<sup>1311</sup>. Fidalgo da casa real, capitão de Azamor, comendador da Ordem de Cristo de S. Tiago de Beja, pertenceu ao conselho de D. Manuel I e foi seu mestre-sala. Em 1513,

---

<sup>1301</sup> Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo III, vol. I, pp. 41-44.

<sup>1302</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 84v (Lisboa, 20/02/1439).

<sup>1303</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 70 (Arronches, 11/05/1475).

<sup>1304</sup> Está registado no Livro de Moradias de D. João II, em 1484, cf. António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 177.

<sup>1305</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 103.

<sup>1306</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 44v (Lisboa, 06/02/1498). Esta renda fora dada a Luís Álvares, por carta de D. Duarte de 6 de setembro de 1434, e confirmada por D. Afonso V em 1439, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 17 (Lisboa, 01/08/1439).

<sup>1307</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 3v (Lisboa, 07/02/1503).

<sup>1308</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 60 (Lisboa, 17/04/1521).

<sup>1309</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 353.

<sup>1310</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 36v (Évora, 12/01/1513).

<sup>1311</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo II, pp. 35-47. Cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo III, vol. II, pp. 7-22.

teve a mercê da tença anual de 30.000 reais<sup>1312</sup>, ano em que vendeu umas casas ao conde de Penela, D. João de Vasconcelos e de Meneses, sobrinho do rei, transformando essa venda numa tença e num morgado<sup>1313</sup>. No seu casamento com a filha de Jorge de Melo, D. Joana de Melo, recebeu o trespasse de uma tença no valor de 20.000 reais, que fora dada por D. Manuel I ao seu anterior mestre-sala<sup>1314</sup>. Ainda exercia o cargo em 1519, ano em que vendeu 10.000 reais, da sua tença de 30.000 reais, a D. Francisco, filho do barão de Alvito, à condição de «retro-vendendo»<sup>1315</sup>. No Livro de Tenças de 1522 está registado como recebedor de uma tença no valor de 20.000 reais pelo seu casamento, de uma mercê valendo outro tanto, 30.000 reais trespasados pelo sogro, 50.000 reais de ordenado e uma tença de juro paga pelo conde de Penela de 17.800<sup>1316</sup>. Não está na lista de moradores em 1518, mas ainda exerce o ofício em agosto de 1520, como consta de uma provisão de D. Manuel I para se pagar ao mestre-sala D. Álvaro de Abranches 20.000 réis de tença<sup>1317</sup>, ofício que, de acordo com Luiz Caetano de Lima<sup>1318</sup>, será comprado por D. Manuel I pela quantia de 700.000 reais. Alão de Moraes informa-nos que D. Álvaro de Abranches foi muito cortesão e muito engraçado, e prova disso são as várias histórias que nos ficaram onde ele é protagonista, que revelam essas características<sup>1319</sup>:

«Servindo D. Álvaro a capitania, mandaram de Azamor capítulos ásperos dele a el-rei, por razões dos quais o mandou vir à corte, na qual, andando muitos dias sem o rei querer ouvir, ao fim alcançou por meio de um seu privado que se lessem os capítulos diante dele. E, sendo para isso chamado, começou o chanceler-mor a ler os capítulos diante de el-rei; e um dos primeiros era que D. Álvaro dormira com uma moura. E, posto que este capítulo e alguns outros lhe foram assacados com malícia, por azedarem a el-rei e o provocarem a lhe tirar a capitania, porque era de condição muito áspera com os moradores, determinou-se D. Álvaro em forrar o tempo que podia gastar em os contrariar. E, tanto que se acabou de ler o capítulo da moura, que el-rei pôs os olhos nele, disse D. Álvaro a el-rei:

- E Vossa Alteza viu os olhos dessa perra?»<sup>1320</sup>.

<sup>1312</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 36v (Évora, 12/01/1513).

<sup>1313</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 21v (Évora, 28/01/1513). Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 63/63v (Évora, 02/03/1513).

<sup>1314</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 152 (Lisboa, 26/10/1514).

<sup>1315</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 20 (Évora, 20/12/1519).

<sup>1316</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 84.

<sup>1317</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 91, n.º 85 (29/08/1520).

<sup>1318</sup> D. Luiz Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, p. 472.

<sup>1319</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], pp. 124-128.

<sup>1320</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 125. Os problemas com a moura foram também motivo de conflito com a mulher e os filhos.



#### 4.1.7.4.5. MANTEEIRO

Durante o seu reinado, D. Manuel I teve ao seu serviço vários manteeiros. Rui Figueira (ou Figueiredo), fidalgo da sua casa, que, em 1505, obteve a mercê das saboarias do almoxarifado de Portalegre, as quais vagaram por falecimento de Gonçalo Vaz de Castelbranco<sup>1321</sup>. Em janeiro de 1508, foi procurador de Leonel Rodrigues num concerto das rendas das saboarias pretas, localizadas em Torres Novas, Soure, Pombal, Alcanede e Alcobaça, feito com D. Diogo Lobo, barão de Alvito<sup>1322</sup>. Em 1514, D. Manuel I mandou o recebedor do seu tesouro dar-lhe 6.626 réis<sup>1323</sup>. Vasco Anes Corte Real, vedor da casa real e do concelho do rei envia-lhe vários mandados. Em 1512, para que entregue ao almoxarife do hospital de Todos-os-Santos de Lisboa toda a roupa velha e desnecessária que houvesse na mantearia<sup>1324</sup>. Em 1514, para entregar toda a prata e roupa que tivesse em seu poder a Rui Leite, recebedor do tesouro real<sup>1325</sup> e toda a roupa velha, pertencente à mantearia, ao almoxarife do Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa<sup>1326</sup>. Já no reinado de D. João III, foi substituído por Diogo Figueira, como se depreende de um mandado datado de outubro de 1524, pelo qual Vasco Anes Corte Real, vedor de D. João III, lhe manda entregar toda a roupa pertencente à mantearia real<sup>1327</sup>, ao seu sucessor Diogo Figueira, que já exercia o ofício na mantearia desde, pelo menos, setembro de 1514<sup>1328</sup>.

---

<sup>1321</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 20, fl. 12 (Almeirim, 15/05/1505).

<sup>1322</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 18/19v (Lisboa, 03/03/1514).

<sup>1323</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 48, n.º 40 (12/06/1514).

<sup>1324</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 35, n.º 22 (25/10/1512).

<sup>1325</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 51, n.º 107 (20/09/1514).

<sup>1326</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 52, n.º 194 (04/11/1514).

<sup>1327</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 120, n.º 144 (31/10/1524).

<sup>1328</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 51, n.º 106 (20/09/1514).

## 5. A GUARDA REAL

Remonta à antiguidade a existência de grupos de homens armados cuja finalidade era garantir a segurança da pessoa real. Podemos considerar a sua génese dentro de um processo de consolidação do poder, no qual, como ação inicial, procediam à escolta e proteção do monarca em teatro de guerra. Com o decorrer do tempo e a diminuição das ações militares em que o rei participava, estes corpos especiais adquiriram uma função de maior simbolismo e representação, não descurando o objetivo para que foram criados. Para o período em estudo, vamos encontrar por um lado, o modelo militar, em que a unidade de guarda, os ginetes do rei, servia basicamente de tropa de elite, escoltando o rei, participando em ocasiões cerimoniais e guardando o exterior das instalações onde o rei se aposentava. Por outro lado, temos a guarda real, ou da câmara, composta por um reduzido número de elementos, cuja função era velar pela segurança do monarca no interior da residência, participar nas cerimónias protocolares e sem atributos militares fora da esfera da corte<sup>1329</sup>. A qualquer destes corpos era exigida absoluta fidelidade à pessoa do monarca e à sua família.

Os ginetes do rei foram um corpo de cavalaria ligeira, integrado na milícia<sup>1330</sup>, destinado a executar operações de guerra para as quais se exigia rapidez e grande facilidade de movimentos, contrastando o seu equipamento, defensivo e ofensivo, porque mais reduzido, com o da chamada cavalaria pesada, mais couraçada, com armaduras de ferro. Estes cavaleiros, equipados com cotas, barretas e braçais, portadores de lanças e espadas, montavam de uma forma diferente, à *gineta*, que não era mais do que ter uma posição sobre o cavalo mais dianteira, em que os estribos eram subidos de forma a que as esporas tocavam na parte superior da barriga do cavalo. Este posicionamento no cavalo, associado ao uso de equipamento mais reduzido e mais leve, permitia que estes grupos de cavaleiros se movimentassem no campo de batalha de forma mais rápida, atacando e recuando com mais ligeireza que a cavalaria tradicional. A utilização destes destacamentos a cavalo foram prática corrente na Península Ibérica, tendo em conta o adversário que defrontavam, cuja prática de combate também se caracterizava pela utilização de cavalaria ligeira. Fernão Lopes, na sua *Crónica de D. Pedro*, refere a

---

<sup>1329</sup> João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal, nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 29.

<sup>1330</sup> Augusto Cardoso Pinto, *Catálogo dos capitães-mores dos ginetes e dos capitães da guarda del rei*, Lisboa, Revista Miscelânea, 1932, p.14. Cf. Luís Miguel Duarte, «1449-1495: o triunfo da pólvora», *Nova história militar de Portugal*, pp. 347-391, [...], vol. I, pp. 350-351.

participação deste tipo de cavalaria na entrada em Aragão do rei D. Pedro de Castela «em guisa que eram sete mil de cavallo e dous mil genetes e muita gente de pee»<sup>1331</sup>, mas é na *Crónica de D. Fernando*, do mesmo autor, que constatamos a existência na milícia portuguesa destes elementos, «e pagavom de solldo ao de cavallo tari com faca armado aa guisa, trinta solldos por dia, que eram oito dobras por mês, e ao genete vinte, que eram por mês cinco dobras, e ao de cavallo sem faca quinze soldos. Armado aa guisa chamavom estonce, assi de pee come de cavallo, quallquer que era compridamente armado, sem lhe falecendo nêhũa cousa»<sup>1332</sup>, realçando que a menor quantia paga ao cavaleiro de ginete, refletia a menor quantidade de armamento necessário para este. Fernão Lopes, ao descrever a batalha de Aljubarrota, revela-nos uma outra faceta da utilização do corpo de ginetes no campo de batalha, não tão nobre como o combate propriamente dito, no qual, segundo as fontes, intervieram 2.000 ginetes do lado castelhano. Escreve o cronista:

«E amte que as batalhas comecasẽ de juntar alguũs homẽes de pee portugueses, ata trinta, com medo e fraqueza de coração, saíraõ se damtre a carriagẽ homde foraõ postos cõ outros em guoarda dela, pero fugir pera Porto de Mos; e os genetes de Castela que amdavaõ derrador da carriagẽ viramnos sayr e seguiraõ nos. E eles, cuidamdo de escapar, acolheraõ se a huũs vales cubertos de silvas e aly os mataraõ como porcos a calccada, quue naõ escapouu nenhũ, a qual cousa costramgeo aos outros daquela parte a cobrar esforço e nnaõ fogir»<sup>1333</sup>.

E mais tarde, já com a batalha praticamente terminada, tentaram amiúde os castelhanos entrar na carriagem portuguesa, que se encontrava na retaguarda do dispositivo da batalha, guardada por muitos homens a pé e por besteiros, tendo sido por estes rechaçados. A grande manobrabilidade de pequenos grupos de ginetes permitia-lhes atacar pela retaguarda, perseguir pequenos núcleos isolados de combatentes opositores ou realizar prospeção no terreno por onde a hoste se deslocava, para além de serem um dos corpos de ataque nos exércitos ibéricos. Restabelecida a paz, encontramos os ginetes a serem utilizados pela milícia portuguesa nas campanhas do norte de África. Na primeira tentativa de conquista de Tânger, em 1437, Rui de Sousa, sobrinho do mestre de Cristo,

---

<sup>1331</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi, 2ª edição revista, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, cap. XIX, p. 92.

<sup>1332</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, edição crítica por Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, cap. XXXVI, pp. 119-120.

<sup>1333</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I* [...], vol. II, cap. XLI, p. 104.

Lopo Dias de Sousa, e seu filho Gonçalo Rodrigues de Sousa, comandavam trezentos ginetes que seguiam na frente da hoste do infante D. Henrique, desbravando caminho<sup>1334</sup> até chegarem a Tânger, onde o infante assentou arraial, aguardando pela frota que transportava o infante D. Fernando. Pelo número de cavaleiros envolvidos, mais que uma força exploradora, encontramos-nos perante uma força dissuasora, que caso encontrassem oposição armada no caminho, estava preparada para a escaramuça. Tomar contacto com o inimigo e caso as condições das forças em presença o permitissem, partir para a escaramuça. Bastas vezes a força numérica pendia para o lado muçulmano, mas tal não obstava a que os portugueses se aventurassem no combate, foi o que aconteceu numa das saídas, durante o cerco de Tânger, em que participou Gonçalo Rodrigues de Sousa, que acompanhando D. Álvaro de Castro, com setenta homens a cavalo, enfrentaram quinhentos mouros de cavalo e muitos de pé, matando quarenta, refugiando-se de seguida no arraial, quando foram perseguidos pela força numericamente superior<sup>1335</sup>.

Ao corpo de ginetes pertencia ainda ir à forragem para o gado<sup>1336</sup>, o que não era isento de perigo, pois não era raro encontrarem forças muçulmanas e terem que travar combate, ou bater em retirada, caso as forças inimigas fossem em número bastante superior. Outra das suas incumbências consistia em «ir tomar língua»<sup>1337</sup>, ou seja, capturar alguém natural da região para obter informações a respeito das posições, efetivos e outros dados que pudessem ajudar os portugueses no combate ou na defesa das suas fortalezas em terras marroquinas. Augusto Cardoso Pinto considera que a expansão portuguesa no norte de África veio permitir à cavalaria de ginetes crescer em importância e utilidade, dadas as condições especiais no combate, tendo por teatro de guerra uma região cujo clima não consentia em grande parte do ano o uso de equipamento e armas muito pesado, e em que o sucesso consistia na execução de escaramuças atacando um determinado ponto, com rapidez e ferocidade, causando mortos ou fazendo prisioneiros e saqueando o que pudessem, antes que o local atacado recebesse socorro, recuando com o espólio para as suas posições fortificadas<sup>1338</sup>. A experiência acumulada fará com que tenham um papel importante na hoste portuguesa que se deslocou a Toro. De acordo com

---

<sup>1334</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Duarte», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XXIII, p. 541.

<sup>1335</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Duarte», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XXVI, p. 545.

<sup>1336</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Duarte», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XXVI, p. 544.

<sup>1337</sup> Augusto Cardoso Pinto, *Catálogo dos capitães-mores dos ginetes e dos capitães da guarda del rei* [...], p. 13.

<sup>1338</sup> Augusto Cardoso Pinto, *Catálogo dos capitães-mores dos ginetes e dos capitães da guarda del rei* [...], pp. 14-15.

a descrição de Rui de Pina sobre a ordenança da hoste e batalhas do rei D. Afonso V<sup>1339</sup>, na frente seguia Diogo de Barros, adail-mor, com alguns ginetes como batedores, secundado do marechal D. Fernando Coutinho, com guias e outros homens cuja função era arranjar o local mais apropriado para montar o arraial. Atrás destes homens seguia o capitão dos ginetes do rei na batalha, Vasco Martins de Sousa Chichorro, logo seguido do conde de Penamacor, Lopo de Albuquerque, capitão da vanguarda real. A carriagem vinha protegida entre a vanguarda e a batalha real, com suas bandeiras reais, onde se encontrava o monarca, que por vezes, acompanhado de alguns ginetes verificava pessoalmente a boa ordem dos vários corpos das tropas<sup>1340</sup>. Nestas inspeções o monarca era acompanhado, para além do corpo de ginetes, por um pajem que transportava o pendão com a sua divisa. No comando da retaguarda seguia o duque de Bragança, D. Fernando, que exercia o cargo de Condestável, embora o verdadeiro titular do cargo fosse o seu irmão, D. João, futuro marquês de Montemor, porque «sempre no campo a priminencia do officio ficou ao Duque». Os comandos das alas da batalha pertenciam a D. Afonso, conde de Faro, a D. Henrique de Meneses, conde de Loulé, a D. Afonso de Vasconcelos, conde de Penela e ao conde de Monsanto. Na hoste do príncipe, que se deslocava separada da hoste do rei, o comandante dos ginetes era Fernão Martins Mascarenhas<sup>1341</sup>.

Servir como cavaleiro de ginete era ofício assaz arriscado, para o qual se pedia grande coragem e robustez física, associadas a um perfeito manejar das armas utilizadas e particular perícia na arte de cavalgar com estribos curtos, manobrando o cavalo muitas vezes só com os joelhos e toque das esporas. Para a capitania-mor escolhiam-se sempre homens de comprovado valor que encarassem o ofício sem temor e oferecessem segura garantia no desempenhar das missões que lhe fossem confiadas, ainda que delas se exigisse o sacrifício da própria vida<sup>1342</sup>, e incumbido de superintender tudo o que dissesse respeito à sua organização, logística e recrutamento. Encontramos a primeira referência ao ofício de capitão-mor dos ginetes na crónica de D. Afonso V, de Rui de Pina, pese o facto de já no reinado de D. Duarte se fazer menção a um grupo de trezentos cavaleiros

---

<sup>1339</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CLXXVII, p. 832.

<sup>1340</sup> Bluteau define «batalha» como sendo um corpo de tropas, com suas mangas, guarnições e alas de cavalaria, de maneira que batalha era um todo constituído por essas divisões ou, noutra estrutura, dividida em três partes: vanguarda, retaguarda e corpo, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 67.

<sup>1341</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CXC, p. 844.

<sup>1342</sup> Augusto Cardoso Pinto, *A guarda del rei Dom João II. Notas e documentos para a história das guardas reais portuguesas*, Lisboa, [s.n.], 1930, pp. 24-25.

montados à gineta, comandados por Rui de Sousa, pai de Gonçalo Rodrigues de Sousa, que o acompanhara na expedição a Tânger, e seria mais tarde o primeiro capitão-mor dos ginetes<sup>1343</sup>. Com a morte de Gonçalo Rodrigues de Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador de Nisa, Alpalhão e Montalvão, ocorrida antes de 27 de julho de 1462, foi nomeado para o ofício Vasco Martins de Sousa Chichorro<sup>1344</sup>, alcaide-mor de Bragança e fronteiro-mor de Trás os Montes, com uma tença anual de 6.000 reais brancos<sup>1345</sup>. Com a mudança de monarca, o ofício, que ainda não era hereditário, foi dado a Fernão Martins Mascarenhas, que desempenhava o cargo de capitão dos ginetes da hoste de D. João II, quando príncipe.

D. Afonso V fazia-se escoltar, quando em campanha, por um corpo de vinte cavaleiros comandados por alguém da sua estrita confiança, que tinham por obrigação exclusiva segui-lo a toda a hora e para toda a parte, sendo este serviço feito por turnos como determinavam as *Ordenações Afonsinas*<sup>1346</sup>, que considerava que o rei devia ser guardado por uma escolta de vinte cavaleiros ou escudeiros, fiéis e leais, que o seguissem de dia e de noite, e cuja única missão era a de o proteger, devendo, por isso, andar sempre armados de lanças e espadas e com o corpo coberto com cotas, barretes e braçais, afim de estarem sempre prontos para qualquer caso que pusesse em causa a segurança real. O seu comando seria entregue a um fidalgo, ou cavaleiro com prestígio, de especial confiança régia, que faria a escolha dos homens sob as suas ordens, e planearia as escalas de serviço de forma a que o rei em nenhum momento estivesse desacompanhado dos seus guardas. É durante o reinado de D. João II que, fruto das circunstâncias, o corpo de ginetes passa a ter uma função exclusiva de proteção à pessoa do rei e a este rei se deve a elaboração de dois documentos estruturantes do que virá a ser uma guarda pessoal<sup>1347</sup> permanente do monarca: a *Ordenação da guarda del-Rei Nosso Senhor* e o *Regimento da guarda del-Rei*.

D. João II, depois da execução do duque de Bragança, temeu pela sua vida, fazendo-se sempre acompanhar por guarda da câmara e dos ginetes, de que era capitão

---

<sup>1343</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 28v (Santarém, 20/02/1462).

<sup>1344</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 75 (Porto, 27/07/1462).

<sup>1345</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 75v (Porto, 28/07/1462).

<sup>1346</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LI, §6.

<sup>1347</sup> Embora se disponham de poucos elementos que sustentem o aparecimento de uma guarda real palaciana durante a Primeira Dinastia, para João Gouveia Monteiro é muito provável a sua existência, pese o facto de a documentação disponível se concentrar na figura do respetivo comandante: o guarda-mor, cf. João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal, nos finais da Idade Média* [...], p. 29. Caetano de Sousa nomeia vários guardas-mores desde o reinado de D. Sancho I até ao reinado de D. João IV cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XI, pp. 128-133.

Fernão Martins Mascarenhas, pessoa de grande lealdade e em quem o rei muito confiava<sup>1348</sup>. Garcia de Resende conta um episódio<sup>1349</sup> em que o rei expôs a sua segurança quando, nos paços de Santarém, dormindo na cama com a rainha, sentiu bater à porta da câmara. Tendo perguntado por quem era e não obtendo resposta, levantou-se, vestiu um roupão e pegando numa espada e numa adaga e com uma tocha para lhe alumiar o caminho, pressentiu um vulto que lhe fugia, abrindo as portas até aos desvãos do paço, local nada recomendável para se andar de dia, e muito menos de noite, como escreve o cronista. Tendo ocorrido os fidalgos da guarda e revistando o local, nada foi encontrado. Depois deste episódio começou o caso da traição do duque de Viseu que terminou com a sua morte às mãos do rei e com a morte ou prisão dos vários implicados. Passado que foi o perigo associado a esta segunda tentativa para o matar, nem por isso D. João II descurou a segurança da pessoa régia, dando relevo ao papel desempenhado pela sua guarda pessoal, atribuindo-lhe uma missão consubstanciada na ordenação e no regimento que foram elaborados, e que constam no *Livro de Apontamentos* de Álvaro Lopes de Chaves<sup>1350</sup>.

Analisando quer a ordenança quer o regimento, são três as grandes áreas que sobressaem dos textos: a forma de recrutamento; as remunerações e regalias atribuídas aos guardas reais; a disciplina e o papel do capitão-mor dos ginetes e da guarda. Para o primeiro item sabemos que os elementos selecionados para este corpo de segurança do rei já detinham o estatuto de moradores da casa real. O recrutamento das sessenta lanças<sup>1351</sup> incidia sobre os moradores que auferissem menos de 1.000 reais de moradia, ressalvando-se que, caso um morador recebesse quantia superior e quisesse fazer parte deste corpo, o rei o tomava em muita consideração, tendo-o em conta em futuras prebendas. Confrontando a lista de moradores do reinado de D. João II, em 1484<sup>1352</sup>, publicada por Caetano de Sousa, verificamos que pertenciam maioritariamente ao grupo dos escudeiros fidalgos, os que recebiam menos de 1.000 reais, aos quais se podia adicionar um conjunto muito reduzido de cavaleiros-fidalgos nessa situação. No ato de recrutamento o rei fazia mercê, a cada cavaleiro da guarda, de 5.000 reais, para aquisição

---

<sup>1348</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XVIII, p. 929. Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIII, p. 80.

<sup>1349</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LI, pp. 74-75.

<sup>1350</sup> Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)* [...], pp. 68-71 e pp. 82-85.

<sup>1351</sup> Alterado para entre cem e duzentas no regimento. Há um documento, publicado por Augusto Cardoso Pinto, em que D. João II manda publicar uma ordenança mandando que tragam armas e cavalos todos os moradores da casa real, cf. Augusto Cardoso Pinto, *A guarda del rei Dom João II. Notas e documentos para a história das guardas reais portuguesas* [...], pp. 78-79.

<sup>1352</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 176-181.

de equipamento de proteção necessário ao desempenho da sua missão. Esse equipamento era composto por capacete e correspondente babeira<sup>1353</sup>, gibanete<sup>1354</sup>, faldra<sup>1355</sup>, gorreões<sup>1356</sup>, correões<sup>1357</sup>. Como armas ofensivas, usavam a espada, a adaga e a lança, «as quais armas continuamente consigo sempre terem onde quer que estiverem»<sup>1358</sup>. O estatuto remuneratório fixava em 30 reais por dia o soldo do guarda, mais 20 reais por cavalo ou 15 por mula, caso o cavaleiro possuísse um animal adicional, existindo diferenciação na forma como estes valores eram atribuídos, segmentando-se, de acordo com a base de partida para o recrutamento, o valor da moradia. Para aqueles que já recebiam moradia acima dos 1.000 reais, o valor de 900 reais por mês seria adicionado ao valor da moradia recebido, para os outros, os que recebiam moradia inferior a 1.000 reais, o valor da moradia ficava fixado em 900 reais. Para além do valor pecuniário, todos recebiam um quantitativo em espécie, cevada, pré-determinado. O capitão recebia 100 reais por dia, adicionados ao valor da moradia que já recebia, e era-lhe atribuída uma guarda permanente de quatro homens, um dos quais podia, caso assim o desejasse, ser um pajem. Duas trombetas, um atabaleiro e um apontador faziam também parte do corpo dos guardas do rei, recebendo o mesmo soldo que os demais e acompanhando o capitão continuamente. No campo das regalias, os guardas e o seu capitão, nas deslocações da corte, eram instalados, quando possível, em local onde todos pudessem ficar, e tinham prioridade na atribuição de mulas de transporte quando o rei partia de um local para o outro<sup>1359</sup>. No plano disciplinar, as regras impunham-se àqueles que se ausentassem sem autorização do rei ou do capitão, sendo penalizados com a perda de um mês de soldo a primeira vez que acontecesse. O apontador, para além de registar a comparência dos elementos escalados, e as ausências, verificava, também, se o equipamento que o guarda devia portar estava completo, assim como a presença dos animais pelos quais recebia ordenado. O capitão detinha autoridade para em alguns casos poder condenar a penas de

---

<sup>1353</sup> Peça metálica que protegia o pescoço e o queixo, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 5.

<sup>1354</sup> Couraça curta de couro guarnecido com tachas, que chegava só até à cinta, cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário* [...], vol. II, p. 302.

<sup>1355</sup> Saiote de malha de aço que ia ao meio da coxa, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. IV, p. 196.

<sup>1356</sup> Também conhecidos por gocetes, eram peças de malha ou chapas de ferro que se prendiam ao gibanete para resguardo dos sovacos, cf. A. Faria de Morais, *Ordenanças e Ginetes d'el-rey*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1954, sep. vol. 24, p. 153.

<sup>1357</sup> Correia larga posta a tiracolo onde se prendia a espada, cf. A. Faria de Morais, *Ordenanças e Ginetes d'el-rey* [...], p. 153.

<sup>1358</sup> Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)* [...], p. 83.

<sup>1359</sup> Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)* [...], p. 84.



prisão, demitir ou retirar valores nas retribuições, dos homens sob o seu comando, ressaltando-se, no entanto, que, em função do estatuto de algumas pessoas, o capitão deveria falar primeiramente com o rei, indicando este qual a forma de proceder.

No reinado de D. João II a guarda da câmara e a dos ginetes estavam sob o mesmo comando, o do capitão Fernão Martins de Mascarenhas, «que nestes factos, em que a vida e saude d'ElRey , e do Regno pendiam, sempre servio bem, continuoada , e muy lealmente, e de quem ElRey entam mais confiava»<sup>1360</sup>. Fernão Martins de Mascarenhas<sup>1361</sup> era filho de Nuno Vaz Mascarenhas, comendador de Almodôvar da Ordem de Santiago e instituidor do morgado de Porches, e de Catarina de Ataíde. Neto paterno de Fernão Martins de Mascarenhas, fidalgo e criado do infante D. João, filho de D. João I, que exerceu o cargo de comendador-mor da Ordem de Santiago. Seu avô materno foi Nuno Gonçalves de Ataíde, governador da casa do infante D. Fernando, que morreu em Fez, e de D. Mécia de Meira. Do seu nascimento e juventude pouco se sabe, presumindo-se que tenha nascido cerca do ano de 1430. Fidalgo da casa real, servidor do cutelo de D. Afonso V<sup>1362</sup>, o rei doa-lhe, em outubro de 1463, «pelos seruiços que delle esperamos rreçeber»<sup>1363</sup>, a Terra de Mascarenhas enquanto fosse vivo e, em 1469, encontra-se registado no livro das moradias de D. Afonso V, como cavaleiro fidalgo com 2.000 reais<sup>1364</sup>. Dos seus feitos destaca-se o comando de uma embarcação e participação, em agosto de 1471, na conquista de Arzila<sup>1365</sup>, em que D. João II foi armado cavaleiro, cerimónia que teve lugar junto ao corpo de D. João Coutinho, conde de Marialva, jovem solteiro caído na conquista da vila<sup>1366</sup>. Em setembro de 1475, D. Afonso V, nomeia-o coudel vitalício da vila de Alcácer do Sal<sup>1367</sup> e no mesmo ano é autorizado a arrendar as rendas que detinha<sup>1368</sup>. Em agosto de 1476, é mencionado como capitão dos ginetes do príncipe D. João, numa carta de privilégio na qual se ordenava que daí em diante fossem

---

<sup>1360</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XVIII, p. 929. Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIII, p. 80.

<sup>1361</sup> Para a informação genealógica ver Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo III, vol. I, pp. 99-131. Cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVII, pp. 79-94. Cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], pp. 542-547.

<sup>1362</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 2.

<sup>1363</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 149v (Lisboa, 11/10/1463), transcrito em Augusto Cardoso Pinto, *A guarda del rei Dom João II. Notas e documentos para a história das guardas reais portuguesas* [...], pp. 81-82.

<sup>1364</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 28.

<sup>1365</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl.187/187v (Lisboa, 17/09/1473).

<sup>1366</sup> Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, FCSH-UNL, 1977, cap. XXVII, p. 82.

<sup>1367</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 53 (Penafiel, 16/09/1475).

<sup>1368</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 89v (Évora, 08/04/1475).

escusados seus caseiros e moradores, lavradores e apaniguados e os que com ele vivessem, ficavam isentos do pagamento de diversos impostos régios e concelhios, como de outros ofícios e encargos como eram as peitas, fintas ou talhas. Os aposentadores não podiam usar as suas casas de morada, adegas, cavaliças ou bestas de sela, nem roupa de cama, pão, vinho, galinhas, gado etc. A isenção estendia-se à escolta de presos ou dinheiros, não podendo ser tutores nem curadores, velar e rondar ou ser acontiadados em cavalos nem armas, ou no serviço do mar. Estavam obrigados a não ter outros ofícios e só podiam lavrar as suas herdades<sup>1369</sup>. A nomeação para o cargo é anterior ao documento, uma vez que as crónicas já o titulam com essa função no corpo da milícia comandada pelo príncipe D. João, que participou na batalha de Toro<sup>1370</sup>. Embora a menção no cargo seja de 1476, é provável que a integração de Fernão Martins de Mascarenhas na casa do príncipe seja anterior a 1472, ano em que D. João II tomou por mulher sua prima direita, D. Leonor de Viseu<sup>1371</sup>, e regressaram ao reino os ossos do infante D. Fernando. Garcia de Resende deixou-nos o relato de uma das escapadas amorosas que D. João II fez antes de casar, numa das quais foi acompanhado por Fernão Martins de Mascarenhas. Escreveu o cronista que certa noite em que o príncipe ia «folgar em cousa de amores», acompanhado dessa vez por Fernão Martins de Mascarenhas<sup>1372</sup>, junto a Santa Justa, foram rodeados por homens armados, que não reconheceram o futuro rei e este não se quis dar a conhecer. Da escaramuça que se seguiu, vários dos assaltantes ficaram feridos até que se puseram em fuga. O príncipe nada sofreu e porque encontrou determinação nos homens que os atacaram, mandou indagar secretamente por todos os cirurgiões os casos em que trataram feridos, e sabendo quem foram os seus oponentes, logo enviou dinheiro para que fossem convenientemente tratados e quando ficaram curados os tomou como criados<sup>1373</sup>.

Aquando da conspiração contra D. João II, perpetrada pelo duque de Bragança, foi o capitão dos ginetes nomeado para participar no júri<sup>1374</sup>, constituído por vinte e um elementos, entre letrados, fidalgos e cavaleiros, que ao fim de dois dias de reunião

---

<sup>1369</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 38v (Lisboa, 23/08/1476). Confirmado por D. João II e por D. Manuel I, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 18v/19 (Montemor-o-Novo, 08/02/1496).

<sup>1370</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CXC, p. 844.

<sup>1371</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. VII, p. 6. O contrato de casamento, publicado por Caetano de Sousa, só foi concluído em setembro do ano de 1473, cf. António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 182-186.

<sup>1372</sup> Outras vezes fazia-se acompanhar por D. Diogo de Almeida, prior do Crato, dois dos personagens da sua corte em quem ele sempre confiou muito e estimou.

<sup>1373</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. VI, p. 6.

<sup>1374</sup> Luís Adão Fonseca, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 72.

votaram a condenação à morte de D. Fernando de Bragança, por sentença de 20 de junho de 1483<sup>1375</sup>. Na segunda conspiração, da autoria do irmão da rainha, o duque de Viseu, é sua a ação de chamar o bispo de Évora, que se encontrava nos aposentos da rainha, e o prender quando este saiu, levando-o para o castelo de Palmela, onde, colocado numa cisterna seca, faleceu passados que foram poucos dias da sua prisão<sup>1376</sup>, situação ocorrida depois de anteriormente ter acompanhado o rei na viagem por terra entre Alcácer do Sal e Setúbal, defendendo-o de possíveis perigos, após terem conhecimento que se preparava uma emboscada contra D. João II, na viagem prevista por via marítima<sup>1377</sup>. Este apoio à pessoa do rei, vai valer-lhe a alcaidaria-mor da vila de Montemor-o-Novo, com todas as rendas, direitos, foros e tributos ordenados à dita alcaidaria, pela qual fizera preito e menagem, segundo foro de Espanha<sup>1378</sup> e assento no conselho régio<sup>1379</sup>, do qual já fazia parte, encontrando-se registado no Livro de Moradias do ano de 1484, com a quantia de 4.286 reais<sup>1380</sup>. Como reconhecimento dos muitos serviços prestados, recebeu em dezembro de 1483 a doação, em sua vida, da renda do pão do reguengo de Montemor-o-Novo, da renda da portagem e da sisa judenga e serviço real e genesim<sup>1381</sup> e direitos dos mouros da mesma vila<sup>1382</sup>; a doação, em vida da vila de Lavre com todos os seus termos e todas as rendas e direitos, foros e tributos dela, não se entendendo, porém, o direito das sisas, com jurisdição do cível e crime, reservando-se a correição e alçada para o rei<sup>1383</sup>. Em agosto de 1484, alguns dias após o assassinato do duque de Viseu, D. João II nomeia-o, confiando de sua bondade e lealdade, capitão-mor de todos os ginetes, assim como até então fora em sendo príncipe. E mandava ao condestável e marechal, e aos outros capitães, que, em tempo de guerra ou de paz, cumprissem e fizessem inteiramente guardar e cumprir o que ao ofício pertencia e ele recebia com todas as honras e liberdades, próis

---

<sup>1375</sup> Sentença publicada por Anselmo Braamcamp Freire, «As conspirações no reinado de D. João II», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. I, pp. 393-397.

<sup>1376</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIV, p. 82. Cf. Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XVIII, p. 930.

<sup>1377</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIII, p. 79. Cf. Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XVIII, p. 929.

<sup>1378</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 145 (Montemor-o-Novo, 08/02/1496). A alcaidaria-mor é-lhe dada alguns dias após a fuga de D. João, marquês de Montemor.

<sup>1379</sup> *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)* [...], p. 162.

<sup>1380</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 176.

<sup>1381</sup> Tributo pago pelos judeus ao rei, para que fosse permitido ensinar o Pentateuco pelos rabinos nas escolas talmúdic, cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário* [...], vol. II, p. 302.

<sup>1382</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 144v (Montemor-o-Novo, 08/02/1496).

<sup>1383</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 144v/145 (Montemor-o-Novo, 08/02/1496).

e percalços e interesses que ao ofício correspondiam<sup>1384</sup>. Com efetividade a partir de 1 de janeiro de 1485, passa a receber uma tença de 50.000 reais, que adicionava a uma outra de 30.000 reais que já recebia<sup>1385</sup>. Em dezembro de 1486, é-lhe concedida uma terra no termo de Lavre<sup>1386</sup>. Corria o ano de 1488, quando D. João II reuniu uma armada comandada por Fernão Martins de Mascarenhas, seu capitão de ginetes e da guarda, homem com provas dadas anteriormente na conquista de Arzila, com o intuito de atacar algumas praças do norte de África. Sendo informado que os mouros já haviam tomado conhecimento dessa grande armada pondo a salvo bens e pessoas, reduziu o tamanho da mesma, tendo esta se dirigido para Arzila de onde, por terra, atacaram o lugar de Alcácer Quibir, que distava uma boas doze léguas, onde até então os portugueses não haviam chegado, apanhando desprevenidos os seus habitantes, causando imensas baixas entre os que lhes opuseram, fazendo prisioneiros e recolhendo muito gado, prata e outros despojos, que trouxeram para Arzila onde fizeram uma justa repartição dos mesmos, tendo informado por carta o rei do sucesso da expedição<sup>1387</sup>. Em 1489, participa numa expedição à Graciosa, povoação a norte de Arzila, acompanhado por D. Diogo de Almeida, prior do Crato, D. Martinho de Castelo Branco, vedor da Fazenda, mais tarde Conde de Vila Nova de Portimão, todos homens de autoridade e valentes cavaleiros, cujo intuito era o de informar o rei da viabilidade de manter a praça ou abandoná-la. Dada a insalubridade do lugar e a falta de acesso por via navegável, a recomendação foi a de abandonar o lugar, despovoando-a e derrubando o construído<sup>1388</sup>. Com um percurso ao serviço do rei feito em várias vertentes, encontra-se registada na chancelaria de D. João II, uma carta régia a nomear João de Freitas, almoxarife de Setúbal, para o ofício de coudel de Sesimbra e seu termo, por um período de três anos, documento assinado pelo capitão dos ginetes, que ao tempo exercia o cargo de coudel mor<sup>1389</sup>. Uma outra vertente, a sua pertença à Ordem de Santiago, tal como já seu pai e seu avô o foram, irá proporcionar-lhe um conjunto de benefícios<sup>1390</sup>: a comenda de Almodôvar, de que fora

---

<sup>1384</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 139v (Montemor-o-Novo, 08/02/1496), publicada por Augusto Cardoso Pinto, *A guarda del rei Dom João II. Notas e documentos para a história das guardas reais portuguesas* [...], pp. 82-83.

<sup>1385</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 11 (Montemor-o-Novo, 08/02/1496).

<sup>1386</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 19, fl. 10 (Lisboa, 18/12/1486).

<sup>1387</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LXXVI, p. 110. Cf. Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XXXVI, p. 950.

<sup>1388</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LXXXI, p. 124. Cf. Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XXXVIII, p. 958.

<sup>1389</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 23 (Évora, 16/03/1490).

<sup>1390</sup> Augusto Cardoso Pinto, *A guarda del rei Dom João II. Notas e documentos para a história das guardas reais portuguesas* [...], p. 66.

comendador seu pai, por carta de mercê datada de agosto de 1477; a alcaidaria-mor de Alcácer do Sal, com carta de nomeação datada do mesmo ano e mês; os bens móveis que haviam pertencido a Martim Vicente, freire da Ordem e seu aio, mercê feita em junho de 1486; mercê das rendas das azenhas de Mértola, em fevereiro de 1496. Fernão Martins Mascarenhas é um dos que acompanham o rei no seu derradeiro percurso entre Alcáçovas e Alvor, assistindo-o nos seus últimos dias e informando-o que a visita que o rei esperava do duque seu primo, não se concretizaria por doença deste. Encontrava-se o capitão dos ginetes, com outros nobres e clérigos, junto ao leito real no momento em que o rei D. João II expirou no pôr do sol de um domingo, 25 de outubro de 1495<sup>1391</sup>.

Com a mudança de soberano, Fernão Martins Mascarenhas irá continuar a desempenhar o cargo de capitão dos ginetes do rei e a pertencer ao conselho, recebendo o reconhecimento régio logo no início do reinado, com a confirmação dos diferentes privilégios e mercês de que era detentor, sendo-lhe concedida na mesma data de fevereiro de 1496, uma tença de 54.936 reais valor atribuído às rendas que recebia pelas sisas de Montemor-o-Novo<sup>1392</sup>, agraciando-o D. Manuel I, a ele, e aos seus descendentes, com a entrega de carta que o autorizava a que se passasse a chamar D. Fernando, expondo como razão que:

«Esguardando nos a grande criação que el rrey dom affonso meu tyo e assi el rrey dom joham meu senhor cujas almas deus aja tem feita em fernam martys mazquarenhas do nosso comselho e aos muytos e continuados seiços que a eles e a nos e a estes rregnos tem feitos assy nas cousas da guerra e da homrra como em outras muytas de grande sustança e comfiança em que foy emcarreguado e sempre de todo deu booa comta e rrecado E olhando nos assy a todo e pella boôa vomtade que temos pera ssua homrra e acrecentamento E como isso mesmo estes seruiços sam dignos de rremuneraçam e boôa lembrança quemdolhe fazer graça e mecee Teemos por bõe e queremos que elle se possa chamar daquy em diamte dom fernando E assy per esta maneira seus filhos E assy possa trazer bandeira quadrada E aja elle dito dom fernando de nos daquy em diamte dassemntamento çento e dous myll e oito çentos e sassemnta e quatro rreaaes em cada huï anno que se começaraa des primeiro dia de janeiro deste anno presentemente de myll e quatroçentos e noventa e seis»<sup>1393</sup>.

---

<sup>1391</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. LXXXI, p. 1029. Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CCXIII, p. 285.

<sup>1392</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 116 (Montemor-o-Novo, 08/02/1496).

<sup>1393</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 135 (Montemor-o-Novo, 08/02/1496), publicada por Augusto Cardoso Pinto, *A guarda del rei Dom João II. Notas e documentos para a história das guardas reais portuguesas* [...], p. 84. Anastásia Mestrinho Salgado tem por significativo o facto de D. Manuel I não ter manifestado qualquer tipo de má vontade contra o capitão dos ginetes, sendo ele um dos

No ano seguinte, passou a receber uma tença no valor de 48.000 reais, em compensação dos rendimentos da judiaria, que deixaram de ser pagos por expulsão dos judeus<sup>1394</sup>. Em novembro de 1497, foram-lhe confirmadas duas tenças dadas por D. Afonso V em março e agosto de 1472, com os valores de 10.000 e 24.000 reais, mas que o não foram por D. João II<sup>1395</sup>.

Casou duas vezes, Fernão Martins de Mascarenhas. A primeira com D. Violante da Cunha, filha de D. Álvaro Vaz de Almada, 1.º conde de Avranches<sup>1396</sup>, que morreu na Batalha de Alfarrobeira combatendo no partido do infante D. Pedro, e de Isabel da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, 3.º senhor de Pombeiro e de Beatriz de Melo. Desta união não existiu geração e o casamento terminou porque sendo parentes casaram sem a respetiva dispensa<sup>1397</sup>. Casou segunda vez com Violante Henriques, filha do regedor e coudel mor Fernão da Silveira, 1.º senhor das Sarzedas e de D. Isabel Henriques, filha de D. Fernando Henriques, 2.º senhor das Alcáçovas e de D. Branca de Melo, senhora de Barbacena. Desta segunda mulher nasceram D. João de Mascarenhas, que herdou os títulos e casa do pai; D. Nuno Mascarenhas, comendador de Almodôvar, capitão de Safim e do conselho, tendo casado com D. Beatriz da Silva, filha de João Freire de Andrade, senhor da Bobadela; D. Pedro Mascarenhas, estribeiro-mor de D. João III, mordomo-mor do filho deste, o príncipe D. João<sup>1398</sup>, comendador de Castelo Novo da Ordem de Cristo e alcaide-mor de Trancoso, embaixador em Roma na corte do Papa Paulo III e na corte do imperador Carlos V, foi 6.º vice-rei da Índia em 1554, onde morreu. Casou com D. Filipa Henriques, filha de Simão de Miranda, copeiro-mordo cardeal infante D. Henrique, e de

---

principais atores na neutralização do plano engendrado pelo duque de Viseu e seus sequazes, exercendo o seu poder régio de lhe confirmar os cargos, tenças, doações e cumulando-o com mais prebendas, mantendo-o junto de si como capitão dos ginetes e da guarda, estendendo, mais tarde, este suporte aos filhos de D. Fernão Martins de Mascarenhas. Para Anastásia Mestrinho Salgado, esta atitude de D. Manuel I, insere-se naquilo a que se poderá chamar hoje, razões de Estado, continuando o rei com a política iniciada por D. João II de concentração do poder real, pese embora a entrega aos Bragança e a outros implicados nas diversas intontas, do património confiscado por D. João II, cf. Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, «O alcaide de Montemor o Novo Fernão Martins Mascarenhas, no contexto político da época», *Revista Almansor*, n.º 1, pp. 29-38, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1983, p. 37.

<sup>1394</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 81/81v (Évora, 13/07/1497).

<sup>1395</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 16/16v (Évora, 24/11/1497) e Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 16v (Évora, 24/11/1497).

<sup>1396</sup> Título criado por Henrique IV, de Inglaterra.

<sup>1397</sup> Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo III, vol. I, p. 101. Braamcamp Freire considera que o capitão dos ginetes se divorciou da sua primeira mulher alegando serem parentes, mas muito próximos não eram, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *As sepulturas do Espinheiro* [...], p. 3.

<sup>1398</sup> Alão de Morais dá-o como mordomo-mor, Felgueiras Gayo como aposentador-mor e camarista, e Damião de Góis como aio, cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo III, vol. I, p.115. Cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVII, p. 86. Cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], p. 544.

D. Maria Queimada, de que não teve geração, casando segunda vez com D. Helena Mascarenhas, filha de Pedro Mascarenhas, capitão de Azamor, de que também não teve descendência; D. Manuel Mascarenhas, foi comendador do Rosmaninhal da Ordem de Cristo e governador de Arzila, onde morreu. Casado com D. Leonor (ou Luísa) Henriques, filha de Francisco Palha de Santarém, contador-mor e tesoureiro da Câmara de Ceuta, e de sua mulher, D. Isabel de Barros, por sua vez filha de Fernão Lourenço da Mina e de D. Violante de Magalhães; D. António<sup>1399</sup>, fronteiro em Arzila, sem geração, morreu de peste, cativo em Fez no ano de 1521<sup>1400</sup>; D. Isabel Henriques, que casou com D. João Coutinho, 2.º conde de Redondo e capitão de Arzila; D. Leonor Henriques, mulher de Simão Freire de Andrade, senhor da Bobadela.

Tendo-se separado de D. Violante da Cunha, garantiu-lhe a subsistência concedendo-lhe, com a necessária autorização régia, tenças retiradas das tenças que recebia da coroa. As mesmas irão ser confirmadas no início do reinado de D. Manuel I, uma no valor de 34.000 reais brancos<sup>1401</sup>, outra de 6.000 reais<sup>1402</sup> e uma de 40.000 reais por 4.000 coroas de ouro<sup>1403</sup> que tivera pelo seu casamento com Fernão Martins Mascarenhas. Seus filhos também beneficiaram da grande estima que D. João II por ele tinha. D. Jorge, duque de Coimbra, mestre das Ordens de Avis e Santiago, tendo em causa os muitos merecimentos devidos ao capitão-mor dos ginetes, cumpriu um pedido que seu pai lhe fizera, que era o de manter na família todos os bens que Fernão Martins Mascarenhas detinha na Ordem de Santiago, o que cumpriu distribuindo-os pelos filhos<sup>1404</sup>. Ao mais velho a comenda de Mértola, a alcaidaria-mor de Alcácer do Sal, a portagem e a várzea da Ordem, ao secundogénito, a comenda de Almodôvar.

Faleceu em Almodôvar a 13 de novembro de 1501<sup>1405</sup>, como está inscrito na pedra sepulcral que se encontra na capela-mor do convento de Nossa Senhora do Espinheiro da Ordem de São Jerónimo, em Évora, data que deve estar certa pois foi passado alvará, com data de 25 de novembro e registado na chancelaria a 3 de dezembro 1501<sup>1406</sup>, em que se confirmava que todos os privilégios e liberdades concedidos ao capitão, fossem

---

<sup>1399</sup> Só é mencionado por Góis como filho de D. Fernão Martins de Mascarenhas, cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], p. 543.

<sup>1400</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. XXIX, p. 75.

<sup>1401</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 34, fl. 71/71v (Setúbal, 11/05/1496).

<sup>1402</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 34, fl. 71v/72 (Setúbal, 12/05/1496).

<sup>1403</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 75v (Lisboa, 21/02/1499).

<sup>1404</sup> Publicado por Augusto Cardoso Pinto, *A guarda del rei Dom João II. Notas e documentos para a história das guardas reais portuguesas* [...], pp. 84-85.

<sup>1405</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *As sepulturas do Espinheiro* [...], p. 2.

<sup>1406</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 111v (Lisboa, 03/12/1501).

inteiramente guardados por sua viúva, D. Violante Henriques. Ao seu filho mais velho, D. João de Mascarenhas, são outorgadas, em janeiro de 1502, em consideração dos serviços prestados pelo pai, a D. Afonso V, D. João II e ao próprio rei, várias tenças, com início de pagamento a partir do primeiro dia de janeiro de 1502, ofícios e privilégios, de que era detentor o falecido capitão-mor dos ginetes: tença anual de 54.936 reais<sup>1407</sup>; tença anual de 74.000 reais,<sup>1408</sup>; tença anual de 48.000 reais, recebida por seu pai em substituição das sisas que deveriam ser pagas pelos judeus e mouros de Montemor-o-Novo que foram expulsos<sup>1409</sup>; doação do castelo e alcaidaria-mor de Montemor-o-Novo com suas rendas, direitos de portagem, reguengo, pensão dos tabeliães e dízimas das sentenças e foros<sup>1410</sup>; era autorizado a usar bandeira quadrada, título de «Dom», e era-lhe concedido o direito a 2.864 reais, com início de pagamento a 1 de janeiro de 1502<sup>1411</sup>; doação, em vida, da vila de Lavre com todos seus termos, rendas, direitos, foros e tributos, com exclusão das sisas, jurisdição do cível e crime, mero misto império, com reserva da correição e alçada<sup>1412</sup>; doação em vida dos foros de oito vinhas, várias casas, dois pardieiros, pensão da escrivania da câmara da judiaria, um olival, um pomar e uma casa, na vila de Montemor-o-Novo<sup>1413</sup>; tença anual de 157.800 reais, com início de pagamento em 1 de janeiro de 1502, integra os valores de dois padrões (de 102.864 e 4.936 reais) relativos às sisas de Montemor-o-Novo<sup>1414</sup>. Já no reinado de D. João II, em agosto de 1490, lhe fora concedido o privilégio de fidalgo<sup>1415</sup>, que o novo rei confirmou, em abril, corria o ano de 1499<sup>1416</sup>. Nomeado para capitão-mor dos ginetes<sup>1417</sup> em janeiro de 1502, foi capitão da guarda, como está no epitáfio da sua sepultura no mosteiro de S. Francisco de Montemor-o-Novo<sup>1418</sup>, não se conhecendo o respetivo diploma de nomeação<sup>1419</sup> presumindo-se que este ofício estivesse integrado naquela capitania, ou

---

<sup>1407</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 1 (Lisboa, 21/01/1502).

<sup>1408</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 1 (Lisboa, 17/01/1502).

<sup>1409</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 1v (Lisboa, 15/01/1502).

<sup>1410</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 1v (Lisboa, 17/01/1502).

<sup>1411</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 1v (Lisboa, 18/01/1502).

<sup>1412</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 1v/2 (Lisboa, 14/01/1502).

<sup>1413</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 2 (Lisboa, 13/01/1502).

<sup>1414</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 2v (Lisboa, 15/01/1502).

<sup>1415</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 100 (Évora, 12/08/1490).

<sup>1416</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 48v/49 (Lisboa, 15/04/1499).

<sup>1417</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 2 (Lisboa, 14/01/1502).

<sup>1418</sup> O escudo de armas dos Mascarenhas foi picado em cumprimento dum decreto real. A inscrição dizia, no que se conseguiu apurar: «... e sva molher D. Margarida Covtinho, filha do Conde de Borba D. Vasco Covtinho, e da Condessa D. Catarina da Silva sva molher; e aqvi neste carneiro qve por sva devoção mandarão fazer : faleceo em Ovtvbro de 1555».

<sup>1419</sup> Augusto Cardoso Pinto, *Catálogo dos capitães-mores dos ginetes e dos capitães da guarda del rei [...]*, p. 31.



seja, a nomeação para uma, implicava a nomeação para a outra. Nascido cerca de 1470, foi casado com D. Margarida Coutinho, filha de D. Vasco Coutinho, 1.º conde de Redondo e de D. Catarina da Silva, casamento que ocorreu cerca de 1503, ano em que as tenças das rendas que possuía em Montemor-o-Novo ficaram obrigadas à segurança das arras de 5.000 coroas do dito casamento<sup>1420</sup>. Serviu no norte de África, com o conde de Borba, capitão de Arzila e foi o segundo fronteiro que no ano de 1509 chegou àquela praça. No ano de 1516, acompanhou o duque de Bragança na tomada de Azamor<sup>1421</sup>. Em julho de 1511, é-lhe dado o ofício de alcaide das sacas da vila e porto de Mértola, com autorização de pôr um seu escudeiro a servir o ofício por ele<sup>1422</sup>, vila cuja alcaidaria-mor, e respetivos direitos, compra a Francisco de Góis, fidalgo da casa real, por 160.000 reais, que são pagos ao filho deste, Estevão de Góis<sup>1423</sup>, no ano de 1517. Achava-se na sua comenda de Mértola quando, no ano de 1516, soube que seu cunhado D. João Coutinho, 2.º conde de Redondo, estava sitiado na praça de Arzila, com cerco posto pelo rei de Fez com mais de 100.000 mouros. Juntamente com seu irmão, D. Nuno de Mascarenhas, à frente de uma companhia de cento e vinte cavaleiros de ginete e muito mais gente apeada, que foram transportados do reino em duas caravelas<sup>1424</sup>, conseguiram levantar o cerco e foram reconhecidos com grande fama e bravura<sup>1425</sup>. Faleceu em outubro de 1555, como se depreende da sua lápide funerária.

Tendo garantido a sucessão de D. João de Mascarenhas nas mercês e ofícios que pertenceram a seu pai, D. Fernão Martins de Mascarenhas, com direito a usar bandeira quadrada e que ele e seus descendentes pudessem usar «Dom», concessões essas dadas em virtude dos serviços prestados por seu pai aos vários reis que serviu, nem por isso deixou D. Manuel I de nomear um seu valido para o cargo de capitão da sua guarda. Nas palavras de Augusto Cardoso Pinto<sup>1426</sup>, a primeira nomeação podia ter como motivo o facto de D. João Mascarenhas poder ser considerado ainda jovem para o cargo que desempenhava, o que não colhe fundamento, pois calcula-se que ele e D. Nuno Manuel, a quem o ofício fora entregue, teriam a mesma idade<sup>1427</sup>. Essa mercê terá sido atribuída

---

<sup>1420</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 8v/9 (Lisboa, 10/03/1503).

<sup>1421</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XIII, p. 228.

<sup>1422</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 80v (Lisboa, 14/07/1511).

<sup>1423</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 105 (Almeirim, 22/12/1517).

<sup>1424</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. V, p.12.

<sup>1425</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. XIII, p. 229.

<sup>1426</sup> Augusto Cardoso Pinto, *Catálogo dos capitães-mores dos ginetes e dos capitães da guarda del rei* [...], p. 31.

<sup>1427</sup> Uma outra hipótese seria a sua pouca assiduidade na corte, estando em África entre 1508 e 1512 e passando grandes temporadas nas suas comendas, não exercendo em pleno as suas funções de capitão da

antes de dezembro de 1507, como se constata num registo de uma carta de quitação<sup>1428</sup> dada a Álvaro Salgado, cavaleiro da casa real e pagador dos homens da guarda, relativa aos valores pagos nos anos de 1504, 1505, 1506 e os primeiros nove meses de 1507, em que os alvarás e os roles para pagamento dos soldos, moradias, cevadas dos guardas, assim como o pagamento dos cavalos adquiridos para substituir os que morreram, estavam assinadas por D. Nuno Manuel, capitão da dita guarda. Esta nomeação terá motivado algum desagrado a D. João Mascarenhas, tendo tal manifestado ao rei que, como forma de resolução da situação criada, manterá a nomeação de D. João Mascarenhas como capitão dos ginetes e das cem lanças, das quais retirará vinte cuja chefia será entregue a D. Nuno Manuel. Esta nomeação do alfaqueque-mor para o cargo de capitão das vinte lanças foi objeto de dois documentos<sup>1429</sup>: o alvará de nomeação de capitão da ordenança e das vinte lanças, com data de 8 de fevereiro de 1508 e o regimento da gente da ordenança e das vinte lanças, datado de 20 de maio de 1508.

Pela leitura do alvará permanece em dúvida qual o motivo pelo qual o rei entregara a capitania das cem lanças ao seu irmão colaço, D. Nuno Manuel, mas a devolução da mesma a D. João Mascarenhas, foi feita «por alguns respeitos que nos moveram»<sup>1430</sup>, tendo o rei passado alvará e regimento para a capitania das cem lanças, que se desconhece. Como contrapartida por aquilo que o rei lhe retirara, recebeu D. Nuno Manuel a mercê da capitania geral de toda a gente da ordenança, na corte e no reino, podendo escolher os elementos que a compunham e a forma de pagamento, fazendo cumprir o regimento da mesma. Sob a sua chefia também ficavam os capitães<sup>1431</sup>, os homens recrutados na Península Itálica<sup>1432</sup> e todos aqueles que exercessem o mesmo mester que estes a serem recrutados no futuro. Este corpo militar teria um pagador próprio e respetivo escrivão, que pagava os soldos, moradias e cevadas, da mesma forma como se pagava na capitania das cem lanças. A esta capitania da gente da ordenança estava adstrito um corpo especial de vinte lanças, cujos elementos seriam de escolha do seu capitão, entre aqueles que

---

guarda, cf. Augusto Cardoso Pinto, *Catálogo dos capitães-mores dos ginetes e dos capitães da guarda del rei* [...], p. 32.

<sup>1428</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 4v (Abrantes, 07/03/1507).

<sup>1429</sup> Publicado por Anselmo Braamcamp Freire, «Introdução ao Regimento da gente da Ordenança e das vinte lanças da Guarda», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. I, pp. 83-88.

<sup>1430</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Introdução ao Regimento da gente da Ordenança e das vinte lanças da Guarda», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. I, p. 83.

<sup>1431</sup> Que D. Manuel I nomeava como sendo Vila Lobos, Diogo Alvares, o Soares, o Moralez e Rui Gonçalves, cf. Anselmo Braamcamp Freire, «Introdução ao Regimento da gente da Ordenança e das vinte lanças da Guarda», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. I, p. 83.

<sup>1432</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Introdução ao Regimento da gente da Ordenança e das vinte lanças da Guarda», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. I, p. 84.

comandara quando capitão das cem lanças, com soldos pagos pelo pagador das ordenanças. Para exercer o ofício, D. Nuno Manuel tinha por mercê 50.000 reais em cada ano, valor idêntico à quantia recebida enquanto capitão das cem lanças, recebendo mais o soldo para pagamento de dois escudeiros que o acompanhavam e um adicional de 8.000 reais por ano para pagar a um armeiro, para limpar as armas da gente da ordenança. O regimento que acompanhou a nomeação estipula qual o equipamento que cada corpo sob o comando de D. Nuno Manuel devia ser portador. Para os homens da ordenança: um peito com sua espaldeira<sup>1433</sup>, armadura da cabeça, celada<sup>1434</sup>, braceiras<sup>1435</sup> e alabarda. Para os que integravam o contingente das vinte lanças: couraças<sup>1436</sup>, capacetes, babeiras<sup>1437</sup>, espaldas ou gocetes<sup>1438</sup>, coxotes<sup>1439</sup>, faldras<sup>1440</sup> ou escarcelas<sup>1441</sup>, e lanças e adagas. Esta diferença de equipamento entre a gente da ordenança e os homens das vinte lanças, pode indicar que teriam como atribuição a execução de serviços distintos. Uns, os homens da lança, com armamento ofensivo e defensivo e transportando-se em cavalos, pressupõe uma atividade fora do paço, fazendo guarda real quando o rei se deslocava. Os homens da ordenança teriam um papel de guarda ao paço e o facto de estarem armados de alabardas e de muitos dos seus elementos terem origem na Península Itálica, faz-nos crer que serão eles o embrião da futura Guarda Real dos Alabardeiros, que mais tarde se transformará nos Archeiros no Paço<sup>1442</sup>. No mesmo regimento da gente da ordenança e das vinte lanças, ordenou D. Manuel I que os cavaleiros e escudeiros da guarda da câmara estivessem a cargo de D. Nuno, enquanto Jorge Moniz, guarda-mor, não pudesse servir

---

<sup>1433</sup> Ombreira- parte da armadura que cobre os ombros, cf. *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, catálogo da exposição, Igreja de Santiago do Castelo de Palmela, 28 de julho a 17 de dezembro de 2000, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 274-275.

<sup>1434</sup> Espécie de capacete ou elmo, fechado ou aberto, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 229.

<sup>1435</sup> Ou braçadeira era uma proteção dos braços, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 174.

<sup>1436</sup> É a armadura que protege o torso, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 595.

<sup>1437</sup> Peça metálica que protegia o pescoço e o queixo, cf. A. Faria de Moraes, *Ordenanças e Ginetes d'el-rey* [...], p. 153.

<sup>1438</sup> Sovaqueira de malha de aço que se colocava por baixo dos braços para proteger as axilas, cf. A. Faria de Moraes, *Ordenanças e Ginetes d'el-rey* [...], p. 153.

<sup>1439</sup> Parte da armadura, que revestia as coxas, cf. *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português* [...], p. 276.

<sup>1440</sup> Saiote de malha de aço que ia ao meio da coxa, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. IV, p. 196.

<sup>1441</sup> Lamelas que cobrem o abdómen, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. III, p. 211.

<sup>1442</sup> Sobre a origem destes corpos da guarda do paço ver Abade A. D. de Castro e Sousa, *Origem da Guarda Real dos Alabardeiros hoje Archeiros no Paço*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849.

no ofício. Seriam pagos pelo recebedor e pagador da gente da ordenança e das vinte lanças e estariam armados da mesma maneira como os das vinte lanças.

Jorge Moniz foi o primeiro guarda-mor do reinado de D. Manuel I, desempenhando o mesmo cargo que exercia na casa do duque de Beja, que lhe deu 2.000 coroas aquando do seu casamento com D. Leonor Pereira, no ano de 1492<sup>1443</sup>. No ano seguinte, recebeu uma tença de 20.000 reais<sup>1444</sup> e era possuidor de outra tença no valor de 80.000 em Dornes, que foi substituída por idêntico valor dos rendimentos que davam as terras que ficaram vagas por falecimento de Henrique de Albuquerque<sup>1445</sup>. Todas estas mercês foram confirmadas quando D. Manuel I começou a reinar, e logo no início do reinado lhe deu a mercê do ofício de guarda-mor, porque o beneficiado era «homem de linhagem, fidelidade e muito respeito»<sup>1446</sup> e uma tença pelo ofício de 13.000 reais por ano, válida desde janeiro de 1496<sup>1447</sup>. Filho de Vasco Martins Moniz, comendador de Panóias e Garvão da Ordem de Santiago, e de D. Aldonça Cabral, filha de Fernão Álvares Cabral, alcaide-mor de Belmonte, casou com D. Leonor Pereira, filha de Fernando Rodrigues, escrivão dos órfãos da cidade de Évora, que foi amo do infante D. Fernando e criou a duquesa de Bragança, D. Isabel. Senhor de Angeja, Figueiredo, Pinheiro e Arequins, terras que ficaram vagas por morte de D. Henrique de Albuquerque<sup>1448</sup>, faleceu antes de setembro de 1516<sup>1449</sup>, data em que a D. Brás Henriques, senhor das Alcáçovas, casado com D. Isabel, é autorizado o trespasse de 17.000 reais feito por sua sogra, a viúva de D. Jorge Moniz, mas já antes, em maio de 1514, um registo da chancelaria menciona D. João de Sousa, do conselho, como guarda-mor<sup>1450</sup>. Em maio de 1515, o ofício muda novamente de mãos, retornando a D. Nuno Manuel, por morte de D. João de Sousa, como se declara numa carta de D. Manuel I, em que faz seu guarda-mor D. Nuno Manuel por nele confiar «as couzas grandes de nosso serviço, e que muito nos tocareem»<sup>1451</sup>. D. João de Sousa foi filho de Rui de Sousa, 1.º senhor de Beringel e de Sagres, vedor da casa da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, almotacé-mor de D. João II, e de D. Isabel de Sequeira, colaça da rainha D. Isabel. Valente cavaleiro, senhor de Sagres e Niza, esteve

---

<sup>1443</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 37 (Lisboa, 20/09/1516).

<sup>1444</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 93 (Évora, 17/03/1497).

<sup>1445</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 30v/31 (Évora, 20/07/1497).

<sup>1446</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 102/102v (Montemor-o-Novo, 01/03/1496).

<sup>1447</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 122 (Évora, 09/06/1497).

<sup>1448</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXI, pp. 17-24. Cf. Alão de Moraes, *Pedatura* [...], tomo I, vol. II, pp. 705-718.

<sup>1449</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 37 (Lisboa, 20/09/1516).

<sup>1450</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 146/147 (Lisboa, 23/05/1514).

<sup>1451</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo VI, p. 109.

por capitão em Alcácer Ceguer, tendo casado com D. Margarida Fogaça, filha de João Fogaça, comendador de Coimbra, de que não existiu geração<sup>1452</sup>.

D. Luiz Caetano de Lima informa-nos<sup>1453</sup> que o guarda-mor dormia à porta da câmara do rei, a quem tinha obrigação de ver depois de deitado, indo em companhia do sumilher, correr a cortina do docel real, e era o primeiro que entrava de manhã na câmara. Os guardas da câmara eram em número de vinte e quatro fidalgos, ou pessoas de nobreza conhecida, embora esse número nem sempre fosse completo. Uma das obrigações dos guardas era a de dormir no paço, alguns deles na mesma câmara que o guarda-mor, que era chamado somente guarda-mor, outras vezes guarda-mor da câmara, guarda-mor da corte ou capitão dos cavaleiros da guarda da câmara<sup>1454</sup>. Na chancelaria régia de D. Manuel I, encontramos menção a alguns escudeiros que pertenceram à guarda real. Pedro Carneiro, numa carta de quitação da feitoria da nau Santiago, na viagem em que Tristão da Cunha fora por capitão-mor à Índia<sup>1455</sup>, na nomeação de João Colaço para o ofício de tabelião da vila de Castelo de Vide<sup>1456</sup>, na carta de privilégio de escudeiro da guarda real a Francisco de Bairros<sup>1457</sup>, na confirmação do privilégio de escudeiro de guarda real a João Álvares<sup>1458</sup>, na mercê da tença de 4.800 reais por ano a André Dias, escudeiro da guarda real e porteiro da fazenda<sup>1459</sup>, na renúncia de Gonçalo Anes, homem da guarda real, do ofício de contador dos feitos e custas e inquiridor das inquirições judiciais e distribuidor junto aos tabeliães do concelho de Celorico de Bastos<sup>1460</sup>, na mercê a Álvaro Dias do ofício de contador dos feitos e custas e inquiridor das inquirições judiciais e distribuidor nos concelhos de Gerês e Santo Estevão<sup>1461</sup>. Por duas cartas de quitação sabemos a identidade de recebedores pagadores dos homens da guarda. No ano de 1501, foi João Rodrigues Mascarenhas, que para o pagamento dos cavaleiros, escudeiros e pessoas que serviram na guarda real gastou 300.012 reais<sup>1462</sup>. Temos registo do seu percurso na corte, durante o reinado de D. Manuel I, que se inicia com a sua recondução como escudeiro em 1499, com todos os privilégios inerentes ao cargo<sup>1463</sup>. Em 1501, é

---

<sup>1452</sup> Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], pp. 359-360.

<sup>1453</sup> D. Luiz Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, pp. 444-445.

<sup>1454</sup> D. Luiz Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, p. 446.

<sup>1455</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 130v (Almeirim, 28/04/1510).

<sup>1456</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 11v (Lisboa, 27/04/1504).

<sup>1457</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 135v/136 (Lisboa, 25/09/1515).

<sup>1458</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 138v (Lisboa, 04/10/1515).

<sup>1459</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 86 (Évora, 24/10/1520).

<sup>1460</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 82v (Lisboa, 27/06/1521).

<sup>1461</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 88 (Lisboa, 08/06/1521).

<sup>1462</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 71v (Lisboa, 19/04/1502).

<sup>1463</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 97v (Lisboa, 20/06/1499).

tratador das moradias<sup>1464</sup>, pagador aos desembargadores das casas da suplicação e do cível nos anos de 1499 a 1501<sup>1465</sup> e das moradias da casa real, entre os anos de 1500 e 1501<sup>1466</sup>, para além dos pagamentos à guarda real, com se referiu. Foi assassinado, como se depreende de um registo em que se dá a mercê do ofício de escrivão diante o corregedor de Lisboa, Brás Afonso, a Pedro Fernandes, substituindo Pedro Dias que o perdera por vários erros, sendo um deles ter tirado devassa sobre a morte de João Rodrigues Mascarenhas, por mandado do corregedor, tendo interrogado as testemunhas sem este estar presente<sup>1467</sup>, tendo esta morte ocorrido antes de junho de 1509, quando é dada carta de quitação aos seus herdeiros<sup>1468</sup> sobre diverso valores.

Nos anos de 1504, 1505, 1506<sup>1469</sup> e os nove primeiros meses de 1507<sup>1470</sup>, foi Álvaro Salgado, cavaleiro da casa real, quem efetuou os pagamentos, despendendo 1.041.648, 1.327.064, 1.280.660 e 1.063.042 reais, respetivamente.

---

<sup>1464</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 45 (Lisboa, 04/06/15019).

<sup>1465</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 70 (Lisboa, 19/04/1502).

<sup>1466</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 70v (Lisboa, 27/05/1502).

<sup>1467</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 22v/23 (Lisboa, 11/03/1511).

<sup>1468</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 28/28v (Lisboa, 26/06/1509).

<sup>1469</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 131 (Abrantes, 97/05/1507).

<sup>1470</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 4v (Santarém, 04/12/1507).

## **II. A CASA REAL E O SERVIÇO AO REI E AOS SÚBDITOS**

## 1. O REI DIVERTE-SE

O dia a dia do rei pautava-se por um conjunto de tarefas, de administração do reino, para as quais D. Duarte, homem meticoloso, nos deixou o seu planeamento semanal. O reinado de D. Manuel I foi um reinado calmo, se o compararmos ao de D. Afonso V, com o rei envolvido nas guerras com Castela e no norte de África. Sobre a governação de D. Manuel I, escreveu Damião de Góis, este iniciava os seus dias com missa, despachava com o escrivão da puridade, os vedores da fazenda, escrivães da fazenda e da câmara, nas sextas feiras, depois de comer, despachava com os desembargadores do paço, e dava audiência pública muitas vezes<sup>1471</sup>. Reunia com os seus conselheiros e recebia os embaixadores dos vários potentados europeus, desejosos de manter boas relações comerciais com o reino português, bom ouvinte, prudente, de claro e bom juízo, «o q lhe causava não ser tão sujeito aho parecer dos do seu conselho»<sup>1472</sup>, quando comia gostava de falar com letrados, que sempre estavam à sua mesa, e sobretudo com estrangeiros que passavam pelo reino ou com naturais que já tivessem estado fora<sup>1473</sup>.

Entre os afazeres dos negócios do reino, as deslocações que efetuava entre as várias cidades, mantinha o rei espaço para o entretenimento e prazer, que as atividades dentro ou fora do paço lhe proporcionavam. De anteriores reis em convívio com a população, com D. Manuel I temos um rei afastado, com uma vida mais centrada na corte, em que as suas presenças públicas são marcadas pelo espetáculo do maravilhoso, com duas regras fundamentais: a da distância e a da altura. O rei quando é visto publicamente encontra-se rodeado de vários cortesãos e montando num cavalo, sobrelevando-se da multidão, antecedido por uma guarda pessoal que vai abrindo caminho. Quando se encontra no paço ou na igreja, a distância mantém-se e o rei encontra-se sentado numa cadeira ricamente trabalhada, com dossel e colocada num estrado, situando-se acima das restantes pessoas<sup>1474</sup>. Vejamos alguns momentos da vida da corte, em que o rei se diverte,

---

<sup>1471</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV pp. 227-228. Para Gaspar Correia, o rei era bom despachador, com todos os dias da semana repartidos e ordenados para o trabalho do regimento do seu reino e despachos: segunda e terça, despachava as coisas da fazenda; quarta e quinta despachava as coisas do povo; sexta e sábado, as coisas da relação, a que se deslocava `durante o dia de sexta, e no sábado estava em despacho de perdões, esmolas e casas piedosas, cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, p. 173.

<sup>1472</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 224.

<sup>1473</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 224.

<sup>1474</sup> Ana Maria Alves, *Iconografia do poder Real no Período Manuelino* [...], p. 56.



não se distinguindo do comum dos mortais, espaços de lazer e usufruição de prazer, que a música, o teatro, a caça ou a leitura, lhe proporcionavam.

### 1.1. CASAMENTOS E BATIZADOS

As casas reais de Portugal, Castela e Aragão, sempre mantiveram uma tradição matrimonial entre si, que na segunda dinastia se refletiu nos enlaces de D. Duarte com D. Leonor, infanta de Aragão, do infante D. Pedro, com Isabel de Aragão, condessa de Urgel, de D. Joana, filha de D. Duarte com Henrique IV, de Castela, do príncipe D. Afonso, com D. Isabel, infanta de Castela. D. Manuel I irá casar com duas irmãs. Filhas dos Reis Católicos, a sobredita D. Isabel e D. Maria, e com uma neta dos mesmos reis, D. Leonor. A infanta D. Isabel e D. Manuel I, de idades semelhantes, já se conheciam por via das Terçarias de Moura, perdendo o contacto quando estas terminaram, teriam eles perto de 15 anos, voltando a encontrar-se em 22 de novembro de 1490, aquando do casamento entre D. Isabel e o príncipe D. Afonso, filho de D. João II e de D. Leonor. Este casamento teve lugar em Estremoz, para onde, tanto a comitiva que fora receber D. Isabel à fronteira de Elvas, com o duque de Beja, D. Manuel I, em representação do príncipe, como a comitiva vinda de Évora, com o rei, o príncipe e os principais homens do rei, se encontraram. Pouco tempo durou o enlace. A 13 de julho de 1491, o príncipe D. Afonso cairia debaixo do cavalo e morreria no dia seguinte, regressando a viúva à corte de seus pais. D. Manuel I, quando foi alevantado por rei, enviou D. João Manuel<sup>1475</sup>, seu camareiro, tratar do casamento com a infanta viúva, que estava renitente em se casar novamente, mas demovida com a justificação de que a união seria benéfica para os dois reinos, aceitou ao acordo de matrimónio, mas foi protelando a data para entrar no reino de Portugal, sendo a sua última exigência que nele não morassem judeus<sup>1476</sup>, obrigando D. Manuel I a exercer o seu poder e a mandar batizar todos os seguidores da «nação»<sup>1477</sup> e, mostrando alguma impaciência e descontentamento, escreveu por sua própria mão, algumas cartas a D. Álvaro, que se encontrava na corte dos Reis Católicos, reclamando pela vinda da futura rainha. Desbloqueada a situação, dirigiu-se a Castelo de Vide, onde aguardou a infanta, que se encontrava do outro lado da fronteira, em Valença de Alcântara. A demora, na vinda da princesa para o reino, manteve-se, justificada no facto

---

<sup>1475</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXII, p. 46.

<sup>1476</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXIV, p. 50.

<sup>1477</sup> Sobre os batizados em pé, ver Elias Lipiner, *Os batizados em pé* [...].

do filho varão dos Reis Católicos se encontrar em Salamanca muito doente, ficando o pai a acompanhá-lo, o que impossibilitava a entrega formal da princesa ao rei de Portugal. Ao fim de alguns dias de espera, e porque o filho se encontrava pior de dia para dia, D. Fernando deu instruções para que D. Manuel I, com um pequeno séquito, se deslocasse a Valência de Alcântara, para receber a princesa<sup>1478</sup>, o que foi feito no mesmo dia em que chegou a mensagem do falecimento de D. João, príncipe das Astúrias, notícia que a rainha de Castela tentou encobrir, para que o casamento não ficasse manchado pela dor. D. Manuel I, posto ao corrente, logo pediu autorização para voltar ao reino, com a novel esposa, o que foi feito, disfarçando os membros da comitiva a sua dor perante a rainha, que só veio a saber da morte do irmão passados vários dias. Por respeito ao luto, e porque D. Fernando pedira que os festejos fossem realizados em data mais propícia, poucas festas se fizeram, das muitas que estavam preparadas, tentando manter um cenário de normalidade para a nova rainha, o mesmo acontecendo nas povoações por onde passaram até chegar a Évora, onde ficaram aposentados.

O segundo casamento de D. Manuel I, com a infanta D. Maria, veio no seguimento da estratégia seguida pelos Reis Católicos para manter a aliança entre os reinos ibéricos. Com a filha mais velha, D. Joana, casada com Filipe o Belo, arquiduque da Áustria, foi proposto a D. Manuel I o casamento com D. Maria, que foi aceite. Entrando no reino por Moura, onde a estava aguardando o duque de Bragança, que levava procuração<sup>1479</sup>, D. Afonso, bispo de Évora, e vários nobres, fidalgos e cavaleiros. De Moura partiram para Alcácer do Sal, onde o rei aguardava, e onde foram feitas algumas festas em honra do acontecimento, findas as quais o casal real partiu para Lisboa, onde foram recebidos na Ribeira e levados com júbilo pelos moradores, portadores de arcos festivos, até à sé, e daí para o paço da Alcáçova<sup>1480</sup>.

Casou terceira vez, D. Manuel I, com D. Leonor, neta dos Reis Católicos e irmã de Carlos V. Dada a consanguinidade entre os noivos, foi necessário pedir dispensa papal, o que foi concedido. O casamento de D. Leonor já estava a ser tratado, mas com o príncipe D. João, pelo que a notícia que o marido seria D. Manuel I caiu mal entre alguns senhores e fidalgos do reino, e o príncipe, de tal enlace, nunca mostrou gosto nem contentamento<sup>1481</sup>. Para receber a princesa, enviou o rei, mais uma vez, o duque de

---

<sup>1478</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXIV, p. 52.

<sup>1479</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XLVI, p. 112.

<sup>1480</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XLVI, p. 113.

<sup>1481</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. XXXIV, p. 84.

Bragança, como seu procurador, desta vez acompanhado pelo arcebispo de Lisboa, o bispo do Porto e outros nobres e fidalgos, sendo feita a entrada em Portugal, junto ao rio Sever, entre Marvão e Castelo de Vide, com o monarca, e o príncipe, a deslocarem-se para o Crato, aguardando a chegada da nova rainha. A entrada da princesa no reino fez-se perante trezentos cavaleiros e cem albardeiros, homens da casa do duque, e mais de dois mil cavaleiros das comitivas dos bispos e senhores presentes. Se dos dois primeiros casamentos, Damião de Góis foi parco na descrição dos festejos que rodearam os mesmos, o primeiro por óbvio motivo de luto, neste terceiro enlace, já descreve como decorreu a receção a D. Leonor em terras portuguesas e o que se seguiu, com dois dias de danças, jogos e festas que ocorreram na vila do Crato. Do Crato partiram para Almeirim, onde foram recebidos com muita música de trombetas, atabales e charamelas, e onde o casal real, com toda a sua corte, se mantiveram até ao começo do verão, em grandes festas, com touros, canas, serões e passatempos, seguindo depois para Évora<sup>1482</sup>.

É de realçar que D. Manuel I se desloca pessoalmente à entrega da esposa no primeiro casamento, talvez fruto da ligação estabelecida entre os dois nas Terçarias de Moura, visto que o protocolo seguindo, tanto no casamento do príncipe D. Afonso, como nos casamentos seguintes de D. Manuel I, foi o de encarregar como procurador do nubente, o nobre de mais alta condição. Outra questão que se recolhe, é a diferença entre casamentos anteriores e os casamentos deste reinado, tornando a cerimónia mais íntima, a que só vão os convidados, não dando, quiçá, a importância devida aos festejos em que o seu povo gostaria de participar, exultando a vinda de uma nova rainha. A estas celebrações, deu Damião de Góis mais preponderância aos atos do soberano e aos de índole privada, do que aos festejos com a participação popular, numa posição oposta à de Rui de Pina, quando descreveu o casamento da infanta D. Leonor, irmão de D. Afonso V, com o imperador Frederico<sup>1483</sup>, ou os grandes festejos que se fizeram em Évora, quando o filho varão de D. João II se casou com D. Isabel de Castela<sup>1484</sup>. Para este casamento, o rei ordenou que fossem as maiores e as mais excelentes que se pudessem fazer, no que tocava a cerimónias reais, mandando aprovisionar grande quantidade de mantimentos para os banquetes e consoadas, que teriam lugar num grande pavilhão em madeira que mandara construir junto ao paço, onde se serviram os banquetes, e ordenando a compra

---

<sup>1482</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. XXXIV, p. 89.

<sup>1483</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CXXXI e cap. CXXXII.

<sup>1484</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XLIV a cap. XLVII. Ver também Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXVII a cap. CXXVIII.

no estrangeiro de grandes quantidades de artigos em seda, brocados, tapeçarias, cavalos e arneses, forros de martas, arminhos e outros de penas, provenientes de Itália, Inglaterra e Flandres. Contratou cozinheiros, ministros altos e baixos, ordenou que a todo fidalgo e cavaleiro que quisesse justar, fossem dados cavalo e armas de graça, e para ajuda da despesa da justa deu duzentos cruzados em brocados e sedas. Ordenou que aos fidalgos e gentis-homens que não tivessem de justar, e fossem dançar e fazer momos, dar-lhes para se vestirem, duzentos cruzados, e aos outros cem. Mandou que de todas as mourarias do reino viessem às festas todos os mouros e mouras que soubessem bailar, tocar e cantar, a cada um dos quais foram dados mantimentos mais do que suficientes, e no fim dos festejos foram-lhes entregues vestidos finos, e dinheiro para a despesa da deslocação. Foi ordenado e cumprido que dos lugares mais perto, viessem às ditas festas, moças formosas, que soubessem bem bailar e cantar, que vieram com mancebos foliões vestidos com trajes alusivos, e a todos alimentou. Quando partiram, ofereceu-lhes dinheiro e vestimentas. As festas duraram vários dias, com justas, momos, canas e toiros, e muitos banquetes, muitas danças e músicas, em que todos puderam, de uma forma ou de outra, participar.

D. Manuel I reuniu cortes por quatro vezes, durante os 26 anos de reinado. A primeira delas, em outubro de 1495, de que não nos chegou documentação, foi a de o alevantar e jurar por rei, pelos senhores e prelados que se encontravam em Alcácer do Sal no tempo em que D. João II faleceu. A segunda reunião, ocorrida em 20 de janeiro de 1498, teve por motivo a ida a Castela e Aragão, para o casal real ser jurado como herdeiro, e necessitar da autorização dos três estados para sair do reino, ficando a rainha viúva de D. João II, como regente. A terceira, em 7 de março de 1499, para juramento como herdeiro do reino de Portugal, do príncipe D. Miguel, que veio a falecer. E, finalmente, as cortes para o juramento do príncipe D. João, a 15 de agosto de 1502. Da documentação que chegou até aos nossos dias, temos o ritual de juramento das cortes de 1499, que tiveram lugar na igreja de S. Domingos<sup>1485</sup> e o rol dos preparativos para a cerimónia do batizado e o das pessoas que juraram o príncipe em 1502<sup>1486</sup>.

Era prática no reino de Portugal o juramento do primogénito e herdeiro em cortes, como se informa nas convocatórias enviadas, em que escrevia «porque Segundo que se costuma fazer nestes Reinos ha loguo de Ser Jurado per todos os tres estados deles»<sup>1487</sup>,

---

<sup>1485</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)* [...], pp. 17-23.

<sup>1486</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)* [...], pp. 11-13 e 87-89.

<sup>1487</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)* [...], p. 31.

e a 7 de março de 1499, o príncipe D. Miguel, foi jurado herdeiro da coroa de Portugal<sup>1488</sup>. Dada a ausência do príncipe, que ficou entregue aos cuidados dos avós maternos, desde o seu nascimento até à data da sua morte, ocorrida em Granada, a 20 de julho de 1500, o preito de obediência e menagem foi feito em mãos de D. Manuel I. O cerimonial teve lugar no mosteiro de S. Domingos, mais precisamente na capela de Jesus Cristo e iniciou-se com uma missa e vésperas em pontifical, celebrada pelo bispo de Tânger, D. Diogo Ortiz. Finda a cerimónia religiosa, Pêro de Gouveia, oficial régio do desembargo, proferiu a oração e a arenga em louvor da obediência devida ao primogénito. Dessa oração, transcrita nos autos, os estados comprometem-se a aceitar e reconhecer o príncipe D. Miguel como verdadeiro rei, obedecendo-lhe «em todo e per todo e a seus mandados e Juízos no alto e no baixo E ffareemos por elle guerra e paz A quem nos elle mandar»<sup>1489</sup>. O rei, recolhido dentro de uma cortina onde ouvira missa, finda a oração manda levantar as corrediças da cortina e inicia-se a cerimónia de juramento.

Dentro da cortina, acompanhando o rei, sentado numa cadeira baixa colocada sobre um estrado, encontravam-se na sua direita, de pé sobre o estrado, o sobrinho, D. Jaime, duque de Bragança, D. Jorge, filho bastardo de D. João II e mestre das Ordens de Avis e Santiago, o sobrinho D. Afonso, filho do duque de Viseu e o marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses, primo e cunhado do rei. Adiante do monarca, segurando o estoque, D. Fernando de Meneses, conde de Alcoutim, filho do marquês. No primeiro degrau do altar, sentado numa cadeira, rodeado por diáconos e subdiáconos ajoelhados, o bispo de Tânger, que tinha diante de si um missal aberto, sobre o qual repousava uma Vera Cruz. A sequência de juramento foi iniciada por quem se encontrava no estrado à direita do rei: D. Jaime e D. Jorge seguindo-se fidalgo, prelados e grandes do reino, que juram por si, ou são portadores de procuração daqueles que não puderam estar presentes. Com solenidade, os personagens dirigiam-se ao altar, aos pares, e ajoelhando perante o bispo juravam, pelos Santos Evangelhos e pela Santa Cruz, cumprir o que fora dito na oração de obediência. Findo o juramento, punham as mãos no missal e beijavam a cruz, após o que se levantavam e se dirigiam ao rei, diante de quem se ajoelhavam colocando as mãos entre as mãos do rei, num sinal claro de menagem, sujeição e obediência ao que tinham jurado. Após beijarem a mão régia, levantavam-se e recolhiam aos seus lugares.

---

<sup>1488</sup> D. Miguel foi jurado herdeiro da coroa de Aragão a 22 de setembro de 1498 e da coroa de Castela nas cortes de Ocãna de janeiro de 1499, cf. Isabel Drumond Braga, «D. Miguel (1498-1500) ou o Projecto de um Monarca para a Península Ibérica» *Cooperação e conflito. Portugal, Castela e Aragão. Séculos XV e XVII*, pp. 35-60, [...], p.44.

<sup>1489</sup> Cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)* [...], p. 18.

O batizado e cerimónia de juramento do príncipe D. João, decorreu no paço da Alcáçova, onde nasceu. O batizado foi na capela de S. Miguel, em cerimónia presidida pelo arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, tendo por madrinhas a rainha D. Leonor e a infanta D. Beatriz, mãe do rei, por padrinhos o Doge de Veneza, representado pelo embaixador Pero Pasqualigo, e o conde de Portalegre, e foi levado ao altar por D. Jaime, duque de Bragança<sup>1490</sup>. A cerimónia de juramento em que estiveram presentes senhores, alcaides, prelados e procuradores das sedes de comarca<sup>1491</sup>, teve lugar no paço da Alcáçova, mais precisamente na Sala dos Leões<sup>1492</sup>, onde foi instalado um toldo, um dossel, a cadeira rica e onde se perfilavam os porteiros da maça e os oficiais de armas<sup>1493</sup>. O ritual de juramento manteve-se, com o arcebispo de Lisboa a fazer o auto de juramento, e o rei, sentado, a receber em nome do príncipe, os juramentos e as menagens.

## 1.2. MÚSICA E TEATRO DENTRO DE CASA

A música teve um papel importante no quotidiano de D. Manuel I, «músico de vontade», com ela a ocorrer nas situações mais diversas, como nos relatou Damião de Góis, na sua Crónica. Nas refeições:

«Todolos domingos, e dias sanctos jantaua e çeaua com musica de charamelas, saquabuxas, cornetas, harpas, tamboris, e rabecas e nas festas prinçipaes cõ atabales, e trõbetas, q todos em quãto comiam tãgiam cada hũ per sue gyro, álẽ destes tinha músicos mouriscos, q cantauam, e tangião cõ alaudes, e padeiros, aho som dos quaes, e assim das charamelas, harpas, rabecas, e tâboris dançauão os moços fidalgos durãdo ho jantae e çea»<sup>1494</sup>.

Nas vésperas de Natal, consoava publicamente na sala, ladeado pelos porteiros de maça, reis de armas, acompanhado pela música dos charamelas, trombetas e atabales<sup>1495</sup>. Todos os domingos e dias santos, «e algũs de fazer em quãto foi casado daua serão às

---

<sup>1490</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXII, p. 154.

<sup>1491</sup> Nestas cortes não são convocados os procuradores dos concelhos, propondo-se uma representação mais reduzida, só com os procuradores eleitos nas «cabeças» das comarcas do reino. No entanto, a presença popular acabou por ser maior uma vez que certos concelhos se fizeram representar diretamente, cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)* [...], pp. 33-36.

<sup>1492</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* [...], vol. I, cap. II, p. 7.

<sup>1493</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)* [...], p. 11.

<sup>1494</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 224.

<sup>1495</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 225.

damas, e galantes, em q todos dançauão m e bailauãm e elle algũas vezes»<sup>1496</sup>. Durante a sesta, quando se deitava, era acompanhado por músicos que tocavam música de câmara, quando despachava, a música soava e, na sua capela, «tinha estremados cãtores, e tãgedores, q lhe vinhão de todalas partes Deuropa, a q faziam grãdes partidos, e dava ordenados co que se mantinhão honradamente, e allẽ disto lhe fazia outras merçes, pelo que tinha hũa das melhores cappelas de quãtas Reism e príçipes então viuião»<sup>1497</sup>. Mesmo na caça, nunca ia para ela sem levar músicos e instrumentos de câmara, «cõ que lhe tangião, e cãtauão, fosse no campo, ou nas casas onde comia e repousava»<sup>1498</sup>, e nos dias em que dava audiência havia sempre na câmara música de cravo e cantores<sup>1499</sup>.

Por uma missiva enviada aos Reis Católicos, datada de 26 de dezembro de 1500<sup>1500</sup>, pelo embaixador Ochoa de Isasaga, dando notícias da rainha D. Maria, chegada a Portugal poucos meses antes, são-nos descritos momentos de vivência da corte de D. Manuel I, que vão desde o plano religioso, passando pelas refeições e pelo divertimento. Por essa carta, ficamos a saber que o rei e a rainha assistiram a cinco cerimónias religiosas, entre os dias 24 e 25 de dezembro, algumas delas no espaço do seu oratório, outras na capela real de S. Miguel, sita junto ao paço da Alcáçova de Lisboa, onde o casal real estava instalado, em aposentos separados. Na capela real, a rainha assistia às cerimónias litúrgicas da tribuna e o rei, após deixar a rainha, descia à nave onde estava instalado o seu setial<sup>1501</sup> com cortinas. As matinas foram cantadas solenemente ao som de órgãos e canções, com pastores entrando na capela dançando e cantando o *gloria in excelsis Deo*. Na missa do galo, em pontifical, dita pelo bispo de Fez, o embaixador realça a riqueza da ornamentação de brocado do altar, com uma grande e rica cruz, os candelabros de prata, os ornamentos, e a mitra e o báculo do bispo com muita pedraria. O evangelho e a paz, foram dados ao rei com muita cerimónia, mas não à rainha.

Extraímos, também, que muitas das refeições eram tomadas em separado, com a rainha nos seus aposentos e o rei na sala grande do paço, onde uma mesa e uma cadeira ricamente ornamentada, foram colocadas num estrado com dossel, onde o rei se sentava,

---

<sup>1496</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 224.

<sup>1497</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 224.

<sup>1498</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 229.

<sup>1499</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 228.

<sup>1500</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los reyes católicos* [...], vol. III, pp. 77-85. Cf. Luiz Francisco Rebello, *O Primitivo Teatro Português*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, pp. 89-98. Ver também João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I. 1469-1521. Um príncipe do Renascimento* [...], pp. 117-121.

<sup>1501</sup> Banco ou genuflexório ornamentado onde o rei se ajoelhava, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VII, p. 665.

rodeado pelos seus cortesãos, com o servidor da toalha de joelhos diante dele, até que terminasse a refeição, acompanhadas por música tocada por menestréis, sendo depois servidos todos os que assistiam. A ceia do dia de Natal, com a presença da rainha e das suas damas, a que se juntou a infanta D. Beatriz, mãe do rei, e D. Isabel, sua irmã, decorreu na sala grande, que estava cheia. Quando todos se instalaram começaram os menestréis a tocar muito alto, e depois saíram muitos momos, com as várias representações a serem anunciadas ao som de trombetas. O primeiro quadro foi o do jardim encantado com uma árvore de fruto muito grande e bem feita, com muitas ramagens espessas cheias de velas que ardiam. E por cima da árvore um formidável dragão com três cabeças ferozes e seis grandes mãos, com a cauda enrolada a todo o tronco da árvore; e todo o horto estava coberto ao redor com paramentos de tela delgada, e dentro estavam seis damas. O carro com o cenário dirigiu-se ao local onde estava a rainha, e uma delas entregou à rainha uma carta com um escrito que deu o mote às cenas seguintes, onde se misturavam o acesso ao reino da Etiópia, que o dragão, representado o mal, impedia, com os jogos galantes e a súplica ao amor da rainha para com o rei.

Com a saída do carro, entrou o rei com vinte cavaleiros, todos mascarados, que deram duas voltas pela sala dançando. D. Manuel I dirigiu-se ao estrado e tomando a rainha foram dançar e tornaram a sentar-se no estrado. Depois de sentados, cada um dos cavaleiros chegando junto de sua dama, retirou a máscara e dançaram com elas. Depois disto, veio um momo com uma máscara que trazia agrilhado um gigante muito grande e feroz e, detrás dele, três momos muito luzidos com suas máscaras e, chegando em frente do estrado, o que trazia o gigante entregou um escrito à rainha que dizia que era enviado pelo poderoso Cupido, que lhe oferecia o gigante para seu serviço, e pedia que as damas não usassem de crueldade para com os bons amadores. Outros quadros se seguiram, obedecendo todos ao mesmo guião, entrada ao som de trombetas, os cavaleiros mascarados, que representavam os vários quadros, entregavam ao rei ou à rainha, um escrito que articulava os dois eixos temáticos desenvolvidos nessa noite: a missão em que o rei e os seus cavaleiros estavam envolvidos, e os jogos de galanteria próprios da corte, em que a rainha e as suas damas castelhanas desempenhavam um papel importante, juntando-se depois às damas com quem dançavam.

Nos quadros que se foram desenrolando, presenciaram-se oito romeiros que iam a Santiago, com seus bordões e conchas, num bergantim artificialmente feito, e, chegando à porta da sala, desembarcaram e entregaram um escrito ao rei. Seguiram-se oito inimigos malignos, que encarnavam o diabo, e muito ferozes, trazendo quatro momos, muito



luzidos com suas máscaras e acorrentados, que entregaram o escrito à rainha. Depois disto, vieram oito almas com velas acesas na mão, que significavam a misericórdia e, atrás, um momo muito bem adereçado, e as almas, ao chegarem diante de uma dama que se chamava Dona Leonor Henriques, ajoelharam e disseram duas vezes em voz alta «Ave misericórdia, ave misericórdia», e logo se foram embora e o momo deu o escrito à rainha. Seguiu-se um pequeno pajem com máscara e a seguir dois cavaleiros com trajes roçagantes de guadamecil verde e dourado à francesa, com suas máscaras, com o pajem a cumprir o papel de entrega à rainha. Um ermitão, com seu bordão e grande barba, e, detrás, um bosque feito a modo de encantamento, no qual vinha um momo, que entregou um escrito à senhora rainha em que dizia que se tinha enamorado da corte que acompanhava a rainha. Depois disto veio uma mulher muito feroz, trazendo um encantamento feito artificialmente que parecia uma cova metida num áspero bosque, dentro da qual vinham quatro momos muito bem ataviados com suas máscaras. E esta mulher, dando um escrito que trazia à senhora rainha, pegou numa vara e quebrou este encantamento, e os momos que estavam presos soltaram-se, e cada um deles entregou um escrito à sua dama, e dançaram. Por fim, o marquês de Vila-Real, vestido de momo com sua máscara, com quatro pajens à frente, também com suas máscaras e roupagens, entregou um escrito à rainha que dizia assim:

«Muito alta e muito eçelente princesa e muito poderosa señora. Eu so o marques, que en esta festa de vosa alteza, nosso señor, que es dreyto juez, per sortes me deu por servidor de una dama de vosa alteza, por saber que yo era mays que todos, a quale dama mejor tomaron por duas vezes, por tanto me vengo a querer a vosa alteza que esta terçeya me mande restituyr a ser servicio una dança»<sup>1502</sup>.

Depois de acabada a festa, dadas as doze horas da meia-noite, o rei dançou com todos os momos uma dança a que chamavam *seran*, subindo o casal real até aos aposentos da rainha, onde cearam, o que feito, mandaram sair todos da câmara e ficaram a sós para se deitarem.

Um outro divertimento, era a presença continuada na sua corte de chocarreiros castelhanos, com cujos motes e ditos se divertia «não porque gostasse tanto do que dizião, quomo ho fazia das dissimuladas repreensões q com geitos, e palavras trocadas dauã ahos

---

<sup>1502</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los reyes católicos [...]*, vol. III, p. 85.

moradores de sua casa, fazêdolhes conhecer has manhas, viços, e modos que tinha de q se muitos tirauã, e emmêdauão, tomando ho q estes truães dizião com graças, por spelho do que hauiam de fazer»<sup>1503</sup>. Este tipo de divertimento, de dichotes, subentendidos, e palavras com duplo sentido, leva-nos à representação teatral, de que Gil Vicente será o precursor desse tipo de atividade na corte régia.

A uma segunda feira, 6 de junho de 1502, nascia em Lisboa, no paço da Alcáçova, o príncipe D. João, filho da segunda mulher de D. Manuel I, a rainha D. Maria. No dia seguinte, estando no leito com seu filho, acompanhada do marido, da sogra e das cunhadas, e muitas outras pessoas, entrou na câmara Gil Vicente, vestido de vaqueiro, a recitar o auto que ficou conhecido como o *Monólogo da Visitação ou do Vaqueiro*, e no final entraram trinta figurantes, vestidos de pastores, com ofertas de queijadas, queijos e ovos, para o príncipe<sup>1504</sup>. A partir dessa peça, que na opinião de Braamcamp Freire, foi a pedra fundacional do teatro português<sup>1505</sup>, outras se seguiram. No mesmo ano, a pedido da rainha D. Leonor, foi representado o *Auto Pastoril ou Castelhana* e o *Auto dos reis Magos*.

Das 46 peças que se lhe conhecem<sup>1506</sup>, 22 foram representadas ao longo dos anos em que D. Manuel reinou, sendo estas um manancial para conhecermos caracteres, trajes e adornos utilizados na época<sup>1507</sup>. As suas peças, em especial as farsas e os autos, são construídos ao gosto de um público de corte, em que são apresentadas situações de uma realidade imediata, sobre as quais o autor oferece um olhar repartido por várias dimensões: religiosa e moral, satírica, alegórica e psicológica<sup>1508</sup>. Se de início as suas peças são de cariz eminentemente religioso, depressa utiliza a farsa e o auto para criar figuras que falam com gestos e frases do quotidiano, às quais associa a crítica social aos valores que imperam numa sociedade que, no seu pensamento, se desviou do ideal cristão

---

<sup>1503</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 225.

<sup>1504</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Vida e obras de Gil Vicente «Trovador, mestre da balança»*, Porto, Empresa literária e tipográfica, 1919, p. 42. Veja-se também Joaquim Oliveira, *A 'visitação' de Gil Vicente à rainha parida D. Maria*, Lisboa, Edição de Álvaro Pinto (Revista Ocidente), 1953.

<sup>1505</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Vida e obras de Gil Vicente «Trovador, mestre da balança»* [...], p. 42.

<sup>1506</sup> Conhecem-se os títulos de 49 obras dramáticas de Gil Vicente, encontrando-se três perdidas: *O Jubileu de Amores* e os *Autos de Aderência do Paço* e *Da Vida do Paço*, cf. Laurence Keates, *O teatro de Gil Vicente na Corte*, Lisboa, Editorial Teorema, 1988, p. 93. A compilação feita pelos seus filhos e editada em 1562, foi objeto de censura pela Inquisição, ao longo dos anos, sendo removidas um total de 14 peças, cf. Stephen Reckert, *Espírito e letra de Gil Vicente*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 25.

<sup>1507</sup> Ver Maria José Palla, *Do essencial e do supérfluo. Estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

<sup>1508</sup> Paul Teyssier, *Gil Vicente — O Autor e a Obra*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e das Universidades, 1982, pp. 109-110.

e do bem comum, onde a falta de fé, a ambição, a falsidade e a cobiça medravam numa ânsia em que cada um procurava manter uma vida de fausto, sem que para isso tivesse capacidade financeira, ou o prestígio do sangue nobre<sup>1509</sup>, que era, muitas vezes a única coisa que o nobre possuía.

Gil Vicente associava à ação as personagens com as suas falas características, o seu trajar, o espaço simbólico em que a peça era representada e os adereços que construía o cenário, para criar uma identificação mais rápida do espectador com a construção dramática, e desta com a mensagem moral que se pretendia transmitir, e o mesmo acontecia com a utilização de cantigas intercaladas na estrutura das suas peças, que tanto podiam ligar as cenas, como embelecer ou acentuar uma determinada situação cénica<sup>1510</sup>. Os adereços aliam-se a esta construção da personagem, e consoante a peça, o autor recorre a diferentes objetos como «mediadores das relações do homem com a sociedade»<sup>1511</sup>, e o facto de acompanhar a itinerância da corte manuelina, permite-lhe entrar em contacto com grupos e comunidades outras, que não as que se encontravam em Lisboa, o que lhe permite criar personagem e ambientes que tanto podem ser urbanos, como rurais, criando figuras que se enquadram nesses ambientes, desde sujeitos estereotipados a indivíduos bem identificados<sup>1512</sup>.

Os locais de representação irão variar, desde os paços da Alcáçova, da Ribeira ou de Santos, em Lisboa, ao paço de Almeirim, a capelas e igrejas, representando para a corte ou para o séquito da rainha D. Leonor, continuando a produzir obras após a morte de D. Manuel I. Morreu Gil Vicente nos finais de 1536 ou princípio de 1537<sup>1513</sup>.

---

<sup>1509</sup> Maria Leonor Garcia da Cruz, *Gil Vicente e a sociedade portuguesa de quinhentos. Leitura crítica num mundo de «cara atrás» (as personagens e o palco da sua acção)*, Lisboa, Gradiva, 1990, pp. 135-136.

<sup>1510</sup> Albin Eduard Beau, «A música na obra de Gil Vicente», Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1939, separata *Biblos*, vol. XIV, p. 9.

<sup>1511</sup> Maria José Palla, *A palavra e a imagem. Ensaios sobre Gil Vicente e a pintura quinhentista*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 25.

<sup>1512</sup> Maria Leonor Garcia da Cruz, «Gil Vicente - jogo de identificações sociais num mundo de ambivalências», *As artes visuais e as outras artes*, actas das conferências, Lisboa, 27 de outubro, 3, 10, 17, e 25 de novembro de 2010, pp. 72-80, Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2011, p. 77.

<sup>1513</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Vida e obras de Gil Vicente «Trovador, mestre da balança»* [...], p. 406.

### 1.3. ATIVIDADES LÚDICAS FORA DE PORTAS

#### 1.3.1. FESTAS PÚBLICAS

##### 1.3.1.1 ENTRADAS RÉGIAS

A entrada régia era um momento solene que ocorria quando o rei entrava pela primeira vez numa cidade ou vila<sup>1514</sup>. Em mais uma singular forma de regular a atividade concelhia, D. Manuel I deu à cidade de Lisboa, em agosto de 1502, um regimento no qual se prescrevia o cerimonial de entrega das chaves da cidade ao soberano.<sup>1515</sup> Determinava o dito regimento que o rei era esperado fora de portas, por um cortejo em cuja dianteira se colocava o procurador, portador de uma vara mais pequena que a dos vereadores, com a qual ia abrindo caminho. A seu lado, o vedor das obras, que levava as chaves de cerimónia, douradas, com a gravação em relevo das armas da cidade, e levantadas na mão direita, para que todos as vissem. Seguiam-se os vereadores, entre os quais só três, os do ano, empunhavam as varas vermelhas. Ao seu lado direito, os juízes do cível, do esquerdo, caminhavam os juízes do crime. Seguia-se o escrivão da câmara, nas costas dos vereadores, após ele, desfilavam outros oficiais da câmara: almotacés, tesoureiro, contador e escrivão. As forças vivas da cidade, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e mercadores, constituíam o grupo seguinte, fechando o cortejo, o povo. A multidão aguardava a chegada da pessoa régia, e quando fosse avistado, os vereadores do ano, avançavam, abandonavam as varas e preparavam-se para beijar as mãos reais. O vedor das obras entregava as chaves ao vereador que fora sorteado, o vedor beijava as chaves e entregava-as ao monarca dizendo: «que esta sua mui nobre e sempre leall çidade de lixboa lhe entregua as chaves de todas suas portas, e dos leaes coraçõees de seus moradores, e de seus corpos e aueres, pera todo seu serviço». Ditas estas palavras, beijava as mãos do rei, e os outros vereadores também o faziam, por eles e pela cidade. Após este cerimonial, o rei transpunha as portas da cidade sob um pálio, cujas varas eram empunhadas pelos oficiais da governança da cidade<sup>1516</sup>.

---

<sup>1514</sup> Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.], p. 11.

<sup>1515</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *Elemento para a história do Município de Lisboa* [...], 1ª parte, tomo I, p. 92.

<sup>1516</sup> Na viagem que Filipe II realizou a Portugal em 1619, o regimento do cerimonial da entrega das chaves sofreu alterações, ficando mais elaborado, incluindo a condução do monarca, desde a porta da cidade onde era recebido, até à porta da Sé, quem o acompanhava até ao local de oração, e como se deviam despedir do rei, de joelhos no chão, no local onde este iria ficar aposentado, cf. Eduardo Freire de Oliveira, *Elemento*

### 1.3.1.2. TOUROS, CANAS E JUSTAS

Divertimentos mais mundanos eram os praticados em espaços públicos delimitados, em que os jogos cavalheirescos a cavalo se destacavam entre as manifestações a que o nobre podia entrega-se. Montar bem, fazer toda a sorte de manobras do alto da sela, praticar correrias, saltos e outros jogos, mais ou menos violentos, eram os exercícios a que os nobres, uma vez a cavalo, se podiam entregar<sup>1517</sup>. D. Manuel I, aos domingos e dias santos, depois de almoçar, gostava de ver os cavaleiros correrem a carreira, atividade em que algumas vezes participava<sup>1518</sup>. Correr a carreira consistia na disputa entre dois cavaleiros, que partindo de um ponto pré-definido, tentavam chegar na dianteira ao ponto final da corrida. Por vezes corria-se a carreira em *pareo*, onde os dois cavaleiros corriam de mãos dadas. Foi neste tipo de corrida que faleceu o príncipe D. Afonso, filho de D. João II, que correndo um *pareo* com D. João de Meneses, capitão de Azamor, na zona do Alfange, em Santarém, caiu o cavalo, ficando o príncipe debaixo dele, não dando acordo se si, morrendo no dia seguinte<sup>1519</sup>.

Um dos vários desportos equestres praticados, era correr a argolinha<sup>1520</sup>, que consistia na corrida a cavalo, lançado a galope, durante a qual os cavaleiros deviam enfiar a lança ou a espada em argolas suspensas. Vencia quem conseguia enfiar o maior número de argolinhas. Correr touros e jogar canas, eram praticados com alguma frequência, com especial ênfase em acontecimentos festivos. No casamento de infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V com o imperador Frederico, nas festas que se fizeram, houve justa, touros e canas<sup>1521</sup>. Pousando D. João II e a rainha D. Leonor, em Santarém, no ano de 1484, depois de passada a Páscoa de 1483, fizeram-se de dia e de noite festas de touros, canas e danças<sup>1522</sup>, na receção a Monsieur Duarte, senhor de Escalas, irmão de Elizabeth Woodville, rainha de Inglaterra, viúva, à época, do rei Eduardo IV, foram feitas grandes festas de touros, canas e momos<sup>1523</sup>, o mesmo aconteceu quando Bemoim, príncipe negro do reino de Gelof, na Guiné, foi feito cristão, e para comemorar essa conversão,

---

para a história do Município de Lisboa, 1.<sup>a</sup> parte, tomo II, Lisboa, Tipografia Universal, 1885, pp. 453-454.

<sup>1517</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa* [...], p. 190.

<sup>1518</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 225.

<sup>1519</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXXXII, pp. 192-200. Cf. Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. L, pp. 982-988.

<sup>1520</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. I, p. 491.

<sup>1521</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CXXXI, p. 761.

<sup>1522</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XVI, p. 926.

<sup>1523</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XXI, p. 938.

ocorreram festas de touros, canas, momos e danças<sup>1524</sup>. Em Évora, na praça da cidade correram-se touros e jogaram-se canas, quando se anunciou o casamento do príncipe D. Afonso, com D. Isabel de Castela<sup>1525</sup>, divertimentos que ocorreram mais do que uma vez, durante o tempo que duraram os festejos, em que se realizaram, também, justas, momos, músicas e outros entremezes<sup>1526</sup>. D. Manuel I mandava muitas vezes correr touros e jogar canas, e para que os fidalgos não gastassem muito de seu, para se equiparem a rigor, como mantinha muitos trajés mouriscos na sua guarda roupa, emprestava-lhos, entrando muitas vezes no jogo das canas, de que se desenhava com alguma destreza e graça, porque além de cavalgar bem, com a força que possuía nos braços, atirava a cana ou a lança de tal forma, que ninguém o ultrapassava<sup>1527</sup>. Variante das justas, em vez de lanças, os jogadores, a cavalo, serviam-se de canas pontiagudas com que se acometiam, dando voltas e perseguindo os contrários<sup>1528</sup>. Nas justas, utilizava-se o recinto da carreira, no qual grupos de cavaleiros partindo de pontos opostos, arremetiam sobre os oponentes munidos de lanças, e encontravam-se a meio tentando derrubar o adversário do cavalo à lançada<sup>1529</sup>.

A corrida de touros<sup>1530</sup> era mais violenta, na qual um homem montado num cavalo, defrontava um touro em pontas. Embora com dois séculos de permeio, Bluteau deixou-nos uma descrição de como decorria uma corrida, que era feita em Portugal com grande primor e grandeza.

«Na hora destinada para a festa dos Touros, o Cavalleyro montado num cavallo, sellado à gineta, com borzeguins, e esporas de acicates, trazendo o corpo direito, e em meyo dos arçoes, bem plantados os pés nos estribos, as pernas juntas no direito da silha, os joelhos fechados, e o corpo levantado na sella, dous ou três dedos entra na praça com toda a composição possível, encaminhando-se em linha recta ao Principe, supremo Tribunal, Governador, ou pessoa principal do festivo concurso por entre os lacayos, que divididos em duas alas levão os garrochoens, e garrochas; começa a fazer tres continencias, tornando tres vezes atraz, e tirando o chapeo com arte, e depois de virar para a parte direita com o cavallo ladeado, faz logo fio ao Touro, apercebendo de caminho a capa, passando

---

<sup>1524</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XXXVI, p. 954.

<sup>1525</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XLIV, p. 968.

<sup>1526</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XLVII, p. 978.

<sup>1527</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 226.

<sup>1528</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 93.

<sup>1529</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. IV, p. 232.

<sup>1530</sup> Sobre as touradas ver Paulo Drumond Braga, «Um espetáculo de morte: as touradas», *Animais e companhia na história de Portugal*, coordenação de Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, pp. 218-245.

a ponta della da parte esquerda para a direita, e segurando bem o chapeo na cabeça, e sem esperar que o Touro venha acometer, procura fazer todas as sortes, que se lhe oferecem, sem se alterar, nem mostrar que se dá por satisfeito das que tiverem bom sucesso. Tres ayrosas sortes póde o Cavalleiro fazer com o garrochão, em outras tantas posturas; a primeira pondo ao Touro o garrochão por entre os cornos, e derrobando o, ou quebrando o garrochão, fazendo força para deter o Touro que vai fugindo. A segunda, indo ao Touro, passo a passo, quando o Touro vem por linha atravessada ferir à estribeyra, e porlhe o garrochão entre os cornos, quãdo abaixa a cabeça; a terceira, levando o cavallo vivo, e alentado, com o garrochão armado por detraz da orelha direita delle, e indo ferir ao Touro de rosto a rosto, porém, algũa cousa fóra da linha que o Touro traz, por não chocar com elle. Em qualquer destas posturas, que o Touro descomponha o Cavalleyro, ou lhe fira o cavallo, tem o Cavalleyro obrigação de meter mão à espada, e de investir a cutiladas, atirandolhe revezes ao pescoço, e junto às orelhas, até que o Touro dispare a fugir, ou caia jarretado, e morto. Sendo este espectáculo por muitas circunstancias digno de admiração, assim pela desenvoltura com que se compõem o Cavalleyro, como pelo desenfado com que vay a demandar ao Touro com passo sossegado, como pela industria, graça, e donaire, com que empunha, arma, arrima, aponta o garrochão, e faz sortes aplaudidas dos circunstantes»<sup>1531</sup>.

Terminava Bluteau, dizendo que era forçoso confessar, que só o costume podia diminuir o horror que causava aos olhos, ver um curro convertido em açougue, com bramidos de animais com várias feridas abertas pelas garrochas, num divertimento onde os cavaleiros se expunham ao perigo, e muitas vezes dele saíam sem vida, sacrificada ao furor cego de um bruto. Este tipo de distração tinha as suas raízes no exercício das armas e na conservação da robustez do corpo<sup>1532</sup>. Servindo de treino para a guerra, muitos dos seus cultores teriam passado pelo Norte de África, mantendo desta forma, um estado de prontidão, em que se misturava ócio e prazer.

O jogo da péla, outro dos jogos públicos a que o rei e a sua corte, costumavam assistir e participar, para além de muito povo, era, por sua vez, um jogo onde a destreza, a perícia, a agilidade e os reflexos rápidos, estavam em oposição à força e à violência. Mais uma vez, socorrendo-nos de Bluteau<sup>1533</sup>, tomamos conhecimento da forma de jogar e onde se jogava. Jogo muito difundido em toda a Europa, era um jogo nobre, que em Portugal se jogava com algumas diferenças nas regras. Atribuindo a sua origem à antiga Grécia, Bluteau escrevia que em Lisboa, onde hoje existem reminiscências na Calçada do

---

<sup>1531</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VIII, p. 226.

<sup>1532</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa* [...], p. 185.

<sup>1533</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VI, pp. 375-376.

Jogo da Péla e na Torre do Jogo da Péla<sup>1534</sup>, se jogava num pátio descoberto e público, com duas equipas de três elementos, com uma bola de couro que se enchia de ar com uma seringa, ganhando o jogo, que se chamava tento ou envite, quem primeiro fizesse quatro vezes quinze. O jogo era jogado com a mão ou com um objeto que servia para rebater a bola, tendo por objetivo que ela não tocasse no chão. Uma outra forma de jogar, com outras regras, consistia na existência de uma corda a meio, dividindo os jogadores. Tido por antepassado do moderno ténis, alguns dos nomes, inerentes ao jogo, utilizados à época, são-nos familiares: servir apertado, servir largo, servir com tornilho, rebater a péla, gafar, jogar de bem, jogar de mal, casa, cova, chaça, serviço, raiz, sovaquete, nomeação, falta, emenda, boleio, quarenta limpos, a dois, revez, vantagem, cadoz, raqueta, colherete, rechaço.

Com a chegada ao reino de vários animais exóticos, D. Manuel I quis comprovar o que escritores antigos escreveram relativamente ao ódio entre os elefantes e os rinocerontes<sup>1535</sup>, porque se dizia que o ódio que o rinoceronte tinha para com o elefante fazia com que o atacasse por baixo, onde teria a pele mais fraca, rasgando-o com o corno, e que o elefante, tendo a oportunidade de apanhar o rinoceronte pelo pescoço com a tromba, o derrubava e com os dentes o feria entre as placas e o pisava até à morte. Um pátio cercado junto ao paço da Ribeira, trouxeram um rinoceronte que esconderam atrás de umas tapeçarias, entrando depois o elefante. Fechadas as portas do recinto, retiradas as tapeçarias, o rinoceronte, com um grilhão nos pés, cuja cadeia era segura por um indiano, quando viu o elefante começou a encaminhar-se para ele, com o focinho rente ao chão, soprando com tanta força que levantava pó e palhas como se fosse um redemoinho de vento. O elefante, por seu turno, quando o pressentiu, começou a lançar grande urros, fazendo movimentos com a tromba, dando a entender pretender lutar. Perante o ataque do rinoceronte, dada a provável pouca idade do elefante, cujas presas eram do comprimento de três palmos, este virou costas e torcendo uns grossos varões de ferro que lhe impediam a saída, desalvorou em direção ao local onde se acoitava, dando grandes bramidos, assustando gentes e cavalos. Admirava-se Damião de Góis, com o facto da abertura que o elefante fizera quando partira os varões, ser tão pequena que mal lá cabia um homem de estatura normal, vestido com um pelote, deduzindo que o medo e a sua constituição física, lhe deram o jeito para poder passar por aquele espaço estreito. O rinoceronte, mais tarde enviado ao Papa, foi vítima de um naufrágio ao largo de

---

<sup>1534</sup> Liga o Martim Moniz à rua do Arco da Graça.

<sup>1535</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. XVIII, pp. 49-55.



Marselha, tendo dado à costa, morto, perto de Génova, onde o esfolaram e enchendo a pele de palha, o enviaram ao Papa, que muito se admirou com o animal.

### 1.3.2. ATIVIDADES CINEGÉTICAS

Em tempo de paz, nobres e cavaleiros exercitavam-se em justas, torneios, jogos de casa, para manter a capacidade bélica e, ao mesmo tempo, retirar vantagem do facto de serem bons cavaleiros<sup>1536</sup>. Para além destas atividades, em que lutavam entre iguais, de acordo com regras pré-estabelecidas, era útil, também, ter virtuosismo no manejo da lança e na caça do monte. Esta fama, de ser bom cavaleiro e bom monteiro, podia não atingir, em tempo de paz, o que os feitos de guerra proporcionavam, mas não deixava de ser uma parte importante na construção da imagem e no prestígio dos que assim eram considerados<sup>1537</sup>. A caça no monte, enquanto função pedagógica para a guerra<sup>1538</sup>, era o que mais se aproximava, na dificuldade e sensação de perigo, do que poderia ser encontrado no campo de batalha. A montaria, caça a animais de grande porte, como o urso<sup>1539</sup>, o javali, o lobo, cervos, corços e cabritos monteses<sup>1540</sup>, foi sempre a caça mais digna dos grandes senhores, no entanto, a caça ao javali era aquela que exigia mais perícia, ao ponto de D. João I lhe ter dedicado um tratado<sup>1541</sup>. Os animais do monte, distinguiam-se pela astúcia, resistência, força e agressividade, qualificando-se o javali pela bravura com que atacava quem o apossava<sup>1542</sup>. Além da montaria, era usual a volataria<sup>1543</sup>, em que se utilizavam falcões, ou outras aves de rapina, atividade de espera, passiva quando comparada com a caça ao monte, feita com correrias a cavalo, em grandes espaços, as coutadas, cuja criação era um direito exclusivo do monarca, e na qual vigorava

---

<sup>1536</sup> D. Duarte, *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela*, Lisboa, edição crítica por Joseph M. Piel, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 6.

<sup>1537</sup> Isabel Dias, *A arte de ser bom cavaleiro*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 61.

<sup>1538</sup> Cristina Joanaz de Melo, *Coutadas Reais (1777-1824). Privilégio, Poder, Gestão e Conflito*, Lisboa, Montepio Geral, 2000, p. 24.

<sup>1539</sup> Presume-se que o urso tenha sido extinto em Portugal no final do século XV, em 1414. O príncipe D. Duarte e o infante D. Henrique mataram um perto de Portel, que enviaram ao pai, cf. A.H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa* [...], p. 187.

<sup>1540</sup> Iria Gonçalves, «Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal. Com as inquirições de 1259», *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, II vol., pp. 193-219, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 198.

<sup>1541</sup> D. João I, *Livro da Montaria*, introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2003.

<sup>1542</sup> Paulo Drumond Braga, «Divertimento, utilitarismo e barbárie: a caça», *Animais e Companhia na história de Portugal*, pp.185-215 [...], p. 187.

<sup>1543</sup> Volataria se se referissem a caça com falcões, cetraria se era feita com gaviões e altanaria quando se utilizavam aves de voo alto, Paulo Drumond Braga, «Divertimento, utilitarismo e barbárie: a caça», *Animais e Companhia na história de Portugal*, pp.185-215 [...], p. 186.

o direito do seu detentor a todos os recursos da mesma, nos quais estão incluídos os animais bravios e a floresta, sendo motivo de tensão com as populações limítrofes, que viram reduzidos os seus direitos sobre áreas de acesso livre, a queixarem-se que as espécies cinegéticas lhes destruíam as culturas, e eles seriam multados se as caçassem<sup>1544</sup>.

D. Manuel I saía muitas vezes «à caça e ao monte»<sup>1545</sup>, com os moços de esporas e de estribeira que o acompanhavam, brincando na sua frente e pedindo-lhe mercês, depois de rodearem e pararem o cavalo em que se transportava, aproveitando-se da sua bondade<sup>1546</sup>, e «Deleitauasse muito no môte, e era bom besteiro, e caçador de vôtade, pera o que tinha muitos librees, sabujos, e outros cães, cõ muita, e boas aues de presa, de diversas relés q mandaua vir de fora de seus Regnos, mas aho môtear, e caça de gaudião era mais inclinado, e ho vsaua mais q há caça dos falcões»<sup>1547</sup>. Como locais prediletos, Sintra, onde passava os verões, por ser local muito fresco, e onde existia o cercado dos coelhos e muita caça de veado<sup>1548</sup>, ou Almeirim, onde passava muitos dos invernos por causa da muita caça que por lá havia<sup>1549</sup>, mas existiam pelo reino várias coutadas reservadas para esse efeito. Nelas superentendia o monteiro-mor, com funções estabelecidas por D. Duarte e que estavam devidamente estatuídas na *Ordenações Afonsinas*<sup>1550</sup>. Entre as suas competências estava a concessão das cartas de provimento das montarias das comarcas<sup>1551</sup> e aposentação dos monteiros quando atingiam a idade<sup>1552</sup>. Exerciam a jurisdição sobre a atividade dos monteiros das câmaras, a cavalo e moços do monte, tendo autoridade para os privar do exercício de montaria, bem como para decretar as penas respetivas e, eventualmente, a sua comutação, competindo-lhe o recebimento de multas pela invasão das matas régias coutadas (apascntação ilegal do gado, fogo posto, corte de lenha, etc.). Nos primeiros anos do reinado, quem detém o cargo é D. Álvaro de

---

<sup>1544</sup> Cristina Joanaz de Melo, *Coutadas Reais (1777-1824). Privilégio, Poder, Gestão e Conflito* [...], p. 26.

<sup>1545</sup> Caetano de Sousa escrevia que o duque de Bragança, D. Teodósio I, quando se deslocava para caçar, era recebido pelo seu caçador-mor, com um pajem a cavalo, 24 caçadores, além dos moços da caça, a pé e a cavalo, a que se juntavam os falcoeiros, com suas aves, reunindo-se à sua comitiva que saía do paço, e era constituída pelo estribeiro-mor, um ou dois pajens, 24 cavaleiros da guarda com lanças, 12 guardas apeados, 24 moços de pé, totalizando 116 o conjunto de pessoas que acompanhavam o duque neste divertimento, cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. VI, p. 46.

<sup>1546</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 226.

<sup>1547</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 229.

<sup>1548</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXXIII, p. 47.

<sup>1549</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. LIX, p. 219.

<sup>1550</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVII.

<sup>1551</sup> «que o monteiro Moor dá as montarias das Comarcas por sua carta assinada por elle, e passada por ementa d'el Rey, e seellada do seello do dito», cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVII, §10.

<sup>1552</sup> «E se alguu Monteiro das Comarcas era velho, e em hidade de settenta annos, o Monteiro Moor ho apousentava», cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVII, §11.

Lima, fidalgo do conselho régio, com atividade até julho de 1498<sup>1553</sup>. Filho secundogénito de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira, e de Filipa da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, 3.º senhor de Pombeiro, e de Beatriz de Melo, casou D. Álvaro de Lima com Violante Nogueira, filha de Pedro Barreto, comendador de Castro Verde, da Ordem de Santiago, e de Catarina Nogueira. Desse casamento nasceu D. João de Lima, que foi monteiro-mor como seu pai, até ao ano de 1516, em que morreu<sup>1554</sup>, e o cargo foi dado a D. Luís de Meneses<sup>1555</sup>, 3.º filho de D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca e prior do Crato, que o manteve até ao final do reinado.

Um outro cargo relacionado com as caçadas reais, foi o de caçador-mor, responsável pela caça às aves. No início do reinado Nuno Fernandes Freire ocupava o cargo, que entregou a D. Manuel I em troca de uma tença de 30.000 reais, para este o dar a Afonso Vaz de Brito, caçador-mor no reinado de D. João II<sup>1556</sup>, e do conselho de D. Manuel I, que faleceu em 1500, passando o ofício para seu filho, António de Brito<sup>1557</sup>. Este, por sua vez, irá trespassá-lo pela quantia de 60.000 reais<sup>1558</sup>, para D. Henrique Henriques, fidalgo, do conselho régio, senhor da vila de Alcáçovas e aposentador-mor. Terá falecido antes do final de agosto de 1502, como se retira da confirmação de uma tença de 66.600 reais dada à viúva D. Leonor da Silva, sua segunda mulher. Mais uma vez o ofício mudou de mãos, para Brás Henriques, filho deste segundo casamento, que o irá deixar, recebendo uma tença anual de 80.000 reais<sup>1559</sup>, ficando o seu exercício nas mãos de D. Pedro de Castro, do conselho real e vedor da Fazenda, alcaide e fronteiro-mor de Lisboa, senhor de Monsanto, Cascais, Lourinhã, Anção, Castelo Mendo e Pereira de Jusã<sup>1560</sup>.

### 5.3.3. PASSEIOS FLUVIAIS

Os passeios no Tejo, divertimento tanto do agrado de D. João II, como de D. Manuel I, reis que nunca passaram além África, ocorriam quando o monarca se

---

<sup>1553</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 34 (Santarém, 28/07/1498).

<sup>1554</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 87v/88 (Lisboa, 30/07/1516).

<sup>1555</sup> Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], p. 315. Cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVIII, p. 204. Cf. Alão de Moraes, *Pedatura* [...], tomo II, vol. II, p. 393.

<sup>1556</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 46v (Montemor-o-Novo, 14/01/1496).

<sup>1557</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 49v (Lisboa, 22/09/1500).

<sup>1558</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 3 (Lisboa, 10/02/1504).

<sup>1559</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 35v (Lisboa, 16/05/1517).

<sup>1560</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 114v/115 (Évora, 03/03/1520).

encontrava em Lisboa, e não ia à carreira, nos domingos e dias santos, ou em outros dias da semana,

«iha folgar em hum batel feição de galeota, toldado, e embãdeirado de seda, leuãdo sempre consigo musica, e algũ oficial seu com q iha despachado, e has mais das vezes chegaua aho caes dos Paços de sanctos ho velho, onde Duarte foreiro, caualeiro de sua casa, a quem em parte da satisfação de seus seruiços dera ho offiço de guarda delles, lhe mãdaua trazer de merêda de muitas frutas verdes, cõseruas, e cousas daçucar, vinho, e agoa, do q també comiam hos fidalgos q a seu chamado ihão cõ elle no batel, e assim toda há mais cõpanhia de músicos moços fidalgos, da camara, e remeiros, pera quaes merendas tinha merçes ordinárias que lhe elRei pera isso fazia»<sup>1561</sup>.

Outra situação de festa em que o rei se deslocou no rio em batéis engalanados, ocorreu na partida para Nice, da infanta D. Beatriz, para casar com o duque de Saboia. Nas festas que antecederam a partida, a nau que transportaria a infanta foi colocada em frente ao paço da Ribeira, e entre a nau e o cais, foram colocadas várias barcas e feita uma ponte de madeira sobre elas, com balaustrada e cobertas de ricas tapeçarias, por onde o rei, a família real e muitos nobres, passavam para os muitos jantares e serões que ocorreram, enquanto a infanta aguardava que as naus estivessem carregadas e prontas a partir. Com a saída da embarcação para Belém, foi acompanhada por muitos batéis, engalanados de toldos de seda e ricas bandeiras, com o rei a despedir-se da filha e a voltar para o cais da Ribeira, ao som de música<sup>1562</sup>.

#### 5.4. LIVRARIA

Como qualquer príncipe do seu tempo, D. Manuel I lia, escrevia e falava latim, e gostava, enquanto comia, de conversar e debater com os letrados que assistiam à refeição, mas onde demonstrava mais interesse era conversar com homens de outros países, ou portugueses que tivessem andado fora do reino<sup>1563</sup>. Como os outros reis antes dele, possuía uma biblioteca constituída por 96 itens que correspondiam a 107 títulos, descritos no inventário da guarda roupa de D. Manuel I<sup>1564</sup>, e objeto de estudo de Sousa Viterbo

---

<sup>1561</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 225.

<sup>1562</sup> Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* [...], p. 147.

<sup>1563</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 224.

<sup>1564</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da guarda-roupa de D. Manuel» [...], vol. II, pp. 381-417. Além dos livros, foram também registados no rol, uma carta de marear sobre pano de algodão, e uma pintura de Áden, sobre pano de algodão.

em 1901<sup>1565</sup>. Entre os exemplares encontravam-se livros manuscritos e outros impressos, o que tem a sua razão de ser, uma vez que a impressão tipográfica começara em Portugal em 1487, com o *Pentateuco*, com caracteres hebraicos, e presume-se que os primeiros em língua portuguesa tenham sido o *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial (1488) e o *Tratado de Confissom* (1489)<sup>1566</sup>. Da leitura do rol, a informação é por vezes escassa quando se pretende saber se o livro é impresso ou não, qual a língua em que está escrito, e no caso dos manuscritos se tem iluminuras. Este inventário trata dos objetos valiosos que se encontravam na guarda roupa, e como tal, o livro é tratado como um bem valioso, dando-se apreço ao valor monetário da sua encadernação e ferragens, de que se têm muito boas descrições, desprezando-se o seu conteúdo, do qual se dão indicações fugazes. Na língua predomina o português, seguindo do latim, mas há obras em castelhano, um improvável saltério em caldeu e um caderno com folhas com caracteres chineses e desenhos de figuras, pese o facto de somente em 13 ser indicado o idioma: 12 em latim e um em linguagem. No suporte, das 96 obras, 26 são em pergaminho, 10 em papel, sendo o inventário omissivo em relação à maioria. Sete são dadas como impressas, e 36 manuscritas, das quais 11 iluminadas. Podemos dividir os livros, pelo seu conteúdo, em três grandes grupos<sup>1567</sup>: os livros de cariz religioso, os livros profanos, os livros de autores clássicos.

Os livros de cariz profano têm ligeira vantagem, com 44 exemplares, onde encontramos livros para a boa governação do reino, de que se destacam: os livros das *Ordenações*, as *Sete Partidas*, o *Regimento do Rei de Armas*, regras e estatutos das ordens militares, religiosas e honoríficas, a *tavoada do regimento do que hão-de fazer os reis a cada dia*, um *Regimentos dos Príncipes*, entre outros. Encontramos livros de cavalaria: o *Amadis de Gaula* e suas continuações como o *Frorisando* e as *Sergas de Esplandian*, o *Trato das Armas* de Diego Valera, o *Livro de Marco Polo*, de Duarte Galvão, a *Crónica de D. Afonso Henriques*, e um livro de Leonardo Arentino, que fala de cavalaria<sup>1568</sup>. Livros sobre os imperadores de Roma, demonstram o interesse nas civilizações clássicas, no que eram acompanhados por um livro que falava das sete maravilhas e de uma história

---

<sup>1565</sup> Sousa Viterbo, «A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel» [...].

<sup>1566</sup> José Barbosa Machado, *Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa*, disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/machad18.pdf>

<sup>1567</sup> Ana Isabel Buescu, «A Livraria Régia no tempo de D. Manuel. Alguns aspectos», *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 4.ª sessão, pp. 263-279, [...], pp. 276-279.

<sup>1568</sup> Ana Isabel Buescu escreve que a obra, escrita em pergaminho, poderá corresponder ao *Historiarum Florentini Populi Libri XII*, de Leonardo Bruni, também conhecido por Leonardo Arentino, cf. Ana Isabel Buescu, «A Livraria Régia no tempo de D. Manuel. Alguns aspectos» [...], p. 278.

da Boémia. Nos livros ditos clássicos, onde o rei podia treinar o seu latim, e encontrar inspiração, referenciamos oito exemplares, com autores como Virgílio, Ovídio, dois livros das *Vidas* de Plutarco, de Salústio temos o *Catilinario* e *Jugurta*, as *Décadas* de Tito Lívio, *De bello judaico* de Flávio Josefo e uma Crónica Troiana. Nos livros de matriz religiosa não podiam faltar as bíblias, entre elas a chamada *Bíblia dos Jerónimos*, em oito volumes e profusamente iluminada, uma *Vida de Cristo*, primeira e segunda parte, com impressão tipográfica em papel, porventura exemplar da tradução portuguesa da *Vita Christi*, que fora mandada imprimir em 1495, pela viúva de D. João II e irmã do rei. Livros de oração, de rezar, breviários, missais, são instrumentos para acompanhar a missa, e quando a sós, para meditar na palavra sagrada. Muitos deles em latim, a grande maioria em pergaminho e com iluminuras, estes livros de culto estavam acompanhados na livraria real por outros de padres da Igreja, onde sobressai Santo Agostinho, e onde encontramos o *Diálogo* de S. Gregório, uma epístola e homilias de S. Jerónimo, o livro de S. João Clímaco, o de S. Lourenço e o de Santa Angélica. E como não podia faltar, o culto mariano estava presente com dois livros: *Excelências e milagres de Nossa Senhora* e *Milagres de Nossa Senhora*.

De compra, uns, oferta outros, como a *Bíblia dos Jerónimos*, cuja encadernação primitiva, descrita no inventário, «era de veludo cremesym, guarnecidos de prata dourada e anyallada e com oyto cantos cada huñ e com quatro fyuelas com suas charneiras com que sabrocham e oyto boulhões, e dous escudos darmas em cada huñ, tudo de prata, e os boulhões somente tẽ huñ deles e todolos outros totalas outras peças, e huñ destes liuros he cuberto de veludo azull, que se chama Mestre das Sentenças, e tem huñ letereyro de prata»<sup>1569</sup>, outras, ofertas ou herança, ficaram registadas com o nome de quem as deu ou do seu proprietário anterior. Mais uma vez nos socorremos do inventário, e encontramos quatro livros nessas condições. Um *Livro de oração*, que foi de Henrique Pestana e estava numa caixa de pau dourado; o *Opus pucula Bernallydy*, oferecido por Duarte Galvão; um livro grande com exemplos de filosofia, em pergaminho, oferta de Luís da Silveira; um livro dos vultos dos imperadores de Roma, dado pelo prior do Crato. Para além destes, há menção a dois livros pertencentes ao infante D. Henrique, e a um livro de rezar, em português, escrito em pergaminho, com iluminuras, que pertenceu a D. João I.

---

<sup>1569</sup> Sousa Viterbo, «A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel» [...], pp. 12-13.

## 2. A SAÚDE DO REI E DO REINO

### 2.1. A SAÚDE DO REI E DOS SEUS PRÓXIMOS

«Faleceu nos Paços da Ribeira, de huma febre specia de modorra; doença de que naquele tempo em Lisboa morria muita gente da qual acabo dos noue dias que lhe tocou deu a alma a Deos»<sup>1570</sup>.

D. Manuel I, nas palavras de Damião de Góis <sup>1571</sup>, era homem de boa estatura, corpo mais delicado que grosso, risonho e bem parecido. Os braços, carnudos e tão compridos que os dedos das mãos lhe chegavam abaixo dos joelhos, e cujas pernas, compridas e bem torneadas, eram proporcionais ao corpo. Opinião um pouco diferente, a tomada por Gaspar Correia, que lhe atribui uma estatura meã, parecendo um pouco acorcovado «o que sempre lhe causava geyto somente que tomou de ser sempre de seu nascimento muj apertado e atacado em mujta maneyra»<sup>1572</sup>. Concordam ambos na cor dos olhos, verdes, grandes e um pouco esbugalhados, nas palavras de Gaspar, e na brancura da pele. Rosto pequeno, cabelos castanhos numa cabeça sobre o redondo e uma testa alta, são os restantes traços fisionómicos que nos chegaram através das crónicas. A estas características corporais, Júlio Dantas<sup>1573</sup>, analisando a iconografia, representando, supostamente, D. Manuel I, quase toda pintada em tábuas, na primeira metade do século XVI, aduz outros atributos. A macromelia<sup>1574</sup>, já observada por Damião de Góis, o prognatismo<sup>1575</sup>, exoftalmos<sup>1576</sup>, a altura considerável do lábio superior e o lóbulo da orelha aderente. Ao estudar as oito peças por ele referenciadas, Júlio Dantas, vai atribuindo à figura que representa o monarca, as características físicas que irão reforçar a sua tese, e em simultâneo, inferir que essas pinturas possam, realmente, representar D. Manuel I.

---

<sup>1570</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIII, p. 221.

<sup>1571</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 223.

<sup>1572</sup> Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* [...], p. 173.

<sup>1573</sup> Júlio Dantas, «Iconografia manuelina», *Terra Portuguesa*, revista ilustrada de arqueologia artística e etnografia, vol. I, ano 1, n.º 1, pp. 5-9, Lisboa, D. Sebastião Pessanha, 1916.

<sup>1574</sup> Desenvolvimento excessivo de qualquer membro, cf. *Nova Enciclopédia Médica Publicit*, vol. 6, [Lisboa], Editora Publicit, 1978, p. 1199.

<sup>1575</sup> Conformação da face em que as maxilas são alongadas, em especial com o maxilar inferior mais saliente, cf. *Nova Enciclopédia Médica Publicit* [...], vol. 9, p. 1609.

<sup>1576</sup> Olhos proeminentes, pode estar relacionado com o hipertiroidismo, cf. *Nova Enciclopédia Médica Publicit* [...], vol. 4, p. 709.

A primeira figura, inscrita no D capitular da portada do livro I, da Leitura Nova, que, nas palavras do autor, ser constatável representar o rei Venturoso, tem face imberbe, tipo dólico-louro, maxilar inferior volumoso, prognatismo, exoftalmos, forte bossa nasal, microrrínia<sup>1577</sup>, lóbulo da orelha aderente, cabelo escorrido fulvo, emaciação, expressão de *senium*. Analisando a estátua ajoelhada no pórtico ocidental da igreja de Santa Maria de Belém, refere a face imberbe, a microcefalia acentuada, testa curta e fugidia, mandíbula possante, volumosa, grande altura do lábio superior, microrrínia, exoftalmos, orelha oculta pelo cabelo. Com um corpo robusto, tipo plebeu, diz o autor, com mãos largas, musculosas, pescoço forte e braços normais. Na terceira pintura analisada, a Adoração dos Reis Magos, datável da primeira metade do século XVI, com autoria atribuída a Cristóvão de Figueiredo, existente no Museu Nacional de Arte Antiga, é detetado exoftalmos, prognatismo mal disfarçado pela barba, lóbulo da orelha aderente, como a figura ostenta a insígnia do Tosão de Ouro<sup>1578</sup>, é suposto que o retratado seja D. Manuel I. No Museu Nacional de Arte Antiga, existe uma outra pintura, esta atribuída ao flamengo João Provost, um tríptico de Nossa Senhora da Misericórdia, em que a figura remete para a figura ajoelhada do pórtico do mosteiro dos Jerónimos. Crânio pequeno, sobre o redondo, testa curta, ausência de barba, altura considerável do lábio superior, e prognatismo e macromélia pouco acentuadas. Numa outra pintura, representando a Adoração dos Reis Magos, esta existente na igreja de Santa Maria do Castelo em Torres Vedras, representa o rei na década dos cinquenta anos, pesado, oligotrófico, face balofa, testa curta, exoftalmos, barba, e um braço esquerdo, único visível, de tamanho enorme. No convento de Nossa Senhora da Luz, em Lisboa, um retrato que o autor julga póstumo, com o rei ajoelhado, com o colar de Cristo ao pescoço. Crânio pequeno, testa curta, exoftalmos, lóbulo da orelha aderente, grande altura do lábio superior, barba. Tamanho das mãos e dos braços normais. Na Misericórdia de Lisboa, no quadro representando o casamento do rei com D. Leonor de Áustria<sup>1579</sup>, executado pelo toledano Blas del Prado, é descrito como tendo uma figura robusta, com um tipo acentuado de artrítico, braditrófico<sup>1580</sup> e macromélico, com o maxilar inferior volumoso e procidente, exoftalmos

---

<sup>1577</sup> Pequenez anormal do nariz.

<sup>1578</sup> A entrada, como cavaleiro, na Ordem do Tosão de Ouro, foi feita a pedido do imperador, seu cunhado, no ano de 1518, quando D. Manuel I casou com a rainha D. Leonor, irmã de Carlos V, cf. Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde de Idanha. Do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515-1568)*, revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1937, p. 204.

<sup>1579</sup> Reintitulado pelo Museu de São Roque como “Casamento de Santo Aleixo”.

<sup>1580</sup> Lentidão nos processos nutritivos.



e barba rala. Finalmente, na tábua *Fons Vitae*<sup>1581</sup>, que se encontra no Museu da Misericórdia do Porto, representando o rei com a sua segunda mulher, D. Maria, e respetiva descendência viva no momento da execução do retrato, o rei apresenta-se com o crânio pequeno, frontal curto, face grosseira, sem barba, mole e com considerável altura do lábio superior, hipertrofia do lábio inferior, sulco naso-genal profundo, mas com ausências de prognatismo, macrognócia<sup>1582</sup> ou macromélia. Com todas estas características, pretendia o autor fazer valer uma imagem física, menos abonatória da figura real, em contraposição àquela descrita por Damião de Góis.

Das doenças em vida do monarca, Damião de Góis é parco em informação. Paulo Drumond Braga escreve que é possível que tenha padecido de herpes ou de outra doença inflamatória, tendo ido a banhos às Caldas de Lafões, mandando lá erguer um hospital, como agradecimento de cura<sup>1583</sup>. Certo é que na chancelaria régia encontramos a presença do rei nesse local, acompanhado do seu físico-mor, entre 31 de agosto<sup>1584</sup> e 8 de setembro de 1503<sup>1585</sup>. Uma infeção pulmonar<sup>1586</sup> pode ter sido outra doença de que padeceu, e de que se curou. A enfermidade que lhe foi fatal, «uma febre especie de modorra», seria, nas palavras de Ricardo Jorge, uma encefalite letárgica, que presume tenha existido um surto em Lisboa no ano de 1521, e não derivada de peste bubónica ou tifo exantemático, que grassou em Portugal nos anos de 1522-1523<sup>1587</sup>. O ciclo da doença foi relativamente rápido. Acometido por uma febre ardente, no dia 5 de dezembro<sup>1588</sup>, em cuja manhã se

---

<sup>1581</sup> A pintura cuja identidade do pintor não é conhecida, não obstante os peritos a atribuírem a Colijn de Coter, representa uma alegoria da Eucaristia, cf. <http://www.mmipo.pt/obras/fons-vitae>, [consultado em 05/04/2021].

<sup>1582</sup> Maxila anormalmente grande.

<sup>1583</sup> Paulo Drumond Braga, *À cabeceira do Rei. Doenças e causas de morte dos soberanos portugueses entre os séculos XII e XX*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2014, pp. 70-71.

<sup>1584</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 44v (Vila das Caldas, 31/08/1503).

<sup>1585</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 45v (Vila das Caldas, 08/09/1503).

<sup>1586</sup> Paulo Drumond Braga, *À cabeceira do Rei* [...], p. 71.

<sup>1587</sup> Ricardo Jorge, *A encefalite letárgica e a epidemiologia de quinhentos em Portugal e Hespanha*, Lisboa, [s.n.], 1921, sep. *A medicina contemporânea*, p. 22.

<sup>1588</sup> A data de início da doença não é unânime entre os vários autores consultados. Damião de Góis é omissivo, relatando que desde que foi detetada até ao falecimento, a 13 de dezembro de 1521, decorreram nove dias, o que aponta para dia 4 de dezembro, 4.<sup>a</sup> f., cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIII, p. 221. Data que também é indicada por Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], p. 205. Frei Luís de Sousa, escreveu que o rei se despedira do príncipe e dos seus irmãos na manhã do dia 5 de dezembro, quando foi acometido de uma febre ardente com inclinação a sono, cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* [...], vol. I, cap. V, p. 28, data também proposta por Francisco de Andrade, cf. Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1613, cap. VII, fol. 6. Já Gaspar Correia nos transmite que nos dias 4 e 5 de dezembro, D. Manuel I esteve reunido com o conde de Vila Nova de Portimão, regressado da viagem que levava a infanta D. Beatriz para Itália, vindo a adoecer no dia 6 de dezembro, cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* [...], p. 159.

despedira do príncipe e dos infantes D. Luís e D. Fernando<sup>1589</sup>, que viajaram para Almeirim para se entreterem a caçar, suspeitaram os médicos da doença que grassava em Lisboa nesse ano, dizimando muita gente, como nos transmitiu Garcia de Resende na sua *Miscelânea*,

«Neste ano se finou  
O gram Rey dom Manuel:  
Quantos consigo leuou  
A morte triste cruel!  
Que Rey, que gente matou!  
Duzentos homens honrados,  
Em que hiã muitos destados,  
Vimos que entam se finarão  
De modorra, e escaparam  
Muytos já quasi enterrados»<sup>1590</sup>.

Com a doença, perdera a audição, sendo necessário falar muito alto, e o prognóstico, depois de examinado por todos os mestres, não era favorável. Sangrado no dia seguinte, foi o príncipe mandado regressar à capital, o que sucedeu no domingo, dia 8 de dezembro. Recebendo dos físicos uma informação muito pessimista sobre o estado de saúde do pai, manteve-se junto a este, velando-o e fazendo executar o que os físicos ordenassem de benefício e medicamentos. A rainha, o príncipe, os infantes e vários membros da corte e casa, acompanharam o evoluir da doença, mantendo-se à cabeceira do rei, que sofria de períodos de maior lucidez, alternando com estado de prostração. D. Manuel I, antevendo a morte, no dia 9 ditou um codicilo ao seu testamento<sup>1591</sup> e preparou-se para ela, com todos os sacramentos da Santa Igreja<sup>1592</sup>, que lhe foram dados pelo capelão mor D. Fernando de Vasconcelos de Meneses, bispo de Lamego. Damião de Góis, que tudo acompanhou até ao falecimento do monarca, ficou encarregue de chamar D. João, sempre que um desses estados ocorressem, que o cronista apelida de «acidentes». Ao nono dia de doença, depois de mais um «acidente», o quarto, perto das quatro horas da tarde «começaram de lhe dar hos verdadeiros sinaes da morte, nos quais teue tão esforço atte que faleceu, e tão perfeita memoria que em alta, e clara voz, dizia hos versos

---

<sup>1589</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* [...], vol. I, cap. V, p. 28.

<sup>1590</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], p. 374.

<sup>1591</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 351.

<sup>1592</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III* [...], vol. I, cap. V, p. 29.

dos Salmos, de que sabia muitos de cor»<sup>1593</sup>, falecendo às nove horas da noite desse dia, 13 de dezembro, de invocação de Santa Luzia. O enterramento, dadas as circunstâncias, foi feito com rapidez, sendo levado pelas duas da manhã do dia 14 de dezembro para o mosteiro de Belém, que por ainda não estar acabado, o lançaram numa sepultura rasa na igreja velha<sup>1594</sup>.

Casou D. Manuel I por três vezes, tendo por progenitura treze filhos e filhas, dos quais morreram quatro na infância. A sua primeira esposa, Isabel de Aragão, faleceu aos 27 anos, em consequência do parto do príncipe D. Miguel da Paz. Nas palavras do cronista, «era mal disposta, e a sua principal doença procedia de eteguidade»<sup>1595</sup>, morrendo de hemorragia, que os físicos não conseguiram estancar, no pós-parto. O filho, sobreviveu-lhe por vinte e dois meses, falecendo em Granada, onde estava ao cuidado de sua avó materna, uma morte não muito sentida, porque esperada, dada a fragilidade do nascimento, tanto na corte portuguesa como na castelhana, não se realizando as cerimónias habituais que se faziam quando os príncipes herdeiros morriam<sup>1596</sup>. A segunda mulher de D. Manuel I, Maria de Aragão, irmã de Isabel de Aragão, veio a falecer após o parto do seu décimo filho, António, que nasceu doente, vivendo por pouco mais de mês e meio<sup>1597</sup>. Do parto, D. Maria ficou com uma má disposição, oriunda de «uma apostema dentro nas entranhas» que ela como muito «virtuosa e onesta nunca a nenhũa pessoa descobryo senam qamdo jaa nom tynha remedyo»<sup>1598</sup>, crescendo a má disposição acompanhada de dores cada vez maiores, que se mantiveram até à sua morte<sup>1599</sup>, sem que os físicos encontrassem solução para a sua doença. Uma outra filha, Maria, morrera com a idade de dois anos. Casando o rei pela terceira vez, o primeiro filho desta união com D. Leonor de Áustria, Carlos, morreu, com a idade de um ano e dois meses, de bexigas e

---

<sup>1593</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIII, pp. 222-223.

<sup>1594</sup> Foi desejo do rei, vertido no seu testamento, que fosse sepultado no mosteiro de Nossa Senhora de Belém, dentro da capela-mor, diante do altar-mor, abaixo dos degraus, em campa chã, de maneira que se pudesse andar sobre ela, cf. António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 326.

<sup>1595</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXXII, p. 68. O etego, ou tísica, na definição de Bluteau, era uma doença resultante das chagas no bofe, que vai mirrando o corpo lentamente, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VIII, p. 177. O nome moderno é tuberculose, sendo a sua origem o bacilo de Koch, cf. *Nova Enciclopédia Médica Publicit* [...], vol. 10, p. 1845.

<sup>1596</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. XLV, p. 109.

<sup>1597</sup> Nasceu meia hora depois da meia noite do dia 8 de setembro de 1516, e morreu no dia de Todos os Santos, cf. Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], p. 195.

<sup>1598</sup> Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* [...], p. 124.

<sup>1599</sup> Morreu no paço da Ribeira a 7 de março de 1517, com trinta e cinco anos.

sarampo<sup>1600</sup>, nascendo a segunda filha do casamento, D. Maria, pouco antes da morte do monarca.

## 2.2. A SAÚDE COMO UM BEM COMUM

A manutenção de um bem-estar saudável do rei e daqueles que o rodeavam, era condição essencial para o bom governo do reino. No entanto, esta preocupação estendia-se também a todos os seus súbditos. Tendo bem presente na memória as pestes que assolaram o século XIV, o facto de Lisboa se ter tornado um local concentrador de gentes de várias proveniências, potenciava o pavor ao aparecimento de um qualquer surto epidémico. O rei protegia os seus, regulamentando a assistência, o funcionamento das estruturas de suporte, formando e certificando os agentes sanitários, ao mesmo tempo que chamava para junto de si os que melhor podiam, no dia a dia, cuidar da sua saúde e da dos que o rodeavam, sejam os seus familiares, sejam os que com o rei coabitavam na casa.

É num contexto de afirmação do poder do rei, que a reação à doença se manifestava no pressuposto de que a saúde dos súbditos era parte do bem comum que a realeza garantia. Nesse sentido, a ação régia estruturava-se por três vetores: o estabelecimento de medidas de saúde pública, que eram enviadas aos concelhos, a criação de instituições que auxiliassem no combate à doença e na convalescença, a especialização de ofícios da saúde, e o exercício dos mesmos, dependentes da autorização régia. Esta centralização dará corpo a um discurso sobre a doença, que se apropria do discurso religioso que comparava a doença com o mal, mal esse que teria que ser combatido, agora, com as armas disponibilizadas pelo rei, e não pela oração. A comparação da peste, cujas origens eram à época desconhecidas, como um castigo divino pelos pecados de quem a ela sucumbia, revelavam a importância de como o desconhecimento do porquê do aparecimento da doença interagia com o comportamento dos indivíduos, seja do ponto de vista individual ou coletivo, de que o surto de violência de 1506<sup>1601</sup>, contra os cristãos-novos de Lisboa, é paradigmático.

---

<sup>1600</sup> Nasceu a 18 de fevereiro de 1520, faleceu a 16 de abril de 1521, cf. Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], p. 204.

<sup>1601</sup> Com a corte ausente em Abrantes, fugindo da peste que grassava em Lisboa, a 19 de abril de 1506, por motivos aparentemente fúteis, inicia-se uma perseguição aos cristãos novos. Calcula-se que tenham perecido perto de 3000 pessoas no espaço de três dias, tempo que durou o desacato, cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. CII, pp. 253-255. Ver também Susana Bastos Mateus e Paulo Mendes Pinto, *O massacre dos judeus. Lisboa, 19 de Abril de 1506* [...], 2012.

Quando falamos de saúde, no período em estudo, não a podemos dissociar da higiene, pública e privada, e da noção, à época, sobre o corpo. A influência das obras de Hipócrates e de Galeno no mundo ocidental, durante mais de 2.000 anos, vai confinar a compreensão da saúde e da doença no que à medicina dizia respeito. Esta compreensão, filosófica e não prática, já que os gregos não detinham, praticamente, nenhum conhecimento científico dos processos fisiológicos do corpo humano, nem uma modelização dos sistemas biológicos, uma vez que não praticavam a dissecação<sup>1602</sup>, vai basear-se, na sua essência, na observação dos fluídos corporais, deduzindo-se a partir daí, qual o estado de equilíbrio do corpo. Estes fluídos, fatores de vitalidade, eram o sangue, a bÍlis, a fleuma e um outro, não observável, a melancolia. O sangue, vermelho, é o que alimenta a vida. A bÍlis, amarela, é o líquido indispensável à digestão. A fleuma compreende todas as substâncias incolores: o suor, as lágrimas, o muco nasal. A melancolia, nunca era perceptível em estado puro, ocorria quando uma das outras escurecia<sup>1603</sup>. Considerando o corpo o centro do universo, porque recetáculo da alma, a saúde do mesmo é um estado de equilíbrio, sujeito a influências, que podem aglutinar um variado conjunto de fatores, compreensíveis para a época: alimentação desequilibrada, providência divina, influência da natureza e dos astros, quiçá magia. Quando um destes elementos se desequilibrava, o corpo entrava em modo de doença, campo de ação para o físico e o boticário.

### 2.3. AS DOENÇAS

A reduzida salubridade pública e a falta de higiene individual, associadas a uma deficiente dieta alimentar, tornavam mais frequentes certos tipos de doenças, que se propagavam rapidamente mercê de uma reduzida capacidade de resistência a infeções, dando origem a grandes epidemias. Em Portugal, temos notícia de várias destas epidemias desde o século XIV<sup>1604</sup>, tendo a que maior devastação causou, a Peste Negra, ocorrida em 1348, provocado uma enorme redução demográfica. Em Lisboa, ao longo do século XVI,

---

<sup>1602</sup> Roy Porter e Georges Vigarello, «Corpo, saúde e doenças», *História do Corpo, Do Renascimento ao Iluminismo 2*, coordenação de Georges Vigarello, tradução de Maria da Graça Pinhão, pp. 209-279, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, p. 213.

<sup>1603</sup> Roy Porter e Georges Vigarello, «Corpo, saúde e doenças» [...], p. 214.

<sup>1604</sup> Oliveira Marques refere que grassaram epidemias em 1348, 1356, 1384, 1415, 1423, 1432, 1435, 1437-38, 1448, 1458, 1464, 1477, cf. A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa* [...], p. 93.

surgiram vários surtos epidémicos<sup>1605</sup>. A cidade reunia condições propícias ao ressurgimento cíclico destas crises. Um espaço concentrado entre muralhas, com precárias condições de higiene, com um centro portuário frequentado por embarcações provenientes de diversas partes do mundo, constituía o alfobre ideal para que as epidemias se disseminassem rapidamente. Para colmatar a falta de higiene dos moradores, o concelho foi publicando várias posturas, de provável ineficácia, com carácter sancionatório, relativas à deposição de lixo, e outras imundices, no espaço público<sup>1606</sup>, outras tendo como foco os lavadouros e chafarizes<sup>1607</sup>, a criação de animais junto às habitações<sup>1608</sup>, ou os locais apropriados para o amanho de peixe e venda de peixe<sup>1609</sup> ou abate de animais<sup>1610</sup>. Para manter alguma limpeza das ruas, a maioria em terra batida, ordenava-se aos moradores que varressem a frente das suas casas entre o domingo de Páscoa e o dia de S. Miguel<sup>1611</sup>, sob pena de pagarem 50 libras de multa<sup>1612</sup>.

A higiene pessoal era a possível, baseando-se na lavagem do rosto e das mãos, gesto este repetido antes e depois das refeições, em certos extratos da sociedade, uma vez que a utilização dos garfos era uma raridade<sup>1613</sup>, estando documentado o seu uso incipiente, nas casas mais nobres, usando-se a mão, ou a faca, para levar os alimentos sólidos à boca. O mesmo acontecia quanto ao banho e à lavagem da roupa, que não era tão frequente quanto o aconselhável. Por outro lado, aglomeravam-se, na cidade de Lisboa, pedintes, estropiados, padecentes de várias doenças, que aí afluíam oriundos das várias partes do reino, atraídos pela esmola que a riqueza que se transacionava com os produtos que chegavam e partiam, podia proporcionar. O seu aspeto sujo e andrajoso contribuía mais para afastar a esmola do que para a conseguir, apresentando, para cativar a caridade dos passantes, várias tipologias de doença, que incluíam membros estropiados, corcundas, feridas purulentas e doenças dos olhos, entre elas a cegueira, muitas vezes fingida. Da panóplia de doenças que mais afetavam os habitantes do reino, sem exceção,

---

<sup>1605</sup> 1480-81, 1483-86, 1492-1496, 1505-07, 1510, 1520-21, para o período em estudo. Nos reinados seguintes os surtos pestíferos tiveram lugar nos anos de 1523, 1524-25, 1527-29, 1531, 1569-70, 1579-80, 1581, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e João Carlos Oliveira, «A saúde», *Nova História de Portugal. Portugal, do renascimento à crise dinástica*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 654.

<sup>1606</sup> *Livro das Posturas Antigas* [...], p. 2.

<sup>1607</sup> *Livro das Posturas Antigas* [...], p. 3.

<sup>1608</sup> *Livro das Posturas Antigas* [...], p. 67.

<sup>1609</sup> *Livro das Posturas Antigas* [...], p. 120.

<sup>1610</sup> *Livro das Posturas Antigas* [...], p. 20.

<sup>1611</sup> 29 de setembro.

<sup>1612</sup> *Livro das Posturas Antigas* [...], p. 27.

<sup>1613</sup> Sérgio Luís de Carvalho, *Assistência e Medicina no Portugal Medieval*, [Lisboa], Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, p. 81.

expomos de seguida, algumas que consideramos as mais gravosas para a época, entre elas as infectocontagiosas, os ferimentos por quedas ou armas e as doenças ósseas.

### 2.3.1. DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS

As doenças infectocontagiosas, pestilências, na terminologia da época, eram as que mais rapidamente se propagavam e as que mais razia faziam numa população depauperada e com baixo consumo calórico, agravado por situações de fome em consequência de más colheitas. Embora, no período estudado, se encontrasse publicado por Valentim Fernandes, em 1496, uma tradução do *Regimento Proueytoso contra ha Pestenença*<sup>1614</sup>, da autoria de Johannes Jacobi<sup>1615</sup>, com tradução de Luis de Raz, dividido em cinco partes, para um melhor prognóstico e da forma de curar, que eram: 1) dos sinais prognósticos da pestilência, 2) das causas dela, 3) dos remédios, 4) das conformidades do coração e dos principais membros e por derradeiro, 5) a sangria. Tal não invalidava que, quando um surto de peste surgia, as famílias com mais posses e a própria corte, se deslocassem para locais de ares mais puros e onde a doença ainda não tivesse tocado. De entre as mais perigosas, a peste e o tifo, eram as mais comuns, com a gastroenterite, o sarampo e a varíola a causarem surtos epidémicos mortais, entre os de menor idade<sup>1616</sup>. Estas doenças, que no imaginário da época eram sinónimo de castigo divino, faziam o seu caminho, bastas vezes como causa de morte, em que a falta de higiene e salubridade funcionavam como portas abertas às infeções e à alta morbilidade das populações.

#### 2.3.1.1. PESTE BUBÓNICA

Considerada castigo divino pelos pecados dos homens, a peste<sup>1617</sup> apresentava-se principalmente na forma bubónica, provocando a inflamação dos gânglios linfáticos (bubões)<sup>1618</sup>, acompanhada por alteração da cor da pele com zonas de cor negro azulado,

---

<sup>1614</sup> Mário da Costa Roque, *As pestes medievais europeias e o «Regimento proueytoso contra ha pestenença»*, Lisboa, Valentim Fernandes [1495-1496], tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979. Cf. *Regimento proveitoso contra a pestenença*, edição e estudo de José Barbosa Machado, Braga, Edições Vercial, 2010.

<sup>1615</sup> Médico do papa Urbano V e do rei Carlos V de França, cf. José Barbosa Machado, *Regimento proveitoso contra a pestenença* [...], p. 6.

<sup>1616</sup> Calcula-se que 7 entre cada 10 nado-vivos, morriam antes de entrar na idade adulta, cf. Thomas McKeown, *As origens da doença humana*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990, p. 84.

<sup>1617</sup> *Nova Enciclopédia Médica Publicit* [...], vol. 8, pp. 1539-1540.

<sup>1618</sup> O que explica o nome desta doença.

levando à morte num curtíssimo período de tempo que podia ir de três a cinco dias. Como a transmissão da doença era feita por via aérea, espirros ou tosse do indivíduo doente, ou cutânea, pela picada da pulga da ratazana negra, a disseminação da mesma nas comunidades medievais era rápida<sup>1619</sup>, provocando a morte de milhares de pessoas. Não se conhecendo cura para a doença, a medida mais eficaz para a combater era a quarentena, ou a expulsão para fora dos muros da cidade dos portadores da doença<sup>1620</sup>, esta com menos resultados. A quarentena era usada mais regularmente em ambiente portuário, o que permitia verificar a presença da peste e conter a sua disseminação eficazmente, sequestrando os ocupantes de um navio durante um período superior ao da incubação da doença. Lisboa sofreu vários surtos de epidémicos durante o reinado de D. Manuel I, 1496, 1505-1507, 1510, 1520-1521<sup>1621</sup>, uns atribuídos a peste, ao tifo ou à encefalite letárgica<sup>1622</sup>. Reconhecido o grau de transmissibilidade dos pestíferos, os enterramentos eram feitos com cautelas muito rigorosas, porque dos corpos «apeçonhêtos procedem humores e fumos peçonhêtos que corrompem ho aar»<sup>1623</sup>, o que gerava medo e pavor naqueles que com eles teriam que lidar, e levava ao adiar do tempo de enterramento e subsequente corrupção dos corpos e agravamento das condições pestíferas.

Das outras doenças infectocontagiosas, que não apresentam um quadro clínico tão letal como a peste, há que destacar o tifo, doença transmitida por piolhos, também conhecida como tabardilho<sup>1624</sup> ou doença das pintinhas, cujo sinal mais característico é o paciente ficar com o corpo, à exceção da face, palmas das mãos e plantas dos pés, coberto de manchas rosadas. Ricardo Jorge situa a entrada do tifo em Portugal durante o reinado de D. João II, trazido pelos judeus que entraram no reino, fugidos de Castela<sup>1625</sup>, provocando alguns surtos durante o século XVI, alguns deles com associação a períodos de fome generalizada<sup>1626</sup>. Outra doença, do mesmo grupo que estamos a tratar, mas que

---

<sup>1619</sup> Calcula-se que no surto de peste negra de 1348 tenha perecido entre 40% e 60% da população europeia, cf. Thomas Mckeown, *As origens da doença humana* [...], p. 84.

<sup>1620</sup> *Livro das Posturas Antigas* [...], p. 39.

<sup>1621</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e João Carlos Oliveira, «A saúde», *Nova História de Portugal. Portugal, do renascimento à crise dinástica* [...], p. 654. Em 1505 D. Manuel I ordenou à população de Lisboa que a abandonasse temporariamente e o mesmo veio a suceder em 1518, cf. Teresa Rodrigues, *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 146.

<sup>1622</sup> Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 95-96.

<sup>1623</sup> *Regimento proveitoso contra a pestenença* [...], p. 16.

<sup>1624</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VIII, p. 5.

<sup>1625</sup> Ricardo Jorge, *Tifo exantemático ou tabardilho, relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1918, p. 4.

<sup>1626</sup> Ricardo Jorge, *A encefalite letárgica e a epidemiologia de quinhentos em Portugal e Hespanha* [...], p. 22.



não originava surtos de contágio e de mortalidade tão graves, conhecida entre nós como tísica pulmonar ou doença do peito<sup>1627</sup>, é uma das doenças infectocontagiosas documentada desde longa data e que subsiste nos dias de hoje. A gravidade da doença era atingida quando o paciente, já com grande dificuldade na respiração, eliminava sangue quando tossia. A terapia mais utilizada consistia em banhos de água fria. A disenteria<sup>1628</sup>, que se inclui neste tipo de doenças, está em relação direta com a falta de práticas de higiene, de que a ingestão de comida ou água contaminada, associada à falta de lavagem regular das mãos, abria caminho à infecção, cujos sintomas mais óbvios se refletiam em diarreias, diminuição do apetite, o que induzia à perda de peso e em muitos casos à subnutrição. Com as comunidades infetadas, a produtividade diminuía, o que podia originar níveis mais reduzidos de produção agrícola ou de bens. O sarampo e as bexigas, nome popularmente dado à varíola, eram doenças virulentas de fácil contágio e com um grau elevando de mortandade. Geralmente associadas às crianças, uma das principais causas de morte nos primeiros meses de vida, podiam deixar sequelas para o resto da vida, de que se destaca a cegueira, no caso do sarampo, e as pústulas, típicas da varíola.

#### 2.3.1.2. LEPROA

Se a peste negra causava a morte rapidamente, a lepra<sup>1629</sup> era a morte em vida. Os portadores desta doença eram marginalizados pela comunidade, sendo confinados a espaços criados para os acolher, chamados gafarias ou leprosarias. A marginalização não era tanto pelo temor ao contágio, senão pela crença de que era um castigo divino e que o leproso sentia rancor para com os sãos. Uma das explicações comuns considerava os leprosos como concebidos no pecado da luxúria e não durante o cumprimento do mandato divino da procriação. Também os filhos dos leprosos eram marginalizados. Doença transmitida pelas secreções nasais ou pela saliva, pouco provável por contacto físico, tinha um período de incubação extremamente longo, por vezes de vários anos. Os sintomas que diagnosticavam a doença iam da descoloração da pele, ao enrugamento precoce da mesma, a casos de perda de dedos, resultante de uma progressiva insensibilidade à dor.

---

<sup>1627</sup> Também conhecida como peste branca.

<sup>1628</sup> *Nova Enciclopédia Médica Publicit* [...], vol. 3, pp- 548-549.

<sup>1629</sup> *Nova Enciclopédia Médica Publicit* [...], vol. 6, pp. 1146-1147.

Os leprosos na Idade Média, nunca foram tidos em Portugal com grande horror. Não eram em geral obrigados a usar marcas de identificação especiais, nem a servir-se de guizos ou com campainhas quando deambulavam<sup>1630</sup>. Na Idade Média, Portugal também não foi muito afetado por essa doença, derivado, talvez, ao menor número de contactos com os Cruzados. O número de gafarias/leprosarias nunca conheceu a amplitude que atingiu noutros países da Europa, não excedendo as 60, o que correspondia à relação de uma para cada 15 000 habitantes, percentagem mínima, comparada com as de França ou de Inglaterra<sup>1631</sup>. Estavam, por norma, situadas no arrabalde das localidades, na principal via de acesso às mesmas, de forma a suscitar as esmolas de quem passava.

### 2.3.2. FERIDAS E QUEIMADURAS

A atividade bélica era a área por excelência para a prática da cirurgia, as escaramuças e os combates produziam feridas e ossos partidos, fossem resultantes de armas e outros objetos, ou de quedas do cavalo, cuja tratamento necessitava da intervenção do cirurgião. Não era necessário estar em ambiente bélico para que os ferimentos surgissem, pese o facto da legislação reprimir o uso de armas, é frequente encontrarmos na chancelaria cartas de perdão de crimes relacionados com ferimentos resultantes desse uso, sendo utilizadas espadas, punhais, azagaias e lanças, que provocavam cortes, perda de membros ou vazamento ocular. Outros objetos também serviam para agredir, desde paus, pedras, instrumentos agrícolas ou as próprias mãos, com os quais, para além de feridas, eram provocadas escoriações e pisaduras. As queimaduras eram também frequentes, numa sociedade onde o fogo era usado quotidianamente, fosse para cozinhar ou iluminar, em algumas profissões, ou na queima dos remanescentes agrícolas.

### 2.3.3. DOENÇAS OCULARES

A falta de vitamina A originava um conjunto de doenças dos olhos<sup>1632</sup>. A catarata ocular caracteriza-se pela perda progressiva da transparência do cristalino (lente natural do olho). Os sintomas como a visão turva, diminuição da visão noturna e fotofobia

---

<sup>1630</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa* [...], p. 98.

<sup>1631</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa* [...], p. 97.

<sup>1632</sup> Sérgio Luís de Carvalho, *Assistência e Medicina no Portugal Medieval* [...], p. 98.

(sensibilidade à luz) vão-se agravando com a idade, instalando-se de uma forma lenta e progressiva, afetando, desta forma, a visão. Em situações extremas os doentes podem perder a visão (cegueira). De forma incipiente, a cirurgia às cataratas era praticada por alguns cirurgiões mais afoitos. O procedimento era muito doloroso e geralmente não produzia bom resultado. As operações à catarata eram feitas introduzindo um instrumento afiado através da córnea forçando o cristalino a deslocar-se para a parte inferior do olho ou, utilizando outra técnica, inserindo a ponta de uma agulha e a catarata era extraída por sucção. Ambas as técnicas eram executadas sem anestesia e sem esterilização, podendo provocar infeção ocular que conduziria à cegueira. Glaucoma é a designação genérica de um grupo de doenças oculares distintas que provocam danos no nervo ótico e perda da visão. Com o tempo, a visão periférica começa a ficar afetada, ocorrendo um estreitamento progressivo do campo visual e, se não houver tratamento, conduz à cegueira. São várias as causas que podem causar glaucoma: catarata avançada, tumores, inflamações, lesões oculares, diabetes. Com os conhecimentos médicos disponíveis na época, a tendência de quem sofria desta doença era ficar cega. Os cegos eram dos mais desprotegidos seres na sociedade medieval e aqueles que obtinham maior compaixão. Fosse resultante de doença, fosse uma situação já adquirida à nascença, o cego era visto como tendo sofrido um castigo resultante de ação pecaminosa contra Deus<sup>1633</sup>, cometido por ele ou por seus pais. Não podendo desempenhar nenhuma atividade útil à sociedade, a ele restava-lhe apelar à caridade, esmolando nos núcleos habitacionais de maior porte. Escreve Jacques Le Goff que o «Ocidente medieval está cheio de cegos de olhos vazados e pupilas vazias como os que no terrível quadro de Breughel andam perdidos»<sup>1634</sup>.

#### 2.3.4. OUTRAS DOENÇAS

O reumatismo, a artrose e a gota eram doenças comuns, em parte associadas à idade, à alimentação, ou às más condições de salubridade em que se vivia. Os problemas decorrentes ou relacionados com o parto também eram causa de grandes taxas de

---

<sup>1633</sup> Por forte influência da palavra bíblica, a cegueira tinha forte conotação de pecado, como é patente no *Evangelho de S. João*: «E passando Jesus por ali, viu um homem cego desde nascença. E os seus discípulos interrogaram-no, dizendo: Rabi, quem errou? Este homem ou os pais dele, para que tenha nascido cego?», cf. *Bíblia Sagrada* [...], Evangelho de São João (9:1,2).

<sup>1634</sup> Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 292. De referir que em alguns reinos medievais a pena para certo tipo de crimes era a cegueira, executada pondo diante dos olhos do paciente uma barra de ferro aquecida ao rubor, ou queimando com ferro o globo ocular ou extraindo-o.

mortalidade, fosse da parturiente, fosse do recém-nascido. Lesões ortopédicas também ocorriam, dado o meio de transporte utilizado, fosse por lazer, viagem ou envolvimento em atos bélicos. Outro tipo de doença, eram as doenças mentais, em que o método curativo podia passar pela segregação, caso o portador fosse sujeito a ataques de fúria ou epiléticos, ou pela tolerância, porque sendo um inimputável, eram desculpados alguns excessos de linguagem, que a muitos estava interdita<sup>1635</sup>.

A falta de verduras frescas e frutos cítricos (vitamina C) na alimentação, era a principal causa para o aparecimento do escorbuto, que tem como primeiros sintomas hemorragias nas gengivas, tumefação purulenta das gengivas (inchaço com pus), dores nas articulações, feridas que não cicatrizavam, além da desestabilização dos dentes. Conhecido na época das navegações portuguesas (séculos XV e XVI) como «mal de Angola», pois era nas proximidades deste país que os sintomas da doença começavam a afetar as tripulações dos navios que se dirigiam à Índia. Ao atingirem estas latitudes, os frescos embarcados já teriam sido todos consumidos, baseando-se a alimentação em carnes e peixes salgados e pão duro (o chamado biscoito, que não era mais que pão cozido por duas vezes). Com o aumento de temperatura atingida nas zonas equatoriais, muitos desses produtos encontravam-se muitas vezes deteriorados e impróprios, o que não impedia o seu consumo e as subseqüentes doenças.

Nas doenças sexualmente transmissíveis, uma das mais estudadas foi o chamado *Morbus Gallicus*, a sífilis, embora a gente comum lhe desse um nome mais próximo de quem achavam que fosse o vizinho suspeito de propagar a contaminação. Os franceses chamavam-lhe «Mal de Nápoles», relacionando-o com a expedição do rei de França Carlos VIII, que entrou na Itália com um exército composto por grande número de mercenários de várias nacionalidades, sendo Nápoles a cidade que foi ocupada pela tropa a partir de 1495 durante meses. O rei entrou em Nápoles em maio e as primeiras descrições da doença parecem datar de julho de 1495. Os italianos grafam-na como «Mal Francês», os russos «Mal Polaco», os polacos «Mal dos Alemães», os alemães «Mal Francês», assim como os ingleses «French Pox», flamengos e holandeses falam do «Mal Espanhol», como os magrebinos. Os portugueses dizem «Mal Castelhana», mas os Japoneses e povos das Índias Orientais chama-lhe «Mal Português»<sup>1636</sup>. Dentro da

---

<sup>1635</sup> Sérgio Luís de Carvalho, *Assistência e Medicina no Portugal Medieval* [...], p. 100.

<sup>1636</sup> José Morgado Pereira, «Considerações sobre o morbo gálico nas centúrias de Amato Lusitano», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, n.º XVII, novembro de 2003, pp. 31-35, Castelo Branco, Editor António Salvado, 2003, p. 32.

mentalidade cristã, profundamente arraigada nas gentes, o mal não era mais que o resultado de deboche e, portanto, ofensa a Deus. Em Pedro Hispano são várias as curas para os padecimentos do órgão genital masculino<sup>1637</sup>.

#### 2.4. OFÍCIOS

Para lidar com a doença havia que contar com um corpo de profissionais qualificados. Detendo o rei o monopólio da concessão de graus universitários, a ele cometia, também, a autorização para o exercício dos ofícios ligados à medicina. Esta autorização era dada após a prestação de provas pelos candidatos, perante os delegados do rei. A rivalidade entre os vários tipos de praticantes da atividade contribuiu para criar uma estratificação na hierarquia médica. No topo estava o físico, seguido de perto pelo cirurgião e pelo barbeiro-sangrador. No nível abaixo, o boticário, e finalmente, na base, um conjunto de praticantes em que se misturavam saberes de várias proveniências e que contribuíam, igualmente, para minorar a dor e a doença: o curandeiro, o enfermeiro, as parteiras, as cristaleiras, os dentistas, os algebristas, popularmente chamados endireitas. A consequência desta estratificação implicava diretamente com a componente económica, recebendo rendimentos mais avultados aqueles que possuíam formação universitária, ou seja, os que estavam no topo da pirâmide. Obrigava também a uma hierarquização e especialização na componente médica: o físico observava, diagnosticava e previa a evolução natural da doença, prescrevendo o que julgava adequado ao debelar da mesma, não executando nenhum ato terapêutico. O cirurgião praticava os atos cirúrgicos para os quais obtivera conhecimento, mediante autorização régia, em que os mais especializados eram o tratamento das cataratas, a cura da hérnia inguinal, a extração de cálculos da bexiga. O barbeiro sangrava e extraía dentes, podendo também curar algumas feridas mais superficiais. O boticário não só confeccionava os medicamentos, simples ou compostos, receitados pelos físicos, muitas vezes a partir de herbários que eles próprios cultivavam, como agiam por conta própria, recomendando ou administrando o receituário aos enfermos.

Com a criação de universidades na Europa, a partir de finais do século XII, e subsequente aparecimento de cursos de medicina, a par dos de direito e dos de teologia,

---

<sup>1637</sup> Doenças que podemos relacionar com a gonorreia, como seja o prurido do pénis, *de prurito uirge*, ou a inchação dos testículos, *de inflatione testium*, cf. Pedro Hispano, «Tesouro dos Pobres», *Obras médicas de Pedro Hispano* [...], p. 230-233.

o movimento estendeu-se a Portugal, sendo pedido ao papa Nicolau IV<sup>1638</sup> a criação de um «Estudo Geral», decorria o ano de 1288. Não existe documento régio comprovativo da autorização para a criação desse estabelecimento, supondo-se que tenha iniciado a sua atividade entre o ano de 1288 e o de 1290, em que por bula de 9 de Agosto de 1290, o Papa Nicolau IV aprovava essa iniciativa, indicando o modelo de Paris como aquele que deveria ser seguido, autorizando a criação de quatro faculdades: Artes, Leis, Cânones e a de Física, nome porque era conhecida a prática da medicina. Em 15 de fevereiro de 1309, D. Dinis dá ênfase ao curso de medicina, ordenando que «de futuro haja no nosso referido Estudo um mestre em Medicina, afim de que os corpos dos nossos súbditos, agora e no futuro, sejam orientados por um conveniente regime de saúde»<sup>1639</sup>. Esforço sem resultados práticos imediatos, uma vez que a medicina exercida por judeus, cujo conhecimento funcionava em circuito fechado dentro da comunidade, a que se juntava a generalizada ciência popular, ocupava o espaço que seria de direito àqueles que cursavam o Estudo Geral<sup>1640</sup>. Nele, estudava-se tudo menos medicina prática. Glosavam-se os tratados de Hipócrates e Galeno<sup>1641</sup>, a que se adicionava em certas circunstâncias o estudo de Avicena. O número de licenciados era escasso e insuficiente para responder às necessidades da grande maioria da população. Esta, por seu lado, não tinha poder económico para pagar os honorários dos médicos. Só a nobreza e um número limitado de mercadores abastados tinham acesso aos médicos formados nas universidades. A autoridade real e os círculos de poder não tinham grande capacidade para fazer cumprir as normas que regulamentavam o exercício da profissão. Desde cedo, para forçar a que o exercício da medicina fosse praticado por gente com qualidade, o rei legisla para que tal prática fosse sancionada por oficial régio. Existe na chancelaria de D. Afonso IV um documento que institui a obrigatoriedade de prestação de exame na Corte, perante o físico-mor ou o cirurgião-mor, consoante os casos. Em carta datada de 22 de fevereiro de 1338, dirigida a todos os corregedores, meirinhos, alcaides, comendadores e todas as justiças do reino, determinava o rei que:

---

<sup>1638</sup> A súplica enviada ao Papa datada de Montemor-o-Novo, em 12 de novembro de 1288, era assinada entre outros pelo prior de Santa Cruz de Coimbra, o abade de Alcobaça, o prior de Santa Maria de Guimarães, locais onde existiam escolas que formavam clérigos, membros dessas comunidades, cf. Salvador Dias Arnaut, «A Medicina», *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I (1290-1536), pp. 285-302, Coimbra, Universidade de Coimbra. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 286. Sobre a instalação do Estudo Geral em Lisboa, ver também *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*, coordenação de Hermenegildo Fernandes, Lisboa, Tinta da China, 2013.

<sup>1639</sup> Salvador Dias Arnaut, «A Medicina», *História da Universidade em Portugal* [...], p. 286.

<sup>1640</sup> Salvador Dias Arnaut, «A Medicina», *História da Universidade em Portugal* [...], p. 288.

<sup>1641</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa* [...], p. 178.

«Sabede que eu Pera arredar dano das Jentes das mhas terras, veendo e conssirando como muitos se faziam físicos e Meestres e Celorgiãaes e botecarios obravam destes officios en nas dictas mhas terras nom Auendo eles sçiências nem sabedoria para obrar delas. E pera esquiuar os danos que de taaos Meestres poderiam aas gentes das mhas terras recreçer Per esta razom mandey na mha çidade de lixbõa fazer Eyxaminaçom A todos Aqueles que en essa Cidade obrauam destes offiços A qual eysaminaçom mandey fazer a Meestre Affonso e A Meestre Gonçalo. meus físicos que eu mandey que fossem Eysaminadores de todos aqueles que nos meus Reynos destes officios quisessem obrar?»<sup>1642</sup>.

Para o exercício legal da medicina e da cirurgia este exame prevaleceu, durante muito tempo, sobre os graus concedidos pela universidade<sup>1643</sup>, ou seja, mesmo detentor de grau atribuído pela universidade, todos os candidatos ao exercício da medicina ou da cirurgia, eram colocados ao mesmo nível daqueles que adquiriam a competência pela prática<sup>1644</sup>. Contudo, o número de práticos não encartados era grande e os serviços que prestavam eram indispensáveis e estendiam-se a grande parte da população. Nestas circunstâncias, era difícil forçar a obediência às normas. As repetidas leis promulgadas em anos posteriores, apesar de fortemente punitivas, não tiveram maior êxito que as precedentes. Em 1448, o rei D. Afonso V, regulamenta novamente a credenciação de cirurgiões: todos os que quisessem praticar cirurgia deviam submeter-se ao exame pelo cirurgião-mor, que passaria então uma licença que os habilitaria a tal<sup>1645</sup>. É de crer que esta nova tentativa de regulamentação tenha tido uma eficácia restrita, era difícil controlar todos os que se dedicavam à cirurgia, nomeadamente os que residiam no interior do país e em regiões afastadas da corte. Não se vê como a maior parte dos práticos estabelecidos numa província dos extremos do país, ou nas ilhas atlânticas, se decidissem a empreender

---

<sup>1642</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, (1336-1340) [...], pp. 170-171. Iria Gonçalves considera que a disposição é anterior à carta onde é mencionada, de autorização ao exercício da profissão de físico e cirurgião em todo o reino a mestre Domingos, natural de Viseu, o qual era portador de uma licença para praticar em Lisboa e seu termo, cf. Iria Gonçalves, «Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame», *Do Tempo e da História*, n.º 1, pp. 69-112, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos, 1965, p. 71.

<sup>1643</sup> Deste exame eram excluídos os lentes de física do Estudo de Lisboa, pois tinham sido examinados pelos reitores da universidade.

<sup>1644</sup> Iria Gonçalves, «Possibilidades de acesso ao médico diplomado na beira de quatrocentos», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XIX*, n.º I, novembro de 1989, pp. 11-15, Castelo Branco, Editor António Salvado, 1989, pp. 11-15.

<sup>1645</sup> Manuel Borges Carneiro, *Resumo Chronologico das leis mais úteis no foro e uso da vida civil*, tomo I, Lisboa, Impressão Régia, 1818, pp. 14-15.

uma prolongada e difícil, senão mesmo perigosa, viagem à capital, para se submeterem ao exame<sup>1646</sup>.

É com D. Manuel I que surge o primeiro documento com legislação específica do ofício do físico. Este regimento, dado em Lisboa a 27 de junho de 1515<sup>1647</sup>, reformado por outro de 25 de fevereiro de 1521<sup>1648</sup>, que aproveita para redefinir as condições do controlo sobre boticas e boticários, cuja responsabilidade era também acometida ao físico-mor, classifica em catorze itens as atribuições do físico-mor, e os requisitos que o candidato a físico deveria cumprir. Mais uma vez, a obrigatoriedade de todos os que pretendiam «usar da arte da física», nacionais ou estrangeiros, deveriam ser examinados pelo físico-mor, conjuntamente com outros médicos da corte, dos que estivessem presentes, tendo como mínimo outro físico. Ressalvava-se que aqueles que fossem graduados em «graao de doutores ou licenciados per cursos e sofiçiençia» no estudo geral de Lisboa, não fossem submetidos a novo exame. O exame constaria de uma parte teórica e outra prática, podendo esta ser substituída por um testemunho escrito que garantisse que o requerente possuía dois anos de experiência na companhia de físicos com carta de autorização, passada pelo físico-mor, para exercer. Para além disso, o candidato deveria acompanhar o físico-mor em três ou quatro visitas que este fizesse a doentes, para presencialmente ser examinado na sua capacidade profissional. Nos lugares onde não houvesse físicos graduados, reconhecendo o rei a necessidade de prover as populações com recursos de saúde, «posto que nam seja em toda perfeiçam, pero com algum remedio per que de todo nam careçam delle»<sup>1649</sup>, o físico-mor era autorizado a examinar homens ou mulheres cujos méritos e experiência fossem certificados pelas autoridades concelhias, passando cartas/licenças para exercer a arte «com aquella callefiçam que mais proveitosa lhe parecer, asy do tempo como llugar em que curem [nas curas que dizem que sabem], como infirmitades de que possam curar»<sup>1650</sup>. Com estas determinações, todos os físicos e todos aqueles que se intitulavam de físicos, embora não tivessem preparação para tal, caso não tivessem carta de autorização do físico-mor,

---

<sup>1646</sup> Joaquim Barradas, *A Arte de Sangrar de cirurgiões e barbeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 175.

<sup>1647</sup> Transcrito por Manuela Mendonça, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel», *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 2.ª sessão, pp. 331-348, [...], pp. 345-348.

<sup>1648</sup> Resumo em Manuel Borges Carneiro, *Resumo Chronologico das leis mais úteis no foro e uso da vida civil* [...], pp. 210-213.

<sup>1649</sup> Manuela Mendonça, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel» [...], p. 346.

<sup>1650</sup> Manuela Mendonça, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel» [...], p. 346.



incorriam na multa de «trinta dobras de banda»<sup>1651</sup>. Sobre o texto de 1515, o regimento de 1521 introduziu duas alterações da maior importância: fez desaparecer, logo no segundo parágrafo, a indicação de que os candidatos «que nam forem graduados» pudessem ser examinados, o que significava que o estatuto de físico ficava dependente de formação universitária, e acrescentava uma nova alínea proibindo os físicos de fazerem avenças com os seus doentes para aumento da sua remuneração, garantindo ainda aos pacientes o direito de reclamação, perante o físico-mor, contra a «má cura» dos físicos<sup>1652</sup>.

#### 2.4.1. FÍSICO

Os meios de diagnóstico utilizados pelos físicos resumiam-se, praticamente, à auscultação do pulso e à análise visual da urina do paciente, observando a cor, a textura e também o odor. Após esta prática era feito o diagnóstico, do qual resultava a utilização de um, ou mais, de três tipos de terapia: purga, clister ou sangria. Para os dois primeiros era receitada uma mezinha, que seria elaborada por um boticário credenciado, estando inibido ao físico a elaboração de mezinhas, a qual era administrada pelo físico ou, na sua ausência, por um auxiliar, em alguns casos um enfermeiro, caso existisse<sup>1653</sup>. A administração dos clisteres era desempenhada por uma especialista, a cristaleira. As sangrias eram feitas pelos cirurgiões ou pelos barbeiros. Só em casos muito raros eram feitas pelos médicos que, seguindo os «Aforismos de Hipócrates», não agiam sobre o corpo do doente<sup>1654</sup>. Com uma terapia, que fracos resultados produzia, porque assente em factos casuísticos, os físicos eram parte de uma rede assistencial que também compreendia hospitais, albergarias, mercearias e misericórdias. A formação exigida, com o decorrer das centúrias, passa a ser prioritariamente académica, preterindo-se o conhecimento de experiência feita junto de outros físicos. Tomando como base de análise o levantamento feito por Manuela Mendonça<sup>1655</sup> das cartas de físico atribuídas durante o

---

<sup>1651</sup> Dobra de banda era uma moeda de oiro, cunhada em Castela, com o valor de duzentos reais, cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário* [...], vol. II, p. 200.

<sup>1652</sup> Laurinda Abreu, «A organização e regulação das *profissões médicas* no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados», *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, pp. 97-122, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2010, p. 99.

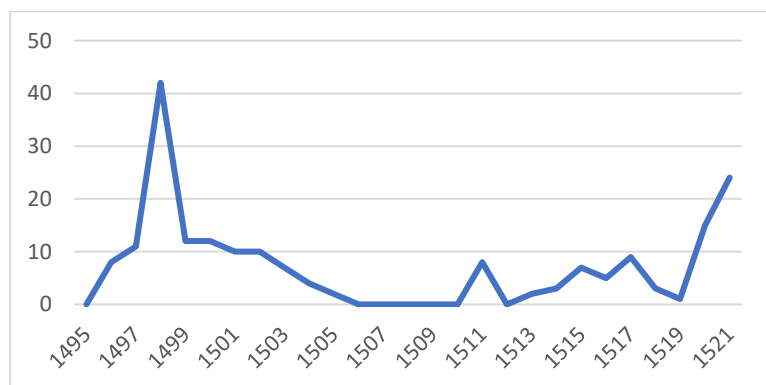
<sup>1653</sup> Era o caso do Hospital Real de Todos-os-Santos, cujo quadro era composto por quatro enfermeiros mor, sete enfermeiros auxiliares, uma enfermeira-mor e uma enfermeira auxiliar, cf. *Registo dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*, (edição fac-similada), introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, prefácio de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, [s.n.], 1996, pp. 453-454.

<sup>1654</sup> Fanny F. Xavier da Cunha, «A Cirurgia na obra de Amato Lusitano», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, n.º XXIII, novembro 2009, pp. 20-22, Castelo Branco, [s.n.], 2009, p. 20.

<sup>1655</sup> Manuela Mendonça, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel» [...], pp. 333-348.

reinado de D. Manuel I, em que foram passadas cento e noventa e cinco, notamos que existem dois picos bem demarcados ao longo dos vinte e seis anos que durou o reinado.

Gráfico n.º 1  
Cartas de físico



Fonte: Manuela Mendonça, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel» [...]. gráfico criado a partir da tabela da p. 339.

O primeiro pode estar relacionado com vários fatores coincidentes no tempo. Com a mudança de reinado era tradicional que fossem também confirmadas todas as mercês, privilégios, liberdades e outros benefícios régios<sup>1656</sup>, o que pode ter sido aproveitado por aqueles que, embora exercendo o ofício, ainda não se haviam submetido a exame, ou tendo sido submetidos e aprovados requeriam a confirmação do mesmo, a que podemos associar a permanência no reino dos judeus provenientes de Castela e ao batismo dos cristãos novos. A ordenação régia que multava com pena de trinta dobras, todos os que praticassem medicina sem possuírem licença para tal<sup>1657</sup>, era outro motivo dissuasor da prática sem autorização.

O poder régio mostrava-se claramente favorável e mesmo conivente com o esforço dos físicos no sentido de retirar a medicina do seio da cultura popular, estabelecendo-a como campo exclusivo de um corpo funcional restrito e da sua inteira confiança, em termos pessoais e de formação. Em Portugal, remontam ao início da época moderna os primeiros esforços concertados para o fazer. De facto, o rei detinha já o monopólio da concessão de graus universitários e foi também ele que estabeleceu a

<sup>1656</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. IX, pp. 21-22.

<sup>1657</sup> «Índice cronológico. Da maior parte da nossa legislação sobre medicina», *Jornal de Coimbra*, vol. XVI, parte I, pp. 158-168, Lisboa, Impressão Régia, 1820, p. 159.

obrigatoriedade de prestação de provas e subsequente concessão de licenças a quem pretendesse exercer a medicina, mesmo àqueles que haviam obtido o seu grau em universidades estrangeiras. Com esse objetivo, o físico-mor, a quem competia conceder essas licenças, ocupava um cargo que, muito embora fosse de origem medieval, verá os seus poderes inegavelmente alargados pelo regimento de 1476. O número de licenças ou cartas de exame que permitiam o desempenho da atividade médica foi sendo sucessivamente acrescido. Esse total triplicou no reinado de D. João II, quando comparado com a média do período de Afonso V<sup>1658</sup>. Mesmo com o incremento das autorizações para exercer o ofício, não eram em número suficiente para cobrir toda a malha concelhia, sendo certo que muitos integravam o séquito das casas nobres e da família real. Casos de mestre Tomás, físico do conde de Abrantes<sup>1659</sup>, mestre Francisco, físico do conde de Cantanhede<sup>1660</sup>, do bacharel Francisco Nunes, físico da condessa de Penela<sup>1661</sup>, mestre Martinho, físico da duquesa, irmã do rei<sup>1662</sup>, do doutor Bernardim de Montoio, físico da Excelente Senhora<sup>1663</sup>. Ao doutor mestre Fernando, físico do marquês de Vila Real, foi dada mercê de todos os privilégios de que gozavam os físicos, incluindo o de aposentadoria, como se assentado fosse nos livros de cozinha do rei, e isentando-o de responder em feitos crimes e cíveis, exceto perante o corregedor da corte<sup>1664</sup>. Numa tentativa de colmatar essa insuficiência, a qual os concelhos reclamavam fosse satisfeita, ficou plasmado no regimento que nos lugares onde não houvesse físico, nem se perspectivava que houvesse<sup>1665</sup>, poderia o físico-mor dar licença a algumas pessoas, homens ou mulheres que neles morassem, com experiência na cura de algumas enfermidades, e fossem portadores de uma certidão ou carta do concelho, que o certificava, depois de os avaliar pessoalmente, passava-lhes a licença para exercer nos casos que ele, físico-mor, considerava de utilidade, limitando o tempo e o lugar, onde o poderiam fazer<sup>1666</sup>. Dos casos que encontramos na chancelaria, encontramos dois tipos de praticantes: os que estavam autorizados a praticar a «ciência e arte da cirurgia» e aqueles cujo exercício da arte era limitado ao tratamento de pequenas mazelas.

---

<sup>1658</sup> Teresa Rodrigues, *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias* [...], p. 124.

<sup>1659</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 17v (Lisboa, 08/6/1504).

<sup>1660</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 3v/4 (Almeirim, 25/10/1510).

<sup>1661</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 127 (Évora, 12/04/1520).

<sup>1662</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 64 (Coimbra, 07/09/1506).

<sup>1663</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 105 (Lisboa, 27/03/1521).

<sup>1664</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 130v (Abrantes, 07/06/1507).

<sup>1665</sup> Os físicos, especialmente aqueles formados nas universidades, preferiam exercer o ofício em localidades que lhes garantissem o sustento, não se fixando nos concelhos de reduzida população e riqueza.

<sup>1666</sup> Manuela Mendonça, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel» [...], p. 346.

## 2.4.2. CIRURGIÃO

Para se aceder ao ofício era necessário ser-se examinado pelo físico-mor ou, o mais usual, pelo cirurgião-mor. Este era um ofício essencialmente prático que se aprendia acompanhando um cirurgião com licença. No regimento do Hospital Real de Todos-os-Santos, o cirurgião residente era obrigado a ter dois ajudantes<sup>1667</sup>, que o acompanhavam nas visitas aos doentes, e a quem ensinava teoria e prática, formando assim novos cirurgiões, caso de mestre Afonso, criado do mestre Gonçalo, cirurgião do Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa<sup>1668</sup>. Outras cartas foram passadas a criados de cirurgiões instalados, o que vem confirmar a aprendizagem pela prática, visto na época, as escolas de medicina das universidades se focarem na formação de físicos. Tomando alguns exemplos da chancelaria régia, em que os examinados por mestre Gil, físico real e cirurgião-mor, recebiam licença para usar da ciência e arte da cirurgia por todo o reino, temos: mestre Sebastião de Carvalho, criado do doutor mestre Fernando, morador em Sernancelhe<sup>1669</sup>, mestre Francisco, criado de mestre Jorge, cirurgião<sup>1670</sup>, mestre Pedro, morador em Lisboa, criado de mestre António, que fora cirurgião-mor<sup>1671</sup>, mestre Pedro, criado de mestre António, cirurgião da infanta D. Beatriz, mãe do rei, morador em Beja<sup>1672</sup>, mestre Bernaldo, filho de mestre Henrique físico e cirurgião dos hospitais de Santarém<sup>1673</sup>, mestre Henrique, filho de mestre Tomás, morador na cidade de Elvas<sup>1674</sup>. Outros executantes da arte de curar, ao serem examinados pelo cirurgião-mor, viam o âmbito da sua ação limitado. Mais uma vez, consultando os registos de chancelaria, encontramos vários exemplos ilustrativos deste tipo de autorização. Foram passadas licenças para usar da arte de curar hérnias, tirar pedras e curar quebrados<sup>1675</sup>, curar boubas, suas chagas e dores delas resultantes, e canceres e chagas velhas<sup>1676</sup>, curar boubas e suas chagas, curar cânceres, furar apostemas, sangrar e tirar dentes e pôr ventosas<sup>1677</sup>, curar boubas, chagas, inchaços e corrimentos e coisas que a eles pertençam<sup>1678</sup>, curar chagas,

---

<sup>1667</sup> *Registo dos reinados de D. João II e de D. Manuel I* [...], p. 492.

<sup>1668</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 70 (Lisboa, 18/02/1511).

<sup>1669</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 84 (Lavrado, 12/17/1497).

<sup>1670</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 85 (Santos, 15/05/1497).

<sup>1671</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 55 (Lisboa, 08/12/1501).

<sup>1672</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 1v (Lisboa, 10/11/1503).

<sup>1673</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 4v (Lisboa, 24/01/1521).

<sup>1674</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 70v/71 (Lisboa, 04/10/1521).

<sup>1675</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 36 (Lisboa, 07/11/1504).

<sup>1676</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 43 (Xabregas, 28/04/1511).

<sup>1677</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 70 (Lisboa, 20/05/1511).

<sup>1678</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 23v (Évora, 25/05/1520).

apostemas, baço e outras enfermidades semelhantes<sup>1679</sup>, curar boubas e suas dores, chagas, não podendo purgar, nem usar de xaropes sem conselho do físico a seus doentes.<sup>1680</sup>, curar todas as quebraduras, deslocações e carne pisada<sup>1681</sup>, corrigir todas as coisas quebradas e fora de seu lugar<sup>1682</sup>, curar e «soldar» pessoas com ossos partidos ou fora do lugar<sup>1683</sup>, autorização para usar da ciência e arte da cirurgia por todo reino, com tal condição que em feridas grandes de cabeça e outras que forssem perigosas chamasse cirurgião para o ajudar<sup>1684</sup>, curar de cataratas, névoas, belidas e todas as outras enfermidades dos olhos<sup>1685</sup>.

Este era o conjunto de atividades nas quais o cirurgião desempenhava a sua missão. Algumas destas operações eram arriscadas e eram raros os cirurgiões que se aventuravam em tais empreendimentos, pois causavam muitas dores e incómodos prolongados aos doentes. A hemorragia, muitas vezes incontrolada, comprometia os resultados da operação e podia colocar em risco a vida dos pacientes. A infeção pós-operatória era uma constante e contribuía para aumentar o número de fracassos. Tanto quanto nos deixaram os relatos da época, as pedras ou cálculos da bexiga eram frequentes, talvez devido à ingestão de água impura e às deficientes condições de higiene em que viviam as pessoas em geral<sup>1686</sup>.

Como consta do regimento, podiam ser examinados para exercer o ofício tanto homens como mulheres, confirmando que na época, esta profissão não estava interdita ao sexo feminino<sup>1687</sup>, encontrando-se registada a emissão de cartas autorizando o exercício da cirurgia a Guiomar de Lemos, mulher de Lopo Fernandes e moradora em Estremoz<sup>1688</sup>, a Maria Anes, que foi mulher de Afonso Mendes, morador em Portel<sup>1689</sup>, a Isabel Martins, mulher de Gonçalo Dias, morador em Faro<sup>1690</sup>, a Beatriz Eanes, mulher de Francisco Dias, tecelão<sup>1691</sup>, a Maria Luís, mulher de Fernão Nunes<sup>1692</sup>, a Inês Afonso, mulher de Pedro

---

<sup>1679</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 33v/34 (Lisboa, 28/09/1521).

<sup>1680</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 67v (Lisboa, 02/03/1513).

<sup>1681</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 69v (Lisboa, 13/05/1511).

<sup>1682</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 65 (Lisboa, 16/03/1521).

<sup>1683</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 25v (Lisboa, 15/09/1521).

<sup>1684</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 67 (Lisboa, 27/05/1514).

<sup>1685</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 105v (Lisboa, 22/09/1516).

<sup>1686</sup> Joaquim Barradas, *A Arte de Sangrar de cirurgiões e barbeiros [...]*, pp. 138-139.

<sup>1687</sup> Durante o século XV só há um caso conhecido de uma cirurgiã exercer, Isabel Martins, de Montemor-o-Velho, em 1454, cf. Cristina Moisés, *A arte das mãos. Cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*, Lisboa, CEH/FCSH/UN, 2018, p. 54.

<sup>1688</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 113v (Lisboa, 11/10/1513).

<sup>1689</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 30v (Lisboa, 29/04/1517).

<sup>1690</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 59 (Lisboa, 06/07/1517).

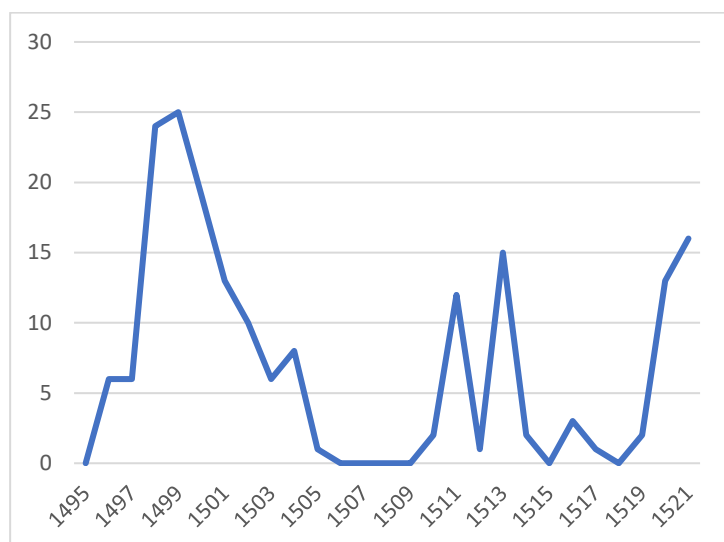
<sup>1691</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 102 (Évora, 27/06/1520).

<sup>1692</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 114 (Évora, 11/10/1520).

do Souto, escudeiro, que foi criado do bispo de Lamego, morador na freguesia de S. Tomé de Negrelos, termo da cidade do Porto<sup>1693</sup>, a Catarina Álvares, mulher de João Fernandes, marinheiro, morador em Maçarelos termo do Porto<sup>1694</sup>, a Beatriz Afonso, mulher de Luís Geiro, morador em Mesão Frio<sup>1695</sup>, a Helena Dias, mulher de mestre Gil, cirurgião, moradores em Ponte de Lima<sup>1696</sup> e ao casal Diogo Peres e Isabel Fernandes, sua mulher, autorizados a curar boubas às pessoas que delas sofressem<sup>1697</sup>.

Durante o reinado foram passadas 185 cartas de cirurgião, com a incidência anual representada no gráfico seguinte.

Gráfico n.º 2  
Cartas de cirurgião



Fonte: Manuela Mendonça, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel» [...]. gráfico criado a partir da tabela da p. 339.

### 2.4.3. BOTICÁRIO

Considera-se boticário, todo aquele que tem botica aberta, onde vende mezinhas, ervas, unturas, águas e todo o tipo de produtos empregues na cura da doença. Ofício pertencente à bandeira de S. Miguel<sup>1698</sup>, da Casa dos Vinte e Quatro, os boticários tiveram

<sup>1693</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 83 (Lisboa, 20/11/1521).

<sup>1694</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 79 (Lisboa, 15/05/1521).

<sup>1695</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 80 (Lisboa, 18/05/1521).

<sup>1696</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 63 (Lisboa, 15/06/1521).

<sup>1697</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 17 (Lisboa, 13/09/1521).

<sup>1698</sup> Franz-Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas. Subsídios para a sua história*, com um estudo do Prof. Doutor Marcello Caetano, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1943, p. 377.

a sua profissão regulamentada em assembleia da câmara de Lisboa, em 26 de julho de 1497, estando presentes, para além dos três vereadores eleitos e dos quatro representantes dos mestres, o físico da cidade e o doutor mestre António de Lucena, físico-mor<sup>1699</sup>. Eram seis os itens que compunham o dito regimento, para além da obrigatoriedade imposta ao boticário para poder exercer, de ter em sua posse um exemplar do regimento, autenticado com as assinaturas dos vereadores da cidade. O primeiro dos itens determinava que todo o boticário devia ter na sua loja um exemplar de cada um de cinco livros, para consultar se necessário, que eram: um «pandeta»<sup>1700</sup>, um «mesue»<sup>1701</sup>, um «nijcolão»<sup>1702</sup>, um «serujdor de serapiam»<sup>1703</sup>, um «daviçena»<sup>1704</sup>. O segundo item previa a presença na botica de três medidores com a capacidade de uma onça<sup>1705</sup>: um para águas, outro para óleos e o terceiro para xaropes. O terceiro item exigia que na elaboração de determinadas mezinhas «opiatas, leitoairos, pirollas, trociscos» estivesse presente um dos físicos da cidade, antes de serem administradas. O quarto item era referente à arrumação do espaço da botica, em que as mezinhas deveriam estar ordenadas pela antiguidade de elaboração e as drogas deveriam estar separadas por semelhança de

<sup>1699</sup> *Livro das Posturas Antigas* [...], pp. 217-219.

<sup>1700</sup> É o mesmo que *Digesto*, *Pandectae* ou *Digestia*. Assim, se designa a coleção de fragmentos das obras dos juristas romanos, incluídos no *Corpus Juris* de Justiniano.

<sup>1701</sup> Yūhannā Ibn Māsawayh (ca.777 e ca.857), físico persa, conhecido no ocidente com Mesué, autor do *Livro sobre os medicamentos combinados*.

<sup>1702</sup> Nicolaus Salernitanus (ca.1110- 1150), médico italiano autor do *Antidotarium Nicolai*, tratado especializado em farmacologia e antídotos.

<sup>1703</sup> Serapião, o Jovem foi autor do livro *Aggregator de simplicibus* (*O Livro dos Medicamentos Simples*).

<sup>1704</sup> Abū ‘Alī al-Ḥusayn ibn ‘Abd Allāh ibn Sīnā (ca. 980-1037), filósofo persa, cujo nome foi latinizado para Avicena, escreveu sobre filosofia e medicina, cujo livro *O Cânone da Medicina* foi usado nas universidades medievais. O seu uso pelos boticários deve-se ao facto de conter uma lista extensa de medicamentos simples, tratados sobre venenos, uma seção acerca da preparação e manipulação de medicamentos e ainda uma longa lista de receitas e fórmulas medicinais. Muito dessa informação é proveniente de Dioscórides e Galeno, mas Avicena adicionou drogas utilizadas por árabes, persas, indianos.

<sup>1705</sup> A onça correspondia à 1/12 parte da libra = 28,625g.

Unidade principal de massa: Libra (de botica) = 343,5 g		
Submúltiplos		
Meia-libra	½ libra	171,65 g
Onça	1/12 libra	28,625 g
Meia-onça	½ onça	14,3125 g
Dracma	1/8 onça	3,578125 g
Meia dracma	1/16 onça	1,7890625 g
Escrópulo	1/3 dracma 1/24 dracma	1,192708 g

Cf. Maria de Fátima Paixão, Fátima Regina Jorge, Ana Isabel Flórido, «Pesos e Medidas na Obra de Amato Lusitano: Dos Saberes e das Certezas da Época», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, n.º XIX, novembro 2005, pp. 17-24, Castelo Branco, [s.n.], 2005, p. 19.

espécies, não devendo ser misturadas. O quinto item era a inibição da venda de mezinhas por quem não fosse boticário, obrigando estes a só poderem vender com receita do físico. Finalmente, o sexto item obrigava a que o boticário mantivesse em livro, todas as prescrições aviadas, o nome do físico que as prescrevera e o paciente a quem elas foram administradas.

Era ao boticário real, a quem o rei cometia a realização dos exames que aprovavam o candidato ao exercício do ofício. Na sua ausência, o examinador podia ser um dos detentores de função equivalente ou superior, caso do físico-mor ou do cirurgião-mor. Na chancelaria de D. Manuel I, encontramos vários casos que ilustram as diferentes fases deste processo. O exame era realizado conjuntamente com o físico-mor, ou por outro físico do rei, consistindo em provas teóricas e práticas de confeção de medicamentos e na forma de administrar mezinhas. A autorização última era dada pelo físico-mor. De todo o reino procediam aqueles que pretendiam abrir botica. Gabriel Dias, boticário, morador em Évora, foi autorizado a assentar botica depois de examinado pelo doutor mestre Gil, físico e por mestre Lopo, boticário da rainha, e por João Gonçalves, boticário do rei<sup>1706</sup>. Damião Dias, filho de Mestre Martinho, físico da duquesa de Bragança, irmã do rei, morador na vila de Santarém, obteve licença para ser boticário<sup>1707</sup>. Luiz Rodrigues, morador em Lagos, licença para usar dessa arte e assentar botica<sup>1708</sup>. Rafael Baião, morador na vila de Santarém, licença para usar da arte de boticário. Esta licença foi-lhe dada após ter sido examinado, tanto na teórica como na prática, por João Gonçalves e mestre Lopo, boticários, e pelos doutores mestre Gil e mestre Nicolau, físicos, que o consideraram idóneo e suficiente<sup>1709</sup>. Outro Baião, de nome próprio Gonçalo, morador na mesma vila, teve confirmação da mercê outorgada por D. João II, de boticário de todos os hospitais de Santarém: o de Marvila, o da Ribeira e o de Palhais<sup>1710</sup>. Nos casos em que o boticário do rei está ausente, é substituído por outro boticário com provas dadas. Foi o que aconteceu no exame de Guterres de Pais, morador na vila de Portalegre a quem foi dada licença para assentar botica, depois de examinado por mestre Gil, físico do rei, por mestre Lopo, pelo boticário da rainha D. Maria e por Rodrigo Eanes, antigo boticário de

---

<sup>1706</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 69 (Lisboa, 16/11/1516).

<sup>1707</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 137v (Lisboa, 19/11/1516).

<sup>1708</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 62v (Lisboa, 17/07/1517).

<sup>1709</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 124v (Lisboa, 17/02/1518).

<sup>1710</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 9v (Lisboa, 26/04/1499).



Lisboa<sup>1711</sup>. O mesmo com Jácome de Medeiros, morador na vila de Setúbal<sup>1712</sup>, de onde veio outro boticário, João Lourenço, para ser examinado no mesmo período<sup>1713</sup>. A Manuel Pires, boticário, morador no Porto, foi dada a mercê de que pudesse assentar botica na vila da Praia, na ilha Terceira<sup>1714</sup>. Álvaro Rodrigues, obteve a confirmação da mercê do ofício de boticário da botica do Hospital Real de Todos-os-Santos<sup>1715</sup>. Neste hospital vigorava um regimento específico do boticário, que era pago ao ano com 15.000 reais, morava dentro do hospital e era assistido por três ajudantes, ganhando estes 3.000 reais por ano, podiam comer no refeitório do hospital, e habitavam dentro dele. era missão principal do boticário do hospital acompanhar as duas visitas diárias que eram feitas pelo físico e pelo cirurgião, anotando as prescrições a dar a cada doente. Elaborar as mezinhas e administra-las, fossem purgas, xaropes ou pomadas. Exigia-se, por isso, que o boticário fosse pessoa muito conhecedora do dito ofício, com larga experiência prática, organizado e aseado, providente no que à renovação dos produtos existentes na botica dizia respeito.

Mas o ofício de boticário também servia como tirocínio para a ascensão a outra função na «carreira médica», caso dos cirurgiões. A mestre João, boticário do duque de Bragança, foi feita a mercê do ofício de cirurgião<sup>1716</sup>. Noutras situações, caso não existisse físico num determinado concelho, o rei podia atribuir esse cargo a alguém indicado pelo concelho e que desse provas de algum conhecimento da matéria, como foi o caso da autorização dada a Manuel Pires, boticário na ilha Terceira, para usar da arte de físico nessa ilha, enquanto aí não houvesse físico examinado pelo físico-mor<sup>1717</sup>. Outro tipo de privilégios em que os beneficiários eram os boticários, eram também pedidos e concedidos pelo rei. A isenção de dar pousada e obrigações a ela inerentes, pagamento de peitas, fintas, talhas, pedidos e de ser besteiro do conto, pedida pelos oficiais, nobreza e povo da vila de Tavira para o boticário Diogo Gonçalves, foi concedida por D. João II e confirmada por D. Manuel I<sup>1718</sup>. Em todo o reinado foram passadas 16 cartas de boticário.

---

<sup>1711</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 90v/91 (Lisboa, 18/08/1515).

<sup>1712</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 100v (27/08/1515), não refere o local de emissão.

<sup>1713</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 166 (Lisboa, 31/08/1515).

<sup>1714</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 108v (Lisboa, 25/09/1516).

<sup>1715</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 20 (Lisboa, 18/02/1502).

<sup>1716</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 54v (Lisboa, 08/11/1503).

<sup>1717</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 108v (Lisboa, 16/09/1516).

<sup>1718</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 133 (Évora, 02/07/1497).

#### 2.4.4. BARBEIRO SANGRADOR

Os praticantes deste ofício, associados em confraria que era a cabeça da bandeira do mártir S. Jorge, instalavam as suas lojas no sítio da Ribeira, próximo da Casa dos Bicos. A função de barbeiro e a de cirurgião confundiam-se por vezes, visto o barbeiro praticar, também, atos menores de cirurgia. Mestre Gamito, barbeiro e cirurgião, elaborou no ano de 1511 o regimento do «hoficio de igiminaçam dos barbeiros». Nele se descrevem as obrigações exigidas a quem pretendia seguir o ofício, a primeira das quais passava pela obrigatoriedade de serem submetidos à examinação pelos seus pares, eleitos anualmente para desempenharem essa função, antes de abrirem loja. O exame consistia em saber afiar uma navalha, molhar uma barba e rapá-la; amolar uma tesoura e fazer um corte de cabelo direito e bem feito<sup>1719</sup>. Este regimento é omissivo na prática da arte da sangria, em que os barbeiros eram exímios praticantes. Encontramos a descrição dessa arte no «Regimento do espirital de Todollos Santos d’el rey nosso senhor de Lisboa»<sup>1720</sup>, publicado em 1504, onde se enumeram as normas e funções de cada trabalhador do hospital. Sobre os barbeiros, determina que só haja um no hospital, não residente, recebendo a quantia de 3.000 reais anuais<sup>1721</sup>, exercendo as tarefas de barbeiro e sangrador:

«He mais obrigado e samgrar todos os doemtes emfermos do dito espirital em todas as oras e tempos pera que for requerido e pelo físico for ordenado que o faça o que cumprira com toda dellijemca e por o trabalho que nyso há de levar nam há d’aver nenhum premio sobmente o mantimento que em cada huum ano lhe estaa ordenado a custa do espirital»<sup>1722</sup>.

Sabemos que em 1503, quem desempenhava esse cargo era Pedro Afonso, a quem fora feita a mercê de barbeiro e sangrador do Hospital Real de Todos-os-Santos<sup>1723</sup>.

Alguns barbeiros, quando examinados pelo cirurgião-mor do reino, estavam licenciados para curar outro tipo de doenças, podendo exercer em todo o reino. Casos de mestre João, de Torres Vedras, barbeiro, morador em Setúbal, que obteve licença para curar de boubas e suas chagas e apostemas, sangrar, tirar dentes e pôr ventosas, depois de

---

<sup>1719</sup> Franz-Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas* [...], vol. I, p. 311.

<sup>1720</sup> *Registo dos reinados de D. João II e de D. Manuel I* [...], p. 450.

<sup>1721</sup> *Registo dos reinados de D. João II e de D. Manuel I* [...], p. 455.

<sup>1722</sup> *Registo dos reinados de D. João II e de D. Manuel I* [...], p. 494.

<sup>1723</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 34/34v (Lisboa, 01/06/1503).

ser examinado por mestre Gil, físico e cirurgião-mor<sup>1724</sup>, e de João Fernandes, barbeiro, morador em Lisboa, a quem foi dada licença para usar da ciência e arte de cirurgia por todo o reino, depois de examinado pelo doutor Diogo de Faria, cirurgião-mor<sup>1725</sup>.

#### 2.4.5. OUTROS OFÍCIOS DE CURAR

Físicos, cirurgiões, barbeiros sangradores, dentistas, algebristas ou endireitas, alveitares<sup>1726</sup>, curandeiros, cristaleiras, boticários. Ofícios que contribuía para minorar a dor, tratar da doença e, por objetivo último, curar. O acesso aos cuidados de saúde eram mínimos. Distância e maus caminhos, honorários incomportáveis, medo de ser visto como portador de doença transmissível, todos eles eram fatores que reduziam a possibilidade de acesso ao tratamento, quando existia. Nos meios rurais mais frequentemente, e em certos extratos da população urbana, o primado na escolha de quem estava doente, era dirigir-se a benzedoras ou «benzilhões» que receitavam mezinhas e benzeduras, com palavras santas e por amor de Deus<sup>1727</sup>, para curar certas doenças. Caso essas mezinhas não sortissem resultado, declaravam-se impotentes e mandavam chamar alguém com conhecimentos superiores. Por norma, e continuamos a falar maioritariamente de população não urbana, a escolha recaía nos barbeiros, que receitavam ventosas, sanguessugas, purgas, banhos e sangrias. A desconfiança para com os hospitais, raros e situados em meios urbanos com alguma dimensão, era enorme, uma vez que de acordo com a mentalidade de então, eram locais para doenças de morte. Para os problemas nos ossos recorria-se aos «endireitas». Fraturas, entorses, luxações, ossos *desmentidos* e costelas quebradas eram serviços para «endireitas», que para tratar ossos partidos, envolviam o braço, a perna ou a mão com um pano apertado, colocavam sobre o pano uma papa de farinha de centeio amassada com urtigas, apertando tudo com outro pano, por vezes, uma telha para permitir a imobilidade.

---

<sup>1724</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 70v (Lisboa, 07/07/1511).

<sup>1725</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 68v (Lisboa, 07/10/1510).

<sup>1726</sup> Para animais.

<sup>1727</sup> Iria Gonçalves, «Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame», *Do Tempo e da História* [...], p. 13.

#### 2.4.6. FÍSICO-MOR

O regimento do físico-mor, mandado fazer por D. Manuel I, de que demos nota anteriormente, é datado de 27 de junho de 1515. Composto por um prólogo e catorze artigos, dos quais dois com incidência sobre os boticários e um sobre os cirurgiões. Do articulado, a preocupação que sobressai é a limitação do exercício do ato médico àqueles que possuam autorização régia, para o exercerem. Essa carta era passada após examinação feita pelo físico-mor, auxiliado por outros físicos. Esse exame, a que todos teriam que se submeter, fossem naturais ou estrangeiros, graduados ou não, para exercer medicina, era composto por uma componente prática e outra teórica, em que a prova prática consistia na visitação a doentes, focado no diagnóstico e receituário que o examinado provia. Caso o físico-mor o considerasse «douto e suficiente», era passada carta de físico, que o habilitava a exercer o ofício em todo o reino. Ao físico-mor competia a jurisdição da execução das penas pelo exercício da profissão sem autorização. Desde o início do reinado quem ocupou o cargo de físico-mor foi o doutor mestre António de Lucena, que se irá manter no mesmo até ao ano de 1515, quando se tornou necessário proceder à sua substituição, por falecimento<sup>1728</sup>. Foi nomeado mestre Afonso<sup>1729</sup>, que nele se manterá até ao final do reinado. Doutor em medicina pela universidade de Montpellier, foi eleito para a cadeira de física à hora de véspera, da universidade de Lisboa. Físico régio, desde 1499, e físico-mor desde 1515, com todos os direitos, privilégios e graças inerentes ao cargo. Foi pai de Cristóvão da Costa, desembargador na Casa do Cível<sup>1730</sup>.

---

<sup>1728</sup> É de 22 de outubro de 1514 a data do último registo de chancelaria em que intervêm António de Lucena. Passada em Lisboa, ao bacharel Luis da Roda, castelhano, era dada licença para o exercício do ofício de físico em todo o reino, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 90v (Lisboa, 22/10/1514).

<sup>1729</sup> O primeiro documento, na chancelaria, onde mestre Afonso intervêm, é uma carta de físico passada em Lisboa, a mestre Francisco, morador em Torres Novas, irmão de mestre Gonçalo, que foi examinado e autorizado a ser físico em todo o reino, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 150v (Lisboa, 6/03/1515). O alvará de provimento do ofício é de novembro, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 94 (Almeirim, 21/11/1515).

<sup>1730</sup> «Prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa», *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*, pp. 409-563, [...], pp. 483-484.

#### 2.4.7. CIRURGIÃO-MOR

Mestre Gil, físico e cirurgião-mor, cargo que exerce durante todo o reinado de D. Manuel I, com carta de cirurgião-mor emitida em 13 de novembro de 1495<sup>1731</sup>. Aparece referido como cirurgião-mor do reino desde 1471<sup>1732</sup>, tendo estudado medicina em Montpellier. Lente de física no Estudo Geral de Lisboa, na hora de vésperas e de prima, ainda aparece a ler nessa cadeira em 1535. Dois dos seus criados também são por si examinados e foi-lhes passada carta de cirurgião. Criado da casa do duque de Viseu e Beja, foi cirurgião da infanta D. Beatriz<sup>1733</sup>. Em 1496, foi-lhe outorgado um padrão anual de 4.000 reais, em satisfação do relego da vila de Beja<sup>1734</sup>, e dois anos depois, pediu que da tença que recebia, no valor de 13.663 reais, fossem retirados 10.000 reais para sua filha, Inês de Faria, moça de câmara da rainha<sup>1735</sup>. Em 1502, recebeu tenças no valor de 13.014 reais<sup>1736</sup>. No ano seguinte, foi passada provisão para lhe ser paga tença de 5.173 reais<sup>1737</sup>. Entre 1512 e 1518, foi substituído no cargo de cirurgião-mor por seu filho<sup>1738</sup>, o doutor Diogo de Faria, físico e cirurgião, com formação em artes e medicina pela Universidade de Lisboa<sup>1739</sup>. Em 1519, mestre Gil reassume o cargo, continuando a exercê-lo no reinado de D. João III, que o ordena cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>1740</sup>, tendo no início desse reinado, 12.000 reais de tença<sup>1741</sup> e 4.240 reais de vestimenta<sup>1742</sup>.

---

<sup>1731</sup> Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XV, mç. 19, n.º 10 (Montemor-o-Novo, 13/11/1495).

<sup>1732</sup> «Prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa», *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI* [...], pp. 541-544.

<sup>1733</sup> «Prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa», *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI* [...], p. 542.

<sup>1734</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 110v (Setúbal, 20/04/1496).

<sup>1735</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 63v (Lisboa, 15/03/1498). Em 1513 está casada com João de Sá, cavaleiro da casa real, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 77v (Lisboa, 15/07/1513).

<sup>1736</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 6, n.º 12 (Lisboa, 12/04/1502).

<sup>1737</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 7, n.º 88 (Lisboa, 11/04/1503).

<sup>1738</sup> O doutor Diogo de Faria, físico e cirurgião-mor, era filho de mestre Gil e de Guiomar de Faria, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 163 (Lisboa, 26/08/1514).

<sup>1739</sup> «Prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa», *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI* [...], pp. 456-457.

<sup>1740</sup> «Prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa», *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI* [...], p. 543.

<sup>1741</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 117, n.º 99 (Évora, 29/07/1524).

<sup>1742</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 118, n.º 132 (Évora, 01/09/1524). Idêntico valor de vestimenta, fora dado ao doutor Diogo de Faria, em 1513, quando substituíra o pai, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 42, n.º 144 (Lisboa, 12/10/1513).

#### 2.4.8. BOTICÁRIO DO REI

Esta função obrigava à manutenção de uma botica para uso do rei e dos da sua casa, que dadas as sucessivas deambulações da corte, obrigavam a que a botica e o boticário acompanhassem o rei. Uma das tarefas que também desempenhava era a de examinar aqueles que pretendiam estabelecer-se com uma botica<sup>1743</sup>, exame que fazia conjuntamente com o físico-mor ou o cirurgião-mor e um outro boticário. Sabemos pelos registos da chancelaria que, em 1497, o boticário do rei é João Gonçalves<sup>1744</sup> que exerce até pelo menos, 1518, data do último registo relativo a um exame tanto na teórica como na prática, em que participou, conjuntamente com mestre Lopo, boticário, e com os doutores mestre Gil e mestre Nicolau, físicos, cujo resultado foi considerado idóneo e suficiente Rafael Baião, boticário, morador na vila de Santarém<sup>1745</sup>. Em 1497, foi-lhe confirmado o aforamento por três vidas, de umas casas da fazenda régia, situadas na Rua do Alenço em Lisboa, as quais tivera sua sogra, Beatriz Ferreira, pelo foro anual de 15 reais de prata e 5/8 de real de prata<sup>1746</sup>. O valor deste aforamento é mais tarde usado como parte da tença anual de 40.000 reais brancos dada a Diogo Machado, fidalgo da casa do rei, que foi almoxarife do armazém e tercenas da cidade de Lisboa, ofício que nele trespassou seu sogro, Diogo Delgado, e que deixava o cargo em troca da mercê de tença<sup>1747</sup>.

---

<sup>1743</sup> Este exame era exigido desde o reinado de D. Afonso IV, ver *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, (1336-1340) [...], pp- 171-172, emitido em Lisboa a 12 de fevereiro de 1338.

<sup>1744</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 105/105v (Évora, 15/05/1497).

<sup>1745</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 124v (Lisboa, 17/02/1518).

<sup>1746</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 105/105v (Évora, 15/05/1497).

<sup>1747</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 29/29v (Lisboa, 22/01/1504).

## 2.5. A CURA E O HOSPITAL

### 2.5.1. MEZINHAS

A base do tratamento das doenças assentava na trilogia: sangria, purga e clisteres<sup>1748</sup>, a que se adicionavam a uroscopia<sup>1749</sup>, o termalismo<sup>1750</sup> e as mezinhas. Sempre os mesmos denominadores comuns de âmbito diagnóstico e terapêutico, face à doença e às epidemias<sup>1751</sup>. O recurso às plantas como fornecedoras de princípios terapêuticos foi primordial. Homero cita-as em alguns dos seus poemas. Hipócrates enumera mais de 230 plantas e um discípulo de Aristóteles, Teofrasto, descreve cerca de 350 relativas à Grécia no seu *Historia Plantarum*, para além de analisar a influência do ar e da geografia sobre as mesmas. Pedanio Dioscórides, contemporâneo de Nero e médico das legiões romanas, escreveu o tratado *De matéria médica*, dividido em cinco livros e onde estão descritas cerca de 600 plantas, 35 produtos animais e 90 minerais com as respetivas aplicações terapêuticas, que vai ter influência na prescrição médica até ao século XVIII<sup>1752</sup>.

Para Galeno, *simples* são drogas relacionadas com um único *elemento*; *compostos*, as restantes, todas elas detentoras de *qualidades e propriedades*. A qualidade do *simples*, - quente, húmido, frio ou seco - tem quatro graus: 1.º, 2.º, 3.º e 4.º grau, de calor, de humidade, de frio ou de secura. As *propriedades* dos medicamentos, chamavam-se *faculdades*<sup>1753</sup>:

- a) A primeira *faculdade* é eficaz numa doença simples;
- b) A segunda *faculdade* representa acréscimo da atividade terapêutica;

---

<sup>1748</sup> Os clisteres eram administrados por especialistas, frequentemente mulheres, denominadas cristaleiras, que exerciam o ofício de acordo com um regimento que só passará a escrito em 1572. A técnica utilizava elementos farmacêuticos que, de acordo com a doença e com o efeito requerido, seriam administrados por via oral, purga, ou através de clister.

<sup>1749</sup> Análise das urinas.

<sup>1750</sup> D. João II dirige-se às termas do Alvor como meio para curar o mal de que padecia. Sua mulher, D. Leonor, cria o hospital das Caldas, porque era local com boas águas termais.

<sup>1751</sup> Romero Bandeira, «A crónica dos cónegos regrantes de Santo Agostinho e a primeira escola de medicina portuguesa», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XX*, n.º IV, outubro 1991, pp. 8-11, Castelo Branco, Editor António Salvado, 1991, p. 9.

<sup>1752</sup> Romero Gandra, «Drogas versus medicamentos: uma nóvela histórica», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XX*, n.º XIII, novembro 1999, pp. 57-58, Castelo Branco, Editor António Salvado, 1999, p. 57.

<sup>1753</sup> Alfredo Rasteiro, «Quatro elementos, reacção hipocrática, Amato Lusitano e o “múmia”», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, n.º XIV, novembro 2000, pp. 14-20, Castelo Branco, Editor António Salvado, 2000, p. 14.

- c) A terceira *faculdade* depende da experiência do médico;
- d) A quarta *faculdade* relaciona a medicação com o órgão doente.

É da conjugação das qualidades e das faculdades das drogas, que se obtêm a matriz de qual o melhor receituário e de qual a melhor metodologia para combater a doença. Nessa matriz tridimensional entra o vetor «humores», fatores de vitalidade que se encontravam em equilíbrio no corpo, oscilando entre a saúde e a doença, e que são o sangue, a bÍlis, a fleuma e a melancolia (ou bÍlis negra)<sup>1754</sup>. Como o médico estava sujeito aos dogmas teológicos, em que debitava o que aprendia nos clássicos, a aplicação das prescrições ficava entregue a pessoas de baixo nível social, de acordo com o processo em que o médico depois de palpar o pulso ao doente e observar as «águas», indicava qual a mezinha e qual a melhor forma de a administrar para aquele doente específico, tarefa que outros se encarregavam de executar. As mezinhas eram compostas pelo boticário cuja botica deveria estar suprida com o necessário para realizar as receitas que lhe chegavam, dividindo-se as drogas em gomas, resinas, compostos ou extratos, águas, óleos, unguentos e electuários, xaropes e poções. Na casa real e nas principais casas nobres, era usual a existência de uma botica, bem suprida de ingredientes e com os utensÍlios necessários à preparação das drogas<sup>1755</sup>.

O recurso às plantas como fornecedoras de princípios terapêuticos acompanha o homem desde há séculos. De entre as ervas comuns, fossem cultivadas, fossem espontâneas, eram usadas as flores, as folhas, as raÍzes, as cascas e os óleos essenciais, utilizados em xaropes, infusões, cozimentos, vapores, pomadas e emplastos. Para que mantivessem elevados os seus princípios ativos, era importante observar alguma metodologia na colheita, secagem e conservação das mesmas.

Como cada espécie tem uma época própria de colheita, para evitar o apodrecimento é importante escolher um dia com bom tempo. Para aproveitamento de caules de folhas, os ramos devem ser apanhados pela manhã, sem humidade, devendo escolher-se os ramos e folhas do exterior da copa, que tenham apanhado mais sol. As folhas devem ser colhidas antes das plantas terem floração e de manhã, mas sem apresentarem orvalho. Os frutos e as sementes devem ser apanhados bem maduros,

---

<sup>1754</sup> Roy Porter e Georges Vigarello, «Corpo, saúde e doenças» [...], p. 214.

<sup>1755</sup> No inventário da infanta D. Beatriz, encontramos menção a vários utensÍlios, artigos e ingredientes que se encontravam na botica, cf. Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IX, pp. 68-69.



devendo ser colhidos no fim da tarde. As flores devem ser apanhadas quando estão bem abertas e não envelhecidas. Sempre que possível, as plantas nunca devem ser arrancadas por completo ou cortadas rentes, utilizando um objeto cortante, porque perdem o vigor. Os frutos devem ser apanhados à mão e o pé deve ficar na planta. Não se devem apanhar grandes quantidades de cada planta, porque perdem as propriedades curativas, com o tempo. Apenas as plantas anuais, com vida vegetativa curta, devem ser guardadas, para o ano, em lugares secos.

À colheita segue-se a secagem, que tem como consequência a perda de água retida pela planta. A secagem das plantas deve ser feita em sítio seco e com pouca luz e bem arejado. À sombra, as ramagens suspensas e viradas para baixo; as folhas e as flores em tabuleiros ou cestos de bordo baixo e devem ficar espalhadas. Secam-se ao sol, os figos, as sementes e as cascas. Quando estiverem bem secas, as plantas devem ser acondicionadas, ficando ao abrigo do ar, da luz, da humidade e do pó, em recipientes herméticos.

Nos preparados ou preparação das receitas utilizavam-se os seguintes processos:

- a) A infusão, que se obtém deitando água fervente num recipiente onde se encontra a planta a utilizar;
- b) A decocção, ou tisana, em que as plantas vão ao lume, em água fria, até atingir o ponto de fervura;
- c) A maceração, que é preparada a frio, em que a planta é colocada em água, ou em combinação com outro ingrediente, como o açúcar, o azeite, a aguardente ou o álcool, deixando repousar algumas horas;
- d) O cozimento, em que a planta vai a cozer em água, deixando ferver um pouco mais do que a decocção.

Todas as plantas têm um fim terapêutico específico, conhecimento esse adquirido desde tempos imemoriais, num esforço do homem para compreender e utilizar o que a natureza lhe proporciona. O combate à dor e à doença sempre foram prioritárias nas sociedades humanas, a par com a luta pela subsistência. O conhecimento adquirido foi-se traduzindo numa melhor utilização das plantas e num rigor quase científico de qual a forma mais eficaz da sua utilização. Entre plantas espontâneas e aquelas que podem ser cultivadas, apresentamos algumas das mais vulgares e acessíveis, que podiam ser

utilizadas na época em estudo<sup>1756</sup>. De referir que, como resultado das Descobertas, novas plantas foram trazidas para a Europa e utilizadas com fins medicinais<sup>1757</sup>.

O cuidado com a doença e com a cura era de tal forma importante na sociedade de então que o próprio rei D. Duarte no seu *Livro dos Conselhos*, regista receituários para vários tipos de doença. É interessante observar que nestes receituários se misturavam «doenças» e formas tão díspares de tratamento, como fossem exorcismos para «tyrar o demonjo de qualquer homem ou molher que seja tentado contanto que non seJa bebedo nem mudo»<sup>1758</sup>; orações; aspetos astrológicos recomendados pelo físico real<sup>1759</sup> e mezinhas propriamente ditas. Entre estas, que cobrem um vasto leque de padecimentos, seja de homens como de mulheres, destacamos: receita da água para a dor dos olhos<sup>1760</sup>; receita de mezinha verde para a dor de olhos<sup>1761</sup>; mezinha para as tetas das mulheres quando parirem<sup>1762</sup>; mezinha para restringir o fluxo do ventre<sup>1763</sup>; mezinha para a dor de dentes<sup>1764</sup>; mezinha para a frialdade que está no osso<sup>1765</sup>; mezinha para a corrença<sup>1766</sup>; mezinha para a peste<sup>1767</sup>; mezinha para o joelho inchado de gota ou ciática<sup>1768</sup>; mezinha para as febres terças<sup>1769</sup>; mezinha para romper os apostemas<sup>1770</sup>. Algumas das composições são simples, caso da mezinha para quando caem os mamilos «Tomara as galhas pisadas e poe las com os dedos nos mamyllos»<sup>1771</sup>. Outras muito mais elaboradas, como a maneira de confeccionar e administrar os pós de texugo, que eram um remédio contra a peste, do qual se retira um excerto:

«Mea onça d ouro bem lymado, e mea d alJofar moydo e mea de coral, e lança em vinho passado per mea onça de canfora e seJa o vinho meo quartilho e da o beber ao teyxuguo e em dos de mais esmorecem e estercão e depois degola o e culhe o sangue muyto lympo,

---

<sup>1756</sup> Para este levantamento, não exaustivo, ver *Segredos e virtudes das plantas medicinais*, 2.<sup>a</sup> reemp., Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1986.

<sup>1757</sup> Por todos veja-se a obra de Garcia da Orta, *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, edição e transcrição de Aida Sampaio Lemos, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018.

<sup>1758</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 240. De notar que a possessão era considerada doença.

<sup>1759</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 204.

<sup>1760</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 249.

<sup>1761</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 251.

<sup>1762</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 257.

<sup>1763</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 258.

<sup>1764</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 259.

<sup>1765</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 260.

<sup>1766</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 261. Trata-se de um receituário que foi aplicado a Fernão da Silva, cavaleiro da casa real e estribeiro-mor quando este esteve com diarreia.

<sup>1767</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 274.

<sup>1768</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 275.

<sup>1769</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 281.

<sup>1770</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 282.

<sup>1771</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 264.

lançando lhe sal quanto bem possa tomar com tres dedos [tendo já preparado] duas onças de muy fyno cinamomo hũa onça de geuaana mea de uerbena quarta de gemgibre, oitaua de fynos crauos mea oitava de myrrha, quarto d oitaua d aloes oitauo de oitaua de fyno vlicornio tudo isto muyto bem moydo sotilmente e pasado por peneyra de syrgo, e todo lançasras no sangue predito e faze o como masa mole, e ysto ao sol lento ou ao ar do fogo»<sup>1772</sup>.

D. Duarte não registou só mezinhas, mas também a forma de as elaborar e administrar. Um dos itens que constam nesta compilação, é um regimento escrito para quem tivesse problemas de estômago, situação pela qual passara e da qual partilhava a sua experiência. As recomendações incidem sobre a forma de comer «quando gentar comer bem mastiguado e non beber mais de duas vezes ou três ao mais largo»<sup>1773</sup>, o que comer «De nata, e de toda a outra vianda de leite comer pouco ou nada»<sup>1774</sup>, o dormir:

«Depois de comer ate que passe hũa ora nom dormyr de dia e quando ouuer de dormyr nunca de todo desuestyr ou desabotoar, [...]. Lançar se de noite a oras razoadas, e asy çedo leuantar he muyto bom, e se quando leuantar vista sse çedo. Se de noite se leuantar calçe se e Cubra se razoadamente. Quando dormyr non se cubra sobejo de roupa porque o muito abafar fara descobryr e fazer logo mudança de muyta quentura qa muyto frio faz mal pera esto»<sup>1775</sup>.

Para os que sofriam de problemas estomacais, recomendava que provocassem o vômito pelo menos duas vezes por ano, uma depois da Páscoa, em virtude do muito peixe com que obrigatoriamente se alimentavam durante a quaresma, outra em setembro, passado o verão, derivado da muita fruta ingerida nessa estação. Acaba o rei o texto com uma advertência:

«E posto que todo esto pareça mau de gardar se for acostumbrado pareçera bem ligeiro de fazer, e penso bem que açhara quem no costumar grande melhoria, e alem desto se lhe comprir tome conselho d outro melhor físico.

AJnda que esto começasse escrever de Joguo em todo penso que açharom que falo certo e dou bom conselho»<sup>1776</sup>.

---

<sup>1772</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 93, p. 247, p. 276.

<sup>1773</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 253.

<sup>1774</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 254.

<sup>1775</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], pp. 254-255.

<sup>1776</sup> D. Duarte, *Livro dos Conselhos* [...], p. 256.

Num outro texto, mais intimista, relata o rei a forma como tratou uma depressão que o acometeu quando tinha vinte e dois anos<sup>1777</sup>, à qual chama «humor merencórico». A causa para a doença, no diagnóstico a que chegou, foi originada no envolvimento que teve, a pedido de D. João I quando este preparava a expedição a Ceuta, nos negócios do Reino, os quais passavam por decisões no conselho, na justiça e na fazenda. A pouca idade, a inexperiência, a responsabilidade para não tomar uma má decisão, tudo isto associado a uma sobrecarga horária:

«Os mais dos dias bem cedo era levantado, e, Missas ouvidas, era na Relação até ao meio-dia, ao acerca, e vinha comer, e sobre mesa dava audiências por bom espaço. E retraíame À câmara, e logo às duas horas pós meio-dia os do conselho e vedores da fazenda eram comigo, e aturava com eles até IX horas da noite. E desde que partiam, como os oficiais de minha casa estava até XI. Monte, caça, mui pouco usava. [...] Esta vida continuei até Páscoa, quebrando tanto minha vontade, que já não sentia algum prazer me chegar ao coração daquele sentido que antes fazia. E pensava que aquilo da mudança da idade me vinha, e que assim era comum a todos. Porém delo me não curava, mas tanto me carregou que filhei por grande pena não poder no coração sentir algum direito sentimento de boa folgança. E com isto a tristeza me começou a crescer, não com certo fundamento, mas de qualquer cousa que azo se desse, ou dalgumas fantasias sem razão. E quanto mais aos cuidados me dava, tanto com maiores sentidos me seguia, não podendo entender que dali me vinha, porque eu trabalhava em aqueles cargos por as razões suso ditas tão de boa mente, que não podia pensar que mal me viesse por obrar no que me prazia, e tao contente era de o fazer»<sup>1778</sup>.

A cura, fê-la, usando três ingredientes: primeiro, a fé em Cristo, recomendando-lhe todos os feitos, pensamentos e boas ações; segundo, usando as virtudes cardeais que são a prudência, a justiça, a temperança e a fortaleza; em terceiro lugar, provendo a saúde do corpo. Estes ingredientes a que juntou uma vida mais regrada no que à comida, bebida e exercício físico dizia respeito, foram o fator que o fez ultrapassar a melancolia e a tristeza em que se via a afundar. Um outro autor, Pedro Hispano (papa João XXI), escrevia na sua obra *Thesaurum Pauperum*<sup>1779</sup>, que nesta se encontravam remédios fáceis e eficazes contra quase todas as enfermidades, ressaltando que seriam tão mais eficazes se tivessem a cooperação divina. Orava-se à Virgem, cujos milagres estão presentes nos

---

<sup>1777</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], pp. 100-112.

<sup>1778</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro* [...], pp. 101-102.

<sup>1779</sup> Pedro Hispano, «Tesouro dos Pobres», *Obras médicas de Pedro Hispano*, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973, p. 78.

cancioneiros ou nas cantigas de Santa Maria, e quando não era à virgem milagreira encontramos S. Cosme e S. Damião, invocados a propósito das doenças em geral ou S. Roque, marcado pelos estigmas, que curava o mal pestífero com um toque salvador<sup>1780</sup>.

### 2.5.2. A ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Durante a Idade Média, foram sendo criados pequenos centros assistenciais. De início, dentro ou contíguos aos mosteiros, posteriormente, por particulares, que imbuídos de uma vivência profundamente cristã, deixavam legados para o seu sustento. Estes espaços compreendiam um número reduzido de camas e, dependendo do legado, muitas vezes a assistência traduzia-se no acolhimento de quem o procurava, proporcionando pouco mais que guarida. Com o passar dos anos esses legados, ou por insuficiência de fundos do legado inicial para cobrir as suas despesas de manutenção ou porque os bens eram desviados por quem tinha a missão de os gerir, foram deixando de cumprir a função para que tinham sido criados. Com este estado calamitoso da assistência na doença, do qual os concelhos foram dando queixas em cortes<sup>1781</sup>, a primeira tentativa de centralização foi tomada por D. João II, enquanto regente do reino, em 1479, quando pediu ao Papa Sisto IV a criação de um grande hospital em Lisboa, que resolvesse a assistência na cidade e ao mesmo tempo concentrasse todos os pequenos hospitais e confrarias que na cidade proliferavam<sup>1782</sup>. Essa autorização permitiu concentrar os bens de quarenta e três hospitais, gafarias e albergarias, das sessenta e três cuja existência está documentada<sup>1783</sup>, sendo criado o Hospital Real de Todos-os-Santos, que para além de acolhimento e tratamento dos doentes, funcionavam também como escola para formação de cirurgiões. Esse movimento de centralização, irá estender-se a todo o reino, iniciando-se com as inquirições<sup>1784</sup> sobre o estado das capelas, hospitais, albergarias, gafarias, confrarias, resíduos, órfãos, suas propriedades e rendas. Este levantamento irá culminar na

---

<sup>1780</sup> Onde atualmente se ergue a igreja de S. Roque em Lisboa, foi mandado fazer por D. Manuel I, um cemitério para os mortos pela peste de 1505, e nesse local mandou erguer uma pequena ermida, onde ficou depositada a relíquia de S. Roque, vinda de Veneza, cf. Teresa Freitas Morna, «A Ermida de S. Roque. Testemunhos históricos e artísticos», *A Ermida Manuelina de S. Roque*, coordenação de Elvira Brandão, pp. 9-15, Lisboa, Museu de S. Roque, 1999, pp. 9-10.

<sup>1781</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 84.

<sup>1782</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, O século de ouro (1495-1580)*, vol. III, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, p. 354. De notar que muitos destes pequenos hospitais tinham um cunho marcadamente religioso,

<sup>1783</sup> Anastásia Mestrinho Salgado, *O Hospital de Todos os Santos*, Lisboa, By the Book, 2015, p.38.

<sup>1784</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, p. 45.

promulgação em 19 de janeiro de 1504 do *Regimento das Capelas, hospitais, albergarias e confrarias de Lisboa e seu termo*; em 1514, com o *Regimento de como os contadores das comarcas hão-de prover sobre as capelas, hospitais, albergarias, confrarias, gafarias, obras, terças e resíduos*; e nas *Ordenações Manuelinas*, no título XXXV do livro II, *Dos Residos, e em que maneira o Contador prouera sobre elles, e sobre os Orfãos, e Capelas*. Este corpo legislativo irá permitir replicar em vários concelhos a aglutinação de pequenos legados, criando uma estrutura de assistência mais robusta. Com este movimento, assiste-se também à criação de Misericórdias, com forte intervenção social, sendo a primeira, a de Lisboa, instituída durante a regência da rainha D. Leonor, em 1498, com forte divulgação e incentivo do rei, que transmitia aos concelhos o seu agrado para que em todos eles se fizesse uma confraria com os mesmos propósitos da que se fizera em Lisboa<sup>1785</sup>. Com estes objetivos, pretendia D. Manuel I, dotar o reino de uma rede hospital sustentável, a que associava uma outra rede assistencial, de génese privada, que iria desenvolver-se num ideal caritativo, que acabaria por privilegiar os doentes, os presos e os envergonhados<sup>1786</sup>. Esta, através de prerrogativas e privilégios reais, foi-se tornando cada vez mais apelativa e fator de mobilidade social ascendente, em que a entrada como irmão na confraria, era considerado o primeiro degrau de um percurso de ascensão no poder local<sup>1787</sup>.

Com o propósito primeiro da prática das catorze obras de caridade, a criação das Misericórdias procurou responder ao aumento do número de pobres que afluíam às cidades e vilas mais prósperas, fruto do aumento demográfico e das alterações nos ciclos económicos<sup>1788</sup>. Com a participação ativa de benfeitores que deixavam toda ou parte da fortuna para obras pias, procurando, com esta forma de aproximação aos pobres, salvar a sua alma, num binómio em que em troca das esmolas recebidas, os pobres rogassem pela sua entrada no reino de Deus<sup>1789</sup>, a ação das Misericórdias não era estendida a todos aqueles que a procuravam, mas tão só aos que eram considerados merecedores de a receberem, de acordo com critérios estabelecidos por cada uma delas, em que se pretendia distinguir entre os pedintes, aqueles a quem se reconhecia a necessidade de serem ajudados, os «bons pobres», e aqueles que mendigavam por preguiça, desvalorizando o

---

<sup>1785</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres* [...], pp. 76-77.

<sup>1786</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres* [...], p. 79.

<sup>1787</sup> Laurinda Abreu, *O poder e os pobres* [...], p. 85.

<sup>1788</sup> Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 32.

<sup>1789</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, p. 9.

trabalho<sup>1790</sup>. No levantamento feito por Marta Lobo Araújo sobre a Misericórdia de Ponte de Lima, a prática da caridade desenvolvia-se em torno da distribuição de esmolas, em períodos certos do ano, na distribuição de roupa<sup>1791</sup>, de cereais e na oferta de um jantar a 12 pobres, por legado de um benfeitor<sup>1792</sup>. Num outro plano, as visitas aos condenados ou o dar sepultamento às ossadas dos padecentes retiradas dos locais de execução, era encarada, dentro das lógicas de salvação existentes, como uma forma de assistência à alma, que se encontrava presa num corpo corrompido pelo pecado<sup>1793</sup>.

A reforma hospitalar, de que o Hospital Real de Todos-os-Santos foi o precursor, com a incorporação de vários hospitais medievais numa única entidade, implicava interferir com a vontade testamentária dos defuntos e, concomitantemente, com a cúria romana, com as disposições testamentárias sempre salvaguardadas pela determinação de que cada uma das unidades incorporadas no novo hospital a criar cumprisse as obrigações a que estava vinculada<sup>1794</sup>. Para o Hospital Real de Todos-os-Santos, a bula *Ex debito sollicitudinis*, datada de 13 de agosto de 1479, pelo papa Sisto IV, autorizava o ainda príncipe D. João a fundar um hospital em Lisboa que unisse outros hospitais e casas de assistência da cidade<sup>1795</sup>. Esta obrigação, de pedir autorização papal, terá como consequência que só muito tardiamente as Misericórdias integrassem as pequenas instituições existentes nas localidades onde elas eram criadas, mesmo que para tal tivessem autorização, dada pela bula *Iniunctum nobis*, de 21 de fevereiro de 1486, do papa Inocêncio VIII, com autorização para estender a medida patente na bula de Sisto IV, a outras cidades e lugares do reino, unindo os diversos hospitais de pobres e de meninos abandonados de cada cidade ou povoação ao hospital maior de cada localidade<sup>1796</sup>. No entanto, tal autorização não era necessária para as novas fundações hospitalares com os seus legados pios, nem para os que eram criados e se conservavam independentes, como o hospital das Caldas, fundado pela rainha D. Leonor, ou o hospital de Beja, fundado pelo

---

<sup>1790</sup> Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal* [...], p. 37.

<sup>1791</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)* [...], p. 273 e seguintes.

<sup>1792</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)* [...], p. 187 e seguintes.

<sup>1793</sup> Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 30.

<sup>1794</sup> *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, coordenação científica de José Pedro Paiva, direcção científica do volume de Isabel dos Guimarães Sá e José Pedro Paiva, vol. 3, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004, p. 8.

<sup>1795</sup> *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Antes da Fundação das Misericórdias*, coordenação científica de José Pedro Paiva, direcção científica do volume de José Pedro Paiva, Maria de Lurdes Rosa, Saul António Gomes, vol. 2, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003, pp. 51-53.

<sup>1796</sup> *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Antes da Fundação das Misericórdias* [...], pp. 54-56.

seu irmão, D. Manuel I, enquanto duque<sup>1797</sup>. A criação destes hospitais, inseria-se na componente espiritual de cada crente, que demonstrava a sua devoção dessa forma. A infanta D. Maria, no seu testamento, indica-nos qual a intenção desse seu gesto.

«O Hospital quero que seja de sessenta, e tres leitos em que perpetuamente sejam curados sesenta, e tres pobres doentes, não incuraveis, nem de doenças contagiosa, com toda charidade, e diligencia possível, com todo bom provimento de Fisico, e Botica, boa mantença, e roupa lavada, encarregando a consciencia dos Padres de Nossa Senhora, e dos officiaes se lembrem que eu pera descargo, e bem da minha alma instituo o dito Hospital, e assi peço a Nossa Senhora alcance se seu Unigenito Filho me aceyte esta minha vontade, a qual he curarmos os enfermos pobres, lembrada daquellas suas palavras de Evangelho. O QUE FIZESTES A QUALQUER DESTES POBRES, A MIM O FIZESTES: e assi alcance comprirse em mim o que elle prometeo, apousentarenme elles nas eternas moradas a troco deste tratamento que pera todo sempre eu dezejo, e mando neste mundo se faça. Onde tambem quero que sejam os Peregrinos, pobres agasalhados»<sup>1798</sup>.

Por este item do testamento da infanta, da progenitura do terceiro casamento de D. Manuel I, são várias as obras de misericórdia corporais praticadas com a criação do hospital. Fartar os famintos, dar de beber aos que têm sede, vestir os nus, dar pousada aos que precisam e visitar os enfermos, aqui criando condições para que os enfermos fossem tratados. A troco destas obras de misericórdia, que a infanta proporcionava aos doentes e peregrinos pobres, esperava receber pousada na morada eterna, por ter seguido as palavras de Cristo «sempre que fizestes isto a um destes meus Irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizestes»<sup>1799</sup>, em que o cumprimento de um conjunto de obrigações morais e religiosas de assistência e caridade era usado como requisito fundamental para a salvação da alma.

---

<sup>1797</sup> Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000* [...], p. 32.

<sup>1798</sup> Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, *O espírito das Misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*, Lisboa, [s.n.], 1999, p. 149.

<sup>1799</sup> Bíblia Sagrada [...], Mateus (25:40).



### 3. A PURIDADE

A separação em esferas de competência a que a chancelaria régia foi sendo sujeita aos longo dos tempos, levou a que certos atos fossem praticados por servidores escolhidos pelo rei e as funções do chanceler se fossem circunscrevendo à medida que estes novos cargos foram sendo criados, pese o facto da hierarquia documental se manter, uma vez que competia ao chanceler dar juramento a esses oficiais<sup>1800</sup>, cujos atos administrativos ficavam registados nos livros da chancelaria. Um desses ofícios foi o de escrivão da puridade, que, de início, seria um notário mais autorizado, porque nele confiava o rei a redação dos documentos com maior sigilo. Já nas Sete Partidas<sup>1801</sup>, o rei D. Afonso X, de Leão e Castela, quando definiu quais deviam de ser os notários do rei e quais as competências do seu ofício, sublinhava que alguns, entre eles, seriam nomeados pelo monarca para tratar das suas *poridades*, estipulando como suas características, a boa erudição, a lealdade e puridade, no sentido de alguém que devia manter a reserva sobre a documentação de que era escrivão, pois se não o fizesse, poderia causar grande dano ao rei e ao reino. Alguns autores tentam provar a existência destes oficiais desde os primeiros tempos da monarquia<sup>1802</sup>, mas só no reinado de D. Pedro I, é que iremos encontrar quem, propriamente, podemos considerar com esse título e cargo, de seu nome Gonçalo Vasques de Góis.

A reorganização do desembargo régio, levada a cabo por D. Pedro I<sup>1803</sup>, dividiu o mesmo em três distintas áreas de atuação: uma que tratava dos feitos e petições; outra que tratava dos feitos cíveis e dos feitos que «tangiam» a crime; uma terceira que tratava dos feitos referentes ao «aver delRei»<sup>1804</sup>. Nesta última tinha assento o escrivão da puridade, que tratava, essencialmente, das petições da graça e da mercê<sup>1805</sup>. O ofício e o seu

---

<sup>1800</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. I, tit. II, §37, omissas nas Ordenações Afonsinas.

<sup>1801</sup> *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio* [...], tomo II, p. 64.

<sup>1802</sup> Francisco do Sanctissimo Sacramento, *Epitome unico da dignidade de grande, e mayor ministro da puridade, e de sua muita antiguidade, & excellencia*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1666, p. 46 e seguintes, e também D. Luiz Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, pp. 412-413.

<sup>1803</sup> *Chancelarias Portuguesas, D. Pedro I, 1357-1367*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, transcrições A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e de Maria José Pimenta Ferro Tavares, revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias, Judite Cavaleiro Paixão, Teresa Ferreira Rodrigues, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984, pp. 260-262. Sobre a estrutura dos circuitos burocráticos das petições nos órgãos da administração central, ver António Manuel Hespanha, *História das instituições - época medieval e moderna* [...], pp. 354-356.

<sup>1804</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, Tomo III, pp. 31-33.

<sup>1805</sup> Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séc. XII a XV* [...], tomo III, pp. 232-237. As petições de graça e de mercê entravam no âmbito da decisão discricionária do

detentor, vão ganhando cada vez mais importância e prestígio, dada a relação de proximidade que existia entre ele e o monarca, como se comprova com a categorização do tipo de assuntos que por ele passam e que por ele eram validados com o selo da puridade, também chamado selo do camafeu<sup>1806</sup>. O titular deste cargo tende a tornar-se um autêntico coordenador do despacho, transferindo a competência respetiva para servidores privados do monarca, ameaçando com isso o tradicional primado do chanceler entre os ofícios régios. Com o decorrer dos anos, consoante quem governa e a qualidade de quem desempenha o cargo, que, note-se, é escolhido pelo rei, o ofício de escrivão da puridade deixa de ser um cargo burocrático, desempenhado por um oficial particular do rei, e passa a ser um cargo de confiança, porque o exerce na intimidade do rei<sup>1807</sup>, acompanhando o rei em reuniões do conselho<sup>1808</sup>, ou substituindo-o nas mesmas. Trata-se de um cargo desempenhado por alguém da absoluta confiança do soberano, daí o seu exercício se circunscrever no máximo a um reinado. Por outras palavras, os elementos da nobreza que ocupam este ofício, raramente sobrevivem no cargo ao cessamento do monarca que servem. As Ordenações Afonsinas são omissas relativamente a este ofício, que conheceu a primeira regulamentação em 1450 por solicitação do então titular, Nuno Martins da Silveira que se queixava de o cargo «andar repartido, e espalhado por muitas partes»<sup>1809</sup>. Por este regimento de 1450 estabelecem-se as seguintes prerrogativas: a posse do selo grande<sup>1810</sup> com que devia selar as cartas que eram da sua competência e as dos seus auxiliares (secretários e escrivães da câmara); receber as cartas e petições chegadas à corte procedendo à sua distribuição pelos desembargadores a que pertencerem, guardando para si as que fossem da sua responsabilidade; indigitar dois dos seis escrivães que compunham a câmara, que ficariam na sua dependência pessoal, e para os quais era garantido mantimento. Em suma, no regimento de 1450 «detecta-se a atribuição a este funcionário da preparação dos desembargos, da coordenação que tradicionalmente

---

rei, sendo que as de graça visavam um objetivo que não podia ser alcançado pela justiça comum, cf. António Manuel Hespanha, *História das instituições* [...], p. 336.

<sup>1806</sup> O selo do camafeu está ligado à criação do cargo de escrivão da puridade, permitindo que os documentos selados com ele não tivessem que passar pela chancelaria régia, e enfraquecendo, desse modo, o controlo do chanceler-mor, cf. Armando Luis de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto. Instituto Nacional de Investigação Científica. 1990, pp. 161-162.

<sup>1807</sup> Na sua «puridade», cf. Marcello Caetano, *História do Direito Português*, 4.<sup>a</sup> edição, seguida de «Subsídios para a História das fontes de Direito em Portugal no século XVI», textos e introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da Silva, Lisboa / São Paulo, Verbo, p. 307.

<sup>1808</sup> Caso de Gonçalo Lourenço de Gomide, que acompanhava D. João I nas reuniões do Conselho, da Relação ou da Fazenda, cf. Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, tomo III, p. 43.

<sup>1809</sup> A síntese deste regimento encontra-se em Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, tomo III, pp. 161-164.

<sup>1810</sup> O rei reservava para si o selo pequeno (sinete), para uso exclusivo nos diplomas de subscrição régia.

competiria ao Chanceler-Mor»<sup>1811</sup>. Inerente ao cargo de escrivão da puridade parece estar a acumulação com o cargo de vedor-mor das obras e resíduos, até porque está regulamentado nos dois regimentos<sup>1812</sup> mencionados.

Sendo um cargo de sucessão, é desempenhado pela família Silveira desde o reinado de D. Duarte<sup>1813</sup>. Primeiramente, com Nuno Martins da Silveira, passando o cargo para o filho, Diogo da Silveira, durante o reinado de D. Afonso V<sup>1814</sup>. Falecendo D. Diogo, em Marrocos, na serra de Benacofu juntamente com o conde D. Duarte de Meneses, o cargo foi dado ao seu filho, Nuno Martins da Silveira, que, por ser menor de idade, só viria a exercê-lo depois de completar vinte anos. Com a entrada de D. João II no governo do reino, o cargo passou a ser exercido pelo barão de Alvito, D. João da Silveira, mas este pouco tempo permaneceu no cargo após a aclamação de D. João II como rei. O seu filho, que lhe sucederia no cargo, Fernão da Silveira, ficará envolvido na conspiração contra o rei, fugindo para Castela<sup>1815</sup>, tendo o pai falecido por essa ocasião. D. João II, escreve o conde de Tovar, «não considerou oportuno entregar novamente nas mãos de um só homem poderes tão amplos como aqueles que confiara ao seu velho amigo e fiel servidor, o barão de Alvito. Deixou o cargo vago. Os negócios da escrivania passaram a ser tratados debaixo da superintendência direta do monarca, por dois secretários da sua câmara<sup>1816</sup>. D. Manuel I reestabeleceu o cargo, entregando-o a D. Diogo da Silva de Meneses, futuro conde de Portalegre, agora com funções mais honoríficas que executivas e sem recuperar a influência política que tivera, sem, no entanto, perder alguma da importância que já tivera na estrutura de privilégios. Nas determinações das cortes de 1499, é um dos cargos mencionados como devendo ser ocupado por portugueses<sup>1817</sup>. Por ordenação, tem os mesmos privilégios e liberdades de isenção de pagamentos e de serviços lançados pelos concelhos, que são dados aos cargos de topo da

---

<sup>1811</sup> Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)* [...], p. 111.

<sup>1812</sup> O cargo foi regulamentado por dois regimentos produzidos no reinado de D. Afonso V, um datado de 1450 e outro de 1478.

<sup>1813</sup> O cargo até à dinastia de Avis, era desempenhado por homens de confiança régia. Com D. João I, o cargo passa a ser exercido de forma hereditária, primeiro com Gonçalo Lourenço de Gomide, sucedendo-lhe no cargo João Gonçalves, seu primogénito, até ao falecimento de D. João I sucedido em 14 agosto de 1433. D. Duarte já teria o seu escrivão da puridade privativo, Nuno Martins da Silveira, que vai exercer o cargo.

<sup>1814</sup> Judite Antonieta Gonçalves de Freitas, «*Teemos por bem e mandamos*». *A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, vols 1, Cascais, Patrimonia, 2001, pp. 98-104.

<sup>1815</sup> Daí, expulso pelos monarcas Católicos, passou a França onde vem a morrer assassinado por agentes de D. João II.

<sup>1816</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, tomo III, p. 60.

<sup>1817</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)* [...], p. 31.

administração do reino<sup>1818</sup>, o mesmo nos casos de litigação, onde pode usar da prerrogativa de não passar pelos tribunais comuns e trazer os casos diretamente ao tribunal da corte<sup>1819</sup>.

O cargo foi-se transformando num simples benefício, fonte de rendimentos e privilégios, que podia ser cedido ou transacionado, mantendo, contudo, algum do prestígio que alcançara.

### 3.1. ESCRIVÃO DA PURIDADE

O primeiro escrivão da puridade de D. Manuel I, foi D. Diogo da Silva de Meneses, que o acompanhou na ida para Castela, aquando das Terçarias de Moura, como aio, cargo que manteve quando D. João II instalou casa ao duque de Beja<sup>1820</sup>. Filho de D. Rui Gomes da Silva, 1.º alcaide de Campo Maior e Ouguela e de D. Isabel de Menezes, filha natural de D. Pedro de Menezes, 1.º conde de Vila Real e de Isabel Domingues, a *Pixegueira*, casou com María de Ayala, de ascendência castelhana. O seu percurso enquanto ligado à casa de Beja, leva-o a exercer os cargos de mordomo-mor, vedor da fazenda e de escrivão da puridade<sup>1821</sup>, cargos que mantém quando D. Manuel I ascende ao trono. Servidor do infante D. Fernando, esteve com este no cerco de Tânger, e foi dos que escalaram as muralhas da praça, ficando ali cativo juntamente com outros fidalgos, num fracasso que se saldou na morte de duzentos portugueses e no aprisionamento de cem. D. Diogo e a maior parte dos fidalgos e peões, foram mais tarde resgatados, e regressaram a Portugal<sup>1822</sup>. Participou na conquista de Alcácer Ceguer, integrando a guarnição que sofreu o primeiro cerco feito pelos mouros após a conquista. Nas guerras de D. Afonso V contra Castela, encontrava-se com o príncipe D. João em Évora, quando o mestre de Santiago invadiu o reino, sendo enviado por emissário numa missão diplomática cujo intuito foi o de fazer com que o mestre de Santiago retornasse a terras castelhanas, o que foi conseguido<sup>1823</sup>. Em 1489, por ordem de D. João II, D. Diogo da Silva, Rui de Sousa e D. Afonso de Monroy, mestre de Alcântara, confirmaram o tratado

---

<sup>1818</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XLIII.

<sup>1819</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. III, tít. IV.

<sup>1820</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. V, p. 13.

<sup>1821</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 109 (Montemor-o-Novo, 21/01/1496). Alão informa que também teve o cargo de chanceler do mestrado de Cristo, cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo II, vol. II, p. 179.

<sup>1822</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CLIII, p. 509.

<sup>1823</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. XVI, pp. 17-18.

de paz celebrado entre Aires da Silva e o rei de Fez, pelo qual se permitiu aos portugueses, cercados na Graciosa, saírem com armas, artilharia e cavalos<sup>1824</sup>. Senhor de Celorico da Beira, ainda no reinado de D. João II, a sua titulação, como conde de Portalegre, feita por D. Manuel I, será anterior a abril de 1496<sup>1825</sup>, e incluía a jurisdição, rendas e alcaidaria-mor da vila, mas a doação não pôde ser totalmente concretizada por oposição dos homens bons da vila, que alegavam que uma vila como aquela, não devia sair de posse da coroa, senão como doação a filho de rei. D. Manuel I, por respeito e obrigação que tinha para D. Diogo da Silva, seu aio «que o criara e doutrinara, com muito cuidado e amor»<sup>1826</sup>, ficou indignado com a oposição dos habitantes e procedeu contra eles, castigando-os com penas e degredos, mas vendo que não conseguia demovê-los das suas razões, alterou o teor da mercê, ficando a jurisdição e senhorio da vila na posse régia, ficando D. Diogo da Silva com a alcaidaria de juro e herdade, o título de conde, dando-lhe outras mercês para satisfação das que lhe retirara<sup>1827</sup>. É neste ano que se encontram registados atos em que participa como vedor da fazenda ou escrivão da puridade, embora a titulação nestes ofícios se mantenha ainda no ano de 1502<sup>1828</sup>. Em 1497, em consequência do batismo forçado dos judeus e a sua transformação em cristãos-novos, e subsequente desaparecimento das judiarias e respetivos impostos, foi-lhe feita mercê de 10.000 reais de tença, em satisfação da judiaria da vila de Celorico<sup>1829</sup>, e de 61 066 reais da judiaria da vila de Portalegre<sup>1830</sup> e confirmada uma tença no valor de 40.000 reais dada por D. Manuel I enquanto duque<sup>1831</sup>. Em 1498, ultrapassado o diferendo com as gentes de Portalegre, e em reconhecimento dos muitos serviços feitos à coroa e à casa de Viseu e Beja, por ter servido nas guerras de África e nas guerras com Castela, além de ter comandado, como capitão, uma grande frota na conquista das Ilhas Canárias, foi-lhe feita doação de juro e herdade das vilas de Celorico, Gouveia e São Romão, a sexta parte do montado da Serra da Estrela, Valezim, Vila Cova à Coelheira e da colheita de Santa Marinha<sup>1832</sup>, e doação de juro da alcaidaria-mor do castelo da vila de Portalegre e lugar de Assumar, com todas as suas rendas, foros, direitos, tributos, padroados de igrejas, dizimas de sentenças, etc. e

---

<sup>1824</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LXXXII, p. 126.

<sup>1825</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 34, fl. 40v (Setúbal, 06/04/1496).

<sup>1826</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XIV, p. 34.

<sup>1827</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XIV, p. 35.

<sup>1828</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 20/20v (Lisboa, 04/04/1502).

<sup>1829</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 21v (Lisboa, 27/11/1497).

<sup>1830</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 22 (Lisboa, 27/11/1497).

<sup>1831</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 23v/24 (Évora, 01/12/1497).

<sup>1832</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 9/9v (Lisboa, 06/02/1498).

o cargo de capitão de Portalegre, Assumar e seus termos<sup>1833</sup>. No mesmo ano, seguem-se várias confirmações e doações. Confirmada uma tença de 50.000 reais, dada por D. João II em 1485<sup>1834</sup>, outras de 200.000 reais<sup>1835</sup>, e 250.000 reais, dadas por D. Manuel I, enquanto duque de Beja<sup>1836</sup>, em 1491 e 1485, respetivamente. Foi também confirmada a doação da alcaidaria de Almada, feita em 1485 por D. Beatriz, duquesa de Viseu e Beja<sup>1837</sup>, a dízima do pescado dos lugares de S. João da Foz de Matosinhos<sup>1838</sup> e doado o reguengo da Valada, que fica no termo de Santarém, com os seus direitos, foros e rendas<sup>1839</sup>. Nos anos seguintes, e até à sua morte, as doações sucedem-se. Aforamento da quinta da Marinha das Vacas, no termo de Almada<sup>1840</sup>, doação da lezíria de Santa Maria de Valada, no campo de Santarém<sup>1841</sup>, doação de um chão na praia, ao postigo do Furadoiro, diante das casas que possuía na cidade de Lisboa<sup>1842</sup>.

Durante o tempo que ocupou a escrivaninha da puridade, vários foram os acontecimentos importantes que ocorreram no reino. Expulsão dos judeus, cortes de 1495, 1498 e 1499, expedição que foi em socorro de Veneza. Não consta que D. Diogo tenha tomado parte nesses preparativos. Mesmo no juramento do príncipe D. Miguel da Paz, nas cortes de 1499, fez o juramento enquanto conde de Portalegre e em representação do bispo do Porto e de Rui Mendes Vasconcelos, testemunhando o ato juntamente com o conde de Alcoutim e o bispo da Guarda. Quem serviu como escrivão da puridade foi o vedor da fazenda, D. Pedro de Castro, seu genro<sup>1843</sup>. Assina, conjuntamente com o monarca, as convocatórias para as cortes de 1498<sup>1844</sup> e as respostas aos capítulos, mas a convocatória para o batizado do príncipe D. João, já será assinada por outro genro, D. António de Noronha, a quem deu o cargo<sup>1845</sup>. Terá estado nas cerimónias de casamento com D. Isabel e com D. Maria, acompanhou o casal real a Castela<sup>1846</sup> e assistiu ao nascimento e juramento do príncipe D. João, do qual foi padrinho, com o embaixador de

---

<sup>1833</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 9v/10 (Lisboa, 06/02/1498).

<sup>1834</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 24 (Lisboa, 13/03/1498).

<sup>1835</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 24 (Lisboa, 13/03/1498).

<sup>1836</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 24/24v (Lisboa, 13/03/1498).

<sup>1837</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 16v (Lisboa, 13/03/1498).

<sup>1838</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 88/88v (Lisboa, 30/03/1498).

<sup>1839</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 105 (Lisboa, 30/03/1498).

<sup>1840</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 2v/3 (Lisboa, 11/01/1499).

<sup>1841</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 45 (Lisboa, 18/10/1500).

<sup>1842</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 4 (Lisboa, 18/02/1503). A praia do furadoiro situava-se entre o atual Campo das Cebolas e Alfama.

<sup>1843</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)* [...], pp. 20-23.

<sup>1844</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 20.

<sup>1845</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)* [...], p. 31.

<sup>1846</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXVI, p. 57.

Veneza<sup>1847</sup>. Ou seja, um cargo muito honroso, muito decorativo, mas politicamente pouco importante<sup>1848</sup>. Em 1502, renuncia ao cargo de escrivão da puridade, integrando-o no dote de sua filha D. Joana da Silva, que casou com D. António, mais tarde 1.º conde de Linhares. Mas a sucessão nesse cargo fora prometida por D. Manuel I a D. Miguel da Silva, filho secundogénito do conde. Para o indemnizar pela quebra da promessa, o rei fez-lhe doação de 600.000 reais e prometeu-lhe o ofício de escrivão da puridade de seu filho D. João<sup>1849</sup>.

Casou o conde com D. Maria de Ayala, filha e herdeira de D. Diogo Garcia de Herrera, senhor das ilhas de Lanzarote, Forte Ventura, Gomeira e do Ferro, nas Canárias, e de D. Isabel de Peraça, sua mulher<sup>1850</sup>, sendo o mesmo realizado nas Canárias, nos anos em que o conde por lá andou, em ações de conquista<sup>1851</sup>. Desse casamento nasceu D. João da Silva, 3.º conde de Portalegre, casado com D. Maria Manuel, filha de D. Álvaro de Portugal, 1.º conde de Tentúgal e neta de D. Fernando, 3.º duque de Bragança. D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e cardeal. D. Inês de Ayala, segunda mulher de D. Pedro de Castro, 3.º conde de Monsanto, a quem o sogro deu o ofício de vedor da fazenda. D. Joana da Silva e Ayala, que casou com D. António de Noronha, 1.º conde de Linhares, a quem foi dada a escrivania da puridade em sua vida. D. Francisca da Silva, casada com João Gonçalves da câmara, 4.º capitão da ilha da Madeira. D. Guiomar e D. Isabel da Silva, freiras em Beja e D. Filipa, freira em Santa Clara de Santarém. Faleceu o conde a 20 de fevereiro de 1504<sup>1852</sup>, sobrevivendo-lhe D. Maria de Ayala.

D. António de Noronha, foi quem ocupou a escrivania da puridade, ainda em vida de D. Diogo da Silva. Nas palavras do conde de Tovar, foi um escrivão da puridade medíocre e apagado, mais versado para as armas que para a política palaciana<sup>1853</sup>. O ofício foi parte do dote de casamento com D. Joana da Silva e Ayala, e foi sancionada por carta patente, em setembro de 1502<sup>1854</sup>, recebendo, a partir do primeiro de janeiro de 1503, 17.000 reais da tença do ofício, 12.000 reais por conta das escrituras que se iriam fazer, e

---

<sup>1847</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)* [...], p. 11.

<sup>1848</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, tomo III, p. 67.

<sup>1849</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, tomo III, p. 63.

<sup>1850</sup> Esta é a filiação dada por Gayo, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXVII, p. 11. Alão de Morais escreve que a mãe é D. Inês de Peraça, cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo II, vol. II, p. 179. Góis é omissivo no nome da mãe, mas o único que refere o senhorio da ilha do Ferro, cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], pp. 324-325.

<sup>1851</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 350.

<sup>1852</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 350.

<sup>1853</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, tomo III, p. 64.

<sup>1854</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, tomo III, pp. 172-173.

8.000 reais, para pagamento de dois escrivães ao seu serviço<sup>1855</sup>. Ao cargo de escrivão da puridade somava o de chanceler-mor do mestrado de Cristo e ilhas, do qual nos ficaram atos registados na chancelaria régia. Em 1503, foi emitido alvará para preenchimento do ofício de juiz dos órfãos de Castro Marim<sup>1856</sup>, do qual o anterior titular fora demitido por erros e falsidades. Em 1506, são vários os registos em que participou como chanceler da Ordem de Cristo. A nomeação de um tabelião para Alpedrinha, num caso em que existiam dois tabeliães nessa vila, ambos casados com duas irmãs, o que não era permitido pelas ordenações. Ouvidos pelo ouvidor do mestrado de Cristo, considerou um deles como mais apto a servir o cargo, e o segundo ficou com certo tempo para conseguir provisão. Como o não fez e o tempo se esgotou, o cargo ficou vago e foi nomeado o escudeiro do arcebispo de Lisboa e morador em Alpedrinha<sup>1857</sup>. Para Segura, foi nomeado o escrivão dos órfãos<sup>1858</sup>, o inquiridor e contador dos feitos<sup>1859</sup> e o escrivão da comarca<sup>1860</sup> que substituíram Pêro Álvares, falecido, detentor dos três ofícios. Para Vila Franca, ficou registada a nomeação do escrivão da almotaçaria<sup>1861</sup>. Uma outra nomeação, no âmbito da Ordem de Cristo, foi a de um seu criado para o ofício de tabelião judicial em Tomar<sup>1862</sup>. Quem detinha a escrivania, dava posse aos escrivães da câmara real, como o fez a Afonso Carneiro, escudeiro da casa real, que foi nomeado recebendo vestimenta<sup>1863</sup>.

Pela sua proximidade ao rei, acompanhou-o em várias ocasiões, fora dos atos de despacho. Como o rei sempre gostou de viajar e visitar conventos e mosteiros, aos quais fazia esmolas em dinheiro e em especiarias, no ano de 1502, quis deslocar-se em romagem a Compostela, para visitar o túmulo de Santiago, no que foi acompanhado por um grupo de homens da sua maior confiança e intimidade. Deste grupo fazia parte o bispo da Guarda, D. Pedro, que era também prior de Santa Cruz de Coimbra, onde se encontra o túmulo do fundador do reino de Portugal, D. Diogo Lobo, barão de Alvito, D. Martinho de Castelo Branco, D. Nuno Manuel, guarda-mor, D. António de Noronha e seu irmão, D. Fernando, 2.º marquês de Vila Nova<sup>1864</sup>. Da sua ação diplomática, sabe-se que foi, como procurador do rei de Portugal, quem negociou com o procurador da rainha Joana,

---

<sup>1855</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 73v (Lisboa, 28/04/1503).

<sup>1856</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 41v (Lisboa, 28/08/1503).

<sup>1857</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 100 (Punhete, 11/03/1506).

<sup>1858</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 102 (Setúbal, 18/05/1506).

<sup>1859</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 102 (Setúbal, 20/05/1506).

<sup>1860</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 102/102v (Setúbal, 20/05/1506).

<sup>1861</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 102 (Setúbal, 18/05/1506).

<sup>1862</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 165v (Lisboa, 01/12/1514).

<sup>1863</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 108 (Évora, 11/02/1513).

<sup>1864</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXIV, pp. 158-159.



do reino de Castela, Gomes de Santilhana, a troca do lugar de Velez da la Gomera com sua fortaleza, recebendo Portugal, em contrapartida, todos os lugares que Castela possuía desde perto de Ceuta até aos cabos Bojador e Não<sup>1865</sup>, e a capitulação feita entre o rei D. Manuel I, a rainha D. Joana de Castela e o rei seu pai, Fernando, o Católico, de certos lugares na Barbéria<sup>1866</sup>. Da sua ocupação como escrivão da puridade e da forma como assistia despacho régio, deixou-nos Damião de Góis uma breve descrição:

«Assinava elRei três vezes, e algũas mais na somana em publico, e aho assinar stauam ho scriuam da puridade, e hos veadores da fazenda, e camara de geolhos dambalas bamdas da sua cadeira, e os scrivães da fazenda, e camara em geolhos aho redor da mesa em que assinava. Daua audiência publica muitas vezes a todolos que lhe querião falar, aho que era presente ho mesmo scriuão da puridade, dô Antonio de Noronha irmão do Marques de villa Real, que depois foi Cõde de linhares, e hũ dos vedores da fazenda, assentados em geolhos à sua ilharga»<sup>1867</sup>.

Para a nomeação para o cargo, valheu-lhe a sua folha de serviços militares, no norte de África, dos quais, nas palavras de seu irmão o marquês de Vila Real, já tinha «os dentes britados e os narizes cortados, por serviço de Deus e do rei»<sup>1868</sup>. Com a titulação de D. Martinho de Castelo Branco, camareiro-mor, a conde de Vila Nova de Portimão, e a tensão que causou com a casa de Vila Real, enviando o marquês uma carta ao rei, questionando o porquê de seu irmão, D. António, ainda não ter sido feito conde<sup>1869</sup>, que mereceu uma resposta evasiva do rei<sup>1870</sup>, que em sua vida o não titulou, D. Manuel I, temendo o exílio do fidalgo para Castela, entregou-lhe o comando de uma grande expedição para a construção de uma fortaleza em Mamora, com a provável promessa de concretização das benesses desejadas<sup>1871</sup>. Essa frota, composta por 200 navios e mais de 8.000 homens a bordo, cuja partida de Lisboa, foi antecedida por uma missa cantada na capela real, aos nove dias de junho de 1515, presidida pelo bispo de Lamego, que no final, benzeu uma bandeira<sup>1872</sup>, que entregou a D. António, que assistia na cortina, ao lado do

---

<sup>1865</sup> Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XVII, mç. 3, n.º 2 (Vila Franca de Xira, 23/09/1509).

<sup>1866</sup> Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XVIII, mç. 6, n.º 16 (Sintra, 18/09/1509).

<sup>1867</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 228.

<sup>1868</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 389.

<sup>1869</sup> Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XVIII, mç. 5, n.º 1, (Caminha, 07/08/1514).

<sup>1870</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 389, nota 2).

<sup>1871</sup> André Pinto de Sousa Dias Teixeira, «Uma linhagem ao serviço da ‘ideia imperial manuelina’ Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia», pp. 109-174, [...], p. 134.

<sup>1872</sup> A bandeira era de damasco branco, quadrada, com seis palmos de largura e uma cruz de Cristo em ambos os lados, cf. Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], p. 198.

rei, para ser levada na expedição<sup>1873</sup>. Finda a cerimónia, ordenou-se uma procissão até aos navios onde embarcou o fidalgo e os que o acompanhavam, levando o rei a bandeira dentro do templo, entregando-a, à porta da igreja, a D. António, que lhe beijou as mãos e todos prosseguiram em procissão até à armada, que levantou ferro aos 13 dias do mesmo mês.

A expedição correu mal<sup>1874</sup>. Com o início da obra, os portugueses foram atacados pelas forças conjuntas dos reis de Fez e de Mequinez e ao fim de dois meses tiveram que abandonar a fortaleza, praticamente construída, mas em local demasiado exposto a um cerco por terra e por mar. Com ordens do reino para abandonar a posição, a fuga desordenada que se seguiu levou à perda de muitas vidas, afogados, uns, mortos pelos mouros, outros, muitos homens, mulheres e crianças foram aprisionados, artilharia, munições e mantimentos abandonados, e com metade da frota que tinha partido de Lisboa naufragada. Como escreveu Damião de Góis, foi a maior perda de gente e munições de guerra durante o reinado de D. Manuel I, «ha qual noua lhe foi dada em Lisboa, e ha recebeu com muita paciência, dando por isso graças a Deos, quomo ho sempre fez em todolos casos, prosperos, e adversos que lhe acontecerão»<sup>1875</sup>. Dada a dimensão do desaire, e embora não lhe podendo ser assacadas diretamente culpas, D. António não ganhou o tão ambicionado título de conde<sup>1876</sup>, mas ao longo do reinado de D. Manuel I foi sendo agraciado de várias formas.

Em 1500, foram-lhe doados, em vida, os direitos reais e jugadas relativos a Torres Vedras e lugares de sua comarca<sup>1877</sup>, em que estava englobado o pagamento de 96 alqueires de trigo e 78 almudes de vinho que ele devia entregar à capela de Santo Agostinho de Torres Vedras, segundo a doação feita ao mesmo, pelo qual recebeu uma tença de 33.960 reais<sup>1878</sup>. Em 1506, tença anual de 150.000 reais<sup>1879</sup> e, anos mais tarde, tem a mercê do privilégio das saboarias de Elvas, Terena e Juromenha<sup>1880</sup>. Após 1515, não temos registo que lhe sejam atribuídas outras mercês. Em 1518, fez um escambo, com autorização régia, com D. Afonso de Ataíde, senhor da Atouguia e de Monforte, em que entregou as dízimas nova e velha do pescado de Atouguia, que tinha em sua vida, em

---

<sup>1873</sup> Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], pp. 197-198.

<sup>1874</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. LXXVI, pp. 273-276.

<sup>1875</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. LXXVI, p. 276.

<sup>1876</sup> Será titulado conde de Linhares no reinado de D. João III, em 25 de outubro de 1525, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 388.

<sup>1877</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 14v (Lisboa, 13/02/1500).

<sup>1878</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 11 (Lisboa, 11/02/1502).

<sup>1879</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 1 (Abrantes, 14/02/1506).

<sup>1880</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 81 (Almeirim, 05/02/1515).

troca de uma tença anual de 160.000 reais, paga com várias tenças de que D. Afonso e sua mulher eram possuidores<sup>1881</sup>. Em setembro de 1521, por falecimento do bispo de Viseu, ocupou o cargo de provedor-mor da rendição dos cativos<sup>1882</sup>.

Filho de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, e de D. Beatriz de Bragança, ainda mantinha laços de parentesco com D. Manuel I e foi homem da sua confiança. Com a morte deste rei ainda se manteve no cargo de escrivão da puridade, nos primeiros anos do reinado de D. João III, até ao regresso, de Roma, de D. Miguel da Silva, onde se encontrava com embaixador. Morreu o conde aos 10 dias de março de 1551, com oitenta e sete anos.

### 3.2. SECRETÁRIO

O secretário ocupava o «segundo lugar da escala entre os escrivães da puridade, e os da câmara, pois àquelles devião obedecer, e cumprir seus mandados, e a estes tinham huma certa superioridade, servindo-se já para bem cumprirem seu officio de Escrivães que lhes erão apropriados.»<sup>1883</sup>. Não se pense que estes dois ofícios se excluam mutuamente, na verdade eles coexistiam e a similaridade de funções pode ser um indício do processo de descentralização dos serviços burocráticos que conduziu ao aumento e especialização do número de oficiais. Surgido como especialização do ofício de escrivão da câmara, o âmbito de atuação do secretário começa a tomar forma no reinado de D. João I, quando este procede à nomeação de Rui Galvão secretário da embaixada enviada a Castela para tratar da paz entre os dois reinos<sup>1884</sup>. Os secretários eram uns escrivães da câmara com mais autoridade, com pouca influência no governo do reino, como superiormente o faziam os escrivães da puridade. As competências cometidas a estes oficiais não se encontram explicitamente regulamentadas nas Ordenações Afonsinas, mas verifica-se uma primeira tentativa de regulamentação das funções, quando a pedido de

---

<sup>1881</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 21/21v (Lisboa, 27/03/1518) e Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 97/99 (Lisboa, 27/03/1518).

<sup>1882</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricos* [...], vol. 6, tomo III, p. 144.

<sup>1883</sup> Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato, «Memórias sobre os Secretários dos reis portugueses», *História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* [...], p. 35

<sup>1884</sup> Francisco Manoel Trigoso d'Aragão Morato, «Sobre os secretários dos reis e regentes de Portugal desde os antigos tempos da monarquia até a aclamação d'el Rei D. João IV, lida na Sessão ordinária de 7 de Novembro de 1838», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.ª série, tomo I, Parte I, Lisboa, na tipografia da mesma Academia, 1843, p. 30.

Nuno Martins da Silveira se elabora o primeiro regimento do escrivão da puridade<sup>1885</sup>, que deveria declarar a maneira como o oficial havia de servir o ofício, também como os secretários e os escrivães da câmara lhe deviam obedecer e cumprir os seus mandados nas coisas que ao dito ofício pertencessem. Este regimento pretendia regulamentar não só as funções do escrivão da puridade, mas também as dos oficiais da câmara régia que lhe estavam subordinados, incluindo-se neste grupo os secretários, que são uma espécie de intermediários entre os supracitados oficiais e o monarca. Pelo Livro de Apontamentos (1438-1489) de Álvaro Lopes de Chaves<sup>1886</sup>, pelo teor dos documentos que o compõem, conhecem-se algumas das funções inerentes ao ofício e aos assuntos que tratavam. É com D. Manuel I que o ofício de secretário ganhou em importância a primazia do acesso ao rei para as «coisas da governança», passando a desempenhar as tarefas anteriormente atribuídas, em regimento próprio, ao escrivão da puridade. É neste enquadramento que estas caíram nas mãos de António Carneiro que as exerceu sozinho, sem entendimento com o escrivão da puridade, reservando para si as atribuições importantes do cargo, cedendo um cargo esvaziado do poder de outrora<sup>1887</sup>. Esse poder irá ser transferido para o ofício de secretário, no qual António Carneiro tudo fará para alcançar a titulação e as honrarias inerentes à nobreza.

António Carneiro oriundo de família com raízes no Porto, com familiares ligados à vereação da cidade<sup>1888</sup>, era filho primogénito de Francisco Carneiro e de Maria da Mota e irmão de Antónia Carneira, casada com Duarte Nunes Cardoso<sup>1889</sup>; de Madalena Carneiro, mulher de Jerónimo da Horta e em segundas núpcias de D. Tomás Gil da Silveira; e ainda de Filipa Carneiro, casada com Vasco Dias. Vindo para Lisboa, inicia a sua carreira no despacho como escrivão da câmara<sup>1890</sup>, onde foi trabalhar com o futuro

---

<sup>1885</sup> Regimento do escrivão da puridade de 1450 publicado por Conde de Tovar, *Estudos Históricas* [...], vol. 6, tomo III, pp. 161-164. Este regimento não foi incorporado nas *Ordenações Afonsinas* ou nas edições Manuelinas.

<sup>1886</sup> Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)* [...], que regista factos ocorridos, na sua maioria, entre os anos de 1475-1489.

<sup>1887</sup> Conde de Tovar, *Estudos Históricas* [...], vol. 6, tomo III, p. 61.

<sup>1888</sup> Casos de Pedro Carneiro, que viveu no tempo de D. Fernando e D. João I, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo IX, p. 9, e de Diogo Pires Carneiro, que viveu no tempo de D. Afonso V, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo IX, p. 10. Outra parentela atingirá o grau de cavaleiro e o de comendador da Ordem de Cristo.

<sup>1889</sup> Cujos netos seguiram carreira no oficialato régio. Um como secretário e vedor da fazenda na Índia, outro como escrivão na casa da Índia, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo IX, p. 62.

<sup>1890</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 17, fl. 43 (Évora, 04/02/1490). É natural que exercesse o ofício anteriormente a este registo, talvez desde 1482, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Critica e História. Estudos*, reedição fac-similada do I volume e primeira edição do II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 294.

sogro, Pedro de Alcáçova<sup>1891</sup>. Casou António Carneiro com Brites de Alcáçova, dama do paço da rainha D. Leonor<sup>1892</sup>, sem o consentimento desta, pelo que foi duramente castigado com o degredo «para sempre» para a ilha do Príncipe<sup>1893</sup>. D. Manuel I irá reabilitá-lo anos mais tarde, chamando-o para junto de si por ser «homem muito inteligente»<sup>1894</sup> em negócios da fazenda real. Desse casamento nasceram uns dezasseis ou dezassete filhos<sup>1895</sup>, dos quais os nobiliários dão conta dos seguintes: Lourenço Anes Carneiro, casado, com geração<sup>1896</sup>, Francisco Carneiro de Alcáçova, que foi secretário de D. João III, mas como «não ouvia tão bem como convinha à qualidade do ofício, e o modo de falar de El-Rey era naturalmente devagar e manso, cansava sua Alteza de continuar com o dito meu irmão»<sup>1897</sup>, o ofício passou a ser desempenhado por Pedro de Alcáçova Carneiro. Francisco Carneiro foi senhor da Ilha do Príncipe, comendador de Cem Soldos da Ordem de Cristo e do conselho régio. Casou com D. Mécia da Silveira, filha de Garcia de Sousa Chichorro, presidente de Lisboa, e de sua mulher D. Brites da Silveira<sup>1898</sup>. Pedro de Alcáçova Carneiro, foi o penúltimo filho de Brites de Alcáçova, tendo esta e o nascituro, morrido no parto seguinte. Narra Pedro de Alcáçova Carneiro:

«Nasci na cidade de Lisboa, nas casas da Portas de Alfofa, que foram de meu avô, Pedro de Alcáçova, dadas a meu pai em casamento com minha mãe, Beatriz de Alcáçova, sua filha. Em S. Bartolomeu fui baptizado, e me puseram nome Pedro, assim como era o meu

---

<sup>1891</sup> Pedro da Alcáçova foi escrivão da fazenda de D. Afonso V e secretário de D. João II, sendo armado cavaleiro e fidalgo da casa real dados os bons serviços que fez em África, na tomada de Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila, indo observar esses lugares e regressando com informações que permitiram a tomada dos mesmos. D. João II deu-lhe carta de armas, no ano de 1491, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 9, fl. 104 (Évora, 14/01/1491). Pedro de Alcáçova casou segunda vez com Maria Fernandes Sotomayor, filha de mestre Fernando, físico de D. Afonso V. deste casamento nasceu Brites de Alcáçova, mulher de António Carneiro, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo IX, p. 62.

<sup>1892</sup> Ivo Carneiro de Sousa menciona António Carneiro como ativo na escrivania da rainha no início do reinado de D. João II, cf. Ivo Carneiro de Sousa, *A Rainha D. Leonor (1456-1525). Poder, Misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, p. 845.

<sup>1893</sup> Defende Anselmo Braamcamp Freire que António Carneiro não foi desterrado para a ilha do Príncipe, mas para Alenquer. Tal assunção prende-se com o facto de no preâmbulo da carta de doação da Ilha do Príncipe, a título perpétuo a António Carneiro e aos seus descendentes, por linha direita e legítima, lembrar, D. Manuel I, o serviço que este fez a D. João II e «como das cousas em que o encarregou, lhe deu de si sempre mui boa conta e recado, polo qual sabemos que o dito senhor tinha vontade de lhe fazer mercê e acrescentamento», cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Crítica e História. Estudos* [...], pp. 294-295.

<sup>1894</sup> Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo IV, vol. I, p. 180.

<sup>1895</sup> Palavas do filho Pedro de Alcáçova Carneiro, cf. Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], p. IX.

<sup>1896</sup> Só referido em Felgueiras Gayo, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo IX, p. 41.

<sup>1897</sup> Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], p. XI. Felgueiras Gayo dá conta que D. João III dera o ofício ao irmão porque Francisco Carneiro não via bem, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo IX, p. 41.

<sup>1898</sup> Alão de Morais dá como mulher D. Inês de Eça, o que é incongruente com o apelido de D. Mécia, cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo IV, vol. I, p. 181.

avô, Pedro de Alcáçova, como porque era naquele dia a festa do bem-aventurado S. Pedro Apóstolo. Fui criado fora de casa da minha mãe. Meu amo era pintor, e sua mulher me criava na pobreza de sua casa; e, como depois de ter nascido, minha mãe vivesse tão pouco tempo, que não passou de um ano, fui eu assim criado na meninice, e depois na mocidade, como filho sem mãe, com pai viúvo, e pai de tantos filhos, e eu o derradeiro deles todos. Nestas idades passei grandes e perigosas doenças, remediado e curado nelas, como este que digo. De todas foi nosso senhor servido de me livrar. Fui trazido à casa de meu pai, já fora da necessidade da ama. Mandou meu pai ensinar em sua casa por um homem, que trazia nela, letrado e de muito boa vida. Este me ensinou a ler e a escrever e esse pouco latim que soube, foi assaz pouco, e deixou de ser muito, porque da idade de treze anos, me começou a dar de escrever nas coisas de seu cargo e ofício, que era de Secretário, com se sabe»<sup>1899</sup>.

Pedro de Alcáçova Carneiro casou com D. Catarina de Sousa, filha de Diogo de Sousa, alcaide de Tomar, e de D. Isabel de Brito. Filipe I, de Portugal, fê-lo conde de Idanha. Refiram-se ainda outros filhos de António Carneiro: D. Margarida de Alcáçova, mulher de Rui Mendes de Vasconcelos, senhor de Figueiró e do Pedrógão<sup>1900</sup>, D. Luísa de Alcáçova, mulher de Bernardim de Távora, reposteiro-mor do rei D. João III, e D. Joana de Alcáçova, mulher de D. Jorge Manrique de Lara<sup>1901</sup>. Dos filhos bastardos, dos quais não se conhece a progenitora, são referenciados os seguintes: Vicente Carneiro, que serviu e casou na Índia; Miguel Carneiro, que serviu e casou na Índia com a filha de João de Sousa Pereira, capitão de Cranganor e vedor da fazenda e Filipe Carneiro, prior da Pampulha<sup>1902</sup>.

Levantado o degredo, António Carneiro vai exercer funções de escrivão da câmara real, com atividade registada na chancelaria a partir de 15 de abril de 1496<sup>1903</sup>. Em julho de 1497, foi-lhe feita mercê, assim como a Rui de Pina, ambos escrivães da câmara real, de toda a metade dos bens móveis e de raiz de Gonçalo Velho, cavaleiro da casa real, de Álvaro Peres, Fernão Nunes, João de Abrantes, entre outros<sup>1904</sup>. Em março de 1500, foi referido como cavaleiro da casa do rei, capitão da Ilha do Príncipe, numa concessão de algumas regalias, entre elas o não pagamento de dízima na venda de mercadorias a todos

---

<sup>1899</sup> Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], pp. IX-X.

<sup>1900</sup> A carta de confirmação do contrato feito entre João Rodrigues de Vasconcelos, do conselho do rei, e António Carneiro, secretário do rei para este casamento encontra-se registada na chancelaria, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 79v (Almeirim, 03/12/1514).

<sup>1901</sup> Só referido em Felgueiras Gayo, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo IX, p. 41.

<sup>1902</sup> Só consta em Alão de Morais, cf. Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo IV, vol. I, p. 181.

<sup>1903</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 40v/41 (Montemor-o-Novo, 18/03/1496).

<sup>1904</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 45v/46 (Évora, 28/07/1497).

os que quisessem ir povoar a ilha do Príncipe. Foi-lhe também atribuída a alçada do cível e crime sobre os mouros, negros e brancos, foros e cativos, além da jurisdição já anteriormente dada<sup>1905</sup>, e que compreendia toda a jurisdição cível e crime, reservando-se morte de homem e talhamento de membro, de que a apelação viria ao rei e aos seus desembargadores<sup>1906</sup>. Em simultâneo, foi atribuída a mercê de ir resgatar aos rios e tratos da Guiné, pimenta e malagueta e toda a outra espécie de especiarias, reservando para si, por cada moio de pimenta, limpa e enxuta, que entregasse ou mandasse entregar ao feitor da cidade de São Jorge da Mina, 60 manilhas e mais cinco cruzados por moio, pelo prazo dos dez anos<sup>1907</sup>. Por vontade do rei, era novamente feita graça e mercê da alcaidaria-mor daquela ilha, para ele e todos seus herdeiros e descendentes, os quais ficavam obrigados a fazer menagem ao rei da principal fortaleza que na ilha fosse feita. E haveria toda a carceragem, açougagem, mordomado, penas e todas as mais rendas, como as ordenadas à alcaidaria-mor de Lisboa<sup>1908</sup>. Duas semanas mais tarde, foi registada a mercê de que a capitania da Ilha do Príncipe, que também se chamava de Santo António, situada no mar e senhorio da Guiné, ficaria por seu falecimento a um filho maior, varão lídimo, definindo as regras da sucessão, sem embargo da Lei Mental<sup>1909</sup>. Com a doação da capitania da Ilha do Príncipe, António Carneiro inicia um programa de povoamento da mesma, principalmente com escravos, demonstrando vontade, ambição e poder organizativo, enviando do reino aqueles que desempenhariam as funções de capitão, almoxarife<sup>1910</sup>, escrivães, juízes e tabelião<sup>1911</sup>.

Ainda no ano de 1500, a segunda mulher de D. Manuel I, D. Maria, atribuiu-lhe o ofício de seu secretário:

«Nos doña Maria, por la graça de Dios reyna de Portugal e de los Algarbes, de aquende e allende la mar em Africa, e señora de Guinea, ynfanta de Castilla e de Aragon e de Granada, por fazer bien e merçed a vos Antonio Carneiro, secretario del rey, mi señor acatando vuestra suficiençia e fidelidade, e los muchos e buenos leales serviçios que nos avedes fecho e esperamos que nos fareys de aquy adelante, e em alguna emienda e

---

<sup>1905</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 19/19v (Lisboa, 18/03/1500).

<sup>1906</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 18v (Lisboa, 22/03/1500).

<sup>1907</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 18v (Lisboa, 22/03/1500).

<sup>1908</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 18v (Lisboa, 22/03/1500).

<sup>1909</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 18v/19 (Lisboa, 07/04/1500).

<sup>1910</sup> Algumas vezes reunidas num só personagem.

<sup>1911</sup> Sobre a administração e proveitos da ilha do Príncipe, ver artigo de Isabel Bettencourt de Sá-Nogueira e Bernardo de Sá-Nogueira, «A ilha do Príncipe no 1.º quartel do século XVI: administração e comércio», *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. III, Porto, Universidade do Porto, 1989, pp. 81-115.

remuneraçion dellos tenemos por bien e es nuestra merçed que agora e de aqui adelante para en toda vuestra vida seades nuestro secretario, e que podades usar e exercer el dicho ofiçio»<sup>1912</sup>.

Como retribuição ao exercício do cargo receberia António Carneiro a soma de 40.000 maravedis anualmente<sup>1913</sup>. A nomeação para tal cargo poderá significar a posição de confiança alcançada. No entanto, o alvará régio que nomeou António Carneiro como secretário de D. Manuel I só verá a luz do dia quatro anos depois, em 1504<sup>1914</sup>, pese embora o facto de que, possivelmente, já desempenhasse tal função em 1500, como é patente na referência feita no documento *supra*.

Conjuntamente com o cunhado, João da Fonseca, escrivão da fazenda de D. Manuel I, licitam as rendas e direitos régios das ilhas de São Tomé e Príncipe pelo valor de 600.000 reais em dois anos<sup>1915</sup>, tendo a parceria sido desfeita no ano de 1510, como arrendatários conjuntos, ficando João da Fonseca com os direitos da ilha de São Tomé<sup>1916</sup> e António Carneiro como capitão donatário da ilha do Príncipe. Em 1505, recebeu António Carneiro o hábito de Cristo<sup>1917</sup> e a respetiva tença de 20.000 reais. Alguns anos mais tarde, passou a gozar dos mesmos privilégios que já usufruíam os desembargadores da casa da suplicação, entre eles: a escusa dos habituais encargos do concelho, privilégio estendido aos seus caseiros<sup>1918</sup>. Os rendimentos provenientes do comércio da malagueta e da pimenta da costa de África eram avultados, o mesmo acontecia com o transporte para o reino de marfim e pau vermelho, mas era com o comércio de escravos que provinha o grosso dos seus rendimentos<sup>1919</sup>. Outros rendimentos provinham de uma tença que lhe fora dada pelo infante D. Luís, no valor de 100.000 reais por ano<sup>1920</sup>, do exercício do

---

<sup>1912</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 3, n.º 31 (18/09/1500), transcrito em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los reyes católicos* [...], vol. III, p. 61.

<sup>1913</sup> É provável que o ofício continuasse a ser desempenhado junto da segunda mulher de D. Manuel I, a rainha D. Maria. Num diploma registado na chancelaria em 1515, declara-se que por se ter extraviado o diploma primitivo, seria outorgado que a partir de janeiro de 1516 fossem atribuídos 2.060\$000 (dois contos e sessenta mil reais). O padrão inicial era de 2.200\$000 (dois contos e duzentos mil reais), mas do mesmo foram retirados, a pedido da rainha 40.000 reais para António Carneiro, secretário d'el-rei, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 42 (Almeirim, 15/12/1515).

<sup>1914</sup> Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XX, mç. 6, n.º 63 (1504).

<sup>1915</sup> Lisboa, A.N.T.T., *As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta XV, mç. 15, n.º 31 (20/06/1504) e mç 14, n.º 43 (01/07/1504).

<sup>1916</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Histórico Portuguez* [...], vol. II, pp. 440-441.

<sup>1917</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 5, n.º 37 (03/09/1505).

<sup>1918</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 42/43v (Santos, 15/03/1511).

<sup>1919</sup> Em 1517 um bom escravo podia ser vendido no reino por 8.000 reais. Com carregamentos entre 150 e 200 escravos podia ter um rendimento de 1.600\$000 (um conto e seiscentos mil reais).

<sup>1920</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Colecção de cartas*, Núcleo Antigo 880, n.º 56 (1521).



cargo de secretário, no valor de 100.000 reais por ano<sup>1921</sup>, o qual já inseria o valor que acompanhava a atribuição do hábito de Cristo. Em 1517, é-lhe feita a mercê de secretário e chanceler da infanta D. Isabel<sup>1922</sup>.

Com a consolidação do aparelho político-administrativo, suportado no estabelecimento de processos próprios e semiautónomos no que à justiça, cível e crime, e à fazenda diziam respeito, não quis o rei abdicar do papel charneira na chamada economia da graça e da mercê. Com D. Manuel I, a esta função determinante, vem juntar-se a gestão de um império que da costa ocidental de África à Índia, merece uma atenção cada vez mais constante e interventiva. Como corolário, tudo isto se insere num complexo jogo de relações, onde as mercês e a atribuição de ofícios adquirem especial importância no equilíbrio de forças que permite ao rei estar no vértice do sistema e regular o restante conjunto. É neste cenário, de relações e de acesso à pessoa régia, que a figura do secretário virá a desempenhar um papel cada vez mais interveniente e decisivo no ato de governar o reino.

A importância do cargo de secretário foi-se alicerçando, ganhando protagonismo junto do rei, quer apropriando-se de algumas das competências do escrivão da puridade, quer das necessidades que os novos tempos das descobertas proporcionavam. O poder do secretário é patente nas cartas de nomeação, mas o seu poder formal não transparece nas ordenações. Das suas vastas atribuições, entre as quais um dilatado leque de assuntos nos quais participa nos processos de decisão, podemos destacar as seguintes: correspondência com as cortes estrangeiras, tendo acesso a importantes notícias provenientes das mesmas; instruções ou avisos, públicos ou secretos para embaixadores, comissários, residentes, agentes; pagamento dos ordenados dos enviados e das despesas diplomáticas e geral; avisos feitos em nome do rei; regimentos e cartas para os vice-reis e governadores no ultramar; provimento de lugares na administração da coroa<sup>1923</sup>. Num outro plano, pode indicar-se a multiplicação dos pedidos de favorecimento ou de agilização de processos parados nas várias instâncias do despacho. O bom resultado destes pedidos significava

---

<sup>1921</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Histórico Portuguez* [...], vol. II, p. 86. Os 100.000 da tença eram retirados da vintena da Guiné, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mc. 15, n.º 40 (22/05/1514).

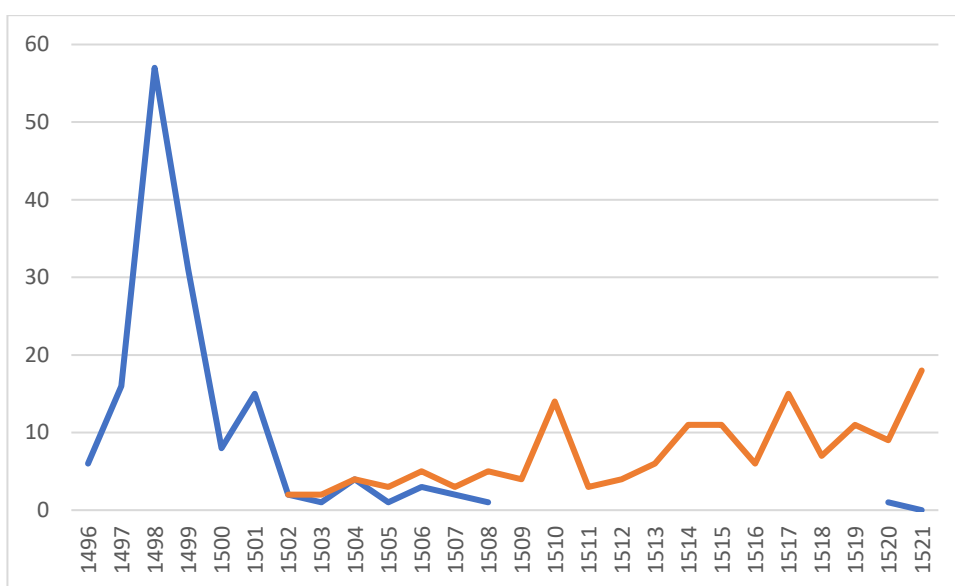
<sup>1922</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mc. 22, n.º 14 (16/06/1517).

<sup>1923</sup> António Pedro Barbas Homem, *O espírito das Instituições. Um estudo de história do Estado* [...], p. 148.

um incremento da rede de poder que o secretário influenciava. Este ia acumulando informação e crescendo em prestígio<sup>1924</sup>.

Da análise do gráfico n.º 3, podemos aferir que a documentação lançada nos livros de chancelaria acompanha o período em que António Carneiro teve maior trabalho como escrivão régio, que é também o período em quem a chancelaria despachou maior número de processos, decorrente, o que é natural, da mudança de monarca.

Gráfico n.º 3  
Documentos assinados por ou dirigidos a António Carneiro



Fonte: Livros de Chancelaria de D. Manuel I; Gavetas da Torre do Tombo; Corpo Cronológico.

A azul – documentos da Chancelaria

A vermelho – documentos do Corpo Cronológico.

A partir de 1504, a informação registada na chancelaria, saída da pena de António Carneiro, tende para zero, começando a ser patente a correspondência recebida e expedida e que hoje está arquivada no chamado corpo cronológico, à guarda da Torre do Tombo. Estes dois momentos, correspondem a tipologias de assuntos tratados bem distintos. Não tomando em consideração os registos que se prendem com a confirmação de cargos ou mercês atribuídas por monarcas anteriores, os tipos de assuntos tratados passam por

<sup>1924</sup> André da Silva Costa, *Os secretários e o estado do Rei: Luta de Corte e poder político. Sécs. XVI-XVII*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008, p. 72.

nomeações para cargos, caso de escudeiros<sup>1925</sup>, ofícios com interseção de terceiros, como é o caso de um escudeiro da infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel I, que foi nomeado escrivão dos órfãos de Moura<sup>1926</sup>. Em alguns casos, as nomeações foram acompanhadas por indicações de qual o âmbito de atuação (regimento) associado<sup>1927</sup>. Estas nomeações para ofícios, em que o escrivão da câmara intervinha, tanto abrangiam os cargos mais baixos de nomeação régia, como os mais altos, veja-se a doação da alcaidaria-mor do castelo da vila de Tavira, com todas as suas rendas e direitos, a Vasco Anes Corte Real, fidalgo da casa real e vedor dela<sup>1928</sup>, e a mercê do ofício de capitão da vila de Faro a Rui Barreto, fidalgo da casa real e alcaide-mor da dita vila<sup>1929</sup>. Refiram-se também os privilégios<sup>1930</sup>, autorizações (escambos), entre detentores de património régio<sup>1931</sup>, artigos

---

<sup>1925</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 109v (Évora, 17/06/1497), nomeação de escudeiro do rei e tomado sob sua guarda e encomenda, com todas as honras, privilégios e liberdades inerentes ao cargo.

<sup>1926</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 82 (Lisboa, 12/01/1498).

<sup>1927</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 86 (Lisboa, 25/01/1498), no alvará de nomeação de Fernão de Parada, escudeiro fidalgo da casa real, para o ofício de ouvidor nas vilas de Elvas e Olivença e seus termos, foi com a seguinte jurisdição e alçada: «ouvirá todas as partes que o procurarem sem embargo dos juízes que aí houver, terá jurisdição nos casos de crime (mandará açoitar, degredar, meter a tormento) sobre todas as pessoas até escudeiro (fidalgos serão remetidos para o Rei), as penas de crime até 2.000 reais não terão apelação, como o licenciado Rui da Grã tem alçada e jurisdição na comarca de Entre-Tejo-e-Odiana, dever-lhe-á obedecer».

<sup>1928</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 34v (Toledo, 13/05/1498).

<sup>1929</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 34v (Lisboa, 28/03/1498).

<sup>1930</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 34v (Saragoça, 4/07/1498), é feita mercê do privilégio dos desembargadores da casa da suplicação, a D. João de Sousa, do Conselho real.

<sup>1931</sup> Neste caso tratava-se de um escambo que o monarca pretendia fazer com a Ordem de Santiago, cujo governador era o filho natural de D. João II, que não foi concluída. Tratava-se de atribuir a Vasco da Gama a outorga da vila de Sines com todo o seu senhorio e jurisdição cível e crime, para ele e seus herdeiros e descendentes. Enquanto o escambo não estivesse concluído o rei comprometia-se a pagar a Vasco da Gama 1.000 cruzados em cada ano, pagos aos quarteis, até que a vila ficasse liberta da tutela da Ordem de Santiago. Como sabemos, Vasco da Gama teve que prescindir da posse da vila onde nasceu, ficando em seu lugar com a vila da Vidigueira e com o título de conde da Vidigueira, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 90/90v (Lisboa, 25/09/1501).

de Cortes<sup>1932</sup>, privilégios vários<sup>1933</sup>, doações<sup>1934</sup>, tenças<sup>1935</sup>, mercês<sup>1936</sup>, cartas de quitação<sup>1937</sup> e cartas de segurança<sup>1938</sup>. Uma situação menos frequente na qual António Carneiro teve participação, foi o documento autorizado pelas cortes de 1498, do governo do reino pela rainha D. Leonor, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel I, feito em Lisboa a 24 de março de 1498<sup>1939</sup>, quando o rei e sua mulher, D. Isabel, se deslocaram a Castela e Aragão para serem jurados herdeiros<sup>1940</sup>.

Um dos temas no qual é recorrente a assinatura de António Carneiro prende-se com questões de ordem arquitetónica e urbana. «Assim, as cartas que determinam o reordenamento urbano de Lisboa de 1498-1499, o processo de construção da frente da Ribeira de Lisboa de 1498, como todas as cartas e provisões sobre demolição de balcões, definição de parâmetros construtivos, tais como parede direita, alinhamentos, medidas de

---

<sup>1932</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, 102v (Lisboa, 22/02/1498), privilégio para que a vila de Penamacor se torne terra realenga, segundo os capítulos das cortes de Lisboa. Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 53 (Lisboa, 22/02/1498), na carta de privilégio à vila da Covilhã de ser sempre regalenga e é imposto que nunca se possa dar a sua jurisdição a pessoa alguma. Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 117v (Lisboa, 06 /03/1498), nesta carta, D. Manuel I comunica que respondeu favoravelmente a um dos capítulos especiais que foram apresentados pelos procuradores da cidade de Idanha nas cortes. Disseram eles que lhes tinham sido outorgados os privilégios de Marvão «em os quais se contém que os homiziados que viverem em a dita vila possam ir ganhar de comer e fazer o que lhes for necessário sem tirar carta de espaço até às vilas de Castelo de Vide e Portalegre, Crato e Nisa». Mas pediram que, do mesmo modo «lho outorgássemos assim para outros quatro lugares: Castelo Branco, São Vicente, Covilhã e Penamacor com a qual coisa os homiziados folgariam de ir viver à dita cidade». E o rei aceitou e concedeu e mandou que «nos ditos lugares se entenda o dito privilégio na forma que o tem o dito couto e vila de Marvão».

<sup>1933</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 67 (Lisboa, 10/03/1498), privilégio a Santarém, que retira um privilégio a Abrantes: a vila de Abrantes não pode passar nem entrar com os seus guardas e bestas em nenhum lugar e termo de Santarém.

<sup>1934</sup> O mosteiro de Santa Maria de Belém fora privilegiado com a doação de toda a vintena de ouro das taxas da Guiné para sustento e governo dos frades, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 73 (Lisboa, 18/01/1499), substituído por um padrão anual, desde janeiro de 1499, de 176.000 reais brancos que era o que valia a vintena, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 76v (Lisboa, 28/02/1499).

<sup>1935</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 71v/72 (Lisboa, 30/07/1517), confirmação de um padrão de 200.000 reais de tença anual, a D. Elvira de Mendonça, que fora camareira mor da rainha D. Maria, mulher do rei, falecida, desempenhando o mesmo cargo junto das infantas, filhas do rei.

<sup>1936</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 12v (Almeirim, 08/02/1508), em que é feita doação e mercê a D. Nuno Manuel, do conselho do rei e seu almotacé-mor, para seus filhos e sucessores, de juro e herdade, da jurisdição da vila de Salvaterra, com todas as rendas e direitos, reservando-se para a coroa a correição e alçada.

<sup>1937</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 71 (Évora, 20/04/1509).

<sup>1938</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 112v (Saragoça, 06/06/1498), é dada carta de proteção real a Martim Catanho, para que possa tratar e ter segurança com todas as suas mercadorias, em qualquer parte do reino, incluindo as ilhas, pagando sempre as suas dízimas.

<sup>1939</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 104 (Lisboa, 24/03/1498).

<sup>1940</sup> Sobre a viagem dos monarcas portugueses a Castela e Aragão, ver Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «A Governação de Portugal durante a viagem de D. Manuel I a Castela e Aragão em 1498» *Cooperação e conflito. Portugal, Castela e Aragão. Séculos XV e XVII* [...], pp. 13-34.

balções»<sup>1941</sup>, todas assinadas por António Carneiro, e onde sobressai, diz Hélder Carita, uma prática vincadamente pessoal e autoritária com «uma estrutura mental notavelmente moderna, construída através de um discurso abstrato onde prevalecem conceitos de ordem, razão e funcionalidade que se impunham a todo o espaço da cidade»<sup>1942</sup>. A ele se deve a reforma manuelina da Ordem de Cristo, feita em 1503, e cujas regras e definições, publicadas por Valentim Fernandes, terminam com a *validatio*, e que foram escritas em Tomar, a 8 de dezembro de 1503, por António Carneiro.

A variada correspondência recebida, e atualmente guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, compreende várias cartas enviadas por João Mendes de Vasconcelos, que o informava de notícias da corte castelhana<sup>1943</sup>, em que o secretário serviu de intermediário para o rei<sup>1944</sup>, noutras situações a receber pedidos de favor de índole pessoal junto do monarca<sup>1945</sup> ou junto de terceiros<sup>1946</sup>, ou de agradecimento por favores prestados<sup>1947</sup>. A função de secretário também compreendia alguns pagamentos de

---

<sup>1941</sup> Hélder Carita, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 111-112. Esta documentação encontra-se registada na câmara de Lisboa, nos *Livros de Reis*.

<sup>1942</sup> Hélder Carita, *Lisboa Manuelina* [...], p. 112.

<sup>1943</sup> Entre elas a que dava conta da morte da rainha Isabel de Castela, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 5, n.º 83 (20/03/1506).

<sup>1944</sup> Carta missiva de D. João, bispo de Lamego, para António Carneiro, fazer entrega de outra carta ao rei, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 8, n.º 124 (29/04/1510). Carta dos oficiais da câmara da ilha de Santiago para António Carneiro, pedindo que os favorecesse com o rei, nos capítulos que os rendeiros deram contra eles, pois eram inocentes, e também que faziam remessa de uma parte de escravos, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 12, n.º 23 (25/10/1512).

<sup>1945</sup> Carta de Gonçalo Lopes, pedindo para favorecer Sebastião Álvares junto do rei, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 12, n.º 45 (16/12/1512). Carta de Afonso de Albuquerque pedindo que requeresse ao rei, mercê para António da Fonseca pelos seus serviços, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 19, n.º 19 (22/10/1515). Carta de D. Guterres para o secretário para que o rei lhe conferisse o ofício de mordomo-mor, em remuneração dos serviços de seu pai, enviando-lhe um mandil (pano de mãos) vindo da Pérsia, para da sua parte, o oferecer ao rei, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 20, n.º 124 (12/11/1516).

<sup>1946</sup> Carta de Vasco Vicente, vigário-geral de Santarém, para o secretário, na qual lhe pediu que conseguisse do cardeal uma provisão para servir o dito ofício, pois tinha expirado a nomeação da sé vacante, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 13, n.º 70 (15/10/1513).

<sup>1947</sup> Carta do arcebispo primaz dando parte a António Carneiro, de ter recebido uma carta do rei e por ele observar a justiça que lhe fez na causa dos coutos, o que lhe agradecia e que ficava esperando resposta sobre o mosteiro que queria fazer, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 14, n.º 61 (03/02/1514). Carta de Gaspar Jorge agradecendo a mercê que o rei lhe fez de juiz de fora de Torre de Moncorvo, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 14, n.º 68 (13/02/1514). Carta da duquesa de Saboia agradecendo ao secretário o acolhimento que fizera ao seu estribeiro-mor, enviado à corte de D. Manuel I, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 21, n.º 38 (16/02/1517).

tenças<sup>1948</sup>, elaboração de escritura de casamento<sup>1949</sup> e receção de missivas de soberanos estrangeiros<sup>1950</sup>.

É a um veneziano, que visita Portugal entre 1503 e 1506, que se deve o melhor enquadramento da posição ocupada por António Carneiro nas teias da influência que rodeavam o monarca. Leonardo de Cá Masser foi encarregue, pelo conselho da república veneziana, de se deslocar a Lisboa e elaborar um relatório pormenorizado sobre a rota da Índia<sup>1951</sup>. A hierarquização dos cargos descritos, do governo do reino e da alta administração, a ser levada em conta, permite-nos concluir que o de secretário tem, aos olhos de quem os descreve, uma importância superior ao cargo de escrivão da puridade. Desse relatório, enviado em 1506, destacamos a seguinte passagem relativa ao secretário do rei:

«Uno Secretario mazor di Sua Alteza, che si chiama Antonio Carniero, il quale è assai discreto homo, e pratico, benché el non abbia littera alcuna; l' há bom natural, è prattichissimo dell' officio suo; el qual è molto estimado de Sua Altezza: há molti secretarii, li quali non tengono cargo delle cose segrete: Hanno loro li suori offizii deputadi; non s'adopera altro secretario nelle cose d'importanzia e segrete, salvo el detto Antonio Carneiro»<sup>1952</sup>.

O facto de estar no centro da governação do reino e de por ele passar toda a correspondência oriunda dos embaixadores nas diversas cortes europeias, assim como a documentação que vinha da Índia, proporcionava a António Carneiro uma visão global do império, dos circuitos comerciais e do que ia acontecendo «lá fora». Como homem

---

<sup>1948</sup> Recibo do conde de Vila Nova em como recebeu de António Carneiro 50.000 reais, dos 100.000 que teve de ter a receber na alfândega de Vila do Conde, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 50, n.º 204 (24/08/1514).

<sup>1949</sup> Alvará para o secretário fazer a escritura de casamento de D. Francisco e D. Joana de Vilhena, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 17, n.º 68 (01/02/1515).

<sup>1950</sup> Apresentação de credenciais do rei de Castela a António Carneiro, dos embaixadores, frei Miguel de Salamanca e Micer Paulo, à corte portuguesa, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 21, n.º 96 (03/05/1517).

<sup>1951</sup> [http://www.treccani.it/enciclopedia/ca-masser-leonardo-da\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/ca-masser-leonardo-da_(Dizionario-Biografico)/) [consultado em 01/03/2020].

<sup>1952</sup> Vitorino Magalhães Godinho, «Portugal no começo do Século XVI: Instituições e Economia. O Relatório do veneziano Leonardo de Cà Masser», *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Julho-Dezembro 1979, Lisboa, Sá da Costa editora, 1979, p. 78. Em português: «O Secretário Maior de Sua Alteza, que se chama António Carneiro, é um homem muito discreto e pragmático, e embora não tenha qualquer formação letrada; fá-lo de forma natural, e bastante conhecedor do seu officio; e é muito estimado de Sua Alteza: há outros secretários, mas não têm acesso às coisas secretas: Eles têm os seus próprios officios; [e o rei] não usa nenhum outro secretário em coisas de importância e de segredo que não seja o dito António Carneiro» [tradução nossa].

experiente<sup>1953</sup> e com interesses nos negócios, a posse de informação privilegiada contava como uma mais-valia para si. Num período em que o despacho das «coisas da Índia» estava em franco crescimento, o estatuto do secretário será também influenciado por esse crescendo, acompanhando um amplo leque de assuntos e sendo solicitado para participar nos processos de decisão. O crescente de importância do cargo criava tensões, que numa corte cada vez mais sedentarizada eram notadas, especialmente quando existia um fosso social entre o personagem que desempenhava o cargo em ascensão, recrutado que fora para desempenhar um cargo mais técnico<sup>1954</sup>, e pouco qualificado socialmente, com a agravante de o ofício crescer em detrimento de outro ofício onde o recrutamento se fazia entre a nobreza. Este conflito, entre duas figuras que gozavam de um estatuto especial, porque próximos do rei, irá durar décadas até ao reinado de Filipe III de Espanha, quando se criam, em 1602, quatro grandes secretarias correspondentes às quatro grandes áreas de administração central: negócios de Estado e da Justiça; matérias de consciência e ordens; negócios da fazenda; despacho de petições e mercês<sup>1955</sup>. Dada a amplitude de matérias tratadas pelo secretário, é natural que em alguns dos assuntos de expediente ordinário lhe pertencesse a decisão sobre os mesmos<sup>1956</sup>, assim esvaziando cada vez mais o poder administrativo do escrivão da puridade. É este crescendo de poder informal, que permite corporizar a ascensão dentro da corte a um personagem estrategicamente colocado entre o «mundo» e o rei, e ao qual o rei confia os seus segredos e na presença do qual tece as suas estratégias<sup>1957</sup>.

No registo que o filho, Pedro de Alcáçova Carneiro, nos deixou, constam outros itens tratados por António Carneiro entre 1515 e 1521<sup>1958</sup>. Não faremos um levantamento exaustivo, mas a sua tipologia permite consolidar melhor o tipo de assuntos que vinham ao conhecimento do secretário. Notícia do nascimento dos infantes D. Duarte e D. António, troca de presentes entre o Papa Leão X e D. Manuel I, falecimento de Fernando,

---

<sup>1953</sup> De notar que, como escrevia Lunardo de Cá Masser, António Carneiro não era homem letrado, ou seja, não seguira estudos universitários, melhorando com a prática diária do seu ofício.

<sup>1954</sup> Notar que António Carneiro iniciou a sua carreira na corte como escrivão.

<sup>1955</sup> António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII* [...], p. 246.

<sup>1956</sup> Paulo Merêa, «Os Secretários de Estado do Antigo Regime (Algumas Notas)», *Estudos de história do Direito. I - Direito português*, pp. 399-415, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 402.

<sup>1957</sup> Veja-se o caso de Afonso de Albuquerque que parte para a Índia com uma missão secreta: suceder a D. Francisco de Almeida, missão essa, provavelmente, atribuída na presença de António Carneiro, que elaborou e selou as cartas de provimento, cf. Afonso de Albuquerque, *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa, direção de Raimundo António de Bulhão Pato, tomo IV, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1884-1935, p. 25.

<sup>1958</sup> Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], pp. 194-206.

rei de Aragão, forma de juramento quando D. Manuel I entrou na Ordem do Velocino de Ouro, que lhe foi dada quando casou com a rainha D. Leonor; troca de correspondência com Carlos V e a notícia da morte do rei D. Manuel I, do auto que se fez na cidade de Lisboa e da realização da cerimónia fúnebre que o levou a Belém. Tendo participado no ato de juramento do príncipe D. Miguel, como público notário e testemunha do ato<sup>1959</sup>, é, também, o redator da «Declaração da maneira pela qual se deveria governar Portugal depois de o Príncipe herdar os diferentes reinos em que tinha sido jurado como soberano»<sup>1960</sup>. No mesmo quadro de confiança régia, é António Carneiro que elabora o testamento de D. Manuel I<sup>1961</sup>, em 7 de abril de 1517, no mosteiro de Penha Longa, testamento esse que D. Manuel I, de sua própria mão, termina da seguinte forma:

«Este testamento mandei escrever a Antonio Carneiro meu Secretario, e por mi todo vi, e eximinei todas as couzas, e clauzulas, e Capitulo, nelle contheudos, e cada hu per si, e de meu poder Real o aprovo louvo, e certefico, em todo e per todo, como nelle he conteúdo, e declaro que esta he minha postemeira vontade, e quero e mando, que se em algum tempo algum outro testamento meu parece, que nam valha nem seha valioso em maneira alguã, e este se cumpra e guarde, como se nelle contem, e ey aqui por suprido, de meu poder Real qualquer defeito, ou de direito, que seja para em todo ser firme e valioso, posto que seja tal, de que se requeresse expressa mençam, e porque asi he minha vontade fiz por minha maõ, este suescrevi, concertei, afinei, de meu final no Mosteiro de Pera longa, a sete dias de abril de mil quinhentos e dezassete»<sup>1962</sup>.

D. Manuel I faleceu quatro anos mais tarde, a 13 de dezembro de 1521, sem voltar a alterar o testamento, acrescentando-lhe um codicilo, com recomendações ao príncipe, ditado quando já sentia tocado pelo sopro da morte<sup>1963</sup>. António Carneiro prolongou a sua carreira como secretário ao longo do reinado de D. João III, dando continuidade ao exercício e engrandecimento do cargo.

Num processo de patrimonialização do ofício, foi o filho mais velho, Francisco Carneiro, nomeado secretário do príncipe D. João, em consideração aos serviços prestados pelo pai<sup>1964</sup>. Esta nomeação serviu para que Francisco viesse a ser o secretário

---

<sup>1959</sup> No qual esteve também presente o cunhado João da Fonseca.

<sup>1960</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)* [...], p. 17. Este documento será de crucial importância para a legitimação da dinastia saída da revolução de 1640.

<sup>1961</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 346.

<sup>1962</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 346.

<sup>1963</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 348-352,

<sup>1964</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 48v/49m (Almeirim, 12/03/1515).



do futuro rei, o que viria a acontecer. No entanto, o seu desempenho não terá sido do agrado de D. João III, já que Francisco Carneiro sofria de falta de audição e a forma de falar do monarca, devagar e baixa<sup>1965</sup>, justificou o pedido de D. João III a António Carneiro para que o mudasse para outro ofício, mais adequado ao seu problema de saúde, e o substituísse pelo filho mais novo, Pedro. O secretário nada decidiu, mantendo-se por isso uma situação dúbia que em nada favorecia os irmãos, tornando-se pelo contrário, motivo de cisão entre eles<sup>1966</sup>, o que levou o rei a criar mais tarde o ofício de secretário dos despachos e coisas da Índia, o qual atribuiu a Pedro de Alcáçova Carneiro, que manteve este cargo durante todo o reinado de D. João III, durante a regência de D. Catarina, de D. Henrique e no reinado de D. Sebastião<sup>1967</sup>. Como resultado da malograda expedição a Marrocos, na qual o rei perdeu a vida, D. Henrique mandou prender e mais tarde desterrar para Figueiró dos Vinhos, Pedro de Alcáçova Carneiro, destituindo-o de todas as funções e despojando-o de todos os bens<sup>1968</sup>, «pela culpa, que não tiveram [Pedro de Alcáçova e Luís da Silveira], mas se lhes imputava, de aconselharem a El-Rey D. Sebastião, ou por não o despersuadirem da infelice jornada de Africa»<sup>1969</sup>. Com a subida ao trono de Filipe I. de Portugal, viu serem-lhe restituídos todos os bens e ofícios, sendo-lhe concedida, em 1582, a mercê do título de Conde da Idanha.

Cumprira-se o *cursus honorum* de ascensão até à titulação de uma família de burocratas régios, que, iniciada por António Carneiro, lograra e atingira dois objetivos: o engrandecimento da sua casa e a afirmação de uma posição de domínio da figura do secretário no sistema régio de poder.

---

<sup>1965</sup> Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], p. XI.

<sup>1966</sup> Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], p. XII.

<sup>1967</sup> Foi acumulando outros cargos: secretário do monarca, escrivão da puridade, membro do conselho régio, Vedor da Fazenda. Por um curto período no reinado de D. Sebastião, foram-lhe retiradas as funções e delegadas noutros titulares.

<sup>1968</sup> Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque Ramos, *O secretário dos despachos e coisas da Índia Pero d'Alcáçova Carneiro*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, p. 108.

<sup>1969</sup> Frei Manuel dos Santos, *História Sebástica, contém a visa do Augusto Príncipe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os sucessos memoráveis do Reyno, e conquistas no seu tempo*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1735, liv. II, cap. XXXVIII.

## 4. O PRESTÍGIO E A SUA GESTÃO

### 4.1. FIDALGUIA, PRIVILÉGIOS E ABUSOS

Durante o reinado de D. Manuel I, assiste-se ao fechar de página de uma nova forma de governação iniciada por D. João II, cujo fim último deste longo processo político se traduziu na centralização do poder no monarca. Como escreveu Martim de Albuquerque, «D. Manuel I, mediante uma série de reformas legislativas de base, conseguiu levar a cabo, sem derrame de uma só gota de sangue, o que D. João II tinha iniciado e não lograra completar»<sup>1970</sup>. Essas reformas, que incidiram na alteração do funcionamento de várias estruturas no campo político e social, foram acompanhadas pela publicação dos documentos que lhes davam sustentação. As duas versões das *Ordenações do Reino* (edições de 1512 e 1521), as *Ordenações da Índia* (1520), a reforma dos forais, a reforma da fazenda e os seus *Regimento e Ordenações da fazenda* (1516) e *Artigos das Sisas* (1512), a reforma metrológica com as *Ordenações e Regimentos dos Pesos* (1502), a reforma do estatuto das vilas com o *Regimento dos Oficiais das Cidades, vilas e lugares destes Reinos* (1504), e outros de ordem social e económica de que salientamos o *Regimento dos contadores das comarcas* (1514), ou o *Regimento das capelas, hospitais, albergarias e confrarias da cidade de Lisboa* (1514). Com esta centralização, o rei representa o centro, de onde emana o poder, reservando para os nobres e fidalgos o dever de servir o rei e a *Respublica*, para benefício do bem comum. A importância desta responsabilidade levanta-nos a questão, como o fez Bartolomé Bennassar<sup>1971</sup> para a monarquia castelhana, sobre o que era um fidalgo. Fazendo este autor, desde logo, a distinção entre nobreza e fidalguia, estando esta no mais baixo patamar, seguindo-se um grupo intermédio, o dos cavaleiros, os quais podiam ser de hábito ou cavaleiros simples, e em cujo topo estava a nobreza. Sobre os fidalgos, dividia-os em quatro grandes grupos: os de solar, que eram os que mais prestígio detinham, cuja nobreza nunca era posta em causa pelas categorias superiores; os notórios, cuja nobreza era reconhecida por uma larga maioria de pessoas, por a sua linhagem permanecer na memória coletiva; os fidalgos de executória, que o eram porque lhes era passado um documento, *ejecutoria*, em que se

---

<sup>1970</sup> Martim de Albuquerque, *Estudos de cultura portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p. 161.

<sup>1971</sup> Bartolomé Bennassar, *La Monarquía Española de los Austrias. Conceptos, poderes y expresiones sociales*, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 2006, pp. 107-114.

provava legalmente a nobreza de uma pessoa ou de uma família; os fidalgos de privilégio, que o eram em função da dada de uma mercê para agradecer um serviço prestado. Manuel Severim de Faria<sup>1972</sup>, por seu turno, no seu discurso terceiro, especifica que os graus de nobreza serão cinco, em ordem ascendente de valor, colocando no patamar mais baixo os vassallos com cavalo, a que se seguiriam os escudeiros, os cavaleiros, os fidalgos de cota de armas e geração com insígnia de nobreza, e por fim, os fidalgos com assentamento e foro na casa do rei. A estes, ainda os subdividia em três grupos, a saber: os de solar conhecido, solar com jurisdição e solar grande. Os de solar conhecido eram aqueles de nobreza antiga, cuja fidalguia não era posta em causa porque o nobre apelido já provinha de avós e bisavós. Os de solar com jurisdição compreendiam os senhores das terras, de doação régia e que as governavam com jurisdição. Os de solar grande, eram os «verdadeiramente grandes», a fidalguia titulada. Podemos considerar que para o caso português, neste período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, com a própria fluidez que caracteriza todas as alterações em termos de estruturas sociais, políticas e económicas, a fidalguia constituía-se num conjunto social hierarquizado por funções e por valores, com direitos e deveres específicos, com recompensas e também uma ordem moral. Era no rei que recaía a responsabilidade relacionada com os critérios para distribuição das honras e mercês. A ele competia manter a harmonia social e gerir a preservação da ordem estamental, honrando os súbditos de acordo com a sua dignidade e com os méritos e qualidades daqueles a quem dava<sup>1973</sup>. No século XVIII, escrevia Felgueiras Gayo que estavam repartidas por três ordens em doze foros, as pessoas que serviam no paço, a nobreza e fidalguia do reino<sup>1974</sup>. Em primeiro lugar, estavam os fidalgos cavaleiros, os de maior qualidade e nobreza. Seguiam-se os fidalgos escudeiros e os moços fidalgos. Em quarto lugar na hierarquia, os moços do guarda-roupa, depois os moços da câmara e os cavaleiros fidalgos. Este era, antigamente, nas palavras de Felgueiras Gayo, o melhor foro que havia. Em sétimo lugar, o escudeiro fidalgo, os cavaleiros simples «que se dá hoje às pessoas plebeias»<sup>1975</sup>, os escudeiros simples<sup>1976</sup>. Em

---

<sup>1972</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p. 83.

<sup>1973</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo Rei* [...], p. 115.

<sup>1974</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo I, p. 13.

<sup>1975</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo I, p. 13.

<sup>1976</sup> «Estes dois foros eram antigamente muito honrados, e andavam em gente distinta; pois a cada passo nos códigos, e escrituras antigas, vimos grandes pessoas condecoradas com a denominação de cavaleiros e escudeiros, mas a mudança dos tempos e reinados, e a precisão que havia de aumentar os graus da nobreza, para premiar aos que se distinguiam nas suas conquistas, deu motivo a novos regimentos a este respeito, fazendo passar os foros de maior estimação, como os ditos, aos de inferior qualidade, e a serem de menor graduação, os que eram da primeira», cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo I, p. 13.

décima posição, os moços de guarda-reposte, os reposteiros, e por fim, os moços de estribeira. Se cotejarmos estas hierarquizações com o que encontramos nos livros de moradias, de D. Afonso V a D. João III<sup>1977</sup>, estas não sofrem grandes alterações ao longo de uma centúria, para os que eram considerados, e registados, como moradores da casa real, com oscilações entre reinados no número de elementos de cada categoria, distribuídos por quatro grandes grupos: cavaleiros do conselho, que em regra agrupava cargos mores do reino e casa<sup>1978</sup> e senhores de maior grandeza, cavaleiros fidalgos, escudeiros fidalgos, moços fidalgos, o que em comparação com a estratificação apresentada por Felgueiras Gayo, revela uma concentração maior e uma importância mais perceptível. Fora desta classificação ficava a nobreza titulada, que só em algumas situações pontuais foram inscritos como moradores, casos dos condes de Marialva, Monsanto e Penamacor no reinado de D. Afonso V, o barão de Alvito no de D. João II, e no reinado de D. João III, os condes de Portalegre, também mordomo-mor, de Vimioso, de Linhares, de Penela e de Castanheira. Com D. Manuel I encontram-se registados na lista, o conde de Tarouca, mordomo-mor, o conde de Portalegre, escrivão da puridade, o conde de Vila Nova de Portimão e o barão de Alvito, vedores da fazenda, o visconde de Vila Nova de Cerveira e o conde de Cantanhede.

Um dos pressupostos para a titulação era a existência prévia de um senhorio<sup>1979</sup>, uma vez que essa atribuição estava associada ao usufruto de um bem fundiário, e os seus direitos reais<sup>1980</sup> e de jurisdição<sup>1981</sup> sobre um determinado lugar e com a nomeação de oficiais<sup>1982</sup>. A atribuição de títulos nobiliárquicos iniciou-se no reinado de D. Dinis, com a criação do título de conde de Barcelos em favor de D. João Afonso Teles de Meneses<sup>1983</sup>, a quem foi doada a vila de Barcelos e o seu termo, por carta de 8 de março de 1298. A «feitura» de um conde era precedida de uma cerimónia de investidura que, escrevia Braamcamp Freire, não se conhece em que consistia<sup>1984</sup>. Foi com D. João I, imitando o

---

<sup>1977</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II.

<sup>1978</sup> No serviço da casa real não eram admitidos senão os nobres, cf. Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p. 83.

<sup>1979</sup> Veja-se o caso da titulação de Vasco da Gama que não podendo ter, como o rei lhe prometera, a vila de Sines para o seu senhorio, compra as vilas da Vidigueira e dos Frades a D. Jaime, duque de Bragança, com autorização régia, em 17 de dezembro de 1519, e por essa altura foi-lhe atribuído o título de conde, sendo o primeiro conde sem sangue real, e as armas, que ostentam o escudo real, cf. Luciano Cordeiro, *De como e quando foi feito conde Vasco da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 23.

<sup>1980</sup> Rendas, direitos, foros, tributos, padroados.

<sup>1981</sup> Cível e crime, mero e misto império, estando a correição e alçada na esfera de ação régia.

<sup>1982</sup> Nomeação e exoneração dos oficiais da vila e termo, que exerciam funções de justiça ou de administração de rendas e direitos que houvesse, e escrivães, fossem do público ou judiciais.

<sup>1983</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 241.

<sup>1984</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 236.

costume inglês, que se introduziu em Portugal o título de duque, nas pessoas dos seus filhos, o infante D. Pedro, duque de Coimbra, e o infante D. Henrique, duque de Viseu, criando estes títulos em 1415<sup>1985</sup>, após a conquista de Ceuta, onde foram armados cavaleiros. D. Afonso V, para além de ter criado novos condados e ducados, inovou ao criar, em 1451, o título de marquês<sup>1986</sup>, o de barão<sup>1987</sup>, em 1475, e, no ano seguinte, o de visconde<sup>1988</sup>. Se existe desconhecimento sobre em que consistia a cerimónia de investidura dos condes ou dos duques, para a de marquês temos a descrições feita por Rui de Pina, aquando da criação, por D. João II, do marquesado de Vila Real:

«E no anno de mil quatrocentos, e oitenta, e nove estando ElRey em Beja o primeiro dia de Março, nas casas de Joham de Sousa onde entam pousava, com muita, e grande solêpnidade fez Marquez de Villa Real, e Conde d'Ourem a Dom Pedro de Meneses, que soamente era intitulado Conde de Villa Real, e Senhor d'Almcida. E o auto, e cerimonias com que se fez, foy nesta maneira. ElRey vestido em vestiduras Reaes estava em pee no topo da Salla, que pera isso estava muy ricamente aparelhada, e junto co elle o Principe e o Duque de Beja. E ho Marquez entrou na salla acompanhado de suas pousadas com muita, e nobre gente da Corte, com grande estrondo de trombetas bastardas, e atabaques, e Manistrees altos, e baixos; e diante delle homeês do Conselho d'El-Rey, muy Fidalgos, e de grande autoridade, dos quaes hum trazia ho Estendarte de suas armas, com pontas, e outro hũa sua espada mui rica metida na baynha, com a ponta pera cima, e outro hũa carapuça de seda forrada d'arminhos posta em hum bacio de prata. E como chegaram ante ElRey, e fectas suas medidas, fecto synal de silencio, ho Doctor Joham Teixeira Chanceler Moor per mandado d'ElRey fez em linguagem hũa Oraçam dos louvores d'ElRey, e dos grandes merecimentos muy asinados, e leaes serviços do Marquez, muy elegante, e pera tal auto muy conveniente, em que declarou, que ElRey novamente o fazia Marquez de Villa Real, e Conde d'Ourem. Ao cabo do qual per aprovação do que dicto era, ElRey fez chegar ante sy ho Marquez, e lhe pos a carapuça na cabeça, e cingio a espada per cima das vestiduras, e da cinta lha tirou nua, com que logo por sua mão cortou as pontas do dicto seu Estendarte, e ficou em Bandeira quadrada como Principe; e assi lhe meteo hum rico anel em hum dedo da mão ezquerda, e acabado tudo isto o dicto Marquez beijou as mãos d'ElRey, e do Principe, e o mesmo Principe, e o Duque, e todolos outros Senhores beijaram as mãos d'ElRey; de que logo o Marquez foy convidado pera comer co elle,

---

<sup>1985</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 255.

<sup>1986</sup> Marquês de Valença, dado a D. Afonso, primogénito do duque de Bragança. Morreu solteiro com geração bastarda, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 276.

<sup>1987</sup> Barão de Alvito, dr. João Fernandes da Silveira, do conselho do rei, escrivão da puridade, chanceler-mor, vedor da fazenda do príncipe, regedor da casa da suplicação, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, pp. 300-307.

<sup>1988</sup> Visconde de Vila Nova de Cerveira, dado a D. Leonel de Lima, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, pp. 316-317.

porque assi estava ja concordado. E na mesa, que estava com dorsel de brocado, ElRey se asentou no meo, e o Principe aa sua mão direita, c abaixo do Principe o Marquez, e da mão esquerda d'ElRey estava o Duque. E depois ouve em casa do Marquez per dias muitas festas, e danças, e mui abastados banquetes, em que como nobre, e grande Senhor fez também, e deu algũas dadivas honradas aos Officiaes que seus despachos fizeram»<sup>1989</sup>.

Os títulos, como todas as outras mercês régias, eram concedidos por vida do agraciado, ou de juro e herdade, isto é, para a descendência deste, segundo a ordem de sucessão regulada pela Lei Mental<sup>1990</sup>. Na prática, a grande diferença entre estas duas formas, é que na primeira o rei renovava a mercê no sucessor, de forma graciosa, na segunda, limitava-se a reconhecer a sucessão. O qualificativo de fidalgo era hereditário e extensivo a toda a descendência. No entanto, só podia ser usado por quem estivesse inscrito nos livros de registo dos moradores da casa real, levando a que estivessem registados nos livros vários membros da mesma família, o que originava críticas dos concelhos nas cortes. Nas realizadas em Lisboa em 1498, queixaram-se os povos do elevado número de fidalgos dividindo-os em três grupos: aqueles que o eram por nascimento e sangue, aqueles que eram «feitos por bemfeitoria» régia e aqueles que tomavam o «estado» de fidalgos, sem o serem<sup>1991</sup>. Na resposta relativa a este capítulo, se na reconstituição anterior às emendas<sup>1992</sup> se dava a indicação que existiria alguma desordem vinda de tempos passados, mas seria vontade régia ir corrigindo com o tempo essa situação, fazendo mercê e honra segundo os serviços, virtudes e merecimentos demonstrados, na versão definitiva é esquecido o terceiro ponto do capítulo, aquele que se referia àqueles que tomavam o «estado» de fidalgos sem o serem, respondendo o rei que ele, tal como os reis seus antecessores, servir-se-ia dos tais fidalgos que de antiguidade o eram, como daqueles feitos por seus antecessores e por ele confirmados, porque por seus merecimentos e bons serviços receberam dos monarcas as honras e mercês que possuíam<sup>1993</sup>. Consoante os títulos e a origem familiar, assim era estabelecida a precedência e o escalonamento, numa ordem rígida que geria a relação do rei com os seus fidalgos, e estes entre si. Para esta categorização, recorria-se à antiguidade e à

---

<sup>1989</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. João II», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XXXVII, pp. 955-956.

<sup>1990</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XVII.

<sup>1991</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p.66.

<sup>1992</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], pp. 182/183.

<sup>1993</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 303.

clareza<sup>1994</sup>. Para a primeira tomava-se em consideração as sucessões, graus, sem interrupções, entre pai e filho, ressaltando-se que caso de uma família com menos graus, mas mais antiga memória nas crónicas, seria esta a de maior antiguidade. A clareza correspondia à soma de dignidades e honras com que os elementos de uma família foram agraciados, sendo eles, títulos, senhorios de terra, ofícios mores da casa real, governos, cargos supremos militares e civis, ou dignidades eclesiásticas.

O estatuto de fidalguia dava direito aos seus detentores de usufruírem de um conjunto de privilégios. Nos casos de justiça, não poderiam ser submetidos a penas corporais, exceto nos crimes de lesa majestade, falsidade, feitiçaria, moeda falsa ou sodomia, em que seriam punidos como qualquer outro súbdito<sup>1995</sup>. Só podiam ser presos com ferros quando cometessem crimes cuja pena fosse a «morte natural ou cível», nos outros casos seriam presos na sua casa ou castelo<sup>1996</sup>, e os fidalgos de grande estado e poder não poderiam ser presos em caso algum sem mandado especial por ordem real<sup>1997</sup>. Nos casos de adultério, se o marido traído fosse um cavaleiro ou um fidalgo de solar, poderia matar os amantes sem ser punido pela justiça<sup>1998</sup>. A mancebia com clérigos que envolvesse mulher fidalga ou de condição honrada, não admitia a situação de privilégio face à lei, como era norma, pelo que não existia escusa às penas de açoites, «porque cometendo as ditas maldades, se faz ja nom digna de privilegios, e honras, que devem haver as pessoas de honrada condiçom»<sup>1999</sup>. Noa atos de bigamia, as situações de privilégio da fidalguia não tinham lugar «e esto se estenda tambem aos Fidalgos como aos villaaõs»<sup>2000</sup>. Uma outra situação de privilégio abrangia os lavradores, mordomos, caseiros e criados dos fidalgos, que eram dispensados das obrigações concelhias, não pagando peitas, fintas, talhas, pedidos ou serviços. Não escoltavam presos ou dinheiros. Não eram nomeados para curadores ou tutores, nem para cargos concelhios. Não estavam sujeitos a pousadia nas suas casas de morada, adegas ou cavalariças, e estavam também escusados de fornecer pão, vinho, roupa, palha cevada, lenha, galinhas, gado, bestas de sela ou de albarda, bois, carros, carretas, ou qualquer outra coisa contra a sua vontade<sup>2001</sup>.

---

<sup>1994</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], pp. 81-82.

<sup>1995</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. V, tit. LXIV, § 1. Cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. V, tit. LXXXVII.

<sup>1996</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. V, tit. LXVII. Cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. V, tit. XCIV.

<sup>1997</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. V, tit. LXVII, § 3. Cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. V, tit. XCIV.

<sup>1998</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. V, tit. XVI. Cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. V, tit. XVIII.

<sup>1999</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. V, tit. XIX, §6. Cf. *Ordenações Manuelinas* [...], liv. V, tit. XXVI, que já não faz menção especial às «mulheres de maior estado».

<sup>2000</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. V, tit. XIX. Cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. V, tit. XIV.

<sup>2001</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tit. XXXIX.

O estatuto de fidalgo e os privilégios a ele associados, a que se juntava a natureza humana de se querer ser quem não era, dava azo à utilização abusivo de apelidos<sup>2002</sup>, prática a que se pretendeu pôr cobro, inserindo nas ordenações um artigo em que se determinava quais as situações que careciam de validação régia, quando alguém se intitulava como fidalgo. Mencionava o artigo que «Por quanto se muitos chamam Fidalgos e tomam apelidos das linhageões como lhes apraz, Mandamos, que quando tal caso acontecer, e ouer duuida em sua fidalguia, ante que o julguem, No-lo façam saber para Vermos, e Determinarmos as qualidades antre as pessoas»<sup>2003</sup>. Para se saber quem era quem, foram sendo escritos, ao longo do tempo, nobiliários que relatavam a origem das famílias e a relação genealógica entre os seus membros, demonstrando a ascendência de quem pretendia ser chamado de fidalgo, por vezes com algumas inverdades à mistura. Esses nobiliários, os livros de linhagens, escritos nos séculos XIII e XIV<sup>2004</sup>, estudados por Luís Krus<sup>2005</sup>, José Mattoso<sup>2006</sup> e José Augusto Pizarro<sup>2007</sup>, para além de serem de circulação restrita, porque manuscritos, atingiam um público diminuto, circulando no universo dos que sabiam ler. Uma outra forma de identificação passava pela utilização de uma das formas mais rápidas de se ser identificado, quase no imediato, a forma gráfica, compreensível para todos e independente do grau de literacia, com experiência comprovada ao longo dos séculos, de que se destaca a heráldica. Tomando em boa conta as queixas dos concelhos nas cortes de 1498, sobre aqueles que tomavam o «estado» de fidalgos, sem o serem, D. Manuel I tomou a mesma atitude que teve em relação aos forais, que no dizer dos povos estavam todos, ou a maior parte, falsificados, entrelinhados, rotos, não autorizados e não conformes aos artigos e ordenações vigentes<sup>2008</sup>, enviando Fernão de Pina, cavaleiro de sua casa, «homem bem entendido, que fosse por o reino com poderes seus, e provisões

---

<sup>2002</sup> Prática que já vinha de longe, uma vez que jograis e trovadores não se impediram de dirigir violentas críticas aos que se arvoravam como pertencentes às grandes famílias sem a isso terem direito, ou sem se saberem comportar com a dignidade que a categoria que pretendiam ter lhes exigia, cf. José Mattoso, «Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa», *Revista de história das ideias*, vol. 19 [...], p. 20.

<sup>2003</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. V, tit. XIV, §4.

<sup>2004</sup> O Livro Velho de Linhagens, o Livro do Deão e o Livro de Linhagens do conde D. Pedro, cf. *Livros velhos de linhagens*, edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980. Cf. *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica José Mattoso, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1980. No século XVI foram elaborados os nobiliários conhecidos como Livro de Linhagens do Século XVI, de autoria desconhecida, e o Livro de Linhagens de Portugal, cujo autor é Damião de Góis, cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...]. Cf. *Livro de Linhagens do século XVI* [...].

<sup>2005</sup> Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280/1380)* [...], 1994.

<sup>2006</sup> José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325* [...].

<sup>2007</sup> José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)* [...].

<sup>2008</sup> Marcello Caetano, *História do Direito Português* [...], p. 603.



para todas as cidades, vilas e concelhos lhe entregarem os forais velhos por que se regiam, no que andou assaz de tempo»<sup>2009</sup>. Para as armas das várias linhagens do reino utilizou o mesmo procedimento, como nos recorda Damião de Góis, de mandar pesquisar em todo o reino os escudos originais das famílias, estabelecendo as regras que a partir daí deveriam vigorar na atribuição de brasões a quem os pedisse e a quem estivesse autorizado para os usar:

«Mandou ver totalas sepulturas do regno pera dellas se notarem has armas, e insígnias, e letreiros que nellas hauia, das quaes armas mandou nos Paços de Sintra pintar todos los scudos com suas cores, e timbres, em hũa fermosa sala que pera isso mandou fazer, alem do que mãdou fazer hũ liuro muito bẽ illuminado, em que stão pintados hos mesmos scudos das linhagẽs da nobreza destes Regnos, e pera se melhor ordenar, e dar regimento ahos Reis darmas, heraus, e porsuiuãs mãdou ás cortes do Emperador Maximiliano, Reis de França, e Inglaterra Antonio roiz Rei darmas Portugal. Bacharel em Leis, pera saber na verdade ho modo que nisto estes Príncipez tinhão, cõ has quaes informações, e costume antiguo destes regnos, lhes deu regimẽto, e fez nota do modo em que se hão de fazer has cartas dos offiços de cada hum deles, ho que depois de ser ordenado fez em Lisboa nos Paços da ribeira hũ auto publico muito solene, em que deu nome a todos los reis darmas, heraus, porsuiuãs destes regnos a cada hũ deles separadamẽte de sua prouíçia»<sup>2010</sup>.

Deste levantamento resultaram várias disposições. Por um lado, a produção legislativa plasmada nas ordenações, num título com preâmbulo e treze artigos, intitulada «Da pena que aueram os que trouxeram as armas, que lhe nam pertencem. E dos que tomam Dom, ou apelidos de linhagens, nom lhes pertencendo. E dos que se nomeam por Fidalgos nom o sendo»<sup>2011</sup>, onde se determinava a forma como os brasões deveriam ser elaborados e mantidos «por serem sinais da sua nobreza, e linhagem, e merecimentos»<sup>2012</sup>, e se identificavam as penas a que se sujeitavam aqueles que usavam, abusivamente, armas que lhes não pertenciam, ou porque não estavam assentes nos livros como fidalgos, ou não foram feitos fidalgos por especial mercê do rei ou dos seus antecessores, ou não eram nem filhos nem netos de fidalgos por linha paterna ou materna<sup>2013</sup>. Outra das disposições resultou na edificação de uma sala especial, no paço de Sintra, conhecida como sala dos cervos ou sala das armas, em cujo teto, ao centro, foram pintados os brasões da família

---

<sup>2009</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XXV, p. 53.

<sup>2010</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXVI, p. 238.

<sup>2011</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XXXVII.

<sup>2012</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XXXVII.

<sup>2013</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XXXVII, §10.

real, em número de nove, circundados com os 72 brasões das mais importantes linhagens do reino. Braamcamp Freire dá como certo para início da pintura dos brasões o ano de 1515, terminando a mesma em 1520<sup>2014</sup>, contemporânea do começo do livro de António Godinho, tendo sido tomado como modelo o livro de António Rodrigues, o chamado *Livro do Armeiro Mor*<sup>2015</sup>. Situada no primeiro andar de uma torre quadrangular com 13,4x13,8 metros, perfeitamente orientada segundo os pontos cardeais, a sala, integrada num bloco visível de muito longe, guarda no seu interior, nas palavras de Vieira da Silva, «como em escaninho sacralizado, a *iluminura* exemplar do rei absoluto rodeado da sua corte fiel»<sup>2016</sup>. O mais antigo armorial de que se tem notícia, é o da galilé do mosteiro de Pombeiro, que ruiu, do qual ficou memória por Frei Leão de S. Tomás, na *Benedictina Lusitana*, redigida entre 1644-51, da sua existência já muito arruinada, onde se lê que nessa galilé «estavão por ordem abertas todas as armas da nobresa antiga de Portugal de maneira que quando avia alguma duvida sobre esta materia, a Galilé de Pombeyro & armas, que nella estavão servião de juis»<sup>2017</sup>. Outros armoriais portugueses de que se tem conhecimento, datam do século XIV, sendo todos eles ocasionais<sup>2018</sup>. O «Rroll dos Sygnaes e pendons dos caualleyros portugueses que forom na Batalha do Çellado», cuja existência se conhece pelo inventário obituário da livraria de D. Manuel de Castelo Branco, 2.º conde de Vila Nova de Portimão, era, como a designação indica, um armorial comemorativo da batalha do Salado<sup>2019</sup>. A representação na bordadura da cama, realizada para o casamento de D. Beatriz, filha do rei D. Fernando I, com Eduardo Plantageneta, conde de Cambridge, cuja «bordadura darredor era toda d'archetes d'aljofar, e dentro iguaaes feuras d'aljofar, brolladas das linhagẽens de todollos fidalgos de Portugal, com suas armas acerca de ssi»<sup>2020</sup>. O teto da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, que constitui um armorial comemorativo da batalha de Aljubarrota, com a

---

<sup>2014</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. I, pp. 22-23.

<sup>2015</sup> *Livro do Armeiro-Mor*, com estudo de José Calvão Borges, 3.ª edição, Lisboa, Academia Portuguesa da História e INAPA, 2007.

<sup>2016</sup> José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses* [...], p. 236.

<sup>2017</sup> Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, vol. II, Coimbra, Oficina de Manuel de Carvalho, 1651, p. 77.

<sup>2018</sup> Por armoriais ocasionais entende-se aqueles que «coligem as armas de determinados personagens reunidos para uma ocasião especial, comumente de teor militar (campanha, cerco, cruzada, torneio, parada) ou político (concílio, tratado, assembleia). São geralmente compilados na mesma circunstância ou pouco depois e revelam-se cuidadosos quanto às informações heráldicas, genealógicas e sociais. Constituem a maior parte dos armoriais anteriores ao século XIV.», cf. Miguel Metelo de Seixas, «As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência», *Ler História* [em linha], n.º 58, Lisboa, 2010, disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1218>.

<sup>2019</sup> Marquês de Abrantes, *Introdução ao estudo da heráldica*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 38.

<sup>2020</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* [...], cap. CXXX, p. 460.

figuração heráldica do rei de Portugal acompanhado dos principais cavaleiros que nela se distinguiram<sup>2021</sup>.

Os armoriais serviam como forma de consulta fidedigna, a que se podia recorrer em caso de dúvida, para saber o que era certo e verdade, como já escrevia Frei Leão de S. Tomás. Associado ao processo de centralização do poder, e ao aparecimento de novas linhagens, existiu a necessidade de criar um corpo especial de oficiais régios que garantiam a veracidade das cartas de armas e, na sequência da autorização real para novas cartas de brasão de armas, eram eles que as estabeleciam, determinando o posicionamento dos esmaltes, das peças móveis e das diferenças, caso existissem, uma espécie de intendência «a fim de que a vaidade inata do homem não conseguisse transtornar a verdade»<sup>2022</sup>. Severim de Faria considera que a criação destes oficiais terá começado no reinado de D. João I, em consequência da extinção das famílias nobres que seguiram Castela e algumas que sustentaram a fração do novo rei, tomaram como suas os apelidos e as armas das famílias antigas e como a confusão era muita, e de muito prejuízo para a nobreza, seguindo o exemplo inglês, criou o ofício de rei de armas<sup>2023</sup>. O documento mais antigo que se conhece dos oficiais de armas é de 1344, que cita genericamente dois arautos e quatro passavantes<sup>2024</sup>, no entanto, no que se refere à sua atividade concreta, a emissão de uma carta de armas<sup>2025</sup>, encontramos-la na chancelaria de D. Duarte, passada trinta dias antes da morte do monarca, aos irmãos Gil Simões, cavaleiro, e Vicente Simões, escudeiro, que acompanharam os infantes D. Henrique e D. Fernando na expedição a Tânger, onde se menciona que a mercê foi dada estando presentes os nobres do conselho, fidalgos, cavaleiro e gentis-homens da corte, e oficiais de armas. Com a mercê, os irmãos Gil, passavam a ser considerados fidalgos e gentis-homens, com todos os privilégios, liberdades e honras que os fidalgos «ham e de direito deuem auer como aquelles que per seus merecimentos o merecem»<sup>2026</sup>. Os oficiais de armas estavam divididos em três categorias: os reis de armas, os arautos e os passavantes, por ordem decrescente de importância. Em Portugal, no reinado de D. Manuel I, existiam três reis

---

<sup>2021</sup> Luís Ferros, «A decoração heráldica do tecto da igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira», *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada. 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, vol. IV, [...], pp. 383-401.

<sup>2022</sup> J. A. Corrêa Leite Ribeiro, *Tratado de Armario*. (Technica e Regras do Brazão de Armas), Lisboa, Empresa da História de Portugal Sociedade Editora, 1907, p. 12.

<sup>2023</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p. 105.

<sup>2024</sup> Manuel Artur Norton, *A Heráldica em Portugal*, vol. I, Lisboa, Dislivro, 2004, p. 158.

<sup>2025</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 236 (Avis, 10/07/1338), transcrita em *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. I, tomo II, (1435-1438) [...], pp. 472-473.

<sup>2026</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 236 (Avis, 10/07/1338), transcrita em *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. I, tomo II, (1435-1438) [...], p. 473.

de armas, Portugal, Algarve e Índia, três arautos, Lisboa, Ceuta<sup>2027</sup> e Goa, e três passavantes, Santarém, Tavira<sup>2028</sup> e Cochim. A cada rei de armas correspondia um arauto e um passavante, dando ênfase à divisão territorial, Portugal, Algarve e Ásia, que o rei usava na sua intitulação. Com a elaboração do regimento dos oficiais da armaria, D. Manuel I, no novo paço da Ribeira, fez um ato público muito solene em que deu nome a todos os reis de armas, arautos e passavantes<sup>2029</sup>. Os oficiais de armas que participaram nesse cerimonial foram<sup>2030</sup>:

Rei de armas Portugal	António Rodrigues
Arauto Lisboa	Jorge Afonso
Passavante Santarém	Tristão de Miranda
Rei de armas Algarve	Pedro Fernandes
Arauto Ceuta	Luís Fernandes
Passavante Tavira	António de Holanda
Rei de armas Índia	Martim Vaz
Arauto Goa	Mestre Nicolau
Passavante Cochim	João Menelau

Para além destes oficiais, a partir de 1517, as cartas de armas são escritas, e lançadas no copiador, por um oficial designado como escrivão da nobreza<sup>2031</sup>.

#### 4.2. REI DE ARMAS

Ao rei de armas competia reconhecer a linhagem, nobreza e honra dos vassallos, as suas ações ilustres, assim como as suas insígnias e armas. Entre as suas principais

<sup>2027</sup> Manuel Norton dá como certa a existência do arauto Ceuta, mas indicando a possível existência de um arauto Silves, como logicamente deveria ser, por pertencer ao reino do Algarve, cf. Manuel Artur Norton, *A Heráldica em Portugal* [...], pp. 205-206.

<sup>2028</sup> Bluteau nomeia como passavantes, Santarém, Lagos e Cochim, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. VI, p. 306.

<sup>2029</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXVI, p. 238. Severim de Faria descreve o cerimonial de juramento, cf. Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], pp. 111-113.

<sup>2030</sup> Manuel Artur Norton, *A Heráldica em Portugal* [...], p. 208.

<sup>2031</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 9, fl. 7v (Lisboa, 02/04/1517).

obrigações<sup>2032</sup>, devia apontar num livro as famílias dos nobres e fidalgos da sua província, apontando os casamentos e os filhos neles havidos. Explicar e declarar as questões relativas às armas de cada família, os feitos e assinar as cartas de armas outorgadas pelo rei. Devia assistir às coroações reais, aos atos das cortes, às entradas solenes nas cidades, e nos exercícios militares quando o rei se encontrasse presente, ser mensageiro real. Tendo por tarefa principal observar, examinar e aprovar os brasões das armas da nobreza, dava seguimento ao disposto nas ordenações, fazendo cumprir quatro regras fundamentais:

- a) O chefe da linhagem era obrigado a trazer armas sem diferença<sup>2033</sup> e sem mistura de outras armas<sup>2034</sup>
- b) Todos os outros escudos da linhagem teriam que ter uma diferença<sup>2035</sup>
- c) Nenhum escudo de armas poderia ter mais do que quatro quartéis<sup>2036</sup>
- d) Os bastardos teriam que trazer as armas com a quebra de bastardia<sup>2037</sup>
- e) Ninguém podia usar as armas plenas do reino. Deviam ser inseridas no quartel direito e com diferença<sup>2038</sup>.

Para além destas regras, relacionadas com o estatuto do portador das armas e da linhagem a que pertencia, outras existiam do foro heráldico que era também função do rei de armas fazer cumprir. A viagem que o bacharel António Rodrigues realizou a várias cortes europeias para aprender a metodologia que se usava na distinção e conservação dos brasões, foi importante para se estabelecerem os fundamentos de um conjunto de regras que foram seguidas durante séculos.

António Rodrigues, rei de armas Portugal, foi o principal oficial, no que aos assuntos da nobreza dizia respeito, durante todo o reinado de D. Manuel I. A primeira referência que encontramos é datável do ano de 1508, com a atribuição de uma carta de

---

<sup>2032</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. VII, pp. 207-208.

<sup>2033</sup> Peça diminuta posta no escudo de uma família, para distinguir entre os seus possuidores, os ramos da família, e por adição de uma peça, quanto às pessoas, cf. Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, *Vocabulário Heráldico*, 4.ª edição, Lisboa, Edições Mama Sume, 1985, p. 98.

<sup>2034</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XXXVII, §1.

<sup>2035</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XXXVII, §2.

<sup>2036</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XXXVII, §2.

<sup>2037</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XXXVII, §3.

<sup>2038</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tít. XXXVII, §4.

brasão a Manuel de Góis de Lacerda, respeitante à casa e linhagem dos de Lacerda<sup>2039</sup>. Em 1512, é confirmada uma carta de armas a Gonçalo Cardoso, porque descendia da geração e linhagem dos Homens e Carvalhos da parte do pai e dos Cardosos e Rabelos do lado materno<sup>2040</sup>. É no ano de 1513 que mais cartas de armas foram despachadas pelo monarca. De um total de vinte e sete produzidas entre 1508 e 1520, quinze, são-no nesse ano. Álvaro de Ornelas, morador na Ilha da Madeira, filho de Lopo Esteves de Ornelas, que foi chefe da linhagem<sup>2041</sup>. Pedro de Góis, morador na vila de Óbidos, depois de provado ser o beneficiário filho legítimo de Álvaro Gonçalves, criado do rei D. Afonso V e de Leonor de Góis, filha legítima de Álvaro Vaz de Góis, avô do suplicante e irmão de Nuno de Góis, que foi alcaide-mor de Alenquer<sup>2042</sup>. A Pedro do Rego, filho bastardo do doutor João Eanes do Rego, filho legítimo de Gonçalo Anes do Rego, da linhagem dos Regos, fidalgos de cota de armas «a quem mandava dar as suas armas como estavam no livro dos registos, que tinha o principal rei de armas, para delas usar, ele e seus descendentes, e haver as honras, privilégios, liberdades, graças, mercês, isenções e franquezas, porquanto tinha fazenda com que podia manter sua fidalguia»<sup>2043</sup>. A Jorge do Rego Lobo, irmão de Pedro do Rego, filho bastardo do doutor João Eanes do Rego, da linhagem dos Regos, e de Catarina Mendes Lobo, filha legítima de Maria Gomes Lobo, da linhagem dos Lobos<sup>2044</sup>. João Farinha, morador em Almada, filho de Gomes Fernandes Farinha<sup>2045</sup>. A Francisco de Sande, fidalgo, filho mais velho de Fernão Lopes de Sande, neto de Lopo Fernandes de Sande, bisneto de Estevão Lopes de Sande, e trineto de Lopo

---

<sup>2039</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 28 (Lisboa, 15/04/1508). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 250. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico*, Lisboa, Tipografia Universal, 1872, p. 480.

<sup>2040</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 4 (1512). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa*, fac-símile do texto da primeira edição, Lisboa, Cota D'Armas, Editores e Livreiros, 1989, p. 115. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 241.

<sup>2041</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 43v (Lisboa, 1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 363. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 14.

<sup>2042</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 88 (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 228. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 545.

<sup>2043</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 51v/52 (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 423. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 551.

<sup>2044</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 52/52v (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 270. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 353.

<sup>2045</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 2v (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 189. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 286.

Afonso de Sande, que viveu com o rei D. João I, e todos eram nobres<sup>2046</sup>. A Gonçalo Rebelo, cavaleiro fidalgo da casa real, filho de Francisco Rebelo e de Maria Alvares, neto de Luiz Eanes e de Violante Vaz Rebelo, bisneto de Martim Vaz Rebelo, que foi fidalgo e do tronco desta geração<sup>2047</sup>. A António de Espíndola<sup>2048</sup> e a seu irmão Lucano de Espíndola<sup>2049</sup>, fidalgos genoveses, residentes na ilha da Madeira, filhos de Misser Cliam de Espíndola e de Madona Pereta de Espíndola, que foram fidalgos e dos principais da senhoria de Génova. Carta de armas a João Homem Cardoso, irmão de Gonçalo Cardoso<sup>2050</sup>. Fernão Borges, moço da câmara, criado do duque de Bragança, carta de armas em virtude de descender da geração e linhagem dos Borges por linha direta masculina, sendo filho de Garcia Borges, cavaleiro da casa do infante D. Pedro e de Leonor Rodriguez de Almeida, sua mulher. O agraciado era neto de Lopo Borges, que foi do tronco desta geração e «viveu sempre em lei de fidalgo»<sup>2051</sup>. Outra carta a Lopo do Carvalhal, morador em Penela, filho de Pedro de Carvalhal e de Aldonça Canela, moradores em Montemor-o-Novo, neto de João Fontes de Carvalhal e de Leonor Lopes Loba<sup>2052</sup>. A João Lombardo, natural da Picardia, morador na ilha da Madeira, confirmação das armas e fidalguia de que lhe fizera mercê, e a seus irmãos Filipe e Gil Lombardo, o Imperador Maximiliano<sup>2053</sup>. A Henrique Homem, cavaleiro da Ordem de Cristo, confirmação da carta de armas em virtude de descender de geração e linhagem de fidalgos de cota de armas, nobres e de antiga linhagem, sendo filho legítimo de André

---

<sup>2046</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 29/29v (20/02/1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 458. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 216.

<sup>2047</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 46/46v (06/06/1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 420. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 244.

<sup>2048</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 48v (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 182. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 42.

<sup>2049</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 48/48v (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 182. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 441.

<sup>2050</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 66 (02/04/1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 115. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 294.

<sup>2051</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 69v/70 (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 79. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 164.

<sup>2052</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 79/79v (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 121. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 436.

<sup>2053</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 83v/84 (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 272. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 299.

Dias e de Guiomar Nunes Homem, sua mulher, e neto de Artur Homem, pai de sua mãe, que foi do tronco desta linhagem<sup>2054</sup>. Caso complicado foi o de Duarte Lopes de Vasconcelos, filho legítimo de Lopo Rodrigues de Vasconcelos, que teve que provar ser da linhagem e geração dos Vasconcelos, fidalgos de cota de armas<sup>2055</sup>. O pai seria primo coirmão de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, pai de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, e filho de Rui Gonçalves de Vasconcelos, por sua vez filho natural de Rui Mendes de Vasconcelos, que não casou, mas teve filhos de uma sua manceba<sup>2056</sup>, o que justificava o ramo da linhagem.

Em 1514, deslocou-se a Roma, integrando a embaixada para dar obediência ao papa Leão X, chefiada por Tristão da Cunha, da qual faziam parte como assessores os doutores Diogo Pacheco e João de Faria, por secretário Garcia de Resende, e vários familiares de Tristão da Cunha, seu irmão Nuno da Cunha e seus filhos Simão e Pedro Vaz<sup>2057</sup>. A atração principal da embaixada focava-se na onça e no elefante, de que era tratador Nicolau de Faria, estribeiro pequeno de D. Manuel I. No desfile que se realizou, do local onde a comitiva se aposentava e o castelo onde se encontrava o papa, nesse primeiro domingo da quaresma, 12 de março, seguiam na frente os familiares de Tristão da Cunha, os músicos com suas trombetas e charamelas, a onça e o elefante, os gentis-homens da comitiva portuguesa e, fechando o cortejo, o rei de armas, com sua cota, Tristão da Cunha ladeado por Diogo Pacheco e João de Faria. Neste período em que o principal rei de armas esteve ausente do reino, a missão de escrever as cartas de armas recaiu no rei de armas Índia, de seu nome, Jamais. Dele temos o registo de quatro cartas. A primeira, em abril de 1514, outorgada a Benoco Amador, da geração e linhagem dos Amadores é concedida carta de armas, com seu brasão, de acordo com o instrumento e testemunhas que o mesmo apresentou como prova, e depois de feita inquirição de testemunhas perante o vigário de Tomar, desembargador do paço. Ficou provado ser o beneficiário filho de Nicolau Amador e de Maria Lisandre, mulher legítima, neto de Amonto Amador, todos fidalgos de nome e de armas, e dos mais honrados da cidade de

---

<sup>2054</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 85 (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 245. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 249.

<sup>2055</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 116v (1513). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 524. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 155.

<sup>2056</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXVII, p. 98. Nas várias genealogias consultadas, não encontro referência a este ramo da família.

<sup>2057</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. LV, p. 208.



Florença e que governavam a dita cidade<sup>2058</sup>. No mesmo mês, outra carta de armas a Diogo Pimentel, escudeiro fidalgo com diferença por descender dos Pimentéis por via feminina, porquanto provou por inquirição ser filho legítimo de Álvaro Pimentel e de Branca Lopes, sua mulher. E seu pai, parente do conde de Benavente, tinha prestado muitos serviços na tomada de Arzila e Alcácer e nas guerras de Castela, e era filho de João de Lousada, homem fidalgo do tronco dos Lousadas, e de Tereza Pimentel, filha de João Afonso Pimentel, bisavô do conde de Benavente<sup>2059</sup>. Luis Pinto, da geração e linhagem dos Pintos teve a outorga da carta de armas, de acordo com o registo nos livros dos registos das armas dos nobres e fidalgos dos reinos que tem Portugal, principal rei de armas, depois de feita inquirição de testemunhas perante o doutor Diogo Pinheiro, desembargador do paço. Ficou provado o beneficiário ser filho de Álvaro Gonçalves Pinto, neto de Leonor Pinta e bisneto de Pedro Vasques Pinto, todos fidalgos<sup>2060</sup>. Depois de provado que Diogo Vasques, cavaleiro da Ordem de Santiago, fidalgo era filho legítimo de Vasco da Fonseca e de Leonor Soares, que foram moradores em Pinhel, neto de Diogo da Fonseca, aio do conde D. Vasco, primeiro conde de Marialva, e de Fernão Coutinho seu irmão, bisneto de Gonçalo da Fonseca e de D. Betaça, herdeira do morgado de S. Romão e Torredões, neto de Leonor Pinta e bisneto de Pedro Vasques Pinto, todos fidalgos, foi-lhe concedida a respetiva carta de armas dos FONSECAS, «posto que até aqui se não chamasse do dito apelido»<sup>2061</sup>.

Regressado ao reino, onde já se encontrava em agosto de 1514, continua a exercer o seu ofício. A primeira carta de armas é entregue a Amante Fernandes de Lordelo, morador na Ilha da Madeira<sup>2062</sup>. Segue-se outra a António Lopes de Vasconcelos, depois de provado que o beneficiário procedia da geração dos de Vasconcelos, ser filho legítimo

---

<sup>2058</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 62v (Lisboa, 25/04/1514). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 26. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 107.

<sup>2059</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 58v/59 (Lisboa, 27/04/1514). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 396. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 145.

<sup>2060</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 40 (Lisboa, 03/06/1514). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 400. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 455.

<sup>2061</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 42/42v (Lisboa, 11/07/1514). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 201. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 147.

<sup>2062</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 54 (Lisboa, 24/08/1514). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 275. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 16.

de Lopo Rodrigues de Vasconcelos e neto de Rui Gonçalves de Vasconcelos<sup>2063</sup>. No início do ano de 1515, recebe uma tença de 6.000 reais<sup>2064</sup>, valor idêntico àquele que o rei de armas de D. João II, já recebia em 1488<sup>2065</sup>, mantendo a sua função de principal rei de armas. Novas cartas são emitidas. A frei André do Amaral, do conselho régio, chanceler-mor e embaixador de Rodes, comendador da Vera Cruz, etc., da linhagem dos Domingos Joanes da Silveira, de Oliveira do Hospital, filho legítimo de Martim Gonçalves do Amaral e de Mécia Dias Homem. Neto de Catarina Vicente, que foi trineta de Domingos Joanes, e filha de Vicente Anes Correa e de Senhorinha Martins, bisneta do dito Domingos Joanes, de Oliveira do Hospital, o qual instituiu morgado e uma capela na igreja de Santa Cruz da dita vila, que é da ordem de S. João, na qual está a sua sepultura com suas armas esculpidas. A inquirição foi feita pelo rei de armas Índia, que se deslocou ao local da sepultura, descrevendo o diploma as armas de acordo com o que lá se encontrava esculpido<sup>2066</sup>. A Jerónimo Sernige, por descender da geração e linhagem dos Serniges, fidalgo de cota de armas e cidadão da senhoria de Florença<sup>2067</sup>. Ao licenciado Lourenço da Fonseca, da geração e linhagem dos da Fonseca, depois de feita inquirição de testemunhas por João Lourenço, escrivão do desembargo do paço<sup>2068</sup>. A última registada nos livros de chancelaria deste reinado, foi entregue a Manuel Mendes, cavaleiro da casa real, com honras e privilégios de nobre fidalgo, transmissíveis aos seus herdeiros, pelos serviços que prestou nas guerras contra os infiéis, ao serviço do rei e defesa da fé, pondo em risco a sua pessoa e sendo ferido várias vezes, tanto em tempo de D. Afonso V e D. João II, como de D. Manuel I<sup>2069</sup>.

António Rodrigues continuou a exercer o ofício durante o reinado de D. João III, acumulando, a partir de abril de 1544, com o de juiz das sisas de Lisboa. É provável que

---

<sup>2063</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 65v (Lisboa, 2510/1514). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 524. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 69. Irmão de Duarte Lopes de Vasconcelos, já mencionado. Nas várias genealogias consultadas, não encontro referência a este ramo da família.

<sup>2064</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 11v (Almeirim, 27/01/1515).

<sup>2065</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 72 (Santarém, 15/09/1487).

<sup>2066</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 99v/100 (Lisboa, 23/04/1515). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 27. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 18.

<sup>2067</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 134v/135 (Lisboa, 04/07/1515). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 468.

<sup>2068</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 9, fl. 7v (Lisboa, 02/04/1517). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 201. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 439.

<sup>2069</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 55 (Évora, 08/06/1520). Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armária Portuguesa* [...], p. 317. Cf. Visconde Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* [...], p. 497.

o seu falecimento tenha ocorrido antes de março de 1560, mês em que as cartas de brasão passam a ser assinadas por seu filho Gaspar Velho<sup>2070</sup>.

#### 4.3. LIVRO DE ARMAS

O processo em que se requeria o brasão de armas passava pela entrega inicial de uma petição. Pela análise do texto de algumas cartas de armas atribuídas, podemos seriar em três grupos os tipos de petição entregue. Um primeiro grupo, de mais fácil análise, correspondia ao pedido por residentes para o uso de brasão que lhes fora outorgado por entidades estrangeiras. Para tal apresentavam a autorização de uso de armas devidamente selada, que após análise pelos serviços régios era despachada favoravelmente pelo rei. Um segundo grupo, era aquele em que se requeria a mercê da fidalguia, a carta de brasão de mercê nova, como forma de recompensa por serviços prestados ao reino e à fé. O terceiro grupo, o mais numeroso, correspondia àqueles que pretendiam ser considerados fidalgos por ligações familiares, apresentando para isso documentação, na qual se descrevia a componente genealógica para se provar qual a família e o respetivo ramo de que se descendia, desde duas ou três gerações anteriores e, em vários casos, testemunhas que o comprovassem. Para este tipo de pedido o processo podia ser demorado, visto ser necessário comprovar a veracidade da documentação apresentada, interrogar testemunhas e, em algumas situações, a deslocação ao local, para confirmação da pedra de armas. Ultrapassada a tramitação, outorgada pelo monarca a petição do beneficiário, depois de provada a ascendência, era concedida carta de armas, com seu brasão, elmo e timbre, de acordo com o registo nos livros dos registos das armas dos nobres e fidalgos dos reinos, na posse de Portugal, principal rei de armas, com os respetivos privilégios, liberdades, honras, graças e mercês.

Era ao rei de armas que competia iluminar as cartas de armas, usando como brasão base da carta de armas concedida, o brasão de chefe da linhagem existente no armorial chamado *Livro do Armeiro Mor*, ou nos casos de brasão novo, aqueles que as leis da heráldica determinassem. Um armorial, constituído pelas armas antigas, a que se iam adicionando as de mercê nova, era um referencial para em caso de dúvida, se saber o que era certo ou errado, tendo-se conhecimento da sua existência desde o reinado de D. Afonso V. Estes primeiros armoriais desapareceram com o terramoto de 1755, tendo

---

<sup>2070</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões [...]*, vol. I, pp. 12-13.

apenas chegado aos nossos dias os que foram encomendados por D. Manuel I. Um no início do seu reinado, assinado e datado por António Rodrigues, em 15 de agosto de 1509<sup>2071</sup>, o *Livro Grande* ou *Livro do Armeiro Mor*, o outro, o encomendado a António Godinho no final do reinado, o *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*. Funcionando como registo oficial da armaria, tinha como objetivo, nas palavras de Miguel Metelo de Seixas, «a representação simbólica duma determinada camada social, mediante um sistema emblemático específico e tendencialmente exclusivo, representação consagrada sob a autoridade soberana (que, por sua vez, encabeçava a nobreza e era por esta reconhecida como *fons honorem*)»<sup>2072</sup>, era mantido, em nome do soberano, por uma estrutura por ele designada. No termo do compromisso, com que abre o *Livro do Armeiro Mor*, diz António Rodrigues que lhe pediu o rei que assentasse e pusesse todas as armas dos nobres do reino em lugar e ordem como foram dadas pela antiguidade<sup>2073</sup>, dispondo e ilustrando as armas, que o livro contém, da nobreza portuguesa. A elaboração destes armoriais, e a legislação publicada neste reinado, quer nas ordenações, quer nos regimentos específicos dos oficiais a eles ligados, representa a consagração jurídica e artística<sup>2074</sup> da orientação política que colocou nas mãos do monarca o direito de conceder armas ou proibir o uso de armas que não fossem de sua concessão, a passar cartas de brasão que são cartas de nobilitação ou de confirmação da nobreza, intervindo desse modo no reconhecimento público dessa nobreza. O *Liuro da nobreza e perfeição das armas dos Reis christãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal*, da autoria do bacharel António Godinho Cabral, fidalgo cavaleiro da casa real, guarda e escrivão da câmara dos reis D. Manuel I e D. João III<sup>2075</sup>, deveu-se à necessidade de corrigir e completar os armoriais anteriores, em uso no cartório da nobreza, estando expostos 267 brasões. Nestes dois armoriais, como na Sala dos Brasões do paço de Sintra, encontramos as armas antigas, às quais se foram acrescentando ao longo dos decénios, aquelas atribuídas aos que se destacaram em feitos militares em Marrocos ou Toro, aos burocratas que alcançaram a mercê régia, aos navegadores, em paga dos serviços de navegação e descoberta, e as dos bispos das novas dioceses ultramarinas.

---

<sup>2071</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões [...]*, vol. I, p. 15.

<sup>2072</sup> Miguel Metelo de Seixas, «As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência» [...].

<sup>2073</sup> *Livro do Armeiro-Mor [...]*, p. XXVII.

<sup>2074</sup> Francisco de Simas Alves de Azevedo, *Uma interpretação histórico-cultural do Livro do Armeiro Mor. Factos significativos da história da Europa reflectidos num armorial português do séc. XVI*, Lisboa, Francisco Alberto d'Almeida Alves de Azevedo, 1966, p. 77.

<sup>2075</sup> António Godinho, *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*, introdução, notas, direção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo Abreu Lima, Lisboa, Edições Inapa, 1987, p. 13.

#### 4.4. ARMEIRO MOR

*O Livro do Armeiro-mor* estava entregue à guarda de D. Álvaro da Costa, armeiro-mor e armador-mor do reino, em cuja descendência se manteve até ao período final da monarquia, quando foi reclamado pelo rei D. Carlos, passando depois para a Torre do Tombo<sup>2076</sup>. Embora já antes existissem armadores-mores, é com D. Manuel I que se definiu pela primeira vez o conteúdo funcional do ofício, com o regimento que foi dado em Abrantes, a 06 de julho de 1507<sup>2077</sup>. Eram várias as obrigações do ofício, umas relativas à pessoa régia, ter em sua posse a bandeira real das armas, o estandarte, a cota de armas e as armas do rei, e a bandeira da Ordem de Cristo, outras, de âmbito territorial e administrativo, como a nomeação, fiscalização, orientação e localização das atividades dos fabricantes de armas brancas, dos armeiros, dos couraceiros, seu recrutamento, pagamento, controlo de inventários dos arsenais. Um dos pontos do regulamento determinava o seguinte: «Item ordenamos que o liuro que mandamos fazer das armas dos ffidalguos de nossos Regnnos o tragua Sempre o dito nosso armador mör em huuma das arquas em que amdarem as armas de nosa pessoa pera cada vez que o quisermos ver ou comprir de ser visto por algum casso no-llo possa mostrar e daar»<sup>2078</sup>, esse o motivo para o armorial ser conhecido como *Livro do Armeiro Mor*, porque estava à sua guarda.

D. Álvaro da Costa nasceu em S. Vicente da Beira, na década de setenta do século XV<sup>2079</sup>. Moço de câmara na casa de D. Manuel I, duque de Beja, e seu guarda roupa desde o início do reinado<sup>2080</sup>. Em janeiro de 1508, é quem está incumbido de selecionar os armeiros<sup>2081</sup>, em fevereiro do mesmo ano, tem o cargo de armador-mor<sup>2082</sup>, sendo intitulado armador-mor do rei daí em diante. Uma das suas primeiras tarefas foi a de selecionar os doze armeiros, autorizados a fazerem e limparem armas de qualquer pessoa, para exercer o ofício na cidade de Lisboa, tendo em conta o grande número da população residente e circulante<sup>2083</sup>. Os doze armeiros, de que só encontrámos a nomeação de onze,

<sup>2076</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. I, pp. 10-11.

<sup>2077</sup> Publicado em Luís Manuel da Costa de Sousa de Macedo, «O regimento manuelino do Armador-mor dado a D. Álvaro da Costa. Os armeiros-mores e seus descendentes», *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: Poder, Arte e Devoção*, pp. 59-85, [...], pp. 80-85.

<sup>2078</sup> Luís Manuel da Costa de Sousa de Macedo, «O regimento manuelino do Armador-mor dado a D. Álvaro da Costa. Os armeiros-mores e seus descendentes» [...], p. 83.

<sup>2079</sup> Para uma resenha biográfica de D. Álvaro da Costa, ver Margarida Leme, «D. Álvaro da Costa: o fiel servidor do rei, o fundador da família» [...], 2013.

<sup>2080</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 9v (Lisboa, 13/03/1501).

<sup>2081</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 4/4v (Almeirim, 13/01/1508).

<sup>2082</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 13 (Almeirim, 10/02/1508).

<sup>2083</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 4/4v (Almeirim, 13/01/1508).

foram registados na chancelaria, em agosto do mesmo ano<sup>2084</sup>. Para além destes cargos, D. Álvaro da Costa, irá acumular o de camareiro-mor do rei, num ato em representação de D. Nuno Fernandes de Ataíde, senhor da vila de Penacova, capitão e governador de Safim, casado com D. Joana de Faria, pais de D. Maria de Ataíde, no contrato de casamento desta com D. Afonso, filho primogénito e herdeiro de D. Sancho de Noronha, conde de Faro e de Odemira e senhor de Aveiro, e de D. Francisca, sua primeira mulher, já falecida, concluído em 28 de maio de 1513, nos paços de D. Jaime, duque de Bragança<sup>2085</sup>.

---

<sup>2084</sup> As cartas de nomeação foram registadas na chancelaria, em Sintra, ao longo do mês de agosto, por dois escrivães diferentes, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 19/19v (Sintra, 19/08/1508).

<sup>2085</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 53/55v (Lisboa, 06/06/1513).

## 5. OFÍCIOS MECÂNICOS, OUTROS OFÍCIOS E OFÍCIOS INVISÍVEIS

De entre os ofícios que pertenciam ao âmbito de ação do mordomo-mor, encontravam-se os ofícios mecânicos ou mesteres. Escreveu Marcelo Caetano que mester era sinónimo de profissão mecânica associada à indústria, ou oficiais de qualquer arte<sup>2086</sup>. O rei necessitava de ter servidores que garantissem o dia-a-dia nas várias vertentes de suporte necessárias ao seu bem-estar, ao da família real e ao séquito que o acompanhava. Para além do pessoal de câmara, de cozinha, de copa ou de estrebaria, existia uma miríade de funções que garantiam todo esse processo. Pela documentação da chancelaria régia conseguimos chegar a alguns desses personagens, de forma muitas vezes indireta, quando alguns deles são agraciados com uma mercê ou uma tença, e assim temos conhecimento da função que ocupam na estrutura da casa real.

Desde cedo, os nossos reis indicaram, por regimento, o número de serviçais que teriam ao seu serviço. A primeira relação que chegou aos nossos dias é oriunda do reinado de D. Afonso III. No seu *primeiro livro de Degredos e Constituições*, publicado nas *Ordenações de D. Duarte*, entre outros artigos relativos ao pessoal da estrebaria, montaria ou cozinha, estipulava-se no número XIX<sup>2087</sup>, que se mandava que o rei tivesse em sua casa um bom alfaiate, que soubesse conhecer os panos e as penas, para os apreçar e comprar, e que soubesse «bem fazer seu mester». É com esta necessidade de qualidade no exercício da profissão e no resultado da mesma, que os mesteres tendem a organizar-se corporativamente com o objetivo de se autorregulamentarem para, entre outras vertentes, controlarem o acesso à profissão, a qualidade da produção, ou o preço da venda dos seus serviços. Não fará muito sentido falar de organização corporativa dos mesteres sem falar, ainda que de forma resumida, da Casa dos Vinte e Quatro, de início na cidade de Lisboa, depois estendendo-se a outras cidades e vilas do reino com alguma importância<sup>2088</sup>.

---

<sup>2086</sup> Marcello Caetano, *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, [Coimbra], Coimbra Editora, 1994, pp. 299-300.

<sup>2087</sup> *Ordenações del-Rei D. Duarte* [...], p. 57.

<sup>2088</sup> Encontramos referências sobre este tipo de organização em diferentes cidades e vilas na chancelaria de D. Manuel I: Coimbra, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 139 (Almeirim, 14/02/1515); Lisboa, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 89v/90 (Lisboa, 18/10/1501); Santarém, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 32/38v (Santarém, 22/08/1496); Beja e Évora, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 20v/21 (Sintra, 14/03/1505); Viana (de além Douro), cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 82/82v (Lisboa, 26/08/1511).

Até ao reinado de D. João I, não existe referência documental sobre este tipo de organização, pese o facto de nalgumas reuniões de concelhos terem estado presentes mesterais, mas a título individual<sup>2089</sup>. Escreveu Henrique da Gama Barros que «já antes, no último quartel do século XIII, quando em casos extraordinários o concelho era chamado com pregão a deliberar, os homens dos mesteres, pelo menos em Lisboa, concorriam também à reunião: assim aconteceu em 1285 por ocasião da avença celebrada entre o rei D. Diniz e o concelho. A este acto assistiram alfaiates, cortidores, pelliteiros, sapateiros, correeiros, pescadores e ferreiros»<sup>2090</sup>. O momento em que os mesteres têm representação de direito na administração da cidade de Lisboa, virá a concretizar-se no reinado de D. João I. Os acontecimentos de Lisboa, considerados pela nobreza afeta à rainha D. Leonor, como uma mera «sandice de dois sapateiros e de dois alfaiates»<sup>2091</sup>, relacionados com a revolução que levou ao trono a dinastia de Avis, obrigou o mestre de Avis a adotar as medidas necessárias para a defesa da cidade e do reino. Entre elas, a criação de um órgão consultivo constituído por vinte e quatro homens provenientes dos ofícios, à razão de dois representantes por cada mester, e a participação dos mesteres na administração do município, rompendo com a orgânica tradicional da cidade, na qual tinham assento os homens bons, numa oligarquia que conjugava cavaleiros, mercadores e proprietários.

Resultado da progressiva criação de núcleos urbanos estruturados, conjugado com o progressivo abandono do trabalho rural, trocado por um mais autónomo ofício, a que se associa a necessidade de servir uma população cada vez maior, residente nesses mesmos núcleos urbanos, os oficiais mecânicos vão ganhando maior importância. As oficinas e as tendas multiplicavam-se e os mesterais ganhavam a força que os impelia à participação nos governos concelhios<sup>2092</sup>. Se numa primeira fase os homens bons que administravam os concelhos, muitos deles com raízes nos ofícios mecânicos, se sujeitaram a esta decisão régia, com o decorrer dos anos várias foram as cortes onde apresentaram o seu desagrado «contra a ingerência dos plebeus na governança da terra»<sup>2093</sup>, alegando que esses homens

---

<sup>2089</sup> Marcello Caetano, *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa* [...], p. 299.

<sup>2090</sup> Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV* [...], tomo IX, p. 87, nota 2). A sua presença nas assembleias dos anos de 1326, 1331, 1345, 1354 e 1356, anuncia a crescente importância social dos mesterais, cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* [...], vol. I, pp. 335-336.

<sup>2091</sup> Marcello Caetano, *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa* [...], p. 268.

<sup>2092</sup> Armindo de Sousa, «Socialidade (estruturas, grupos, motivações)», *História de Portugal, A monarquia feudal (1096-1480)*, direcção de José Mattoso, coordenação de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 414.

<sup>2093</sup> Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal* [...], tomo IX, p. 91.



não possuíam nem a experiência nem o conhecimento necessários para administrar o bem comum, pois não sabiam o que era a honra, o que era a política, nem quando devia a honra preceder o proveito<sup>2094</sup>, dando o rei D. João II uma resposta evasiva, mantendo o privilégio de participação dos mesteres na câmara de Lisboa. O assunto é novamente abordado nas cortes de 1490<sup>2095</sup>, com a agravante de que para além da pretensão de lhes ser retirada a participação nas vereações, procurava-se também inibir os oficiais mecânicos de desempenharem cargos tanto de nomeação municipal, como de nomeação régia, caso do cargo de tabelião ou de administração dos estaus.

Chamados os Vinte e Quatro dos mesteres nas várias vereações em que detinham presença, no reinado de D. João III é dada uma nova regulação<sup>2096</sup>, com a atribuição do seu regimento, o qual indicava quais as competências e obrigações desta organização superior dos vários mesteres. Cada profissão estava integrada numa unidade orgânica que definia um tronco comum. As normas privativas do ofício referiam-se à técnica do seu exercício, à moral social e à disciplina interna do seu desempenho, ao exame dos candidatos a mestre, à definição das autoridades do ofício e à descrição dos seus deveres<sup>2097</sup>. O mais antigo regimento escrito, que se conhece, data de 1489, e definia matérias relacionadas com o mester dos borzeagueiros, sapateiros, chapineiros, soqueiros e curtidores. As leis mais antigas são do reinado de D. João I e foram inseridas nas *Ordenações Afonsinas*, livro IV, título XXX e livro V, título LXVIII. O exercício do ofício era feito numa tenda, de sua propriedade ou alugada, que servia simultaneamente de oficina, loja e, em certas situações, de habitação. Cada loja funcionava como unidade artesanal. Ao aumento da procura de um determinado produto a solução passava pela criação de uma nova loja, sob as ordens de um mestre, e não ao alargamento das lojas já existentes<sup>2098</sup>. Com o mestre trabalhavam dois ou três obreiros e vários aprendizes, que aprendiam com a prática e o conhecimento transmitido pelo mestre. Caso desejassem ascender a mestre, abrindo o seu próprio espaço de trabalho e venda, sujeitavam-se a um exame, cujos contornos estavam estipulados no regimento da profissão. Os salários e os preços dos artigos estavam, em alguns casos, tabelados pelas câmaras, assim como

---

<sup>2094</sup> Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. II, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 472.

<sup>2095</sup> Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 491.

<sup>2096</sup> Franz Paul de Almeida Langhans, *A Casa dos Vinte e Quatro. Subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1948, p. XV.

<sup>2097</sup> Marcello Caetano, *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa* [...], p. 129.

<sup>2098</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal. Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 117.

definidos estavam os arruamentos onde as lojas se situavam, para maior facilidade de fiscalização<sup>2099</sup>. Os vários ofícios estavam agrupados em corporações, encabeçados pelo ofício principal, constituindo uma irmandade com o respetivo santo padroeiro, sendo essa corporação identificada por uma bandeira. Este tipo de confraria consolidava vários objetivos. Se por um lado a corporação regulava a componente profana dos ofícios, a confraria regulava a componente religiosa dos mesmos, salientando-se a interajuda entre os irmãos, a angariação de fundos, a criação de hospitais, o enterramento dos confrades mortos com menos posses, ou a atribuição de verbas para que fossem ditas missas pelos irmãos falecidos. Os ofícios tinham nas confrarias as suas raízes e estas tinham regras que deveriam ser cumpridas pelos ofícios, caso contrário estariam sujeitos a penas<sup>2100</sup>.

Na casa real vários eram os oficiais que exerciam o seu mester no dia a dia de uma corte composta por uma multitude de servidores, para além dos membros da família real. Acresce a este facto, a contínua itinerância a que essa mesma corte se entregava, entre os diversos lugares onde o rei possuía os seus paços. Podemos dividir os diferentes ofícios mecânicos exercidos na casa real em dois grandes grupos: aqueles que acompanhavam o rei, caso do boticário, do barbeiro ou do alfaiate, e aqueles que trabalhavam num determinado local, para o qual tinham sido especificamente contratados, caso dos pedreiros, pintores ou vidreiros. As chancelarias indicam-nos, muitas vezes de forma indireta, quem foram esses profissionais que exerceram o seu ofício na casa real.

### 5.1. TRAJE, CALÇADO E OUTROS ATAVIOS

Se tal como hoje e como sempre, o vestuário esteve sujeito a modas, o trajar surge como fator de distinção social passando a representar elementos de diferenciação: de nível social, de sexo e de individualidade<sup>2101</sup>. Na época em estudo, apenas grupos privilegiados, como a nobreza, tinham acesso a produtos mais luxuosos e dispendiosos, no que foram sendo imitados por um novo grupo em ascensão, os mercadores. Esse facto, de

---

<sup>2099</sup> Veja-se o caso do acordo feito pela cidade de Lisboa sobre os aljibebes, pelo qual estes não mandavam fazer roupa de pano novo, salvo de «galez», entre outros que eram especificados. Esta concessão era feita em virtude dos vereadores, procurador em câmara e os procuradores dos mesteres alegarem que os aljibebes faziam roupas de panos finos e de sortes de panos em que o povo podia ser enganado, vendendo uns pelos outros, entre outros malefícios, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 97v/98 (Lisboa, 20/11/1501).

<sup>2100</sup> Ver Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, edição da autora, 1990.

<sup>2101</sup> Sobre as diferentes formas de trajar neste período, ver capítulo «O traje» em A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa [...]*, pp. 23-62.

mimetismo social, irá fazer surgir leis para normalizar práticas sociais, nomeadamente o combate ao luxo, regulamentando, limitando e proibindo o vestuário luxuoso de determinados corpos sociais, bem como conter gastos exorbitantes na aquisição de produtos sumptuários. Em 1340, D. Afonso IV promulgou uma lei, *Pragmática*<sup>2102</sup>, que refletia a preocupação com os gastos excessivos da nobreza, bem com a tentativa do novo grupo social se aproximar e usar, por rivalidade, os símbolos hierárquicos distintivos do extrato superior da estrutura social. Anos mais tarde, em 1487<sup>2103</sup>, no reinado de D. João II, foi promulgada nova lei visando coibir os costumes em termos de luxo. Ficava proibido o uso de brocados, chapado ou borlado, ou de sedas, tanto a homens como a mulheres de todos os corpos sociais. Permitia-se o uso de sedas apenas nos saínhos e cintas das mulheres e nos gibões masculinos, e os bordados nos vestidos. A mesma contenção no uso das mesmas espécies de tecidos no ajaezar das cavalgaduras, às quais só eram permitidos panos de lã. O interessante nesta pragmática foi o facto de o seu âmbito de ação não se aplicar unicamente aos portadores dos tecidos «defesos». Requeria a mesma determinação que tanto homens como mulheres não deveriam ser portadores de «cairéis»<sup>2104</sup> de ouro ou de prata, nem aqueles que contivessem algum destes metais preciosos, pressionando os esmaltadores e os oficiais que trabalhassem com filigrana a suspenderem durante um ano a fabricação desses materiais. A interdição foi excecionalmente levantada na época dos festejos das bodas do príncipe herdeiro D. Afonso com a princesa D. Isabel, a filha mais velha de Fernando e Isabel de Castela, tendo o próprio soberano feito vir da Península Itálica uma embarcação carregada de brocados, sedas e pedrarias, para vestir a família real e os membros da corte. Do Sacro Império, Flandres, Inglaterra, Irlanda e Castela, importou tapeçarias, tecidos de lã, panos de seda e damasco, bem como arreios<sup>2105</sup>.

No reinado de D. Manuel I, fruto da mudança de monarca, com os novos costumes e contactos com outras culturas, a que se junta a facilidade com que certos produtos começaram a chegar aos portos nacionais, esta interdição foi sendo lentamente

---

<sup>2102</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, transcrições de Ana Margarida Sousa Luz, Diogo Sasseti Ramada Curto, João José Alves, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1982, pp. 101 e seguintes.

<sup>2103</sup> Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos* [...], pp. 252-254. Escreve Álvaro Lopes que a proibição entraria em vigor a partir do domingo de Ramos, desse ano de 1487, que se realizaria proximamente.

<sup>2104</sup> Debrum que se usava na roupa.

<sup>2105</sup> Rui de Pina, *Cronica de D. João II*, *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. XLIV, pp. 970-971. Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. XLVII, pp. 70-71.

abandonada, para mais com um rei que era «muito precioso» no que vestia e com o que se adornava, tanta era a qualidade e perfeição do que ostentava, fosse da roupa de dentro como da de fora. Muito limpo de sua pessoa<sup>2106</sup>, galante e bem vestido, prezava-se tanto que quase todos os dias vestia alguma coisa nova, pelo que tinha tanta roupa que todos os anos mandava repartir duas vezes com os fidalgos, cavaleiros, escudeiros e moços da câmara que andavam na corte<sup>2107</sup>. Possuidor, por gosto, de grandes guarda roupas cheios de indumentárias de feições estrangeiras, com todas as «galantarias de chaparises de ouro, botões e pontas e forros ricos»<sup>2108</sup> de que quase nunca se servia, com o seu falecimento sobejaram tantos, que poucos dos seus moradores ficaram sem haver alguma peça dele, e quase todas as igrejas do reino receberam ornamentos dos seus roupões, capas e opas de seda, brocado, tela de ouro e prata, que para isso se desfizeram<sup>2109</sup>. No rol de roupas, peças e outras coisas, entregues por Fruito de Góis, encontramos uma profusão que justificam as palavras de Damião de Góis, quando escrevia que o rei, todos os dias, vestia uma coisa nova e duas vezes por ano mandava repartir o seu guarda-roupa por aqueles que lhe estavam próximos. Desse inventário, feito em 1522<sup>2110</sup>, cujo índice é constituído por oito itens, e de que só nos chegaram fólios que contêm, completos, a parte relativa ao guarda-roupa, tendo desaparecido os do tesouro, da capela e das coisas da mantearia, reposte e tapeçarias, encontramos uma profusão de pelotes<sup>2111</sup>, jaquetas<sup>2112</sup>, gibões<sup>2113</sup>, roupa flamenga<sup>2114</sup>, capas, opas<sup>2115</sup>, balandraus<sup>2116</sup>, mantos<sup>2117</sup>, tabardos<sup>2118</sup>, becas<sup>2119</sup>,

---

<sup>2106</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 229.

<sup>2107</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 229.

<sup>2108</sup> Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)* [...], p. 173.

<sup>2109</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXIV, p. 229.

<sup>2110</sup> Publicado por Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da guarda-roupa de D. Manuel», *Arquivo Histórico Portuguez* [...], vol. II, pp. 381-417.

<sup>2111</sup> Peça de vestuário semelhante a um casaco fechado, usado pelos joelhos e inicialmente justo ao corpo e com grandes cavas, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. VI, p. 381-382.

<sup>2112</sup> Pequena casaca que se vestia sobre a saia ou a camisa, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. IV, p. 15.

<sup>2113</sup> Espécie de camisa, com ou sem fralda, forrada ou enchumada, apertada na cintura para depois cair sobre as ancas, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. IV, p. 69.

<sup>2114</sup> Roupa de cor preta.

<sup>2115</sup> Peça de vestuário, tipo casaco muito comprido e amplo, com gola alta e largas mangas, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. VI, pp. 81-82.

<sup>2116</sup> Capa ampla e de mangas largas, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 18.

<sup>2117</sup> Espécie de grande capa com cauda, confeccionada com grande quantidade de tecido, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. V, pp. 302-303.

<sup>2118</sup> Peça de vestuário, originária do manto, que descia até meio da perna, geralmente usado fechado, fendido e com grandes cavas, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. VIII, p. 5.

<sup>2119</sup> Espécie de estola que se trazia no ombro sobre a opa, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 82.

lobas<sup>2120</sup>, ceroulas<sup>2121</sup>, calças bragas<sup>2122</sup>, calções<sup>2123</sup>, saiões e saios<sup>2124</sup>, nas mais variadas cores e adornos, são parte importante do vestuário do rei. Outra componente são as proteções da cabeça: toucas, coifas<sup>2125</sup>, capelos<sup>2126</sup>, barretes<sup>2127</sup>, sombreros<sup>2128</sup> e chapéus<sup>2129</sup>. Lugar à parte para um conjunto de indumentárias chamadas de «à mourisca» e que compreendia várias peças de vestuário e armamento muçulmano, usadas em eventos especiais, nos quais a corte participava, e em que se simulavam justas que opunham cavaleiros cristãos a cavaleiros mouros<sup>2130</sup>. Como a roupa era desprovida de bolsos, transportavam-se os valores em pequenas bolsas que se suspendiam da cintura. Também nesta tipologia estava o guarda-roupa de D. Manuel I, bem fornecido. A qualidade dos tecidos variava entre a seda, o linho e vários tipos de texturas de lã. Os mais comuns eram os de seda, entre eles o cetim<sup>2131</sup>, o damasco<sup>2132</sup>, o veludo<sup>2133</sup>, o chamalote<sup>2134</sup>, o tafetá<sup>2135</sup>.

---

<sup>2120</sup> Espécie de tabardo ou pelote aberto, usado abaixo do joelho, muitas vezes em jeito de capa, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. V, p. 168.

<sup>2121</sup> São uma vestidura interior de pano de linho, como uns calções, que cobrem o corpo da cintura até aos joelhos, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 252.

<sup>2122</sup> Calças largas e curtas, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 179.

<sup>2123</sup> Peça de roupa em que entram as pernas, cobrindo o corpo da cintura até ao joelho, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 52.

<sup>2124</sup> Peça de vestuário semelhante a uma camisa comprida, até aos joelhos, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. VII, p. 518.

<sup>2125</sup> Em linho ou seda, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 363.

<sup>2126</sup> Espécie de chapéu de copa baixa e grandes abas, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 123.

<sup>2127</sup> Existiam barretes de dormir, de pele, em forma de capacete e barretes com quatro cantos, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 56.

<sup>2128</sup> Chapéu grande, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. VII, p. 717.

<sup>2129</sup> Um viajante, provavelmente italiano, que viajou por Portugal nos anos de 1578-80, ridiculariza a utilização dos chapéus pelos portugueses. Escreveu ele que «Têm diverso tipos de chapéu que usam consoante os lugares e as horas e não chega, como nas outras partes, pôr o chapéu quando chove e o barrete quando faz sol. Para as suas circunspectas cabeças tornou-se necessário prover diversas espécies de cobertura, para que não se evaporem, todas feitas de modo diferente e com diversos nomes: chapéu, gorra, carapuça, barrete, gualteira simples, gualteira de rebuço, monteira e outras. Quando se anda na rua deve-se levar chapéu, quando se está em casa a gualteira, quando se vai à igreja ou visitar um amigo a carapuça, no campo usa-se a monteira, e assim se vai variando. Deve-se estar atento e não cometer erros, porque levar chapéu em visitas é falta, e a gualteira nas ruas seria notada como loucura, e assim com todos os outros fora do seu lugar», cf. A. H. de Oliveira Marques, «Uma descrição de Portugal em 1578-80», *Portugal Quinhentista* (ensaios), Lisboa, Quetzal Editores, 1987, p. 245.

<sup>2130</sup> Isabel dos Guimarães Sá, «The uses of luxury: some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580», *Análise Social*, vol. XLIV, (n.º 192), pp. 589-604, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009, p. 596.

<sup>2131</sup> Pano de seda muito liso e lustroso, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 261.

<sup>2132</sup> Seda lavrada, simples ou com fios de ouro ou prata, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. III, p. 6.

<sup>2133</sup> Pano de seda, felpudo de um dos lados, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. VIII, p. 391.

<sup>2134</sup> Tecido de pelo de camelo, por vezes, com fios seda, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. II, p. 268.

<sup>2135</sup> Tecido de seda muito leve de fios lustrosos e retilíneos, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], vol. VIII, p. 15.

Nas cores abundavam os amarelos, os azuis, os escarlates e os verdes. De notar a cor preta associada ao vestuário flamengo. Os feitios das roupas variavam. Os adornos e as guarnições que a ornamentavam abundavam. Bordados, cordões, entretecidos em ouro ou prata, botões e placas cosidas na roupa, toda uma panóplia de acrescentos que funcionavam não só para embelezar a peça de roupa que se vestia, como também para a distinguir, relevando-a, das que eram usadas pelos restantes membros da nobreza e fidalguia. A utilização de peles para forrar algumas das peças era comum, sendo usada com frequência a pele de coelho, ou peles mais nobres, mas este tipo de adorno não consta no inventário que estamos a seguir.

Os homens usavam, junto à pele, uma camisa de mangas compridas, que chegava até ao meio da perna. Por cima dessa camisa vestiam uma espécie de colete decotado e sem mangas; por cima, a saia que era comprida e mais larga em baixo. Em seguida, vestiam o pelote (espécie de manto) que se prestava a uma grande variedade de formas, comprimentos e materiais. Às vezes era uma peça de vestuário tão comprida como a saia, outras vezes uma jaqueta, com ou sem mangas, forrada no Inverno e sem forro no Verão, enfeitada de galões, peles ou bordados. Alguns eram abertos dos lados, outros tinham mangas postiças, de cores a condizer ou contrastantes. O cinto podia ser bordado ou de metal lavrado, mas a maior parte das vezes era de couro. Nele prendiam a faca e a bolsa. A peça de vestuário para sair ou para fazer uma viagem era o tabardo. Era uma capa aberta dos dois lados a partir dos ombros ou das cavas, as aberturas para a saída dos braços eram bastante grandes e podiam ter capucho. Contra a chuva usavam-se capas feitas de lã não desengordurada, o que as tomava impermeáveis. Os pés e as pernas estavam cobertos de meias, com ou sem pé. Eram tecidas em lã, ou seda, mas desta em menor quantidade, muito justas e presas por ligas, também tecidas ou bordadas, ou por correias. O traje era vistoso e podia ser riquíssimo, tanto pelo material de que era feito, como na forma com que era ornamentado.

Podendo alguns dos materiais ser de produção portuguesa, a maioria era importada. É de supor que muitas peças que entravam no guarda-roupa fossem ofertas, no entanto, a qualidade de algumas das espécies, aliada à necessidade de mostrar alguma exuberância no vestir, influência do contacto com outras civilizações e com a abundância de materiais, fruto dos Descobrimentos, levava à necessidade da existência na casa real de um grupo de alfaiates, para criarem as peças de vestuário usadas pelo rei no seu dia a dia ou em ocasiões festivas. Para o rei trabalhavam alfaiates a tempo inteiro que elaboravam novas peças ou ajustavam peças existentes. Já no reinado de D. Afonso III,

se mandava que o rei devia ter em sua casa um bom alfaiate, que soubesse conhecer panos e penas, comprá-los e apreçá-los, e que fosse competente no seu ofício<sup>2136</sup>. Na chancelaria de D. Manuel I, temos notícia que a Duarte Lopes, alfaiate do rei, foi feita a mercê para ser ele a fazer, na casa da Guiné e das Índias, obra de alfaiataria, como de gibitaria<sup>2137</sup>, de pano de seda ou de quaisquer outros panos de lã e de linho, o qual seria pago por cada peça o que geralmente se costumava levar. Na sua ausência, serviria por ele seu cunhado, Tristão de Oliveira, o qual seria tão diligente como a seu serviço cumpria<sup>2138</sup>. Duarte Lopes será mais tarde promovido ao ofício de tabelião do paço e notas da cidade de Lisboa<sup>2139</sup>, ofício que aceitará registando o seu sinal de tabelião<sup>2140</sup>.

Os alfaiates pertenciam a uma das mais importantes corporações e por serem o ofício principal, eram cabeça da mesma. Englobava, para além dos alfaiates, os algibebeiros, os carapuçoiros e os bainheiros, tendo por padroeira Nossa Senhora das Candeias, cuja celebração ocorre a 2 de fevereiro, reunindo a confraria na capela privativa da irmandade que se situava na igreja de S. Julião, a qual ficou completamente destruída com o terramoto de 1755<sup>2141</sup>. A bandeira de Nossa Senhora das Candeias, representada pelos alfaiates, ocupava o sexto lugar nas procissões da cidade de Lisboa<sup>2142</sup>. Para além dos alfaiates, aptos a talhar, cortar e executar qualquer peça de vestuário, existiam oficiais especializados num determinado tipo de indumentária, caso dos jubeteiros, que confeccionavam gibões, de que nos aparece menção a um Francisco Fonseca, privilegiado como cidadão da cidade de Lisboa, atendendo aos serviços que fez ao rei<sup>2143</sup>, ou os calceteiros, ligados à confecção de calças. Esta «bandeira» integrava ainda os que confeccionavam barretes, carapuças ou chapéus, de que os mais comuns eram os sombreiros, executados pelos sombreireiros, caso de Pedro Nunes, nomeado em setembro de 1521 sombreireiro do rei, com os privilégios e ordenado idêntico ao dos outros oficiais do rei, inclusive o direito de pousada<sup>2144</sup>.

---

<sup>2136</sup> *Ordenações del-Rei D. Duarte* [...], p. 57.

<sup>2137</sup> Produção de gibões de aço ou ferro e de saios de malha metálica.

<sup>2138</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 65v (Lisboa, 04/12/1501).

<sup>2139</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 36v (Lisboa, 12/07/1503).

<sup>2140</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 36v (Lisboa, 12/07/1503).

<sup>2141</sup> A igreja de S. Julião encontrava-se a norte da igreja de Nossa Senhora da Oliveira (cruzamento da rua de S. Julião com a rua Augusta). Com a destruição causada pelo terramoto de 1755, a igreja foi contruída no local onde se encontra atualmente (largo de S. Julião). Concluída a construção em 1810, sofreu um incêndio que lhe destruiu o recheio do templo. Em 1910, foi comprada pelo banco de Portugal e mais tarde dessacralizada, tendo servido de depósito e garagem, até recentemente. Atualmente alberga o museu do Dinheiro, e nela se pode também observar um troço da muralha dionísina.

<sup>2142</sup> Franz Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas* [...], vol. I, p. 33.

<sup>2143</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 43 (Lisboa, 02/03/1502).

<sup>2144</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 16 (Lisboa, 09/09/1521).

A evolução da moda relativa ao calçado, abandonando os famosos sapatos de ponta ou pontilha, para modelos mais confortáveis<sup>2145</sup>, fosse dentro de casa como fora dela, com a utilização de diferentes tipos de materiais, a que se associava a manutenção desse calçado, implicavam a existência em tempo permanente de gente que acompanhava o rei e executava esse trabalho. Como noutros ofícios, neste também existiam especializações, que se prendiam com o tipo/formato de calçado que produziam. Grosso modo podemos subdividir o mester de sapateiro em sapateiros propriamente ditos, borzeigueiros, chapineiros e soqueiros. Reunidos sob a bandeira de S. Crispim, com irmandade ereta na ermida de S. Crispim e S. Crispiniano<sup>2146</sup>, reuniam no hospital de S. Vicente, em Lisboa, local onde tomavam as suas decisões em cabido. Rui Lopes, borzeigueiro-mor, morador em Lisboa, que viu confirmado o emprazamento de umas casas à porta do mar<sup>2147</sup>, e Gonçalo Mateus, sapateiro do rei<sup>2148</sup>, são aqueles que ficaram registados com essa ligação à casa real.

Os bordadores ou borladores, como à época se dizia, eram especializados na criação de efeitos bordados sobre as peças de roupa, cuja matéria prima era essencialmente o ouro<sup>2149</sup>. Como se pode comprovar na descrição da guarda roupa de D. Manuel I, são variadas as peças de vestuário com bordados ou com aplicações metálicas. Em 1511, é João de Alverca, quem exerce o ofício de borlador do rei<sup>2150</sup>, como referido no registo que lhe atribui a mercê do ofício de escrivão diante o corregedor da cidade de Lisboa, ofício esse que mais tarde venderá a Gil Fernandes, tabelião do crime em Lisboa<sup>2151</sup>.

## 5.2. ILUMINAÇÃO

A iluminação diurna entrava nas casas por portas, janelas ou frestas. No século XVI, a utilização de vidraças começa a ser usada com alguma frequência, reservando-se,

---

<sup>2145</sup> O material mais usado era o cabedal, curtido ou por curtir, no entanto, sapatos em veludo, cetim ou seda eram também comuns à época. As meias soladas, meias inteiras com sola cosida, e as solas soltas que se atavam em volta do pé ou do calçado, coexistiam com sapatos e botas completos, cf. Fernando José Cunha de Oliveira, *O vestuário português no tempo da expansão, séculos XV e XVI*, [Lisboa], Grupo de Trabalho do Min. Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, p. 30.

<sup>2146</sup> Franz Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas [...]*, vol. II, p. 479.

<sup>2147</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 89v/91 (Lisboa, 08/11/1504).

<sup>2148</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 4v/6 (Lisboa, 19/01/1504).

<sup>2149</sup> *Livro das Posturas Antigas [...]*, pp. 451-454.

<sup>2150</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 70 (Lisboa, 08/07/1511).

<sup>2151</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 13 (Évora, 03/03/1513).



no entanto, o uso de vitrais coloridos para as igrejas<sup>2152</sup>. De noite, a origem da iluminação estava circunscrita à utilização do fogo da chaminé, que fornecia luz e calor, de candeias de sebo ou de azeite, e de círios e tochas feitas com cera, que se colocavam em braços de ferro chumbados na parede, castiçais ou lustres feitos com barras de ferro cruzadas suspensas do teto<sup>2153</sup>. Para a criação destes artefactos o ofício de cerieiro era importante num espaço como era o paço real. Mester que requeria exame específico para a passagem a mestre e poder exercer o ofício, estipulava o regimento do mesmo<sup>2154</sup> que só aos cirieiros cometia a responsabilidade pelo fabrico e venda de círios e tochas feitas de cera, e candeias feitas com sebo. O tamanho e qualidade dos pavios eram parte importante na verificação de um bom trabalho. Tendo como padroeira Nossa Senhora a Franca, com capela na igreja de São Tiago, integrava a Casa dos Vinte e Quatro, embora não tivesse bandeira<sup>2155</sup>.

### 5.3. GEMAS E METAIS PRECIOSOS

A magnificência da pessoa régia, era pautada pela exibição da riqueza e do requinte dos objetos que usava. No mais imediato, temos a roupa de vestir, mas existem outros, mais valiosos e verdadeiras obras de arte, que são as peças de ourivesaria e as gemas, umas guardadas na guarda-roupa, ou num compartimento próprio a que se chamava a sala do tesouro, e outras guardadas na mantearia. Pela sua tipologia, podemos agrupá-las em objetos da capela, da mantearia, de enfeitar e aquelas ligadas ao uso privado do monarca, como o são os objetos de *toilette*. De proveniência variada, que podemos caracterizar por ofertas, encomendas ou compras em mercados exteriores, de que Medina del Campo era o mais conhecido<sup>2156</sup>, os objetos de ouro, prata ou prata dourada guarneciam a mantearia, sendo expostos aquando de eventos mais cerimoniais, quando o rei queria mostrar a sua riqueza. Eram utilizados no culto divino, ou exibidos pelo próprio monarca junto da sua corte ou quando se deslocava ao exterior do paço, como elementos da indumentária ou como joias pessoais.

---

<sup>2152</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa* [...], p. 84. A existência de uma Rua do Vidro na freguesia de São João, em Lisboa, denota a existência de profissionais deste mester.

<sup>2153</sup> Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Sécs. XV-XVIII*, vol. 1, Lisboa, Editorial Teorema, 1992-1993, p. 270.

<sup>2154</sup> *Livro dos Regime[n]tos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e se[m]pre leal Cidade de Lixboa (1572)*, publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia, Coimbra, Imprensa de Universidade, 1926, pp. 218-221.

<sup>2155</sup> Franz Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas* [...], vol. I, p. 518.

<sup>2156</sup> Nuno Vassalo e Silva, «A ourivesaria na casa de Bragança», *De todas as partes do mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I* [...], p. 227.

De D. Manuel I, temos o inventário da guarda roupa<sup>2157</sup>, o qual contém peças com diversas utilidades, que vão desde bacios de água às mãos, com a superfície interior dourada e com relevos feitos a cinzel, bacios de prata de pé e outros de serviço, gomis de pé, de prata branca<sup>2158</sup>, púcaros de prata, a caixas do mesmo metal, vindas da Índia, escova de seda de prata e espelhos de prata com o pé esmaltado, porcelanas e vasos de prata da China. Estampas em ouro ou esmaltadas com motivos religiosos, cruces do mesmo material, espadas e adagas. No que às joias diz respeito, vários são os colares e cadeias de ouro, simples, com pedras encastradas ou com peças esmaltadas. Entre as gemas encontramos safiras, ametistas, esmeraldas, rubis, diamantes e muitas pérolas, entre elas uma muito grande enviada pelo rei de Ormuz. Alguns dos objetos são referenciados pelo nome do ofertante ou antigo possuidor. É o caso de um cris<sup>2159</sup>, oferecido por Simão da Silveira, com a bainha toda cheia de rubis e o punho em cristal. Um punhal, com muitos diamantes e rubis incrustados na bainha feita em ouro, e com uma grande pérola no cabo da conteira<sup>2160</sup>, oferta de Crisna, que também o presenteara com um escudo da Índia coberto de folha dourada com muitos pontos vermelhos e verdes. Pedro Silveira ofereceu um escudo revestido de veludo carmesim, coberto de pérolas e gemas falsas. Um cutelo da Índia, de ouro, foi comprado a Alexandre de Ataíde, e Frutos de Góis foi o anterior proprietário de um punhal de ouro, com bocal e conteira. Este inventário dá-nos, também, a conhecer os nomes dos ourives que criaram peças para o tesouro real, num total de oito artesãos. Um entre eles, pela onomástica, possivelmente estrangeiro, Fernão de Eslava, e dois com provável relação familiar, João e Vicente Caldeirão.

Mestre João só é referenciado uma vez, como fabricante de uma cadeia de ouro com 52 elos esmaltados de verde<sup>2161</sup>, e Gonçalo de Mesa, o que mais vezes aparece, fabricando espadas e punhais de ouro, com esmaltados na lâmina, cintos para espada com embutidos, guarnições, incrustações e fivelas em ouro, simples ou esmaltado. O ourives Gonçalo de Mesa, será nomeado para os ofícios de contraste das moedas e coisas de ouro e prata, com o mantimento de 800 reais mensais<sup>2162</sup>. Na chancelaria de D. Manuel I encontramos um outro ourives com o mesmo apelido, Diogo de Mesa, a quem foi

---

<sup>2157</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da guarda-roupa de D. Manuel», *Arquivo Histórico Portuguez* [...], vol. II, pp. 381-417.

<sup>2158</sup> Estes utensílios podiam ser usados nas abluções da manhã.

<sup>2159</sup> Tipo de punhal de proveniência oriental com os bordos da lâmina ondulados, Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 613.

<sup>2160</sup> Lâmina da arma, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. II, p. 493.

<sup>2161</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Inventário da guarda-roupa de D. Manuel», *Arquivo Histórico Portuguez* [...], vol. II, p. 382.

<sup>2162</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 116, n.º 27 (13/06/1524).

reconfirmado o privilégio, dado pelos oficiais e homens bons de Santarém, confirmado antes por D. João II, para que pudesse viver, morar e exercer o ofício, na vila de Santarém<sup>2163</sup>. Um estoque de ouro foi feito por Fernão Lopes, e um outro estoque, este pequeno, foi executado por Álvaro Pais, que também fez guarnições de ouro com tachões e botões grandes, do mesmo material esmaltado. Fernão de Eslava fabricou uma espada de prata, com peças de ouro e esmalte, botões e pontas de ouro. Dos dois ourives com o mesmo apelido, temos uma grande variedade de objetos, desde espadas, adagas e punhais, a cintos para espada, pontinhas de ouro e guarnições decoradas com tachões, tudo em metal precioso. Guarnição e biqueira e fivelas são registadas como tendo sido feitas por João Fernandes.

Os ourives, do ouro e da prata, não pertenciam a nenhuma bandeira, tendo como padroeiro Santo Elói, cuja irmandade administrava a capela sita na igreja paroquial de S. Julião<sup>2164</sup> e o seu hospital, incorporado no de Hospital Real de Todos-os-Santos em 1501, situava-se na rua do Arco do Rossio, freguesia de S. Nicolau. Estavam isentos de aposentadoria, desde o reinado de D. Fernando<sup>2165</sup>, e de acompanhar a procissão do Corpo de Deus<sup>2166</sup>. Em 1512, D. Manuel I confirmou o regimento dos ourives de ouro e jóias da cidade de Lisboa<sup>2167</sup>, e em 20 de dezembro de 1554, é publicado o regimento dos ourives do ouro de como hão-de fazer para eleger os seus oficiais<sup>2168</sup>. Para além de trabalharem no paço ou nas casas dos fidalgos<sup>2169</sup>, exerciam o seu ofício nas tendas situadas na rua da ourivesaria<sup>2170</sup>, onde tinham as suas forjas e trabalhavam o metal<sup>2171</sup>, podendo ser chamados para cargos de nomeação régia, especialmente os que se relacionavam com os ofícios mais técnicos da casa da moeda, independentemente da grande maioria dos praticantes da arte serem cristãos novos<sup>2172</sup>. Abridor dos cunhos da moeda<sup>2173</sup>, salvador

---

<sup>2163</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 10 (Santarém, 04/10/1496).

<sup>2164</sup> Franz Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas* [...], vol. II, p. 362.

<sup>2165</sup> Franz Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas* [...], vol. II, p. 360.

<sup>2166</sup> Franz Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas* [...], vol. II, p. 362.

<sup>2167</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 36v (Lisboa, 23/08/1512).

<sup>2168</sup> Franz Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas* [...], vol. II, pp. 365-378.

<sup>2169</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], pp. 445-446.

<sup>2170</sup> Temos conhecimento da existência de uma rua da ourivesaria em Lisboa, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 15v/17 (Lisboa, 18/02/1502), e no Porto, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 126 (Lisboa, 03/07/1515).

<sup>2171</sup> Aos escravos, só era permitido tanger os foles das forjas ou ajudar a martelar o ouro ou a prata, cf. Franz Paul de Almeida Langhans, *As Corporações Mecânicas* [...], vol. II, p. 363.

<sup>2172</sup> *Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI* [...], p. 400, p. 401 e nota da p. 438.

<sup>2173</sup> Ofício dado a Diego Rodrigues, ourives da Rainha D. Isabel, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 21v (Évora, 03/04/1497).

do ouro<sup>2174</sup> e salvador dos cruzados<sup>2175</sup>, fundidor<sup>2176</sup>, ensaiador<sup>2177</sup>, ou guarda da casa da moeda<sup>2178</sup>, são alguns dos ofícios providos por ourives, que o vão poder transmitir, por mercê régia, aos filhos. Encontramos um desses casos protagonizado por Pedro Gonçalves e seu filho João Faleiro. O ourives Pedro Gonçalves fora nomeado, em 1498, fundidor da casa da moeda de Lisboa<sup>2179</sup> e um dos três salvadores da mesma casa<sup>2180</sup>, ofício que irá transmitir, seguindo o protocolo de renúncia nas mãos do rei, a seu filho João Faleiro, também ourives, corria o ano de 1514<sup>2181</sup>. Com a morte do pai, foi-lhe feita graça e mercê dos outros ofícios que o falecido desempenhara: o de guarda da casa da moeda de Lisboa<sup>2182</sup>, o de ensaiador da moeda real dessa cidade<sup>2183</sup> e o de fundidor das aparas que resultassem do fabrico de cruzados, ofício que Pedro Gonçalves exercia desde 1498<sup>2184</sup>.

Um outro ofício, não tão técnico, o de mestre da balança, foi também desempenhado por ourives. Na descrição que Agostinho Ferreira Gambetta nos transmite, era da responsabilidade do juiz da balança:

«Os metais, sua mistura e pureza, câmbios, escrita, aritmética e cálculo, pesos e balança, eram os conhecimentos do ofício; tinha de conhecer os regimentos dos ourives, dos pesos, dos câmbios e das moedas. Fazia tabelas de cálculo, de quebras, de quotas, estivas e comissões, pautas e cálculos aritméticos em geral, nomeadamente os dos quebrados ou fracções, ligas ou misturas, fossem para serviço próprio, fossem para uso dos outros oficiais maiores da moeda. O cálculo da espessura ou gileza e o do diâmetro ou bitola eram a sua especialidade; fazia, pois, os modelos do peso ou ponderais para uso dos

---

<sup>2174</sup> Existiam três oficiais com o mesmo cargo de salvadores, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 147 (Lisboa, 15/03/1498), cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 146v (Lisboa, 23/03/1498), cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 146v (23/03/1498). O salvador era aquele que cortava os discos das chapas antes de serem cunhados, cf. Agostinho Ferreira Gambetta, *A capital do reino e origem da sua casa da moeda. História da moeda antiga portuguesa*, Lisboa, Boletim Cultural da Junta Distrital, 1968, p. 86.

<sup>2175</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 126 (Lisboa, 20/10/1516).

<sup>2176</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 104v (Lisboa, 15/03/1498).

<sup>2177</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 17 (Lisboa, 27/02/1521).

<sup>2178</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 16v (Lisboa, 27/02/1521).

<sup>2179</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 104v (Lisboa, 15/03/1498).

<sup>2180</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 14 (Lisboa, 23/03/1498).

<sup>2181</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 128v (Lisboa, 12/05/1514).

<sup>2182</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 16v (Lisboa, 27/02/1521).

<sup>2183</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 17 (Lisboa, 27/02/1521), transcrita por Damião Peres, *História dos moedeiros de Lisboa como classe privilegiada*, tomo II: Organização, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1965, pp- 89-90.

<sup>2184</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 17v (Lisboa, 28/02/1521).

capatazes, fornaceiros, salvadores, aperfeiçoadores, contadores provedores e mestres da balança, bem como as competentes bitolas»<sup>2185</sup>.

Depois de confirmar uma ordenação de D. João II, limitando o número de moedeiros de Lisboa a 104, D. Manuel I, em 1498, nomeou Vasco Anes<sup>2186</sup>, como um dos dois mestres da balança na casa da moeda de Lisboa, retomando uma prática que não estava a ser seguida<sup>2187</sup>, para acompanhar Vasco Gil, no ofício desde 1490<sup>2188</sup>. O nomeado, ourives e morador em Lisboa, irá perder o cargo em 1501<sup>2189</sup>, que será entregue a João Martins, nomeado guarda das fornaças em 1498<sup>2190</sup>, e que irá acumular os de mestre da balança da casa da moeda e de porteiro da mesma<sup>2191</sup>. Alguns anos mais tarde, Gil Vicente, «trovador», ourives da rainha D. Leonor, foi nomeado mestre da balança, entrando para o lugar de Fernão Gil, entretanto falecido<sup>2192</sup>. Gil Vicente ao tomar posse do ofício passou a auferir o mantimento anual de 25.000 reais anuais, valor superior ao que recebia o outro juiz da balança, que irá receber a mercê de um acrescentamento para igualar a quantia<sup>2193</sup>. Em 1517, os ofícios passam de mãos. Gil Vicente vende o seu a Diogo Rodrigues, ourives da infanta dona Isabel, filha do rei<sup>2194</sup>, e Pedro Homem foi nomeado mestre da balança da moeda substituindo João Martins, que renunciou ao ofício<sup>2195</sup>.

Destes mestres da balança, Gil Vicente é, sem dúvida, o caso mais notório e aquele de que temos mais informação. Ourives da rainha D. Leonor e de D. Manuel I, foi por este incumbido de fazer uma custódia para o mosteiro de Santa Maria de Belém, utilizando para a sua confeção os meticais de ouro provenientes do tributo pago a Vasco

---

<sup>2185</sup> Agostinho Ferreira Gambetta, *A capital do reino e origem da sua casa da moeda. História da moeda antiga portuguesa* [...], p. 76.

<sup>2186</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 15/15v (Lisboa, 23/03/1498).

<sup>2187</sup> Damião Peres, *História dos moedeiros de Lisboa como classe privilegiada*, tomo II: Organização [...], p. 66.

<sup>2188</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 13, fl. 32 (Évora, 13/05/1490).

<sup>2189</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 31v (Lisboa, 21/05/1501).

<sup>2190</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 15 (Lisboa, 15/03/1498).

<sup>2191</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 46 (Lisboa, 06/01/1505).

<sup>2192</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 20v (Évora, 04/02/1513). Seria este Fernão Gil, filho de Vasco Gil? A documentação não nos permite asseverar tal facto, mas sendo este um ofício que podia passar de pais para filhos, e ficando o cargo resguardado para o filho deste último até perfazer a idade de 25 anos, ficando o rei com a opção de lho conceder ou fazer dele mercê a qualquer outra pessoa, é bem possível a hipótese de o cargo estar na posse da família Gil.

<sup>2193</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 21v (Évora, 28/01/1513).

<sup>2194</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 71/71v (Lisboa, 06/08/1517).

<sup>2195</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 89 (Lisboa, 26/09/1517).

da Gama pelo régulo de Quiloa<sup>2196</sup>. Esta peça de ourivesaria, que chegou até aos nossos dias, bem como uma cruz grande, que o rei mantinha no seu tesouro, e que seria exibida na capela real, são mencionados no testamento real como tendo sido feitos por Gil Vicente<sup>2197</sup>. Há notícia de dois cálices que a rainha D. Leonor deixou ao convento da Madre de Deus<sup>2198</sup>, provavelmente lavrados pelo mestre ourives. Por alvará emitido em 15 de fevereiro de 1509, foi nomeado vedor de todas as obras que «mandamos fazer ou se fizerem, de ouro e prata, pera o nosso convento de Tomar, hospital de Todos os Santos e mosteiro de Nossa Senhora de Belem»<sup>2199</sup>, sendo neste documento referido como ourives da «senhora rainha minha irmã». Pelo mesmo, ficamos a saber que as peças pedidas tanto podiam ser feitas por Gil Vicente ou por outros oficiais que ele indicasse, e que aquelas que não fossem feitas na sua oficina, ele avaliaria se estavam de acordo com o pedido. Já depois de ter sido nomeado mestre da balança, em outubro desse ano, é um dos procuradores dos mesteres, na câmara de Lisboa<sup>2200</sup>. Alguns anos depois de ter renunciado ao cargo, em novembro de 1520, foi encarregue de dirigir alguns dos festejos que se fariam para a entrada da rainha D. Leonor em Lisboa. Todas estas atividades eram realizadas em paralelo com a criação teatral. Com duas verbas registadas no livro de tenças, recebia um total de 20.000 reais, em 1524, a serem pagas pelos ordenados<sup>2201</sup>.

Muitos dos objetos eram feitos num metal menos nobre que o ouro, latão ou mesmo prata, a que se dava um banho de ouro, trabalho feito pelos douradores, que se agrupavam na bandeira de S. Jorge, com alguns artífices a trabalhar para a casa real, como foi mestre Guedelha Levi<sup>2202</sup> ou Luis Fernandes confirmado no ofício de dourador do príncipe<sup>2203</sup>.

---

<sup>2196</sup> A custódia, composta por quatro partes: base, haste, relicário e cúpula, tem na base a seguinte inscrição «O MVITO ALTO PRINCIPE E PODEROSOS SENHOR REI DOM MANUEL I. A MANDOV FAZER DO OURO I. DAS PARIAS DE QVILOA AQUABOV E. CCCCCVI», cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Vida e obras de Gil Vicente «Trovador, mestre da balança»* [...], p. 46.

<sup>2197</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, p. 328.

<sup>2198</sup> Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado, *O espírito das Misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 1999, p. 26.

<sup>2199</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Vida e obras de Gil Vicente «Trovador, mestre da balança»* [...], p. 433.

<sup>2200</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 113v/114 (Lisboa, 17/10/1513), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, *Vida e obras de Gil Vicente «Trovador, mestre da balança»* [...], pp. 434-435.

<sup>2201</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, pp. 125-126.

<sup>2202</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 128 (Montemor-o-Novo, 01/03/1496).

<sup>2203</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 102v (Lisboa, 17/12/1511).

#### 5.4. A ESTREBARIA

A cultura equestre personificava alguns ideais de identidade da cavalaria, guerra e armas, articulando elementos da representação da soberania e da majestade como sejam a virtude, a glória e o poder. Quando o rei se desloca a cavalo, demonstrava a sua destreza física e o controlo sobre o animal, a que se aliava o aparato cerimonial com que se fazia acompanhar. A garantia de que os animais eram bem domados e tratados era da competência da estrebaria, uma das áreas da casa real que mais gente teria ao seu serviço, dado o número de animais de carga e de transporte, para garantir a mobilidade do rei e dos seus familiares, de que era necessário cuidar. Sob a égide do estribeiro-mor, era dele que dependiam os moços da estrebaria, os da estribeira e os cavaliços. A estas funções teremos que adicionar os carroceiros, os azeméis e o mariscal, importantes no transporte de bens quando o rei se deslocava entre residências.

Do ofício de estribeiro-mor não encontramos regimento publicado nas Ordenações. Ofício ligado às cavaliças, nas quais detinha a responsabilidade sobre o seu modo de funcionamento, a saúde e alimentação dos animais e a qualidade dos mesmos, numa corte em que andar a cavalo funcionava como mecanismo de regulação social, distinguindo os que o podiam fazer dos outros<sup>2204</sup>, servindo como meio de transporte quase único, nas sucessivas deslocações do séquito real entre os vários paços que serviam de residência ao rei, é natural que o ofício fosse entregue a alguém que superintendesse o todo e tivesse o conhecimento de que os animais entregues ao rei para a sua deslocação, eram os adequados. Como a nomeação dos moços de estrebaria era da responsabilidade do mordomo-mor e a alimentação animal estava sob as ordens do cevadeiro-mor, o espaço de ação do estribeiro-mor, embora importante, quedava-se, numa primeira fase, pela componente animal da estrebaria, e numa função protocolar, acompanhando o rei fora de portas, quando este saía a cavalo, ajudando a montar e a desmontar, dando-lhe o estribo. De início, estava ao mesmo nível do mordomo-mor ou do vedor, como nos lembra Severim de Faria:

«os imperadores romanos, e à sua imitação os antigos Reis de Espanha, e França introduziram nos seus Oficiais do Paço o título de *Comites*, ou condes; aos quais conforme o ministério, a que presidiam, se lhes dava o nome com que se diferenciavam uns dos outros, chamando *Comes rei privata*, ao Veador da casa; *Comes domesticorum*, ao

---

<sup>2204</sup> Ordenações Afonsinas [...], liv. V, tít. CXIX.

mordomo mor, e assim aos mais. Por esta razão chamaram ao Estribeiro-mor *Comes stabuli*. O mais antigo Autor onde se acha este nome é em S. Gregório Turonense: e assim se entende que teve esta dignidade princípio em França, e que aqueles Reis foram usando destes seus Estribeiros mores ou Condestable nas cousas de guerra. Sendo o Condestável Capitão de cavalos e depois General de Cavalaria»<sup>2205</sup>.

A criação da figura de condestável, no reinado de D. Fernando, veio retirar alguma importância ao alferes-mor e ao estribeiro-mor, e tanto assim foi, que aquando da monarquia dual, o pouco relevo que o cargo tinha, levaram D. João da Silva a pensar que não era considerado em Portugal como um dos principais da casa real, e daí ter sugerido o seu desaparecimento<sup>2206</sup>. Tal não sucedeu e o cargo manteve-se ao longo da monarquia dual de acordo com as necessidades do tempo, dado ter existido uma evolução na forma de transporte, que combina a deslocação a cavalo com a utilização de coches, inovação trazida pelos Filipes<sup>2207</sup>, e é um dos que mais rapidamente tem regimento após a revolução de 1640, mas agora com um cariz mais cerimonial que organizativo<sup>2208</sup>.

A carta de ofício, que foi passada ao novo estribeiro-mor em 2 de janeiro de 1522, contém princípios genéricos da função, remetendo para a tradição que vem da prática de reis anteriores:

«esguardando Nós os muitos serviços que D. Pedro de Mascarenhas, fidalgo da nossa Casa, tem feito a El-Rei, meu Senhor e Padre, que santa glória haja, a boa vontade que por seus serviços lhe tinha e por esperarmos dele que assim Nos servirá que de seus serviços recebamos muito contentamento e folguemos, por isso, de lhe fazer mercê, como é razão que façamos àqueles que nos bem servem, e querendo-lhe fazer graça e mercê, temos por bem e lhe damos e fazemos mercê do ofício de nosso Estribeiro Mor, assim pela guisa e maneira e com aquela tença, foros, proes, percalços e interesses com que sempre tiveram os Estribeiros- Mores destes Reinos e diretamente lhe pertencerem, e como tudo tinha, possuía e havia o Estribeiro Mor de El-Rei, meu Senhor e Padre, que santa glória haja, e melhor, se, com direito de todo, puder usar e o haver; porém, notificamos assim ao Conde de Portalegre, Mordomo-Mor de nossa Casa, e a todo e a quaisquer oficiais e pessoas a quem esta nossa Carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer lhe mandamos que o meta em posse do dito ofício e lho deixe servir e usar dele e haver a tença ordenada a ele e todos os foros, proes, percalços e interesses que

---

<sup>2205</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p. 42.

<sup>2206</sup> Félix Labrador Arroyo, *La Casa Real en Portugal (1580-1621)*, Madrid, Polifemo, 2009, p 145.

<sup>2207</sup> Félix Labrador Arroyo, *La Casa Real en Portugal* [...], p. 140, nota 515.

<sup>2208</sup> Sobre este ponto, regimento do estribeiro-mor de 1641, veja-se Joana Leandro Pinheiro de Almeida Troni, *A Casa Real Portuguesa ao Tempo de D. Pedro II (1668-1706)* [...], pp. 97-103.



direitamente lhe pertencerem e como diretamente houveram os Estribeiros-Mores dos Reis destes Reinos e o havia o Estribeiro Mor se El-Rei, meu senhor e Padre, que santa glória haja, e diretamente lhe pertencerem, sem dúvida nem embargo algum que a ele lhe seja posto, porque assim é a nossa mercê»<sup>2209</sup>.

Pedro Homem, homem da casa do duque de Beja, detinha o cargo no início do reinado de D. Manuel I; é o que nos dá conta o registo de chancelaria que confirma a coutada de uma herdade no termo de Sousel<sup>2210</sup>, tendo substituído no cargo Álvaro da Cunha, fidalgo da casa real<sup>2211</sup> e senhor das terras de Penajóia<sup>2212</sup> e Gestaço<sup>2213</sup>. Do percurso de Pedro Homem pouco se sabe, uma vez que se finou antes de março de 1498<sup>2214</sup>. Casado com D. Violante Pacheco<sup>2215</sup>, filha de Lizuarte Peres de Andrade e Margarida Pacheco, filha de Gonçalves Lopes Pacheco, criado do infante D. Henrique e tesoureiro da casa de Ceuta, e de sua mulher Ana Dinis Malafaia, foi um dos sete cavaleiros que acompanharam D. Manuel I nas festas que se fizeram no casamento do infante D. Afonso<sup>2216</sup>. Em 1496, da tença de 90.000 reais que recebia, retirou 55.000 para pagamento ao fidalgo Pedro de Abreu, pela compra da portagem de Évora<sup>2217</sup>. Após a sua morte, é dada carta de privilégio à viúva, residente em Évora, para todos os servidores<sup>2218</sup>, e do padrão de tença, no valor de 35.000 reais<sup>2219</sup>, foi feita mercê aos filhos<sup>2220</sup>, e a portagem é doada ao primogénito, Francisco Homem<sup>2221</sup>, que ficará com o ofício do pai, com vestimenta no valor de 1.000 reais<sup>2222</sup>, e se irá casar com D. Maria de Meneses, filha

---

<sup>2209</sup> Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro* [...], pp. 215-216.

<sup>2210</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 19v (Montemor-o-Novo, 10/02/1496).

<sup>2211</sup> Álvaro da Cunha pede e são-lhe confirmadas várias mercês dadas por D. João II: tença no valor de 30.000 reais brancos, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 39 (Évora, 02/11/1497); tença de vinte moios de trigo, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 38/38v (Évora, 05/11/1497).

<sup>2212</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 24 (Évora, 06/11/1497).

<sup>2213</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 24/24v (Évora, 06/11/1497).

<sup>2214</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 99v (Lisboa, 16/03/1498).

<sup>2215</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo I, p. 156, §26.

<sup>2216</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXXVIII, p. 184.

<sup>2217</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 20, fl. 9v (Santarém, 08/05/1505).

<sup>2218</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 110 (Lisboa, 02/09/1499).

<sup>2219</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 99v (Lisboa, 16/03/1498). A tença ainda se mantinha em 1523, cf. Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 114.

<sup>2220</sup> Francisco Homem, que herdou o ofício; Henrique Homem, que serviu na Índia; Pedro Homem, senhor de Verdellar e capitão de Malaca, casado com D. Turibia de Oliveira; D. Isabel Pacheco, mulher de Francisco Pereira de Berredo, capitão de Chaul e Mina; D. Guiomar Pacheco, casada com D. Fernando de Eça, filho de D. Pedro de Eça, alcaide-mor de Moura; Margarida Pacheco, mulher de António de Mendoça, alcaide-mor de Chaves, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo I, p. 156 e Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVI, p. 98.

<sup>2221</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 99v (Lisboa, 13/03/1498).

<sup>2222</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 61, n.º 49 (11/10/1515).

de Rui Gomes da Silva, alcaide-mor de Campo Maior, e de D. Urraca de Moura. Desse casamento não houve descendência. Francisco Homem terá o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, com 45.000 reais de tença<sup>2223</sup>.

O cargo não seria, à época, um cargo de grande importância, sendo exercido por famílias secundárias, como podemos observar com a origem das famílias dos estribeiros-mor que são nomeados para a casa da rainha D. Isabel, Pedro Vaz Soares<sup>2224</sup>, Duarte Casal, estribeiro-mor da rainha D. Maria<sup>2225</sup>, Jorge Rodrigues Preto, genro de Duarte Casal, para a casa da infanta D. Isabel<sup>2226</sup>.

Após a morte de D. Manuel I, seu filho D. João III, logo no início de janeiro de 1522, manda passar carta de ofício de estribeiro-mor em nome de D. Pedro Mascarenhas, que irá ter uma longa carreira ao serviço régio. Proveniente de uma das famílias bem relacionadas na corte, será 6.º vice-rei da Índia. Seu irmão D. João Mascarenhas foi capitão dos ginetes, alcaide-mor de Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal, o secundogénito, D. Nuno Mascarenhas, capitão de Safim e comendador de Almodôvar, D. Manuel Mascarenhas, comendador do Rosmaninhal.

O ofício de cevadeiro-mor, no reinado de D. João II, era de Antão de Faria, camareiro, cevadeiro-mor e armador-mor e com assento no conselho régio<sup>2227</sup>, para no reinado de D. Manuel I ser desempenhado pelo escudeiro João Dourado, que pelas cartas de quitação, sabemos que já o exercia desde janeiro de 1495<sup>2228</sup>. Acumulando este ofício com o de mariscal das azémolas do rei, em 1514, foi-lhe feita mercê do ofício de porteiro da chancelaria da casa da suplicação, vago por falecimento de António Banha, com licença para que, outro por ele, servisse em seu lugar<sup>2229</sup>. O último documento registado com a sua assinatura, está datado de julho de 1521, relativo ao recebimento de três moios de cevada das jugadas de Santarém<sup>2230</sup>. Terá falecido em 17 de agosto de 1521, como consta do livro de contas da cevadaria, onde está escrito na capa que «este livro corresponde a 17 dias do mês de Agosto, porque os restantes 14 se fez outro sobre o

---

<sup>2223</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. II, p. 95.

<sup>2224</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 72v (Lisboa, 21/06/1502).

<sup>2225</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 133 (Lisboa, 03/15/1518).

<sup>2226</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 133 (Lisboa, 03/15/1518).

<sup>2227</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 34, fl. 33v/34v (Setúbal, 27/04/1496).

<sup>2228</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. III, pp. 388-389.

<sup>2229</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 168 (Lisboa, 22/12/1514).

<sup>2230</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 97, n.º 18 (04/07/1521).

cevadeiro Manuel Cerveira»<sup>2231</sup>. O cargo de porteiro da chancelaria da corte foi dado a Nicolau de Faria, cavaleiro da casa real<sup>2232</sup>.

Durante séculos, as elites fizeram-se transportar a cavalo, dando realce a ofícios ligados ao seu ajaezamento e apresentação. Entre elas estavam aquelas que confeccionavam as selas e os arreios que os seus proprietários pretendiam de acordo com o seu estatuto e privilégio. Destes ofícios, agrupados na bandeira de Nossa Senhora da Conceição, com presença nas cavaliças régias, o correeiro ocupava-se dos arreios e o seleiro<sup>2233</sup> na manufatura de novas selas e na manutenção das existentes, cujos tipos eram a sela à ginete e a estradiola<sup>2234</sup>. Outro dos ofícios, este necessário ao bem-estar dos animais, era desempenhado pelo ferrador<sup>2235</sup>, que fazia as ferraduras e os cravos para as pregar, para além da colocação das mesmas, muitas vezes utilizava artes de alveitaria<sup>2236</sup>, e pela tarefa que desempenhavam, eram por vezes desobrigados dos habituais encargos do concelho<sup>2237</sup>. No reinado de D. Afonso V, permitia-se-lhe ter um ajudante, com ração, recebendo 385 reais mensais para a vestiaria de ambos, calçado e cevada, a que era acrescentada uma moradia no valor de 257 reais<sup>2238</sup>. Associado a este ofício temos o de ferrador,

## 5.5. HIGIENE, MANUTENÇÃO E CONFORTO

Qualquer aglomerado habitacional precisa de manutenção e de pequenas reparações, ao longo dos anos, e os paços reais não eram exceção, mesmo desenvolvendo D. Manuel I um programa de novas obras nos paços existentes, ou na construção de raiz, como o paço da Ribeira, ou o paço de Almeirim. Os ofícios de calceteiro, carpinteiro, jardineiro eram garantidos por servidores da casa real, embora deles não nos tenham chegado elementos que nos permitam saber quem foram. Dos carpinteiros e calceteiros temos menção no reinado de D. Afonso V, que pagava 300 reais de ordenado aos

---

<sup>2231</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Contos do Reino e Casa*, Núcleo Antigo, n.º 857.

<sup>2232</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 12v/13 (Lisboa, 09/09/1521).

<sup>2233</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 93/93v (Setúbal, 26/04/1496).

<sup>2234</sup> Sela com arções elevados, onde o cavaleiro ficava encaixado, usada por cavaleiros com armadura, cf. Franklin Pereira, *Ofícios do couro na Lisboa Medieval*, Lisboa, Prefácio, 2008, p. 58.

<sup>2235</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 9v (Lisboa, 12/06/1501).

<sup>2236</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 36 (Lisboa, 02/05/1504).

<sup>2237</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 72v/73 (Évora, 10/04/1497).

<sup>2238</sup> «Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V» [...], tomo III, p. 508.

calceteiros<sup>2239</sup> e excluía os carpinteiros das ajudas ao casamento<sup>2240</sup>. Os serralheiros eram pagos à peça que executavam<sup>2241</sup>.

Mantendo uma tradição com raízes na cultura árabe, de local de cultivo de verduras e fruta, o horto vai-se transformar num local de deleite e recreio, onde predominam as ervas aromáticas e as árvores de fruto odorosas, como a laranjeira, o limoeiro ou os pessegueiros. Local fresco, por excelência, onde a água corria nas fontes, o horto é um dos espaços mais usufruídos para descanso do corpo e inebriação dos sentidos, daí a importância que os reis lhe foram dando, contratando jardineiros especializados, que transformassem um sítio de cultivo num local de exaltação do espírito. D. João II contratou um jardineiro valenciano para cuidar do horto dos paços de Évora<sup>2242</sup> e D. Manuel I mandou plantar, em 1508, árvores de fruto no paço de Sintra<sup>2243</sup>, e as rainhas D. Maria<sup>2244</sup> e D. Leonor<sup>2245</sup>, mantiveram jardineiros ao seu serviço.

Mesmo sem documentação disponível, é-nos fácil imaginar as muitas dezenas de homens e mulheres que garantiam a higiene e o conforto de todos aqueles que habitavam ou se dirigiam ao paço onde o rei se encontrava. No documento já citado do reinado de D. Afonso V, encontramos varredeiras e lavadeiras<sup>2246</sup>, noutros contextos, é de todo provável a existência de quem se encarregava de despejar os vasos de noite, de quem garantia o acender e apagar das velas, tochas e lareiras, quem transportava a água, lenha e carvão necessários, a que se soma o trabalho dos muitos escravos que exerceriam um trabalho braçal mais exigente.

## 5.6. REGISTAR, CONTROLAR, PAGAR

A multiplicidade de cargos, ofícios e criadagem a prestar serviço na casa real, tornou necessário que esta fosse dotada de um corpo de serviçais cujas tarefas se focavam em registar, controlar e pagar às dezenas de súbditos que mantinham o funcionamento do paço onde o rei residia e que podemos agrupar de acordo com o tipo de pagamento e, concomitantemente, com o estatuto e serviço prestado. Assim, temos os que estavam

---

<sup>2239</sup> «Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V» [...], tomo III, p. 508.

<sup>2240</sup> «Livro Vermelho do Senhor Rey D. Afonso V» [...], tomo III, p. 480.

<sup>2241</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 29, n.º 47 (Lisboa, 02/04/1523). Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 36, n.º 269 (27/01/1513).

<sup>2242</sup> José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses* [...], p. 34.

<sup>2243</sup> José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses* [...], p. 34.

<sup>2244</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 47, n.º 93 (14/05/1514).

<sup>2245</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 24, n.º 88 (Évora, 07/06/1519).

<sup>2246</sup> «Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V» [...], tomo III, p. 480.

assentes no livro de moradias, aqueles a quem era atribuído um determinado ordenado, simples, ou com vestimenta e cevada para o animal, se fosse caso disso, pela função exercida, e uma maioria, para nós desconhecida, dos que eram pagos à jorna. Esta necessidade de controle exigia que tudo fosse registado, e que boas contas fossem apresentadas. Para o registo das presenças, eram nomeados apontadores, que registavam as presenças, ou ausências, de todos os que exerciam ofícios na casa real, sendo-lhes descontados aqueles dias que faltavam sem autorização régia ou do mordomo-mor para os criados de mais baixa ordem, como o fez D. Afonso V, que, para combater os que partiam de «nossa casa e Corte pêra onde lhes apraz [...] per cujo azo, e maneira fomos mal servido deles»<sup>2247</sup>, mandou publicar um alvará determinando que os oficiais só se podiam ausentar com a sua licença, e se fossem sem ela ser-lhes-ia retirado do que auferiam, a parte correspondente ao tempo em falta, a que se poderiam adicionar outras penas<sup>2248</sup>.

Cargo de nomeação régia, em 1500, quem exerce o ofício de apontador dos moradores da casa real é Cristóvão do Boiro, escudeiro, recebendo 6.000 reais por ano<sup>2249</sup>, que trocará, em 1506, pelo de almoxarife dos escravos reais, indo para o seu lugar Gonçalo Rodrigues, porteiro da câmara real, com o mesmo mantimento<sup>2250</sup>. Em 1521, é João Rodrigues que tem os dois ofícios, sendo também nomeado escrivão junto do corregedor da ilha de São Tomé, com mantimento anual de 12.000 reais<sup>2251</sup>, pedindo licença para ter uma pessoa por ele nesse cargo, o que foi autorizado<sup>2252</sup>, como autorizado foi apresentar outra pessoa para o cargo de distribuidor dos feitos da vila de Abrantes, para o qual fora nomeado<sup>2253</sup>. Rui Lourenço era o escrivão e apontador dos moços de estribeira, que acumulava com o de escrivão das compras, recebendo uma tença anual de 14.644 reais de moradia, cevada e vestimenta<sup>2254</sup>.

O recebedor do tesouro recebia o dinheiro e géneros, com que depois pagava as quantias atribuídas aos que estavam lançados no livro das moradias. Nas cartas de quitação dos dinheiros envolvidos, encontramos uma, dada a Rui Gil Magro, que será coudel mor de D. Manuel I, relativa aos derradeiros anos do reinado de D. João II,

---

<sup>2247</sup> «Livro Vermelho do Senhor Rey D. Afonso V» [...], tomo III, p. 484.

<sup>2248</sup> «Livro Vermelho do Senhor Rey D. Afonso V» [...], tomo III, pp. 484-485.

<sup>2249</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 41 (Lisboa, 25/08/1500).

<sup>2250</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 116 (Abrantes, 07/04/1506).

<sup>2251</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 107 (Évora, 25/10/1520).

<sup>2252</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 85 (Lisboa, 09/11/1521).

<sup>2253</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 112 (Lisboa, 09/12/1521).

<sup>2254</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 34/34v (Lisboa, 19/14/1504).

sabendo-se que despendeu 70.183.750 reais, nos anos de 1491 a 1494<sup>2255</sup>. João Lopes Perestrelo ocupou o cargo nos anos de 1495 e 1496, gastando 13.699.650 reais<sup>2256</sup>. Vasco Queimado de Vilalobos esteve como tesoureiro entre os anos de 1500 e 1502, tendo feito pagamentos no valor de 8.126.024 reais<sup>2257</sup>. Homem da casa do duque de Beja, que lhe fez mercê de uma tença de 10.000 reais com início em janeiro de 1495<sup>2258</sup>, manteve-se como pagador das moradias nos anos de 1503 e 1504<sup>2259</sup>, quando transitou para tesoureiro da casa da Índia, onde esteve até antes de 1510<sup>2260</sup>. Em 1517, é novamente nomeado tesoureiro da casa da Índia, substituindo Heitor Moniz, que falecera, recebendo 30.000 reais anuais, um escravo de preço de 9.000 e 3.600 reais para pagar a um homem que o auxiliasse<sup>2261</sup>, subindo na hierarquia, até ao fim do reinado, como feitor da casa da Índia e Mina<sup>2262</sup>. Miguel Nunes, foi quem mais tempo exerceu o ofício. Entre 27 de outubro de 1507 e 9 de fevereiro de 1509, despenderá a verba de 18.400.027 reais<sup>2263</sup>, de 21 de agosto de 1510 e 27 de março de 1515, gastou 61.634.706 reais<sup>2264</sup> e entre 1 de julho de 1516 e 24 de setembro de 1519, a quantia de 88.363.188 reais<sup>2265</sup>. Estes valores mostram um crescendo de despesa com moradias, passando em 30 anos de três contos de reais, para 30 contos.

Podemos encontrar outros pagadores na documentação. João Rodrigues, escudeiro, apresentador e pagador dos moços da estrebaria, durante 11 anos e três meses, que começaram no ano de 1498 e acabaram nos três primeiros meses de 1509<sup>2266</sup>. Álvaro Salgado, recebedor e pagador da guarda real<sup>2267</sup>. João Simões, escudeiro, recebedor e

---

<sup>2255</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 115/116v (Lisboa, 13/10/1514), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. V, pp- 442-445.

<sup>2256</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 58 (Lisboa, 30/06/1501), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. III, pp.399-400.

<sup>2257</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 41v/42 (Lisboa, 20/02/1504), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. VI, p. 80.

<sup>2258</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 91v (Estremoz, 11/02/1497).

<sup>2259</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 26, n.º 124 (30/04/1511).

<sup>2260</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 3, fl. 42 (Almeirim, 22/08/1510).

<sup>2261</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 58 (Lisboa, 09/02/1517).

<sup>2262</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 24, n.º 48 (26/03/1519).

<sup>2263</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 40/40v (Almeirim, 03/08/1510), transcrito por Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IV, 474.

<sup>2264</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. IV, p. 475.

<sup>2265</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. VIII, pp. 402-403.

<sup>2266</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 71/71v (Évora, 20/04/1509).

<sup>2267</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 4v (Santarém, 04/12/1507).

pagador do ordenado dos caçadores do rei<sup>2268</sup>. Mas para que toda esta máquina funcionasse, tornava-se necessária a existência de um escrivão, que ia vertendo para o papel todas as verbas, recebidas e despendidas, fossem elas em numerário ou em géneros.

Esta arquitetura informal de controle, com o apontador, tesoureiro, pagador, recebedor, contador, baseava-se na veracidade do documento escrito, daí, todas as áreas por onde passavam valores, terem o seu profissional da escrita. Temos, por isso, não a especialização do ofício, mas o ofício relacionado com a área onde o servidor está colocado, de que podemos retirar da documentação: escrivão das moradias<sup>2269</sup>, escrivão dos contos do rei<sup>2270</sup>, escrivão do tesouro<sup>2271</sup>, escrivão da arca da redenção dos cativos<sup>2272</sup>, escrivão das compras<sup>2273</sup>, escrivão da receita e despesa do dinheiro recebido e pago pelo apresentador pagador dos moços da estribeira<sup>2274</sup>, escrivão da cozinha<sup>2275</sup>, escrivão da câmara<sup>2276</sup>, todos eles com a tarefa de registar para ser conferido mais tarde. Embora esta estrutura de controle de três ou mais elementos, funcionasse de forma a não serem permitidos erros que lesassem o rei e o reino, não nos podemos esquecer que o monarca devia confiar naqueles a quem dava mercês de ofício, e que estes o deviam venerar, honrar e dever-lhe fidelidade, numa relação recíproca da confiança e de obediência dos súbditos para com o seu senhor.

---

<sup>2268</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 8v (Lisboa, 18/11/1511).

<sup>2269</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 28v (Lisboa, 22/10/1501).

<sup>2270</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 59 (Montemor-o-Novo, 06/01/1496).

<sup>2271</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 122 (Montemor-o-Novo, 04/02/1496).

<sup>2272</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 142v (Montemor-o-Novo, 01/03/1496).

<sup>2273</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 34/34v (Lisboa, 19/12/1504).

<sup>2274</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 2v/3 (Lisboa, 14/02/1504).

<sup>2275</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 51 (Lisboa, 15/10/1500).

<sup>2276</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 19/19v (Lisboa, 18/03/1500).

### **III. A MILÍCIA**



## 1. A MILÍCIA

A prática da atividade bélica foi, durante a primeira dinastia, o veículo para a conquista do território e consolidação do espaço, com a subsequente criação de uma rede de concelhos, ao mesmo tempo permitindo a promoção social e a redistribuição da riqueza. A guerra tinha o poder especial de alterar o estatuto social do indivíduo<sup>2277</sup>, investindo-o com a dignidade de cavaleiro ou promovendo o seu enriquecimento, como foi evidenciado durante a crise de 1383-85, na qual foi criada uma nova geração de fidalgos cujas linhas genealógicas darão, mais tarde, origem a casas nobiliárquicas. Não possuindo uma estrutura fixa e treinada de combatentes, a coroa portuguesa, à semelhança da prática que já existia nos outros reinos peninsulares, reunia uma hoste, quando necessário, cuja composição tinha origem e características diversas. Além dos homens que o rei conseguia fornecer, contava com lanças da nobreza, contingentes das ordens militares, mercenários e milícias dos concelhos<sup>2278</sup>. Com elementos de tão díspares proveniências na sua constituição, requeria que existisse uma estrutura de comando fixa, especialmente quando a milícia estivesse em campo de batalha. Escreveu Severim de Faria que «A Milícia, que os nossos Reis antigos procuravam ter prestes para a defesa, e segurança do dano, que podiam receber dos outros Príncipes confinantes, era um exército com todos os Capitães, oficiais, e soldados necessários, com que pudessem acudir em continente a todas as ocasiões que se oferecessem, onde fosse necessário»<sup>2279</sup>. Dizia ainda que mesmo com a introdução de novas armas e «instrumentos de pólvora», no que tocava à organização, a antiga e a nova milícia mantinham os mesmos princípios. A evolução dos diversos mecanismos institucionais cujos cargos se encontram na corte régia, tende para a criação de uma área restrita de ofícios superiores, em contacto direto com o monarca<sup>2280</sup>. Dentre estes ofícios, temos aqueles cujas funções efetivas não são de exercício permanente, ou se reduzem a breves intervenções de tipo cerimonial, caso dos cargos da hoste, condestável, marechal, almirante, capitão e alferes-mor, geralmente concedidos a cortesãos de estatuto e condição social mais elevados, tendendo nos finais de quatrocentos a serem dados a parentes próximos dos reis. Um dos aspetos que se prende com esta transformação é a patrimonialização dos cargos, tornando-os vitalícios e

---

<sup>2277</sup> João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal, nos finais da Idade Média* [...], p. 490.

<sup>2278</sup> Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 15.

<sup>2279</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], pp. 40-41.

<sup>2280</sup> Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* [...], p. 214.

objeto de transmissão hereditária, vinculando-os a uma linhagem determinada<sup>2281</sup>. A importância dos ofícios superiores, advinha fundamentalmente da dignidade que lhe estava associada e da posição que ocupava na hierarquia da corte, ficando o seu titular ligado ao binómio: posição oficial e a posição de poder efetivo<sup>2282</sup>.

Oriundos da formação de Portugal, podemos dividir, *grosso modo*, os cargos da milícia, em ofícios da casa real propriamente ditos e ofícios da hoste. Os ofícios militares, com origem na cavalaria e na milícia, base do processo de Reconquista do território português, vão perdendo o seu campo de atuação, transformando em cargos honoríficos o que antes era a base da estrutura guerreira da sociedade. As *Ordenações Afonsinas* dedicam um título ao regimento da guerra<sup>2283</sup>, em antecâmara à descrição dos diferentes ofícios inerentes à atividade militar. Os compiladores da edição feita pela Universidade de Coimbra em 1786, acharam incompreensível que numa coletânea onde se pretendia sistematizar um código que regulasse a justiça do reino, nela entrassem regulamentos de guerra e outros que nada tinham a ver com a administração dessa justiça<sup>2284</sup>. Referiam-se concretamente aos últimos títulos que compunham o livro primeiro das *Ordenações Afonsinas*, que compreendiam os títulos entre o LI e o LXXI. Essa estranheza era tanto maior quanto ao título LXX, que acaba com a afirmação que os títulos entre o LI e este, pertenceriam a um livro próprio, não estando totalmente aprovados pelo rei, mas fazendo fé no que nas cartas passadas pelos reis anteriores estava escrito. Consideravam por isso que o documento pertenceria a um livro distinto cujo nome seria «Dos Regimentos d'ElRey D. Dinis para os oficiais de Guerra, e Caza»<sup>2285</sup>. Começa por afirmar que a guerra é algo que contem em si duas qualidades: uma boa e outra má. No entanto, independentemente do guerrear ser uma forma de destruição e morte, se for feito como deve, traz depois a paz, o sossego, o desenvolvimento e a amizade. Das três formas de fazer guerra, a justa, a injusta e a civil, a primeira é a que está de acordo com o direito. É a proteção do reino e dos povos contra os inimigos, já que a segunda forma é movida pela soberba e pela cobiça. A terceira maneira de guerrear é a que opõe bandos de gente do mesmo lugar, ou de todo o reino em desacordo entre si. Quando a guerra justa é declarada, a hoste reúne-se e são dadas ordens ao condestável, marechal, ouvidor e meirinho da

---

<sup>2281</sup> Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* [...], p. 216.

<sup>2282</sup> Norberto Elias, *A sociedade de Corte*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 65.

<sup>2283</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LI.

<sup>2284</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, pp. XIV-XVII.

<sup>2285</sup> Sobre esta problemática, ver José Domingues, *As Ordenações Afonsinas. Três séculos de direito medieval [1211-1512]*, Lisboa, Zéfiro, 2008, pp. 118-123.

hoste, sobre como se deve colocar o dispositivo, a melhor forma de gerir o «arraial» e os instrumentos de justiça de que são possuidores. Este tipo de milícia, que anteriormente se pretendia prestes para a defesa e segurança do reino, deu lugar a um novo estilo, com novas armas e instrumento de pólvora. Essa mudança é já patente no reinado de D. Manuel I, que, diz o mesmo Severim de Faria, entendeu mudar a ordem da milícia antiga<sup>2286</sup>. E tanto assim foi, que o regimento da guerra<sup>2287</sup>, publicado nas *Ordenações Afonsinas*, e os títulos relativos aos ofícios maiores da milícia e da casa, não foram transpostos para as *Ordenações Manuelinas*. Destes cargos maiores da milícia, o de maior distinção, para a época em estudo, era o de condestável.

## 2. CONDESTÁVEL

O mando nos exércitos do reino sempre foi apanágio dos reis. A maior dignidade da hoste, a seguir ao rei ou àquele que, de maior estado, fosse nomeado pelo rei para comandar a hoste, era o condestável. Substituindo o alferes-mor, que até então desempenhava essas funções, o cargo foi criado no reinado de D. Fernando, à semelhança do que existia no contingente inglês que se deslocou a Portugal, comandado pelo conde de Cambridge, para auxiliar na luta contra Castela. Foi seu primeiro titular o conde de Arraiolos, D. Álvaro Pires de Castro, irmão de D. Inês de Castro. De acordo com as *Ordenações Afonsinas*<sup>2288</sup>, entre as várias funções que desempenhava, pertencia-lhe ter o regimento da vanguarda da hoste, aconselhar o rei diariamente sobre o andamento das tropas, nomear os coudéis dos besteiros e dos homens a pé, os almocadéns e os quadrilheiros, autorizar os capitães para as cavalgadas, nomear um aposentador para determinar e balizar o local onde seria feito o arraial para alojamento das tropas, delimitar as rondas e nomear guardas e ações de batedores noturnos. A ele pertencia a suprema justiça, cível ou crime, dos factos ocorridos na hoste, assim como a apelação dos casos sobre os quais o marechal detinha jurisdição, para o que nomeava um ouvidor<sup>2289</sup> e um meirinho para o auxiliarem, assim como um carcereiro e homens para fazer justiça<sup>2290</sup>. Era-lhe, no entanto, interdito determinar sentenças de pena de morte ou talhamento de

---

<sup>2286</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p. 58.

<sup>2287</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LI.

<sup>2288</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LII,

<sup>2289</sup> «especialmente nos feitos pesados de grandes pessoas» era importante estar auxiliado por um letrado conhecedor da matéria de direito, como ouvidor, cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LII, §13.

<sup>2290</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LII, §13.

membros, as quais estavam reservadas ao rei «pera as mandarmos cumprir, ou minguar, ou acrescentar como virmos que os tempos requerem, e os erros forem»<sup>2291</sup>. Com o decorrer dos séculos, o cargo foi tendo uma carga cada vez mais honorífica, cuja insígnia era o estoque real.

Fruto das convulsões ocorridas entre 1383-85, sucedeu no cargo D. Nuno Álvares Pereira, nomeado por D. João I, assim que foi levantado como rei nas cortes de Coimbra. Com a morte de D. Nuno Álvares Pereira, o cargo entrou na esfera da família real. Primeiro o infante D. João, casado com uma neta de D. Nuno Álvares Pereira. Seguiu-se D. Diogo, filho do infante D. João, que morreu sem deixar descendência; D. Pedro, filho do infante D. Pedro, que veio a ser coroado rei de Aragão; o infante D. Fernando, pai de D. Manuel I e filho de D. Duarte; D. João, irmão de D. Manuel I, que morreu sem geração; D. João<sup>2292</sup>, marquês de Montemor e filho do 3.º duque de Bragança D. Fernando; D. Diogo<sup>2293</sup>, irmão de D. Manuel I, que no seu reinado, nomeou para o cargo D. Afonso, seu sobrinho, filho natural de D. Diogo fruto da união entre D. Diogo, 4.º duque de Viseu e 3.º duque de Beja, com D. Leonor de Sotoma Maior e Portugal<sup>2294</sup>, duquesa de Villa Hermosa, que então se achava viúva de D. Afonso de Aragão, irmão de D. Fernando, o *Católico*, no tempo em que D. Diogo esteve em Castela por causa das terçarias. D. Afonso foi criado em Portel, em segredo, por ordem de D. João II<sup>2295</sup>, por Antão de Faria<sup>2296</sup>, em quem o rei teria grande confiança, sendo visto como se filho de um lavrador se tratasse. Com a morte de D. João II, D. Beatriz levou-o para a sua casa e educou-o como conzinha a seu neto. D. Manuel I, depois de subir ao trono, reconheceu-o como sobrinho, fez dele condestável<sup>2297</sup> e casou-o com D. Joana de Noronha, filha do 1.º marquês de Vila Real. O

---

<sup>2291</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LI, §65.

<sup>2292</sup> Foi um dos implicados na conspiração contra D. João II. Condenado à morte, fugiu para Castela.

<sup>2293</sup> Foi um dos implicados na conspiração contra D. João II. Morreu apunhalado por seu cunhado, o rei D. João II.

<sup>2294</sup> D. Leonor de Sotoma Maior e Portugal, cujos trisavós foram D. Pedro I e D. Inês de Castro, era filha de uma das muitas filhas dos vários casamentos de D. Fernando de Eça, homem devasso para o seu tempo, de quem, escrevia Anselmo Braamcamp Freire, ter sido criado «ao desamparo, sem pai, nem mãe, nem quem por ele realmente se interessasse, saiu um devasso acabado. O seu fraco era casar e, com o maior desassombro o fazia, chegando ao ponto de ter às vezes três e quatro mulheres vivas. Então filhos, isso era um nunca mais acabar. Quarenta e dois lhe assinam os nobiliários!», cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. I, p. 87. O mesmo Braamcamp sobre as filhas de D. Fernando de Eça dizia que «foi característico o porte desregrado das senhoras das primeiras gerações dos Eças, e bem revelador do atavismo, ou melhor, da hereditariedade, a que se mostraram sujeitas», cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. I, p. 98.

<sup>2295</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. II, p. 290.

<sup>2296</sup> Antão de Faria foi camareiro-mor, guarda roupa e alcaide-mor de Portel, no reinado de D. João II.

<sup>2297</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte IV, cap. LXXXVI, p. 240. Diz o cronista que D. Afonso foi nomeado condestável, no mesmo dia em que se realizou o casamento do filho natural de D. João II, D. Jorge, com D. Beatriz de Vilhena, filha de D. Álvaro, irmão segundo de D. Fernando, 3.º duque de Bragança, e de D. Filipa, filha única e herdeira do conde que fora de Olivença. D.

contrato deste matrimónio foi feito no paço real, no quarto da infanta D. Beatriz, avó do nubente, estando também presentes: D. Afonso e D. Fernão de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, irmão da noiva, portador de uma procuração desta. O dote, na quantia de:

«quarenta e huma mil e seiscentas coroas e dois terço de coroa, no valor de cento e vinte reis, que vinha a importar a quantia de cinco contos de reis, dandolhe hum conto em prata, joyas, ouro, e pedraria, perolas e aljofares<sup>2298</sup>, e o mais em dinheiro, em que entrariam as mercês, que tinha e havia de ter delRey, e da Rainha D. Leonor, para cuja satisfação hypotecou a Leziria de Valada com a portagem de Santarem, e entrando no dito dote as legitimas, que lhe podiaõ pertencer dos marqueses seus pays. O Condestavel lhe fez de arrhas treze mil oitocentas e noventa e duas coroas, conforme a Ley do Reyno, com ametade dos adqueridos. Obrigou-se a Senhora Infanta D. Brites à segurança do dote, e arrhas, para o que. Com licença delRey, hypotecou as rendas do montado de Campo de Ourique, e a sua Villa de Colares com todas as jurisdicçoens, que nella tinha, as quaes rendas, e Villa de Collares por sua morte haviaõ de passar ao Condestavel seu neto; porém no caso, que elle falecesse primeiro, que a Infanta sua avó, ElRey seria obrigado à satisfação do dote, e arrhas da dita Condestableza»<sup>2299</sup>.

No seguimento deste contrato, com data de 21 de agosto de 1500, aprovado pelo rei e registado na chancelaria em 8 de outubro de 1500<sup>2300</sup>, consumou-se o casamento em janeiro de 1501<sup>2301</sup>. Ao longo desse ano, o monarca cumulou com mercês seu sobrinho. Logo em fevereiro, privilegiou-o com a isenção de pagamento de chancelaria de todas as doações, mercês e privilégios feitos pelo rei, e outras quaisquer coisas de que pela chancelaria devesse pagar<sup>2302</sup>. Em março, em atenção aos serviços recebidos, remunerou-o com dois contos de réis, para além de qualquer tença ou ordenado que ao dito ofício de condestável pertencesse, retroativo ao início do ano, bem assim 120.000 reais de tença que havia o condestável de sua mulher<sup>2303</sup>. Em maio, privilégio pelo qual a sua quinta de Azeitão e todos seus caseiros, lavradores e foreiros e arrendatários dos bens dela, enquanto durasse o seu arrendamento, fossem privilegiados, tal como o mordomo, o escrivão e o lagareiro do lagar de azeite que nela estivesse ficando isentos do pagamento

---

Beatriz de Vilhena era dama na corte da rainha D. Leonor, cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. XLV, pp. 108-109.

<sup>2298</sup> O mesmo que pérolas pequenas.

<sup>2299</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. II, pp. 290-291.

<sup>2300</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 78/80 (Lisboa, 08/10/1500).

<sup>2301</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. II, p. 290.

<sup>2302</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 4v (Lisboa, 01/02/1501).

<sup>2303</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 83v (Lisboa, 15/03/1501).

de certos tributos<sup>2304</sup>. Alguns dos seus criados serão também contemplados com mercês. Bens régios: a João Lourenço, cozinheiro do condestável, foi-lhe confirmado um emprazamento, em três vidas, de umas casas com seu quintal, sitas em Lisboa<sup>2305</sup>. A João Fogaça, fidalgo da casa do condestável, vê também confirmado o emprazamento em três vidas, de duas moradas de casas sobradadas, sitas na mesma cidade<sup>2306</sup>. Cargos: Rui Solteiro, criado do condestável, foi reconduzido no cargo de recebedor das sisas da vila de Moura<sup>2307</sup>. Pedro Anes, escudeiro do condestável, recebeu a mercê de partidor dos órfãos em Santarém<sup>2308</sup>.

Com a morte, por doença, do condestável, ocorrida em outubro de 1504<sup>2309</sup>, são confirmados a sua mulher: o padrão da tença de juro de 411.505 reais, em virtude do contrato de seu casamento, perdendo para o rei todos os direitos, rendas e jurisdições que detinha na vila de Colares e nos montados de Campo de Ourique, as quais obrigara e hipotecara D. Beatriz, mãe do rei, para pagamento de seu dote<sup>2310</sup>; 440.000 reais de arras prometidas pelo seu casamento<sup>2311</sup>. A filha, entretanto, nascida, D. Beatriz<sup>2312</sup>, herda a quinta de Azeitão, que mantêm o privilégio outorgado em maio de 1501<sup>2313</sup> a seu pai, e por falecimento de sua bisavó, a infanta D. Beatriz, foi-lhe confirmada a mercê da vila de Colares e outras rendas dada pela infanta ao condestável, seu neto D. Afonso<sup>2314</sup>.

Em 1506, a dignidade de condestável foi integrada na família real, na pessoa do infante D. Luís<sup>2315</sup>, nascido em Abrantes a 3 de março de 1506.

### 3. MARECHAL

Segundo ofício, em importância, da hoste, o marechal detinha a administração da justiça, a distribuição dos alojamentos quando a hoste acampava e a nomeação e distribuição dos guardas de ronda. Para a execução da justiça era acompanhado por um

---

<sup>2304</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 89/89v (Lisboa, 12/05/1501).

<sup>2305</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 39/40 (Lisboa, 22/01/1502).

<sup>2306</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 102/103 (Lisboa, 15/02/1502).

<sup>2307</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 22 (Lisboa, 17/08/1512).

<sup>2308</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 86 (Lisboa, 08/06/1514).

<sup>2309</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. II, p. 291. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXXXII, p. 193.

<sup>2310</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 20, fl. 18/19 ([Sintra], 06/08/1505).

<sup>2311</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 130/131 (Lisboa, 05/07/1512).

<sup>2312</sup> Virá a casar mais tarde com D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real.

<sup>2313</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 21v (Sintra, 22/08/1505).

<sup>2314</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 52/52v (Sintra, 01/09/1509).

<sup>2315</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica* [...], vol. III, p. 210.

ouvidor e um meirinho. Das suas sentenças cíveis não existia apelação, desde que inferiores a um determinado valor monetário<sup>2316</sup>, assim como mandava executar várias penas do foro crime, contando que não fossem de sangue nem de açoites<sup>2317</sup>. Cargo criado no reinado de D. Fernando, pelas mesmas razões porque foi criado o de condestável, entrou na linhagem dos senhores de Leomil com o casamento da filha do 1.º marechal, Gonçalo Vasques de Azevedo, com Gonçalo Vasques Coutinho, passando o cargo de sogro para genro. Continuou o ofício na casa dos Coutinhos sem interrupção. No reinado de D. Duarte foi marechal Vasco Fernandes Coutinho, conde de Marialva. Seguiu-se o seu filho secundogénito, D. Fernando Coutinho, alcaide-mor de Pinhel, que foi marechal durante o reinado de D. Afonso V. Por morte do filho, D. Álvaro Coutinho, na tomada da vila de Baltanas, perto de Burgos, ao serviço de D. Afonso V, o ofício passou para o neto, D. Fernando Coutinho, 6.º marechal de Portugal. Filho de D. Álvaro Gonçalves Coutinho e de Brites Soares de Melo, era neto por via materna de Rui Gomes de Alvarenga, chanceler-mor de D. João II, e de Mécia de Melo, filha do 6.º senhor de Melo, e por via paterna, de D. Fernando Coutinho, 4.º marechal de Portugal, e de D. Joana de Castro, filha do 1.º conde de Atouguia. Relacionado com as casas de Marialva/Loulé, Ataíde, Redondo e Melo, D. Fernando Coutinho é nomeado marechal do reino por carta de D. João II, dada nas Alcáçovas em 10 de fevereiro de 1485, no mesmo dia em que lhe são passadas cartas de mercê da alcaidaria-mor de Pinhel e todos os outros direitos que el-rei havia em Pinhel e seu termo, tal como pertencera a seu pai e a seu avô<sup>2318</sup>. Estas mercês serão mais tarde confirmadas por D. Manuel I em Setúbal, em maio de 1496<sup>2319</sup>.

Decorrente do processo de irradicação dos judeus do reino de Portugal, várias das rendas, especificamente pagas pelos judeus e atribuídas como mercê a fidalgos, deixam de poder ser cobradas, obrigando a que o erário régio procure outras fontes para assegurar os pagamentos em falta. Um dos lesados, porque detinha as rendas da judiaria de Pinhel,

---

<sup>2316</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIII, §8.

<sup>2317</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIII, §9.

<sup>2318</sup> Alcaidaria-mor do castelo de Pinhel, com todas as rendas e direitos que ao dito castelo pertencessem, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 76v/77 (Alcáçovas, 10/02/1485). Renda e serviços, real e novo dos judeus de Pinhel, e a portagem e mordomado e braçagem e açougagem e todos os outros direitos que o rei detinha em Pinhel e seu termo, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 76v (Alcáçovas, 10/02/1485). Mercê de marechal da hoste do rei, com todas as rendas e jurisdição e poderes que ao marechalado pertencessem, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 76v (Alcáçovas, 10/02/1485).

<sup>2319</sup> Mercê do ofício de marechal da hoste, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 28 (Setúbal, 13/05/1496). Mercê do ofício de alcaide-mor do castelo da vila de Pinhel, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 29 (Almeirim, 01/08/1511). No mês anterior fora-lhe confirmada tença de 27.000 reais a partir de janeiro de 1496, por troca da renda anual da lezíria da Veiga, termo de Muja, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 36 (Setúbal, 07/04/1496).

foi D. Fernando Coutinho, tendo-lhe sido atribuído, em substituição, um padrão de tença no valor de 20.000 reais<sup>2320</sup>. Em 1501, as várias rúbricas monetárias são juntas numa tença anual no valor de 80.000 reais brancos, dos quais 30.000 diziam respeito à alcaidaria<sup>2321</sup>. Este mesmo registo refere-se-lhe como sendo do conselho régio. Em 1503, é-lhe dado hábito de Cristo e o cargo de comendador de Regada, da dita Ordem<sup>2322</sup>, elevando para 110.000 reais o valor anual da sua tença. Com a morte de Duarte Correia<sup>2323</sup>, capitão donatário da ilha Graciosa, D. Manuel I entregou a donataria a D. Fernando Coutinho, para ele e para os seus herdeiros por linha varonil, por carta dada na vila de Abrantes, aos 28 dias de setembro de 1507<sup>2324</sup>.

Além das tenças e dos cargos que desempenhava, também eles sujeitos à atribuição de um valor monetário, a D. Fernando foi dado o privilégio de servir na guerra com seus homens, armas e cavalos, «quando lhe for mandado», com o qual se privilegiavam os seus caseiros, amos, mordomos e lavradores, isentando-os do pagamento de fintas, talhas, pedidos, serviços, ou outros encargos ordenados pelos concelhos onde morassem; não podendo ser tutores, nem curadores, salvo se as tutorias fossem lúdicas; isentava-os também de serem portadores de prazos ou dinheiros, ou de servir os acostumados ofícios e encargos do concelho<sup>2325</sup>. D. Fernando detinha também várias propriedades na cidade da Guarda, como se comprova por um contrato entre ele e seus foreiros, registado na chancelaria em 11 de janeiro de 1510, mas datado de 10 de outubro de 1508<sup>2326</sup>.

Reinando a paz com Castela, tendo terminado o período das grandes expedições ao norte de África, a necessidade de organizar o exército régio foi ficando reduzida, o

---

<sup>2320</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 23v (Lisboa, 24/03/1498).

<sup>2321</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 7v (Lisboa, 03/03/1501).

<sup>2322</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 29v (Lisboa, 16/12/1503).

<sup>2323</sup> O primeiro capitão donatário de toda a ilha foi Pedro Correia da Cunha, casado com uma filha do 1.º donatário de Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo, cunhado de Cristóvão Colombo. A donataria passou para seu filho Duarte Correia, que morreu sem descendência. A donataria retornando à coroa, foi entregue a D. Fernando Coutinho porque «queremos e nos praz que elle a governe e mantenha por nós em justiça em sai vida, e depois de seus fallecimento o seu filho varão lidimo que á hora de seu fallecimento ficar; e assim d'ahi em diante de descendente em descendente por linha direita masculina [...]. Item nos praz que elle tenha jurisdição na dita ilha, por nós em nosso nome, do cível e crime, resalvandoo morte ou talhamento de membro porque disso virá appelaçãp e agravo para nós. Porem sem embargo da dita jurisdição queremos que todos os mandados sejam ahi cumpridos assim como em nossa cousa propria.», cf. *Collecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, precedida de um ensaio crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda, 3ª edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, pp. 216-217.

<sup>2324</sup> Carta inserta no registo, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 30 (Santarém, 03/08/1510).

<sup>2325</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 22 (Évora, 17/03/1497).

<sup>2326</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 110v/111v (Lisboa, 11/01/1510).



mesmo sucedendo à importância de comando do cargo de marechal, tornando-se este, cada vez mais, um posto honorífico. Por outro lado, abria-se um manancial de oportunidades num novo teatro de guerra, a Índia. Ciente desse facto, querendo acrescentar a sua casa e a sua honra, apanágio de quem se revia na tradição de serviço, de uma casa que crescera no apoio à estratégia real no norte de África, D. Fernando Coutinho aceitou a missão de se deslocar à Índia, ao comando de uma armada composta por quinze naus, transportando mais de 1.600 soldados<sup>2327</sup>. A razão de uma armada com essa dimensão, prendia-se com duas ordens de fatores: D. Manuel I tivera conhecimento da constituição de uma grande armada que estava a ser construída em Suez, pelo sultão do Egipto, para combater os portugueses, aliando-se ao Samorim de Calecut; as relações tensas entre o vice-rei, D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque. A escolha de D. Francisco Coutinho para tão importante armada, se por um lado pode ser fruto das suas diligências para conseguir a nomeação<sup>2328</sup>, o facto de exercer o cargo de marechal, segunda figura na milícia, com poderes para o julgamento de causas cíveis e crime, pode ter pesado na escolha para tão importante missão. Outro dado que pode ter ajudado à sua nomeação prende-se com a circunstância de D. Francisco ser parente de Afonso de Albuquerque (eram ambos descendentes por via materna do 1.º conde de Atouguia, D. Álvaro Gonçalves de Ataíde). João de Barros escreve que o rei lhe deu «grandes poderes e o fez isento do capitam mor da India: e segundo as prouisões publicas e secretas que leuaua, parece que elrey foy auisado que entre Afonso Dalboquéree e ao viso rey sesperáua algũa diuisam sóbre a entrega da governança da India», ou seja, a sua missão era a de impor a autoridade régia, conforme à estratégia imperial para a Índia, empossar Afonso de Albuquerque, partidário desta visão de D. Manuel I, no cargo de governador, e realizar um grande feito de armas contra o samorim de Calecut, daí o elevado número de homens que o acompanhavam.

Partiu a armada de Lisboa, aos 12 de março de 1509, tendo chegado à Índia em outubro desse ano, depois de uma paragem técnica em Moçambique. Os capitães das diferentes naus, eram, na sua maioria, veteranos na Carreira da Índia<sup>2329</sup>, alguns deles

---

<sup>2327</sup> João de Barros refere quinze naus e 3.000 homens, cf. João de Barros, *Décadas da Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Segunda Década, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 142.

<sup>2328</sup> Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «As linhagens secundárias dos Coutinhos e a construção do Império Manuelino», *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, pp. 175-188, [...], p. 181.

<sup>2329</sup> Teresa Lacerda, *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

relacionados por laços familiares com o marechal, casos de Leonel Coutinho<sup>2330</sup>, bisneto do 2.º marechal, Gonçalo Vasques Coutinho; do sota capitão e cavaleiro da casa real, Pedro Afonso de Aguiar, sobrinho de Leonel Coutinho, e primo coirmão da mulher de D. Francisco. Na armada seguiam também Francisco Coutinho, de que não se conseguiu apurar ascendência, e D. Luís Coutinho, primo de D. Francisco, quinto filho do 2.º conde de Marialva. Chegado a Cochim, já acompanhado por Afonso de Albuquerque, desempenhou com sucesso uma das missões de que fora incumbido: a entrega da governação da Índia a Afonso de Albuquerque, e o regresso ao reino do vice-rei D. Francisco de Almeida, filho do 1.º conde de Abrantes, tendo este morrido em combate na aguada do Saldanha.

Para a segunda componente da missão, aceite que foi a anuência de Afonso de Albuquerque para que a armada atacasse Calecut, dirigiu-se D. Fernando Coutinho para a cidade, conjuntamente com Afonso de Albuquerque, onde se lhes juntaram navios provenientes de Cochim e Cananor. Feito conselho sobre a forma como deveria ser concertado o ataque, as opiniões dos cronistas divergem. João de Barros escreve que o assalto seria feito em dois pontos de desembarque, em que uma das forças seria comandada por Afonso de Albuquerque e a outra pelo marechal, juntando-se depois para tomarem a cidade<sup>2331</sup>. Fernão Lopes de Castanheda apresenta uma descrição semelhante à de Damião de Góis, que não tem uma opinião muito favorável relativamente a D. Fernando Coutinho. Na sua descrição, Damião de Góis releva o facto de o marechal ter dito a Afonso de Albuquerque que viera de Portugal, não para enriquecer mas para ganhar honra, que esperava conseguir com a conquista de Calecut, a qual honra Albuquerque já granjeara tanta que não teria inveja dele e por isso lhe pedia que fosse dele a dianteira do ataque, o que Afonso de Albuquerque «conçedeo, posto que pesadamente, por conhecer ho Marichal por colérico, e apressado em suas cousas, pelo que arreçeaua ho que depois aconteceu»<sup>2332</sup>. No terreno, a situação alterou-se e as gentes de Albuquerque passaram para a dianteira, o que motivou palavras «cheias de cólera e paixão» do marechal criticando a falta de cumprimento do prometido. Não aceitando as desculpas de Albuquerque partiu desabrido para as casas onde o samorim residia, que, apesar da

---

<sup>2330</sup> Sobre Leonel Coutinho, veja-se o trabalho de João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia», *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*, actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Angra do Heroísmo, 7 a 11 de junho de 1996, Angra do Heroísmo, [s. n], 1998, pp. 627-666.

<sup>2331</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Segunda Década [...], pp. 152-153.

<sup>2332</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte II, cap. XLIII, p. 144.

resistência das gentes da terra, foram tomadas. Os homens do marechal não resistiram ao saque e dispersaram-se deitando a mão a tudo que encontrassem. Afonso de Albuquerque, que, entretanto, chegara cerca, vendo as movimentações dos homens do samorim, pediu por três vezes ao marechal que partissem para os barcos, que ainda ficavam a alguma distância e pressentia que iriam ser atacados. À terceira vez respondeu o marechal que partisse Albuquerque que ele já o seguiria, após atear fogo ao palácio. Este tempo de espera, aliado à partida de Albuquerque, criou condições para que os locais se reunissem, partindo uns para atacar a coluna de Afonso de Albuquerque e outros entrando pelo palácio, matando todos os portugueses que encontravam e que andavam pelas casas a roubar. Junto ao marechal não havia mais de trinta homens que, não conseguindo sair, se defenderam o melhor possível, caindo o marechal ferido numa perna por um golpe de espada, também os seus companheiros foram caindo mortos, tal a quantidade de inimigos que os rodeava. Terminou desta forma, três meses depois da sua chegada à Índia, a carreira e a vida do 6.º marechal de Portugal, sem a honra nem a glória que almejava.

Do casamento de D. Fernando Coutinho com D. Maria de Noronha, nasceram D. Álvaro Coutinho, D. Brites Coutinho, que casará com D. Luís da Silveira, 1.º conde de Sortelha, D. Guiomar Coutinho e D. Isabel Coutinho, que não casaram. D. Álvaro Coutinho é nomeado 7.º marechal da hoste, em consideração aos serviços prestados por seu pai, em agosto de 1511<sup>2333</sup>. Entre a data da chegada ao reino da notícia da morte de seu pai e aquela em que é nomeado marechal, o rei já lhe confirmara várias tenças e mercês anteriormente na posse de D. Fernando Coutinho: a tença anual de 21.000 reais<sup>2334</sup>; a tença anual de 20.000 reais pelo antigo serviço dos judeus da vila de Pinhel<sup>2335</sup>; a doação da capitania da Ilha Graciosa, na ilha dos Açores, com jurisdição cível e crime e outros direitos declarados<sup>2336</sup>; tença anual de 80.000 reais com a alcaidaria-mor do castelo da vila de Pinhel<sup>2337</sup>; a comendadoria de Brigada, da Ordem de Cristo<sup>2338</sup>; mercê do ofício de alcaide-mor do castelo da vila de Pinhel<sup>2339</sup>; doação da renda da portagem, mordomado, braçagem e açougagem da vila de Pinhel e de todos os outros direitos da vila e seu termo<sup>2340</sup>.

---

<sup>2333</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 27v (Almeirim, 01/08/1511).

<sup>2334</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 26v (Santarém, 03/08/1510).

<sup>2335</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 27 (Santarém, 03/08/1510).

<sup>2336</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 30 (Santarém, 03/08/1510).

<sup>2337</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 27 (Santarém, 06/08/1510).

<sup>2338</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 73v (Lisboa, 08/07/1511).

<sup>2339</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 29 (Almeirim, 01/08/1511).

<sup>2340</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 26v/27 (Santarém, 03/08/1511).

Até final do reinado, a sua presença nas crônicas ou na chancelaria é omissa. Por forma indireta, detetamos a nomeação de criadagem para cargos locais na sua zona de influência, casos da nomeação de um seu escudeiro como escrivão de almotaçaria de Pinhel<sup>2341</sup>, ou a nomeação para Castelo Rodrigo de outro escudeiro com o ofício de vedor das obras dos muros e fortaleza<sup>2342</sup>. Uma nomeação condicionada, foi a de um seu criado, nomeado tabelião do público e judicial da vila de Castelo Rodrigo, em que o exercício do cargo só se iniciaria caso na vila e seu termo houvesse 2.000 vizinhos e não tivesse mais que três tabeliões do judicial e dois das notas<sup>2343</sup>.

#### 4. ALFERES-MOR

Até ao reinado de D. Fernando, o alferes-mor era o comandante do exército, fazendo o ofício de condestável e marechal<sup>2344</sup>. A descrição do cargo de alferes-mor ocupa seis artigos e um preâmbulo do título LV do Livro I da *Ordenações Afonsinas*. Começa por fazer uma retrospectiva da origem da figura, remontando aos gregos e romanos a criação de tal cargo que teria o nome de Rex Signifer, que significava o que leva a primeira insígnia do principal senhor da hoste. Com a invasão árabe, o nome foi alterado para alferes que teria o mesmo significado que cavaleiro.

Tendo perdido atributos para o condestável e para o marechal depois da reforma fernandina de finais do século XV, a sua função ficou circunscrita a levar a bandeira real para o campo de batalha, acompanhando o rei, desfraldando-a e agitando-a quando o rei tal indicasse. Esse era o sinal para que todos os senhores e capitães da hoste desenrolassem as suas bandeiras e pendões e entrassem na batalha. A bandeira real devia ser defendida com a própria vida<sup>2345</sup>, porque a queda da bandeira significava, como a experiência demonstrava, que a batalha estava perdida para essa hoste, resultando que quem por ela lutava perdia o ânimo e a vontade de continuar a pelejar<sup>2346</sup>.

---

<sup>2341</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 12v (Lisboa, 03/02/1517).

<sup>2342</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 5 (Lisboa, 16/02/1521).

<sup>2343</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 111v (Lisboa, 06/12/1521). Pelo numeramento de 1527-32, Castelo Rodrigo compreendia 2097 fogos, enquanto Pinhel era constituído por 1766, cf. João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996, p. 519.

<sup>2344</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p.45.

<sup>2345</sup> Recorda Severim de Faria o que sucedeu na batalha de Toro, onde ao alferes pequeno, que portava a bandeira real, Duarte de Almeida de seu nome, cortaram as mãos para lhe tirarem a bandeira, cf. Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p.45.

<sup>2346</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LVI, § 4.

Este cargo, de confiança régia, exigia pertença a linhagem nobre e com pergaminhos na arte da guerra, porque a função que desempenhava em teatro de guerra exigia valentia, porque portador do principal sinal visível no campo de batalha e que determinava o sentido da mesma. A não demonstração dessa valentia levaria o opróbrio à sua família, daí a exigência de pertença a família com tradição militar, o que em contrapartida, lhe dava estatuto perante as gentes da hoste. Outros predicados que lhe eram necessários era ser leal ao rei e ao reino e corajoso para defender a bandeira, mesmo que por isso sofresse a morte. A recompensa provinha da confiança que o rei nele depositaria, na honra e proteção que lhe daria, para que aqueles que integravam a hoste lhe tivessem grande estima e reputação<sup>2347</sup>.

O cargo entrou na linhagem dos Meneses no reinado de D. João I, quando D. Pedro de Meneses, futuro conde de Viana do Alentejo, foi feito alferes do príncipe D. Duarte e o acompanhou na tomada de Ceuta<sup>2348</sup>. Com a subida ao trono de D. Duarte, continuou a desempenhar o cargo de alferes-mor<sup>2349</sup> até à sua morte, tendo sido substituído no cargo pelo filho legitimado, D. Duarte de Meneses<sup>2350</sup>. O cargo continuou no primogénito, D. Henrique de Meneses, 1.º conde de Loulé, 4.º conde de Viana do Alentejo e 3.º conde de Viana da Foz<sup>2351</sup>. Como este não teve descendência varonil, D. Afonso V nomeou Afonso Tello de Meneses para alferes-mor, cargo que manteve no reinado de D. João II<sup>2352</sup>. D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Cantanhede, será o alferes-mor no reinado de D. Manuel I. Filho de D. João de Meneses, 4.º senhor de Cantanhede, e de Leonor da Silva, filha do primeiro casamento do 3.º senhor de Vagos, Aires Gomes da Silva<sup>2353</sup>, com D. Leonor de Miranda, filha natural do arcebispo de Braga, era descendente da linhagem iniciada com o conde de Neiva, D. Gonçalo Telles, que daria origem às Casas de Marialva e de

---

<sup>2347</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LVI, § 6.

<sup>2348</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta* [...], p. 253. No ataque à cidade de Ceuta, D. Pedro, com um grupo de esforçados combatentes, colocou a bandeira portuguesa na torre de Fez.

<sup>2349</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. I, tomo I, (1433-1435), edição preparada por João José Alves Dias, transcrições de alunos dos cursos de Paleografia Geral (1984-87), revisão de Pedro Pinto e Maria João Pereira, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998, pp. 302-304.

<sup>2350</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. I, tomo II, (1435-1438), edição preparada e revista por João José Alves Dias, transcrições de Pedro Pinto e de alunos dos cursos de Paleografia Geral (1984-87), revisão de Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998, pp. 476-477.

<sup>2351</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 288.

<sup>2352</sup> D. Luiz Caetano de Lima, *Geografia Histórica* [...], tomo I, p. 317.

<sup>2353</sup> Aires Gomes da Silva foi cavaleiro da casa do infante D. Pedro, estando ao lado deste na batalha de Alfarrobeira, cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973, sep. da *Revista de Ciências do Homem*, vol. IV, Série B, 1973, p. 1063 e seguintes.

Cantanhede, D. Pedro de Meneses é titulado em 6 de agosto de 1479<sup>2354</sup>, conde de Cantanhede. Tendo atravessado os reinados de D. Afonso, V, D. João II e D. Manuel I, a sua presença nas crónicas é quase inexistente. Na crónica de Rui de Pina, é referida a sua presença na batalha de Toro, integrado na hoste do príncipe D. João:

«O Principe encomendou a Gonçallo Vaz de Castello-Branco e a Ruy de Sousa, que com sua gente que era muita e mui boa se juntassem, como logo ajuntaram com Fernão Martins, e após elles porque cria que havia entr'elles algum desconcerto e competencia sobre a capitania da gente, enviou logo a D. Pedro de Menezes, que depois foi conde de Cantanhede, com que se refez uma boa batalha»<sup>2355</sup>

Esta passagem da narrativa é esclarecedora do ascendente de que D. Pedro de Meneses foi detentor e da confiança que D. João II nele depositava<sup>2356</sup>, assim como dos seus conhecimentos bélicos, uma vez que ficou a comandar homens que tiveram um papel importante na governação de D. Afonso V. 3.º senhor do reguengo de Cantanhede e da terra de Melres, depois da batalha foi-lhe, também, doado o morgado de Cantanhede e o padroado de Melres, de juro e herdade<sup>2357</sup>. O seu desempenho na batalha de Toro, poderá ser o motivo pelo qual, dois anos depois da batalha foi titulado conde de Cantanhede<sup>2358</sup>. Já no reinado de D. João II, foi por este indicado para acompanhar, com outros senhores e preladados, D. Manuel I, duque de Beja, na receção feita para a entrada em Portugal da princesa D. Isabel de Castela, consorte do príncipe D. Afonso<sup>2359</sup>.

Poucas são as referências na chancelaria de D. Manuel I, ao detentor do cargo de alferes-mor. Em 26 de janeiro de 1517, é-lhe feita mercê para que nas suas terras não entre o corregedor a fazer correição, senão por especial mandato do rei, ressalvando que esta mercê só é válida em vida do conde<sup>2360</sup>. Tendencialmente, o cargo caminhava para um pendor mais de representação que de efetivo exercício.

---

<sup>2354</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões* [...], vol. III, p. 327.

<sup>2355</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CXC, p. 94.

<sup>2356</sup> Escreveu Damião de Góis que D. João II «receoso que senão aviessem bem, por já sentir nelles quando os mandou que havia de haver diferença sobre qual seria o Capitão, encomendou, e rogou a Dom Pedro de Menezes, que depois foy Conde de Cantanhede, que se fosse para elle, e lhes mandou dizer, que fizessem o que elle mandasse, do que satisfeytos, se fez de toda esta gente uma boa ala.», cf. Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João* [...], p. 164.

<sup>2357</sup> Confirmado por D. Manuel I, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 118v/119 (Évora, 19/08/1497).

<sup>2358</sup> Foi passada carta de assentamento, em 15 de julho de 1480, de uma tença de 102.000 reais em que é intitulado como conde, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 152 (Vila Viçosa, 15/07/1480).

<sup>2359</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIV, p. 80.

<sup>2360</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 165v (Lisboa, 26/01/1517).

Um outro cargo era o de alferes de estandartes. Neste cargo, é confirmado em 17 de maio de 1497, Lourenço de Faria, fidalgo da casa real, para o qual tinha sido nomeado por D. João II em fevereiro 1479<sup>2361</sup>. Em 22 de julho do mesmo ano, vê confirmada uma tença de 10.000 reais<sup>2362</sup>.

## 5. ALMIRANTE

Dada a sua situação de país marítimo com extensa costa a ser protegida dos ataques provenientes do norte de África, desde cedo o reino se precaveu, criando um corpo bélico marítimo que lhe permitisse responder de igual a esse desafio. A primeira esquadra de que se tem notícia foi comandada por D. Fuas Roupinho, que cumprindo ordens de D. Afonso Henriques, reuniu as galés disponíveis que se encontravam ancoradas no Tejo e saiu a batalhar contra os navios muçulmanos<sup>2363</sup>. A guerra marítima continuou a ser fomentada como utensílio de conquista de território ou como limitador do poderio naval que os muçulmanos detinham<sup>2364</sup>. Os navios dividiam-se em galés<sup>2365</sup>, galeotas<sup>2366</sup>, pináceas<sup>2367</sup>, caravelas, barcas, urcas e naves ou naus que designava, genericamente, um tipo de navio redondo, mais utilizado no comércio do que na guerra<sup>2368</sup>. Da mesma forma que se recrutava para a milícia terrestre, também nas povoações marítimas se recrutavam os marinheiros do conto, de onde se retiravam os vintaneiros do mar, pois em cada vinte homens recrutados tirava-se um para ir para os remos. Ainda que incipiente, já existia uma certa organização hierárquica, com cargos como os alcaides do mar, alcaides das galés e arrais.

---

<sup>2361</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 85 (Évora, 17/05/1497).

<sup>2362</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 9/9v (Évora, 22/06/1497).

<sup>2363</sup> Luís Miguel Duarte, «A Marinha de Guerra Portuguesa», *Nova História Militar de Portugal*, pp. 290-346, [...], vol. I, p. 297. Pondo em dúvida a existência de D. Fuas Roupinho, por só aparecer referenciado em crónicas tardias, Luís Miguel Duarte não põe em causa a existência de esquadras durante o reinado de D. Afonso Henriques ou nos reinados subsequentes.

<sup>2364</sup> Ver Jorge Manuel Moreira Silva, *Operações navais e estratégia marítima na reconquista e consolidação do território nacional (1147-1349)*, dissertação de mestrado em História Marítima apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

<sup>2365</sup> Embarcação movida a remos, com duas ou três ordens de remos (birremes ou trirremes), e com velas latinas (triangulares).

<sup>2366</sup> Mais pequenas que as galés, possuíam uma só ordem de remos e um mastro.

<sup>2367</sup> Embarcação de pequeno fuste, de vela e remo, que por ser construída em pinho lhe deu o nome, cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário* [...], vol. II, p. 478.

<sup>2368</sup> Carlos Selvagem, *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 108.

No reinado de D. Dinis, a marinha de guerra portuguesa passou a ser comandada por um almirante, termo árabe com significado de general do mar<sup>2369</sup>, cargo que de acordo com as fontes estudadas foi desempenhado primeiramente por Nuno Fernandes Cogominho, chanceler do infante D. Afonso<sup>2370</sup>. D. Dinis tratava-o por almirante-mor, distinguindo assim o general das armadas reais de alto bordo, do general que comandava a armada de galés. Vagando o cargo de almirante por morte de Nuno Fernandes Cogominho, ocorrida em 1316, enquadrando este cargo numa estratégia global de melhoria qualitativa em vários aspetos da defesa do reino<sup>2371</sup>, D. Dinis escolheu um natural de Génova, cidade que se impunha como uma das potências marítimas da época<sup>2372</sup> e onde se encontravam os mais famosos almirantes, para levar a cabo a organização da frota naval, especialmente vocacionada para combater a pirataria muçulmana. Desta tarefa se encarregaram Vicente Enes César e João Lourenço, residentes em Avinhão<sup>2373</sup>, escolhendo para o cargo «Miçer Manuel Peçagno»<sup>2374</sup>. O documento, firmado em 1 de fevereiro de 1317, entre este e o rei<sup>2375</sup> pode ser dividido em três grandes secções, duas da responsabilidade régia e outra a ser assegurada pelo almirante:

- a) A hereditariedade do cargo, mantendo-se a titularidade do mesmo na família do genovês enquanto houvesse descendentes em linha direita;
- b) O pagamento dos serviços a serem prestados pelo almirante;
- c) O serviço a ser prestado por Manuel Pessanha e seus descendentes que ocupassem o cargo.

---

<sup>2369</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. I, p. 271.

<sup>2370</sup> Nuno Fernandes Cogominho, chanceler do Infante D. Afonso nas disputas entre pai e filho que viriam mais tarde a dar origem à guerra civil de 1319-24, não tomou o partido do Rei.

<sup>2371</sup> Sobre o estatuto do cargo de almirante, veja-se António Vasconcelos de Saldanha, «O Almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval», sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, ano 1988, pp. 137-156.

<sup>2372</sup> José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p.174.

<sup>2373</sup> José Benedito de Almeida Pessanha, *Os Almirantes Pessanhas e sua descendência*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923, p. 21.

<sup>2374</sup> Sobre Manuel Pessanha ver Giulia Rossi Vairo, «O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rei D. Dinis», *Medievalista* [Em linha], nº13, (janeiro - junho 2013), disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>.

<sup>2375</sup> O «trelado» do documento foi publicado em *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, transcrições de A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e de Maria José Pimenta Ferro Tavares, revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias, Judite Cavaleiro Paixão e Teresa Ferreira Rodrigues, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984, pp. 29-35. Foi também publicado nas *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo XI, parte II, Lisboa, Typografia da mesma Academia, 1835, pp. 226-230, republicado em *700 anos Almirante Pessanha*, Lisboa, Academia de Marinha, 2017, pp. 45-50.



Estas cláusulas contratuais serão, cento e cinquenta anos depois, vertidas nas *Ordenações Afonsinas*<sup>2376</sup>, mantendo-se em dois dos seus parágrafos (§2 e §10) o reforço da obrigatoriedade do cargo se manter na posse dos legítimos descendentes de Manuel Pessanha, e que faltando eles, poderia o rei eleger para o ofício quem escolhesse desde que fosse de boa linhagem, sabedor dos feitos do mar, corajoso, respeitador dos que com ele pelejarem, sabendo repartir da forma mais justa o saque conquistado. Como corolário, deveria ser leal ao rei, escusando-se a fazer algo que pudesse macular a sua imagem e lealdade<sup>2377</sup>.

No plano do exercício da função, Manuel Pessanha e os descendentes que exercessem o cargo, obrigavam-se a prestar vassalagem (menagem) ao rei e aos seus descendentes, que prestassem o serviço estabelecido para as atividades no mar, aconselhassem o rei quando tal fosse solicitado e guardando segredo do que lhe fosse transmitido. O serviço não seria só prestado no mar. Quando o rei fosse em hoste por terra e mandada que fosse a presença do almirante junto do rei, tal seria feito<sup>2378</sup>. Outra das obrigações era a contratação de vinte marinheiros genoveses, com prática de mar e que fossem suficientemente diligentes para exercer o cargo de alcaides das galés ou para arrais das mesmas. Estes marinheiros enquanto não estivessem ao serviço do rei seriam pagos pelo almirante, que os podia utilizar em seu proveito nos negócios que possuía de armador-mercador<sup>2379</sup>. Quando estivessem ao serviço do rei, em que as soldadas seriam pagas por este, quando exercessem a função de alcaide da galé, receberiam um soldo de doze libras e meia por mês, para além do pão, biscoito e água, que era igual para todos os que andavam embarcados. O soldo diminuía para oito libras por mês para os que fossem arrais<sup>2380</sup>. Ficava como responsabilidade do almirante suprir a substituição física dos vinte marinheiros genoveses em caso de fuga ou morte, não o fazia quando estivessem doentes ou atingissem uma idade tal que já não pudessem desempenhar as funções de alcaide das galés ou de arrais<sup>2381</sup>.

Significativos foram os deveres de retribuição do rei para com o almirante. Doou-lhe importantes bens de raiz no sítio da Pedreira<sup>2382</sup>, na cidade de Lisboa, lugar onde o rei

---

<sup>2376</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIIII.

<sup>2377</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIIII, § 3.

<sup>2378</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIIII, § 11.

<sup>2379</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIIII, § 12.

<sup>2380</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIIII, § 13.

<sup>2381</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIIII, § 14.

<sup>2382</sup> Atual Bairro Alto.

permitia que os judeus vivessem, ficando na posse de Manuel Pessanha e dos seus descendentes, com todos os direitos que o rei possuísse nesse lugar, podendo ser vendido ou dado, fazendo nele ou dele o que quisesse. Deu-lhe também uma quantia em dinheiro que à época orçava em 3.000 libras, pagas em dinheiro português pelas rendas dos reguengos de Frielas, Unhos, Sacavém e Camarate. Esta quantia foi-lhe dada em feudo até que lhe fosse atribuída uma vila ou lugar povoado que rendesse as ditas rendas, que mais tarde se concretizou com a troca pelo castelo e vila de Odemira e pelo reguengo de Algés<sup>2383</sup>. O rei garantia, também, a quinta parte de tudo o que fosse tomado aos inimigos da fé, por via do saque ou da captura, e em que as galés reais intervissem, excluindo os cascos dos navios, o armamento e os aparelhos que guarneciam as naus<sup>2384</sup>. O almirante detinha poder e jurisdição sobre todos os homens da frota, mero e misto império, sem apelação ou recurso a outra pessoa que não o rei, no mar ou nos portos, enquanto estivessem na armada<sup>2385</sup>, quer em terra como no mar, mesmo no caso em que não embarcava porque a frota era constituída por três ou menos barcos. Ao seu ofício pertencia ter cadeia, ouvidores, alcaides, meirinhos, porteiros e escrivães. Ao atribuir a Manuel Pessanha os poderes de nomeação dos alcaides para as galés ou navios e a jurisdição e poder sobre todos os homens que com ele fossem «nas nossas gualles também em frota, como em armada em todos los lugares, per hu andar per mar; e nos portos em terra, onde saírem fora»<sup>2386</sup>, deviam ser bem mandados e obedientes ao almirante, como fariam caso o rei estivesse presente fisicamente, o que também acarretava o poder de recrutar e administrar, foi o rei obrigado a produzir legislação específica em sucessivos diplomas.

A forma como D. Dinis acordou as normas do contrato com o almirante genovês, traduziu-se numa fórmula de doação inovadora. Este já não era um cargo, mas tornou-se uma dignidade, verdadeira instituição, transmissível por via hereditária, dotada de poder jurisdicional sobre a «gente de mar»<sup>2387</sup>. Para este cargo, era necessário conhecimento e técnica, que eventualmente faltaria a Nuno Fernandes Cogominho, «almirante de direito

---

<sup>2383</sup> Doado em 24 de setembro de 1319, cf. José Benedito de Almeida Pessanha, *Os Almirantes Pessanhas e sua descendência* [...], p. 21.

<sup>2384</sup> Nas embarcações seguiria um escrivão a mando do rei, para registar o que fosse ganho ou capturado, fazendo valer os direitos régios. Esta atividade de saque e captura, mais tarde transcrita para as *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIIII, § 15, será o embrião para a futura «Lei do Corso», cf. Nuno Valdez dos Santos, *As raízes das instituições militares portuguesas*, Lisboa, Revista Militar, 1986, sep. da *Revista Militar*, p. 189.

<sup>2385</sup> Luís Miguel Duarte, «A Marinha de Guerra Portuguesa» [...], p. 301.

<sup>2386</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIIII, § 16.

<sup>2387</sup> Giulia Rossi Vairo, «O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rei D. Dinis» [...], p. 9.

e costume» que existira no passado. Ficava assim estabelecido que o cargo seria ocupado pela linhagem descendente de Manuel Pessanha, revertendo o mesmo para a coroa, conjuntamente com os direitos e deveres a ele anexados, sem ser necessário o rei dar algo em troca<sup>2388</sup>. Sempre que um novo almirante tomava posse, ele deveria ser sujeito a uma cerimónia de juramento que seria igual à de cavaleiro, a qual constava de vigília na igreja e no outro dia, depois de se deslocar da igreja ao Paço, de uma cerimónia pública de menagem ao rei:

«...e em outro dia deve de vïr a Nós vestido de ricos panos, e em presença de boões, e principaes da nossa Corte, lhe devemos poer huñ anel na mão direita pir sinal de honra, que lhe fazemos, e outro-sy hũa espada nua em a dita mão por o poder, que lhe damos; e em a mão seestra hum estendarte das nossas armas em signal de seu caudilhamento. E estando elle assy em nossa presença, deve-nos prometer com juramento, que nom temerá morte por emparar a fé, e crença, e nossa honra, e serviço, e bem assy por prol cumunal da nossa terra, e que guardará, e fará bem fiel, leal, e verdadeiramente todas as cousas que houver de fazer por seer Almirante. E todo esto acabado d’hi em diante ha poder de seer Almirante, e fazer todas as cousas, que a seu officio pertencer»<sup>2389</sup>.

Em 21 de abril de 1327, D. Afonso IV confirma o diploma firmado entre seu pai e Manuel Pessanha, que manterá o cargo durante este reinado enquanto viveu. Desempenhou ao serviço real algumas missões diplomáticas, entre elas a missão junto do Papa João XXII, para a separação da Ordem de Santiago, ramo português, da casa-mãe em Castela. Tratou, como embaixador em Inglaterra, do casamento, que não se realizou, de uma filha de D. Afonso IV com o primogénito de Eduardo II, deixando boa impressão junto deste monarca<sup>2390</sup>. Casou Manuel Pessanha com D. Genebra Pereira, filha de Gomes de Alpoim, e desse matrimónio nasceram Carlos Pessanha e Bartolomeu Pessanha, tendo casado segunda vez, porque enviuvou, com Leonor Afonso, filha de Lançarote da França, em quem gerou Lançarote Pessanha. Faleceu Manuel Pessanha em 1344 e, de acordo com o que estava contratado, deveria ser o seu filho primogénito, que com ele participara em vários combates navais, a substituí-lo no cargo. Sabe-se que Carlos Pessanha morreu sem geração, provavelmente em vida de seu pai, e foi seu irmão Bartolomeu Pessanha, casado com Leonor Gomes de Azevedo, filha de Gonçalo Gomes de Azevedo, alferes de D. Afonso IV, que ocupou o cargo de almirante durante parte do reinado desse monarca.

---

<sup>2388</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIII, § 18.

<sup>2389</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LIII, § 4.

<sup>2390</sup> José Benedito de Almeida Pessanha, *Os Almirantes Pessanhas e sua descendência* [...], p. 29.

Como também não deixou filhos, só uma filha que morreu solteira, o título passou para o terceiro irmão, Lançarote Pessanha, de que existe na chancelaria de D. Pedro I, o registo do pedido de confirmação dos privilégios feitos a Manuel Pessanha e seus descendentes. Este pedido é confirmado pelo rei D. Afonso IV aos 20 de setembro de 1356<sup>2391</sup>, e por D. Pedro I no primeiro dia de julho de 1357<sup>2392</sup>. Já tinham sido confirmadas por D. Pedro I, as rendas de Odemira<sup>2393</sup>, em 8 de junho de 1397, e o cargo de almirante, em 26 de junho de 1395<sup>2394</sup>. Não teve vida fácil Lançarote Pessanha. Contam-nos as crónicas que vivendo amancebado com uma Violante Marques, o rei o mandou matar e que lhe trouxessem a cabeça, o que obrigou Lançarote a pedir refúgio no reino vizinho. Valeram-lhe os pedidos que alguns cortesãos fizeram, assim como uma carta enviada pelo duque de Génova, Gabriel Adurno e os anciãos do conselho que pediam ao rei que lhe perdoasse, o que veio a acontecer<sup>2395</sup>. Durante o reinado de D. Fernando continuou a desempenhar o cargo, tendo participado em várias batalhas navais contra Castela, de que era almirante o genovês Boccanegra. Em consequência de uma batalha às portas de Lisboa, que correu menos bem<sup>2396</sup>, D. Fernando destituiu-o do cargo e nomeou D. João Afonso Telo de Meneses, 6.º conde de Barcelos, e seu cunhado, para o mesmo, que o ocupou por algum tempo, retornando para as mãos de Lançarote Pessanha, que acompanhou D. Leonor Teles quando esta saiu de Lisboa em direção a Alenquer e depois a Santarém<sup>2397</sup>. Daí partiu para Odemira para angariar apoios à causa da rainha. Intercetado perto de Beja por partidários de D. João I, que se amotinaram e se assenhoraram do castelo, foi preso e levado para a vila onde mais tarde a turba o trucidou<sup>2398</sup>, por suspeita de apoiar a rainha D. Leonor e ser contra o Mestre.

A Lançarote Pessanha sucedeu seu filho Manuel, que morreu sem herdeiros, tendo o cargo passado para seu irmão Carlos, cunhado de D. Nuno Álvares Pereira. Teve este Carlos Pessanha duas filhas, a primeira das quais, D. Genebra, que casou com D. Pedro de Meneses, em quartas núpcias, conde de Viana, capitão de Ceuta, a quem o sogro deu o almirantado, tendo o mesmo revertido para Carlos Pessanha por não terem tido filhos. O cargo foi depois entregue ao neto Lançarote, com confirmação régia em 13 de agosto

---

<sup>2391</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367* [...], pp. 34-35.

<sup>2392</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367* [...], p. 35.

<sup>2393</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367* [...], p. 5.

<sup>2394</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367* [...], p. 10.

<sup>2395</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro* [...], cap. X.

<sup>2396</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* [...], cap. LXXIV, pp. 261-262.

<sup>2397</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I* [...], vol. II, cap. XVI, pp. 37-38 e cap. XXX, pp. 61-62.

<sup>2398</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I* [...], vol. II, cap. XLII, pp. 83-86.

de 1444<sup>2399</sup>, herdeiro da segunda filha, D. Brites, casada com Rui de Melo, senhor de Vila Nova de Portimão. Por morte do neto, o cargo ficou no genro, Rui de Melo, nomeado em 27 de julho de 1453<sup>2400</sup>, que não tendo mais filhos, na sua morte passou para a linha de sucessão do terceiro filho de Lançarote Pessanha, 3.º almirante, Antão Pessanha<sup>2401</sup>.

O título continuou na família, em Nuno Vaz de Castelo Branco, filho de uma neta de Lançarote Pessanha, Catarina Vaz Pessanha, casada com Lopo Vaz de Castelo Branco, monteiro-mor de D. Duarte e alcaide de Moura. Seu filho Nuno Vaz de Castelo Branco herdou a casa e o cargo, mas como o filho primogénito morreu em vida do pai, para além de ter traído o rei, entregando a vila de Mourão ao rei D. Fernando de Castela, durante a guerra da Excelente Senhora, a casa e o título não foram herdados pelo seu filho. Por esse motivo, passou o cargo de almirante para Lopo Vaz de Azevedo, neto de Lopo Vaz de Castelo Branco e sobrinho de Nuno Vaz de Castelo Branco<sup>2402</sup>.

Lopo Vaz de Azevedo fez a transição como ocupante do cargo entre o reinado de D. João II e o de D. Manuel I. Filho de Gonçalo Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer, e de D. Isabel Vaz de Castelo Branco, herdou o cargo por morte do tio materno, alcaide-mor de Alenquer, como seu pai, foi cavaleiro da Ordem de Avis, comendador de Coruche e governador da cidade de Tanger. Da sua atividade como almirante, registada na chancelaria, temos referência à mercê feita a João Anes Gaioso, criado do Chichorro, de patrão das galés da cidade do Porto, de que foi informado o almirante e os capitães do mar, para lhe darem posse do cargo com os privilégios, graças, franquezas e liberdades como era costume haver nos patrões que existiam nas cidades do Porto e de Lisboa<sup>2403</sup>. Lopo Vaz de Azevedo deixara<sup>2404</sup>, a pedido de D. Manuel I, a capitania de Tânger em troca de uma tença de 200.000 reais em cada ano de sua vida e a garantia que o almirantado passava para António de Azevedo, seu filho segundo<sup>2405</sup>. Este, casado com D. Isabel de Meneses, filha do conde de Cantanhede, D. Pedro de Meneses, virá a herdar, por falecimento de seu pai em 1501<sup>2406</sup>, o cargo de comendador da Juromenha, o

---

<sup>2399</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 13v/14 (Lisboa, 13/08/1444).

<sup>2400</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 25 (Évora, 27/07/1453).

<sup>2401</sup> Gayo dá-lhe o nome de João, cf. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXII, p. 112.

<sup>2402</sup> Reconstituição genealógica tendo por base Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XXII, p. 112, (Pessanhas, §1); tomo III, p. 108 (Azevedos, §8); tomo XI, p. 12 (Castelo Branco, §1); Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p. 66; cf. Alão de Moraes, *Pedatura* [...], tomo III, vol. I, p. 200.

<sup>2403</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 103 (Setúbal, 22/04/1496).

<sup>2404</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 90 (Lisboa, 10/10/1501).

<sup>2405</sup> O primogénito D. Gonçalo Gomes de Azevedo morreu na Índia sem descendência.

<sup>2406</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 49 (Lisboa, 01/10/1501).

almirantado, assim como a tença de 200.000 reais de que este era detentor. Tendo ascendido ao conselho régio, vê ser-lhe atribuída nova tença de 100.000 reais<sup>2407</sup>.

Uma vez que o dito ofício passava por via hereditária, depois da confirmação régia, passava a ser intitulado almirante com toda a jurisdição, poderes, privilégios, liberdades, honras e franquezas, direitos e ancoragens que ao dito ofício pertencessem. Estes direitos e privilégios estavam presentes nas *Ordenações Afonsinas*, que transcrevem fielmente as cláusulas do contrato firmado entre D. Dinis e Manuel Pessanha, embora à época em que foram transcritas, algumas delas já não fossem cumpridas, caso da vintena de marinheiros genoveses que ocupavam o lugar de alcaides ou de arrais das galés, são, algumas décadas mais tarde, retirados das *Ordenações Manuelinas*. O ofício de almirante do reino vai, conseqüentemente, perdendo o seu cariz militar para se tornar em mais um ofício remunerado, a ser herdado dentro de uma casa da nobreza.

Entre os dias 8 e 9 de setembro de 1499, entra na barra do Tejo um navio proveniente da ilha Terceira. A bordo o capitão-mor da armada que partira para a Índia no ano anterior, Vasco da Gama, que se dirigira a essa ilha proveniente da ilha de Santiago, para cuidar do seu irmão, Paulo da Gama, como ele participante da expedição e capitão da caravela S. Rafael, que se encontrava bastante debilitado e que acabou por falecer no dia seguinte a terem acostado, sendo sepultado no Mosteiro de S. Francisco situado em Angra do Heroísmo. Vasco da Gama dirige-se a Lisboa, fundeando perto da igreja de Santa Maria de Belém, local de onde partira para a primeira de viagem marítima para a Índia, onde mandou rezar as novenas que tinha prometido. D. Manuel I já conhecedor da boa nova, que lhe fora trazida por Nicolau Coelho, outro dos capitães da armada, que ancorara no Tejo no mês de julho, manda preparar a receção e quando Vasco da Gama se dirige a Lisboa a entrada na cidade é feita com enorme solenidade e motivo para festas, mostrando o rei grande contentamento e satisfação dos serviços prestados à coroa que «foy hũ dos mayóres que se vio feito per vassalo, em tã breue tẽpo e cõ tam pouco custo»<sup>2408</sup>. Por esse motivo lhe deu o rei várias mercês pecuniárias e nobiliárquicas. Por carta régia datada de 10 de janeiro de 1500<sup>2409</sup>, após um extenso preâmbulo onde se sumaria a história dos descobrimentos portugueses e o papel desempenhado por Vasco

---

<sup>2407</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 12v (Tomar, 30/10/1506).

<sup>2408</sup> João de Barros, *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* [...], 1.<sup>a</sup> Década, p. 164.

<sup>2409</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 2, fl. 3/3v (Lisboa, 10/01/1500). Dois anos depois, a 10 de janeiro de 1502, é passada nova carta praticamente do mesmo teor onde se retiraram 70.000 reais de que já fora emitida carta previamente, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 23/23v (Lisboa, 10/01/1502) e Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 37 (Lisboa, 02/05/1502).

da Gama<sup>2410</sup>, estipulam-se as somas e as honorarias. Das primeiras começa por referir a quantia de 300.000 reais de renda em cada ano de juro e herdade, a serem concedidos a Vasco da Gama e a seus descendentes, que seriam pagos com dinheiros de várias proveniências:

- a) Uma quinta parte no valor de 60.000 reais, que era o que a Fazenda régia achava que valia, sobre a dízima nova do pescado da vila de Sines e de Vila Nova de Milfontes, e caso o valor ao longo dos anos fosse crescendo ou diminuindo, tal seria suportado por Vasco da Gama ou pelos seus descendentes. Esta dízima estava antes atribuída a D. Martinho de Castelo Branco, que a trocara por uma renda sobre as madeiras e cortiça que se arrecadava na portagem de Lisboa<sup>2411</sup>.
- b) 130.000 reais a serem pagos pelas sisas da vila de Sines. Caso o valor arrecadado fosse menor, seria completado pelas sisas de Santiago do Cacém.
- c) 40.000 reais provenientes das sisas se Santiago do Cacém, pagos trimestralmente.
- d) 60.000 reais, que no documento emitido em 1 de janeiro de 1500, ficava omissa a origem da verba «nós lhos daremos depois em outras rendas» e no de 1502 já menciona que os 70.000 reais seriam pagos na casa do paço da madeira.

Para além destas rendas foi também concedido a Vasco da Gama e a seus descendentes o direito de enviar duzentos cruzados em numerário, em cada viagem que o rei enviasse à Índia, para compra de mercadorias, não pagando direitos ou tributos reais, mas pagando a vintena<sup>2412</sup> para a Ordem de Cristo.

Das mercês não pecuniárias, destaque para a concessão do título de Dom, a Vasco da Gama e a seus irmãos, Teresa e Aires da Gama<sup>2413</sup>, título esse que podia passar para

---

<sup>2410</sup> Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 206.

<sup>2411</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 11v (Lisboa, 07/02/1500).

<sup>2412</sup> Uma taxa de cinco por cento sobre o valor das mercadorias transportadas.

<sup>2413</sup> Vasco da Gama e seus irmãos eram filhos de Estevão da Gama, vedor da casa do príncipe D. Afonso, alcaide-mor de Sines, comendador da Ordem de Santiago no Seixal, teve as saboarias de Estremoz, Sousel e Fronteira, e as judiarias de Santiago do Cacém. Casou com Isabel Sodré, filha de João de Resende e de Maria Sodré.

os filhos, netos e restantes descendentes. Esta forma de tratamento, que ao longo da primeira dinastia e parte da segunda dinastia teria sido regulado pelo costume, seria apanágio dos condes e dos ricos-homens<sup>2414</sup>. Com D. Manuel I, o uso e atribuição deste título fará parte das Ordenações do Reino, na sua edição de 1516-1521, no livro II, título XXXVII «Da pena que aueram os que trouxeram as armas, que lhe nam pertencem. E dos que tomam Dom, ou apelidos de linhagens, nom lhes pertencendo. E dos que se nomeam por Fidalgos nom o sendo», especificamente nos seus parágrafos onze e doze, onde se escreve que:

«Ninhuũ homem, nem molher, de qualquer sorte e qualidade que seja, nom se possa chamar nem chame de Dom, se lhe nom pertencer per Dereito por via de seu pay, ou avô da parte de seu pay, ou por Nossa Graça especial, ou dos Reys passados, ou que nos Liuros de Nossas Moradias com o dito Dom andarem. A as molheres o poderam tomar de seus pays, ou mãys, ou sogras que o dito Dom dereitamente teuerem, como sempre neste Reyno se costumou»<sup>2415</sup>.

Esta mercê, por norma só atribuída aos nobres titulados, colocava a família de Vasco da Gama, no círculo restrito da alta nobreza. Só faltava o título de conde.

D. Manuel I conferirá, juntamente com estas honrarias, o título de almirante do mar da Índia a Vasco da Gama, igualando-o em prerrogativas e honorários ao almirante de Portugal<sup>2416</sup>. Passaram assim, a existir dois almirantados, o do mar da Índia e o do reino. Podemos encontrar nesta duplicação algumas semelhanças com a mercê que foi concedida a Cristóvão Colombo alguns anos antes, nas chamadas «Capitulaciones de Santa Fe»<sup>2417</sup>, que estipulava, entre as condições em que o almirante genovês faria a viagem para ocidente:

«Primeramente, que vuestras altezas como señores que son de las dichas mares Océanas hacen desde ahora al dicho don Cristóbal Colón, su Almirante, en todas aquellas islas y

---

<sup>2414</sup> Damião Pereira de Menezes Vellozo Ferreira, *Do tratamento de Dom*, [s.l.], Caminhos Romanos, 2014, p. 5.

<sup>2415</sup> *Ordenações Manuelinas* [...], liv. II, tit. XXXVII, § 11.

<sup>2416</sup> «Almirante da dita Índia com todolas honras, preeminências, liberdades, poder, jurisdição, foros e direitos, que, com o dito Almirantado, per direito deve haver e os tem o nosso Almirante destes nossos reinos, segundo mais compridamente se contém em seu Regimento», cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 2, fl. 3/3v (Lisboa, 10/01/1500), transcrita por Anselmo Braamcamp Freire, «O almirantado da Índia», *Arquivo Histórico Português* [...], vol. I, p. 25.

<sup>2417</sup>

[http://servicios2.abc.gov.ar/docentes/efemerides/12deoctubre2009/descargas/europa/capitulaciones\\_sanatafe.pdf](http://servicios2.abc.gov.ar/docentes/efemerides/12deoctubre2009/descargas/europa/capitulaciones_sanatafe.pdf) [consultado em 17/08/2020].



tierras firmes que por su mano o industria se descubrirán o ganarán en las dichas mares Océanas para durante su vida, y después de él muerto, a sus herederos y sucesores de uno en otro perpetuamente con todas aquellas preeminencias y prerrogativas pertenecientes al tal ofi cio, y según que don Alfonso Enríquez, quondam , Almirante Mayor de Castilla, y los otros sus predecesores en el dicho oficio, lo tenían en sus distritos»<sup>2418</sup>.

Ou seja, ofício vitalício, hereditário e segundo o modelo do almirante-mor de Castela. No caso português o ofício não era hereditário, mas mantendo todas as outras prerrogativas foi uma forma de a coroa portuguesa sublinhar que no Oriente exercia uma autoridade semelhante à exercida por Castela nas Índias ocidentais<sup>2419</sup>.

Na Índia, constatada que foi a existência de uma rede de interesses comerciais estabelecida pelo inimigo de sempre, o muçulmano, levou a que Portugal tivesse que optar por utilizar a força militar para fazer valer o seu modelo<sup>2420</sup>. O reino utilizava dois modelos diferenciados relativamente aos territórios conquistados ou descobertos. O primeiro, é o modelo de organização que existia no norte de África, o de praças fortes e de utilização da força para fazer valer os direitos comerciais e de permanência. O segundo modelo, o de expansão territorial, como o que existia na costa africana e nas ilhas entretanto descobertas, e que irá mais tarde ser usado no Brasil, é um modelo de capitánias, com exploração direta do solo ou a criação de entrepostos comerciais para troca de produtos. Ou seja, quando existe oposição de igual para igual, usa-se o modelo de praças forte e feitorias, quando o oponente é mais fraco ou não existe, usa-se o modelo de capitánias associado à expansão territorial. Quando Vasco da Gama regressa da sua viagem de exploração e descobrimento do caminho marítimo para a Índia, já trás indicações de que a presença muçulmana não seria benéfica para os interesses portugueses, e da mesma forma que a criação primeira do ofício de almirante fora resultante da necessidade de dar combate aos navios dos infiéis que atacavam as costas

---

<sup>2418</sup> «Em primeiro lugar, que as vossas altezas como senhores que são dos referidos mares Oceanos, fazem de agora em diante ao dito don Cristóbal Colón, seu almirante, em todas aquelas ilhas e terras firmes que por sua mão ou indústria serão descoberta ou conquistadas nos referidos mares Oceanos durante a sua vida, e após ele morrer, seus herdeiros e sucessores de um para o outro perpetuamente com todas aquelas preeminências e prerrogativas relativas a tal cargo, segundo as quais Don Alfonso Enríquez, almirante maior de Castela, e os outros seus antecessores no dito ofício, tinham na sua jurisdição» [tradução nossa].

<sup>2419</sup> Luís Adão da Fonseca, «Vasco da Gama e a Expansão Portuguesa», *Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, pp. 103-127, Lisboa, CNCDP, 1998, p. 112.

<sup>2420</sup> Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz, «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», *II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*. Actas, pp. 513-540, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985, p. 518.

portuguesas, também para a Índia era necessário criar semelhante ofício para dar combate aos mesmos que foram a razão da criação desse título.

Como era da praxe e estava consubstanciado no articulado do regimento do almirante, realizou-se uma cerimónia de investidura, a qual foi realizada pouco tempo antes da partida de Gama para a sua segunda viagem à Índia. Em carta enviada ao duque de Ferrara, Ercole d'Este, em 30 de janeiro de 1502<sup>2421</sup>, Alberto Cantino descreve o cerimonial a que assistiu e que se desenrolou na Igreja Catedral, onde D. Manuel I investiu Vasco da Gama na dignidade de almirante da Índia, tendo a cerimónia culminado com a entrega do estandarte a Vasco da Gama:

«D'abord le souverain se rendit à la messe en grande pompe, et après qu'elle eut été célébré, le susdit Vasco portant une houppelande [*turcha?*] de satim cramoisi à la française doublée d'armine, avec un béret [*breta pour bereta?*] ainsi qu'une tunique correspondant au vêtement e orné d'un collier d'or, se mit à côté du roi, qui était entouré de toute sa cour.

Un seigneur s'avança au milieu du cercle, et fit une harangue louant la grandeur et les vertus du Seigneur-Roi, au point dans toutes les parties de son discours d'exalter sa gloire au dessus de celle d'Alexandre le Grand.

Puis, se tournant du côté de l'amiral, il fit en d'abondantes paroles son éloge et celui de ses ancêtres, rappelant que par son génie et son courage il avait découvert toute cette partie d'Inde.

L'oration terminée, le héraut d'armes se presenta un livre à la main et fit jurer au susdit Dom Vasco fidélité éternelle au roi et à ses descendants. Ensuite il s'agenouilla devant le prince, qui tirant un anneau de sa main le lui passa au doigt.

Puis on remit une épée nue à l'amiral agenouillé. Il la prit de la main droite et reçut l'étendard de la main gauche.

Cela fait, il se releva et baisa la main du roi, ainsi que firent tous les seigneurs et gentilshommes, se réjouissant des honneurs et dignités qu'il ajoutait à sa couronne, et l'ambassadeur de Venise agit de même.

Enfim, la cérémonie se termina par une superbe musique»<sup>2422</sup>.

---

<sup>2421</sup> Publicado por Henry Harrisse, *Document inédit concernant Vasco da Gama, relation adressée à Hercule d'Este, duc de Ferrare par son ambassadeur à la cour de Portugal*, Paris, [s.n.], 1889, pp. 20-21. Nesta publicação a data da carta é de 30 de janeiro de 1501, mas como refere a partida próxima de Vasco da Gama, que «seria daqui a dez dias», a qual ocorreu realmente a 12 de fevereiro de 1502, é de supor que existiu um erro de transcrição, ou um erro propositado do autor da missiva.

<sup>2422</sup> « Depois do soberano ter assistido à missa celebrada com grande pompa, quando esta acabou, o citado Vasco envergava uma capa [*turcha?*] de cetim carmesim ao estilo francês forrado de arminho, com um barrete [*breta para bereta?*] e uma túnica a condizer com a capa, adornado com um colar de ouro, colocou-se ao lado do rei, que estava rodeado por toda a sua corte.

Um senhor entrou no meio do círculo e fez um discurso elogiando a grandeza e as virtudes do Senhor-Rei, usando todas as partes de seu discurso para exaltar sua glória acima da de Alexandre, o Grande.

Como suso escrito, Vasco da Gama partiu de Lisboa para a sua segunda viagem para a Índia, em 12 de fevereiro de 1502, com uma frota de dez navios. Na verdade, partem três armadas para a Índia nesse ano. A comandada por Vasco da Gama; outra de cinco embarcações, comandadas por seu tio, Vicente Sodré, com instruções para se manter na Índia e aí se dedicar ao curso antimuçulmano; a terceira, de cinco embarcações também, comandada por um primo do almirante, Estevão da Gama<sup>2423</sup>. Entre estes dois momentos, chegada da primeira viagem e partida para a segunda, casou Vasco da Gama com Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Ataíde, alcaide-mor do Alvor, e de Maria da Silva. Desse casamento nasceram<sup>2424</sup>: D. Francisco da Gama, 2.º conde da Vidigueira e estribeiro-mor de D. João III, casou com D. Guiomar de Vilhena, filha de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, e de sua mulher, D. Brites de Vilhena; D. Estevão da Gama, governador da Índia; D. Pedro da Silva da Gama, capitão de Malaca e comendador da Ordem de Avis; D. Paulo da Gama, capitão de Malaca; D. Cristóvão da Gama, que morreu na Etiópia ou no Ceilão, mártir; D. Álvaro de Ataíde, capitão de Malaca; D. Isabel de Ataíde, que casou com o filho do conde de Linhares, D. Inácio de Noronha, *o Berguilha*. Este casamento é uma ligação importante, sobretudo ao ramo da família materna da mulher. A sogra, Maria da Silva, é irmã de Beatriz da Silva, casada com o 1.º conde de Abrantes, D. Lopo de Almeida, filho do vedor da Fazenda, Diogo Fernandes de Almeida. Derivado a essa ligação familiar aos Almeida, a mulher de Vasco da Gama é prima direita do 2.º conde de Abrantes, D. João Lopes de Almeida, de D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei da Índia, de D. Diogo Fernandes Almeida, prior do Crato, de D. Pedro de Almeida, comendador de Avis, de Jorge de Almeida, 2.º conde de Arganil e 37.º bispo de Coimbra, de Fernando de Almeida, bispo de Ceuta e de D. Isabel da Silva, casada com Afonso Vasconcelos e Menezes, 1.º conde de Penela. Aduz Luís Adão da Fonseca,

---

Depois, virando-se para o lado do almirante, falou profusamente fazendo o seu elogio e o dos seus ancestrais, lembrando que com seu gênio e sua coragem havia descoberto toda esta parte da Índia.

Terminada a oração, o arauto das armas apresentou-se com um livro nas mãos e fez o citado Dom Vasco jurar fidelidade eterna ao rei e seus descendentes. E feito isso, ajoelhou-se na frente do príncipe, que puxando um anel de sua mão o colocou no seu dedo.

Em seguida, uma espada nua foi entregue ao almirante ajoelhado. Ele recebeu-a com a mão direita e o estandarte com a esquerda.

Feito isso, levantou-se e beijou a mão do rei, como fizeram todos os cavaleiros e senhores, regozijando-se com as honras e dignidades que acrescentou à sua coroa, e o Embaixador de Veneza fez o mesmo.

Por fim, a cerimônia terminou com música excelente» [tradução nossa].

<sup>2423</sup> Luís Adão da Fonseca, «Vasco da Gama e a Expansão Portuguesa» [...], pp. 112-113.

<sup>2424</sup> Sobre os Gamas e a casa da Vidigueira, ver por todos Ivone Correia Alves, *Gamas e Condes da Vidigueira. Percursos e genealogias* [...], 2001.

que esta ligação familiar, com o tempo, dada a sua hostilidade a D. Manuel I, é possível que tenha influenciado as posições de D. Vasco da Gama<sup>2425</sup>

Para além das mercês e de pertencer ao conselho régio, recebe, por alvará passado por António Carneiro a 22 de fevereiro de 1501, a mercê da outorga da vila de Sines com todo o seu senhorio e jurisdição cível e crime, para ele e seus herdeiros e descendentes, assim que se concluísse o escambo a fazer com a Ordem de Santiago, em atenção ao feito do descobrimento da Índia, e ao bem e proveito universal do mesmo. E se comprometia, até ao derradeiro de maio de 1501. E se por alguns inconvenientes não passasse a efeito, lhe daria 1.000 cruzados em cada ano, isto além dos 300.000 reais que já lhe tinha dado. E como não fora conseguido o dito escambo, receberia a partir do primeiro de junho de 1501, os ditos 1.000 cruzados, pagos em quatro prestações, até tomar posse da dita vila de Sines<sup>2426</sup>. Este documento, datado de 25 de setembro de 1501, vem confirmar a oposição que o Mestre da Ordem de Santiago fez em relação a este escambo.

Regressado que foi da sua segunda viagem à Índia, trazendo a armada grandes riquezas do oriente, recebido com muitas festas e cortejos, deu-lhe o rei um padrão de juro no valor de 400.000 reais, para ele e seus descendentes, com pagamento trimestral<sup>2427</sup>. Passou, Vasco da Gama, a residir em Sines, em permanência, com a família, ampliando os alojamentos do seu solar, causando algum mau estar junto do alcaide-mor da vila e comendador do lugar, D. Luís de Noronha, e junto do mestre da ordem, D. Jorge, filho natural de D. João II. O mal-estar foi-se agravando atingindo o auge com a saída de Vasco da Gama da Ordem de Santiago e a entrada na Ordem de Cristo<sup>2428</sup>. Os protestos recrudesceram e o rei viu-se obrigado a emitir uma ordem real que o mandava sair de Sines, com sua mulher e filhos, e toda a sua casa, num prazo de trinta dias, e o proibia de entrar na vila ou no seu termo sem licença do mestre de Santiago, sob pena de uma multa de quinhentos cruzados e «castigo que merecem aqueles que não cumprem os mandados do seu rei e senhor»<sup>2429</sup>, proibindo também a continuação das obras que o almirante mandara executar na sua habitação. Com esta proibição Vasco da Gama retira-se, com os seus, para Évora, mas continua a enviar os seus agentes para coletar os direitos que tinha nas vilas de Sines e Santiago do Cacém<sup>2430</sup>. Em outubro de 1515, recebeu uma tença anual

---

<sup>2425</sup> Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*, Lisboa, Exposição Mundial de Lisboa de 1998, 1997, p. 54.

<sup>2426</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 90/90v (Lisboa, 25/09/1501).

<sup>2427</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 18v (Lisboa, 20/02/1504).

<sup>2428</sup> Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama* [...], p. 288.

<sup>2429</sup> Luciano Cordeiro, *De como e quando foi feito conde Vasco da Gama* [...], p. 17.

<sup>2430</sup> Luciano Cordeiro, *De como e quando foi feito conde Vasco da Gama* [...], p. 20.

de 60.000 reais, com início de pagamento em 1 de janeiro do ano de 1516, porque «tal era o valor da tença destinada ao almirante «destes reinos»<sup>2431</sup>.

Não podendo, como lhe prometera, dar a vila de Sines para o seu senhorio, D. Manuel I, perante a repetida insistência de Vasco da Gama, é D. Jaime, 4.º duque de Bragança, cuja casa, extinta por D. João II, fora reconstruída por D. Manuel I, que cede as vilas da Vidigueira e de Frades, para nelas se criar um domínio jurisdicional, e se poder constituir um condado novo, «para que aprazendo, como excelentemente sabia que aprazia ao Rei, pudesse, em seu nome, renunciar e demitir da casa ducal as vilas da Vidigueira e dos Frades, permutando-as com Vasco da Gama pelos 400.000 reais de tença, que o rei lhe concedera e mais quatro mil cruzados em oiro»<sup>2432</sup>. Esta permuta é confirmada por documento régio em 17 de dezembro de 1519 e por essa altura lhe foi atribuído o título de conde, sendo o primeiro conde sem sangue real, e as armas, que ostentam o escudo real.

Vasco da Gama virá a morrer na Índia<sup>2433</sup>, nas vésperas de Natal de 1524, durante a sua terceira viagem ao oriente, para onde partirá a 9 de abril do mesmo ano, comandando uma frota de nove naus e cinco caravelas, com 3.000 homens a bordo. Acompanham-no os filhos Estevão, nomeado capitão-mor dos mares da Índia, e Paulo, que será mais tarde capitão de Malaca. Se na sua primeira viagem era um jovem capitão de uma armada na descoberta do caminho marítimo para oriente, que foi premiado com o ofício de almirante, na segunda, fazendo jus ao ofício, comandando uma frota com cariz militar de dez navios, lançou as bases do poder marítimo de Portugal no Oriente, sendo recompensado com o título nobiliárquico de conde. Na sua terceira missão, atinge o auge do poder, ao ser nomeado vice-rei da Índia.

## 6. ANADEL-MOR

A hoste régia era formada por um dispositivo dual de homens a cavalo e homens a pé. Nestes há que distinguir a peonagem, homens mal-armados (portadores de lanças,

---

<sup>2431</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 2v (Lisboa, 09/10/1515).

<sup>2432</sup> Luciano Cordeiro, *De como e quando foi feito conde Vasco da Gama* [...], p. 23.

<sup>2433</sup> Os seus restos mortais foram trasladados de Cochim em 1539, trazidos por um dos seus filhos, e depositados na igreja de Nossa Senhora das Relíquias, na Vidigueira, onde instituíra uma capela. O seu túmulo foi saqueado em 1840, em consequência da lei da desamortização e do abandono e venda dos conventos. Anos mais tarde, em 1880, repousa finalmente no mosteiro de Santa Maria de Belém, cf. A. C. Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira. Estudo histórico*, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1886, pp. 655-664.

os lanceiros, de arcos, os arqueiros, mas com a maioria utilizando chuços, fundas ou punhais), de uma elite, os besteiros, organizada dentro dos concelhos e detentores de alguns privilégios. Embora incerta a data de criação deste corpo especializado, encontra-se na documentação régia referência à sua existência no reinado de D. Sancho I<sup>2434</sup>, assim como em alguns forais que seguem o modelo do tipo de foral de Santarém, Coimbra e Lisboa<sup>2435</sup>, em que se determinam os privilégios concedidos pelo rei aos besteiros, «Balistarij habeant forum militũ»<sup>2436</sup>, equiparando-os em imunidades e prerrogativas aos cavaleiros. A sua consolidação como corpo organizado, os chamados besteiros do conto, só começa a estar presente, no reinado de D. Dinis<sup>2437</sup>, em alguns concelhos, depois estendida a todo o espaço territorial por D. Afonso IV. Recrutados, essencialmente, entre os mestirais, eram os concelhos obrigados a prover um número fixo de besteiros determinado pelo rei, o que suscitou nas cortes de 1331 queixas dos concelhos sobre o número imposto, que consideravam exagerado e, concomitantemente, dos privilégios e isenções que os besteiros do conto usufruíam, que afetavam a economia concelhia e causavam inveja a quem não pertencia a essa elite militar. Afirmavam os povos que eram agravados porque o rei mandara nomear em cada vila do reino mais besteiros do conto do que aqueles que eram necessários, que muitos deles nem atirar sabiam, os quais, porque estando isentos de pagamento de peitas e outros encargos concelhios, obrigavam a um agravamento dos encargos que recaiam sobre os outros habitantes. Já nas cortes de 1361 se queixavam os povos que para além de existirem besteiros do conto nomeados em excesso ao número anteriormente determinado, eram nomeados para besteiro habitantes do concelho só pelo facto de serem possuidores de uma besta, sendo essa nomeação feita,

---

<sup>2434</sup> Em carta enviada aos alvazis e vedores de Sintra, D. Afonso IV confirma os privilégios dados por D. Sancho I aos besteiros de Sintra de não pagarem talhas, sacas ou fintas, lançadas pelo concelho, cf. *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. III, (1340-1344), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues, transcrições de Teresa Ferreira Rodrigues, revisão de A. H. de Oliveira Marques, Cristina Seuanes Serafim, Susana Münch Miranda, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992, pp. 143/144.

<sup>2435</sup> Casos dos forais de Leiria, Almada ou Silves, ver António Matos Reis, *Origem dos municípios portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 e *História dos Municípios [1050-1383]*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

<sup>2436</sup> «Beesteiros aiam foro de caualeyros», cf. *Foral antigo de Santarém*, edição crítica e estudo Lina Maria Marques Soares, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 130; cf. *Forais de Leiria*, coordenação de Saúl António Gomes, Leiria, Textiverso, 2017, p. 172; cf. *Forais de Silves*, tradução Maria Filomena Andrade, estudo histórico Manuela Santos Silva, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1993, p. 24; cf. Alexandre M. Flores e António J. Nabais, *Os forais de Almada e seu termo. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*, Almada e Seixal, Câmaras Municipais de Almada e Seixal, 1983, p. 72.

<sup>2437</sup> Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos sec XII a XV [...]*, tomo V, p. 239.

muitas vezes, contra a sua vontade<sup>2438</sup>. Esta atitude de recusa pode estar relacionada com o facto dos besteiros do conto, para além de participar na hoste, serem muitas vezes chamados a fazer vigilância no transporte de presos ou de dinheiro, com tudo o que isso poderia implicar em penas legais, caso existisse algum problema durante a execução desse serviço.

A evolução que o dispositivo técnico-tático da arte de guerrear teve ao longo dos séculos XIV e XV, será acompanhado por uma alteração do comportamento dos concelhos, perante esta classe militar, a qual irá dividir-se, mantendo uma das divisões a atividade a pé e especializando-se a outra no atirar a cavalo. Para estes era requisito necessário terem posses para sustentar o cavalo, para além de serem possuidores de uma besta. Este grupo, de homens mais abastados, já não incluía só homens provenientes dos mesteirais, mas muitos lavradores, que nas localidades com fraca predominância de ofícios, também integravam os besteiros do conto. Ciosos da sua independência perante os homens do rei, e uma vez que eram obrigados a pagar soldada<sup>2439</sup> aos besteiros nos primeiros dias em que estes integravam a hoste régia, começaram os concelhos a exigir em cortes uma maior autonomia na nomeação dos besteiros a ser recrutados<sup>2440</sup>. Pediam, também, que os que exerciam o cargo de anadel dos besteiros o fossem por um ano<sup>2441</sup>, e que o cargo fosse de nomeação entre os besteiros do conto e não reduzido ao universo daqueles que eram escudeiros<sup>2442</sup>, associando a este pedido a redução dos besteiros a metade<sup>2443</sup>. À medida que este corpo se especializava aumentava o número daqueles que beneficiavam dos privilégios associados aos besteiros, mas não eram besteiros. Eram homens que desempenhavam ofícios de suporte e que garantiam a mecânica de funcionamento deste corpo da milícia, distribuindo-se por funções de recrutamento e inspeção, secundando a ação do anadel. Eram eles o trintaneiro, porteiro, escrivão e

---

<sup>2438</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias; transcrições de Nuno José Pizarro Pinto Dias e Teresa Maria Ferreira Rodrigues; revisão de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 48.

<sup>2439</sup> Pedido feito nas cortes de Coimbra de 1385, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 226.

<sup>2440</sup> Pedido feito nas cortes de Lisboa de 1389, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 231.

<sup>2441</sup> Pedido feito nas cortes de Santarém de 1418, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 270. Mais tarde, cortes de Évora-Viana, em consonância com outros cargos concelhios, o pedido foi estendido para três anos, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 467.

<sup>2442</sup> Pedido feito nas cortes de Leiria-Santarém de 1433, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 314.

<sup>2443</sup> Pedido feito nas cortes de Leiria-Santarém de 1433, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 314.

meirinho. Uma vez que usufruíam dos privilégios, pediam os concelhos nas cortes de 1439, que os mesmos fossem integrados e passassem a contar para o rol dos besteiros do conto<sup>2444</sup>, o que foi deferido pelo rei. Mas os pedidos dos concelhos, no que aos besteiros concerne, irá continuar nas cortes posteriores. Em 1472, fruto da separação entre besteiros do conto e besteiros a cavalo, sendo estes oriundos de um estrato social mais elevado, porque gente com posses para manter um cavalo, pertenceria a famílias com ligações à elites concelhias, é natural que os concelhos pedissem outros privilégios para eles, como ocorreu nestas cortes, em que foi requerida a isenção de transportar presos para os besteiros a cavalo<sup>2445</sup>, que mais uma vez foi aceite e confirmada pela autoridade régia. Nas mesmas cortes pediram os concelhos, repetindo uma ideia, cara, de autonomia em relação ao poder central, que o rei suspendesse por alguns anos o ofício de anadel-mor e anadel das comarcas, ficando a manutenção do número e preparação dos efetivos a cargo dos concelhos. Após esse período de suspensão, se decidiria se os cargos deveriam ser extintos ou reativados<sup>2446</sup>. Como o pedido foi indeferido, voltaram os concelhos a insistir nas cortes de 1481-1482, pedindo a extinção do cargo de anadel-mor e que a responsabilidade dos besteiros passasse para os concelhos<sup>2447</sup>, sendo esta petição novamente indeferida por D. João II.

Eram 38 os artigos que compunham a legislação aplicável aos deveres e obrigações do ofício de anadel-mor, emanada da chancelaria de D. João I e transcrita para as *Ordenações Afonsinas* no título LXVIII do livro primeiro. Cargo de nomeação régia, contra o qual se opunham os concelhos neste final do século XV, a sua função principal era a de superintender ao recrutamento e manutenção dos corpos de besteiros do conto, nas várias cidades, vilas, lugares, julgados, honras, terras dos infantes, do condestável, das ordens militares, dos mestres, jurisdições e terras chãs do reino<sup>2448</sup>, passando cartas

---

<sup>2444</sup> Pedido feito nas cortes de Évora de 1439, cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, transcrições de Carlos Silva Moura e Pedro Pinto, revisão de João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016, pp. 65-66. Como a determinação régia não foi cumprida, nas Cortes de 1444, voltam os concelhos a pedir que se cumpra a decisão anterior, cf. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1441-1447)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, transcrições de Carlos Silva Moura e Pedro Pinto, revisão de João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2017, pp. 267-268.

<sup>2445</sup> Pedido feito nas cortes de Coimbra-Évora de 1472-1473, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 409.

<sup>2446</sup> Pedido feito nas cortes de Coimbra-Évora de 1472-1473, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 429.

<sup>2447</sup> Pedido feito nas cortes de Évora-Viana de 1481-1482, cf. Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 467.

<sup>2448</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LXVIII, §2.



de confirmação de privilégio de besteiro ou de aposentadoria, assim como inspecionar o bom estado das armas a utilizar. Era sua função também, verificar se os galeotes, também chamadas vintenas do mar, estavam completas de acordo com o regimento que as instituiu. Os besteiros do conto deviam ser selecionados entre os homens dos mesteres «sapateiros, alfayates, ferreiros, carpinteiros, almocreves, tonoeiros, regataaês, e outros quaeesquer mesteiraees»<sup>2449</sup>, contando que fossem casados e não exercessem a lavoura, utilizando para lavrar uma junta de bois. Chamava o rei, no entanto, a atenção para alguns que se intitulavam como lavradores, para se escaparem à mobilização como besteiros, mas que auferiam a maior parte dos seus rendimentos como mesteirais. A esses, determinada o rei, não devia o anadel-mor deixar de os integrar no corpo de besteiros do conto<sup>2450</sup>. A exceção à possibilidade de recrutamento para besteiro do conto daqueles que possuíssem besta, para além da idade<sup>2451</sup>, consistia nos que já estavam acontiadados no corpo dos besteiros de garrucha ou nos besteiros a cavalo, que integravam os corpos da milícia que estava consignada aos coudéis<sup>2452</sup>. Um dos privilégios dos besteiros do conto era o de não pagarem jugada<sup>2453</sup>, mas o rei abria mais uma exceção no recrutamento para os que pagavam jugada e oitavo ao rei<sup>2454</sup>. No caso do anadel-mor, um dos seus privilégios era a lutuosa, que consistia em receberem a arma que o defunto ou o aposentado usara a que se adicionava a quantia de 400 reais. O pagamento deste valor acabou, a pedido dos concelhos, nas cortes de Évora de 1460<sup>2455</sup>.

Não recuaram os concelhos com as recusas sistemáticas do poder real em relação aos pedidos relativos ao controlo da função de besteiro. Nas cortes de 1498 pediam, no artigo 119, que o rei eliminasse três cargos mores do reino, que faziam «muita opressão ao povo» e aos quais não viam utilidade ao reino nem ao bem comum. Eram eles o anadel-mor dos besteiros do conto, o coudel mor e o almotacé-mor. Justificavam que:

«Três ofiçios ha nestes vossos rregnnos que muyta opressam e sayoria de pouco seruço de deus e vosso e menos do bem comum .s. o anadell moor dos beesteiros do conto que tem ī ī ī ī e tantos besteiros per todo o rregnno que outro seruço vos nam fazem saluo

---

<sup>2449</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVIII, §15.

<sup>2450</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVIII, §32.

<sup>2451</sup> Como em todos os ofícios régios, os besteiros do conto eram aposentados aos setenta anos, mas caso tivessem sofrido alguma mazela que os impedisse de cumprir o serviço ao rei, era, também, motivo para a aposentação.

<sup>2452</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVIII, §25.

<sup>2453</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVIII, §20.

<sup>2454</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVIII, §4.

<sup>2455</sup> Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* [...], vol. II, p. 371.

serem soJeios ao dicto anadel e obrigados a lhe pagar luytosa E nom ha pessoa vyua que os vise serujr [...] o coudel moõr com ssuas coudelarias que huñ sso dardo nem lança [...] o almotaçee moõr de vossa corte que por seu azo e senhorio de seu ofiço e mando se perdem mays de dez mjll Jeiras dos proues lavradores do rregno E a corte nam he por yso melhor serujda nem abastada»<sup>2456</sup>.

Esse capítulo ficou sem resposta e os cargos mantiveram-se integrados na estrutura organizativa régia. Exceção feita para os vários anadéis-mor, dos quais só ficou em funções o anadel-mor dos besteiros do monte, porque estes serviam «nas partes de alleem como em outros serviços»<sup>2457</sup>, sendo reduzido o número de lugares onde se poderia recrutar besteiros do monte: Beja, Moura e Serpa, o reino do Algarve e os concelhos da Ordem de Cristo na raia da Idanha<sup>2458</sup>. Determinava o rei, como resposta aos concelhos, que aceitava e compreendia que o facto de existirem acontiadados, besteiros do conto e da câmara, podia originar «grande Opressam [...] posto que a taaes Coussas fosseem hordenadas pelos Reis nosos amteçesores Com allguñs fundamentos Justos por parecer que nos taães teempos era Neçesario»<sup>2459</sup>, mas como a evolução dos costumes tornara desnecessário manter tal tipo de homens ativos para uma possível ação guerreira, extinguiu os acontiadados, os besteiros da câmara e os do conto, assim como os oficiais, grande e pequenos, deles.

O cargo de anadel-mor dos besteiros da câmara, no início do reinado de D. Manuel I, pertencia a Rui Gil Magro, que já antes desempenhara o mesmo cargo<sup>2460</sup>, conforme é patente nos registos de chancelaria. Pese embora o facto de já subscrever cartas de aposentação e de filhamento de besteiro da câmara, a carta de ofício só é registada em 18 de janeiro de 1497<sup>2461</sup>, em que se informava que a Rui Gil Magro, cavaleiro da casa real, fora dado o ofício de capitão e anadel-mor de todos os besteiros da câmara de todos os reinos e senhorios, cargo que pertencera a Francisco Portocarreiro, à época falecido. No mesmo mês de janeiro, foi-lhe dada carta de confirmação para ter todos os privilégios, graças, liberdades e franquezas que gozavam os moradores e vizinhos da cidade de Lisboa, como fora dada em carta da chancelaria de D. João II de 2 de novembro de 1491<sup>2462</sup>. Tendo terminado o ofício como consequência da resolução das cortes de

---

<sup>2456</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], pp. 123-124.

<sup>2457</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 330.

<sup>2458</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 330.

<sup>2459</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)* [...], p. 329.

<sup>2460</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 10, fl. 29v (Évora, 20/04/1491).

<sup>2461</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 14v (Estremoz, 18/01/1497).

<sup>2462</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 13/13v (Estremoz, 22/01/1497).

1498<sup>2463</sup>, encontramos, em 1501, Rui Gil Magro em Setúbal<sup>2464</sup> acompanhando o séquito de D. Jorge, duque de Coimbra. No ano de 1503, está na cidade de Azamor, onde permanece durante alguns anos<sup>2465</sup>. Já era falecido em 13 de outubro de 1514, quando é passada carta de quitação de tudo o que recebeu e despendeu nos anos de 1491, 1492, 1493 e 1494, quando exerceu o cargo de recebedor do tesouro e pagador das moradias, tendo recebido a quantia de 70 contos 183.750 reais dos quais deu boa conta «com entrega sem falecer cousa algũa»<sup>2466</sup>. Isabel de Figueiredo, sua mulher, por si e por seus filhos, que estavam à sua guarda, dão o rei por quite e livre de «toda a dívida que se achar, que desta conta sobredita manasse, e descendesse, assy per desembargos, cartas, assentos de livros, e verbas, e papeis, achados e por achar, e per todas outras vyas e maneyras que desta conta possam descender»<sup>2467</sup>.

Rui Gil Magro, cavaleiro da casa real, era filho primogénito de Gil Gonçalves Magro, natural de Évora, casado com Joana Palha, filha de Mem Palha de Almeida<sup>2468</sup>. Tomou como esposa Isabel de Figueiredo, filha de Henrique de Figueiredo, escrivão da Fazenda, da qual teve vários filhos, sendo o primogénito Sebastião Rodrigues Magro, moço fidalgo de D. Jorge e comendador de Pernes, da Ordem de Avis. Rui Gil Magro, conjuntamente com seu irmão Diogo Gil Magro<sup>2469</sup> e seus primos João, Mem, Pedro e Brás Palha, foram enviados por D. João II, ainda príncipe, com a incumbência, cumprida com sucesso, de matar Lopo Vaz de Castelo Branco, alcaide-mor de Moura que tomara partido por Castela, do qual se arrependera perante D. Afonso V, e que se intitulara conde, ordenando a morte de vários a «quem queria mal». Morto que foi o auto intitulado conde, D. João II dirigiu-se para Moura, entregando o castelo e a vila a D. Beatriz, tutora de D. Diogo, duque de Viseu, que herdara os bens de seu pai, o infante D. Fernando<sup>2470</sup>, dando boas mercês àqueles que cumpriram as suas ordens<sup>2471</sup>.

---

<sup>2463</sup> A última carta registada na chancelaria é uma confirmação de privilégio de besteiro da câmara do infante D. Fernando, dada em 1469 e confirmada em 21 de junho de 1498, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 53 (Palmela, 21/06/1498).

<sup>2464</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 65 (Lisboa, 17/08/1501).

<sup>2465</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte III, cap. XLVI, p. 179.

<sup>2466</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. V, pp. 442-445.

<sup>2467</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez* [...], vol. V, p. 445.

<sup>2468</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo XVIII, p. 9.

<sup>2469</sup> Diogo Gil Magro será morto anos mais tarde no castelo de Arraiolos, cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXLV, p. 212.

<sup>2470</sup> Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João* [...], cap. CXXXIV, p. 202.

<sup>2471</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. XX, p. 24.

A outra anadelaria extinta foi a dos besteiros do conto, cujo anadel-mor em funções era Diogo de Mendonça, do conselho do rei e alcaide-mor de Mourão. Filho de Afonso Furtado de Mendonça, senhor da Honra de Pedrozo, capitão-mor do mar e anadel-mor dos besteiros do conto<sup>2472</sup>, e de sua segunda mulher D. Beatriz de Raguta<sup>2473</sup>, valenciana, criada da infanta D. Isabel, mulher do infante D. Pedro. Era Diogo de Mendonça meio irmão<sup>2474</sup> de Duarte Furtado de Mendonça, que herdou o cargo de anadel-mor dos besteiros do conto de seu pai e o irá manter durante parte do reinado de D. João II, sabendo-se que em março de 1494 já não exerce o cargo, uma vez que é dada tença anual, retroativa ao primeiro de janeiro de 1494, de 7.571 reais, a Diogo de Mendonça<sup>2475</sup>. É um dos «aventureiros» que participaram nos festejos de casamento do príncipe D. Afonso, transportando uma âncora e dizendo «Que venga toda fortuna Jamas sueltan vez ninguna»<sup>2476</sup>. Em março de 1501, uma vez mais com retroatividade ao início do ano, é-lhe feita mercê de 92.000 reais, dos quais, 30.000 em honra do cargo de anadel-mor dos besteiros do conto, que já não exercia fruto da decisão das cortes de 1498, 62.000 pelo serviço real e novo dos judeus de Mourão, que deixara de existir<sup>2477</sup>, por decisão régia. Desses 92.000 trespassou para seu filho, Pedro de Mendonça, 42.000 reais, em janeiro de 1511<sup>2478</sup>. Faleceu antes de 14 de julho de 1516, data em que D. Beatriz Soares recebeu 30.000 reais de tença, com início a 1 de janeiro de 1517, dada em paga dos muitos serviços prestados à coroa pelo seu marido<sup>2479</sup>. Seu filho, Pedro de Mendonça, fidalgo da casa real, é nomeado alcaide-mor do castelo e vila de Mourão «com todas as rendas, direitos, foros, tributos, liberdades e honras, em consideração aos serviços prestados, tal como tinha seu pai»<sup>2480</sup>. Uma tença anual de 50.000 reais é-lhe atribuída nos anos seguinte<sup>2481</sup>.

Casou Diogo de Mendonça com D. Beatriz Soares, filha bastarda de Fernão Soares de Albergaria, senhor do Prado. Desse casamento nasceram Pedro de Mendonça, alcaide-

---

<sup>2472</sup> *Livro de Linhagens do século XVI* [...], p. 272. Já seu pai, Afonso Furtado, fora capitão-mor do mar e anadel-mor dos besteiros no tempo de D. Fernando e D. João I.

<sup>2473</sup> O *Livro de Linhagens do século XVI* chama-lhe Beatriz de Raguta; o *Livro de Linhagens* de Damião de Góis, Beatriz de Lharagata; Felgueiras Gayo no *Nobiliário*, Beatriz de Vilarogues ou Beatriz Largata; Alão de Morais, na *Pedatura*, chama-lhe Beatriz de Vilharagut.

<sup>2474</sup> Outro meio irmão, Nuno Furtado de Mendonça, foi aposentador-mor de D. Afonso V, combateu nas guerras com Castela, tendo sido morto pelos castelhanos. Foi pai de D. Ana de Mendonça, comendadeira de Santos, de quem D. João II teve um filho, D. Jorge, duque de Coimbra.

<sup>2475</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 30v/31 (Lisboa, 15/03/1494).

<sup>2476</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. CXXVIII, p. 186.

<sup>2477</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 60 (Lisboa, 11/03/1501).

<sup>2478</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 29v/30 (Almeirim, 13/01/1511).

<sup>2479</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 9, fl. 4v (Lisboa, 10/07/1516).

<sup>2480</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 64 (Lisboa, 14/07/1516).

<sup>2481</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 53 (Lisboa, 19/03/1517).

mor de Mourão, casado com D. Teresa de Lima, filha de D. Álvaro Fernandes de Lima, monteiro-mor de D. Manuel I; António de Mendonça, o martelo, que casou com D. Beatriz de Abreu, filha de Bartolomeu de Paqua, amo e camareiro de D. João III; Cristóvão de Mendonça, capitão de Ormuz; D. Isabel de Mendonça, casada com D. João Manuel de Vilhena, senhor de Cheles em Castela; D. Margarida de Mendonça, mulher de Jorge de Melo, monteiro-mor; D. Joana de Mendonça, segunda mulher de D. Jaime, 4.º duque de Bragança; Francisco de Mendonça, que casou com D. Leonor, filha do vice-rei Francisco de Almeida. Não descorou Diogo de Mendonça os seus servidores. Em maio de 1497, um seu escudeiro, André Gomes de Valadares, morador em Mourão, foi nomeado escrivão dos feitos das sisas, naquela vila e seu termo<sup>2482</sup> e confirmado como escrivão da alfândega, rendas e sisas<sup>2483</sup>. Em março de 1500, um seu criado, Rui Colaço foi nomeado escrivão das sacas da referida vila, substituindo Álvaro Rodrigues que foi afastado<sup>2484</sup>. Outros escudeiros são também nomeados para ofícios no concelho de Mourão. Em março de 1500, Lopo da Rocha, para alcaide das sacas<sup>2485</sup>, e em maio de 1503, Esteves Anes para o ofício de juiz dos órfãos<sup>2486</sup>.

Mantiveram-se as anadelarias dos besteiros do monte, dos besteiros de cavalo e dos besteiros dos espingardeiros. Diogo Álvares Pantaleão foi anadel-mor dos besteiros do monte<sup>2487</sup>, mantendo-se ativo até janeiro de 1505. O cargo passou para Garcia de Melo que o exerceu até ao final do reinado. Cavaleiro da casa real, do conselho régio, com longo historial de serviço à coroa e à casa de Beja, Garcia de Melo esteve presente numa das mais estranhas formas de garantia de paz entre os reinos de Portugal e Castela que foram as Terçarias de Moura. Em 8 de setembro de 1482, um domingo, é feita na fronteira, perto de Moura, a entrega de D. Manuel a D. Pedro de Aranda, bispo de Calahorra, como garante do tratado de paz existente entre as duas nações ibéricas. A cerimónia contou com a presença de sua mãe, D. Beatriz, estando a parte portuguesa representada por Rodrigo Afonso de Atouguia, cavaleiro da casa real e membro do conselho régio, Duarte Furtado, do conselho régio e anadel-mor, Álvaro de Almeida, comendador de Entradas da Ordem de Santiago, Garcia de Melo, fidalgo da casa do duque de Viseu e capitão maior das

---

<sup>2482</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 76 (Évora, 21/05/1497).

<sup>2483</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 76 (Évora, 14/05/1497).

<sup>2484</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 11 (Lisboa, 30/03/1500).

<sup>2485</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 6 (Lisboa, 09/03/1500).

<sup>2486</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 44 (Lisboa, 30/05/1503).

<sup>2487</sup> Os besteiros do monte exerciam a sua atividade nos bosques.

terçarias, Leonel Rodrigues, tesoureiro das terçarias, João Fernandes de Abreu, guarda do príncipe de Portugal e o doutor Gonçalo de Azevedo<sup>2488</sup>.

Descendente de uma linhagem oriunda de um ramo dos Riba de Vizela<sup>2489</sup>, uma das cinco grandes famílias coevas dos primórdios do reino de Portugal, Garcia de Melo era filho de João de Melo, copeiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Serpa, e de D. Isabel da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira, o velho, senhor de Ferreira, escrivão da puridade de D. Duarte e de D. Afonso V, coudel mor e vedor das obras do reino e de D. Leonor Gonçalves de Abreu, filha herdeira de Gonçalo Anes de Abreu, senhor de Castelo de Vide<sup>2490</sup>. Por morte do pai, sucedeu-lhe na alcaidaria de Serpa, da Ordem de Avis, uma vez que era servidor do infante D. Fernando, pai de D. Manuel I<sup>2491</sup>, que era o senhor da vila. Casou com D. Filipa Pereira da Silva, filha de Henrique Pereira da Silva, comendador da Ordem de Santiago e vedor da fazenda do infante D. Fernando, e de D. Isabel Pereira. Voltaria a contrair novo matrimónio, em segundas núpcias com D. Joana de Sousa, filha de Diogo Lopes de Sousa, mordomo-mor de D. Afonso V e do seu conselho, alcaide-mor de Arronches e do conselho de D. João II e de D. Manuel I, e de D. Joana de Sousa.

Fidalgo da casa do duque de Viseu, participante na batalha de Toro, D. Afonso V doa-lhe, em maio de 1476, a mercê de tença anual de 20.000 reais brancos pelos bons serviços prestados nos reinos de Portugal<sup>2492</sup>. Em junho de 1484, recebe de D. João II tença de 30.000 reais anuais<sup>2493</sup> a que foram acrescentados mais 5.000 em junho de 1486<sup>2494</sup> com a alcaidaria de Serpa. Tendo D. Manuel I ocupado o trono, Garcia de Melo, agora fidalgo da casa real e pertencendo ao conselho régio, mantém o estatuto que já adquirira quando D. Manuel I era duque de Beja. Conservou a alcaidaria de Serpa e a

---

<sup>2488</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los reyes católicos [...]*, vol. II, 1960, p. 247.

<sup>2489</sup> João Pavia Cumbre, *Os Melo. Origens, trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII - XV)*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 181. Oriundos da zona do Ave-Vizela, deslocam-se, por força de casamentos e mercês régias, para a Beira. Com a crise política de 1383-85 a linha primogénita aceita, fazendo jus aos laços feudo-vassálicos de fidelidade, o monarca castelhano, e a linha secundogénita apoia o Mestre de Avis, mantendo-se esta com novos domínios no Alentejo e aquela fixando-se em Castela. Este facto fará com que os vários ramos desta linhagem ocupem lugares de destaque na Corte dos reis de Portugal.

<sup>2490</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário [...]*, tomo XVII, p. 136. Cf. Alão de Moraes, *Pedatura [...]*, tomo I, vol. I, p. 523; cf. *Livro de Linhagens do século XVI [...]*, p. 170. Cf. Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal [...]*, p. 481.

<sup>2491</sup> «porque viveu com o infante Dom Fernando», como nos informa o *Livro de Linhagens do século XVI [...]*, p. 170.

<sup>2492</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 42 (Toro, 10/05/1476).

<sup>2493</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 119v (Santarém, 28/06/1484).

<sup>2494</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 4, fl. 88v (Santarém, 14/06/1486).

tença respetiva<sup>2495</sup>, a tença anual de 20.000 reais<sup>2496</sup>, a confirmação de um padrão de tença de 2.000 coroas prometida pelo infante D. Fernando, pelo seu casamento<sup>2497</sup>, a confirmação da doação feita em maio de 1486 das rendas e direitos do celeiro da Queira, situado em terras da Beira (Viseu)<sup>2498</sup>, de outra feita em março do mesmo ano de 1486, de todas as rendas foros, direitos de Aguiar da Beira, de Satão e de Rio de Moinhos<sup>2499</sup>, das rendas das saboarias de sabão preto das vilas de Borba, Vila Viçosa, Avis e Campo Maior<sup>2500</sup>, e de uma tença em cada ano de 35.000 reais<sup>2501</sup>. No ano de 1497, no mês de março, pede a confirmação, que lhe é concedida, da «segurança» das arras de casamento de D. Joana, filha de Diogo Lopes de Sousa, no valor de 150.000 reais<sup>2502</sup>. Em maio foi dada uma carta de padrão a D. Joana de Castro, mulher de Garcia de Melo, para que tivesse uma tença de 20.000 reais, que foram trespassados daqueles que o marido era possuidor<sup>2503</sup>. No mesmo mês e ano, foi-lhe dada carta de padrão de 50 moios de trigo em cada ano no dia de S. João<sup>2504</sup>. Devido aos muitos serviços prestados pelo beneficiário e seu falecido pai, em 1515, é-lhe outorgada tença anual de 30.000 reais com início de pagamento em 1 de janeiro do ano seguinte<sup>2505</sup>. No «Livro de Matrícula dos moradores da casa del-rey D. Manuel, do primeiro quartel de 1518»<sup>2506</sup> no seu registo de cavaleiro do conselho está o comentário como recebendo menos que 4.286 reais por mês. Manteve-se, Garcia de Melo, ativo como anadel-mor dos besteiros do monte até ao ano de 1520, sendo o último diploma registado em 10 de abril de 1520<sup>2507</sup>. Já não consta no «Livro de tenças del rei», elaborado no ano de 1523.

A sua descendência irá ocupar variados cargos na casa real manuelina e joanina, mantendo-os no âmbito dos vários ramos da família por várias gerações. Do primeiro casamento nasceram: Henrique de Melo, fidalgo da casa real, que foi, como seu pai, alcaide-mor de Serpa, comendador de Longroiva, da Ordem de Cristo, do conselho e mestre-sala do príncipe D. João; Simão de Melo, abade de Pombeiro, abade prior de

---

<sup>2495</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 51 (Évora, 10/05/1497).

<sup>2496</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 104 (Montemor-o-Novo, 21/01/1496).

<sup>2497</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 51 (Torres Vedras, 15/09/1496).

<sup>2498</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 52v (Torres Vedras, 05/09/1496).

<sup>2499</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 51/51v (Torres Vedras, 06/09/1496).

<sup>2500</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 51v (Torres Vedras, 06/09/1496).

<sup>2501</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 63 (Torres Vedras, 06/09/1496).

<sup>2502</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv., fl. 25 (Évora, 16/03/1497).

<sup>2503</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 15 (Évora, 10/05/1497).

<sup>2504</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 14v (Évora, 08/05/1497).

<sup>2505</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 17v (Almeirim, 07/012/1515).

<sup>2506</sup> António Caetano de Sousa, *Provas [...]*, tomo II, p. 354.

<sup>2507</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 154 (Évora, 10/04/1520).

Alcobaça e bispo da Guarda, tendo alterado o nome para D. Jorge de Melo. Exerceu o cargo de esmoler-mor; Rui de Melo, comendador de Longroiva, da Ordem de Cristo. Em 1515, embarcou na armada de D. António de Noronha, como coronel do terço da ordenança, que foi edificar o forte na foz do rio de Mamora. Jorge de Melo foi comendador do Pinheiro, da Ordem de Cristo, porteiro-mor de D. Manuel I, monteiromor de D. Manuel I e de D. João III; Diogo de Melo, comendador de Santa Justa de Lisboa e de Caldelas, da Ordem de Cristo, e vedor da rainha D. Catarina. Da sua descendência feminina, D. Isabel de Melo que casou com Henrique da Silveira, D. Joana que foi mulher de Vasco Anes Corte Real. Do seu segundo casamento, com D. Joana de Noronha, nasceram Francisco de Melo que morreu na Índia sem geração e D. Maria de Castro, freira.

À frente de outra das anadelarias que se mantiveram, a dos besteiros a cavalo, estava um também descendente de João de Melo, alcaide-mor de Serpa. Um seu neto, Jorge de Melo, de alcunha Lages, filho do primogénito Martim Afonso de Sousa foi nomeado para o cargo de capitão a anadel-mor dos besteiros a cavalo, por carta de 25 de maio de 1490, confirmada na chancelaria de D. Manuel I em maio de 1497<sup>2508</sup>. Alcaide-mor de Redondo e Pavia, trocou, em 1485, estas alcaidarias por direitos e sentenças de Beja, e direitos da sua judiaria e mouraria, com D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila<sup>2509</sup>. Alão de Morais escreveu que Jorge de Melo foi enviado por D. Manuel I, no ano de 1502, como capitão-mor de uma armada de naus e caravelas e galés, juntamente com Jorge de Aguiar, com o objetivo de atacar e conquistar a vila de Targa, expedição que não correu pelo melhor, voltando a esquadra com muitas baixas entre mortos e feridos<sup>2510</sup>. Nesse ano, de 1502, mas com efeito a janeiro de 1503, recebe de D. Manuel I uma mercê de tença de 10.000 reais brancos<sup>2511</sup>. Em fevereiro desse ano, recebe tença de 30.000 reais por serviços prestados a D. João II<sup>2512</sup>. O mesmo ano em que recebeu a doação da capitania de ilha de Ano Bom, no mar do senhorio da Guiné, para ele e seus filhos e herdeiros, segundo ordem de sucessão explícita e sem embargo da Lei Mental. Teria a jurisdição do cível e crime, reservando morte de homem e talhamento de membro

---

<sup>2508</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 129/129v (Évora, 15/05/1497). Em 1503 é passada nova carta de mercê para o mesmo ofício, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 14/14v (Lisboa, 07/03/1503).

<sup>2509</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 88v/89v (Lisboa, 02/06/1500).

<sup>2510</sup> Alão de Morais, *Pedatura* [...], tomo I, vol. I, p. 519. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], parte I, cap. LXII, p. 154.

<sup>2511</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 3 (Coimbra, 13/10/1502).

<sup>2512</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 3v (Lisboa, 07/03/1503).



para a justiça do rei. Estava-lhe reservada a propriedade de todos os moinhos e atafonas de moer pão, salvo mós de braço que qualquer um poderia ter, moendo para si mas não para outrém, das serras de água haveria um marco de prata em cada um ano, todos os fornos de pão em que se pagasse a «poia»<sup>2513</sup> seriam seus, e tendo sal para vender o não poderia outro vender, e quando não tivesse, que o vendessem os da ilha à vontade. E poderia dar cartas de terras a quem lhe aproovesse, com a condição de as aproveitarem nos cinco anos seguintes. E os vizinhos e moradores poderiam livremente vender as terras aproveitadas. Não existia limite para matar gados bravos e o gado manso poderia pascor por toda a ilha, trazendo-o sem guarda, mas caso fizessem dano os donos o pagariam. E os moradores, com licença de Jorge de Melo ou dos seus sucessores, poderiam voltar para o reino e para onde lhes aproovesse, desde que não fossem os para lá enviados para cumprir degredo ou por execução de penas. Fariam menagem de qualquer fortaleza que na ilha se fizesse e teriam todos os direitos como os concedidos à alcaidaria-mor da cidade de Lisboa<sup>2514</sup>. No ano de 1505, pede autorização a D. Manuel I para construir, às suas expensas e com muitos fidalgos seus parentes, a fortaleza do porto de Mazagão, fazendo-lhe o rei, a ele e a seus descendentes a doação de juro de herdade perpetuamente e fazendo-se-lhe mercê do título de senhor e capitão dela<sup>2515</sup>. Construção que não teve muito sucesso, pois após o desembarque e início da construção das muralhas da fortaleza, foram atacados pelos mouros da Duquela e foram desbaratados, tendo perecido perto de quatrocentos e cinquenta portugueses, que foram enterrados no local<sup>2516</sup>. Falecido nesta infrutífera tentativa de erguer presença portuguesa em Mazagão, no ano seguinte, 1506, é passada carta a sua filha, D. Guiomar Coutinho, casada com Rui Dias de Sousa, fidalgo da casa do rei, filho de Lopo de Sousa, comendador da Alcáçova de Santarém, da segurança de 2.660 coroas da ordenança, que era o terço das 8.000 coroas que Rui Dias prometera de arras<sup>2517</sup>.

Casou Jorge de Melo com D. Branca Coutinho, filha de Vasco Fernandes Coutinho, senhor das Terras de Basto, e de sua mulher, Maria de Lima. Em 1513, D. Branca recebeu uma mercê anual de cinco moios de trigo, em paga dos serviços do

---

<sup>2513</sup> Bola ou pão chato que o dono de uma fornada dá, como retribuição, ao forneiro ou forneira.

<sup>2514</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 88v/89v (Lisboa, 02/06/1500).

<sup>2515</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 25/26 (Santarém, 21/05/1505). Transcrita em *Les sources inédites de l'histoire de Maroc*, publicadas por Pierre de Cineval, première série – dynastie Sa'dienne, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Gauthner, 1934, pp. 109-113.

<sup>2516</sup> Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão. A epopeia portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 229.

<sup>2517</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 12v (Coruche, 18/11/1506).

marido<sup>2518</sup>, mercê que é confirmada em 1517<sup>2519</sup>. Em 1521, nova mercê pelos serviços recebidos de Jorge de Melo, com nova tença a incrementar o valor dos alvarás de que era possuidora<sup>2520</sup>. Deste casamento, o filho primogénito, Martim Afonso de Melo, fidalgo da casa real, foi camareiro do infante D. Duarte e herdou o ofício de anadel-mor dos besteiros de cavalo que era de seu pai, por carta de regimento passada em 1509<sup>2521</sup>. Com a conquista de Azamor e a deslocação de uma guarnição desta vila para Mazagão para ajudar aos trabalhos de reconstrução da fortaleza, o que provocou algum descontentamento em D. Manuel I<sup>2522</sup>, foi-lhe feita mercê da capitania da fortaleza de Mazagão, com a qual haveria, em cada ano, os 114.000 reais em dinheiro, como era prática conceder aos capitães dos lugares de além para sua manutenção. Era-lhe concedida jurisdição, poder e alçada, assim nos feitos cíveis como crimes, sem qualquer limite, podendo prover os diversos ofícios que os capitães estavam autorizados a conceder<sup>2523</sup>. Irá exercer o cargo até 1517<sup>2524</sup> partindo em março de 1521, como capitão da armada da China, para aí erguer uma fortaleza<sup>2525</sup>. Esta armada, composta pelas naus Conceição, comandada por Martim Afonso de Melo, e outra comandada por Pedro Homem, integravam a frota de D. Duarte de Meneses, governador da Índia<sup>2526</sup>. No livro de tenças de 1523, está-lhe atribuída tença do ofício de anadel-mor dos besteiros de cavalo, para ser entregue a sua mãe, para criação de seus filhos, no valor de 43.200 reais<sup>2527</sup>. Os outros filhos de Jorge de Melo também tiveram um percurso de serviço ao rei. Vasco Fernandes Coutinho foi capitão da capitania do Espírito Santo, no Brasil. Manuel de Melo, foi comendador de Terrados, da Ordem de Cristo, e embaixador na Flandres, junto da corte do imperador Carlos V, recebia com o hábito 10.000 reais<sup>2528</sup>. D. Maria de Melo, casou com Manuel de Anhaia. D. Guiomar Coutinho foi mulher de Rui Dias de Sousa, o *Cid*, capitão de Alcácer Ceguer. D. Antónia, casada com Pedro Afonso Aguiar, um veterano

---

<sup>2518</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 89 (Lisboa, 27/07/1513).

<sup>2519</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 110 (Almeirim, 13/11/1517).

<sup>2520</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 62v (Lisboa, 16/04/1521).

<sup>2521</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 27v (s.d., s.l.).

<sup>2522</sup> *Les sources inédites de l'histoire de Maroc [...]*, pp. 575-586.

<sup>2523</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 118/118v (Lisboa, 10/08/1514).

<sup>2524</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *Mare Nostrum. Em busca da honra e riqueza [...]*, pp. 328-329.

<sup>2525</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 92v (Lisboa, 07/03/1521).

<sup>2526</sup> *Memórias das Armadas das Índias. 1487-1650 [...]*, p. 150.

<sup>2527</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez [...]*, vol. II, p. 110.

<sup>2528</sup> Anselmo Braamcamp Freire, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez [...]*, vol. II, p. 110.

da Carreira da Índia, que foi o primeiro capitão que completou três viagens de ida e volta<sup>2529</sup>.

O cargo de anadel-mor dos espingardeiros continuou a ser desempenhado por Paio de Freitas, que já o tinha de D. João II<sup>2530</sup>. A tença anual de 20.000 reais branco, que lhe fora concedida por D. João II<sup>2531</sup>, é confirmada por D. Manuel I em fevereiro de 1496<sup>2532</sup>. Cavaleiro da casa real só em julho de 1500 lhe é passada carta de ofício<sup>2533</sup> de anadel-mor dos espingardeiros, estando ativo até 1503, exceto por breves períodos, nos anos de 1497<sup>2534</sup>, 1498 e 1499, em que foi substituído no cargo por Fernão Soares de Albergaria<sup>2535</sup>, fidalgo da casa real e seu cunhado. Em 9 de maio de 1503 é feita mercê de ofício de anadel-mor dos espingardeiros a Martim Afonso, e no mês seguinte é passada carta em que lhe é atribuída mercê, em vigor a partir de janeiro de 1504, que por respeito aos serviços à coroa que o seu falecido pai realizara, lhe era dada uma tença anual de 10.000 reais<sup>2536</sup>. No ano de 1502, encontramos Martim de Freitas, como adail de Alcácer Ceguer<sup>2537</sup>, com uma tença anual de 4.000 reais, falecendo antes do final de 1514<sup>2538</sup>. Em janeiro de 1504, é João da Nova, cavaleiro da casa real, que rubrica as cartas de mercê de espingardeiro, como anadel-mor dos mesmos<sup>2539</sup>. João da Nova fora alcaide pequeno da cidade de Lisboa, ofício que comprou e do qual recebera muita perda, ao contrário do que esperava e ao arrepio do que era costume. Por esse percalço, o rei atribuiu-lhe uma mercê de 12.000 reais, a acrescentar aos outros 12.000 de que já era detentor, para fazer face aos prejuízos<sup>2540</sup>. Embarcou em duas viagens à Índia. A primeira em 1501, em que foi como capitão-mor de uma armada de quatro naus, perdendo duas numa batalha contra o Samorim, batalha essa que terminou com o arrasamento da cidade de Calecut. Nessa viagem

---

<sup>2529</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *Mare Nostrum* [...], p. 450.

<sup>2530</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 55/55v (Setúbal, 18/06/1495).

<sup>2531</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 33 (Évora, 28/02/1490).

<sup>2532</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 136v (Montemor-o-Novo, 12/02/1496).

<sup>2533</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 44v (Lisboa, 02/07/1500).

<sup>2534</sup> Algumas das cartas de ofício de espingardeiro, neste ano de 1497, foram assinadas por António Carneiro, escrivão da Câmara, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 8 (Évora, 04/07/1497).

<sup>2535</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 92 (Évora, 22/03/1497). Fernão Soares de Albergaria foi capitão na armada de 1505 comandada por D. Francisco de Almeida. No retorno desta armada, encontrou ventos contrários e fez nova navegação por fora da ilha de S. Lourenço, algo que até à data ainda não fora feito. Repetiu a viagem em 1507, tendo perecido no regresso ao reino em 1509, cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Mare Nostrum* [...], p. 312-313.

<sup>2536</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv., fl. 34 (Sintra, 30/06/1503).

<sup>2537</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 31v (Lisboa, 12/08/1502).

<sup>2538</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 190 (Almeirim, 14/12/1514).

<sup>2539</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 1v/2 (Lisboa, 15/01/1504).

<sup>2540</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 28 (Lisboa, 10/11/1503).

descobriu as ilhas da Conceição e de Santa Helena<sup>2541</sup>. Viajou uma segunda vez para a Índia como capitão da nau *Frol de La Mar*, na armada de 1505, comandada por D. Francisco de Almeida, que fora nomeado como vice-rei da Índia. João da Nova já não regressou dessa viagem, tendo morrido em terras do oriente.

O cargo passou a ser desempenhado por Garcia de Melo, anadel-mor dos besteiros do monte, que manteve atividade no cargo de anadel-mor dos espingardeiros, registada na chancelaria, até ao ano de 1514<sup>2542</sup>. Os espingardeiros continuaram a ser nomeados e aposentados até ao fim do reinado, no entanto as cartas deixaram de passar pelo anadel-mor e assim registadas na chancelaria.

## 7. COUDEL MOR

Nas cortes de 1498 pediam os concelhos, no artigo 119, que o rei eliminasse três cargos mores do reino, que faziam «muita opressão ao povo» e aos quais não viam utilidade ao reino nem ao bem comum. Eram eles o anadel-mor dos besteiros do conto, o coudel mor e o almotacé-mor. Se o ofício de anadel-mor de besteiro do conto foi extinto, o de coudel mor irá manter-se, competindo ao coudel mor verificar o número de homens de cavalo em cada comarca, verificando aqueles que atingiam os montantes para serem englobados na coudelaria, os que ficavam inutilizados ou os que já não tivessem meios pecuniários que os obrigassem a servir a cavalo<sup>2543</sup>. A organização da coudelaria estava baseada numa rede suportada nos concelhos, para os quais o coudel mor nomeava um coudel e um escrivão da coudelaria<sup>2544</sup>, ambos por um período de três anos. Ao coudel mor vinham os pedidos de escusa, por motivos de saúde dos acoutados, quando estes não atingiam a idade de aposentação que se atingia quando completados 70 anos. Quando atingida esta idade era ao coudel mor que competia emitir, por ordem real, o privilégio de aposentamento, não sem que antes mandasse tirar inquirição pelo coudel do concelho acompanhado pelo escrivão, os quais confirmavam, ou não, os pressupostos do pedido. Em algumas situações, o lugar de coudel era de apresentação do senhorio, como foi o

---

<sup>2541</sup> *Memórias das Armadas das Índias. 1487-1650* [...], p. 98.

<sup>2542</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 26 (Castro Marim, 30/01/1514).

<sup>2543</sup> As Ordenações Afonsinas são bastante minuciosas na relação bens pecuniários e obrigação de possuir e manter cavalo para auxiliar o rei em situação de guerra, cf. *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXXI.

<sup>2544</sup> O escrivão estava presente em todos os alardos e avaliamentos com o coudel do concelho, assim por «riqueza e fama», como por observação direta.

caso da vila de Arouca, cuja nomeação de coudel era da apresentação da abadessa do mosteiro de Arouca<sup>2545</sup>.

Informa-nos Severim de Faria que D. Afonso V determinou que os escudeiros que serviam a cavalo fossem integrados em unidades de vinte elementos com um coudel a coordenar essa unidade e os coudéis seriam chefiados por um coudel mor<sup>2546</sup>. A nomeação para esse cargo recaiu em Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade e do conselho régio. Esta nomeação datada de 1449, não invalida que anteriormente não possa ter existido este cargo, como a própria carta de nomeação o dá a entender, pressupondo-se que possa já ter existido desde o reinado de D. João I<sup>2547</sup>, embora não se possa afirmar que as funções fossem rigorosamente iguais nos dois cargos<sup>2548</sup>. O cargo manteve-se na família Silveira nos reinados seguintes. De Nuno Martins da Silveira passou para o seu filho secundogénito, Fernão Martins da Silveira, que foi regedor da casa da suplicação, coudel mor, embaixador do reino, senhor das Sarzedas e da Sobreira Formosa, e casado com D. Isabel Henriques, filha de Fernando Henriques, senhor das Alcáçovas. Deste casamento nasceu Francisco da Silveira que manteve o cargo e a casa herdados de seu pai. Coudel mor no reinado de D. João II, foi confirmado no mesmo cargo por carta dada em Montemor-o-Novo em 15 de fevereiro de 1496<sup>2549</sup>. No mesmo período são confirmadas: a doação em vida das Sarzedas e da Sobreira Formosa<sup>2550</sup>, a tença de 15.840 reais que lhe foram doados por D. Afonso V<sup>2551</sup>, dada nova tença de 20.000 reais<sup>2552</sup>, e atribuída a proteção dos mouros de Évora, de igual forma como os seus antecessores, Nuno Martins da Silveira seu avô e Diogo da Silveira seu tio, a tiveram<sup>2553</sup>, parte da tença que pertencera a seu pai no valor de 30.000 reais<sup>2554</sup>. Privilegiado com a isenção dos encargos do concelho, para si e para os caseiros e lavradores ao seu serviço em 1504<sup>2555</sup>, trespassa, corria o ano de 1513, 30.000 reais da sua tença para o seu filho Heitor<sup>2556</sup>.

---

<sup>2545</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 43, fl. 9v (Vila Sobreira Formosa, 02/05/1496).

<sup>2546</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal* [...], p. 47.

<sup>2547</sup> João Gouveia Monteiro, «Organização e Formação Militares», *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, pp. 192-215, [...], p. 208.

<sup>2548</sup> G. de M. de M., «Coudel», *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão [...], vol. II, p. 218.

<sup>2549</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 78 (Montemor-o-Novo, 15/02/1496).

<sup>2550</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 78/78v (Montemor-o-Novo, 22/02/1496).

<sup>2551</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 78 (Montemor-o-Novo, 01/03/1496).

<sup>2552</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 77v (Montemor-o-Novo, 03/03/1496).

<sup>2553</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 77v (Montemor-o-Novo, 03/03/1496).

<sup>2554</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 78 (Montemor-o-Novo, 03/03/1496).

<sup>2555</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 60/60v (Lisboa, 13/03/1504).

<sup>2556</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 122v (Almeirim, 14/11/1513). Este filho, Heitor, morreu solteiro na Índia.

Ainda desempenhava o cargo em 1520, quando o rei lhe fez doação de um chão ferregial em Évora<sup>2557</sup>. Francisco da Silveira foi casado com D. Margarida de Noronha, filha de D. João de Noronha, o *Dentes*, 1.º marquês de Cascais, e de D. Joana de Castro, condessa de Monsanto. Participou na morte do duque de Bragança, como meirinho-mor, substituindo o conde de Marialva, que se escusou dada a grande amizade com D. Fernando. Resende descreve a cena em que Francisco da Silveira «com muita gente de arma, e ele ricamente armado, foi lá com vara de justiça na mão, e o duque quando o viu assim, pesando-lhe disse: Bem galante está Francisco da Silveira»<sup>2558</sup>.

## 8. ADAIL-MOR

O título LXV do Livro I das *Ordenações Afonsinas*, diz-nos que a função principal do adail era a de seguir na dianteira dos exércitos, explorando qual o melhor caminho para que este progredisse a salvo de emboscadas, e encontrar locais de repouso onde fosse possível encontrar erva, água e lenha. Era o adail-mor que comandava os grupos de exploradores, enquanto o almocadém conduzia um só grupo de exploradores chamados almogávares. O exercício do cargo de adail continha em si quatro princípios: a sabedoria, o esforço, o siso natural e a lealdade. Deveria também ser um bom conhecedor dos lugares por onde o exército se deslocava, aliando à função de batedor a ação de armar ciladas ao inimigo, colocar os seus homens em posições de vigilância, e controlar os movimentos das forças opositoras. Era função do adail comandar os almocadéns e os almogávares e para se atingir a posição de adail era necessário percorrer sucessivamente estas funções porque «de boõ piam boõ Almocadem, e de boõ Almocadem boõ Almoquavare de cavallo, e daquele, boõ Adayl»<sup>2559</sup>. Por via das *Ordenações Afonsinas* chegou a cerimónia de eleição do adail aos nossos dias. Sempre que o rei queria promover alguém ao cargo de adail, honrava-o da seguinte forma:

«Havemos lhe dar que vista, e hũa espada, e cavallo, e armas de fuste, e de ferro, segundo o costume da terra, e devemos mandar a huõ rico homem senhor de cavalleiros, ou a outra algũa honrada pessoa, que lhe cingua a espada, pero pescoçada non lha deve de dar; e depois que lha houver cinta, ham de poer huõ escudo em terra chaão, o que he da parte

---

<sup>2557</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 89/89v (Évora, 09/11/1520). O ferregial é um pedaço de terra onde se cultivava cevada para ser colhida em verde, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], vol. IV, p. 87.

<sup>2558</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. XLVI, p. 69.

<sup>2559</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tit. LXVI, § 2.

de dentro contra cima, e deve poer os pees em cima delle o que houver de seer Adayl; e devemos-lhe de tirar a espada da bainha, e poer lha nua na maaõ; e devem entom alçar o escudo ho maus que poderem os doze que derem o testemunho por elle, ou quaeesquer outros, que Nós pera ello hordenarmos; e tendo-o elles assy alçado, devem-no de tornar de rosto contra o Oriente, e há de fazer com a espada duas maneiras de talhar alçando o braço a riba, e tirando contra fundo, e a outra de travesso em maneira de cruz, dizendo assy, *Eu fulano desafio em nome de Deos os inimigos da Fé, e de meu senhor ElRey, e de sua terra*; e isso mesmo deve fazer, e dizer tornando-se aas outras tres partes do mundo; e depois desto ha de meter ele mesmo a espada na bainha: e Nos lhe poeremos hũa signa na maaõ, e entom lhe diremos: *Outorgamos-te que sejas Adayln daqui em diante*; e se outrem o fezer em nosso nome, a que pera ello dermos poder, deve-lhe poer a signa na maaõ, e dizer-lhe assy: *Eu te outorgo em nome d'ElRey que sejas Adayl*. E dhi em diante pode teer armas, e cavallo, e signa; e assentar-se com os cavalleiros a comer quando aquecer; e quem o deshonnar há d'haver pena como aquel, que deshonna cavaleiro delRey»<sup>2560</sup>.

Depois desta cerimónia podia dirigir os almocadéns, os almogaraves, e todos os homens de pé ou de cavallo que lhe fossem adstritos, tendo o poder de os castigar de acordo com a gravidade do erro cometido.

Embora a função já existisse, mesmo que com outro nome<sup>2561</sup>, o primeiro adailmor nomeado foi Diogo de Barros, filho de Gonçalo Nunes de Barros e de D. Isabel de Castro, filha de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, senhor da Lousã, Penela e Vilarinho, alcaide-mor de Coimbra e da sua segunda mulher, D. Teresa Ribeiro. O seu avô paterno, Gonçalo Nunes de Barros, comendador da Ordem de S. João de Jerusalém, esteve ao lado D. João I, no conflito que opôs este a D. João I de Castela. Por esse facto, recebeu o senhorio das Terras de Entre Homem e Cávado, Castro Daire e o Préstimo de Prozelo. Teve vários filhos bastardos que legitimou, decorria o reinado de D. Afonso V<sup>2562</sup>, entre eles o pai de Diogo de Barros que, como filho primogénito, herdou os senhorios do seu pai. Diogo de Barros acompanhou D. Afonso V como adail-mor na campanha de Toro, como escreve Rui de Pina no capítulo CLXXVII, da sua Crónica de D. Afonso V «E a Ordenança da Oste e batalhas d'ElRey hiam nesta maneira, diante hia logo Diogo de Bayros Adayl Moor com certos ginetes por decobridores. E após elle o Marychal Dom

---

<sup>2560</sup> *Ordenações Afonsinas* [...], liv. I, tít. LXVI, § 12.

<sup>2561</sup> Viterbo no seu *Elucidário*, escreveu na definição de adail, que este era um ofício tão antigo como o reino, mas com outro nome, o de zaga, cf. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário* [...], vol. I, p. 693.

<sup>2562</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 47 (Évora, 19/04/1453).

Fernando Coutynho, com guias e outra jente ordenada, por apousentador e assentador do arrayal»<sup>2563</sup>.

Diogo de Barros teve um percurso idêntico ao de outros filhos de fidalgos. Criado desde moço na corte<sup>2564</sup>, desejoso de acrescentar serviço à sua honra, pediu ao rei autorização para ir lutar, por soldada, junto das forças do rei de Fez, que estava em luta com outros reis mouros, seus inimigos. Dada a autorização real, partiu, acompanhado por outro mancebo fidalgo, de seu nome João Falcão, para o norte de África, onde participou em várias escaramuças. Façamos aqui uma breve pausa nas ações de Diogo de Barros, para relatar outros feitos que irão justificar a nomeação futura do adail-mor pois como os «meestre de pedrarya sobre huma pequena basa fundam uma grande e alta coluna. Assy nos entendemos sobre este pequeno começo fundar o movimento de hum grande feito»<sup>2565</sup>. Era objetivo de D. Afonso V a conquista de Tânger, procurando assim vingar a morte de seu tio D. Fernando, que aprisionado e feito moeda de troca por Ceuta, acabou por falecer em Fez, para onde fora transportado, e onde o cadáver foi exibido pendurado nas muralhas da cidade durante semanas, sendo depois colocado num caixão e este colocado no mesmo lugar<sup>2566</sup>. Diogo de Barros participou nas várias tentativas para tomar Tânger, na última das quais, perderam a vida mais de 200 portugueses mortos e 100 feitos prisioneiros. Tânger entraria, mais tarde, na posse da coroa como resultado da tomada de Arzila, sendo abandonada pelos seus habitantes receosos do massacre que os esperava, a ser perpetrado pelas hostes portuguesas<sup>2567</sup>.

Diogo de Barros continuou durante mais algum tempo em Marrocos, sendo enviado por embaixador ao rei de Fez, na tentativa de, a troco de uma quantia, recuperar as ossadas do Infante Santo. Esses intentos não foram bem-sucedidos, ou por não existir vontade por parte do rei de Fez, ou porque as quantias pedidas eram exorbitantes, até que o rei português ficou em posse de algo que podia ser utilizado como moeda de troca. Relata Rui de Pina:

«N'este anno [1472] sendo ainda em Fez os ossos do Infante D. Fernando, que lá falleceu em um santo captiveiro como atrás fica, como quer que a El-Rei D. Affonso por resgate

---

<sup>2563</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CLXXVII, p. 832.

<sup>2564</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, FCSH – UNL, 1978, p. 278.

<sup>2565</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses* [...], p. 278.

<sup>2566</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. LXXXIII, p. 691.

<sup>2567</sup> Humberto Baquero Moreno e Isabel Freitas, *A Corte de D. Afonso V*, Gijon, Ediciones Trea, 2006, p. 168.



e redenção das mulheres e filho de Mollexeque, que foram captivas em Arzilla lhe fosse prometida uma grande somma d'ouro, elle como Rei bom e piedoso denegou sempre todo outro partido e interesse, salvo que por ellas lhe dessem os ossos do dito Infante, que a este tempo eram em poder de Molley Belfagege. E leixando muitas embaixadas e recados que sobre este concerto de uma parte e da outra se passaram. Finalmente o dito Molley Belfagege enviou a El-Rei a propria ossada do dito Infante, bem reconhecida por tal por Molley Belfaca seu filho moço, e por Diogo de Bairros Adail Mór, que a elle por este caso fôra algumas vezes embaixador. Os quaes por mar chegaram com ella a Restello, e do navio foi tirada e trazida com grande manificencia á cidade de Lisboa, e entrou pela porta de Santa Catherina, onde com solemne procissão foi recebida, e alli pelo priol de S. Domingos Mestre Affonso se fez um sermão para o caso mui conveniente e devoto, em que houve palavras de tanta piedade e compaixão, que commoveram as gentes a muitas lagrimas como se foram Endoenças. E d'alli foram os ossos postos no mosteiro do Salvador, e de hi levados ao mosteiro da Batalha, e postos com devidas exequias em sua ordenada sepultura, na capella d'El-Rei D. João seu padre, onde segundo alguma clara evidencia, Deos por merecimentos do dito Infante, e em signal de sua bemaventurança fez alguns milagres. E certamente com a restituição da ossada d'este bemaventurado Infante, por justas causas e mui claras razões recebeu todo o reino prazer e alegria sem conto, e El-Rei dos seus naturaes e estranhos não menos honra, gloria e louvor que das prosperas expunações de Arzila e Tangere»<sup>2568</sup>.

Da sua atividade em prol da conquista de Tânger, já cavaleiro da casa real, foram-lhe prometidos 17.000 reais, de que recebeu uma tença anual no valor de 4.000 reais brancos a partir de 1 de janeiro de 1471<sup>2569</sup>. No mesmo ano é nomeado para o cargo de contador do reino do Algarve, em substituição de Lourenço Rodrigues Palermo, que morrera<sup>2570</sup>. Casou Diogo de Barros a primeira vez com D. Isabel de Vougado, de quem não teve filhos<sup>2571</sup>, casando segunda vez com D. Inês de Sousa, filha de Pedro de Sousa e Seabra, alcaide-mor de Bragança, e de sua mulher, D. Maria Pinheiro<sup>2572</sup>. O primogénito, João de Barros, moço da câmara régia, recebeu de D. Afonso V uma tença anual de 4.800 reais brancos, a partir de 1 de janeiro de 1469<sup>2573</sup>.

Manteve Diogo de Barros o ofício de adail-mor no reinado de D. João II, acumulando com o de provedor e contador do reino do Algarve, e é-lhe confirmada a

---

<sup>2568</sup> Rui de Pina, «Crónica de D. Afonso V», *Crónicas de Rui de Pina* [...], cap. CLXXII, p. 828.

<sup>2569</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 58v (Santarém, 18/03/1471).

<sup>2570</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 144 (Tânger, 13/09/1471).

<sup>2571</sup> Alão considera como filhos do primeiro casamento o primogénito João de Barros e Guiomar de Barros, cf. Alão de Moraes, *Pedatura* [...], tomo I, vol. II, pp. 312-313.

<sup>2572</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], tomo VI, p. 141.

<sup>2573</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 9 (Avis, 16/03/1469).

pensão dos tabeliães de Santarém, que lhe fora concedida por D. Afonso V<sup>2574</sup>. Nesta carta é também referido como pertencendo ao conselho régio. No ano seguinte, em julho de 1487, recebe em doação os ferregiais do trigo de Silves<sup>2575</sup>, e confirmado a 10 de fevereiro de 1490, como contador do almoxarifado, rendas e direitos do reino do Algarve<sup>2576</sup>. Com a mudança de reinado, manteve os cargos, como é patente em vários documentos da chancelaria. Caso do contrato de aforamento de um esteiro de água perto de Silves<sup>2577</sup>, ou a confirmação do emprazamento de uns matos maninhos no termo da vila de Sagres, no reguengo no cabo de S. Vicente<sup>2578</sup>. Corria o ano de 1497, quando D. Manuel I confirma a carta de D. Afonso V, emitida em Toro em 2 de abril de 1476, na qual faz privilégio da mercê de ofício a Diogo de Barros de procurador da fazenda do rei, no reino do Algarve, à morte do detentor do cargo, Rui Valente, nas condições em que este o tem, e ao filho, João de Barros, a mercê do ofício de adail-mor e contador naquele reino, após o falecimento do pai<sup>2579</sup>. Após o falecimento de Diogo de Barros, a sua mulher, Inês de Sousa, recebe a pensão dos tabeliães da vila de Santarém, enquanto fosse viva<sup>2580</sup> e o filho, João de Barros, irá desempenhar as funções que pertenciam a seu pai. Casou João de Barros com D. Constança Rodrigues de Castelbranco, filha de Rui Gonçalves Coronel, contador da Guarda, e de Guiomar Vaz de Castelbranco, de que teve geração. Em 15 de março de 1513, D. Manuel I, querendo fazer graça e mercê a Rui Barreto, nomeia-o provedor e contador do reino do Algarve, com direito à designação de vedor da fazenda da dita comarca, por todos os serviços prestados e qualidades necessárias<sup>2581</sup>. Por esse facto, o de entregar «nas mãos de el-rei o ofício de contador do reino do Algarve a fim de o mesmo ser entregue a Rui Barreto», irá João de Barros ser ressarcido recebendo uma tença anual de 30.000 reais, em sua vida, com início de pagamento em janeiro do ano de 1514, para além de 200.000 reais para satisfação da perca do ofício<sup>2582</sup>.

Já antes, em 1512, o ofício de adail-mor estava em posse de Francisco Pedrosa, fidalgo da casa real, que o recebeu de João de Barros a troco do que lhe fora dado pelo rei, para o seu casamento. Este Francisco Pedrosa irá receber a mercê do arrendamento,

---

<sup>2574</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 14v (Santarém, 10/02/1486).

<sup>2575</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 20, fl. 166v (Santarém, 27/07/1487).

<sup>2576</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 14v (Santarém, 10/02/1490).

<sup>2577</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 11v (Lisboa, 11/01/1501).

<sup>2578</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 114v/115 115 (Lisboa, 05/02/1516).

<sup>2579</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 23v/24 (Évora, 27/03/1497).

<sup>2580</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 61v (Évora, 20/03/1497).

<sup>2581</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 39v/40 (Évora, 15/03/1513).

<sup>2582</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 40 (Lisboa, 03/05/1514).

em sua vida, de uma porção de terra situada nas lezírias de Vila Franca<sup>2583</sup>, que o rei altera para mercê, para além do arrendamento em vida, por seu falecimento, a um seu filho<sup>2584</sup>. Acumulando com o ofício de adail-mor, de que recebia a quantia de 10.000 reais, exercia o de almoxarife da portagem da cidade de Lisboa, podendo neste cargo, à sua responsabilidade, colocar uma pessoa, conhecedora do ofício, casada e abonada<sup>2585</sup>. Com a sua morte, ocorrida anteriormente a 20 de novembro de 1516, a seu filho, Diogo de Pedrosa, é concedida a tença anual de 20.000 reais, com início de pagamento a partir desde 1 de janeiro de 1517, em consideração aos serviços prestados pelo pai<sup>2586</sup>. À prima do rei, D. Joana, a *Excelente Senhora*, retornam os 7.860 reais que ela fizera mercê a Francisco da Pedrosa, de acordo com um privilégio da beneficiária pelo qual as tenças e outros dinheiros retirados do seu assentamento, lhe seriam restituídas após a morte dos agraciados<sup>2587</sup>. Para substituir Francisco Pedrosa, o rei nomeia, em 20 de novembro de 1516, Pedro Leitão para o cargo de adail-mor dos reinos e senhorios<sup>2588</sup>. Este, cavaleiro da Ordem de Cristo, era comendador de S. Vicente da Beira, que exercia conjuntamente com o cargo de alcaide-mor de Tavira, recebia pelo desempenho das funções a quantia de 10.000 reais por ano<sup>2589</sup>. Do seu percurso, sabemos que exerceu o ofício de adail de Tânger<sup>2590</sup>, participando em vários combates chefiados por D. Duarte de Meneses<sup>2591</sup>, com uma tença anual por toda a sua vida de 4.000 reais<sup>2592</sup>, local onde ainda se encontrava no início da centúria de quinhentos. Nos primeiros meses de 1517 passa por Safim, a caminho de Santa Cruz do Cabo de Gué<sup>2593</sup>, onde irá exercer, interinamente, o cargo de capitão da praça, na ausência de D. Francisco de Castro, filho de D. Garcia de Castro, que se deslocara ao reino. Nesta cidade participa em algumas correrias contra o opulento entreposto comercial que era Taracuco, e contra Meça, em resposta às arremetidas do Xerife de Suz, com o objetivo de cativar homens e apreender embarcações, o que foi feito

---

<sup>2583</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 147v (Lisboa, 22/06/1512).

<sup>2584</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 148 (Lisboa, 08/06/1512).

<sup>2585</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 147v (Lisboa, 08/06/1512).

<sup>2586</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 20 (Lisboa, 13/01/1517).

<sup>2587</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 131v (Lisboa, 03/03/1518).

<sup>2588</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 67v (Lisboa, 20/11/1516). Carta transcrita por Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 312/313.

<sup>2589</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 135v (Lisboa, 26/11/1516).

<sup>2590</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 142 (Lisboa, 12/03/1501).

<sup>2591</sup> Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila. Crónica inédita do século XVI*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, pp. 80/81.

<sup>2592</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 31 (Lisboa, 20/09/1504).

<sup>2593</sup> Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541* [...], p. 88.

com sucesso<sup>2594</sup>. Morreu Pedro Leitão antes de 21 de abril de 1518, data em que o seu filho, António Leitão de Gamboa, teve direito a uma mercê de tença de 15.000 reais anuais, pelos serviços prestados pelo pai e aos que o monarca esperava que ele prestasse, e mais 10.000 reais com o hábito da Ordem de Cristo<sup>2595</sup>. Em 19 de dezembro de 1520, D. Manuel I nomeia-o para o cargo de adail-mor do reino, com mais 10.000 reais de mantimento a partir de 1 de janeiro de 1521<sup>2596</sup>, o qual será confirmado no cargo no reinado de D. João III<sup>2597</sup>.

O percurso deste filho, como se lê na carta de nomeação, evidencia o serviço militar no norte de África; nas galés que patrulhavam o estreito de Gibraltar; na armada que foi à Guiné, dando sempre «boa conta e recado daquelas cousas de que o encarregamos»<sup>2598</sup>. Em 1524, já se encontrava como capitão e governador de Santa Cruz, fazendo uma segunda capitania entre 1528 e 1529<sup>2599</sup>. A nomeação para o cargo de adail-mor parou no reinado de D. João III.

## 9. FUMO E ESTRONDO: A PÓLVORA NO TEATRO DE GUERRA

O século XV irá ser um século de transição na arte de fazer a guerra, sendo Aljubarrota, em Portugal, o paradigma dessa mudança de mentalidade e pensamento tático. A importância dada aos que combatiam apeados manobrando armas de infantaria, arqueiros, besteiros, lanceiros ou os que utilizavam outras armas de corte, irá suscitar uma alteração do dispositivo no terreno, mantendo, embora, a importância da cavalaria, a qual também irá sofrer algumas alterações, especialmente na componente de proteção, a armadura, a qual foi mais aligeirada, permitindo, quando necessário, o combate apeado. Não constituindo o exército um corpo armado com carácter de permanência<sup>2600</sup>, recrutando-se os homens quando as necessidades militares, ofensivas ou defensivas, o exigiam. De um universo em que todos os homens fisicamente aptos eram passíveis de ser recrutados, alguns eram previamente selecionados para integrar corpos específicos.

---

<sup>2594</sup> Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541* [...], pp. 88/89.

<sup>2595</sup> Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541* [...], p. 316.

<sup>2596</sup> Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541* [...], p. 108.

<sup>2597</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 14, fl. 62v (08/12/1524).

<sup>2598</sup> Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541* [...], p. 317.

<sup>2599</sup> Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541* [...], p. 365.

<sup>2600</sup> Humberto Baquero Moreno, «A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV», *Actas do I Colóquio "Para uma visão global da história militar"*, Lisboa, 4-5 de dezembro de 1990, pp. 59-70, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1992, p. 59.

Era o caso dos besteiros a cavalo, dos besteiros do conto e dos besteiros do monte. Mais tarde, dos espingardeiros.

O aparecimento da pólvora irá trazer ao campo de batalha uma nova geração de armas. Para operar com as novas técnicas, olhadas com algum desprezo pelos militares tradicionais, que combatiam a cavalo ou utilizavam a besta, foram criadas novas competências que resultaram na constituição de um corpo de bombardeiros e outro de espingardeiros, este seguindo a norma dos besteiros, ou seja, eram selecionados e o recrutamento só acontecia quando necessário. É de Fernão Lopes a primeira referência escrita que se conhece sobre a utilização em Portugal de um novo tipo de armamento: a artilharia, já no reinado de D. Fernando<sup>2601</sup>, na defesa de Lisboa em 1384, sabendo-se que foi utilizada na batalha de Aljubarrota. Mais do que propriamente danos físicos suscitava um efeito mais psicológico, resultante do estrondo e do fumo. Nos reinados seguintes, a importação de material de artilharia persiste<sup>2602</sup>, dando-se um salto qualitativo com o fabrico de peças em bronze<sup>2603</sup> e a instalação de bombardas nas caravelas. Considerado um mester, o ofício de fundidor de cobre, com regimento próprio, integrava a bandeira de S. Jorge<sup>2604</sup> e também era chamado de ofício de fundidores de artilharia. Nuno Rubim, citando Sousa Viterbo, nomeia alguns dos que idealizaram e fabricaram armas de artilharia ao longo do século XV<sup>2605</sup>. No reinado de D. Duarte, Pedro Gonçalves «mestre dos nossos trons»<sup>2606</sup>. No de D. Afonso V, Álvaro de Brito «vedor-mor das artilharias de

---

<sup>2601</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* [...], cap. CXXVII, p. 450 e cap. CXXXIV, p. 473.

<sup>2602</sup> Portugal era conhecedor da técnica necessária ao fabrico de peças de artilharia, no entanto, neste período inicial da sua lenta difusão, muitas das armas eram importadas. O infante D. Pedro, durante a sua regência importou peças do norte da Europa, encomenda essa onde também entrou uma enorme quantidade de pólvora, cf. carta de quitação mencionada em Luís Miguel Duarte, «1449-1495: o triunfo da pólvora» [...], vol. I, pp. 354-355.

<sup>2603</sup> Nuno José Varela Rubim, «O armamento Pirobalístico», *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, Igreja de Santiago do Castelo de Palmela, 28 de julho a 17 de dezembro de 2000, pp. 223-243, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 237-238. Enumera o autor várias vantagens do bronze sobre o ferro forjado (em Portugal não se utilizou ferro fundido): o bronze podia ser vertido simultaneamente para vários moldes, o ferro era executado peça a peça; o bronze podia ser reciclado, algo que era interdito ao ferro forjado; ao contrário do ferro, o bronze era pouco corrosivo; sujeito a pressão interna de rotura, o bronze abre fissura por onde expellem os gases, o ferro explode projetando estilhaços em várias direções.

<sup>2604</sup> A mesma bandeira reunia os barbeiros de barbear (cabeça da bandeira), ferradores, ferreiros, douradores e espingardeiros, entre outros, cf. Franz Paul de Almeida Langhans, *A Casa dos Vinte e Quatro* [...], p. 103.

<sup>2605</sup> Nuno José Varela Rubim, «O armamento Pirobalístico», *Pera Guerrejar* [...], p. 240.

<sup>2606</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 42 (Évora, 07/03/1435). Publicado em *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. III, livro original de 1433-1435, edição preparada por João José Alves Dias, transcrições de Pedro Pinto, revisão de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 251. Na transcrição lê-se «mestre dos nossos treus».

guerra»<sup>2607</sup> e João Afonso Crispim «mestre de artilharia»<sup>2608</sup>. Nicolau de Sousa «mestre de fazer passavolantes e outras artilharias»<sup>2609</sup>, Luís Álvares «mestre da nossa fundição»<sup>2610</sup>, no de D. João II. Para além destes são ainda de referir João Afonso, «mestre das artilharias régias»<sup>2611</sup>, João Franco, alemão, «mestre de artilharia»<sup>2612</sup>, Lisuarte de Andrade, «vedor-mor da artilharia régia»<sup>2613</sup>, todos no reinado de D. Afonso V. Diogo de Azambuja, «vedor da artilharia do reino»<sup>2614</sup> e João Guterres «mestre de artilharia»<sup>2615</sup>, no reinado de D. João II.

No reinado de D. Manuel I aumenta substancialmente o número de fabricantes de peças de artilharia, mercê do incremento das armadas e do número de navios que constituíam essas armadas, com cada navio equipado com uma bateria de peças, a que se deve adicionar a instalação de novas feitorias, em ambas as margens do Índico, em cuja guarnição defensiva se encontravam peças de artilharia<sup>2616</sup>. No ativo mantêm-se Luís Álvares «ferreiro e mestre da fundição da artilharia real», a quem é dada uma tença anual de 4.000 reais, a partir de janeiro de 1497<sup>2617</sup>, alguns anos mais tarde, em 1502, é-lhe confirmado um aforamento de uns fornos de cal com um chão ao redor deles, situados junto à praia, na cidade de Lisboa, para neles fazer casas de fundição de artilharia<sup>2618</sup>. Em 1505, com efeito no ano seguinte, a tença é-lhe aumentada em mais 8.000 reais, para 12.000, em atenção aos serviços feitos na sua artilharia<sup>2619</sup>. João Guterres «fundidor e mestre de tiros de metal», recebeu carta de confirmação de uma tença de 10.000 reais, que teve de D. João II, a partir de 1 de janeiro de 1497<sup>2620</sup>, à qual o rei acrescenta mais

---

<sup>2607</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 6v (Torres Vedras, 01/05/1446). Com o seu falecimento antes de 20 de abril de 1450, é nomeado para o cargo o seu irmão Gil de Brito.

<sup>2608</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 74 (Lisboa, 02/11/1468).

<sup>2609</sup> Não encontrado nos índices da chancelaria.

<sup>2610</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 83v/84 (Lisboa, 12/07/1502). Prossegue a carreira de ofício no reinado de D. Manuel I, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 96v (Estremoz, 07/02/1497).

<sup>2611</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 15v (Sintra, 15/12/1471).

<sup>2612</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 146v (Estremoz, 30/01/1475).

<sup>2613</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 18 (Vila Viçosa, 18/05/1480). Substituiu a partir de maio de 1480, Gil de Brito.

<sup>2614</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 25, fl. 27v (Tavira, 16/08/1489). Confirmado no cargo por D. Manuel I, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 51 (Évora, 13/05/1497).

<sup>2615</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 14, fl. 49 (Lavrado, 24/10/1488).

<sup>2616</sup> Sobre a criação das estruturas para a fundição de grandes quantidades de peças de artilharia durante o reinado de D. Manuel I, veja-se o estudo publicado por José Virgílio Pissarra, «A indústria portuguesa de artilharia nas primeiras décadas do século XVI: um estudo introdutório» , *Vasco da Gama: homens viagens e culturas: actas do congresso internacional*, coordenação Joaquim Romero Magalhães e Jorge Manuel Flores. vol. I, Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 347-395.

<sup>2617</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 96v (Estremoz, 07/02/1497).

<sup>2618</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 83v/84 (Lisboa, 12/07/1502).

<sup>2619</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 20, fl. 12 (Lisboa, 16/06/1505).

<sup>2620</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 3 (Estremoz, 15/01/1497).

5.000 reais brancos<sup>2621</sup>. Confirmado foi também o privilégio, outorgado por D. João II, para que ele e um seu homem pudessem andar armados de noite, em Lisboa<sup>2622</sup>. João Afonso «mestre da nossa fundição», teve carta de confirmação de uma mercê de D. João II, de 5.000 reais, quantia à qual D. Manuel I adicionou nova mercê de 10.000 reais, por ter servido bem no seu ofício, com efeito a partir de janeiro de 1497<sup>2623</sup>. Pedro Lopes «mestre da artilharia real», tem de tença 12.000 reais: 10.000 dados por D. Manuel I, 2.000 que já tinha de D. João II, com efetividade a janeiro de 1497<sup>2624</sup>. 15.000 reais era já a quantia que Fernão Luís «mestre da artilharia», recebia em 1487, posteriormente confirmada por D. Manuel I<sup>2625</sup>.

São vários os oficiais mecânicos que iremos encontrar ao longo do reinado, e cuja missão é desenvolverem material pirolástico: Pedro Anes «fundidor»<sup>2626</sup> e João Gonçalves «ferreiro e mestre de fazer bombardas», foram privilegiados com a isenção de servir em terra ou no mar, de pagar peitas, fintas, talhas e encargos, de pagar a jugada, exceto sobre o trigo, ou a oitava do vinho. Ficavam também isentos de pousada nas suas casas de morada, adegas ou cavalariças<sup>2627</sup>. Mestre Afonso «ferreiro e mestre de artilharia»<sup>2628</sup>, que se sabe ser sobrinho de outro ferreiro, Gonçalo Anes<sup>2629</sup>; mestre Diogo «artífice de artilharia», com pagamento de 15.000 reais a partir de janeiro de 1501<sup>2630</sup>, tença essa aumentada para 18.000 reais brancos com efeito a partir de janeiro de 1504, em consideração aos serviços prestados<sup>2631</sup>; Diogo Anes «carpinteiro da artilharia»<sup>2632</sup>; Fernão Álvares «mestre de artilharia»<sup>2633</sup>; Garcia Fernandes e Bastião Cobris «fundidores», em 1515, têm vários padrões de tença. Um de 12.000 reais, para ambos<sup>2634</sup>. A que acrescia outro, para ambos, de mais 12.000 reais<sup>2635</sup> e ainda outro, no mesmo valor,

---

<sup>2621</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 3v/4 (Estremoz, 15/01/1497).

<sup>2622</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 9 (Estremoz, 15/01/1497).

<sup>2623</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 8v (Estremoz, 07/02/1497).

<sup>2624</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 91v (Évora, 15/03/1497).

<sup>2625</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fl. 14 (Estremoz, 23/01/1497).

<sup>2626</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 120v/121v (Lisboa, 10/08/1499).

<sup>2627</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 70 (Évora, 29/12/1495).

<sup>2628</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 53v/54 (Santos, 02/04/1511).

<sup>2629</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 113v/114 (Lisboa, 08/01/1505).

<sup>2630</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 36v (Lisboa, 07/07/1500).

<sup>2631</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 2 (Lisboa, 31/01/1504).

<sup>2632</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 59 (Lisboa, 29/12/1501).

<sup>2633</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 85v/86 (Sintra, 12/08/1504).

<sup>2634</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 132/132v (Lisboa, 03/10/1515).

<sup>2635</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 132v (Lisboa, 03/10/1515).

mas só para Bastião Cobris<sup>2636</sup>. Mais comedido foi o valor atribuído a João Alvares «fundidor de artilharia», só recebendo 8.000 reais por anos a partir de janeiro de 1519<sup>2637</sup>.

No cargo de vedor de todas as artilharias, armazéns e terecenas do reino mantém-se Diogo de Azambuja, nomeado para esse cargo, em dezembro de 1487, por D. João II. Diogo de Azambuja tem um longo percurso de vida que se irá estender por oitenta e seis anos, abrangendo os reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I. Encontra-se sepultado na igreja do convento dos Anjos em Montemor-o-Velho, cujo epitáfio biográfico releva os principais atos que o distinguiram em vida. Cavaleiro da Ordem de Avis, comendador de Pedroso e Veiros<sup>2638</sup>, conquistador da vila de Alegrete, durante as guerras com Castela que ocorreram no reinado de D. Afonso V, tendo sido ferido em combate numa perna, ficando coxo desde aí. Em novembro de 1480, D. Afonso V conferiu-lhe o privilégio de fidalgo, quando já era cavaleiro da casa do príncipe D. João<sup>2639</sup>. Já no reinado deste, é enviado para África com a incumbência de construir o castelo de S. Jorge da Mina, para onde se deslocou com seiscentos homens, entre os quais uma centena de pedreiros e carpinteiros, construindo a fortaleza durante o tempo em que lá residiu como capitão da mesma. Passados dois anos e sete meses, regressou ao reino, onde D. João II lhe fez «muita mercê e acrescentamento e tanta honra quanto por tão bom serviço lhe merecia»<sup>2640</sup>. Homem da confiança de D. João II, foi nomeado alcaide-mor de Monsaraz, cargo que tinha sido desempenhado por um apoiante do duque de Bragança<sup>2641</sup>. Para lá da alcaidaria, recebeu a mercê das portagens e outros direitos da vila<sup>2642</sup>. A 23 de agosto de 1484, é uma das três testemunhas da execução do duque de Viseu às mãos de D. João II<sup>2643</sup>. Pertencendo ao conselho régio, comendador de Cabeço de Vide, Rio Maior e Montados de Pedros, em 1485 recebeu carta de acrescentamento de brasão de armas, autorizado a meter um castelo no escudo das suas armas<sup>2644</sup>. Em dezembro de 1487, foi nomeado vedor-mor das artilharias e armazéns do reino<sup>2645</sup>. Após

---

<sup>2636</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 132v (Lisboa, 03/10/1515).

<sup>2637</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 38v (Lisboa, 12/08/1518).

<sup>2638</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 72 (Arronches, 03/05/1475).

<sup>2639</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 203 (Coimbra, [04]/11/1480).

<sup>2640</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. XXV, p. 31.

<sup>2641</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 24, fl. 23 (Évora, 04/07/1483).

<sup>2642</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 68 (Setúbal, 19/08/1484).

<sup>2643</sup> As outras foram D. Pedro De Eça, alcaide-mor de Moura e Lopo Mendes do Rio, cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], cap. LIII, p. 80.

<sup>2644</sup> Fernando Félix Lopes, «Azambuja, Diogo», *Dicionário de História de Portugal* [...], vol. I, p. 262. Esquartelado, o primeiro e o quarto de vermelho, com um castelo de ouro, com portas e frestas e lavrado de azul, o segundo e o terceiro de ouro, com quatro bandas de vermelho; timbre: o castelo do escudo, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Armaria Portuguesa* [...], p. 48.

<sup>2645</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 84 (Almeirim, 07/12/1487).



a morte de D. João II, D. Manuel I confirma-o no cargo de vedor-mor de todas as artilharias, armazéns e terecenas do reino<sup>2646</sup>. Antes de março de 1499, o rei compra-lhe, e a seu genro<sup>2647</sup>, várias terras e bens perto de Monsaraz<sup>2648</sup>, que irá vender a D. Nuno Manuel, almotacé-mor. Foi, em 1506, chamado por D. Manuel I para erigir uma fortaleza, a que puseram o nome de Castelo Real, defronte da ilha de Mogador, que ele edificou com muito trabalho<sup>2649</sup>, tornando-se seu capitão e alcaide-mor em 1507. Aproveitando contendas internas em Safim, em que os assassinos do governador quiseram fazer um pacto de vassalagem com o rei de Portugal, como forma de proteção, Diogo de Azambuja dirigiu-se a Portugal com quatro representantes dos mouros, voltando com um regimento de como deveria de proceder. Conjuntamente com Garcia de Melo, que comandava uma armada de vigilância ao estreito de Gibraltar, a que se juntaram quatro navios vindos do reino, comandados por Gonçalo Mendes Sacouto, tomou a praça para D. Manuel I que, como reconhecimento do feito, lhe doou aquela capitania assim como a de Santa Cruz do Cabo do Gué. No entanto, devido à sua avançada idade, o rei nomeou Nuno Fernandes de Ataíde para o substituir no comando de Safim. Na mesma data, Diogo de Azambuja regressou ao reino entregando os direitos do Castelo Real e do castelo e vila de Safim. Com esta entrega o rei fez-lhe a mercê de 213.000 reais e 20 moios de trigo de tença em sua vida, pela construção do Castelo Real e pela capitania. Mas para descanso de seus trabalhos e serviços, por seu falecimento, faria mercê, a seu filho maior, de 50.000 reais desse dinheiro e o ofício de vedor-mor da artilharia, que desempenhava<sup>2650</sup>. Alguns anos mais tarde, Diogo de Azambuja trespassa para o marido da neta, Martim Afonso, fidalgo da casa real, a quantia de 30.000 reais de tença<sup>2651</sup>. Embora o epitáfio que se encontra na igreja do convento dos Anjos em Montemor-o-Velho, que ele mandou construir, mencione o ano de 1518 como o ano da sua morte, em 2 de março de 1517, é dada uma tença anual a Jorge de Azambuja em consideração aos serviços prestados pelo pai, no valor de 70.000 reais, com início de pagamento a partir de janeiro de 1517. Desses, 50.000

---

<sup>2646</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 51 (Évora, 13/05/1497).

<sup>2647</sup> Francisco de Miranda casou com D. Cecília, filha de Diogo de Azambuja. D. João II, pela estima para com este, deu um grande baile que se prolongou pelo serão, com muita gente, muitas danças e «muitos galantes», aquando do casamento de D. Cecília com Francisco de Miranda, cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II* [...], p. 329.

<sup>2648</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 76v/77 (Lisboa, 04/03/1499).

<sup>2649</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [...], cap. XIV, p. 44.

<sup>2650</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 55/55v (Almeirim, 13/11/1513).

<sup>2651</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 125v (Sintra, 12/08/1504).

reais tinham sido prometidos a Diogo de Azambuja, para um filho maior, aquando do seu falecimento, 20.000 era um acréscimo dado pelo rei<sup>2652</sup>.

Se se pode depreender dos registos de chancelaria consultados que, tecnicamente, o fabrico de peças de artilharia era dominado por oficiais portugueses, no que toca a quem os operava é notório que durante praticamente todo o século XV eram estrangeiros que detinham o conhecimento próprio para tal fim. É necessário que se diga que o ofício de bombardeiro era abrangente, compreendendo conhecimentos de fundição, da fórmula para a composição das proporções com que os componentes se misturavam para produzir pólvora e conhecimentos de balística, sendo estes os mais importantes. A primeira menção a um titular desse ofício aparece num registo de confirmação de ofício, no qual é inserida uma carta de D. Duarte datada de 6 de janeiro de 1434, na qual nomeia [Martinho] Vicente, bombardeiro, no cargo de requeredor das sisas dos panos de cor da cidade de Lisboa<sup>2653</sup>. A importância crescente deste ramo da milícia fará com que seja criado, em 1491, o cargo de condestável dos bombardeiros do mar no reinado de D. João II, para o qual foi nomeado Mestre Aans<sup>2654</sup>, a quem é atribuída carta de «Poder e Jurisdição»<sup>2655</sup>, que de forma sucinta podemos resumir aos seguintes itens: tem jurisdição sobre os bombardeiros sob as suas ordens, podendo retirar-lhe o soldo como penalização ou mandá-los prender, consoante a desobediência que praticaram; seleccionar os bombardeiros necessários para que completassem a dotação de 35 membros fixos da nómima, bombardeiros esses que teriam como características serem pouco temperamentais, focados, com experiência de marinhagem e ter prática de tiro com bocas de fogo chamadas serpentinas ou outras de menor calibre<sup>2656</sup>. O conceito de condestável para esta função difere da que está definida nas *Ordenações Afonsinas*. Esta denominação, e aquele a quem ela for atribuída, têm por limite um universo muito restrito. Em primeiro lugar, ao apodo condestável vem sempre associado a área onde o domínio da função é exercida. Na documentação da chancelaria de D. Manuel I, encontramos

---

<sup>2652</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 10v (Lisboa, 07/02/1514).

<sup>2653</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 57 (Lisboa, 06/02/1439).

<sup>2654</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. João II*, liv. 11, fl. 105 (Santarém, 19/06/1491). Por deturpação de nome estrangeiro, Mestre Aans, também é referido por Mestre Hans.

<sup>2655</sup> Publicada por Nuno José Varela Rubim, «O armamento pirobalístico», *Pera Guerrejar* [...], pp.241-242.

<sup>2656</sup> A popularidade das armas de fogo explica a sua larga utilização nas campanhas do norte de África, onde a qualidade do material e as técnicas utilizadas foram sendo apuradas. Existiam dois tipos de bocas de fogo: o modelo de antecarga constituindo uma única peça em ferro forjado; o modelo de retrocarga, mais evoluído, constituído por duas partes, o tubo e a câmara, cf. João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal* [...], 355. A estas armas de fogo eram dados nomes evocativos: serpentinas, colubrinhas às que tinham uma forma afilada; gerifalco, falconete, àquelas cuja trajetória de tiro era semelhante ao voo das aves de rapina.

diferentes títulos: «Condestável dos Bombardeiros delRei»<sup>2657</sup>; «Condestável dos Bombardeiros da Índia»<sup>2658</sup>; «Condestável dos Bombardeiros em Cananor»<sup>2659</sup>; «Condestável dos Bombardeiros em Arzila»<sup>2660</sup>.

Ao longo do reinado de D. Manuel I, o ofício de condestável dos bombardeiros do reino esteve sempre na posse de estrangeiros. Em 1501, morre mestre Aans, sendo nomeado para o lugar mestre Jorge. Na carta de mercê<sup>2661</sup> são reiterados os mesmos itens constantes na carta de «Poder e Jurisdição» dada a mestre Aans, a saber: poder para dirigir os bombardeiros, podendo-os castigar e prender; determinava-se que soubessem disparar com tiros grossos e miúdos e fossem homens pouco temperamentais, focados e com experiência de marinhagem. O condestável examinaria os candidatos e caso fossem selecionados eram-lhes passadas cartas de privilégio e seriam adicionados à nomina de bombardeiros. Para exercer esta função mestre Jorge teria um soldo de 20.000 reais brancos por ano. Três anos mais tarde, em 1504, morre por sua vez mestre Jorge e foi mestre Henrique que ocupou o seu lugar. Na carta de mercê<sup>2662</sup> dada, mantêm-se o mesmo soldo, 20.000 reais por ano, e os mesmos privilégios. Há, no entanto, uma nuance que é uma previsão de constituição de mais de uma nómina de bombardeiros, garantindo o monarca que mestre Henrique ficaria sempre por condestável de um deles, sem alteração de vencimento. Entre esta data e o final do reinado não se encontra mais nenhum registo onde explicitamente se nomeie um novo condestável dos bombardeiros do reino. Há, no entanto, referência em vários dos registos a um outro personagem a que é atribuído este cargo. Trata-se de mestre Giralte da Mina, designado como condestável dos bombardeiros do rei, na confirmação, em 1507, de um documento do reinado de D. João II, onde se instituíam um conjunto de penas remíveis a dinheiro, derivadas de atos lesivos do bom relacionamento entre bombardeiros, ou seja, agressões entre eles. O dinheiro das penas e outras esmoladas seria entregue na capela de S. Bartolomeu<sup>2663</sup>, existente na igreja de S. Julião e seria administrado pelo condestável, por dois mordomos e pelo escrivão<sup>2664</sup>. No

---

<sup>2657</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 44 (Lisboa, 17/09/1501).

<sup>2658</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 36v (Santos, 02/04/1511).

<sup>2659</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 101 (Lisboa, 03/06/1515).

<sup>2660</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 132v (Évora, 20/12/1520).

<sup>2661</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 44 (Lisboa, 17/09/1501).

<sup>2662</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 21v (Lisboa, 21/06/1504).

<sup>2663</sup> Também chamada Capela de S. Bartolomeu dos Alemães. Sobre a Irmandade de São Bartolomeu ver D. Klaus Mörsdorf, *A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1958.

<sup>2664</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 45/45v (Abrantes, 14/06/1507).

ano final do reinado, é dada mercê, extensiva a sua mulher, a mestre Giraldo<sup>2665</sup>, condestável dos bombardeiros reais, por uma vida, da posse umas casas reais em S. Vicente de Fora<sup>2666</sup>.

Como suso dito, a maioria dos operadores da artilharia era de proveniência estrangeira, sobretudo alemã. Com uma folha de pagamentos própria, a nómina dos bombardeiros, a ser paga na casa do armazém da Guiné e Índia, com um santo patrono, S. Bartolomeu, e detentores de um hospital também da invocação de santo<sup>2667</sup>, eram possuidores de um alvará próprio<sup>2668</sup>, que depois se refletia nas cartas passadas individualmente a cada um deles. De entre os vários privilégios constantes nesses alvarás, ficava escrito que só podiam estar ao serviço do rei ou do príncipe seu filho, fosse em terra ou no mar. Penas a dinheiro, caso as houvesse, seriam idênticas às dos besteiros do conto, no entanto, no que às penas de açoites ou degradação com baração concernia, era-lhes atribuída equivalência ao estatuto de escudeiro para os crimes que admitiam esse tipo de penas. Isenção de participar nos empréstimos pedidos pelo rei, o não serem obrigados ao pagamento de fintas ou talhas, não serem obrigados a participar nos trabalhos realizados em muros, pontes, fontes, caminhos ou calçadas, no transporte de presos ou dinheiro, serem tutores ou curadores, eram outros dos privilégios dado pelo rei. Autorização de porte de arma (espada, punhal, adaga), fosse de dia ou de noite e a isenção do pagamento da oitava sobre o vinho, linho ou legumes de produção própria, completavam a lista de privilégios<sup>2669</sup>.

Do que se depreende da documentação, existiam dois grupos de bombardeiros. Um, de estrangeiros, que estavam inscritos na nómina dos bombardeiros, pagos na casa da Guiné e Índia, em número não superior a 35, outro composto por aqueles que estavam inscritos na tercena do armazém do reino, com quantitativos até 100 bombardeiros<sup>2670</sup>.

---

<sup>2665</sup> Provavelmente o mesmo mestre Giralte da Mina, que por corruptela foi aporuguesado para Giraldo. Certo é que em todo este período, 1507-1521, não existe referência a outro condestável dos bombardeiros do reino.

<sup>2666</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 36v (Lisboa, 15/04/1521).

<sup>2667</sup> Ficavam à responsabilidade do mordomo e confrades do hospital de S. Bartolomeu de Lisboa que os soldos vencidos e os bens dos bombardeiros estrangeiros falecidos sem herdeiros no Reino ficassem à guarda do mordomo do hospital até que os seus herdeiros os reclamassem, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 58v (Lisboa, 18/01/1498).

<sup>2668</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç 5, n.º 85 (Lisboa, 22/03/1506), transcrito em Tiago Machado de Castro, *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*, dissertação de mestrado em História Marítima apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 146-148.

<sup>2669</sup> Paulo Drumond Braga, «Bombardeiros alemães no Portugal de D. Manuel I» [...], p. 52.

<sup>2670</sup> Tiago Machado de Castro, *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)* [...], p. 25.

Estes eram portugueses «filhados» em todo o reino, deslocando-se e reunindo-se onde o rei determinava<sup>2671</sup>. A nómina dos bombardeiros alemães era fixa em Lisboa. Se os privilégios entre os dois grupos eram idênticos, já o soldo era diferente, recebendo os bombardeiros da nómina o valor de 1.000 reais por mês, 12.000 por ano, e os outros 583 reais e dois ceitis mensais, totalizando 7.000 anuais<sup>2672</sup>, valor igual ao pago aos besteiros do conto<sup>2673</sup>. A idade para a aposentac o era de sessenta anos de idade em ambos os grupos<sup>2674</sup>.

---

<sup>2671</sup> Teremos no final do reinado de D. Manuel I a constitui o de uma guarni o de oito bombardeiros no castelo de S. Vicente da Par de Belém, atual Torre de Belém, cf. Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 67 (Lisboa, 13/09/1521).

<sup>2672</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 8v (Lisboa, 30/11/1515). De ressaltar que, caso servissem nas armadas ou guerras receberiam o pr mio e ordenado idêntico ao dos bombardeiros alemães.

<sup>2673</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 45v/46 (Abrantes, 15/07/1507).

<sup>2674</sup> Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 45v/46 (Abrantes, 15/07/1507).

## CONCLUSÃO

Ao concluirmos a presente tese, não podemos deixar de proceder a uma breve reflexão sobre o percurso efetuado em torno dos cargos e cerimoniais da casa real durante o reinado de D. Manuel I. Com efeito, as casas reais em Portugal têm sido pouco estudadas e a de D. Manuel I não é exceção, talvez por ser um reinado em que o rei desempenhou um papel determinante em campos tão variados como a continuação do programa expansionista, o da reforma administrativa, a assistência, a arquitetura, o urbanismo e monumentalidade, as artes decorativas, as novas linhas de comércio de artigos onde sobressaem o luxo e o exótico, que as novas rotas marítimas permitiram e que inundaram o reino de mercadorias, sabores, objetos e animais das mais variadas partes do mundo.

A instituição casa real, que foi evoluindo baseando-se em princípios consuetudinários, com intervenções casuísticas, renovando-se com novos dirigentes, de forma hereditária ou não, sempre que um novo rei era aclamado, no reinado de D. Manuel I manteve raízes na tradição cultural precedente, refletindo, ainda, um certo grau de medievalidade numa sociedade em mutação. A luta pelo poder por parte das elites, levava à tentativa de perpetuação nos cargos por algumas linhagens, fosse por hereditariedade, fosse por influência direta sobre o monarca. Ocupar uma posição de relevo no paço significava que o seu titular podia obter cargos e benesses para os seus familiares e para as suas clientelas, sendo um meio para que o próprio, no seu processo de ascensão social, pudesse vir a ser nobilitado, engrandecendo, por isso, a sua casa e a sua linhagem.

Em outubro de 1495, D. Manuel I foi aclamado 14.º rei de Portugal por morte do seu primo e cunhado, D. João II, que não deixou descendência legítima. Rei multifacetado, ao manter inalterado a forma como estava organizado o seu serviço doméstico, deu continuidade à manutenção nos cargos daqueles em que a ocupação do mesmo se fazia de forma hereditária, nomeando novos ou mantendo ao seu serviço aqueles com provas dadas de serviço ao monarca anterior. Ao longo dos três capítulos em que se dividiu a tese, identificámos os vários detentores dos cargos e as suas trajetórias pessoais, e abordámos as diferentes atividades em que se organizava a casa real.

Estabelecendo uma análise mais fina, constatámos que os cargos da milícia são predominantemente ocupados por transmissão dentro da família, passando para o primogénito ou secundogénito nos casos de nobreza titulada, para um sobrinho quando o titular não tem descendência, ou usados como dote. Fruto da perda da sua importância

operacional, mantêm-se com um estatuto de representação simbólica e cerimonial. No caso do coudel mor, um cargo de administração, cujo detentor executava atos de chancelaria, nomeando ou aposentando elementos das estruturas militares do reino, e com influência na criação de clientelas, uma vez que associado à nomeação eram atribuídos pequenos privilégios aos moradores dos concelhos que integravam essas forças, era também transmitido por herança.

Verificámos que algumas famílias exerciam bastante influência na estrutura de poder real, não só no exercício de funções na casa real, mas em outros lugares de nomeação pelo monarca, caso das alcaidarias. De forma direta pela sucessão no cargo, ou recorrendo a alianças entre famílias socialmente semelhantes, vão mantendo esses lugares e consequentes rendimentos, ao mesmo tempo que estreitam a possibilidade de outros entrarem no espaço de distribuição dos favores régios, limitando a liberdade de ascensão social aos indivíduos fora do restrito núcleo de famílias dominantes, e o acesso que têm ao rei irá permitir-lhes intercederem pela nomeação de gente das suas clientelas para cargos secundários na administração do reino. Entre essas famílias cortesãs, de que se destacam os Meneses, os Melos, os Gomes da Silva, os Limas e os Mendonças, elementos seus, ou a si associados, ocupam os cargos mais importantes da casa real, obtendo dois deles, o mordomo-mor, D. João de Meneses, e o escrivão da puridade, D. Diogo da Silva de Meneses, a titulação, e vários familiares constam da lista de moradores.

Seguimos a trajetória dos que acompanharam D. Manuel enquanto duque e a quem chamou para o seu serviço doméstico. Os seus colaços, Nuno e João Manuel, a quem confiou os cargos de maior intimidade com o rei: a câmara real e a sua guarda, e encarregou de missões diplomáticas sigilosas. Os irmãos Corte Real, que causaram comoção e tristeza ao monarca, quando soube do desaparecimento de dois deles no alto mar. O aio, D. Diogo da Silva de Meneses, nomeado por D. João II para o acompanhar desde tenra idade, seu escrivão da puridade depois de subir ao trono, a quem deu o título de conde de Portalegre.

Acompanhámos o percurso de outros oficiais da casa real, de famílias menos ilustres, entre eles o de António Carneiro, que iniciou a sua carreira no paço como escrivão da câmara de D. João II, foi secretário de D. Manuel I, e cuja descendência foi titulada na geração seguinte, numa ascensão rápida fruto do convívio diário com o monarca e de uma estratégia de engrandecimento do cargo, que foi crescendo em importância com as funcionalidades que foi puxando para si.

Constatámos a existência de poucos regimentos publicados com as funções exercidas, valendo-nos dos existentes nas *Ordenações Afonsinas*, com os diretamente relacionados com a atividade da casa real, posteriormente retirados das ordenações publicadas durante o reinado em estudo. Sobre os diferentes cerimoniais que regiam o dia-a-dia do rei, só muito indiretamente obtivemos informação para o reinado em questão, uma vez que os cronistas que relataram os feitos do rei *venturoso*, Damião de Góis e Gaspar Correia, pouco se preocuparam em descrever a vida na corte, mais interessados nos feitos além-mar, em rutura com as que nos deixaram Rui de Pina ou Garcia de Resende, quando escreveram sobre D. João II.

Observámos, com o levantamento das redes familiares, a dinâmica e a circulação das elites, movidas por um projeto e objetivo comuns: o de ascenderem a uma posição social acima da sua, numa organização hierárquica estabelecida em relação à ordem geral das coisas, e em que há equilíbrio de forças. Em paralelo, por via de uniões, estamos perante uma fidalguia cortesã fortemente ligada entre si, o que adquire um papel fulcral na manutenção de um estatuto que cada vez mais depende das doações dos monarcas, fonte dos bens materiais e senhoriais, e onde as alianças permitem consolidar uma posição, manter a coesão da linhagem e, em alguns casos, a transmissão dos cargos entre famílias.

Sendo a casa real de D. Manuel I um tema tão vasto em tantas e diferentes matérias, é natural que alguma possa ter sido menos abordada, mas aqui chegados, acreditamos ter feito o estudo das fontes suficiente para permitir saber quem eram os homens que desempenhavam as diferentes funções necessárias ao funcionamento de uma instituição que garantia todos os serviços que o rei necessitava no seu dia a dia sem com isso ter que se preocupar um instante que fosse. Tudo acontecia quando necessário. Ao número crescente de servidores, para a realização dos diferentes tipos de serviço, foram sendo criados mecanismos de controle para garantir a presença e subsequente retribuição, aos que estavam incumbidos das diferentes tarefas na casa real. O rei delegava, através de regimentos, a autoridade nos homens que nomeava para os cargos, os quais cumpriam estrita e rigorosamente os poderes de que eram mandatados, caso contrário, poderiam ficar sujeitos a uma suspensão dos seus privilégios, o que numa sociedade como a estudada era algo que quase se traduzia na transformação em proscrito, porque arredado do local onde tudo acontecia: a corte, ficando, assim, inibidos de influenciar e de estar representados junto aos seus pares.



Como já dissemos, D. Manuel I foi um homem de sorte, *felicíssimo*, como o cunhou Damião de Góis, a quem o reino caiu nos braços, sendo necessárias oito mortes, e vários não nascimentos, para que tal acontecesse. O seu reinado pautou-se por dois grandes vetores: a união ibérica e os negócios da Índia. A sua casa real teve de se adaptar a estes desígnios, e os homens que a compunham desempenharam o melhor que souberam as tarefas que o rei lhes atribuiu, ao mesmo tempo que ambicionavam, dentro do espírito da época, receber em contrapartida a recompensa merecida pelo cargo desempenhado, fosse em mercês de tenças, na atribuição de moradia, na nomeação para o conselho régio, ou no direito de transmissão do cargo.

A título de conclusão final, podemos afirmar que a estrutura da casa real que foi possível traçar a partir dos atos de chancelaria, não sofreu transformação, mantendo o modelo medieval existente nos reinados anteriores. Também se constata que sendo a corte um local de etiqueta, pela proximidade ao rei, a descrição escrita dos diferentes cerimoniais é omissa neste reinado, só tomando letra de forma no reinado de D. João IV, mantendo-se o costume para os diversos atos rituais nos quais o monarca era figura suprema. No que diz respeito ao recrutamento para os cargos, verificamos que é feito entre os fidalgos cavaleiros, ocupando muitos deles lugar no conselho régio, notando-se, em especial naqueles ligados à milícia, a patrimonialização dos mesmos, e as famílias, ao adquirirem a transmissibilidade dos cargos para os seus descendentes, irão centrar a qualidade do nome da linhagem no bom serviço prestado, perpetuando esses valores pelos seus sucessores, predispondo-os a continuar a herança recebida de dever para com o rei.

Esperamos que este estudo possa, de algum modo, contribuir para um maior conhecimento sobre a vivência nas casas reais portuguesas, em especial, da casa real de D. Manuel I.

# ANEXO

## ANEXO I

DETENTORES DOS CARGOS, REINADOS DE D. AFONSO V, D. JOÃO II E D.  
MANUEL I<sup>2675</sup>

<b>Cargo</b>	<b>D. Afonso V</b>	<b>D. João II</b>	<b>D. Manuel I</b>
Mordomo-mor	D. Álvaro de Sousa (-1471) D. Diogo Lopes de Sousa (1471)	D. Pedro de Noronha (...1484-†1492) D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca (1492-1495)	D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca (1495-1520) D. Diogo da Silva de Meneses, 1.º conde de Portalegre (1520-1521)
Aposentador mor	João Freire de Andrade (c. 1451) Nuno Furtado de Mendonça (1446-1475)	D. Henrique Henriques (1483-1490) D. Fernando Henriques (1490...)	Manuel da Silva (1498-1520) Manuel de Sousa (1520-1521)
Reposteiro-mor	Martim de Távora (1440) Lisuarte Pereira (1450-†1463) Afonso Pereira (1463-†1476) João Pereira (1476) Gomes Soares (1476...)	Manuel de Melo (1488) Gonçalo da Silva? Martim Afonso de Melo	Manuel de Melo Pero Moniz da Silva (1504) Febo Moniz da Silva (1506-1514) Jerónimo Moniz (1514-1520)
Porteiro-mor	Duarte Borges (...1450) Afonso de Miranda (...1454...) Gonçalo Borges (...1471-1472...) Garcia de Melo? Gabriel Gonçalves de Freitas	Gomes Ferreira (...1487...)	Gomes Ferreira (...1498) Miguel Corte Real (1498-1502) Jorge de Melo (...1518) Diogo de Melo da Silva (...1521)

<sup>2675</sup> As datas indicadas são aquelas onde existe documentação que fundamenta a data. Em caso de reticências, significa que se presume o exercício do cargo antes, ou depois, da data indicada.

Meirinho-mor	D. Gonçalo Coutinho, 1.º conde de Marialva (1441-1445; 1449-1464) D. Martim de Távora (1445-1449) D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva (1464-1481)	Rui de Sousa (...1482) D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva	D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva
Tesoureiro-mor	D. Diogo da Silva (...1466) D. João Pestana (1466-1481...)	Afonso Fernandes de Montarroio (1482-1495)	-
Camareiro-mor	D. Álvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto (...1455-†1471) D. Lopo de Albuquerque, 1.º conde de Penamacor (1463-1482) Antão de Faria (1473...)	Aires da Silva (1487-1495)	João Manuel (1495...) D. Álvaro da Costa D. Bernardo Manuel (1514...)
Monteiro-mor	Lopo Vasques de Castelo Branco (...†1450) Nuno Vasques de Castelo Branco (1450...) Gonçalo Vasques de Castelo Branco	Gonçalo Vasques de Castelo Branco D. Diogo Fernandes de Almeida (...1482) Lourenço de Faria	D. Álvaro de Lima (1497) D. João de Lima (...†1516) D. Luís de Meneses (1516-1521)
Caçador-mor	Gonçalo Anes (1449) Fernando Afonso Pereira (...†1461)	Afonso Vaz de Brito (1486...)	Nuno Fernandes Freire Afonso Vaz de Brito António de Brito (†1516) D. Pedro de Castro, 3.º conde de Monsanto (1518...)

			D. João de Moura D. Henrique Henriques D. Brás Henriques
Manteiro mor	Fernão Matella (1472)	Lourenço de Faria	Rui Figueira (ou Figueiredo) (...1505-1514)
Guarda-mor	D. Martim Afonso de Melo (...1437-1464) D. Rodrigo Melo, conde de Olivença (1464-1481...)	D. João de Lima (1482...)	Jorge Moniz (1496-1507) D. Nuno Manuel (1507-1521)
Copeiro mor	João de Melo (1450-1463) Martim Afonso de Melo (1463-1472...)	Fernão de Lima (1484...)	Lourenço de Brito Jorge de Brito Artur de Brito
Mestre-Sala	Luís Álvares (...1439-†1475)	Gonçalo Vaz de Melo (... 1484) Jorge de Melo (1484...)	Jorge de Melo (...1513) D. Álvaro de Abranches (1513-1519...)
Capitão-mor dos ginetes	Gonçalo Rodrigues de Sousa (1453-†1462) Vasco Martins de Sousa Chichorro (1462-1475)	Fernão Martins de Mascarenhas	Fernão Martins de Mascarenhas João de Mascarenhas
Estribeiro-mor	Álvaro de Faria (...1464) Pedro Feio (...1472...)	Álvaro da Cunha (...1487) Diogo de Miranda Pedro Vaz da Cunha	Pedro Homem (1496-1498) Pedro Correia (1498) Francisco Homem (...1521)
Escrivão da puridade	Nuno Martins da Silveira (1439-1440 e 1449-1454) Lopo Afonso (1445-1448)	D. João da Silveira, barão de Alvito (1482-†1484)	D. Diogo da Silva de Meneses, 1.º conde de Portalegre (1496-1518) D. António de Noronha, 1.º conde

	<p>Diogo da Silveira (1454-1464)</p> <p>*Fernão da Silveira (1457-1460)</p> <p>*João Rodrigues Mealheiro (1464-1477)</p> <p>*Gonçalo Vasques de Castelo Branco (1459)</p> <p>D. João Galvão, bispo de Coimbra (1464-1477)</p> <p>Nuno Martins da Silveira (1464/1477-1481)</p>		de Linhares (1518-1521)
Secretário	<p>Rui Galvão (1438-1460)</p> <p>Lopo Afonso (1440-1444)</p> <p>Cónego Lourenço Abril (...1443-1452...)</p> <p>Duarte Galvão (1445-1475)</p> <p>Nuno Fernandes Tinoco (...1455...)</p> <p>Pero Gonçalves (†1464)</p> <p>Álvaro Lopes [de Chaves] (1475-1481...)</p>	Álvaro Lopes [de Chaves] (1482...)	António Carneiro (... 1500-1521)
Armeiro mor		Agostinho Caldeira	D. Álvaro da Costa
Condestável	D. João, 1.º marquês de Montemor-o-Novo (1473-1478)	D. Diogo, 4.º duque de Viseu D. Manuel, 4.º duque de Beja	D. Afonso (...†1504)
Marechal	D. Vasco Fernandes Coutinho, 1.º conde de Marialva (...1438-1450)	D. Fernando Coutinho, (1483...)	D Fernando Coutinho (...1510) D. Álvaro Coutinho (1510-1521)

	D. Fernando Coutinho, <i>o Velho</i> , 2.º conde de Marialva (...1464) D. João Coutinho, 3.º conde de Marialva (1465-1471)		
Alferes-mor	D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Vila Real (1434-1437) D. Duarte de Meneses, 2.º conde de Vila Real (1444-1464) D. Henrique de Meneses, 1.º conde de Valença e 1.º conde de Loulé (1464-1480) Afonso Teles de Meneses	Afonso Teles de Meneses (...1488)	D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede (1521)
Almirante	D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Vila Real (1434-1437) Rui de Melo (...1448) Lançarote Pessanha (1450-1454) D. Nuno Vasques de Castelo Branco (1467-1475)	Pedro de Albuquerque (1484) Lopo Vaz de Azevedo, <i>o Monge</i>	Lopo Vaz de Azevedo, <i>o Monge</i> (1496-1501) António de Azevedo (1501-1521)
Coudel mor	Nuno Martins da Silveira (...1450...) Diogo da Silveira Fernão da Silveira (1454-1490)	Fernão da Silveira (1482...) Francisco da Silveira (1493...)	Francisco da Silveira (1496-1521)

Fonte: Saúl António Gomes, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, prefácio, compilação e notas de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993; D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica de todos os Estados soberanos da Europa*, tomo I, Lisboa Ocidental, Oficina de José Antonio da Silva, 1734; *Chancelarias de D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I*.

## ANEXO II

### QUADROS GENEALÓGICOS DOS CARGOS MAIORES DA CASA REAL DE D. MANUEL I<sup>2676</sup>

---

<sup>2676</sup> Fonte: Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, edição diplomática do original manuscrito existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, tomo XXI, Braga, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, 1938-1942; Alão de Morais, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, 12 vols., Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948; *Livro de Linhagens do século XVI*, introdução pelo académico correspondente António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956; Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, edição crítica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014; GENEALL [em linha], <http://www.geneall.net>.



**MORDOMO-MOR**  
**ALFERES-MOR**

D. João de Menezes, **1.º conde de Tarouca** ∞ Joana Teles da Silva

Filhos	<p>D. Duarte de Menezes, <b>governador da Índia</b> ∞ Filipa da Câmara</p> <p>D. Henrique de Menezes, <b>capitão de Tânger</b> ∞ Brites de Vilhena</p> <p>D. Luis de Menezes, o <i>Trigo</i> ∞ D. Leonor Pereira</p> <p>D. Maria de Menezes ∞ D. Lopo de Almeida, <b>3.º conde de Abrantes</b></p> <p>D. Isabel de Menezes ∞ D. Manuel Pereira, <b>3.º conde da Feira</b></p> <p>Leonor de Vilhena ∞ João Gonçalves da Câmara, <b>4.º capitão donatário do Funchal</b></p>	
Pais	D. Duarte de Menezes, <b>3.º conde de Viana do Alentejo, 2.º conde de Viana da Foz do Lima</b> ∞ D. Isabel de Castro	Fernão Teles de Menezes, <b>4.º senhor de Unhão</b> ∞ Maria de Vilhena
Irmãos	<p>Irmãos do casamento com Isabel de Melo:</p> <p>1. D. Maria de Menezes ∞ D. João de Castro, <b>2.º conde de Monsanto</b></p> <p>Irmãos:</p> <p>2. D. Henrique de Menezes, 4.º conde de Viana do Alentejo, <b>3.º conde de Viana da Foz, 1.º conde de Loulé</b> ∞ D. Guiomar de Bragança</p> <p>3. D. Garcia de Meneses, <b>bispo de Évora</b></p> <p>4. D. Fernando de Menezes, o <i>Narizes</i> ∞ D. Isabel de Castro</p> <p>5. D. Leonor de Meneses, <b>prioresa do Mosteiro de Jesus de Aveiro</b></p> <p>Irmãos com mãe desconhecida:</p> <p>6. D. Pedro de Meneses, o <i>Galo</i> ∞ Inês de Eça</p>	<p>1. Rui Teles de Menezes, <b>5.º senhor de Unhão</b> ∞ D. Guiomar de Noronha</p> <p>2. Aires Telles de Menezes, o <i>Lutador</i>, <b>franciscano</b></p> <p>3. Filipa de Vilhena ∞ D. Nuno Martins da Silveira, <b>coudel mor</b></p>

Sobrinhos	<p>2.1. D. Brites de Menezes, <b>2.<sup>a</sup> condessa de Loulé</b> ∞ D. Francisco Coutinho, <b>4.<sup>o</sup> conde de Marialva</b></p> <p>4.1. D. Duarte de Menezes ∞ Leonor da Silva ∞ D. Filipa de Castro</p> <p>4.2. D. Diogo de Menezes, <b>craveiro da Ordem de Cristo, alcaide-mor de Castelo Branco</b> ∞ Cecília de Menezes</p> <p>4.3. Garcia de Menezes ∞ Guiomar de Sousa</p> <p>4.4. D. Pedro de Menezes, <b>clérigo</b></p> <p>4.5. Joana de Menezes ∞ D. Pedro de Castro, <b>3.<sup>o</sup> conde de Monsanto</b></p> <p>6.1. D. Beatriz de Menezes ∞ Manuel de Noronha</p> <p>6.2. D. Maria de Menezes ∞ Francisco de Anaia, <b>governador de Sofala</b></p>		<p>1.1. Fernão Teles de Menezes</p> <p>1.2. Aires Teles de Menezes ∞ D. Inês de Noronha</p> <p>1.3. Manuel Teles de Menezes, <b>6.<sup>o</sup> senhor de Unhão</b> ∞ D. Margarida de Vilhena</p> <p>1.4. Brás Teles de Menezes, <b>alcaide-mor de Moura</b> ∞ Catarina de Brito</p> <p>1.5. André Teles de Menezes, <b>alcaide-mor da Covilhã</b> ∞ Branca Coutinho</p> <p>1.6. António Teles de Menezes, <b>governador do Brasil</b></p> <p>1.7. Brites de Vilhena ∞ D. Francisco de Portugal, <b>1.<sup>o</sup> conde de Vimioso</b></p> <p>1.8. Maria de Noronha ∞ Francisco da Silva, <b>4.<sup>o</sup> senhor da Chamusca e Ulme</b></p> <p>1.9. Teresa de Noronha ∞ Luis Portocarrero, <b>2.<sup>o</sup> conde de Palma del Río</b></p> <p>2.1. Gaspar Teles de Menezes ∞ Guiomar Coutinho</p> <p>2.2. Beatriz Aires Teles ∞ Diogo Homem</p> <p>3.1. D. Luis da Silveira, <b>1.<sup>o</sup> conde de Sortelha</b> ∞ D. Brites Coutinho</p> <p>3.2. D. Simão da Silveira, <b>capitão de Diu</b> ∞ Maria de Vilhena</p> <p>3.3. D. João da Silveira, <b>capelão mor da imperatriz D. Isabel</b></p> <p>3.4. D. António da Silveira, <b>capitão de Diu</b> ∞ Mécia de Eça ∞ Clara Fernandes</p> <p>3.5. D. Isabel da Silveira ∞ Nuno da Cunha, <b>governador da Índia</b></p> <p>3.6. D. Leonor de Vilhena ∞ D. Diogo Lobo da Silveira, <b>2.<sup>o</sup> barão de Alvito</b></p>	
Avós	D. Pedro de Menezes, <b>2.<sup>o</sup> conde de Viana do Alentejo, 1.<sup>o</sup> conde de Vila Real</b> ≠ Isabel Domingues, <i>a Pessegueira</i>	D. Fernando de Castro, <b>1.<sup>o</sup> senhor do Paul do Boquilobo</b> ∞ Isabel de Ataíde	Aires Gomes da Silva, <b>3.<sup>o</sup> senhor de Vagos</b> ∞ Leonor de Miranda ∞ D. Brites de Menezes, <b>aia da rainha D. Isabel</b>	Martim Afonso de Melo, <b>alcaide-mor de Olivença</b> ∞ Margarida de Vilhena
Tios	Tios do casamento com Margarida de Miranda: 1. D. Brites de Menezes, <b>2.<sup>a</sup> condessa de Vila Real</b> ∞ D. Fernando de Noronha, <b>2.<sup>o</sup> conde de Vila Real</b>	Tios: 1. D. Álvaro de Castro, <b>1.<sup>o</sup> conde de Monsanto</b> ∞ D. Isabel da Cunha, <b>senhora de Cascais e Lourinhã</b> ≠ N 2. D. Henrique de Castro, <b>prior do Crato</b>	Tios do casamento com Leonor de Miranda: 1. Leonor da Silva ∞ D. João de Menezes, <b>4.<sup>o</sup> senhor de Cantanhede</b> Tios:	1. D. Rodrigo Afonso de Melo, <b>1.<sup>o</sup> conde de Olivença</b> ∞ Isabel de Menezes 2. Manuel de Melo, <b>alcaide-mor de Olivença</b> ∞ Beatriz da Silva

	<p>2. D. Leonor de Menezes ∞ D. Fernando II, <b>3.º duque de Bragança</b></p> <p>Tios do casamento com Filipa Coutinho:</p> <p>3. D. Isabel Coutinho, <b>senhora de Mafra e Enxara de Cavaleiros</b> ∞ D. Fernando de Vasconcelos, <b>senhor do morgado de Soalhães</b> ∞ João Freire de Andrade, <b>senhor de Alcoutim</b></p> <p>Tios com mãe desconhecida:</p> <p>4. D. Inês de Menezes ∞ Gonçalo Nunes Barreto, <b>senhor do Morgado de Quarteira</b></p> <p>Tios:</p> <p>5. D. Aldonça de Menezes ∞ Rui Nogueira, <b>alcaide-mor de Lisboa</b> ∞ Luis de Azevedo, <b>vedor da fazenda de D. Afonso V</b></p> <p>6. D. Isabel de Menezes ∞ D. Rui Gomes da Silva, <b>1.º alcaide de Campo Maior e Ouguela</b></p> <p>7. D. Joana de Menezes ∞ Afonso de Bivar</p>	<p>3. D. Garcia de Castro, <b>senhor do Paul de Boquilobo</b> ∞ D. Beatriz da Silva ∞ Catarina de Gouveia</p> <p>4. D. Maria de Castro ∞ Álvaro de Sousa, <b>senhor de Miranda, mordomo-mor de D. Afonso V</b></p> <p>5. D. Catarina de Castro ∞ D. Álvaro Vaz de Almada, <b>1.º conde de Avranches</b> ∞ D. Martinho de Ataíde, <b>2.º conde de Atouguia</b></p> <p>Tios do casamento com Mécia de Sousa:</p> <p>6. D. Violante de Castro, <b>senhora de Mafra</b></p> <p>7. D. Margarida de Castro, <b>dama da infanta D. Isabel, duquesa da Borgonha</b> ∞ Jean de Neufchâtel, <b>senhor de Montagu e Fontenoy</b></p>	<p>2. João da Silva, <b>4.º senhor de Vagos</b> ∞ Branca Coutinho</p> <p>3. Isabel de Menezes ∞ D. Rodrigo Afonso de Melo, <b>1.º conde de Olivença</b></p> <p>4. Margarida da Silva, <b>abadessa de Santa Clara de Coimbra</b></p>	<p>3. D. João de Melo, <b>arcebispo de Braga</b></p> <p>4. Margarida de Vilhena ∞ Rui Dias Lobo, <b>4.º senhor de Alvito</b> ∞ João Rodrigues de Sá, <b>senhor de Sever</b></p> <p>5. Branca de Vilhena ∞ D. Rui de Sousa, <b>1.º senhor de Beringel e Sagres</b></p> <p>6. Leonor de Vilhena ∞ Martim Fernandes de Tovar, <b>senhor de Cevico</b></p>
Primos	<p>1.1. D. João de Noronha, <i>o Dentes</i>, <b>senhor de Sortelha</b> ∞ D. Joana de Castro, <b>senhora de Cascais e Monsanto</b></p> <p>1.2. D. Pedro de Menezes, <b>1.º marquês de Vila Real</b> ∞ D. Beatriz de Bragança</p>	<p>1.1. D. João de Castro, <b>2.º conde de Monsanto</b> ∞ D. Maria de Menezes</p> <p>1.2. D. Jorge de Castro</p> <p>1.3. D. Joana de Castro, <b>senhora de Cascais e Monsanto</b> ∞ D. João de Noronha, <i>o Dentes</i>, <b>senhor de Sortelha</b></p>	<p>1.1. D. Pedro de Menezes, <b>1.º conde de Cantanhede</b> ∞ D. Leonor de Castro ∞ D. Brites Soares de Melo ∞ D. Guiomar Coutinho</p> <p>1.2. D. João de Menezes, <b>alcaide-mor do Cartaxo</b> ∞ Isabel de Mendanha</p> <p>1.3. D. Afonso de Menezes</p> <p>1.4. D. Catarina da Silva ∞ D. Vasco Coutinho, <b>1.º conde de Redondo</b></p>	<p>1.1.D. Filipa de Melo ∞ D. Álvaro, <b>senhor de Tentúgal, Póvoa, Buarcos e Cadaval</b></p> <p>1.2. D. Margarida de Vilhena ∞ D. Pedro de Castro, <i>o Negligências</i></p> <p>1.3. D. Brianda da Cunha ≠ D. Leonel de Lima, <b>1.º visconde de Vila Nova de Cerveira</b></p>

<p>3.1. D. Afonso de Vasconcelos e Menezes, <b>1.º conde de Penela</b> ∞ D. Isabel da Silva</p> <p>3.2. Mem Rodrigues de Vasconcelos</p> <p>4.1. Gonçalo Nunes Barreto ∞ D. Isabel Pereira</p> <p>4.2. João Teles Barreto ∞ Catarina de Aragão</p> <p>4.3. Fernão Pereira Barreto ∞ Brites Gonçalves</p> <p>4.4. Diogo Gonçalves Barreto</p> <p>4.5. Guiomar de Menezes</p> <p>5.1. Catarina de Menezes ∞ João Rodrigues de Sá, <b>senhor de Sever</b></p> <p>6.1. D. Pedro Gomes da Silva, <b>2.º alcaide de Campo Maior e Ouguela</b> ∞ Maria de Sousa</p> <p>6.2. D. Fernão Gomes da Silva, <b>alcaide-mor de Alter do Chão</b> ∞ Maior de Abreu</p> <p>6.3. D. Diogo da Silva, <b>1.º conde de Portalegre</b> ∞ Maria de Ayala</p> <p>6.4. D. Afonso Teles de Menezes, <b>3.º alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela</b> ∞ Joana de Azevedo</p> <p>6.5. D. João de Menezes da Silva (frei Amadeu)</p> <p>6.6. D. Branca da Silva ∞ João Pereira do Lago ∞ João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, <b>3.º senhor de Figueiró e Pedrogão</b></p>	<p>1.4. D. Leonor de Castro ∞ D. Pedro de Menezes, <b>1.º conde de Cantanhede</b></p> <p>1.5. D. Rodrigo de Castro, <i>o de Monsanto</i>, <b>senhor de Valhelhas e Almendra</b> ∞ D. Maria Coutinho ≠ N</p> <p>1.6. D. Guiomar de Castro ∞ Pedro Manrique de Lara, <b>1.º duque de Nájera, conde de Trevino</b></p> <p>1.7. D. Margarida de Castro, a <i>Condessinha</i>, <b>abadessa em Santa Clara de Coimbra</b></p> <p>3.1. D. Rodrigo de Castro</p> <p>3.2. D. Fernando de Castro</p> <p>3.3. D. Álvaro de Castro, <b>senhor do Paul de Boquilobo</b> ∞ D. Leonor de Noronha</p> <p>3.4. D. Jorge de Castro ∞ Brites Pereira</p> <p>3.5. D. Guiomar de Castro ∞ Aires Gomes da Silva, <b>5.º senhor de Vagos, camareiro-mor de D. João II</b></p> <p>3.6. D. Filipa de Castro ∞ D. Gomes Soares de Melo, <b>alcaide-mor de Torres Vedras</b></p> <p>3.7. D. António de Castro</p> <p>3.8. D. Francisco de Castro ∞ Joana da Costa</p> <p>3.9. D. Pedro de Castro</p>	<p>1.5. D. Brites de Menezes ∞ Henrique de Sá, <b>alcaide-mor do Porto</b></p> <p>1.6. D. Rodrigo de Menezes, <b>comendador de Grândola</b> ∞ Leonor Pereira Mascarenhas ∞ D. Isabel de Sousa ∞ Isabel de Macedo ≠ N</p> <p>2.1. Aires Gomes da Silva, <b>5.º senhor de Vagos, camareiro-mor de D. João II</b> ∞ D. Guiomar de Castro</p> <p>2.2. D. Fernando Coutinho, <b>bispo de Lamego e do Algarve</b></p> <p>2.3. Gonçalo da Silva, <b>alcaide-mor de Abiul</b> ∞ Joana da Silva</p> <p>2.4. Beatriz da Silva ∞ Manuel de Melo, <b>alcaide-mor de Olivença</b></p> <p>2.5. Maria da Silva ∞ Diogo Lopes de Sousa</p> <p>2.6. Isabel da Silva ∞ Fernão Mascarenhas, <b>comendador de Aljustrel</b></p> <p>2.7. Leonor da Silva ∞ Cristóvão de Melo, <b>alcaide-mor de Évora</b> ∞ D. Henrique Henriques, <b>3.º senhor das Alcáçovas</b></p> <p>3.1. D. Filipa de Melo ∞ D. Álvaro de Portugal, <b>senhor de Tentúgal, Póvoa, Buarcos e Cadaval</b></p> <p>3.2. D. Margarida de Vilhena ∞ D. Pedro de Castro, <i>o Negligências</i>, <b>vedor da fazenda de D. João II</b></p>	<p>2.1. Rui de Melo, <b>alcaide-mor de Elvas</b> ∞ Inês (ou Guiomar) de Noronha ∞ Catarina de Menezes ∞ Guiomar de Melo</p> <p>2.2. João de Melo ∞ Leonor Fogaça</p> <p>2.3. Francisco de Melo</p> <p>2.4. Branca de Vilhena ∞ Rui Barreto</p> <p>2.5. Catarina da Silva ∞ Rui Gomes de Abreu, <b>alcaide-mor de Elvas</b></p> <p>2.6. Maria Manoel ∞ André de Sousa</p> <p>4.1. D. Pedro de Sousa, <b>1.º conde do Prado</b> ∞ Mécia Henriques ∞ Margarida de Brito ∞ Joana de Melo</p> <p>4.2. D. Manuel de Sousa, <b>arcebispo de Braga</b></p> <p>4.3. D. António de Sousa</p> <p>4.4. D. Maria de Vilhena ∞ D. Fernando de Castro</p> <p>4.5. D. Beatriz de Vilhena ∞ Pedro da Cunha Coutinho, <b>senhor de Basto e Montelongo</b></p> <p>4.6. D. Margarida de Vilhena</p> <p>5.1. Sancho de Tovar, <b>senhor de Cevico</b> ∞ Guiomar de Silva</p> <p>5.2. Margarida de Tovar ∞ Íñigo López Carrillo, <b>senhor de Meil</b></p>
---	---	---	--

	<p>6.7. D. Guiomar de Menezes ∞ Álvaro de Sousa, <b>mordomo-mor de D. Afonso V</b></p> <p>6.8. Beatriz da Silva, <b>freira em Toledo</b></p> <p>6.9. D. Maria de Menezes ∞ Gil de Magalhães, <b>2.º senhor de Ponte da Barca</b></p> <p>6.10. D. Leonor de Meneses</p> <p>6.11. D. Catarina de Meneses</p> <p>6.12. Mécia de Meneses ∞ Afonso Lopes de Viveiros</p> <p>7.1. Francisco de Bivar ∞ Luisa de Mendonça</p> <p>7.2. Pedro de Bivar ∞ N</p>	<p>3.10. D. Isabel de Castro ∞ Miguel Corte-Real, <b>porteiro-mor de D. Manuel I</b></p> <p>3.11. D. Joana de Castro, <b>abadessa perpétua de Odivelas</b></p> <p>3.12. D. Maria ou Madalena de Castro, <b>prioresa de Santa Ana de Leiria</b></p> <p>3.13. D. Bernarda de Castro ∞ Nicolau Juzarte</p> <p>4.1. Diogo Lopes de Sousa, <b>mordomo-mor de D. Afonso V</b> ∞ D. Isabel de Noronha ∞ Maria da Silva</p> <p>4.2. Lopo de Sousa, <b>comendador de Santa Maria da Alcáçova</b></p> <p>4.3. Francisco de Sousa</p> <p>4.4. Guiomar de Castro ∞ D. Pedro de Melo ∞ Gonçalo Vaz de Castelo-Branco</p> <p>5.1. D. Fernando de Almada, <b>2.º conde de Avranches</b> ∞ D. Constança de Noronha, <b>5.ª senhora de Lagares d' El-Rei</b></p> <p>7.1. Jacques de Montaigu, <b>senhor de Sorans-les-Cordiers et de Loulans</b> ∞ <b>Etiennette de Maissey</b></p> <p>7.2. Jean de Neufchatel ∞ Agnes de Hodelaincourt</p> <p>7.3. Isabeau de Neufchâtel ∞ Louis de Vienne, <b>senhor de Ruffey</b></p> <p>7.4. Isabelle de Neufchâtel ∞ Philibert Philippe de La Palud, <b>conde de La Roche-en-Montagne</b></p>		
--	---	---	--	--

		<p>7.5. Jeanne de Neufchâtel ∞ Wilhelm I von Rappoltstein, <b>senhor de Ribeaupierre</b></p> <p>7.6. Marguerite de Neufchâtel</p> <p>7.7. Ferdinand de Neufchatel, <b>senhor de Montaigu</b> ∞ Magdalene von Vinstingen-Schwanhals ∞ Claude de Vergy ∞ Etienne de la Baume</p> <p>7.8. Avoye de Neufchâtel ∞ Helyon II de Grandson, <b>senhor de Puits</b></p> <p>7.9. Jean III de Neufchatel, <b>senhor de Saint-Aubin, de Reynel, de Morancourt et de Mathons</b> ∞ Catherine de Rougemont</p> <p>7.10. Charles de Neufchatel, <b>arceveque de Besançon</b></p>		
--	--	---	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Meneses: tomo XVIII, pp. 199-221; Noronha: tomo XXI, p. 141; Vasconcelos: tomo XXVIII, p. 69; Barretos: tomo VI, p. 51; Silvas: tomo XXVII, pp. 10-18; Castros: tomo XI, pp. 44-60; Sousas: tomo terceiro de costados, p. 40; Almada: tomo II, p. 36; Silveiras: tomo XXVI, pp. 178-180; Melos: tomo XVIII, pp. 132-133.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Meneses: tomo II, vol. II, pp. 338-378; Vasconcelos: tomo V, vol. II, p. 124; Silvas: tomo II, vol. II, pp. 173-205; Castros: tomo II, vol. II, pp. 110-117; Almada: tomo III, vol. II, p. 12; Silveiras: tomo I, vol. II, pp. 12-13; Melos: tomo I, vol. I, pp. 490-491.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Meneses: pp. 290-310; Noronha: pp. 72-73; Barretos: p. 177; Silvas: pp. 323-338; Castro: pp. 263-273; Sousas: p. 372; Silveiras: pp. 98-99; Melos: pp. 470-475.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Meneses: pp. 103-115; Noronha: p. 226; Silvas: pp. 124-131; Castro: pp. 93-96; Almadãs: p. 348; Silveiras, pp. 301-302; Melos: pp. 161-162.

*Jean de Neufchâtel*: <https://geneall.net/pt/nome/618271/jean-de-neufchatel-senhor-de-montaigu-e-de-fontenoy-le-chateau/> [consultado em 10/09/2021].

## APOSENTADOR-MOR

Manuel da Silva, **alcaide-mor de Soure** ∞ Inês da Cunha

Filhos	<p>João da Silva, <b>alcaide-mor de Soure</b> ∞ Maria de Albuquerque</p> <p>Maria da Silva ∞ Diogo Soares de Melo, <b>9.º senhor de Melo</b></p> <p>Joana da Silva ∞ Manuel Machado de Azevedo, <b>3.º senhor de Entre Homem e Cávado</b></p> <p>Francisca da Silva</p>	
Pais	Gonçalo Gomes da Silva, <b>alcaide-mor de Soure</b> ∞ Maria de Góis	Artur da Cunha, <b>5.º senhor de Pombeiro</b> ∞ Leonor de Sousa
Irmãos	<p>Irmãos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Álvaro da Silva</li> <li>2. Pedro Goes da Silva ∞ Iria Côrte-Real</li> <li>3. Lizuarte da Silva ∞ Filipa de Lordelo</li> <li>4. Diogo Gomes da Silva</li> <li>4. Maria da Silva, <b>abadessa de Santa Clara de Beja</b></li> <li>5. Leonor da Silva, <b>abadessa de São João de Estremoz</b></li> <li>6. N da Silva, <b>freira em Semide</b></li> </ol> <p>Irmãos com N:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>7. Jorge da Silva ≠ N</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. João Álvares da Cunha, <b>6.º senhor de Pombeiro</b> ∞ Catarina de Sequeira</li> <li>2. Simão da Cunha</li> </ol>
Sobrinhos	<ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. António da Silva ∞ Maria de Póvoas ∞ Leonor de Vilalobos Queimado</li> <li>3.2. Leonor da Silva ∞ Rafael Lobo Teixeira</li> <li>3.3. Francisca da Silva, <b>freira</b></li> <li>3.4. Beatriz da Silva, <b>freira</b></li> <li>7.1. Inês Gomes da Silva ∞ João Vaz Camões</li> <li>7.2. Brites da Silva</li> <li>7.3. Catarina da Silva</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Mateus da Cunha, <b>7.º senhor de Pombeiro</b> ∞ D. Leonor de Menezes</li> <li>1.2. D. Simão da Cunha, <b>protonotário</b></li> <li>1.3. Tomásia da Cunha ∞ D. Garcia de Almeida</li> <li>1.4. Artur da Cunha</li> </ol>

Avós	Diogo Gomes da Silva, <b>1.º senhor da Chamusca</b> ∞ Isabel Vasques de Sousa	Pedro de Góis, <b>comendador de Vera Cruz</b>	João Álvares da Cunha, <b>4.º senhor de Pombeiro</b> ∞ Mécia de Lemos	Gonçalo Anes de Sousa, <b>comendador da Vila de Dornes</b> ∞ N
Tios	1. Rui Gomes da Silva, <b>2.º senhor da Chamusca</b> ∞ Branca de Almeida ∞ D. Beatriz de Castro ∞ Filipa de Andrade 2. João Gomes da Silva, <b>craveiro da Ordem de Cristo</b> 3. Diogo da Silva, <b>claveiro da Ordem de Cristo</b> ∞ Filipa de Sousa 4. Gaspar Gomes da Silva, <b>capitão de Chaul</b> 5. Violante de Sousa ∞ Afonso de Miranda, <b>senhor da Patameira</b>		1. Inês da Cunha ∞ Pedro de Ataíde 2. Isabel da Cunha	1. Fernão de Sousa, <b>comendador-mor da Ordem de Cristo</b> 2. Duarte de Sousa, <b>comendador de Mogadouro</b> ≠ N 3. Pedro de Sousa, <b>comendador de Idanha-a-Nova</b> ≠ Isabel Eiras ≠ N 4. Nuno de Sousa, <b>vedor da casa da rainha D. Leonor</b> ∞ Mécia de Albuquerque 5. Henrique de Sousa ∞ Isabel Ferreira 6. Cristóvão de Sousa ∞ Isabel Dias 7. Simão de Sousa ∞ N
Primos	1.1. João Gomes da Silva, <b>3.º senhor da Chamusca e Ulme</b> ∞ Briolanja Soares ∞ D. Inês de Portugal ∞ D. Joana Henriques 1.2. Isabel de Sousa 1.3. Leonor da Silva ∞ Diogo Gil Moniz, <b>vedor do infante D. Fernando</b> 1.4. Filipa da Silva ∞ Nuno de Melo, <b>2.º senhor de Povolide</b> 1.5. Fernão da Silva, <b>comendador de Alpalhão</b> 1.6. Gonçalo da Silva ∞ Brites Perdigão 1.7. Rui de Sousa da Silva ∞ D. Leonor de Noronha			1.1. Aldonça de Sousa ∞ D. António de Sousa, <b>senhor de Sousel</b> 2.1. Rui de Sousa, <b>alcaide-mor de Sofala</b> 2.1. Gonçalo de Sousa 2.3. Manuel de Sousa 2.4. Catarina de Sousa ∞ Álvaro Fernandes 2.5. Iria Pires de Sousa ∞ Lopo Martim Canas Cotrim 3.1. Simão de Sousa ∞ Inês da Fonseca 3.2. Jorge de Sousa, <b>comendador de Merles</b> ∞ Simoa Rebelo 3.3. Maria Henriques ∞ Pedro Botelho, <b>capitão de S. Tomé</b>



				<p>3.4. Lourença Henriques ∞ Rodrigo de Vasconcelos, <b>comendador de Abrantes</b></p> <p>4.1. Tristão de Sousa, <b>trinchante do infante D. Luís</b> ∞ Isabel Henriques</p> <p>4.2. Pedro de Sousa</p> <p>4.3. Francisco de Sousa</p> <p>4.4. Maria de Sousa ∞ Jorge Furtado de Mendoça</p> <p>5.1. Bartolomeu de Sousa ∞ Antónia Brandão</p> <p>5.2. Miguel de Sousa, <b>clérigo</b></p> <p>5.3. Nicolau de Sousa, <b>clérigo</b></p> <p>5.4. Manuel de Sousa ∞ Inês Ornelas da Câmara</p> <p>6.1. Jerónimo de Sousa ∞ Brites Fernandes</p> <p>7.1. Francisco Fernandes de Sousa</p>
--	--	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Silvas: tomo XXVII, pp. 10-41; Cunhas: tomo IX, p. 161; Sousas: tomo terceiro de costados, pp. 177-185.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Silvas: tomo II, vol. II, pp. 173-242; Cunhas: tomo III, vol. I, p. 489.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Silvas: pp. 341-345; Cunhas: pp. 426-427; Sousas: pp. 355-357.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Silvas: pp. 119-133; Cunhas: p. 151.

## REPOSTEIRO-MOR

Febo Moniz ∞ Maria da Cunha

Filhos	Jerónimo Moniz ∞ Violante da Silva António Gil Moniz Aires Moniz Filhos com N: Jerónimo Moniz, <b>clérigo</b>	
Pais	Vasco Gil Moniz ∞ Eleonor de Lusignan	Gonçalo Correia, <b>senhor da Honra de Farelães, alferes-mor de D. Duarte</b> ∞ Margarida de Prado
Irmãos		1. Diogo Correia, <b>senhor da Honra de Farelães</b> ∞ Isabel Pereira de Lacerda 2. Francisco da Cunha ∞ Brites da Silva 3. Garcia da Cunha, <b>senhor de Vila Meão</b> ≠ Beatriz Gonçalves 4. Isabel da Cunha ∞ Álvaro Teles Barreto, <b>capitão de Chaul</b> 5. Leonor Correia ∞ Martim de Távora 6. Pedro Correia, <b>capitão da Ilha Graciosa</b> ∞ Inês Perestrelo de Mendonça 7. João Correia ∞ Isabel Dias 8. Francisca da Cunha ∞ Estevão de Melo
Sobrinhos		1.1. Belchior Correia, <b>senhor da Honra de Farelães</b> ∞ Isabel de Pina 1.2. António Correia Pereira, <b>senhor da Honra de Farelães</b> ∞ Violante de Azevedo 1.3. Gonçalo Correia da Cunha 1.4. Fernão de Sousa 1.5. Nuno Álvares Pereira 1.6. Paulo da Cunha 1.7. Álvaro da Cunha, <b>clérigo</b> 1.8. Margarida da Cunha ∞ D. Fernando de Noronha

			<p>1.9. Maria, <b>freira em Vila do Conde</b></p> <p>1.10. Francisca ou Helena, <b>freira em Estremoz</b></p> <p>1.11. Francisco Correia</p> <p>1.12. Nicolau da Cunha</p> <p>3.1. Helena da Cunha ♂ Paulo da Fonseca Coutinho</p> <p>4.1. Diogo Álvares Barreto</p> <p>4.2. João Teles Barreto</p> <p>4.3. Cristóvão Teles</p> <p>4.4. Francisca Teles Barreto ♂ Cristóvão de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa</b></p> <p>6.1. Jorge Correia da Cunha ♂ Leonor de Melo</p> <p>6.2. Filipa da Cunha ♂ Simão da Cunha ♂ João Rodrigues Furtado</p> <p>6.3. Maria Correia da Cunha</p> <p>6.4. Briolanja da Cunha ♂ Diogo Vaz Sodré</p> <p>6.5. Catarina Correia de Lacerda ♂ D. Heitor Mendes de Vasconcelos</p>	
Avós	Gil Aires Moniz, <b>escrivão de puridade do condestável</b> D. Nuno Álvares Pereira ♂ Leonor Rodrigues	Febus de Lusignan, <b>senhor de Saida</b> ♂ Isabelle de Floury	Gonçalo Correia, <b>senhor da Honra de Farelães</b> ♂ Branca de Pinho Botelho	João Afonso de Prado ♂ Brites Pimenta
Tios	<p>1. Diogo Gil Moniz, <b>vedor do infante</b> D. Fernando ♂ Leonor da Silva</p> <p>2. Rui Gil Moniz (ou Magro), <b>tesoureiro da moeda da cidade de Lisboa</b> ♂ D. Filipa de Almada</p> <p>3. Leonor Moniz ♂ Fernão de Sousa, o <i>Labruja</i></p>	<p>1. Hugues de Lusignan ♂ N Barbin ♂ Isabelle Placoton</p> <p>2. Jacqueline de Lusignan</p>	<p>1. Martim Correia, <b>1.º senhor da Torre da Murta</b> ♂ Leonor da Silva</p> <p>2. João Correia ♂ Helena Perestrelo</p> <p>3. Branca Correia, <b>freira em Arouca</b></p> <p>4. Maria Correia ♂ Afonso Pereira de Refoios</p> <p>Tios do casamento com Isabel Pereira de Lacerda:</p> <p>5. Francisco Correia</p> <p>6. João Correia de Lacerda ♂ Isabel Dias de Castelo-Branco</p> <p>7. Paio Correia, <b>balio de Leça</b> ≠ N</p>	<p>1. Cristóvão de Prado ♂ Maria de Prado</p> <p>2. João Pimenta do Prado, <b>senhor de Louredo</b> ♂ Isabel Pinheiro</p> <p>3. Gil de Prado ♂ Brites de Olivença da Gama</p>

			8. Branca Correia ∞ Paio Correia 9. Diogo Correia de Lacerda 10. Belchior Correia de Lacerda 11. Isabel Pereira de Lacerda ∞ Gonçalo Mendes Cerveira 12. Garcia da Cunha	
Primos	1.1. Pedro Moniz da Silva, <b>reposteiro-mor de D. Manuel I</b> ∞ Brites Botelho 1.2. Francisca da Silva ∞ D. Sancho de Noronha, <b>3.º conde de</b> <b>Odemira</b> 2.1. Garcia Moniz, <b>comendador</b> <b>de Nossa Senhora da Conceição</b> <b>de Lisboa</b> ∞ Beatriz Pereira 2.2. Francisco de Almada, <b>comendador de Esgueira</b> 2.3. Nicolau Moniz, <b>clérigo</b> 2.4. D. Leonor Moniz ∞ Jorge de Sousa 3.1. Fernão Alves de Sousa ∞ Brites de Sousa 3.2. Filipa de Sousa ∞ Simão de Faria 3.3. Maria de Sousa ∞ Francisco Palha, <b>alcaide-mor de Fronteira</b>	1.1. Isabelle de Lusignan ∞ N de Zimblet, <b>barão de Macraique</b> 1.2. Lucrèce de Lusignan ∞ Olivier de Flatres 1.3. Nicolas de Lusignan, <b>evêque de</b> <b>Famagouste</b>	1.1. Henrique Correia da Silva, <b>2.º</b> <b>senhor da Torre da Murta</b> ∞ Joana de Sousa 1.2. Isabel Correia ∞ Martim Vaz Mascarenhas 6.1. João Correia, <b>comendador de</b> <b>Parames</b> 6.2. Aires Correia, <b>comendador de</b> <b>Távora</b> 6.3. Isabel Correia ∞ Fernão Rodrigues Alardo, <b>alcaide-mor de</b> <b>Leiria e Óbidos</b> 6.4. João Correia ∞ Maria do Rego 7.1. Paio Correia 7.2. Paio Correia ∞ Filipa Carneiro de Barros 7.3. Guiomar Correia ∞ D. Sancho de Noronha 7.4. Violante Correia ∞ João Martins Ferreira 7.5. Maria Correia ∞ Gonçalo Pereira de Miranda 7.6. Francisca de Barros ∞ João Afonso Perestrelo 7.7. João Correia	1.1. Antónia de Prado Moutinho ∞ Gregório Dias Garcês 2.1. Afonso Pinheiro ∞ Constança Figueira 2.2. Gil do Prado Pinheiro ∞ Leonor Ferraz 2.3. Isabel Pinheiro 2.4. Estevão Pinheiro de Carvalho ∞ Ana Ferreira 2.5. Luis de Carvalho ∞ Brites de Almeida 2.6. Diogo Pinheiro 2.7. Jerónimo de Carvalho ∞ N 3.1. Ana da Costa da Gama ∞ Diogo (ou Domingos) Álvares

			8.1. Fernando Correia de Lacerda ∞ Vicência ou Violante Pereira Pimentel	
--	--	--	---	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Monizes: tomo XXI, pp. 22-23; Correias, tomo XII, pp. 19-78; Prados: tomo XXIV, pp. 181-182.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Monizes: tomo I, vol. II, pp. 719-723; Correia: tomo IV, vol. II, pp. 398-404; Prados: tomo IV, vol. I, pp. 485-486.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Monizes: pp. 147-149.

*Febus de Lusignan*: <https://geneall.net/pt/nome/51676/febus-de-lusignan-senhor-de-saida/> [consultado em 12/09/2021].

## PORTEIRO-MOR

Jorge de Melo ∞ Madalena de Mendonça

Filhos	Manuel de Melo, <b>monteiro-mor do reino</b> ∞ Guiomar Henriques João de Melo António de Melo Joana de Melo ∞ Manuel da Câmara Isabel Mendonça ∞ D. João Telo de Menezes, <b>senhor de Aveiras</b> Maria de Mendonça ∞ Manuel de Melo Coutinho Francisco de Melo, o <i>Acanaveado</i> ∞ Madalena de Mendonça Garcia de Melo	
Pais	Garcia de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa</b> ∞ Filipa da Silva	Diogo de Mendonça, <b>alcaide-mor de Mourão</b> ∞ Brites Soares de Albergaria
Irmãos	1. Henrique de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa, comendador de Longroiva da Ordem de Cristo</b> ∞ Maria de Menezes 2. D. Jorge de Melo, <b>bispo da Guarda, esmoler-mor</b> ≠ Helena (ou Ana) de Mesquita 3. Rui de Melo ∞ Maria de Menezes 4. Diogo de Melo da Silva ∞ Catarina de Castro 5. Isabel Pereira ∞ D. Henrique da Silveira 6. Joana Pereira ∞ Vasco Anes Corte-Real, <b>alcaide-mor de Tavira, vedor da casa de D. Manuel I</b> Irmãos do casamento com Joana de Sousa 7. Francisco de Melo 8. Maria de Castro, <b>freira</b>	1. Pedro de Mendonça, <b>alcaide-mor de Mourão</b> ∞ D. Teresa de Lima 2. António de Mendonça, o <i>Martelo</i> ∞ Brites de Abreu 3. Cristóvão de Mendonça, <b>capitão de Ormuz</b> ∞ Maria de Vilhena 4. Isabel de Mendonça ∞ Juan Manuel de Villena, <b>3.º senhor de Cheles</b> 5. Joana de Mendonça ∞ D. Jaime, <b>4.º duque de Bragança</b> 6. Francisco de Mendonça ∞ D. Leonor de Almeida Irmãos do casamento com Afonso de Sequeira 7. Baltazar de Sequeira ∞ Filipa de Lima ∞ Leonor de Castro
Sobrinhos	1.1. Cristóvão de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa</b> ∞ Francisca Teles Barreto ∞ Maria de Eça 1.2. Rui de Melo ∞ Inês de Melo	1.1. Diogo de Mendonça de Lima, <b>alcaide-mor de Mourão</b> ∞ D. Maior Manoel 1.2. Tristão de Mendonça ∞ Maria de Albuquerque

<p>1.3. Filipa de Melo ∞ João Pereira ∞ Diogo Soares de Melo, <b>9.º senhor de Melo</b></p> <p>2.1. D. António de Melo ∞ Joana de Menezes</p> <p>2.2. D. Bernardo de Melo ∞ Guiomar de Melo</p> <p>2.3. D. Francisca de Melo ∞ António de Moura</p> <p>2.4. D. Joana de Melo, <b>abadessa perpétua do convento de S. Bernardo de Portalegre</b></p> <p>3.1. Jorge de Melo, <b>comendador de Longroiva</b> ∞ Isabel de Mendonça</p> <p>3.2. Luis de Melo, <b>clérigo</b></p> <p>3.3. Garcia de Melo</p> <p>3.4. Joana de Menezes ∞ D. António de Melo</p> <p>4.1. Garcia de Melo ∞ Filipa Soares de Bulhão</p> <p>4.2. Cristóvão de Melo ∞ Catarina de Barros</p> <p>4.3. Lourenço de Melo, <b>frade dominicano</b></p> <p>4.4. Joana da Silva ∞ Ambrósio Correia da Silva, <b>3.º senhor da Torre da Murta</b></p> <p>5.1. D. António da Silveira ∞ Brites de Mendonça</p> <p>5.2. D. Manuel da Silveira</p> <p>5.3. D. Brites de Melo ∞ António de Saldanha, <b>comendador de Casével</b></p> <p>5.4. D. Filipa da Silveira ∞ D. Francisco de Lima, <b>3.º visconde de Vila Nova de Cerveira</b></p> <p>6.1. Cristóvão Côrte-Real</p> <p>6.2. Manuel Corte-Real, <b>capitão da Ilha Terceira</b> ∞ Beatriz de Mendoza</p> <p>6.3. Miguel Côrte-Real, <b>sacerdote</b></p> <p>6.4. Bernardo Côrte-Real, <b>alcaide-mor de Tavira</b> ∞ Maria de Menezes</p> <p>6.5. Jerónimo Côrte-Real, <b>alcaide-mor de Tavira</b> ∞ Luisa da Silva</p> <p>6.6. Maria da Silva ∞ D. Pedro de Eça</p> <p>6.7. Filipa da Silva</p>	<p>1.3. Álvaro de Mendonça ∞ Maria de Brito Rebelo</p> <p>1.4. Francisco de Mendonça</p> <p>1.5. Helena de Mendonça ∞ Francisco Manuel de Villena, <b>4.º senhor de Cheles</b></p> <p>1.6. Jerónima de Mendonça,</p> <p>1.7. Filipa de Mendonça</p> <p>2.1. D. Maria de Mendonça ∞ D. Vasco Mascarenhas</p> <p>4.1. Francisco Manuel de Villena, <b>4.º senhor de Cheles</b> ∞ Helena de Mendonça</p> <p>4.2. D. Maior Manoel ∞ Diogo de Mendonça de Lima, <b>alcaide-mor de Mourão</b></p> <p>4.3. Maria Manuel de Villena ∞ Cristóbal Osorio Portocarrero, <b>senhor de Montijo</b></p> <p>4.4. D. Leonor Manoel de Vilhena ∞ D. Francisco de Noronha</p> <p>4.5. D. Cristóvão Manoel de Vilhena, <b>alcaide-mor de Moreira e de Fontes</b> ∞ Francisca de Castro</p> <p>5.1. D. Joana de Bragança ∞ Bernardino de Cardenas, <b>3.º marquês de Elche</b></p> <p>5.2. D. Jaime de Bragança, <b>clérigo</b></p> <p>5.3. D. Constantino de Bragança, <b>7.º vice-rei da Índia</b> ∞ D. Maria de Melo</p> <p>5.4. D. Fulgêncio de Bragança, <b>11.º Dom Prior da Colegiada de Guimarães</b></p> <p>5.5. D. Teotónio de Bragança, <b>arcebispo de Évora</b></p> <p>5.6. D. Eugénia de Bragança ∞ D. Francisco de Melo, <b>2.º marquês de Ferreira</b></p> <p>5.7. D. Maria de Bragança, <b>freira no Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa</b></p> <p>5.8. D. Vicência de Bragança, <b>freira no Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa</b></p> <p>6.1. Brites de Mendonça ∞ D. Francisco de Sousa, <b>senhor dos morgados do Calhariz e Monfalom</b></p> <p>6.1. Maria da Silva ∞ D. Duarte da Costa, <b>2.º governador do Brasil</b></p> <p>7.1. Diogo Soares de Melo, <b>capitão-mor do rio de Pegu</b> ∞ Briolanja de Alvim</p>
---	---

			7.2. Maria de Ataíde 7.3. Manuel de Melo	
Avós	João de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa, copeiro-mor de D. Afonso V</b> ∞ Isabel da Silveira ∞ Mécia de Sousa	D. Henrique Pereira, <b>comendador da Ordem de Santiago</b> ∞ Isabel Pereira	Afonso Furtado de Mendonça, <b>anel dos besteiros do conto</b> ∞ Beatriz de Vilaragut ∞ Constança Nogueira ≠ N	Fernão Soares de Albergaria, <b>senhor do Prado</b> ≠ Maria Gonçalves Alcafachoa
Tios	1. Martim Afonso de Melo ∞ Leonor Barreto 2. Henrique de Melo ∞ Brites Pereira 3. Briolanja de Melo ∞ Diogo de Sampaio, <b>4.º senhor de Ansiães</b> 4. Leonor de Melo ∞ Nuno Barreto, <b>alcaide-mor de Faro</b> 5. Filipa da Silveira ∞ Pedro de Moura, <b>alcaide-mor de Marvão</b> 6. Branca de Melo ∞ Rui Dias Pereira de Lacerda, <b>alcaide-mor de Moura</b> 7. Catarina Melo 8. Isabel de Melo ∞ João Afonso de Aguiar, <b>provedor de Évora</b> Tios do casamento com Mécia de Sousa 9. Beatriz de Sousa ∞ D. Fernão da Silveira	1. D. Jaime Pereira ∞ Leonor 2. D. Fernão Pereira, o <i>Espelho</i> , <b>capitão-mor da Mina</b> ∞ Isabel de Menezes 3. D. João Pereira, <b>comendador do Pinheiro</b> ∞ Filipa de Miranda Henriques ∞ Leonor de Távora	1. Pedro de Mendonça 2. João de Mendonça, o <i>Cação</i> , <b>alcaide-mor de Chaves</b> ∞ Filipa de Melo 3. Maria de Mendonça ∞ João de Brito Nogueira, <b>senhor dos morgados de S. Vicente, em Lisboa, e de Santo Estevão, em Beja</b> Tios do casamento com Constança Nogueira 4. Nuno Furtado de Mendonça, <b>comendador de Veiros e de Torrão, aposentador-mor</b> de D. Afonso V ∞ Leonor da Silva 5. Duarte Furtado de Mendonça, <b>anel-mor dos besteiros do conto</b> ∞ Genebra de Melo 6. Violante Nogueira, <b>comendadeira de Santos</b> Tios com N 7. Maria Furtado de Mendonça ∞ Pedro Vaz Guedes, <b>4.º senhor de Murça</b>	1. Filipa Soares de Albergaria ∞ Diogo Mendes de Vasconcelos, <b>senhor do Morgado da Vidigueira</b> 2. Briolanja Soares ∞ João da Silva, <b>3.º senhor da Chamusca e Ulme</b> Tios do casamento com Isabel de Melo 3. Lopo Soares de Albergaria 4. Álvaro Soares de Albergaria 5. Isabel de Melo de Albergaria ∞ Antão Gomes de Abreu Tios com Catarina Sanches 6. Isabel Soares de Albergaria ∞ Álvaro de Carvalho, o <i>do Cântaro</i> , <b>senhor do Morgado de Carvalho</b>
Primos	1.1. Jorge de Melo, o <i>Lages</i> , <b>alcaide-mor de Redondo e de Pavia</b> ∞ Branca Coutinho	1.1. D. Henrique Pereira 1.2. D. Manuel Pereira ∞ N	2.1. António de Mendonça ∞ Brites da Costa ∞ Margarida Pacheco	5.1. Vasco Gomes de Abreu ≠ Joana de Eça 5.2. João Gomes de Abreu



<p>1.2. Garcia de Melo, <b>comendador de Castelo Branco</b></p> <p>1.3. Isabel de Menezes ∞ D. Fernão Pereira, o <i>Espelho</i></p> <p>2.1. Diogo de Melo, <b>mestre-sala da imperatriz D. Isabel</b> ∞ Lucrécia de Melo ∞ Joana Boto</p> <p>2.2. Duarte de Melo ∞ Isabel de Brito</p> <p>2.3. Maria (ou Helena) de Melo ∞ Garcia Lobo</p> <p>2.4. Genebra de Melo ∞ João de Melo, <b>comendador de Casével</b></p> <p>2.5. Briolanja de Melo, <b>trinchante da infanta D. Beatriz</b> ∞ João Mendes de Vasconcelos</p> <p>2.6. Guiomar de Melo, <b>camareira da imperatriz D. Isabel</b></p> <p>3.1. Rui Dias de Sampaio, <b>senhor de Anciães</b> ∞ Filipa Pinheiro</p> <p>3.2. Lopo Vaz de Sampaio, <b>governador da Índia</b> ∞ D. Guiomar de Eça</p> <p>3.4. Manuel de Sampaio, <b>hidrópico</b></p> <p>3.5. Isabel de Sousa ∞ Pedro Rodrigues de Magalhães</p> <p>4.1. Rui Barreto, <b>alcaide-mor de Faro</b> ∞ Branca de Vilhena</p> <p>4.2. Jorge Barreto, <b>senhor de Rodão</b> ∞ D. Isabel Coutinho ∞ D. Leonor de Sousa</p> <p>4.3. João de Melo ∞ Mécia de Noronha</p>	<p>2.1. D. João Pereira, o <i>Serpa</i>, <b>comendador de Farinha Podre, da Ordem de Cristo</b> ∞ Brites de Brito</p> <p>2.2. D. Leonor Pereira ∞ D. João da Silveira de Noronha, o <i>Craveiro</i></p> <p>2.3. D. Martinho Pereira</p> <p>2.4. D. Maria Pereira</p> <p>3.1. D. Francisco Pereira, <b>comendador do Pinheiro</b> ∞ Francisca da Guerra ∞ Joana de Tovar ∞ D. Bernarda Coutinho</p> <p>3.2. D. Álvaro Pereira</p> <p>3.3. D. Maria Henriques ∞ Fernão Coutinho</p> <p>3.4. D. Antónia Henriques ∞ D. Lopo de Almeida, <b>capitão de Sofala</b></p> <p>3.5. D. João Pereira</p>	<p>2.2. Violante de Mendonça ∞ Aires de Sousa, <b>comendador da Alcáçova de Santarém</b></p> <p>2.3. Simão de Mendonça, <b>alcaide-mor de Torrão</b> ∞ Ana de Mendonça</p> <p>2.4. Nuno de Mendonça</p> <p>2.5. Maria de Mendonça ∞ Henrique Moniz Barreto, <b>alcaide-mor de Silves</b></p> <p>3.1. Pedro de Mendonça ∞ Isabel Brandão</p> <p>3.2. Brites Nogueira, <b>freira</b></p> <p>4.1. Jorge Furtado de Mendonça ∞ Isabel da Cunha ∞ Maria de Sousa ∞ Guiomar Freire</p> <p>4.2. António de Mendonça Furtado ∞ D. Isabel de Noronha e Castro</p> <p>4.3. Ana de Mendonça ≠ D. João II</p> <p>4.4. Isabel de Mendonça ∞ D. Pedro de Castelo-Branco, o <i>Carros</i></p> <p>4.5. Joana de Mendonça</p> <p>4.6. Maria de Mendonça</p> <p>5.1. Álvaro Furtado de Mendonça, <b>comendador do Torrão</b> ∞ D. Beatriz da Silva</p> <p>5.2. Afonso Furtado de Mendonça, <b>comendador de Cardiga</b> ∞ Violante de Sousa</p> <p>5.3. Maria ou Margarida Furtado de Mendonça ∞ Jorge da Silveira, <b>alcaide-mor de Castelo Rodrigo</b></p> <p>5.4. Cecília de Mendonça ∞ João Falcão de Sousa</p>	<p>5.3. Lourenço Soares de Abreu, <b>vedor da casa do cardeal D. Afonso</b> ∞ Isabel Vilhegas</p> <p>5.4. Pedro Gomes de Abreu, <b>protonotário apostólico, cônego de Viseu</b></p> <p>5.5. Teresa de Melo e Albergaria ∞ João de Sousa de Lima, <b>capitão da Mina, senhor de Roças</b></p> <p>5.6. Diogo Gomes</p> <p>5.7. Gonçalo Gomes</p> <p>6.1. Álvaro de Carvalho, <b>capitão de Alcácer Ceguer</b> ∞ D. Catarina da Guerra</p> <p>6.2. Vasco de Carvalho, <b>anadel-mor de espingardeiros</b> ∞ Isabel de Sousa</p> <p>6.3. Fernão Soares</p> <p>6.4. Isabel de Carvalho ∞ Paio de Freitas, <b>anadel-mor dos espingardeiros</b></p> <p>6.5. Inês Soares ∞ Paulo de Freitas, <b>anadel-mor dos espingardeiros</b></p> <p>6.6. Henrique de Carvalho ∞ Ana de Barros ∞ Isabel da Mesquita</p> <p>6.7. N ∞ Diogo Soares de Albergaria</p>
--	---	--	---

<p>4.4. Isabel de Melo ∞ D. Álvaro de Castro, o <i>Torrão</i></p> <p>4.5. Catarina de Menezes ∞ Lopo Álvares de Moura</p> <p>4.6. Filipa de Melo ∞ Francisco da Costa Taveira</p> <p>4.7. Gonçalo Barreto, <b>frade</b></p> <p>4.8. Briolanja de Melo</p> <p>5.1. Álvaro Gonçalves de Moura, <b>senhor de Póvoas e Meadas</b> ∞ D. Guiomar de Menezes</p> <p>5.2. Urraca de Moura ∞ D. Rui Gomes da Silva, 4.º <b>alcaide de Campo Maior</b></p> <p>5.3. Leonor de Moura ∞ Francisco Barreto</p> <p>5.4. D. Maria de Moura ∞ Diogo Nunes Pereira, o <i>de Serpa</i></p> <p>5.5. N, <b>abadessa em Santa Clara de Évora</b></p> <p>5.6. N, <b>freira em Santa Clara de Évora</b></p> <p>6.1. Isabel de Melo ∞ João de Melo, <b>comendador de Casável</b></p> <p>8.1. Garcia de Melo de Aguiar</p> <p>8.2. Joana de Melo ∞ D. Pedro de Sousa, <b>1.º conde do Prado</b></p> <p>8.3. Diogo de Melo de Aguiar, <b>provedor de Évora</b></p> <p>8.4. Leonor de Melo ∞ Gomes de Figueiredo, <b>guarda roupa, armador-mor de D. Afonso V</b></p>		<p>7.1. <b>Simão Guedes, 5.º senhor de Murça</b> ∞ Helena de Noronha (ou Maria de Mendonça)</p> <p>7.2. João de Mendonça</p> <p>7.3. Francisco de Mendonça</p> <p>7.4. Maria de Mendonça ∞ Aires Ferreira, <b>senhor do morgado de Argemil</b></p> <p>7.5. Violante de Mendonça</p>	
---	--	---	--

	8.5. Estevão de Melo 8.6. Luis de Melo 9.1. D. João da Silveira de Noronha, <b>trinchante de D. Manuel I</b> ∞ D. Leonor Pereira ∞ Isabel da Silveira 9.2. D. Mariana de Sousa ∞ D. João Henriques ∞ Guterre de Monroy, <b>cavaleiro da Ordem de Alcântara</b>			
--	---	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Melos: tomo, XVIII, pp. 135-150; Sampaivos: tomo XXVI, p. 74; Barretos: tomo VI, pp. 51-52; Mouras: tomo XXI, p. 88; Lacerdas: tomo XVI, p. 210; Aguiares: tomo I, p. 194; Vasconcelos: tomo XXVIII, p. 170; Corte-Real: tomo XII, pp. 234-235; Mendonça: tomo XX, pp. 44-63; Britos: tomo VII, p. 72; Sequeiras: tomo XXVI, p. 162; Abreus: tomo I, pp. 52-54; Carvalhos: tomo IX, pp. 83-89; Pereiras: tomo XXII, pp. 182-183.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Melos: tomo I, vol. I, pp. 518-544; Sampaivos: tomo II, vol. I, pp. 115-116; Barretos: tomo II, vol. II, pp. 56-62; Mouras: tomo IV, vol. I, pp. 344-345; Aguiares: tomo III, vol. I, p. 229; Silveiras: tomo I, vol. II, pp. 31-32; Corte-Real: tomo III, vol. I, p. 355; Mendonça: tomo IV, vol. I, pp. 438-463; Britos: tomo IV, vol. I, p. 236; Abreus: tomo II, vol. II, pp. 274-278; Carvalhos: tomo IV, vol. I, p. 522; Pereiras: tomo II, vol. I, pp. 61-84.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Melos: pp. 479-485; Sampaivos: p. 200; Barretos: pp. 177-179; Mouras: p. 191; Silveiras: p. 556; Corte-Real: p. 218; Mendonça: pp. 524-529; Casa de Bragança: pp. 83-85; Britos: p. 133; Abreus: pp. 195-196; Carvalhos: p. 213.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Melos: pp. 167-173; Sampaivos: p. 364; Mouras: p. 323; Silveiras: p. 308; Mendonça: pp. 275-276; Casa de Bragança: pp. 4-5; Britos: p. 359.

*juan-manuel-de-villena*: <https://geneall.net/pt/nome/2217/juan-manuel-de-villena-3-senhor-de-cheles/> [consultado em 17/09/2021].

## MEIRINHO-MOR

D. Francisco Coutinho, **4.º conde de Marialva** ∞, D. Brites de Menezes **2.ª condessa de Loulé**

Filhos	D. Guiomar Coutinho, <b>3.ª condessa de Loulé</b> ∞ D. Fernando, <b>infante de Portugal, duque da Guarda e de Trancoso</b> Filhos com N: D. Rodrigo, <b>clérigo</b> D. Jorge Coutinho ∞ Leonor de Pina	
Pais	D. Gonçalo Coutinho, <b>2.º conde de Marialva</b> ∞ Beatriz de Melo	D. Henrique de Menezes, <b>4.º conde de Viana do Alentejo, 3.º conde de Viana da Foz do Lima, 1.º conde de Loulé</b> ∞ D. Guiomar de Bragança
Irmãos	Irmãos: 1. D. João Coutinho, <b>3.º conde de Marialva</b> ∞ D. Catarina de Bragança 2. D. Diogo Coutinho ∞ Filipa de Castro ∞ Francisca de Guzman ≠ N 3. D. Gastão Coutinho, <b>comendador de Vaqueiros</b> ∞ Toda de Centelles ≠ N 4. D. Luis Coutinho, <b>comendador de Santa Maria da Ilha Terceira</b> ∞ Leonor de Mendanha 5. D. Maria Teles Coutinho ∞ Lourenço Pires de Távora 6. D. Joana Coutinho ∞ Rui Lopes Coutinho 7. D. Leonor Coutinho, <b>abadessa de Arouca</b> 8. D. Isabel Coutinho, <b>abadessa de Ferreira</b> 9. D. Briolanja Coutinho ∞ Diogo Fernandes Homem 10. D. Catarina Coutinho ∞ D. Garcia de Eça, <b>alcaide-mor de Muge</b> ∞ D. Afonso Pereira, <b>alcaide-mor de Santarém</b> Irmãos com N: 11. D. Maria Coutinho ∞ Afonso Anes, <b>juiz da Casa do Cível</b> 12. D. Mécia Coutinho ∞ Álvaro Leitão 13. Rodrigo Coutinho	-

	14. Inês Coutinho, <b>freira em Arouca</b>	
Sobrinhos	<p>2.1. D. Fernão Coutinho, <b>senhor de Leomil</b> ∞ D. Maria Pereira ∞ D. Joana de Almeida</p> <p>2.2. D. Gastão Coutinho ∞ Beatriz Vaz</p> <p>2.3. D. Vasco Coutinho ∞ Francisca Barriga ∞ D. Joana de Eça</p> <p>2.4. D. Henrique Coutinho</p> <p>2.5. D. Maria Coutinho ∞ Garcia Jusarte</p> <p>2.6. D. Guiomar Coutinho ∞ D. Gonçalo Coutinho, <b>comendador de Vaqueiros</b></p> <p>2.7. D. Gonçalo Coutinho, <b>capitão de Goa</b> ∞ Isabel Marinho</p> <p>3.1. D. Fradique</p> <p>3.2. D. Gonçalo Coutinho, <b>comendador de Vaqueiros</b> ∞ D. Guiomar Coutinho</p> <p>3.3. D. Guiomar de Centelles, <b>freira</b></p> <p>3.4. D. Garcia Coutinho, <b>capitão de Ormuz</b></p> <p>3.5. D. Tristão Coutinho</p> <p>4.1. D. Francisco Coutinho ∞ D. Filipa de Vilhena</p> <p>4.2. D. Joana Coutinho ∞ D. Filipe Lobo, <b>governador da Mina</b></p> <p>4.3. D. Maria Coutinho ∞ D. Luis Lobo da Silveira</p> <p>4.4. D. Pedro Coutinho</p> <p>5.1. Cristóvão de Távora ∞ Francisca de Sousa</p> <p>5.2. João Teles de Távora ∞ Joana Pacheco</p> <p>5.3. Lourenço Pires de Távora</p> <p>5.4. João de Távora</p> <p>5.5. André de Távora</p> <p>5.6. Leonor Coutinho ∞ D. João Pereira, o <i>Mulato</i></p> <p>6.1. Fernando Coutinho ∞ Joana de Brito</p> <p>6.2. Filipa Coutinho ∞ Rui Gonçalves da Câmara</p> <p>6.3. Guiomar Coutinho ∞ D. João de Meneses, o <i>Ladrão</i></p>	-

	10.1. D. Francisco Pereira Coutinho ∞ Margarida Pereira de Lacerda 11.1. Luis Coutinho 12.1. Luisa Duarte Coutinho ∞ António Gomes Cerqueira			
Avós	D. Vasco Fernandes Coutinho, <b>1.º conde de Marialva</b> ∞ Maria de Sousa	Martim Afonso de Melo, <b>senhor de Arega e Barbacena</b> ∞ Briolanja de Sousa	D. Duarte de Menezes, <b>3.º conde de Viana do Alentejo, 2.º conde de Viana da Foz do Lima</b> ∞ D. Isabel de Castro	D. Fernando I, <b>2.º duque de Bragança</b> ∞ D. Joana de Castro
Tios	1. D. Fernando Coutinho, <b>4.º marechal de Portugal</b> ∞ D. Joana de Castro ∞ Catarina de Albuquerque 2. Leonor Fernandes Coutinho ∞ João de Gouveia de Queirós	Tios do casamento Beatriz Pimentel: 1. Martim Afonso de Melo, <b>alcaide-mor de Olivença</b> ∞ Margarida de Vilhena 2. Isabel de Melo ∞ João Rodrigues Coutinho, <b>senhor de Ferreira de Aves</b> ∞ D. Duarte de Menezes, <b>3.º conde de Viana do Alentejo, 2.º conde de Viana da Foz do Lima</b> Tios: 3. Vasco Martins de Melo, <b>alcaide-mor de Évora e Castelo de Vide</b> ∞ Beatriz de Azevedo ∞ Leonor da Silveira 4. João de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa, copeiro-mor de D. Afonso V</b> ∞ Isabel da Silveira ∞ Mécia de Sousa 5. Diogo de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa</b> ∞ Maria da Silva 6. Branca de Melo, <b>senhora de Barbacena</b> ∞ D. Fernando Henriques, <b>2.º senhor das Alcáçovas</b>	Tios do casamento com Isabel de Melo: 1. D. Maria de Menezes ∞ D. João de Castro, <b>2.º conde de Monsanto</b> Tios: 2. D. Garcia de Menezes, <b>bispo de Évora</b> 3. D. Fernando de Menezes, <i>o Narizes</i> ∞ D. Isabel de Castro 4. D. Leonor de Menezes, <b>prioresa do Mosteiro de Jesus de Aveiro</b> 5. D. João de Menezes, <b>1.º conde de Tarouca</b> ∞ Joana Teles da Silva Tios com N: 6. D. Pedro de Menezes, <i>o Galo</i> ∞ Inês de Eça	1. D. Fernando II, <b>3.º duque de Bragança</b> ∞ D. Leonor de Menezes ∞ D. Isabel de Portugal 2. D. João, <b>marquês de Montemor-o-Novo</b> ∞ D. Isabel de Noronha 3. D. Afonso, <b>1.º conde de Faro, 2.º conde de Odemira</b> ∞ D. Maria de Noronha, <b>2.ª condessa de Odemira</b> 4. D. Álvaro de Portugal, <b>senhor de Tentúgal, Póvoa, Buarcos e Cadaval</b> ∞ D. Filipa de Melo 5. D. Isabel de Portugal 6. D. Beatriz de Bragança ∞ D. Pedro de Menezes, <b>1.º marquês de Vila Real</b> 7. D. Catarina de Portugal ∞ D. João Coutinho, <b>3.º conde de Marialva</b>

		<p>7. Violante de Melo ∞ Gonçalo Pires Coelho</p> <p>Tios com N:</p> <p>8. Beatriz (Ana) de Melo ∞ Pedro Lourenço Ferreira, o <i>Mata Judeus</i>, <b>1.º senhor de Povolide</b></p> <p>9. Maria de Melo ∞ Martim Mendes de Oliveira</p>		
Primos	<p>1.1. D. Álvaro Gonçalves Coutinho, <b>5.º marechal de Portugal</b> ∞ D. Brites Soares de Albergaria</p> <p>1.2. D. Tristão Coutinho ∞ Isabel Fogaça</p> <p>1.3. D. Guterre Coutinho ∞ Isabel Pereira</p> <p>1.4. D. Diogo Coutinho</p> <p>1.5. D. Vasco Coutinho, <b>1.º conde de Redondo</b> ∞ D. Catarina da Silva</p> <p>1.6. D. Henrique Coutinho</p> <p>1.7. D. João Coutinho</p> <p>1.8. D. Maria Coutinho ∞ D. Rodrigo de Castro, o <i>de Monsanto</i>, <b>senhor de Valhelhas e Almendra</b></p> <p>1.9. D. Rodrigo Coutinho</p> <p>1.10. D. Filipa Coutinho ∞ Lopo Afonso de Couros</p> <p>2.1. Vasco Fernandes de Gouveia, <b>senhor de Valhelhas</b> ∞ Isabel de Menezes</p> <p>2.2. Gonçalo Dias de Gouveia ∞ Leonor Gonçalves de Ataíde</p>	<p>1.1. D. Rodrigo Afonso de Melo, <b>1.º conde de Olivença</b> ∞ Isabel de Menezes</p> <p>1.2. Manuel de Melo, <b>alcaide-mor de Olivença</b> ∞ Beatriz da Silva</p> <p>1.3. Maria de Vilhena ∞ Fernão Teles de Menezes, <b>4.º senhor de Unhão</b></p> <p>1.4. Margarida de Vilhena ∞ Rui Dias Lobo, <b>4.º senhor de Alvito</b> ∞ João Rodrigues de Sá, <b>senhor de Sever</b></p> <p>1.5. Branca de Vilhena ∞ D. Rui de Sousa, <b>1.º senhor de Beringel e Sagres</b></p> <p>1.6. Leonor de Vilhena ∞ Martim Fernandes de Tovar, <b>senhor de Cevico</b></p> <p>1.7. D. João de Melo, <b>arcebispo de Braga</b></p> <p>2.1. D. Maria de Menezes ∞ D. João de Castro, <b>2.º conde de Monsanto</b></p> <p>3.1. Fernão de Melo, <b>alcaide-mor de Évora</b> ∞ D. Constança de Castro</p>	<p>3.1. D. Duarte de Menezes ∞ Leonor da Silva ∞ D. Filipa de Castro</p> <p>3.2. D. Diogo de Menezes, <b>craveiro da Ordem de Cristo, alcaide-mor de Castelo Branco</b> ∞ Cecília de Menezes</p> <p>3.3. Garcia de Menezes ∞ Guiomar de Sousa</p> <p>3.4. D. Pedro de Menezes, <b>clérigo</b></p> <p>3.5. Joana de Menezes ∞ D. Pedro de Castro, <b>3.º conde de Monsanto</b></p> <p>5.1. D. Duarte de Menezes, <b>governador da Índia</b> ∞ Filipa da Câmara</p> <p>5.2. D. Henrique de Menezes, <b>capitão de Tânger</b> ∞ Brites de Vilhena</p> <p>5.3. D. Luis de Menezes, o <i>Trigo</i> ∞ D. Leonor Pereira</p> <p>5.4. D. Maria de Menezes ∞ D. Lopo de Almeida, <b>3.º conde de Abrantes</b></p> <p>5.5. D. Isabel de Menezes ∞ D. Manuel Pereira, <b>3.º conde da Feira</b></p> <p>5.6. Leonor de Vilhena ∞ João Gonçalves da Câmara, <b>4.º Capitão donatário do Funchal</b></p>	<p>1.1. D. Filipe de Bragança</p> <p>1.2. D. Jaime, <b>4.º duque de Bragança</b> ∞ Leonor de Mendoza ∞ Joana de Mendoça</p> <p>1.3. D. Dinis de Portugal ∞ Beatriz de Castro Osório, <b>6.ª condessa de Lemos</b></p> <p>1.4. D. Margarida de Bragança</p> <p>3.1. D. Guiomar de Portugal ∞ Enrique de Aragão, <b>1.º duque de Segove</b></p> <p>3.2. D. Sancho de Noronha, <b>3.º conde de Odemira</b> ∞ Francisca da Silva ∞ Ángela Fabra y Centelles</p> <p>3.3. D. Mécia Manoel ∞ Juan de La Cerda, <b>2.º duque de Medinaceli</b></p> <p>3.4. D. Francisco de Faro ∞ D. Leonor Manoel de Vilhena</p> <p>3.5. D. Fradique de Faro, <b>arcebispo de Zaragoza</b></p> <p>3.6. D. Fernando de Faro, <b>3.º senhor de Vimieiro</b> ∞ Isabel de Melo</p> <p>3.7. D. António de Noronha, <b>clérigo</b></p> <p>3.8. D. Catarina Henriques, <b>religiosa no Mosteiro de Odivelas</b></p>

	<p>2.3. Isabel de Gouveia de Queirós ∞ Fernão Cabral, <b>4.º senhor de Azurara</b></p> <p>2.4. Genebra Anes de Gouveia ∞ Gomes Gonçalves da Costa</p> <p>2.5. Ana de Gouveia ∞ Gonçalo Nunes Ramalho</p> <p>2.6. Branca Anes de Gouveia ∞ João Álvares da Costa</p> <p>2.7. Fernando de Gouveia Coutinho ∞ Maria Ribeiro</p> <p>2.8. Leonor Anes de Gouveia</p> <p>2.9. Eugénia Anes de Gouveia</p> <p>2.10. Maria de Gouveia</p> <p>2.11. Aldonça de Gouveia</p>	<p>3.2. Mécia de Melo ∞ Vasco Fernandes de São Paio, <b>3.º senhor de Vila Flor e Chacim</b></p> <p>3.3. Vasco Martins de Melo, o <i>Moço</i>, <b>alcaide-mor de Castelo de Vide</b> ∞ D. Isabel Pereira</p> <p>3.4. Beatriz de Melo ∞ João Mendes de Oliveira</p> <p>3.5. Genebra de Melo ∞ Duarte Furtado de Mendonça, <b>anadel-mor de besteiros</b></p> <p>3.6. Catarina de Melo, <i>a Rainha da Pedra</i> ∞ D. Álvaro de Almada</p> <p>3.7. João de Melo, <b>comendador de Casével</b> ∞ Leonor (ou Isabel) de Sequeira ∞ Brites de Brito ∞ Genebra de Melo ∞ Isabel Pereira de Melo</p> <p>4.1. Martim Afonso de Melo ∞ Leonor Barreto</p> <p>4.2. Garcia de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa</b> ∞ Filipa da Silva ∞ Joana de Sousa</p> <p>4.3. Henrique de Melo ∞ Brites Pereira</p> <p>4.4. Briolanja de Melo ∞ Diogo de Sampaio, <b>4.º senhor de Ansiães</b></p> <p>4.5. Leonor de Melo ∞ Nuno Barreto</p> <p>4.6. Filipa da Silveira ∞ Pedro de Moura, <b>alcaide-mor de Marvão</b></p>	<p>6.1. D. Beatriz de Menezes ∞ Manuel de Noronha</p> <p>6.2. D. Maria de Menezes ∞ Francisco de Anaia, <b>governador de Sofala</b></p>	<p>4.1. D. Rodrigo de Melo, <b>1.º conde de Tentúgal, 1.º marquês de Ferreira</b> ∞ D. Leonor de Almeida ∞ D. Brites de Menezes</p> <p>4.2. Jorge de Portugal y Melo, <b>1.º conde de Gelves</b> ∞ D. Guiomar de Ataíde ∞ Isabel Colón de Toledo, <b>senhora de Gelves</b></p> <p>4.3. D. Isabel de Castro ∞ Alonso de Sotomaior, <b>4.º conde de Belcazar</b></p> <p>4.4. D. Beatriz de Vilhena ∞ D. Jorge de Lancaster, <b>2.º duque de Coimbra</b></p> <p>4.5. D. Joana de Vilhena ∞ D. Francisco de Portugal, <b>1.º conde de Vimioso</b></p> <p>4.6. D. Maria Manoel ∞ D. João da Silva, <b>2.º conde de Portalegre</b></p> <p>6.1. D. Fernando de Menezes, <b>2.º marquês de Vila Real</b> ∞ Maria Freire de Andrade, <b>senhora de Alcoutim</b></p> <p>6.2. D. António de Noronha, <b>1.º conde de Linhares</b> ∞ D. Joana da Silva e Ayala</p> <p>6.3. D. Henrique de Menezes ∞ D. Maria de Menezes</p> <p>6.4. D. Joana de Noronha ∞ D. Afonso, <b>8.º condestável de Portugal</b></p> <p>6.5. D. Diogo de Noronha, <b>comendador-mor da Ordem de Cristo</b> ∞ D. Joana de Menezes ∞ Filipa de Ataíde</p>
--	---	--	---	--



		<p>4.7. Branca de Melo ∞ Rui Dias Pereira de Lacerda, <b>alcaide-mor de Moura</b></p> <p>4.8. Catarina Melo</p> <p>4.9. Isabel de Melo ∞ João Afonso de Aguiar, <b>provedor de Évora</b></p> <p>4.10. Beatriz de Sousa ∞ D. Fernão da Silveira</p> <p>5.1. Isabel de Melo ∞ Lopo Vaz de Castelo-Branco, <b>almirante</b> ∞ Rui Vaz Pereira, <b>capitão de Alcácer Ceguer</b></p> <p>5.2. Rui de Melo</p> <p>6.1. D. Henrique Henriques, <b>3.º senhor das Alcáçovas</b> ∞ Filipa de Noronha ∞ Leonor da Silva</p> <p>6.2. D. Afonso Henriques, <b>1.º senhor de Barbacena</b> ∞ D. Lucrecia de Berredo</p> <p>6.3. D. João Henriques</p> <p>6.4. D. Isabel Henriques ∞ Fernão da Silveira, <b>1.º senhor de Sarzedas</b></p> <p>6.5. D. Briolanja Henriques ∞ Aires de Miranda, <b>alcaide-mor de Vila Viçosa</b></p> <p>6.6. D. Catarina Henriques ∞ Henrique de Albuquerque, <b>senhor de Angeja</b></p> <p>6.7. D. Brites Henriques ∞ Nuno Pereira de Lacerda, <b>alcaide-mor de Portel</b></p>		<p>6.6. D. João de Noronha, <b>prior-mor de Santa Cruz de Coimbra</b></p>
--	--	--	--	---

		<p>6.8. D. Joana Henriques ∞ João Gomes da Silva, <b>3.º senhor da Chamusca e Ulme</b></p> <p>8.1. Nuno de Melo, <b>2.º senhor de Povolide</b> ∞ Filipa da Silva</p> <p>8.2. Gonçalo Vaz de Melo ∞ Maria de Freitas</p> <p>8.3. Rui de Melo ∞ Isabel de Freitas</p> <p>8.4. Isabel de Melo ∞ Diogo Pereira do Carvalhal, o <i>Bochim</i>, <b>senhor do Reguengo de Tavira</b></p> <p>8.5. Simão de Melo</p> <p>8.6. Diogo de Melo, o <i>Bodum</i></p> <p>9.1. João Mendes de Oliveira ∞ Beatriz de Melo ∞ Isabel de Brito</p>		
--	--	---	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Coutinhos: tomo X, pp. 13-95; Távoras: tomo XXVII, pp. 147-148; Gouveias: tomo XV, pp. 124-130; Melos: tomo XVIII, pp. 131-174; Meneses: tomo XVIII, pp. 199-221; Portugais: tomo XXIV, pp. 174-178; Noronhas: tomo XXI pp. 141-147.

Alão de Morais, *Pedatura* [...], Coutinhos: tomo III, vol. I, pp. 302-321; Távoras: tomo I, vol. I, pp. 594-599; Melos: tomo I, vol. I, pp. 489-563; Meneses: tomo II, vol. II, pp. 338-378.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Coutinhos: pp. 432-436; Távoras: pp. 520-521; Melos: pp. 469-476; Oliveiras: p. 606; Meneses: pp. 290-310; Casa de Bragança: pp. 83-87; Noronhas: pp. 73-77.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Coutinhos: pp. 186-187; Távoras: pp. 250-251; Melos: pp. 160-166; Oliveiras: p. 367; Meneses: pp. 103-115; Casa de Bragança: pp. 3-11; Noronhas: pp. 226-230.

## CAMAREIRO-MOR

D. Bernardo Manoel, **alcaide-mor de Santarém** ♂ D. Francisca de Noronha ♂ Maria de Bobadilha

Filhos	<p>Filhos do casamento com D. Francisca de Noronha</p> <p>D. Mécia de Noronha ♂ D. Pedro de Menezes, <b>senhor de Feroselhe</b></p> <p>D. Joana Manoel, <b>freira no mosteiro da Esperança, Lisboa</b></p> <p>Filhos do casamento com Maria de Bobadilha</p> <p>D. João Manoel, o <i>Alabastro</i></p> <p>D. António Manoel, <b>comendador da Ordem de Santiago</b> ♂ Beatriz Mexia</p> <p>D. Tristão Manoel ♂ D. Margarida de Almeida</p>	
Pais	D. João Manoel, <b>alcaide-mor de Santarém, camareiro-mor</b> ♂ D. Isabel de Menezes	D. Martinho de Castelo Branco, <b>1.º conde de Vila Nova de Portimão</b> ♂ Mécia de Noronha
Irmãos	1. D. Joana Manoel ♂ Alonso Pacheco Portocarrero, <b>senhor de las Sirgadas</b>	<p>1. D. Gonçalo de Castelo-Branco</p> <p>2. D. Francisco de Castelo-Branco, <b>camareiro-mor de D. João III</b> ♂ D. Francisca Pereira ♂ D. Maria de Castro e Lima ≠ N</p> <p>3. D. João de Castelo-Branco, <b>comendador de Aljezur da Ordem de Santiago</b> ♂ Catarina Barreto Mascarenhas ♂ Branca Rodrigues de Vilhena</p> <p>4. D. António de Castelo-Branco, <b>deão da Sé de Lisboa</b> ≠ N</p> <p>5. D. Afonso de Castelo-Branco, <b>meirinho-mor</b> ♂ Constança de Castro ♂ Isabel de Castro</p> <p>6. D. Brites de Noronha ♂ Afonso Pires Pantoja, <b>comendador de Santiago de Cacém</b></p> <p>7. D. Guiomar de Noronha ♂ D. Rodrigo de Eça, <b>alcaide-mor de Moura</b></p> <p>8. D. Leonor de Noronha ♂ Rui de Sousa da Silva</p> <p>9. Camila Noronha ♂ João Rodrigues de Sá, o <i>Velho</i>, <b>alcaide-mor do Porto</b></p> <p>10. D. Maria de Noronha ♂ D. Nuno Álvares de Noronha, <b>governador de Ceuta</b></p> <p>11. Joana de Noronha, <b>freira em Santa Clara da Ilha da Madeira</b></p>

		<p>12. Helena de Noronha Irmãos com Leonor de Sousa</p> <p>13. D. Pedro de Castelo-Branco ∞ Joana do Amaral da Fonseca</p>
Sobrinhos	1.1. María Manuel Portocarrero ∞ Alonso Portocarrero, <b>3.º marquês de Villanueva del Fresno</b>	<p>2.1. D. Martinho de Castelo-Branco ∞ D. Joana da Silva</p> <p>2.2. D. Diogo de Castelo-Branco ∞ D. Leonor de Milão</p> <p>2.3. D. Luis de Castelo-Branco</p> <p>2.4. D. Gonçalo de Castelo-Branco, <b>frade na Índia</b></p> <p>3.1. D. Gonçalo de Castelo -Branco</p> <p>3.2. D. Martinho de Castelo-Branco</p> <p>3.3. D. Pedro de Castelo-Branco</p> <p>3.4. D. Francisco de Castelo-Branco</p> <p>3.5. D. Maria de Castelo-Branco</p> <p>3.6. D. Mécia de Castelo-Branco</p> <p>3.7. D. Helena Pereira Barreto ∞ D. João Mascarenhas</p> <p>3.8. D. Maria de Castelo-Branco</p> <p>3.9. D. Leonor de Milão ∞ D. Diogo de Castelo-Branco</p> <p>3.10. D. Manuel de Castelo Branco, <b>2.º conde de Vila Nova de Portimão</b> ∞ D. Branca de Vilhena</p> <p>3.11. D. Antónia de Vilhena</p> <p>3.12. D. Jerónima de Vilhena</p> <p>3.13. D. Madalena de Vilhena, <b>abadessa do convento da Esperança em Lisboa</b></p> <p>3.14. D. Ana de Vilhena, <b>freira no convento da Esperança em Lisboa</b></p> <p>3.15. D. Brites de Vilhena, <b>freira no convento da Esperança em Lisboa</b></p> <p>3.16. D. Francisca de Vilhena, <b>freira no convento da Esperança em Lisboa</b></p> <p>3.17. D. Joana de Vilhena, <b>freira em Odivelas</b></p> <p>4.1. D. Afonso de Castelo-Branco, <b>6.º conde de Arganil, 41.º bispo de Coimbra</b></p> <p>5.1. D. Maria de Castro ∞ D. Garcia de Menezes, o <i>Dentes</i></p>

		<p>5.2. D. Duarte de Castelo-Branco, <b>1.º conde de Sabugal</b> ∞ D. Catarina Coutinho ou D. Catarina de Menezes</p> <p>5.3. D. Gonçalo de Castelo-Branco ∞ D. Joana de Castro</p> <p>5.4. D. Martinho de Castelo-Branco, <b>capitão de Ormuz</b></p> <p>5.5. D. João de Castelo-Branco, <b>frade</b></p> <p>5.6. D. Filipa de Castro ∞ D. João Rodrigues Pereira, o <i>Marramaque</i>, <b>senhor da Casa da Taipa</b> ∞ D. João de Lancastrre, <b>comendador de Coruche</b></p> <p>5.7. D. Francisco de Castelo-Branco ∞ D. Helena da Costa</p> <p>6.1. Pedro Pantoja, <b>comendador de Santiago de Cacém</b> ∞ Margarida de Mendonça</p> <p>6.2. Martim Vaz Pantoja, <b>deão da Sé de Lisboa</b></p> <p>6.3. Manuel de Noronha,</p> <p>6.4. Margarida de Noronha ∞ António Furtado de Mendonça, <b>comendador de Entradas da Ordem de Santiago</b></p> <p>8.1. Lourenço de Sousa, <b>aposentador-mor de D. João III</b> ∞ D. Isabel de Eça</p> <p>8.2. Martim Vaz de Sousa</p> <p>8.3. Camila de Noronha ∞ Manuel de Albuquerque, <b>capitão da Mina</b></p> <p>9.1. Francisco Sá Menezes, <b>1.º conde de Matosinhos</b> ∞ Ana de Mendonça ∞ Catarina Sá</p> <p>9.2. Sebastião de Sá de Menezes, <b>capitão de Sofala</b> ∞ D. Luisa Henriques</p> <p>9.3. António de Sá de Menezes ∞ D. Inês de Noronha</p> <p>9.4. Pantaleão de Sá de Menezes, <b>capitão de Sofala</b> ∞ Luisa de Vasconcelos ∞ D. Maria de Menezes</p> <p>9.5. Henrique de Sá ∞ N ∞ N</p> <p>9.6. Inês de Noronha ∞ D. João de Lima, <b>4.º visconde de Vila Nova de Cerveira</b></p> <p>9.7. Maria de Menezes ∞ D. Diogo da Silveira, <b>2.º conde de Sortelha</b></p> <p>9.8. Francisca de Noronha, <b>freira</b></p> <p>13.1. D. Duarte Vaz de Castelo Branco ∞ Joana do Amaral da Fonseca</p>
--	--	---

Avós	D. João Manoel, <b>bispo da Guarda</b> ≠ Justa Rodrigues	D. Afonso Teles da Silva, <b>3.º alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela</b> ∞ Joana de Azevedo	Gonçalo Vaz de Castelo-Branco, <b>1.º senhor de Vila Nova de Portimão</b> ∞ Brites Valente ≠ N	João Gonçalves da Câmara, o <i>Perinho</i> , <b>2.º capitão donatário do Funchal</b> ∞ D. Mécia de Noronha ≠ N
Tios	1. D. Nuno Manoel, <b>senhor de Salvaterra de Magos</b> ∞ Leonor de Milan y Aragón ∞ D. Lourença de Ataíde	1. D. Rui Gomes da Silva, <b>4.º alcaide de Campo Maior</b> ∞ Urraca de Moura 2. D. Tristão da Silva ∞ Margarida de Arca 3. D. Guiomar de Menezes ∞ Álvaro Gonçalves de Moura, <b>senhor de Póvoas e Meadas</b> 4. D. Margarida de Menezes ∞ Gabriel de Brito, <b>alcaide-mor de Aldeia Galega</b> 5. D. Antónia de Menezes ∞ Francisco de Sousa Mâncias 6. D. Hilária de Menezes, <b>camareira mor</b> da infanta D. Isabel, <b>duquesa de Saboia</b>	1. D. Pedro de Castelo-Branco, o <i>Carros</i> ∞ Isabel de Mendonça 2. D. João de Castelo-Branco, <b>bispo de Lamego</b> 3. D. Violante de Castelo-Branco ∞ D. João de Ataíde 4. Filipa de Abreu ∞ D. Pedro de Ataíde ∞ D. Jorge de Eça, <b>alcaide-mor de Muge</b> 5. Joana de Castelo-Branco ∞ Simão Gonçalves da Câmara, <b>3.º capitão donatário do Funchal</b> 6. Isabel Pereira ∞ D. Guterre Coutinho, <b>comendador de Sesimbra</b> ∞ Jorge de Melo, o <i>Bochechas</i> , <b>mestre-sala de D. Manuel I</b> 7. Mécia de Castelo Branco, <b>prioresa num mosteiro em Chelas</b> 8. Maria Valente, <b>freira num mosteiro em Chelas</b> Tios com N 9. Isabel de Castelo-Branco ∞ Diogo Afonso de Aguiar, o <i>Moço</i>	1. João Gonçalves da Câmara 2. Simão Gonçalves da Câmara, <b>3.º capitão donatário do Funchal</b> ∞ Joana de Castelo-Branco ∞ D. Isabel da Silva de Ataíde ≠ N 3. Pedro Gonçalves da Câmara ∞ Joana de Eça ∞ Catarina de Ornelas de Saavedra 4. Manuel de Noronha ∞ D. Beatriz de Menezes ∞ Maria de Sousa 5. Filipa de Noronha ∞ D. Henrique Henriques, <b>3.º senhor das Alcáçovas</b> 6. Maria de Noronha ∞ D. Fernando Coutinho, <b>6.º marechal de Portugal</b> Tios do casamento Isabel Lopes 7. Garcia da Câmara ∞ Mécia Nunes Gouveia
Primos	1.1. D. Fradique Manoel, <b>senhor de Tancos e Atalaia</b> ∞ Maria de Ataíde, <b>senhora de Penacova</b> 1.2. D. João Manoel, <b>comendador de Idanha-a-Nova, da Ordem de Cristo</b> ∞ D. Leonor de Vilhena ∞ D. Maria de Almeida	1.1. D. Afonso Teles de Menezes, <b>5.º alcaide-mor de Campo Maior</b> ∞ Isabel de Ataíde 1.2. D. António da Silva, <b>senhor do Morgado de Xévorá</b> ∞ D. Branca de Menezes	1.1. D. Simão de Castelo-Branco ∞ Maria de Noronha 1.2. D. Antónia de Mendonça ∞ Jorge de Melo, o <i>Picota</i> , <b>mestre-sala da rainha D. Leonor, mulher de D. Manuel I</b>	2.1. João Gonçalves da Câmara, <b>4.º capitão donatário do Funchal</b> ∞ Leonor de Vilhena 2.2. D. Manuel da Câmara, <b>bispo de Lamego</b>

	<p>1.3. D. Francisco Manoel de Aragão</p> <p>1.4. D. Jorge Manoel, <b>comendador de S. Vicente</b> ∞ Leonor de Brito</p> <p>1.5. D. Afonso Manoel, <b>comendador de Tife da Ordem de Cristo</b> ∞ N</p> <p>1.6. D. Leonor de Milan ∞ Nuno Rodrigues Barreto, <b>alcaide-mor de Faro</b></p> <p>1.7. D. Maria de Aragón ∞ Álvaro Fernandez de Cordoba, <b>senhor de Valenzuela</b></p> <p>D. Joana de Aragão ∞ Rui Barreto</p>	<p>1.3. D. Bernardim da Silva ∞ Maria de Melo</p> <p>1.4. D. Maria de Menezes ∞ Francisco Homem, <b>estribeiro-mor de D. Manuel I</b></p> <p>1.5. D. Luis da Silva, <b>capitão de Tânger</b> ∞ Branca Brandão</p> <p>1.6. D. Rui Gomes da Silva</p> <p>1.7. D. Pedro da Silva, o <i>Cafre</i></p> <p>1.8. D. Tristão da Silva</p> <p>1.9. D. Francisca da Silva ∞ Francisco Cardoso</p> <p>1.10. Filipa da Silva, <b>freira</b></p> <p>1.11. Isabel da Silva, <b>freira</b></p> <p>1.12. Catarina da Silva, <b>freira</b></p> <p>2.1. D. Luis da Silva ∞ Maria Brandão</p> <p>2.2. Francisco de Silva de Menezes</p> <p>2.3. Afonso Teles de Menezes</p> <p>2.4. António de Silva de Menezes</p> <p>2.5. Rui Teles da Silva</p> <p>2.6. Rui Gomes da Silva</p> <p>2.7. Aires Teles de Silva</p> <p>2.8. Francisca da Silva ∞ Jorge Correia</p> <p>3.1. António de Moura ∞ D. Francisca de Melo</p> <p>3.2. Vasco Serrão de Moura</p> <p>3.3. Afonso Teles de Moura, <b>alcaide-mor de Amieira</b> ∞ Leonor de Araújo</p>	<p>4.1. D. Fernando de Ataíde, <b>senhor de Castanheira</b> ∞ D. Leonor de Noronha</p> <p>5.1. João Gonçalves da Câmara, <b>4.º capitão donatário do Funchal</b> ∞ Leonor de Vilhena</p> <p>5.2. D. Manuel da Câmara, <b>bispo de Lamego</b></p> <p>5.3. João Rodrigues de Noronha ∞ Isabel de Abreu</p> <p>5.4. Filipa de Noronha ∞ D. Duarte de Menezes, <b>governador da Índia</b></p> <p>5.5. D. João Gonçalves de Ataíde</p> <p>5.6. D. Luis Gonçalves de Ataíde, <b>capitão da ilha do Pico</b> ∞ Violante da Silva</p> <p>5.7. D. Brites Gonçalves de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>5.8. D. Isabel Gonçalves de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>5.9. D. Maria Gonçalves de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>5.10. Francisco Gonçalves da Câmara ∞ Cecília Álvares ∞ Francisca Velosa</p> <p>6.1. Álvaro de Melo, o <i>Bochechas</i> ∞ D. Constança de Noronha</p> <p>6.2. Joana da Cunha (ou Pereira) ∞ D. Álvaro de Abranches, <b>capitão de Azamor, mestre-sala de D. Manuel I</b></p> <p>6.3. Brites Pereira de Melo ∞ D. Garcia de Eça, <b>alcaide-mor de Muge</b></p> <p>9.1. André de Aguiar da Câmara ∞ Leonor Leme</p> <p>9.2. Ambrósio de Aguiar</p>	<p>2.3. João Rodrigues de Noronha ∞ Isabel de Abreu</p> <p>2.4. Filipa de Noronha ∞ D. Duarte de Menezes, <b>governador da Índia</b></p> <p>2.5. D. João Gonçalves de Ataíde</p> <p>2.6. D. Luis Gonçalves de Ataíde, <b>capitão da ilha do Pico</b> ∞ Violante da Silva</p> <p>2.7. D. Brites Gonçalves de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>2.8. D. Isabel Gonçalves de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>2.9. D. Maria Gonçalves de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>2.10. Francisco Gonçalves da Câmara ∞ Cecília Álvares ∞ Francisca Velosa</p> <p>3.1. João Gonçalves da Câmara, o <i>Porrão</i></p> <p>3.2. Vasco Martins de Albergaria</p> <p>3.3. António Gonçalves da Câmara, <b>caçador-mor do rei D. João III</b> ∞ Isabel de Abreu ∞ D. Margarida de Noronha</p> <p>3.4. João Fogaça da Câmara</p> <p>3.5. Maria da Câmara, <b>abadessa no convento da Esperança</b></p> <p>3.6. Helena da Câmara, <b>freira</b></p> <p>3.7. Filipa da Câmara, <b>freira</b></p> <p>3.8. Catarina de Ornelas da Câmara ∞ Duarte Correia da Cunha</p> <p>4.1. António de Noronha</p>
--	---	--	--	--

		<p>3.4. Filipa de Menezes ♂ D. Gaspar de Sousa</p> <p>3.5. Manuel de Moura</p> <p>3.6. Pedro de Moura</p> <p>3.7. Gonçalo Vaz de Moura</p> <p>3.8. Ascença Meneses ♂ Rui de Melo, <b>alcaide-mor de Elvas</b></p> <p>4.1. Luis de Brito ♂ Catarina Coutinho</p> <p>4.2. Sebastião de Brito, <b>capitão do Malabar</b> ♂ Francisca da Costa</p> <p>4.3. Afonso Teles de Menezes, <b>prior de S. Nicolau</b></p> <p>4.4. Maria de Menezes ♂ Bernardo Côrte-Real, <b>alcaide-mor de Tavira</b></p> <p>4.5. Ângela de Menezes ♂ Manuel de Utra Côrte-Real, <b>capitão do Faial</b></p> <p>4.6. Ana da Silva ♂ André Jorge de Abreu</p> <p>4.7. Inês de Meneses, <b>freira em Santa Ana de Lisboa</b></p>		<p>4.2. Maria de Noronha ♂ D. Simão de Castelo-Branco</p> <p>4.3. Luis de Noronha da Câmara</p> <p>4.4. Sebastião de Noronha</p> <p>4.5. Ana de Ataíde ♂ Pedro Afonso de Aguiar, <b>comendador de Santa Maria de Beja</b></p> <p>4.6. Elvira de Gusmão, <b>freira</b></p> <p>4.7. Cecília de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>4.8. Bartoleza de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>4.9. Constança da Silva, <b>freira</b></p> <p>4.10. Antónia de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>4.11. Constança de Ataíde, <b>freira</b></p> <p>5.1. D. Fernando Henriques, <b>4.º senhor das Alcáçovas</b> ♂ Brites de Melo</p> <p>5.2. D. André Henriques ♂ Maria Figueiroa</p> <p>5.3. D. João Henriques ♂ Isabel (ou Joana) de Abreu</p> <p>5.4. D. Maria de Noronha ♂ Martim Vaz Mascarenhas, <b>comendador de Aljustrel</b></p> <p>6.1. D. Álvaro Coutinho, <b>7.º marechal de Portugal</b> ♂ D. Antónia de Lancastre</p> <p>6.2. D. Brites Coutinho ♂ D. Luis da Silveira, <b>1.º conde de Sortelha</b></p> <p>6.3. D. Guiomar Coutinho</p> <p>6.4. D. Ana Coutinho, <b>abadessa de Lorvão</b></p>
--	--	--	--	--



				7.1. João Gonçalves da Câmara ∞ Violante de Morais 7.2. Leonor da Câmara ∞ Lucas de Azevedo Coutinho
Pais			Afonso de Bobadilha, <b>comendador de Horta Lagoa, da Ordem de Santiago</b> ∞ Leonor de Figueiredo	
Irmãos			-	
Sobrinhos			-	
Avós			Diego Lopez de Saldaña, <b>senhor de Miranda del Castañar, secretário da Excelente Senhora</b> ∞ Maria de Bobadilla	-
Tios			1. João de Saldanha, <b>vedor da rainha D. Maria</b> ∞ D. Joana de Lima ∞ Leonor de Melo 2. António de Saldanha, <b>comendador de Casével e Vaqueiros da Ordem de Cristo</b> ∞ Margarida Freire ∞ D. Brites de Melo ∞ Joana de Mendonça 3. Cristobal de Bobadilha, <b>prior do Milagre de Santarém, capelão de D. Manuel I</b>	-
Primos			1.1. António de Saldanha, o <i>Gaio</i> ∞ Catarina da Silva 1.2. Luis de Saldanha ∞ Madalena de Almada 1.3. Afonso da Silva, <b>comendador de Paradela da Ordem de Alcântara</b> 1.4. Violante da Silva ∞ Jerónimo Moniz, <b>reposteiro-mor de D. Manuel I</b> 1.5. Maria da Silva ∞ Pedro Gonzalez de Mendoza (Cañete)	

			<p>2.1. Aires de Saldanha, <b>17.º vice-rei da Índia</b> ∞ D. Joana de Albuquerque</p> <p>2.2. Diogo de Saldanha, <b>comendador de Casével</b> ∞ Inês de Távora</p> <p>2.3. Manuel de Saldanha ∞ Ana da Cunha ∞ Catarina Pereira</p> <p>2.4. João de Saldanha ∞ Maria de Noronha</p> <p>2.5. António de Saldanha, <b>frade capucho</b></p> <p>2.6. Afonso de Bobadilha</p> <p>2.7. Garcia Fernandes de Saldanha</p> <p>2.8. Cristóvão de Bobadilha</p> <p>2.9. Vicente de Saldanha</p> <p>2.10. Maria de Mendonça ∞ D. António de Almeida</p> <p>2.11. Violante de Mendonça, <b>religiosa no convento das Donas, Santarém</b></p> <p>2.12. Ana de Mendonça, <b>religiosa no convento das Donas, Santarém</b></p>	
--	--	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Castelo-Branco: tomo XI, pp. 18-20; Manoeis: tomo XVIII, pp. 48-52; Câmara: tomo VIII, pp. 81-87; Pantoja: tomo XXII, p.78; Silvas: tomo XXVII, pp. 13-42; Saldanhas: tomo XXVI, pp. 54-56; Sás: tomo: XXVI, pp. 118-139; Henriques: tomo XVI, pp. 102-106; Coutinhos: tomo X, p. 15; Mouras: tomo XXI, pp. 88-89; Britos: tomo VII, pp. 74-82; Pais: tomo XXII, p. 61; Aguiares: tomo I, p. 193.

Alão de Morais, *Pedatura* [...], Castelo-Branco: tomo I, vol. II, pp 485-496; Câmara: tomo III, vol. I, p. 265; Pantoja: tomo I, vol. II, pp. 317-318; Silvas: tomo II, vol. II, p. 182-236; Saldanhas: tomo IV, vol. I, pp. 374-386; Henriques: tomo I, vol. II, pp. 197-204; Coutinhos: tomo III, vol. I, pp. 316-317; Mouras: tomo IV. vol. I, pp. 344-346; Britos: tomo IV, vol. I, pp. 244-248; Pais: tomo III, vol. I, pp. 42-43; Aguiares: tomo II, vol. I, p. 230.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Castelo-Branco: pp. 127-129; Manoeis: pp. 150-152; Câmara: pp. 120-122; Pantoja: pp. 231-232; Saldanhas: pp. 235-236; Sás: pp. 110-111; Henriques: pp. 514-516; Coutinhos: pp. 437-438; Silvas: pp. 327-329; Mouras: pp. 191-193.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Castelo-Branco: pp. 280-283; Henriques: pp. 213: 245; Coutinhos: pp. 191-192; Silvas: pp. 121-122; Mouras: pp. 324-325.

## MONTEIRO-MOR

D. João de Lima ∞ Maria de Anaia ≠ N

Filhos	<p>D. Álvaro de Lima ∞ Maria de Ataíde</p> <p>D. Duarte de Lima</p> <p>D. Afonso de Lima ∞ D. Maria Pereira</p> <p>D. Catarina de Lima ∞ Rui de Brito Patalim, <b>capitão de Malaca</b></p> <p>D. António de Lima</p>	
Pais	D. Álvaro de Lima <b>monteiro-mor</b> ∞ Violante Nogueira	Pedro de Anaia, <b>senhor de Lagoalva</b> ∞ Catarina Nunes do Carvalhal
Irmãos	<p>1. D. Afonso de Lima ∞ Maria Pereira</p> <p>2. D. Filipa de Lima ∞ Rui Freire de Andrade, <i>o do Olho</i> ∞ Jorge da Silveira, <b>alcaide-mor de Castelo Rodrigo</b></p> <p>3. D. Joana de Lima ∞ João de Saldanha, <b>vedor da rainha D. Maria</b></p> <p>4. D. Teresa de Lima ∞ Pedro de Mendonça, <b>alcaide-mor de Mourão</b></p> <p>5. D. Catarina de Lima ∞ Manuel Lobato ∞ Rui Borges, <b>monteiro-mor</b></p> <p>6. João de Lima</p>	<p>1. Francisco de Anaia, <b>governador de Sofala</b> ∞ D. Maria de Menezes</p> <p>2. Manuel de Anaia ∞ Maria de Melo</p> <p>3. Diogo de Anaia, <b>comendador da Galva</b> ∞ Brites Pereira ∞ Maria da Silva</p> <p>4. Brianda de Anaia ∞ Fernão de Alcáçova</p>
Sobrinhos	<p>1.1. D. Miguel de Lima</p> <p>1.2. D. Joana de Lima, <b>donzela da duquesa de Coimbra</b></p> <p>2.1. Brites Freire ∞ Vasco Silveira, <b>camareiro-mor do infante D. Fernando</b></p> <p>2.2. Isabel de Lima, <b>donzela da rainha D. Leonor</b></p> <p>2.3. D. Joana da Silveira ∞ Francisco de Miranda</p> <p>2.5. Guiomar de Lima ∞ Aires de Sousa Coutinho</p> <p>2.6. Isabel (ou Joana) de Lima ∞ Fernando de Toledo, <b>senhor de Horcajada</b></p> <p>3.1. António de Saldanha, <i>o Gaió</i> ∞ Catarina da Silva</p>	<p>1.1. João Gomes de Anaia ∞ Lucrecia Lopes</p> <p>1.2. Guiomar de Menezes ∞ Fernão Soares ∞ João Rodrigues de Carvalhal</p> <p>2.1. António de Anaia ∞ Leonor Pereira</p> <p>2.2. Diogo de Anaia ∞ Maria de Magalhães</p> <p>2.3. Manuel de Anaia</p>

	<p>3.2. Luis de Saldanha ∞ Madalena de Almada</p> <p>3.3. Afonso da Silva, <b>comendador de Paradela da Ordem de Alcântara</b></p> <p>3.4. Violante da Silva ∞ Jerónimo Moniz, <b>reposteiro-mor de D. Manuel I</b></p> <p>3.5. Maria da Silva ∞ Pedro Gonzalez de Mendoza (Cañete)</p> <p>4.1. Diogo de Mendonça de Lima, <b>alcaide-mor de Mourão</b> ∞ D. Maior Manoel</p> <p>4.2. Tristão de Mendonça ∞ Maria de Albuquerque</p> <p>4.3. Álvaro de Mendonça ∞ Maria de Brito Rebelo</p> <p>4.4. Francisco de Mendonça</p> <p>4.5. Helena de Mendonça ∞ Francisco Manuel de Villena, <b>4.º senhor de Cheles</b></p> <p>4.6. Jerónima de Mendonça</p> <p>4.7. Filipa de Mendonça</p> <p>5.1. Álvaro de Lima ∞ Helena da Costa</p> <p>5.2. Gaspar Lobato</p> <p>5.3. João de Lima, <b>freire</b></p>			
Avós	D. Leonel de Lima, <b>1.º visconde de Vila Nova de Cerveira</b> ∞ Filipa da Cunha ≠ N ≠ D. Brianda da Cunha	Pedro Barreto, <b>comendador de Castro Verde</b> ∞ Catarina Nogueira	Diego de Anaia, el <i>Tuerto</i> N	João Nunes do Carvalhal, <b>amo do infante D. Fernando</b> ∞ N
Tios	<p>Tios:</p> <p>1. D. João de Lima, <b>2.º visconde de Vila Nova de Cerveira</b> ∞ Catarina de Ataíde ∞ Isabel de Sousa ≠ N</p> <p>2. D. Fernando de Lima, <b>alcaide-mor de Guimarães</b> ∞ Constança da Silva de Andrade ≠ N</p> <p>3. D. Duarte da Cunha de Lima ∞ Leonor de Abreu ≠ N</p>	<p>Tios do casamento com Mécia de Castelo-Branco:</p> <p>1. Jorge Barreto, <b>comendador de Castro Verde</b> ∞ Joana de Albuquerque</p> <p>2. Francisco Barreto ∞ Leonor de Moura ∞ Catarina Leme</p> <p>3. António Barreto</p> <p>4. Maria de Menezes ∞ Henrique de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa,</b></p>	<p>1. Diego de Anaia</p> <p>2. Rodrigo de Anaia</p>	<p>1. Heitor de Carvalhal ∞ Isabel de Sousa</p> <p>2. Leonor Serrão, <b>colaça da rainha D. Leonor</b> ∞ D. João de Noronha</p> <p>3. Violante Carvalhal ∞ Fernando de Melo, <b>capitão de S. Tomé</b></p> <p>Tios com N:</p> <p>4. Isabel de Brito ∞ Martim Afonso de Miranda ∞ João Mendes de Oliveira</p>

	<p>4. D. Rodrigo de Melo e Lima, <b>comendatário de Pombeiro</b> ≠ Maria Simões ≠ Branca Dias ≠ Catarina Gonçalves Calheiros</p> <p>5. D. Beatriz da Silva ♂ D. Garcia de Castro, <b>senhor do Paul de Boquilobo</b></p> <p>6. D. Pedro Álvares de Sotomaior</p> <p>7. D. Isabel da Silva ♂ João Fernandes de Sousa, <b>5.º senhor de Baião</b></p> <p>8. D. Maria de Lima ♂ Vasco Fernandes Coutinho, <b>senhor de Celorico de Basto</b></p> <p>9. D. Inês de Sotomaior e Lima ♂ Lopo Gomes de Abreu, <b>4.º senhor de Regalados</b> ♂ Fernão de Sousa da Cunha, <i>o da Botelha</i>, <b>senhor da Torre de Rossas</b></p> <p>Tios com N:</p> <p>10. João Lopes de Lima</p> <p>Tios com D. Brianda da Cunha</p> <p>11. Bartolomeu Lourenço de Lima da Cunha, <b>abade de Cabreiro e Távora</b> ≠ N</p>	<p><b>comendador de Longroiva da Ordem de Cristo</b></p> <p>5. Gonçalo Nunes Barreto</p> <p>6. Leonor Gomes Barreto ♂ João Velho, <b>escudeiro do duque de Bragança</b></p>		<p>5. Branca do Carvalhal ♂ João de Melo, <b>capitão de S. Tomé</b></p>
Primos	<p>1.1. D. Fernando de Lima</p> <p>1.2. D. Francisco de Lima, <b>3.º visconde de Vila Nova de Cerveira</b> ♂ D. Isabel de Noronha ♂ D. Filipa da Silveira</p> <p>1.3. D. Diogo de Lima ♂ Catarina da Rosa</p> <p>1.4. D. Simão de Lima, <b>religioso</b></p>	<p>1.1. Pedro Barreto, <b>comendador de Almada</b> ♂ Paula de Brito</p> <p>1.2. Guiomar de Castro ♂ Estevão de Brito, <b>alcaide-mor de Panoias</b></p> <p>1.3. Luisa da Silva ♂ Lopo Furtado de Mendonça, <b>comendador de Loulé</b></p>	-	<p>5.1. Violante de Miranda ♂ Heitor de Oliveira</p>

	<p>1.5. D. Maria de Lima, <b>freira na Madre de Deus, Lisboa</b></p> <p>1.6. D. Catarina de Melo ∞ Rui de Brito Patalim</p> <p>1.7. D. Isabel de Lima, a <i>Rainha da Pedra</i> ∞ Francisco Herrera</p> <p>2.1. D. Diogo Lopes de Lima, <b>alcaide-mor de Guimarães</b> ∞ Isabel de Castro, <b>senhora de Castro Daire</b></p> <p>2.2. D. João de Lima, <b>comendador de Adaúfe</b> ∞ Briolanja Henriques</p> <p>2.3. D. Jerónimo de Lima</p> <p>2.4. Leonel de Lima</p> <p>2.5. D. Maria de Lima ∞ Francisco Lopes Tinoco, <b>feitor da Casa da Índia e Mina</b></p> <p>2.6. D. Inês de Lima, <b>abadessa de Veterinho</b></p> <p><b>2.7. D. Leonor de Lima, abadessa de Veterinho</b></p> <p>2.8. D. Cristóvão de Lima</p> <p>2.9. D. Isabel de Lima ∞ Rui de Briteiros de Barros</p> <p>3.1. D. Froilos da Cunha ∞ Genebra Teles Barreto</p> <p>3.2. D. Vasco de Lima</p> <p>3.3. D. João de Lima</p> <p>3.4. D. Fernando de Lima ∞ Leonor Machado</p>	<p>1.4. Maria de Ataíde ∞ D. Francisco de Eça ∞ Álvaro de Lima</p> <p>4.1. Cristóvão de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa</b> ∞ Francisca Teles Barreto ∞ Maria de Eça</p> <p>4.2. Rui de Melo ∞ Inês de Melo</p> <p>4.3. Filipa de Melo ∞ João Pereira ∞ Diogo Soares de Melo, <b>9.º senhor de Melo</b></p> <p>6.1. Fernão Velho Barreto ∞ Genebra de Barros</p> <p>6.2. Álvaro Velho Barreto ∞ Senhorinha de Macedo Ribeiro</p> <p>6.3. Vasco Velho Barreto ∞ Inês Nunes</p> <p>6.4. Leonor Gomes Barreto ∞ António do Rego</p> <p>6.5. João Velho Barreto ∞ Violante Nunes Boto</p> <p>6.6. Simão Velho</p> <p>6.7. Martim Velho</p>		
--	---	--	--	--

	<p>3.5. Isabel de Lima da Cunha ∞ João Brandão</p> <p>3.6. Filipa da Cunha ∞ João Soares de Sequeira, o <i>de Santarém</i></p> <p>3.7. D. Rodrigo de Lima</p> <p>4.1. D. Leonel de Lima ∞ Inês (ou Domingas) Pires Nogueira</p> <p>4.2. D. Pedro de Lima e Melo, <b>abade de Refoios</b></p> <p>4.3. D. Manuel de Lima</p> <p>4.4. D. Fernando de Melo ∞ Madalena (ou Margarida) Anes</p> <p>4.5. D. Teresa de Lima ∞ Gomes de Sá</p> <p>4.6. D. Joana de Melo ∞ João Gomes de Abreu</p> <p>4.7. D. Leonor de Lima ∞ Aires de Coa</p> <p>4.8. D. Ana de Lima ∞ João Rodrigues de Araújo</p> <p>4.9. D. Filipa de Lima, <b>abadessa em S. Bento de Viana</b></p> <p>4.10. D. Inês de Lima, <b>freira em Vale de Pereiras</b></p> <p>4.11. D. Margarida de Lima, <b>freira em Vale de Pereiras</b></p> <p>4.12. D. Beatriz de Lima, <b>freira em S. Bento de Viana</b></p> <p>4.13. D. Isabel de Lima, <b>freira em S. Bento de Viana</b></p> <p>5.1. D. Rodrigo de Castro</p> <p>5.2. D. Fernando de Castro</p>			
--	--	--	--	--



<p>5.3. D. Álvaro de Castro, <b>senhor do Paul de Boquilobo</b> ∞ D. Leonor de Noronha</p> <p>5.4. D. Jorge de Castro ∞ Brites Pereira</p> <p>5.5. D. Guiomar de Castro ∞ Aires Gomes da Silva, <b>5.º senhor de Vagos, camareiro-mor de D. João II</b></p> <p>5.6. D. Filipa de Castro ∞ D. Gomes Soares de Melo, <b>alcaide-mor de Torres Vedras</b></p> <p>7.1. Joana de Sousa, <b>6.ª senhora de Baião</b> ∞ Manuel de Sousa</p> <p>8.1. Fernão Coutinho</p> <p>8.2. Leonel Coutinho ∞ Mécia de Azevedo</p> <p>8.3. Branca Coutinho ∞ Jorge de Melo, o <i>Lages</i>, <b>alcaide-mor de Redondo e de Pavia</b></p> <p>9.1. Pedro Gomes de Abreu, <b>5.º senhor de Regalados</b> ∞ Genebra de Magalhães</p> <p>9.2. Brites de Lima ∞ João de Brito Nogueira</p> <p>9.3. Duarte de Abreu</p> <p>9.4. Filipa da Cunha ∞ Baltazar de Sequeira</p> <p>11.1. Inês Lourenço de Lima ∞ Vasco Fernandes de Antas</p> <p>11.2. Fernão Lourenço de Lima ≠ N</p>			
---	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Limas: tomo XVII, pp. 121-132; Castros: tomo XI, p. 59; Coutinhos: tomo X, p. 88; Abreus: tomo I, p. 48; Andrades Freire: tomo I, p. 144; Silveiras: tomo XXVI, p. 181; Saldanhas: tomo XXVI, pp. 54-56; Mendonça: tomo XX, pp. 53-61; Borges: tomo VII, p. 106; Barretos: tomo VI, pp. 53-54; Sousas: tomo VIII, p. 242; Barretos Velhos: tomo VI, pp. 63-64; Melos: tomo, XVIII, pp. 136-147; Anaias: tomo II, pp. 199-200; Carvalhal: tomo IX, p. 179; Mirandas: tomo XX, p. 156.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Limas: tomo I, vol. I. pp. 434-461; Castros: tomo II, vol. II, pp. 116-117; Coutinhos: tomo III, vol. I, p. 329; Abreus: tomo II, vol. II, pp. 262-263; Andrades Freire: tomo II, vol. II, p. 14; Silveiras: tomo I, vol. II, p. 24; Saldanhas: tomo IV, vol. I, pp. 374-376; Mendonça: tomo IV, vol. I, p. 436; Lobatos: tomo IV, vol. II, p. 129; Borges: tomo III, vol. I, p. 177; Barretos: tomo III, vol. II, pp. 63-64; Melos: tomo I, vol. I, pp. 524-529; Anaias: tomo I, vol. II, pp. 587-591; Carvalhal: tomo III, vol. II, pp. 80-81; Mirandas: tomo III, vol. I, p. 143.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Limas: pp. 92-97; Castro: pp. 270-271; Coutinhos: pp. 445-446; Abreus: p. 194; Andrades Freire: p. 510; Saldanhas: pp. 235-236; Mendonça: p. 524; Barretos, p. 179; Melos: p. 482; Anaias: p. 234; Mirandas: p. 104.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Limas: pp. 256-265; Castro: p. 96; Coutinhos: pp. 196-197; Andrades Freire: p. 269; Silveiras: pp. 305-306; Mendonça: p. 276; Melos: pp. 170-171; Mirandas: p. 328.

## MANTEEIRO-MOR

Rui de Figueiredo, **comendador da Ordem de Cristo** ∞ Maria Jácome ∞ Maria Correia

Filhos	<p>Filhos do casamento com Maria Jácome: Francisco de Figueiredo ∞ Leonor Teixeira</p> <p>Filhos do casamento com Maria Correia: Jorge de Figueiredo, <b>escrivão da fazenda de D. João III</b> ∞ Catarina de Alarcão</p> <p>Duarte Figueiredo Correia ∞ N</p> <p>Diogo de Figueiredo ∞ N</p> <p>Isabel Coutinho ∞ Simão (ou Fernão) de Faria</p> <p>Filipa Coutinho</p>	
Pais	Henrique de Figueiredo ∞ Catarina Álvares	<p>1. Pedro Jácome, <b>amo do príncipe D. Afonso</b> ∞ Leonor Vieira</p> <p>2. Brás Afonso Correia, <b>desembargador</b> ∞ Isabel Coutinho</p>
Irmãos	<p>1. Filipa de Figueiredo ∞ Simão de Faria</p> <p>2. Margarida de Figueiredo ∞ Francisco de Távola ∞ Simão da Cunha</p> <p>3. Aires Gonçalves de Figueiredo, <b>comendador da Ordem de S. João</b></p> <p>4. João Lourenço de Figueiredo</p> <p>5. Gonçalo de Figueiredo</p> <p>6. Diogo de Figueiredo</p> <p>7. Isabel de Figueiredo ∞ Rui Gil Magro</p> <p>8. Leonor de Figueiredo ∞ Afonso de Bobadilha, <b>comendador de Horta Lagoa da Ordem de São Tiago</b></p>	-
Sobrinhos	<p>2.1. Guiomar da Cunha ∞ D. Henrique de Menezes, <b>2.º senhor do Lourçal</b></p> <p>7.1. Sebastião Rodrigues Magro ∞ Helena Soares de Albergaria</p> <p>7.2. Antónia de Figueiredo de Almeida ∞ Cristóvão de Franca Moniz, <b>senhor do couto de Serzedelo</b></p>	-

	7.3. Maria de Figueiredo ∞ Diogo Lopes Girão 7.4. Francisca de Figueiredo ∞ Álvaro de Sande Zagalo			
Avós	João Lourenço de Figueiredo, <b>alcaide-mor da Covilhã</b> ∞ Senhorinha de Figueiredo	João Álvares ∞ N	João Correia ∞ N	-
Tios	1. João de Figueiredo ∞ Brites Feio 2. Gomes de Figueiredo, <b>guarda roupa, armador-mor de D. Afonso V</b> ∞ Leonor de Melo 3. Pedro de Figueiredo ∞ Maria Feio 4. Fernão de Figueiredo ∞ N	-	-	-
Primos	1.1. Henrique de Figueiredo ∞ Leonor da Gama 1.2. Maria Feio ∞ Simão do Amaral 1.3. Catarina Feio ∞ Rui Nunes 2.1. Aires (ou António) Gomes de Figueiredo 2.2. Diogo de Melo ∞ D. Maria (ou Leonor) Manoel de Noronha 2.3. Isabel de Melo ∞ D. Fernando de Faro, <b>3.º senhor de Vimieiro</b> 2.4. Guiomar de Melo ∞ Rui de Melo, <b>alcaide-mor de Elvas</b> 2.5. Sebastião Gomes de Figueiredo ∞ Antónia Fernandes de Vasconcelos 2.6. João de Figueiredo 2.7. Antão de Figueiredo 2.8. Brites de Figueiredo	-	-	-

	<p>2.9. Ana Feio</p> <p>2.10. Diogo de Figueiredo ∞ N</p> <p>2.11. Francisco de Figueiredo</p> <p>3.1. João de Figueiredo ∞ Branca Tavares</p> <p>3.2. Antão de Figueiredo</p> <p>3.3. Henrique de Figueiredo ∞ Maria da Gama</p> <p>3.4. Maria de Figueiredo ∞ Simão do Amaral</p> <p>3.5. Ana de Figueiredo ∞ Bernardo Luís</p> <p>4.1. Luís Dias de Figueiredo ∞ N</p>			
--	---	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Figueiredo: tomo XIV, pp. 102-127; Magros: tomo XVIII, p. 9.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Figueiredo: pp. 205-206.

## GUARDA-MOR

D. Nuno Manoel, **senhor de Salvaterra de Magos** ∞ Leonor de Milan y Aragón ∞ D. Lourença de Ataíde

Filhos	<p>Filhos do casamento com Leonor de Milan y Aragón</p> <p>D. Fradique Manoel, <b>senhor de Tancos e Atalaia</b> ∞ Maria de Ataíde, <b>senhora de Penacova</b></p> <p>D. João Manoel, <b>comendador de Idanha-a-Nova da Ordem de Cristo</b> ∞ D. Leonor de Vilhena ∞ D. Maria de Almeida</p> <p>D. Francisco Manoel de Aragão</p> <p>D. Jorge Manoel, <b>comendador de S. Vicente</b> ∞ Leonor de Brito</p> <p>D. Afonso Manoel, <b>comendador de Tife da Ordem de Cristo</b> ∞ N</p> <p>D. Leonor de Milan ∞ Nuno Rodrigues Barreto, <b>alcaide-mor de Faro</b></p> <p>D. Maria de Aragón ∞ Álvaro Fernandez de Cordoba, <b>senhor de Valenzuela</b></p> <p>D. Joana de Aragão ∞ Rui Barreto de Melo</p>			
Pais	D. João Manoel, <b>bispo da Guarda</b> ≠ Justa Rodrigues	Jaime de Milan y Borja, 1.º <b>conde de Albayda</b> ∞ Leonor de Aragón		
Irmãos	1. D. João Manoel, <b>alcaide-mor de Santarém</b> ∞ D. Isabel de Menezes	<p>1. María de Milan d' Aragón ∞ Jofre de Borja, <b>príncipe de Squillace</b></p> <p>2. Cristóbal Milá de Aragón, 2.º <b>conde de Albaida</b> ∞ N Pallás</p> <p>3. Isabel de Milán</p>		
Sobrinhos	1.1. D. Joana Manoel ∞ Alonso Pacheco Portocarrero, <b>senhor de las Sirgadas</b>	<p>1.1. Francesco de Borgia, <b>príncipe de Squillace</b> ∞ Isabella Piccolomini ∞ Isabella Milano d' Aragona</p> <p>1.2. Marina Borgia ∞ Michele d' Ayerbe d' Aragona, <b>conde de Simari</b></p> <p>1.3. Lucrezia Borgia d' Aragona ∞ Giovanni Carafa, <b>marquês de Castelvetere</b></p> <p>2.1. Juan Mila de Aragon y Pallás, <b>conde de Albayda</b> ∞ Blanca Coloma y Cardona</p>		
Avós	-	João Pereira ∞ Iria Gonçalves	Luís Juan de Milan y Borja, <b>cardeal</b> ≠ Angelina Rames	Alfonso de Aragón, 1.º <b>duque de Villahermosa</b> ∞ Leonor de

				Sotomaior y Portugal ≠ Maria Junquers
Tios	-	-	-	<p>Tios</p> <p>1. Juan de Aragon, 1.º <b>duque de Luna</b> ∞ Maria Lopez de Gurrea</p> <p>Tios do casamento com Leonor de Sotomaior y Portugal</p> <p>2. Fernando de Aragon</p> <p>3. Alfonso de Aragón, 2.º <b>duque de Villahermosa</b></p> <p>4. Mariana de Aragón ∞ Roberto II di Sanseverino e Montefeltro, 3.º <b>principe di Salerno</b> ∞ Giacomo de Appiano, <b>príncipe de Piombino</b></p> <p>Tios com N</p> <p>5. Aldonza de Aragon ∞ Geraldo de Guardiola y Cardona</p> <p>Tios com Elvira de Maldonado</p> <p>6. Catalina de Aragon, <b>freira</b></p> <p>7. Enrique de Aragón, <b>bispo de Gallipoli</b></p> <p>Tios com Maria Sanchez Conejo</p> <p>8. Alfonso de Aragón, <b>arcebispo de Tarragona</b></p> <p>9. Fernando de Aragon</p>
Primos	-	-	-	<p>1.1. Juan de Aragón</p> <p>1.2. Diego de Aragón</p> <p>1.3. Alonso Felipe de Aragón y Gurrea, 2.º <b>duque de Luna</b> ∞ Isabel de Cárdoma y Enríquez ∞ Isabel de Espes ∞ Ana Sarmiento Ulloa y Castilla</p>

				1.4. Fernando de Aragón 1.5. María de Aragón 1.6. Ana de Aragón 1.7. Juan de Aragón 1.8. Juana de Aragón ∞ Garci Pérez de Veraiz ∞ Francisco de la Caballeria 4.1. Fernando Sanseverino de Aragón, <b>3.º duque de Villahermosa</b> ∞ Isabel de Villamarín y de Cardona ∞ Françoise de Pluviers, <b>senhora de Verclos</b> 5.1. Andres Matheo Guardiola y Aragon ∞ Ginesa Pacheco y Giron
--	--	--	--	---

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Manoeis: tomo XVIII, pp. 48-52.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Manoeis: pp. 150-152.

Jaime de Milan y Borja: <https://geneall.net/pt/nome/10763/jaime-de-milan-y-borja-1-conde-de-albayda/> [consultado em 22/09/2021].



## COPEIRO-MOR

Artur de Brito ∞ Francisca Henriques

Filhos	-			
Pais	Jorge de Brito, <b>copeiro-mor</b> ∞ Violante Pereira	António de Miranda, <b>alcaide-mor de Avis</b> ∞ Inês da Rosa		
Irmãos	1. Gaspar de Brito ∞ Francisca (ou Branca) Freire 2. Belchior de Brito 3. Genebra de Brito ∞ António da Silveira, <b>comendador de Arguim</b> 4. Inês ∞ N, <b>conde de Fracas</b>	1. Jorge de Miranda, <b>frade de S. Elói</b> 2. Manuel de Miranda 3. Briolanja Henriques ∞ D. João de Lima, <b>comendador de Adaúfe</b>		
Sobrinhos	1.1. Luis de Brito ∞ D. Inês de Castro 1.2. Jorge de Brito 1.3. Artur de Brito 1.4. Gaspar de Brito ∞ Brites Godins ∞ N 1.5. Francisco de Brito 1.6. Leonor de Brito ∞ D. Jorge Manoel, <b>comendador de S. Vicente</b> 3.1. Vasco da Silveira ∞ D. Inês de Noronha	3.1. D. António de Lima de Miranda, <b>comendador de Painsalves</b> ∞ Jerónima ou Guiomar de Sousa 3.2. D. Inês de Lima ∞ Francisco de Miranda Henriques, o <i>Dr. Padre</i> , <b>alcaide-mor de Cabeço de Vide</b> 3.3. D. Catarina de Lima ∞ Álvaro Gonçalves de Moura, <b>alcaide-mor de Marvão</b> 3.4. D. Maria de Lima ∞ Fernão de Torres, <b>comendador de Santiago de Besteiros</b>		
Avós	Artur de Brito, <b>alcaide-mor de Beja</b> ∞ D. Catarina de Almada	Martim Vaz Pacheco de Castelo Branco ∞ N	Aires de Miranda, <b>alcaide-mor de Vila Viçosa</b> ∞ D. Briolanja Henriques	-
Tios	1. Gabriel de Brito, <b>alcaide-mor de Aldeia Galega</b> ∞ Filipa de Miranda ∞ D. Margarida de Menezes 2. Estevão de Brito, <b>alcaide-mor de Beja</b> ∞ Joana Freire de Andrade ∞ Guiomar Freire ≠ N 3. António de Brito, <b>caçador-mor de D. Afonso V</b> ∞ Violante Pereira ≠ N	-	1. Francisco de Miranda Henriques ∞ Cecília de Azambuja 2. Simão de Miranda, <b>comendador de Povos</b> ∞ Maria Queimado ∞ Isabel de Castro 3. Henrique Henriques de Miranda, <b>alcaide-mor de Fronteira</b> ∞ Maria de Sousa	-

	<p>4. Lourenço de Brito, <b>comendador de Salvaterra</b> ≠ N</p> <p>5. Francisco de Brito, <b>copeiro-mor, comendador de Segura e Salvaterra, capitão de Cananor</b></p> <p>6. Cecília de Brito ∞ Carlos Henriques, <b>comendador de Proença</b></p> <p>7. Helena de Brito ∞ Nuno Freire de Andrade</p> <p>8. Guiomar de Albuquerque ∞ Manuel da Costa e Castro</p>		<p>4. Filipa de Miranda Henriques ∞ D. João Pereira, <b>comendador do Pinheiro</b></p> <p>5. Margarida de Miranda, <b>camareira-mor da rainha D. Leonor, mulher de D. João II</b></p>	
Primos	<p>1.1. Jorge de Brito, <b>alcaide-mor de Aldeia Galega</b> ∞ D. Maria Henriques</p> <p>1.2. Luis de Brito ∞ Catarina Coutinho</p> <p>1.3. Sebastião de Brito, <b>capitão do Malabar</b> ∞ Francisca da Costa</p> <p>1.4. Afonso Teles de Menezes, <b>prior de S. Nicolau</b></p> <p>1.5. Maria de Menezes ∞ Bernardo Côrte-Real, <b>alcaide-mor de Tavira</b></p> <p>1.6. Ângela de Menezes ∞ Manuel de Utra Côrte-Real, <b>capitão do Faial</b></p> <p>1.7. Ana da Silva ∞ André Jorge de Abreu</p> <p>1.8. Inês de Meneses, <b>freira em Santa Ana de Lisboa</b></p>	-	<p>1.1. Diogo de Miranda Henriques, <b>comendador de Cabeço de Vide e Alter Pedroso</b> ∞ Branca de Eça</p> <p>1.2. Aires de Miranda</p> <p>1.3. Pedro de Miranda, <b>deão de Évora</b></p> <p>1.4. Filipa Henriques ∞ Pedro Fernandez de Cordoba, <b>senhor de la Lubia e de Albendin</b></p> <p>1.5. D. Maria Henriques ∞ Martim Afonso de Melo</p> <p>1.6. D. Isabel Henriques ∞ Pedro Moniz, <b>reposteiro-mor de D. Manuel I</b></p> <p>1.7. Simão de Miranda</p> <p>1.8. D. Joana de Miranda, <b>freira em Évora</b></p> <p>1.9. D. Teresa de Miranda, <b>freira em Santa Clara de Coimbra</b></p> <p>2.1. Fernão de Miranda ∞ Isabel Mascarenhas</p>	-

<p>2.1. Margarida de Brito ∞ D. Pedro de Sousa, <b>1.º conde do Prado</b></p> <p>2.2. Violante de Brito ∞ Nuno Fernandes da Mina, <b>comendador de Panóias, vedor de D. Jorge</b></p> <p>3.1. Pedro de Brito</p> <p>3.2. Brites de Brito ∞ D. João Pereira de Serpa, o <i>Espelho</i></p> <p>3.3. Maria de Brito ∞ D. Nuno de Castro ∞ António de Sousa de Abreu</p> <p>3.4. D. Isabel de Brito</p> <p>3.5. Maria de Brito ∞ Jorge Barreto Pereira</p> <p>4.1. António de Brito, <b>capitão do Moluco</b></p> <p>6.1. D. Manuel Henriques</p> <p>6.2. D. Artur Henriques</p> <p>6.3. D. Diogo Henriques</p> <p>6.4. D. Joana Henriques ∞ Rui de Melo, o <i>Punho</i>, <b>alcaide-mor de Alegrete</b> ∞ D. João de Vasconcelos e Meneses, <b>2.º conde de Penela</b></p> <p>6.5. D. Francisca Henriques</p> <p>7.1. Rui Freire de Andrade, o <i>do Olho</i> ∞ D. Filipa de Lima</p>		<p>2.2. Diogo de Miranda ∞ D. Violante de Castro e Lima</p> <p>2.3. Filipa Henriques ∞ D. Pedro Mascarenhas, <b>6.º vice-rei da Índia</b></p> <p>2.4. Helena de Miranda Henriques ∞ Fernão Mascarenhas, <b>comendador de Aljustrel</b></p> <p>2.5. Violante de Castro ∞ D. Diogo de Menezes, o <i>Roxo</i>, <b>3.º senhor de Lourçal</b></p> <p>3.1. Francisco de Miranda, <b>comendador de Alcáçovas de Elvas da Ordem de Avis</b> ∞ Jerónima da Silveira</p> <p>3.2. Rui de Miranda, <b>copeiro-mor do cardeal D. Henrique</b> ∞ Francisca de Sousa ∞ Joana Pereira</p> <p>3.3. Diogo de Miranda</p> <p>3.4. Simão de Miranda ∞ Violante de Azevedo</p> <p>3.5. Joana Henriques ∞ Manuel da Silveira, <b>alcaide de Terena</b></p> <p>3.6. Violante Henriques ∞ Gonçalo Vaz Pinto, <b>4.º senhor de Ferreiros e Tendais</b></p> <p>3.7. Ana de Miranda Henriques ∞ Heitor de Figueiredo, <b>comendador de Borba</b></p> <p>3.8. Antónia de Miranda Henriques ∞ Gaspar de São Paio</p> <p>4.1. D. Francisco Pereira ∞ Francisca da Guerra ∞ Joana de Tovar ∞ D. Bernarda Coutinho</p>	
--	--	--	--

			4.2. D. Antónia Henriques ∞ D. Lopo de Almeida	
--	--	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Britos: tomo VII, pp. 73-82; Henriques: tomo XVI, p. 107; Andrade Freire: tomo I, p.144; Mirandas: tomo XX, pp. 156-165; Limas: tomo XVII, p. 129; Pereiras: tomo XXII, p. 184.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Britos: tomo IV, vol. I, p. 242; Henriques: tomo I, vol. II, p. 214; Mirandas: tomo III, vol. I, pp. 143-159; Limas: tomo I, vol. I, pp. 447-448; Pereiras: tomo II, vol. I, p. 63.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Britos: pp. 135-138; Mirandas: pp. 105-108.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Britos: pp. 361-363; Mirandas: pp. 329-332.

## CAPITÃO-MOR DOS GINETES

D. João Mascarenhas, **2.º senhor de Lavre e Estepa** ∞ D. Margarida Coutinho

Filhos	<p>D. Fernão Martins Mascarenhas, <b>capitão dos ginetes</b> ∞ D. Elvira de Mendoza</p> <p>D. Vasco Mascarenhas ∞ D. Maria de Mendonça</p> <p>D. Nuno Mascarenhas</p> <p>D. Francisco Mascarenhas, <b>1.º conde de Santa Cruz</b> ∞ Leonor de Ataíde</p> <p>D. Catarina da Silva ∞ Vasco Anes Corte-Real</p> <p>D. Violante Henriques ∞ D. Martinho Soares de Alarcão, <b>alcaide-mor de Torres Vedras</b></p> <p>D. Leonor Mascarenhas ∞ D. João Lobo da Silveira, <b>4.º barão de Alvito</b></p> <p>D. Diogo Mascarenhas</p>	
Pais	D. Fernão Martins Mascarenhas, <b>1.º senhor de Lavre e Estepa</b> ∞ Violante Henriques	D. Vasco Coutinho, <b>1.º conde de Redondo</b> ∞ D. Catarina da Silva
Irmãos	<p>1. D. Nuno Mascarenhas, <b>comendador de Almodôvar</b> ∞ Brites da Silva</p> <p>2. D. Pedro Mascarenhas, <b>6.º vice-rei da Índia</b> ∞ Filipa Henriques ∞ D. Helena Mascarenhas</p> <p>3. D. Manuel Mascarenhas, <b>comendador de Rosmaninhal</b> ∞ Leonor de Sousa</p> <p>4. D. Isabel Henriques ∞ D. João Coutinho, <b>2.º conde de Redondo</b></p> <p>5. D. Leonor Henriques ∞ Simão Freire de Andrade, <b>5.º senhor de Bobadela</b></p> <p>6. António de Mascarenhas</p>	<p>1. D. João Coutinho, <b>2.º conde de Redondo</b> ∞ D. Isabel Henriques</p> <p>2. D. Bernardo Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém</b> ∞ D. Brites de Menezes ∞ D. Joana de Menezes</p> <p>3. D. Maria da Silva ∞ D. Pedro de Almeida, <b>alcaide-mor de Torres Novas</b></p> <p>4. D. Isabel de Castro ∞ Jorge Barreto, <b>senhor de Rodão</b></p>
Sobrinhos	<p>1.1. D. João Mascarenhas ∞ D. Helena Pereira Barreto</p> <p>1.2. D. Pedro Mascarenhas ≠ Maria de Brito</p> <p>1.3. D. Nuno Mascarenhas</p> <p>3.1. D. Fernando Mascarenhas, <b>senhor do Rosmaninhal</b> ∞ D. Filipa da Silva</p> <p>3.2. D. Francisco Mascarenhas, <b>capitão de Ormuz</b> ∞ Jerónima de Castro</p>	<p>1.1. D. Francisco Coutinho, <b>3.º conde de Redondo</b> ∞ Maria de Blaesvelt</p> <p>1.2. D. Álvaro Coutinho, <b>comendador de Almourol</b> ∞ D. Brites da Silva</p> <p>1.3. D. Violante Henriques ∞ D. Afonso de Lancastre, <b>comendador-mor de São Tiago</b></p> <p>2.1. D. Pedro Coutinho ∞ Ana Brandão</p>

	<p>3.3. D. Isabel Mascarenhas ∞ D. Jorge Telo de Menezes, <b>capitão de Sofala</b></p> <p>3.4. D. Vasco Mascarenhas</p> <p>3.5. D. Brites Mascarenhas</p> <p>4.1. D. Francisco Coutinho, <b>3.º conde de Redondo</b> ∞ Maria de Blaesvelt</p> <p>4.2. D. Álvaro Coutinho, <b>comendador de Almourol</b> ∞ D. Brites da Silva</p> <p>4.3. D. Isabel Henriques ∞ D. Afonso de Lancastre, <b>comendador-mor de São Tiago</b></p> <p>5.1. Fernão Martins Freire ∞ Branca Freire da Costa</p> <p>5.2. João Freire de Andrade, <b>6.º senhor de Bobadela</b> ∞ D. Branca de Vilhena</p> <p>5.3. Fernando Martins Freire de Andrade ∞ D. Antónia Pereira de Berredo</p> <p>5.4. Gomes Freire de Andrade ∞ Leonor de Cardenas</p> <p>5.5. Guiomar Henriques ∞ D. Simão da Silveira</p> <p>5.6. Violante Henriques ∞ D. Pedro de Sousa, <b>3.º senhor de Beringel</b></p> <p>5.7. Leonor Henriques</p>	<p>2.2. D. João Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém e Almeirim</b> ∞ D. Catarina de Menezes</p> <p>2.3. D. Vasco Coutinho</p> <p>2.4. D. Guiomar Coutinho ∞ D. Francisco de Moura, <b>senhor da Azambuja</b></p> <p>2.5. D. Catarina Coutinho ou D. Catarina de Menezes ∞ D. Duarte de Castelo-Branco, <b>1.º conde de Sabugal</b></p> <p>3.1. D. Vasco de Almeida, <b>comendador do Alfange de Santarém</b></p> <p>3.2. D. Brites da Silva ∞ D. Álvaro Coutinho, <b>comendador de Almourol</b></p> <p>3.3. D. Catarina da Silva de Almeida ∞ António Jorge de Andrade</p> <p>4.1. Guiomar Coutinho ∞ D. Francisco de Moura, <b>6.º senhor de Azambuja</b></p>		
Avós	Nuno Vaz Mascarenhas ∞ Catarina de Ataíde	Fernão da Silveira, <b>1.º senhor de Sarzedas, coudel mor</b> ∞ D. Isabel Henriques	D. Fernando Coutinho, <b>4.º marechal de Portugal</b> ∞ D. Joana de Castro ∞ Catarina de Albuquerque	D. João de Menezes, <b>4.º senhor de Cantanhede</b> ∞ Leonor da Silva
Tios	<p>1. João Mascarenhas ∞ Maria Ribeiro ∞ D. Joana de Noronha</p> <p>2. Isabel de Ataíde ∞ Estevão de Gois, <b>alcaide-mor de Mértola</b></p> <p>3. Brites de Ataíde ∞ Rui Gomes de Azevedo, <b>alcaide-mor de Alenquer</b></p>	<p>1. Francisco da Silveira, <b>2.º senhor de Sarzedas, coudel mor de D. Manuel I</b> ∞ D. Margarida de Noronha</p> <p>2. Jorge da Silveira, <b>alcaide-mor de Castelo Rodrigo</b> ∞ Margarida Furtado de Mendonça ∞ D. Filipa de Lima</p> <p>3. Diogo da Silveira ∞ Branca Correia ∞ Maria de Távora ∞ N</p> <p>4. Mécia Henriques ∞ D. Pedro de Sousa, <b>1.º conde do Prado</b></p>	<p>1. D. Álvaro Gonçalves Coutinho, <b>5.º marechal de Portugal</b> ∞ D. Brites Soares de Melo</p> <p>2. D. Tristão Coutinho ∞ Isabel Fogaça</p> <p>3. D. Guterre Coutinho ∞ Isabel Pereira</p> <p>4. D. Diogo Coutinho</p> <p>5. D. Henrique Coutinho, <b>dom prior de Guimarães</b></p> <p>6. D. João Coutinho</p>	<p>1. D. Pedro de Menezes, <b>1.º conde de Cantanhede</b> ∞ D. Leonor de Castro ∞ D. Brites Soares de Melo ∞ D. Guiomar Coutinho ≠ N</p> <p>2. D. João de Menezes, <b>alcaide-mor do Cartaxo</b> ∞ Isabel de Mendanha</p> <p>3. D. Afonso de Menezes</p> <p>4. D. Brites de Menezes ∞ Henrique de Sá, <b>alcaide-mor do Porto</b></p> <p>5. D. Rodrigo de Menezes, <b>comendador de Grândola</b> ∞ Leonor Pereira Mascarenhas ∞ D.</p>

		5. Maria Henriques ∞ Francisco de Mendanha, <b>alcaide-mor de Castro Nuno</b>	7. D. Maria Coutinho ∞ D. Rodrigo de Castro, o <i>de Monsanto</i> , <b>senhor de Valhelhas e Almendra</b> 8. D. Rodrigo Coutinho 9. D. Filipa Coutinho ∞ Lopo Afonso de Couros	Isabel de Sousa ∞ Isabel de Macedo ≠ N
<b>Primos</b>	1.1. Nuno Mascarenhas 1.2. Pedro Mascarenhas ∞ Maria Pereira 1.3. Catarina de Ataíde ∞ Francisco de Lemos, <b>comendador de Samora Correia</b> 1.4. Mécia de Noronha ∞ João de Melo Barreto 1.5. Maria de Noronha ∞ Jorge Correia, <b>senhor de Paio Pires</b> 2.1. Francisco de Gois, <b>alcaide-mor de Serpa</b> ∞ Branca de Sousa 2.2. Catarina de Ataíde ∞ Cristóvão Correia 2.3. Filipa de Gois ∞ Pedro Correia de Atouguia, <b>2.º Senhor de Belas</b> 3.1. Gonçalo Gomes de Azevedo ∞ Isabel Vaz de Castelo-Branco	1.1. Fernão da Silveira, <b>3.º senhor de Sarzedas</b> ∞ Maria da Silva ∞ Germiniza Mascarenhas 1.2. Violante de Noronha ∞ D. Pedro de Noronha, <b>6.º senhor de Vila Verde dos Francos</b> 1.3. Bernardim da Silveira, o <i>Drago</i> ∞ D. Inês de Almeida 1.4. Heitor da Silveira 1.5. Manuel da Silveira 1.6. Isabel de Noronha 1.7. Cecília de Noronha 1.8. Jorge da Silveira 2.1. Vasco da Silveira, <b>alcaide-mor de Castelo Rodrigo</b> ∞ Leonor de Menezes ∞ D. Leonor Henriques ∞ Brites de Lima 2.2. António da Silveira, <b>comendador de Arguim</b> ∞ Genebra de Brito 2.3. Fernão da Silveira ∞ Guiomar da Cunha 2.4. Francisca de Mendonça ∞ Henrique de Sousa, <b>senhor de Oliveira do Bairro</b> 2.5. Guiomar de Lima ∞ Aires de Sousa Coutinho	1.1. D. Fernando Coutinho, <b>6.º marechal de Portugal</b> ∞ Maria de Noronha 1.2. D. Rodrigo Coutinho, <b>capitão de Arzila</b> 1.3. D. Mécia ou Melícia de Melo, <b>abadessa em Arouca</b> 2.1. D. Gonçalo Coutinho <b>comendador e alcaide-mor de Arruda</b> ∞ Beatriz de Castro ∞ N 2.2. D. Guiomar Coutinho ∞ D. Pedro de Menezes, <b>1.º conde de Cantanhede</b> 7.1. D. Francisco de Castro 7.2. D. Joana Coutinho ∞ João Fernandes Cabral, <b>5.º senhor de Azurara</b> 7.3. D. Guiomar de Castro ∞ João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, <b>5.º senhor de Figueiró</b> 7.4. D. Isabel de Castro ∞ D. Fernando de Castro, <b>alcaide-mor do Sabugal</b> 7.5. D. Antónia de Castro ∞ D. João Lobo da Silveira, <b>senhor de Alvito</b> 7.6. D. Cristóvão de Castro, <b>clérigo</b> 7.7. D. Jorge de Castro	1.1. D. Jorge de Menezes, <b>6.º senhor de Cantanhede</b> ∞ Leonor de Sotomaior 1.2. D. João de Menezes, o <i>Ladrão</i> ∞ Guiomar Coutinho 1.3. D. Manuel de Menezes, <b>pajem de D. Manuel I</b> 1.4. D. Maria de Menezes ∞ D. Henrique de Menezes, o <i>Bacalhau</i> 1.5. D. Garcia de Menezes 1.6. D. Aleixo de Menezes, o <i>mais Moço</i> ∞ D. Joana de Menezes ∞ D. Luisa da Silveira 1.7. D. Afonso de Menezes 1.8. D. Estevão de Menezes, <b>clérigo</b> 1.9. D. Tristão de Menezes 1.10. D. Maria da Silva, <b>abadessa de Santa Clara de Coimbra</b> 1.11. D. Isabel de Menezes ∞ António de Azevedo, <b>12.º almirante de Portugal</b> 1.12. D. Leonor de Menezes ∞ Mateus da Cunha, <b>7.º senhor de Pombeiro</b> 1.13. D. Brites de Menezes ∞ D. Bernardo Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém</b>

		<p>2.6. Isabel (ou Joana) de Lima ∞ Fernando de Toledo, <b>senhor de Horcajada</b></p> <p>2.7. Joana da Silveira ∞ Francisco de Miranda</p> <p>3.1. Mécia de Távora ∞ D. Álvaro de Noronha, <b>governador de Azamor</b></p> <p>3.2. Isabel de Távora ∞ D. João da Silveira de Noronha, <b>claveiro</b></p> <p>3.3. Leonor da Silveira ∞ D. Simão de Menezes, <b>comendador de Grândola</b></p> <p>3.4. Jorge da Silveira</p> <p>3.5. Fernão da Silveira</p> <p>3.6. Duarte da Silveira</p> <p>4.1. D. Francisco de Sousa ∞ D. Maria de Noronha</p> <p>5.1. Pedro de Mendanha ∞ Camila de Brito</p> <p>5.2. Luis de Mendanha ∞ Inês de Brito ∞ Maria da Silva</p> <p>5.3. Isabel Henriques ∞ Tristão de Sousa, <b>trinchante do infante D. Luís</b></p>	<p>9.1. Rui Lopes Coutinho ∞ D. Joana Coutinho</p> <p>9.2. Maria de Azevedo ∞ D. Francisco de Viveros</p> <p>9.3. Isabel Coutinho ∞ Gil de Viveiros, <b>senhor de Castro Novo</b></p>	<p>1.14. D. Joana de Menezes ∞ D. Bernardo Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém</b></p> <p>1.15. D. Bernardo de Menezes ∞ N... Caldeira</p> <p>1.16. D. Pedro de Menezes, o <i>Roxo</i> ∞ Maria Velho</p> <p>1.17. D. Paulo de Menezes</p> <p>4.1. João Rodrigues de Sá, o <i>Velho</i>, <b>alcaide-mor do Porto</b> ∞ Camila Noronha</p> <p>4.2. Antão de Sá</p> <p>4.3. Cristóvão de Sá, <b>franciscano</b></p> <p>4.4. Leonor de Menezes ∞ Diogo Lopes de Azevedo, <b>5.º senhor de São João de Rei</b> ∞ Jorge de Vasconcelos, <b>provedor dos armazéns de Lisboa</b></p> <p>4.5. Maria de Menezes ∞ D. Fernando de Almada, <b>capitão de Lisboa</b></p> <p>5.1. D. Maria de Menezes ∞ D. Antão de Almada</p> <p>5.2. D. Joana de Menezes ∞ D. Diogo de Noronha, <b>comendador-mor da Ordem de Cristo</b></p> <p>5.3. D. Simão de Menezes ∞ Leonor da Silveira ∞ Joana Boto</p> <p>5.4. D. Fernando de Menezes</p> <p>5.5. D. Vicente de Menezes</p> <p>5.6. D. Tristão de Menezes ∞ D. Isabel de Castro</p> <p>5.7. D. Jorge de Menezes</p>
--	--	--	---	--



Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Silveiras: tomo XXVI, pp. 180-181; Mascarenhas: tomo XVIII, pp. 79-86; Mendanha: tomo XX, pp. 9-10; Coutinhos: tomo X, pp. 16-21; Meneses: tomo XVIII, pp. 206-221; Sousas: tomo VIII, p.74; Barretos: tomo VI, p. 57; Castros: tomo XI, p. 108; Sás: tomo XXVI, p. 118; Almeidas: tomo II, p. 89.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Silveiras: tomo I, vol. II, pp. 22-26; Mascarenhas: tomo III, vol. I, pp. 100-124; Mendanha: tomo III, vol. I, pp. 136-137; Coutinhos: tomo III, vol. I, p. 315; Sousas: tomo I, vol. I, pp. 319-320; Meneses: tomo II, vol. II, pp. 338-356; Barretos: tomo III, vol. II, p. 61; Castros: tomo II, vol. II, pp. 113-114; Almeidas: tomo II, vol. II, p. 409.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Silveiras: pp. 100-102; Mascarenhas: pp. 542-545; Coutinhos: pp. 436-441; Meneses: pp. 290-294; Barretos: p. 178; Castros: p. 270; Sás: p.110; Almeidas: p. 537.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Silveiras: pp. 300-306; Mascarenhas: pp. 294-296; Coutinhos: pp. 191-195; Meneses: pp. 106-108; Castros: p. 96; Sás: pp. 314-315; Almeidas: p. 289.

## ESTRIBEIRO-MOR

Francisco Homem ∞ D. Maria de Menezes

Filhos	-	
Pais	Pedro Homem, <b>estribeiro-mor</b> ∞ Guiomar (ou Violante ou Brites) Pacheco	D. Rui Gomes da Silva, o <i>Moço</i> , <b>4.º alcaide de Campo Maior</b> ∞ Urraca de Moura
Irmãos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Henrique Homem</li> <li>2. Tristão Homem</li> <li>3. Pedro Homem, capitão de Malaca ∞ Turibia de Oliveira</li> <li>4. Isabel Pacheco ∞ D. Francisco Pereira de Berredo, <b>senhor do Azinhal</b></li> <li>5. Guiomar Pacheco ∞ D. Fernando de Eça</li> <li>6. Margarida Pacheco ∞ António de Mendonça, <b>alcaide-mor de Chaves</b></li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. D. Afonso Teles de Menezes, <b>5.º alcaide-mor de Campo Maior</b> ∞ Isabel de Ataíde</li> <li>2. D. António da Silva, <b>senhor do Morgado de Xévora</b> ∞ D. Branca de Menezes</li> <li>3. D. Bernardim da Silva ∞ Maria de Melo</li> <li>4. D. Luis da Silva, <b>capitão de Tânger</b> ∞ Branca Brandão</li> <li>5. D. Rui Gomes da Silva</li> <li>6. D. Tristão da Silva</li> <li>7. D. Francisca da Silva ∞ Francisco Cardoso de Guimarães</li> <li>8. D. Pedro da Silva, o <i>Cafre</i></li> <li>9. Filipa da Silva, <b>freira</b></li> <li>10. Isabel da Silva, <b>freira</b></li> <li>11. Catarina da Silva, <b>freira</b></li> </ol>
Sobrinhos	<ol style="list-style-type: none"> <li>4.1. D. Cristóvão Pereira</li> <li>4.2. D. Pedro Homem Pereira ≠ Branca Gomes</li> <li>4.3. D. Antónia Pereira de Berredo ∞ Fernando Martins Freire de Andrade, <b>monteiro-mor do infante D. Luís</b></li> <li>4.4. D. Isabel Pereira de Berredo ∞ Luis da Silva Teles de Menezes, <b>capitão de Tânger</b></li> <li>4.5. D. Catarina Pereira de Berredo ∞ Diogo Rodrigues de Elvas</li> <li>4.6. D. N. Pereira de Berredo</li> <li>5.1. D. Maria de Eça ∞ Manuel de Sousa, o <i>Fino Macho</i></li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. D. Branca da Silva ∞ D. Francisco Lobo, <b>comendador de Rio Torto</b></li> <li>2.1. D. André da Silva, <b>senhor de Assumar</b> ∞ Isabel de Castro</li> <li>2.2. D. Fernão da Silva ∞ Luisa de Castro</li> <li>2.3. D. Isabel de Menezes ∞ Rui de Melo, <b>alcaide-mor de Elvas</b> ∞ Rui Teles de Menezes ∞ Rui Mendes de Vasconcelos, <b>1.º conde de Castelo Melhor</b></li> <li>2.4. D. Maria de Menezes ∞ D. Jorge Henriques, <b>senhor de Barbacena</b> ∞ João Álvares de Andrade ∞ António de Saldanha</li> <li>2.5. D. Joana da Silva</li> <li>2.6. D. Guiomar da Silva</li> </ol>

	5.2. D. Ana de Eça ∞ D. Aires Correia		2.7. D. Urraca da Silva 4.1. Francisco da Silva ∞ Garcia de Sousa 4.2. Madalena da Silva ∞ João de Meneses	
Avós	Asenco Homem ∞ Maior de Mafalda	Lizuarte Pires de Andrade ∞ Margarida Pacheco	D. Afonso Teles da Silva, <b>3.º alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela</b> ∞ Joana de Azevedo	Pedro de Moura, <b>alcaide-mor de Marvão</b> ∞ Filipa da Silveira
Tios	1. Vasco Fernandes Homem, <b>comendador da Freiria de Évora</b> ∞ Helena Aires	1. Fernão Pires de Andrade ∞ Maria da Silva 2. Simão Pires de Andrade ∞ D. Brites de Menezes 3. Catarina Pires de Andrade ∞ Francisco Pires de Távora 4. Isabel Pacheco ∞ N Barbudo	1. D. Tristão da Silva ∞ Margarida de Arca 2. D. Guiomar de Menezes ∞ Álvaro Gonçalves de Moura, <b>senhor de Póvoas e Meadas</b> 3. D. Margarida de Menezes ∞ Gabriel de Brito, <b>alcaide-mor de Aldeia Galega</b> 4. D. Antónia de Menezes ∞ Francisco de Sousa Mâncias 5. D. Hilária de Menezes, <b>camareira mor da infanta D. Isabel, duquesa de Saboia</b> 6. D. Isabel de Menezes ∞ D. João Manoel, <b>alcaide-mor de Santarém</b>	1. Álvaro Gonçalves de Moura, <b>senhor de Póvoas e Meadas</b> ∞ D. Guiomar de Menezes 2. Leonor de Moura ∞ Francisco Barreto 3. Maria de Moura ∞ Diogo Nunes Pereira, <i>o de Serpa</i> 4. N, <b>abadessa em Santa Clara de Évora</b> 5. N, <b>freira em Santa Clara de Évora</b> Tios com N 6. Filipa de Moura ∞ João de Aboim de Penha Clara, de Elvas
Primos	1.1. Pedro Homem ∞ Violante da Silva 1.2. Asenco Homem ∞ Brites de Gouveia 1.3. Isabel Aires ∞ Francisco Pimentel	1.1. Simão de Andrade 1.2. Lizuarte Pires de Andrade 1.3. Diogo da Silva de Andrade 1.4. Joana (ou Jerónima) da Silva ∞ Diogo Lobo 1.5. Leonor 2.1. Fernão Pires de Andrade ∞ N ∞ Inês Lampreia 2.2. Simão de Andrade	1.1. D. Luis da Silva ∞ Maria Brandão 1.2. Francisco de Silva de Menezes 1.3. Afonso Teles de Menezes 1.4. António de Silva de Menezes 1.5. Rui Teles da Silva 1.6. Rui Gomes da Silva 1.7. Aires Teles de Silva 1.8. Francisca da Silva ∞ Jorge Correia	1.1. António de Moura ∞ D. Francisca de Melo 1.2. Vasco Serrão de Moura 1.3. Afonso Teles de Moura, <b>senhor de Póvoa e Meadas</b> ∞ Leonor de Araújo 1.4. Filipa de Menezes ∞ D. Gaspar de Sousa 1.5. Manuel de Moura 1.6. Pedro de Moura 1.7. Gonçalo de Moura

			<p>2.1. António de Moura ∞ D. Francisca de Melo</p> <p>2.2. Vasco Fernandes de Moura</p> <p>2.3. Afonso Teles de Moura, <b>alcaide-mor de Amieira</b> ∞ Leonor de Araújo</p> <p>2.4. Filipa de Menezes ∞ D. Gaspar de Sousa</p> <p>2.5. Manuel de Moura</p> <p>2.6. Pedro de Moura</p> <p>2.7. Gonçalo Vaz de Moura</p> <p>2.8. Ascença Meneses ∞ Rui de Melo, <b>alcaide-mor de Elvas</b></p> <p>3.1. Luis de Brito ∞ Catarina Coutinho</p> <p>3.2. Sebastião de Brito, <b>capitão do Malabar</b> ∞ Francisca da Costa</p> <p>3.3. Afonso Teles de Menezes, <b>prior de S. Nicolau</b></p> <p>3.4. Maria de Menezes ∞ Bernardo Côte-Real, <b>alcaide-mor de Tavira</b></p> <p>3.5. Ângela de Menezes ∞ Manuel de Utra Côte-Real, <b>capitão do Faial</b></p> <p>3.6. Ana da Silva ∞ André Jorge de Abreu</p> <p>3.7. Inês de Meneses, <b>freira em Santa Ana de Lisboa</b></p> <p>6.1. D. Bernardo Manoel, <b>alcaide-mor de Santarém</b> ∞ D. Francisca de Noronha</p> <p>6.2. D. Joana Manoel ∞ Alonso Pacheco Portocarrero, <b>senhor de las Sirgadas</b></p>	<p>1.8. Catarina de Moura ∞ Rui de Melo, <b>alcaide-mor de Elvas</b></p> <p>6.1. Álvaro de Aboim de Moura ∞ Ana da Silva</p>
--	--	--	---	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Silvas: tomo XXVII, pp. 13-42; Pereiras: tomo XXII, p. 195; Mendonça: tomo XX, p. 52; Andrade Freire: tomo I, pp. 156-157; Eças: tomo XIII, p. 39; Homens: tomo XVI, pp. 94-98; Mouras: tomo XXI, pp. 88-89; Lacerdas: tomo XVI, p. 208; Barretos: tomo VI, p. 54.

Alão de Morais, *Pedatura* [...], Silvas: tomo II, vol. II, pp. 182-236; Pacheco: tomo II, vol. I, p. 183; Pereiras: tomo II, vol. I, p. 55; Mendonça: tomo IV, vol. I, p. 452; Eças: tomo V, vol. II, p. 117; Homens: tomo V, vol. II, p. 57; Mouras: tomo IV, vol. I, pp. 342-346; Aboim: tomo I, vol. I, pp. 281-282; Lacerdas: tomo IV, vol. II, p. 77; Barretos: tomo III, vol. II, p. 64.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Silvas: pp. 327-329; Eças: p. 63; Mouras: pp. 191-192; Barretos: p. 179.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Silvas: pp. 121-122; Eças: p. 235; Mouras: pp. 322-324.

## ESCRIVÃO DA PURIDADE

D. Diogo da Silva, **1.º conde de Portalegre** ∞ Maria de Ayala

Filhos	<p>D. João da Silva, <b>2.º conde de Portalegre</b> ∞ D. Maria Manoel</p> <p>D. Miguel da Silva, <b>bispo de Viseu</b></p> <p>D. Inês de Ayala ∞ D. Pedro de Castro, <b>3.º conde de Monsanto</b></p> <p>D. Joana da Silva e Ayala ∞ D. António de Noronha, <b>1.º conde de Linhares</b></p> <p>Francisca da Silva ∞ João Gonçalves da Câmara, <b>4.º capitão da ilha da Madeira</b></p> <p>D. Isabel da Silva, <b>freira em Beja</b></p> <p>D. Guiomar da Silva, <b>freira em Beja</b></p> <p>D. Filipa da Silva, <b>freira em Santa Clara de Santarém</b></p>	
Pais	D. Rui Gomes da Silva, <b>1.º alcaide de Campo Maior e Ouguela</b> ∞ D. Isabel de Menezes	Diego Garcia Herrera, <b>senhor das ilhas Canárias, Lanzarote, Fronte Ventura e Gomera</b> ∞ Inês Peraza de Las Casas
Irmãos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. D. Pedro Gomes da Silva, <b>2.º alcaide de Campo Maior e Ouguela</b> ∞ Maria de Sousa</li> <li>2. D. Fernão Gomes da Silva, <b>alcaide-mor de Alter do Chão</b> ∞ Maior de Abreu</li> <li>3. D. Afonso Teles de Meneses, <b>3.º alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela</b> ∞ Joana de Azevedo</li> <li>4. D. João de Menezes da Silva (frei Amadeu)</li> <li>5. D. Branca da Silva ∞ João Pereira do Lago ∞ João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, <b>3.º senhor de Figueiró e Pedrogão</b></li> <li>6. D. Guiomar de Menezes ∞ Álvaro de Sousa, <b>mordomo-mor de D. Afonso V</b></li> <li>7. Beatriz da Silva, <b>freira em Toledo</b></li> <li>8. D. Maria de Menezes ∞ Gil de Magalhães, <b>2.º senhor de Ponte da Barca</b></li> <li>9. D. Leonor de Meneses</li> </ol>	Fernan Peraza y Herrera ∞ Beatriz de Bobadilla y Ulloa

	<p>10. D. Catarina de Menezes</p> <p>11. Mécia de Menezes ∞ Afonso Lopes de Viveiros</p>	
Sobrinhos	<p>2.1. D. Pedro da Silva de Menezes, <b>mordomo-mor da infanta D. Isabel, mulher do infante D. Duarte</b> ∞ Isabel de Abreu</p> <p>3.1. D. Rui Gomes da Silva, <b>4.º alcaide de Campo Maior</b> ∞ Urraca de Moura</p> <p>3.2. D. Tristão da Silva ∞ Margarida de Arca</p> <p>3.3. D. Guiomar de Menezes ∞ Álvaro Gonçalves de Moura, <b>senhor de Póvoas e Meadas</b></p> <p>3.4. D. Margarida de Menezes ∞ Gabriel de Brito, <b>alcaide-mor de Aldeia Galega</b></p> <p>3.5. D. Antónia de Menezes ∞ Francisco de Sousa Mâncias</p> <p>3.6. D. Hilária de Menezes</p> <p>3.7. D. Isabel de Menezes ∞ D. João Manoel, <b>alcaide-mor de Santarém</b></p> <p>5.1. Briolanja Pereira da Silva ∞ Rodrigo de Sequeiros Sotomaior</p> <p>5.2. Rui Mendes de Vasconcelos, <b>4.º senhor de Figueiró</b> ∞ Isabel Galvão</p> <p>5.3. Pedro de Sousa Ribeiro de Vasconcelos, <b>alcaide-mor de Pombal</b> ∞ Joana de Lemos</p> <p>5.4. Isabel de Menezes ∞ Vasco Fernandes de Gouveia, <b>senhor de Valhelhas</b> ∞ D. João de Noronha</p> <p>5.5. D. Diogo de Sousa, <b>bispo do Porto, arcebispo de Braga</b></p> <p>5.6. Catarina da Silva de Vasconcelos ∞ Duarte Galvão, <b>alcaide-mor de Leiria</b></p> <p>5.7. Maria de Sousa Ribeiro ∞ Fernão Neto da Silva</p> <p>5.8. Violante de Menezes (ou de Sousa) ∞ Jorge de Aguiar</p> <p>7.1. João de Magalhães, <b>3.º senhor de Ponte da Barca</b> ∞ Leonor da Silva de Castro</p> <p>7.2. Isabel de Magalhães ∞ Diogo de Azevedo</p> <p>7.3. Clara de Menezes</p> <p>7.4. Brites de Menezes, <b>freira em Lorvão</b></p>	<p>Guillén de Herrera, <b>conde de la Gomera</b> ∞ Beatriz de Saavedra ∞ María de Castilla</p>

	7.5. Violante de Menezes, <b>freira em São Domingos, Porto</b>			
	7.6. Rui Gonçalves de Sousa ∞ Inês Rodrigues de Magalhães			
Avós	D. Aires Gomes da Silva, o <i>Velho</i> ∞ Senhorinha Martins Redondo	D. Pedro de Menezes, <b>2.º conde de Viana do Alentejo</b> , 1.º conde de Vila Real ≠ Isabel Domingues, a <i>Pessegueira</i>	Pedro Garcia de Herrera, <b>senhor de Ampudia</b> ∞ María de Ayala y Sarmiento	Fernando Peraza ∞ Inês de Las Casas
Tios	<p>1. Afonso Gomes da Silva, <b>senhor de Celorico de Basto</b> ∞ Beatriz de Sousa</p> <p>2. Fernão Gomes da Silva ∞ Maria Coelho ∞ Urraca Tenório</p> <p>Tios do casamento com Urraca Tenório:</p> <p>3. Afonso Tenorio de Silva, <b>senhor de Barcience</b> ∞ Guiomar de Meneses y Toledo</p> <p>4. Beatriz de Silva ∞ Gonçalo Marinho ∞ Álvaro Perez de Guzman, <b>6.º senhor de Orgaz</b></p>	<p>Tios do casamento com Margarida de Miranda:</p> <p>1. D. Brites de Menezes, <b>2.ª condessa de Vila Real</b> ∞ D. Fernando de Noronha, <b>2.º conde de Vila Real</b></p> <p>2. D. Leonor de Menezes ∞ D. Fernando II, <b>3.º duque de Bragança</b></p> <p>Tios do casamento com Filipa Coutinho:</p> <p>3. D. Isabel Coutinho, <b>senhora de Mafra e Enxara de Cavaleiros</b> ∞ <b>D. Fernando de Vasconcelos, senhor do morgado de Soalhães</b> ∞ João Freire de Andrade, <b>senhor de Alcoutim</b></p> <p>Tios com mãe desconhecida:</p> <p>4. D. Inês de Menezes ∞ Gonçalo Nunes Barreto, <b>senhor do Morgado de Quarteira</b></p> <p>Tios:</p> <p>5. D. Duarte de Menezes, <b>3.º conde de Viana do Alentejo</b>, <b>2.º conde de Viana da Foz do Lima</b> ∞ Isabel de Melo ∞ D. Isabel de Castro ≠ N</p> <p>6. D. Aldonça de Menezes ∞ Rui Nogueira, <b>alcaide-mor de Lisboa</b> ∞</p>	<p>1. Garcia López, <b>senhor de Ayala</b> ∞ María Sarmiento</p> <p>2. Elvira de Herrera y Ayala ∞ Pedro de Luna, <b>1.º senhor de Fuentedueña</b></p>	Fernan Peraza y Herrera ∞ Beatriz de Bobadilla y Ulloa



		Luis de Azevedo, <b>vedor da fazenda de D. Afonso V</b> 7. D. Joana de Menezes ∞ Afonso de Bivar		
Primos	<p>1.1. D. Diogo Gomes da Silva ∞ D. Leonor de Sousa</p> <p>2.1. Beatriz Gomes da Silva ∞ Vasco Martins da Cunha, o <i>Rabo de Asno</i></p> <p>2.2. Vasco Fernandes da Silva, <b>senhor de Noudar</b> ∞ N</p> <p>3.1. Juan de Silva, 1.º <b>conde de Cifuentes</b> ∞ Leonor de Acuña ∞ Inês de Ribera</p> <p>3.2. Pedro Tenorio de Silva, <b>bispo de Lugo, de Orense y de Badajoz</b></p> <p>3.3. María da Silva ∞ Pedro Lopez de Ayala, <i>el Sordo</i>, 1.º <b>conde de Fuensalida</b></p> <p>3.4. Luisa de Silva, <b>freira em Toledo</b></p> <p>4.1. Alonso Pérez de Guzmán, 7.º <b>senhor de Orgaz</b> ∞ Sancha Ponce de Leon</p> <p>4.2. Beatriz de Guzman ∞ Rodrigo Diaz de Mendoza, 1.º <b>conde de Castrogeriz</b></p> <p>4.3. Leonor de Guzman</p> <p>4.4. Pedro Nuñez de Guzman ∞ Maria Davalos</p> <p>4.5. Martin de Guzmán y Ponce de León, <b>senhor de Orgaz</b> ∞ Violante de Aragón</p>	<p>1.1. D. João de Noronha, o <i>Dentes</i>, senhor de Sortelha ∞ D. Joana de Castro, <b>senhora de Cascais e Monsanto</b></p> <p>1.2. D. Pedro de Menezes, 1.º <b>marquês de Vila Real</b> ∞ D. Beatriz de Bragança</p> <p>3.1. D. Afonso de Vasconcelos e Menezes, 1.º <b>conde de Penela</b> ∞ D. Isabel da Silva</p> <p>3.2. Mem Rodrigues de Vasconcelos</p> <p>4.1. Gonçalo Nunes Barreto ∞ D. Isabel Pereira</p> <p>4.2. João Teles Barreto ∞ Catarina de Aragão</p> <p>4.3. Fernão Pereira Barreto ∞ Brites Gonçalves</p> <p>4.4. Diogo Gonçalves Barreto</p> <p>4.5. Guiomar de Menezes</p> <p>5.1. D. Maria de Menezes ∞ D. João de Castro, 2.º <b>conde de Monsanto</b></p> <p>5.2. D. Henrique de Menezes, 4.º <b>conde de Viana do Alentejo</b>, 3.º <b>conde de Viana da Foz</b>, 1.º <b>conde de Loulé</b> ∞ D. Guiomar de Bragança</p> <p>5.3. D. Garcia de Meneses, <b>bispo de Évora</b></p>	<p>1.1. Pedro de Ayala, <b>conde de Salvatierra de Alava</b> ∞ Margherita de Saluzzo</p> <p>1.2. Mencía de Ayala ∞ António de Fonseca, <b>senhor de Coca</b></p> <p>2.1. Álvaro de Luna, 2.º <b>senhor de Fuentedueña</b> ∞ Teresa de Mendoza ∞ Isabel de Bobadilla</p> <p>2.2. Maria de Luna ∞ Enrique Enriquez, <b>senhor de Orce</b></p>	Guillén de Herrera, <b>conde de la Gomera</b> ∞ Beatriz de Saavedra ∞ María de Castilla

		<p>5.4. D. Fernando de Menezes, o <i>Narizes</i> ∞ D. Isabel de Castro</p> <p>5.5. D. João de Menezes, <b>1.º conde de Tarouca</b> ∞ Joana Teles da Silva</p> <p>5.6. D. Leonor de Menezes, <b>prioresa do Mosteiro de Jesus de Aveiro</b></p> <p>5.7. D. Pedro de Menezes, o <i>Galo</i> ∞ Inês de Eça</p> <p>6.1. Catarina de Menezes ∞ João Rodrigues de Sá, <b>senhor de Sever</b></p> <p>7.1. Francisco de Bivar ∞ Luisa de Mendonça</p> <p>7.2. Pedro de Bivar ∞ N</p>		
--	--	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Silvas: tomo XXVII, pp. 10-37; Menezes: tomo XVIII, pp. 199-220; Vasconcelos: tomo XXVIII, pp. 99-100; Araújo: tomo IV, p. 170; Magalhães: tomo XIX, pp. 162-163.

Alão de Morais, *Pedatura* [...], Silvas: tomo II, vol. II, pp. 145-188; Menezes: tomo II, vol. II, pp. 374-384; Vasconcelos: tomo I, vol. II, pp. 141-147; Pereira do Lago: tomo I. vol. I, p. 191.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Silvas: pp. 321-328; Menezes: pp. 299-310; Vasconcelos: p. 171.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Silvas: pp. 118-123; Menezes: pp. 103-115; Magalhães: pp. 343-344.

Álvaro Perez de Guzman: <https://geneall.net/pt/nome/9082/alvaro-perez-de-guzman-6-senhor-de-orgaz/> [consultado em 09/10/2021].

Pedro Garcia de Herrera: <https://geneall.net/pt/nome/12108/pedro-garcia-de-herrera-senhor-de-ampudia/> [consultado em 09/10/2021].

Fernando Peraza: <https://geneall.net/pt/nome/41317/fernando-peraza/> [consultado em 09/10/2021].

Diego Garcia Herrera: <https://geneall.net/pt/nome/41319/diego-garcia-herrera/> [consultado em 09/10/2021].

## ARMEIRO MOR

D. Álvaro da Costa ∞ Beatriz de Paiva

Filhos	<p>D. Gil Eanes da Costa, <b>vedor da fazenda de D. Sebastião</b> ∞ Maria do Outeiro ∞ D. Joana da Silva</p> <p>D. Duarte da Costa, <b>2.º governador do Brasil</b> ∞ Maria de Mendonça</p> <p>D. Manuel da Costa, <b>clérigo</b></p> <p>D. Isabel de Paiva ∞ Manuel de Sousa, <b>alcaide-mor de Arronches</b></p> <p>D. Ana da Costa ∞ D. Fernando de Noronha, <b>comendador de Vila Viçosa</b></p>	
Pais	Martim Rodrigues de Lemos ∞ Isabel Gonçalves da Costa	Gil Eanes de Magalhães, o <i>Cavaleiro</i> ∞ Isabel de Paiva
Irmãos	<p>1. Mécia Rodrigues da Costa ∞ N Cabral, <b>senhor de Ninho do Açor</b></p> <p>2. Andreza Rodrigues da Costa ∞ Sebastião Nunes Frazão</p> <p>3. Maria da Costa ∞ N</p>	<p>1. Bartolomeu de Paiva ∞ Filipa do Arco ≠ N</p> <p>2. Bernardo de Paiva, <b>camareiro de D. João III</b> ∞ Filipa de Abreu</p> <p>3. Gaspar de Paiva, <b>capitão de Torre de Belém</b></p> <p>4. Vicente de Paiva ∞ Violante de Magalhães</p> <p>5. Filipa de Paiva ∞ João de Barros, <b>alcaide-mor de Lisboa</b></p> <p>6. Jorge de Magalhães</p> <p>7. Francisca de Paiva ∞ Pedro Gonçalves Tavacho, <b>escrivão da Casa da Índia</b></p>
Sobrinhos	<p>1.1. Gaspar da Costa ∞ Maria Manso</p> <p>2.1. Simão da Costa ∞ Catarina da Costa</p> <p>2.2. Guiomar da Costa ∞ António Trancoso de Sequeira</p> <p>2.3. Isabel da Costa e Lemos ∞ Estevão Rodrigues de Sousa</p> <p>2.4. Luisa da Costa ∞ Pedro da Veiga de Almeida</p> <p>2.5. Joana da Costa ∞ João de Castilho</p> <p>3.1. Simão da Costa ∞ Catarina da Costa</p>	<p>1.1. Isabel (ou Violante) de Abreu ∞ D. António da Cunha, <b>senhor de Santar</b></p> <p>1.2. Brites de Paiva ∞ António de Mendonça Martelo</p> <p>1.3. Maria de Abreu ∞ Manuel de Melo Sampaio, <b>senhor de Vila Flor</b></p> <p>1.4. João de Paiva</p> <p>2.1. Cosme de Vasconcelos e Paiva, <b>alferes-mor da Ordem de Cristo</b> ∞ Filipa Bernardes</p> <p>2.2. Isabel de Abreu ∞ António de Miranda Martelo</p> <p>4.1. Lourenço de Paiva ∞ Margarida Álvares de Almada</p> <p>4.2. Violante de Magalhães ∞ Nuno Fernandes Moreira</p> <p>4.3. Luís Álvares de Paiva ∞ N</p>

			5.1. Francisco de Barros e Paiva 5.2. Nuno de Barros e Paiva 7.1. Leucádia de Paiva ∞ Fernão Sequeira de Vasconcelos, <b>escrivão da matrícula</b> 7.2. Catarina de Paiva ∞ Gonçalo Fernandes Sobrinho de Sousa, <b>escrivão da Casa da Índia</b>	
Avós	Gomes Martins de Lemos, <b>1.º senhor da Trofa</b> ∞ Maria de Meira ou de Azevedo	Álvaro da Costa ∞ N	Martim Gil de Magalhães ∞ N	Vicente Álvares de Paiva ∞ N
Tios	1. João Gomes de Lemos, <b>2.º senhor da Trofa</b> ∞ Violante de Aguiar 2. Diogo Gomes de Lemos, o <i>Frouxo</i> 3. Gonçalo Gomes de Lemos, <b>clérigo</b> 4. Joana de Lemos ∞ Pedro de Sousa Ribeiro de Vasconcelos, <b>alcaide-mor de Pombal</b> 5. Leonor de Lemos ∞ Fernão Pereira, <b>senhor de Castro Daire</b> 6. Mécia de Lemos ≠ Pedro González de Mendoza, <b>arcebispo de Toledo y Sevilla</b> 7. Margarida de Lemos ∞ Sancho Fernández de Córdoba, <b>1.º senhor de Casa Palma</b> 8. Brites de Lemos ∞ João Docem de Almeida	-	-	-
Primos	1.1. Duarte de Lemos, <b>3.º senhor da Trofa</b> ∞ Joana de Brito 1.2. Fernão Gomes de Lemos ≠ N	-	-	-

	<p>1.3. Francisco de Lemos, <b>comendador de Samora Correia</b> ∞ Catarina de Ataíde ∞ Guiomar Mendes</p> <p>1.4. Gomes de Lemos</p> <p>1.5. Simão de Lemos</p> <p>1.6. António de Lemos</p> <p>1.7. Jorge de Lemos</p> <p>1.8. Filipa de Lemos ∞ Luis Mascarenhas, <b>comendador de Garvão</b></p> <p>1.9. Brites de Lemos ∞ Luis Anes de Faria</p> <p>4.1. Lopo de Sousa Ribeiro ∞ Joana Couceiro de Alvim</p> <p>4.2. Simão de Sousa Ribeiro, <b>alcaide-mor de Pombal, senhor da Moita</b> ∞ D. Catarina Henriques</p> <p>4.3. João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, <b>clérigo, deão de Coimbra</b></p> <p>4.4. Maria de Sousa ∞ Leonel de Abreu, <b>6.º senhor de Regalados</b></p> <p>5.1. João Pereira, <b>senhor de Castro Daire</b> ∞ D. Maria de Castro</p> <p>6.1. Diego Hurtado de Mendoza, <b>1.º conde de Melito</b> ∞ Ana de La Cerde, senhora de Miedes</p> <p>6.2. Rodrigo Diaz de Vivar y Mendoza, <b>1.º marquês del Cenete</b></p>			
--	--	--	--	--

	∞ Leonor de La Cerda ∞ Maria de Fonseca y Toledo 8.1. António Docem ∞ D. Filipa de Sousa			
--	---	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Lemos: tomo XVII, pp. 95-106; Costas: tomo XII, pp. 180-218; Vasconcelos: tomo XXVIII, pp. 100-135; Almeidas: tomo II, p. 95; Magalhães: tomo XIX, pp. 203-205; Barros: tomo VI, p. 149.

Alão de Morais, *Pedatura* [...], Costas: tomo III, vol. I, pp. 335-342; Vasconcelos: tomo I, vol. II, pp. 147-156; Almeidas: tomo II, vol. II, pp. 417-418.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Lemos: pp. 166-167; Costas: p. 230; Vasconcelos: p. 173.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Vasconcelos: p. 182.

## CONDESTÁVEL

D. Afonso, **8.º condestável de Portugal** ♂ D. Joana de Noronha

Filhos	D. Brites de Lara ♂ D. Pedro de Menezes, <b>3.º marquês de Vila Real</b>	
Pais	D. Diogo, infante de Portugal, <b>4.º duque de Viseu, 3.º duque de Beja</b> ≠ Leonor de Sotomaior y Portugal	D. Pedro de Menezes, <b>1.º marquês de Vila Real</b> ♂ D. Beatriz de Bragança ≠ N
Irmãos	-	<p>1. D. Fernando de Menezes, <b>2.º marquês de Vila Real</b> ♂ Maria Freire de Andrade, <b>senhora de Alcoutim</b></p> <p>2. D. António de Noronha, <b>1.º conde de Linhares</b> ♂ D. Joana da Silva e Ayala</p> <p>3. D. Henrique de Menezes ♂ D. Maria de Menezes</p> <p>4. D. Diogo de Noronha, <b>comendador-mor da Ordem de Cristo</b> ♂ D. Joana de Menezes ♂ Filipa de Ataíde</p> <p>5. D. João de Noronha, <b>prior-mor de Santa Cruz de Coimbra</b></p> <p>Irmãos com N:</p> <p>6. D. Afonso de Noronha ♂ Inês Fernandes</p> <p>7. D. Pedro de Noronha, <b>alcaide-mor de Almeida</b> ♂ Beatriz Cabral</p> <p>8. D. Cristóvão de Noronha, <b>abade de Ganfei</b> ≠ D. Catarina da Gama</p> <p>9. D. Francisco de Noronha ♂ Beatriz Buendia</p> <p>10. D. Jorge de Noronha</p> <p>11. D. Catarina de Noronha, <b>abadessa de Almoester</b></p> <p>12. D. Maria de Noronha ♂ Pedro Lopes de Santarém</p>
Sobrinhos	-	<p>1.1. D. Pedro de Menezes, <b>3.º marquês de Vila Real</b> ♂ D. Brites de Lara</p> <p>1.2. D. João de Noronha, <b>capitão de Ceuta</b> ≠ N</p> <p>1.3. D. Nuno Álvares de Noronha, <b>governador de Ceuta</b> ♂ D. Maria de Noronha</p> <p>1.4. D. Afonso de Noronha, <b>5.º vice-rei da Índia</b> ♂ Maria de Eça</p> <p>1.5. D. Leonor de Noronha</p>

		<p>1.6. D. Maria de Menezes ∞ Álvaro Velho</p> <p>2.1. D. Francisco de Noronha</p> <p>2.2. D. Diogo de Noronha</p> <p>2.3. D. João de Noronha</p> <p>2.4. D. Inácio de Meneses, o <i>Berguilha</i> ∞ D. Isabel de Ataíde</p> <p>2.5. D. Francisco de Noronha, <b>2.º conde de Linhares</b> ∞ Violante de Andrade</p> <p>2.6. D. Pedro de Menezes ∞ Lucrecia da Guarda ∞ Constança de Gusmão</p> <p>2.7. D. Maria de Noronha e Ayala ∞ Braz Afonso de Albuquerque</p> <p>2.8. D. Margarida da Silva de Menezes ∞ D. João de Menezes, <b>7.º senhor de Cantanhede</b></p> <p>3.1. D. Jerónimo de Noronha, o <i>Bacalhau</i> ∞ D. Isabel de Castro</p> <p>3.2. D. João de Menezes</p> <p>3.3. D. Francisco de Menezes</p> <p>3.4. D. Álvaro de Noronha, <b>clérigo</b></p> <p>3.5. D. Leonor de Castro, <b>freira no mosteiro de Almoester</b></p> <p>3.6. D. Guiomar de Castro, <b>freira no mosteiro de Almoester</b></p> <p>3.7. D. Ana de Castro, <b>freira no mosteiro de Almoester</b></p> <p>3.8. D. Brites de Menezes, <b>freira no mosteiro de Almoester</b></p> <p>3.9. D. Joana de Menezes ∞ D. Aleixo de Menezes, o <i>mais Moço</i></p> <p>4.1. D. Jerónima de Noronha ∞ D. Afonso de Lancastre, <b>comendador-mor da Ordem de Cristo</b></p> <p>4.2. D. Constança de Noronha ∞ D. João de Menezes, <b>7.º senhor de Cantanhede</b></p> <p>4.3. D. Filipa de Noronha ∞ D. Miguel de Meneses, <b>4.º marquês de Vila Real</b></p> <p>4.4. D. Catarina de Mendonça</p> <p>6.1. João de Meneses ∞ N ∞ N</p> <p>7.1. D. Francisco de Noronha ∞ D. Brites de Menezes</p> <p>7.2. D. Joana de Noronha ∞ Vasco Anes Corte-Real</p> <p>7.3. António de Noronha</p>
--	--	--



			<p>7.4. Fernando de Noronha</p> <p>7.5. Diogo de Noronha</p> <p>7.6. Catarina de Noronha</p> <p>8.1. D. Fernando de Noronha ∞ Leonor (ou Helena) Correia de Mesquita</p> <p>8.2. D. Pedro de Noronha, <b>clérigo</b></p> <p>8.3. D. Álvaro de Noronha</p> <p>8.4. D. Cristóvão de Noronha</p> <p>8.5. D. Catarina de Noronha ∞ N</p> <p>9.1. D. Pedro de Noronha</p> <p>9.2. D. João de Noronha ∞ Maria de Gouveia</p> <p>9.3. D. António de Noronha ∞ Brites de Mariz</p> <p>9.4. D. Manuel de Noronha ∞ Maria de Mariz</p> <p>9.5. D. Matias de Noronha</p> <p>9.6. D. Violante de Menezes ∞ Álvaro Pacheco</p>	
Avós	D. Fernando, <b>infante de Portugal, 2.º duque de Viseu</b> ∞ D. Beatriz de Portugal	Juan de Sotomayor ∞ D. Isabel de Portugal	D. Fernando de Noronha, <b>2.º conde de Vila Real</b> ∞ D. Brites de Menezes, <b>2.ª condessa de Vila Real</b>	D. Fernando I, <b>2.º duque de Bragança</b> ∞ D. Joana de Castro
Tios	<p>1. D. João, <b>3.º duque de Viseu, 2.º duque de Beja</b></p> <p>2. D. Duarte</p> <p>3. D. Dinis</p> <p>4. D. Simão</p> <p>5. D. Leonor, <b>rainha de Portugal</b> ∞ <b>D. João II, rei de Portugal</b></p> <p>6. D. Isabel de Portugal ∞ D. Fernando II, <b>3.º duque de Bragança</b></p> <p>7. D. Manuel I, <b>rei de Portugal</b> ∞ Isabel de Aragão, <b>infanta de Espanha</b> ∞ Maria de Aragão e Castela, <b>infanta de Espanha</b> ∞</p>	1. Leonor de Sotomaior y Portugal ∞ Alfonso de Aragón, <b>1.º duque de Villahermosa</b>	1. D. João de Noronha, o <i>Dentes</i> , <b>senhor de Sortelha</b> ∞ D. Joana de Castro, <b>senhora de Cascais e Monsanto</b>	<p>1. D. Fernando II, <b>3.º duque de Bragança</b> ∞ D. Leonor de Menezes ∞ D. Isabel de Portugal</p> <p>2. D. João, <b>marquês de Montemor-o-Novo</b> ∞ D. Isabel de Noronha</p> <p>3. D. Afonso, <b>1.º conde de Faro, 2.º conde de Odemira</b> ∞ D. Maria de Noronha, <b>2.ª condessa de Odemira</b></p> <p>4. D. Álvaro de Portugal, <b>senhor de Tentúgal, Póvoa, Buarcos e Cadaval</b> ∞ D. Filipa de Melo</p> <p>5. D. Isabel de Portugal</p> <p>6. D. Guiomar de Bragança ∞ D. Henrique de Menezes, <b>4.º conde de</b></p>

	<p>Leonor de Áustria, <b>infanta de Espanha</b></p> <p>8. D. Catarina</p>			<p><b>Viana do Alentejo, 3.º conde de Viana da Foz, 1.º conde de Loulé</b></p> <p>7. D. Catarina de Portugal ∞ D. João Coutinho, <b>3.º conde de Marialva</b></p>
Primos	<p>5.1. D. Afonso, <b>príncipe de Portugal</b> ∞ Isabel de Aragão, <b>infanta de Espanha</b></p> <p>6.1. D. Filipe de Bragança</p> <p>6.2. D. Jaime, <b>4.º duque de Bragança</b> ∞ Leonor de Mendoza ∞ Joana de Mendoça</p> <p>6.3. D. Dinis de Portugal ∞ Beatriz de Castro Osório, <b>6.ª condessa de Lemos</b></p> <p>6.4. D. Margarida de Bragança</p> <p>7.1. D. Miguel da Paz, <b>príncipe de Portugal e Espanha</b></p> <p>7.2. D. João III, <b>rei de Portugal</b> ∞ D. Catarina de Áustria, <b>infanta de Espanha</b></p> <p>7.3. D. Isabel, <b>infanta de Portugal</b> ∞ Carlos V, <b>imperador do Sacro Império Romano-Germânico</b></p> <p>7.4. D. Beatriz, <b>infanta de Portugal</b> ∞ Carlos III, <b>duque de Saboia</b></p> <p>7.5. D. Luis, <b>5.º duque de Beja</b> ≠ Violante Gomes, <i>a Pelicana</i></p> <p>7.6. D. Fernando, <b>duque da Guarda e de Trancoso</b> ∞ D. Guiomar Coutinho, <b>3.ª condessa de Loulé</b></p>	<p>1.1. Fernando de Aragon</p> <p>1.2. Alfonso de Aragón, <b>2.º duque de Villahermosa</b></p> <p>1.3. Mariana de Aragón ∞ Roberto II di Sanseverino e Montefeltro, <b>3.º príncipe di Salerno</b> ∞ Giacomo de Appiano, <b>príncipe de Piombino</b></p>	<p>1.1. D. Pedro de Castro, <b>3.º conde de Monsanto</b> ∞ Joana de Menezes ∞ D. Inês de Ayala</p> <p>1.2. D. Simão de Castro ∞ Joana</p> <p>1.3. D. Jorge de Castro ∞ Maria da Silva</p> <p>1.4. D. Brites de Noronha ∞ D. Diogo Pereira, <b>2.º conde da Feira</b></p> <p>1.5. D. Margarida de Noronha ∞ Francisco da Silveira, <b>2.º senhor de Sarzedas</b></p> <p>1.6. D. Guiomar de Castro ∞ D. Henrique de Noronha</p>	<p>1.1. D. Filipe de Bragança</p> <p>1.2. D. Jaime, <b>4.º duque de Bragança</b> ∞ Leonor de Mendoza ∞ Joana de Mendoça</p> <p>1.3. D. Dinis de Portugal ∞ Beatriz de Castro Osório, <b>6.ª condessa de Lemos</b></p> <p>1.4. D. Margarida de Bragança</p> <p>3.1. D. Guiomar de Portugal ∞ Enrique de Aragão, <b>1.º duque de Segove</b></p> <p>3.2. D. Sancho de Noronha, <b>3.º conde de Odemira</b> ∞ Francisca da Silva ∞ Ángela Fabra y Centelles</p> <p>3.3. D. Mécia Manoel ∞ Juan de La Cerda, <b>2.º duque de Medinaceli</b></p> <p>3.4. D. Francisco de Faro ∞ D. Leonor Manoel de Vilhena</p> <p>3.5. D. Fradique de Faro, <b>arcebispo de Zaragoza</b></p> <p>3.6. D. Fernando de Faro, <b>3.º senhor de Vimieiro</b> ∞ Isabel de Melo</p> <p>3.7. D. António de Noronha, <b>clérigo</b></p> <p>3.8. D. Catarina Henriques, <b>religiosa no Mosteiro de Odivelas</b></p> <p>4.1. D. Rodrigo de Melo, <b>1.º conde de Tentúgal, 1.º marquês de Ferreira</b> ∞ D. Leonor de Almeida ∞ D. Brites de Menezes</p>

	<p>7.7. D. Afonso, <b>cardeal</b></p> <p>7.8. D. Maria, <b>infanta de Portugal</b></p> <p>7.9. D. Henrique, <b>rei de Portugal</b></p> <p>7.10. D. Duarte, <b>4.º duque de Guimarães</b> ∞ D. Isabel de Bragança</p> <p>7.11. D. António, <b>infante de Portugal</b></p> <p>7.12. D. Carlos, <b>infante de Portugal</b></p> <p>7.13. D. Maria, <b>infanta de Portugal</b></p>			<p>4.2. Jorge de Portugal y Melo, <b>1.º conde de Gelves</b> ∞ D. Guiomar de Ataíde ∞ Isabel Colón de Toledo, <b>senhora de Gelves</b></p> <p>4.3. D. Isabel de Castro ∞ Alonso de Sotomaior, <b>4.º conde de Belalcazar</b></p> <p>4.4. D. Beatriz de Vilhena ∞ D. Jorge de Lancastre, <b>2.º duque de Coimbra</b></p> <p>4.5. D. Joana de Vilhena ∞ D. Francisco de Portugal, <b>1.º conde de Vimioso</b></p> <p>4.6. D. Maria Manoel ∞ D. João da Silva, <b>2.º conde de Portalegre</b></p> <p>6.1. D. Brites de Menezes, <b>2.ª condessa de Loulé</b> ∞ D. Francisco Coutinho, <b>4.º conde de Marialva</b></p>
--	---	--	--	---

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Portugais: tomo XXIV, pp. 174-178; Meneses: tomo XVIII, p. 199; Noronhas: tomo XXI, pp. 141-147.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Reis de Portugal: p. 57- 89; Noronhas: pp. 73-77.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Casa de Bragança: pp. 3-11; Noronhas: pp. 226-230.

Leonor de Sotomaior y Portugal: <https://geneall.net/pt/nome/2095/leonor-de-sotomaior-y-portugal/> [consultado em 27/09/2021].

## MARECHAL

D. Fernando Coutinho, **6.º marechal de Portugal** ∞ Maria de Noronha

Filhos	<p>D. Álvaro Coutinho, <b>7.º marechal de Portugal</b> ∞ D. Antónia de Lancastre</p> <p>D. Brites Coutinho ∞ D. Luis da Silveira, <b>1.º conde de Sortelha</b></p> <p>D. Guiomar Coutinho</p> <p>D. Ana Coutinho, <b>abadessa de Lorvão</b></p>	
Pais	D. Álvaro Gonçalves Coutinho, <b>5.º marechal de Portugal</b> ∞ D. Brites Soares de Melo	João Gonçalves da Câmara, o <i>Perinho</i> , <b>2.º capitão donatário do Funchal</b> ∞ D. Mécia de Noronha
Irmãos	<p>1. D. Rodrigo Coutinho, <b>capitão de Arzila</b></p> <p>2. D. D. Mécia ou Melícia de Melo, <b>abadessa de Arouca</b></p> <p>Irmãos do casamento da mãe com D. Pedro de Menezes, <b>1.º conde de Cantanhede:</b></p> <p>3. D. Garcia de Menezes</p> <p>4. D. Aleixo de Menezes, o <i>mais Moço</i> ∞ D. Joana de Menezes ∞ D. Luisa da Silveira</p> <p>5. D. Afonso de Menezes</p> <p>6. D. Estevão de Menezes, <b>clérigo</b> ≠ N</p>	<p>1. João Gonçalves da Câmara</p> <p>2. Simão Gonçalves da Câmara, <b>3.º capitão donatário do Funchal</b> ∞ Joana de Castelo-Branco ∞ D. Isabel da Silva de Ataíde ≠ Guiomar Escórcia</p> <p>3. Pedro Gonçalves da Câmara ∞ Joana de Eça ∞ Catarina de Ornelas de Saavedra</p> <p>4. Manuel de Noronha ∞ D. Beatriz de Menezes ∞ Maria de Sousa</p> <p>5. Mécia de Noronha ∞ D. Martinho de Castelo Branco, <b>1.º conde de Vila Nova de Portimão</b></p> <p>6. Filipa de Noronha ∞ D. Henrique Henriques, <b>3.º senhor das Alcáçovas</b></p> <p>Irmãos com Isabel Lopes:</p> <p>7. Garcia da Câmara ∞ Mécia Nunes de Gouveia</p>
Sobrinhos	<p>4.1. D. Luisa de Noronha ∞ D. Pedro de Menezes, <b>8.º senhor de Cantanhede</b></p> <p>4.2. D. Luis de Menezes, <b>alcaide-mor de Arronches</b> ∞ D. Maria de Mendouça</p> <p>4.3. D. Álvaro de Menezes, <b>alcaide-mor de Arronches</b> ∞ D. Violante de Ataíde</p> <p>4.4. D. frei Aleixo de Menezes, <b>arcebispo de Braga</b></p>	<p>2.1. João Gonçalves da Câmara, <b>4.º capitão donatário do Funchal</b> ∞ Leonor de Vilhena</p> <p>2.2. D. Manuel de Noronha, <b>bispo de Lamego</b></p> <p>2.3. João Rodrigues da Câmara ∞ Isabel de Abreu</p> <p>2.4. Filipa da Câmara ∞ D. Duarte de Menezes, <b>governador da Índia</b></p> <p>2.5. D. João Gonçalves de Ataíde</p> <p>2.6. D. Luis Gonçalves de Ataíde ∞ Violante da Silveira</p>

<p>4.5. D. Mécia da Silveira e Menezes ∞ D. Luis Coutinho, <b>4.º conde de Redondo</b></p> <p>4.6. D. Brites da Silveira</p> <p>6.1. D. Jorge de Menezes, <b>capitão de Goa</b> ∞ Leonor de Aguiar</p> <p>6.2. D. Manuel de Menezes</p> <p>6.3. D. Pedro de Menezes</p> <p>6.4. Margarida da Silveira, <b>freira em Almoester</b></p>	<p>2.7. D. Brites Gonçalves de Ataíde, <b>abadessa do Mosteiro de Santa Clara do Funchal</b></p> <p>2.8. D. Isabel Gonçalves de Ataíde, <b>freira no Mosteiro de Santa Clara do Funchal</b></p> <p>2.9. D. Maria Gonçalves de Ataíde, <b>freira no Mosteiro de Santa Clara do Funchal</b></p> <p>2.10. Francisco Gonçalves da Câmara ∞ Francisca Velosa</p> <p>3.1. João Gonçalves da Câmara, o <i>Porrão</i></p> <p>3.2. Vasco Martins de Albergaria</p> <p>3.3. António Gonçalves da Câmara, <b>caçador-mor do rei D. João III</b> ∞ Isabel de Abreu ∞ D. Margarida de Noronha</p> <p>3.4. João Fogaça da Câmara</p> <p>3.5. Francisco da Câmara</p> <p>3.6. Sebastião da Câmara</p> <p>3.7. Maria da Câmara, <b>abadessa do convento da Esperança, Lisboa</b></p> <p>3.8. Helena da Câmara</p> <p>3.9. Filipa da Câmara</p> <p>3.10. Isabel de Ornelas da Câmara ∞ Antão Martins Homem, <b>2.º capitão donatário da vila da Praia</b></p> <p>3.11. Branca de Ornelas da Câmara ∞ Diogo Paim</p> <p>3.12. Margarida de Ornelas da Câmara ∞ António Lopes da Fonseca</p> <p>3.13. Catarina de Ornelas da Câmara ∞ Duarte Correia da Cunha</p> <p>3.14. Filipa de Ornelas da Câmara ∞ Duarte Ferreira de Teive</p> <p>4.1. António de Noronha</p> <p>4.2. Maria de Noronha ∞ D. Simão de Castelo-Branco, o <i>Cazor</i></p> <p>4.3. Luis de Noronha da Câmara ∞ Joana de Sousa</p> <p>4.4. Sebastião de Noronha</p> <p>4.5. Ana de Ataíde ∞ Pedro Afonso de Aguiar, <b>comendador de Santa Maria de Beja</b></p> <p>4.6. Elvira de Gusmão, <b>abadessa do convento da Esperança, Lisboa</b></p>
---	---

		<p>4.7. Cecília de Ataíde, <b>freira no convento da Esperança, Lisboa</b></p> <p>4.8. Bartoleza de Ataíde, <b>freira no convento da Esperança, Lisboa</b></p> <p>4.8. Constança da Silva, <b>abadessa de Santa Clara de Alenquer</b></p> <p>4.9. Antónia de Ataíde, <b>freira na Ilha da Madeira</b></p> <p>4.10. Joana de Ataíde, <b>freira na Ilha da Madeira</b></p> <p>5.1. D. Gonçalo de Castelo-Branco</p> <p>5.2. D. Francisco de Castelo-Branco, <b>camareiro-mor de D. João III</b> ∞ D. Francisca Pereira ∞ D. Maria de Castro e Lima ≠ N</p> <p>5.3. D. João de Castelo-Branco, <b>comendador de Aljezur da Ordem de Santiago</b> ∞ Catarina Barreto Mascarenhas ∞ Branca Rodrigues de Vilhena</p> <p>5.4. D. António de Castelo-Branco, <b>deão da Sé de Lisboa</b> ≠ N</p> <p>5.5. D. Afonso de Castelo-Branco, <b>meirinho-mor</b> ∞ Constança de Castro ∞ Isabel de Castro</p> <p>5.6. D. Brites de Noronha ∞ Afonso Pires Pantoja, <b>comendador de Santiago de Cacém</b></p> <p>5.7. D. Guiomar de Noronha ∞ D. Rodrigo de Eça, <b>alcaide-mor de Moura</b></p> <p>5.8. D. Leonor de Noronha ∞ Rui de Sousa da Silva</p> <p>5.9. Camila Noronha ∞ João Rodrigues de Sá, o <i>Velho</i>, <b>alcaide-mor do Porto</b></p> <p>5.10. D. Maria de Noronha ∞ D. Nuno Álvares de Noronha, <b>governador de Ceuta</b></p> <p>5.11. Joana de Noronha, <b>freira em Santa Clara da Ilha da Madeira</b></p> <p>5.12. Helena de Noronha</p> <p>5.13. D. Francisca de Noronha ∞ D. Bernardo Manoel, <b>alcaide-mor de Santarém</b></p> <p>6.1. D. Fernando Henriques, <b>4.º senhor das Alcáçovas</b> ∞ Brites de Melo</p> <p>6.2. D. André Henriques ∞ Maria Figueiroa</p> <p>6.3. D. João Henriques ∞ Isabel (ou Joana) de Abreu</p> <p>6.4. D. Maria de Noronha ∞ Martim Vaz Mascarenhas, <b>comendador de Aljustrel</b></p> <p>7.1. Pedro Gonçalves da Câmara</p>
--	--	---

			7.2. João Gonçalves da Câmara ∞ Violante de Morais 7.3. Leonor da Câmara ∞ Lucas de Azevedo Coutinho	
Avós	D. Fernando Coutinho, <b>4.º marechal de Portugal</b> ∞ D. Joana de Castro ∞ Catarina de Albuquerque	D. Rui Gomes de Alvarenga, <b>chanceler-mor de D. João II</b> ∞ Mécia de Melo	João Gonçalves Zarco, <b>1.º capitão donatário do Funchal</b> ∞ Constança Rodrigues de Sá	D. João Henriques de Noronha ∞ Beatriz de Mirabel
Tios	1. D. Tristão Coutinho ∞ Isabel Fogaça 2. D. Guterre Coutinho ∞ Isabel Pereira 3. D. Diogo Coutinho 4. D. Vasco Coutinho, <b>1.º conde de Redondo</b> ∞ D. Catarina da Silva 5. D. Henrique Coutinho, <b>dom prior de Guimarães</b> 6. D. João Coutinho 7. D. Maria Coutinho ∞ D. Rodrigo de Castro, o <i>de Monsanto</i> , <b>senhor de Valhelhas e Almendra</b> 8. D. Rodrigo Coutinho 9. D. Filipa Coutinho ∞ Lopo Afonso de Couros	1. D. Gomes Soares de Melo, <b>alcaide-mor de Torres Vedras</b> ∞ D. Filipa de Castro 2. D. Fernão de Melo ∞ D. Maria de Castro 3. D. Lopo Soares de Albergaria, <b>governador da Índia</b> ∞ Ana de Albuquerque 4. D. Catarina de Melo	1. Rui Gonçalves da Câmara, <b>3.º capitão donatário da ilha de São Miguel</b> ∞ Maria de Bettencourt ≠ Elvira Gonçalves, Canária ≠ Maria Rodrigues 2. Garcia Rodrigues da Câmara ∞ Violante de Freitas 3. Beatriz Gonçalves da Câmara ∞ Diogo Cabral 4. Isabel Gonçalves da Câmara ∞ Diogo Afonso de Aguiar, o <i>Velho</i> 5. Helena Gonçalves da Câmara ∞ D. Martim Mendes de Vasconcelos, <b>cavaleiro da casa do infante D. Fernando</b> 6. Catarina Gonçalves da Câmara ∞ Garcia Homem de Sousa 7. Mécia de Abreu ∞ D. Pedro de Moura	
Primos	1.1. D. Gonçalo Coutinho <b>comendador e alcaide-mor de Arruda</b> ∞ Beatriz de Castro ∞ N 1.2. D. Guiomar Coutinho ∞ D. Pedro de Menezes, <b>1.º conde de Cantanhede</b>	1.1. D. Margarida Soares de Alvarenga ∞ D. João de Alarcão, <b>alcaide-mor de Torres Vedras</b> 1.2. Isabel de Castro ∞ Pedro Borges 1.3. D. Brites, <b>freira em Odivelas</b> 2.1. D. Guiomar de Albuquerque ∞ D. Afonso de Menezes e Vasconcelos, <b>senhor de Mafra</b>	1.1. João Rodrigues da Câmara, <b>capitão donatário da ilha de São Miguel</b> ∞ Inês de Melo 1.2. Antão Rodrigues da Câmara, o <i>Mulato</i> ∞ Catarina Ferreira da Cunha 1.3. Brites da Câmara ∞ Francisco da Cunha de Albuquerque	

<p>4.1. D. João Coutinho, <b>2.º conde de Redondo</b> ∞ D. Isabel Henriques</p> <p>4.2. D. Bernardo Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém</b> ∞ D. Brites de Menezes ∞ D. Joana de Menezes</p> <p>4.3. D. Margarida Coutinho ∞ D. João Mascarenhas, <b>2.º senhor de Lavre e Estepa</b></p> <p>4.4. D. Maria da Silva ∞ D. Pedro de Almeida, <b>alcaide-mor de Torres Novas</b></p> <p>4.5. D. Isabel de Castro ∞ Jorge Barreto, <b>senhor de Rodão</b></p> <p>7.1. D. Francisco de Castro</p> <p>7.2. D. Joana Coutinho ∞ João Fernandes Cabral, <b>5.º senhor de Azurara</b></p> <p>7.3. D. Guiomar de Castro ∞ João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, <b>5.º senhor de Figueiró</b></p> <p>7.4. D. Isabel de Castro ∞ D. Fernando de Castro, <b>alcaide-mor do Sabugal</b></p> <p>7.5. D. Antónia de Castro ∞ D. João Lobo da Silveira, <b>senhor de Alvito</b></p> <p>7.6. D. Cristóvão de Castro, <b>clérigo</b></p> <p>7.7. D. Jorge de Castro</p> <p>9.1. Rui Lopes Coutinho ∞ D. Joana Coutinho</p>	<p>2.2. D. Catarina de Albuquerque, <b>2.ª senhora de Pombalinho</b> ∞ D. Fernando de Almada, <b>capitão de Lisboa</b></p>	<p>1.4. Pedro Rodrigues da Câmara ∞ Margarida de Bettencourt</p> <p>2.1. Constança Rodrigues da Câmara ∞ Diogo Cabral, do Algarve</p> <p>2.2. João Rodrigues da Câmara, o <i>Negrão</i> ∞ Violante Teixeira</p> <p>2.3. Aldonça Rodrigues da Câmara ∞ Bartolomeu Perestrelo, <b>3.º capitão donatário do Porto Santo</b></p> <p>2.4. Filipa Freitas ∞ Pedro Ferreira</p> <p>3.1. João Rodrigues Cabral ∞ Constança Rodrigues, a <i>Moça</i></p> <p>3.2. Germineza Cabral ∞ Tristão Teixeira</p> <p>3.3. Brites Cabral ∞ Diogo Vaz da Veiga</p> <p>3.4. Constança Cabral ∞ Rui de Sousa, o <i>Velho</i></p> <p>3.5. Inês Cabral ∞ Vasco Martins Moniz</p> <p>3.6. Maria Cabral ∞ Rui Gomes da Grã</p> <p>3.7. Joana Cabral ∞ Duarte de Brito Pestana</p> <p>4.1. Inês Dias da Câmara ∞ Lopo Vaz de Camões</p> <p>4.2. Diogo Afonso de Aguiar, o <i>Moço</i> ∞ Isabel de Castelo-Branco</p> <p>4.3. Pedro Afonso Aguiar, o <i>Raposo</i> ∞ Antónia de Vilhena</p> <p>4.4. Jorge de Aguiar</p>	
--	--	---	--



	<p>9.2. Maria de Azevedo ∞ D. Francisco de Viveros</p> <p>9.3. Isabel Coutinho ∞ Gil de Viveiros, <b>senhor de Castro Novo</b></p> <p>10.1. D. Maria Coutinho</p> <p>10.2. D. Tristão Coutinho ∞ D. Brites de Menezes</p> <p>10.3. D. Branca de Castro ∞ D. Leão de Noronha</p> <p>10.4. D. Margarida da Silva ∞ Fernando Álvares Cabral, <b>comendador de Banho</b></p> <p>10.5. D. João Coutinho</p> <p>10.6. D. Fernando Coutinho</p>		<p>4.5. Rui Dias de Aguiar ∞ Leonor Homem</p> <p>4.6. Maria Aguiar ∞ Álvaro Anes de Pendes</p> <p>5.1. D. Martim Mendes de Vasconcelos, o <i>Moço</i> ∞ Isabel Pereira de Berredo</p> <p>5.2. D. Luis Mendes de Vasconcelos ∞ Catarina Lourenço de Miranda</p> <p>5.3. D. João Mendes de Vasconcelos, o <i>Rascão</i> ∞ Inês Moniz</p> <p>5.4. D. Rui Mendes de Vasconcelos ∞ Isabel Correia</p> <p>6.1. Leonor Homem ∞ Duarte Pestana</p> <p>7.1. D. Manuel de Moura ∞ Isabel de Albuquerque</p> <p>7.2. D. Brites de Moura ∞ Duarte Coelho Pereira</p> <p>7.3. D. Fernando de Moura</p>	
--	--	--	---	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Coutinhos: tomo X, pp. 14-21; Meneses: tomo XVIII, pp. 206-213; Melos: tomo XVIII, pp. 149-176; Ataídes: tomo III, p. 67; Castelo-Branco: tomo XI, pp. 18-20; Câmaras: tomo VIII, pp. 81-88; Vasconcelos: tomo XXVIII, pp. 165-168; Mouras: tomo XXI, p. 87.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Coutinhos: tomo III, vol. I, pp. 315-327; Meneses: tomo II, vol. II, pp. 338-354; Alvarengas: tomo III, vol. I, pp. 411-412; Ornelas: tomo III, vol. II, p. 162; Castelo-Branco: tomo I, vol. II, pp. 486-496; Câmaras: tomo III, vol. I, pp. 264-282; Vasconcelos: tomo I, vol. II, pp. 105-115; Mouras: tomo IV, vol. I, p. 330.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Coutinhos: pp. 436-441; Meneses: pp. 291-292; Alvarengas: pp. 291-292; Castelo-Branco: pp. 127-129; Câmaras: pp. 120-122; Mouras: p. 190.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Coutinhos: pp.191-195; Meneses: pp. 106-106; Castelo-Branco: pp. 281-283; Mouras: p. 323.

## ALMIRANTE

António de Azevedo, **12.º almirante de Portugal** ⚭ D. Isabel de Menezes

Filhos	D. Lopo de Azevedo, <b>13.º almirante de Portugal</b> ⚭ Isabel (ou Leonor?) da Câmara D. Manuel de Azevedo D. Pedro de Azevedo	
Pais	Lopo Vaz de Azevedo, <b>11.º almirante de Portugal</b> , o <i>Monge</i> ≠ N	D. Pedro de Menezes, <b>1.º conde de Cantanhede</b> ⚭ D. Guiomar Coutinho
Irmãos	1. D. Gonçalo Gomes de Azevedo 2. Isabel de Azevedo ⚭ Luis Mendes de Vasconcelos 3. Maria de Azevedo ⚭ André do Campo, <b>senhor de Erra</b>	Irmãos do casamento com D. Leonor de Castro: 1. D. Jorge de Menezes, <b>6.º senhor de Cantanhede</b> ⚭ Leonor de Sotomaior 2. D. João da Cunha, o <i>Ladrão</i> ⚭ Guiomar Coutinho 3. D. Manuel de Menezes, <b>pajem de D. Manuel I</b> 4. D. Maria de Menezes ⚭ D. Henrique de Menezes, o <i>Bacalhau</i> Irmãos do casamento com D. Brites Soares de Melo: 5. D. Garcia de Menezes 6. D. Aleixo de Menezes, o <i>mais Moço</i> ⚭ D. Joana de Menezes ⚭ D. Luisa da Silveira 7. D. Afonso de Menezes 8. D. Estevão de Menezes, <b>clérigo</b> 9. D. Maria da Silva, <b>abadessa de Santa Clara de Coimbra</b> Irmãos: 10. D. Tristão de Menezes 11. D. Isabel de Menezes ⚭ Mateus da Cunha, <b>7.º senhor de Pombeiro</b> 12. D. Brites de Menezes ⚭ D. Bernardo Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém</b> 13. D. Joana de Menezes ⚭ D. Bernardo Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém</b> Irmãos com N: 14. D. Bernardo de Menezes ⚭ N Caldeira 15. D. Pedro de Menezes, o <i>Roxo</i> ⚭ Maria Velho

		16. D. Paulo de Menezes
Sobrinhos	<p>2.1. André de Azevedo e Vasconcelos ∞ Maria da Gama</p> <p>2.2. Mem Rodrigues de Vasconcelos ∞ D. Florença da Ponte</p> <p>2.3. Violante de Azevedo ∞ Francisco da Gama</p> <p>3.1. Pedro Álvares do Campo, <b>senhor de Erra</b> ∞ Leonor de Mariz</p>	<p>1.1. D. João de Menezes, <b>7.º senhor de Cantanhede</b> ∞ D. Constança de Noronha ∞ D. Margarida da Silva de Menezes</p> <p>1.2. D. Pedro de Menezes, <b>senhor de Fermoselhe</b> ∞ D. Mécia de Noronha</p> <p>1.3. D. Manuel de Menezes ∞ Brites da Silva (ou de Vilhena)</p> <p>1.4. D. Pedro de Menezes</p> <p>1.5. D. Manuel de Menezes</p> <p>1.6. D. Rodrigo de Menezes</p> <p>4.1. D. Jerónimo de Noronha, o <i>Bacalhau</i> ∞ D. Isabel de Castro</p> <p>4.2. D. João de Menezes</p> <p>4.3. D. Francisco de Menezes</p> <p>4.4. D. Álvaro de Noronha, <b>clérigo</b></p> <p>4.5. D. Leonor de Castro, <b>freira no mosteiro de Almoester</b></p> <p>4.6. D. Guiomar de Castro, <b>freira no mosteiro de Almoester</b></p> <p>4.7. D. Ana de Castro, <b>freira no mosteiro de Almoester</b></p> <p>4.8. D. Brites de Menezes, <b>freira no mosteiro de Almoester</b></p> <p>4.9. D. Joana de Menezes ∞ D. Aleixo de Menezes, o <i>mais Moço</i></p> <p>6.1. D. Luisa de Noronha ∞ D. Pedro de Menezes, <b>8.º senhor de Cantanhede</b></p> <p>6.2. Paula da Silveira ∞ D. Fernando da Silveira</p> <p>6.3. D. Luis de Menezes ∞ D. Maria de Mendonça</p> <p>6.4. D. Álvaro de Menezes, <b>senhor de Alfaiates</b> ∞ D. Violante de Ataíde</p> <p>6.5. D. frei Aleixo de Menezes, <b>arcebispo de Braga</b></p> <p>6.6. D. Mécia da Silveira e Menezes ∞ D. Luís Coutinho, <b>4.º conde de Redondo</b></p> <p>8.1. Pedro de Menezes Souto-Maior ∞ Isabel da Silva</p> <p>9.1. D. Jorge de Menezes, <b>capitão de Goa</b> ∞ Leonor de Aguiar</p> <p>9.2. D. Manuel de Menezes</p> <p>9.3. D. Pedro de Menezes</p> <p>11.1. Martim Lourenço da Cunha, <b>8.º senhor de Pombeiro</b></p>

			<p>11.2. Maria de Briteiros da Cunha, <b>9.<sup>a</sup> senhora de Pombeiro</b> ∞ D. João de Almeida ∞ D. António de Castelo-Branco</p> <p>11.3. Joana de Menezes ∞ D. Fernando de Noronha</p> <p>11.4. Guiomar de Castro ∞ D. Francisco de Faro, <b>4.<sup>o</sup> senhor de Vimieiro</b></p> <p>12.1. D. Pedro Coutinho ∞ Ana Cyrne</p> <p>12.2. D. João Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém e Almeirim</b> ∞ D. Catarina de Menezes</p> <p>12.3. D. Vasco Coutinho</p> <p>13.1. D. Guiomar Coutinho ∞ D. Fernando Álvares de Noronha</p> <p>13.2. D. Catarina Coutinho ou D. Catarina de Menezes ∞ D. Duarte de Castelo-Branco, <b>1.<sup>o</sup> conde de Sabugal</b></p> <p>15.1. Manuel de Menezes ∞ Isabel Henriques</p>	
Avós	Gonçalo Gomes de Azevedo, <b>alcaide-mor de Alenquer</b> ∞ Isabel Vaz de Castelo-Branco		D. João de Menezes, <b>4.<sup>o</sup> senhor de Cantanhede</b> ∞ Leonor da Silva	D. Tristão Coutinho ∞ Isabel Fogaça
Tios	<p>1. Francisco de Azevedo ∞ Genebra da Silva ≠ N</p> <p>2. Rui Gomes de Azevedo, <b>alcaide-mor de Alenquer</b> ∞ Margarida Anes Palha</p> <p>3. Iria de Azevedo ∞ Fernão da Silva</p>		<p>1. D. João de Menezes, <b>alcaide-mor do Cartaxo</b> ∞ Isabel de Mendanha</p> <p>2. D. Afonso de Menezes</p> <p>3. D. Catarina da Silva ∞ D. Vasco Coutinho, <b>1.<sup>o</sup> conde de Redondo</b></p> <p>4. D. Brites de Menezes ∞ Henrique de Sá, <b>alcaide-mor do Porto</b></p> <p>5. D. Rodrigo de Menezes, <b>comendador de Grândola</b> ∞ Leonor Pereira Mascarenhas ∞ D. Isabel de Sousa ∞ Isabel de Macedo ≠ N</p>	<p>1. Gonçalo Coutinho, <b>alcaide-mor de Arruda</b> ∞ Brites de Castro</p> <p>2. D. Maria Fogaça ∞ João de Sousa</p>
Primos	<p>1.1. Rui Gomes de Azevedo ∞ Beatriz de Brito</p> <p>1.2. Brites Pereira ∞ Francisco Rodrigues Pessanha</p> <p>1.3. Luis de Azevedo</p>		<p>3.1. D. João Coutinho, <b>2.<sup>o</sup> conde de Redondo</b> ∞ D. Isabel Henriques</p> <p>3.2. D. Bernardo Coutinho, <b>alcaide-mor de Santarém</b> ∞ D. Brites de Menezes ∞ D. Joana de Menezes</p>	<p>1.1. D. Hilário Coutinho ∞ D. Brites de Castro</p> <p>1.2. D. Tristão Coutinho ∞ D. Brites de Castro</p>

	<p>2.1. Gonçalo Gomes de Azevedo, <b>alcaide-mor de Alenquer</b> ∞ Inês de Melo</p> <p>2.2. Luis Álvares de Azevedo</p> <p>2.3. Lopo de Azevedo, <b>capitão do mar em Malaca</b></p> <p>2.4. Mécia de Azevedo ∞ Manuel de Castro Alcoforado ∞ Leonel Coutinho</p> <p>2.5. João Gomes de Azevedo ∞ Catarina Jacques</p>		<p>3.3. D. Margarida Coutinho ∞ D. João Mascarenhas, <b>2.º senhor de Lavre e Estepa</b></p> <p>3.4. D. Maria da Silva ∞ D. Pedro de Almeida, <b>alcaide-mor de Torres Novas</b></p> <p>3.5. D. Isabel de Castro ∞ Jorge Barreto, <b>senhor de Rodão</b></p> <p>4.1. João Rodrigues de Sá, o <i>Velho</i>, <b>alcaide-mor do Porto</b> ∞ Camila Noronha</p> <p>4.2. Antão de Sá</p> <p>4.3. Cristóvão de Sá, <b>franciscano</b></p> <p>4.4. Leonor de Menezes ∞ Diogo Lopes de Azevedo, <b>5.º senhor de São João de Rei</b> ∞ Jorge de Vasconcelos, <b>provedor dos armazéns de Lisboa</b></p> <p>4.5. Maria de Menezes ∞ D. Fernando de Almada, <b>capitão de Lisboa</b></p> <p>5.1. D. Maria de Menezes ∞ D. Antão de Almada</p> <p>5.2. D. Joana de Menezes ∞ D. Diogo de Noronha, <b>comendador-mor da Ordem de Cristo</b></p> <p>5.3. D. Simão de Menezes ∞ Leonor da Silveira ∞ Joana Boto</p> <p>5.4. D. Fernando de Menezes</p> <p>5.5. D. Vicente de Menezes</p> <p>5.6. D. Tristão de Menezes ∞ D. Isabel de Castro</p> <p>5.7. D. Jorge de Menezes</p>	<p>1.3. D. Branca de Castro ∞ D. Leão de Noronha</p> <p>1.4. D. Margarida de Castro ∞ Fernão Álvares Cabral</p> <p>1.5. D. Maria Coutinho</p> <p>1.6. D. João Coutinho</p> <p>1.7. D. Fernando Coutinho</p>
--	--	--	--	---

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Azevedos: tomo III, pp. 108-110; Vasconcelos: tomo XXVIII, p. 122; Marizes: tomo XVIII, p. 75; Meneses: tomo XVIII, pp.206-221; Sás: tomo XXVI, p. 118; Coutinhos: tomo X, p. 17.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Meneses: tomo II, vol. II, pp. 338-356; Coutinhos: tomo III, vol. I, p. 219.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Azevedos: pp. 504-506; Meneses: pp. 290-294; Sás: p. 110.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Azevedos: pp. 209-211; Meneses: pp. 106-108; Sás: pp. 314-315.

## COUDEL MOR

Francisco da Silveira, **2.º senhor de Sarzedas** ∞ Maria da Silva ∞ D. Margarida de Noronha

Filhos	Fernão da Silveira, <b>3.º senhor de Sarzedas</b> ∞ Germiniza Mascarenhas Violante de Noronha ∞ D. Pedro de Noronha, <b>6.º senhor de Vila Verde dos Francos</b> Bernardim da Silveira, o <i>Drago</i> ∞ D. Inês de Almeida Heitor da Silveira Manuel da Silveira Isabel de Noronha Cecília de Noronha Jorge da Silveira	
Pais	Fernão da Silveira, <b>1.º senhor de Sarzedas, coudel mor</b> ∞ D. Isabel Henriques	D. João de Noronha, o <i>Dentes</i> , <b>senhor de Sortelha</b> ∞ D. Joana de Castro, <b>senhora de Cascais e Monsanto</b>
Irmãos	1. Jorge da Silveira, <b>alcaide-mor de Castelo Rodrigo</b> ∞ Margarida Furtado de Mendonça ∞ D. Filipa de Lima 2. Diogo da Silveira ∞ Maria de Távora ∞ N 3. Violante Henriques ∞ D. Fernão Martins Mascarenhas, <b>1.º senhor de Lavre e Estepa</b> 4. Mécia Henriques ∞ D. Pedro de Sousa, <b>1.º conde do Prado</b> 5. Maria Henriques ∞ Francisco de Mendanha, <b>alcaide-mor de Castro Nuno</b>	1. D. Pedro de Castro, <b>3.º conde de Monsanto</b> ∞ Joana de Menezes ∞ D. Inês de Ayala 2. D. Simão de Castro ∞ Joana Pires 3. D. Jorge de Castro ∞ Maria da Silva 4. D. Brites de Noronha ∞ D. Diogo Pereira, <b>2.º conde da Feira</b> 5. D. Guiomar de Castro ∞ D. Henrique de Noronha 6. N, <b>freira no convento da Conceição de Beja</b> 7. N, <b>freira no convento de Jesus em Aveiro</b> 8. N, <b>freira no convento de Jesus em Aveiro</b>
Sobrinhos	1.1. Vasco da Silveira, <b>alcaide-mor de Castelo Rodrigo</b> ∞ Leonor de Meneses ∞ D. Leonor Henriques ∞ Brites de Lima 1.2. António da Silveira, <b>comendador de Arguim</b> ∞ Genebra de Brito 1.3. Fernão da Silveira ∞ Guiomar da Cunha	1.1. D. Luis de Castro, <b>senhor de Monsanto e Cascais</b> ∞ D. Violante de Ataíde ∞ D. Joana de Noronha 1.2. D. Maria de Ayala ∞ D. Fernando de Castro, <b>senhor do Paul de Boquilobo</b> 1.3. D. Luisa de Castro ∞ D. João de Menezes, <b>senhor de Tarouca</b>

<p>1.4. Francisca de Mendonça ∞ Henrique de Sousa, <b>senhor de Oliveira do Bairro</b></p> <p>1.5. Guiomar de Lima ∞ Aires de Sousa Coutinho</p> <p>1.6. Isabel (ou Joana) de Lima ∞ Fernando de Toledo, <b>senhor de Horcajada</b></p> <p>1.7. Joana da Silveira ∞ Francisco de Miranda</p> <p>2.1. Mécia de Távora ∞ D. Álvaro de Noronha, <b>governador de Azamor</b></p> <p>2.2. Isabel de Távora ∞ D. João da Silveira de Noronha, <b>claveiro</b></p> <p>2.3. Leonor da Silveira ∞ D. Simão de Menezes, <b>comendador de Grândola</b></p> <p>2.4. Jorge da Silveira</p> <p>2.5. Fernão da Silveira</p> <p>2.6. Duarte da Silveira</p> <p>3.1. D. João Mascarenhas, <b>2.º senhor de Lavre e Estepa</b> ∞ D. Margarida Coutinho</p> <p>3.2. D. Nuno Mascarenhas, <b>comendador de Almodôvar</b> ∞ Brites da Silva</p> <p>3.3. D. Pedro Mascarenhas, <b>6.º vice-rei da Índia</b> ∞ Filipa Henriques ∞ D. Helena Mascarenhas</p> <p>3.4. D. Manuel Mascarenhas, <b>comendador de Rosmanihal</b> ∞ Leonor de Sousa</p> <p>3.5. D. Isabel Henriques ∞ D. João Coutinho, <b>2.º conde de Redondo</b></p> <p>3.6. D. Leonor Henriques ∞ Simão Freire de Andrade, <b>5.º senhor de Bobadela</b></p> <p>3.7. António de Mascarenhas</p> <p>4.1. D. Francisco de Sousa ∞ D. Maria de Noronha</p> <p>5.1. Pedro de Mendanha ∞ Camila de Brito</p> <p>5.2. Luis de Mendanha ∞ Inês de Brito ∞ Maria da Silva</p> <p>5.3. Isabel Henriques ∞ Tristão de Sousa, <b>trinchante do infante D. Luís</b></p>	<p>1.4. D. Luisa de Castro, a <i>Beça</i> ∞ Pedro da Cunha, <b>senhor de Gestaçô</b></p> <p>1.5. D. Maria Luisa, <b>freira</b></p> <p>2.1. D. Josefa de Castro ∞ António Pires Caldeira</p> <p>2.2. D. Francisco de Castro ∞ Brites da Silveira</p> <p>2.3. D. Maria de Castro ∞ Gonçalo Vieira</p> <p>4.1. D. Manuel Pereira, <b>3.º conde da Feira</b> ∞ D. Isabel de Menezes ∞ Francisca Henriques</p> <p>4.2. D. Paulo Pereira, <b>clérigo</b> ≠ N</p> <p>4.3. D. Jerónimo Pereira</p> <p>4.4. D. Joana de Noronha ∞ João da Silva, <b>6.º senhor de Vagos</b></p> <p>4.5. D. Leonor Pereira ∞ D. Luis de Menezes, o <i>Trigo</i></p> <p>4.6. D. Francisca Pereira ∞ D. Francisco de Castelo-Branco</p> <p>5.1. D. Leão de Noronha ∞ D. Branca de Castro</p> <p>5.2. D. Joana de Noronha</p> <p>5.3. D. Maria de Noronha ∞ Nuno Fernandes Cabral, <b>alcaide-mor de Belmonte</b></p> <p>5.4. D. Pedro de Noronha, <b>frade da Ordem de S. Jerónimo</b></p> <p>5.5. D. Jorge</p> <p>5.6. D. Henrique</p>
---	---



Avós	Nuno Martins da Silveira, <b>senhor de Terena, escrivão da puridade de D. João I e D. Duarte</b> ∞ Leonor Falcão	D. Fernando Henriques, <b>2.º senhor das Alcáçovas</b> ∞ Branca de Melo, <b>senhora de Barbacena</b>	D. Fernando de Noronha, <b>2.º conde de Vila Real</b> ∞ D. Brites de Menezes, <b>2.ª condessa de Vila Real</b>	D. Álvaro de Castro, <b>1.º conde de Monsanto</b> ∞ D. Isabel da Cunha, <b>senhora de Cascais e Lourinhã</b> ≠ N
Tios	1. D. Diogo da Silveira, <b>escrivão da puridade do rei D. Afonso V</b> ∞ Brites da Cunha, <b>senhora de Goes</b> 2. Gonçalo da Silveira 3. Vasco da Silveira 4. Isabel da Silveira ∞ João de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa, copeiro-mor de D. Afonso V</b> 5. Leonor da Silveira ∞ Vasco Martins de Melo, <b>alcaide-mor de Évora e Castelo de Vide</b> 6. Mécia da Silveira ∞ Vasco Martins da Cunha ∞ D. Fradique de Castro, o <i>Tagarote</i> 7. Violante da Silveira ∞ Gomes de Miranda, <b>senhor do morgado de Patameira</b> 8. Guiomar da Silveira, <b>freira</b>	1. D. Henrique Henriques, <b>3.º senhor das Alcáçovas</b> ∞ Filipa de Noronha ∞ Leonor da Silva 2. D. Afonso Henriques, <b>1.º senhor de Barbacena</b> ∞ D. Lucrecia de Berredo 3. D. João Henriques 4. D. Briolanja Henriques ∞ Aires de Miranda, <b>alcaide-mor de Vila Viçosa</b> 5. D. Catarina Henriques ∞ Henrique de Albuquerque, <b>senhor de Angeja</b> 6. D. Brites Henriques ∞ Nuno Pereira de Lacerda, <b>alcaide-mor de Portel</b> 7. D. Joana Henriques ∞ João Gomes da Silva, <b>3.º senhor da Chamusca e Ulme</b>	1. D. Pedro de Menezes, <b>1.º marquês de Vila Real</b> ∞ D. Beatriz de Bragança ≠ N	1. D. João de Castro, <b>2.º conde de Monsanto</b> ∞ D. Maria de Menezes 2. D. Jorge de Castro 3. D. Leonor de Castro ∞ D. Pedro de Menezes, <b>1.º conde de Cantanhede</b> Tios com N: 4. D. Rodrigo de Castro, o de <i>Monsanto</i> , <b>senhor de Valhelhas e Almendra</b> ∞ D. Maria Coutinho ≠ Joana de Castro ≠ N 5. Guiomar de Castro ∞ Pedro Manrique de Lara, <b>1.º duque de Nájera, conde de Trevino</b> 6. Margarida de Castro, a <i>Condessinha</i> , <b>última abadessa perpétua em Santa Clara de Coimbra</b>
Primos	1.1. D. Nuno Martins da Silveira ∞ Filipa de Vilhena 1.2. D. Henrique da Silveira ∞ Isabel Pereira 1.3. D. Martim Afonso da Silveira, <b>alcaide-mor de Terena</b> ∞ Catarina de Azambuja 4.1. Martim Afonso de Melo ∞ Leonor Barreto	1.1. D. Fernando Henriques, <b>4.º senhor das Alcáçovas</b> ∞ Brites de Melo 1.2. D. André Henriques ∞ Maria Figueiroa 1.3. D. João Henriques ∞ Isabel (ou Joana) de Abreu 1.4. D. Maria de Noronha ∞ Martim Vaz Mascarenhas, <b>comendador de Aljustrel</b>	1.1. D. Fernando de Menezes, <b>2.º marquês de Vila Real</b> ∞ Maria Freire de Andrade, <b>senhora de Alcoutim</b> 1.2. D. António de Noronha, <b>1.º conde de Linhares</b> ∞ D. Joana da Silva e Ayala 1.3. D. Henrique de Menezes ∞ D. Maria de Menezes 1.4. D. Joana de Noronha ∞ D. Afonso, <b>8.º condestável de Portugal</b>	3.1. D. Jorge de Menezes, <b>6.º senhor de Cantanhede</b> ∞ Leonor de Sotomaior 3.2. João da Cunha, o <i>Ladrão</i> ∞ Guiomar Coutinho 3.3. Manuel de Menezes, <b>pajem de D. Manuel I</b> 3.4. Maria de Menezes ∞ D. Henrique de Menezes, o <i>Bacalhau</i> 4.1. D. Francisco de Castro

<p>4.2. Garcia de Melo, <b>alcaide-mor de Serpa</b> ∞ Filipa da Silva ∞ Joana de Sousa</p> <p>4.3. Henrique de Melo ∞ Brites Pereira</p> <p>4.4. Briolanja de Melo ∞ Diogo de Sampaio, <b>4.º senhor de Ansiães</b></p> <p>4.5. Leonor de Melo ∞ Nuno Barreto, <b>alcaide-mor de Faro</b></p> <p>4.6. Filipa da Silveira ∞ Pedro de Moura, <b>alcaide-mor de Marvão</b></p> <p>4.7. Branca de Melo ∞ Rui Dias Pereira, <b>alcaide-mor de Moura</b></p> <p>4.8. Isabel de Melo ∞ João Afonso, <b>provedor de Évora</b></p> <p>4.9. Catarina de Melo</p> <p>4.10. Beatriz de Melo ∞ João da Silveira, o <i>Tardio</i></p> <p>5.1. Vasco Martins de Melo, o Moço, <b>alcaide-mor de Castelo de Vide</b> ∞ D. Isabel Pereira</p> <p>5.2. Beatriz de Melo ∞ João Mendes de Oliveira</p> <p>5.3. Genebra de Melo ∞ Duarte Furtado de Mendonça, <b>anel-mor de besteiros</b></p> <p>5.4. Catarina de Melo, a <i>Rainha da Pedra</i> ∞ D. Álvaro de Almada</p> <p>7.1. Diogo de Miranda, <b>estribeiro-mor de D. João II</b></p> <p>7.2. Martim Afonso de Miranda ∞ Isabel de Brito</p>	<p>1.5. D. Brás Henriques ∞ Isabel Pereira</p> <p>1.6. D. Rodrigo Henriques</p> <p>1.7. D. Manuel Henriques</p> <p>1.8. D. Catarina Henriques ∞ Simão de Sousa Ribeiro, <b>alcaide-mor de Pombal, senhor da Moita</b></p> <p>1.9. D. Brites Henriques ∞ Diogo Moniz, <b>senhor de Angeja</b></p> <p>2.1. D. João Henriques ∞ D. Mariana de Sousa</p> <p>2.2. D. Garcia Henriques ∞ D. Leonor Henriques</p> <p>2.3. D. Guiomar Henriques ∞ Garcia de Melo, <b>comendador de Castro Marim</b></p> <p>2.4. D. Margarida Henriques ∞ António Borges de Miranda, <b>senhor de Carvalhais e de Melo</b></p> <p>2.5. D. Maria Henriques ∞ Jorge de Brito, <b>alcaide-mor de Aldeia Galega</b></p> <p>2.6. D. Ana Henriques, <b>2.ª senhora de Barbacena</b> ∞ Jorge de Albuquerque, <b>capitão de Malaca</b></p> <p>2.7. D. Jorge Henriques, <b>senhor de Barbacena</b> ∞ D. Maria de Menezes ∞ Maria de Calatayud</p> <p>2.8. D. Sancho Henriques ∞ Isabel de Albuquerque</p> <p>4.1. Fernão de Miranda Henriques ∞ Cecília de Azambuja</p>	<p>1.5. D. Diogo de Noronha, <b>comendador-mor da Ordem de Cristo</b> ∞ D. Joana de Menezes ∞ Filipa de Ataíde</p> <p>1.6. D. João de Noronha, <b>prior-mor de Santa Cruz de Coimbra</b></p> <p>1.7. D. Afonso de Noronha ∞ Inês Fernandes</p> <p>1.8. D. Pedro de Noronha, <b>alcaide-mor de Almeida</b> ∞ Beatriz Cabral</p> <p>1.9. D. Cristóvão de Noronha, <b>abade de Ganfei</b> ≠ D. Catarina da Gama</p> <p>1.10. D. Francisco de Noronha ∞ Beatriz Buendia</p> <p>1.11. D. Jorge de Noronha</p> <p>1.12. D. Catarina de Noronha, <b>abadessa de Almoster</b></p> <p>1.13. D. Maria de Noronha ∞ Pedro Lopes de Santarém</p>	<p>4.2. Joana Coutinho ∞ João Fernandes Cabral, <b>5.º senhor de Azurara, alcaide-mor de Belmonte</b></p> <p>4.3. Guiomar de Castro ∞ João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, <b>5.º senhor de Figueiró e Pedrógão</b></p> <p>4.4. D. Isabel de Castro ∞ D. Fernando de Castro, <b>alcaide-mor do Sabugal</b></p> <p>4.5. D. Antónia de Castro ∞ D. João Lobo da Silveira</p> <p>4.6. D. Francisco de Castro ∞ N</p> <p>4.7. D. Jorge de Castro</p> <p>4.8. D. Cristóvão de Castro, <b>bispo de Portalegre</b></p> <p>5.1. António Manrique de Lara, <b>2.º duque de Nájera</b> ∞ Juana de Cárdena Enríquez</p> <p>5.2. Leonor Manrique de Castro ∞ Francisco de Zuñiga y Guzman, <b>1.º marquês de Ayamonte</b></p> <p>5.3. Juana Manrique de Lara ∞ Victor Vélez de Guevara</p> <p>5.4. Brianda Manrique de Lara y Castro ∞ Luis de Beaumont, <b>3.º conde de Lerín</b></p> <p>5.5. Francisca Manrique de Lara ∞ Fernando Folch de Cardona, <b>2.º duque de Cardona</b></p> <p>5.6. Maria Manrique de Lara</p> <p>5.7. Pedro Manrique de Lara, <b>senhor de Genevilla y Cabredo</b> ∞ Isabel de Carrillo y Albornoz</p>
---	---	--	--

	<p>7.3. Fernão de Miranda ∞ Catarina de Eça</p> <p>7.4. Leonor de Miranda ∞ Juan Rodriguez de Villena</p> <p>7.5. Brites da Silveira ∞ Garcia de Sousa Chichorro</p>	<p>4.2. Simão de Miranda, <b>comendador de Povos</b> ∞ Maria Queimado ∞ Isabel de Castro</p> <p>4.3. Henrique Henriques de Miranda, <b>alcaide-mor de Fronteira</b> ∞ Maria de Sousa</p> <p>4.4. António de Miranda, <b>alcaide-mor de Avis</b> ∞ Inês da Rosa</p> <p>4.5. Filipa de Miranda Henriques ∞ D. João Pereira, <b>comendador do Pinheiro</b></p> <p>4.6. Margarida de Miranda</p> <p>7.1. Francisco da Silva, <b>4.º senhor da Chamusca e Ulme</b> ∞ Maria de Noronha</p> <p>7.2. António da Silva, <b>comendador de Alpalhão</b> ∞ Maria (ou Mécia) de Távora</p> <p>7.3. Braz da Silva, <b>comendador de Castelejo</b> ∞ Maria Coutinho</p> <p>7.4. Leonor da Silva ∞ D. Duarte de Menezes, <b>alcaide-mor do Sabugal</b></p>		<p>5.8. Guiomar Manrique ∞ Felipe, <b>senhor de Castro y Pinos</b></p> <p>5.9. Isabel Manrique</p>
--	--	--	--	--

Fonte:

Felgueiras Gayo, *Nobiliário* [...], Silveiras: tomo XXVI, pp. 178-181; Mascarenhas: tomo XVIII, pp. 79-86; Mendanha: tomo XX, pp. 9-10; Melos: tomo XVIII, pp. 135-141; Mirandas: tomo XX, pp. 155-160; Sosas: tomo VIII, p.74; Henriques: tomo XVI, pp. 101-106; Silvas: tomo XXVII, pp. 32-33; Meneses: tomo XVIII, pp. 206-207; Castros: tomo XI, pp. 57-68; Pereiras: tomo XXII, pp. 172-191; Noronhas: tomo XXI, pp. 137-147.

Alão de Moraes, *Pedatura* [...], Silveiras: tomo I, vol. II, pp. 22-26; Mascarenhas: tomo III, vol. I, pp. 100-124; Mendanha: tomo III, vol. I, pp. 136-137; Melos: tomo I, vol. I, pp. 497-519; Mirandas: tomo III, vol. I, pp. 142-152; Sosas: tomo I, vol. I, pp. 319-320; Henriques: tomo I, vol. II, pp. 196-209; Silvas: tomo II, vol. II, pp. 226-235; Meneses: tomo II, vol. II, pp. 338-339; Castros: tomo II, vol. II, pp. 111-114; Pereiras: tomo II, vol. II, pp. 41-42.

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal* [...], Silveiras: pp. 100-102; Mascarenhas: pp. 542-545; Melos: pp. 474-481; Mirandas: pp. 104-108; Henriques: pp. 514-516; Silvas: pp. 341-342; Meneses: pp. 290-292; Castros: pp. 264-270; Pereiras: pp. 401-402; Noronhas: pp. 71-77.

*Livro de Linhagens do século XVI* [...], Silveiras: pp. 300-306; Mascarenhas: pp. 294-296; Melos: pp. 164-168; Mirandas: pp. 327-333; Henriques: pp. 243-246; Silvas: pp. 130-132; Meneses: pp. 106-108; Castros: pp. 93-96; Pereiras: pp. 74-75; Noronhas: pp. 223-230.

Pedro Manrique de Lara: <https://geneall.net/pt/nome/49788/pedro-manrique-de-lara-1-duque-de-najera-conde-de-trevino/> [consultado em 07/10/2021].

ANEXO III

LIVRO DAS MATRÍCULAS DOS MORADORES DA CASA DELREI D. MANUEL, DO PRIMEIRO QUARTEL DO ANO DE 1518<sup>2677</sup>

---

<sup>2677</sup> António Caetano de Sousa, *Provas* [...], tomo II, pp. 352-373.

## CAPELÃES

Nome	Cargo	Parentesco	Comentário	Reais por mês
D. Diogo Ortiz	bispo de Viseu			4200
D. Abade de Alcobaça				não tem tanto
D. João do Porto	bispo de Targa			2000
D. Manuel de Sousa				3000
D. Cristóvão		filho bastardo de D. Rodrigo de Castro		3000
Cristóvão de Bobadilha				2500
António de Meneses		filho de Rui Mendes de Vasconcelos		2300
Rui Pires de Távora				2300
Manuel de Sousa Chichorro				1200
João Álvares Pereira		filho de Álvaro Pereira		2000
Rodrigo Afonso		filho de Cristóvão Correia		1920
Pedro de Goes				1900
Estevão de Azevedo				1600
João Corte-Real				1600
Aires de Melo				1520
Bartolomeu Moniz				1520
António de Sousa		filho de Fernão de Sousa		1400
Diogo Fernandes Cabral	deão			1450
Simão de Fonseca		filho de João da Fonseca		1400
Heitor Homem de Sousa				1100
João Fogaça			por servir a Rainha D. Leonor	1000
Diogo Ortiz	deão do príncipe			1000
Pedro de Lemos				1000
Damião de Faria		filho de Mestre Gil		1000
Álvaro Botelho				1400
António de Benevides		sobrinho de D. Isabel de Mendanha		1000
Gil da Costa				900
Rui Dias de Azevedo				900
Álvaro Botelho		filho de Rui Gago		700
Simão da Costa		filho do físico-mor Mestre Afonso		1000 (omitidos)
D. António Lobo		filho do barão		1000 (omitidos)
Manuel de Sousa		filho de Garcia de Sousa		2200 (omitidos)
Bartolomeu de Mendanha				1680 (omitidos)

### CAVALEIROS DO CONSELHO

Nome	Cargo	Parentesco	Comentário	Reais por mês
Conde Prior	mordomo-mor			9000
D. António	escrivão da puridade			8000
D. Pedro de Castro	vedor da fazenda			6600
D. Henrique de Noronha	camareiro-mor			5500
Conde D. Pedro				6500
Conde de Vila Nova	camareiro do príncipe			5500
D. Duarte de Meneses	capitão de Tânger			6500
D. Garcia de Noronha				5500
D. Francisco de Eça				5500
D. Jerónimo de Eça				5500
D. Luis Coutinho~				5500
D. Jorge de Meneses				5500
D. Garcia de Meneses				5500
D. Gonçalo Coutinho				5500
D. Jorge de Eça				5500
D. Gastão				5500
D. Antão de Abranches				5500
D. António de Almeida	contador mor			5500
D. Rodrigo de Castro.				5400
Lopo de Sousa				5000
D. Diogo Lobo	o barão			5000
D. Nuno	almotacé mor			5000
João da Silva				3800
Vasco Anes Corte real	vedor			4286
João Fogaça				4286
Francisco da Silveira	coudel mor			4286

Rui Teles				3800
Jorge de Melo	que foi mestre-sala			4286
António de Azevedo	almirante			4286
D. Fernando de Castro				4286
Tristão da Cunha				4286
D. João Pereira				4286
D. Pedro de Sousa				4286
João de Saldanha				4286
António Salvado				4286
Rui Barreto				4286
Francisco de Miranda				4286
Pedro Correia				4286
João de Mendonça				4286
Garcia de Sousa Chichorro				4286
Henrique da Silveira				4286
D. Filipe de Sousa				4286
D. Pedro de Castelo Branco				4286
Luis da Silva				4286
Simão de Miranda				4286
Diogo Lopes de Lima				4286
Diogo de Melo			de Castelo de Vide	4286
Antonio de Miranda				4286
Afonso de Bobadilha				4286
Garcia de Melo	anadel-mor			
Cristóvão de Távora				
D. Diogo de Castro				6000
D. Martinho de Noronha				4900
D. João de Noronha		sobrinho do marquês		4000
D. António de Meneses		filho de D. Pedro de Meneses		4000



D. Diogo de Meneses		filho de D. Pedro de Meneses		4000
D. António de Ataíde				3900
D. Alonso Pacheco Porto Carreiro				3900
D. Henrique de Meneses		filho do conde prior		3900
D. Vasco da Gama	almirante			3900
D. Luis de Meneses				3900
Henrique de Sousa				3800
D. Afonso de Albuquerque				3800
D. João Pereira		filho do conde Rui Pereira		3800
D. Bernardo Coutinho		filho do conde de Borba		3800
D. Fernando de Eça		filho de D. Pedro de Eça		3800
D. Diogo de Meneses	craveiro			3800
D. Vasco de Eça		filho de D. João de Eça		3800
D. Garcia de Eça		filho de D. Jorge de Eça		3800
D. Garcia de Albuquerque				3800
Álvaro de Sousa				3800
D. António de Castro				3750
Gonçalo da Silva				3700
D. Lopo de Almeida		filho do prior do Crato		3700
D. Pedro Mascarenhas				3700
D. Pedro de Almeida				3700
D. Brás Henriques	caçador-mor			3800
D. Diogo Coutinho				3700
Aires de Sousa				3800
D. Jorge de Castro				3750
D. Henrique de Arelhano				3650
D. Henrique de Meneses		filho de D. Fernando		3500
D. Rodrigo Lobo		filho do barão		3500
Sancho de Tovar				3400

Francisco de Anhaia				3400
João de Melo		filho de Manuel de Melo		3400
Manuel de Anhaia				3400
D. Francisco de Viveiros				3...
Diogo de Sepúlveda				3200
Francisco de Mendanha				3150
Aires da Cunha				3150
Francisco da Cunha				3150
D. Francisco de Lima	visconde			3120
D. Diogo de Lima		irmão de D. Francisco de Lima		3120
João de Calatayud				3125
Henrique de Melo				3...
Jorge de Melo	porteiro-mor			3100
Diogo de Melo		irmão de Jorge de Melo		3100
Martim Afonso de Melo				3100
Manuel de Melo		irmão de Martim Afonso de Melo		3100
D. Francisco		filho de D. Filipe		3100
Fernão de Ferreira		filho Afonso de Ferreira		3000
Nuno da Cunha				3000
Simão da Cunha		irmão de Nuno da Cunha		3000
João Rodrigues de Sá				3000
Cristóvão de Sá		filho de Henrique de Sá		3000
Vasco da Silveira		filho de Jorge da Silveira		3000
António de Sousa				3000
Vasco Martins de Melo		filho de Duarte de Melo		2900
Francisco da Silva		filho de João da Silva		2900
Diogo Lopes de Sequeira				2900
Garcia de Sá				2900
Jorge Barreto				3000

João de Melo		filho de Duarte de Melo	que serviu em Arzila	2900
João de Melo Barreto				2900
Fernão Martins Freire				2875
António de Távora				2875
Diogo de Melo		filho de Duarte de Melo	que serviu em Arzila	2890
D. Pedro de Castelo Branco		neto do Almirante Velho		2850
Diogo de Melo de Castelo Branco				2800
Jorge de Melo		filho de Vasco Martins		2800
António da Silva		filho de João da Silva		2800
Rui de Sousa		irmão de D. Isabel		2800
Vasco Martins de Sousa Chichorro				2700
Duarte de Lemos				2700
Simão de Sousa de Almeida				2650
Francisco de São Paio				2625
Pedro de Mendonça	alcaide-mor de Mourão			2600
António de Mendonça		irmão de Pedro de Mendonça		2600
António de Mendonça		filho de Fernão de Lima		2600
D. João de Lima		filho de Fernão de Lima		2690
Fernão de Sousa Chichorro				2650
Estevão de Brito				2550
D. João de Meneses		filho de D. Martinho		2600
Cristóvão de Mendonça Mourão				2600
D. João de Eça		filho bastardo de D. Pedro de Eça		2534
Nuno Furtado		filho de Afonso Furtado		2500
D. Aires da Gama				2500
D. Francisco de Noronha		filho de D. João de Noronha	da ilha	2500
Francisco de Faria		filho de Antão de Faria		2500
João Álvares da Cunha				2500
Gonçalo Pereira		filho de Álvaro Pereira		2500

Mateus da Cunha		filho de João Álvares da Cunha		2500
Diogo Sarmiento				2500
Pedro Álvares Cabral				2437
Leonel de Abreu		filho de Pedro Gomes de Abreu		2500
D. Luis de Gusman			castelhano	2500
Leonel de Brito		filho de Mem de Brito		2450
António da Cunha		filho de Luis da Cunha		2408
Luis Álvares Cabral				2437
André Pereira				2400
Artur de Brito				2400
Manuel Correia		filho de Cristóvão Correia		3400
Pedro Lourenço de Melo de Mandonça				2350
D. Rodrigo de Moura				2300
D. António de Meneses		filho de João de Meneses		2335
Jorge de Vasconcelos				2300
Vicente de Albuquerque				2300
D. Pedro de Moura				2200
Pedro do Cem				2250
Cristóvão de Brito				2250
António de Brito		irmão de Cristóvão de Brito		2250
João Brandão		filho de Duarte Brandão		2200
Sancho de Sousa				2200
Henrique Brandão		filho de Duarte Brandão		2200
Jorge Brandão		irmão de João Brandão		2200
Cristóvão Soares				2250
Estevão de Castro				2130
D. Pedro de Castro		filho de Estevão de Castro		2130
Manuel de Sousa		filho de Gonçalo Tavares		2100

Ambrósio Pessanha				2100
Simão Tavares de Sousa				2100
Belchior de Sousa		irmão de Simão Tavares de Sousa		2100
Estevão Soares			de Aragão	2000
João de Sousa de Lima			que serviu em Arzila	2000
Jorge da Cunha		filho de Álvaro da Cunha	de Tavira	2000
Álvaro da Costa	camareiro e guarda roupa		por andar em Castela	2000
Pedro Álvares de Carvalho				2000
Francisco Homem	estribeiro-mor			2000
Lopo de Azevedo			de Alenquer	2000
Martim Vaz Mascarenhas				2000
Manuel de Sousa		filho de Duarte de Sousa		2000
António Vaz Mascarenhas		filho de Nuno Vaz Mascarenhas		2000
António Borges				2000
Domingos de Abreu		filho de Pedro Gomes de Abreu		2000
Fernão Anes de Soutomaior				2000
Pedro Boto		filho do chanceler mor		1900
Fernão Boto		filho do chanceler mor		1900
Francisco Machado		filho do chanceler mor		1900
Vasco de Carvalho				1900
Sebastião de Miranda de Azevedo				1900
Henrique de Betancor				1900
Manuel de Melo de Oliveira				1900
Cristóvão Correia		filho de João Correia		1875
Francisco Nogueira				1875
D. João de Castro			de Évora	1875
Francisco Figueira				1850
Manuel de Berredo		filho de Rui Pereira de Alcácer		1800
António de Berredo		filho de Rui Pereira de Alcácer		1800

Francisco Pereira Pestana				1800
Pedro Ferreira		filho de Álvaro Ferreira		1800
Garcia Zuzarte		filho de Pedro Zuzarte		1800
Francisco da Silveira		filho de Fernão da Silveira		1750
Pedro da Fonseca		filho de João da Fonseca		1750
Lopo Botelho				1750
Pedro Botelho		filho de Diogo Botelho		1750
Pedro Afonso de Aguiar				1700
Fernão Sodré		filho de Vicente Sodré		1700
Duarte Pacheco				1700
Francisco de Almada				1700
Pedro de Brito			da ilha	1700
Simão de Faria			que foi do Mestre	1700
Gregório Mendes		filho de Rui Mendes de Vasconcelos	da ilha	1700
Garcia de Faria		filho de Lourenço de Faria		1700
João Vaz da Costa		filho de Pedro Vaz do Carvalho		1700
Jorge da Silva				1666
Álvaro Pires Vieira		filho de Diogo Álvares Vieira		1625
Duarte de Azevedo				1600
Jerónimo Teixeira de Macedo				1700
Luis Mendes		filho de Lopo Mendes		1600
João de Sousa			que foi do Mestre	1600
Martim Vaz de Gouveia		filho do licenciado		1600
Vasco de Frois				1600
António Carneiro	secretário			1500
Bartolomeu de Paiva	amo do príncipe			1500
Luis de Gois				1500
Fernão Lopes Correia				1500
António Machado		filho bastardo de Francisco Machado		1500

Cristóvão de Magalhães		filho de Fernão Lourenço		1500
Duarte da Fonseca		filho de Fernão da Fonseca		1500
Simão de Sousa Idanha				1500
Rui Mendes de Brito		filho de Rui Mendes		1500
Rui Cotim de Castanheda	cochão ou uchão			1500
Fernão Brandão	camareiro e guarda roupa do infante			1500
D. Fernando				1500
Lopo de Melo		filho do doutor João Lopes		1400
Rui Lopes	vedor do príncipe			1460
João Rodrigues de Lucena				1400
Simão de Brito		filho de Afonso de Brito	de Elvas	1400
Francisco da Cunha		filho de Pedro Machado		1375
Francisco Machado				1375
Brás da Costa	escrivão da cozinha			1300
Vasco Queimado				1300
Francisco Lopes				1300
António Rodrigues de Castelo Branco		filho de Duarte Rodrigues		1300
Rui de Brito Patalim				1300
João de Ornelas			da ilha	1300
Manuel Rodrigues de Castelo Branco				1300
João Rodrigues de Castelo Branco		filho de Duarte Rodrigues		1300
Henrique Moniz de Porto Carreiro				1300
Francisco Machado		filho de Álvaro Machado		1275
Jaime Teixeira			que foi do mestre	1250
João Afonso			de Beja	1250
António de Azevedo de Castro				1250
Fernão de Miranda		filho de Diogo Pinto		1250

Gonçalo Pires de Baião				1250
Francisco de Araújo			que foi da rainha	1250
Simão Lopes de Miranda		que parece diz ser filho de Álvaro Lopes, secretário		1250
Rafael Catanho				1250
Jorge Vaz de Novais				1250
Martim Ichoa		filho de Lopo Afonso Ichoa		1250
João de Paiva				1200
João Lopes de Alvim				1200
Gonçalo da Fonseca				1200
Diogo Botelho		filho de Álvaro Botelho		1200
João de Abreu Colaço				1200
Gaspar de Paia			por estar ocupado no castelo de Rastelho	1200
João Correia	escrivão do tesouro			1200
Manuel de São Paio		filho bastardo de Diogo de São Paio		1200
Agostinho Caldeira				1100
Garcia da Cunha		filho de Vasco da Cunha		1100
Cristóvão de Brito		filho de João de Brito		1100
Lançarote de Agrela				1100
James Tubim				1100
Gil Barbosa		filho de Gonçalo Barbosa		1100
André Rodrigues de Beja				1100
Gonçalo Mendes Zacoto				1100
Pedro da Fonseca		filho de Gonçalo da Fonseca		1100
Luis da Fonseca				1100
Roque da Fonseca				1100
Manuel de Maiorga				1100
Garcia de Sequeira			que foi do conde de Borba	1033
Garcia de Resende				1000



Lopo Chainho		filho de Lopo Chainho		1000
Pedro Chainho		filho de Lopo Chainho		1000
Diogo Fernandes de Meireles				1000
Manuel Botelho		filho de Pedro Botelho		1000
João Álvares Pestana				1000
Diogo Figueira	manteeiro			1000
Vicente Pegado		filho de Fernão Pegado		1000
Fernão Carrilho				1000
Diogo Botelho Gago				1000
Rui Lourenço de Moura				1000
Cristóvão da Fonseca de Andrade				1000
Lançarote de Seixas				1000
Henrique de Agrela				1000
Afonso Lopes			que foi do infante	1000
João de Freitas		filho bastardo de Vasco de Freitas		1000
Paio Rodrigues de Vila Lobos			de Évora	950
Afonso Botelho	meirinho			900
Antão Martins	juiz dos órfãos de Lisboa			650
Fernão de Madureira			que serviu em Tânger	900
Jorge Tibau				900
Fernão Gomes de Carvalhosa				900
Lopo Cabreira				900
Fernão Lopes de Sande				900
João Coelho		filho de Gonçalo Coelho	de Tânger	900
Diogo de Alvarenga				900
Cristóvão Raposo		filho de Martim Gomes		900
Lopo Botelho de Paços				900
Francisco Gonçalves	alcaide-mor de Sesimbra			900
Fernão Martins			que foi do conde Prior	900

Estevão Pais				850
Duarte Teixeira				850
Fernão Cardoso		filho do doutor Gonçalo Fernandes		850
Diogo Neto	toalha			850
Jorge Dias		filho de Catarina Dias		800
Nuno Casado				800
Luis Simões				800
Duarte de Azevedo		sobrinho de Mécia de Abreu		800
Francisco Froes		filho de Álvaro Anes		800
Fernão de Liz				800
Pedro Anes do Canto				800
Rui Rebelo		filho de Cristóvão Rebelo		800
António Fernandes de Quadros				800
António de Aguiar		sobrinho do licenciado		800
Vicente Lourenço Batavias				800
Jorge da Maia				800
Jorge Rodrigues Preto				800
Pero Vaz Travassos			que foi da duquesa	800
Diogo de Camões				800
Pedro Ferreira			da ilha	800
João de Alverca				800
Álvaro Ribeiro			de Lagos	800
Sebastião Botelho				750
António Rico				750
Jordão Fragoso		filho de João Fragoso		750
André de Carvalho			de Montemor	750
João Nogueira			que foi do conde prior	750
Francisco de Andrade			que foi da rainha D. Leonor	750

Antão Botelho				750
Francisco Pessoa				750
Gaspar de Teiva	alcaide-mor do Crato			750
Pedro Fragoso				750
Antão Carvalho			de Montemor	750
Fernão Machado		filho de Diogo Machado	de Beja	750
Pedro de Alpoem				750
Luis de Horta			que foi da rainha D. Leonor	750
Rui Dias do Pau				750
António Rodrigues			que foi de D. Nuno Fernandes de Ataíde	750
Gaspar de Seixas				750
Rui Freire		filho de João Álvares		750
Manuel Sadinho		filho de Brás Luis		750
Manuel Álvares Munelo			de Beja	750
Álvaro Gil de Liz				700
João Vieira				700
Martim Rodrigues			que foi de Gomes Soares, de Alvarenga	700
João Gomes			que foi de Luis de Brito	700
Fernão da Guerra			que foi do clareiro	700
Pedro Barriga		sobrinho de Pedro Barriga		700
Duarte Vaz			aio que foi de Álvaro de Sousa	700
Gaspar de Oliveira			de Estremoz	700
João Gomes de Carvalho				700
Gonçalo Mendes	escrivão da câmara			700
Antão de Seixas		filho de Pedro de Seixas		700
Lopo Rodrigues Romeu				700

D. Jerónimo de Eça				5500 (último quartel)
D. Francisco de Castelo Branco		filho do conde de Villan...		3900 (último quartel)
D. André Henriques				3800 (último quartel)
Vasco Martins de Melo		filho de Duarte de Melo		2900 (último quartel)
António de Sousa		filho bastardo de Diogo Lopes de Sousa		2536 (último quartel)
Lopo Vaz de São Paio				2025 (último quartel)
Luis Mendes de Vasconcelos			da ilha, que serviu em Azamor	1700 (último quartel)
Duarte de Freitas			de Lagos	1050 (último quartel)
Fernão de Pina	abade			1000 (último quartel)
Pedro Camelo			da ilha	800 (último quartel)
D. Fernando de Eça		filho de D. Pedro de Eça		3800 (omitidos)
D. António Mascarenhas		filho do capitão que Deus haja	que serviu em Arzila	3700 (omitidos)
Pedro Lopes de Azevedo		contador de Arzila		1666 (omitidos)
Diogo Soares		filho de Vasco Gomes de Abreu	que serviu em Arzila	2500 (omitidos)
Álvaro Nunes		sobrinho de Nuno Goto		404 (omitidos)
Diogo Mendes de Azevedo		filho de Manuel Mendes	que serviu em Tânger	1000 (omitidos)
Manuel de Valdes		filho de Baltazar de Valdes		1100 (omitidos)
Fernão Anes de Soutomaior			galego, que serviu em Tânger	1000 (omitidos)
Duarte de Almeida		filho de Fernão Lopes de Almeida		1000 (omitidos)
Rui Lopes	vedor do príncipe			1460 (omitidos)
Gonçalo Pires			de Raia	1259 (omitidos)
Álvaro Pereira			de Serpa	1000 (omitidos)
Simão de Sousa				1500 (omitidos)

Vasco Martins de Melo		filho de Duarte de Melo		2900 (omitidos)
João de Melo		filho de Duarte de Melo		2900 (omitidos)
Luis Mendes de Vasconcelo			da ilha, que serviu em Azamor	1700 (omitidos)
Fernão Brandão	camareiro e guarda roupa do infante D. Fernando			1500 (omitidos)
Pedro de Alpoem			que serviu na Índia	750 (omitidos)
D. Diogo de Sousa		filho de D. Henrique de Sousa		3000 (omitidos)
Diogo ou Vasco de São Paio		filho de Henrique Lourenço		1250 (omitidos)
Diogo Fernandes Galego			que serviu com a santa cruzada	700 (omitidos)
Os herdeiros de Rui Mendes de Vasconcelos			da ilha	1700 (omitidos)
Jorge da Costa		filho de Álvaro da Costa	do Algarve, que serviu em Safim	2000 (omitidos)
Rui de Sousa		irmão de D. Isabel	que serviu em Azamor e Safim	2800 (omitidos)

### ESCUDEIROS FIDALGOS

Nome	Cargo	Parentesco	Comentário	Reais por mês
Conde do Vimioso				5200
Conde de Vila Nova				5200
D. Pedro de Noronha		filho de D. Martinho		4000
D. João de Almeida		filho do conde de Abrantes		3500
Manuel Telles		filho de Rui Telles		3400
D. Fernando de Castro		filho do governador		3400
Brás Telles		filho de Rui Telles		3400
D. Pedro de Menezes				3300
Bartolomeu de Calatayud		filho da camarina		2500

João Gonçalves da Câmara		filho do capitão da ilha		2500
João Rodrigues da Câmara		filho do capitão da ilha		2500
D. Diogo		filho de D. Filipe		2200
Manuel de Melo		filho de Fernão Vaz de S. Paio		2180
António de Miranda		filho de Fernão de Miranda		2140
D. Álvaro de Ataíde		filho bastardo de D. Álvaro de Ataíde		2270
D. Diogo Pereira		filho bastardo do Conde		2000
Diogo Pereira		filho de João Pereira	de Guimarães	1920
Rui Pereira		filho de Gonçalo Pereira		1920
Simão da Cunha		irmão de João Álvares da Cunha		1900
Nuno Álvares		filho de Rui Dias Pereira		1800
Jorge Barreto de Magalhães				1950
D. António de Castro		filho de Jorge de Castro		1750
Pedro Gomes da Grã		filho de Rui Gomes da Grã		1760
Álvaro da Cunha		filho de Jorge Melo, mestre-Sala		1680
Vasco de Almada		filho de Fernão Martins de Almada		1600
Tristão de Souza			de Guimarães	1600
Jerónimo de Souza		filho de Cristóvão de Souza		1600
Fernão Vaz Corte-Real				1600
Fernão Álvares de Souza			da Labruja, que vai a Safim	1600
Tristão Homem		filho de Pedro Homem	que vai a Safim	1600
Francisco de Souza		filho de Cristóvão de Sousa		1600
Diogo Soares		filho de Pedro Vaz Soares		1600
Manuel Lobato				1520
Rodrigo de Vasconcelos				1500
Simão Tinoco				1500
Tristão da Veiga		filho de Pedro Vaz da Veiga		1500
João Mascarenhas		filho de Álvaro Mascarenhas		1500

Estêvão Lobato				1520
António de Abreu		filho de Lopo de Abreu	que vai a Safim	1440
António de Soutomaior		filho de D. Maior		1460
Cristóvão de Monterroy		filho de Fernão de Monterroy		1420
Antão da Fonseca		filho de João da Fonseca		1400
Vasco Anes Corte-Real		filho de Pedro Vaz		1360
António de Azevedo		filho de Diogo de Azevedo		1340
Pedro de Souza de Azevedo			que foi do senhor D. Dinis	1300
António da Fonseca		filho de Lopo da Fonseca		1300
Álvaro de Souza			de entre Douro e Minho	1200
Diogo de Macedo		filho de Antão de Macedo		1200
Manuel de Góis		filho de Luís de Góis		1200
Luís Taveira		filho de Rui Taveira, segundo parece		1200
Cristóvão de Brito		filho de Gonçalo Mendes de Brito		1100
Ruy Gonçalves de Castelo Branco		dos filhos do conde de Abrantes		1040
Gaspar Zuzarte de Castelo Branco		dos filhos do conde de Abrantes		1040
António Machado		filho de Álvaro Machado		1020
João da Fonseca	escrivão da fazenda			1000
Fernão Ortiz de Vilhegas				1200
António Real				1000
Pedro da Silveira		filho do Doutor Gonçalo Mendes da Silveira		1000
Job Queimado				1000
Cristóvão Pereira			de Estremoz	1000
Sebastião da Costa		filho de Brás da Costa		1000
Diogo de Freitas		filho de João de Freitas		1000
António Pereira		filho de Martim Pereira		1000
Duarte de Souza de Magalhães				1000
António de Freitas		filho de João de Freitas		1000

Luís de Almada		filho de Aires de Almada		1000
António Lobo		filho de Gil Vaz Lobo	de Beja	1000
Manuel de Voasços		filho de Gaspar de Voasços		800
Bartolomeu Drago		sobrinho do Chantre		800
António Casco		cunhado de D. Francisco de Eça		800
Fernão da Gama		filho de Vasco da Gama		800
Fernão da Gama		filho de Vasco da Gama		800
Soeiro da Gama		filho de João da Gama	de Avis	750
Francisco da Gama		filho de Diogo da Gama		750
Nuno Fernandes Lobo		filho de Fernão Lopes		750
Manuel Dorneles		filho de João Dorneles	da ilha	700
Nuno Fernandes Raposo		filho de João Nunes	de Beja	700
Mem Rodrigues			de Vila Lobos	700
Afonso Pestana		filho de Afonso Vaz Pestana		700
António da Nóbrega		filho de Fernão da Nóbrega		700
Gaspar Mendes de Azevedo		filho de Manuel Mendes	que serviu em Tânger	700
Simão Delgado			de Tavira	700
Jordão Gomes de Carvalhosa				600
Aires Coelho		filho de Gonçalo Coelho	de Tânger	600
João Rodrigues			da Lagoa	600
Fernão de Barros		filho do promotor		600
Diogo Ferreira		filho de Rui Mendes	do infante	600
Simão de Carvalhosa			de Coimbra	600
João Vaz Serrão		filho de João Serrão		600
António Lobo				600
João Gomes de Cabreira			que foi do senhor D. Dinis	600
Bartolomeu de Lemos				600
João de Seabra		filho de Catarina de Seabra		550
Manuel Freire		filho de Luís Freire	de Montemor	550



João Leite			que foi do bispo da Guarda	550
João Mendes		filho de Mateus Mouzinho	de Tavira	500
Jerónimo de Gramacho			de Silves, que vai a Safim	500
Paio Rodrigues Caldeira			que vai a Safim	500
Bento Garro				500
Martim Soares de Toledo			que serviu em Alcácer e depois em Ceuta	600 (omitidos)
Pedro Soares		sobrinho da madre de Lopo Sanches		600 (omitidos)
António Arrais		filho de Pedro Arrais	de Ceuta	750 (omitidos)
Gaspar Viegas		filho de Diogo Viegas de Tavira	que serviu em Ceuta	1190 (omitidos)
Jordão de Freitas		filho de João de Freitas	da ilha, que serviu na Armada do Estreito com Diogo Lopes de Sequeira	1000 (omitidos)
João Viegas		filho de Gonçalo Viegas	que serviu em Ceuta	1100 (omitidos)
Pedro de Mendonça		filho de Álvaro de Mendonça	de Tavira, que serviu em Ceuta	750 (omitidos)
Francisco de Mello		filho de João de Mello	de S. Paio, que serviu em Arzila	1817 (omitidos)
João da Silveira		filho de Nuno Martins da Silveira		2420 (omitidos)
Vasco Anes Corte-Real		filho de Pedro Vasques	serviu na Índia com Diogo Lopes de Sequeira	1360 (omitidos)

### MOÇOS FIDALGOS

Nome	Cargo	Parentesco	Comentário	Reais por mês
D. Fernando de Noronha				1000
D. Ignácio		irmão se D. Fernando de Noronha		1000
D. Francisco		irmão se D. Fernando de Noronha		1000
D. João		irmão se D. Fernando de Noronha		1000
D. Jerónimo		filho de D. Henrique de Noronha		1000

D. Francisco		filho de D. Henrique de Noronha		1000
D. Álvaro		filho de D. Henrique de Noronha		1000
D. Pedro de Castro		filho de D. Pedro de Castro		1000
D. Fradique		filho de D. Nuno		1000
D. João Manuel		filho de D. Nuno		1000
D. Francisco		filho de D. Nuno		1000
D. Nuno		filho de D. Nuno		1000
D. Jorge		filho de D. Nuno		1000
D. António de Almada		filho do conde de Abrantes		1000
D. Duarte		filho do conde de Abrantes		1000
D. Álvaro		filho do conde de Abrantes		1000
D. Dinis		filho do conde de Abrantes		1000
D. Gaspar		filho do conde de Abrantes		1000
D. Fernando de Noronha		filho de D. Afonso		1000
D. Paulo		filho do conde da Feira		1000
D. Jerónimo		filho do conde da Feira		1000
D. Estêvão		filho do conde de Penela		1000
D. João de Castro		filho do governador		1000
D. Jerónimo de Castro		filho do governador		1000
D. Fernando de Noronha		filho de D. Martinho		1000
D. Álvaro Coutinho		filho do marechal		1000
D. Pedro de Eça		filho de D. Francisco de Eça		1000
D. Pedro de Eça		filho de D. Jorge de Eça		1000
D. Gonçalo Coutinho		filho de D. Gastão		1000
D. João		filho de D. Duarte, capitão de Tânger		1000
D. João de Menezes		filho de D. Luís		1000
Afonso de Albuquerque		filho de Afonso de Albuquerque		1000
D. Duarte Henriques		filho de D. Afonso Henriques		1000
D. Leão de Noronha		filho do comendador-mor de Santiago		1000

D. Jorge de Noronha		filho do comendador-mor de Santiago		1000
D. Francisco	pajem do príncipe	filho do almirante	ração de azamel, e três quartas de cevada para a azemela.	1000
D. Estêvão		filho do almirante		1000
D. Henrique Coutinho		filho de D. Diogo Coutinho		1000
D. Tritão de Noronha		filho de D. Luís		1000
D. Simão de Castelobranco		filho de D. Pedro		1000
D. Manuel de Menezes		filho de D. João		1000
D. Gastão		filho de D. Diogo Coutinho		1000
D. Fernando de Abranches		filho de D. Antão de Almada		1000
D. Duarte		filho do conde de Abrantes		1000
D. João de Almeida		filho de D. Bernardim		1000
D. Vicente de Menezes		filho de D. Rodrigo		1000
D. António de Castelo Branco		filho do conde de Vila Nova		1000
D. João de Castelo Branco		filho do conde de Vila Nova		1000
D. Afonso de Castelo Branco		filho do conde de Vila Nova		1000
Antão de Faria		filho de Francisco de Faria		1000
Ruy Lopes Coutinho		filho de Fernão Coutinho		1000
Martim Afonso de Sousa		filho de Manuel de Sousa	que serviu na armada do estreito com Diogo Lopes de Sequeira	1000
Manuel de Sousa		filho de André de Sousa		1000
D. Fernando de Lima		filho de Diogo Lopes de Lima		1000
D. António de Ataíde		filho de D. Álvaro de Ataíde		1000
D. Manuel de Moura		filho de D. Pedro de Moura		1000
Martim de Távora		filho de Álvaro Pires de Távora		1000
D. Francisco		filho bastardo de D. Antão de Abranches		1000
João Corte-Real		filho de ...		1000
Manuel		filho de ...		1000

Francisco		filho de ...		1000
Manuel Pereira		filho de Álvaro Pereira		1000
Henrique de Menezes		filho do Doutor Gonçalo Martins		1000
Aleixo de Sousa Chichorro				1000
Afonso de Bobadilha		filho de João de Saldanha		1000
Luís de Saldanha		filho de João de Saldanha		1000
Estêvão de Goes		filho de Francisco de Goes		1000
António Docem		filho de Pedro Docem		1000
D. Felipe Lobo		filho do barão		1000
António Moniz		filho de Jorge Moniz		1000
Pero de Miranda				1000
António da Silveira		filho de Henrique da Silveira		1000
António da Silveira		filho de Nuno Martins da Silveira		1000
D. Francisco Lobo		filho do barão		1000
Artur da Cunha		filho de João de Almeida da Cunha		1000
D. Francisco de Moura				1000
D. Francisco de Lima		filho de D. Pedro de Lima		1000
D. João de Sande				1000
João Esmeraldo				1000
Diogo de Melo		filho de Jorge de Mello		1000
Pedro Afonso		filho de Ruy Dias de Aguiar	da ilha	1000
António da Costa		filho de Luís da Costa		1000
Martim Afonso de Mello				1000
Cristóvão de Melo		filho de Henrique de Melo		1000
Ruy de Melo		filho de Henrique de Melo		1000
Fernão da Silveira		filho de Jorge da Silveira		1000
Gil Anes da Costa		filho de Álvaro da Costa		1000
Duarte da Costa		filho de Álvaro da Costa		1000
Manuel da Costa		filho de Álvaro da Costa		1000

D. Francisco Pereira		filho de D. João Pereira		1000
Manuel de Miranda		filho de António de Miranda		1000
D. Diogo de Castro	pajem			1000
D. António		filho de D. Pedro e neto do conde de Penamacor		1000
Ruy de Melo				1000
António de Saldanha		filho de João de Saldanha		1000
Ruy Dias		filho de João de Melo	de Serpa	1000
Francisco Carneiro		filho do secretário		1000
Rafael Carneiro		filho do secretário		1000
Pedro de Alcáçova		filho do secretário		1000
Manuel de Albuquerque		filho de Lopo Albuquerque		1000
D. Martinho		filho de D. Filipe		1000
D. Jerónimo de Moura		filho de D. João de Moura		1000
Diogo de Mendonça		filho de João de Mendonça		1000
Álvaro Soares		filho de João Soares		1000
D. Luís de Moura		filho de João de Moura		1000
Miguel Corte-Real		filho do vedor		1000
Bernardo Corte-Real		filho do vedor		1000
Jerónimo Corte-Real		filho do vedor		1000
D. Álvaro		filho de D. João Pereira	da Feira	1000
D. João Pereira		filho de D. João Pereira	da Feira	1000
Fernão Álvares Cabral		filho de Pedro Álvares Cabral		1000
Nuno alvares		filho de João de Melo	de Serpa	1000
Felipe Lopes		filho de Fernão Lopes Correa		1000
Afonso de Mercado			Castelhano	1000
Rodrigo Afonso		filho de Cristóvão Correia		1000
Manuel de Sousa		filho do regedor		1000
Diogo de Faria		filho de Antão de Faria		1000

António da Cunha		filho de Aires da Cunha		1000
Martim Afonso de Sousa		filho de Manuel de Sousa		1000
Leonel de Sousa		filho de Manuel de Sousa		1000
Fernão Martins de Sousa		filho de Manuel de Sousa	com ração de azamel, a quinhentos e cinquenta reis por mês e a três quartas de cevada para a azemela	1000
Ruy Vaz Pereira			que serviu em Ceuta	1000
Fernão de Melo		filho de Fernão de Melo		1000
João Alvares Pereira		filho de Fernão de Melo		1000
Ruy de Melo		filho de Diogo de Melo Castelo Branco		1000
Manuel de Melo		filho de Diogo de Melo Castelo Branco		1000
Sebastião de Noronha		filho de Pedro Gonçalves	da ilha	1000
Afonso Pereira		filho de Rui Pereira		1000
Jerónimo Moniz		filho de Febo Moniz		1000
Fernão de Miranda		filho de Simão de Miranda		1000
Álvaro Pires de Távora		filho de Cristóvão de Távora		1000
Afonso de Miranda		filho de Simão de Miranda		1000
Simão da Cunha		filho de Álvaro da Cunha		1000
André de Sousa		filho de Garcia de Sousa		1000
Cristóvão de Goes		filho de Simão de Goes		1000
João de Sousa Lobo		filho de Diogo Lobo		1000
Pedro Barreto		filho de Gonçalo Nunes Barreto		1000
Manuel de Melo		filho de João de Melo	de Serpa	1000
Pedro Machado		filho do chanceler mor		1000
Henrique Machado		filho do chanceler mor		1000
Álvaro Pires de Távora		filho do doutor Diogo Pacheco		1000
Diogo Pacheco		filho do doutor Diogo Pacheco		1000
António Gil Severim		filho de João Gil		1000
Gaspar de Brito		filho de Jorge de Brito		1000

João Rodrigues de Sequeira		filho de Gonçalo de Sequeira		1000
Ruy Gonçalves de Sequeira		filho de Gonçalo de Sequeira		1000
Nuno de Mendonça		filho de João de Mendonça		1000
Gomes Martins de Lemos				1000
Pedro de Mendanha		filho de Francisco de Mendanha		1000
Ruy Dias Pereira		filho de João Rodrigues Pereira		1000
Fernão Coutinho		filho de Leonel Coutinho		1000
André Moniz		filho de Jerónimo Moniz		1000
Lourenço Moniz		filho de Jerónimo Moniz		1000
Francisco de Azevedo de Menezes		filho do doutor Gonçalo de Azevedo		1000
D. Duarte de Lima				1000
João Gomes da Grã		filho de Ruy Gomes		1000
Garcia de Brito		filho de Estêvão de Brito		1000
Tristão de Sousa		filho de Nuno de Sousa		1000
Luís Brandão		filho de Fernão Brandão		1000
Pero de Brito		filho de António de Brito		1000
Ayres de Brito		filho de João de Brito		1000
D. Henrique de Viveiros				1000
Francisco de Mendonça		filho de Pedro de Mendonça de Brito		1000
Pedro Vaz da Cunha		filho de Ayres da Cunha		1000
Vasco da Cunha		filho de Ayres da Cunha		1000
Ruy Gomes da Grã		filho B. De Diogo de Gomes da Grã		1000
Manuel Cirne		filho de Jerónimo Cirne		1000
Manuel Freire		filho de Gomes Freire		1000
Francisco Soares		filho da camareira do príncipe		1000
António de Moura		filho de Álvaro Gonçalves de Moura		1000
Manuel de Sousa		filho de Henrique de Sousa		1000
Pero Vaz		filho de Pero Vaz de Sequeira		1000
Francisco Leitão		filho de Afonso Leitão		1000

Henrique Nunes		filho de Jorge Nunes de Leão		1000
Jorge Mendes		filho de Lopo Mendes		900
Mendo Mendes		filho de Lopo Mendes		900
Manuel Correa		filho de Pedro Correa Paio		900
Ayres Correa		filho de Aires Correa		900
Francisco Botelho		filho de Diogo Botelho		900
Sebastião Tavares da Grã		filho de Pero da Grã		900
Damião de Goes		filho de Gil de Goes		900
João de Almada		filho de Aires de Almada		900
António da Fonseca		filho de João da Fonseca		900
Manuel de Brito		filho de Afonso de Brito	de Elvas	900
André Pereira		filho do doutor João Pires		900
António Correa		filho de Ayres Correa		900
João de Baião		filho de Pedro ou Gonçalo de Baião		900
Francisco da Nova		filho de João da Nova		800
Diogo da Nova		filho de João da Nova		800
Afonso da Nova		filho de João da Nova		800
Jorge Correa		filho de Gaspar Correa		800
João de Macedo		filho de Martim de Macedo		800
Nuno de Macedo		filho de Martim de Macedo		800
Mem Rodrigues de Vasconcelos		sobrinho do almirante		800
João Rodrigues Homem		filho do doutor Rodrigo Homem		700
Manuel de Pina		filho de Vasco de Pina		700
Gonçalo de Pina		filho de Vasco de Pina		700
André da Silva		filho de Gonçalo da Silva		(omitidos)
Manuel de Albuquerque		filho de Lopo de Albuquerque		(omitidos)
D. Sancho Manuel		filho de D. Manuel de Vilhena		(omitidos)
D. Francisco Manuel		filho de D. Manuel de Vilhena		(omitidos)



## MOÇOS

Nome	Cargo	Parentesco	Comentário	Reais por mês
Diogo Rodrigues		filho do licenciado		622
Pero Botelho		filho de Fernão Gameiro		622
Rui Correia		filho do comendador Pinheiro		622
Manuel de Oliveira		filho de Antão de Oliveira		622
Álvaro do Casal		filho de Duarte do Casal		622
simão Caldeira		filho de Agostinho Caldeira		622
António Caldeira		filho de Agostinho Caldeira		622
Sebastião Delgado	pajem dos livros			622

## FÍSICOS

Nome	Cargo	Parentesco	Comentário	Reais por mês
Mestre Nicolau		físico		?
Doutor Mestre Afonso		físico mor		2500
Doutor João de Faria		cirurgião-mor		2300
Doutor Gil Lopes		físico		2000
Mestre Diogo		físico e cirurgião		1600
Mestre Gil da Costa		físico		1500

## ESCUDEIROS

Nome	Cargo	Parentesco	Comentário	Reais por mês
Gil Alvares	contador			30000 (por ano)
Leonel da Costa	contador			30000 (por ano)

Gregório Fernandes	contador			30000 (por ano)
João de Reboreda	contador			33160 (por ano)
João Fernandes	contador			30000 (por ano)
Álvaro da Maia	contador			30000 (por ano)
Luís Vaz	contador			30000 (por ano)
Pero Fernandes	contador			30000 (por ano)
Fernão Rodrigues	contador		de Setúbal	30000 (por ano)
Afonso Fialho	contador			30000 (por ano)
Pero Lopes da Gaia	contador			30000 (por ano)
Sebastião Gonçalves	contador			30000 (por ano)
Duarte de Mendonça		filho de Pedro Arrais	que serviu em Safim	700
Diogo Tavira			que foi da Rainha D. Leonor	700
António Rodrigues de Castelo Branco		filho de Gonçalo Rodrigues		700
João Afonso Guedes		filho de Domingos Guedes		700
Jorge Raposo		filho João Gomes Raposo		700
Diogo da Gama de Elvas		filho de João da Gama de Elvas		600
Lopo da Fonseca da Cunha				600
António da Mota				600
Henrique Figueira				600
Manuel de Barros				600
Ruy Besteiros		filho de Álvaro Besteiros	de Santarém	600
Gomes da Costa			de Almada	500
João da Costa				500
Lopo Tomé		filho de Diogo Tomé		500
António Perestrelo				500
Afonso Botelho		filho de Francisco Botelho		500
André Serrão	doutor			400
António Barbudo		filho de Laçarote Barbudo	de Beja	450

Francisco Faleiro		filho de Rui Faleiro		400
Gonçalo de Goes	mealheiro			450
João de Gusman				450
Nicolau de Alter		filho de João de Alter		450
Pero Fernandes Matoso				450
Simão do Vale				450
Álvaro Baião		filho de Martim Baião		400
Diogo Álvares de Andrade				400
Diogo Barradas			que foi do infante	400
Pero Rodrigues		sobrinho de Lopo Barriga		400
Pero Godinho		neto de João Fernandes Godinho		400
Álvaro Fragoso	contados de contos			20000 (omitidos)
António Fernandes de Quadros			de Azamor	500 (omitidos)

#### MOÇOS DA CÂMARA

Nome	Cargo	Parentesco	Comentário	Reais por mês e três quartas de cevada
Afonso Lopes Bulhão				406
Álvaro Lopes Bulhão				406
António Estaço		filho de Rodrigo Estaço		406
António da Fonseca		filho de Rui da Fonseca		406
António de Araújo		sobrinho de Rui de Araújo		406
António Leitão		filho de Jorge Martins	amo do infante D. Henrique	406
António da Frota		enteado de Persival Malhado		406
Henrique de Macedo		filho de Francisco de Macedo de Santarém		406
Henrique Rodrigues Girão		filho de Rodrigo Girão		406

Álvaro Pinto da Fonseca		filho de Luís Pinto de Lamego		406
António de Lemos		filho de Pedro de Barcelos		406
António Coelho		filho de Gonçalo Coelho de Tânger		406
António Saraiva			que foi da rainha	406
Antão Lampreia				406
António Fragoso		filho de Vasco Fragoso		406
Henrique Pereira de S. Paio			de Tentúgal	406
André de Pina		filho de Diogo Mendes de Évora		406
Álvaro Rodrigues		filho de Paio Rodrigues de Araújo		406
Antão Dória		filho de Baltazar Dória		406
Antão Pais		filho de Diogo Pais de Lisboa		406
António Rebelo		filho de Lopo Rodrigues Rebelo		406
Baltazar de Vilhegas		sobrinho de Diogo Ortiz		406
Brás de Araújo			que foi da rainha	406
Baltazar de Azevedo			que foi da rainha	406
Bastião de Macedo			de Alenquer	406
Bartolomeu Meireles		filho de Diogo Fernandes		406
Belchior de Amaral das Águias				406
Charles Henriques			de Torres Vedras	406
Tomé Perdigão		filho de Luís Perdigão		406
Diogo Brandão		filho de Pero Brandão		406
Duarte Leitão		filho do adail		406
Diogo Teixeira		filho de João Teixeira		406
Duarte de Paiva		filho de João de Paiva		406
Damião de Góis		irmão de Frutos de Góis		406
Diogo Leite		filho de João Leite		406
Diogo Neto		filho de Martim Neto		406
Diogo Lopes de Basto		filho de Pedro Lopes		406
Diogo Leitão		filho de Duarte Leitão	de Lisboa	406

Diogo de Loronha		filho de Fernão de Loronha		406
Duarte Cerveira		sobrinho do Doutor Brás Neto		406
Duarte de Faria		filho de João de Faria		406
Duarte de Góis		sobrinho de Frutos de Góis		406
Duarte de Sá			de Coimbra	406
Egas Moniz		filho de João Egas		406
Estêvão Gago		irmão de Pedro Carvalho		406
Fernão Álvares	feitor das moradias			406
Frutos de Góis	moço da guarda-roupa			406
Francisco de Faria		filho de Rui Gomes	de Arzila	406
Francisco Rebelo		filho de Gonçalo Rebelo		406
Francisco Coronel		filho de Mestre Nicolau		406
Francisco Fialho		filho de João Fialho, contador		406
Francisco Lopes	reconado do Príncipe	filho de João Lopes		406
Francisco Lopes Bulhão				406
Francisco de Pina		filho de Simão de Pina		406
Francisco Carneiro		filho de Vicente Carneiro		406
Fernão Resteiro		filho de Álvaro Resteiro		406
Francisco de Faria		outro filho de Rui Gomes de Arzila		406
Fernão Rabilão		filho de Diogo Rabilão		406
Francisco Jaques de Lagos				406
Garcia Queimado		filho de Gonçalo Queimado		406
Gaspar do Vale		filho de João do Vale		406
Gaspar Tibau				406
Gaspar Cota		filho de Martim Cota		406
Gaspar de Faria		filho de Nicolau de Faria	do príncipe	406
Gaspar Pais		filho de Gomes Pais		406
Gaspar Velho		filho de Álvaro Velho		406
Gaspar de Almeida		filho de Fernão Rodrigues de Almeida		406

Gabriel Lopes		filho de João Lopes Henriques		406
Gomes Farinha		filho de João Farinha		406
Gomes da Costa		filho de Lionel da Costa		406
Gonçalo Homem		filho de Gil Homem		406
Jerónimo Leitão		filho de Nuno Leitão		406
Jerónimo		filho de Pantaleão Dias		406
Jorge Barroso		filho de Álvaro Barroso		406
Jorge Cotrim de Coimbra				406
Jorge Correia		filho de Francisco Botelho		406
João Brandão do Porto				406
João Lopes		filho de Tomé Lopes, escrivão da Câmara		406
João Rodrigues		filho do Contador Diogo Homem	de Coimbra	406
João Godinho		filho de Diogo Godinho		406
João de Sá Pereira			de Coimbra	406
João Dias de Madureira			que foi da Excelente Senhora	406
João de Ataíde		filho de Pedro Álvares	de Palmeirim	406
João de S. Paio		filho de Diogo de S. Paio	de Moura	406
Luís Álvares de Calvos		filho de Vicente Rodrigues		406
Lisuarte de Liz		filho de Fernão de Liz		406
Luís Brandão		filho de Pedro Brandão		406
Luís Machado		filho de Percival Machado		406
Manuel de Líz		filho de Álvaro de Liz		406
Martim Neto		filho de Gonçalo Queimado	de Setúbal	406
Martim de Souza		sobrinho do Secretário		406
Miguel de Monterroio		filho de Fernão Gil		406
Miguel Fróis		filho de Lançarote Fróis		406
Nicolau de Andrade		filho de Pedro de Andrade		406
Pedro Soares		sobrinho da mulher de Lopo Sanches		406

Pedro da Costa de Araújo		sobrinho de Rui de Araújo		406
Pedro Caldeira		filho de João Álvares Maletra		406
Pero Lopes Caldeira		filho de Afonso Lopes	de Tomar	406
Pedro Borges		filho de Duarte Borges	de Lisboa	406
Pedro Carvalho	guarda-roupa			406
Rodrigo Alcoforado		filho de Lopo Rodrigues Alcoforado		406
Rui Gomes		filho de Diogo Pais	que foi da Rainha	406
Rui Babilão		filho de Diogo Babilão		406
Rui Cotrim		filho de Álvaro Cotrim		406
Rui Gonçalves			de Caminha	406
Rui de Ozouro		filho de Jorge Dozouro		406
Rodrigo Homem de Coimbra				406
Rui Gago		irmão de Pedro Carvalho		406
Simão da Costa		filho de Gomes da Costa	de Almada	406
Vicente Dias		frade de Tavira		406
Rui Lobo		filho de Lisuarte Lobo		406
Vicente Lobo		filho de Lisuarte Lobo		406
Vasco de Faria	arabigo	filho de João de Faria		406
Cristóvão Tibau		filho de Afonso Martins		406
Cristóvão Lameira			de Alcácer	406
Cristóvão Caldeira		filho de Rui Caldeira	de Leiria	406
Cristóvão de Magalhães		filho de Nuno Fernandes	de Lisboa	406
Cristóvão Nunes		sobrinho do secretário		406
Cristóvão Godinho		filho de Pero Godinho	de Elvas	406
Cristóvão Leitão		sobrinho do protonotário João Fernandes		406
Cristóvão Botelho		filho de Vasco Botelho	de Soure	406
Cristóvão de Sequeira		filho de Mecia de Sequeira	de Guimarães	406
Cristóvão Mendes		sobrinho de Fernão de Pina		406
Duarte de Loronha		filho de Fernão de Loronha		406

Francisco de Sequeira		filho de Simão de Sequeira de Castelo Branco		406
Lopo Malheiro			de Ponte de Lima	406
Rui de França		filho de Pedro de França		406
Tristão da Costa		filho de Lionel da Costa		406
Diogo Camões		filho de João de Lisboa		406
Sebastião de Matos	licenciado			406
Pero Fragoso	moço da câmara do príncipe			406
Simão Rebelo			de Arzila	406
Vasco de Rezende		filho de António de Rezende		406
Manuel de Góis		irmão de Frutos de Góis	que serviu na armada do estreito com Diogo Lopes de Sequeira	406
Rui da Costa		sobrinho de Brás da Costa		406
Cristóvão da Costa		filho do físico-mor Mestre Afonso		406
Fernão Caldeira			que serviu em Arzila	800
Os herdeiros de João de Rego		filho de Gonçalo do Rego, de Santarém,	que serviu em Azamor	450
Tomé Delgado	pajem dos livros			450
Sebastião Delgado	pajem dos livros			450



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

## 1. FONTES

### 1.1. Fontes manuscritas

#### **Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa)**

*As Gavetas da Torre do Tombo*, gaveta I, mç. 3, 4, 6; gaveta XIX, mç. 7; gaveta XV, mç. 14, 15, 19; gaveta XVII, mç. 3; gaveta XVIII, mç. 5, 6, 12; gaveta XX, mç. 2, 6.

*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38.

*Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, 3.

*Chancelaria de D. João II*, liv. 2, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25.

*Chancelaria de D. João III*, liv. 1, 3, 4, 5, 14, 19, 30, 46.

*Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46.

*Colecção de cartas*, Núcleo Antigo 880, n.º 56 (1521).

*Contos do Reino e Casa*, Núcleo Antigo, n.º 867, 857.

*Corpo Cronológico*, parte I, mç. 3, 5, 8, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 22, 24, 29; parte II, mç. 6, 7, 8, 11, 22, 23, 26, 35, 36, 40, 42, 47, 48, 50, 51, 52, 60, 61, 63, 91, 96, 97, 107, 116, 117, 118, 120.

#### **Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)**

*Origem da Capela Real, Patriarchal, e Sé de Lisboa*, [manuscrito], 1796.

### 1.2. Fontes impressas e coletâneas documentais

«Catálogo dos Bispos da Idanha e Guarda composto pelo Doutor Manoel Pereira da Sylva Leal», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza*, que neste anno de 1722 se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores dedicada a ElRey nosso Senhor, seu augustíssimo protector, e ordenada pelo Marquez do Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma academia, Lisboa Occidental, Oficina de Pascoal da Silva, 1722, (sem numeração).

«Catálogo dos Prelados da Igreja de Viseu, composto pelo Padre João Colt», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza* que neste anno de 1722 [...], (sem numeração).

«Catálogo histórico dos summos pontífices , cardeaes, arcebispos e bispos portuguezes que tiveram dioceses ou títulos de igrejas, fora de Portugal e suas conquistas, por Manoel Caetano de Sousa», *Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza*, que neste anno de 1725 se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores dedicada a ElRey nosso Senhor, seu augustíssimo protector, e ordenada pelo Marquez do Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma academia, Lisboa Ocidental, Oficina de Pascoal da Silva, 1725.

«Livro Vermelho do Senhor Rey D. Afonso V», *Collecção de Livros inéditos de História Portuguesa, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II.*, publicados por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por José Corrêa da Serra, tomo III, Lisboa, Oficina da Academia Real das Ciências, 1793, pp. 393-541.

«Viaje de Nicolas de Popolievo por España e Portugal», *Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII*, coleccion Javier Liske, traducidos del original y anotados por F. R., Madrid, Casa Editorial de Medina, [1879].

ALBUQUERQUE, Afonso de, *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa, direção de Raimundo António de Bulhão Pato, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1884-1935.

ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1613.

*Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*, leitura do texto, introdução, notas e índices de Christopher L. Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

*Archivo dos Açores*, vol. III, Ponta Delgada, Archivo dos Açores, 1881.

*Archivo dos Açores*, vol. IV, Ponta Delgada, Archivo dos Açores, 1882.

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 1997.

*Arte nova e curiosa para conserveiros confeiteiros e copeiros*, estudo e actualização do texto Isabel Drumond Braga, Lisboa, Colares Editora, 2004.

BARROS, João de, *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, 1.<sup>a</sup> Década, reedição facsímilada da 4.<sup>a</sup> edição, revisão e prefácio por António Baião conforme a edição Princeps, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

BARROS, João de, *Décadas da Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Segunda Década, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

- BRANDÃO (de Buarcos), João, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- BRANDÃO, António, *Quarta parte da Monarchia Lusitana*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1632.
- Breve noticia dos privilegios da capella real e das honrarias que teem os ecclesiasticos que a ella pertencem*, Porto, Tipografia Ocidental, 1891.
- CARDOSO, George, *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illvstres em virtvde do reyno de Portvgal e svas conquistas*, tomo I, Lisboa, Oficina Craesbeekiana, 1657.
- CARNEIRO, Manuel Borges, *Resumo Chronologico das leis mais úteis no foro e uso da vida civil*, tomo I, Lisboa, Impressão Régia, 1818.
- CARNEIRO, Pero de Alcáçova, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde de Idanha. Do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515-1568)*, revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1937.
- CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, tomo I, parte I e II; tomo III, parte V, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luis Ameno, 1762-1763.
- Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, (1336-1340), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues, transcrições de Teresa Ferreira Rodrigues, revisão de A. H. de Oliveira Marques, Cristina Seuanes Serafim, Susana Münch Miranda, João Silva de Sousa, Luís Krus, João Pedro Ferro, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.
- Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. III, (1340-1344), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues, transcrições de Teresa Ferreira Rodrigues, revisão de A. H. de Oliveira Marques, Cristina Seuanes Serafim, Susana Münch Miranda, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.
- Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. I, tomo I, (1433-1435), edição preparada por João José Alves Dias, transcrições de alunos dos cursos de Paleografia Geral (1984-87), revisão de Pedro Pinto e Maria João Pereira, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. I, tomo II, (1435-1438), edição preparada e revista por João José Alves Dias, transcrições de Pedro Pinto e de alunos dos cursos de Paleografia Geral (1984-87), revisão de Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. II, Livro da Casa dos Contos, edição preparada e revista por João José Alves Dias, transcrições de Ângela Vieira

Domingues e Pedro Pinto, revisão de Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

*Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. III, livro original de 1433-1435, edição preparada por João José Alves Dias, transcrições de Pedro Pinto, revisão de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

*Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, transcrições de A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e de Maria José Pimenta Ferro Tavares, revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias, Judite Cavaleiro Paixão e Teresa Ferreira Rodrigues, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, códice 443 da colecção pombalina da B.N.L., introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

*Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza, que neste anno de 1725 se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores dedicada a ElRey nosso Senhor, seu augustíssimo protector, e ordenada pelo Marquez do Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma academia, Lisboa Occidental, Oficina de Pascoal da Silva, 1725.*

*Collecção Chronologica da Legislação Portugueza (1640-1647)*, compilado e anotado por José Justino de Andrade e Silva, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1856.

*Collecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, precedida de um ensaio crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda, 3ª edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.

CONCEIÇÃO, Cláudio da, O.F.M., *Gabinete Histórico. Desde 1745 a 1750*, tomo X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1823.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, livro primeiro, tomo I, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1858.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, transcrições de Ana Margarida Sousa Luz, Diogo Sassetti Ramada Curto, João José Alves, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, transcrições de Carlos Silva Moura

e Pedro Pinto, revisão de João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1441-1447)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, transcrições de Carlos Silva Moura e Pedro Pinto, revisão de João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias, preparação de João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques, João Cordeiro Pereira e Fernando Portugal, transcrições de João José Alves Dias, Pedro Pinto, Maria João Pereira, revisão de A. H. de Oliveira Marques e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1499)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias, preparação de João José Alves Dias e A. H. de Oliveira Marques, transcrições de João José Alves Dias, revisão de Pedro Pinto e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias, preparação de A. H. de Oliveira Marques, João Cordeiro Pereira, Fernando Portugal e Saul António Gomes, transcrições de Saul António Gomes e João José Alves Dias, revisão de Pedro Pinto e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias; transcrições de Nuno José Pizarro Pinto Dias e Teresa Maria Ferreira Rodrigues; revisão de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1986.

*Ditos portugueses dignos de memória. História íntima do sec. XVI*, anotações e comentários de José Hermano Saraiva, 3.<sup>a</sup> edição, Mem Martins, Publicações Europa América, 1997.

*Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos, (1488 a 1514)*, publicados por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, coordenação, revisão e prefácio por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

*Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los reyes católicos*, edición preparada e anotado por Antonio de la Torre y Luis Suarez Fernandez, 3 vols., Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1960.

DUARTE, (D.), *Leal Conselheiro*, actualização ortográfica, introdução e notas de João Morais Barbosa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

- DUARTE, (D.), *Leal Conselheiro*, edição electrónica do texto, João Dionísio (edição), University of Wisconsin-Madison/CLUL-FLUL, 2012, disponível em: <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt.LealConsel>.
- DUARTE, (D.), *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela*, edição crítica por Joseph M. Piel, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- DUARTE, (D.), *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, transcrição de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982.
- FARIA, Manuel Severim de, *Notícias de Portugal*, introdução, actualização e notas de Francisco Lourenço Vaz, Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- FIGUEIREDO, Antonio Pereira de, *Memoria sobre a antiga origem da Capela Real dos Senhores Reys de Portugal até ser elevada em Cathedral Metropolitana e Patrearcado Pela Bulla. Anno da Santidade de Clemente XI em 1716*, [s.l.], [s.n.], 1801-1850.
- Forais de Leiria*, coordenação de Saúl António Gomes, Leiria, Textiverso, 2017.
- Forais de Silves*, tradução Maria Filomena Andrade; estudo histórico Manuela Santos Silva, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1993.
- Foral antigo de Santarém*, edição crítica e estudo de Lina Maria Marques Soares, Lisboa, Edições Colibri, 2005.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Cartas de Quitação del Rei D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> edição, vols. I, II, III, IV, V, VI, VIII, X, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário da infanta D. Beatriz, 1507», *Archivo Historico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> edição, vol. IX, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 64-110.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Inventário do guarda-roupa de D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> edição, vol. I, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 381-417.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Livro das Tenças del Rei», *Archivo Historico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> edição, vol. II, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 81-157.
- FRUTUOSO, Gaspar, *Livro sexto das Saudades da Terra*, 2.<sup>a</sup> edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978.
- Gavetas (As) da Torre do Tombo*, edição digital de Miguel Jasmim Rodrigues, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, [2009].
- Gavetas (As) da Torre do Tombo*, introdução de A. da Silva Rego. 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.

- GODINHO, António, *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*, introdução, notas, direção de artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo Abreu Lima, Lisboa, Edições Inapa, 1987.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, 4 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949-1955.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, FCSH-UNL, 1977.
- GÓIS, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal*, edição crítica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014.
- HISPANO, Pedro, «Tesouro dos Pobres», *Obras médicas de Pedro Hispano*, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973.
- História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> série, tomo I, parte I, Lisboa, 1843.
- História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, nova série, tomo IX, parte I, 1901, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1901.
- Horas de Nossa Senhora... & rezar em português*, fac-símile do exemplar da Biblioteca do Congresso, em Washington, com estudo de João José Alves Dias, 2 vols., 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, BNP, 2010.
- JOÃO I, (D.), *Livro da Montaria*, introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça, Ericeira, Mar de Letras Editora, 2003.
- LANGHANS, Franz Paul de Almeida, *As Corporações Mecânicas. Subsídios para a sua história*, com um estudo do Prof. Doutor Marcello Caetano, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1943-1946.
- LIMA, D. Luís Caetano de, *Geografia Histórica de todos os Estados soberanos da Europa*, 2 vols., Lisboa Ocidental, Oficina de José Antonio da Silva, 1734.
- Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, coordenação Jorge Fonseca, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2014.
- Livro (O) de receitas da última freira de Odivelas*, introdução, actualização do texto e notas de Maria Isabel de Vasconcelos Cabral, Lisboa, Verbo, 1999.
- Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974.
- Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, códice português I.E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, prólogo, leitura, notas aos textos, glossários e índice de Giacinto Manuppella; introdução de Salvador Dias Arnaut, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1967.



- Livro de linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica José Mattoso, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1980.
- Livro de Linhagens do século XVI*, introdução pelo académico correspondente António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956.
- Livro do Armeiro-Mor*, com estudo de José Calvão Borges, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Academia Portuguesa da História e INAPA, 2007.
- Livro dos Regime[n]tos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e se[m]pre leal Cidade de Lixboa (1572)*, publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia, Coimbra, Imprensa de Universidade, 1926.
- Livros velhos de linhagens*, edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, edição crítica por Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, segundo o códice n.º 352 do ANTT, vol. I, [s.l.], Livraria Civilização, [s.d.].
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. Segundo o códice inédito CIII/I-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontado com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica existentes nas bibliotecas da U. de Coimbra e Municipal do Porto, vol. II, [s.l.], Livraria Civilização, imp. 1990.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. Pedro*, edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi, 2.<sup>a</sup> edição Revista, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
- LOPES, Fernão, *Crónica do senhor Rei D. Fernando nono Rei destes regnos*. Introdução de Salvador Dias Arnaut, Porto, Livraria Civilização, [s.d.].
- Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo XI, parte II, Lisboa, Typografia da mesma Academia, 1835.
- Memórias das Armadas das Índias. 1487-1650*, organização, introdução e notas de João C. Reis, Macau, Edições Mar-Oceano, 1990.
- MONTEIRO, Pedro, *Claustro Dominicano*, vol. I, Lisboa Occidental, Antonio Pedrozo Galram, 1729.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, 1.<sup>a</sup> parte, tomo I e tomo II, Lisboa, Tipografia Universal, 1882.
- Ordenações Afonsinas*, reprodução facsimilada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

- Ordenações del-Rei D. Duarte*, edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- Ordenações Manuelinas*, reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513), Lisboa, CEH - UNL, 2002.
- Ordenações Manuelinas*, reprodução facsimilada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- ORTA, Garcia da, *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, edição e transcrição de Aida Sampaio Lemos, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018.
- ORTIZ, Diogo, *O cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu*, edição crítica e introdução de Elsa Maria Branco da Silva, Lisboa, Edições Colibri, 2001
- PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, edição facsimilada da edição de 1885, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina. S. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977.
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, coordenação científica de José Pedro Paiva, direcção científica do volume de Isabel dos Guimarães Sá e José Pedro Paiva, vol. 3, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004.
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Antes da Fundação das Misericórdias*, coordenação científica de José Pedro Paiva, direcção científica do volume de José Pedro Paiva, Maria de Lurdes Rosa, Saul António Gomes, vol. 2, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003.
- Primeiro livro de cozinha: Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues*, coordenação Isabel Drumond Braga, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017.
- REBELO, Diogo Lopes, *Do governo da República pelo Rei. De Republica gubernanda per regem. Tratado das produções das pessoas (divinas). Tractatus de productionibus personarum (in divinis)*, com um estudo de Manuel Cadafaz de Matos, Lisboa, Távola Redonda, 2000.
- Regimento do Mordomo Mor*, [s.l.], [s.n.], 1572.
- Regimento proveitoso contra a pestenença*, edição e estudo de José Barbosa Machado, Braga, Edições Vercial, 2010.
- Registo dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*, (edição fac-similada), introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, prefácio de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, [s.n.], 1996.
- RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral*, Stuttgart, Literarischer Verein, 1852.

- RESENDE, Garcia de, *Chronica de El-Rei D. João II*, seguida de Miscelânea conforme a edição de 1798, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila. Crónica inédita do século XVI*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- SACRAMENTO, Francisco do Sanctissimo, *Epitome unico da dignidade de grande, e mayor ministro da puridade, e de sua muita antiguidade, & excellencia*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1666.
- SANTA MARIA, Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, primeira [segunda] parte dividida em VI livros, 2.<sup>a</sup> parte, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1668.
- SANTOS, Frei Manuel dos, *História Sebástica, contém a visa do Augusto Príncipe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os sucessos memoráveis do Reyno, e conquistas no seu tempo*, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1735.
- Serie chronologica dos prelados conhecidos da Igreja de Braga, desde a fundação da mesma igreja até o presente tempo*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1830.
- Siete (Las) Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio*, cotejadas com vários códices antigos por La Real Academia de la historia, tomo II, partida segunda e terceira, Madrid, Imprenta Real, 1807.
- SILVA, Luis A. Rebello da, *Corpo Diplomático Portuguez*, tomo I, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1862.
- Sources (Les) inédites de l'histoire de Maroc*, publicadas por Pierre de Cineval, première série – dynastie Sa'dienne, Tome I, Juillet 1486-Avril 1516, Paris, Paul Gauthner, 1934.
- SOUSA, António Caetano de, «Regimento dos Offícios da Casa Real del-Rei D. João IV», *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, Lisboa Ocidental, Oficina Silviana da Academia Real, 1739-1748, pp. 738-754.
- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, reimpressão da nova edição revista, 15 vols., Lisboa, Quid Novis/Público/Academia Portuguesa de História, 2007.
- SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 vols., Lisboa Ocidental, Oficina Silviana da Academia Real, 1739-1748.
- SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, com prefácio e notas do prof. M. Rodrigues Lapa, 2 vols., 2.<sup>a</sup> edição Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1951.
- SOUSA, Frei Luís de, *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1977.

TOMÁS, Leão de S., *Benedictina Lusitana*, vol. II, Coimbra, Oficina de Manuel de Carvalho, 1651.

VICENTE, Gil, *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente*, introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

VICENTE, Gil, «Farsa de Inês Pereira», *Obras completas*, com prefácio e notas do prof. Marques Braga, vol. V, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1944.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa América, 1992.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, FCSH – UNL, 1978.

## 2. BIBLIOGRAFIA

### 2.1. Obras de referência

*Bíblia Sagrada*, 8.<sup>a</sup> edição Lisboa, Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), 1978.

*Bíblia Sagrada*, tradução do Novo Mundo, New York, Watchtower Bible and Track Society of Pennsylvania, 2016.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], 10 vols., Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728.

*Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, 1984-2000.

*Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira, Azevedo, 4 vols., Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001.

GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, edição diplomática do original manuscrito existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 17 vols., Braga, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, 1938-1942.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 6, Lisboa, Editorial Enciclopédia, [s.d.]

*História de Portugal*, direção de José Hermano Saraiva, 3 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1988.

*História de Portugal*, direção de Rui Ramos, Nuno Gonçalo Monteiro e Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

*História de Portugal*, direção José Mattoso, 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1993.

*História religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira Azevedo, 3 vols. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2002.

MORAIS, Alão de, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, 12 vols., Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948.

*Nova Enciclopédia Médica Publicit*, [Lisboa], Editora Publicit, 1978.

*Nova história de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 12 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1987-2004 (os volumes 6 e 8 ainda não foram editados).

*Nova história militar de Portugal*, direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004.

*Segredos e virtudes das plantas medicinais*, 2.<sup>a</sup> reemp., Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1986.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, vol. II, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, edição fac-similada, 2 vols., Porto, Civilização, 1983-1984.

## 2.2. Estudos

ABRANTES, Marquês de, *Introdução ao estudo da heráldica*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

ABREU, Laurinda, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados», *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2010, pp. 97-122.

ABREU, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

*Actas do VI Encontro Luso-Alemão*, Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2003.

- ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *As instituições de resgate de cativos em Portugal - sua estruturação e evolução no século XV*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- ALBUQUERQUE, Martim de, *Estudos de cultura portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984-2002.
- ALGRANTI, Leila Mezan, «Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro joanino», *Anais do Museu Paulista*, nova série, vol. 25, n.º 1, São Paulo, Museu Paulista da USP, 2017, pp. 13- 34.
- ALMEIDA, Isabel, «A cultura literária na corte de D. Manuel I», *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 238-249.
- Alta (A) Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, actas do colóquio internacional, Lisboa, 16 a 20 Outubro de 2001, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004.
- Álvaro (D.) da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: Poder, Arte e Devoção, coordenação de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM-FCSH-UNL, 2013.
- ALVES, Ana Maria, *Iconografia do poder Real no Período Manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- ALVES, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.].
- ALVES, Ivone Correia, *Gamas e Condes da Vidigueira. Percursos e genealogias*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- AMARAL, António Caetano do, *Memórias V, para a história da legislação e costumes em Portugal*, Porto, Livraria Civilização, [1945].
- AMARAL, Augusto Ferreira do, *Mazagão. A epopeia portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.
- ANDRADE, Ferreira de, *Palácios Reais de Lisboa (os Dois Paços de Xabregas, paço de S. Bartolomeu e o de Alcáçova)*, apresentação e índices de Maria Abel e Carlos Consiglieri, 2.ª edição, Lisboa, Veja, [s.d.].
- Animais e Companhia na história de Portugal*, coordenação de Isabel M. R. M. Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015.
- Antologia da Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*, vol. I – Textos e ilustrações, introdução, coordenação e direcção musical de Manuel Pedro Ferreira, Lisboa, Arte das Musas, 2008.

- ARAGÃO, A. C. Teixeira de, *Vasco da Gama e a Vidigueira. Estudo histórico*, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1886.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.
- ARBETETA MIRA, Letizia, «Dois vasos de cristal de rocha para a mesa principesca», *Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700): prata, madrepérola, cristal de rocha e porcelana*, Lisboa, Pedro Aguiar-Branco, [s.d.], pp. 247-248.
- Archivo Historico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> edição, 10 vols., Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001.
- ARNAUT, Salvador Dias, «A Medicina», *História da Universidade em Portugal*. I volume, Tomo I (1290-1536), Coimbra, Universidade de Coimbra. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 285-302.
- ARNAUT, Salvador Dias, *A arte de comer em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- Arqueologia do Estado*. Comunicações, 2 vols., Lisboa, História e Crítica, 1988.
- Arqueologia Medieval*, n.º 6, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999.
- Arte (A) da Cultura - Homenagem a Yvette Centeno*, edição de Alda Correia, Gabriela Fragoso, Fernando Ribeiros e Manuel Canaveira, Lisboa, Edições Colibri, 2010.
- Arte (A) Musical*, anno VI, numero 121, Lisboa, 15 de janeiro de 1904.
- Arte (A) Musical*, ano VIII, número 176, Lisboa, 30 de abril de 1906.
- Arte (A) Musical*, ano VIII, numero 177, Lisboa, 15 de maio de 1906.
- Arte (De)*. *Revista de Historia del Arte* (revista em linha), n.º 4, 2005, disponível em: <http://revpubli.unileon.es/index.php/dearte/article/view/1572/1275>
- Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2010.
- AUBIN, Jean, «La Noblesse titrée sous D. João III: inflation ou fermeture?», Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1989, Sep. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, pp. 417-432.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, *Uma interpretação histórico-cultural do Livro do Armeiro Mor. Factos significativos da história da Europa reflectidos num armorial português do séc. XVI*, Lisboa, Francisco Alberto d'Almeida Alves de Azevedo, 1966.

- BAENA, Visconde Sanches de, *Archivo Heraldico-Genealogico*, Lisboa, Tipografia Universal, 1872.
- BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro, *Vocabulário Heráldico*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Mama Sume, 1985.
- BANDEIRA, Romero, «A crónica dos cónegos regrantes de Santo Agostinho e a primeira escola de medicina portuguesa», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XX*, vol. IV, outubro 1991, Castelo Branco, Editor António Salvado, 1991, pp. 8-11.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo, «Poder-redes de poder no Portugal moderno – Séculos XV a XVIII», *Rumos e escrita da história. Estudos de homenagem a A. A. Marques de Almeida*, coordenação de Maria de Fátima Reis, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 531-540.
- BARRADAS, Joaquim, *A Arte de Sangrar de cirurgiões e barbeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- BARREIRA, Catarina Fernandes, «Questão em torno dos *Ordinários do Ofício Divino* de Alcobaça», *Imagens e liturgia na Idade Média*, coordenação Carla Varela Fernandes, Lisboa, SNBCI, 2015, pp. 131-152.
- BARROCA, Mário Jorge, «Medidas-padrão medievais portuguesas», *Revista da Faculdade de Letras, História*, 2.<sup>a</sup> série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 53-85.
- BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séc. XII a XV*, 2.<sup>a</sup> edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1954.
- Bartolomeu Dias e a sua época*, actas do Congresso Internacional, 5 vols., Porto, Universidade do Porto, 1989.
- BEAU, Albin Eduard, «A música na obra de Gil Vicente», Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1939, separata *Biblos*, vol. XIV.
- BEIRANTE, Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, edição autor, 1990.
- BENNASSAR, Bartolomé, *La Monarquía Española de los Austrias. Conceptos, poderes y expresiones sociales*, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 2006.
- BILOU, Francisco, *A Igreja de São Francisco e o Paço Real de Évora. A obra e os protagonistas 500 anos depois*, Lisboa, Edições Colibri, 2014.
- BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, prefácio de António Manuel Hespanha, tradução de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.



- BRAGA, Isabel M. R. M. Drumond, OLIVEIRA, João Carlos e PEREIRA, Maria João, «A vida quotidiana», *Nova história de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação do volume de João José Alves Dias, vol. 6, Lisboa, Editorial Presença, pp. 619-688.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond e OLIVEIRA, João Carlos, «A saúde», *Nova História de Portugal. Portugal, do renascimento à crise dinástica*, direção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, coordenação de José João Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 644-657.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, «A governação de Portugal durante a viagem de D. Manuel a Castela e Aragão em 1498», *Cooperação e conflito. Portugal, Castela e Aragão. Séculos XV e XVII*, Lisboa, Universitária Editora, 2002, pp. 13-34.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, «D. Miguel (1498-1500) ou o Projecto de um Monarca para a Península Ibérica» *Cooperação e conflito. Portugal, Castela e Aragão. Séculos XV e XVII*, Lisboa, Universitária Editora, 2002, pp. 35-60.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, «Dos tachos e panelas aos açucareiros e bules. Recipientes para confeccionar e servir alimentos em Portugal na época moderna», *História: Questões & Debates*, n. 54, 01/jun. 2011 Curitiba, Editora UFPR, 2011, pp. 71-101.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, «Introdução», *Primeiro livro de cozinha: Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues*, coordenação Isabel Drumond Braga, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, «O arroz em Santarém e a globalização dos produtos alimentícios», *História global de Portugal*, direção de Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva, Lisboa, Círculo de Leitores, 2020, pp. 347-351.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Cooperação e conflito. Portugal, Castela e Aragão. Séculos XV e XVII*, Lisboa, Universitária Editora, 2002.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Os Menus em Portugal. Para uma História das Artes de Servir à Mesa*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 2006.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Sabores e Segredos. Receituários Conventuais Portugueses da Época Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 2015.
- BRAGA, Paulo Drumond, «Bombardeiros alemães no Portugal de D. Manuel I», separata *Portugal-Alemanha-Brasil: Actas do VI Encontro Luso-Alemão*, Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2003, pp. 49-56.
- BRAGA, Paulo Drumond, «Divertimento, utilitarismo e barbárie: a caça», *Animais e companhia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, pp. 185-215.

- BRAGA, Paulo Drumond, «Um espetáculo de morte», *Animais e companhia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, pp.218-245.
- BRAGA, Paulo Drumond, *À cabeceira do Rei. Doenças e causas de morte dos soberanos portugueses entre os séculos XII e XX*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2014.
- BRAGA, Paulo Drumond, *Esmoler-mor e esmoler menor do reino: nótulas sobre funções de corte (séculos XIII-XVII)*, [s. l.], [s.n.], [1995], separata de *Itinerarium*, XLI (1995), pp. 491-504.
- BRAGA, Paulo Drumond, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- BRAGA, Paulo Drumond, *Portugueses no estrangeiro estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Hugin, 2005.
- BRAGA, Paulo Drumond, *D. Manuel I (1469-1521) Venturas e Desventuras de um Rei de Portugal*, Lisboa, CTT, 2021.
- BRAGANÇA, Joaquim Oliveira, «Preces galicanas no missal de Braga», *Lusitania Sacra*, 1.<sup>a</sup> série, tomo VII, Lisboa, 1964-1966, pp. 217-236.
- BRAGANÇA, Joaquim Oliveira, «Um prefácio da liturgia bracarense», *Lusitania Sacra*, 1.<sup>a</sup> série, tomo VI, Lisboa, 1962-1963, pp. 275-284.
- BRANCO, João de Freitas, *História da Música Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada, organização, fixação do texto, prefácio e notas de João Maria de Freitas Branco, Mem Martins, Publicações Europa América, 1995.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Sécs. XV-XVIII*, vol. 1, Lisboa, Editorial Teorema, 1992.
- BRAZÃO, Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1965.
- BRÉE, M. M. de, *A Igreja e o Convento de S. Domingos de Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1964.
- BRUNO, A. Martinho, *O Paço da Ribeira nas vésperas do terramoto*, dissertação de mestrado em história de arte, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- BUESCU, Ana Isabel, «A Livraria Régia no tempo de D. Manuel. Alguns aspectos», *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 24 a 27 de outubro 2001, actas, 4.<sup>a</sup> sessão, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001, pp. 263-279.
- BUESCU, Ana Isabel, *D. Beatriz de Portugal. A infanta esquecida (1504-1538)*, Barcarena, Manuscrito, 2019.

- BUESCU, Ana Isabel, *Na Corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Estudos sobre o século XVI, Lisboa, Edições Colibri, 2010.
- BUESCU, Ana Isabel, «Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos», *Dicionário dos Bispos e Arcebispos de Lisboa*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, direção de João Luís Inglês Fontes, coordenação de António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade, Mário Farelo, Lisboa, Livros Horizonte, 2018, pp. 575-584.
- Cadernos do Arquivo Municipal*, 1.ª Série, n.º 8, 2005, Lisboa, 2005.
- CAETANO, Joaquim de Oliveira, ««Guardando a nós nosso serviço, e ao povo seu direito»: D. Manuel e os pintores», *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 112-127.
- CAETANO, Marcello, *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, [Coimbra], Coimbra Editora, 1994.
- CAETANO, Marcello, *História do Direito Português*, 4.ª edição, seguida de «Subsídios para a História das fontes de Direito em Portugal no século XVI», textos e introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da Silva, Lisboa / São Paulo, Verbo.
- CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS, 2004.
- CANAS GÁLVEZ, Francisco de Paula, *La Cámara Real de Juan II de Castilla. Cargos, descargos, cuentas e inventários (1428-1454)*, Madrid, La Ergástula, 2016.
- CÂNDIDO, Guida, *Comer como uma Rainha. Estudo de um livro da Casa de D. Catarina de Áustria*, dissertação de mestrado em Alimentação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014.
- CÂNDIDO, Guida, *Comer como uma rainha. O receituário real do século XVI ao século XX*, Lisboa, D. Quixote, 2018.
- CANTO, Ernesto do, *Os Corte-Reais*, Ponta Delgada, Archivo dos Açores, 1883.
- CARDIM, Pedro, «A corte régia e o alargamento da esfera privada», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*, direção de José Mattoso, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 160-201.
- CARDOSO, José Maria Pedrosa, «A herança musical de D. Manuel I: novos dados para o conhecimento da Capela Real no século XVI», *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 24 a 27 de outubro 2001, actas, 4.ª sessão, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001, pp. 199-218.

- CARDOSO, José Maria Pedrosa, *O Cerimonial da Capela Real. Um manual litúrgico de D. Maria de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.
- CARITA, Hélder, «Regras para a cidade. A regulamentação urbana no tempo de D. Manuel I», *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 52-59.
- CARITA, Hélder, *Le Palais de Santos. L'Ambassade de France à Lisbonne*, Paris/Lisboa, Editions Chandeigne/Quetzal, 1995.
- CARITA, Hélder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CARVALHAL, Hélder, «A casa senhorial do infante D. Luís (1506-1555): dinâmicas de construção e consolidação de um senhorio quinhentista», disponível em: [http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/15742/1/Artigo%20final\\_7%20Mares.pdf](http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/15742/1/Artigo%20final_7%20Mares.pdf).
- CARVALHO, Sérgio Luís de, *Assistência e Medicina no Portugal Medieval*, [Lisboa], Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.
- Casa (La) de Borgoña. La Casa del rey de España*, direção de José Eloy Hortal Muñoz e Félix Labrador Arroyo, Leuven, Leuven University, 2014.
- Casa y Corte. Ámbitos de poder en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media (1230-1516)*, coordenação de Francisco de Paula Canas Gálvez e José Manuel Nieto Soria, Madrid, La Ergástula, 2019.
- Casamentos da Família Real Portuguesa*, coordenação de Ana Maria S. A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2017-2018.
- CASTRO, José Osório da Gama e, *Diocese e districto da Guarda*, Porto, Tipografia Universal (a vapor), 1902.
- CASTRO, Tiago Machado de, *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*, dissertação de mestrado em História Marítima apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.
- Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (Séculos XII-XVIII)*, coordenação de Hermínia Vasconcelos Vilar, Mafalda Soares da Cunha e Fátima Farrica, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2013.
- Cidade. (A) Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.
- COELHO, André Madruga, *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*, Lisboa, Edições Colibri, 2017.

- COELHO, Maria Helena da Cruz, «The Royal Chapel during the reign of King João I (1385-1433): the role of its clergymen», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. LXII, Núm. 128 (enero-diciembre 2015), Santiago de Compostela, Consejo Superior De Investigaciones Científicas, 2015, pp. 83-105.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Construir, habitar – A casa medieval*, Braga, CITCEM - Universidade do Minho, 2011.
- CORDEIRO. Luciano, *De como e quando foi feito conde Vasco da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- Corte (La) de Carlos V*, coordenação de José Martínez Millán, 5 vols., Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000.
- COSTA, André da Silva, *Os secretários e o estado do Rei: Luta de Corte e poder político. Sécs. XVI-XVII*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «Leonel Coutinho um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia», *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*, actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Angra do Heroísmo, 7 a 11 de junho de 1996, Angra do Heroísmo, [s. n.], 1998, pp. 627-666.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I. 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *Mare Nostrum. Em busca da honra e riqueza*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, «A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da idade média à modernidade», *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 3/4, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000, pp. 5-592.
- COTA, Cristina Maria de Carvalho, *A Música no Convento de Cristo em Tomar, desde finais do século XV até finais do século XVIII*, Lisboa, Edições Colibri, 2017.
- Cour (La) de Bourgogne et l'Europe. Le rayonnement et les limites d'un modèle culturel*, Werner Paravicini editeur, Stuttgart: Thorbecke Verlag, 2012.
- CRESPO, Hugo Miguel, «Mesa do Príncipe. Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700)», *Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700): prata, madrepérola, cristal de rocha e porcelana*, Lisboa, Pedro Aguiar-Branco, [s.d.], pp. 50-114.
- CRUZ, António, «No quinto centenário de D. Manuel I», *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, I série, vol. 1, 1970, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1970, pp. 1-76.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, «Gil Vicente - jogo de identificações sociais num mundo de ambivalências», *As artes visuais e as outras artes*, actas das conferências,

Lisboa, 27 de outubro, 3, 10, 17, e 25 de novembro de 2010, Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 72-80.

- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *Gil Vicente e a sociedade portuguesa de quinhentos. Leitura crítica num mundo de «cara atrás» (as personagens e o palco da sua acção)*, Lisboa, Gradiva, 1990.
- CUMBRE, João Pavia, *Os Melo. Origens, trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII - XV)*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.
- CUMBRE, João Pavia, *Os Melo. Origens, trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII - XV)*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.
- CUNHA, Fanny F. Xavier da, «A Cirurgia na obra de Amato Lusitano», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, vol. XXIII, novembro 2009, Castelo Branco, [s.n.], 2009, pp. 20-22.
- CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «As grandes casas», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*, direção de José Mattoso, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 202-243.
- CUNHA, Mafalda Soares da, «A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade», *Revista Portuguesa de História*, n.º 31, vol. II. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996, pp. 219-252.
- CUNHA, Mafalda Soares da, «Aristocracia e cortes senhoriais. Patrocínio, mecenato e clientelismo com práticas de reputação, séculos XV-XVI», *Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos. Duas décadas de Cátedra (1984-2006). Homenagem a Luís Adão da Fonseca*, Porto, CEPESSE, 2009, pp. 181-208.
- CUNHA, Mafalda Soares da, «Cortes señoriales, corte regia y clientelismo. El caso de la corte de los duques de Braganza», *Espacios de Poder: Cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*, actas del congreso, Madrid, octubre de 2001, vol. I, Madrid, Universidad Autónoma, 2002, pp. 51-68.
- CUNHA, Mafalda Soares da, «Estratégias de distinção e poder social: a Casa de Bragança (1496-1640)», *Revista de História das Ideias*, vol. 19, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 1998, pp. 309-337.
- CUNHA, Mafalda Soares da, «Estratégias matrimoniais da Casa de Bragança e o casamento do Duque D. João II», disponível em: <https://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/196>, pp. 39-62.
- CUNHA, Mafalda Soares da, «Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparativa dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640)», *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, CEH - UNL, 2009, pp. 741-756.

- CUNHA, Mafalda Soares da, «Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI», *Penélope*, n.º 29, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 33-48.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.
- CURTO, Diogo Ramada, «A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII)», *Revista da Faculdade de Letras*, série Línguas e literaturas, anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993, pp. 143-154.
- CURTO, Diogo Ramada, «A cultura política», *História de Portugal*, direção José Mattoso, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 115-147.
- DANTAS, Júlio, «Iconografia manuelina», *Terra Portuguesa*, revista ilustrada de arqueologia artística e etnografia, vol. I, ano 1, n.º 1, Lisboa, D. Sebastião Pessanha, 1916, pp. 5-9.
- DÁVILA, Maria Barreto, *A mulher dos Descobrimentos: D. Beatriz, Infanta de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2019.
- DÁVILA, Maria Barreto, *Governar o Atlântico: a Infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.
- XVII Exposição de arte, ciência e cultura - Arte Antiga II. Abre-se a terra em sons e cores: as descobertas e o Renascimento, formas de coincidência e de cultura*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983.
- XVII Exposição de arte, ciência e cultura - Jerónimos I. Cumpriu-se o mar: as navegações portuguesas e as suas consequências no Renascimento*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983.
- XVII Exposição de arte, ciência e cultura - Jerónimos II. Cumpriu-se o mar: as navegações portuguesas e as suas consequências no Renascimento*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983.
- XVII Exposição de arte, ciência e cultura - Torre de Belém. A mão que ao ocidente o véu rasgou: armaria*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983.
- XVII Exposição de arte, ciência e cultura*, 7 vols., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983.
- Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

- DESWARTE-ROSA, Sylvie, «A Leitura Nova de D. Manuel I, um grande monumento na história da iluminura europeia», *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 194- 207.
- DIAS, Isabel, *A arte de ser bom cavaleiro*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- DIAS, João José Alves, BRAGA, Isabel M. R. M. Drumond, BRAGA, Paulo Drumond Braga, «D. Manuel I», *Nova história de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação do volume de João José Alves Dias, vol. 6, Lisboa, Editorial Presença, pp. 712-724.
- DIAS, João José Alves, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996.
- Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media*, actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarrza. 21 al 24 de julio de 2015), Pamplona, Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 2016.
- DOMINGUES, José, *As Ordenações Afonsinas. Três séculos de direito medieval [1211-1512]*, Lisboa, Zéfiro, 2008.
- DUARTE, Luís Miguel, «1449-1495: o triunfo da pólvora», *Nova História Militar de Portugal*, direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coordenação José Mattoso, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 347-391.
- DUARTE, Luís Miguel, «A Marinha de Guerra Portuguesa», *Nova História Militar de Portugal*, direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coordenação José Mattoso, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 290-346.
- DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte. Requiem para um rei triste*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
- DUARTE, Marco Daniel, «"Sacrum convivium". Formas e conteúdos da ceia do rei de Portugal na Idade Moderna a partir das figurações icónicas», *De Arte. Revista de Historia del Arte* (revista em linha), n.º 4, 2005, disponível em: <http://revpubli.unileon.es/index.php/dearte/article/view/1572/1275>.
- DURÃO, Maria Manuela da Silva, *1471 - Um ano "Africano" no Desembargo de D. Afonso V*, vol. I, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.
- Economia, instituições e império. Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra, Almedina, 2012.
- ELIAS, Norberto, *A sociedade de Corte*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.



- Espacios de Poder: Cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*, actas del congreso, Madrid, octubre de 2001, 2 vols., Madrid, Universidad Autónoma, 2002.
- Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, 4 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.
- Estudos Medievais. Quotidiano medieval: imaginário, representação e práticas*, coordenação de Amélia Aguiar Andrade e José Custódio Vieira da Silva, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- Evolução da Paisagem Urbana [medieval]: Cidade e Periferia*, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2014.
- Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*, 2.<sup>a</sup> tiragem, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2014.
- Evolución y Estructura de la Casa Real de Castilla*, coordenação de Andrés Gamba Guriérrez e Félix Labrador Arroyo, Madrid, Ediciones Polifemo, 2010.
- FARELO, Mário, «Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»», *A Nova Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, actas do II Congresso, Lisboa, 9-11 de Dezembro de 2004, coordenação de Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 145-168.
- FERNANDES, Cristina Fernandes, *Patronos da arte dos sons: a actividade musical na Patriarcal e na Capela Real de Lisboa entre 1750 e 1807*, [s.l.], [s.n.], 2012, separata da Revista *Invenire*, n.º 5 (2012).
- FERNANDES, Cristina, *O sistema produtivo da Música Sacra em Portugal no final do Antigo Regime: a Capela Real e a Patriarcal entre 1750 e 1807*, 2 vols., tese de doutoramento em Música e Musicologia, Universidade de Évora, 2010.
- FERREIRA, Damião Pereira de Menezes Vellozo, *Do tratamento de Dom*, [s.l.], Caminhos Romanos, 2014.
- FERREIRA, Manuel Pedro, «A música religiosa em Portugal por volta de 1500», *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 2.<sup>a</sup> sessão, pp. 201-216.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de Elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989.
- FERROS, Luís, «A decoração heráldica do tecto da igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira», *actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada. 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, vol. IV, Guimarães, Comissão organizadora do congreso, 1981, pp. 383-401.

- FIGANIER, Joaquim, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.
- Finding Europe. Discourses on Margins, Communities, Images (Thirteenth to Eighteenth Centuries)*, edição de Anthony Molho, Diogo Ramada Curto, Oxford-New York: Berghahn Books, 2007.
- FLORES, Alexandre M. e NABAIS, António J., *Os forais de Almada e seu termo. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*, Almada e Seixal, Câmaras Municipais de Almada e Seixal, 1983.
- FONSECA, Luís Adão da, «Vasco da Gama e a Expansão Portuguesa», *Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 103-127.
- FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- FONSECA, Luís Adão da, *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*, Lisboa, Exposição Mundial de Lisboa de 1998, 1997.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, «As conspirações no reinado de D. João II», *Arquivo Historico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> edição, vol. I, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 389-398.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Introdução ao Regimento da gente da Ordenança e das vinte lanças da Guarda», *Arquivo Historico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> edição, vol. I, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 83-88.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, «O almirantado da Índia», *Arquivo Histórico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> edição, vol. I, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 25-32.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Armaria Portuguesa*, fac-símile do texto da primeira edição, Lisboa, Cota D'Armas, Editores e Livreiros, 1989.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, reimpressão fac-similada da 2.<sup>a</sup> edição 1921-30, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Critica e História. Estudos*, reedição fac-similada do I volume e primeira edição do II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Vida e obras de Gil Vicente «Trovador, mestre da balança»*, Porto, Empresa literária e tipográfica, 1919.
- FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de, «*Teemos por bem e mandamos*». *A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, 2 vols., Cascais, Patrimónia, 2001.

- GAMBETTA, Agostinho Ferreira, *A capital do reino e origem da sua casa da moeda. História da moeda antiga portuguesa*, Lisboa, Boletim Cultural da Junta Distrital, 1968.
- GANDRA, Romero, «Drogas versus medicamentos: uma nóttula histórica», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XX*, vol. XIII, novembro 1999, Castelo Branco, Editor António Salvado, 1999, pp. 57-58.
- GIRÃO, António Lobo Barbosa Ferreira Teixeira, *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, «Portugal no começo do Século XVI: Instituições e Economia. O Relatório do veneziano Lunardo de Cà Masser», *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Julho-Dezembro 1979, Lisboa, Sá da Costa editora, 1979, pp. 75-88.
- GOMES, Pedro Dordio «O livro de cozinha da Infanta D. Maria», *Olaria*, estudos arqueológicos, históricos e etnológicos, n.º 1, Barcelos, 1996, pp. 93-104.
- GOMES, Rita Costa, «La Cour de Bourgogne et la Cour du Portugal au XV<sup>e</sup> siècle», *La Cour de Bourgogne et l'Europe. Le rayonnement et les limites d'un modèle culturel*, Werner Paravicini editeur, Stuttgart: Thorbecke Verlag, 2012, pp. 629-647.
- GOMES, Rita Costa, «Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI», *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*, coordenação de Rita Costa Gomes e Gérard Sabatier, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 85-102.
- GOMES, Rita Costa, «Para uma história do silêncio: o mundo do cortesão entre a Idade Média e o Renascimento», *A Arte da Cultura - Homenagem a Yvette Centeno*, edição de Alda Correia, Gabriela Fragoso, Fernando Ribeiros e Manuel Canaveira, Lisboa, Edições Colibri, 2010, pp. 487-496.
- GOMES, Rita Costa, «The Court Galaxy», *Finding Europe. Discourses on Margins, Communities, Images (Thirteenth to Eighteenth Centuries)*, edição de Anthony Molho, Diogo Ramada Curto, Oxford-New York: Berghahn Books, 2007, pp. 185-203.
- GOMES, Rita Costa, «The Royal Chapel in Iberia: Models, Contacts, and Influences», *The Medieval History Journal*, 12, 1 (2009), Los Angeles, Sage Publications, 2009, pp. 77–111.
- GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal na Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.
- GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis portugueses no final da Idade Média*, 2 vols., tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994.
- GOMES, Saúl António, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

- GONÇALVES, Iria «Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal. Com as inquirições de 1259», *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, II vol., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 193-219.
- GONÇALVES, Iria, «A alimentação», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, direção de José Mattoso, coordenação de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 226-259.
- GONÇALVES, Iria, «Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame», *Do Tempo e da História*, n.º 1, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos, 1965, pp. 69-112.
- GONÇALVES, Iria, «Possibilidades de acesso ao médico diplomado na beira de quatrocentos», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XIX*, vol. I, novembro de 1989, Castelo Branco, Editor António Salvado, 1989, pp. 11-15.
- GONÇALVES, Iria, «Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das Inquirições de 1258», *Arqueologia Medieval*, n.º 6, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999, pp. 225-243.
- GONÇALVES, Iria, *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*, Lisboa, DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2017.
- GONZÁLEZ ARCE, José Damián, *La casa y corte del príncipe don juan (1478-1497) economía y etiqueta en el palacio del hijo de los reyes católicos*, Sevilla, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2016.
- Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos seus territórios ultramarinos (1581-1640)*, direção de Santiago Martínez Hernández, tradução de Joana Troni, Lisboa, CHAM, 2011.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan, «Rainha d'Aquém e d'Além-Mar. Jantar e Cear à Mesa de D. Catarina de Áustria na Corte de Lisboa», *Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700): prata, madrepérola, cristal de rocha e porcelana*, Lisboa, Pedro Aguiar-Branco, [s.d.], pp. 10-48.
- GUENÉE, Bernard, *O Ocidente nos séculos XIV e XV (os estados)*, tradução de Luiza Maria F. Rodrigues, S. Paulo, Pioneira, 1981.
- GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio, *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*, tese de doutoramento apresentada à Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2009.
- GUIMARÃES, Francisco Portugal, «*Proprium sanctorum*: o culto a suas relíquias e a seus relicários», *Revista População e Sociedade*, vol. 20, 2012, Porto, CEPSE, 2012, pp 53-67.

- HARRISSE, Henry, *Document inédit concernant Vasco da Gama, relation adressée à Hercule d'Este, duc de Ferrare par son ambassadeur à la cour de Portugal*, Paris, [s.n.], 1889.
- HARRISSE, Henry, *Gaspar Corte Real*, Paris, Ernest Leroux, editeur, 1883.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, tomo 6, Lisboa, Viúva Bertrand, 1884.
- HESPANHA, António Manuel, «Un autre paradigme d'administration: la Cour en Europe du Sud à l'époque modern», *Annuaire d'Histoire Administrative Européenne*, n.º 4, Baden Baden, 1992, pp. 1-21.
- HESPANHA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Século XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.
- HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Época Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.
- História da Construção: Arquiteturas e Técnicas Construtivas*, coordenação de Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro, Braga: CITCEM/LAMOP, 2013.
- História da Construção: Os Construtores*, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2011.
- História da Construção: Os Materiais*, coordenação de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, Braga, CITCEM – Universidade do Minho, 2012.
- História da Universidade em Portugal*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- História da Vida Privada em Portugal*, direção de José Mattoso, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2010-2011.
- História do Corpo, Do Renascimento ao Iluminismo*, coordenação Georges Vigarello, tradução de Maria da Graça Pinhão, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015.
- História global de Portugal*, direção de Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva, Lisboa, Círculo de Leitores, 2020.
- HOMEM, Armando Luis de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto. Instituto Nacional de Investigação Científica. 1990.
- HUMBLE, Susannah Charlton, «O fardo do patrocínio real: o caso do Conde de Tarouca, mordomo-mor da Casa Real», *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, actas do colóquio internacional, Lisboa, 16 a 20 outubro de 2001, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 101-108.
- Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos. Duas décadas de Cátedra (1984-2006). Homenagem a Luís Adão da Fonseca*, Porto, CEPESSE, 2009.

- Imagens e liturgia na Idade Média*, coordenação Carla Varela Fernandes, Lisboa, SNBCI, 2015.
- INÁCIO, Nuno Campos, *História do Condado de Vila Nova de Portimão*, Albufeira, Arandis, 2017.
- «Índice cronológico. Da maior parte da nossa legislação sobre medicina», *Jornal de Coimbra*, vol. XVI, parte I, Lisboa, Impressão Régia, 1820, pp. 158-168.
- Isabel la Católica, reina de Castilla*, edição de Pedro Navascués Palacio, Barcelona, Lunwerg, 2002 e, Luis Suarez Fernandez, Los Reyes Católicos, Barcelona, Editorial Ariel, 2004.
- Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, prefácio, compilação e notas de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993.
- Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700): prata, madrepérola, cristal de rocha e porcelana*, Lisboa, Pedro Aguiar-Branco, [s.d.].
- JORGE, Ricardo, *A encefalite letárgica e a epidemiologia de quinhentos em Portugal e Hespanha*, Lisboa, [s.n.], 1921, separata A medicina contemporânea.
- JORGE, Ricardo, *Tifo exantemático ou tabardilho*, relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene, Lisboa, Imprensa Nacional, 1918.
- KEATES, Laurence, *O teatro de Gil Vicente na Corte*, Lisboa, Editorial Teorema, 1988.
- KRUS, Luís, *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280/1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1994.
- LABRADOR ARROYO, Félix, «A função integradora da Casa Real Portuguesa de D. João I a D. Filipe I (1385-1598)», *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos seus territórios ultramarinos (1581-1640)*, direção de Santiago Martínez Hernández, tradução de Joana Troni, Lisboa, CHAM, 2011, pp. 21-44.
- LABRADOR ARROYO, Félix, «La nobleza y servicio en la Casa Real portuguesa durante Felipe II», disponível em: [https://www.academia.edu/19669675/\\_Nobleza\\_y\\_servicio\\_en\\_la\\_Casa\\_Real\\_portuguesa\\_durante\\_Felipe\\_II\\_en\\_La\\_cultura\\_nobiliaria\\_de\\_corte\\_en\\_la\\_edad\\_Moderna\\_Madrid\\_UAM\\_25\\_26\\_octubre\\_de\\_2012\\_](https://www.academia.edu/19669675/_Nobleza_y_servicio_en_la_Casa_Real_portuguesa_durante_Felipe_II_en_La_cultura_nobiliaria_de_corte_en_la_edad_Moderna_Madrid_UAM_25_26_octubre_de_2012_), pp. 182-189.
- LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real en Portugal (1580-1621)*, Madrid, Polifemo, 2009.
- LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real Portuguesa De Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)*, 2 vols., tese de doutoramento em história apresentada na Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autónoma De Madrid, 2006.

- LABRADOR ARROYO, Félix, «La Casa Real Portuguesa en tempos de Felipe I (1580-1598), *La monarquia de Filipe II: la Casa del Rey*, coordenação de José Martínez Millán e Santiago Fernández Conti, vol I, Madrid, Mapfre/Tavera, 2005, pp. 820-946.
- LACERDA, Teresa, *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- LADERO QUESADA, M. Ángel, «La Casa Real en la Baja Edad Media», *Historia. Instituciones. Documentos*, disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/HID/article/view/4402>, pp. 327-350.
- LANGHANS, Franz Paul de Almeida, *A Casa dos Vinte e Quatro. Subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1948.
- LATINO, Maria Adriana de Matos Fernandes, *Francisco Garro, mestre da Capela Real de Lisboa (ca. 1590-1623). O livro de antífonas, missas e motetes publicado em Lisboa em 1609*, 2 vols., dissertação de mestrado em Ciências Musicais, Universidade de Coimbra, 1992.
- LAURIOUX, Bruno, *A Idade Média à mesa*, tradução de Elsa Andringa, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.
- LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- LEME, Margarida, «D. Álvaro da Costa: o fiel servidor do rei, o fundador da família», *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: Poder, Arte e Devoção*, coordenação de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM-FCSH-UNL, 2013, pp. 31-58.
- LIMA, Sasha Assis, «Sobre o Vinho em Portugal (1500-1700)», *Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700): prata, madrepérola, cristal de rocha e porcelana*, Lisboa, Pedro Aguiar-Branco, [s.d.], pp. 208-235.
- LINO, Raul, *Os paços reais da Vila de Sintra*, Lisboa, Valentim de Carvalho, 1948.
- LIPINER, Elias, *Os baptizados em pé. Estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal*, Lisboa, VEGA, 1998.
- Livros portugueses de cozinha*, coordenação e pesquisa bibliográfica de Manuela Rego, apresentação de José Quitério, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- LOPES, Fernando Félix, «Azambuja, Diogo», *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 262.
- LOPES, Francisco Fernandes, *Os irmãos Corte Real*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957.

- LOPES, Rui Miguel Cabral, *O vilancico na Capela Real portuguesa (1640-1716). O testemunho das fontes textuais*, 2 vols., tese de doutoramento em Música e Musicologia, Universidade de Évora, 2006.
- LOPES, Sebastiana Alves Pereira, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 2003.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, «Mulheres e Homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria: estatuto, prestígio e poder (1525-1578)», *Revista Portuguesa de História. Homenagem aos professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, n.º 36, vol. 1, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – FLUC, 2002/2003, pp. 367-390.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *A Casa e o Estado do Infantado (1654-1706). Formas e práticas administrativas de um património senhorial*, Lisboa, JNICT/Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, 2 vols., tese de doutoramento em História, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Rainhas no Portugal Moderno. Casa, Corte e Património*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.
- LOURENÇO, Vanda, «Os Avelar. Percurso de uma linhagem de Lisboa (1325-1367)», *A Nova Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, actas do II Congresso, Lisboa, 9-11 de dezembro de 2004, coordenação de Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 169-181.
- Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*, Rita Costa Gomes e Gérard Sabatier, coordenação, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- M., G. de M. de., «Coudel», *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 218.
- MACEDO, Luís Manuel da Costa de Sousa de, «O regimento manuelino do Armador-mor dado a D. Álvaro da Costa. Os armeiros-mores e seus descendentes», *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: Poder, Arte e Devoção*, coordenação de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM-FCSH-UNL, 2013, pp. 59-85.
- MACHADO, José Barbosa, *Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa*, disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/machad18.pdf>.
- MACHADO, José Carlos L. Soares, *Os Braganços. História genealógica de uma linhagem medieval (séculos XI a XIII)*, Lisboa, Edição do autor, 2004.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, «D. Manuel I», *História de Portugal*, direção José Mattoso, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 521-530.



- MAGALHÃES, Pedro e NORTON, Manuel Artur, «Fagundes e a descoberta do Canadá», *Bartolomeu Dias e a sua época*, actas do Congresso Internacional, vol. II, Porto, Universidade do Porto, 1989, pp. 403-482.
- Manuel (D.) e a sua época*, actas do III Congresso Histórico de Guimarães, 24 a 27 de outubro 2001, 4 vols., Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001.
- MARKL, Dagoberto, *Livro de Horas de D. Manuel*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, «A Pragmática de 1340», *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, VEGA, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, «O traje», *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 5.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987, pp. 23-62.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, «Uma descrição de Portugal em 1578-80», *Portugal Quinhentista* (ensaio), Lisboa, Quetzal Editores, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 5.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, João Francisco, «Franciscanos e dominicanos confesores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias. Espiritualidade e política», *Revista da Faculdade de Letras*, série Línguas e literaturas, anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993, pp. 53-60.
- MARQUES, Jorge de Oliveira, *A Capela Real portuguesa e a música religiosa que nela foi cantada*, [s.l.], [s.n.], [s.d.].
- MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- MARQUES, Maria Alegria e SOALHEIRO, João, *A Corte dos primeiros reis de Portugal: Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II*, Gijón, Ediciones Trea, 2009.
- MARTÍNEZ MILLÁN, José, «Introducción», *La monarquía de Felipe II: La Casa del Rey*, direção de José Martínez Millán e Santiago Fernandez Conti, vol. I, Madrid, Fundación MAPFRE TAVERA, 2005, pp. 17-51.
- MARTINHO, Bruno A., «Pôr a mesa no Paço da Ribeira. Espacialidades e encenações da refeição no interior do palácio régio», *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coordenação de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 116-133.

- MARTINS, Diana Neves, *O Paço da Alcáçova de Lisboa: uma intervenção manuelina*, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.
- MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira, *Dona Brites. Uma mulher da Casa de Avis*, Lisboa, Quidnovi, 2009.
- MARTINS, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira, Poder e Sociedade, A Duquesa de Beja, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- MARTINS, Mário, *Estudos de Cultura medieval*, Lisboa, Editorial Verbo, 1969.
- MARTINS, Mário, S. J., *Guia geral das Horas del-rei D. Duarte*, Lisboa, Editorial Brotéria, 1971.
- MARTINS, Miguel Gomes, *Lisboa e a guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- MATA, Cristóvão José Silva da, *A Casa de Aveiro na constelação dos poderes senhoriais: estruturas de domínio e redes clientelares*, tese de doutoramento em História Moderna, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019.
- MATEUS, Susana Bastos e PINTO, Paulo Mendes, *O massacre dos judeus*. Lisboa, 19 de Abril de 1506, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Alêtheia Editores, 2012.
- MATOS, Manuel Cadafaz de, «A peregrinação de D. Manuel a Santiago de Compostela (em 1502) vista à luz de alguns documentos inéditos», *I congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, actas, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1992, pp. 215-238.
- MATTOSO, José, «O corpo, saúde e a doença», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, direção de José Mattoso, coordenação de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 348-374.
- MATTOSO, José, «Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa», *Revista de história das ideias*, vol. 19, 1998, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/FLUC, 1998, pp. 7-37.
- MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1985-86.
- MAURÍCIO, Maria Fernanda, «Para a história do quotidiano na idade média. Usos e costumes da nobreza ao tempo de D. Dinis», *Revista Clio 5*, Lisboa, INIC/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1985, pp. 9-19.
- MCKEOWN, Thomas, *As origens da doença humana*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990.

- MELO, Cristina Joanaz de, *Coutadas Reais (1777-1824). Privilégio, Poder, Gestão e Conflito*, Lisboa, Montepio Geral, 2000.
- MENDONÇA, Manuela, «A reforma da saúde no reinado de D. Manuel», *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 24 a 27 de outubro 2001, actas, 2.ª sessão, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001 pp. 331-348.
- MENINO, Vanda Lisa Lourenço, *A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)*, tese de doutoramento em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- MERÊA, Paulo, «Os Secretários de Estado do Antigo Regime (Algumas Notas)», *Estudos de história do Direito. I - Direito português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, pp. 399-415.
- Mesa (A) dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coordenação de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.
- Militarium Ordinum Analecta*, vol. 3/4, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000.
- MOISÃO, Cristina, *A arte das mãos. Cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*, Lisboa, CEH/FCSH/UN, 2018.
- Monarquía (La) de Felipe II: La Casa del Rey*, direção de José Martínez Millán e Santiago Fernandez Conti, 2 vols., Madrid, Fundación MAPFRE TAVERA, 2005.
- Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (Sécs. XVI-XVIII). Dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos*, organizado por Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo e Roberta Stumpf, Lisboa, ICS/Universidade de Lisboa, 2018.
- MONTEIRO, João Gouveia, «Organização e Formação Militares», *Nova História Militar de Portugal*, direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coordenação José Mattoso, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 192-215.
- MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal, nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII», *Análise Social*, vol. XXVIII (n.º 123-124), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993, pp. 921-950.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime», *Análise Social*, vol. XXXII, (n.º 141), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997, pp. 335-368.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Nobleza de corte y noblezas provinciales: poder, relaciones interfamiliares y circulación de las elites en Portugal (1640-1820)»,

*Espacios de Poder: Cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*, actas del congreso, Madrid, octubre de 2001, vol. I, Madrid, Universidad Autónoma, 2002, pp. 1-28.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*, 2.<sup>a</sup> edição revista, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MORAES, Maria Adelaide Pereira de, *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães, edição da autora, 1998.

MORAIS, A. Faria de, *Ordenanças e Ginetes d'el-rey*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1954, separata vol. 24.

MORATO, Francisco Manoel Trigoso d'Aragão, "Memórias sobre os Secretários dos reis portugueses", *História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> série, tomo I, parte I, Lisboa, 1843.

MORATO, Francisco Manoel Trigoso d'Aragão, "Memórias sobre os Secretários dos reis portugueses", *História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> série, tomo I, parte I, Lisboa, na tipografia da mesma Academia, 1843.

MORATO, Francisco Manoel Trigoso d'Aragão, «Sobre os secretários dos reis e regentes de Portugal desde os antigos tempos da monarquia até a aclamação d'el Rei D. João IV, lida na Sessão ordinária de 7 de Novembro de 1838», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> série, tomo I, Parte I, Lisboa, na tipografia da mesma Academia, 1843.

MORENO, Humberto Baquero e FREITAS, Isabel Vaz de, *A Corte de Afonso V: o tempo e os homens*, Gijón, Ediciones Trea, 2006.

MORENO, Humberto Baquero e FREITAS, Isabel, *A Corte de D. Afonso V*, Gijon, Ediciones Trea, 2006.

MORENO, Humberto Baquero, «A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV», *actas do I Colóquio "Para uma visão global da história militar"*, Lisboa, 4-5 de dezembro de 1990, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1992, pp. 59-70.

MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973, separata da *Revista de Ciências do Homem*, vol. IV, Série B, 1973.

MORNA, Teresa Freitas, «A Ermida de S. Roque. Testemunhos históricos e artísticos», *A Ermida Manuelina de S. Roque*, coordenação de Elvira Brandão, Lisboa, Museu de S. Roque, 1999, pp. 9-15.

- MÖRSDORF, D. Klaus, *A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1958.
- MOURA, Carlos Manuel da Silva, *A Casa Senhorial dos condes e marqueses de Vila Real, (séculos XV-XVI)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2016.
- Mundo (El) social de Isabel la Católica. La sociedad castellana a finales del siglo XV*, coordenação de Miguel Ángel Ladero Quesada, Madrid, Dykinson, 2004.
- NASCIMENTO, Aires A., «Livro de Horas, para rezar em tempos certos: fonte de encantos, de piedade e de arte», *Livro de Horas. O imaginário da devoção privada: Manuscritos*, coordenação de Delmira Espada Custódio e Maria Adelaide Miranda, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, pp. 33-84.
- Nobreza (A) e a Expansão. Estudos biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimonia, 2000.
- NORTON, Manuel Artur, *A Heráldica em Portugal*, vol. I, Lisboa, Dislivro, 2004.
- Nova (A) Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, actas do II Congresso, Lisboa, 9-11 de Dezembro de 2004, coordenação de Luís Krus e Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- NUNES, Eduardo, ««Livro de cozinha» da Infanta D. Maria», *Do Tempo e da História*, vol. II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, pp. 151-159.
- Ocidental (Da) praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- Olaria*, estudos arqueológicos, históricos e etnológicos, n.º 1, Barcelos, 1996.
- Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, CEH - UNL, 2009.
- OLIVEIRA, Fernando José Cunha de, *O vestuário português no tempo da expansão, séculos XV e XVI*, [Lisboa], Grupo de Trabalho do Min. Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.
- OLIVEIRA, João Carlos, «A alimentação, *Nova História de Portugal. Portugal, do renascimento à crise dinástica*, direção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, coordenação de José João Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 619-627.
- OLIVEIRA, Joaquim, *A 'visitação' de Gil Vicente à rainha parida D. Maria*, Lisboa, Edição de Álvaro Pinto (Revista Ocidente), 1953.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de, «A insigne e real colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades», *I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978), 19 a

23 de junho de 1979, actas, vol. II, Guimarães, Comissão organizadora do congresso, 1982, pp. 423-437.

*Optima Pars. Elites ibero-Americanas do Antigo Regime*, organizado por Nuno G.F. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005.

*Ordenes (Las) Militares en la Peninsula durante la Edad Media*. Actas del congreso internacional hispano-portugues (Madrid-Uclés-Valladolid-León-Salamanca-Cáceres-Tomar-Lisboa, 29 de marzo-9 de abril de 1971), Madrid-Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1981.

*Ordens (As) Militares e as Ordens de Cavalaria entre o ocidente e o oriente*, actas do V encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 2006, coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2009.

PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PAIXÃO, Maria de Fátima, JORGE, Fátima Regina, FLÓRIDO, Ana Isabel, «Pesos e Medidas na Obra de Amato Lusitano: Dos Saberes e das Certezas da Época», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, vol. XIX, novembro 2005, Castelo Branco, [s.n.], 2005, pp. 17-24.

PALLA, Maria José, *A palavra e a imagem. Ensaaios sobre Gil Vicente e a pintura quinhentista*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

PALLA, Maria José, *Do essencial e do supérfluo. Estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

PEIXOTO, João da Silva, «Liturgia», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direção de Carlos Moreira, Azevedo, vol. III, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, pp. 138-144.

PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem. Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2009.

*Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*, catálogo da exposição, Igreja de Santiago do Castelo de Palmela, 28 de julho a 17 de dezembro de 2000, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 274-275.

PEREIRA, Ana Cristina Duarte, *Princesas e Infantas de Portugal (1640-1736)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

PEREIRA, Ana Marques, ««Ofícios de boca» na Casa Real Portuguesa (séculos XVII e XVIII)», *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coordenação de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 82-99.

- PEREIRA, Franklin, *Ofícios do couro na Lisboa Medieval*, Lisboa, Prefácio, 2008.
- PEREIRA, João Cordeiro, «A estrutura social e o seu devir», *Nova história de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação do volume de João José Alves Dias, vol. 6, Lisboa, Editorial Presença, pp. 277-336.
- PEREIRA, José Morgado, «Considerações sobre o morbo gálico nas centúrias de Amato Lusitano», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, n.º 17, Novembro de 2003, Castelo Branco, Editor António Salvado, 2003, pp. 31-35.
- PERES, Damião, *História dos moedeiros de Lisboa como classe privilegiada*, tomo II: Organização, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1965.
- PERES, Damião, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1951.
- PESSANHA, José Benedito de Almeida, *Os Almirantes Pessanhas e sua descendência*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923.
- PIMENTEL, António Filipe, «Absolutismo, Corte e palácio. Em torno dos palácios de D. João V», *Arqueologia do Estado. Comunicações*, 2.º tomo, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 685-710.
- PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e poder. O real edifício de Mafra*, Coimbra, IHA/FL/Universidade de Coimbra, 1992.
- PINTO, Augusto Cardoso, *A guarda del rei Dom João II. Notas e documentos para a história das guardas reais portuguesas*, Lisboa, [s.n.], 1930.
- PINTO, Augusto Cardoso, *Catálogo dos capitães-mores dos ginetes e dos capitães da guarda del rei*, Lisboa, Revista Miscelânea, 1932.
- PISSARRA, José Virgílio, «A indústria portuguesa de artilharia nas primeiras décadas do século XVI: um estudo introdutório», *Vasco da Gama: homens viagens e culturas: actas do congresso internacional*, coordenação Joaquim Romero Magalhães e Jorge Manuel Flores. vol. I, Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 347-395.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor, «A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?», *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media*, actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarrá. 21 al 24 de julio de 2015), Pamplona, Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 2016, pp. 141-176.
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Universidade Moderna, 1999.

- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó. Evolução e estrutura da família nobre séculos XI A XIV*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1995.
- PORTER, Roy e VIGARELLO, Georges, «Corpo, saúde e doenças», *História do Corpo, Do Renascimento ao Iluminismo*, coordenação Georges Vigarello, tradução de Maria da Graça Pinhão, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, pp. 209-279.
- PORTO, Hugo Filipe Teles, *Os cantores na administração nos reinados de D. Manuel I e D. João III*, dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- Primeiras jornadas de História Moderna*. Lisboa, 16-17-18-19 de outubro de 1986, 2 vols., Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1989.
- I Colóquio "Para uma visão global da história militar"*, actas, Lisboa, 4-5 de dezembro de 1990, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1992.
- I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978), 19 a 23 de junho de 1979, actas, 5 vols., Guimarães, Comissão organizadora do congresso, 1982.
- I Congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, actas, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1992.
- Propaganda e Poder. Congresso Peninsular de História da Arte*, 5 a 8 de maio de 1999, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- «Prosopografia dos lentes, estudantes e oficiais do Estudo de Lisboa», *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*, coordenação Hermenegildo Fernandes, Lisboa, Tinta da China, 2013, pp. 483-484.
- Raízes medievais do Brasil Moderno. Ordens religiosas entre Portugal e o Brasil*, coordenação João Marinho dos Santos e Manuela Mendonça, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2012.
- RAMOS, Anabela, *Viúvas de Braga e outros doces do Convento dos Remédios*, [s.l.], Ficta Editora, 2019.
- RAMOS, Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque, *O secretário dos despachos e coisas da Índia Pero d'Alcaçova Carneiro*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.
- RASTEIRO, Alfredo, «Quatro elementos, reacção hipocrática, Amato Lusitano e o "múmia"», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, vol. XIV, novembro 2000, Castelo Branco, Editor António Salvado, 2000, pp. 14-20.
- REBELLO, Luiz Francisco, *O Primitivo Teatro Português*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.



- RECKERT, Stephen, *Espírito e letra de Gil Vicente*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- REIS, António Matos, *Origem dos municípios portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 e *História dos Municípios [1050-1383]*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- REIS, Lima, «Visita nova à história antiga das horas de comer», *Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação*, vol. 16, n.º 1, Porto, 2010, pp. 39-43.
- RESENDE, Vasco, «A armada de socorro aos Venezianos (1501) e o interesse português pelo Mediterrâneo no princípio do século XVI», *Clio 10. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa*, 2004, pp. 65-79.
- RIBEIRO, J. A. Corrêa Leite, *Tratado de Armaria*. (Technica e Regras do Brazão de Armas), Lisboa, Empresa da História de Portugal Sociedade Editora, 1907.
- RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, tomo IV, parte II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1829.
- RODRIGUES, L. Barbosa, «A organização político-administrativa palatina portuguesa: uma perspectiva constitucional», *Revista Lusíada. Direito. Porto*, n.º 3, Porto, Universidade Lusíada, 2011, pp. 134-154.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins e OLIVEIRA, Luís Filipe, «A titulação na 2.ª dinastia», *actas das primeiras jornadas de História Moderna*. Lisboa, 16-17-18-19 de outubro de 1986, vol. II, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1989, pp. 725-763.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, «As monarquias centradas: redes de poder nos séculos XV/XVI», *Nobreza e poderes: da Baixa Idade Média ao Império*, Cascais, Patrimonia, 2005, pp. 59-85.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2.ª dinastia», *Nobreza e poderes: da Baixa Idade Média ao Império*, Cascais, Patrimonia, 2005, pp. 87-126.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, *Nobreza e poderes: da Baixa Idade Média ao Império*, Cascais, Patrimonia, 2005.
- RODRIGUES, Teresa, *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- RODRIGUES, Teresa, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «As linhagens secundárias dos Coutinhos e a construção do Império Manuelino», *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, actas do colóquio internacional, Lisboa, 16 a 20 Outubro de 2001,

coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 175-188.

- ROQUE, Mário da Costa, *As pestes medievais europeias e o «Regimento proueytoso contra ha pestenença»*, Lisboa, Valentim Fernandes [1495-1496], tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- ROSA, Lurdes e CURTO, Diogo Ramada, «Entre reformas e serviço ao rei», *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 18-37.
- ROSA, Maria de Lurdes, «A abertura do túmulo de Afonso Henriques», *O Tempo de Vasco da Gama*, direção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998 pp. 347-351.
- ROSA, Maria de Lurdes, «D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça», *O Tempo de Vasco da Gama*, direção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998, pp. 319-332.
- ROSA, Maria de Lurdes, «Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais “intermédias...”», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o ocidente e o oriente*, actas do V encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 2006, coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2009, pp. 187-245.
- ROSA, Maria de Lurdes, «Sagrado, devoções e religiosidade», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, direção de José Mattoso, coordenação de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 379-401.
- ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- ROSA, Maria de Lurdes, *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*, Redondo, Patrimonia, 1995.
- RUBIM, Nuno José Varela, «O armamento Pirobalístico», *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*. Igreja de Santiago do Castelo de Palmela, 28 de julho a 17 de dezembro de 2000, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 223-243.
- Rumos e escrita da história. Estudos de homenagem a A. A. Marques de Almeida*, coordenação de Maria de Fátima Reis, Lisboa, Edições Colibri, 2007.
- SÁ, Isabel dos Guimarães e COMBET, Michel, *Rainhas-Consortes de D. Manuel I: Isabel de Castela, Maria de Castela e Leonor da Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

- SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, «D. Manuel I revisitado: historiografia recente e novas (re)leituras», *Economia, instituições e império. Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 525-539.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, «The uses of luxury: some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580», *Análise Social*, vol. XLIV, (n.º 192), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 589-604.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, «O Almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, ano 1988, pp. 137-156.
- SALGADO, Abílio José e SALGADO, Anastásia Mestrinho, *O espírito das Misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 1999.
- SALGADO, Anastásia Mestrinho Salgado e SALGADO, Abílio José, «O alcaide de Montemor o Novo Fernão Martins Mascarenhas, no contexto político da época», *Revista Almansor*, n.º 1, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1983, pp. 29-38.
- SALGADO, Anastásia Mestrinho Salgado e SALGADO, Abílio José, *O espírito das Misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*, Lisboa, [s.n.], 1999.
- SALGADO, Anastásia Mestrinho, *O Hospital de Todos os Santos*, Lisboa, By the Book, 2015.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio, «La curia regia portuguesa. Siglos XII e XIII», *Investigaciones y documentos sobre las instituciones hispanas*, introducción por Alamiro de Ávila Martel, Santiago de Chile, Editorial Jurídica de Chile, 1970, pp. 381-459.
- SÁ-NOGUEIRA, Isabel Bettencourt de e SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de, «A ilha do Príncipe no 1.º quartel do século XVI: administração e comércio», *actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. III, Porto, Universidade do Porto, 1989, pp. 81-115.
- SANTOS, Maria José Azevedo, «A escrita nas reformas manuelinas», *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 160-171.

- SANTOS, Maria José Azevedo, «O mais antigo livro de cozinha português: receitas e sabores», *Revista Portuguesa de História*, vol. XXVII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 63-101.
- SANTOS, Maria José Azevedo, *Jantar e Cear na Corte de D. João III*, leitura, transcrição e estudo de dois livros da cozinha do rei (1524 e 1532), Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002.
- SANTOS, Nuno Valdez dos, *As raízes das instituições militares portuguesas*, Lisboa, Revista Militar, 1986, separata da *Revista Militar*.
- II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, actas, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985.
- SEIXAS, Miguel Metelo de, «As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência», *Ler História* [em linha], n.º 58, Lisboa, 2010, disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1218>.
- SEIXAS, Miguel Metelo, «A emblemática manuelina, instrumento de comunicação política», *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 62-75.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- SENOS, Nuno, «A coroa e a igreja de quinhentos», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo XV, Lisboa, 2003, pp. 97-117.
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira. 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- SERAFIM, Paula Leal, «Finanças e religiosidade na Procissão do Corpo de Deus de Lisboa», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1.ª Série, n.º 8, 2005, Lisboa, 2005, pp. 17-37.
- SERRA, Teresa Botelho, «Os Livros de Horas: uma fonte para a história do quotidiano», *Estudos Medievais. Quotidiano medieval: imaginário, representação e práticas*, coordenação de Amélia Aguiar Andrade e José Custódio Vieira da Silva, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 95-102.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 18 vols., Lisboa, Verbo, 1977-2010. Cf. *História de Portugal*, direção João Medina, 18 vols., Ediclube, 1993.
- SERRÃO, Vítor, «O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego», *Propaganda e Poder. Congresso Peninsular de História da Arte*, 5 a 8 de maio de 1999, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 259-283.
- 700 anos Almirante Pessanha*, Lisboa, Academia de Marinha, 2017, pp. 45-50.

- SILVA, Jorge Manuel Moreira, *Operações navais e estratégia marítima na reconquista e consolidação do território nacional (1147-1349)*, dissertação de mestrado em História Marítima apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.
- SILVA, José Custódio Vieira da, «O paço», *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*, direção de José Mattoso, coordenação de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 78-97.
- SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995.
- SILVA, Manuela Santos, «Tendências e agentes espirituais da capela régia de D. Filipa de Lencastre», *Raízes medievais do Brasil Moderno. Ordens religiosas entre Portugal e o Brasil*, coordenação João Marinho dos Santos e Manuela Mendonça, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2012, pp. 70-81.
- SILVA, Manuela Santos, *Filipa de Lencastre. A rainha inglesa de Portugal*, [Rio de Mouro], Círculo de Leitores, 2012, pp. 164-168,
- SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, «A Procissão na Cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa», *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 196-217.
- SILVA, Nuno Vassalo e, «A ourivesaria na casa de Bragança», *De todas as partes do mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, coordenação de Jessica Hallett e Nuno Senos, Lisboa, Tinta da China, 2018, pp. 219-228.
- Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma história comparativa*, organizado por Mafalda Soares da Cunha e Juan Hernández Franco, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS – Universidade de Évora, Universidad de Murcia, 2010.
- SOUSA, Abade A. D. de Castro e, *Origem da Guarda Real dos Alabardeiros hoje Archeiros no Paço*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849.
- SOUSA, Armindo de Sousa, *As cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. II, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- SOUSA, Armindo de, «Socialidade (estruturas, grupos, motivações)», *História de Portugal, A monarquia feudal (1096-1480)*, direção de José Mattoso, coordenação José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 391-481.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, «Memória familiar e ordens militares. Os pimentéis no séc. XIV», *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa. II encontro sobre Ordens Militares*. Palmela, 1992, coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, e Paulo Pacheco, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 37-49.

- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, «Capela Real», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. A-C, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, «Introdução ao Estudo do Património, da Casa e da Corte de D. Leonor», *Revista da Faculdade de Letras*, série Línguas e literaturas, anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993, pp. 23-52.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor (1458-1525): poder, misericórdia e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.
- SOUSA, Ivo Carneiro, *A Rainha D. Leonor (1456-1525). Poder, Misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.
- SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, «Reposteiro mor», *Esboço de hum dicionário, jurídico, theoretico e práctico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*, tomo III, Lisboa, Impressão Régia, 1827.
- SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, *Esboço de hum dicionário, jurídico, theoretico e práctico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*, 3 vols., Lisboa, Impressão Régia, 1827.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.
- Tapeçarias Flamengas do Museu de Lamego*, [s.l.], Museu de Lamego, 1986.
- TAVARES, Maria José Ferro, «A vigairaria de Tomar, nos finais do séc. XV», *Las Ordenes Militares en la Peninsula durante la Edad Media*. Actas del congreso internacional hispano-portugues (Madrid-Uclés-Valladolid-León-Salamanca-Cáceres-Tomar-Lisboa, 29 de marzo-9 de abril de 1971), Madrid-Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1981, pp. 859-868.
- TAVARES, Paulino Mota, *Mesa, doces e amores no séc. XVII português*, prefácio Maria José Azevedo Santos, Sintra, Colares Editores, 1999.
- TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, «Uma linhagem ao serviço da ‘ideia imperial manuelina’ Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia», *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, actas do colóquio internacional,

Lisboa, 16 a 20 Outubro de 2001, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 109-174.

TEIXEIRA, André, *Fortalezas do Estado Português da Índia. Arquitectura militar na construção do império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

TEIXEIRA, Vítor Gomes, «Fr. João da Póvoa e o movimento da observância franciscana portuguesa entre 1447 e 1517», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo XVII, Lisboa, 2005, pp. 227-254.

*Tempo (No) das feitorias. A arte portuguesa na época dos Descobrimentos*, 2 vols., exposição realizada no MNAA, Lisboa, junho a dezembro 1992, Lisboa, Instituto Português de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

*Tempo (O) de Vasco da Gama*, direção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998.

*III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, 24 a 27 de outubro 2001, actas, 4 vols., Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001.

*Terra Portuguesa*, revista ilustrada de arqueologia artística e etnografia, vol. I, ano 1, n.º 1, Lisboa, D. Sebastião Pessanha, 1916

TEYSSIER, PAUL, *Gil Vicente — O Autor e a Obra*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e das Universidades, 1982.

THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis, «A lenda de S. Tomé apóstolo e a expansão portuguesa», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo III, Lisboa, 1991, pp. 349-418.

THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis, «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», *II Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, actas, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985, pp. 513-540.

*Todas (De) as partes do mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, coordenação de Jessica Hallett e Nuno Senos, Lisboa, Tinta da China, 2018.

TORRES, Joana Bento e TEIXEIRA, André, «Com o lume acesso: as cozinhas do Paço Ducal no século XVI», *De todas as partes do mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, coordenação de Jessica Hallett e Nuno Senos, Lisboa, Tinta da China, 2018, pp. 318-329.

TORRES, Rui de Abreu, «Porteiro-mor», *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 123.

TOVAR, Conde de, *Estudos Históricos*, vol. 6, Tomo III, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1961.

TRIGUEIROS, António Miguel, «Códices portugueses quinhentistas iluminados com moedas», separata de *Moeda, Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística*, Vol. XXXIV, n.º 3 e 4 (julho/dezembro 2009), Lisboa, Publinummus, 2009.

- TRONI, Joana Leandro Pinheiro de Almeida, *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668-1706)*, tese de doutoramento em História, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.
- TRONI, Joana Leandro Pinheiro de Almeida, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- Universidade (A) Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*, coordenação Hermenegildo Fernandes, Lisboa, Tinta da China, 2013.
- VAIRO, Giulia Rossi, «O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis», *Medievalista* [Em linha], nº13, (janeiro - junho 2013), disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>.
- VALE, Alexandre de Lucena e, *O Bispo de Viseu, D. Diogo Ortiz de Vilhegas. O cosmógrafo de D. João II. 1476-1519*, Gaia, [s.n.], 1934.
- VAL-FLORES, Gustavo Silva, «O Paço Real de Évora. Da periferia à centralidade – percurso de um espaço simbólico», *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*, coordenação Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo, [s.l.], CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»/IEM – Instituto de Estudos Medievais (FCSH – Universidade Nova de Lisboa), 2014, pp. 247-270.
- VAL-FLORES, Gustavo Silva, *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*, dissertação de mestrado em recuperação do património arquitectónico e paisagístico apresentada na Universidade de Évora, 2009.
- Vasco da Gama: homens viagens e culturas: actas do congresso internacional*, coordenação Joaquim Romero Magalhães e Jorge Manuel Flores. vol. I, Lisboa, CNCDP, 1998.
- VASCONCELOS, António Pestana de, «Os Vasconcelos e as Ordens Militares, algumas considerações em torno de uma linhagem», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o ocidente e o oriente*, actas do V encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 2006, coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2009, pp. 247-321.
- VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.
- VENTURA, Margarida Garcez, *A Corte de D. Duarte. Política, cultura e afectos*, Vila do Conde, Verso da História, 2013.
- Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021.
- VIEIRA, Ernesto, *Diccionario Biographico de Musicos portugueses*, vol. 1, Lisboa, Tipografia Mattos Moreira e Pinheiro, 1900.



- VITERBO, Sousa, «A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, nova série, tomo IX, parte I, 1901, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1901.
- VITERBO, Sousa, «A musica no tempo de D. Afonso V», *A Arte Musical*, anno VI, numero 121, Lisboa, 15 de janeiro de 1904, pp. 4-5.
- VITERBO, Sousa, «Mestres da capella real nos reinados de D. João II e D. Manuel», *A Arte Musical*, ano VIII, número 176, Lisboa, 30 de abril de 1906, pp. 97-100.
- VITERBO, Sousa, «Mestres da capella real nos reinados de D. João II e D. Manuel», *A Arte Musical*, ano VIII, numero 177, Lisboa, 15 de maio de 1906, pp. 105-108.
- VITERBO, Sousa, «Os mestres da Capela Real nos reinados de D. João III e D. Sebastião», *Archivo Historico Portuguez [...]*, vol. V, pp. 43-59.
- WOHL, Alice Sedgwick, «Uma Bíblia, um mosteiro e um rei», *Vi o Reino Renovar. Arte no Tempo de D. Manuel I*, catálogo da exposição, Lisboa, 24 junho a 26 setembro 2021, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 76-85.

### 2.3.Referências eletrónicas

- Álvaro Perez de Guzman, <https://geneall.net/pt/nome/9082/alvaro-perez-de-guzman-6-senhor-de-orgaz/> [consultado em 09/10/2021].
- Capitulaciones de Santa Fe (17 de abril de 1492)*, [http://servicios2.abc.gov.ar/docentes/efemerides/12deoctubre2009/descargas/eur opa/capitulaciones\\_sanatafe.pdf](http://servicios2.abc.gov.ar/docentes/efemerides/12deoctubre2009/descargas/eur opa/capitulaciones_sanatafe.pdf) [consultado em 17/08/2020].
- Diego Garcia Herrera, <https://geneall.net/pt/nome/41319/diego-garcia-herrera/> [consultado em 09/10/2021].
- Febus de Lusignan, <https://geneall.net/pt/nome/51676/febus-de-lusignan-senhor-de-saida/> [consultado em 12/09/2021].
- Fernando Peraza, <https://geneall.net/pt/nome/41317/fernando-peraza/> [consultado em 09/10/2021].
- Fons Vitae, <http://www.mmipo.pt/obras/fons-vitae> [consultado em 05/04/2021].
- GENEALL, <http://www.geneall.net>.
- Jaime de Milan y Borja, <https://geneall.net/pt/nome/10763/jaime-de-milan-y-borja-1-conde-de-albayda/> [consultado em 22/09/2021].

*Jean de Neufchâtel*, <https://geneall.net/pt/nome/618271/jean-de-neufchatel-senhor-de-montaigu-e-de-fontenoy-le-chateau/> [consultado em 10/09/2021].

*Juan Manuel-de-Villena*, <https://geneall.net/pt/nome/2217/juan-manuel-de-villena-3-senhor-de-cheles/> [consultado em 17/09/2021].

*Leonor de Sotomaior y Portugal*, <https://geneall.net/pt/nome/2095/leonor-de-sotomaior-y-portugal/> [consultado em 27/09/2021].

*Pedro Garcia de Herrera*, <https://geneall.net/pt/nome/12108/pedro-garcia-de-herrera-senhor-de-ampudia/> [consultado em 09/10/2021].

*Pedro Manrique de Lara*, <https://geneall.net/pt/nome/49788/pedro-manrique-de-lara-1-duque-de-najera-conde-de-trevino/> [consultado em 07/10/2021].

TUCCI, Ugo, «Leonardo da Ca' Masser», *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 17 (1974), [http://www.treccani.it/enciclopedia/ca-masser-leonardo-da\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/ca-masser-leonardo-da_(Dizionario-Biografico)/) [consultado em 01/03/2020].